Versão de 5 de Agosto de 2011

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, designado por ON.2 – "O Novo Norte", foi aprovado pela Comissão Europeia a 10 de Outubro de 2007. Financiado exclusivamente pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, apresenta um co-financiamento comunitário que ascende a 2.712 milhões de euros.

O objectivo global do Programa está em linha com a "Visão Norte 2015", segundo a qual "a Região do Norte será, em 2015, capaz de gerar um nível de produção de bens e serviços transaccionáveis que permita recuperar a trajectória de convergência a nível europeu, assegurando, de forma sustentável, acréscimos de rendimento e de emprego da sua população e promovendo, por essa via, a coesão económica, social e territorial".

Este objectivo global foi, posteriormente, desenvolvido pela CCDR-N, em interacção com os agentes regionais, através da elaboração de 15 Planos de Acção Temáticos, identificando estratégias e intervenções prioritárias para o desenvolvimento económico e social da Região do Norte.

Incorporando estes contributos, o ON.2 encontra-se estruturado em seis Eixos Prioritários (EP): EP I – Competitividade, Inovação e Conhecimento; EP II – Valorização Económica de Recursos Específicos; EP III – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial; EP IV – Qualificação do Sistema Urbano; EP V – Governação e Capacitação Institucional; EP VI – Assistência Técnica.

2. Globalmente 1, pode-se afirmar que, se 2009 foi um ano de evolução muito significativa em termos de aprovações, 2010 foi, como programado desde o início do ON.2 e referido no Relatório de Execução de 2009, o ano em que a execução cresceu ultrapassando em 60 milhões de Euros FEDER a meta prevista para 31/12/2010.

A execução financeira acumulada do Programa foi, no final do ano, de 412 milhões de Euros FEDER (676 milhões de despesa elegível), correspondendo a uma taxa de 15,2% (execução FEDER / programação FEDER 2007-2013), acima da previsão assumida no Relatório de Execução de 2009, em 1,2 pontos percentuais. Convém lembrar que a taxa de execução financeira do Programa em 2009 foi 2,8%.

Para estes resultados contribuiu o aumento das aprovações do Programa, que duplicaram face a 2009, atingindo no final do ano o valor acumulado de 1.783 milhões de Euros FEDER (2.682 milhões de despesa elegível), pelo que a taxa de compromisso passou de 31% em 2009 para 66% em 2010 (17% em 2008).

Refira-se que o Eixo III foi o que mais contribuiu em termos absolutos para a execução financeira do Programa, com 151 milhões de Euros FEDER, seguindo-

se o Eixo IV com 86 milhões e o Eixo I com 71 milhões de Euros.

A 31/12/2010 verifica-se uma correspondência entre os Eixos com maior dotação e os Eixos com maiores taxas de aprovação. Assim os Eixos I, III e IV têm taxas de aprovação de, respectivamente, 63,7%, 82,7% e 69,1%.

3. Na generalidade das tipologias dos Eixos prioritários continuam a verificar-se constrangimentos na fase de análise, decorrentes da insuficiente instrução e maturação das candidaturas apresentadas, implicando a continuidade da implementação das Medidas para combater a situação, nomeadamente a nível do apoio dos Secretariados Técnicos no sentido de esclarecer e instruir os promotores

O Eixo Prioritário I – "Competitividade, Inovação e Conhecimento", apresentava em 31/12/2010 uma taxa de compromisso de 63,7% e uma taxa de execução de 13,2%, destacando-se o elevado nível de aprovações no âmbito dos Sistemas de Incentivos (1.552 projectos), com uma comparticipação FEDER de 341 milhões de Euros. A taxa de execução dos sistemas de incentivos passou de 7,2% para 26,8%, tendo em conta o orçamento indicativo para os sistemas de incentivos.

Os investimentos e as dinâmicas do ON.2, permaneceram convergentes com o objectivo global de promover um novo modelo competitivo para a Região do Norte. Com efeito, a procura de incentivos quer na componente dos apoios às empresas, quer na componente atribuído a projectos públicos ou não empresariais teve uma incidência significativa em domínios tecnológicos e actividades intensivas em conhecimento.

A elevada procura registada nos Sistemas de Incentivos originou uma maior selectividade, com focagem crescente em projectos inseridos em EEC e em projectos orientados para os mercados externos.

OE1 – Consolidação dos Serviços Colectivos Regionais de Suporte à Inovação e Promoção do Sistema Regional de Inovação. Registavam-se no final do ano 30 projectos aprovados que contribuem, de modo relevante, para a consolidação da rede regional de infra-estruturas tecnológicas e científicas, e ao mesmo tempo originaram a emergência de alguns projectos de grande dimensão.

OE2 / Apoio à Criação e Consolidação de "Clusters" Emergentes e de Empresas de Base Tecnológica. Em 2010 foram contratados projectos de 449 empresas inseridas em sectores intensivos em conhecimento e de média e alta tecnologia, aproximando-se assim da meta de 500 em 2010.

OE3 – Promoção e Desenvolvimento da Rede de Parques de Ciência e Tecnologia e de Operações Integradas de Ordenamento e de Acolhimento Empresarial. Estão neste momento

contratadas três operações relativas a parques de ciência e tecnologia, tendo sido aberto um concurso que visa completar a rede de parques e ciência e tecnologia da Região do Norte. Manteve-se a preocupação de uma forte selectividade, evitando a fragmentação de iniciativas e concentrando os recursos num número restrito de projectos com sustentabilidade e suportados pelas principais Universidades da Região do Norte. No domínio do acolhimento empresarial e no seguimento de concursos abertos em 2008, 2009 e 2010, encontram-se aprovadas condicionalmente oito operações de grande dimensão. No âmbito da contratualização estão aprovados 6 projectos que integram a rede complementar, os quais correspondem em regra a operações de requalificação de áreas já existentes, correspondendo a 54.072 m2 de área infra-estruturada

OE 4 – Requalificação, Inovação e Reforço das Cadeias de Valor nos Sectores de Especialização. Encontra-se largamente ultrapassada a meta para 2015, com 803 micro e pequenas empresas apoiadas.

OE 5 – Promoção de Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial. Os valores acumulados em 2010 ascendem a 94 acções colectivas, agrupadas nas 9 operações contratadas no domínio do SIAC-MERCA 2008. Em 2010 foi aberto um concurso visando o apoio a acções colectivas em áreas relevantes da economia regional.

OE 6 – Promoção da Economia Digital e da Sociedade do Conhecimento. Aprovadas e contratadas, até ao final do ano, 24 operações no âmbito do Plano Tecnológico da Educação, no valor total de 28 milhões € FEDER em concursos abertos fora da contratualização aos quais há a acrescer 30 operações que concorrem para o indicador de realização física Nº de projectos de promoção da economia digital e da sociedade do conhecimento, promovidos no âmbito da contratualização. Em finais de 2010 iniciou-se a preparação de um convite relativo a redes de nova geração para as zonas rurais.

OE 7 – Promoção de Acções de Eficiência Energética. Aprovadas 45 operações, 41 das quais relativas a eficiência energética em iluminação pública, 2 relativas a eficiência energética em equipamentos desportivos e 2 relativas à criação de agências de energia de âmbito supramunicipal. Em 2010 foram abertos um conjunto de concursos no âmbito da eficiência energética dirigidos predominantemente para intervenções de isolamento térmico e de água quente solar em equipamentos desportivos em que se verifica um maior consumo de energia, todos estes concursos ainda não decididos observaram uma adesão muito elevada.

O Eixo Prioritário II – "Valorização Económica de Recursos Específicos", centrado na promoção da competitividade

através da valorização económica de recursos específicos, engloba um conjunto coerente e, até, articulado de objectivos específicos, os quais foram objecto de um trabalho aprofundado de preparação no quadro das Agendas Temáticas que a CCDR-N desenvolveu, no seguimento da Iniciativa Norte 2015. O Eixo Prioritário 2 observou em 2010 um forte impulso na sua implementação, tendo a taxa de compromisso passado de 6,6% para 45,4%. A taxa de execução é de 6,1%.

Em 2010 e neste Eixo, sem contratualização, foram abertos seis concursos totalizando o montante de 50 milhões € FEDER, tendo sido aprovadas 46 operações no montante global de 102 milhões € FEDER. Em termos acumulados, até ao final do ano já tinham sido aprovadas 76 operações, representando um montante global de 109 milhões € FEDER e 163 milhões € de despesa elegível.

OE 1 – Valorização Económica da Excelência Turística Regional. No final do ano encontram-se contratadas 47 operações, com predomínio de operações inseridas no PDTVD – Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro. Foram abertos três novos concursos destinados às escolas de hotelaria e turismo e à rede de centros de informação turística.

OE 2 – Valorização Económica de Novos Usos do Mar. Contratadas duas importantes operações, aprovadas no seguimento de concursos abertos ainda em 2009: o Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões, o qual integra o Parque de Ciências e Tecnologias do Mar, e a Incubadora de Base Tecnológica para a Área das Ciências do Mar.

OE 3 – Valorização da Cultura e da Criatividade. Contratadas 18 operações, as quais decorreram dos concursos abertos ainda em 2009 relativos quer a Grandes Eventos, quer a Infra-estruturas Físicas. Aprovado o programa de acção relativo a relativo a "Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012".

OE 4 – Valorização de Novos Territórios de Aglomeração de Actividades Económicas. Este objectivo foi totalmente contratualizado com a AMP/CIM. As operações já aprovadas prevêem a infra-estruturação de áreas de acolhimento empresarial num total de 252.880 m2, ultrapassando a meta estabelecida para 2010 (200.000 m2).

OE 5 – Valorização Económica de Recursos Endógenos em Espaços de Baixa Densidade e Diversificação da Actividade Económica dos Territórios Rurais. Em 2010 este OE foi totalmente centrado nas EEC PROVERE, tendo-se concretizado, em 2010, a abertura de concursos dirigidos ao apoio de projectos inseridos nas referidas EEC.

O Eixo Prioritário III – "Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial" foi o Eixo que, em termos absolutos mais contribuiu para a execução do ano, com

151 milhões de Euros de FEDER executado, apresentando uma taxa de Taxa de Execução: 23,52% e uma taxa de compromisso de 82,7%.

O esforço realizado na qualificação dos serviços colectivos territoriais de proximidade traduz-se num aumento da coesão territorial da Região do Norte, permitindo a criação de condições que promovem a igualdade de oportunidades entre as populações dos meios rurais e urbanos.

OE 1 – Valorização e Qualificação Ambiental. Quanto aos Riscos Naturais e Tecnológicos (RNT) foram aprovados 20 projectos imateriais e 12 projectos materiais. Estes projectos integram a realização de 313 acções de sensibilização, divulgação e informação no âmbito da prevenção de riscos naturais, tecnológicos e sanitários, abrangendo uma população de cerca de 1.558.000 habitantes. Encontram-se cumpridas as metas para 2015 referentes ao número de acções e no que respeita à população abrangida encontra-se cumprida a meta de 2010 e 45% da meta de 2015.

No que respeita aos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) foram contratados 5 projectos que integram a realização de 5 acções de sensibilização, divulgação e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos, que abrangem, na sua totalidade, uma população de cerca de 283.144 habitantes. Encontra-se ultrapassada a meta de 2010 quanto ao número de acções e no que respeita à população abrangida por estas acções, a meta de 2010 encontra-se cumprida em 51,5%;

Quanto à Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas - Passivos Ambientais (RLCZE) foram aprovados cinco projectos que integram 15 acções de apoio à recuperação do passivo ambiental, abrangendo uma população de 31.718 habitantes. Encontra-se cumprida a meta de 2010 quanto à população abrangida.

OE 2 – Gestão Activa da Rede Natura e da Biodiversidade. Foram aprovados 36 projectos que, no seu conjunto abrangem uma área de 392.656 hectares de área classificada, o que corresponde a 43,1% da área classificada da Região do Norte. Foi ultrapassada a meta de 2010 no que respeita ao "número de intervenções de gestão activa em áreas classificadas", bem como as metas estabelecidas para 2015, no que respeita à percentagem de "acréscimo da área classificada abrangida por intervenções de gestão activa".

OE 3 – Qualificação dos Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade. No que respeita ao Ciclo Urbano da Água - foram contratados 28 projectos relativos a sistemas públicos de abastecimento de água, sendo sete deles de tipologia mista (de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais) e a sistemas públicos de drenagem de água.

Quanto à Requalificação da rede escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da

Educação Pré-Escolar (RRE), contratadas 292 centros escolares, abrangendo 66.466 alunos, valor muito superior às metas previstas para 2015, quer no que respeita ao número de centros escolares quer no que respeita a alunos abrangidos.

Na Saúde (S) - foram contratados 31 projectos de reconfiguração e requalificação de serviços de saúde, encontra-se assim cumprida a meta de 2010 no que respeita à população abrangida.

Nos Equipamentos Sociais - Creches (ES) foram apoiados 27 creches que abrangem 1.082 novos utentes. Assim, encontram já ultrapassadas as metas de 2015 quer quanto aos equipamentos apoiados quer quanto ao número de utentes.

No Eixo Prioritário IV – "Qualificação do Sistema Urbano", a nota dominante em 2010 foi o crescimento da execução face ao ano de 2009. Em valores absolutos a execução anual foi de 86 milhões de Euros FEDER. Deste modo no final de 2010 a Taxa de Compromisso era de 69,13% e a Taxa de Execução de 14,19%.

Este crescimento da execução estava desde o início prevista na programação do ON.2, dado o tempo que medeia entre a aprovação dos programas de acção das Parcerias para a Regeneração Urbana e a apresentação e aprovação das respectivas operações. Isto levou a Comissão Directiva a abrir, ainda em 2007 o primeiro concurso das PRU, logo seguido de mais dois no início de 2008. As operações foram, na sua maioria, aprovadas em 2010, processo que ainda continua em 2011.

OE 1 – Promoção de Operações para a Excelência Urbana e de Redes para a Competitividade e Inovação. Foram aprovadas 55 intervenções integradas de requalificação urbana estando largamente ultrapassada a meta para 2015.

Quanto às redes urbanas para a competitividade, as acções envolvem um conjunto de 14 cidades, estando praticamente atingida a meta para 2015.

Nas Parcerias para a Regeneração Urbana, encontram-se apoiadas 387 operações individuais, sendo a população abrangida por intervenção de requalificação urbana 1.127.271 habitantes. Este valor quase que triplica a meta para 2015. O espaço público integrado em projectos de requalificação urbana que deixou de estar afecto à circulação automóvel é de 15.065 m2, duplicando-se assim a meta para 2010.

OE 2 – Promoção de Operações Integradas em Zonas Prioritárias de Regeneração Urbana. Também aqui foram ultrapassadas as metas para 2015 tendo sido assinados 37 protocolos de parceria para a regeneração urbana apoiados, para uma área intervencionada por operações de regeneração urbana de 3.078.818 m^2, abrangendo uma população

por operação de regeneração urbana apoiadas de 1.127.271 habitantes.

OE 3 – Promoção da Mobilidade Urbana. Na mobilidade urbana foram aprovadas 65 operações de tratamento de pontos negros rodoviários, tendo sido ultrapassada a meta para 2010 e cumprida em 85,53% a meta de 76 intervenções estabelecida para 2015. Estas intervenções correspondem a uma redução da sinistralidade estimada em 30%, valor correspondente ao estabelecido para a meta de 2015.

Foram ainda apoiados 5 Interfaces e Acessos a Plataformas Logísticas no âmbito dos projectos do metro do Porto, ultrapassando a meta de 4 prevista para 2010.

OE 4 – Promoção da Conectividade do Sistema Urbano Regional. Quanto à conectividade do sistema urbano regional foram apoiados 1.134,7 km de rede viária que ultrapassam largamente as metas de 2015. Estas intervenções conduzem a uma redução média dos tempos de percurso de 10%, valor correspondente ao das metas estabelecidas para 2015.

O Eixo Prioritário V – "Governação e Capacitação Institucional" denota ainda níveis reduzidos, não obstante os indicadores de realização, em termos de operações contratadas, estarem em linha com as metas estabelecidas. A taxa de compromisso era, no final do ano de 26,5% e a taxa de Execução de 12,5%.

OE 1 – Modernização do Governo Electrónico e Melhoria da Relação das Empresas e dos Cidadãos com a Administração Desconcentrada e Local. Recorda-se que em 2009 atingiu-se as metas para 2015 no que respeita ao número de lojas do cidadão/centros multisserviços e ao número de população abrangida. O ritmo de execução das operações aprovadas tem sido mais lento que o previsto, sobretudo devido às dificuldades da AMA em dispor dos recursos financeiros necessários à concretização da comparticipação nacional.

OE 2 – Promoção da Capacitação Institucional e do Desenvolvimento Regional e Local. Foram abertos em 2010 um conjunto de 8 concursos, totalizando um montante de 37 milhões € FEDER, no âmbito dos quais foram apresentadas 174 candidaturas com um FEDER solicitado de 38 milhões €, com um investimento total de 58 milhões. Através destes concursos visa-se o reforço selectivo das instituições que mais directamente actuam sobre o desenvolvimento, ao nível regional, sub-regional e local. A estruturação de redes de instituições e a internacionalização foram dois outros objectivos visados.

4. Relativamente às políticas comunitárias, nomeadamente ao nível das regras de concorrência, dos mercados públicos, da

protecção do ambiente e da igualdade de oportunidades e não discriminação, a Autoridade de Gestão assegurou que as operações financiadas cumpriam com a legislação nacional de comunitária vigente.

Realce-se, quanto aos mercados públicos, que o ano de 2010 foi um ano bastante fértil, nomeadamente com a apresentação ao Presidente da Comissão Europeia do relatório Monti, do Acórdão do Tribunal Geral de 20 de Maio de 2010, da publicação do Decreto-Lei nº 72-A/2010 de 18 de Junho, do lançamento do Livro Verde relativo ao alargamento da utilização da contratação pública electrónica na União Europeia, culminando, já em 2011, com a realização da consulta pública relativa ao "Livro Verde sobre a modernização da política de contratos públicos da EU para um mercado dos contratos públicos mais eficiente na Europa".

Por estes motivos foi decidido pela Autoridade de Gestão em Dezembro de 2010, iniciar um estudo sobre a necessidade de submeter a regras de concorrência, entidades beneficiárias do Programa que face á legislação nacional estão fora do enquadramento jurídico da contratação pública.

5. Quanto ao cenário macroeconómico, o ano de 2010 deverá ter sido um ano de crescimento económico para a Região do Norte, tal como o foi a nível nacional e comunitário. Nos três anos anteriores, a Região do Norte evidenciou sempre um desempenho económico superior à média nacional: primeiro, registando uma taxa de crescimento do PIB regional da ordem dos 3.4%, em 2007; depois, conseguindo uma modesta taxa de crescimento de 0,7% em 2008, em contraste com a estagnação económica portuguesa, e não ainda uma recessão; e finalmente, atenuando a intensidade da recessão que marcou profundamente a economia nacional em 2009, com um crescimento negativo de 1,7%, face a - 2,5% do PIB nacional.

Nestes três últimos anos, o PIB da região convergiu com a média nacional e a média europeia pela primeira vez desde 2001. A participação da Região Norte na economia nacional passou de 27,8% para 28,2%.

Tal como em 2008 e 2009, a conjuntura externa voltou, em 2010, a ser decisiva para a evolução da economia regional. Será da reanimação continuada da procura externa que depende a evolução da economia regional no(s) próximo(s) ano(s). As perspectivas de evolução da procura interna são, pelo contrário, muito negativas, como resultado da necessidade de desalavancagem da economia nacional e regional, reduzindo o endividamento do Estado, das famílias e empresas. As dificuldades de financiamento da economia portuguesa têm sido e continuarão a ser, num futuro de curto e médio prazo, o principal estrangulamento ao seu crescimento. E são essas

dificuldades de financiamento que mais influenciarão o desempenho do ON.2 e, em termos gerais, do QREN na Região do Norte.

6. O nível de aprovações do QREN na Região do Norte não é proporcional à importância desta região NUTS II em termos populacionais e produtivos. De facto, a Região do Norte é, das regiões NUTS II do objectivo "Convergência", aquela que se apresenta o mais baixo nível de investimento aprovado "per capita", só muito ligeiramente superior ao que se regista em Portugal como um todo. Este resultado deve-se fundamentalmente às aprovações registadas no POFC e POVT que ficaram abaixo do expectável e desejável para a Região.

Esta desproporcional distribuição territorial dos fundos estruturais poderá ter consequências na evolução das assimetrias regionais em Portugal ao longo deste período de programação. A Região do Norte apresenta ainda o mais baixo rendimento "per capita" do país, situação que se tem vindo a manter há vários anos consecutivos. Não sendo uma situação meramente conjuntural, a política regional co-financiada pela União Europeia deveria potenciar uma inversão desta tendência, atribuindo Região os recursos financeiros necessários e, pelo menos, proporcionais à sua dimensão relativa. Esta reflexão tem vindo a ser efectuada às escalas regional (Autoridade de Gestão do ON.2 e CCDR-N) e nacional (Observatório do QREN, CTC do QREN e CMC do QREN) e espera-se que tenha consequências no processo de reprogramação em curso dos PO do QREN.

7. Ao longo do ano, a Comissão Directiva realizou 28 reuniões e 27 consultas escritas pontuais. Na origem da manutenção de um nível elevado de consultas escritas no primeiro semestre do ano e no último trimestre esteve a necessidade de se implementar uma dinâmica ao Programa que impulsionasse os níveis de execução financeira, sem descurar a abertura de concursos e a sua decisão, de forma a conseguir no final do ano, princípio de 2011, que a execução atingisse o nível que preparasse o Programa para alcançar os valores previstos para 2013, ano em que para além da *regra n+3* se terá de cumprir a *regra n+2*.

Ao longo do ano concedeu-se particular atenção ao processo de contratualização com a AMP/Comunidades Intermunicipais, tendo em conta a implementação do Memorandum de Entendimento celebrado entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios, de forma a garantir a qualidade da gestão contratualizada.

8. Através da Carta 8711, de 16 de Setembro de 2009, a Comissão Europeia comunicou a aprovação do Sistema de Gestão e Controle (SGC) criado para o

Programa por cumprir o disposto nos artigos 58º a 62º do REG (CE) 1083/2006, no que respeita à descrição da Autoridade de Gestão e dos organismos intermédios da rede dos sistemas de incentivos. Na mesma carta a Comissão Europeia comunicou a necessidade de se promover a descrição do SGC da AMP/CIM enquanto organismos intermédios.

Este processo iniciado no início de 2009, foi actualizado em 2010, envolvendo numa primeira fase os direitos e obrigações decorrentes do contrato de delegação de competências com subvenção global e, numa segunda fase, a adaptação do SGC ao Memorandum de Entendimento celebrado entre o Estado Português e a ANMP.

Tal descrição revestiu-se de uma complexa elaboração para acolher as orientações do Memorandum, porquanto entre outras, a Autoridade de Gestão avocou as competências de admissão e aprovação de candidaturas, e de validação das despesas das operações através da celebração de adendas aos contratos de delegação de competências com subvenção global.

Em simultâneo a Autoridade de Gestão converteu os actos confirmativos das aprovações praticadas pelos órgãos das CIM/AMP em actos de aprovação das candidaturas, procedendo ainda à validação de todos os pedidos de pagamento apresentados com o objectivo de garantir que o trabalho realizado pelos referidos Organismos Intermédios era equivalente ao que se obteria se o mesmo tivesse sido realizado directamente pela Autoridade de Gestão.

A descrição do SGC destes organismos intermédios obteve um parecer de conformidade por parte da Autoridade de Auditoria (IGF), tendo sido formalmente aceite pela Comissão Europeia em 1 de Dezembro de 2010, conforme a Carta n.º ARES 888100.

O controlo interno é uma área da máxima prioridade para a qualidade do Programa. Em 2010, uma vez estabilizado o sistema de gestão e controlo e existindo uma amostra relevante de execução certificada, promoveu-se a contratação de auditores externos que ensaiaram um primeiro exercício de controlo, o qual visava estabelecer a metodologia de controlo interno e testá-la por via da amostra. Os resultados foram apresentados à Autoridade de Gestão que os validou em 2011.

Relativamente ao controlo externo, o Programa foi objecto do *follow-up* de acções de auditoria e controlo anteriores por parte da IGF, IFDR bem como de uma nova auditoria da Unidade de Controlo e Auditoria do IFDR à Despesa Pública certificada de 01-01-2009 a 31-12-2009. Prevê-se que as recomendações cujo cumprimento dependa da Autoridade de Gestão estejam cumpridas no final do primeiro semestre de 2011.

9. A montagem do processo de acompanhamento tem seguido uma lógica modular. Depois da consolidação do processo de recolha, tratamento e reporte da informação respeitantes aos módulos de "Selecção de Candidaturas" e "Execução Financeira", o ano de 2010 foi dedicado ao desenvolvimento e consolidação dos módulos respeitantes à "Execução Física" e aos "Resultados". Assim, em 2010 foi possível estabilizar, em definitivo, os indicadores comuns nacionais (trimestrais e anuais) e passar a reportá-los com a periodicidade estabelecida.

Em 2010 decorreu a "Avaliação da Operacionalização do ON.2. Até esta altura, foi apresentado e aprovado o respectivo Relatório Final Preliminar. As conclusões e recomendações deste exercício de avaliação, conjuntamente com a estabilização do sistema de Indicadores Comuns Nacionais, serão fundamentais para assegurar o "fine tunning" do processo de reprogramação do ON.2 em curso.

O Plano de Avaliação do QREN e PO e o Plano de Avaliação do ON.2. foram, entretanto, alterados, iniciando-se o processo de "Avaliação Intercalar do ON.2" em 2011.

10. O Plano de Comunicação do ON.2 atingiu em 2010 a "velocidade de cruzeiro". Este ano representa o momento decisivo na concretização da estratégia de branding – centrada no double naming "ON.2 - O Novo Norte" – e da aposta na notoriedade mediática, como vias do aumento do reconhecimento, diferenciação e da reputação da marca do Programa Operacional, assim como da construção e comunicação da sua narrativa, isto é, da sua visão regional, objectivos estratégicos e principais apostas de desenvolvimento e investimento. Números e factos, indicadores e exemplos não faltam, como adiante se verá.

Com efeito, crê-se que os esforços empreendidos no Plano de Comunicação até ao momento e os resultados, em termos de realização e impacto, apresentados e demonstrados neste relatório, revelam já maturidade e continuarão a concorrer para o sucesso aplicação do Programa Operacional e respectivos objectivos de desenvolvimento regional, dos seus beneficiários, da imagem pública dos fundos estruturais em Portugal e da afirmação de uma imagem mais positiva, promissora e de mudança da Região do Norte.

Em 2010, a exposição mediática do ON.2 (numa vertente noticiosa editorial) quadruplicou face a 2009 e octuplicou face a 2008, tendo alavancado uma forte saliência pública da sua marca e consolidado o processo de construção de um posicionamento (identidade) e de uma narrativa (mensagens) no espaço mediático e social regional e nacional. Enquanto isso, a assinatura "O Novo Norte", que exprime simbolicamente a

visão, o "adn" e o lema do ON.2 para a Região Norte, afirmou-se na opinião pública, a um largo espectro (abrangendo todos os "públicos-alvo" definidos para o Programa Operacional, incluindo os chamados "novos públicos"). Tal facto fica em boa medida a dever-se ao investimento na constituição de três territórios de comunicação: a grande iniciativa "Prémios NOVO NORTE", pioneira no país e organizada em parceria com o "Jornal de Notícias"; o programa televisivo "Novo Norte" (co-produzido em parceria com a estação "Porto Canal"); os eventos dedicados aos "novos públicos", em que se destacam as realizações "Zoom Europa" (em parceria com diversas instituições e órgãos de comunicação social) e "O Novo Norte no Portugal Tecnológico 2010", cujo stand foi o mais visitado no pavilhão das Regiões daquela feira, na FIL, em Lisboa, permitindo ainda a criação de uma forte notoriedade mediática e institucional, associada aos 20 casos de inovação e criatividade científica e empresarial apresentados nesse espaço.

De acordo com a avaliação externa independente realizada no ON.2, no contexto do estudo "Avaliação da Operacionalização do ON.2 – O Novo Norte" (Relatório Final Preliminar, CEDRU, Fevereiro 2011), no final de 2010 era possível afirmar que «as inúmeras acções de informação e comunicação desenvolvidas, a projecção mediática e visibilidade e notoriedade públicas de alguns eventos e iniciativas (como os Prémios NOVO NORTE) têm contribuído para uma melhoria acentuada no conhecimento / reconhecimento do Programa na Opinião Pública.»

11. Num breve balanço pode dizer-se que o ano de 2008 um ano de transição i dominado pelas dificuldades relacionadas com variáveis tais como o "timing" do encerramento do QCA III e do arranque do ON, a alteração substancial do quadro normativo e de governação face ao período de programação anterior, o novo Sistema de Gestão e Controlo e a estabilização e compatibilidade entre sistemas de informação que protelaram o início da execução financeira do Programa. Assinale-se ainda que em 2008 não estava integralmente aprovado o quadro regulamentar do Programa, inviabilizando assim a abertura de concursos para muitas das tipologias previstas.

O ano de 2009 caracterizou-se pela normalização e estabilização do conjunto de aspectos organizacionais, procedimentais e administrativos, cuja indefinição inicial ou novidade não deixou de afectar negativamente a actividade desenvolvida, com implicações profundas sobre a taxa de execução financeira. Não obstante, pode dizer-se que em 2009 as aprovações alcançaram um bom nível.

No ano de 2010 continuaram a ocorrer alterações relativas a regras, regulamentos e procedimentos, sendo de destacar a implementação do

Memorandum de Entendimento celebrado entre o Estado e a ANMP.

No entanto, o Programa conseguiu, no ano agora em análise, manter um elevado nível de aprovações, e cumprir o seu maior repto actual: acelerar a execução.

Tendo sido atingido um elevado volume de aprovações, a Autoridade de Gestão deu especial atenção aos problemas associados à execução dos projectos já aprovados, com os resultados atrás referenciados.

De facto a Autoridade de Gestão sabia que, genericamente, o atraso no arranque ou no ritmo de execução das operações prendia-se com iniludíveis dificuldades, por parte de um número significativo de beneficiários, em mobilizar os recursos financeiros necessários ao co-financiamento dos projectos. Com efeito, a envolvente macroeconómica e financeira que tem caracterizado os últimos três anos gerou fortes restrições de liquidez.

A Autoridade de Gestão tem consciência que ao QREN em geral e ao ON.2 em particular, está reservada, num cenário de diminuição da despesa pública, nomeadamente de investimento, uma função essencial na dinamização da actividade económica, ajudando a dotar o País e a Região do Norte dos meios necessários para o incremento dos seus níveis de competitividade, inovação e desenvolvimento.

Tendo em conta os concursos em fase de decisão e o Plano Anual de Concursos para 2011, estima-se que, no final do ano a taxa de compromisso do programa como um todo se situe na casa dos 90%. Se a isso somarmos os níveis registados de execução, os valores globais acumulados, reportados ao final de 2011, deixam prever que a taxa de execução financeira situar-se-á em 40%, quase que triplicando a taxa de 2010 e alinhando com a taxa média do QREN.

Trata-se de uma previsão ambiciosa, motivada pela situação do País, na convicção que o tecido empresarial da Região, bem como as suas entidades públicas, nomeadamente as autarquias locais, Estado, universidades, empresas públicas e entidades sem fins lucrativos, darão o seu contributo a este objectivo nacional.

Nesta previsão existem três factores determinantes: a existência de verbas do "PIDDAC – Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central" para assegurar a contrapartida nacional das operações financiadas, a implementação do empréstimo-quadro entre a República e o BEI para o financiamento das operações QREN, a capacidade do sistema bancário em financiar as empresas e entidades públicas.

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL ..... **XIV**

ÍNDICE DE FIGURAS ..... **XIX**

ÍNDICE DE TABELAS ..... **XXII**

ÍNDICE DE QUADROS ..... **XXIV**

INTRODUÇÃO ..... **XXVI**

1. APRESENTAÇÃO DO ON.2 - O NOVO NORTE **1**

2. EXECUÇÃO DO ON.2 - O NOVO NORTE **9**

2.1. REALIZAÇÃO E ANÁLISE DOS PROGRESSOS **9**

2.1.1. REALIZAÇÃO FÍSICA DO ON.2 - O NOVO NORTE **9**

2.1.2. REALIZAÇÃO FINANCEIRA DO ON.2 - O NOVO NORTE **12**

2.1.2.2. FLUXOS FINANCEIROS **17**

2.1.3. INFORMAÇÃO SOBRE A REPARTIÇÃO DA UTILIZAÇÃO DOS FUNDOS **20**

2.1.4. INFORMAÇÃO SOBRE O APOIO COMUNITÁRIO POR GRUPOS ALVO **24**

2.1.5. APOIO RESTITUÍDO OU REUTILIZADO **25**

2.1.6. ANÁLISE QUALITATIVA **25**

2.1.6.1. CONTRIBUTO DO ON.2 PARA O "EARMARKING" **25**

2.1.6.2 BALANÇO SINTÉTICO POR EIXO PRIORITÁRIO E POR OBJECTIVO ESPECÍFICO **30**

2.2. INFORMAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE COM O DIREITO COMUNITÁRIO **38**

2.2.1. REGRAS DA CONCORRÊNCIA **38**

NOTIFICAÇÃO DE APOIO BANDA LARGA **44**

2.2.2. MERCADOS PÚBLICOS **46**

2.2.3. PROTECÇÃO DO AMBIENTE **49**

2.2.4. IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E NÃO DISCRIMINAÇÃO **50**

2.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER **53**

2.3.1. PROBLEMAS ASSOCIADOS AO CICLO DE VIDA DO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO DO QREN / POS **54**

2.3.2. PROBLEMAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS AO NÍVEL DOS PROCEDIMENTOS .. 57
2.3.3. PROBLEMAS AO NÍVEL DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA: COMO RESOLVER O CONFLITO RESTRIÇÃO FINANCEIRA VERSUS ACELERAÇÃO DA EXECUÇÃO? 62
2.3.4. PROBLEMAS PERTINENTES PARA UMA FUTURA REPROGRAMAÇÃO 64
2.3.5. CONTRATUALIZAÇÃO COM AS CIM 66
2.4. MUDANÇAS NO CONTEXTO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL 67
2.4.1. CRESCIMENTO ECONÓMICO 67
2.4.2. COMÉRCIO INTERNACIONAL DE MERCADORIAS 70
2.4.2.1 IMPORTÂNCIA RELATIVA DA REGIÃO DO NORTE NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE PORTUGAL 70
2.4.2.2 EXPORTAÇÕES DE MERCADORIAS DA REGIÃO DO NORTE EM 2010 73
2.4.2.3 IMPORTAÇÕES DE MERCADORIAS PELA REGIÃO DO NORTE EM 2010 77
2.4.3 CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO 79
2.4.4 ACTIVIDADE TURÍSTICA 83
2.4.5 ENDIVIDAMENTO DAS EMPRESAS 84
2.4.6 EMPREGO 86
2.4.7 DESEMPREGO 89
2.4.8 BREVE NOTA CONCLUSIVA SOBRE A EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE CONTEXTO NA REGIÃO DO NORTE E ENQUADRAMENTO PROSPECTIVO DA GESTÃO DO ON.2 94
2.4.8.1 AS CONDIÇÕES DE CONTEXTO NA REGIÃO DO NORTE EM 2010 94
2.4.8.2 BREVE NOTA PROSPECTIVA 96
2.5. ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL NA ACEPÇÃO DO ARTIGO 57º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1083/2006 97
2.6. COMPLEMENTARIDADE 98
2.6.1.COMPLEMENTARIDADE ENTRE FUNDOS 98
2.6.2. A INICIATIVA JESSICA 100
2.6.3 A EXECUÇÃO DO ON.2 NA REGIÃO DO NORTE NO CONTEXTO DO QREN 102
2.7. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO 115
2.7.1. ACOMPANHAMENTO: MONITORIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE CONTEXTO E MONITORIZAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 115
2.7.2. AUTORIDADE DE GESTÃO 120

2.7.3. COMISSÃO DE ACONSELHAMENTO ESTRATÉGICO 138

2.7.4. COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO 138

2.7.5. PARCERIAS 139

***PARCERIAS DE NÍVEL ESTRATÉGICO* 140**

2.7.6. SUBVENÇÕES GLOBAIS 153

2.7.7 COMPLIANCE ASSESSMENT 157

2.7.8. CONTROLO INTERNO 162

2.7.9. AUDITORIAS E CONTROLO 164

2.7.9.1 ACÇÃO DE AUDITORIA DA AUTORIDADE DE AUDITORIA - IGF 165

2.7.9.2 ACÇÃO DE AUDITORIA DA ESTRUTURA DE AUDITORIA SEGREGADA DO IFDR 165

2.7.9.3 ACÇÃO DE AUDITORIA AO MODELO DE GOVERNAÇÃO E CONTROLO DO QREN - TRIBUNAL DE CONTAS 167

2.7.10. SISTEMA DE INFORMAÇÃO 168

2.7.10.1 PLATAFORMA TECNOLÓGICA 168

2.7.10.2 SIGON.2 170

2.7.10.3 ITIL 174

2.7.10.4 PREVISÃO PARA 2011 176

2.7.11. AVALIAÇÃO DO ON.2 – O NOVO NORTE NO CONTEXTO DO QREN 177

2.7.11.1 ARTICULAÇÃO ENTRE O PLANO DE AVALIAÇÃO DO ON.2 E O PGA 187

2.7.11.2 REDE DE INTERLOCUTORES DE AVALIAÇÃO DO QREN 189

2.7.11.3. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA 192

2.7.11.3.1. METODOLOGIA DE ANÁLISE 192

2.7.11.3.2. ANÁLISE DO DESEMPENHO AMBIENTAL E DE SUSTENTABILIDADE DO ON.2 – O NOVO NORTE 195

2.7.11.3.3. ANÁLISE DO GRAU DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA AAE 200

2.7.11.3.4. ANÁLISE COMPLEMENTAR E MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO 204

3. EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO 206

3.1. EIXO PRIORITÁRIO 1 – COMPETITIVIDADE, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO 206

3.1.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS 206

3.1.2. ANÁLISE QUALITATIVA 212

3.1.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER 239
3.2. EIXO PRIORITÁRIO 2 – VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DE RECURSOS ESPECÍFICOS 246
3.2.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS 247
3.2.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER 262
3.3. EIXO PRIORITÁRIO 3 – VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL 262
3.3.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS 262
3.3.2. ANÁLISE QUALITATIVA 269
3.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER 282
3.4. EIXO PRIORITÁRIO 4 – QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA URBANO 283
3.4.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS 283
3.4.2. ANÁLISE QUALITATIVA 286
3.4.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER 302
3.5. EIXO PRIORITÁRIO 5 – GOVERNAÇÃO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL 303
3.5.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS 303
3.6 SUBVENÇÃO GLOBAL 310
4. GRANDES PROJECTOS 318
4.1 APROVAÇÃO DO PROJECTO PELO POR NORTE 318
4.2 GRANDE PROJECTO – PROCESSO DE APRESENTAÇÃO À COMISSÃO EUROPEIA 321
4.3 EXECUÇÃO DO PROJECTO 322
5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA 325
ANÁLISE DA EXECUÇÃO 325
6. INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO 329
6.1 CONTEXTO GERAL DE IMPLEMENTAÇÃO 332
6.2 PRINCIPAIS PROGRESSOS DO PLANO DE COMUNICAÇÃO EM 2010 334
7. CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2011 378
7.1. BALANÇO GLOBAL SOBRE A EXECUÇÃO EM 2010 378
7.2. PREVISÕES E PERSPECTIVAS PARA 2011 386

ANEXOS **393**

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1.1 - PRIORIDADES ESTRATÉGICAS 2
FIGURA 1.2 - ÁRVORE DE OBJECTIVOS 3
FIGURA 1.3 - TAXA DE FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO POR EIXO 7
FIGURA 1.4 - A GOVERNAÇÃO DO ON.2 – O NOVO NORTE 8
FIGURA 2.1 - TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO, EM VOLUME 68
FIGURA 2.2 - DECOMPOSIÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÓMICO NA REGIÃO DO NORTE: PIB, EMPREGO TOTAL E PRODUTIVIDADE (PIB/EMPREGO) 69
FIGURA 2.4 - DETERMINAÇÃO DA IMPORTÂNCIA RELATIVA DA REGIÃO DO NORTE ENQUANTO ORIGEM DAS EXPORTAÇÕES NACIONAIS 72
FIGURA 2.5 - DETERMINAÇÃO DA IMPORTÂNCIA RELATIVA DA REGIÃO DO NORTE ENQUANTO DESTINO DAS IMPORTAÇÕES NACIONAIS 73
FIGURA 2.6 - DINÂMICAS COMPARADAS DE CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES, A PREÇOS CORRENTES (VARIAÇÕES ANUAIS, EM %) 73
FIGURA 2.7 - CRESCIMENTO EM VALOR DAS EXPORTAÇÕES DA REGIÃO DO NORTE, POR MERCADOS (VARIAÇÕES ANUAIS, EM %) 74
FIGURA 2.8 - DINÂMICAS COMPARADAS DE CRESCIMENTO DAS IMPORTAÇÕES, A PREÇOS CORRENTES (VARIAÇÕES ANUAIS, EM %) 77
FIGURA 2.9 - IMPORTAÇÕES DA REGIÃO DO NORTE (CRITÉRIO MISTO), POR GRANDES CATEGORIAS ECONÓMICAS 78
FIGURA 2.10 - CONSTRUÇÕES NOVAS LICENCIADAS NA REGIÃO DO NORTE 80
FIGURA 2.11 - TAXAS DE VARIAÇÃO ANUAL NO LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES NOVAS 81
FIGURA 2.12 RECONSTRUÇÕES LICENCIADAS POR CADA 100 CONSTRUÇÕES NOVAS LICENCIADAS 81
FIGURA 2.13 - ÍNDICE "CONFIDENCIAL IMOBILIÁRIO": PREÇOS DE HABITAÇÃO 82
FIGURA 2.14 - AVALIAÇÃO BANCÁRIA DE HABITAÇÃO (VARIAÇÕES ANUAIS, EM %, DOS VALORES MÉDIOS POR M^2) 83
FIGURA 2.15 - ACTIVIDADE HOTELEIRA NA REGIÃO DO NORTE(VARIAÇÕES ANUAIS, EM %). 84

FIGURA 2.16 - NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO AEROPORTO SÁ CARNEIRO 84
FIGURA 2.17 - EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS A SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS (SALDOS EM FIM DE PERÍODO) 85
FIGURA 2.18 RÁCIOS DE CRÉDITO VENCIDO DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS 85
FIGURA 2.19 - TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO EMPREGADA (SOBRE VALORES MÉDIOS ANUAIS) 87
FIGURA 2.20 - TAXAS DE EMPREGO (DOS 15 AOS 64 ANOS) 87
FIGURA 2.21 - POPULAÇÃO EMPREGADA POR RAMOS DE ACTIVIDADE – REGIÃO DO NORTE 88
FIGURA 2.22 - TAXAS DE DESEMPREGO: PORTUGAL E REGIÃO DO NORTE (VALORES MÉDIOS ANUAIS) 90
FIGURA 2.23 - TAXAS DE DESEMPREGO NA REGIÃO NORTE, POR GÉNERO (VALORES MÉDIOS ANUAIS) 90
FIGURA 2.24 - TAXAS DE DESEMPREGO NA REGIÃO NORTE, POR GRUPO ETÁRIO (VALORES MÉDIOS ANUAIS) 91
FIGURA 2.25 - TAXAS DE DESEMPREGO NA REGIÃO NORTE, POR NÍVEIS DE INSTRUÇÃO (VALORES MÉDIOS ANUAIS) 91
FIGURA 2.26 - DESEMPREGO REGISTADO (MÉDIA ANUAL DE 2010) 92
FIGURA 2.27 - INDICADOR LOCAL DE DESEMPREGO REGISTADO - 2010 93
FIGURA 2.28 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL JESSICA PORTUGAL 100
FIGURA 2.29 - CALENDÁRIO DE IMPLEMENTAÇÃO DA INICIATIVA JESSICA 101
FIGURA 2.30 - FUNDO DISPONÍVEL *VERSUS* FUNDO APROVADO DO QREN E DOS PO 103
FIGURA 2.31- DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS FUNDOS ESTRUTURAIS (FE) DO QREN 103
FIGURA 2.32 - FE DO QREN APROVADOS “PER CAPITA” E POR REGIÕES NUTS II 104
FIGURA 2.33 - APROVAÇÕES NOS PO REGIONAIS FACE AO TOTAL DE APROVAÇÕES QREN POR NUTS II 106
FIGURA 2.34 - FUNDO DISPONÍVEL *VERSUS* FUNDO APROVADO DOS PO TEMÁTICOS 106
FIGURA 2.35- DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO FSE APROVADO PELO POPH 107
FIGURA 2.36- APROVAÇÕES POR EIXOS PRIORITÁRIOS DO POPH 108
FIGURA 2.37 - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO FEDER APROVADO PELO PO FC 108

FIGURA 2.38- APROVAÇÕES POR EIXOS PRIORITÁRIOS DO POFC 110
FIGURA 2.39 - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO FEDER E FC APROVADOS NO PO VT 110
FIGURA 2.40 - APROVAÇÕES POR EIXOS PRIORITÁRIOS DO POVT 112
FIGURA 2.41 - PO REGIONAIS: FUNDO DISPONÍVEL VS FUNDO APROVADO 112
FIGURA 2.42- DISTRIBUIÇÃO DO FEDER APROVADO DO ON2 POR UT DO QREN 113
FIGURA 2.43 - ÍNDICE DE DISTRIBUIÇÃO DO ON2 APROVADO, *PER CAPITA* 114
FIGURA 2.44 - ARQUITECTURA GLOBAL DO SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO DO QREN 116
FIGURA 2.45 - ORGANOGRAMA DA AUTORIDADE DE GESTÃO 136
FIGURA 2.46 – CICLO DE PLANEAMENTO DA REGIÃO DO NORTE 140
FIGURA 2.47 – PROVERE REGIÃO DO NORTE 148
FIGURA 2.48 – PLATAFORMA TECNOLÓGICA 169
FIGURA 2.49 – A ESTRUTURA DE ITIL V3 174
FIGURA 3.1 - ANÁLISE DA EVOLUÇÃO 273
FIGURA 3.2 - ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO EIXO PRIORITÁRIO 4 290

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 2.1 REALIZAÇÃO FÍSICA 10

TABELA 2.2 - REALIZAÇÃO FINANCEIRA 18

TABELA 2.3 - REPARTIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO POR FORMA DE FINANCIAMENTO 20

TABELA 2.4 - REPARTIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO POR TIPO DE TERRITÓRIO 21

TABELA 2.5 - REPARTIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO POR ACTIVIDADE ECONÓMICA 22

TABELA 2.6 - PROJECTOS APROVADOS EM TEMAS PRIORITÁRIOS DE "EARMARKING" 27

TABELA 3.1 REALIZAÇÃO FÍSICA DO EIXO PRIORITÁRIO 1 (INCLUI SI E CONTRATUALIZAÇÃO) 208

TABELA 3.2 INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS DO EIXO PRIORITÁRIO 1 (INCLUI SI E CONTRATUALIZAÇÃO) 210

TABELA 3.3 –SISTEMAS DE INCENTIVOS - PROJECTOS INSERIDOS EM EEC 217

TABELA 3.4 – CANDIDATURAS APROVADAS – REPARTIÇÃO POR SISTEMAS DE INCENTIVOS 218

TABELA 3.5 EIXO PRIORITÁRIO 1 - CONCURSOS ABERTOS EM 2010 225

TABELA 3.6 ON.2 – OPERAÇÕES CONTRATADAS DE APOIO A I&D (EP1) 233

TABELA 3.7 REALIZAÇÃO FÍSICA DO EIXO PRIORITÁRIO 2 (INCLUI CONTRATUALIZAÇÃO) 248

TABELA 3.8 - INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS DO EIXO PRIORITÁRIO 2 249

TABELA 3.9 - EIXO PRIORITÁRIO 2 - CONCURSOS ABERTOS EM 2010 (EXCEPTO CONCURSOS NO QUADRO DA CONTRATUALIZAÇÃO) 259

TABELA 3.10 - EEC PROVERE ENQUADRADAS PELO ON.2 261

TABELA 3.11 REALIZAÇÃO FÍSICA DO EIXO PRIORITÁRIO 3 266

TABELA 3.12 - INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS – EIXO PRIORITÁRIO 3 267

TABELA 3.13 - EIXO PRIORITÁRIO 3 - PONTO DE SITUAÇÃO DOS CONCURSOS ABERTOS EM 2010 269

TABELA 3.14 - TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIOS 272

TABELA 3.15- REALIZAÇÃO FÍSICA DO EIXO PRIORITÁRIO 4 284

TABELA 3.16 EIXO PRIORITÁRIO 4 – INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS 286

TABELA 3.17 PONTO DE SITUAÇÃO – CONCURSOS ABERTOS EM 2010 288

TABELA 3.18 EIXO PRIORITÁRIO 4 – TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIOS 289

TABELA 3.19 REALIZAÇÃO FÍSICA DO EIXO PRIORITÁRIO 5 (INCLUI CONTRATUALIZAÇÃO) 304

TABELA 3.20 EIXO PRIORITÁRIO 5 – INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS (INCLUI CONTRATUALIZAÇÃO) 305

TABELA 3.21 EIXO PRIORITÁRIO 5 - CONCURSOS ABERTOS EM 2010 (EXCEPTO CONCURSOS NO QUADRO DA CONTRATUALIZAÇÃO) 307

TABELA 5.1 REALIZAÇÃO FÍSICA DO EIXO PRIORITÁRIO 6 327

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 2.1 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO NO PROGRAMA 2008/2009/2010, POR EIXOS PRIORITÁRIOS 12

QUADRO 2.2 – EVOLUÇÃO DAS APROVAÇÕES NO PROGRAMA 2008/2009/2010, POR EIXOS PRIORITÁRIOS 13

QUADRO 2.3 – TAXAS DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA EM 2010 FACE À SUA DOTAÇÃO E APROVAÇÕES REALIZADAS, POR EIXOS PRIORITÁRIOS 14

QUADRO 2.4 – CRESCIMENTO DA EXECUÇÃO NO PROGRAMA – 2010 / 1º TRIMESTRE 2011 ... 15

QUADRO 2.5 - EXECUÇÃO TRIMESTRAL DO PROGRAMA 17

QUADRO 2.6 - PEDIDOS DE CERIFICAÇÃO DE DESPESA (PCD) APRESENTADOS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO 18

QUADRO 2.7 - FLUXOS FINANCEIROS DO PROGRAMA 19

QUADRO 2.8 – DISTRIBUIÇÃO DOS MONTANTES APROVADOS E EXECUTADOS NO PROGRAMA, POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIOS 24

QUADRO 2.9 - RELEVÂNCIA DOS TEMAS "EARMARKING" NA PROGRAMAÇÃO E NAS APROVAÇÕES 26

QUADRO 2.10 – AUXÍLIOS COMUNICADOS À COMISSÃO EUROPEIA 39

QUADRO 2.11 – SÍNTESE DO ENQUADRAMENTO POR SISTEMA DE INCENTIVOS 40

QUADRO 2.12 – SI INOVAÇÃO – ENQUADRAMENTO ACTUAL DOS AUXÍLIOS DE ESTADO 41

QUADRO 2.13 – SI INOVAÇÃO – EVOLUÇÃO DO ENQUADRAMENTO NOS AUXÍLIOS DE ESTADO 41

QUADRO2.14 – SI I&DT – ENQUADRAMENTO ACTUAL DOS AUXÍLIOS DE ESTADO 41

QUADRO 2.15 – SI I&DT – EVOLUÇÃO DO ENQUADRAMENTO NOS AUXÍLIOS DE ESTADO 42

QUADRO 2.16 – SI QUALIFICAÇÃO PME – ENQUADRAMENTO ACTUAL DOS AUXÍLIOS DE ESTADO 43

QUADRO 2.17 – SI QUALIFICAÇÃO PME – EVOLUÇÃO DO ENQUADRAMENTO NOS AUXÍLIOS DE ESTADO 43

QUADRO 2.18 - APOIO NO ÂMBITO DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E NÃO DISCRIMINAÇÃO 51

QUADRO 2.19 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES: ENCONTRO ANUAL ENTRE CE E AG 53

QUADRO 2.20 - ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES DA REGIÃO DO NORTE (CRITÉRIO MISTO) POR GRUPOS DE PRODUTOS, DE 2005 A 2010 (VALORES EM % DO TOTAL DE CADA ANO) ... 74
QUADRO 2.21 - VARIAÇÃO ANUAL (EM %) DAS IMPORTAÇÕES DA REGIÃO DO NORTE (CRITÉRIO MISTO), POR GRANDES CATEGORIAS ECONÓMICAS, A PREÇOS CORRENTES ... 79
QUADRO 2.23 – DELIBERAÇÕES DA COMISSÃO DIRECTIVA DO ON.2 ... 120
QUADRO 2.24 – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS E DE GESTÃO ... 130
QUADRO 2.25 – FORMAÇÃO ACADÉMICA E DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO ... 137
QUADRO 2.26 – DELIBERAÇÕES DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO ... 138
QUADRO 2.27 – CONTRATUALIZAÇÃO CIM/AMP ... 156
QUADRO 3.1 – CIM/AMP/CONCURSOS LANÇADOS ... 311
QUADRO 3.2 - CANDIDATURAS APROVADAS EM 2010 E INVESTIMENTO ASSOCIADO ... 311
QUADRO 3.3 - FEDER APROVADO EM 2010 POR EIXO ... 312
QUADRO 3.4 - FEDER APROVADO ATÉ 2010 POR EIXO ... 313
QUADRO 3.5 -CANDIDATURAS E FEDER APROVADOS ATÉ 2010 ... 313
QUADRO 3.6 - EXECUÇÃO FINANCEIRA - FEDER VALIDADO ATÉ 31.12.2010 ... 314
QUADRO 3.7 - INDICADORES FINANCEIROS - REPORTE A 31.12.2010 ... 315
QUADRO 5.1 – TIPOLOGIA DE DESPESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ... 326
QUADRO 7.1 – PREVISÕES DE PEDIDOS DE PAGAMENTO À CE EM 2011 E 2012 ... 387

INTRODUÇÃO

Este Relatório de Execução resulta, antes de mais, do imperativo, estabelecido no ponto 1 do Artigo 67º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 de 31 de Julho, do envio à Comissão Europeia de um relatório de execução anual do "ON.2 – O Novo Norte". Essa necessidade está expressa, igualmente, na alínea f) do ponto 1 do Artigo 46º do Decreto-lei nº 74/2008, de 22 de Abril, que acrescenta, ainda, que este relatório deverá será enviado para apreciação da Comissão Ministerial de Coordenação dos PO regionais do continente e aprovação da respectiva Comissão de Acompanhamento.

Mas a motivação para o elaborar não resulta de simples imperativos regulamentares. Este é, anualmente, o momento de prestar contas sobre a execução do "ON.2 – O Novo Norte" aos cidadãos e às entidades que os representam. Assim, este exercício de "accountability" das políticas públicas não é só um imperativo legal; é, muito mais do que isso, um dever de quem gere recursos públicos em nome de todos e em benefício do colectivo.

A elaboração do Relatório de Execução de 2010 é, ainda, um momento de consolidação do balanço sobre a actividade já desenvolvida, contribuindo para uma melhor aferição do sentido das acções que começaram a ser empreendidas em 2011; no balanço aqui efectuado fundamentam-se perspectivas e previsões elaboradas para o futuro. Assim, embora o planeamento da actividade para o ano em curso tenha precedido a elaboração do presente Relatório de Execução, este último não deixa de ser um instrumento de gestão relevante para a acção futura.

Em termos de conteúdo, este Relatório procura dar resposta aos quesitos definidos pela Comissão Europeia no ponto 2 do Artigo 67º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 de 31 de Julho. Para esse efeito, adoptou-se, com as necessárias adaptações, a estrutura definida na Norma nº 8/2011 "Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão. Estrutura e conteúdo dos Relatórios de Execução de 2010", comunicada às Autoridades de Gestão pelo IFDR.

Assim, o Relatório de Execução de 2010 do "ON.2 – O Novo Norte" segue a estrutura que a seguir se indica.

O Capítulo 1 é dedicado à apresentação sintética do Programa Operacional.

No Capítulo 2 procede-se à análise da execução global do programa em 2010, centrada na análise quer da realização física quer da realização financeira. Esse capítulo integra ainda a referência a aspectos complementares relevantes, nomeadamente os relativos às mudanças ocorridas no contexto, à complementaridade com outros instrumentos e às acções realizadas no

domínio do acompanhamento e da avaliação.

O Capítulo 3 detalha a análise sobre a execução física ao nível dos Eixos Prioritários, com excepção do eixo relativo à Assistência Técnica.

O Capítulo 4 aborda os grandes projectos, na acepção comunitária. O Capítulo 5 é dedicado à Assistência Técnica, enquanto que o Capítulo 6 descreve as acções empreendidas ao nível da Informação e da Divulgação.

Finalmente, o Capítulo 7 formula as principais Conclusões e dá conta das Previsões para o ano de 2011.

1. APRESENTAÇÃO DO ON.2 - O NOVO NORTE

Programa Operacional	**Objectivo:** Convergência e Competitividade e do Emprego
	Zona Elegível: NUT II NORTE
	Período de Programação: 2007-2013
	Número do Programa (CCI): 2007 PT 16 1 PO 002
	Designação do Programa: Programa Operacional Regional do Norte 2007/2013
Relatório Anual de Execução	**Ano do relatório:** 2010
	Data de aprovação do relatório anual pela Comissão de Acompanhamento:

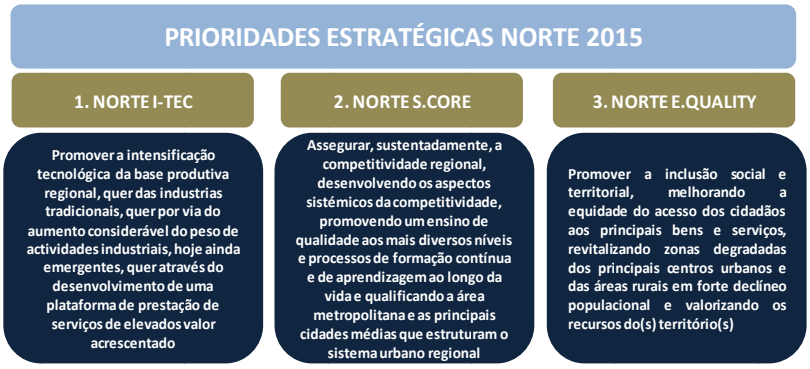
O Programa Operacional Regional do Norte 2007- 2013, designado por ON.2 - "O Novo Norte", foi aprovado pela Comissão Europeia a 10 de Outubro de 2007. Financiado exclusivamente pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), apresenta um co-financiamento comunitário que ascende a 2.712 milhões de Euros (12,5% do montante dos Fundos Estruturais afectos ao QREN), o maior de todos os Programas Operacionais Regionais. Este montante FEDER permite alavancar um investimento total de 4.255 milhões de Euros.

O processo de elaboração deste Programa iniciou-se, em 2005, com o lançamento da iniciativa "Norte 2015, promovida pela CCDR-N e com o apoio do Conselho Regional do Norte, que se consubstanciou num exercício de análise prospectiva da Região do Norte (NUTS II) partilhada entre os diversos actores nacionais, regionais e locais para o período de programação 2007-2013. A partir desta análise, definiu-se a estratégia de desenvolvimento regional, cujo objectivo global se traduz na "Visão NORTE 2015".

VISÃO NORTE 2015

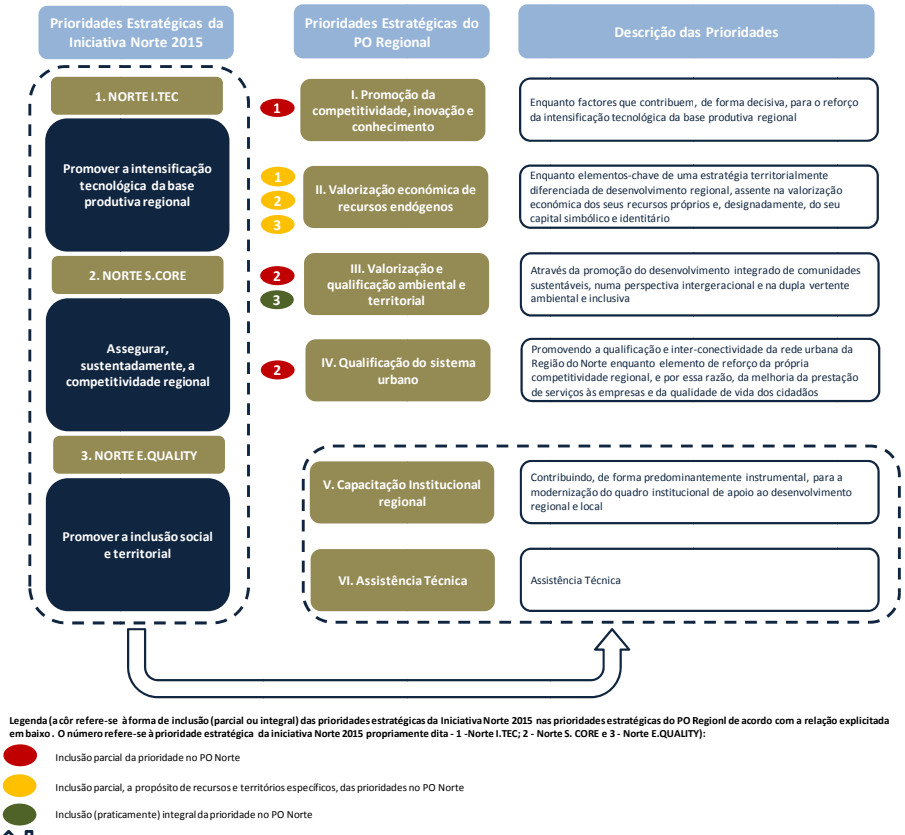
A REGIÃO DO NORTE SERÁ, EM 2015, CAPAZ DE GERAR UM NÍVEL DE PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS TRANSACCIONÁVEIS QUE PERMITA RECUPERAR A TRAJECTÓRIA DE CONVERGÊNCIA A NÍVEL EUROPEU, ASSEGURANDO, DE FORMA SUSTENTÁVEL, ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTO E DE EMPREGO DA SUA POPULAÇÃO E PROMOVENDO, POR ESSA VIA, A COESÃO ECONÓMICA, SOCIAL E TERRITORIAL.

Com base neste objectivo global foi possível identificar, então, três Prioridades Estratégicas, que visam assegurar a sua concretização.



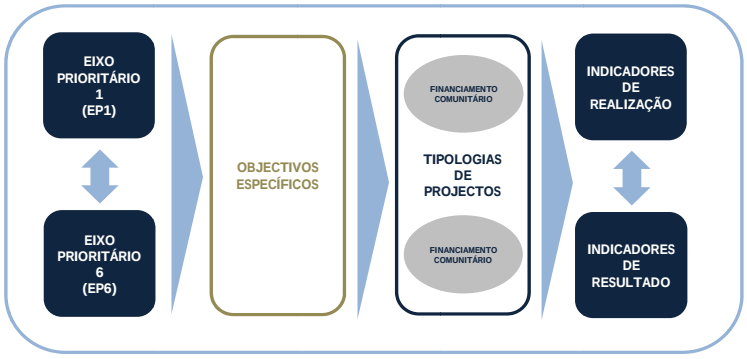
Definido o objectivo global e as prioridades estratégicas, foi estruturada a "Matriz de Planeamento Estratégico Norte 2015", com a identificação dos objectivos específicos incluídos em cada uma dessas prioridades. Com base nesta matriz e tendo em consideração as orientações nacionais e comunitárias para o período de programação 2007-2013, redesenhou-se a "árvore de objectivos" do ON.2 – "O Novo Norte", estruturada em cinco Prioridades Estratégicas, que correspondem aos seus cinco Eixo Prioritários (aos quais se acrescenta um sexto Eixo Prioritário - "Assistência Técnica – que apresenta um carácter iminentemente instrumental), que, face à "árvore de objectivos" da iniciativa "Norte 2015", apresenta as correspondências explicitadas na figura seguinte.

Figura 1.1 - Prioridades estratégicas



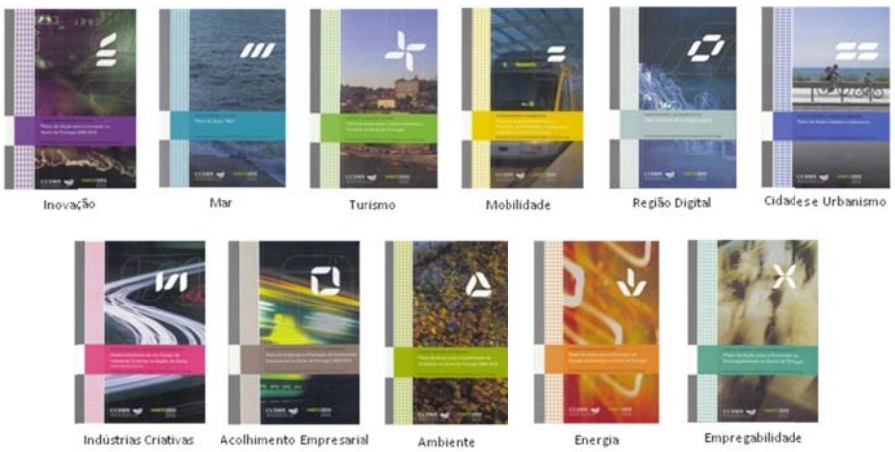
Esta "árvore de objectivos" com vários níveis (que vão do objectivo global aos eixos prioritários e objectivos específicos) tem uma tradução, para cada objectivo específico, ao nível das tipologias de projectos elegíveis e respectivos indicadores de realização e resultado. Subjacente a tudo isto, está o modelo de (co)financiamento (dos projectos, objectivos e eixos) e, em geral, de governação do ON.2 – O Novo Norte.

Figura 1.2 - Árvore de objectivos



Esta estrutura foi sendo alterada e consolidada por força, por um lado, da incorporação das sugestões e recomendações dos exercício de Avaliação "ex-ante" e de Avaliação Ambiental Estratégica e, por outro, do processo de negociação com a Comissão Europeia.

Em paralelo, e com particular impacto no conteúdo de grande parte dos objectivos específicos dos diferentes eixos, é de destacar a iniciativa da CCDR-N que, numa perspectiva de aprofundamento da estratégia Norte 2015 e, também, de capacitação dos agentes regionais face às oportunidades oferecidas pelos programas do QREN, promoveu a elaboração de 15 Planos de Acção Temáticos identificando estratégias e intervenções prioritárias para o desenvolvimento da região.



O **Plano de Acção para a Inovação** delineia uma estratégia articulada e equilibrada de fomento da inovação, elegendo como prioridade a construção e consolidação de um sistema regional de inovação. Partindo de uma avaliação das capacidades de Ciência e Tecnologia e da estrutura económica regional, o Plano de Acção para a Inovação define como objectivos o reforço do esforço tecnológico próprio regional com particular incidência na execução em empresas, a consolidação e racionalização dos recursos de Ciência e Tecnologia, promover o *networking* e a *clusterização* em torno de investimentos estruturantes na região.

O **Plano de Acção para a Internacionalização** consubstancia a aposta da região num modelo de crescimento económico extrovertido, em consonância com a sua forte especialização em actividades económicas de produção de bens e serviços transaccionáveis. Este plano define como prioritárias acções que actuem na promoção da internacionalização da economia regional englobando o aumento das exportações e do investimento no estrangeiro, a atracção de uma nova geração de investimento directo estrangeiro e a intensificação do *networking* internacional dos diferentes agentes regionais.

O **Plano de Acção para o Acolhimento Empresarial** definiu como objectivo a estruturação de uma rede de áreas de acolhimento empresarial que potenciasse economias de aglomeração e de rede, tendo como ênfase a competitividade dos territórios e das empresas, respondendo à necessidade de criar espaços para instalação de empresas de qualidade a preços não especulativos, mas respondendo igualmente a problemas de solo industrial inviável e a considerandos de ordenamento do território e ambientais.

O **Plano de Acção para a Região Digital** define uma estratégia para aumentar a penetração e utilização das TIC na região Norte, identificando acções prioritárias ao nível da rede infra-estrutural de forma a aumentar a cobertura territorial e capacidade física da rede de banda larga, bem como promover a ligação entre as redes existentes. Um segundo nível prioritário prende-se com a promoção de soluções de *e-government* regional e local que contribuam para a redução dos custos de contexto.

O **Plano de Acção para a Energia** estruturou um conjunto de intervenções prioritárias visando a promoção da eficiência energética e a utilização das energias renováveis. Já o **Plano de Acção para o Ambiente** define áreas de intervenção para a preservação de património natural, bem como para a identificação e recuperação de passivos ambientais existentes.

O **Plano de Acção para as Cidades e o Urbanismo** visa promover o equilíbrio no desenvolvimento das cidades, elevando a qualidade de vida e criando as condições para que as cidades se assumam como dínamos do desenvolvimento económico e social dos territórios e da região. Este Plano elenca um conjunto de acções com intervenções ao nível da regeneração e recuperação urbana por uma lado e, por outro lado, intervenções na dinamização da criação de redes de cidades que contribuam para a competitividade e inovação dos territórios, explorando economias de rede. Complementarmente, o Plano de acção para a Mobilidade identifica constrangimentos nas infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, portuária e aeroportuárias e acções para mobilizar a mobilidade na região e também para for a da região, identificando intervenções prioritárias para a melhoria da mobilidade e para uma maior eficiência também ao nível logístico.

O **Plano de Acção para o Desenvolvimento Rural** traduz a consciência de que o desenvolvimento da região se deve processar de forma harmoniosa, dinamizando os principais pólos urbanos mas, simultaneamente, promovendo o desenvolvimento dos territórios rurais, contrariando a desertificação desses territórios e procurando criar condições para a fixação de pessoas e empresas. O Plano assume como objectivo expandir a ocupação sustentável dos territórios rurais e de mais baixa densidade da Região do Norte. Este objectivo, do ponto das políticas públicas, pressupõe uma estreita articulação entre perspectivas sectoriais (agrícolas e florestais, sobretudo) e territoriais (ambientais e de ordenamento do território e de desenvolvimento regional) e, em termos operacionais, entre as distintas competências dos respectivos Ministérios. Este objectivo e esta articulação de políticas e de competências têm vindo, nomeadamente, a ser asseguradas, por um lado, através da participação no acompanhamento do PRODER (envolvendo, por exemplo, a participação na Comissão de Avaliação da Iniciativa LEADER e na Rede Rural Nacional) e, por outro, na dinamização, acompanhamento e avaliação do PROVERE.

O **Plano de Acção para a Empregabilidade** visa definir acções que respondam à necessidade de requalificação da população desempregada e à criação de mecanismos de apoio à criação do próprio emprego, continuando igualmente a apostar na formação avançada de capital humano nos domínios estratégicos da região e com potencial *matching* com a estrutura económica existente.

Para além destes Planos transversais, foram desenvolvidos Planos de Acção de índole sectorial, seja por serem apostas sectores emergentes seja devido a especificidades próprias. O **Plano de Acção para a Saúde** define um conjunto de acções para potenciar economicamente as actividades em torno da saúde explorando a forte procura pública e privada por serviços de saúde, a existência de *players* empresariais relevantes na área dos

serviços de saúde e farmacêutica e ainda a elevada capacidade científica e de formação avançada instaladas na região Norte em domínios associados à saúde.

O **Plano de Acção para a Moda** estrutura uma estratégia em torno de indústrias com forte tradição na região e cuja competitividade passa pelo aumento da incorporação de conhecimento e do controlo da cadeia de valor. Este Plano definia como principal desiderato a criação de uma inteligência colectiva articuladora e integradora dos agentes empresariais e tecnológicos.

O **Plano de Acção para as Indústrias Criativas** procura definir uma estratégia e um conjunto de acções que promovam a valorização dos recursos culturais e criativos da região Norte. Por um lado visa-se promover a divulgação e a emergência de actividades económicas associadas a esses activos existentes e por outro lado, aproveitar as capacidades instaladas na região em termos de formação avançada em domínios como as TIC e Multimédia, restauro de obras de arte, etc.

O **Plano de Acção para o Mar** corporiza o desiderato de valorizar um activo natural a que está associado um conjunto potencial de actividades económicas muito alargado que se cruzam com sectores de actividade como o turismo, saúde, indústrias alimentares, farmacêutica, química, etc.

O **Plano de Acção para o Turismo** identifica o conjunto de produtos turísticos que em face dos recursos específicos existentes em cada território podem ser desenvolvidos de forma sustentada. De forma aumentar o valor criado, o plano sugere ainda que as intervenções públicas visem a concentração de esforços, fomentando sinergias entre as diferentes actividades económicas e os diferentes activos de forma a consolidar um produto.

Incorporando os contributos atrás referenciados, o ON.2 – "O Novo Norte" foi formalmente aprovado em 10 de Outubro de 2007 (Decisão C (2007) 5070 de 10/10/2007 da Comissão Europeia). A estrutura operacional deste Programa só ficou estabilizada de forma concreta, já depois da sua aprovação, com o estabelecimento, quase sempre a nível nacional, dos Regulamentos Específicos, que estipulam as tipologias de projectos e despesas elegíveis e as condições de acesso, apreciação do mérito e acompanhamento e avaliação das operações a aprovar.

O ON.2 encontra-se estruturado nos seguintes seis Eixos Prioritários (correspondentes às prioridades estratégicas definidas), cuja informação mais detalhada pode ser vista no Capítulo 2, nomeadamente no ponto 2.1.6:

Eixo Prioritário 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento;

Eixo Prioritário 2 – Valorização Económica de Recursos Específicos;

Eixo Prioritário 3 – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial;

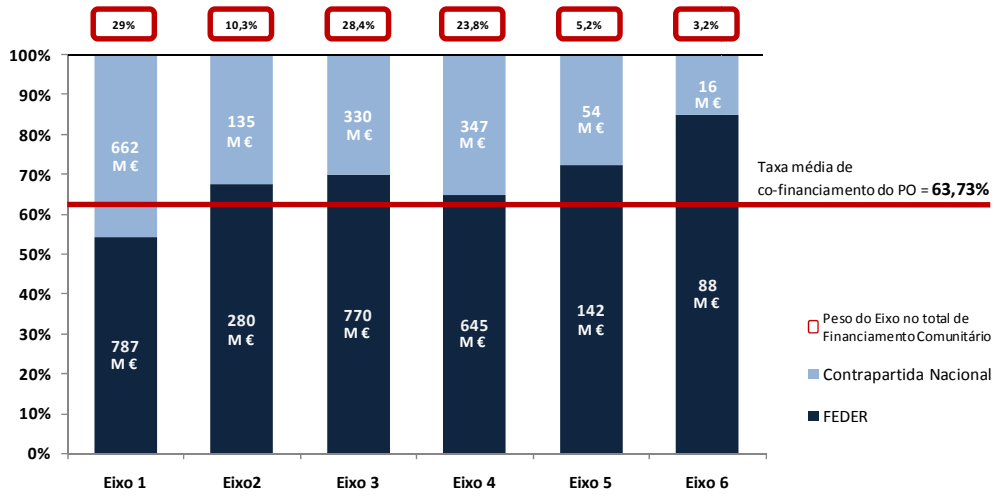
Eixo Prioritário 4 – Qualificação do Sistema Urbano;

Eixo Prioritário 5 – Governação e Capacitação Institucional;

Eixo Prioritário 6 – Assistência Técnica.

Cada um destes Eixos Prioritários dispõe de um orçamento autónomo ventilado pelas diversas fontes de financiamento que o compõem (FEDER, Contrapartida Nacional Pública e Privada).

Figura 1.3 - Taxa de financiamento comunitário por eixo



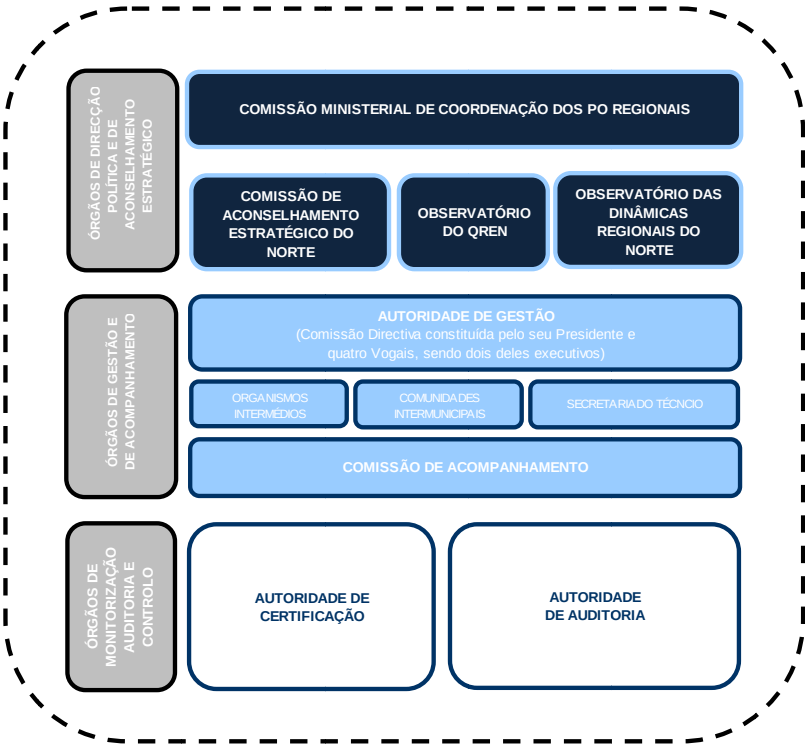
Em termos de distribuição do financiamento comunitário pelos seus diferentes Eixos Prioritários, destacam-se as Prioridades Estratégicas relacionadas com a "Competitividade, inovação e conhecimento" (29,0%), a "Valorização e qualificação ambiental e territorial" (28,4%), e a "Qualificação do sistema urbano" (23,8%).

A este investimento total acresce, previsivelmente, um montante de 45.750 milhões de Euros, financiado através do Banco Europeu de Investimentos (BEI), dedicado à "qualificação do sistema urbano (Eixo Prioritário 4)

A governação do ON.2 – " O Novo Norte" compreende um órgão de Direcção Política – a Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais do Continente, dois órgãos de Aconselhamento Estratégico – Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte (que desenvolve a sua actividade em articulação com o Observatório do QREN) e

Comissão de Aconselhamento Estratégico, um órgão de Acompanhamento - a Comissão de Acompanhamento e um órgão de gestão – a Autoridade de Gestão.

Figura 1.4 - A governação do ON.2 – O Novo Norte



A Autoridade de Gestão do ON.2 é constituída por uma Comissão Directiva, presidida pelo seu Gestor, por inerência de funções, o Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. Dela fazem parte, também, quatro vogais (dois dos quais executivos). Esta Comissão Directiva, apoiada pelo respectivo Secretariado Técnico, exerce funções, nomeadamente, de gestão, controlo interno, avaliação e comunicação do Programa.

A Autoridade de Gestão do ON.2 delegou formalmente, ainda, através de protocolos assinados a 2 de Julho de 2008, nos Organismos Intermédios (OI) intervenientes na Gestão dos Sistemas de Incentivos (IAPMEI; AICEP, Turismo de Portugal e ADI), um conjunto de tarefas relacionadas com a gestão do ciclo de vida das operações e, por protocolos

assinados em 19 de Dezembro de 2008, contratos de delegação de competências por subvenção global com a Área Metropolitana do Porto e as Comunidades Intermunicipais.

2. EXECUÇÃO DO ON.2 - O Novo Norte

2.1. Realização e Análise dos Progressos

2.1.1. Realização física do ON.2 - O Novo Norte

Globalmente, pode-se afirmar que 2010 foi um ano de evolução muito significativa em termos de execução, nomeadamente nas relativas a tipologias que contribuem directamente para os indicadores comuns comunitários. Como ainda será detalhado, no final de 2010, cerca de 66% da dotação do ON.2 encontrava-se aprovada (vs 17% em 2008 e 33% em 2009).

A tabela 2.1. contabiliza o contributo do ON.2 para os indicadores comuns comunitários, dela constando os indicadores para os quais, a 31/12/2010, o ON.2 apresentava operações contratadas. Saliente-se, quanto ao indicador comum por género que neste momento mantém-se a impossibilidade de o obter, dado que a informação fornecida pelos promotores e incorporada no sistema de informação não abrange esses dados; a Autoridade de Gestão procurará proceder ao levantamento dessa informação.

Nos domínios mais directamente ligados à Agenda da Competitividade, cujos indicadores associados apresentavam anteriormente níveis relevantes, verifica-se em 2010 um incremento muito substancial. Este crescimento é particularmente forte no que respeita aos investimentos em Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, em que o número de projectos contratados e o valor aprovado no final de 2010 cresceu significativamente, face ao ano anterior, atendendo à aprovação de investimentos em infra-estruturas de IDT e centros de competência em tecnologia específica. À luz dos indicadores comuns nacionais, constantes do Anexo I, em finais de 2010 o investimento total em I&D contratado pelo ON.2 ascendia a 241M€, dos quais 87M€ relativos a I&D empresarial. Relembra-se que o investimento em I&D era, em 2009, de 55M€.

Mantendo a tendência relatada em 2009, continuou a observar-se uma elevada procura por apoios à I&D com um "mix" bastante equilibrado entre I&D pública e empresarial. Este balanço aplica-se igualmente às ajudas directas às PME (note-se que o ON.2 apenas prevê o apoio a pequenas e micro empresas), com todos os indicadores a aumentarem significativamente. Este crescimento do n.º de projectos de apoio às PME, de novas empresas apoiadas e de investimento induzido é particularmente relevante face à conjuntura

económica que se fez sentir durante este último ano. Em 2010 o investimento total em projectos de apoio às empresas atingiu os 763 M€ (era de 414 M€ em 2009), com uma componente privada que ascendia já aos 226 M€. No universo das PME com 1.432 projectos apoiados, é de referir que 449 dessas empresas estavam classificadas em sectores intensivos em conhecimento e de média e alta tecnologia, número que cresceu 50% face a 2009.

Tabela 2.1 Realização Física

Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)								
	Indicadores		2007	**2008**	**2009**	**2010**	**2015**	**Total**
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N.º de projectos de I&DT	Realização Contratada	0	33	144	118	0	295
	5. N.º de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização Contratada	0	5	23	26	0	54
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. N.º de projectos	Realização Contratada	0	245	661	526	0	1432
	8. N.º de novas empresas (start-up) apoiadas	Realização Contratada	0	30	105	81	0	216
	10. Investimento Induzido (milhares de Euros)	Realização Contratada	0	53.084	87.394	86.156	0	226.635
Sociedade de Informação	11. N.º de projectos	Realização Contratada	0	90	133	122	0	345
Transportes	13. N.º de projectos	Realização Contratada	0	0	49	90	0	139
	14. N.º de Km de novas estradas	Realização Contratada	0	0	7,323	69,428	0	76,751
	16. N.º de Km de estradas reconstruídas	Realização Contratada	0	0	357,211	697,718	0	1.057,9
	17. N.º de Km de novas ferrovias construídas (Metro do Porto)	Realização Contratada	0	0	0,7	7,3	0	8
	22. Acréscimo de população servida por intervenção de expansão de sistemas de transporte urbano (Metro do Porto)	Realização Contratada	0	0	38.940	122.402	0	161.342
Ambiente	27. N.º de projectos de Resíduos Sólidos	Realização Contratada	0	0	3	2	0	5
	28. N.º de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização Contratada	0	0	1	0	0	1
Turismo	34. N.º de projectos	Realização Contratada	0	34	65	91	0	190
Educação	36. N.º de projectos (Educação)	Realização Contratada	0	241	13	38	0	292
	37. N.º de alunos que beneficiam das intervenções	Realização Contratada	0	52.907	3.026	10.533	0	64.466

Saúde	38. N.º de projectos	Realização Contratada	0	18	12	1	0	31
Reabilitação Urbana	39. N.º de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	Realização Contratada	0	0	14	373	0	387
Competitividade das Cidades	40. N.º de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização Contratada	0	0	0	0	0	0

Outro domínio com relevo e forte incremento em 2009 é o da Sociedade de Informação, com 345 projectos aprovados. Este acréscimo reflecte o apoio do ON.2 na promoção das TIC quer ao nível empresarial, através dos Sistemas de Incentivos, quer em operações transversais associadas à Modernização Administrativa (SAMA), quer ainda ao nível da introdução das TIC no parque escolar, estando esta última intervenção inserida no Plano Tecnológico da Educação. É de realçar que as operações transversais acima referidas têm um elevado nível de abrangência.

Quanto ao Turismo, verifica-se um forte incremento das operações contratadas, reflectindo quer o apoio a empresas do sector no quadro dos Sistemas de Incentivos quer um primeiro conjunto de aprovações no âmbito do PDTVD. Em 2010 duplicou-se o número de projectos apoiados, confirmando-se assim o forte apoio que o sector do Turismo na Região do Norte tem vindo a merecer por parte do ON.2, o que está em linha com a sólida expansão que, mesmo num contexto internacional de crise, este sector observa na Região.

Nos indicadores associados aos sectores sociais, é de atribuir um grande relevo ao domínio da Educação. Com efeito, o ON.2 tem previsto afectar ao sector da Educação um montante muito significativo de recursos, com intervenções focadas na Rede de Centros Escolares do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar. Em conformidade verifica-se já um nível de aprovações muito elevado: 292 operações, abrangendo 66.466 alunos.

No domínio da Reabilitação Urbana e da Competitividade das Cidades 2010 foi um ano de forte incremento na aprovação de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades das operações referentes às Parcerias para a Regeneração Urbana, com 373 novos projectos.

No domínio dos Transportes 2010 foi um ano de incremento no que respeita ao número de km de estradas, novas ou reconstruídas, com um total de 1.134 km.

2.1.2. Realização financeira do ON.2 - O Novo Norte

O ano de 2010 constitui o terceiro ano de execução financeira do Programa, uma vez que, como consta dos Relatórios anteriores, o início desta execução se verificou apenas em Setembro de 2008, tendo a execução desse ano atingido o valor de 5.819 mil Euros, ao qual se associava um montante FEDER de 5.143 mil Euros.

O primeiro ano completo de execução do Programa foi, assim, o ano de 2009, com um registo de execução de 96.089 mil Euros, ao qual correspondeu um valor FEDER de 70.613 mil Euros.

Porém, estes dois primeiros anos de execução constituem um período em que o Programa se executa em simultâneo com a realização dos programas do anterior Quadro Comunitário, cujo encerramento do período de elegibilidade de despesas só aconteceu em 30 de Junho de 2009.

Constitui, pois, o ano de 2010, o primeiro ano em que os Beneficiários do ON.2, em termos de programas comunitários, apenas se dedicam à execução de operações aprovadas para o novo período de programação. Tal facto fica bem traduzido no valor de execução deste ano, que atingiu o montante de 473.819 mil Euros de despesa elegível, com um valor FEDER de 336.933 mil Euros. Ou seja, foi executado em 2010, um valor de despesa elegível 4,6 vezes superior ao valor registado no ano anterior.

Assim, a execução FEDER de 2010 é aquela que pela primeira vez se aproxima mais da dotação programada para o próprio ano (387.074 mil Euros), o que fica demonstrado pela taxa de execução do ano, que atinge o significativo valor de 87%.

No Quadro abaixo apresenta-se, por Eixo Prioritário, a evolução anual dos valores executados, registando-se os valores em 31 de Dezembro de cada ano de custo total elegível e Fundo, assim como a taxa de crescimento verificada entre 2009 e 2010.

Quadro 2.1 – Evolução da Execução no Programa 2008/2009/2010, por Eixos Prioritários

Eixo Prioritário	Execução em 31/12/2008		Execução em 31/12/2009		Execução em 31/12/2010		Taxa de Crescimento 2009/2010	
	Custo total elegível	FEDER	Custo total elegível	FEDER	Custo total ele	FEDER	Custo total elegível	FEDER
PO	**5.820**	**5.143**	**101.909**	**75.756**	**575.528**	**412.548**	**465%**	**462%**
EP1	2.948	2.948	43.115	33.312	148.299	104.145	244%	214%

EP2	0	0	0	0	26.888	17.185	-	-
EP3	1.653	1.159	42.325	29.790	249.873	181.123	490%	508%
EP4	0	0	7.654	5.344	127.659	91.497	1568%	1612%
EP5	0	0	774	477	5.030	3.486	550%	631%
EP6	1.218	1.036	8.040	6.834	17.779	15.112	121%	121%

Unid: Mil Euros

Verifica-se que todos os Eixos contribuíram para o aumento da execução do Programa, sendo de realçar, em termos percentuais, o contributo do Eixo Prioritário IV, cuja execução se inicia, praticamente, em 2010. Também o Eixo Prioritário II inicia a sua execução em 2010, já que no ano anterior, sobre o fim do ano, tinham sido celebrados os contratos relativos às primeiras aprovações do Eixo. Em termos absolutos é o Eixo Prioritário III que mais contribui para a execução do ano, com cerca de 151 milhões de Euros FEDER executados no ano, seguindo-se o Eixo IV com 86 milhões e o Eixo 1 com 71 milhões de Euros FEDER executados em 2010.

Para estes resultados de execução, muito contribuiu o aumento do nível de aprovações no Programa, que entre 2009 e 2010 mais do que duplicou, atingindo em 31/12/2010 o montante FEDER de 1.783 milhões de Euros[1]. O crescimento das aprovações em termos FEDER foi, assim, de 112%, conforme demonstrado no quadro a seguir apresentado, e a taxa de compromisso do Programa (aprovação Fundo/programação Fundo) passou de 31% em 2009, para 66% em 2010.

Quadro 2.2 – Evolução das Aprovações no Programa 2008/2009/2010, por Eixos Prioritários

Eixo Prioritário	Aprovações em 31/12/2008		Aprovações em 31/12/ 2009		Aprovações em 31/12/2010		Taxa de Crescimento 20009/2010	
	Custo total elegível	FEDER	Custo total elegível	FEDER	Custo total elegível	FEDER	Custo total elegível	FEDER
PO	**712.914**	**466.833**	**1.299.732**	**841.595**	**2.581.957**	**1.782.514**	**99%**	**112%**
EP1	160.777	86.355	486.805	291.102	**806.855**	**500.990**	66%	72%
EP2	0	0	26.532	18.572	**186.847**	**127.250**	604%	585%
EP3	451.952	310.776	652.248	436.830	**897.094**	**637.106**	38%	46%
EP4	69.615	48.730	71.487	49.833	**597.720**	**445.881**	736%	795%
EP5	18.069	10.347	35.264	22.332	**53.748**	**37.548**	52%	68%
EP6	12.500	10.625	27.396	22.925	**39.693**	**33.739**	45%	47%

Unid: Mil Euros

[1] Este montante considera apenas valores de operações aprovadas. Não inclui informação sobre os Programas de Acção/Estratégicos.

Face à sua dotação e decorrente da realização de 2010, o Programa apresentava a 31 de Dezembro a seguinte situação em termos de aprovações e execução:

Quadro 2.3 – Taxas de execução do Programa em 2010 face à sua dotação e aprovações realizadas, por Eixos Prioritários

Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)			Aprovações (AP)			Execução (EX)			Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Custo total elegível	Despesa Pública	FEDER	Custo total elegível	Despesa Pública	FEDER	Custo total elegível	Despesa Pública	FEDER	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)
PO	**4.254.748**	**3.664.705**	**2.711.645**	**2.581.957**	**2.331.226**	**1.782.514**	**575.527**	**533.188**	**412.549**	**65,7%**	**15,2%**	**23,1%**
EP1	1.448.260	1.033.962	786.645	806.555	564.880	500. 990	148.299	109.738	104.145	63,7%	13,2%	20,8%
EP2	414.815	381.111	280.000	186.847	186.847	127.250	26.888	26.888	17.185	45,4%	6,1%	13,5%
EP3	1.100.000	1.052.857	770.000	897.094	897.094	637.106	249.873	249.873	181.124	82,7%	23,5%	28,4%
EP4	992.308	905.481	645.000	597.720	588.964	445.881	127.659	123.881	91.497	69,1%	14,2%	20,5%
EP5	195.685	187.613	141.872	53.748	53.748	37.548	5.030	5.030	3.486	26,5%	2,5%	9,3%
EP6	103.681	103.681	88.128	39.693	39.692	33.739	17.779	17.779	15 .112	38,3%	17,2%	44,8%

Unid: Mil Euros

Os valores relevantes do ano são, assim, a taxa de aprovação do Programa de 65,7% e as taxas de execução de 15,2% relativamente à dotação total programada e de 23,2% relativamente às aprovações efectuadas.

De referir que esta taxa de execução do Programa face à sua dotação, ultrapassou em 2,2 pontos percentuais a meta de execução traçada para 31/12/2010. Efectivamente, apontava-se, no início do ano, para uma taxa objectivo em 31/12/2010 de 13%, a que corresponderia um montante de execução FEDER a atingir de cerca de 350 milhões de Euros. Daqui decorre um valor de Fundo executado que ultrapassou o objectivo em mais de 60 milhões de Euros.

A nível de Eixos Prioritários, verifica-se que os Eixos que mais dotação FEDER apresentam, os Eixos Prioritários I, III e IV, são aqueles que lideram em termos de taxas de aprovação, com valores de 63,7%, 82,7% e 69,1% e montantes absolutos de 501, 637 e 446 milhões de Euros, respectivamente.

Já no que respeita à taxa de execução, apresentam melhor taxa os Eixos III, VI e IV, com valores de 23,5%, 17,2% e 14,2%, se considerada como base a respectiva dotação aprovada. No entanto, esta ordem altera-se se a base for o respectivo valor aprovado. Neste caso, com

excepção do Eixo Prioritário VI que, face à tipologia anual das suas operações, lidera com uma taxa de execução de quase 45%, todos os Eixos apresentam taxas de execução que divergem menos da taxa média de execução do Programa.

Para 2011 prevê-se ser possível continuar com a aceleração da execução do Programa, estando definido como objectivo para 31/12/2011 atingir uma execução Fundo que represente 40% da sua dotação aprovada.

Equivale esta taxa a um montante FEDER de 1.084,5 milhões de Euros, ou seja, uma execução no ano de 2011 de 672 milhões de Euros.

Estas previsões de execução foram transmitidas à Autoridade de Certificação, como decorre do disposto no nº 3 do artigo 76º do Regulamento (CE) 1083/2006 de 11 de Julho e do artigo 40º do Regulamento (CE) 1828 de 8 de Dezembro.

Um valor de execução desta ordem permitirá o alcance de uma taxa de execução em 2011 de 170%, considerando pois a dotação programada para o ano de 394 816 mil Euros, contribuindo assim fortemente para a recuperação do atraso de execução do programa relativamente aos três primeiros anos de programação (2007 a 2009).

No quadro seguinte é apresentada a evolução da execução mensal em 2010, estando também registada a execução já verificada para os primeiros três meses de 2011.

Quadro 2.4 – Crescimento da Execução no Programa – 2010 / 1º trimestre 2011

Ano /Mês	Execução ON.2 - Excepto sistemas de incentivos		Execução ON.2 - Sistemas de incentivos		Execução Total ON.2	
	Custo Total Elegível	FEDER	Custo Total Elegível	FEDER	Custo Total Elegível	FEDER
Ano 2008	**2.872**	**2.195**	**2.948**	**2.948**	**5.820**	**5.143**
Ano 2009	**68.482**	**49.511**	**27.406**	**20.962**	**95.888**	**70.473**
Jan-10	10.239	7.228	0	0	10.239	7.228
Fev-10	15.529	9.278	3.976	3.231	19.505	12.509
Mar-10	20.788	14.583	4.962	3.811	25.750	18.394
Abr-10	7.444	5.281	8.175	4.930	15.620	10.211
Mai-10	8.125	5.596	11.931	7.586	20.056	13.183
Jun-10	21.621	15.106	13.498	8.428	35.119	23.534
Jul-10	18.883	13.066	7.353	5.365	26.237	18.431
Ago-10	46.503	30.958	7.578	4.831	54.082	35.789
Set-10	39.329	29.665	8.969	5.760	48.298	35.425
Out-10	44.547	33.786	4.571	3.126	49.119	36.911
Nov-10	35.147	28.882	5.002	3.511	40.149	32.392
Dez-10	108.873	78.890	20.773	14.034	129.645	92.924
Ano 2010	**377.028**	**272.319**	**96.788**	**64.613**	**473.819**	**336.931**
Jan-11	15.458	13.180	611	328	16.069	13.508
Fev-11	37.367	28.532	6.548	4.622	43.914	33.154
Mar-11	75.428	56.516	12.119	7.262	87.547	63.778
TOTAL	**576.636**	**422.252**	**146.421**	**100.736**	**723.057**	**522.989**

Unid: Mil Euros

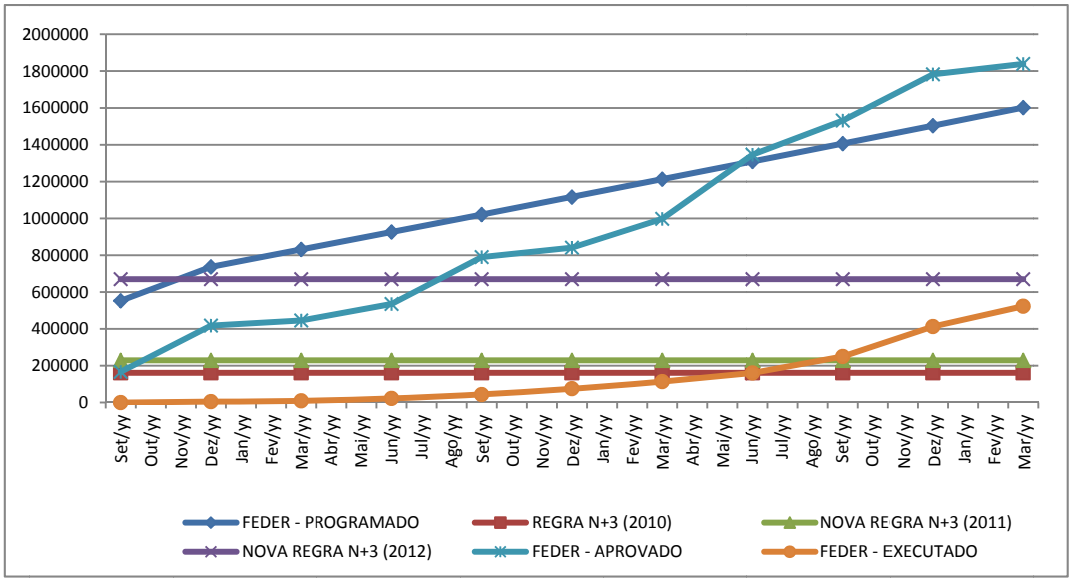
A análise da execução registada neste quadro permite perceber a aceleração que o Programa regista a partir de meados de 2010 e que actualmente mantém. Assim, a partir de Agosto de 2010, considerando, portanto, os últimos 8 meses, a execução média mensal do Programa apresenta um valor de cerca de 43 milhões de Euros. Para alcançar o objectivo de 2011, este valor médio deverá passar para os 62 milhões de Euros. Verifica-se que em Março deste ano essa meta mensal de execução foi mesmo ultrapassada.

O bom nível de execução do Programa está também traduzido no cumprimento da *Regra n+3* de 2010 cujo valor de 161.375 mil Euros, ainda definido nos termos inicialmente estabelecidos no nº2 do Artigo 93º do Regulamento (CE) 1083/2006, de 11 de Julho, foi alcançado muito antes do fim do ano, mais concretamente em Julho de 2010.

Actualmente, considerando a execução do Programa à data de elaboração deste Relatório (Abril de 2011), está prestes a ser cumprida a Regra n+3 de 2011 (533.419 mil Euros), caso tivesse sido mantido o seu valor com a definição inicial estabelecida no Regulamento (CE) 1083/2006.

Significa isto que, face aos novos limites definidos para a Regra n+3, conforme estipulado no nº 13 do Artigo 1º do Regulamento (UE) 539/2010, de 16 de Junho, o Programa cumpriu já a *Regra n+3* de 2011 (229.462 mil Euros) e, previsivelmente, cumprirá a Regra n+3 de 2012 (669.738 mil Euros) até Julho de 2011.

No gráfico seguinte faz-se a demonstração do cumprimento destas metas, considerando quer a sua formulação inicial quer a sua actual definição.



Os dados de base para construção do gráfico apresentado constam do quadro seguinte e respeitam aos apuramentos trimestrais dos valores de aprovações e execução do Programa, verificados entre Setembro de 2008 (início da execução do PO) e Março de 2011 (data do último apuramento de despesa).

Quadro 2.5 - Execução Trimestral do Programa

FEDER	Set-08	Dez-08	Mar-09	Jun-09	Set-09	Dez-09	Mar-10	Jun-10	Set-10	Dez-10	Mar-11
FEDER - PROGR	552.594	736.792	831.663	926.535	1.021.406	1.116.277	1.213.045	1.309.814	1.406.583	1.503.351	1.602.055
REGRA N+3 (2010)	161.375	161.375	161.375	161.375	161.375	161.375	161.375	161.375	161.375	161.375	161.375
NOVA REGRA N+3 (2011)	229.462	229.462	229.462	229.462	229.462	229.462	229.462	229.462	229.462	229.462	229.462
NOVA REGRA N+3 (2012)	669.738	669.738	669.738	669.738	669.738	669.738	669.738	669.738	669.738	669.738	669.738
FEDER - APROV	167.173	418.103	445.772	535.330	789.537	841.595	997.477	1.346.637	1.530.995	1.782.514	1.838.892
FEDER - EXEC	130	5.143	9.341	22.815	43.211	75.756	113.746	160.674	250.320	412.549	522.989

Unid: Mil Euros

2.1.2.2. Fluxos Financeiros

Dando cumprimento ao estabelecido no Regulamento CE 832/2010, de 17 de Setembro, apresenta-se de seguida o Tabela de Realização Financeira, cujo conteúdo está definido no Anexo I desse Regulamento:

Tabela 2.2 - Realização Financeira *Un:€*

Eixo Prioritário	Financiamento total do Programa Operacional (União e Nacional)	Base de cálculo da contribuição da União (Custo Público ou Total)	Total da despesa elegível certificada paga pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Taxa de execução (%)
	1	2	3	4	5=3/1 ou 4/1
Eixo Prioritário 1	1.448.260.037 €	1.448.260.037 €	113.096.564 €	84.679.704 €	7,81%
FEDER					
Eixo Prioritário 2	414.814.815 €	414.814.815 €	8.463.701 €	8.463.701 €	2,04%
FEDER					
Eixo Prioritário 3	1.100.000.000 €	1.100.000.000 €	72.434.688 €	72.434.688 €	6,58%
FEDER					
Eixo Prioritário 4	992.307.692 €	992.307.692 €	30.035.061 €	30.035.061 €	3,03%
FEDER					
Eixo Prioritário 5	195.684.874 €	195.684.874 €	1.982.912 €	1.982.912 €	1,01%
FEDER					
Eixo Prioritário 6	103.680.548 €	103.680.548 €	11.634.245 €	11.634.245 €	11,22%
FEDER					
Total PO	4.254.747.966 €	4.254.747.966 €	237.647.172 €	209.230.312 €	5,59%

Nesta Tabela é apresentado o montante da despesa elegível total certificada no âmbito do Programa à Comissão Europeia até 31/12/2010. O valor total certificado totaliza, assim, 237.647 mil Euros e representa 5,6% do custo total elegível programado. As taxas de execução da despesa certificada indicam que os valores mais elevados respeitam aos Eixos Prioritários VI, I e III, de acordo com o registo inicial da execução do Programa.

De referir que este valor corresponde ao montante de despesa apresentado pela Autoridade de Certificação à Comissão Europeia, tendo, porém, a Autoridade de Gestão apresentado àquela Autoridade, até 31/12/2010, um valor de despesa para certificação consideravelmente superior, conforme resulta do demonstrado no quadro seguinte:

Quadro 2.6 - Pedidos de Certificação de Despesa (PCD) apresentados pela Autoridade de Gestão

Nº de PCD	Data de Apresentação	Custo Total Elegível	FEDER	Custo Total Elegível Acumulado	FEDER Acumulado
1º PCD	08-09-2009	5.487.073 €	4.023.724 €	5.487.073 €	4.023.724 €
2º PCD	22-01-2010	42.702.202 €	27.207.553 €	48.189.275 €	31.231.277 €
3º PCD	21-05-2010	63.039.742 €	40.776.648 €	111.229.217 €	72.007.924 €
4º PCD	06-08-2010	54.679.446 €	31.369.531 €	165.908.663 €	103.377.455 €
5º PCD	03-11-2010	79.125.194 €	50.153.966 €	245.033.857 €	153.531.422 €
6º PCD (1º CIM)	23-12-2010	114.157.375 €	78.093.769 €	359.191.232 €	231.625.190 €

Unid: Euros

O valor de custo total elegível apresentado para certificação pela Autoridade de Gestão, um total de 359.191 mil Euros, representa, pois, 8,4% do custo total elegível programado, ou seja, está 2,8 pontos percentuais acima do correspondente valor apresentado pela Autoridade de Certificação à Comissão Europeia. Em termos absolutos, em 2010, do valor certificado pela Autoridade de Gestão ficaram por apresentar à Comissão Europeia 121.544 mil Euros. A justificação para a diferença de valores prende-se, fundamentalmente, com as seguintes situações: impossibilidade de certificação de despesas relativas a operações sobre as quais decorriam auditorias não terminadas no ano e, principalmente, apresentação tardia do 6º pedido de certificação de despesas (apresentado à Autoridade de Certificação apenas em 23/12/2010).

De referir que este último pedido do ano, efectivamente o pedido de maior valor que o Programa apresentou em 2010, respeitava a despesa de operações acompanhadas pelas Associações de Municípios, entidades estas que apenas em Novembro de 2010 foram aceites pela Comissão Europeia como Organismos Intermédios do Programa no âmbito do processo de Contratualização. Resultou desta aceitação, somente efectuada sobre o fim do ano, a possibilidade de preparação pela Autoridade de Gestão do 6º pedido de certificação, que constituiu o primeiro com despesas de operações acompanhadas pelas Associações de Municípios.

É ainda de referir que um montante considerável de despesas de 2010 relativas a operações do tipo acima indicado, mais concretamente, cerca de 43 milhões de custo total elegível, não foi certificado, pois, respeitando este valor ao período que decorreu até ao processo de avocação de competências pela Autoridade de Gestão, entendeu a Autoridade de Certificação lançar, previamente à sua certificação, um processo de auditoria sobre as mesmas. Nesta altura, este valor ainda não foi objecto de certificação pela Autoridade de Gestão.

As verbas recebidas da Comissão Europeia até 31/12/2010, aparecem registadas no quadro seguinte e respeitam ao valor do pré-adiantamento de 7,5% (repartido da seguinte forma: 2% em 2007, 3% em 2008 e 2,5% em 2009) e aos montantes associados às cinco primeiras certificações de despesa.

Quadro 2.7 - Fluxos Financeiros do Programa

Fluxos financeiros	FEDER

Transferências da CE		**352 070 345 €**
1.º Pré-Adiantamento - 2%		54.232.903 €
2.º Pré-Adiantamento - 3%		81.349.354 €
3.º Pré-Adiantamento - 2,5%		67.791.128 €
	Sub-Total	**203.373.385 €**
1.º Pedido de Certificação		4.023.724 €
2.º Pedido de Certificação		26 954 790 €
3.º Pedido de Certificação		40 195 783 €
4.º Pedido de Certificação		31 368 035 €
5.º Pedido de Certificação		46 154 628 **€**
Transferências para Beneficiários		**433.208.207 €**
	Saldo	**- 81 137 862 €**

De acordo com a informação disponibilizada neste quadro, em 2010 foram transferidos para os Beneficiários do ON.2 cerca de 433 milhões de Euros, embora as transferências recebidas da Comissão Europeia (incluindo os valores de pré-adiantamento), face aos atrasos na apresentação dos pedidos de certificação com despesas de operações acompanhadas pelas Associações de Municípios, não tenham ultrapassado os 352 milhões de Euros. A diferença de valores, cerca de 81 milhões de Euros, foi assegurada por operações específicas de tesouraria, prevendo-se que o equilíbrio entre a dotação recebida da Comissão Europeia para pagamentos e o valor de pagamentos aos beneficiários seja alcançado durante 2011, quando a totalidade das despesas das operações acompanhadas pelas Associações de Municípios puderem ser objecto de certificação.

2.1.3. Informação sobre a repartição da utilização dos fundos

A informação relativa à repartição da contribuição comunitária aprovada e executada para as dimensões de categorização previstas no Regulamento (CE) n.º 1828/2006, apresenta em 2010 os resultados registados nas Tabelas 2.3. a 2.5:

Tabela 2.3 - Repartição da contribuição da União por Forma de Financiamento

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante €	Montante €	Tx EX/AP
1	Ajuda não reembolsável	2825	1.551.738.736 €	336.071.858 €	21,66%
2	Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)	334	200.775.733 €	63.531.376 €	31,64%
3	Capital de risco (participação, fundo de capital de risco)				

4	Outras formas de financiamento	1	30.000.000 €	12.945.344 €	43,15%
	TOTAL	**3160**	**1.782.514.470 €**	**412.548.579 €**	**23,14%**

Em termos de Formas de Financiamento, e estando aprovada, a 31 de Dezembro de 2010, 65,7% da dotação FEDER do Programa, é possível verificar que a forma privilegiada respeita o inicialmente programado, ou seja, há 2825 operações aprovadas que correspondem a ajudas do tipo não reembolsável, apresentando um valor FEDER aprovado de 1.552 milhões de Euros. Representam estas ajudas não reembolsáveis, em termos de valor, 87% das 4 formas de financiamento identificadas no quadro acima. Esta forma de financiamento abrange operações aprovadas em todos os Eixos Prioritários do Programa.

Estão efectuadas também aprovações segundo a forma de financiamento que respeita a ajudas reembolsáveis, estando estas associadas exclusivamente a operações do Eixo I – Sistemas de Incentivos. O valor FEDER aprovado ascende a 201 milhões de Euros e apresenta uma taxa de aprovação de 11%.

Por último há um valor de 30 milhões de Euros que constitui uma outra forma de financiamento, mais concretamente assume a forma de instrumento de engenharia financeira e respeita à iniciativa JESSICA, criada de acordo com o estabelecido no Artigo 44º do Regulamento (CE) 1083/2006.

Tabela 2.4 - Repartição da contribuição da União por Tipo de Território

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante €	Montante €	Tx EX/AP
1	Aglomeração urbana	2208	1.196.055.140 €	250.384.436 €	20,93%
2	Zona de montanha				
3	Ilhas				
4	Zonas de fraca e muito fraca densidade populacional	319	166.874.127 €	42.257.126 €	25,32%
5	Zonas rurais (que não montanhas, ilhas, ou zonas de fraca e muito fraca densidade populacional)	590	342.090.609 €	95.202.979 €	27,83%
6	Antigas fronteiras externas da UE (após 30.04.2004)				
7	Região ultraperiférica				
8	Zona de cooperação transfronteiriça				

9	Zona de cooperação transnacional				
10	Zona de cooperação inter-regional				
0	Não aplicável	43	77.494.593 €	24.704.038 €	31,88%
	TOTAL	**3160**	**1.782.514.470 €**	412.548.579 €	23,14%

No que respeita à dimensão Tipo de Território, são de destacar as operações localizadas em aglomerações urbanas, que justificam 1.196 milhões de Euros FEDER dos 1.782 milhões de Euros aprovados a 31 de Dezembro de 2010, ou seja, em termos de valor, têm um peso de 67% no montante total aprovado. Se os cálculos tiverem em conta o valor FEDER executado, as operações nesta localização representam 61% do valor executado até 31/12/2010.

Seguem-se, ao nível das aprovações, as operações localizadas em zonas rurais e em regiões de fraca e muito fraca densidade, com 347 e 167 milhões de Euros, respectivamente, representando, em conjunto, 29% do total FEDER aprovado. Em termos de execução FEDER, as operações nestas localizações apresentam uma taxa de execução de 33%, ou seja, uma melhor performance de execução relativamente à tipologia anterior.

Estas três tipologias de caracterização do território justificam, em conjunto, 96% do FEDER aprovado e 94% do FEDER executado.

Tabela 2.5 - Repartição da contribuição da União por Actividade Económica

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante €	Montante €	Tx EX/AP
1	Agricultura, caça e silvicultura	1	13.101 €	- €	0,00%
2	Pesca				
3	Indústrias alimentares e das bebidas	69	12.383.845 €	3.332.695 €	26,91%
4	Fabrico de têxteis e produtos têxteis	77	13.429.086 €	2.926.705 €	21,79%
5	Construção de material de transporte	10	1.001.961 €	384.268 €	38,35%
6	Indústrias transformadoras diversas	436	118.052.182 €	26.391.874 €	22,36%
7	Extracção de produtos energéticos				
8	Produção e distribuição de electricidade, gás, vapor e água quente	2	1.516.054 €	- €	0,00%
9	Captação, tratamento e distribuição de água	21	24.514.230 €	7.149.905 €	29,17%
10	Correios e telecomunicações				

11	Transportes	163	213.422.885 €	67.767.651 €	31,75%
12	Construção	426	235.999.429 €	19.101.613 €	8,09%
13	Comércio por grosso e a retalho	301	36.197.779 €	5.516.539 €	15,24%
14	Hotéis e restaurantes	78	60.035.510 €	22.115.562 €	36,84%
15	Actividades financeiras	1	30.000.000 €	12.945.344 €	43,15%
16	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	525	200.976.584 €	34.729.919 €	17,28%
17	Administração pública	171	121.292.004 €	8.871.446 €	7,31%
18	Educação	333	354.391.964 €	132.068.681 €	37,27%
19	Actividades de saúde humana	31	119.026.138 €	22.293.751 €	18,73%
20	Acção social e serviços colectivos, sociais e pessoais	307	100.132.311 €	11.087.165 €	11,07%
21	Actividades associadas ao ambiente	123	81.588.319 €	18.404.339 €	22,56%
22	Outros serviços não especificados	45	16.738.059 €	- €	0,00%
0	Não aplicável	40	41.803.028 €	17.461.123 €	41,77%
	TOTAL	3160	1.782.514.470 €	412.548.579 €	23,14%

A 31/12/2010, o montante FEDER aprovado por actividade económica, distribuía-se, essencialmente, pelos seguintes sectores: educação (20%), reabilitação urbana (13%) transportes (mobilidade territorial) (12%), serviços prestados às empresas (11%) e, em situação igual, o investimento ligado à administração pública, à saúde e às indústrias transformadoras diversas (7%). Estes sectores, em conjunto, envolvem 1.363 milhões de Euros dos 1.782 milhões de Euros de FEDER aprovados.

Estes mesmos sectores, os mais representativos do valor aprovado, foram, também, os sectores que em 31/12/2010 apresentaram melhor taxa de execução FEDER, embora com posições alteradas relativamente às aprovações, facto que se justifica pelas datas em que se iniciaram as aprovações de cada sector. Assim com melhor execução está o sector que iniciou as aprovações do Programa, ou seja, a educação, que fechou 2010 com uma taxa de execução de 32%, seguida dos transportes (mobilidade territorial) com 16%, os serviços prestados às empresas (8%) e as indústrias transformadoras diversas (6%). A reabilitação urbana, segundo sector em termos de aprovações, dado o momento mais tardio destas, apresentava em 31/12/2010 uma taxa de execução ainda baixa, 5%, mas com tendência a um aumento muito rápido.

2.1.4. Informação sobre o apoio comunitário por grupos alvo

Os principais beneficiários do ON.2, conforme se verifica no Quadro abaixo, são as entidades públicas, que detêm 70% do FEDER aprovado, com destaque para as que integram a administração autónoma local, tipologia maioritariamente representada pelos municípios (68%). Com um valor de aprovações significativo, 18%, estão também as empresas públicas, seguidas depois pelos organismos da administração central, incluindo instituições do ensino superior, que detém 12% do valor FEDER aprovado.

Quanto ao investimento aprovado para as entidades privadas (30%), os principais beneficiários são as pequenas e micro empresas, as quais beneficiam dos apoios concedidos no âmbito do Eixo I – Sistemas de Incentivos (62%). Ainda é de salientar o investimento aprovado em que os beneficiários, envolvidos em projectos de tipologia pública, são entidades privadas sem fins lucrativos (10%).

Ao nível da execução, são as entidades públicas, juntamente ainda com as entidades da administração central que mais contribuíram para a taxa de execução de 2010 do Programa. Porém, se considerarmos as melhores taxas de execução face aos respectivos montantes aprovados, são as entidades da administração indirecta do Estado, juntamente com as da administração central do Estado e as entidades privadas sem fins lucrativos que as apresentam.

Quadro 2.8 – Distribuição dos montantes aprovados e executados no Programa, por tipologia de beneficiários

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante €	Montante €	Tx EX/AP
Entidades Públicas		1390	1.244.275.972 €	293.515.420 €	23,59%
102	Administração Directa Serviços Periféricos	25	39.370.949 €	1.906.942 €	4,84%
103	Administração Indirecta Serviços Personalizados	53	101.294.950 €	27.199.451 €	26,85%
105	Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	65	228.282.815 €	53.347.317 €	23,37%
107	Administração Autónoma Local	1235	848.496.169 €	211.061.710 €	24,87%
109	Instituições do Ensino Superior	12	26.831.089 €	- €	0,00%
Entidades Privadas		1770	538.238.498 €	119.033.158 €	22,12%
203	Empresa de média dimensão (recomendação 2003/361/CE)	1	93.806 €	46.903 €	50,00%
204	Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	767	199.301.117 €	53.995.978 €	27,09%
205	Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	769	136.691.261 €	33.650.207 €	24,62%
212	Entidade Privada sem fins lucrativos	186	174.522.759 €	28.589.403 €	16,38%
213	Instituições do Ensino Superior	8	13.486.966 €	109.757 €	0,81%
214	Centros de I&D	1	405.650 €	- €	0,00%
215	Associações empresariais	17	5.011.276 €	830.943 €	16,58%

217	Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	21	8.725.663 €	1.809.967 €	20,74%

2.1.5. Apoio restituído ou reutilizado

Durante o ano de 2010, não se registaram no Programa situações que implicassem as ocorrências enquadráveis nas situações de irregularidades, tal como previsto no n.º 2 do artigo 98.º do Regulamento CE 1083/2006, nem situações de alteração substancial das condições de atribuição de comparticipação a uma determinada operação, como previsto no n.º 2 do artigo 57.º do mesmo Regulamento.

Relativamente à utilização de verbas restituídas, apenas há a referir um valor decorrente da anulação, ainda em 2009, de uma candidatura, a pedido do próprio beneficiário, que foi reutilizado em 2010 numa nova aprovação da mesma operação, após a sua reformulação temporal e financeira.

2.1.6. Análise qualitativa

Como complemento da análise já efectuada no ponto 2.1.1, conduzida com base nos indicadores comuns comunitários e nos indicadores comuns nacionais, desenvolve-se agora uma análise mais qualitativa, a qual será detalhada, por eixo prioritário, no Capítulo 3.

2.1.6.1. Contributo do ON.2 para o "Earmarking"

Um primeiro elemento desta análise toma como referência o contributo do ON.2 para os temas prioritários que contribuem para as prioridades definidas no âmbito da Estratégia de Lisboa (temas "earmarking"), os quais têm no ON.2 um FEDER programado de 1.889 M€, ou seja, 70% da dotação FEDER do programa operacional, correspondendo a 41 temas num total de 64 temas prioritários. No final de 2010 verifica-se que 30 dos 41 temas "earmarking" apresentavam operações aprovadas, ascendendo o FEDER aprovado em temas "earmarking" a 1.290 M€, o que corresponde a 72% do FEDER aprovado. Relativamente ao ano anterior, estes números revelam uma duplicação do investimento aprovado em termos de "earmarking".

Com o substancial aumento da execução financeira, isso também se reflectiu nos valores da execução em "earmarking", os quais passaram de 76M€ para 304M€ em 2010, sendo que os temas com execução passaram de 12 para 22.

Continua a verificar-se, uma concentração dos investimentos apoiados pelo ON.2 naquelas que são as prioridades definidas no âmbito da Estratégia de Lisboa em matéria de competitividade e criação de emprego, com um peso relativo ligeiramente acima ao estabelecido em sede de programação (72,4% versus 70,0%).

Quadro 2.9 - Relevância dos Temas "Earmarking" na Programação e nas Aprovações

Temas Prioritários	Programação		Aprovação		Execução	
	N.º Temas	FEDER	N.º Temas	FEDER	N.º Temas	FEDER
Total c/ contributo ON.2	64	2.711.645.133	51	1.782.514.470	43	412.548.579
Contributo para Earmarking	41	1.899.259.048	30	1.290.489.884	22	304.259.712
%Earmarking / Total		**70,04%**		**72,40%**		**73.75%**

Analisando mais em detalhe a despesa de "earmarking" no conjunto das operações aprovadas, destaca-se o volume de aprovações nos temas prioritários inseridos no grupo "Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Empreendedorismo", bem como nos temas "Reabilitação urbana e rural" e "Infra-estruturas de Ensino". No seu conjunto, estes 10 temas prioritários respondem por mais de 80% do FEDER aprovado em temas *Earmarking*. O mesmo acontecendo em termos de execução financeira.

A maior concentração do FEDER atribuído pelo ON.2 nas primeiras temáticas reflecte a orientação do Programa na prossecução das prioridades da União Europeia no âmbito da promoção da competitividade e de criação de emprego. De facto, no que diz respeito aos investimentos aprovados no âmbito da "Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Empreendedorismo", é de salientar que cerca de metade dos mesmos está alocada ao tema prioritário 7 – "Investimento em empresas directamente ligado à Investigação e Inovação", o qual engloba todos os projectos de apoio à inovação produtiva nas empresas, ou seja, ao estímulo à competitividade pela via da criação de novos serviços ou produtos inovadores, pela aposta em novos processos produtivos e em expansão de actividades em sectores com alto conteúdo tecnológico ou procuras internacionais dinâmicas; bem como os projectos relativos à criação de novas empresas.

É ainda de salientar o tema prioritário 2 – "Infra-estruturas de IDT e centros de competência numa tecnologia específica", valor de aprovação, a par com o tema 7, ultrapassam o montante programado.

Segue-se o tema prioritário 8 – "Outros investimentos em empresas", no qual se incluem a globalidade dos projectos que visam a apostas das empresas na promoção de factores

dinâmicos de competitividades, entre os quais se destacam os investimentos em internacionalização, sendo ainda de referir os investimentos efectuados nos temas prioritários 3 e 4, os quais concentram o apoio a projectos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, essenciais para um crescimento sustentável e competitivo da Região, em complemento aos investimentos no tema 2.

Já a relevância das aprovações nas infra-estruturas de Ensino traduz a aposta na qualificação dos estabelecimentos de ensino e na disponibilização aos cidadãos de mais e melhores condições de aprendizagem e formação, com um valor de aprovações actualmente superior ao valor programado.

O tema prioritário 61 – "Reabilitação urbana e rural", tem igualmente uma dotação aprovada superior à programada, correspondendo a uma forte aposta no desenvolvimento local do programa, com investimentos que visam, através de parcerias locais promover a coesão e a inclusão sociais, a integração e a igualdade de oportunidades das diferentes comunidades que constituem a cidade, reforçando a participação dos cidadãos, inovando nas formas de governação urbana através da cooperação dos diversos actores urbanos, e ainda, através de parcerias intermunicipais promover o desenvolvimento urbano centrado nos factores territoriais de competitividade e inovação.

É também relevante o número de projectos relacionados com a Sociedade de Informação, sejam os mesmos de índole empresarial, ou relativos à desmaterialização de processos e modernização da Administração Pública, e que constituem o quarto grupo de temas prioritários com maior nível de aprovações no ON.2. Em particular, a introdução das TIC associadas a medidas de simplificação na Administração Publica são importantes contributos para uma gestão mais próxima dos cidadãos, menos burocrática e com um ambiente mais propício à criação de novas empresa e ao investimento empresarial.

Finalmente saliente-se, como novidade em 2010, a aprovação de um investimento no tema prioritário 30 – "Portos", que mais do que triplicou a dotação inicialmente programada.

Tendo em conta o número de projectos aprovados em temas prioritários de "earmarking", salientam-se os 1507 no grupo "Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Empreendedorismo", 317 nas "infra-estruturas de ensino" e 320 na "Reabilitação urbana e rural", bem como os 180 no grupo "Sociedade de Informação".

Tabela 2.6 - Projectos aprovados em temas prioritários de "earmarking"

Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo		
		Programação	Aprovação	Execução

		Montante €	Nº Proj.	Montante €	Tx AP/PR	Montante €	Tx EX/AP
Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo		854.879.931	1507	447.061.384	52,30%	92.363.732	20,66%
1	Actividades de IDT em centros de investigação	13.266.451	2	1.977.989	14,91%	0	0,00%
2	Infra-estruturas de IDT (incluindo implantação material, instrumentação e redes informáticas de alta velocidade entre os centros) e centros de competência numa tecnologia específica	52.832.257	28	77.243.373	146,20%	3.981.491	5,15%
3	Transferência de tecnologias e aperfeiçoamento das redes de cooperação entre pequenas e médias empresas (PME), entre estas e outras empresas e universidades, estabelecimentos de ensino pós-secundário de todas os tipos, autoridades regionais, centros de investigação e pólos científicos e tecnológicos (parques científicos e tecnológicos, tecnopolos, etc.)	270.985.761	63	36.252.389	13,38%	2.657.100	7,33%
4	Apoio à IDT, em especial nas PME (incluindo acesso a serviços de IDT em centros de investigação)	48.075.498	165	19.587.930	40,74%	5.740.491	29,31%
5	Serviços avançados de apoio a empresas e grupos de empresas	113.335.682	16	9.824.097	8,67%	1.766.985	17,99%
6	Apoio às PME na promoção de produtos e processos de fabrico amigos do ambiente (introdução de sistemas eficazes de gestão ambiental, adopção e utilização de tecnologias de prevenção da poluição, integração de tecnologias limpas na produção)	12.114.335	6	480.167	3,96%	35.188	7,33%
7	Investimento em empresas directamente ligadas à investigação e à inovação (tecnologias inovadoras, estabelecimento de novas empresas por universidades, centros e empresas de IDT existentes, etc.)	180.576.462	373	207.196.625	114,74%	64.953.921	31,35%
8	Outros investimentos em empresas	163.693.485	854	94.498.813	57,73%	13.228.556	14,00%
Sociedade da informação		100.587.941	180	73.869.691	73,44%	14.327.127	19,40%
10	Infra-estruturas de serviços de telefone (incluindo redes de banda larga)	31.662.467	1	236.485	0,75%	0	0,00%
11	Tecnologias da informação e da comunicação (acesso, segurança, interoperabilidade, prevenção de riscos, investigação, inovação, ciberconteúdo, etc)	18.092.838	34	40.176.743	222,06%	9.680.043	24,09%
13	Serviços e aplicações para os cidadãos (cibersaúde, ciberadministração, ciberaprendizagem, ciber-inclusão, etc.)	10.123.750	52	21.717.587	214,52%	2.263.336	10,42%
14	Serviços e aplicações para PME (comércio electrónico, educação e formação, redes, etc.)	27.139.257	2	3.784.640	13,95%	422.519	11,16%
15	Outras medidas destinadas a melhorar o acesso à utilização eficiente de TIC por parte das PME	13.569.629	91	7.954.237	58,62%	1.961.229	24,65%
Transportes		304.850.000	145	213.027.160	69,88%	68.964.192	32,37%
16	Transporte ferroviário	114.975.000	4	103.387.208	89,92%	27.520.490	26,62%
22	Estradas nacionais	28.875.000	5	2.494.045	8,64%	26.196	1,05%
23	Estradas regionais/locais	95.235.000	128	77.374.435	81,25%	32.680.926	42,24%
24	Pistas para ciclistas	8.400.000	3	3.380.785	40,25%	1.750.368	51,77%
25	Transportes urbanos	8.400.000	3	329.933	3,93%	23.808	7,22%
26	Transportes multimodais	28.175.000	0	0	0,00%	0	0,00%
28	Sistemas de transporte inteligentes	6.483.750	1	560.754	8,65%	0	0,00%
29	Aeroportos	2.887.500	0	0	0,00%	0	0,00%
30	Portos	7.218.750	1	25.500.000	353,25%	6.962.404	27,30%
31	Transporte por via navegável (regional e local)	4.200.000	0	0	0,00%	0	0,00%
Energia		62.931.610	60	18.889.578	30,02%	433.406	2,29%
35	Gás natural	6.293.161	0	0	0,00%	0	0,00%

39	Energias renováveis: eólica	6.293.161	0	0	0,00%	0	0,00%
40	Energias renováveis: solar	6.293.161	0	0	0,00%	0	0,00%
41	Energias renováveis: biomassa	6.293.161	0	0	0,00%	0	0,00%
42	Energias renováveis: hidroeléctrica, geotérmica e outras	6.293.161	0	0	0,00%	0	0,00%
43	Eficiência energética, co-geração, gestão da energia	31.465.805	60	18.889.578	60,03%	433.406	2,29%
Protecção do ambiente e prevenção de riscos		233.630.000	119	71.752.420	30,71%	12.466.925	17,37%
44	Gestão dos resíduos domésticos e industriais	20.125.000	4	567.849	2,82%	78.041	13,74%
45	Gestão e distribuição de água (potável)	45.045.000	10	10.112.981	22,45%	3.149.716	31,15%
46	Tratamento de água (águas residuais)	83.160.000	11	13.323.409	16,02%	3.756.702	28,20%
47	Qualidade do ar	2.800.000	8	1.151.409	41,12%	614.551	53,37%
48	Prevenção e controlo integrados da poluição	2.800.000	1	586.344	20,94%	93.531	15,95%
50	Reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados	33.600.000	8	7.642.628	22,75%	120.761	1,58%
51	Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo rede NATURA 2000)	16.200.000	31	21.827.364	134,74%	2.065.844	9,46%
53	Prevenção de riscos (incluindo a concepção e execução de planos e medidas destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos)	25.700.000	29	6.584.841	25,62%	191.739	2,91%
54	Outras medidas de preservação do ambiente e prevenção de riscos	4.200.000	17	9.955.595	237,04%	2.396.040	24,07%
Turismo		66.200.000	78	52.150.706	78,78%	12.492.561	23,95%
55	Promoção dos recursos naturais	26.600.000	9	21.036.953	79,09%	5.801.578	27,58%
56	Protecção e desenvolvimento do património natural	25.300.000	24	10.409.795	41,15%	1.956.695	18,80%
57	Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços do turismo	14.300.000	45	20.703.958	144,78%	4.734.288	22,87%
Actividades culturais		136.409.250	153	103.845.259	76,13%	9.840.682	9,48%
58	Protecção e preservação do património cultural	54.525.000	56	34.621.349	63,50%	3.030.848	8,75%
59	Desenvolvimento das infra-estruturas culturais	46.884.250	79	57.033.501	121,65%	6.784.045	11,89%
60	Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços culturais	35.000.000	18	12.190.409	34,83%	25.790	0,21%
Reabilitação urbana e rural		208.735.250	320	243.307.369	116,56%	29.692.973	12,20%
61	Reabilitação urbana e rural 61 Projectos integrados de reabilitação urbana e rural	208.735.250	320	243.307.369	116,56%	29.692.973	12,20%
Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários		19.470.824	12	5.950.242	30,56%	147.719	2,48%
62	Desenvolvimento de sistemas e estratégias de aprendizagem ao longo da vida nas empresas; formação e serviços destinados a melhorar a adaptabilidade à mudança; promoção do empreendedorismo e da inovação	9.028.823	2	5.178.573	57,36%	0	0,00%
63	Concepção e difusão de formas inovadoras e mais produtivas de organização do trabalho	6.468.424	4	718.555	11,11%	147.719	20,56%
64	Desenvolvimento de serviços específicos para o emprego, formação e apoio em conexão com a reestruturação de sectores e empresas, e desenvolvimento de sistemas de antecipação de mudanças económicas e requisitos futuros em termos de empregos e competências	3.973.577	6	53.114	1,34%	0	0,00%
Melhorar o acesso ao emprego e a sustentabilidade		28.875.000	8	2.625.804	9,09%	606.917	23,11%
65	Modernização e reforço das instituições do mercado de trabalho	4.331.250	2	129.280	2,98%	0	0,00%
66	Implementação de medidas activas e preventivas no domínio do mercado de trabalho	4.331.250	0	0	0,00%	0	0,00%
67	Medidas de incentivo ao envelhecimento em actividade e ao prolongamento da vida activa	4.331.250	0	0	0,00%	0	0,00%

68	Apoio ao emprego independente e à criação de empresas	4.331.250	3	1.452.699	33,54%	606.917	41,78%
69	Medidas para melhorar o acesso ao emprego e aumentar a participação sustentável e a progressão das mulheres no emprego, reduzir no mercado laboral a segregação baseada no sexo e conciliar a vida profissional e a vida privada, facilitando designadamente o acesso aos serviços de acolhimento de crianças e de cuidados às pessoas dependentes	4.331.250	3	1.043.824	24,10%	0	0,00%
70	Acções específicas para aumentar a participação dos migrantes no emprego e assim reforçar a sua inserção social	7.218.750	0	0	0,00%	0	0,00%
Melhorar a inclusão social dos mais desfavorecidos		15.400.000	0	0	0,00%	0	0,00%
71	Vias destinadas à integração e readmissão no emprego para os desfavorecidos; luta contra a discriminação no acesso e na progressão no mercado de trabalho, e promoção da aceitação da diversidade no local de trabalho	15.400.000	0	0	0,00%	0	0,00%
Melhorar o capital humano		21.026.653	1	1.080.665	5,14%	0	0,00%
73	Medidas para aumentar a participação no ensino e formação ao longo da vida, em especial através de acções destinadas a reduzir o abandono escolar prematuro e a segregação curricular baseada no sexo, e a aumentar o acesso ao ensino e à formação inicial, profissional e superior, bem como a qualidade dos mesmos;	5.293.750	0	0	0,00%	0	0,00%
74	Desenvolvimento do potencial humano no domínio da investigação e da inovação, nomeadamente através de estudos de pós-graduação e da formação de investigadores, bem como de actividades em rede entre universidades, centros de investigação e empresas	15.732.903	1	1.080.665	6,87%	0	0,00%
Investimento em infra-estruturas sociais		423.827.250	522	498.290.162	117,57%	153.726.523	30,85%
75	Infra-estruturas de ensino	259.875.000	317	337.668.109	129,93%	125.028.746	37,03%
76	Infra-estruturas de saúde	119.196.000	31	119.026.138	99,86%	22.293.751	18,73%
79	Outras infra-estruturas sociais	44.756.250	174	41.595.915	92,94%	6.404.026	15,40%
Mobilização para as reformas nos domínios do emprego e da inclusão		29.011.634	23	5.063.156	17,45%	449.507	8,88%
80	Promoção de parcerias, pactos e iniciativas através da criação de redes de agentes relevantes	29.011.634	23	5.063.156	17,45%	449.507	8,88%
Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local		117.681.324	8	6.503.569	5,53%	813.231	12,50%
81	Mecanismos para melhorar a concepção, o acompanhamento e a avaliação de políticas e programas aos níveis nacional, regional e local, reforço das capacidades de execução de políticas e programas	117.681.324	8	6.503.569	5,53%	813.231	12,50%
Assistência Técnica		88.128.466	24	39.097.304	44,36%	16.223.085	41,49%
85	Preparação, execução, acompanhamento e inspecção	70.502.773	18	33.243.321	47,15%	14.840.197	44,64%
86	Avaliação e estudos: informação e comunicação	17.625.693	6	5.853.983	33,21%	1.382.887	23,62%
	TOTAL Temas Prioritários	2.711.645.133	3160	1.782.514.469	65,74%	412.548.580	23,14%
	TOTAL Earmarking	1.899.259.048	2465	1.290.489.884	67,95%	304.259.712	23,89%

2.1.6.2 Balanço sintético por Eixo Prioritário e por Objectivo Específico

Finalmente, concluímos esta análise qualitativa com um balanço sintético por Eixo e Objectivo Específico, sendo que a análise detalhada a este nível será desenvolvida no Capítulo 3.

Análise Qualitativa: Síntese por Eixo e por Objectivo Específico

EIXO PRIORITÁRIO I – COMPETITIVIDADE, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO

Taxa de Compromisso: 63,7%; Taxa de Execução: 13,2%

Até ao final de 2010, a Autoridade de Gestão do ON.2 procedeu ao lançamento, no âmbito dos Sistemas de Incentivos às empresas, de 70 concursos de apoio ao investimento empresarial, com uma dotação FEDER associada de 415,3 milhões de Euros. Do conjunto de candidaturas admitidas, 1.552 foram aprovadas, envolvendo um investimento total de cerca de 763 milhões € e valor global de incentivo FEDER atribuído de 341 milhões €, encontrando-se contratadas 1,444 operações. Todas as empresas apoiadas são pequenas e microempresas.

Nos Sistemas de Incentivos, verificou-se uma forte aceleração da taxa de execução, a qual passou de 7,2% para 26, 8%.

Ainda nos Sistemas de Incentivos em 2010 acentuou-se a tendência para uma elevada procura por este tipo de instrumentos, o que originou uma maior selectividade. Este aumento foi acompanhado por uma maior focagem dos concursos, com relevância crescente para os projectos inseridos em EEC e para os projectos orientados para os mercados externos.

Em 2010, no Eixo Prioritário 1, com excepção dos sistemas de incentivos e de concursos no quadro da contratualização, foram abertos 15 concursos, totalizando o montante de 157 milhões € (FEDER). No âmbito destes concursos foram apresentadas 561 candidaturas, com um montante global de 217 milhões € (FEDER), correspondendo a um investimento (custo total) de 383 milhões €. Em termos acumulados até 31/12/2010, já tinham sido aprovadas 119 operações representando um montante global de 152 milhões € (FEDER) correspondendo a 211 milhões € de Despesa Elegível. Deste modo, a evolução observada em 2010 evidência uma muito forte aceleração na implementação dos instrumentos previstos.

Confirma-se assim um balanço claramente positivo sobre os investimentos e as dinâmicas do ON.2, convergentes com o objectivo global de promover um novo modelo competitivo para a Região do Norte. Com efeito, a procura de incentivos e subsequentes aprovações, quer na componente dos apoios às empresas, quer na componente atribuído a projectos públicos ou não empresariais revela-se não apenas elevada, mas também com uma incidência significativa em domínios tecnológicos e actividades intensivas em conhecimento.

Os dados relativos à execução de projectos de I&D mostram, comparativamente com o passado (QCA III), um aumento global da procura por apoios à I&D e, ao mesmo tempo, um "mix" mais equilibrado do que o verificado no passado entre I&D pública e I&D empresarial. Em 31/12/2010, as operações já contratadas correspondentes a projectos de I&D representavam 188 milhões € de investimento elegível.

OE1 – Consolidação dos Serviços Colectivos Regionais de Suporte à Inovação e Promoção do Sistema Regional de Inovação

No final de 2010, 30 projectos aprovados.

Os 4 concursos abertos em 2010, dirigidos a infra-estruturas científicas e tecnológicas, confirmam uma procura qualificada.

Os investimentos apoiados evidenciam que o OE contribui de modo relevante para a consolidação da rede regional de infraestruturas tecnológicas e científicas, e ao mesmo tempo originaram a emergência de alguns projectos de grande dimensão, sendo exemplos relevantes o INL – Laboratório Ibérico de Nanotecnologias e o I3S – Instituto de Investigação e Inovação em Saúde.

Dificuldades por parte de algumas entidades do SCTN em mobilizar recursos para garantir a comparticipação nacional, o que deverá ser minorado em 2011 quer pelo aumento das taxas de comparticipação, quer pela possibilidade de acesso ao empréstimo-quadro do BEI.

OE2 – Apoio à Criação e Consolidação de "Clusters" Emergentes e de Empresas de Base Tecnológica

Até ao final de 2010 foram contratados projectos de 449 empresas inseridas em sectores intensivos em conhecimento e de média e alta tecnologia. Este indicador de realização ultrapassou largamente a meta estabelecida para 2010 (250).

As iniciativas de investimento público, complementares aos apoios e instrumentos em sede de Sistemas de Incentivos, materializaram-se em 2010 na abertura de dois avisos orientados para o apoio a infra-estruturas dedicadas à incubação de empresas de base tecnológica.

Considera-se que, com as aprovações verificadas em 2010 bem como com os avisos nesse ano abertos e ainda sem decisão final, este objecto se encontra no essencial operacionalizado, através de uma rede selectiva de infra-estruturas e de programas vocacionados para a promoção do empreendorismo tecnológico.

OE3 – Promoção e Desenvolvimento da Rede de Parques de Ciência e Tecnologia e de Operações Integradas de Ordenamento e de Acolhimento Empresarial

No seguimento do concurso aberto ainda em 2008, estão neste momento contratadas três operações relativas a parques de ciência e tecnologia: Instituto Europeu de Excelência de Tecidos e Medicina Regenerativa, UPTEC e Sanjotec. Em 2010 foi aberto um novo concurso através do qual se cria a oportunidade de completar a rede de parques e ciência e tecnologia da Região do Norte.

Assim sendo, manteve-se a preocupação de uma forte selectividade, evitando a fragmentação de iniciativas e concentrando os recursos num número restrito de projectos com sustentabilidade e suportados pelas principais Universidades da Região do Norte.

Na rede regional de Áreas de Acolhimento Empresarial a adicionar a concursos abertos em 2008 e 2009 (SAAAEL/1/2008 e SAAAEL/1/2009), foi aberto um novo concurso em 2010. No seguimento desses concursos foram aprovadas condicionalmente oito operações de grande qualidade, as quais darão um contributo relevante para uma adequada oferta de solo industrial na Região.

Já nas intervenções geridas pelas CIM / AMP estão aprovados 6 projectos que integram a rede complementar, os quais correspondem em regra a operações de requalificação de áreas já existentes. Correspondem a 54.072 m2 de área infra-estruturada.

OE 4 – Requalificação, Inovação e Reforço das Cadeias de Valor nos Sectores de Especialização

Neste objectivo, 803 micro e pequenas empresas foram objecto de apoio e celebração de contrato até ao final de 2010. Este indicador de ultrapassa largamente a meta definida para o horizonte temporal de 2015 (450).

OE 5 – Promoção de Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial

Em 2010 foi aberto um concurso visando o apoio a acções colectivas em áreas relevantes do ponto de vista económico e com uma delimitação regional clara, nomeadamente a promoção regional externa de sectores e clusters como os do vinho e turismo.

Os valores acumulados em 2010 ascendem a 94 acções colectivas, agrupadas nas 9 operações contratadas no domínio do SIAC-MERCA 2008. Estas operações visam a dinamização do pequeno comércio urbano em áreas territoriais abrangidas por Programas de Regeneração Urbana ou Redes Urbanas de Competitividade e Inovação.

OE 6 – Promoção da Economia Digital e da Sociedade do Conhecimento

Foram aprovadas e contratadas, até ao final do ano, 24 operações, no valor total de 28 milhões € FEDER em concursos abertos fora da contratualização aos quais há a acrescer 30 operações que concorrem para o indicador de realização física Nº de projectos de promoção da economia digital e da sociedade do conhecimento, promovidos no âmbito da contratualização.

As 24 operações acima referidas inserem-se na prioridade dada ao Plano Tecnológico da Educação para a promoção da utilização de tecnologia nos processos de ensino e aprendizagem (Operação – Escola em Rede) e aumento do número e requalificação dos equipamentos informáticos nas escolas (Operação – Computadores na Sala de Aula). Estes dois projectos foram contratados não ao nível de cada escola mas com o GEPE (Ministério da Educação) e utilização das TIC nos processos de aprendizagem, abrangendo um número elevado de escolas.

Em finais de 2010 iniciou-se a preparação de um convite relativo a redes de nova geração para as zonas rurais, no seguimento de um processo iniciado por um concurso público internacional, para a concessão da construção e exploração de redes de banda larga para os territórios classificados como zonas rurais (em concreto 44 concelhos da Região). Esta acção decorre da correspondente iniciativa comunitária. Quer a abertura do convite, quer a aprovação e contratação da operação ocorreram já no início de 2011 e consagram um investimento de

49,8 milhões € e um apoio comunitário de 34,9 milhões €.

OE 7 – Promoção de Acções de Eficiência Energética

Em 2010 foram aprovadas 45 operações, 41 das quais relativas a eficiência energética em iluminação pública, 2 relativas a eficiência energética em equipamentos desportivos e 2 relativas à criação de agências de energia de âmbito supramunicipal.

Neste mesmo ano foi aberto um conjunto coerente de concursos, centrados em objectivos de eficiência energética e dirigidos, respectivamente, para equipamentos colectivos de IPSS e associações desportivas, equipamentos desportivos municipais edifícios de habitação social. Todos estes concursos, ainda não decididos, observaram uma adesão muito elevada.

Prosseguiu-se em 2010, através de novo concurso, a linha de intervenção que visa criar uma rede de agências de energia de âmbito supramunicipal.

Procedeu-se à abertura de concurso relativo a Unidades Autónomas de Gás, por forma a incentivar sistemas de abastecimento de gás natural em áreas não abrangidas pelo gasoduto nacional.

EIXO PRIORITÁRIO II – VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DE RECURSOS ESPECÍFICOS

Taxa de Compromisso: 45,4%; Taxa de Execução: 6,1%

O Eixo Prioritário 2, centrado na promoção da competitividade através da valorização económica de recursos específicos, engloba um conjunto coerente e, até, articulado de objectivos específicos, os quais foram objecto de um trabalho aprofundado de preparação no quadro das Agendas Temáticas que a CCDR-N desenvolveu, no seguimento da Iniciativa Norte 2015

O Eixo Prioritário 2 observou em 2010 um forte impulso na sua implementação, tendo a taxa de compromisso passado de 6,6% para 45,4%.

Em 2010 e neste Eixo, com excepção de concursos no quadro da contratualização, foram abertos seis concursos totalizando o montante de 50 milhões € FEDER, tendo sido aprovadas 46 operações no montante global de 102 milhões € FEDER. Em termos acumulados, até ao final do ano já tinham sido aprovadas 76 operações, representando um montante global de 109 milhões € FEDER e 163 milhões € de despesa elegível.

Relembra-se a forte articulação entre os objectivos específicos deste Eixo e as Estratégias de Eficiência Colectiva, nomeadamente OE2 / EEC Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar; OE3 / "Cluster das Indústrias Criativas", OE5 / EEC PROVERE.

OE 1 – Valorização Económica da Excelência Turística Regional

Encontram-se contratadas em 2010 47 operações, com predomínio de operações inseridas no PDTVD – Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro.

Através de novo concurso aberto em 2010, completou-se a linha de intervenção relativa à construção ou requalificação das escolas de hotelaria e turismo.

Foram abertos dois concursos para a criação de redes de centros de informação turística, implementadas, respectivamente, pela entidade de Turismo do Porto e Norte de Portugal e pela Turismo do Douro.

O forte apoio comunitário, traduzido nos concursos atrás referidos, em infra-estruturas de apoio à actividade turística está em correspondência com o assinalável incremento que este sector tem observado na Região do Norte bem como com o acesso relevante que as empresas do sector de turismo têm tido aos sistemas de incentivos.

OE 2 – Valorização Económica de Novos Usos do Mar

Em 2010 foram contratadas duas importantes operações, aprovadas no seguimento de concursos abertos ainda em 2009: o Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões (APDL), o qual integra o Parque de Ciências e Tecnologias do Mar (Universidade do Porto), e a Incubadora de Base Tecnológica para a Área das Ciências do Mar (UPTEC).

À luz das operações aprovadas, pode-se considerar que, no essencial, a prossecução deste OE centrar-se-á agora na efectiva execução dos projectos, não se afastando a possibilidade de abertura de concursos complementares, em coordenação com a actividade desenvolvida pela EEC respectiva.

OE 3 – Valorização da Cultura e da Criatividade

Foram contratadas 18 operações, as quais decorreram dos concursos abertos ainda em 2009 relativos quer a Grandes Eventos, quer a infra-estruturas Físicas.

No seguimento do convite para apresentação de programa de acção relativo a *Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012"* (SACIC/GCEC/PA/1/2009), foi o referido programa de acção aprovado em 2010.

À luz das operações aprovadas, pode-se considerar que, no essencial, a prossecução deste OE centrar-se-á agora na efectiva execução dos projectos, não se afastando a possibilidade de abertura de concursos complementares, em coordenação com a actividade desenvolvida pela EEC respectiva.

OE 4 – Valorização de Novos Territórios de Aglomeração de Actividades Económicas

O Objectivo Específico "Valorização de Novos Territórios de Aglomeração de Actividades Económicas" está totalmente integrado nas intervenções inseridas nas subvenções globais atribuídas às CIM / AMP.

Operações já aprovadas prevêem a infra-estruturação de áreas de acolhimento empresarial num total de 252.880 m2, ultrapassando a meta estabelecida para 2010 (200.000 m2).

OE 5 – Valorização Económica de Recursos Endógenos em Espaços de Baixa Densidade e Diversificação da Actividade Económica dos Territórios Rurais

Este OE foi, por decisão da Autoridade de Gestão, consagrado na íntegra às 8 EEC PROVERE aprovadas para a Região do Norte.

O reconhecimento formal das EEC PROVERE ocorreu em 15/06/2009, formalizado por Despachos conjuntos dos Ministros competentes. Encontram-se aprovadas na Região do Norte oito EEC PROVERE, o que permite ultrapassar a meta estimada para 2010.

Em 2010 concretizou-se a abertura de concursos (EEC PROVERE/PA/1/2010 e EEC PROVERE/PC/1/2010) dirigidos ao apoio de projectos inseridos em PROVERE, com excepção dos projectos empresariais (estes últimos devendo ser apresentados no quadro dos Sistemas de Incentivos).Estes concursos, decididos já em 2011, revelaram uma procura em linha com o previsto nas respectivas EEC.

EIXO PRIORITÁRIO III – VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL

Taxa de Compromisso: 82,74%; Taxa de Execução: 23,52%. A evolução registada face ao ano anterior é evidente, tendo tido continuidade no primeiro trimestre de 2011, registando-se, a 31 de Março, uma Taxa de Compromisso: 83,77%; Taxa de Execução: 29,95%

O esforço realizado na qualificação dos serviços colectivos territoriais de proximidade traduz-se num aumento da coesão territorial da Região do Norte, permitindo a criação de condições que promovem a igualdade de oportunidades entre as populações dos meios rurais e urbanos, Destaca-se a aprovação de 27 Equipamentos Sociais – Creches, permitindo o apoio a 1.082, bem como o apoio à construção ou beneficiação de 144 equipamentos desportivos. É ainda de considerar o contributo esperado dos dois concursos encerrados, correspondentes a Equipamentos Públicos Específicos e a Unidades de Cuidados Continuado Integrados, estando em análise 47 candidaturas.

No que se refere aos equipamentos de Saúde, onde as aprovações de projectos permitem a cobertura da quase totalidade da região, modernizando e melhorando a qualidade dos serviços prestados à população, sendo a População abrangida pelos projectos de reconfiguração / requalificação de serviços de saúde é de 3.004.026 habitantes.

São de salientar as 313 Acções de sensibilização, divulgação e informação no âmbito da prevenção de riscos naturais, tecnológicos e sanitários, incluídas nas operações já contratadas. Estas acções abrangem 1.558.022 pessoas.

De igualmente modo se destacam as 283.144 Pessoas abrangidas pelas acções de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos.

Na generalidade das tipologias do Eixo prioritário, continuam a verificar-se constrangimentos na fase de análise, decorrentes da Insuficiente instrução e maturação das candidaturas apresentadas, problema agravado pela utilização de valores de referência muito descriminados para o cálculo financeiro do montante elegível das candidaturas, implicando a continuidade da implementação das Medidas para combater a situação, nomeadamente a nível do apoio do Secretariado Técnico dos Eixos 3 e 4 no sentido de esclarecer e instruir os promotores.

OE 1 – Valorização e Qualificação Ambiental

Riscos Naturais e Tecnológicos (RNT) - Foram aprovados 20 projectos imateriais (Planos Municipais de Emergência e Acções de Sensibilização em Protecção Civil) e 12 projectos materiais (aquisição de equipamentos para corporações de bombeiros). Estes projectos integram a realização de 313 acções de sensibilização, divulgação e informação no âmbito da prevenção de riscos naturais, tecnológicos e sanitários, abrangendo uma população de cerca de 1.558.000 habitantes. No que respeita ao cumprimento das metas para 2010 e 2015, relativamente ao número de acções, encontram-se largamente cumpridas, uma vez que previam, 7 acções em 2010 e 23 em 2015. No que respeita à população abrangida por estas acções, encontra-se cumprida a meta de 2010 (um milhão de habitantes) e 45% da meta de 2015 (3, 45 milhões de habitantes).

Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) – Foram contratados 5 projectos que integram a realização de 5 acções de sensibilização, divulgação e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos, que abrangem, na sua totalidade, uma população de cerca de 283.144 habitantes. No que respeita ao cumprimento das metas para 2010 e 2015, no número de acções, encontra-se ultrapassada a meta de 2010 (5 Acções) e, no que respeita a 2015 (12 acções), esta encontra-se cumprida em 41,7%. No que respeita à população abrangida por estas acções, a meta de 2010 (550.000 de habitantes) encontra-se cumprida em 51,5%, enquanto a meta de 2015 (1,8 milhões de habitantes) se encontra cumprida em 15,8%;

Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas - Passivos Ambientais (RLCZE) – Foram aprovados cinco projectos que integram 15 acções de apoio à recuperação do passivo ambiental, abrangendo uma população de 31.718 habitantes. No que respeita ao cumprimento de metas para 2010 e 2015, no número de acções, verifica-se que está cumprida a 62,5% a meta de 2010 e a 25% da de 2015. No que respeita à população abrangida por estas acções, encontra-se cumprida a meta de 2010 (um milhão de habitantes) e 45% da meta de 2015 (3, 45 milhões de habitantes).

OE 2 – Gestão Activa da Rede Natura e da Biodiversidade

Foram aprovados 36 projectos que, no seu conjunto abrangem uma área de 392.656 hectares de área classificada, o que corresponde a 43,1% da área classificada da Região do Norte.

No que respeita ao "número de intervenções de gestão activa em áreas classificadas", foi ultrapassada e meta de 2010 (16 intervenções) e, no que respeita à meta de 2015 (50 operações), já se encontra cumprida em 72%.

Foram ultrapassadas as metas estabelecidas para 2015, no que respeita à percentagem de "acréscimo da área classificada abrangida por intervenções de gestão activa", uma vez que os projectos contratados correspondem a 43% de "acréscimo da área classificada abrangida por intervenções de gestão activa", quando a meta a atingir era de 25%.

OE 3 – Qualificação dos Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade

Ciclo Urbano da Água - Componente Abastecimento de Água (CUA) – Foram contratados 14 projectos relativos a sistemas públicos de abastecimento de água, sendo sete deles de tipologia mista (de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais). A intervenção incide em 372,69 km de rede, servindo 143.123 habitantes. No que respeita ao indicador "Acréscimo de população residente servida por sistemas públicos de abastecimento de água intervencionados" as metas fixadas para 2010 e 2015 são, respectivamente, +385.000 e +550.000 habitantes. Para o indicador "Rede de abastecimento de água intervencionados", as metas são de 400 km e 600 km, respectivamente para 2010 e 2015. No que respeita ao acréscimo de população, as metas encontram-se cumpridas em 37,2% relativamente a 2010, e 26%, no que respeita a 2015. No que diz respeito à extensão de rede intervencionada, as metas de 2010 e de 2015 encontram-se cumpridas, respectivamente, em 93,17% e 62,11%.

Ciclo Urbano da Água - Componente Água Residuais (CUA) – Foram contratados 14 projectos relativos a sistemas públicos de drenagem de água, sendo 7deles de tipologia mista (de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais). Foram intervencionados 256,25 km de rede, servindo 27.113 habitantes. No que respeita ao indicador "Acréscimo de população residente servida por sistemas públicos de drenagem de águas residuais intervencionados" as metas fixadas para 2010 e 2015 são, respectivamente, +520.000 e +1.300.000 habitantes. Relativamente ao indicador "Rede de drenagem de águas residuais intervencionados", as metas são de 440 km e 1100 km, respectivamente para 2010 e 2015. No que respeita ao acréscimo de população, as metas encontram-se cumpridas em 5,2% relativamente a 2010, e 2,1%, no que respeita a 2015. No que diz respeito à extensão de rede intervencionada, as metas de 2010 e de 2015 encontram-se cumpridas, respectivamente, em 58,2% e 23,3%.

Requalificação da rede escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar (RRE) - referentes a construção e a remodelação/ampliação de centros escolares do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar, encontram-se contratadas 292 centros escolares, valor muito superior às metas previstas tanto para 2010 como para 2015 (respectivamente 112 e 223 centros escolares intervencionados). As intervenções referidas abrangem 66.466 alunos, pelo que também este indicador ultrapassou as metas de 2010 e de 2015 (respectivamente, 22.100 e 44.200 alunos abrangidos). É ainda de notar que 20.484 dos alunos referidos são abrangidos por intervenções que já se encontram concluídas, correspondendo a 134 centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico.

Saúde (S) - foram contratados 31 projectos de reconfiguração e requalificação de serviços de saúde, estando-se ainda aquém da meta prevista para 2010 que era de 71 projectos. No entanto, relativamente ao indicador "população abrangida pelos projectos de reconfiguração / requalificação de serviços de saúde", os 31 projectos já contratados abrangem três milhões de habitantes, ultrapassando a meta de cerca de um milhão de habitantes prevista para 2010, aproximando-se dos 3,7 milhões de habitantes previstos para 2015. No final de 2010, estavam encerradas 5 operações.

Equipamentos Sociais - Creches (ES) – Foram apoiados 27 creches que abrangem 1.082 novos utentes. Assim, encontram já ultrapassadas as metas de 2010 e de 2015 que são, para o caso de equipamentos apoiados 7 e 25 equipamentos e, para o caso do número de utentes, 230 e 800, respectivamente.

EIXO PRIORITÁRIO IV – QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA URBANO

Taxa de Compromisso: 69,13%; Taxa de Execução: 14,19%. A evolução registada face ao ano anterior é evidente, tendo tido continuidade no primeiro trimestre de 2011, registando-se, a 31 de Março, uma Taxa de Compromisso: 82,35%; Taxa de Execução: 20,41%.

A aprovação de Programas de Acção no âmbito das Parcerias para a Regeneração Urbana, sendo um processo inovador de intervenção nos aglomerados urbanos, envolvendo diversos agentes com capacidade de intervenção naqueles espaços, poderá, a prazo, contribuir para o desenvolvimento de processos de planeamento urbano participado e para o envolvimento de parceiros privados, estimulando novas formas de gestão das cidades. No final de 2010, encontravam-se aprovadas 363 operações individuais que, acrescidas das 14 aprovadas durante o ano de 2009, envolvem cerca de 237,5 milhões de Euros de FEDER. As operações aprovadas abrangem uma população de 1.127.271 de pessoas.

A Criação de Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação permite colocar as intervenções físicas ao serviço de uma visão mais integradora de transformação das cidades em espaços de coesão social, de competitividade económica e de qualidade ambiental.

A implementação das parcerias aprovadas perspectiva a criação de redes entre cidades, rentabilizando a utilização de serviços e equipamentos, promovendo a criação de economias do custo de gestão, garantindo uma melhor cobertura populacional a nível dos serviços prestados permitirá a criação de actividades urbanas mais competitivas.

A promoção da mobilidade territorial através da diminuição dos pontos de sinistralidade e da diminuição dos tempos de percurso constitui um contributo decisivo para a estruturação do território da região e para a criação da sua rede urbana.

Salienta-se que as operações aprovadas contribuem em 30% para a redução de sinistralidade em pontos de acumulação de acidentes intervencionados na rede viária.

É ainda de destacar a aprovação de dois projectos da Rede de Metro do Porto e a aprovação de 65 operações de tratamento de pontos negros rodoviários, intervenções que correspondem a uma redução da sinistralidade estimada em 30%.

É de realçar o elevado número de metas para 2015 que se encontram já ultrapassadas..

OE 1 – Promoção de Operações para a Excelência Urbana e de Redes para a Competitividade e Inovação

Foram aprovadas 55 intervenções integradas de requalificação urbana (Meta 2010 – 2; Meta 2015 – 8).

Foram envolvidas, em redes urbanas para a competitividade, 14 cidades (Metas (n.º): 2010 – 8; 2015 – 16).

Nas Parcerias para a Regeneração Urbana, as 387 operações individuais apoiadas, a população abrangida por intervenção de requalificação urbana é de 1.127.271 habitantes, sendo que este valor ultrapassa as metas estabelecidas para 2010 (100.000 hab.) e para 2015 (400.000 hab.).

O espaço público integrado em projectos de requalificação urbana que deixam de estar afectos à circulação automóvel é de 15.065 m2 de espaço público integrado em projectos de requalificação urbana deixaram de estar afectos à circulação automóvel (Metas: 2010 – 8.000 m2; 2015 – 40.000 m2).

OE 2 – Promoção de Operações Integradas em Zonas Prioritárias de Regeneração Urbana

Também aqui foram ultrapassadas as metas para 2015 tendo sido assinados 37 protocolos de parceria para a regeneração urbana apoiados, para uma área intervencionada por operações de regeneração urbana de 3.078.818 m2, abrangendo uma população por operação de regeneração urbana apoiadas de 1.127.271

habitantes.

OE 3 – Promoção da Mobilidade Urbana

Na mobilidade urbana foram aprovadas 65 operações de tratamento de pontos negros rodoviários, tendo sido ultrapassada a meta para 2010 e cumprida em 85,53% a meta de 76 intervenções estabelecida para 2015. Estas intervenções correspondem a uma redução da sinistralidade estimada em 30%, valor correspondente ao estabelecido para as metas de 2010 e 2015.

Foram ainda apoiados 5 Interfaces e Acessos a Plataformas Logísticas no âmbito dos projectos do metro do Porto, ultrapassando a meta de 4 prevista para 2010.

OE 4 – Promoção da Conectividade do Sistema Urbano Regional

Quanto à conectividade do sistema urbano regional foram apoiados 1.134,7 km de rede viária que ultrapassam largamente as metas de 2015. Estas intervenções conduzem a uma redução média dos tempos de percurso de 10%, valor correspondente ao das metas estabelecidas para 2010 e 2015.

EIXO PRIORITÁRIO V – GOVERNAÇÃO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

Taxa de Compromisso: 26,5%; Taxa de Execução: 12,5%

A execução física e financeira deste Eixo Prioritário denota ainda níveis reduzidos, reflectindo quer a morosidade na execução dos projectos já aprovados no domínio da modernização administrativa, quer o arranque tardio da implementação do OE associado à promoção da capacitação institucional.

Note-se que dos 141,9 milhões de Euros programados para o fundo comunitário afecto ao Eixo, 42,5 milhões foram consignados à subvenção global a utilizar no quadro da delegação de competências em associações de municípios (CIM e AMP), situando-se a taxa de compromisso nesta componente nuns escassos 3,3%.

OE 1 – Modernização do Governo Electrónico e Melhoria da Relação das Empresas e dos Cidadãos com a Administração Desconcentrada e Local

Em 2010 o número de operações contratadas no âmbito das lojas do cidadão e dos centros multisserviços em concurso que não da contratualização, manteve-se em relação a 2009. Já na contratualização foram contratados em 2010 mais 11 centros multisserviços. Daqui resulta o valor de 93 operações relativas a número de lojas do cidadão / centros de multisserviços apoiados, ultrapassando-se assim a meta estabelecida para 2015

Associado a estas operações já contratadas verifica-se que a população servida ultrapassa igualmente a meta estabelecida para 2015.

O ritmo de execução das operações aprovadas tem sido mais lento que o previsto, sobretudo devido às dificuldades da AMA em dispor dos recursos financeiros necessários à concretização da comparticipação nacional A Autoridade de Gestão tem acompanhado de perto esta questão, através de interacções frequentes com a AMA.

Já em finais de 2010 começou a ser gerada a expectativa de uma alteração do enquadramento dos apoios do QREN à modernização administrativa, com a sua eventual concentração no POFC.

OE 2 – Promoção da Capacitação Institucional e do Desenvolvimento Regional e Local

Este OE foi objecto em 2010 da abertura de um conjunto coerente e assaz completo de concursos, mais exactamente 8 concursos totalizando um montante de 37 milhões € FEDER, no âmbito dos quais foram apresentadas 174 candidaturas com um FEDER solicitado de 38 milhões €, com um investimento total de 58 milhões €.

As acções potenciadas por estes concursos visam o reforço de instituições que mais directamente actuam sobre o desenvolvimento regional e local, sendo de destacar:

Reforço e capacitação das entidades associadas ao novo modelo de organização territorial de nível sub-regional (AMP/CIM)

Reforço selectivo, com base em projectos concretos, das entidades públicas com intervenção de nível regional em diferentes domínios sectoriais

Incentivo ao funcionamento em rede de um número alargado de instituições, com intervenção no domínio (i) da inovação e competitividade e (ii) do desenvolvimento humano e social

Finalmente dois concursos foram expressamente dirigidos para acções de internacionalização de entidades regionais, seja através de eventos internacionais, seja através de participações em redes e outras acções de cooperação internacional.

2.2. Informação sobre a conformidade com o direito comunitário

Em respeito pelas políticas comunitárias, nomeadamente ao nível das regras de concorrência, dos mercados públicos, da protecção do ambiente, de igualdade de oportunidades e não discriminação, através da implementação do Programa Operacional, a Autoridade de Gestão do ON.2 assegurou que as operações financiadas pelo Programa cumpriam com a legislação nacional e comunitária vigentes.

2.2.1. Regras da Concorrência

Os auxílios estatais são instrumentos essenciais às políticas económicas, no entanto pressupõem um controlo apertado da Comissão Europeia de modo a não configurarem factores de distorção da concorrência.

O regime comunitário de auxílios estatais assenta, assim, num sistema de autorização prévia, nos termos do qual a Comissão Europeia determina se uma medida de auxílio que o Estado-Membro pretenda conceder pode beneficiar das derrogações previstas nos n.º 2 e 3 do artigo 87.º do Tratado da União Europeia.

As principais derrogações a esta obrigação de notificação, aplicadas no contexto dos Fundos Estruturais, encontram-se previstas nas alíneas a) e c) do n.º 3 do artigo 87º do Tratado da União Europeia, a saber:

Os auxílios isentos ao abrigo de regulamentos de isenção, legitimados pelos artigos 1º e 2º do Regulamento (CE) 994/98 do Conselho de 7 de Maio (em 2008 foi publicado o Regulamento de Isenção por Categoria - Regulamento (CE) 800/2008) e os auxílios concedidos ao abrigo da regra de minimis.

A regra de minimis foi estabelecida a fim de isentar as subvenções de montante reduzido. Estabelece um limiar abaixo do qual o auxílio não é abrangido pelo âmbito de aplicação do n.º 1 do artigo 87.º e, por conseguinte, não sujeito ao procedimento de notificação do n.º 3 do artigo 88.º. Os auxílios de minimis não são considerados auxílios estatais na acepção do n.º 1 do artigo 87.º. Devido ao seu reduzido valor, não são considerados incompatíveis com o mercado comum, não sendo necessário proceder à sua notificação à Comissão Europeia.

Este tipo de auxílios são concedidos num período de três exercícios financeiros e não podem exceder o limiar fixado para este efeito. Esse limiar foi inicialmente de 200.000 Euros, sendo que na sequência das medidas prevista na Comunicação da Comissão Europeia - "Quadro comunitário temporário relativo às medidas de auxílio estatal destinadas a apoiar o acesso ao financiamento durante a actual crise financeira e económica" (2009/C 16/01, de 22 de Janeiro), foi permitido o alargamento da margem no limite de minimis até ao limiar de 500.000 Euros. Esta medida foi transposta para o QREN através da publicação da Portaria 184/2009, de 20 de Fevereiro, aplicando-se o novo limiar a todos os apoios concedidos desde 1 de Janeiro de 2009 até 31 de Dezembro de 2010.

Ainda no que concerne especificamente aos apoios de Minimis, os quais até final de 2010 ascendiam a um total de 16.436 mil Euros no conjunto dos projectos aprovados no ON.2, importa referir que o procedimento de controlo de acumulação de ajudas, determinado pelo Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de Dezembro, é efectuado através do Registo Central de Auxílio de Minimis. Este Registo Central de Auxílios concedidos ao abrigo da regra de Minimis, está consagrado na Resolução de Conselho de Ministros n.º 27/2009, de 20 de Março, a qual atribui ao IFDR a responsabilidade por esse Registo Central e pelo controlo da acumulação das referidas ajudas.

Como é consabido, no âmbito da Agenda da Competitividade do Programa Temático POFC e dos Programas Regionais, foram criados três sistemas de incentivos: SI I&DT - Sistema de incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas empresas, SI PME - Sistema de incentivos à Qualificação e Internacionalização das PME e SI Inovação - Sistema de incentivos à Inovação.

Considerando que os regulamentos específicos de cada um dos Sistemas de Incentivos respeitam o definido em termos de enquadramentos comunitários e que os Sistemas de Incentivos têm que ser enquadrados em termos de regras da concorrência (por notificação ou envio de informação à CE, no caso de regimes isentos de notificação), o cumprimento dessas mesmas regras está automaticamente assegurado pela própria observância das regras nacionais. Os auxílios comunicados à Comissão Europeia e a sua data de envio constam do quadro infra.

Quadro 2.10 – Auxílios comunicados à Comissão Europeia

Nº AUXÍLIO	ENQUADRAMENTO COMUNITÁRIO	DATAS
XR 60/2008	Regulamento (CE) 1628/2006 de 24 de Outubro relativo aos Auxílios Regionais	Envio para CE: Mar-2008

XS 73/2008	Regulamento (CE) 70/2001 de 12 de Janeiro relativo aos auxílios às PME	Envio para CE: Mar-2008
XT 70/2008	Regulamento (CE) 68/2001 de 12 de Janeiro relativo aos auxílios à Formação Profissional	Envio para CE: Jun-2008
AE N 780/07	Regime Notificado e Aprovado pela CE (SI I&DT) ao abrigo das Orientações dos Auxílios Estatais à Investigação e Desenvolvimento e à Inovação (2006/C 323/01 de 30 de Dezembro de 2006)	Envio para CE: Dez-2007 e Aprov. pela CE: Jun-2008 (Carta CE (2008) 2902)
X 404/2009	Regulamento (CE) 800/2008 de 6 de Agosto relativo ao Regulamento de Isenção por Categoria	Envio para CE: Mar-2009

Importa ainda referir que os sistemas de incentivos têm os enquadramentos comunitários em função das tipologias de despesas previstas, enquadramentos que sofreram algumas evoluções desde o início da implementação do Quadro Comunitário, nomeadamente, com a publicação a 6 de Agosto de 2008 do Regulamento Geral de Isenção por Categoria (RGIC).

O quadro seguinte apresenta uma síntese do enquadramento comunitário de cada Sistema de Incentivos, desde 2007 até à data, contemplando ainda a distribuição do FEDER aprovado no ON.2, por SI e tipo de enquadramento.

Quadro 2.11 – Síntese do Enquadramento por Sistema de Incentivos

Instrumento	Disposições Transitórias (a)	Enquadramento Comunitário Anterior (b)	Enquadramento Comunitário Actual (c)	FEDER aprovado (2007-2010) (Mil Euros)
SI Inovação		XR 60/2008 (Auxílios Regionais)	X 404/2009 (RGIC)	198.797
		XS 73/2008 (Auxílios às PME)		
		XT 70/2008 (Auxílios à Form. Prof.)		
		Minimis	Minimis	1.446
SI Qualificação e Internacionalização das PME		XS 73/2008 (Auxílios às PME)	X 404/2009 (RGIC)	79.815
		XT 70/2008 (Auxílios à Form. Prof.)		
		AE N 780/07 (SI I&DT)		
		Minimis	Minimis	14.187
SI I&DT	XS 73/2008 (Auxílios às PME)	AE N 780/07 (SI I&DT)	X 404/2009 (RGIC)	45.689
		XS 73/2008 (Auxílios às PME)		
	Minimis	Minimis	Minimis	803

Antes da Aprovação pela CE do SI I&DT
Antes da entrada em vigor do RGIC
Após entrada em vigor do RGIC

Por último, os quadros seguintes explicitam para cada Sistema de Incentivos o enquadramento actual em termos de Auxílios de Estado, bem como os enquadramentos aplicados em fases anteriores:

Quadro 2.12 – SI Inovação – Enquadramento Actual dos Auxílios de Estado[2]

Despesas	Tipo de Empresa	Enquadramento Comunitário	Taxa Máxima Comunitária
Activo Fixo Corpóreo: alíena a) do n.º1 do Art.º11		RGIC (Art.º 13)	Mapa de Auxílios Regional para 2007-2013
Activo Fixo Incorpóreo: alíena b) do n.º1 do Art.º11			
Contratação de Técnicos: n.º3 do Art.º 11			
Edifícios, Obras e Outras Construções: n.º4 e 5 do Art.º 11			
Despesas de Consultoria, excepto Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíenas i) a iii) e vi) a xii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 11	PME	RGIC (Art.º 26)	50%
	Não PME	Minimis	(b)
Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíenas iv) e v) da alínea c) do n.º1 do Art.º 11		Minimis	(b)
Formação Profissional: n.º2 do Art.º 11		RGIC (Art.º 39)	Dependente da classificação entre formação geral e específica

Quadro 2.13 – SI Inovação – Evolução do Enquadramento nos Auxílios de Estado[3]

Despesas	Tipo de Empresa	Enquadramento Comunitário Anterior	Enquadramento Comunitário Actual
Activo Fixo Corpóreo: alíena a) do n.º1 do Art.º11		Auxílios Regionais (b)	RGIC (Art.º 13)
Activo Fixo Incorpóreo: alíena b) do n.º1 do Art.º11			
Contratação de Técnicos: n.º3 do Art.º 11			
Edifícios, Obras e Outras Construções: n.º4 e 5 do Art.º 11			
Despesas de Consultoria, excepto Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíenas i) a iii) e vi) a xii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 11	PME	Auxílios às PME	RGIC (Art.º 26)
	Não PME	Minimis	Minimis
Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíenas iv) e v) da alínea c) do n.º1 do Art.º 11		Minimis	Minimis
Formação Profissional: n.º2 do Art.º 11		Auxílios à Fomação	RGIC (Art.º 39)

Quadro2.14 – SI I&DT – Enquadramento Actual dos Auxílios de Estado[4]

[2] Legenda: (a) Apenas a participação em feiras e exposições; (b) Não tem taxa máxima de apoio, estando o incentivo limitado em termos de valor.

[3] Legenda: (a) Apenas a participação em feiras e exposições; (b) Não tem taxa máxima de apoio, estando o incentivo limitado em termos de valor.

[4] Legenda: (a) Não tem taxa máxima de apoio, estando o incentivo limitado em termos de valor; (b) No caso das Regiões de Lisboa ou Algarve, as empresas poderão ser enquadradas ao abrigo da regra de minimis.

Instrumento	Despesas	Excepções	Enquadramento Comunitário	Taxa Máxima Comunitária
Projectos Individuais	Todas excepto Despesas com a protecção da propriedade intelectual e industrial e Despesas relativas à participação em feiras e exposições		RGIC (Art.º 31)	Dependente da classificação entre investigação industrial e investigação experimental
Proj. em Co-Promoção (Empresas)				
Proj. Demonstradores				
Proj. Mobilizadores				
Núcleos de I&DT e Centros de I&DT		(b)	RGIC (Art.º 13)	Mapa de Aux. Reg. 2007-2013
Todos os Auxílios de Estado	Despesas com a protecção da propriedade intelectual e industrial e Despesas relativas à participação em feiras e exposições		Minimis	(a)
Proj. em Co-Promoção (Entid. do SCTN)		Considerado como Auxílio de Estado	Similar ao investimento empresarial	Similar ao investimento empresarial
		Considerado como Despesas Gerais	Não são considerados Auxílios de Estado	-
I&DT Colectiva			Não são considerados Auxílios de Estado	-
Vale I&DT			RGIC (Art.º 36)	(a)

Quadro 2.15 – SI I&DT – Evolução do Enquadramento nos Auxílios de Estado[5]

Instrumento	Despesas	Excepções	Enquadramento Comunitário - Disposições Transitórias	Enquadramento Comunitário Anterior	Enquadramento Comunitário Actual
Projectos Individuais	Todas excepto Despesas com a protecção da propriedade intelectual e industrial e Despesas relativas à participação em feiras e exposições	PME	Auxilios às PME (I&D&I)	AE N 780/07	RGIC (Art.º 31)
Proj. em Co-Promoção (Empresas)					
Proj. Demonstradores		Não PME	Minimis		
Proj. Mobilizadores					
Núcleos de I&DT			Auxilios às PME	Auxilios às PME	RGIC (Art.º 13)
Centros de I&DT		PME	Auxilios às PME	Auxilios às PME	RGIC (Art.º 13)
		Não PME	Minimis	Auxílios Regionais	RGIC (Art.º 13)
Todos os Auxílios de Estado	Despesas com a protecção da propriedade intelectual e industrial e Despesas relativas à participação em feiras e exposições		Minimis	Minimis	Minimis
Projectos em Co-Promoção (Entid. do SCTN)		Considerado como Auxílio de Estado	Similar ao investimento empresarial	Similar ao investimento empresarial	Similar ao investimento empresarial
		Considerado como Despesas Gerais	Não são considerados Auxílios de Estado	Não são considerados Auxílios de Estado	Não são considerados Auxílios de Estado
I&DT Colectiva			Não são considerados Auxílios de Estado	Não são considerados Auxílios de Estado	Não são considerados Auxílios de Estado

[5] Legenda: (a) Não tem taxa máxima de apoio, estando o incentivo limitado em termos de valor; (b) No caso das Regiões de Lisboa ou Algarve, as empresas poderão ser enquadradas ao abrigo da regra de minimis.

Vale I&DT			Minimis	AE N 780/07	RGIC (Art.º 36)

Quadro 2.16 – SI Qualificação PME – Enquadramento Actual dos Auxílios de Estado[6]

Instrumento	Despesas	Excepções	Enquadramento Comunitário	Taxa Máxima Comunitária
Projectos Individuais e Cooperação e Projectos Conjuntos (investimento empresarial das PME)	Activo Fixo Corpóreo: subalíneas i) a iii) da alínea a) do n.º1 do Art.º 12	Todas as Regiões, excepto Lisboa e Algarve; Todos os sectores, excepto Transportes RGIC (Art.º 13)	RGIC (Art.º 13)	Mapa de Auxílios Regional para 2007-2013
	Activo Fixo Incorpóreo: alínea b) do n.º1 do Art.º 12			
	Contratação de Técnicos: subalínea xiii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12			
	Activo Fixo Corpóreo: subalíneas i) a iii) da alínea a) do n.º1 do Art.º 12	Regiões Lisboa e Algarve; Sector dos Transportes Projectos Individuais e Cooperação e Projectos	Minimis	(b)
	Activo Fixo Incorpóreo: alínea b) do n.º1 do Art.º 12			
	Contratação de Técnicos: subalínea xiii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12			
	Despesas de Consultoria, excepto Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíneas i) a iii) e vi) a xii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12		RGIC (Art.º 26)	50%
	Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíneas iv) e v) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12		Minimis	(b)
	Formação Profissional: subalínea xiv) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12		RGIC (Art.º 39)	Dependente da classificação entre formação geral e específica
	Aquisição de equipamento que permita às empresas superar as normas ambientais comunitárias: subalíneas iv) da alínea a) do n.º1 do Art.º 12		RGIC (Art.º 19)	45% (Médias Empresas) 55% (Pequenas Empresas)
Projectos Conjuntos (Não PME)			Minimis	(b)
Projectos Conjuntos (investimento das Associações)			Não são considerados Auxílios de Estado	
Vale Inovação			RGIC (Art.º 36)	(b)

Quadro 2.17 – SI Qualificação PME – Evolução do Enquadramento nos Auxílios de Estado[7]

Instrumento	Despesas	Excepções	Enquadramento Comunitário Anterior	Enquadramento Comunitário Actual
Projectos Individuais e Cooperação e Projectos Conjuntos (investimento empresarial das	Activo Fixo Corpóreo: subalíneas i) a iii) da alínea a) do n.º1 do Art.º 12	Todas as Regiões, excepto Lisboa e Algarve; Todos os sectores, excepto Transportes RGIC (Art.º 13)	Auxílios às PME	RGIC (Art.º 13)
	Activo Fixo Incorpóreo: alínea b) do n.º1 do Art.º 12			
	Contratação de Técnicos: subalínea xiii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12			

[6] Legenda: (a) Apenas a participação em feiras e exposições; (b) Não tem taxa máxima de apoio, estando o incentivo limitado em termos de valor.
[7] Legenda: (a) Apenas a participação em feiras e exposições; (b) Não tem taxa máxima de apoio, estando o incentivo limitado em termos de valor.

PME)	Activo Fixo Corpóreo: subalíneas i) a iii) da alínea a) do n.º1 do Art.º 12	Regiões Lisboa e Algarve; Sector dos Transportes Projectos Individuais e Cooperação e Projectos	Minimis	Minimis
	Activo Fixo Incorpóreo: alínea b) do n.º1 do Art.º 12			
	Contratação de Técnicos: subalínea xiii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12			
	Despesas de Consultoria, excepto Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíneas i) a iii) e vi) a xii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12		Auxílios às PME	RGIC (Art.º 26)
	Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíneas iv) e v) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12		Minimis	Minimis
	Formação Profissional: subalínea xiv) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12		Auxílios à Formação	RGIC (Art.º 39)
	Aquisição de equipamento que permita às empresas superar as normas ambientais comunitárias: subalíneas iv) da alínea a) do n.º1 do Art.º 12		_	RGIC (Art.º 19)
Projectos Conjuntos (Não PME)			Minimis	Minimis
Projectos Conjuntos (investimento das Associações)			Não são considerados Auxílios de Estado	Não são considerados Auxílios de Estado
Vale Inovação			AE N 780/07	RGIC (Art.º 36)

Legenda:
RGIC - Regulamento (CE) 800/2009 de 6 de Agosto
Minimis - Regulamento (CE) 1998/2006 de 15 de Dezembro
Auxílios Regionais - Regulamento (CE) 1628/2006, de 24 de Outubro
Auxílios às PME - Regulamento (CE) 70/2001 de 12 de Janeiro
Auxílios à Formação - Regulamento (CE) 68/2001 de 12 de Janeiro
Auxílios às PME (I&D&I) - Regulamento (CE) 364/2004 de 5 de Fevereiro
AE N 780/07 - Regime Notificado e Aprovado pela CE (SI I&DT) ao abrigo das Orientações dos Auxílios Estatais à Investigação e Desenvolvimento e à Inovação (2006/C 323/01 de 30 de Dezembro de 2006

Notificação de Apoio Banda Larga

A promoção da implementação alargada de banda larga de alta velocidade é um objectivo bem definido quer nas políticas comunitárias e nacionais quer ainda nos documentos que enquadram estrategicamente o Programa Operacional Regional do Norte.

Este objectivo é patente logo ao nível da União Europeia na Estratégia i2010, bem como a recente Declaração de Granada para a Agenda Digital Europeia, aprovada em 19 de Abril de 2010 e a iniciativa Europa 2020 - Agenda Digital.

A prioridade dos objectivos associados às redes de Banda Larga encontra-se desde logo na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e no PNPOT, sendo ainda de destacar o Plano Tecnológico e, em particular, o programa Ligar Portugal.

Mais recentemente a Iniciativa para o Investimento e o Emprego, incluía a Medida "Modernização da Infra-estrutura Tecnológica - Redes de Banda Larga de Nova Geração", tendo no seguimento sido lançada, em 26 de Maio de 2009, a Iniciativa Redes de Nova Geração para as Zonas Rurais.

Neste quadro foram abertos três concursos públicos internacionais para Implementação das Redes de Nova Geração no Continente (Norte, Centro, Alentejo / Algarve), destinados a colmatar possíveis falhas de mercado nestas regiões em matéria de acesso a redes de nova geração, prevendo-se desde logo a contribuição financeira do QREN para o apoio público a atribuir às empresas vencedoras dos concursos referidos.

Em concreto e para a Região do Norte, o concurso público "Contrato para a instalação, gestão, exploração e manutenção de redes de comunicações electrónicas de alta velocidade na zona Norte" foi objecto do anúncio de Procedimento nº 3213/2009 de 10 de Julho, abrangendo em termos territoriais 44 concelhos (Arouca, Castelo de Paiva, Povoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Terras de Bouro, Cabeceira de Basto, Celorico de Basto, Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso, Vinhais, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Baião, Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Vila Nova de Cerveira, Boticas, Montalegre, Murça, Valpaços, Alijó, Mesão Frio, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Mondim de Basto, Ribeira de Pena, Armamar, Moimenta da Beira, Penedono, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Cinfães e Resende) que, enquanto zonas rurais, concretizam um espaço no qual o mercado não assegura uma adequada infra-estrutura e, consequentemente, o acesso de cidadãos e empresas a serviços digitais suportados por Redes de Nova Geração.

Em 5 de Fevereiro de 2010, por Despacho do Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, foi proferida a decisão de adjudicação à DSTelecom .

Em 22 de Julho de 2010 foi assinado o "Protocolo de Articulação FEDER e FEADER", relativo à "Implantação de Redes de Banda Larga de Nova Geração em Zonas Rurais", através do qual as Autoridades de Gestão do PRODER e dos Programas Operacionais Regionais do Norte, Centro, Alentejo e Algarve identificam e delimitam entre si os territórios (concelhos) passíveis de serem apoiados por cada um dos fundos e programas operacionais.

Nos termos do Programa do Concurso, a entidade adjudicatária viria a constituir uma entidade a DSTelecom Norte, Lda. Fibroglobal, SA, responsável pela instalação, gestão, exploração e manutenção de redes de comunicações electrónicas de alta velocidade na

Zona Norte, beneficiária do ON.2, nos termos do Aviso de concurso que seria publicado em Janeiro de 2011, pela Autoridade de Gestão. Posteriormente, em 19.01.2011, o Estado Português seria notificado, pela Comissão Europeia, do Auxilio Estatal nº 252/2010, dando conta da conformidade do auxílio com o art.º 107.º, n.º 3, alínea c) do TFUE e cujo teor parcial e sintético aqui se reproduz:

"*I. SÍNTESE*

(1) Tenho o prazer de informar Vossa Excelência de que a Comissão Europeia analisou a medida <<Banda larga de alta velocidade em Portugal>>, tendo decidido não levantar objecções, visto que o auxílio estatal nela contido é compatível com o artigo 107.º, n.º 3, alínea c), do TFUE.

Especifica esta Decisão (pg 8) que o investimento inicial (a efectuar até 2013) destinado à Zona Norte e o montante de auxílio requerido pelo respectivo concurso é de, respectivamente, 49,9 milhões de Euros e 34,9 milhões de Euros (FEDER, considerada a taxa de 70% sobre o investimento inicial)."

2.2.2. Mercados Públicos

A Autoridade de Gestão do ON.2, em termos nacionais e comunitários aplicáveis, disciplinou esta matéria, conforme descrito no Relatório de Execução do Programa de 2008, através da elaboração e divulgação da Orientação Gestão 4 (2008).

Esta Orientação de Gestão que aprovou a 'Metodologia de verificação dos procedimentos de contratação pública' teve por objectivo clarificar, junto dos Beneficiários do ON.2, por um lado, as normas já existentes, no âmbito da aplicação das disposições legais em matéria de mercados públicos, e por outro, identificar as mais recentes disposições legais a observar na vigência do Código dos Contratos Públicos.

Pretendeu-se ainda com esta Orientação fixar a metodologia de verificação adoptada pela Autoridade de Gestão do ON.2, tendo em vista o cumprimento das regras dos mercados públicos. Esta tarefa destinou-se, ainda, a suportar a verificação da elegibilidade da despesa e do cumprimento das exigências legais, procurando prevenir, sempre que possível, a ocorrência de situações de irregularidade.

Assim, e de forma a assegurar que as despesas declaradas pelos Beneficiários foram efectuadas, nesta temática, no estrito cumprimento das regras comunitárias e nacionais em

matéria de contratação pública, impôs-se verificar os documentos que fundamentam a adjudicação e os contratos públicos celebrados pelos Beneficiários do ON.2, acompanhando a sua execução. Esta verificação é efectuada de forma sistemática e por amostragem.

Os elementos que permitem proceder às verificações acima identificadas decorrem, entre outros, dos elementos fornecidos pelos Beneficiários aquando do preenchimento da 'Ficha de Cumprimento dos Procedimentos de Contratação Pública'.

De uma forma sucinta, o preenchimento das 'Fichas de Verificação' destina-se a apurar se da informação prestada e dos elementos anexos à 'Ficha de Cumprimento' preenchida pelo Beneficiário, é confirmado o procedimento adoptado em cada etapa, e se existe ou não a apresentação por parte do Beneficiário do fundamento para as eventuais excepções aplicáveis.

Complementarmente, a Autoridade de Gestão, promoveu a realização de verificações físicas e administrativas junto do Beneficiário e contemplou no seu plano anual a realização de auditorias temáticas, por amostragem, cujos precisos termos e critérios de selecção/risco foram definidos, no âmbito das acções de Controlo Interno.

No que se refere aos Sistemas de Incentivos, os Organismos Intermédios utilizam as Orientações de Gestão emanadas pelo POFC e aplicáveis aos PO Regionais nos Sistemas de Incentivos (nºs 04/POFC/2008 e 03/POFC/2008) que têm como objectivo operacionalizar o regime de contratação pública, mediante a aplicação das disposições legais em matéria de contratação pública às entidades promotoras de projectos apoiados, bem como apresentar a metodologia de verificação sistemática do cumprimento das disposições referidas a adoptar, no caso Sistema de Incentivos, em função das competências de gestão que foram objecto de delegação, nos respectivos Organismos Intermédios, na verificação da despesa apresentada pelos promotores.

De salientar que a implementação desta Metodologia de Verificação, descrita no Sistema de Gestão e Controlo do Programa (SGC do ON.2) e como tal considerada conforme quer pela Autoridade de Auditoria quer pela Comissão Europeia, implica, todavia, uma permanente atenção e actualização por parte da Autoridade de Gestão.

Não obstante a responsabilidade pelo cumprimento do enquadramento relativo à contratação pública ser das entidades beneficiárias incide sobre esta Autoridade de Gestão do ON.2, bem como sobre as entidades por esta designada, verificar se o mesmo foi respeitado.

Dado as sucessivas alterações legislativas, jurisprudenciais e eventos relacionados com esta matéria, adensaram-se dúvidas que a Autoridade de Gestão do ON.2 pretendeu resolver com a máxima harmonização com o enquadramento jurídico comunitário e dar segurança jurídica as entidades beneficiárias que teria de desencadear diversos processos de contratação.

Em Maio, foi concluído o relatório apresentado ao Presidente da Comissão Europeia José Manuel Durão Barroso, por Mário Monti, intitulado "Uma Nova Estratégia para o Mercado Único – ao Serviço da Economia e da Sociedade Europeia", onde começou um debate para a revisão do regime jurídico da contratação pública de forma a tornar as normas mais simples, promover um melhor acesso ao mercado por parte de pequenas e médias empresas, rever os anexos B das Directivas e implementar orientações ambientais e sociais na contratação e que culminou no lançamento, em 2011, do "Livro Verde sobre a modernização da política de contratos públicos da EU para um mercado dos contratos públicos mais eficiente na Europa", cuja consulta pública decorreu até 18 de Abril de 2011.

Ainda nesse mês, foi proferido o Acórdão do Tribunal Geral (Quinta Secção) de 20 de Maio de 2010 - «Disposições aplicáveis aos contratos públicos – Adjudicação de contratos não abrangidos, ou apenas parcialmente abrangidos, pelas directivas contratos públicos – Comunicação interpretativa da Comissão – Acto impugnável – Acto destinado a produzir efeitos jurídicos» no âmbito do processo T-258-06 que veio atestar que a interpretação feita pela República Federal da Alemanha "…relativa a um efeito vinculativo resultante do início de um processo por incumprimento em caso de violação do procedimento previsto na comunicação, deve ser julgada improcedente…".

E como refere a República da Polónia no referido Acórdão "… é expectável que as orientações previstas na comunicação sirvam de ponto de referência aos auditores da Comissão que fiscalizam os processos de adjudicação de contratos públicos co-financiados pelo orçamento da União Europeia e que incluem as medidas estruturais. No caso de eventuais irregularidades dos processos em causa relativamente às orientações da comunicação, os auditores terão tendência a recusar a qualificação de encargos a recuperar a partir dos créditos comunitários. Deste modo, apesar da afirmação inscrita no início da comunicação, as recomendações aí previstas são aplicadas «como direito». Ora, tendo em conta a importância do auxílio financeiro do orçamento da União Europeia na Polónia, esta atitude dos auditores bastaria para que as recomendações fossem consideradas obrigatórias.".

Em Junho, e ao nível interno, foi publicado o Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Junho que integrou, no enquadramento jurídico da contratação pública, disposições especificas na aquisição de bens e serviços a efectuar durante esse ano económico.

Em Outubro, a Comissão Europeia avança com o "Livro Verde relativo ao alargamento da utilização da Contratação Publica Electrónica na União Europeia".

Em Novembro, a Comissão Europeia convidou Portugal a alterar as regras que aplicava aos contratos públicos de valor superior a 25 milhões de €, de modo a garantir o total cumprimento das regras da UE que visam contratos públicos justos e transparentes.

Em Dezembro, foi publicado o "The Comparative Survey on the National Public Procurement Systems across the PPN, da Authority for the Supervision of Public Contracts" pelo *Department for the co-ordination of European Union Policies*, onde os Estados-Membros referiram quais as regras, a nível nacional, que tinham sido adoptadas para salvaguardar, abaixo dos limiares comunitários, a Contratação Pública e que medidas de publicidade adoptavam.

Em virtude dos factos acima referidos foi necessário, em Dezembro de 2010, iniciar um estudo sobre a necessidade de submeter entidades beneficiárias que, face a legislação nacional, estariam fora do enquadramento jurídico da contratação pública a tendo em vista habilitar a Autoridade de Gestão a emanar uma Orientação, dirigida a todas as entidades beneficiárias do Programa, que no contexto do escasso contributo que imediatamente decorre das normas de direito positivo (nacionais e comunitárias) reguladoras da intervenção dos fundos comunitários, se reclama como necessária.

2.2.3. Protecção do Ambiente

As acções co-financiadas devem ser coerentes com os princípios e objectivos de desenvolvimento sustentável e melhoria do ambiente, referidos no Tratado da União Europeia. Assim, devem observar a legislação comunitária e nacional em matéria de ambiente, de acordo com o disposto no artigo 6º do Tratado e nos termos do qual as "exigências em matéria de protecção de ambiente devem ser integradas na definição e aplicação das políticas" da União Europeia.

Assim, é exigido que as operações co-financiadas pelo ON.2 disponham de toda a informação requerida no respectivo Regulamento Específico e demonstrem um grau de

maturidade adequado. Este requisito prende-se com a necessidade de salvaguardar a celeridade que é imposta à execução das operações pelas regras comunitárias, significando, em termos práticos que os processos de licenciamento ou autorização dos projectos de natureza material se encontram concluídos ou praticamente finalizados. Daí decorre que a demonstração do cumprimento da legislação sobre Ambiente, e também sobre Ordenamento do Território, já foi devidamente verificada pelas autoridades competentes. Assim e para a instrução da candidatura exige-se a apresentação dos documentos comprovativos dos licenciamentos ou autorizações exigíveis para a fase em que se encontra a operação.

A própria avaliação de mérito das candidaturas submetidas no âmbito dos regulamentos específicos que regulam as intervenções de preservação, reabilitação ambiental e gestão do património natural, inclui como critério de selecção o enquadramento do projecto apresentado nos planos de ordenamento do território e documentos estratégicos de enquadramento ambiental aplicáveis na área de implementação do mesmo.

Ainda no que concerne às questões ambientais e tendo presente as boas práticas difundidas pela Comissão Europeia - DOC COCOF 08/0020/01, em fase de candidatura, a Autoridade de Gestão do ON.2 solicita e certifique que existem as licenças em matéria ambiental necessárias a execução de uma determinada operação.

Em sede de acompanhamento, nas verificações no local a estrutura de gestão dará a devida evidência dessa tarefa nos relatórios efectuados, utilizando para o efeito a 'Ficha para verificações no local' anexa ao 'Manual de procedimentos do ON.2'.

Na sequência de uma recomendação da Autoridade de Auditoria, a Autoridade de Gestão do ON.2 em colaboração com os competentes serviços da CCDRN empreendeu um trabalho que pretende vir a actualizar e divulgar todas as regras nacionais e comunitárias ambientais em vigor.

No endereço http://www.ccr-norte.pt/on2.php?i=539 pode ser consultada a **legislação ambiental Comunitária e Nacional aplicável as operações financiada por esta Autoridade de Gestão.**

2.2.4. Igualdade de oportunidades e não discriminação

Nos termos do artigo 16º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, os Estados membros e a Comissão devem assegurar a promoção da igualdade entre homens e mulheres e da integração da perspectiva do género durante as várias fases de aplicação dos fundos.

A Autoridade de Gestão do ON.2 tendo em vista o cumprimento desta política e de forma a evitar toda e qualquer discriminação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual, no que respeita ao acesso aos fundos comunitários, através da 'Ficha de verificações no local' que integra o 'Manual de Procedimentos do ON.2' verifica se as operações financiadas:

Contribuem para a ausência de constrangimentos ou limitações à plena observação desta política comunitário;
Minimizam as barreiras de informação, técnicas ou económicas de acesso das mulheres e demais indivíduos aos vários instrumentos disponíveis no Programa e,
Asseguram a não discriminação da participação feminina em domínios relevantes para a competitividade nacional.
Concorre para esta verificação a obrigação que impende sobre o Beneficiário de aquando da apresentação da sua candidatura declarar sob compromisso de honra que assegurar de modo expresso e inequívoco a conformidade das operações abrangidas pela sua candidatura com os procedimentos legais nacionais e comunitários aplicáveis em matéria de igualdade de oportunidades devendo ainda em sede de preenchimento dos dados gerais da candidatura, ao nível dos indicadores de emprego, mencionar o número/duração de relações contratuais a preencher em função do género.

Em relação às operações aprovadas pelo ON.2 em 2010 foram financiados, nos sistemas de incentivos, 25 projectos de empreendedorismo feminino e 27 de empreendedorismo jovem, num total de, respectivamente, 17,2 milhões de Euros e 12,8 milhões de Euros FEDER, para um investimento total de 46,8 milhões de Euros.

Quadro 2.18 - Apoio no âmbito da Igualdade de oportunidades e não discriminação

Beneficiário	Código da Operação	Designação da Operação	Investimento Elegível (c/ IVA)	FEDER
Apoio à vítima de violência				
Bragahabit, EM	NORTE-04-0241-FEDER-000800	Centro de Informação e Acompanhamento a Vitimas de Violência Doméstica	373.523,40	**298.818,72**
1			**373.523,40**	**298.818,72**
Inclusão social				
Teatro Circo de Braga, S.A.	NORTE-04-0241-FEDER-000798	Projecto MUSA - Criação e Programação no Feminino	300.000,00	240.000,00
Ass. para o Desenvolv. de Figueira	NORTE-04-0241-FEDER-000886	Fórum Sociocultural - Cidadania e Igualdade de Género e Violência Doméstica	48.116,10	38.492,88
Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra	NORTE-04-0241-FEDER-000568	Banco Solidário	6.450,00	5.159,98
GaiaSocial, EM - Empresa Municipal de Habitação	NORTE-04-0241-FEDER-000417	Inclusão social e valorização socioeconómica e profissional	461.090,48	368.872,38
3			**815.656,58**	**652.525,24**
Apoio a crianças (Creches (Aviso ES/1/2009)				
Centro Paroquial de	NORTE-03-0356-FEDER-000-	Creche de Darque	612.857,14	429.000,00

Promoção Social e cultural de Darque	176			
Centro de Intervenção Cultural e Social de Palmeira de Faro	NORTE-03-0356-FEDER-000-177	CICS – Creche	380.714,30	266.500,00
CSSC Mansores - C.S.S.C.M. - Centro Social Santa Cristina de Mansores	NORTE-03-0356-FEDER-000-180	Mansores com vida	234.991,75	164.494,23
Centro Social e Paroquial de Mindelo	NORTE-03-0356-FEDER-000-181	Candidatura a Equipamentos de Creche	306.000,00	214.200,00
Centro Social da Paróquia de Ronfe	NORTE-03-0356-FEDER-000-183	Creche de Ronfe	643.500,00	386.100,00
"O Bem-Estar" - Associação de Solidariedade Social	NORTE-03-0356-FEDER-000-184	O Sorriso do "Bem Estar"	18.813,00	13.169,10
Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima	NORTE-03-0356-FEDER-000-187	Centro Comunitário de Arcozelo da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima	278.571,43	195.000,00
Município de Felgueiras	NORTE-03-0356-FEDER-000-189	Creche de Margaride	306.428,57	214.500,00
Município de Tarouca	NORTE-03-0356-FEDER-000-190	Creche Municipal "O Cantinho Encantado"	278.571,43	195.000,00
Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez	NORTE-03-0356-FEDER-000-191	Alargamento de uma creche	244.238,06	170.966,64
Município de Matosinhos	NORTE-03-0356-FEDER-000-192	Creche de Leça da Palmeira	306.428,57	214.500,00
Centro Social e Paroquial de Areosa	NORTE-03-0356-FEDER-000-194	Creche de Areosa	173.824,00	121.676,80
Município de Matosinhos	NORTE-03-0356-FEDER-000-195	Creche de Santiago de Custóias	306.428,57	214.500,00
Município de Matosinhos	NORTE-03-0356-FEDER-000-196	Creche de S. Mamede de Infesta	306.428,57	214.500,00
Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis	NORTE-03-0356-FEDER-000-197	Novo Equipamento Social - Construção CRECHE	497.352,51	348.146,76
Centro Social de Cabeceira de Basto	NORTE-03-0356-FEDER-000-200	Creche XXI	167.142,86	117.000,00
Centro Social e Cultural de Carreço	NORTE-03-0356-FEDER-000-201	Creche do Centro Social e Cultural de Carreço	278.571,43	195.000,00
Casa do Povo de Peroselo	NORTE-03-0356-FEDER-000-203	Centro Social de Peroselo	287.857,14	201.500,00
Associação Vicentina da Paróquia de S. Vicente	NORTE-03-0356-FEDER-000-205	Criação de Raíz de Creche	579.717,12	405.801,98
Patronato de São Pedro de Maximinos	NORTE-03-0356-FEDER-000-207	Construção de Raíz de Creche	536.256,00	375.379,20
Centro Social Paroquial de Lustosa	NORTE-03-0356-FEDER-000-208	Lustosa Criança	600.000,00	420.000,00
Creche Mãe e Patronato da Sagrada Família - Centro Social e Paroquial de S. Adrião	NORTE-03-0356-FEDER-000-209	Construção de Raíz de Creche	282.040,90	197.428,63
Casa do Povo de Madalena -Associação Recreativa, Cultural e de Fomento Social	NORTE-03-0356-FEDER-000-210	Infantário Casa do Povo da Madalena	445.714,29	312.000,00
Município de Arcos de Valdevez	NORTE-03-0356-FEDER-000-211	Creche da Zona Industrial de Padreiro - Arcos de Valdevez	506.189,46	354.332,62
Centro Social e Paroquial de Carvalhosa	NORTE-03-0356-FEDER-000-212	Creche do Centro Social e Paroquial de Carvalhosa	84.575,00	59.202,50
Centro Social Paroquial de Deão	NORTE-03-0356-FEDER-000-214	Dignitas Vitae	306.428,57	214.500,00
Centro Paroquial e Social de Lanheses	NORTE-03-0356-FEDER-000-215	Creche do Centro Paroquial e Social de Lanheses	306.428,57	214.500,00
Externato São Vicente de Paulo - Felgueiras	NORTE-04-0241-FEDER-000742	Creche - Externato São Vicente de Paulo	200.000,00	160.000,00
Ass. Desenv. Social da Freg. de Margaride	NORTE-04-0241-FEDER-000754	Creche – ADSFMargaride	500.000,00	400.000,00
Centro Social e Paroquial de Santa Marinha	NORTE-04-0241-FEDER-000447	Reconv. de Edifício para Instalação de Creche e Casa da Paroquia de Santa Marinha	843.307,19	674.645,75
30			**10.819.376,43**	**7.663.544,21**
Santa Casa da Misericórdia de Penafiel	NORTE-04-0241-FEDER-000853	Fórum Sociocultural - Apoio à Criança Carênciada	8.989,10	7.191,28
1			**8.989,10**	**7.191,28**
Apoio sénior				
Ass. de Solidariedade Social João Paulo II	NORTE-04-0241-FEDER-000735	Centro de Dia - Requalificação	100.000,00	80.000,00
Município de Porto	NORTE-04-0241-FEDER-000479	Ampliação da Residência de 3ª Idade	610.000,00	488.000,00
ADISCREP	NORTE-04-0241-FEDER-	Fórum Sociocultural - Apoio Sénior	56.000,00	44.800,00

	000877			
3			**766.000,00**	**612.800,00**
Apoio a pessoas com mobilidade reduzida				
Município de Penafiel	NORTE-04-0241-FEDER-000747	Passadeiras Acessíveis	197.008,00	157.606,40
1			**197.008,00**	**157.606,40**
39			**12.980.553,51**	**9.392.485,85**

2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Com excepção de uma despesa referente à transição de despesas de assistência técnica entre o QCA III e o QREN que foi já tratada pela Autoridade de Gestão, a Autoridade de Controlo – IGF – no seu relatório de controlo anual de 2010 ao ON.2, concluiu o seguinte:

"Os sistemas de gestão e controlo estabelecidos para o sistema comum em apreço, no essencial respeitam os requisitos aplicáveis por força dos artigos 58.º a 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho e da Secção 3 do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 de Comissão, e funcionam bem, sendo necessárias pequenas melhorias, de modo a dar garantias razoáveis de que as declarações de despesas já apresentadas ou a apresentar à Comissão são correctas e, consequentemente, de que as transacções subsequentes respeitam a legalidade e a regularidade."

No que concerne às observações formuladas pela Comissão Europeia, na sequência da realização do Encontro Anual (ver ponto 2.7.2), o seguinte quadro reflecte a proposta da AG relativamente às mesmas.

Quadro 2.19 – Conclusões e Recomendações: Encontro Anual entre CE e AG

Recomendações CE	Proposta da Autoridade de Gestão
No que respeita aos Grandes projectos, deverão as autoridades portuguesas apresentar à Comissão uma actualização da lista de projectos a serem submetidos, bem como o respectivo calendário previsional. Agradecíamos que esta lista nos fosse enviada antes de 31 de Janeiro de 2011.	O ponto de situação foi efectuado pelo IFDR. Esta questão é tratada com maior pormenor no capítulo específico sobre grandes projectos.
Em termos dos resultados do exercício de balanço da aplicação dos critérios de selecção, deveriam as diversas Comissões de Acompanhamento realizar uma discussão aprofundada sobre este assunto, considerando a Comissão que deveriam ser apresentados "planos de acção" para aplicar e concretizar esses resultados.	Este é um aspecto que está a ser objecto de atenção no exercício de Avaliação da Operacionalização do ON.2 em curso. A Autoridade de Gestão apresentará em 2011 os seus resultados, discutindo o mesmo com os órgãos do Programa.

Recomendações CE	Proposta da Autoridade de Gestão
Os indicadores comuns comunitários ("core indicators"), instrumentos também de aferição dos objectivos gerais e específicos fixados para cada PO, deverão ver os seus "valores-objectivo" quantificados no mais breve prazo de tempo.	Após o trabalho de concertação entre as entidades nacionais, estas metas já constam do presente relatório.
Relativamente aos eventos anuais de divulgação de resultados dos PO, a Comissão agradece desde já o calendário global que lhe foi submetido após o Encontro anual, mas solicita que de futuro esses eventos sejam programados atempadamente ao longo do ano, para evitar a acumulação de realizações no mês de Dezembro. Com efeito, uma programação mais sistemática e repartida permitiria melhorar a qualidade dos "inputs" a transmitir nestes eventos.	Este ponto tem sido alvo de ponderação ao nível da AG, sendo que será observada a recomendação.
Em termos das reprogramações previstas no contexto do artigo 33° do Regulamento nº 1083/2006, a Comissão recorda que o exercício de reprogramação deve tomar em consideração o facto de a estratégia global do QREN ter sido considerada como globalmente correcta aquando da elaboração do "Relatório Estratégico", a necessidade de justificar devidamente qualquer proposta de modificação (tomando em conta também os resultados preliminares das avaliações) e que seria útil uma discussão prévia e técnica com a Comissão, antes dos processos formais de tomada de decisão.	A recomendação enquadra-se nas principais preocupações da AG, sendo que será concertada ao nível do Estado Membro.

2.3.1. Problemas associados ao ciclo de vida do período de programação do QREN / POs

Até 2009, ainda se fizeram sentir um conjunto de problemas associados ao ciclo temporal do actual período de programação, tendo em conta a aprovação tardia dos Programas Operacionais e, ainda, o inevitável período de sobreposição entre o encerramento do QCA III e a implementação dos PO do QREN. Estes problemas foram ultrapassados em 2010 mas justifica-se aqui uma breve referência, pois ainda penalizaram em maior ou menor grau a execução do ON.2.

Timing do encerramento do QCA III e do ON

Como constrangimento de ordem geral assinala-se o *timing* (sistematicamente adiado) de encerramento do QCA III. O atraso no encerramento do QCA III conduziu a uma sobreposição ao longo de um período de três anos (2007, 2008 e 2009) de dois quadros comunitários, situação que nesta dimensão não tem precedente em programações anteriores. Recorda-se que o alargamento do prazo de execução do QCA III foi decidido pela Comissão europeia (CE) no contexto da actual crise económica. Em concreto, o encerramento formal do ON só veio a ocorrer no final de 2010.

Assumida como prioridade máxima o encerramento do QCA III foram, consequentemente, reclamados para esse efeito recursos técnicos que, em simultâneo, estiveram afectos à estrutura de apoio técnico do ON.2, o que gerou consequências negativas e significativas ao nível da disponibilidade efectiva das equipas que integram os Secretariados Técnicos desta Autoridade de Gestão.

Esta sobreposição dos dois Quadros Comunitários teve implicações também, para as próprias entidades beneficiárias (destacando aqui os Municípios da Região Norte como principal grupo de Beneficiários do anterior Quadro Comunitário e do ON.2), as quais evidenciaram dificuldade em executar em simultâneo projectos em co-financiamento pelo QCA III e pelo ON.2.

Este problema, ultrapassado em 2009, deixou no entanto marcas que a Autoridade de Gestão, em 2010, procurou ultrapassar. Por esse motivo, como se realça neste Relatório, 2010 foi um ano fortemente dedicado à execução do Programa, com enorme empenho de toda a equipa de trabalho, procurando e conseguindo ultrapassar a previsão de despesa validada.

Alteração substancial do quadro normativo e de governação face ao período de programação anterior

Relembra-se igualmente que a alteração substancial do quadro normativo e de governação face ao período de programação anterior, com a elaboração de Regulamentos, Normas e Documentos de Enquadramento já em período de execução do Programa condicionou igualmente a actuação das Autoridades de Gestão. Não obstante, a Autoridade de Gestão do ON.2 empreendeu um enorme esforço no sentido da abertura de concursos num tempo e num número de tipologias abrangidas que acabou por minorar os inconvenientes daquele atraso.

A este nível, permanece ainda em aberto o trabalho de revisão e harmonização dos Regulamentos Específicos, de modo a estandardizar um conjunto de questões transversais relativas a conceitos e procedimentos e, também, a harmonizar esses Regulamentos com o Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão.

Esta questão, já foi por nós levantada no Relatório de Execução de 2009, agravando-se a necessidade desta iniciativa, face aos valores actuais das taxas de compromisso e das dotações afectas a concursos ainda sem decisão. Mantemos no entanto a espectativa que a referida revisão dos Regulamentos esteja concluída em breve, e que a mesma proporcione uma adequada margem de manobra às Autoridades de Gestão para, em relação a cada concurso e tendo em conta as suas necessidades e opções estratégicas e/ou de gestão,

decidir o modo de apresentação das candidaturas (por concurso ou convite directo), as condições de admissão e aceitação das operações, os prazos de análise da admissibilidade e do mérito da candidatura. Estas condições de gestão são essenciais numa altura em que se caminha para a fase final do Programa, sendo espectável que as taxas de compromisso se aproximem dos 100%, com a necessidade de se criarem bolsas de *overbooking*.

Por outro lado, a implementação de um modelo inovatório de subvenção global, através da contratualização com as associações de municípios criadas pela Lei nº 45/2008 de 27 de Agosto, a qual veio a ocorrer em Dezembro de 2008, originou um factor de ajustamento do Programa a essa realidade durante o ano de 2009, com consecutivas alterações supervenientes, em 2010 derivadas da aplicação do Memorandum de Entendimento entre o Estado e a ANMP, como se refere mais à frente.

Complexidade de tipologias e aprovação tardia de programas de acção

Tal como já foi referido quer o QREN em geral quer o ON.2 em particular passaram a incorporar de modo mais alargado um princípio de enquadrar operações individuais em programas de acção diversos, de forma a maximizar a coerência estratégica das intervenções e, em certos casos, a induzir uma desejável integração de instrumentos. Este tipo de arquitectura é, no entanto, mais exigente do ponto de vista operacional pois tende a fazer com que a aprovação ou o reconhecimento de programas de acção ocorra previamente aos procedimentos conducentes à aprovação de operações individuais.

Com efeito, verificou-se o reconhecimento tardio das Estratégias de Eficiência Colectiva, sendo que no que respeita aos Pólos de Competitividade e Tecnologia e aos Outros Clusters o processo de reconhecimento formal só terminou em 15/07/2009 e no caso dos PROVERE em 29/07/2009.

Considerando este "timing" das EEC, e para não prejudicar a execução do Programa Operacional ON.2, tornou-se inevitável para esta Autoridade de Gestão tomar a iniciativa de divulgação de Avisos relativos a concursos gerais cobrindo diversas tipologias (assim, por exemplo, no domínio das indústrias criativas, da economia do mar ou, ainda, no domínio das infra-estruturas tecnológicas), os quais vieram a enquadrar operações posteriormente consideradas como projectos-âncora de EEC.

Este problema foi, no essencial, resolvido em 2009, pelo que o seu impacto não se fez sentir de forma substancial em 2010.

2.3.2. Problemas operacionais e administrativos ao nível dos procedimentos

Sistema de Informação

Ao longo do ano o sistema de informação do ON.2 teve os desenvolvimentos previstos na programação elaborada em 2009 e que estão descritos no ponto 2.7.10.

A Autoridade de Gestão continuou a ver, no entanto, a sua actividade seriamente prejudicada pela necessidade de adaptação a sucessivas alterações dos regulamentares nacionais, das orientações da Autoridade de Certificação e da Autoridade de Pagamento, com impacto no sistema de informação. Com efeito a implementação e alteração de procedimentos implicou um esforço acrescido às equipas do Secretariado Técnico, acarretando quase sempre a necessidade de se obter manualmente novos dados a partir de milhares de candidaturas, com prejuízo para o tempo disponibilizado na análise da admissibilidade e mérito das mesmas e na execução das operações, nomeadamente em sede de acompanhamento e análise dos pedidos de pagamento.

Estes desenvolvimentos que permitiram a comunicação automática dos dados entre o sistema de informação da AG do ON.2 e os sistemas do IFDR e do Observatório do QREN, ainda não estão concluídos, pelo que o sistema de informação ainda não está actualizado, procurando a Autoridade de Gestão adoptar medidas que minimizem esses impactos.

Sistema de Gestão e Controlo

O Sistema de Gestão e Controlo (SGC) conforme exigido pelo Regulamento (CE) 1083/2006 às Autoridades de Gestão reclama destas uma significativa carga de trabalho às equipas técnicas em resultado da obrigatoriedade de demonstração constante de evidências sobre as tarefas executadas. Esta situação foi consideravelmente agravada pela exigência de supervisão das tarefas desempenhadas pelos organismos nos quais a Autoridade de Gestão delegou competências – Organismos Intermédios (CIM e Organismos Técnicos dos Sistemas de Incentivos).

Tal como previsto no Relatório de Execução de 2009, o facto de ter sido exigido um grau elevado de segregação de funções às equipas técnicas não permite uma optimização na utilização dos recursos, face às cargas de trabalho que ocorrem em períodos determinados. A segregação de funções está a dificultar a operacionalização das equipas do Secretariado Técnico, situação que tende a agravar-se no futuro. Com efeito, tem sido afirmado que para

além da natural segregação, entre quem gere as candidaturas e quem gere financeiramente os pedidos de pagamento, tem de haver uma segregação entre quem analisa as candidaturas e quem acompanha a respectiva execução física. Esta dupla segregação torna mais demorada a verificação da execução física e, por consequência, da execução financeira, pois o desconhecimento pessoal do projecto, e das condições de aprovação requer um tempo acrescido de análise; adicionalmente, o conhecimento das especificidades técnicas do sector financiado (é distinto o acompanhamento de projectos imateriais e o acompanhamento de projectos infra-estruturais, equipamentos sociais ou projectos de qualificação ambiental ou urbana), facilitam essa verificação o que pode deixar de ser possível com esta segregação.

A obrigatoriedade também imposta às Autoridades de Certificação e de Auditoria de supervisionarem o Programa acarretam um excesso de trabalho às equipas técnicas que constantemente estão sujeitas a programas de auditoria não previamente planeados e a constantes pedidos de envio de informação adicional de suporte às mesmas. As consequências desta sobreposição não se circunscrevem ao domínio das autoridades de Gestão, mas também às próprias entidades promotoras.

No domínio da segregação de funções, mantém-se a recomendação que as autoridades responsáveis pelas auditorias, preservando o objectivo último dessa segregação mas de modo ajustado à dimensão das equipas técnicas, ponderem o melhor entendimento sobre o grau de segregação de funções exigível às Autoridades de Gestão. Mais se recomenda que esta matéria seja decidida e estabilizada com a máxima brevidade. Não obstante, está em estudo a intensificação do acompanhamento físico e financeiro das operações com recurso quer aos serviços desconcentrados da CCDRN quer a prestadores de serviços externos.

Já no domínio das iniciativas de auditoria, recomenda-se a necessidade de que essas iniciativas sejam devidamente articuladas e planeadas pelas diversas autoridades competentes (nacionais e comunitárias) de modo a que, quer a Autoridade de Gestão quer as entidades beneficiárias, consigam planear e dar resposta eficaz àquelas iniciativas. Recomenda-se ainda que aquela articulação seja efectuada não apenas em termos do calendário das acções de auditoria empreendidas por diversas entidades, como também, do conteúdo e das solicitações de que podem ser alvo as Autoridades de Gestão e os Beneficiários. A experiência neste domínio evidencia níveis de sobreposição de pedidos de informação que, estamos certos, poderão ser adequadamente articulados de modo a evitarem acréscimo do esforço reclamado à entidade auditada.

Durante o ano de 2010, foi terminada a inclusão no SGC da descrição da gestão e seus mecanismos de controlo feita pelos organismos intermédios com os quais a Autoridade de Gestão celebrou contratos de delegação de competência por subvenção global: AMP e CIM.

Essa descrição, iniciada ainda em 2009, foi estabilizada e aprovada pela Comissão Europeia em Novembro de 2010, após sucessivas interacções com a Autoridade de Auditoria e as associações de municípios. O arrastamento desta situação criou alguns problemas, ainda não totalmente sanados, nomeadamente no que respeita à certificação de despesa paga no âmbito desta subvenção, dado que a possibilidade de esta certificação ser feita estava dependente da aprovação da descrição. Estando actualmente em curso uma auditoria da IGF ao SGC destas entidades, de cujos resultados está dependente a certificação de despesa por elas verificada, aguarda-se que os seus resultados finais venham a ser positivos.

Alterações normativas com impacto directo no QREN 2007-2013: alguns exemplos

Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. n.º 18/2008, de 29 de Janeiro: Neste domínio destacam-se que as alterações introduzidas em alguns domínios (assim o caso da contratação pública) na pendência deste Quadro Comunitário contribuíram para a criação de níveis acrescidos de dúvida e alguma insegurança na gestão dos processos de candidatura.

Realce-se que a tipologia de beneficiários que se encontra prevista nos diferentes Regulamentos Específicos é bastante alargada (*vg*. municípios, associações de municípios, associações empresarias, associações civis sem fins lucrativos, fundações de direito privado, entre outras), colocando nas equipas técnicas responsáveis pela análise de candidaturas um esforço acrescido de estudo de situações concretas, nem sempre equiparáveis, para emissão de parecer neste domínio.

Relativamente à contratação pública a Autoridade de Gestão tem procurado incorporar no Programa regras de boa gestão através de orientações que tornem mais clara e segura a aplicação do regime legal. No final de 2010 iniciaram-se estudos com vista à elaboração de uma orientação de gestão, a ser aprovada em 2011, sobre a aplicação do regime legal da contratação pública e dos princípios comunitários ligados à concorrência às contratações realizadas no âmbito das operações.

Projectos Geradores de Receitas: Também neste domínio ocorreu uma alteração substancial em relação ao regime vigente no QCA III. A inexistência de Orientações Técnicas gerais e comuns a todos os Programas Operacionais neste concreto domínio e noutros de natureza transversal contribui para desarticulação e níveis de insegurança no tratamento de determinadas matérias absolutamente indesejáveis.

Sendo certo que as alterações normativas são um dado inevitável e incontrolável pelas Autoridades de Gestão, certo é que essas mudanças geram, por natureza, algum nível de incerteza na aplicação dos normativos em causa. Reafirma-se assim o desejo manifestado no Relatório de Execução de 2009 de ver reforçada uma dinâmica conjunta de entidades

com intervenção transversal ao nível do QREN 2007-2013 (a Comissão Técnica de Coordenação Ministerial, o IFDR, a IGF) para que transmitam, em tempo oportuno e de modo transversal, determinadas orientações que auxiliem a condução da gestão dos Fundos Comunitários. Neste sentido seria útil que as autoridades de coordenação técnica do QREN, de controlo e de certificação, nos domínios das suas competências emitissem orientações claras e precisas em resultado das quais seja possível alinhar os procedimentos a instituir pelas Autoridades de Gestão. Em defesa desta recomendação não se identifica que uma actuação de carácter "pedagógico" conflitua com a isenção e autonomia por que se deve pautar actuação de qualquer daquelas entidades. Na mesma senda de fomentar a articulação e coordenação das diferentes entidades recomenda-se ainda a criação de bases de dados de registo de entidades que disponham de informação relevante para a referida gestão de fundos comunitários; dessa informação realça-se o conhecimento de pareceres jurídicos. É de todo conveniente a existência de reuniões periódicas entre as unidades técnicas (jurídicas, eixos, pagamentos…).

Problemas ao nível da análise da admissibilidade e mérito bem como ao nível da contratação com os promotores

Neste concreto domínio a Autoridade de Gestão do ON.2 tem vindo a constatar que o tempo médio que decorre entre o termo do prazo para apresentação de candidaturas e a notificação da aprovação final da mesma é, por regra, superior ao prazo indicativo que para o efeito a Autoridade de Gestão define nos correspondentes Avisos de Abertura de Concursos. Esse desvio de tempo deve-se, no entender desta Autoridade de Gestão a alguns factores que a seguir se indicam.

Em primeiro lugar persiste a constatação que a instrução das candidaturas apresentadas junto da Autoridade de Gestão do ON.2 não satisfaz, na sua generalidade, um nível de completude e qualidade que permita concluir, sem mais, a análise da sua admissibilidade, tal qual a mesma deve ser conduzida à luz dos requisitos previstos nos Regulamentos Específicos, no Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão e nos Avisos relativos ao Concurso. Esta constatação pode ser facilmente demonstrada por esta Autoridade de Gestão pelo número e teor de pedidos de esclarecimento e de informação complementares que têm de ser dirigidos aos promotores para percepção de aspectos essenciais como, por exemplo, a estrutura financeira da candidatura e a justificação da natureza e do montante de despesas apresentadas.

Neste domínio, a Autoridade de Gestão do ON.2 tem procurado integrar, na concepção dos Avisos de Abertura de Concursos ou em Orientações Técnicas Específicas, mecanismos de

auto-verificação de elementos e de documentos por parte do promotor, sensibilizando as diferentes entidades para a necessidade de uma instrução correcta das candidaturas.

Em segundo lugar, verifica-se que com muita frequência os projectos revelam, na prática, e face à informação com é instruída a candidatura, um grau de maturação aquém do que pressupõem os requisitos de admissão e aceitação das candidaturas regulamentarmente definidos. Concretizando, toma-se como exemplo paradigmático as candidaturas de natureza infra-estrutural, para as quais se exige, na fase da admissão e aceitação, que as mesmas disponham de projecto técnico de arquitectura/de engenharia aprovados e dos pareceres sectoriais emitidos pelas autoridades competentes.

Constata-se, na grande maioria dos casos, que aquelas condições, não só não existem à data da submissão da candidatura, como tendem a verificar-se apenas e só se o promotor tiver a garantia da aprovação do projecto e do montante FEDER concedido.

Diga-se do mesmo modo, quanto à impossibilidade de, até ao momento da celebração do contrato de co-financiamento, o promotor apresentar documentos definitivos sobre a legitimidade que lhe assiste para intervir no espaço abrangido pela candidatura. Nos casos em que é necessária a legitimidade para intervir em terrenos, raras são as situações em que o promotor comprova dispor de plena legitimidade para intervir em todo o espaço exigido para a infra-estrutura que candidata.

Estas circunstâncias afectam de sobremaneira a análise de admissibilidade e de decisão sobre as candidaturas. Este "impasse" tem sido ultrapassado quase sempre através do mecanismo de aprovações condicionadas à verificação de determinadas condições. Todavia, saliente-se que as aprovações condicionadas não geram, por si só, a celebração de contratos de financiamento, pois que o promotor deve antes desta celebração, dar cumprimento às condições a que ficou sujeita a aprovação da candidatura e, só depois da verificação desse cumprimento, é que a Autoridade de Gestão procede ao envio do referido contrato.

Já no que concerne ao processo de celebração de contratos, denota-se em muitos projectos atrasos significativos face aos prazos previstos nos regulamentos. Tais atrasos têm potencialmente origem em duas fontes: os promotores têm dificuldades em obter atempadamente toda a documentação necessária (comprovativos de não existência de dívidas ao Estado e Segurança Social, licenciamentos, etc.) mas, sobretudo, os maiores constrangimentos por parte dos promotores estão relacionados com a obtenção de financiamento bancário, aspecto que será retomado mais abaixo.

Já em 2011, o Segundo Memorandum de Entendimento entre o Governo e a ANMP veio a prever normas mais restritivas a observar pelos promotores aquando da submissão da

candidatura. Em particular, e tendo em conta o elevado nível de compromisso já atingido e a fase em que a implementação do Programa se encontra, parece ser desejável que a admissibilidade das candidaturas nos projectos de natureza infra-estrutural passe a exigir a verificação de que os principais procedimentos de contratação se encontram lançados.

2.3.3. Problemas ao nível da execução física e financeira: como resolver o conflito restrição financeira versus aceleração da execução?

O aprofundar da crise financeira, com maiores dificuldades de acesso a financiamento bancário, subidas de taxas de juros e mesmo a existência de uma política de diminuição da exposição creditícia por parte dos bancos, originou dificuldades acrescidas aos beneficiários das operações, quer privados quer públicos.

Tal como referido no Relatório de Execução de 2009, genericamente, algum atraso no arranque ou no ritmo de execução das operações prende-se com iniludíveis dificuldades, por parte de um número significativo de beneficiários, em mobilizar os recursos financeiros necessários ao co-financiamento dos projectos.

Com efeito, a envolvente macroeconómica e financeira que tem caracterizado os últimos três anos gerou fortes restrições de liquidez. No caso das empresas, verifica-se um crescente aperto de condições na concessão de crédito e garantias. Num contexto macroeconómico desta natureza, o adiamento do investimento empresarial surge como corolário natural.

No caso de outras entidades, nomeadamente daquelas que dependem directa ou indirectamente de financiamento proveniente do Orçamento de Estado e, no caso dos Municípios, de arrecadação também com base em impostos e taxas municipais, verifica-se o agudizar dessa mesma restrição financeira, a qual tendencialmente se agravará em 2011, por força das medidas de contenção do défice orçamental.

Atenta a estas questões, a Autoridade de Gestão tem implementado uma política de flexibilidade na execução das operações, permitindo excepcionalmente a sua reprogramação física, financeira e temporal, de forma a auxiliar os beneficiários a realizar os seus investimentos sem constrangimentos adicionais para além dos que resultam do mercado.

No entanto, a resolução destes problemas exige uma actuação a vários níveis e não depende crucialmente de acções a empreender pela Autoridade de Gestão. A este propósito refiram-se um conjunto de medidas tomadas ao nível da coordenação global do QREN ou do Governo da República, sendo de relevar as seguintes:

- A passagem das taxas de co-financiamento comunitário de 70 para 80%, num conjunto alargado de tipologias, aplicável a operações tendo como beneficiários municípios e outras entidades do universo municipal (Primeiro Memorandum de Entendimento)

- Já em 2011 o Segundo Memorandum de Entendimento manteve a subida de taxas atrás referida, abrindo ainda a possibilidade de os pagamentos efectuados em 2011 serem efectuados à taxa de 85%.

- No que respeita aos Sistemas de Incentivos relembra-se que em Julho de 2010, foram anunciadas um conjunto de medidas incluídas na *"Estratégia para a aceleração da execução de projectos empresariais do QREN"*, de ente as quais entendemos destacar as seguintes: i) lançamento de um mecanismo de financiamento complementar (Linha QREN Investe, no montante de 800 milhões de Euros); ii) disponibilização/reforço de fundos de capital de risco para que as empresas com projectos aprovados pelo QREN pudessem reforçar os seus capitais próprios; iii) mecanismo excepcional de reformulação de projectos, visando a sua adequação (em termos de prazos e montantes de investimento previstos) às novas condições de mercado. Esta medida viria a ser corporizada através da Orientação de Gestão N.º 06/2010 da Rede de Incentivos QREN a qual visava *"um duplo objectivo - propiciar novas condições para a concretização de projectos aprovados, permitindo que posteriormente se anulem compromissos de apoios do QREN a projectos que os promotores não queiram ou não consigam executar*." Como "contrapartida" da possibilidade de alterarem calendários, objectivos e valores de investimento sem qualquer penalização, os promotores comprometiam-se com um calendário de execução semestral dos projectos em causa; iv) criação de uma *"Bolsa de Descativação de Incentivos"* - esta medida viria a ser concretizada já em 2011 (através da Orientação de Gestão n.º 10/2011 da Rede de Incentivos QREN); v) alterações às normas de pagamento em vigor, no sentido de uma maior flexibilidade das mesmas, cabendo aqui destacar a inserção de uma nova modalidade de pedido de pagamento para as empresas (anteriormente apenas aplicável a entidades sem fins lucrativos) - adiantamento contra factura, com posterior apresentação de recibos - visando responder a uma das dificuldades sentidas pelas empresas, a obtenção de garantias bancárias para suportarem os adiantamentos dos projectos; vi) foram ainda adoptadas outras medidas visando alguma simplificação de procedimentos e melhoria de eficácia na gestão dos Sistemas de Incentivos, como redução dos prazos de resposta a Alegações e Reclamações, simplificação dos requisitos em termos de licenciamento, simplificação de processos no que concerne a formulários de candidatura e pedido de pagamento, etc.

- No segundo semestre de 2010 ocorreram um conjunto de reuniões destinadas a formatar o designado "Empréstimo-Quadro BEI", o qual veio a ser disponibilizado já em 2011,

vocacionado para o financiamento complementar da comparticipação nacional para quase generalidade das operações de investimento público ou equiparadas.

O conjunto destas medidas tenderá a proporcionar uma aceleração da execução das operações, sendo o seu impacto mais visível a partir de 2011.

Ao nível da Autoridade de Gestão têm igualmente sido tomadas várias medidas no sentido de acelerar a execução física e financeira das operações e de reduzir a incerteza que pesa sobre esta variável, decorrendo em alguns casos essas acções de iniciativas transversais aos programas operacionais. Assim, as normas de pagamentos têm observado sucessivas revisões, no sentido de facilitar e agilizar procedimentos relativos à apresentação de pedidos de pagamentos e à prestação de garantias no caso de adiantamentos.

As medidas de flexibilidade da gestão das operações tomadas pela Autoridade de Gestão atrás descritas, nomeadamente quanto à reprogramação das operações, não podem no entanto promover a manutenção de operações aprovadas mas que não têm nem terão execução, a fim de – face às elevadas taxas de compromisso que se verificam – se libertar recursos para novos concursos. Esta questão é sobretudo pertinente no caso dos Sistemas de Incentivos e nos Eixos III e IV, para os quais a taxa de compromisso é muito elevada. A Autoridade de Gestão, promoverá, em 2011, a anulação do contrato de financiamento de operações nessas condições.

2.3.4. Problemas pertinentes para uma futura reprogramação

Durante o ano de 2010 confirmaram-se aspectos já evidenciados em 2009 e cuja resolução remete para um necessário exercício de reprogramação.

O primeiro desses problemas tem a ver com a definição dos indicadores de realização física por Eixo Prioritário. Esses indicadores, na sua versão actual, foram formulados aquando da elaboração do programa e em momento prévio à elaboração dos Regulamentos Específicos. Ora, tal como é referido em concreto em diversos pontos deste relatório, nomeadamente no capítulo 3, verifica-se um desajustamento entre os indicadores e a execução do programa.

Em regra, essa inadequação decorre do facto de as tipologias que vieram a ser definidas nos Regulamentos bem como o espectro de operações que daí decorreram nem sempre corresponderem às tipologias implicitamente consideradas nos indicadores associados aos objectivos específicos. Um problema diferente tem a ver com as metas fixadas para 2010 e 2015. Em alguns casos, até, a execução em 2009 já ultrapassava a meta definida para 2010 e, mesmo, para 2015.

Por constrangimentos nacionais não foi possível à Autoridade de Gestão, como era sua intenção, iniciar em 2010 um procedimento sistemático de revisão dos indicadores de realização física por Eixo Prioritário e das respectivas metas, já que era desejável que o calendário para essa tarefa viesse a ser definido de forma transversal aos diferentes programas operacionais.

A segunda família de problemas com impacto potencial em sede de reprogramação decorre das tendências evidenciadas pelos compromissos já assumidos nas aprovações no que respeita quer às taxas de co-financiamento quer, mesmo, às dotações FEDER definidas por Eixo Prioritário. No Eixo Prioritário I era já visível em 2008, confirmando-se esta tendência em 2009 e agravando-se em 2010, que a taxa de co-financiamento implícita nas aprovações é superior à taxa média programada. Tal decorre essencialmente do facto das taxas de co-financiamento em sede dos Sistemas de Incentivos serem superiores às expectáveis aquando da elaboração do programa, como resultado das taxas máximas entretanto previstas nos Regulamentos e da aplicação de majorações várias.

Por outro lado, o Protocolo assinado, já em 2010, entre o Governo e a ANMP, ao prever a possibilidade de aumentar a taxa de co-financiamento para 80%, no caso de operações cujos beneficiários são os Municípios e para os anos de 2007 a 2010, induzirá igualmente um aumento sensível das taxas de co-financiamento médias, com incidência em todos os Eixos Prioritários mas com uma particular relevância nos Eixos III e IV, aqueles em que o investimento municipal tem uma maior expressão. Nesse sentido, não está igualmente excluída a necessidade de ajustamentos nas dotações FEDER dos diferentes Eixos, já que é expectável que, no quadro do envelope financeiro afecto às subvenções globais para as CIM / AMP, venha a ser desejável reforçar a dotação relativa ao Eixo III, por força do investimento nos centros escolares.

O aumento das taxas de co-financiamento, acima do previsto no programa, bem como uma reafectação limitada das dotações entre Eixos decorrem de iniciativas que se justificaram face ao contexto macroeconómico e à necessidade de assegurar a execução física e financeira do ON.2 e, nessa medida, é pertinente a sua consagração em sede da futura reprogramação.

Para além destes aspectos, outras questões pertinentes surgem quando se considera a evolução dos compromissos no conjunto dos Programas Operacionais do QREN. Dessa consideração resulta a pertinência de uma possibilidade de transferência de tipologias entre os PO regionais e, respectivamente, o POFC e o POVT. Este tema está a ser tratado ao nível da coordenação do QREN, pelo que nos dispensamos de o aprofundar no presente relatório.

O exercício de reprogramação, sem colocar em causa a estratégia global do QREN, a qual foi considerada como globalmente correcta aquando da elaboração do "Relatório Estratégico", para além de corrigir as dissonâncias entre a programação do ON.2 e a sua execução, motivadas pela evolução do contexto macroeconómico e de opções regulamentares nacionais, deve consolidar as opções tomadas pelas várias Autoridades de Gestão portuguesas, em consonância com as orientações da CMC dos PO regionais.

Tendo em conta a evolução do contexto macroeconómico e as características do novo ciclo de exercício da política de contenção da despesa pública, é ainda desejável que a reprogramação deva também permitir o reforço dos investimentos destinados à competitividade, inovação e conhecimento, em particular os promovidos pelo sector empresarial privado, impulsionando a economia regional.

2.3.5. Contratualização com as CIM

O ano de 2010, no contexto dos contratos de delegação de competências com subvenção global celebrados entre a Autoridade de Gestão e a AMP/CIM, caracteriza-se pela alteração do modelo de governação definido anteriormente, onde estas associações de municípios, como organismos intermédios, assumem um papel estratégico no desenvolvimento e implementação de políticas públicas e na gestão do QREN, alteração essa que se traduziu na adopção de importantes medidas tendentes a promover e acelerar a execução dos investimentos de iniciativa municipal.

É de salientar a celebração do Memorando assinado em Março de 2010 entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses com vista à avocação de algumas competências que haviam sido delegadas no âmbito do Contrato de Delegação de Competências por Subvenção Global assinado em Dezembro de 2008, a celebração da 1ª Adenda aos Contrato de Delegação de Competências (Março 2010), e da 2ª Adenda aos mesmos contratos (Agosto 2010), a alteração dos Regulamentos Específicos com impacto na execução dos projectos municipais e de forma a acolher as orientações insertas no Memorando e, por fim, a integração da descrição destes organismos intermédios no Sistema de Gestão e Controlo do ON.2 (Outubro 2010).

A avocação de competências e a demora na estabilização da descrição do SGC da AMP/CIM reclamou da AG o reequacionamento da articulação com as estruturas de apoio técnico das associações de municípios, em que se passou de uma articulação ao nível da supervisão para uma articulação directa em todas as fases de vida das operações junto

dessas EAT. A este reposicionamento acresceu a dificuldade de promover uma reverificação das análises dessas estruturas, da qual se destaca a reverificação da contratação pública e dos pedidos de pagamento.

2.4. Mudanças no contexto da execução do programa operacional

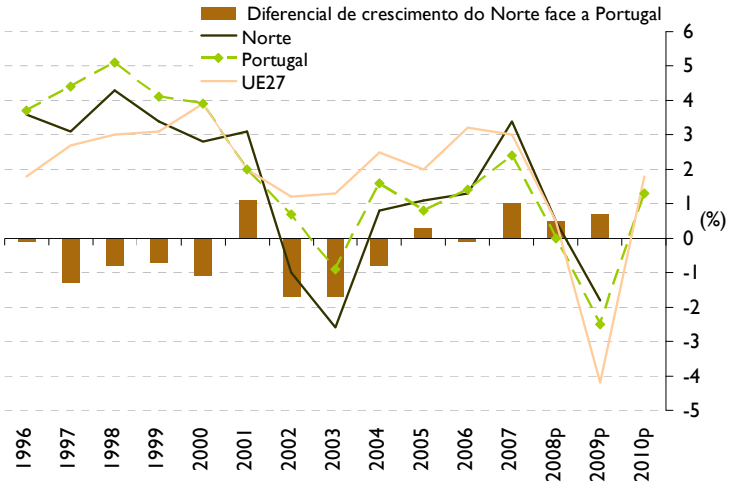
2.4.1. Crescimento económico

Após a recessão de 2009, o ano de 2010 foi marcado pela retoma do crescimento económico, quer a nível nacional (com o PIB a crescer 1,3%, em volume), quer no plano europeu (crescimento de 1,8% na UE27). Embora não sejam ainda conhecidos resultados do PIB para a Região do Norte, é de esperar que a nível regional tenha também ocorrido um crescimento do produto em 2010. Aliás, nos três nos anteriores, a Região do Norte beneficiou de um desempenho económico sistematicamente mais favorável do que o observado a nível nacional.

Entre 2007 e 2009, o Norte foi, em termos regionais, a principal força motriz da economia nacional, quer impulsionando o crescimento económico (em 2007), quer atrasando a ocorrência da recessão e atenuando a sua intensidade (em 2008 e 2009, respectivamente.).

Em 2007, o crescimento económico real da Região do Norte (3,4%) foi o mais elevado da região ao longo de toda a década e o maior de entre todas as regiões portuguesas naquele ano. Em 2008, o Norte foi a única região portuguesa do Continente a alcançar um crescimento económico positivo (com 0,5%), atrasando a entrada em recessão a nível nacional. E em 2009, quando a actividade económica conheceu uma queda em todas as regiões portuguesas, o Norte foi, a seguir aos Açores, aquela onde se registou a menor queda do PIB (-1,8%).

Figura 2.1 - Taxas de crescimento do produto interno bruto, em volume



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Eurostat

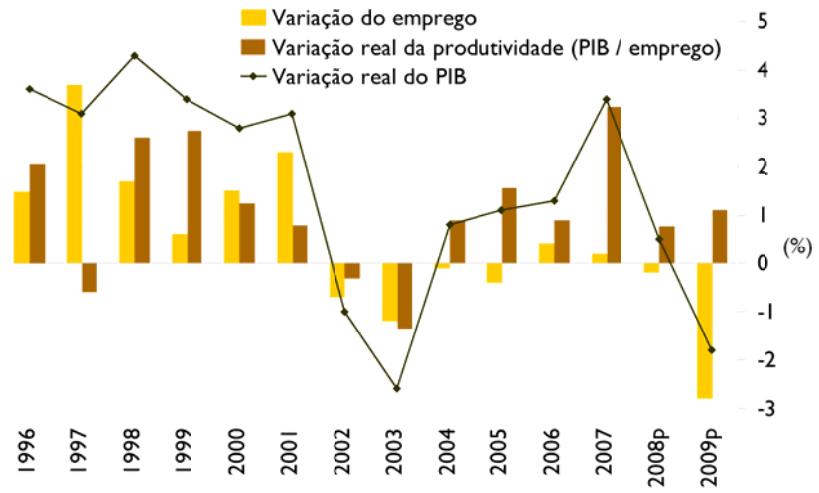
Assim, o Norte registou três anos consecutivos de convergência real no plano interno. Em 2006, o PIB *per capita* da Região do Norte era 78,4% da média nacional, proporção que em 2009 crescera para 80,7%.

No mesmo período, a Região do Norte convergiu também com a média comunitária. Se em 2006, o PIB *per capita* do Norte de Portugal, expresso em unidades padrão de poder de compra, equivalia a 62% da média comunitária (UE27), em 2009, de acordo com o INE, ele representava já 65% do mesmo referencial.

Esta dupla trajectória de convergência da Região do Norte (no plano nacional e a nível europeu), é apenas um dos aspectos que permitem supor que, em 2010, o Norte terá acompanhado a dinâmica de crescimento económico que foi observada em Portugal e na UE.

A decomposição do crescimento económico regional de acordo com os contributos do emprego (no sentido das Contas Regionais) e da produtividade (aferida através do rácio entre PIB e emprego), evidencia que, de 2004 a 2008, o crescimento real do PIB da Região do Norte foi sempre impulsionado sobretudo (ou mesmo em exclusivo) pelos ganhos de produtividade, apenas pontualmente complementados por pequenos acréscimos do emprego. Ao contrário, em 2009, a queda do PIB regional traduziu-se numa acentuada perda de empregos, enquanto a produtividade continuou a aumentar.

Figura 2.2 - Decomposição do crescimento económico na Região do Norte: PIB, Emprego total e Produtividade (PIB/Emprego)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Contas Regionais e cálculos próprios

O simples exercício de decomposição que acaba de ser explanado mostra como a relação entre produto e emprego se apresenta, actualmente, desequilibrada: a mera ocorrência de um crescimento económico não garante a expansão do emprego; mas a expansão do emprego só é possível com ritmos significativos de crescimento económico. É certo que a obtenção de ganhos de produtividade – que traduzam efectivas melhorias dos níveis de eficiência produtiva e da posição competitiva da produção regional no mercado internacional – é algo de que a economia regional carece decisivamente. Mas a incapacidade de fazer crescer o emprego de forma sustentada levanta problemas muito sérios à Região do Norte, não só do ponto de vista da coesão social, como também no que se refere a alguma fragilidade deste modelo de crescimento económico, dado que a relativa debilidade do consumo interno deixa a actividade económica regional ainda mais dependente da procura externa.

2.4.2. Comércio internacional de mercadorias

2.4.2.1 Importância relativa da Região do Norte no comércio internacional de Portugal

A Região do Norte continua indubitavelmente a ser a principal região exportadora de Portugal, embora a sua importância relativa tenha vindo a sofrer alguma erosão, num processo que continuou em 2010. Em todo o caso, a determinação do peso relativo do Norte face ao total das exportações portuguesas (ou das importações) não é um exercício tão imediato como, à partida, se esperaria. Em causa está o critério que deve presidir à afectação regional dos fluxos de mercadorias observados no comércio internacional.

O critério vulgarmente utilizado pelo INE, é o da localização da sede do "operador" estatístico, expressão que designa a entidade directamente responsável por um particular fluxo de importação ou exportação. Em 2010, as empresas com sede na Região do Norte foram responsáveis por exportações de mercadorias num montante global de 13,1 mil milhões de Euros (resultados preliminares), valor que representa 35,7% das exportações portuguesas no mesmo ano.

Esta proporção, porém, está sub-avaliada, já que o total das exportações nacionais inclui uma componente, designada por "extra-regio", que agrega os fluxos em relação aos quais não se conhece a localização da sede do operador (por serem provenientes de estimativas produzidas pelo INE para abarcar os casos de não-resposta bem como os casos de isenção de declaração estatística, ditos "abaixo do limiar"), bem como os casos em que o operador estatístico é uma empresa estrangeira, sem sede no nosso país. Ora, por certo que alguns desses fluxos poderiam ser justamente afectos à Região do Norte. Assim, parece mais curial não confrontar o valor atribuído ao Norte directamente com o total nacional de exportações, mas sim com o total nacional expurgado da componente "extra-regio". Este novo cálculo indica que, em 2010, as empresas com sede na Região do Norte terão contribuído com 38,7% das exportações nacionais (excepto "extra-regio").

Por outro lado, o critério da localização das sedes é penalizador para a Região do Norte. Com efeito, em muitos casos as empresas estão presentes na região com um ou mais estabelecimentos, nomeadamente industriais, realizam aqui parte da sua produção e da sua actividade exportadora, mas têm a sua sede fora da Região do Norte.

O INE disponibiliza também, embora apenas para o comércio internacional com estados membros da União Europeia (comércio internacional intra-comunitário), resultados estatísticos construídos de acordo com um critério alternativo, que permite obviar àquele

inconveniente. Trata-se de um critério que procura seguir a óptica do produto (e não já a da empresa), levando em conta a localização física das mercadorias, permitindo assim aproximar a noção de região de origem das exportações (ou de destino das importações). Desta forma, aproximamo-nos mais da real actividade exportadora da região. Porém, em relação ao comércio com países terceiros (comércio extra-comunitário) não existe alternativa ao uso dos dados organizados regionalmente segundo a sede do operador. Em todo o caso, é sabido que a maior parte do comércio internacional de Portugal (e também da Região do Norte), tem como parceiros comerciais os países da UE.

A alternativa pode ser, então, fixar um critério misto, mediante a soma de duas parcelas:

1ª) o valor das exportações (ou importações) de mercadorias para (ou provenientes de) a UE com origem na Região do Norte, entendida esta como origem (ou destino) física das mercadorias; e

2ª) o valor das exportações (ou importações) de mercadorias para (ou provenientes de) fora da UE realizadas por empresas com sede na Região do Norte.

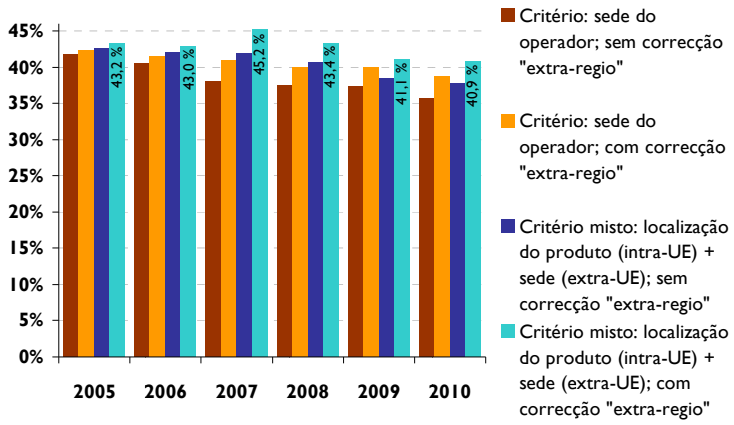
Em 2010, esta soma atirava o valor das exportações da Região do Norte para 13,9 mil milhões de Euros, sendo que a primeira das parcelas (relativa às exportações para a UE com origem física na Região do Norte) representava mais de quatro quintos (81,6%) desse valor global.

Aquilo que, com este critério misto, se perde em coerência do ponto de vista metodológico, é compensado com o que se ganha ao alcançar uma melhor aproximação à real actividade exportadora da Região do Norte. Mesmo assim, podemos considerar que aquela soma ainda subavalia as exportações da Região do Norte, ao considerar o comércio extracomunitário apenas de acordo com o critério da localização das sedes dos operadores.

Avaliada como a soma daquelas duas parcelas, a actividade exportadora da Região do Norte, em 2010, representou 37,7% do total das exportações nacionais e 40,9% do total das exportações nacionais expurgado da componente “extra-regio”. Considera-se que esta última proporção (40,9%) corresponde à melhor estimativa do verdadeiro peso relativo da Região do Norte no conjunto da actividade exportadora nacional, no ano de 2010. Salvo indicação em contrário, doravante a análise do comércio internacional da Região do Norte terá por referência o acima denominado critério misto.

Em todo o caso, qualquer um dos critérios torna evidente uma tendência para o decréscimo da importância relativa da Região do Norte enquanto plataforma exportadora da economia nacional, pelo menos desde 2007.

Figura 2.4 - Determinação da importância relativa da Região do Norte enquanto origem das Exportações nacionais



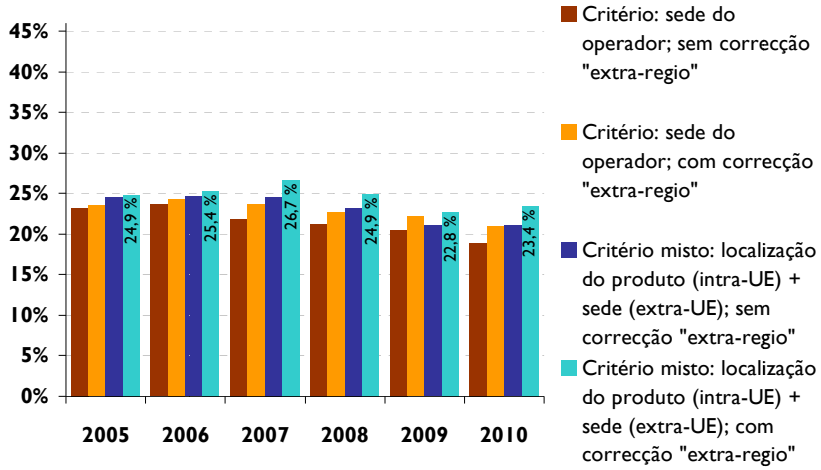
Fonte: cálculos próprios, sobre dados do Instituto Nacional de Estatística (dados definitivos até 2008, provisórios de 2009 e preliminares de 2010)

Naturalmente, o mesmo tipo de exercício pode ser efectuado também no que diz respeito aos fluxos de importação de mercadorias. Em 2010, as importações de mercadorias da responsabilidade de operadores cuja sede se situava na Região do Norte totalizaram 10,8 mil milhões de Euros, enquanto o critério misto (nos termos acima definidos) avaliava em 12 mil milhões de Euros as importações de mercadorias para o Norte de Portugal.

É imediato constatar que a importância relativa do Norte enquanto região importadora (23,4% do total nacional, em 2010, de acordo com o critério mais elaborado) é bastante inferior à importância relativa que o Norte assume, no contexto nacional, enquanto região exportadora. Também aqui se observa, a partir de 2007, uma tendência decrescente, mas que se terá invertido em 2010, segundo o critério de cálculo adoptado.

Na verdade, o Norte é essencialmente uma região produtora e exportadora, muito mais do que importadora. O contributo desta região para o saldo comercial português é sistematicamente positivo. Em 2010, esse contributo cifrou-se em 2,3 mil milhões de Euros (de acordo com o critério da localização das sedes dos operadores) ou em 1,9 mil milhões de Euros (segundo o critério misto atrás definido). Além do Norte, apenas o Centro e o Alentejo apresentam (no critério da localização das sedes dos operadores) contributos positivos para o saldo comercial português, mas com valores bastantes menos expressivos do que os do Norte.

Figura 2.5 - Determinação da importância relativa da Região do Norte enquanto destino das Importações nacionais



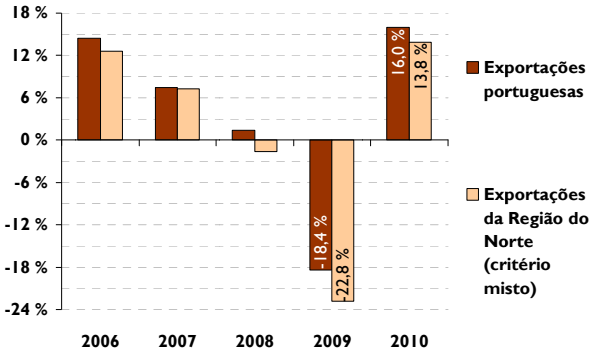
Fonte: cálculos próprios, sobre dados do Instituto Nacional de Estatística (dados definitivos até 2008, provisórios de 2009 e preliminares de 2010)

2.4.2.2 Exportações de mercadorias da Região do Norte em 2010

Em 2010, assistiu-se a uma retoma do crescimento do comércio internacional. As exportações portuguesas cresceram 16% em valor, enquanto as exportações da Região do Norte (avaliadas pelo critério misto definido no ponto anterior) aumentaram 13,8%, beneficiando do aumento da procura interna na generalidade dos nossos principais países clientes. Estes são crescimentos muito significativos, mas ainda insuficientes (sobretudo no caso da Região do Norte) para sequer compensar as perdas registadas em 2009. Na verdade, em 2010, o valor das exportações portuguesas ficou ainda 5,4% abaixo do registo de 2008, enquanto as exportações do Norte (critério misto) se quedaram 12,1% abaixo do mesmo referencial de 2008.

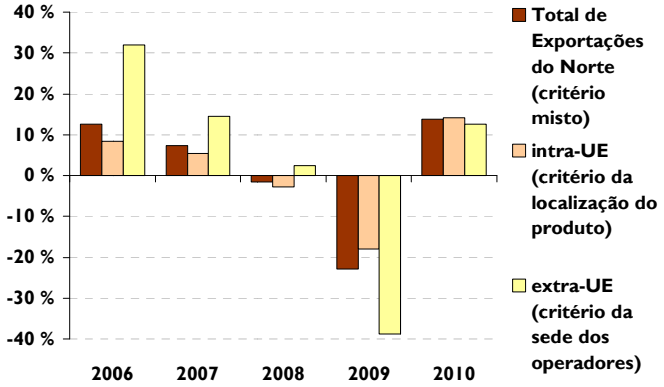
As exportações da Região do Norte registaram, em 2010, dinâmicas semelhantes no comércio intra-comunitário e extra-comunitário, embora com um crescimento um pouco mais acentuado no comércio com a UE (+14,1%, segundo o critério da região de origem das mercadorias), do que para o resto do mundo (+12,6%, pelo critério da região onde se situa a sede das empresas).

Figura 2.6 - Dinâmicas comparadas de crescimento das exportações, a preços correntes (variações anuais, em %)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (dados definitivos até 2008, provisórios de 2009 e preliminares de 2010) e cálculos próprios

Figura 2.7 - Crescimento em valor das exportações da Região do Norte, por mercados (variações anuais, em %)



Fonte: cálculos próprios, sobre dados do Instituto Nacional de Estatística (dados definitivos até 2008, provisórios de 2009 e preliminares de 2010)

Quadro 2.20 - Estrutura das Exportações da Região do Norte (critério misto) por grupos de produtos, de 2005 a 2010 (valores em % do total de cada ano)

Código NC	DESIGNAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Secção XI	Matérias têxteis e suas obras	24,8%	22,4%	21,2%	19,7%	20,9%	19,2%
	dos quais:						
Capít. 61	*Vestuário e seus acessórios, de malha*	*11,9%*	*10,8%*	*10,1%*	*9,3%*	*10,1%*	*8,8%*
Capít. 62	*Vestuário e seus acessórios, excepto de malha*	*4,6%*	*4,0%*	*3,8%*	*3,5%*	*3,6%*	*3,2%*
Capít. 63	*Outros artefactos têxteis confeccionados; sortidos; artefactos de matérias têxteis, calçado, chapéus e artefactos de uso semelhante, usados; trapos*	*4,3%*	*3,7%*	*3,4%*	*3,0%*	*3,2%*	*3,0%*
Capít. 85	Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão e suas partes e acessórios	13,1%	16,1%	16,4%	15,5%	9,4%	10,4%
Capít. 87	Veículos automóveis, tractores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	5,8%	6,6%	7,6%	7,7%	8,7%	9,8%
Capít. 64	Calçado, polainas e artefactos semelhantes, e suas partes	8,7%	8,0%	7,5%	7,9%	9,0%	8,3%
Secção XV	Metais comuns e suas obras	6,6%	7,5%	7,7%	7,9%	6,9%	7,5%
	dos quais:						
Capít. 72	*Ferro fundido, ferro e aço*	*1,9%*	*2,1%*	*2,3%*	*2,2%*	*1,5%*	*1,9%*
Capít. 73	*Obras de ferro fundido, ferro ou aço*	*2,8%*	*2,9%*	*2,9%*	*3,2%*	*3,2%*	*3,0%*
Capít. 94	Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões, almofadas e semelhantes; aparelhos de iluminação não especificados nem compreendidos em outros capítulos; anúncios, tabuletas ou cartazes e placas indicadoras, luminosos e artigos semelhantes; construções pré-fabricadas	4,2%	3,8%	4,3%	4,3%	5,0%	5,0%
Capít. 45	Cortiça e suas obras	5,3%	5,0%	4,7%	4,7%	5,1%	4,9%
Capít. 84	Reactores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	8,7%	7,6%	6,5%	6,2%	5,6%	4,8%
Capít. 40	Borracha e suas obras	3,1%	3,3%	3,3%	3,3%	4,3%	4,5%
Capít. 22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	3,2%	2,8%	2,9%	3,4%	4,1%	3,9%
Capít. 39	Plástico e suas obras	2,4%	2,6%	2,9%	3,2%	3,3%	3,7%
Secção VI	Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	2,9%	3,1%	3,2%	3,0%	3,1%	3,0%
Secção I	Animais vivos e produtos do reino animal	1,8%	1,7%	1,7%	2,1%	2,1%	2,4%
Capít. 27	Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais	1,2%	1,4%	1,0%	2,1%	2,2%	1,9%
Capít. 48	Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão	1,2%	1,3%	1,4%	1,3%	1,5%	1,7%
Capít. 71	Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos, e suas obras; bijutaria; moedas	0,1%	0,1%	0,1%	0,3%	0,9%	1,6%
Capít. 44	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	1,5%	1,8%	1,8%	1,7%	1,4%	1,5%
	Outros produtos	5,3%	5,0%	5,7%	5,7%	6,5%	5,9%

Fonte: cálculos próprios, sobre dados do Instituto Nacional de Estatística (dados definitivos até 2008, provisórios de 2009 e preliminares de 2010)

A especialização revelada pelas exportações internacionais da Região do Norte destaca sobretudo a importância do têxtil, do sector eléctrico e electrónico, da fileira automóvel, do calçado e do sector da metalurgia e fabricação de produtos metálicos.

Os produtos da fileira têxtil mantêm-se dominantes, embora ao longo dos anos tenham vindo a perder alguma da sua importância relativa. Se em 2005 os têxteis representavam quase um quarto (24,8%) das exportações do Norte, em 2010 essa proporção era já inferior a um quinto (19,2%). O vestuário, em particular, passou de representar cerca de um sexto (16,5%) das exportações do Norte em 2005, para menos de um oitavo (12,0%) em 2010.

As máquinas, aparelhos e materiais eléctricos sofreram uma brusca perda de importância relativa na estrutura exportadora da Região do Norte em 2009, muito em resultado do encerramento da actividade de um grande exportador (a Quimonda). Este grupo de produtos representava 15,5% do total das exportações regionais em 2008, mas no ano seguinte o seu peso relativo desceu para 9,4%. Este decréscimo de importância relativa é ainda mais significativo por ocorrer num ano em que a actividade exportadora da Região do Norte sofreu uma forte redução, como já foi referido. Em 2010, as máquinas, aparelhos e materiais eléctricos garantiram 10,4% das exportações desta região.

Um sector que tem vindo consistentemente a aumentar a sua importância relativa na estrutura de exportações da Região do Norte, é a fileira automóvel. Apesar de na região não existirem propriamente fábricas de automóveis, existe uma intensa actividade produtora (e exportadora) de carroçarias, reboques e componentes de diversos tipos para o sector automóvel. Em 2010, esta fileira representou já quase um décimo (9,8%) das exportações da Região do Norte, superando assim claramente os 5,8% do ano de 2005.

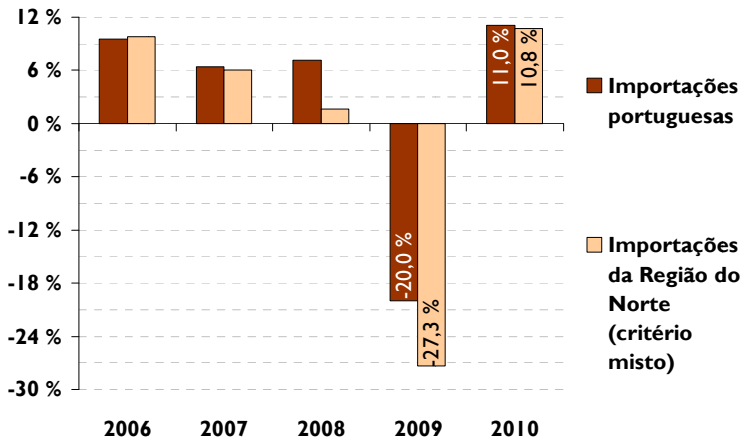
Ao contrário dos têxteis, o calçado é um exemplo de uma especialização tradicional que tem conseguido manter a sua representatividade face ao total das exportações da Região do Norte. Nos últimos seis anos, o calçado representou entre 7,5% e 9,0% das exportações de mercadorias do Norte para o Mundo e em 2010 essa proporção foi de 8,3%.

Um conjunto de metais comuns e suas obras (com destaque para o ferro e aço) responderam por 7,5% das exportações do Norte em 2010, destacando-se ainda o mobiliário, a cortiça, as caldeiras, máquinas e aparelhos mecânicos (em clara perda de importância relativa nos últimos anos), as borrachas e os plásticos, as bebidas e os produtos químicos (incluindo produtos farmacêuticos), entre outros.

2.4.2.3 Importações de mercadorias pela Região do Norte em 2010

Tal como as exportações, também as importações de mercadorias registaram uma recuperação em 2010, após terem sofrido quebras acentuadas em 2009. As importações portuguesas cresceram, em 2010, cerca de 11% em termos nominais, depois de no ano anterior terem diminuído 20%. Por seu turno, as importações atribuídas à Região do Norte cresceram 10,8% em 2010, depois de terem recuado 27,3% em 2009. Em ambos os espaços, o crescimento das importações em 2010 ficou, em termos percentuais, aquém do das exportações.

Figura 2.8 - Dinâmicas comparadas de crescimento das importações, a preços correntes (variações anuais, em %)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (dados definitivos até 2008, provisórios de 2009 e preliminares de 2010) e cálculos próprios

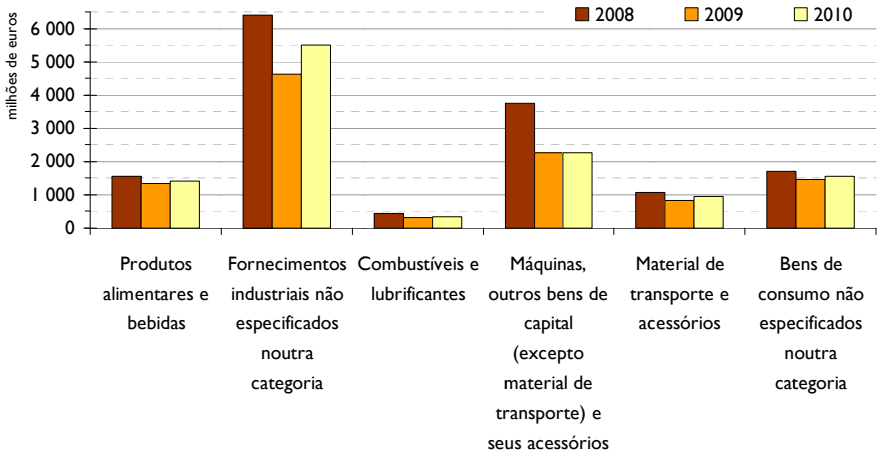
Uma análise das importações segundo a Classificação por Grandes Categorias Económicas, permite destrinçar quais as componentes da actividade económica que, em cada momento, determinam a evolução das importações.

Em 2009, as duas categorias que mais contribuíram para o acentuado decréscimo do valor global das importações atribuídas à Região do Norte, foram os "*fornecimentos industriais não especificados noutra categoria*" e as "*máquinas, outros bens de capital (excepto material de transporte) e seus acessórios*" (*cf*. figura seguinte). A primeira destas categorias corresponde, *grosso modo*, à importação de *inputs* (consumos intermédios) destinados à actividade industrial e, em 2009, registou, na Região do Norte, uma variação de -27,6%, em valor, face a 2008. Quanto à segunda categoria referida, ela traduz a componente importada

do investimento em maquinaria e o seu valor em 2009, para a Região do Norte, ficou 39,5% abaixo do de 2008. Assim, podemos interpretar que a queda das importações para a Região do Norte, em 2009, foi motivada sobretudo pelo abrandamento da actividade industrial regional e por uma retracção do investimento empresarial na região.

Em 2010, o principal impulso para o crescimento global das importações para a Região do Norte, proveio também das importações de *inputs* industriais, indicando portanto uma reanimação da actividade industrial da região (que o próprio aumento das exportações, aliás, confirma). No entanto, o aumento das importações destes "fornecimentos industriais" para a Região do Norte em 2010 (+18,7%) correspondeu apenas, em valor, a cerca de metade do decréscimo ocorrido no ano anterior. Assim, tanto quanto é possível perceber pela evolução dos consumos intermédios importados, a reanimação da actividade industrial da Região do Norte, em 2010, foi menos intensa do que a crise que afectou o mesmo sector em 2009 e, portanto, terá deixado a produção industrial do Norte num patamar ainda inferior ao de 2008. Naturalmente, este tipo de conclusão deve ser interpretado com algumas reservas, dado que se baseia unicamente na observação das importações de inputs destinados à indústria. Mas, não havendo motivos óbvios para supor que num prazo tão curto se tenha alterado profundamente a importância relativa da componente importada de consumos intermédios para a indústria regional, julgamos ser lícito o tipo de raciocínio apresentado.

Figura 2.9 - Importações da Região do Norte (critério misto), por Grandes Categorias Económicas



Fonte: Cálculos próprios, sobre dados do Instituto Nacional de Estatística (dados definitivos 2008, provisórios 2009 e preliminares 2010)

Já a importação de "*máquinas e outros bens de capital, excepto material de transporte*" para a Região do Norte não mostrou, em 2010, qualquer recuperação face à queda observada em 2009. Este indicador parece sugerir que, em 2010, o investimento empresarial na Região do Norte não esboçou qualquer recuperação face ao recuo que terá observado em 2009 – conclusão que, mais uma vez, é avançada com o alerta de se basear unicamente na observação da componente importada de um particular tipo de investimento.

Quanto às restantes componentes (*Produtos alimentares e bebidas*, *Combustíveis e lubrificantes*, *Material de transporte e acessórios* e *Bens de consumo não especificados noutra categoria*), as respectivas importações para a Região do Norte apresentaram, em 2010, um crescimento cujo valor (em Euros, a preços correntes) foi ainda inferior a metade da queda que ocorrera em 2009.

Quadro 2.21 - Variação anual (em %) das Importações da Região do Norte (critério misto), por Grandes Categorias Económicas, a preços correntes

	Produtos alimentares e bebidas	Fornecimentos industriais não especificados noutra categoria	Combustíveis e lubrificantes	Máquinas, outros bens de capital (excepto material de transporte) e seus acessórios	Material de transporte e acessórios	Bens de consumo não especificados noutra categoria	TOTAL
2008	6,0%	1,9%	-1,8%	1,0%	-2,7%	1,7%	1,6%
2009	-14,7%	-27,6%	-26,0%	-39,5%	-22,1%	-15,1%	-27,3%
2010	6,1%	18,7%	8,8%	-0,2%	12,8%	6,2%	10,8%

Fonte: Cálculos próprios, sobre dados do Instituto Nacional de Estatística
(dados definitivos 2008, provisórios 2009 e preliminares 2010)

2.4.3 Construção e Habitação

No sector da construção civil, o ano de 2010 voltou a ser marcado por uma tendência negativa do número de obras licenciadas para construções novas, embora de uma forma menos acentuada do que nos dois anteriores, tanto a nível nacional como para a Região do Norte.

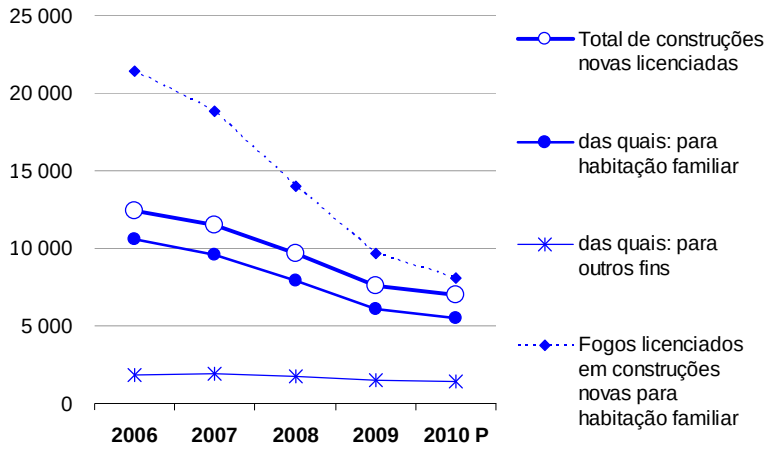
De acordo com dados preliminares, em 2010, o número de construções novas licenciadas na Região do Norte diminuiu cerca de 8,2% face ao ano anterior (-7,9% a nível nacional). Estes valores marcam um significativo desagravamento da tendência face às variações que tinham sido observadas em 2009 (-21,8% na Região do Norte e -26,8% a nível nacional).

Em 2010 (dados preliminares), na Região do Norte terão sido licenciadas perto de 7000 construções novas, das quais mais de 5500 se destinavam a habitação familiar (-8,9% face a 2009) enquanto as restantes visavam outros fins (-5,2% do que em 2009). Aquelas cerca de 5500 construções novas destinadas a habitação familiar representavam mais de 8000 fogos (-16,4% face a 2009).

O número médio de fogos por construção nova licenciada para habitação tem vindo a diminuir sucessivamente, na Região do Norte, ao longo dos últimos anos, passando de 2 fogos por habitação nova em 2006 para 1,5 em 2009.

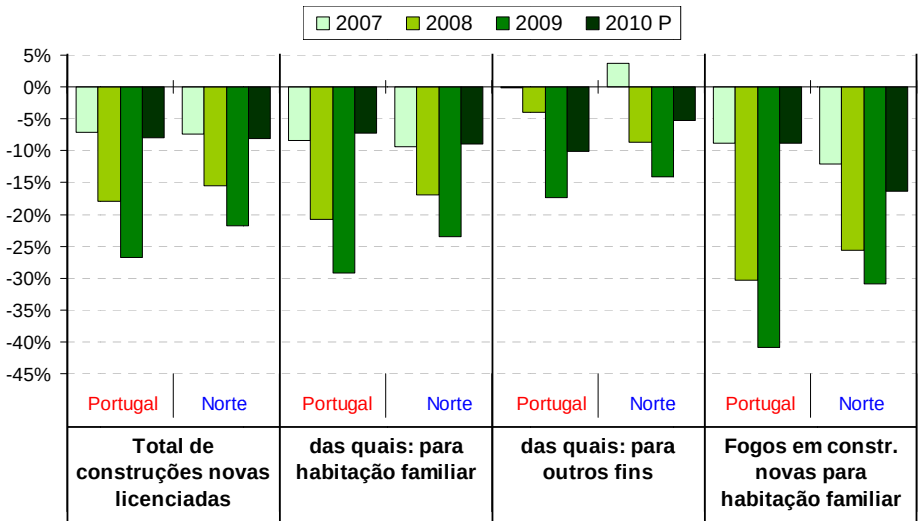
A actividade do sector mantém-se muito concentrada na construção nova. Em 2009, as reconstruções licenciadas na Região do Norte foram apenas na proporção de 6,4 por cada 100 construções novas. Este indicador não está ainda disponível para 2010, mas nos últimos quatro anos observados ele apenas oscilou, na Região do Norte, entre um mínimo de 5 e um máximo 6,5 reconstruções por cada 100 construções novas. Mesmo assim, a proporção de reconstruções é mais elevada no Norte do que na média nacional. Sobretudo, é importante notar que este indicador apresenta grandes diferenças entre as várias sub-regiões (NUTS III) do Norte. Em 2009, as reconstruções foram quase inexistentes no Entre Douro e Vouga (à semelhança dos anos anteriores). No Cávado, no Ave e no Grande Porto, foram licenciadas, em 2009, cerca de uma reconstrução por cada cem construções novas e no Tâmega houve 4,5 reconstruções licenciadas por cada 100 construções novas. Nas restantes sub-regiões do Norte, as reconstruções têm habitualmente uma importância relativa bastante distinta. Em 2009, por cada 100 construções novas, foram licenciadas 12,7 reconstruções no Minho-Lima, 14,3 em Alto Trás-os-Montes e 30,5 no Douro.

Figura 2.10 - Construções novas licenciadas na Região do Norte



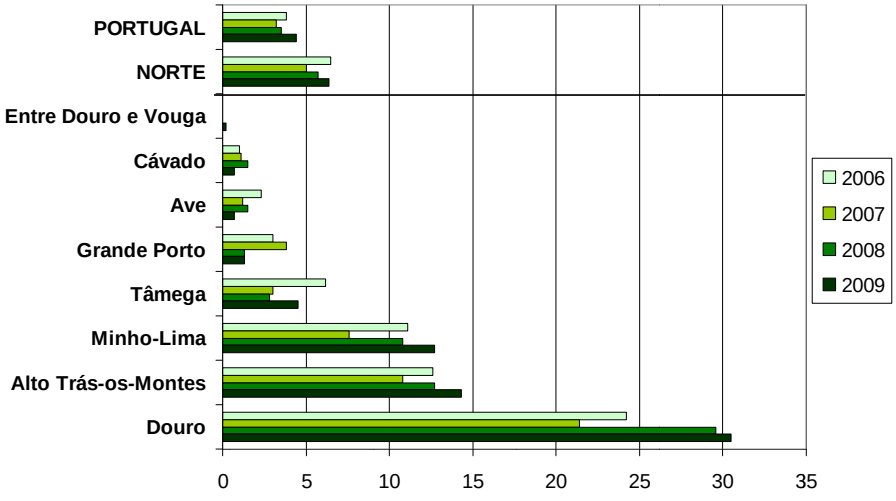
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e Demolição de Edifícios (valores preliminares para 2010)

Figura 2.11 - Taxas de variação anual no licenciamento de construções novas



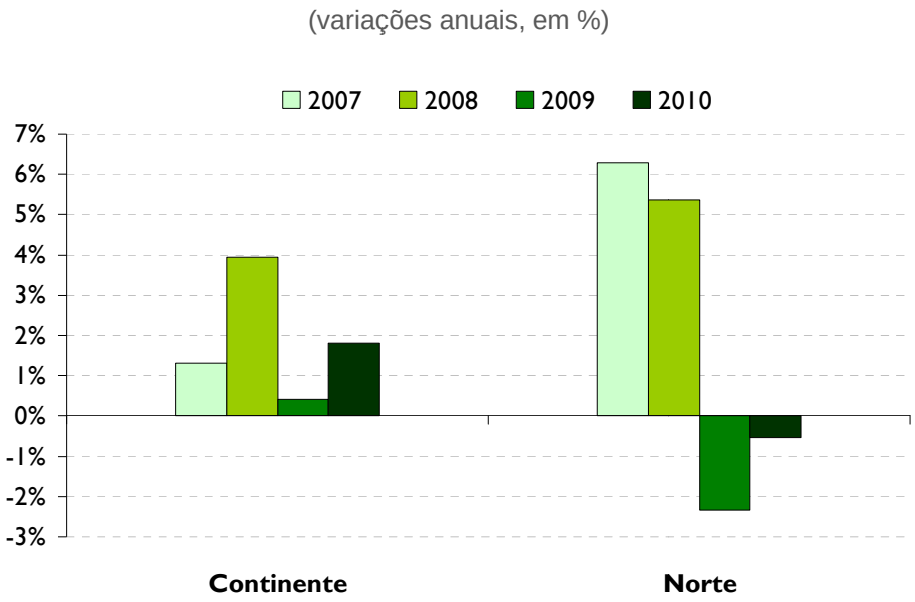
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e Demolição de Edifícios (valores preliminares para 2010)

Figura 2.12 Reconstruções licenciadas por cada 100 construções novas licenciadas



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e Demolição de Edifícios

Figura 2.13 - Índice "Confidencial Imobiliário": preços de habitação



Fonte: Confidencial Imobiliário, Índice "Confidencial Imobiliário"

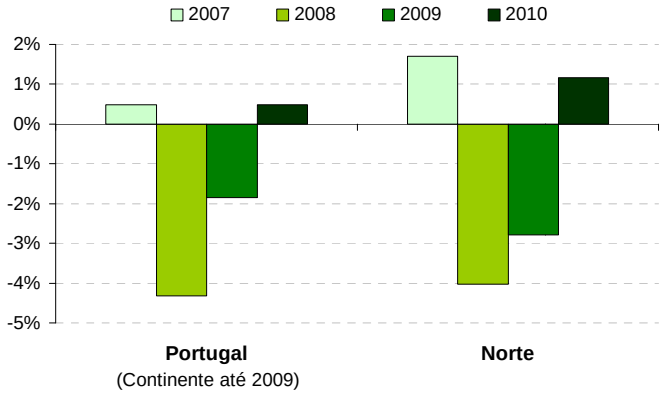
De acordo com o índice "Confidencial Imobiliário", os preços da habitação registaram, em média, uma ligeira queda, na Região do Norte, em 2010, com uma variação negativa de -0,5% face ao ano anterior. Este valor representa, no entanto, um desagravamento da tendência, já que em 2009 a queda do índice havia sido de -2,3%.

A deflação que na Região do Norte se observou nos preços das casas em 2009 e 2010 não foi sentida a nível nacional. Para o território do Continente, 2009 foi um ano de forte desaceleração dos preços das casas (que ainda assim se mantiveram, em média, a crescer, com uma variação de +0,4%) e em 2010 assistiu-se a nova aceleração do crescimento dos preços (+1,8%).

A evolução dos valores médios de avaliação bancária de habitação mostra que em 2008 e 2009 a banca se reposicionou face ao risco no crédito à habitação, adoptando um comportamento mais prudente – o que se traduziu por acentuadas variações negativas, quer na Região do Norte, quer a nível nacional (Continente). Em 2010, os valores médios de

avaliação bancária de habitação voltaram a exibir variações positivas, indicando que aquele reposicionamento estaria já concluído.

Figura 2.14 - Avaliação bancária de habitação (variações anuais, em %, dos valores médios por m^2)



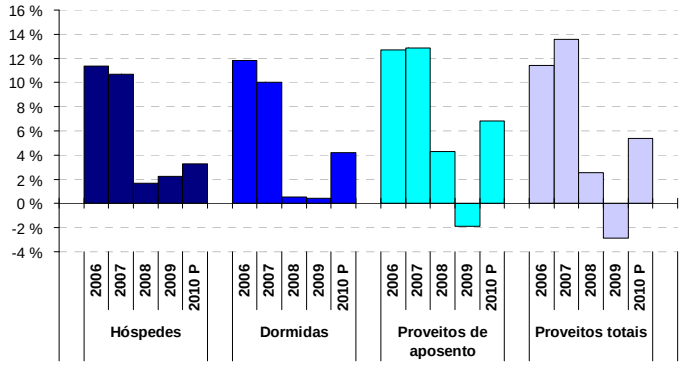
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação

2.4.4 Actividade turística

2010 foi um ano de recuperação para a actividade hoteleira na Região do Norte, após o desempenho menos favorável de 2008 e de 2009. Em 2010 (de acordo com dados ainda provisórios), o número de hóspedes acolhidos nos estabelecimentos hoteleiros do Norte de Portugal excedeu em 3,3% o total de 2009, enquanto o número total de dormidas cresceu 4,2%. Ao mesmo tempo, os proveitos gerados tiveram crescimentos mais expressivos: os proveitos de aposento aumentaram 6,8% e os proveitos totais tiveram um crescimento de 5,4%, sempre de acordo com dados provisórios.

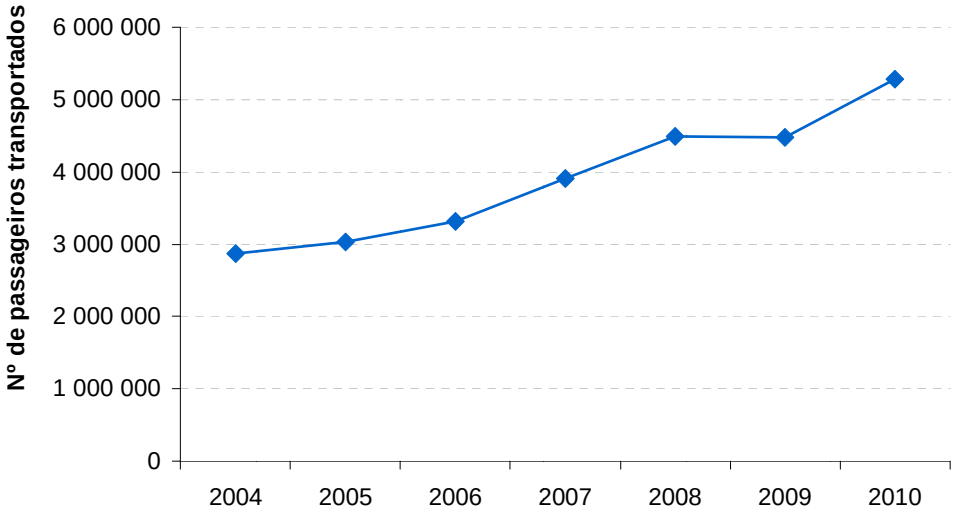
A actividade turística do Norte continua a ser fortemente impulsionada pelo crescimento do movimento no Aeroporto Sá Carneiro. Em 2010, o número de passageiros movimentados neste aeroporto (embarcados e desembarcados) excedeu os 5283 milhares de passageiros.

Figura 2.15 - Actividade hoteleira na Região do Norte(variações anuais, em %)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria

Figura 2.16 - Número de passageiros transportados no Aeroporto Sá Carneiro



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e ANA, Aeroportos

2.4.5 Endividamento das empresas

Com os níveis de incumprimento das empresas a subir, os bancos restringiram o acesso ao crédito e a dívida das empresas diminuiu, em 2010.

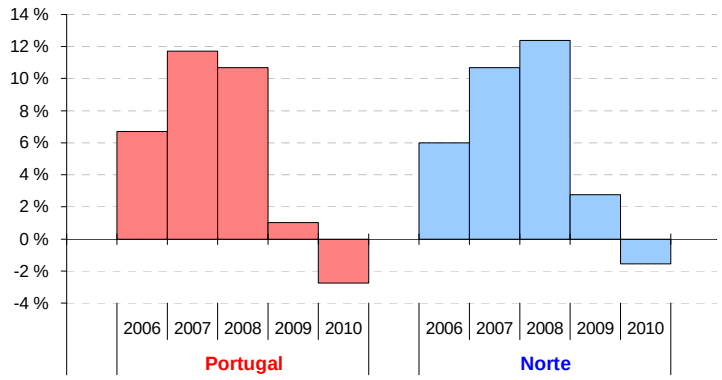
Nos últimos dois anos, houve uma forte restrição na concessão de crédito às empresas por parte do sistema financeiro. Em 2010, as empresas não tiveram, em média, capacidade de se financiarem junto do sistema financeiro. Ao mesmo tempo, têm aumentado os níveis de

incumprimento, referentes a créditos vencidos mas não liquidados por parte das empresas, junto do sistema financeiro.

O crédito às sociedades não financeiras (saldos em fim de período) apresentou, a nível nacional, um crescimento moderado em 2009 (+1,0%) e uma diminuição em 2010 (-2,8%), contrastando com os crescimentos acima de 10% registados em 2007 e 2008. As empresas com sede na Região Norte sofreram também um aperto no acesso ao crédito, mas menos acentuado do que na média nacional. O valor do crédito às empresas do Norte (saldos em fim de período) cresceu 2,8% em 2009 e diminuiu 1,5% em 2010. No final de 2010, as sociedades com sede na Região do Norte deviam 32,1 mil milhões de Euros ao sistema financeiro, referentes aos empréstimos que em algum momento lhes tinham sido concedidos.

Figura 2.17 - Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras (saldos em fim de período)

(taxas de variação anual)



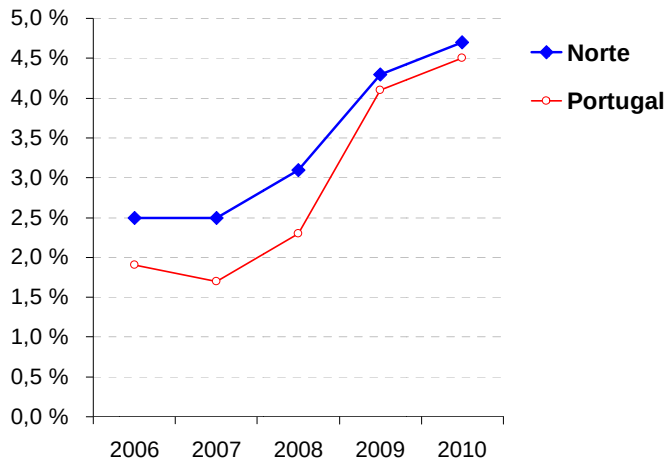
Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico

Os rácios de crédito vencido (que traduzem um incumprimento das empresas perante o sistema financeiro) têm vindo a aumentar ao longo dos últimos três anos, mantendo-se ligeiramente mais elevados na Região do Norte do que na média nacional.

No final de 2010, o crédito já vencido representava, a nível nacional, 4,5% do valor total de crédito detido pelo sistema financeiro sobre as empresas (proporção que, três anos antes, se cifrava em apenas 1,7%). No caso das empresas com sede na Região do Norte, o rácio de crédito vencido atingiu 4,7% no final de 2010 (valor que compara com 2,5% três anos antes).

Figura 2.18 Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras

(crédito vencido/crédito concedido; situação em fim de período)



Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico

2.4.6 Emprego

Em 2010, tal como em 2009, ocorreu, em termos líquidos, um processo de destruição de emprego, quer na Região do Norte, quer a nível nacional.

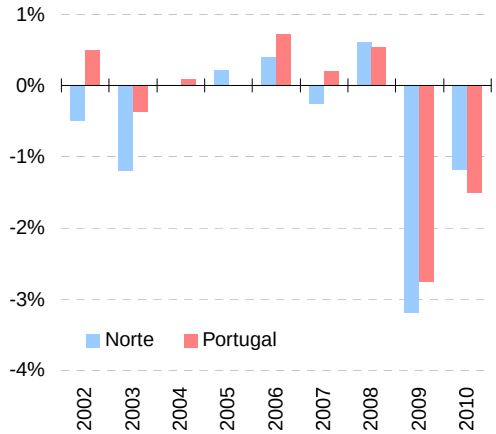
A população empregada residente na Região do Norte cifrou-se, em 2010, em cerca de 1733 milhares de pessoas (em média anual). Este valor significa aproximadamente menos 21 mil indivíduos empregados do que em 2009 e menos 79 mil do que em 2008. O Norte é, assim, a região (NUTS II) portuguesa que apresenta maior destruição líquida de emprego no saldo global dos últimos dois anos, logo seguida pela Região de Lisboa (com cerca de -76 mil empregados) e, a maior distância, o Centro (-50 mil), o Algarve (-10 mil) e o Alentejo (-6 mil). Nas Regiões Autónomas, entre 2008 e 2010, ocorreu uma perda líquida de cerca de mil empregados nos Açores e um ganho líquido de cerca de mil empregados na Madeira.

Em termos relativos, a variação do número de empregados residentes na Região do Norte foi de -3,2% em 2009, e de -1,2% em 2010

Deste modo, em 2010 a quebra no emprego foi menos sentida na Região do Norte do que a nível nacional (onde se cifrou em -1,5%). Mas importa ter presente que em 2009 pelo contrário, a contracção do emprego desta região tinha superado o registo nacional (que foi, então, de -2,8%).

A taxa de emprego (aqui definida para o grupo etário dos 15 aos 64 anos) cifrou-se, em 2010, em 63,2% para a Região do Norte (compara com 64% em 2009) e em 65,6% a nível nacional (abaixo dos 66,3% de 2009).

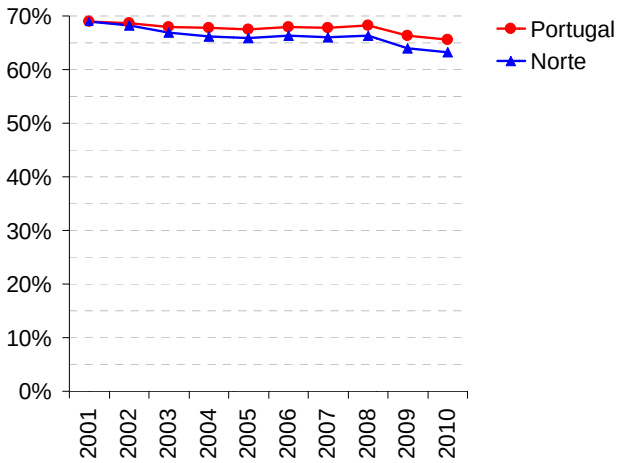
Figura 2.19 - Taxas de crescimento da população empregada (sobre valores médios anuais)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas do Emprego

Figura 2.20 - Taxas de emprego (dos 15 aos 64 anos)

(valores médios anuais)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas do Emprego

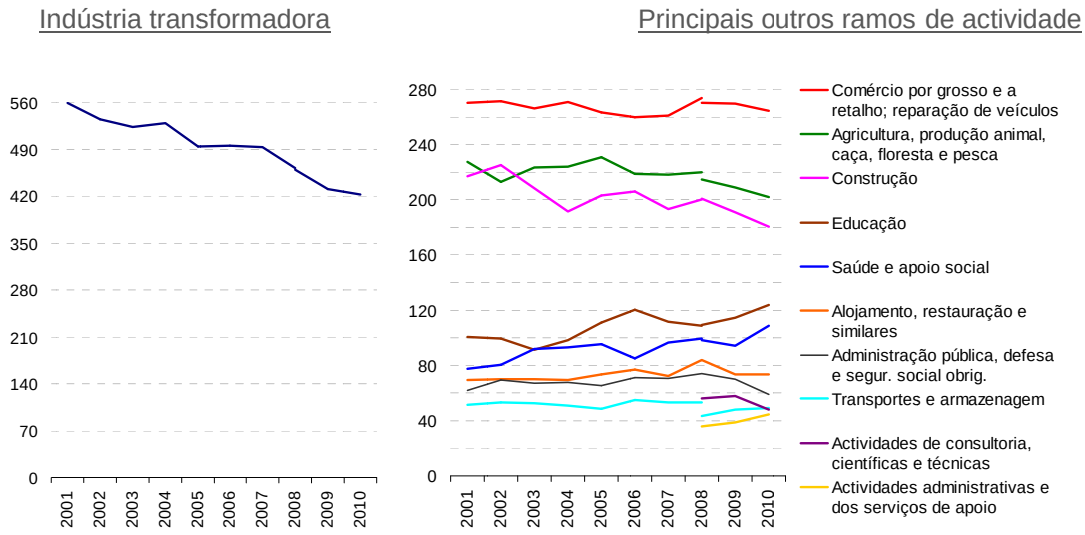
Por ramos de actividade, as indústrias transformadoras continuam a ser o principal sector empregador da Região do Norte, mas mantém-se a tendência para a diminuição do emprego neste sector. Em 2010, eram, em média anual, cerca de 422 mil as pessoas residentes no Norte e empregadas em alguma indústria transformadora (menos 9 mil do que em 2010 e menos 37 mil do que em 2008).

Porém, o sector que em 2010 registou, na Região do Norte, a maior quebra no emprego, foi o sector da administração pública, defesa e segurança social obrigatória (o qual exclui a prestação de cuidados de saúde e as actividades de ensino e formação profissional, ainda que desenvolvidas em estabelecimentos públicos de ensino ou de educação). Na administração pública, defesa e segurança social obrigatória estavam empregados, em 2010, cerca de 59 mil residentes na Região do Norte (menos 11 mil do que em 2009).

Tanto a construção como o sector das actividades de consultoria, científicas e técnicas, empregavam, em 2010, aproximadamente menos 10 mil indivíduos do que em 2009, na Região do Norte. A construção totalizava, assim, cerca de 181 mil indivíduos empregados (menos 20 mil do que em 2008), enquanto as actividades de consultorias, científicas e técnicas asseguravam o emprego a cerca de 48 mil residentes no Norte.

Figura 2.21 - População empregada por ramos de actividade – Região do Norte

valores médios anuais, em milhares de indivíduos (CAE Rev.2.1 até 2008; CAE Rev.3 desde 2008)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas do Emprego

Nota: Nos gráficos acima, está representado o emprego de residentes na Região do Norte por ramos de actividade segundo as secções da CAE Rev.2.1 até 2008 (inclusive) e segundo as secções da CAE Rev.3 desde 2008 (inclusive). Na legenda, são usadas apenas as designações da CAE Rev.3. O conteúdo das secções de uma e outra versão da CAE não é absolutamente coincidente, razão pela qual algumas das séries representadas apresentam

uma evidente descontinuidade no ano de 2008. O exemplo mais flagrante é o dos "Transportes e armazenagem" (CAE Rev.3), que claramente se distinguem dos "Transportes, armazenagem e comunicações" (CAE Rev.2.1).

Destaque ainda para as perdas de emprego ocorridas, na Região do Norte, no sector primário, que em 2010 empregava, em média, cerca de 202 mil pessoas (menos 7 mil do que em 2009) e no comércio (cerca de 264 mil empregados, menos 5 mil do que em 2009).

Com acréscimo de emprego na Região do Norte, destaca-se sobretudo o ramo da saúde e acção social (incluindo as componentes pública e privada), o qual, em 2010, empregava cerca de 109 mil pessoas (mais cerca de 14 mil do que em 2009).

Também na educação (igualmente incluindo os sectores público e privado) ocorreu crescimento do emprego. Em 2010, este sector empregava perto de 124 mil residentes na Região do Norte (mais 9 mil do que em 2009).

Finalmente, há a referir o acréscimo de cerca de emprego nas actividades administrativas e dos serviços de apoio. Este sector empregava, em 2010, cerca de 45 mil indivíduos residentes no Norte (mais 6 mil do que em 2009).

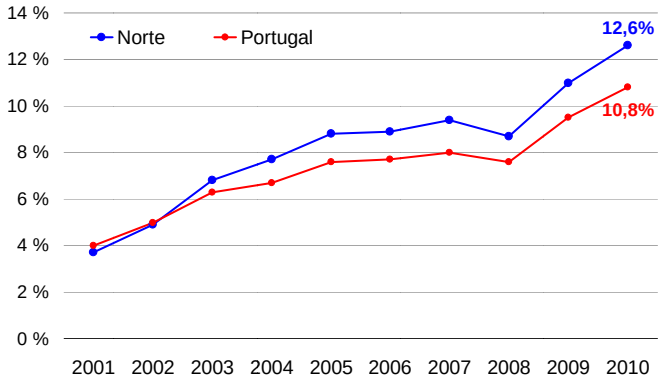
No sector de alojamento, restauração e similares e nos transportes e armazenagem, trabalhavam, em 2010, cerca de 75 mil e cerca de 49 mil residentes no Norte, respectivamente – em ambos os casos, sem alterações significativas face aos valores de 2009.

2.4.7 Desemprego

O aumento da taxa de desemprego na Região do Norte, em 2010, foi particularmente acentuado entre as mulheres, entre os jovens e entre os indivíduos com habilitação escolar ao nível do ensino secundário.

Tal como no ano anterior, o nível de desemprego na Região do Norte voltou, em 2010, a distanciar-se da média nacional, cifrando-se em 12,6% (valor que compara com 11% em 2009). No todo nacional, o desemprego atingiu 10,8% em 2010 (9,5% em 2009).

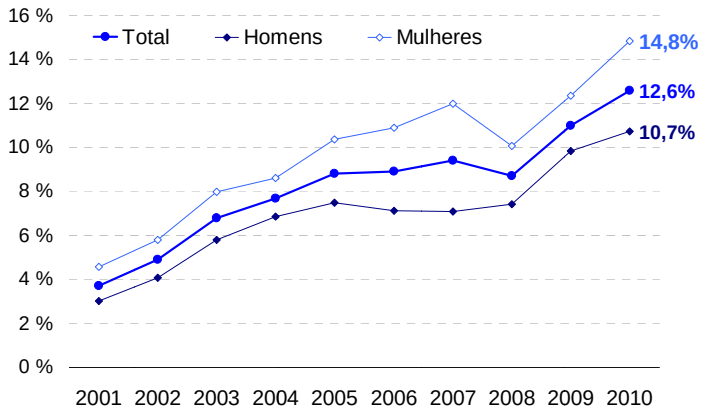
Figura 2.22 - Taxas de Desemprego: Portugal e Região do Norte (valores médios anuais)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas do Emprego

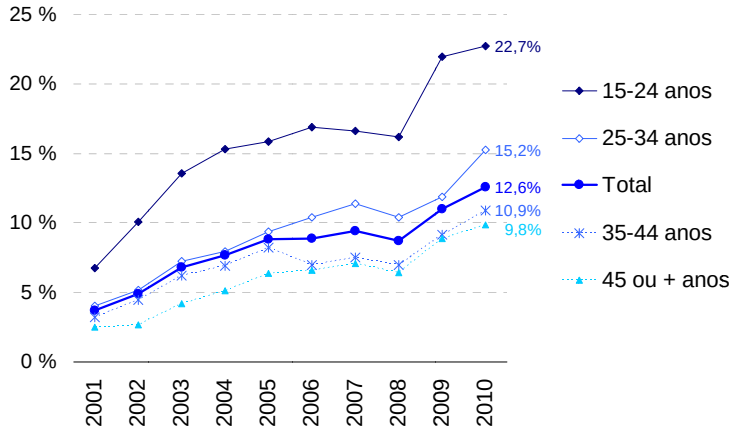
Na Região do Norte, a diferença entre os níveis de desemprego masculino e feminino atingiu 4,1 pontos percentuais, com a taxa de desemprego feminina a chegar a 14,8% na média anual de 2010. Os jovens dos 15 aos 24 anos continuaram a sofrer as taxas de desemprego mais elevadas (22,7%), mas foi no grupo etário dos 25 a 34 anos que ocorreu o maior agravamento da taxa de desemprego entre 2009 e 2010 (de 11,9% para 15,2%). Por níveis de instrução, destaca-se a subida da taxa de desemprego correspondente ao ensino secundário ou pós-secundário (de 11,5% para 14,0%) e também entre aqueles cuja instrução não ultrapassa o ensino básico (de 11,4% para 13,2%). Quanto à taxa de desemprego dos licenciados, quase estabilizou em 2010 (descendo de 8,4% para 8,3%).

Figura 2.23 - Taxas de Desemprego na Região Norte, por género (valores médios anuais)



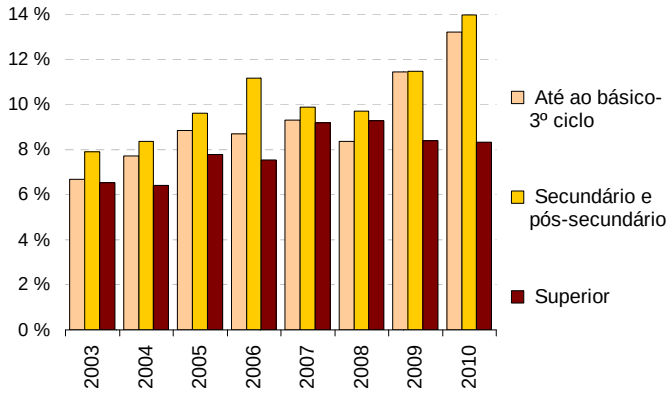
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas do Emprego

Figura 2.24 - Taxas de Desemprego na Região Norte, por grupo etário (valores médios anuais)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas do Emprego

Figura 2.25 - Taxas de Desemprego na Região Norte, por níveis de instrução (valores médios anuais)

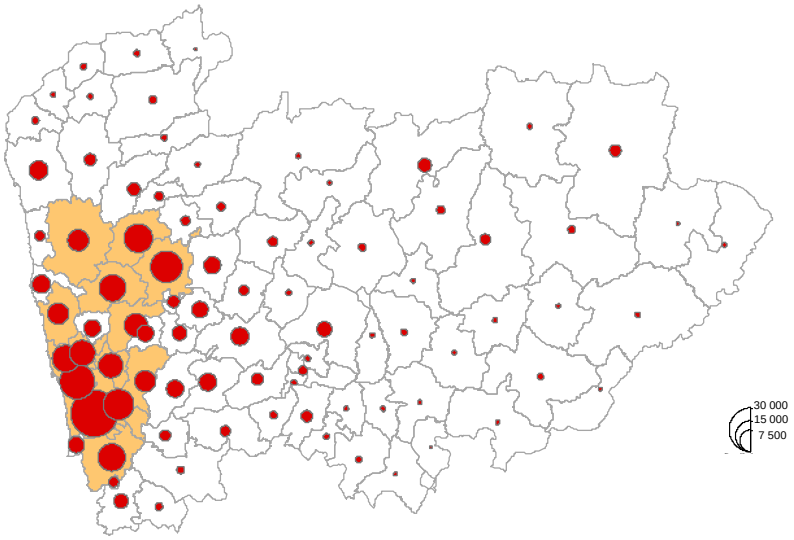


Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas do Emprego

O padrão territorial do desemprego pode ser avaliado, à escala local, com recurso aos dados do Desemprego Registado por concelho, os quais contabilizam (mensalmente) o número de inscritos nos Centros de Emprego do IEFP, neste caso apurados por concelho de residência. São esses dados que se analisam de seguida, com base em valores médios anuais (média dos valores em fim de mês).

Figura 2.26 - Desemprego Registado (média anual de 2010)

Nº de desempregados inscritos nos Centros de Emprego, por concelho de residência



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, Desemprego Registado por concelhos

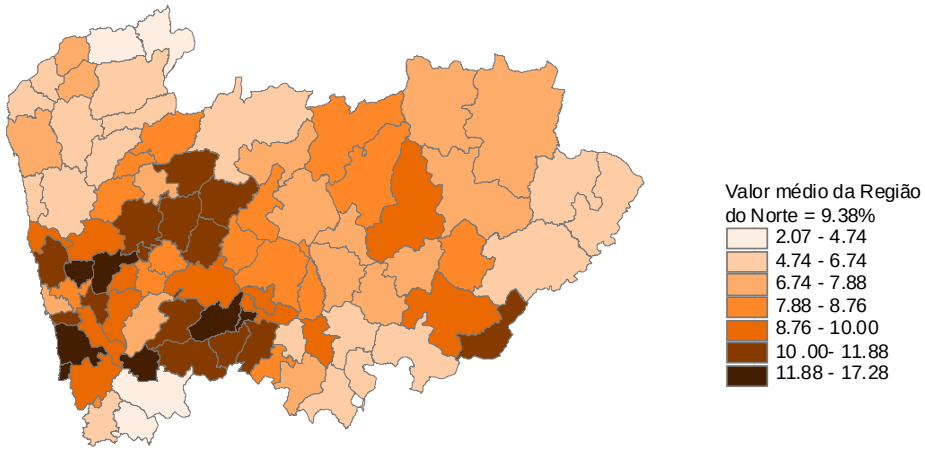
O mapa (cartograma) anterior representa o desemprego registado por concelho, em valor absoluto (número de desempregados). Nota-se um padrão territorial que, *grosso modo*, segue a regra geral da distribuição populacional, com concentração sobretudo numa coroa centrada no Porto e com extensão ao sistema urbano difuso formado por Braga-Guimarães-Vila Nova de Famalicão. Neste mapa, o fundo sombreado identifica mais claramente os concelhos com mais de 5 mil desempregados na média anual de 2010 – os quais se verifica serem os mesmos que em 2009.

Não é possível o cálculo de taxas de desemprego por concelho, por inexistência de informação corrente sobre a população activa concelhia. Mas é possível apresentar a informação do desemprego registado numa unidade de medida relativa, que tenha em conta a dimensão populacional de cada concelho, concretamente, a dimensão populacional no grupo etário mais frequentemente associado à idade activa (dos 15 aos 64 anos). Ao resultado desse exercício de cálculo chamamos "indicador local de desemprego registado". O cartograma seguinte mostra a distribuição territorial desse indicador. É importante, porém, frisar – sempre e uma vez mais – que não se trata de uma taxa de desemprego e, portanto, não deve ser interpretado nem designado como se de uma taxa de desemprego se tratasse, nem devem os seus valores ser equiparados aos de qualquer taxa de desemprego. Aliás, o valor médio para a Região do Norte deste indicador local de desemprego registado foi, em 2010, de 9,38% – resultado completamente distinto da taxa de desemprego que, no mesmo

ano e para a mesma região foi, como já referimos, de 12,6%. Fica assim por demais evidente que se trata de dois indicadores distintos, insusceptíveis de serem confundidos.

Figura 2.27 - Indicador Local de Desemprego Registado - 2010

Desemprego Registado (média anual de 2010) em % da população residente dos 15 aos 64 anos (estimativa a 31.XII.2009)



Fonte: Cálculos próprios, com base em: Instituto de Emprego e Formação Profissional, Desemprego Registado por concelhos

No grupo de concelhos da Região do Norte que em 2010 registaram valores mais elevados para o indicador local de desemprego registado (cor mais escura no mapa), encontramos quatro concelhos que já estavam nessa situação em 2009, nomeadamente: Espinho (com 17,3%), Mesão Frio (16,0%), Santo Tirso (14,5%) e Baião (14,0%). Além destes, surgem agora também os seguintes: Castelo de Paiva (13,9%), Vila Nova de Gaia (12,8%) e Trofa (12,7%).

Num segundo grupo, identificamos os concelhos de Cabeceiras de Basto (11,88%), Vizela (11,3%), Valongo (11,2%), Porto (11,1%), Cinfães (*idem*), Guimarães (11,0%), Celorico de Basto (10,8%), Vila do Conde (10,6%), Resende (10,5%), Marco de Canavezes (10,3%), Fafe (10,2%), Freixo de Espada à Cinta (*idem*), Vieira do Minho (10,1%) e Lamego (*idem*).

Ainda com valores do indicador local de desemprego registado superiores à média da Região Norte, surgem também, em 2010, os concelhos de Torre de Moncorvo (10,0%), Gondomar (9,8%), Peso da Régua (*idem*), Amarante (*ibidem*) e Vila Nova de Famalicão (9,5%).

No pólo oposto, Melgaço (com 2,1%), Vale de Cambra (4,6%), Arouca (4,7%) e Monção (4,74%) foram, em 2010, os concelhos da Região do Norte com menor nível de indicador local de desemprego registado.

2.4.8 Breve nota conclusiva sobre a evolução das condições de contexto na Região do Norte e enquadramento prospectivo da gestão do ON.2

2.4.8.1 As condições de contexto na Região do Norte em 2010

O ano de 2010 deverá ter sido um ano de crescimento económico para a Região do Norte, tal como o foi a nível nacional e comunitário. Aliás, nos três anos anteriores a Região do Norte evidenciou sempre um desempenho económico superior à média nacional: primeiro, impulsionando decisivamente o crescimento do PIB, em 2007; depois, conseguindo um modesto crescimento que permitiu que a nível nacional se observasse, em 2008, uma mera estagnação económica e não ainda uma recessão; e finalmente, atenuando a intensidade da recessão que marcou profundamente a economia nacional em 2009.

Tal como em 2008 e 2009, a conjuntura externa voltou, em 2010, a ser decisiva para a evolução da economia regional. A reanimação da procura interna nos principais países clientes, levou as exportações de mercadorias da Região do Norte para o mercado internacional a crescerem cerca de 13,8%, em valor, em 2010, sem contudo chegarem a recuperar plenamente da queda sofrida em 2009 (-22,8%). A importância relativa do Norte enquanto região de origem das exportações portuguesas tende a decrescer, mas mantém-se acima de 40% do total. A melhoria da envolvente externa contribuiu também para o aumento da actividade no sector do turismo. O número de passageiros no Aeroporto Sá Carneiro (total de embarcados e desembarcados) aproximou-se de 5,3 milhões (um crescimento superior a 800 mil passageiros face a 2009). Os estabelecimentos hoteleiros da Região do Norte tiveram em 2010 uma evolução bem mais favorável do que nos dois anos precedentes.

Impulsionada pelas exportações, a indústria regional terá tido um aumento do nível de actividade, o qual, se não se reflectiu no emprego, teve no entanto um impacto visível na importação de fornecimentos industriais (*inputs* destinados à indústria do Norte), cujo valor cresceu cerca de 18,7%, em 2010. Esse foi, aliás, o principal impulso para o aumento das importações de mercadorias da responsabilidade da Região do Norte, as quais, em 2010, cresceram globalmente cerca de 10,8% em valor (depois de terem diminuído 27,3% em 2009 e ficando aquém do crescimento registado pelas exportações regionais em 2010).

A melhoria do nível de actividade da indústria regional não terá sido suficiente para reforçar os níveis de confiança dos industriais ao ponto de impulsionar as suas decisões de

investimento. Pelo menos, é isso que parece deduzir-se pela componente importada. As importações de máquinas e outros bens de capital (excepto material de transporte) para a Região do Norte tiveram, em 2010, uma variação praticamente nula, em valor, depois de em 2009 terem diminuído quase 40%.

Também o investimento em construção se manteve em queda na Região do Norte, pelo menos a avaliar pela evolução do número de licenças concedidas, quer para habitação, quer para outros fins. No entanto, importa realçar que, neste domínio, as variações negativas registadas em 2010 na Região do Norte, são menos acentuadas do que as ocorridas em 2008 e 2009. No mercado de compra e venda de habitação, a informação disponível aponta para uma ligeira tendência de descida dos preços, na Região do Norte, em 2010 (de modo menos acentuado do que ocorrera em 2009).

Com os níveis de incumprimento a aumentar, tornou-se mais difícil o acesso das empresas ao crédito, junto de bancos e outras instituições financeiras. Entre o final de 2009 e o final de 2010, o saldo dos empréstimos concedidos pelo sector financeiros às sociedades não financeiras da Região do Norte diminuiu 1,5% (redução menos acentuada do que a variação observada a nível nacional, que foi de -2,8%). Por outras palavras: em 2010 diminuiu o financiamento dos bancos (e outras instituições financeiras) às empresas.

Desde 2004, inclusive, que, na Região do Norte, os processos de crescimento económico são impulsionados pelo crescimento da produtividade, frequentemente coexistindo com destruição líquida de emprego, ou, quando, muito, coadjuvados por pequenos ganhos ao nível do emprego. Mesmo quando, em 2009, o PIB regional se apresentou em queda, a produtividade continuou em alta, tendo a perda de emprego sido o factor decisivo para a queda do PIB nesse ano.

Ao mesmo tempo que se reconhece como positiva a melhoria dos níveis médios de produtividade da economia regional (para a qual concorrem uma multiplicidade de factores, desde a evolução tecnológica, até à evolução da estrutura sectorial, passando pela qualificação da mão-de-obra e pela maior eficiência da gestão), é também forçoso ter presente que a progressiva degradação do emprego levanta problemas muito sérios. Em 2010, na Região do Norte, existiam (em média anual) aproximadamente menos 21 mil empregos do que em 2009 e menos 79 mil do que em 2008. A administração pública, a construção, as actividades de consultoria, técnicas e científicas e a indústria transformadora, foram, na Região do Norte, os quatro sectores onde se perderam mais postos de trabalho em 2010, contrastando com os ganhos de emprego conseguidos na saúde e acção social e na

educação (em ambos os casos, ramos de actividade nos quais se incorpora quer a componente pública, quer a componente privada).

Em 2010, a taxa de desemprego (média anual) da Região do Norte voltou a aumentar, cifrando-se em 12,6% (e em 22,7% nos jovens dos 15 aos 24 anos). O agravamento da taxa de desemprego foi particularmente sentido entre as mulheres, entre o grupo etário dos 25 aos 34 anos e ainda entre os indivíduos sem habilitação superior.

2.4.8.2 Breve nota prospectiva

O desempenho da economia nacional e da Região do Norte estará, no ano de 2011 mais ainda do que no passado, fortemente dependente da evolução das exportações. As previsões da Primavera, da Comissão Europeia, são positivas, apontando para um crescimento nacional das exportações de bens e serviços de 6,2%, em volume (inferior, ainda assim, ao crescimento de 8,8% alcançado em 2010). As perspectivas de evolução da procura interna são, pelo contrário, muito negativas. O consumo privado registará uma quebra de 4,4%. O investimento (FBCF) terá uma taxa de crescimento de -9,9%. A evolução do consumo público está condicionada pela necessidade de se assegurar uma trajectória de consolidação das finanças públicas que permita reduzir o défice orçamental de 9,1% do PIB em 2010 para 3% do PIB em 2013. Globalmente, em 2011, segundo as mesmas estimativas, assistir-se-á a uma redução do PIB português na ordem dos 2,2%.

O próximo ano também será marcado pelo agravamento das condições sociais. A quebra da actividade económica estará associada a novo aumento da taxa de desemprego. Simultaneamente, o esforço de consolidação orçamental contribuirá directamente para uma redução significativa do rendimento disponível das famílias, nomeadamente através da diminuição das transferências sociais líquidas, do aumento do IVA sobre alguns produtos, do aumento dos custos de transporte ou da redução dos benefícios fiscais.

Toda esta deterioração do mercado interno resulta da necessidade de desalavancagem da economia nacional, reduzindo o endividamento do Estado, das famílias e empresas. As dificuldades de financiamento da economia portuguesa têm sido e continuarão a ser, num futuro de curto e médio prazo, o principal estrangulamento ao seu crescimento. E são essas dificuldades de financiamento que mais influenciarão o desempenho do ON.2 e, em termos gerais, do QREN na Região do Norte.

Neste contexto, a aplicação dos Fundos Estruturais na Região do Norte ainda é mais determinante do que no passado. Sem ignorar as dificuldades de financiamento dos promotores, a aplicação do ON.2 e, em geral, do QREN na Região do Norte pode ser um factor muito importante de compatibilização da política de estabilização macroeconómica (política de gestão da conjuntura) e da política de desenvolvimento económico (política estrutural). Para esse efeito, torna-se cada vez mais necessário dinamizar medidas que acelerem o investimento público e o investimento privado nesta conjuntura de recessão em domínios prioritários para as melhorias estruturais da economia. A adequada execução do ON.2 e do QREN constitui, por esta razão, um factor determinante para a concretização dos objectivos de política económica de curto prazo, assumindo-se, simultaneamente, como uma âncora fundamental do processo de ajustamento estrutural da economia portuguesa e da Região do Norte. O ON.2 e o QREN são das poucas fontes de financiamento disponíveis para dinamizar o investimento necessário à retoma da trajectória de crescimento e convergência real. Só esse crescimento é que permitirá a prazo melhorar, por sua vez, as condições de financiamento da economia nacional e regional.

2.5. Alteração substancial na acepção do artigo 57º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006

Não se registaram casos de alteração substancial na acepção do artigo 57.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

2.6. Complementaridade

2.6.1.Complementaridade entre fundos

A articulação entre o FEDER e o FEADER e FEP no âmbito do ON.2 – "O Novo Norte" tem vindo a ser desenvolvida de acordo com o estabelecido na Caixa 4 – "Complementaridade com as acções financiadas pelos fundos comunitários FEADER e FEP" do seu documento técnico aprovado pela Comissão Europeia em 10/10/2007 [Decisão C(2007)5070].

Nesse contexto, foi subscrito, em 2 de Outubro de 2008, o "Protocolo de Articulação FEADER e FEDER" entre a Autoridade de Gestão do PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural) e as Autoridades de Gestão do PO Factores de Competitividade e dos PO Regionais do Continente. Aí se definem, de forma mais detalhada, os limites de aplicação dos dois fundos e os procedimentos de acompanhamento e de troca de informações entre as diversas Autoridades de Gestão subscritoras, que permitem ir verificando, a par e passo, do cumprimento desses mesmos limites. Este Protocolo tem vindo a ser aplicado desse essa data e, sendo assim, continuou a ser aplicado durante o ano de 2010.

Em 22 de Julho de 2010 foi assinado o "Protocolo de Articulação FEDER e FEADER", relativo à "Implantação de Redes de Banda Larga de Nova Geração em Zonas Rurais", através do qual as Autoridades de Gestão do PRODER e dos Programas Operacionais Regionais do Norte, Centro, Alentejo e Algarve identificam e delimitam entre si os territórios (concelhos) passíveis de serem apoiados por cada um dos fundos e programas operacionais. Em concreto, para a Região do Norte serão apoiados pelo ON.2 – "O Novo Norte" todos os 45 concelhos considerados (Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Vila Nova de Cerveira, Terras de Bouro, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Baião, Cabeceiras de Basto, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Mondim de Basto, Resende, Ribeira de Pena, Arouca, Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Penedono, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São Joao da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Alfândega da Fé, Boticas,

Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mogadouro, Montalegre, Murça, Valpaços, Vimioso e Vinhais).

A relação entre o FEDER e o FSE tem-se vindo a efectivar no âmbito mais amplo da "Articulação entre as Agendas Temáticas Factores de Competitividade e Potencial Humano", estabelecida na Caixa 3 do documento técnico do ON.2 – "O Novo Norte" aprovado pela Comissão Europeia. Tem sido no estreito cumprimento dessa "Articulação" que o FEDER tem vindo a ser aplicado neste Programa ao abrigo do nº2 do Artigo 34º do Regulamento (CE) nº 1083/2006. Para esse efeito foi, logo em 2008, aprovado o "Regulamento Específico dos Apoios à Formação Profissional" pelas Comissões Ministeriais de Coordenação do PO Factores de Competitividade e dos PO Regionais.

2.6.2. A iniciativa JESSICA

Na sequência da subscrição do *Funding Agreement* (FA), em 20 Julho de 2009, relativo à implementação do instrumento de engenharia financeira JESSICA, acrónimo de "Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas" (Apoio Europeu Conjunto ao Investimento Sustentável em Zonas Urbanas), iniciativa desenvolvida pela Comissão Europeia e pelo Banco Europeu de Investimento (BEI), em colaboração com o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB), realizou-se em Janeiro de 2010 a primeira reunião do Comité de Investimento (IB).

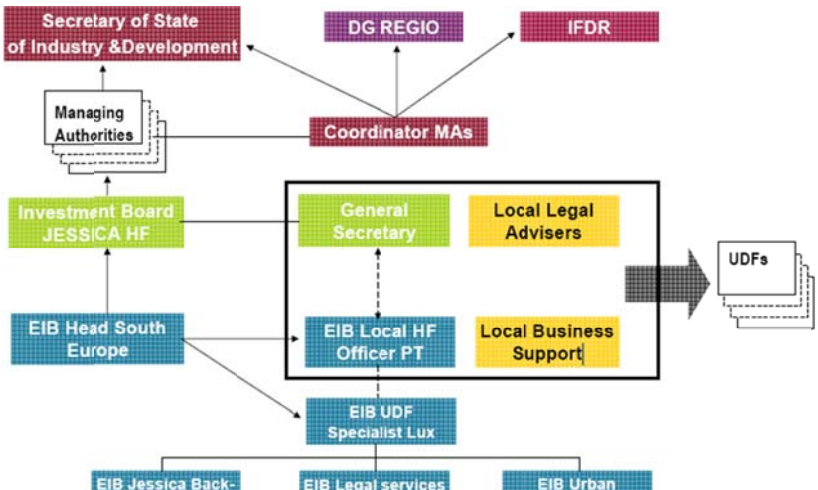
Nesta primeira reunião do órgão de gestão do *JESSICA Holding Fund Portugal* (JHFP) foram empossados os seus membros, nomeados pelas Autoridades de Gestão e pela Direcção Geral do Tesouro, tendo sido subscritos vários documentos relacionados com o funcionamento do próprio IB ("Internal Rules of Procedure and Code of Conduct of the Investment Board") e das autorizações necessárias para a gestão dos fundos a disponibilizar no âmbito da Iniciativa, entregues à responsabilidade do BEI, nos termos previstos no FA.

Foram ainda aprovados os "TERMS OF REFERENCE - Business and legal advisory services for the JESSICA Holding Funds for Portugal" e "Local Holding Fund Officer(LHFO)", procedimentos lançados para a selecção da equipa que fará a representação BEI em Portugal.

Posteriormente, em Julho, foram aprovadas, em reunião do Comité de Investimento, alterações ao FA, relativas ao calendário de desembolso de fundos a realizar pelas AG e DGTF, bem como a alteração da composição do próprio Comité que passaria a incluir um Secretário Executivo (GS) o qual foi contratado no terceiro trimestre do ano.

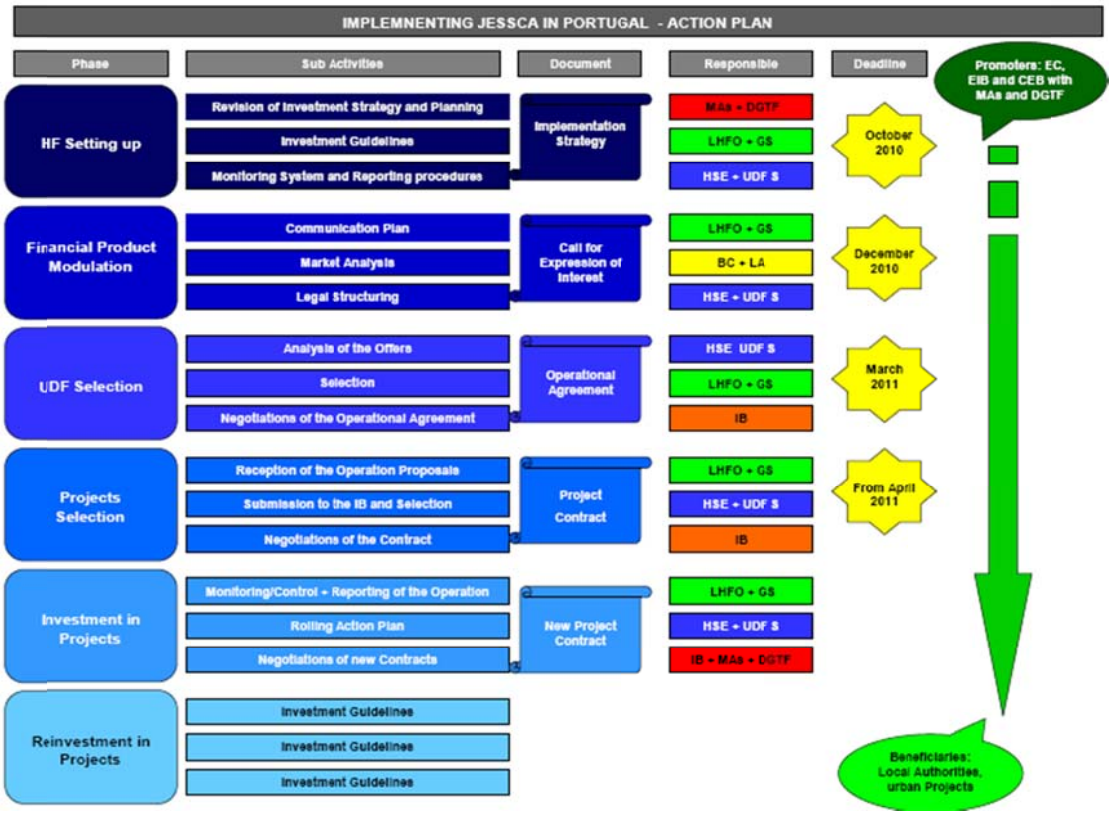
Deste modo a estrutura organizacional ficaria estabelecida nos moldes da figura seguinte.

Figura 2.28 - Estrutura organizacional JESSICA Portugal



Ainda no âmbito da referida reunião ficou aprovado o calendário para a implementação da Iniciativa de acordo com a figura que se apresenta de seguida.

Figura 2.29 - Calendário de Implementação da Iniciativa JESSICA



Na sequência do calendário de desembolsos estabelecido com a alteração do FA, a AG do ON.2 realizou a primeira transferência para o JHFP no montante de 10 milhões de Euros de recursos FEDER.

De salientar que o IFDR acompanhou de perto, desde o início, todo do processo de implementação do JHFP.

Este acompanhamento permitiu ultrapassar alguns obstáculos na implementação de um instrumento de engenharia financeira, cujos mecanismos representaram uma novidade para as AG Regionais. Assim, o IFDR estabeleceu um conjunto de orientações e procedimentos, idênticos para todas as AG envolvidas, tendo em vista a formalização, no contexto dos

Sistemas de Informação, dos mecanismos de transferências de fundos, entre as AG e o BEI que permitiram realizar e certificar a despesa associada a esta Iniciativa Comunitária.

Dando sequência ao calendário estabelecido nos meses de Setembro e Outubro foram aprovados pelo IB, os documentos relativos à estratégia de investimento a prosseguir, bem como os critérios de selecção dos Fundos de Desenvolvimento Urbano (FDU) a utilizar no concurso para a sua escolha.

O lançamento da "Call for Expressions of Interest" ocorreu em Novembro, tendo a primeira fase de pré-selecção de candidatos decorrido até 2 de Dezembro, tendo sido qualificados 11 propostas. Nos termos *da Call for Expressions of Interest*, os candidatos qualificado da 1ª fase apresentariam os seus planos de negócio até 7 de Fevereiro de 2011, o que se veio a verificar, tendo sido apresentadas 8 propostas.

No decurso do mês de Dezembro foram realizadas sessões abertas de divulgação do JHFP, junto das várias AG's.

Ainda no que diz respeito à divulgação do JHFP deve referir-se que foi disponibilizada na página Web do ON.2 um separador, onde tem vindo a ser disponibilizada a informação mais relevante sobre a iniciativa, desde as FAQ's aos manuais elaborados pelo BEI em colaboração com a DGRegio e em cuja preparação a AG participou no âmbito de uma reunião realizada em Junho do *JESSICA Horizontal Studies Steering Group* (HSSG).

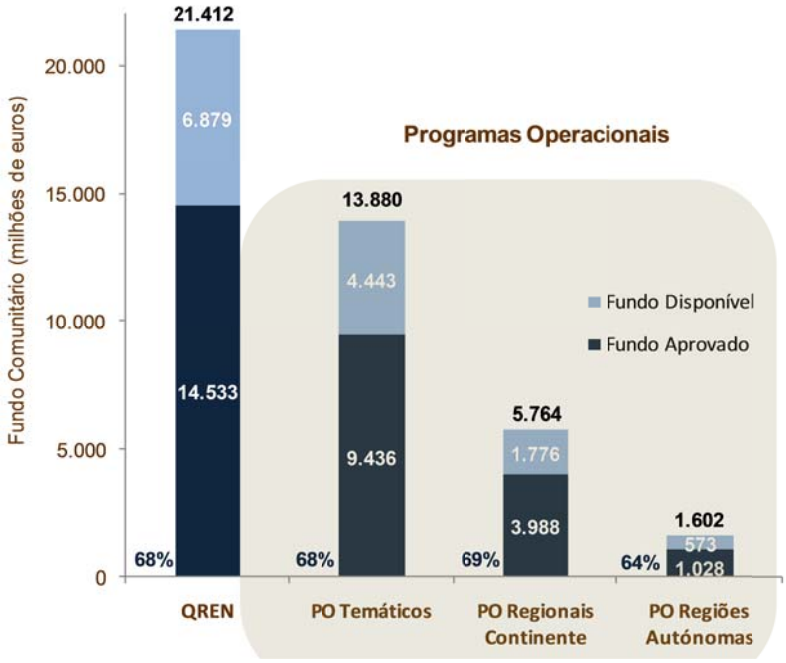
2.6.3 A execução do ON.2 na Região do Norte no contexto do QREN

No actual período de programação, cerca de 79% dos recursos financeiros dos Fundos Estruturais (FE) afectos a Portugal destinam-se, exclusivamente, às regiões NUTS II do objectivo convergência, onde se inclui a Região do Norte, a Região do Centro, a Região do Alentejo e a Região dos Açores. Com a excepção da Região dos Açores, só uma parte destes recursos são veiculados pelos respectivos Programas Operacionais Regionais dessas regiões. A grande maioria encontra-se alocada aos Programas Operacionais Temáticos.

Ao nível nacional, no final de Dezembro de 2010, 68% da dotação financeira dos Fundos Estruturais do QREN já tinham sido aprovados, totalizando um valor de 14.533 milhões de Euros. Uma taxa semelhante de compromisso se verifica nos Programas Operacionais Temáticos, onde 9.436 milhões de Euros já estavam comprometidos aos respectivos promotores. Por seu turno, os Programas Operacionais Regionais do Continente apresentavam uma taxa de compromisso ligeiramente superior, cifrando-se em 69%, sendo,

também, 5% superior ao nível de compromisso dos Programas Operacionais Regionais das Regiões Autónomas.

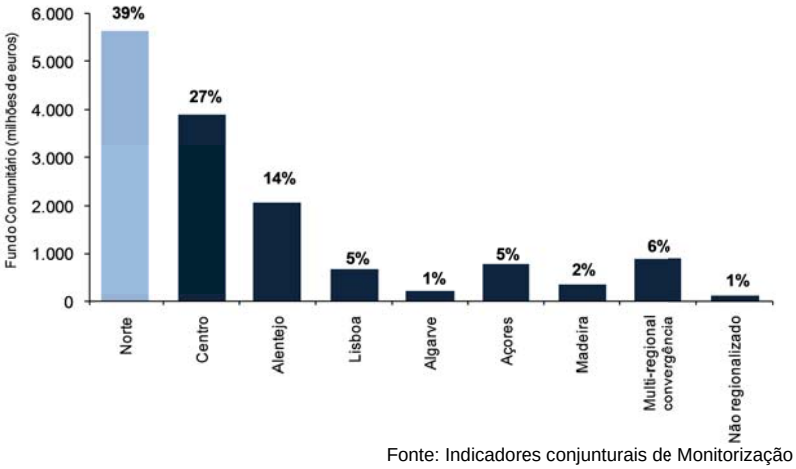
Figura 2.30 - Fundo disponível *versus* fundo aprovado do QREN e dos PO



Fonte: Indicadores conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

A complementaridade do Programa Operacional Regional do Norte – ON.2 – "O Novo Norte" com os PO Temáticos faz parte da estratégia definida pelo QREN e, assim sendo, a análise da sua execução deve ser efectuada no contexto mais amplo da execução do QREN como um todo na Região do Norte. Neste sentido, a 31 de Dezembro de 2010, a Região do Norte era de todas as regiões NUTS II (e, em particular, das que se incluem no objectivo "Convergência") aquela que apresentava maiores níveis de aprovação, representando 39% das aprovações totais do QREN em Portugal.

Figura 2.31- Distribuição territorial dos Fundos Estruturais (FE) do QREN

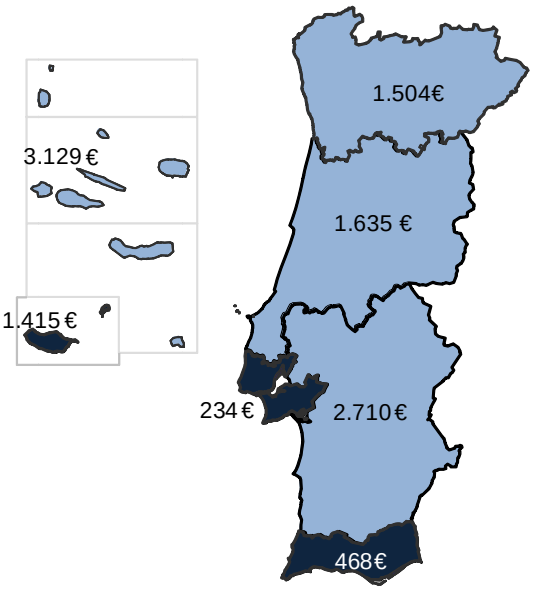


Fonte: Indicadores conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

Este maior nível de aprovações na Região do Norte não é, no entanto, conciliável com a sua importância relativa face às outras regiões desse objectivo, no que respeita à sua dimensão populacional e produtiva. Se se comparar a distribuição territorial dos fundos estruturais tendo em conta a dimensão populacional de cada região (Fundos Estruturais aprovados "per capita") constata-se que a Região do Norte é, das regiões NUTS II do objectivo "Convergência", aquela que se encontra em pior posição, com um nível de aprovação "per capita" de 1504 Euros, muito ligeiramente superior ao que se regista em Portugal como um todo.

Esta desproporcional distribuição territorial dos fundos estruturais tem consequências na evolução das assimetrias regionais em Portugal ao longo do período de programação, com impactos negativos para a Região do Norte. Na verdade, esta região apresenta o mais baixo rendimento "per capita" do país, situação que, apesar de evolução positiva registada de 2006 a 2009, se tem vindo a manter há vários anos consecutivos. Não sendo, por isso, uma situação meramente conjuntural, a política regional devia, então, potenciar a sua inversão, dotando a Região do Norte com os recursos financeiros necessários e, pelo menos, proporcionais à sua dimensão relativa.

Figura 2.32 - FE do QREN aprovados "per capita" e por regiões NUTS II



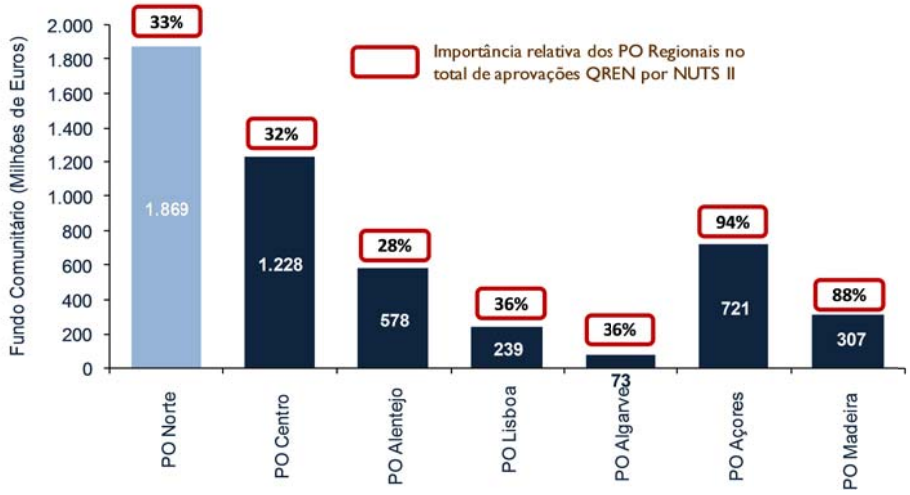
Fonte: Indicadores conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

O problema da Região do Norte não é só um mero testemunho quantitativo, mas resultando, também, das especificidades da sua oferta (pública e privada). Trata-se de uma economia assente na produção de bens e serviços transaccionáveis (muitos deles de base industrial), com forte orientação exportadora. É necessário continuar a superar os seus problemas estruturais de falta da competitividade, promovendo os factores dinâmicos da competitividade da economia regional, assegurando um maior nível de intensificação tecnológica dos processos produtivos e explorando novos mercados e novos modelos de negócio e de internacionalização do tecido empresarial. Mas o desempenho empresarial não é independente do contexto social e territorial, caracterizado, muitas vezes, pelo baixo nível de qualificação dos recursos humanos e uma deficiente cobertura de muitas das principais redes de infra-estruturas de uso colectivo. Por isso, há tipologias de investimento que respondem a necessidades específicas da Região do Norte, não compráveis às de outros referenciais territoriais, e que conduzem à mudança estrutural da sua economia. Contudo, a despesa conta, o volume de investimento financiado conta, e como se verificou nos anteriores períodos de programação, as regiões de Portugal financiadas acima da média (em termos "per capita") convergiram, ao passo que a Região do Norte divergiu ao receber sucessivamente abaixo dessa média.

Como o nível de aprovações do ON.2 é compatível com o dos outros Programas Operacionais Regionais, o sub-financiamento na Região do Norte decorre de uma menor alocação de recursos dos PO Temáticos a esta região NUTS II. Consequentemente, o ON.2 concentra mais aprovações em termos relativos no contexto do QREN do que qualquer outro

Programa Operacional Regional. O ON.2 constitui, assim, o principal instrumento de combate às assimetrias na distribuição dos fundos estruturais neste período de programação.

Figura 2.33 - Aprovações nos PO Regionais face ao total de aprovações QREN por NUTS II

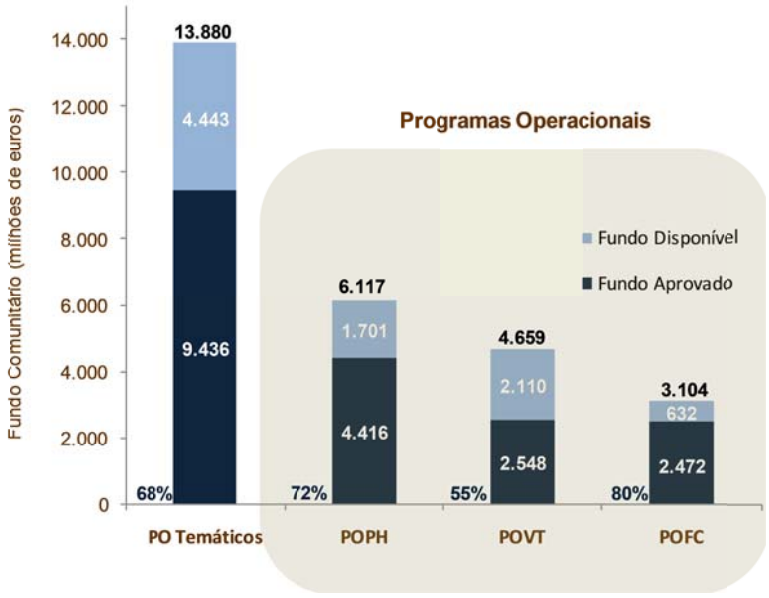


Fonte: Indicadores conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

A importância dos PO Temáticos no âmbito do financiamento comunitário não se limita, exclusivamente, à elevada dimensão da dotação financeira, ganhando relevância, também, as tipologias de investimento neles incluídos, que visam, em termos gerais, promover a qualificação escolares e profissionais dos cidadão, através do PO Potencial Humano (POPH), aumentar a competitividade do tecido empresarial, através do PO Factores de Competitividade (POFC), e dotar as regiões de infra-estruturas e de equipamentos necessários à qualificação dos territórios, através do PO Valorização do Território (POVT).

Relativamente à motorização das aprovações nos PO Temáticos, a nível nacional, em Dezembro de 2010, já tinha sido comprometida cerca de 68% da dotação total prevista, com destaque para as taxas de compromisso do POFC e POPH, com 80% e 72%, respectivamente. Bastante abaixo deste referencial encontrava-se o POVT, com uma taxa de compromisso de 55%.

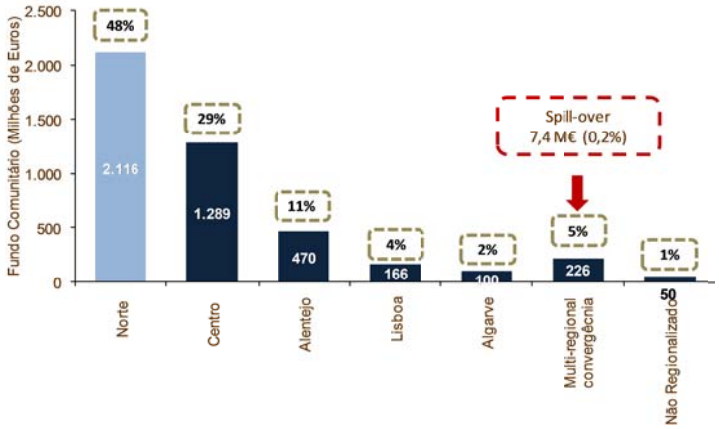
Figura 2.34 - Fundo disponível *versus* fundo aprovado dos PO Temáticos



Fonte: Indicadores conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

À escala regional, o financiamento da Região do Norte através dos PO Temáticos não é uniforme, sendo de destacar o facto de a região concentrar 48% das aprovações totais do POPH no país, bastante acima do que é verificado para o POFC e POVT, com um peso relativo de 38% e 28%, respectivamente.

Figura 2.35- Distribuição territorial do FSE aprovado pelo POPH



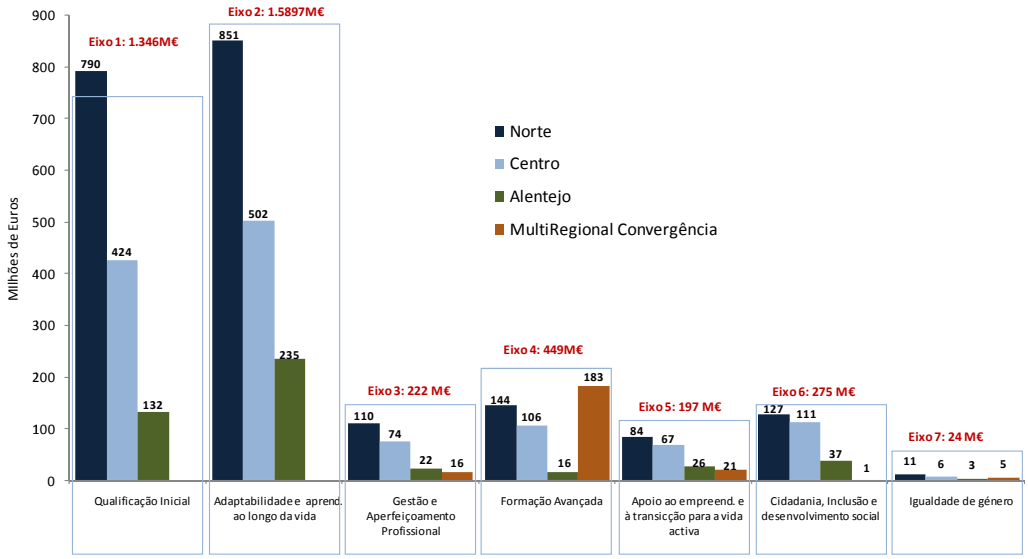
Fonte: Indicadores conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

O elevado peso relativo das aprovações do POPH na Região do Norte, muito relacionado com as iniciativas “qualificação inicial” e “adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida”, é

muito sensível à dimensão populacional, e dentro desta, aos activos empregados e desempregados, aos activos à procura do primeiro emprego e adultos com menores qualificações, cuja incidência é maior na Região do Norte do que nas outras regiões. Estes dois Eixos representavam, no conjunto, cerca de 77,6% do total das aprovações do POPH.

Neste programa operacional, as aprovações destinadas a mais do que uma região NUTS II do objectivo "Convergência" em simultâneo e ao abrigo do efeito "spill over" encontram-se mais contidas.

Figura 2.36- Aprovações por Eixos Prioritários do POPH

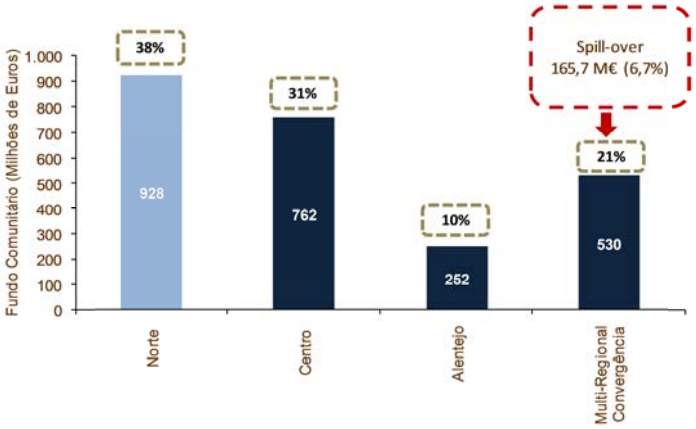


Fonte: Observatório do QREN e cálculos próprios

No POFC verifica-se que as aprovações destinadas à Região do Norte representavam 38% do total, muito abaixo do que seria expectável face à sua dimensão populacional e produtiva.

Mais do que no POPH especialmente, as aprovações no PO FC reportadas no "multi-regional convergência", onde se incluem as aprovações ao abrigo do efeito "spillover", apresentam uma dimensão bastante significativa, atingindo mais do que 1/5 das aprovações totais no país. Esta dimensão relativa merece uma reflexão adicional.

Figura 2.37 - Distribuição territorial do FEDER aprovado pelo PO FC



Fonte: Indicadores conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

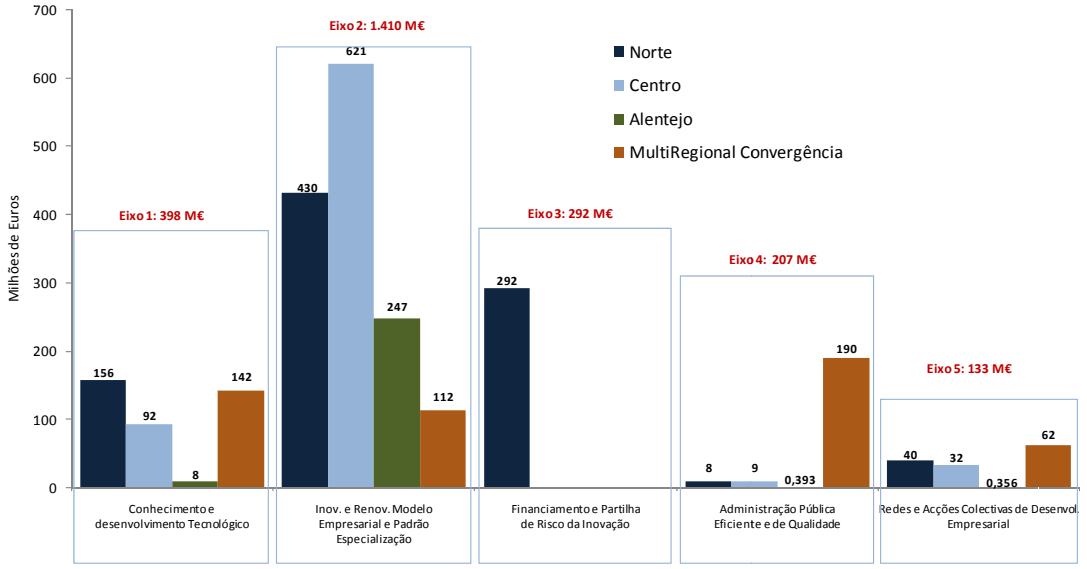
Um PO como este, dedicado ao contributo para a inovação e, genericamente, competitividade das regiões "Convergência" e não, propriamente, do país como um todo, deveria privilegiar uma estratégia mais focalizada à escala territorial, onde residem graus de diferenciação relativamente à qualidade dos factores produtivos, à provisão de bens públicos e à oferta de recursos empresariais e institucionais. Dificilmente uma estratégia dessas pode ser compaginável com a dimensão actual das aprovações reportadas no "multi-regional convergência".

Numa análise por Eixos Prioritário do POFC, é de salientar a importância relativa das aprovações na "Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e Padrão de Especialização", que representa 46,5% das aprovações totais na Região do Norte, e o "Financiamento e Partilha de Risco da Inovação", com um peso relativo de 31,5%. Só que neste último contabiliza-se exclusivamente o financiamento do FINOVA (Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação). Este fundo, no contexto do POFC, destina-se ao financiamento de iniciativas de investimento em todas as regiões NUTS II do objectivo "Convergência", e não somente, ao Norte de Portugal. Por essa razão, os recursos afectos a este fundo deveriam ser reportados no "multi-regional" e não como fossem integralmente executados na Região do Norte. Se assim fosse, o peso das aprovações nesta região NUTS II seria bastante menor.

Parece evidente a existência de um enviesamento das aprovações no POFC em prejuízo da Região do Norte. Por um lado, existe um excesso de financiamento classificado como "multi-regional convergência", que deveria ser canalizado de forma mais específica para cada uma das regiões do objectivo "Convergência" e, em particular, para a Região do Norte. Por outro

lado, está alocado há Região do Norte o financiamento do FINOVA que, em bom rigor, deveria estar reportado no "multi-regional convergência".

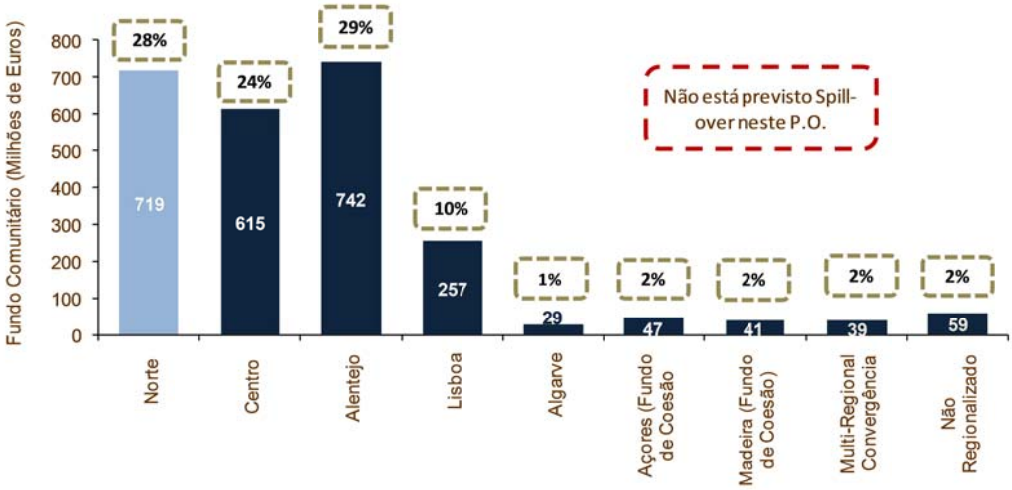
Figura 2.38- Aprovações por Eixos Prioritários do POFC



Fonte: Observatório do QREN e cálculos próprios

Os resultados da aplicação do POVT na Região do Norte não são muito diferentes dos registados no POFC, tendo em conta, mais uma vez, a sua dimensão populacional e produtiva. Aqui, as aprovações ascendem a 28% do total, sendo este o nível mais baixo de todos os Programas Operacionais Temático. Aliás, a distribuição das aprovações neste PO é muito homogénea em termos territoriais, com a particularidade da Região do Alentejo ser aquela com o maior nível de aprovações (29%). Para este desempenho muito contribui a aprovação da operação referente à rede ferroviária de alta velocidade em Portugal - eixo Lisboa/Madrid: sub-troço Poceirão/Évora, com um financiamento comunitário de 351, 5 milhões de Euros.

Figura 2.39 - Distribuição territorial do FEDER e FC aprovados no PO VT

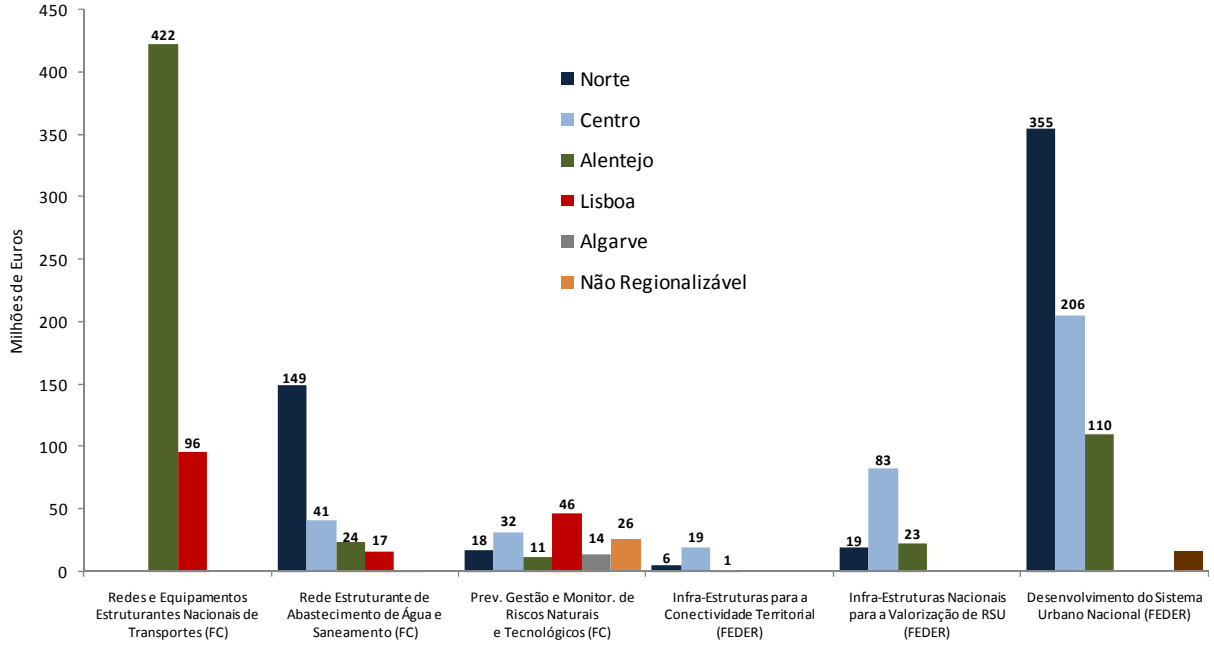


Fonte: Indicadores conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

Relativamente às aprovações no POVT por Eixos Prioritários, na Região do Norte, destaca-se as referentes ao "Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional" com um financiamento aprovado de 355 milhões de Euros, representando 64, 8% do total. É de evidenciar ainda, pela negativa, o facto de ainda não ter sido aprovado qualquer financiamento referente ao eixo das "Redes e Equipamento Estruturantes Nacionais de Transportes" na Região do Norte. Por decisão do Governo Português, foram protelados os investimentos respeitantes às linhas "Porto – Lisboa" e "Porto – Vigo" em Alta Velocidade, que representam cerca de 48% do investimento total deste Eixo (incluindo os "outros financiamentos"). Ora, esses investimentos são os únicos "Grandes Projectos" do PO VT que têm impacto na Região do Norte. Se esta questão não for devidamente acautelada, a Região do Norte corre o risco de não beneficiar em nada deste Eixo, que representa 51% do total do Fundo de Coesão afecto a Portugal e 68% do total de investimento (incluindo os "outros financiamentos") previsto no POVT.

A constatação que o POVT e, especialmente, o Fundo de Coesão apresentavam uma distribuição territorial assimétrica do investimento aprovado em prejuízo da Região do Norte, consta, inclusivamente, do Relatório Anual do QREN de 2009, elaborado pela Comissão Técnica de Coordenação do QREN. Aí se refere que "esta situação requer adequada ponderação, no plano estratégico e político, nomeadamente no quadro mais abrangente da recalendarização de grandes projectos de investimento público desta agenda, equacionando, designadamente, se um maior equilíbrio regional dos grandes investimentos públicos financiados através do PO VT não poderá repercutir-se positivamente na minimização dos efeitos económicos e sociais dos choques assimétricos a que as regiões portuguesas estão a ser sujeitas".

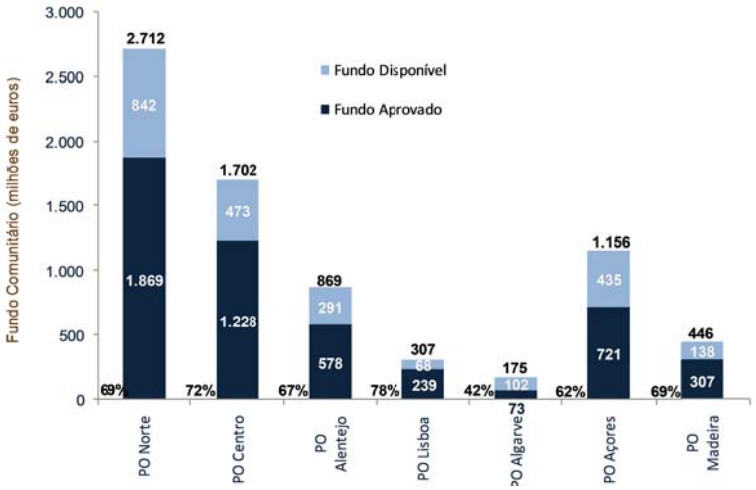
Figura 2.40 - Aprovações por Eixos Prioritários do POVT



Fonte: Observatório do QREN e cálculos próprios

Relativamente aos Programas Operacionais Regionais, o ON.2, à data de 31 de Dezembro de 2010, apresenta um nível de compromisso em tudo idêntico ao dos outros PO Regionais do objectivo "Convergência" e, mesmo, dos PO da Madeira (cuja região se encontra em *phasing-in* do objectivo "Competitividade e Emprego") e Lisboa (cuja região se integra em pleno no objectivo "Competitividade e Emprego). O único PO Regional que destoa, neste contexto, é o do Algarve, cuja região se encontra em *phasing-out* do objectivo "Convergência".

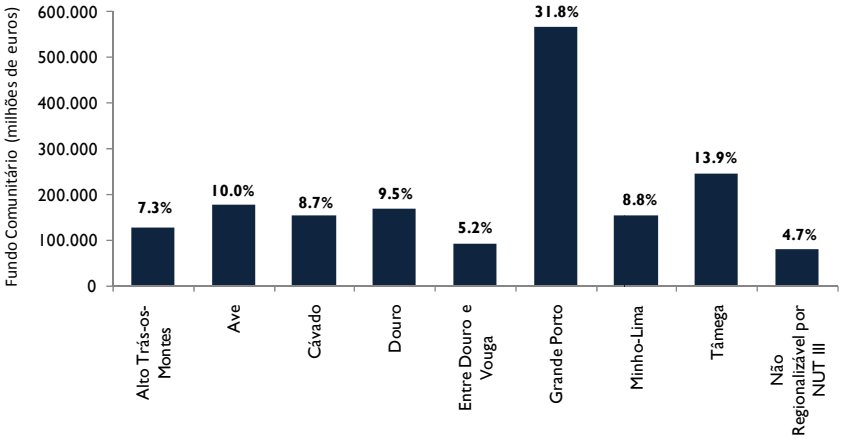
Figura 2.41 - PO Regionais: Fundo disponível vs Fundo aprovado



Fonte: Indicadores conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

Um aspecto qualitativo relevante nesta análise tem que ver com a distribuição intra-regional do co-financiamento do ON.2. Espera-se que essa distribuição reflicta o peso económico e demográfico dos diferentes sub-espaços regionais. Mas também se espera que existam preocupações no que aos objectivos de coesão territorial da Região do Norte diz respeito.

Figura 2.42- Distribuição do FEDER aprovado do ON2 por UT do QREN

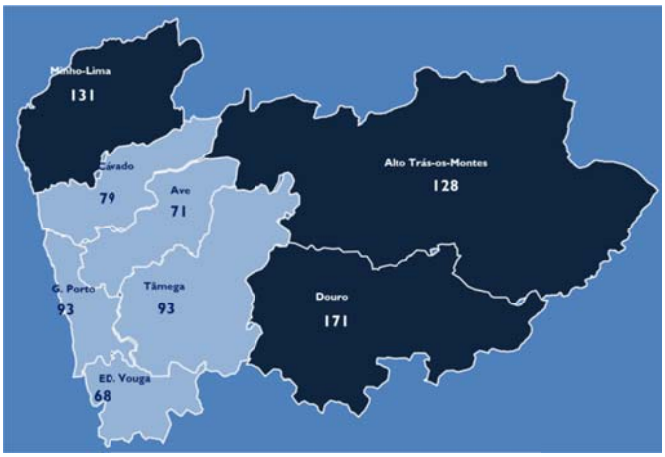


Fonte: Observatório do QREN e cálculos próprios

Com efeito, confirma-se uma distribuição do FEDER aprovado fortemente correlacionada com o peso demográfico e económico dos diferentes territórios, destacando-se assim, em valor absoluto e relativo, o montante afecto ao Grande Porto.

No entanto, outro aspecto muito relevante foca-se no papel deste instrumento financeiro na redução das assimetrias regionais, uma problemática central da política comunitária. Na Região do Norte coexistem sub-espaços com níveis de desenvolvimento económico e sustentabilidade social bastante diferentes. Enquanto nuns prevalecem os sectores económicos mais empregadores, tais como o sector industrial e dos serviços, e geradores de maiores ganhos de produtividade por espaço e pessoa, noutros predominam sectores com menor produtividade e mais extensivos do ponto de vista do capital e, em particular, do uso da terra. Esta contrastante realidade, com a crescente mobilidade inter-regional de pessoas e mercadorias, intensifica a aglomeração populacional nas regiões mais desenvolvidas, ao passo que nas restantes se intensificam graus expressivos de desertificação.

Figura 2.43 - Índice de distribuição do ON2 aprovado, *per capita*



Fonte: Observatório do QREN e cálculos próprios

Por outro lado, verifica-se que o ON.2 privilegiou os territórios com menores rendimentos "per capita", proporcionando maior co-financiamento "per capita" ("Minho–Lima", "Douro" e "Alto Trás-os-Montes"). A política regional e os seus instrumentos, como o ON.2, devem ter sempre um objectivo correctivo das desigualdades intra-regionais. As aprovações no ON.2 têm permitido prosseguir esse objectivo, existindo preocupações de gestão na redistribuição de recursos e na intensificação do processo de convergência real das regiões mais pobres.

2.7. Acompanhamento e avaliação

2.7.1. Acompanhamento: Monitorização das condições de contexto e monitorização física e financeira

A questão do acompanhamento releva a dois níveis. Por um lado, temos as questões de acompanhamento micro, que se colocam ao nível de cada operação em particular. Acompanhamento a este nível refere-se a todo o conjunto de actividades que vão desde a submissão de candidaturas, à sua selecção e aprovação e, depois, ao acompanhamento da execução física e financeira das respectivas operações. Esta é uma matéria abordada, como é devido, nos capítulos respeitantes a cada um dos Eixos Prioritários.

Por outro, temos o acompanhamento de natureza macro, ou global, que, embora recorrendo à informação produzida a nível micro, prossegue objectivos distintos. Esse acompanhamento global assume na linguagem QREN a designação de monitorização (estratégica, financeira ou operacional). É a este nível que a análise seguinte se reporta.

Esta monitorização do ON.2, no contexto do QREN, constitui um pilar fundamental do modelo de governação multi-nível neste período de programação de Fundos Estruturais. Baseado no Documento "Sistema de Monitorização do QREN" de 26 de Setembro de 2008, da Comissão Técnica de Coordenação do QREN, o sistema de monitorização do ON.2 foi concebido com um duplo objectivo:

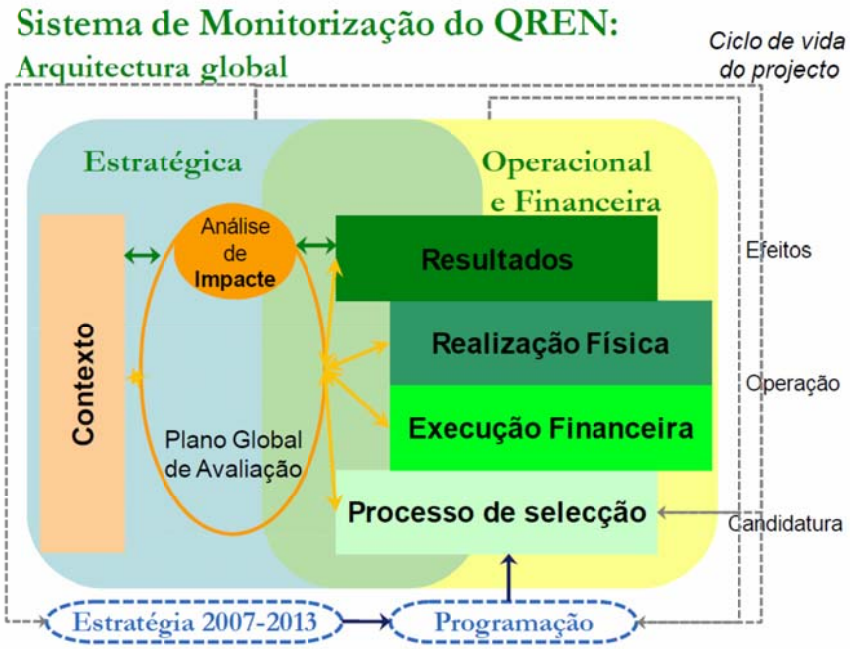
- Assumir-se como um instrumento de suporte à gestão operacional e governação estratégica do ON.2 e do QREN, constituindo um sistema de alerta que permita despoletar avaliações sobre determinados domínios, assumindo-se como uma bússola dos ajustamentos ou reorientações operacionais e financeiras e aperfeiçoamentos estratégicos,

- Reduzir ou eliminar as assimetrias de informação entre os diversos actores do ON.2 e QREN (sobretudo no que respeita à aplicação dos Programas Temáticos na Região do Norte), desde as equipas de gestão aos beneficiários finais, no sentido de criar um quadro de referência comum sobre o ON.2 e o QREN que permita mobilizar todos os actores para a sua eficiente e eficaz implementação.

Este sistema tem vindo a ser implementado em articulação, num momento, entre a Autoridade de Gestão e o Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte e, a seguir, entre a Autoridade de Gestão e as entidades nacionais que, a esse nível, exercem iguais

responsabilidades no que respeita ao QREN como um todo (Comissão Técnica de Coordenação do QREN) e ao FEDER em particular (IFDR, IP).

Figura 2.44 - Arquitectura global do Sistema de monitorização do QREN



Fonte: Documento "Sistema de Monitorização do QREN" de 26 de Setembro de 2008, Comissão de Coordenação do QREN

A montagem desse sistema obedece a uma lógica modular, em que diferentes módulos vão sendo acrescentados à medida que vão sendo necessários em função das diferentes fases que atravessa o ciclo de vida útil dos Programas Operacionais. Este sistema terá, em termos gerais, módulos respeitantes à monitorização (i) das aprovações, (ii) da execução financeira; (iii) das realizações físicas, (iv) dos resultados e (v) dos impactos. A monitorização de contexto é efectuada um pouco à parte e diz respeito, no modelo de governação do ON.2, ao Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte.

Monitorização das condições de contexto

A constituição dos Centros de Observação das Dinâmicas Regionais (CODR), decidida pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais, em 15 de Dezembro de 2008, veio

permitir que, em 2010, as actividades desenvolvidas pelo Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte continuassem, como se reportou no Relatório do exercício anterior, em ritmo cruzeiro.

No que respeita à monitorização das condições de contexto, o trabalho desenvolvido pelo Observatório das Dinâmicas Regionais divide-se em duas componentes.

A elaboração do boletim trimestral "Norte Conjuntura", onde se reúne e analisa a informação disponível, com a periodicidade desejada, mais relevante com vista à identificação precoce das tendências que marcam a evolução económica, a curto prazo, da Região Norte no contexto nacional. Trata-se de um documento, com cerca de 20 páginas, difundido até a um máximo de 80 dias após o final do respectivo trimestre, que procura analisar temas ("Mercado de Trabalho", "Desemprego Registado", "Endividamento das Empresas", "Comércio Intracomunitário", "Preços no Consumo"), sectores ("Indústrias Tradicionais", "Construção e Habitação", "Turismo") e, sobretudo, variáveis cujo comportamento se considera que esteja estreitamente correlacionado com a evolução do ciclo económico. De acordo com o previsto, durante o ano de 2010, editaram-se quatro boletins "Norte Conjuntura" nos prazos estabelecidos. Trata-se de um documento de grande notoriedade e utilidade social, como o exprimem os seguintes indicadores: (1) 53 notícias na comunicação social (avaliadas a partir do "media clipping" da CCDR-N); (2) cerca de 20.000 "downloads" do "Norte Conjuntura" on-line; (3) cerca de 28.000 envios de mailing das 4 edições; (4) 37.260 resultados no Google. Estes resultados são muito positivos. A sua dimensão absoluta é muito significativa e não encontra, praticamente, paralelo em documentos deste tipo em Portugal.

Durante o ano 2010 foi divulgada a Síntese Temática respeitante ao "Emprego e Desemprego na Região do Norte". Com esta Síntese pretende-se dedicar uma maior atenção a algumas tendências mais estruturais do funcionamento do mercado de trabalho, tirando partido de um enquadramento temporal tão longo quanto possível. Para se compreender o comportamento do emprego e desemprego num ano não se pode deixar de analisar as tendências pesadas de evolução da economia regional no que respeita a estas duas dimensões do mercado de trabalho. Na

primeira parte, esta Síntese apresenta um balanço decenal centrado em dois indicadores estruturais (taxa de emprego e taxa de desemprego). Na segunda parte, as grandes categorias de análise do mercado de trabalho são observadas com o objectivo de caracterizar a evolução ocorrida em 2009, enquadrando-a nas tendências dos anos anteriores. O documento conclui-se com um conjunto de comentários de síntese.

Salário médio tem aumentado mais no Norte do que no resto do país

Região Norte precisa de políticas "feitas à medida"

Este documento foi amplamente difundido pela imprensa nacional e regional e suscitou uma discussão pública intensa e informada sobre o funcionamento do mercado de trabalho na Região do Norte. Por exemplo, como se escrevia no jornal Público (12-5-2010) "o Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional augura um futuro pouco radioso para a situação do emprego na região. Com o PEC a prever um aumento de desemprego no país, "é de admitir que também na Região Norte venha a ocorrer, em 2010, novo agravamento dos níveis de desemprego". Para além disso, fica claro que a mudança na estrutura económica da região "alterou profundamente a relação entre o crescimento económico e o crescimento do emprego: o primeiro, hoje, não garante necessariamente o segundo; e só a ocorrência de um ciclo alargado de contínuo crescimento económico e/ou a obtenção de ritmos elevados de crescimento económico podem impulsionar decididamente o emprego".

No ano de 2010, iniciou-se a elaboração de relatórios trimestrais sobre a "Aplicação do QREN na Região do Norte". Estes relatórios são disponibilizados cerca de 90 dias após o final do trimestre a que se reportam e têm em consideração não só a informação constante dos documentos respeitantes ao Indicadores Conjunturais de Monitorização do QREN, elaborado pela Comissão Técnica de Coordenação do QREN, como os dados regionalizados dos Programas Operacionais Temáticos remetidos pelo Observatório do QREN. Estas análises foram amplamente difundidas em diversas sessões públicas, destacando-se as sessões da iniciativa do "Norte + Próximo" e as reuniões do Conselho Regional e da Conselho de Coordenação Intersectorial.

Monitorização física e financeira

A este nível, foram, numa primeira fase, criados os módulos respeitantes à monitorização do "processo de selecção" e à monitorização "financeira".

A Autoridade de Gestão do ON.2, em articulação com o IFDR, estabilizou, inicialmente (durante o ano de 2008), os mapas de monitorização mensal, os quais foram sendo sucessivamente afinados em termos de conteúdo, de metodologia de recolha das suas varáveis e da sua integração com o sistema de informação do Programa Operacional.

Mapas de Monitorização do ON.2 2009	
Mapas [(a)]	**Principais Variáveis**
Mapa de monitorização operacional do ON.2	PO, N.º do eixo, tipologia de operação, código de concurso/período de candidatura, data de publicação do aviso de concurso/período de candidatura, estado do concurso, data de abertura, data de encerramento, fundo a concurso, data prevista de decisão, data efectiva de decisão, N.º e investimento/custo total das (i) candidaturas apresentadas, (ii) candidaturas em análise de admissibilidade, (iii) candidaturas admitidas, (iv) candidaturas não admitidas, (v) candidaturas em análise de mérito (vi) candidaturas aprovadas, (vii) candidaturas não aprovadas (viii) desistências e (ix) candidaturas rescindidas, Investimento/custo elegível, despesa publica e fundo comunitário das candidaturas aprovadas, N.º e fundo comunitário das candidaturas contratadas/termo de aceitação
Mapa de monitorização financeira do ON.2 - Acompanhamento de candidaturas	Eixo prioritário/área de intervenção - N.º, Financiamento comunitário e Financiamento total do (i) candidatado, (ii) não aprovado, (iii) aprovado, (iv) rescindido, (v) desistido e (vi) concluído
Quadro de Monitorização da execução financeira mensal (Programação financeira, aprovações e execução por eixo prioritário/áreas de intervenção)	Eixo prioritário/área de intervenção - Investimento/custo total elegível, despesa pública e fundo comunitário da (i) Programação financeira 2007-2013 (PR), (ii) Aprovações (AP), (iii) Execução (EX), Fundo comunitário pago ao beneficiário (OG), Taxa de compromisso (AP/PR), Taxa de Execução (EX/PR), Taxa de realização (EX/AP), Taxa de Pagamento (PG/AP) e Taxa de Reembolso (PG/EX)
Lista de Operações aprovadas [(b)]	(i) data de entrada da candidatura, (ii) código NUTS I, (iii) código NUTS II, (iv) código NUTS III, (v) código Concelho, (vi) código UT QREN, (vii) efeito de difusão - splill-over, (viii) data de 1ª deliberação da AG, (ix) data da primeira comunicação de decisão ao beneficiário, (x) data de decisão final, (xi) data prevista de início, (xii) data prevista de conclusão, (xiii) fundo comunitário inicial, (xiv) fundo comunitário aprovado, (xv) Contrapartida nacional total aprovada, (xvi) OE aprovado, (xvii) AL aprovado, (xviii) RA aprovado, (xix) EP aprovado, (xx) outras fontes aprovadas, (xxi) financiamento comunitário aprovado, (xxii) investimento não elegível aprovado

Fonte: CAPER

(a) A Norma 3/2009 do IFDR define as orientações do IFDR a aplicar na disponibilização mensal de informação para efeitos de monitorização operacional e financeira e para a prestação de informação sobre candidaturas apresentadas e operações financiadas pelos Programas Operacionais do FEDER/ Fundo de Coesão, no período de programação 2007-2013.

(b) Este ficheiro destina-se a apurar resultados das candidaturas que, após o processo de análise respectivo, mereceram um parecer/decisão, de aprovação ou de não aprovação. Este ficheiro inclui, também, os dados relativos à execução das operações aprovadas.

Em 2010, este processo de recolha, sistematização e reporte de informação de monitorização da selecção de candidaturas e da aprovação e execução financeira, continuou, como em 2009, em ritmo cruzeiro, tendo permitido, com a regularidade estabelecida, a produção dos Indicadores Conjunturais de Monitorização

Entretanto, aumentou-se o esforço de monitorização, de acordo com a metodologia descrita anteriormente relativa à construção modular do sistema de monitorização do QREN. Tendo em consideração o avanço no "ciclo de vida" do Programa, neste exercício procuram-se conceber, em articulação, designadamente, com o Observatório do QREN e o IFDR, os dois módulos seguintes.

Em 2010 ficou, definitivamente, estabilizado o Sistema de Indicadores Comuns Nacionais (anuais e trimestrais). Estes indicadores passaram a ser disponibilizados pela Autoridade de Gestão do ON.2 com a periodicidade estabelecida.

Mapas de Monitorização da Execução Física do ON.2 2010	
Mapas	**Principais Variáveis**
Mapa de Execução Física	Referência temporal; Agenda doi QREN (Competitividade, Valorização do Território e Potencial Humano); Deseiganão do indicador; Tipo de indicador (realização ou resultado); Unidades; Variáveis elementares; Valor dos indicadores (contratado e realizado); Regulamentos.

A estabilização destes Indicadores Comuns Nacionais é fundamental, para além do mais, para, em conjunto com os "cross indicators" servirem de base à revisão dos Indicadores de Eixo do próprio ON.2 – "O Novo Norte", na sequência do seu processo de reprogramação e tendo em consideração as principais conclusões e recomendações do exercício de "Avaliação da Operacionalização do ON.2 – "O Novo Norte".

2.7.2. Autoridade de gestão

Durante o ano de 2010 a Comissão Directiva realizou 28 reuniões e 27 consultas escritas, de acordo com o quadro que se segue. A necessidade de se implementar uma dinâmica ao Programa que impulsionasse os níveis de execução do Programa, não descurando a abertura de concursos e a sua decisão, de forma a permitir que no final do ano, princípio de 2011, a execução atingisse níveis que preparassem o Programa para os níveis previstos para 2013, ano em que para além da regra n+3 se terá de cumprir a regra n+2, estiveram na origem da manutenção de um nível elevado de consultas escritas no primeiro semestre do ano e no último trimestre.

Quadro 2.23 – Deliberações da Comissão Directiva do ON.2

DATA DA DELIBERAÇÃO	FORMA		DELIBERAÇÕES (*)	OBSERVAÇÕES
	Reunião	Consulta Escrita		
08-01-2010	X		→ Aprovação da OT 13/2009 da rede de Sistemas de incentivos	

DATA DA DELIBERAÇÃO	FORMA		DELIBERAÇÕES (*)	OBSERVAÇÕES
	Reunião	Consulta Escrita		
			→ Aprovação do aviso SAAAEL/1/2010 → Plano Anual de Controlo Interno de 2009	
11-01-2010		X	→ Alteração ao aviso SAAAEL/1/2010 – Alterado o valor disponível no concurso e a data limite de apresentação de candidaturas	
25-01-2010		X	→ SACIC/GCEC/PA/1/2009 – Aprovação do referencial "standard" dos Critérios de Avaliação do Mérito do Programa de Acção relacionado com o evento "Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012"	
26-01-2010		X	→ Orientação Técnica Geral 2 – Rev 1 (2010) – Primeira revisão de 2010	
28-01-2010		X	→ Mar/IEBT/DC&T/1/2009	Alteração da data limite para apresentação de candidaturas do dia 1 de Fevereiro de 2010, para o dia 1 de Março de 2010
01-02-2010	X		→ Orientação de Gestão nº 1 – Revisão 1(2010) – Primeira revisão de 2010 → Aprovação dos avisos E-PDRTAE/1/2010 e CIT Douro/2010 → Relativamente à 29ª Comissão de Selecção da rede dos sistemas de incentivos realça-se a seguinte decisão: o Aprovação das operações referentes aos avisos nºs 17/SI/2009, 18/SI/2009, 19/SI/2009 (com aumento da dotação), 20/SI/2009, 23/SI/2009, e 24/SI/2009 → Relativamente à 30ª Comissão de Selecção da rede dos sistemas de incentivos realçam-se as seguintes decisões: o Aprovação das operações referentes aos avisos16/SI/2009 e 27/SI/2009 o Aprovação de 1 operação do AAC 19/2008 o Transferência de uma operação do ON.2 para o POR Centro → Outras Decisões Sistemas de Incentivos o Transferência de uma operação do PO Compete para o ON.2 o Aprovadas duas operações dos avisos 03/2009 e 05/2009, por se ter considerado procedentes as reclamações dos beneficiários → Aprovadas as operações apresentadas no âmbito dos seguintes concursos: o MAR/TC/PCT/1/2009 o PRU1/2007 o PRU/1/2008 o RNT/2/2009 (com aumento do plafond disponível no concurso) o AT/2/2009 → Foram confirmadas as decisões de aprovação de operações proferidas pela AMP/CIM no âmbito dos contratos de delegação de competências: o AMP/III/RRE/01/2009 o CAVE/III/RRE/01/2009 o ML/I/ALE/2009 → Alteração da composição da comissão de avaliação do concurso PROVERE-CGP(PC) /1/2009 → Nomeação da comissão de avaliação das propostas dos concursos de Energia → PRU/1/2007 – Alteração do beneficiário de uma operação	
03-02-2010		X	→ Aprovação do aviso RNT/01/2010 – Acções Materiais	
05-02-2010		X	→ Aprovação das minutas dos contratos de delegação de competências celebrados com as CIM do Douro, de Trás-os-Montes e do Tâmega e Sousa → Confirmação da aprovação das candidaturas referentes ao aviso CIMDOURO/IV/PCSUR/01/2009	Em 19.12.2008 a AG celebrou com os municípios um acordo de celebração de um contrato de delegação de competências, com subvenção global, no termo dos quais os

DATA DA DELIBERAÇÃO	FORMA		DELIBERAÇÕES (*)	OBSERVAÇÕES
	Reunião	Consulta Escrita		
				municípios se comprometiam a constituir as CIM
11-02-2010		X	→ PC/1/2007 – Desistência de uma operação → S/1/2007 – Reformulação de operação → PRU/1/2008 – Aprovação de uma operação → PRU/2/2008 – Aprovação de uma operação	
19-02-2010	X		→ Aprovação dos seguintes avisos o EHT/1/2010 o PCI-I/1/2010 o Energia/UAG/1/2010 → Alteração à composição da comissão de avaliação do concurso TDINF/1/2008 → Aprovadas as operações apresentadas aos seguintes concursos: o SAIECT – IETIEFE/1/2009 (com reforço da dotação) o SAIECT – IETRRIET/1/2009	
24-02-2010		X	→ Aprovação da actualização ao Plano de Comunicação do ON.2	
02-03-2010	X		→ Alteração da comissão técnica de avaliação dos concursos de Energia → Ratificação da aprovação da OT nº 14/2010 da rede dos sistemas de incentivos → Aprovadas as operações apresentadas aos seguintes concursos: o PRU/1/2007 o PRU/2/2008 o ES/1/2009	
16-03-2010	X		→ Avocação da competência de admissão das candidaturas, da aprovação dos projectos e de validação de despesas, e aprovação da minuta de adenda aos contratos de delegação de competências por subvenção global celebrados entra a AG e as associações de municípios → Relativamente à 31ª Comissão de Selecção da rede dos sistemas de incentivos realça-se a seguinte decisão: o Aprovação das operações referentes aos avisos nºs 21/SI/2009, 22/SI/2009, 29/SI/2009, 30/SI/2009 e 31/SI/2009 (neste aviso não foi apresentada nenhuma candidatura) o Transferência de duas operações do PO Compete para o ON.2 o Aprovação do Plano Anual de Concursos do Sistema de Incentivos para 2010 → Aprovação do Plano Anual de Concursos do Sistema de Incentivos para 2010 → Aprovação dos avisos SAIECT-IEC/1/2010 e SAIECT-IEC/2/2010 → Aprovação de candidaturas apresentadas nos concursos: o SAAAEL/1/2008 o SAPCTIEBT-ET/1/2008 o PRU/2/2008 → Aprovada a composição da comissão de avaliação das propostas do concurso MAR/IEBT/DC&T/1/2009	A avocação de competências foi feita na sequência e de acordo com o "Memorando de Entendimento entre o Governo da República Portuguesa e a Associação Nacional de Municípios Portugueses para Promover a Execução dos Investimentos de Iniciativa Municipal no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013"
19-03-2010	X		→ Aprovação da versão provisória da descrição do Sistema de Gestão e Controlo da AMP e das CIM → Aprovação dos avisos AMP RRE/1/2010 e CIMTM RRE/2/2010 → Aprovação de candidaturas no âmbito do concurso AT/2/2010	A descrição do SGC da AMP e CIM foi considerada como provisória devido ao facto de carecer de validação prévia por parte da IGF
25-03-2010		X	→ PCR/1/2010 – Prorrogação da data de entrega das candidaturas de 26 de Março para 15 de Abril	
31-03-2010	X		→ Aprovação de operações apresentadas nos concursos: o SACIC-IF/1/2009 o ED/1/2009 o GAEPC/1/2009	

DATA DA DELIBERAÇÃO	FORMA		DELIBERAÇÕES (*)	OBSERVAÇÕES
	Reunião	Consulta Escrita		
			o PRU/1/2007 o AMP/V/MGE/01/2009 o CIMC/V/OGAP/01/2009 o CIMTM/IV/01/2009 o CIMTM/IV/02/2009 o CIMTM/II/VERE/01/2009 o CIMTM/V/PCI/02/2009 → Relativamente à 32ª Comissão de Selecção da rede dos sistemas de incentivos realça-se aprovação das operações referentes aos avisos nºs 32/SI/2009 → PRU/1/2008 – Autorizada a alteração a dois programas de acção	
06-04-2010		X	→ Aprovação dos orçamentos para os avisos da rede dos sistemas de incentivos nº 01/SI/2010, 02/SI/2010	
07-04-2010		X	→ Relativamente à rede de sistemas de incentivos foram aprovadas as seguintes revisões a orientações de gestão da rede de sistemas de incentivos: OG nº 4 Revisão 2/2010 - Segunda revisão de 2010 e OG nº 5 Revisão 1/2010 – Primeira Revisão de 2010	
13-04-2010	X		→ Aprovação dos seguintes avisos: o CIT/PNP/2010 o EEC/PROVERE/PA/2010 o EEC/PROVERE/PC/2010 o SAPCTIEBT-IEFPCT-IEFIEBT/1/2010 (alteração) → Aprovação de operações apresentadas nos concursos: o TDINF/1/2008 o PROVERE CGP(PC)/1/2008 o PRU/1/2007 o AMP/IV/PMU/02/2009 o CIMC/RE/01/2010 o CIMC/V/OGAP/01/2010 o CIMTM/IV/03/2009 o CIMTM/IV/05/2009 → PRU/1/2008 – Autorizada a alteração a três programas de acção → Aprovada a realização de um estudo de avaliação da operacionalização do ON.2	
27-04-2010	X		→ Decidido realizar em Outubro o evento anual sob o tema “Norte 2020 – O contributo do PO Regional” → Aprovação do aviso PCI-CIM e AMP/2010 → OT nº 5 (2009) REV1/2010 – Primeira revisão de 2010 → Conversão das confirmações de aprovação das operações realizadas pela AMP/CIM em aprovações da Comissão Directiva → Aprovação das operações apresentadas nos concursos: o PRU/1/2007 o PRU/1/2008 o CIMA/IV/PMUS/02/2009 o CIMC/ALE/01/2010 o CIMML/II/AIVT/01/2009 o CIMTM/V/SAMA/01/2009 o CIMTS/III/RRE/01/2009 o CIMTS/V/CUA/01/2009 o SAPCITEBT-ET/1/2008 → Autorizada a cessão da posição de dois beneficiários de operações contratadas no âmbito do concurso SAMA/1/2007	Até à avocação das competências delegadas no âmbito da subvenção global aos organismos intermédios, promovida na reunião do dia 16 de Março, a competência de aprovação das candidaturas estava delegada, competindo à Comissão Directiva confirmar essa aprovação.
11-05-2010	X		→ Relativamente à 34ª Comissão de Selecção da rede dos sistemas de incentivos realçam-se as seguintes decisões: o Aprovação das operações apresentadas no aviso 35/SI/2009 – SI I&DT o Transferência de uma operação do POR Centro para o ON.2 → Aprovação dos seguintes avisos: o PCI Redes Institucionais/2010 o CIT Douro/2010 (alteração do aviso, prorrogando a data de apresentação de candidaturas para o dia 30 de Julho tendo em conta o previsto no aviso CIT PNP/2010) o ML/IV/MT/01/2010 → Aprovação das operações apresentadas nos concursos: o GAEPC/01/2009	A Comissão Directiva considerou que relativamente aos concursos até agora aprovados a alteração da taxa de financiamento resultante da deliberação da CMC dos PO regionais do continente, será feita a solicitação dos promotores. No entanto, para as

DATA DA DELIBERAÇÃO	FORMA		DELIBERAÇÕES (*)	OBSERVAÇÕES
	Reunião	Consulta Escrita		
			o AMP/III/CUA/1/2009 o AMP/III/CUA/2/2009 o SAPCITEBT-ET/1/2008 → Aprovada a composição da comissão de avaliação das propostas dos concursos SACIC-GCEC-PA-1-2009 e SACIC-IF-1-2010 → Ajustamento da taxa de financiamento aprovada pela CMC de 20 de Abril	análises em curso, as candidaturas deverão, de futuro, ser aprovadas com as novas taxas
19-05-2010		X	→ Aprovação do Aviso PROVERE-CGP/2010	
25-05-2010		X	→ Aprovação do aviso da rede dos sistemas de incentivos nº 03/SI/2010	
28-05-2010	X		→ Aprovação dos avisos: o PCI – Desenvolvimento Regional/2010 o SACIC-IF/PA/2010 → Relativamente à 35ª Comissão de Selecção da rede dos sistemas de incentivos realça-se a seguinte decisão: o Aprovação das operações apresentadas no aviso 33/SI/2009 e 34/SI/2009 (com aumento da dotação dos concursos) → Aprovação das operações apresentadas nos concursos: o SAIECT-IETIEFE/1/2009 o TDINF/1/2008 o SACIC-IF/1/2009 o AVQA/1/2007 o PC/1/2009 (com aumento da dotação do concurso) o RLCZE/01/2009 o RNT/01/2010 o RRE/01/2010 o PRU/1/2007 o PRU/1/2008 o PRU/2/2008 o CIMC/IV/MT/01/2010	
08-06-2010	X		→ Aprovação do Relatório de Execução 2009 → Aprovação de alteração ao ponto 15.2 do aviso Energia/UAG/I/2010 → Aprovação das operações apresentadas nos concursos: o ED/1/2009 o TCT/1/2009 o PRU/1/2007 o PRU/1/2008 o CIMA/III/PMUS/01/2009 o CIMD/RRE/1/2009 o CIMD/I/AAE/01/2009 o CIMML/V/PCI/01/2010 → Aprovada a composição da comissão de avaliação das propostas do concurso PCI-I/I/2010	
23-06-2010	X		→ Aprovação dos seguintes avisos: o SAIECT – ITIEFE/EEC/PA/1/2010 o CIMAVE/III/CUA/01/2010 o CIMML/II/AIVT/01/2010 o CIMML/III/CUA/03/2010 o CIMML/IV/MT/02/2010 → Aprovação de operações apresentadas nos concursos: o MAR/IEBT/DC&T/1/2009 o ED/1/2009 o PC/01/2009 o CIMAVE/III/REEMM/01/2009 o CIMAVE/III/RRE/01/2010 → PRU/2/2008 – Autorizada a alteração a um programa de acção → GAEPC/1/2007 – Autorizada a inclusão de um beneficiário adicional → No âmbito da rede de sistemas de incentivos foi deliberado considerar como procedentes e, como tal, aprovar candidaturas relativas aos concursos 03/2009 e 29/2009 → Aprovada a minuta de adenda ao contrato de contratualização com a AMP/CIM que visa avocar competências anteriormente	A adenda aprovada seguiu a minuta que o IFDR enviou a todas as AG, na sequência do Memorandum de Entendimento entre o Governo e a ANMP

DATA DA DELIBERAÇÃO	FORMA		DELIBERAÇÕES (*)	OBSERVAÇÕES
	Reunião	Consulta Escrita		
			delegadas	
30-06-2010	X		→ Aprovação de operações apresentadas nos concursos: o PROVERE-CGP/2010 o SACIC-GCE/PA/1/2009	
06-07-2010	X		→ Aprovação dos seguintes avisos: o SAIECT – ITIEFE/EEC/PA/1/2010 o CIMC/I7SOL/01/2010 o CIMC/III/RRE/02/2010 o CIMML/III/RS/01/2010 o CIMML/III/RRE/01/2010 o CIMTS/III/RRE/01/2010 o CIMC/IV/MT/02/2010 o CIMVC/V/ODAR/91/2010 o CIMML/V/PCI/02/2010 o CIMAVE/III/CUA/01/2010 → Aprovação de operações apresentadas nos concursos: o E-PDRTAE/1/2009 o ED/1/2009 o PRU/1/2007 o PRU/1/2008 o CIMC/II/AIVT/01/2010 o CIMML/III/RRE/01/2010 o CIMTM/III/RRE/01/2010 o AMP/IV/PCSUR/01/2009 → Alteração da composição da comissão de avaliação dos concursos SAIECT-IEC/I/2010 e SAIECT-IEC/2/2010	
12-07-2010		X	→ Aviso CIT Douro/2010 – Alteração da data limite de apresentação de candidaturas e do valor dos limiares máximos → Alteração aos Avisos EEC/PROVERE/PA/1/2010 e EEC/PROVERE/PC/1/2010 – Alteração da data limite de apresentação das candidaturas	
15-07-2010	X		→ Aprovação dos seguintes avisos: o E-EEA/1/2010 o E-EEA/2/2010 → Aprovação de operações apresentadas nos concursos: o E-PDRTAE/1/2009 o ED/1/2009 o SAIECT-IETRRIET/1/2009 o EHT/1/2009 o EHT/1/2010 o PRU/1/2007 o PRU/1/2008	
20-07-2010		X	→ Aviso PCI-I/1/2010 – Alteração da composição da comissão técnica de avaliação das candidaturas	
26-07-2010		X	→ Aprovação do aviso PCI-CIMs e AMP /2010	
02-08-2010	X		→ Aprovação de operações apresentadas nos concursos: o SAIECT – IETIEFE / 1 / 2009 → Aprovação da composição da comissão de avaliação dos concursos: o SAAAEL/1/2010 o EEC-PROVERE-PA-1-2010 o EEC-PROVERE-PC/1/2010 o ENERGIA-UAG-/1/2010 → Aprovação de operações apresentadas no concurso E-PDRTAE 1/2010 → Relativamente à 36ª Comissão de Selecção da rede dos sistemas de incentivos realça-se a seguinte decisão: o Aprovação das seguintes operações: 2 operações no aviso	

DATA DA DELIBERAÇÃO	FORMA		DELIBERAÇÕES (*)	OBSERVAÇÕES
	Reunião	Consulta Escrita		
			26/SI/2009 e 1 operação, em cada um dos avisos, 25/SI/2009, 21/SI/2009 e 29/SI/2009	
19-08-2010	X		→ Ratificada a aprovação pelo senhor vogal Mário Rui Silva das seguintes decisões referentes à rede de sistemas de incentivos: o Orientação de Gestão nº 4 (Revisão nº 2.1/2010) o Orientação de Gestão nº 06/2010 o Orientação de Gestão nº 07/2010 → Aprovação do seguinte aviso: o CIMAVE/IV/MT/03/2010 → Aprovação de operações apresentadas nos concursos: o PRU/1/2007 o PRU/1/2008 o PRU/2/2008 o CIMC/IV/MT/02/2010 o CIMML/I/ALE/01/2010 o CIMML/IV/01/2010 o CIMTS/RRE/01/2010 → Aprovada a segunda adenda aos contratos de delegação de competências com a AMP e as CIM, bem como a terceira adenda ao contrato celebrado com a CIM do Minho-Lima → Aprovada uma operação do aviso nº 29/2009 da rede dos sistemas de incentivos, por se ter considerado procedente a reclamação do beneficiário → PRU/1/2008 – Autorizada a alteração a um programa de acção	A segunda adenda aos contratos de delegação visou conferir uma maior flexibilidade aos valores programado para cada uma das tipologias de operações previstas no âmbito da subvenção global, decorrendo do Memorando de Entendimento celebrado entre o Governo e a ANMP Em relação à CIM do Minho-Lima englobou igualmente a adesão do município de Viana do Castelo a essa associação de municípios.
30-08-2010	X		→ Aprovação do seguinte aviso: o CIMC//III/CUA/01/2010 → Aprovação de operações apresentadas nos concursos: o PRU/1/2008 → Aprovação da composição da comissão de avaliação do concurso PCI/Redes Institucionais/2010	
15-09-2010	X		→ Aprovação do seguinte aviso o PCI-CIMs e AMP/2/2010 o CIT/DOURO/2010 – Alteração do aviso o CIT/PNP/2010 – Alteração e aprovação do Anexo 1 que contém o "Manual para Implantação do layout de Arquitectura e design de Centros de Informação Turística" o PCI - Desenvolvimento Regional/2010 – Alteração o E-EEA/1/2010 e Aviso E-EEA/2/2010, ambos de 19 de Julho de 2010 – Aprovação de Orientações Técnica Específicas e Avisos Rectificativos → Aprovação de operações apresentadas nos concursos: o MT/1/2008 – uma operação o PRU/1/2008 – 16 operações o PRU/2/2008 – três operações o CIMC/I/SOL/01/2010 o CIMC/IV/MT/02/2010 o CIMTM/II/VERE/02/2010 → RRE/1/2007 – Alteração do programa de acção nº 0602 → RUCI/1/2008 – Alteração do programa estratégico nº 1669 → Avisos PCI-CIM-AMP/2/2010, CIT/DOURO/2010, CIT/PNP/2010 – Constituição das comissões técnicas de análise das candidaturas	
23-09-2010	X		→ Ponto de situação dos financiamentos na área tecnológica → Deliberado contratar a OCDE para fazer uma análise do sistema de inovação regional	Esta reunião realizou-se em Lisboa, durante a exposição Portugal Tecnológico
28-09-2010	X		→ Aviso CIMAVE/III/CUA/01/2010 – Alteração da dotação do aviso → Relativamente à 37ª Comissão de Selecção da rede dos sistemas de incentivos realçam-se as seguintes decisões: o Aprovação das operações do aviso AAC 01/SI/2010 – SI Qualificação PME o Aprovação dos projectos 8.102 (AAC 19/2009) e 11.966 (AAC 32/2009), o Aprovação de 3 operações no AAC 21/SI/2009, 1 operação no AAC 32/SI/2009 e uma outra no AAC 34/SI/2009, → Aprovação de operações apresentadas nos concursos:	

DATA DA DELIBERAÇÃO	FORMA		DELIBERAÇÕES (*)	OBSERVAÇÕES
	Reunião	Consulta Escrita		
			o PRU/1/2007 – três operações o PRU/1/2008 – oito operações o PRU/2/2008 – quatro operações o PCI-CIMs e AMP/2010 – quatro operações o CIMD/IV/MT/01/2010 – 11 operações o CIMD/IV/MT/03/2010 – uma operação → PRU/1/2008 – Alteração do programa de acção nº 1608	
12-10-2010	X		→ OG/06/2010 da rede de sistemas de incentivos – primeira alteração → Aprovação dos seguintes avisos: o PCI-i/2/2010 o CIMAVE/II/AIVT/01/2010 o CIMAVE/III/RRE/02/2010 o CIMAVE/IV/QSTPP/01/2010 o CIMAVE/IV/REEMM/02/2010 → Relativamente à 38ª Comissão de Selecção da rede dos sistemas de incentivos realçam-se as seguintes decisões: o Aprovação das operações do aviso AAC 02/SI/2010 – SI Qualificação PME o Transferência da operação nº 3805 do POFC para o ON.2 → Aprovada uma operação de cada um dos seguintes avisos da rede dos sistemas de incentivos, por se ter considerado procedente a reclamação dos beneficiários: 20/2008, 32/2009 e 35/2009, bem como 2 operações do AAC 34/2009. → Alteração dos programas de acção relativos às operações 8.022 e 8.293, ambos do aviso 19/2009 – SI Inovação/MERCA → Aprovação de operações apresentadas nos concursos: o PRU/1/2007 – duas operações o PRU/1/2008 – sete operações o PRU/2/2008 – duas operações o CIMC/IV/ODAR/01/2010 – uma operação o CIMML/AIVT/01/2010 – uma operação o CIMML/III/CUA/01/2010 – seis operações o CIMML/III/CUA/02/2010 – três operações o CIMML/III/CUA/03/2010 – uma operação → RUCI/1/2008 – Alteração aos programas estratégicos das operações nº 0901 e 1673 → PRU/2/2008 – Alteração ao programa de acção nº 1413 → Aquisição de serviços para a elaboração dos estudos "Estrutura urbana do arco metropolitano" e "Articulação entre a estrutura ecológica e paisagística e as estruturas de mobilidade, acessibilidade e intermodalidade"	
15-10-2010		X	→ Alteração ao Aviso E-EEA/1/2010 – Alteração da data limite de apresentação de candidaturas de 29 de Outubro de 2010, para o dia 30 de Novembro de 2010 → Alteração ao Aviso E-EEA/2/2010 – Alteração da data limite de apresentação de candidaturas de 29 de Outubro de 2010, para o dia 3 de Dezembro de 2010	
20-10-2010		X	→ Aprovação dos avisos CIMD – RRE/2/2010 e CIMAVE – RS/1/2010 → AMP/PMU/1/2009 – Aprovação das candidaturas	
26-10-2010	X		→ Aprovação dos seguintes avisos: o PCCTDC/1/2010 o PCCTDC/2/2010 → Relativamente à rede dos sistemas de incentivos realçam-se as seguintes decisões: o Aviso 3/2010 – SI PME da rede de sistemas de incentivos – Alteração da data limite de entrega das candidaturas para o dia 30 de Outubro o Aviso 11/2009 – Aprovação da operação nº 7824, na sequência de reclamação do promotor o Alteração do programa de acção relativo à operação 8344 do aviso 19/2009 – SI Inovação/MERCA → Aprovação de operações apresentadas nos concursos: o SAIECT-IEC/1/2010 – uma operação o SAIECT-IEC/2/2010 – 18 operações o E-SESPC/1/2009 – seis operações	

DATA DA DELIBERAÇÃO	FORMA		DELIBERAÇÕES (*)	OBSERVAÇÕES
	Reunião	Consulta Escrita		
			o E-RFL/1/2009 → SAPCTIEBT/IEFPCT&IEFIEBT/1/2010 – Nomeada comissão técnica de análise das candidaturas → Apresentar à CMC dos PO Regionais do Continente um pedido de autorização para que no domínio do Regulamento Específico "Valorização Económica de Recursos Específicos" do Eixo Prioritário 2 do ON.2 seja tornada possível a submissão de candidaturas em contínuo, em conformidade com a possibilidade conferida pelo n.º 13 do Artigo 11.º do Regulamento Específico do Eixo 2, em relação a projectos integrados em Programas de Acção formalmente aprovados pelas entidades competentes.	
04-11-2010		X	→ Alteração ao Aviso CIT PNP/2010 – Alteração da data limite de apresentação de candidaturas de 15 de Novembro para 23 de Dezembro	
05-11-2010		X	→ Aprovação dos seguintes avisos da rede dos sistemas de incentivos: o AAC 4/2010 – SI Inovação – Inovação Produtiva o AAC 5/2010 – SI Inovação – Empreendedorismo qualificado o AAC 6/2010 – SI IDT – Projectos Individuais o AAC 7/2010 – SI Qualificação de PME	
09-11-2010	X		→ Aprovação dos seguintes avisos: o E-EEEHS/1/2010 o SIAC/2010 o SAIECT-IEC/3/2010 o LOJAS DO CIDADAO 2G o CIMML/PCI/02/2010 – prorrogação do prazo de encerramento o CIMTS/IV/RRE/01/2010 → Transferência da operação nº 13.818 (aviso 33/2009) do POFC para o ON.2 → Aprovação de operações apresentadas nos concursos: o MT/1/2009 – uma operação o PRU/1/2007 – 20 operações o PRU/1/2008 – nove operações o PRU/2/2008 – 14 operações o CIMAVE/IV/MT/01/2010 – três operações o CIMC/III/RE/02/2010 – quatro operações o CIMC/IV/MT/02/2010 – uma operação → PRU/2/2008 – Alteração ao programa de acção nº 1037	
23-11-2010	X		→ Aprovação dos seguintes avisos: o AT/03/2010 o SAIECT-IEC/3/2010 o SAPCTIEBT/IEFIEBT&SP/1/2010 o CIMD/III/CUA/01/2010 → Aprovação de operações apresentadas nos concursos: o PC/1/2009 – 4 operações na sequência de reclamação apresentada pelos promotores o PRU/1/2007 – uma operação o PRU/1/2008 – sete operações o PRU/2/2008 – 48 operações o CIMC/I/SOL/01/2010 – uma operação o CIMC/IV/MT/02/2010 – três operações o CIMD/IV/MT/03/2010 – uma operação o CIMML/RRE/1/2010 – uma operação o CIMML/III/CUA/03/2010 – uma operação o CIMML/III/RS/01/2010 – uma operação o CIMML/IV/MT/01/2010 – duas operações	
25-11-2010		X	→ AT/2/2010 – Aprovação de candidatura	
02-12-2010		X	→ PCCTDC/1/2010 e PCCTDC/2/2010 – Aprovação dos Referencial Standard relativos aos Critérios de Avaliação do Mérito das Operações	
03-12-2010		X	→ Aprovação do aviso CIMTS/III/CUA/01/2010	
07e14-12-2010	X		→ Ratificadas as seguintes decisões de um vogal da Comissão Directiva, relativos à rede dos sistemas de incentivos: o Aprovação da OT 15/2010 o Aviso 04/SI/2010, 05/SI/2010 e 07/SI/2010 – Clarifica	

DATA DA DELIBERAÇÃO	FORMA		DELIBERAÇÕES (*)	OBSERVAÇÕES
	Reunião	Consulta Escrita		
			conceitos e variáveis → Aprovação dos seguintes avisos: o AMP/01/2010 o AMP/02/2010 o PCI CIM-AMP/3/2010 o CIMTS/IV/PMU/01/2010 → Aprovação de operações apresentadas nos concursos: o E-RFL/1/2009 – dez operações o PCR/1/2010 – duas operações o PRU/1/2007 – uma operação o PRU/1/2008 – 18 operações o PRU/2/2008 – 45 operações o AT/2/2010 – uma operação o AT/03/2010 – uma operação o CIMC/III/02/2010 – uma operação o CIMC/IV/MT/02/2010 – duas operações o CIMC/V/ODAR/01/2010 – uma operação o CIMML/III/RS/01/2010 – uma operação o CIMML/III/CUA/03/2010 – uma operação → Nomeação das comissões técnicas de avaliação dos seguintes concursos: o PCI CIM-AMP/3/2010 o SAIECT-IETIEFE/EEC/PA/1/2010 o E-EEA/1/2010 o E-EEA/2/2010	
20-12-2010		X	→ Aprovação do aviso RREB23/1/2010	
21-12-2010	X		→ Aprovação dos seguintes avisos: o AMP/03/2010 o CIT PNP/2010 – Alteração à tipologia a) do nº 7 → Aprovação de operações apresentadas nos concursos: o CIT DOURO/2010 – 15 operações o CIMC/I/SOL/01/2010 – uma operação o CIMC/III/RRE/2/2010 – duas operações o CIMC/IV/MT/02/2010 – uma operação	
23-12-2010		X	→ Alteração ao aviso CIT PNP – Alteração da data limite de apresentação das candidaturas do dia 23 para o dia 30 de Dezembro	
28-12-2010	X		→ MT/1/2009 – Ratificadas a decisão de um vogal da Comissão Directiva de aprovar a operação nº 34, apresentada pela Metro do Porto → Aprovação dos seguintes avisos: o AT/04/2010 o AT/05/2010 o AT/06/2010 o SAIECT-IEC/3/2010 – Alterada data de encerramento para 3 de Janeiro → Aprovação de operações apresentadas nos concursos: o PCR/01/2010 – duas operações apresentadas ao ON.2 e duas componentes parceiras de operação candidata no POR Centro o PRU/1/2007 – nove operações o PRU/1/2008 – nove operações o PRU/1/20008 – 31 operações o PCI CIM-AMP/2/2010 – uma operação o AT/4/2009 Uma operação referente ao ano de 2008 o CIMAVE/II/AIVT/01/2010 – três operações o CIMAVE/III/CUA/01/2010 – duas operações o CIMAVE/IV/EPN/01/2010 – três operações o CIMAVE/IV/REEMM/02/2010 – uma operação o RRE/1/2010 – cinco operações → Aprovação de 1 operação em cada um dos avisos: AAC 35/SI/2009 e AAC 01/SI/2010. → PRU/1/2008 – Alteração dos programas de acção nº 1639 e 1610	A operação apresentada pelo Metro do Porto no aviso MT/1/2009 constitui um Grande Projecto Em relação a duas operações candidatadas ao concurso PRU/1/2007 foi decidido comunicar ao IFDR a sua aprovação para efeitos de notificação no âmbito do mecanismo de auxílios de Estado
30-12-2008		X	→ PRU/1/2007, PRU/1/2008 e PRU/2/2008 – Aprovação de operações	
31-12-2008		X	→ PRU/1/2008	

(*) As deliberações definitivas de aprovação de operações, na sequência de deliberações condicionadas não são referenciadas. Também se optou por não referenciar deliberações relativas a reprogramações das operações ou alterações de taxas de financiamento.

Durante o ano de 2010 a Autoridade de Gestão entendeu publicar várias orientações de gestão que definissem regras aplicáveis a vários aspectos de gestão do Programa, bem como orientações técnicas gerais, definindo aspectos técnicos relacionados com avisos específicos.

Quadro 2.24 – Orientações técnicas e de gestão

Nº	DATA DE APROVAÇÃO	ÂMBITO	CONTEÚDO
ORIENTAÇÕES DE GESTÃO (OG)			
OG 1 (2008) Revisão 2 (2010)	13/04/2010	Estabelece as regras para a apresentação de pedidos de pagamento ao ON2	→ Explicita o conceito de execução física e financeira; as modalidades de pagamentos e os respectivos circuitos financeiros; a forma de articulação entre o beneficiário e a autoridade de gestão; e os mecanismos e requisitos necessários á formalização dos pedidos de pagamento que servirão de suporte ao financiamento a conceder. → Alterações à regra da apresentação de garantias bancárias.
OG 7 (2009) Revisão 2 (2010)	31/03/2010	Estabelece as regras de formatação e publicitação de avisos/convites para a apresentação de candidaturas pela AMP/CIM no âmbito da delegação de competências	→ No contexto dos Contratos de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrados com as Comunidades Intermunicipais (CIM), a Autoridade de Gestão do ON.2, pretende com esta Orientação estabelecer os procedimentos, de articulação institucional, necessários à publicitação dos Avisos/Convites para a apresentação de candidaturas no âmbito das tipologias de operações contratualizadas. → Estatuí-se a aprovação pela comissão directiva do ON2 dos Avisos/Convites para a apresentação de candidaturas.
OG 10 (2010)	31/03/2010	Procedimentos sobre candidaturas e acompanhamento das operações aprovadas no âmbito dos contratos de delegação de competências nas CIM	→ Descreve as funções delegadas nas Associações de Municípios. → Prevê as regras relativas á abertura de concursos; à análise decisão e contratação das operações; e ao acompanhamento da execução das operações. → Estabelece os procedimentos de articulação institucional necessários á tramitação das candidaturas no âmbito das tipologias de operações contratualizadas e respectivo acompanhamento.
ORIENTAÇÕES DE GESTÃO – Rede Incentivos QREN (OG SI)			
OG 2 (2008) Revisão 2 (2010)	09/11/2010	Procedimentos de encerramento de projectos	→ Define as fases do processo de encerramento dos projectos dos sistemas de Incentivos do ON.2, os objectivos que lhes estão subjacentes, bem como os procedimentos de verificação a observar
OG 4 (2008) Revisão 2 (2010)	10/08/2010	Norma de pagamentos na rede de sistemas de incentivos	→ Regula os pagamentos de incentivos às empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica, bem como, nos casos específicos previstos nos regulamentos dos sistemas de incentivos acima identificados, às associações empresariais, às entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT) e às entidades públicas
OG 5 (2008) Revisão 1 (2010)	02/07/2010	Estabelece a norma de pagamentos aplicável às tipologias de projecto Vale I&DT e Vale Inovação	→ Define os vários conceitos de pagamentos e de encerramento. → Prevê as várias modalidades de pagamento de incentivos; comprovação dos mesmos; validação da despesa; condições de pagamento aos beneficiários.
OG 6 (2010)	06/08/2010	Aceleração da execução do QREN na vertente empresarial	→ Define procedimentos excepcionais de reformulação de projectos e acesso à linha de crédito "Qren-Investe"

Nº	DATA DE APROVAÇÃO	ÂMBITO	CONTEÚDO
OG 6 Alteração (2010)	08/10/2010	Aceleração da execução do QREN na vertente empresarial	→ Define procedimentos excepcionais de reformulação de projectos e acesso à linha de crédito "Qren-Investe"
OG 7 (2010)	10/08/2010	Condições de elegibilidade do promotor	→ Estipula os procedimentos de validação da situação regularizada em matéria de licenciamento
ORIENTAÇÕES TÉCNICAS GERAIS (OTG)			
OTG 2 (2009) Revisão 1 2010	27/01/2010	Adequada cobertura orçamental - condição de admissibilidade das operações	→ Informa as entidades beneficiárias do ON.2 sobre a forma será aferida a adequada cobertura orçamental da operação sede de análise de Candidatura apresentada no âmbit Programa, através do Sistema de Informação do ON.2 (SIGON.2). → São revistos os estados da orçamentação da operação e os documentos a remeter à Autoridade de Gestão.
OTG 5 (2009) Revisão 1 (2010)	27/04/2010	Despesas com equipas técnicas nas operações/acções imateriais	→ Informa as entidades beneficiárias do ON.2 sobre: as regras a respeitar aquando da apresentação de despesas com Equipas Técnicas em sede de candidatura e em sede de pedido de pagamento; a forma e o momento para solicitarem alterações/ajustamentos das condições aprovadas pela Autoridade de Gestão e a tipologia de despesas e respectivos limites aceites para co-financiamento. → Revisão de tais regras de acordo com a Portaria 1011/2009, de 09 de Setembro que aprova o Código de Contas. → Alteração do parâmetro de referência para o cálculo do valor elegível a co-financiamento da remuneração mensal do Director do Projecto.
ORIENTAÇÕES TÉCNICAS ESPECÍFICAS – Rede Incentivos QREN (OT SI)			
OT SI 13 (2010)	08/01/2010	Estabelece as regras de elegibilidade das despesas no âmbito dos SI à investigação e Desenvolvimento Tecnológico	→ Prevê-se os limites à elegibilidade de despesas e as condições específicas de aplicação das mesmas.
OT SI 14 (2010)	25/04/2010	Define os requisitos que permitem o aumento das despesas	→ Prevê-se limites à elegibilidade de despesas relativos à promoção e divulgação de resultados de projectos mobilizadores
OT SI 15 (2010)	10/12/2010	Sistema de Incentivos à Inovação – Inovação do tecido empresarial	→ Definição do conceito de "volume de negócios internacional"

No final de 2010 a Autoridade de Gestão participou no encontro anual dos PO FEDER e Fundo de Coesão com a Comissão Europeia, organizada pelo IFDR. Neste encontro abordaram-se as seguintes questões:

QUESTÃO	CONTEÚDO
1. Balanço do encerramento dos PO FEDER do QCA III	Foi referido que todos os documentos relativos ao encerramento do QCA III foram enviados atempadamente à Comissão. Prevê-se uma execução final do FEDER 2000/2006 próxima de 100% no que respeita ao PO Regional do Norte. A análise destes documentos encontra-se actualmente a decorrer na Comissão, e foi sublinhado ser necessário manter um espírito de diálogo constante e pró-activo para se poder concluir com a brevidade possível esse processo de análise e o respectivo encerramento dos POs 2000/2006.
2. Ponto de Situação do FEDER e FC (Realização dos POs, Meta N+3, Medidas adoptadas para reforçar a	A Comissão solicitou informações actualizadas em matéria dos níveis de execução dos POs. A Comissão referiu que as taxas de execução relativas a Portugal correspondem à média

execução, Previsão de execução para 2010 e 2011, etc.)	comunitária. Foi sublinhada uma evolução positiva na execução do QREN. Apesar do progresso registado desde 2009, a Comissão considerou que continua a haver um "gap" significativo entre aprovações e execução. A este propósito, foi acordado que se procederia a uma actualização das listas de operações aprovadas, a fim de anular aquelas que desde já se pode prever que não serão executadas. O atraso relativo à taxa de execução do FdC é particularmente preocupante. A nível dos POs individualmente considerados, verificam-se também diferenças importantes entre níveis de execução. A Comissão constatou que em termos de "earmarking" a situação é globalmente po particularmente para certas categorias como os apoios às PMEs e a educação. O IFDR e as Autoridades de Gestão de diversos POs pronunciaram-se sobre a execuçã POs, tendo sido referidas algumas das iniciativas tomadas para acelerar a execução: i) certificação de despesas relativas a Grandes Projectos ainda sem decisão da Comissão, ii) consideração da elegibilidade de despesas ligadas à melhoria da eficiência energética em edifícios residenciais, iii) aumento das taxas de co-financiamento para 80% em certos projectos no âmbito dos POs regionais, iv) simplificação a nível dos sistemas de incentivos, etc. Neste contexto, foi referido que será necessário proceder com a brevidade possível à revisão dos "Compliance Assessments"/CIMs. A Comissão tomou nota com agrado do facto que as previsões apresentadas em Abril de 2010 pelas autoridades nacionais, relativamente aos pagamentos a efectuar este ano, foram já superadas. As autoridades nacionais apresentaram igualmente dados relativos à perspectiva N+3, afirmando não prever dificuldades significativas no que diz respeito à aplicação da regra em 2011. A Comissão tomou nota das garantias que foram dadas no decurso da reunião e referiu ainda que um importante montante financeiro corresponderá à execução do ano 2013, havendo por isso que antecipar devidamente o risco de sub-execução nesse ano.
3. Ponto de situação dos grandes projectos	A Comissão recordou que os GPs, para além da sua importância estrutural, são um elemento importante para a acelerar a execução do POs. Foi feito na reunião um ponto de situação sobre a preparação, aprovação e calendário de apresentação de novos GPs. No que diz respeito aos formulários de candidatura, a Comissão pediu uma particular atenção à apresentação completa das informações, bem como ao seguimento das orientações do seu Guia "Análise Custo-Benefício" (ver também ponto 10.). Como conclusão foi acordado que as autoridades nacionais apresentarão à Comissão uma actualização da lista de projectos a serem submetidos, bem como o respectivo calendário.
4. Missões de auditoria	O IFDR e a IGF procederam a uma apresentação detalhada das auditorias já efectuadas ou a decorrer, em termos de sistemas de gestão e controlo, sistemas de informação e operações. A Comissão reconheceu a dimensão elevada do esforço de auditoria efectuado, sublinhou a importância desta dimensão dos Fundos, e ainda a necessidade de serem devidamente tomadas em consideração pela gestão dos POs as conclusões resultantes das auditorias.
5. Balanço de aplicação dos critérios de selecção	As autoridades nacionais apresentaram detalhadamente os resultados do exercício de balanço da aplicação dos critérios de selecção, com base no estudo de avaliação sobre o modelo de elaboração dos regulamentos específicos dos POs FEDER e Fundo de Coesão, concluído em Maio de 2010 e já divulgado, e com base na análise sobre o processo de selecção e o princípio da selectividade realizada no âmbito da monitorização regularmente promovida pela Comissão Técnica de Coordenação do QREN. A Comissão sublinhou a riqueza das informações prestadas, bem como a necessidade de uma

	discussão mais aprofundada sobre este ponto, nomeadamente aquando da realização das próximas Comissões de Acompanhemos dos POs 2007/2013, e da apresentação de um "plano de acção" para aplicar e concretizar esses resultados, tendo em conta nomeadamente o facto que um exercício de actualização das operações aprovadas terá lugar.
6. Empréstimo quadro do BEI.	Foi feita, pela Comissão e pelas autoridades nacionais, uma apresentação do contexto em que se realiza o "Empréstimo Quadro" do BEI a Portugal. Este é um instrumento extremamente importante, sendo de realçar que é a primeira operação deste tipo a ser decidida no que diz respeito à implementação de um QREN num Estado-Membro.
7. Ponto de situação da iniciativa JESSICA	Foi feito, pela Comissão e pelas autoridades nacionais, um ponto de situação sobre a inic... JESSICA em Portugal. Este é um instrumento de engenharia financeira promovido pela Comissão e desenvolvido pelo BEI, tendo em vista investimentos em projectos inseridos em intervenções integradas de regeneração urbana, e que se concretiza na mobilização de Fundos estruturais comunitários, numa óptica de financiamento reembolsável, através de empréstimos, garantias e participações de capital. Foi constatado na reunião o ritmo satisfatório actual, após alguma estagnação inicial, e a boa resposta ao concurso para identificação dos Fundos de Desenvolvimento Urbano, lançado em 6 de Novembro de 2010. O ON.2 bem como outros POs regionais referiram o facto de as regras de elegibilidade excluírem a habitação, o que pode ser demasiado restritivo.
8. Próximas actividades (reprogramações)	As autoridades portuguesas informaram que, tendo em conta as disposições do artigo 33° do Regulamento 1083/2006, e na sequência de alterações socioeconómicas significativas, para antecipar previsíveis dificuldades de execução por força de restrições orçamentais, como resposta à crise económica e financeira, e ainda para favorecer adequados níveis de execução dos POs, um exercício de reprogramação será lançado a curto prazo. Actualmente, este exercício encontra-se num nível inicial de identificação de opções estratégicas e de orientações operacionais pela CMC do QREN. A Comissão afirmou estar de acordo com um exercício global de reprogramação, sendo que ele deveria tomar em consideração o facto que a estratégia global do QREN foi considerada como sendo correcta aquando da elaboração do "Relatório Estratégico", a necessidade de justificar devidamente qualquer proposta de modificação (tomando em conta os elementos acima citados, bem com os resultados preliminares das avaliações) e que seria útil uma discussão prévia e técnica com a Comissão, antes de serem realizadas opções definitivas. Neste contexto, o representante da DG ENVIRONMENT (DG ENV) fez uma intervenção sobre os aspectos ambientais a ter em conta aquando das modificações dos POs, recordando que os diferentes POs portugueses do período 2007/2013 (como os dos outros Estados-Membros) foram submetidos a um procedimento de avaliação ambiental estratégica antes da sua aprovação, nos termos da Directiva 2001/42/CE (SEA). Foi assim conseguida uma melhor integração das considerações ambientais no quadro da política de coesão comunitária. A DG ENV referiu ainda a carta conjunta das DGs REGIO e ENV enviada aos Estados-Membros em 30 de Setembro de 2008, para recordar entre outros assuntos as obrigações decorrentes da citada Directiva no contexto de modificações futuras dos POs. Neste quadro, a DG ENV assinalou que as autoridades nacionais devem reflectir e, se necessário, analisar a necessidade de realizar uma revisão da avaliação ambiental estratégica aquando de cada modificação de um PO (screening). Sendo assim, a DG ENV sublinhou que, mesmo se uma atitude pragmática e um exame caso a caso se impõem, as autoridades portuguesas devem tomar sempre em consideração a eventual aplicação da Directiva 2001/42/CE no contexto de cada modificação dos POs 2007/2013. Elas deverão assim incluir uma análise a este propósito em cada proposta apresentada à Comissão.

9. Diversos	- "Core indicators": a Comissão fez uma apresentação geral sobre a temática dos "core indicators". No que diz respeito a Portugal, foi referido que para todos os POs (excepto Assistência Técnica) os indicadores foram introduzidos no sistema SFC2007. No entanto, as metas não estão ainda estabelecidas e a informação transmitida referem-se a valores contratualizados e não a valores executados (sendo esta última a opção indicada no "Working document" n° 7 sobre esta temática). A Comissão solicitou às Autoridades de Gestão uma verificação detalhada dos dados introduzidos, para evitar lapsos a nível das unidades de medida e duplas contagens. - Eventos anuais: foi recordada a necessidade de se organizar anualmente, a nível de cada um grande evento público de informação, e neste contexto a Comissão solicitou o envio anu um calendário global (todos os POs). No que respeita ao corrente ano, será necessário indic eventos já realizados e aqueles que ainda deverão realizar-se em 2010.
10. Encontros bilaterais DG REGIO/AG	- A Comissão agradeceu às Autoridades de Gestão o esforço significativo feito na melhoria da estrutura e da qualidade dos relatórios anuais de execução e considerou que os pontos mais importantes a mencionar relativamente aos POs regionais tinham sido já mencionados na sessão geral do Encontro anual. - Alguns POs referiram que consideravam urgente uma reprogramação, nomeadamente no que respeita à alteração das taxas de co-financiamento e à necessidade de reforço do financiamento para as escolas básicas, uma vez que este último será agora assumido pelos POs regionais e não pelo POVT.
11. Avaliação da implementação do QREN e repercussões nos PO	O Observatório do QREN, enquanto responsável pela coordenação da Rede de Avaliação do QREN, apresentou o sistema de avaliação em Portugal e as principais características do seu plano de avaliação. O primeiro ciclo de avaliação incidiu sobre questões operacionais e está praticamente finalizado. O segundo ciclo terá início em 2011 e terá como objectivo avaliar os resultados das intervenções que apresentam maior taxa de execução. Seguiram-se apresentações de ponto de situação do exercício das avaliações e follow-up das respectivas recomendações, no plano Fundo, pelo IFDR, e no âmbito de cada PO, realizadas por cada uma das Autoridades de Gestão. A Comissão informou os participantes sobre as avaliações e actividades de outras redes planeadas ou já implementadas em 2010/2011 e apresentou os principais resultados da avaliação ex-post da Política de Coesão no que respeita, em particular, aos transportes e meio ambiente. No que diz respeito ao FEDER, a apresentação dos principais resultados e implicações de políticas foi completada por uma referência a estudos de casos específicos que no que diz respeito à Região Norte incidiu sobre a área do Ambiente. A Comissão afirmou que uma avaliação demasiadamente global dos POs, no passado, nem sempre se traduziu em resultados totalmente credíveis. É por este motivo que é muito importante ser selectivo e avaliar tematicamente, através da definição de questões específicas, bem como da utilização de métodos igualmente específicos para cada área temática.

Secretariado Técnico

O Secretariado Técnico do ON.2 foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros 25/2008 de 13 de Fevereiro, rectificada pela Declaração de Rectificação 19-B/2008 de 11 de Abril, e

alterada pela Resolução do Conselho de Ministros 72/2008 de 30 de Abril. A sua estrutura orgânica foi aprovada pela Comissão Ministerial de Coordenação do QREN, sendo dirigidos por cinco secretários técnicos, nomeados pelo Despacho 15470/2008 de 4 de Junho e pelo Despacho 19302/2008 de 21 de Julho, ambos do Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Ao Secretário Técnico de Acompanhamento Global compete apoiar os órgãos de governação do ON.2, nomeadamente a Comissão Directiva, estando na dependência directa do Gestor. É o responsável pela apresentação das propostas de deliberação, validação e eficácia, sendo responsável pela sua divulgação, bem como pelo relacionamento do ON.2 com os órgãos de governação do QREN. No exercício das suas funções é apoiado pelos restantes Secretariados Técnicos.

Ao Secretário Técnico de Apoio Jurídico, Contencioso, Auditorias e Gestão Financeira compete dar apoio técnico à Comissão Directiva e aos restantes Secretariados no domínio do apoio jurídico, contencioso, coordenação de auditorias e gestão financeira, estando na dependência da Comissão Directiva.

Ao Secretário Técnico da Competitividade dos Territórios e das Políticas de Cidades, ao Secretário Técnico do Conhecimento, da Inovação e Valorização Económica dos Recursos e ao Secretário Técnico dos Sistemas de Incentivos compete a verificação e emissão de parecer sobre a aceitabilidade da admissão das candidaturas a financiamento pelo PO, e a análise do seu mérito, bem como o acompanhamento da sua execução tendo em conta a disciplina jurídica aplicável. Assim, são responsáveis pela preparação e validação final, no plano técnico:

- do conteúdo dos Avisos de Abertura de Concurso, tendo em consideração as orientações para o efeito emitidas pela Comissão Directiva;
- da análise da admissibilidade e aceitabilidade das operações e dos Beneficiários;
- da atribuição do mérito, comunicação da aprovação e contratualização;
- da análise dos aspectos técnicos e físicos da execução das operações, quer em sede de verificação dos pedidos de pagamento quer do acompanhamento no local das operações.

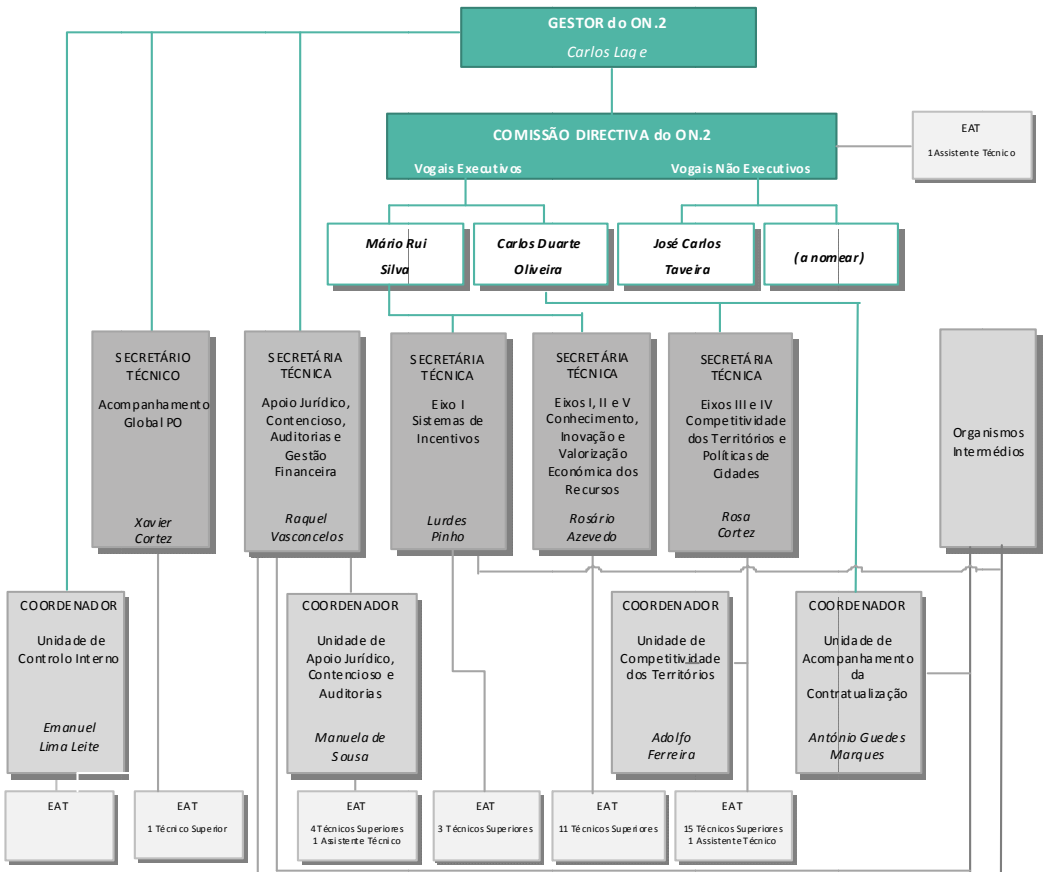
No que respeita ao Secretariado Técnico do Sistema de Incentivos, ainda que as tarefas de gestão inerentes ao ciclo de vida das operações sejam em grande medida desenvolvidas por Organismos Intermédios, nos termos legais dos protocolos celebrados, e do 'Manual de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos', compete a este Secretariado Técnico, o desempenho designadamente das seguintes funções:

- participação nas tarefas de gestão operacional dos Sistemas de Incentivos (SI) desenvolvidas pela Rede dos Incentivos QREN, designadamente no que concerne a elaboração de AAC, Orientações Técnicas e de Gestão, Manuais de procedimentos, etc.
- colaboração com os Organismos Intermédios no desenvolvimento de todas as tarefas relacionadas com a gestão do ciclo de vida dos projectos;
- supervisão das tarefas desenvolvidas pelos Organismos Intermédios;
- colaboração nas funções de avaliação e monitorização do ON2, designadamente através da recolha e tratamento de informação sobre execução física e financeira dos SI, bem como na preparação de relatórios de execução do Programa;
- colaboração na promoção de iniciativas de informação/divulgação dos Sistemas de Incentivos e serviços de atendimento a promotores (linha de atendimento e email)
- preparação de relatórios com informação de apoio à gestão do programa.

Para além dos Secretariados Técnicos, o Presidente da Comissão Directiva nomeou igualmente quatro Coordenadores de equipas multidisciplinares, nos termos dos n.ºs 6 e 7 do Anexo IV da Resolução do Conselho de Ministros 25/2008, os quais são responsáveis pelas seguintes áreas: controlo interno, contratualização, jurídica e auditorias, e valorização do território.

O organograma da autoridade de gestão é o seguinte:

Figura 2.45 - Organograma da Autoridade de Gestão



A 31 de Dezembro o Secretariado Técnico do ON.2 era constituído por 79 membros, sendo 56 do sexo feminino, cinco das quais em funções dirigentes ou de coordenação, e 23 do sexo masculino, quatro dos quais em função dirigente ou de coordenação. A sua área de formação académica era a seguinte:

Quadro 2.25 – Formação académica e distribuição por género

SEC. TÉCNICO / UNIDADE ORGÂNICA	FORMAÇÃO ACADÉMICA										GÉNERO		
	Técnicos Superiores (Secretários, Coordenadores e Técnicos)								Assistentes Técnicos	TOTAL	Mulheres	Homens	TOTAL
	Economia, Gestão, Contabilidade, Administração e afins	Engenharia Civil, Arquitectura, Geografia e afins	Direito, Auditoria e afins	Psicologia, Sociologia e afins	Engenharia de Sistemas e afins	Comunicação, Marketing e afins	Outras áreas de formação	Total					
ESTRUTURA TÉCNICA DO ON.2	29	22	8	4	2	2	7	74	5	79	56	23	79

Tendo consciência de que o sucesso da boa gestão do ON.2 depende de uma boa formação dos seus recursos humanos, como principal activo do PO, foi elaborado um plano de formação plurianual que prevê acções de formação em: agendas temáticas, ajudas de Estado, análise de candidaturas, atendimento, auditoria, contratação pública, controlo interno, fiscalidade, informática, língua estrangeira, metodologia de avaliação de projectos, políticas comunitárias de ambiente, projectos geradores de receitas, sistemas de informação e técnicas de comunicação.

Ao longo de 2010 a AG promoveu um conjunto de acções de formação, sobre várias temáticas, nomeadamente sobre contratação pública, as quais foram frequentadas por vezes pelos mesmos técnicos, dada a relevância dessa matéria e o facto de haver sempre matéria a abordar.

Sublinhe-se igualmente que a formação das equipas de apoio técnico da AMP/CIM foi uma preocupação permanente da AG, tendo os seus técnicos sido incluídos em acções de formação da AG. Em conjunto com o IFDR, no âmbito do Memorandum de Entendimento entre o Governo e a ANMP, foram dadas acções de formação sobre contratação pública, promovidas pelo INA – Instituto Nacional de Administração.

2.7.3. Comissão de Aconselhamento Estratégico

A Comissão de Aconselhamento Estratégico é o órgão de aconselhamento estratégico da execução do ON.2, reportando, através do membro do Governo responsável pelo desenvolvimento regional, à CMC dos PO regionais do continente; é presidida por este membro do Governo – actualmente o Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e do Desenvolvimento – e composta pelo membro do Governo responsável pelas autarquias locais, o Presidente da CCDR Norte, o Presidente do Conselho da Região, um representante das instituições de ensino superior, empresariais e sindicais e por um representante de cada associação de municípios de nível NUT III.

Durante o ano de 2010 não se realizaram reuniões da Comissão de Aconselhamento Estratégico.

2.7.4. Comissão de Acompanhamento

A Comissão de Acompanhamento é o órgão que assegura a qualidade da execução e o acompanhamento do ON.2. Durante o ano de 2010 realizaram-se uma reunião da Comissão de Acompanhamento do ON.2, e duas consultas escritas.

Quadro 2.26 – Deliberações da Comissão de Acompanhamento

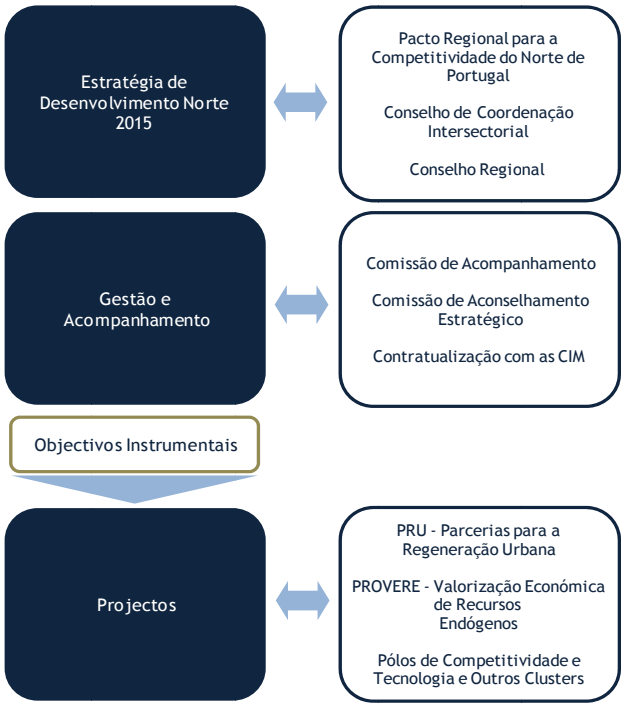
DATA DA DELIBERAÇÃO	FORMA		DELIBERAÇÕES	OBSERVAÇÕES
	Reunião	Consulta Escrita		

18-06-2010	X		Alteração do nº 1 do artigo 5º do Regulamento Interno Aprovação do Relatório de Execução de 2009	A alteração do Regulamento Interno visou alterar o nº 1 do artigo 5º no sentido de a Comissão passar a ter uma reunião ordinária por ano, em vez das duas anteriores. O Relatório de Execução foi aprovado por unanimidade. Durante a reunião os membros da Comissão de Acompanhamento fizeram uma análise sobre a situação económica e financeira do País e mundial, e o seu impacto na execução do PO. A execução do ON.2 registada em 2009, as perspectivas para o ano em curso e o plano de comunicação foram objecto de apresentações, Foi também abordado o actual estado do sistema de gestão e controlo. As apresentações efectuadas incidiram sobre o Plano de Comunicação, a estratégia regional "NORTE 2020", a iniciativa JESSICA, bem como as boas práticas regionais e a cooperação inter-regional.
19-10-2010		X	Aprovação dos critérios de selecção aplicáveis aos Fundos de Desenvolvimento Urbano / Iniciativa JESSICA.	
28-10-2010		X	Alteração aos critérios de selecção das operações de requalificação da Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação pré-escolar	Na sequência da alteração ao regulamento Específico aprovada pela CMC dos PO regionais do continente, no sentido de o ON.2 passar a abranger igualmente o financiamento das escolas básicas 2,3 e as escolas básicas integradas.

2.7.5. Parcerias

Nos termos do número 2 do Artigo 11º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, o desenvolvimento de trabalhos em parceria abrangem a preparação, a execução, o acompanhamento e a avaliação dos programas operacionais.

No caso do ON.2 – "O Novo Norte", a consecução desta parceria a esses diferentes níveis, envolvendo os parceiros mais representativos ao nível da Região do Norte, em termos sectoriais e territoriais, encontra-se esquematizada na figura seguinte.



Parcerias de nível estratégico

Ao longo do ano de 2010, merece particular destaque o desenvolvimento do Documento "Norte 2020 – Competitividade & Convergência", que revisita e redesenha a visão e prioridades de desenvolvimento actuais (definidas no exercício "Norte 2015"), considerando simultaneamente a natureza disruptiva da actual crise e o contexto recente configurado pelas políticas públicas nacionais de contenção da despesa pública. O referido documento integra e torna mais coerentes o diagnóstico e contributos que resultaram das iniciativas do Pacto Regional para a Competitividade do Norte de Portugal e suas "Agendas Temáticas Prioritárias" (Internacionalização, Inovação, Acolhimento Empresarial, Empregabilidade, Mar, Saúde, Moda, Indústrias Criativas, Turismo, Mobilidade, Transportes e Logística; Região Digital; Energia; Ambiente; Cidades e Urbanismo; Desenvolvimento Rural) e do Plano Regional do Ordenamento do Território do Norte e seu Programa de Acção.

Figura 2.46 – Ciclo de Planeamento da Região do Norte

Os contributos do Pacto Regional para a Competitividade do Norte de Portugal – traduzidos em planos de acção concretos, com referenciais de financiamento do investimento público e privado – e a análise aos primeiros resultados da aplicação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e do Programa Operacional Regional do Norte ("ON.2 – O Novo Norte") permitem acalentar uma melhoria dos níveis de integração e de coerência das acções a desenvolver. Neste contexto, salienta-se em 2010, em particular:

A actualização do documento síntese e integração transversal do Pacto Regional "Norte 2020 - Competitividade & Convergência" enquanto exercício de cooperação estratégica dos principais responsáveis e actores da Região, contemplando, por um lado, o reforço do nível de articulação e coerência das estratégias e acções mais directamente relacionadas com a promoção da competitividade regional e, por outro, a incorporação de metas para o horizonte Norte 2020. Esta Iniciativa procura, assim, numa perspectiva amplamente participada, delinear estratégias, objectivos e acções de políticas públicas que actuem transversalmente sobre os seguintes factores críticos da competitividade regional: (i) Conhecimento, Inovação e Tecnologia; (ii) Actividades Económicas e Cadeia de Valor; (iii) Internacionalização; (iv) Empregabilidade; (v) Território e Cidades; (vi) Conectividades; (vii) Ambiente e Sustentabilidade. Pretendendo manter a metodologia de forte envolvimento dos principais actores regionais e de escrutínio público, foi promovida uma sessão de trabalho e de debate com um conjunto de actores chave do desenvolvimento regional (Comunidades Intermunicipais / Junta Metropolitana, Universidades, responsáveis pelos Pólos de Competitividade e Tecnologia / Clusters Regionais, Associações Empresariais e Personalidades da Região, etc.).

A organização do Seminário "Europa 2020: Nova Estratégia, Novos Instrumentos de Financiamento", que contou com a intervenção de um reputado conjunto de representantes da Comissão Europeia, personalidades e especialistas, bem como de deputados do Parlamento Europeu. Subordinado ao tema das políticas comunitárias de competitividade e

coesão da estratégia "Europa 2020", este evento – que envolveu mais de 300 participantes - teve como objectivo trazer a Portugal e à Região Norte informação relevante e promover o debate público sobre o futuro desenho de políticas de desenvolvimento regional, no actual contexto socioeconómico e no horizonte temporal subsequente à execução do QREN e do ON.2 - O Novo Norte.

A dinamização e o seguimento das iniciativas que integram as Agendas Prioritárias do Pacto Regional para a Competitividade do Norte de Portugal, destacando-se, a título de exemplo, a articulação com correspondentes as entidades gestoras, ou as acções de acompanhamento da implementação da estratégia e dos programas de acção dos Pólos de Competitividade e Tecnologia e Clusters Regionais sedeados na Região do Norte, reconhecidos no âmbito das Estratégias de Eficiência Colectiva do QREN.

O trabalho de parceria tem sido assegurado, também, com o Conselho de Coordenação Intersectorial (onde estão presentes os dirigentes dos serviços desconcentrados, na região NUTS II Norte, da Administração Central), instituído pelo Decreto-Lei nº 134/2007 de 27 de Abril e o Conselho Regional (onde estão representados os 86 Municípios da Região do Norte bem como outras entidades que vão desde universidades, associações sócio-económicas e sócio-profissionais, a ONG nas áreas do ambiente e, genericamente, do desenvolvimento rural e local). Nestes órgãos, que se reuniram, respectivamente, três vezes e uma vez durante o ano de 2010, procedeu-se não só à análise da implementação do Pacto Regional para a Competitividade da Região do Norte, como ao escrutínio da execução do ON.2, dos PO Temáticos e do PRODER na Região do Norte.

Durante o ano de 2010, no que diz respeito ao Conselho de Coordenação Intersectorial (CCI), foram efectuadas em todas as suas reuniões (24 de Março, 13 de Julho e 15 de Dezembro) debates, envolvendo a participação quer dos responsáveis dos serviços desconcentrados, quer do Comité Permanente do Conselho Regional, sobre a evolução da conjuntura sócio-económica e sobre a aplicação dos fundos estruturais do QREN na Região do Norte. Na reunião de Março foi, ainda, apresentada a iniciativa "Norte 2020 - Competitividade & Convergência". Posteriormente, a reunião de Julho foi dedicada ao tema chave "Formação na Administração Desconcentrada do Estado", tendo sido realizado, neste contexto, o ponto de situação sobre a participação dos serviços desconcentrados no âmbito do Grupo de Trabalho "Novas Oportunidades na Administração Pública Desconcentrada da Região do Norte" (GTNO-CCI, criado com o objectivo geral de capacitar de forma adequada os actores das políticas públicas de desenvolvimento regional). Por fim, na reunião de Dezembro foram efectuadas diversas intervenções sectoriais subordinadas ao tema chave "Que coordenação de acções públicas ao nível regional para melhorar a situação do

Emprego na Região do Norte?", sendo de destacar nesta abordagem a vertente do Investimento Empresarial, Empregabilidade e Empreendedorismo.

Paralelamente à organização das reuniões de trabalho referenciadas, foram ainda desenvolvidos outros trabalhos de natureza intersectorial, dos quais passamos a destacar:

- Dinamização do Grupo de Trabalho "Novas Oportunidades nos Serviços Desconcentrados da Região do Norte", nomeadamente: (i.1) Realização de reuniões preparatórias dos trabalhos a desenvolver pelo núcleo restrito GTNO-CCI (DREN, IEFP e CCDR-N); (i.2) Realização de 2 reuniões com os dirigentes e interlocutores dos serviços desconcentrados que integram o CCI; (i.3) Acção de encaminhamento dos interessados para os Centros de Novas Oportunidades (CNO) seleccionados; (i.4) Alargamento da iniciativa à Administração Regional de Saúde do Norte;

- Realização de Reuniões Bilaterais com os diferentes serviços desconcentrados (21) presentes no Conselho de Coordenação Intersectorial, no sentido de se proceder à caracterização do seu âmbito de intervenção, das suas competências e das necessidades de articulação intersectorial na dinamização das estratégias do desenvolvimento regional.

Relativamente ao Conselho Regional (CR) da CCDR-N, na sua reunião plenária, realizada em Janeiro de 2010, procedeu-se, de igual modo, a acções de informação e debate sobre a conjuntura económica regional e sobre a aplicação do QREN e do PRODER na Região do Norte, envolvendo uma participação muito significativa da generalidade dos principais actores regionais. Do conjunto das actividades realizadas destaca-se a dinamização da iniciativa "Promover a Coesão, Descentralizar o Estado, Desenvolver as Regiões", através do apoio à:

Organização do Seminário Internacional "Promover a Coesão, Descentralizar o Estado, Desenvolver as Regiões: Que desafios em Portugal e na Europa?"," envolvendo a participação de um reputado conjunto de especialistas e mais de 250 personalidades. Através de um conjunto de testemunhos sobre experiências nacionais e europeias, esta iniciativa permitiu debater os desafios actuais da coesão territorial, de modernização e descentralização do Estado e do desenvolvimento das Regiões, no contexto português e comunitário. A análise comparativa de diferentes modelos e experiências internacionais, designadamente ao nível do modelo de governação, da distribuição de competências entre diferentes níveis de administração pública e do financiamento, contribuiu para identificar os exemplos mais pertinentes, quer pelas semelhanças face ao contexto nacional, quer pelas

boas práticas na modernização do Estado, assim como pelo seu impacto no sucesso das políticas de coesão, no desenvolvimento regional e na aplicação mais eficaz dos fundos estruturais da União Europeia em Portugal.

Coordenação e organização de 9 de workshops temáticos envolvendo mais de 150 personalidades e instituições, designadamente: Workshop "Competências I - As Pessoas"; Workshop "Competências II - As Actividades Económicas"; Workshop "Competências III - O Território"; Workshop "Financiamento"; Workshop "Modelo de Governação"; Workshop "As Profissões"; Workshop "As Instituições Territoriais"; Workshop "Pólos e Clusters"; Workshop "Comunicação Social & Espaço Público";

Elaboração de um conjunto de documentos sobre os diversos modelos de governação e sobre as políticas públicas de desenvolvimento regional, destacando-se os seguintes títulos: "As Competências e os Modelos de Financiamento das Regiões Administrativas na Europa: Análise Comparativa de Cinco Países" e "A Coordenação da Administração Territorial Desconcentrada em França: A Reforma em Curso e o Papel dos Prefeitos Regionais".

Importa ainda referenciar a dinamização da iniciativa "Norte + Próximo" enquanto processo contínuo de concertação territorial de prioridades de políticas públicas ao nível sub-regional, desenvolvido em estreita parceria com o Conselho Regional, com as Comunidades Intermunicipais (CIM's), a Junta Metropolitana do Porto (JMP) e com os principais sectores da Administração Central pertinentes para cada um dos espaços territoriais da Região do Norte. Durante o ano de 2010, em todos os encontros territorialmente desconcentrados (31 de Maio, 16 de Junho e 30 de Junho), tiveram lugar debates sobe a evolução da conjuntura socio-económica na Região Norte e nos respectivos subespaços territoriais, bem como abordagens sobre temas específicos estritamente relacionados com cada subespaço territorial, destacando-se, a "Paisagem, Ambiente e Biodiversidade" (no Douro), a "Equidade, Coesão Territorial e Social" (em Alto Trás-os-Montes) e a "Rede Sub-regional de Acessibilidades" (no Ave e Cávado). No final, resulta sempre destes encontros um reporte no sentido de melhorar a eficácia e a eficiência de aplicação dos múltiplos instrumentos de políticas públicas (regionais, nacionais e comunitários) às realidades concretas e específicas de cada subespaço regional.

As diversas iniciativas anteriormente descritas constituem, assim, um instrumento fundamental para reforçar o "empowerment" das instituições e agentes locais e regionais em torno da execução, monitorização e avaliação das políticas de coesão e desenvolvimento regional no Norte de Portugal.

Parcerias ao nível da gestão e acompanhamento

No que respeita à gestão e acompanhamento do ON.2 – "O Novo Norte", a dinamização do trabalho de parceria exerceu-se, fundamentalmente, em duas instâncias: na Comissão de Aconselhamento Estratégico e Comissão de Acompanhamento; com as constituições definidas, respectivamente, nos Artigos 41º e 42º do Decreto-Lei n.º 74/2008 de 22 de Abril.

Durante este exercício, a Comissão de Acompanhamento reuniu-se uma vez (18-6-2010), tendo-se efectuado, ainda, duas consultas escritas (19-10-2010 e 28-10-2010) a esse órgão (Cfr. ponto respeitante à "Comissão de Acompanhamento").

Durante o ano de 2010 não se realizaram reuniões da Comissão de Aconselhamento Estratégico.

Depois de constituído em finais de 2008, em 2010, o Observatório das Dinâmicas Regionais passou a desenvolver, em ritmo cruzeiro, as suas actividades, destacando-se: (i) O desenvolvimento do "site" respeitante ao Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte" (o "site" e respectivos conteúdos encontram-se definidos, embora continue "off line"); (ii) a elaboração dos boletins "Norte Conjuntura" respeitantes aos quatro trimestres do exercício; (iii) a elaboração das Sínteses Temáticas respeitantes ao "Emprego e Desemprego na Região do Norte" e "Contexto Económico, Social e Territorial na Região do Norte"; (iv) a actualização do sistema de indicadores estatísticos organizados por NUTS III disponível, desde há cerca de 4 anos, no "site" da CCDR-N e que irá ser transferido para o "site" do Observatório; (v) a preparação de todos os elementos indispensáveis para a disponibilização dos "Indicadores de Monitorização do Contexto em que se Desenvolvem as Políticas", disponibilizados pelo INE (estes elementos encontram-se "off line") e designação pela Secção de Estatísticas de Base Territorial para a Sessão Restrita responsável pela sua revisão; (vi) a elaboração do artigo "Fundos Estruturais e Convergência Real: Estudo de Caso do Programa Operacional da Região do Norte 2000-2006" apresentado na Secção de Estatísticas de Base Territorial e no "workshop" organizado pela APDR em Coimbra, e que se encontra para edição no livro de "Estudos de Caso de Desenvolvimento Regional", depois de devidamente aprovado pelo respectivo editor (Prof. Rui Nuno Baleiras); (vii) a negociação e estabilização dos indicadores comuns nacionais e comunitários e respectiva meta-informação do ON.2 e estabelecimento das respectivas metas para 2010 e 2015; (viii) a elaboração do Caderno de Encargos da "Avaliação da Operacionalização do ON.2", lançamento do respectivo concurso, adjudicação do trabalho e acompanhamento do seu

desenvolvimento (no âmbito do Grupo de Acompanhamento, com a Autoridade de Gestão do ON.2, IFDR e Observatório do QREN); (ix) a participação nas diversas reuniões da Rede de Interlocutores de Avaliação e no "follow up" da "Avaliação do QREN"; (x) a participação na revisão do "Plano de Avaliação do QREN e dos PO" e elaboração da revisão do "Plano de Avaliação do ON.2, aprovados pelas respectivas Comissões Ministeriais de Coordenação; (xi) a elaboração de contributos para o Relatório de Monitorização Estratégica do QREN, da autoria do Observatório do QREN; (xii) a elaboração de quatro relatórios trimestrais respeitantes à "Monitorização do QREN na Região do Norte"; (xiii) a participação no Comité de Acompanhamento do PRODER; (xiv) a participação no Comité de Acompanhamento do PROMAR; (xv) a participação em todas as reuniões do Comité de Acompanhamento da Rede Rural Nacional e da Assembleia Rural Regional; (ix) a elaboração do documento de "Reprogramação das EEC PROVERE na Região do Norte" aprovado pela Comissão Directiva do ON.2; (xvi) a elaboração do "follow up" da "Avaliação Ambiental Estratégica do ON.2"; (xvii) a participação na elaboração do "follow up" da "Avaliação Ambiental Estratégica do QREN"; (xviii) o apoio na dinamização das iniciativas respeitantes à elaboração do documento "Norte 2020 – Competitividade & Convergência", ao "Norte + Próximo", à dinamização do Conselho de Coordenação Intersectorial (CCI) e do Conselho Regional; (xix) apoio à elaboração do Relatório de Execução do ON.2 de 2009.

A este nível importa sublinhar, por fim, o processo de contratualização com as Comunidades Intermunicipais (CIM), que integram, cada uma delas, todos os Municípios da respectiva NUTS III. Possibilidade estabelecida no "Modelo de Governação do QREN e dos Programas Operacionais" que foi efectivada em 2008, através da celebração dos contratos de delegação de competências com subvenção global. Em 2009, iniciou-se a execução deste processo e dos respectivos contratos através do lançamento dos primeiros "Avisos de Concursos", selecção de candidaturas, aprovação das operações e acompanhamento da sua execução física e financeira. O ano de 2010, no contexto da Contratualização, caracteriza-se pela alteração do modelo de governação definido anteriormente, onde as CIM/AMP, como organismos intermédios, assumem um papel estratégico no desenvolvimento e implementação de políticas públicas e na gestão do QREN, alteração essa que se traduziu na adopção de importantes medidas tendentes a promover e acelerar a execução dos investimentos de iniciativa municipal. (Cfr. Subcapítulo 3.6).

Parcerias ao nível das operações

Ao nível da execução, o ON.2 – "O Novo Norte" previa nas tipologias de beneficiários entidades de carácter federador (cujos associados são, eles próprios, associações), que incorporam este princípio da parceria na sua constituição e modelo de funcionamento. Foram sendo aprovadas diferentes candidaturas com promotores desta natureza.

Mas, este Programa contém linhas de política que prevêem especificamente a promoção de parcerias de carácter regional. São os casos mais emblemáticos das PRU - "Parcerias para a Regeneração Urbana" e as RUCI ?(Cfr. Subcapítulo 3.4), do PROVERE – "Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos" (Cfr. Subcapítulo 3.2) e dos "Pólos de Competitividade e Tecnologia" e " Outros Clusters" (neste caso, com partilha de responsabilidades entre vários Programas, sendo o POFC o programa competente nos termos do regulamento de Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva).

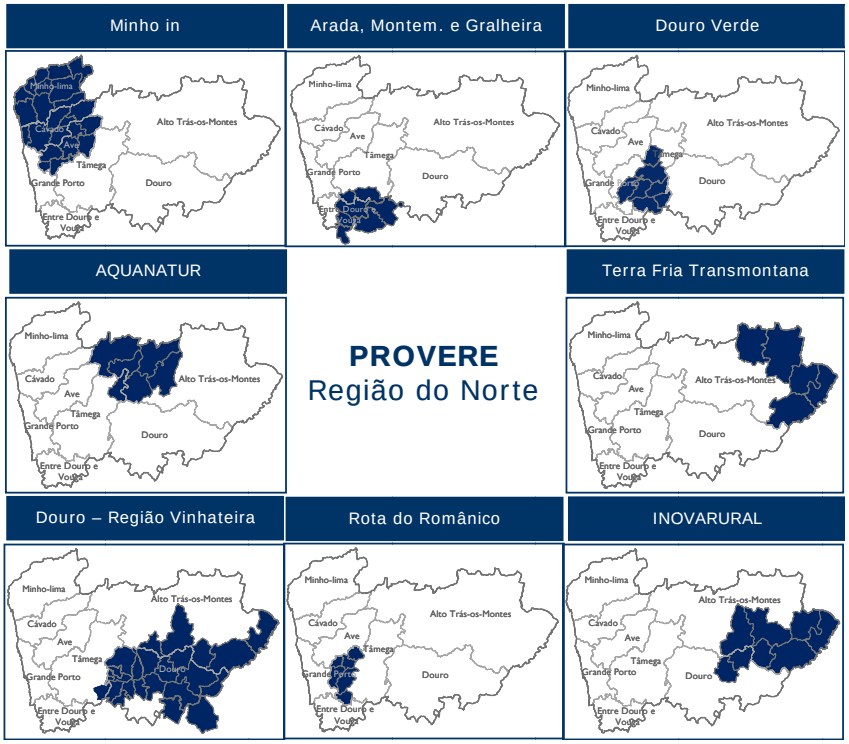
As PRU integram-se no Eixo Prioritário 4 do ON.2 – "O Novo Norte" e constituem um instrumento da Política de Cidades Polis XXI. Dinamizadas desde a concepção à execução por uma parceria local, apresentam os seguintes objectivos específicos: a) Promover a coesão e a inclusão sociais, a integração e a igualdade de oportunidades das diferentes comunidades que constituem a cidade; b) Promover os factores de igualdade entre homens e mulheres; c) Estimular a revitalização sócio-económica de espaços urbanos degradados; d) Qualificar o ambiente urbano e os factores determinantes da qualidade de vida da população; e) Reforçar a atractividade das cidades através da preservação e valorização de espaços de excelência urbana e f) Reforçar a participação dos cidadãos e inovar nas formas de governação urbana através da cooperação dos diversos actores urbanos.

No que se refere aos PRU, foram assinados 36 Protocolos de Parceria para a Regeneração Urbana (menos um do que em 2009 por rescisão de um protocolo),tendo já sido aprovadas 91 intervenções, sendo 55 intervenções integradas de requalificação urbana. Complementarmente, no âmbito das ARDU – Acções de Regeneração e Desenvolvimento Urbano, foram aprovados, até esta altura, 90 projectos empresariais, envolvendo um co-financiamento FEDER de 9.363.445€.

O PROVERE é uma das Estratégias de Valorização Económica de Base Territorial estabelecidas no regulamento de Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva. Destina-se aos territórios com menores oportunidades de desenvolvimento por causa da sua baixa densidade (populacional, institucional, de relações económicas e sociais, etc.). Através deste programa, pretende-se estimular iniciativas dos agentes económicos orientadas para a melhoria da competitividade territorial, visando dar valor económico a recursos endógenos tendencialmente inimitáveis (recursos naturais, património histórico, saberes tradicionais,

etc). Os PROVERE são dinamizados, desde a fase inicial de planeamento até à sua implementação e monitorização, por uma parceria (com a forma jurídica de um consórcio) envolvendo os principais actores responsáveis pela execução do respectivo Programa de Acção, sejam eles entidades públicas, associações ou empresas.

Figura 2.47 – PROVERE Região do Norte



Em 25 de Julho de 2009, foram subscritos os Despacho de Reconhecimento, pelos Ministros envolvidos, das 8 Estratégias de Eficiência Colectiva PROVERE da Região Norte. Ainda em 2009 foi aberto o Convite para apresentação de Pré-candidaturas para os "Projectos de Acompanhamento, Monitorização e Gestão da Parceria de EEC PROVERE", destinado exclusivamente entidades líderes dos consórcios PROVERE cujos Programas de Acção foram reconhecidos no âmbito do Regulamento de Enquadramento das EEC.

Em 2010 (entre 15-4-2010 e 30-7-2010), decorreram os concursos para a apresentação de candidaturas (Convites públicos EEC PROVERE/PA/1/2010 e EEC PROVERE/PC/1/2010) de projectos-âncora e dos projectos complementares integrados nos "Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos" (programas adiante designados por EEC PROVERE). No caso dos projectos complementares o concurso abrangeu apenas duas das

oito EEC POVERE reconhecidas formalmente como enquadradas no Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013: Aquanatur – Complexo Termal do Alto Tâmega e Montemuro, Arada e Gralheira. Ao mesmo tempo decorreram os concursos dos Sistemas de Incentivo para aprovações de projectos empresariais incluídos nestes PROVERE.

Neste momento, encontram-se aprovados 30 projectos de iniciativa pública, com um FEDER de 19.239.885€, e 13 projecto de iniciativa empresarial, envolvendo um montante FEDER de 13.259.70€.

Também em 2009, decorreu todo o processo que culminou com o reconhecimento formal de 19 Pólos de Competitividade e Tecnologia e Outros Clusters (previstos no regulamento de Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva). Este processo envolveu a CCDR-N e a Autoridade de Gestão do ON.2 em diferentes etapas: na dinamização dos actores regionais, na avaliação das candidaturas na Comissão de Avaliação, na análise dos projectos previstos nos respectivos Programas de Acção e emissão de pareceres sobre seu enquadramento futuro no ON.2 – "O Novo Norte".

Destas Estratégias de Eficiência Colectiva, 10 ficaram sedeadas na Região do Norte: 6 Pólos ("Saúde", "Moda", "Agro-Industrial", "Indústrias de Base Florestal", "Automóvel e Mobilidade" e "Tecnologias de Produção") e 4 Clusters ("Mar", "Indústrias Criativas", "Vinhos" e "Mobiliário"). Em 2009, foram já lançados pela Autoridade de Gestão do ON.2 alguns "Avisos de Concursos" tendo em vista a aprovação de projectos previstos nos Programas de Acção

dos Pólos de Competitividade e Tecnologia e Outros Clusters. Assim, no âmbito dos concursos lançados em 2009 foram aprovados projectos integrados no Cluster das Indústrias Criativas e no Cluster do Mar.

Em 2010 foram igualmente lançados "Avisos de concurso" tendo em vista a aprovação de projectos previstos nos Programas de Acção do Cluster das Indústrias Criativas e no Cluster das Empresas de Mobiliário de Portugal. Ao mesmo tempo decorreram os concursos dos Sistemas de Incentivo para aprovações de projectos empresariais incluídos nestas EEC.

Até ao momento, foram aprovados 4 projectos de iniciativa pública (Terminal de Cruzeiros e incubadora do Mar, do "Cluster do Mar", e Centro de Criatividade Digital e PINC, do "Cluster das Indústrias Criativas") com um FEDER de 37.797.856 €, e 83 projecto de iniciativa empresarial, envolvendo um montante FEDER de 36.504.900€.

O ON.2 e a discussão das parcerias ao nível europeu

A questão da parceria na concepção, gestão, acompanhamento avaliação dos Programas Operacionais tem vindo a ganhar uma importância crescente na regulamentação europeia respeitante à gestão dos fundos comunitários, sendo previsível que esta importância venha ainda a crescer no próximo período de programação. Se a regulamentação actual, nomeadamente o Artigo 11º do Regulamento (CE) N.º 1083/2006, de 11 de Julho de 2006, não estabelece a forma como, na prática, deve ser implementado este princípio da parceria, e, assim, o que se verifica é que este princípio é operacionalizado de forma muito diversa nos diferentes Estados Membros (em função da própria tradição e das práticas históricas de cada programa, assim como em função do âmbito ou temática de actuação de cada política), em períodos futuros esta regulamentação poderá ser muito mais restritiva e condicionadora da forma como as entidades parceiras deverão ser envolvidas na política de coesão de cada Estado-Membro.

De facto, tem existido, ao nível de várias entidades envolvidas nas questões europeias alguma preocupação em estudar esta temática e com as quais a CCDR-N e o ON.2, através do Observatório das Dinâmicas territoriais do Norte, tem colaborado. Assim, destacar a colaboração com a: (i) a rede IQ-Net realizada na Suécia e (ii) com o Comité Económico e Social Europeu.

(i) A IQ-Net (*Improving the Quality of Structural Fund Programming through the Exchange of Experience Network*) é uma rede que reúne parceiros regionais e nacionais de programas de

Fundos Estruturais de toda a União Europeia. Foi constituída em 1996 e é gerida pelo *European Policies Research Centre* (EPRC) da Universidade de Strathclyde de Glasgow. As organizações em parceria são sobretudo autoridades de gestão regionais e nacionais ou secretariados de programas. O seu objectivo é melhorar a qualidade da programação dos Fundos Estruturais através da partilha de experiências. A rede envolve um programa estruturado de investigação aplicada e debate, centrada em conferências bianuais.

Desde o início de Outubro de 2006, que Portugal integra a rede internacional IQ-Net. Esta participação é assegurada pelo Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP (IFDR) enquanto ponto focal para a disseminação de iniciativas e resultados alcançados pela rede.

A rede IQ-Net permite aos gestores de programas e respectivas parcerias a troca de experiência e a partilha de boas práticas sobre temas específicos relacionados com a concepção, entrega, gestão e avaliação dos programas dos Fundos Estruturais. Os parceiros da rede reúnem duas vezes por ano. As conferências são organizadas pelos parceiros numa base de rotatividade. O EPRC prepara documentação de briefing como base do debate de cada encontro, reunindo experiência comparativa de toda a UE. Para além de actualizações regulares sobre a evolução dos programas, também se abordam comunicações temáticas nas conferências.

A 27ª conferência desta rede teve lugar em Östersund – Are, na Suécia, entre os dias 2 a 4 de Dezembro de 2009, foi organizada pelo European Policies Research Centre (EPRC) com a colaboração da Tillväxtverket (Agência Sueca para o Desenvolvimento Regional e Económico). Esta conferência centrou-se na problemática da Parceria no período 2007-13, tendo sido dedicada, em especial, à análise e discussão da importância das Parcerias na concepção, implementação e avaliação da Política de Coesão. Foi, ainda, discutida a implementação dos programas de 2007-13, incluindo as medidas tomadas pela Comissão Europeia para responder à crise económica e financeira actual.

No âmbito da preparação desta conferência o IFDR solicitou a colaboração desta CCDR e Autoridade de Gestão do ON.2 para a preparação do contributo português para o relatório temático do EPRC dedicado ao tema partenariado. Este contributo, consubstanciado no preenchimento de um inquérito foi elaborado pelo Centro de Observação das Dinâmicas Regionais do Norte. Após a recepção dos vários contributos, o IFDR, face ao trabalho desenvolvido por este Centro, convidou a Autoridade de Gestão do ON.2 para fazer parte da delegação portuguesa na referida conferência.

Assim, na nesta conferência da rede IQ-Net participaram representantes de 14 Estados Membros da União Europeia, um representante do Comité Económico e Social Europeu e vários membros do EPRC. Portugal esteve representado pelo IFDR e, a convite deste Instituto, esteve também presente a CCDR-N e Autoridade de Gestão do ON.2, através do Observatório das Dinâmicas Regionais.

(ii) a colaboração do Comité Económico e Social Europeu (CESE) surgiu na sequência do contributo efectuado para a rede IQ-Net, tendo de relator do grupo de trabalho do CESE "Efficient partnership in cohesion policy" (Jan Olsson) convidado a CCDRN e a Autoridade de Gestão do ON.2 a estar presente na Audição Pública organizada pelo CESE, em colaboração com a AEP, realizada no Porto a 29 de Janeiro de 2010.

Esta Audição Pública teve por principal objectivo conhecer as boas práticas praticadas em Portugal na implementação dos diversos programas Operacionais e outras iniciativas comunitárias ao nível das Parcerias. Coube ao Centro de Observação das Dinâmicas Regionais do Norte efectuar uma apresentação sobre as boas práticas de parceria implementadas na Região Norte ao nível da concepção, gestão, acompanhamento e avaliação do ON.2. Posteriormente foram ainda solicitados contributos e esclarecimentos diversos para a elaboração do Parecer Final elaborado pelo Comité Económico e Social Europeu.

Assim, desta audição pública, realizada no Porto, de outras realizadas noutros Estados-membros e do trabalho de reflexão efectuado pelo CESE sobre esta matéria, resultaram dois trabalhos da autoria do Comité Económico e Social: o Parecer "Parcerias eficazes para a política de coesão" aprovado na 464ª reunião plenária deste órgão realizada a 14 e 15 de Julho de 2010 e o documento "It Takes Two to Tango – An EESC study on Developing the Partership Principle in EU Cohesion Policy". Este último documento reúne um conjunto de casos de boas práticas de parceria implementados em vários países europeus, sendo destacada para o caso de Portugal a experiência da Contratualização implementada no ON.2.

2.7.6. Subvenções globais

Conforme já foi referido no ponto 2.3.5, o ano de 2010 consubstanciou uma profunda alteração no modelo organizacional de gestão da Subvenção Global e, consequentemente, no modo de funcionamento das estruturas afectas à gestão da mesma.

Neste cenário assume particular relevo o 1º Memorando de Entendimento assinado entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, em Março de 2010.

Destacam-se, no âmbito e objectivos deste Memorando, os seguintes aspectos:

- Avocação de algumas das competências delegadas através dos Contratos de Delegação de Competências assinados entre a AG e as CIM/AMP em final de 2008;
- Aumento da taxa de co-financiamento para 80% durante o ano de 2010, aplicando-se esta taxa quer aos projectos em execução quer a novas aprovações;
- Aumento do financiamento aos Centros Escolares por aumento dos valores de referência para construção e majoração em projectos com características construtivas que aumentem a eficiência energética e dotados de equipamentos específicos e ainda a elegibilidade dos terrenos bem como a possibilidade de os mesmos assumirem a modalidade de "contribuição em espécie";
- Flexibilidade na utilização das dotações contratualizadas quando estiverem em causa Centros Escolares e projectos no âmbito do Ciclo Urbano da Água;
- Reforço das medidas de monitorização do desempenho por avaliação dos resultados obtidos no período 2007-2010, com vista à criação de oportunidades de acesso a dotação de "mérito";
- Instituição de balcão permanente para submissão de candidaturas e agilização dos pagamentos.

Na sequência deste Memorando, houve lugar à assinatura de duas Adendas ao Contrato de Delegação de Competências, as quais reportam respectivamente a Março e Abril de 2010.

A primeira Adenda ao Contrato de Delegação de Competências focaliza-se na avocação de algumas competências então delegadas nas CIM/AMP, nomeadamente quanto aos actos administrativos abertura de avisos, de admissão e aprovação de candidaturas e validação de despesa, remetendo para a Estrutura de Apoio Técnico das CIM/AMP o papel de interlocutor com a AG do ON.2 e de apoio técnico nomeadamente quanto à abertura de Avisos, recepção das candidaturas, análise técnica das mesmas e verificação da conformidade dos pedidos de pagamento.

Houve, portanto, necessidade da AG do ON.2, durante o mês de Abril de 2010, promover a análise de facto e de direito dos procedimentos administrativos praticados pelas CIM/AMP até à data, de modo a proceder-se à conversão dos actos de confirmação em actos de aprovação por parte da AG.

O instrumento jurídico-formal adoptado para o efeito foi a elaboração de uma acta com cada CIM/AMP no âmbito da qual se identificaram todos os actos relacionados com a aprovação de operações de financiamento, nomeadamente os que conduziram às decisões de

admissibilidade, do mérito e de financiamento das candidaturas, tendo estas operações sido levadas a efeito com base nos elementos registados no sistema de informação SIGON2 e nas "fichas de verificação".

Em termos quantitativos, esta avocação traduziu-se na recepção de 22 Avisos de Abertura de Concursos aos quais estavam associadas, por aprovação prévia por parte das CIM/AMP, 122 operações de financiamento.

Sem embargo das CIM/AMP, através das suas Estruturas de Apoio Técnico (EAT) continuarem a assegurar algumas das tarefas inerentes à gestão das candidaturas, nomeadamente a recepção, verificação dos requisitos de elegibilidade, acompanhamento, carregamento da informação no sistema, etc., a dimensão deste processo de avocação provocou grande impacto na UAC, suscitando profundas alterações na estrutura da UAC e no seu funcionamento e obrigando ao reforço dos RH afectos a esta unidade.

Quanto à 2ª Adenda ao Contrato de Delegação de Competências, a mesma assume dois aspectos fundamentais - reforço financeiro a algumas CIM/AMP e introdução de um grau de flexibilidade nos valores programados para as seguintes áreas prioritárias:

- Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo de Ensino Básico e da Educação Pré-escolar;
- Ciclo Urbano da Água "vertente em Baixa – Modelo não Verticalizado"

Devido à dificuldade de articulação entre o modelo verticalizado e o modelo não verticalizado para a distribuição de água em baixa e rede de saneamento, os projectos municipais do Ciclo Urbano da Água sofreram um significativo atraso no arranque, o que justifica uma baixíssima execução nesta tipologia.

Por outro lado, e face à orientação prioritária conferida à Rede Escolar, esta tipologia de investimentos municipais foi objecto de um reforço financeiro a algumas CIM/AMP destinado a assegurar FEDER a todos os projectos integrados na Carta Escolar que tinham obtido parecer favorável do Gabinete de Estudos e Planeamento da Educação.

A flexibilidade nos valores programados permitiu a afectação de valores significativos à Rede Escolar, por conta da dotação de outras tipologias.

Constata-se pela análise do quadro infra que, fruto dessa flexibilidade, a generalidade das CIM/AMP apresentam valores aprovados de FEDER até 2010 para esta tipologia de investimentos que ultrapassaram significativamente os valores contratualizados inicialmente, mesmo quando reportados à totalidade do período de programação, ou seja, até 2013.

Quadro 2.27 – Contratualização CIM/AMP

		EIXO I. Competitividade, Inovação e Conhecimento	EIXO II. Valorização Económica de Recursos Específicos	EIXO III. Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial (sem RRE)	EIXO III. Requalificação da Rede Escolar (RRE)	EIXO IV. Qualificação do Sistema Urbano	EIXO V. Governação e Capacitação Institucional	TOTAL
Minho-Lima	Contratualizado 2007-2013	9.371.830	6.247.887	10.768.232	25.248.795	18.368.787	7.497.464	[illegible]
	Aprovado 2007-2010	2.206.517	1.955.497	11.010.246	35.683.649	14.643.359	646.836	**66.146.105**
	Taxa de compromisso	23,54%	31,30%	102,25%	141,33%	79,72%	8,63%	**85,35%**
Cávado	Contratualizado 2007-2013	2.919.000	16.574.219	7.640.689	26.938.715	17.283.237	2.064.500	**73.420.360**
	Aprovado 2007-2010	654.597	1.809.909	2.292.575	23.809.468	11.727.046	1.369.379	**41.662.975**
	Taxa de compromisso	22,43%	10,92%	30,00%	88,38%	67,85%	66,33%	**56,75%**
Ave	Contratualizado 2007-2013	8.987.538	4.747.010	10.185.690	29.392.507	17.631.946	8.558.642	**79.503.333**
	Aprovado 2007-2010				30.124.926	7.798.366		**37.923.292**
	Taxa de compromisso	0,00%	0,00%	0,00%	102,49%	44,23%	0,00%	**47,70%**
AMP	Contratualizado 2007-2013	8.614.688	10.522.400	15.846.367	92.727.173	46.123.417	10.403.461	**184.237.506**
	Aprovado 2007-2010	3.533.196	5.730.757	6.169.597	94.206.162	8.595.729	3.271.486	**121.506.928**
	Taxa de compromisso	41,01%	54,46%	38,93%	101,59%	18,64%	31,45%	**65,95%**
Tâmega /Sousa	Contratualizado 2007-2013	2.714.753	9.599.266	19.472.697	77.022.299	23.089.489	3.449.420	**135.347.924**
	Aprovado 2007-2010	815.792	4.005.225	5.823.517	86.610.816	10.088.141	260.359	**107.603.850**
	Taxa de compromisso	30,05%	41,72%	29,91%	112,45%	43,69%	7,55%	**79,50%**
Trás-os-Montes	Contratualizado 2007-2013	2.860.377	10.518.063	10.927.417	15.854.684	33.154.339	4.853.319	**78.168.199**
	Aprovado 2007-2010		1.902.874		20.189.125	17.806.890	1.913.448	**41.812.336**
	Taxa de compromisso	0,00%	18,09%	0,00%	127,34%	53,71%	39,43%	**53,49%**
Douro	Contratualizado 2007-2013	12.985.000	3.500.000	10.815.646	27.547.970	24.163.021	5.715.000	**84.726.637**
	Aprovado 2007-2010	1.049.970	2.493.764		35.019.628	9.920.617		**48.483.978**
	Taxa de compromisso	8,09%	71,25%	0,00%	127,12%	41,06%	0,00%	**57,22%**
Total RN	Contratualizado 2007-2013	48.453.186	61.708.845	85.656.738	294.732.143	179.814.236	42.541.806	**712.906.954**
	Aprovado 2007-2010	8.260.072	17.898.026	25.295.936	325.643.773	80.580.148	7.461.508	**465.139.463**
	Taxa de Compromisso	17,05%	29,00%	29,53%	110,49%	44,81%	17,54%	**65,25%**

Inclui reforço de dotação

De referir também as alterações introduzidas nos Regulamentos Específicos de modo a contemplarem as decisões/acordos estabelecidos no âmbito do 1º Memorando.

2.7.7 Compliance Assessment

Nos termos do nº1 do artigo 71º do Regulamento (CE) 1083/2006 de 11 de Julho, os Estados Membros, antes da apresentação do primeiro pedido pagamento intermédio ou no prazo de 12 meses a contar da data de aprovação de cada Programa Operacional, devem submeter à Comissão Europeia (CE) uma descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo (SGC), acompanhada de um relatório no qual constem os resultados dos sistemas criados e de um parecer quanto à conformidade com o disposto nos artigos 58º a 62º do referido Regulamento.

A descrição do SGC do ON.2 remetida à IGF em 6 Outubro de 2008 mereceu, por parte desta entidade, parecer de conformidade sem reserva, tendo sido submetida à Comissão Europeia (CE), através do SFC 2007 (*Structural Funds Common Database 2007*), em 10 de Outubro de 2008.

A Comissão Europeia (CE) através da carta 11861, de 09-12-2008, dirigida à Inspecção-Geral de Finanças (IGF), concluiu, todavia, que as descrições dos Sistemas de Gestão e Controlo (SGC) dos Programas Operacionais, inclusive a do ON.2, revelavam insuficiências que impediam a sua aceitação, pelo que solicitou a respectiva reformulação.

Dando sequência a esta demanda da Comissão Europeia (CE), a Autoridade de Gestão do ON.2, em estreita colaboração, quer com o Instituto Financeiro de Desenvolvimento Regional (IFDR) quer com a Inspecção-Geral de Finanças (IGF), ainda nos últimos dias do ano de 2008, empreendeu as necessárias acções tendo em vista identificar e ultrapassar as insuficiências apontadas pela Comissão Europeia.

Assim e em Fevereiro de 2009, foi enviada à Inspecção-Geral de Finanças (IGF) a versão revista do SGC do ON.2, sobre a qual aquela Inspecção emitiu parecer, considerando, ainda, ser necessário proceder a alguns ajustamentos, essencialmente sobre os capítulos atinentes à descrição dos Organismos Intermédios (OI) da Rede dos Sistemas de Incentivos e que consistiam, sucintamente, nas seguintes descrições:

- Envio de um fluxograma geral dos Sistema de Informação (Observação 4 da CE); Envio de informação pretendida relativa ao valor do Programa a ser gerido pelas Associações de Municípios (Observação 6 da CE);

- Registo na descrição do SGC que o procedimento de verificação de pelo menos 10% do total de despesa declarada se aplica, sem excepção, a cada pedido de

pagamento apresentado por cada Beneficiário junto de cada OI (Observação 11 da CE);

- Registo na descrição do SGC da data em que foram aprovados os Manuais internos dos OI (Observação 12 da CE);

- Incorporação nesta 2ª versão da descrição das funções que asseguram a observância do princípio de segregação de funções (Observação 14 da CE) em dois OI;

- Segregação de funções OI/AG/AC (Observação 15 da CE) – foram descritos de forma mais detalhada os fluxos financeiros entre OI/AG/AC e apresentado o documento de suporte para fundamentar a necessidade destes fluxos;

- Pista de Auditoria da Despesa (Observação 16 da CE) – foi apresentado, em esquema, a forma como a Pista de Auditoria é assegurada. Tratando-se de uma questão directamente ligada ao Sistema de Informação do ON.2, foram descritos os passos que são seguidos no tratamento/validação da despesa desde que esta é apresentada pelo Beneficiário até que é certificada pela AG à AC para posterior apresentação à CE. Uma vez que esta certificação incluirá sempre despesa validada pelos OI, recebida em SIGON.2, foi igualmente incluída, no esquema da Pista da Auditoria da Despesa, os passos relativos ao tratamento/validação da mesma.

Na sequência destas alterações e dos contactos estabelecidos para verificação da descrição do SGC do ON.2, importava ainda, de acordo com as indicações transmitidas pela IGF, terminar o desenvolvimento informático de interoperabilidade entre o Sistema de informação do ON.2 (SIGON.2) e o Sistema de Informação dos Sistema de Incentivos (SIQREN).

Tendo este desenvolvimento do SIGON.2 terminado em meados de Abril, a IGF procedeu à necessária verificação, ainda durante o mesmo mês, validando a referida interoperabilidade.

Posteriormente e após obtenção da análise informal prévia da Comissão Europeia (CE) quanto à validação da descrição do SGC do Programa Operacional Factores de Competitividade (POFC) tendo em conta que a descrição deste último Programa contempla soluções transversais de desenvolvimento de tarefas pelos OI e a considerar nas descrições dos SGC dos PO Regionais, em Julho de 2009 encontravam-se reunidos e revistos todos os elementos necessários para que a Inspecção-Geral de Finanças (IGF) promovesses a respectiva validação.

Tendo assim sucedido, a Inspecção-Geral de Finanças (IGF) via SFC 2007, enviou no dia 27 de Julho de 2009, os resultados da análise efectuada ao Relatório e Parecer de conformidade revistos, bem como à versão revista da descrição do sistema de gestão e controlo do ON.2.

A Comissão Europeia através da Carta 8711, de 16-09-2009 transmitiu à IGF, com base na análise realizada aos documentos apresentados, a aprovação do SGC criado para o Programa por cumprir o disposto nos artigos 58º a 62º do REG (CE) 1083/2006.

A Comissão Europeia (CE), através da mesma Carta, referiu, ainda, ser necessário que a Autoridade de Gestão do ON.2 promovesse a descrição dos Organismos Intermédios – Associações de Municípios – no SGC. Mais referiu que sem essa descrição os pedidos de pagamento intermédios não podiam incluir despesas relativas às operações geridas por aquelas Associações até que a Inspecção-Geral de Finanças (IGF) enviasse uma opinião sem reservas sobre a descrição de sistemas destes organismos.

Dando sequência a esta orientação, a Autoridade de Gestão, em Novembro de 2009, promoveu a actualização dos elementos necessários à solicitada descrição, elementos estes que tinham já sido recolhidos no inicio de 2009 e que por indicação expressa da Inspecção-Geral de Finanças (IGF) não foram descritos no SGC aprovado.

Em conformidade, em Fevereiro de 2010, a AG procedeu à adenda ao Sistema de gestão e Controlo do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, contemplando a descrição dos Organismos Intermédios – Associações de Municípios – no SGC. Esta primeira versão foi efectuada com base nos direitos e obrigações decorrentes do contrato de delegação de competências com subvenção global, celebrado entre a AG e os OI em Dezembro de 2008.

Todavia, na sequência da assinatura do Memorando de Entendimento entre o Estado Português e a Associação Nacional de Municípios (ANMP), e em cumprimento das orientações constantes do respectivo plano de incitativas, para promover a execução dos investimentos de incitativa municipal do QREN, à Autoridade de Gestão impôs-se a actualização da Descrição destes Organismos Intermédios no âmbito daquelas iniciativas.

Tal descrição revelou-se de complexa execução no contexto da concretização das referidas orientações, porquanto entre outras, foram avocadas, pela Autoridade de Gestão, as competências de admissão e aprovação de candidaturas, bem como de validação das despesas das operações através da celebração de adendas aos contratos de delegação de competências com subvenção global.

Por outro lado e em simultâneo a Autoridade de Gestão do ON.2 converteu os seus actos confirmativos das aprovações praticadas pelos órgãos das CIM/AMP em actos de aprovação das candidaturas, nos termos do nº2 do artigo 137º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) e da alínea c) do nº1 do artigo 46º do DL 312/2007, de 17 de Setembro, procedendo ainda à validação de todos os pedidos de pagamento apresentados com o objectivo de garantir que o trabalho realizado pelos Organismos Intermédios era equivalente ao que se obteria se o mesmo tivesse sido realizado directamente pela Autoridade de Gestão.

Estes trabalhos complementaram a descrição enviada à Comissão Europeia, no que se refere, designadamente, aos procedimentos a desencadear pelas Autoridades de Gestão no processo de gestão dos projectos objecto de delegação de competências (com ou sem subvenção global), bem como à descrição das tarefas a desenvolver pelas EAT da CIM, sob orientação da AG, durante o período de vigência da adenda ao contrato de delegação de competências, que sucintamente destacamos:

- Estrutura do Sistema - breve explicitação sobre a relação organizacional da AG com as EAT das CIM/AMP
- Orientação prestada às autoridades de gestão e de certificação e aos organismos intermédios para garantir a boa gestão financeira dos fundos estruturais (data e referência)
- orientações emitidas pela AG à CIM, em especial após avocação das competências delegadas bem como outras orientações relacionadas com as funções que se mantêm na CIM/AMP
- Especificação das funções e das tarefas desempenhadas directamente pela Autoridade de Gestão
- Funções formalmente delegadas pela Autoridade de gestão
- Organigrama e Descrição das Funções das Unidades (Identificar quais as Unidades/Secretários Técnicos da AG e de que forma se relacionam funcionalmente com as EAT das CIM/AMP, salvaguardando o principio da segregação de funções)
- Especificação das principais funções e tarefas dos Organismos Intermédios (Associações de Municípios) - Descrição das tarefas a realizar pela EAT da CIM/AMP sob orientação funcional da AG:
- Organização de cada Organismo Intermédio e respectivas funções

- Organigrama e descrição de funções das unidades
- Descrição dos processos de selecção e aprovação das operações
- Verificação das operações [alínea b) do artigo 60.o do Regulamento (CE) n.º 1083/2006]
- Descrição dos procedimentos de tratamento dos pedidos de reembolso

Após interacção com a IGF e o IFDR a Adenda ao SGC foi transmitida à Comissão Europeia, em 24 de Novembro de 2010, via SFC 207, acompanhada do Relatório IGF nº 2010/1679 de 23 de Novembro, nos termos do qual a Autoridade de Auditoria conclui que o Sistema de gestão e Controlo estabelecido para os OI do Programa Operacional Regional do Norte, respeita os requisitos aplicáveis por força dos artigos 58º a 62º do regulamento (CE) nº 1083/2006, do Conselho e da Secção III do Regulamento (CE) nº 1828/2006 da Comissão.

Este parecer de conformidade complementar vertido no referido Relatório foi formalmente aceite pela Comissão em 1/Dez/2010, conforme a Carta n.º ARES 888100.

Com este parecer ficaram assim reunidas as condições para que as despesas referentes a operações abrangidas pelos contratos de subvenção global celebrados com os organismos intermédios – Comunidades Intermunicipais/Associações de Municípios pudessem vir a integrar futuros pedidos de certificação de despesa a apresentar pelo Programa à Autoridade de certificação, ressalvando-se, todavia, as despesas associadas a projectos com a Intervenção destes Organismos em momento anterior à avocação das competências uma vez que as mesmas iriam ser objecto de uma acção de controlo prévia à certificação, descrição do sistema, ficando a sua certificação à Comissão Europeia, condicionada aos resultados desta acção de controlo.

Esta acção de controlo, promovida pela IGF, veio a ter lugar no primeiro trimestre de 2011 encontrando-se o projecto de relatório da mesma em fase de contraditório.

Ainda neste ponto importa dar conhecimento dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da actualização anual da descrição do SGC do ON.2, promovida em Novembro de 2010, da qual se destaca, entre outros, os seguintes pontos:

- 1.4. Orientação prestada às Autoridades de Gestão e de Certificação e aos Organismos Intermédios para garantir a boa gestão financeira dos Fundos Estruturais (data e referência).

- 2.1.3. Funções formalmente delegadas pela Autoridade de Gestão (funções, Organismos Intermédios, forma de delegação) – enquadramento legal.

- 2.2.1. Organograma e descrição de funções das unidades (incluindo, a título indicativo, o número de lugares atribuídos) da Autoridade de Gestão.

- 2.2.2. Procedimentos escritos a utilizar pelo pessoal da Autoridade de Gestão/dos Organismos Intermédios (data e referência).

- 2.2.3. Descrição dos procedimentos de selecção e aprovação das operações e de garantia da respectiva conformidade com as regras nacionais e comunitárias aplicáveis durante todo o período da sua execução (alínea a) do artigo 60.º do Regulamento (CE) 1083/2006) – inclusão da Iniciativa JESSICA.

- 2.2.3.2. Apresentação de Candidaturas – Identificação dos Regulamentos Específicos que introduziram a modalidade de apresentação em contínuo.

- 2.2.4. e 2.2.5 Verificação das operações (alínea b) do artigo 60.º do Regulamento (CE) 1083/2006) e Tratamento dos pedidos de reembolso – no âmbito da iniciativa JESSICA

- 2.2.4.5. Verificações administrativas e no local das operações aprovadas ao abrigo da iniciativa JESSICA

- 2.2.7. Regras de elegibilidade estabelecidas pelo Estado-Membro e aplicáveis ao Programa Operacional – no contexto da alteração ao Regulamento Geral FEDER em 18/09/2009.

2.7.8. Controlo Interno

No modelo de gestão do QREN, a Autoridade de Gestão do ON.2 é responsável pela implementação de um sistema de controlo interno que previna e detecte as situações de irregularidade, e de um sistema adequado de verificação da realização física e financeira das

intervenções e de validação das despesas, contribuindo para a concretização dos objectivos que presidem à auditoria do QREN.

São-lhe assim cometidas as funções previstas no artigo 60.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho e no artigo 13.º do Regulamento (CE) 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro. O sistema de controlo interno deve prevenir e detectar as situações de irregularidade e permitir a adopção das medidas correctivas oportunas e adequadas.

Os procedimentos de controlo interno implementados pelas autoridades de gestão não relevam para o esforço de controlo, embora a avaliação da sua fiabilidade seja fundamental para a avaliação do risco, a efectuar pela autoridade de auditoria e para a definição dos parâmetros de amostragem, incluindo a dimensão das amostras, a efectuar pelas estruturas de auditoria segregadas.

O Manual de Procedimentos do Programa Operacional Regional do Norte ON.2 – O Novo Norte, já na sua versão de Fevereiro de 2009, apresenta no seu Módulo I – Controlo Interno, a páginas 315 a 319, uma primeira abordagem do âmbito, dos objectivos e, de algum modo, da operacionalização genérica das actividades a levar a efeito pelo designado controlo interno, no quadro do QREN. Enfatizando algumas diferenças organizacionais e de governança do novo PO, o Manual baseia-se, no fundamental, na experiência obtida no PO anterior, no que respeita ao Controlo de 1.º Nível e ao seu enquadramento no Sistema Nacional de Controlo – SNC.

Durante o ano de 2010 foi promovido o primeiro Plano Anual de Controlo Interno, o qual visava, numa primeira fase, estabelecer uma metodologia e, numa segunda fase, testá-la através de auditorias a operações com execução.

Sendo absolutamente clara a necessidade de operacionalizar o sistema de controlo interno do ON.2 – O Novo Norte, incidiu o primeiro Plano Anual sobre despesa certificada ainda no ano de 2009.

A determinação, por eixo prioritário, da dimensão da amostra e dos projectos a submeter à acção de controlo interno correspondeu a 35% da despesa executada até 04.12.2009, integrando 11 projectos, sendo quatro do EP1, três do EP3, um do EP4, dois do EP5 e um do EP6.

A esterilização dos trabalhos de campo neste primeiro PACI, na forma de ajuste directo com empresa de auditoria SROC de reconhecida competência, visou permitir uma maior eficiência e eficácia no processo, potenciando uma parceria informal.

Os resultados deste primeiro PACI foram apresentados em toda a sua extensão, no final de 2010, para análise pela Autoridade de Gestão, no sentido de avaliar a metodologia proposta e os resultados obtidos através da sua aplicação às operações controladas. Este exercício foi, depois de sofrer melhoramentos, validado pela Comissão Directiva.

Desta forma, pretende-se que o controlo interno seja um instrumento de gestão que permita à Autoridade de Gestão melhorar a qualidade de desempenho, aumentando os níveis de segurança, eficiência e eficácia. É intenção que as acções de controlo interno sejam mais abrangentes em número de projectos, mais céleres na sua tramitação e absolutamente tempestivas, objectivos que devem nortear o desenvolvimento dos instrumentos de suporte.

2.7.9. Auditorias e Controlo

De acordo com o Regulamento (CE) 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho, que estabelece as disposições gerais sobre o FEDER, FSE e FC, e atento o disposto no Decreto-Lei 312/2007 de 17 de Setembro, republicado pelo Decreto-Lei n.° 74/2008, de 22 de Abril, que define o Modelo de Governação do QREN, os Programas Operacionais estão sujeitos a acções de controlo e auditoria quer por parte da Autoridade de Auditoria (IGF), quer pelas Estruturas de Auditoria Segregada do IFDR e do IGFSE.

Assim, e em consonância com as disposições legais aplicáveis, o ON.2, foi auditado pela IGF ao abrigo dos art.º 62 do Regulamento (CE) 1083/2006 conjugado com os artº 20º e 21º do Decreto-Lei 312/2007, bem como pela Estruturas de Auditoria Segregada do IFDR, no âmbito do artº 61º do Regulamento (CE) 1083/2006 conjugado com os artº 20º e 22º do Decreto-Lei 312/2007.

Acresce, referir que no âmbito das competências próprias de fiscalização, o Programa foi, igualmente, auditado pelo Tribunal de Contas Português.

Os resultados das acções encetadas vieram a ser conhecidos no ano de 2010.

Neste contexto, e para cada uma dessas auditorias apresenta-se, neste ponto, uma breve descrição dos seus objectivos, das principais conclusões obtidas em sede de Relatórios Finais, bem como um mapa resumo das operações auditadas.

2.7.9.1 Acção de Auditoria da Autoridade de Auditoria - IGF

Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 (ON.2) - Relatório n.º 2009/1837

No âmbito desta acção de controlo da IGF foi considerado o ponto de situação do Programa a 30/Set/2009 e seleccionada uma amostra 5 operações em ordem a desenvolver testes de percurso ao nível das diferentes tipologias de intervenção, envolvendo um investimento total elegível aprovado de € 17,5 milhões de Euros.

As conclusões gerais do Relatório Final da IGF (Processo 2009/12/A2/1019) indicaram que "...os procedimentos desenvolvidos pela Autoridade de Gestão do ON.2 respeitam a descrição do sistema de gestão e controlo, enviada oportunamente à CE, estando dessa forma salvaguardado o cumprimento dos requisitos aplicáveis por força dos artigos 58º a 62º do Regulamento (CE) n.° 1083/2003 do Conselho e da Secção 3 do Regulamento (CE) n.° 1828/2006 da Comissão."

Sem embargo das conclusões gerais da IGF acima transcritas, a Autoridade de Gestão do ON.2, no primeiro trimestre de 2010 efectuou o follow-up das restantes recomendações e conclusões do Relatório de Auditoria em preço, mantendo-se à presente data, e no que concerne às competências da Autoridade de Gestão, apenas duas recomendações "em curso" que serão integralmente satisfeitas assim que reunidas as condições necessárias para o efeito.

2.7.9.2 Acção de Auditoria da Estrutura de Auditoria Segregada do IFDR

a) Acção de Controlo Prévia à Certificação de Despesas do PO Norte – Relatório PCD.2009/NORTE/FEDER/1

Nesta acção foi considerada a data de corte de 31/03/2009, e seleccionados dois pedidos de pagamento, envolvendo um Custo Total Elegível Executado de 169.132,06€ relativos a um projecto do Eixo III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial.

As conclusões Gerais do Relatório indicaram que "Face aos resultados das verificações e aos elementos disponibilizados pela Autoridade de Gestão em sede de contraditório, conclui-

se que, em termos gerais, os procedimentos desencadeados pela Autoridade de Gestão, no âmbito da selecção das operações e da validação da despesa, oferecem uma garantia razoável quanto à regularidade e legalidade das despesas declaradas no 1º Pedido de Pagamento".

Nesta conformidade, não foi apurada qualquer despesa não elegível, pelo que a Certificação de Despesa apresentada à Comissão Europeia incluiu a totalidade da despesa enviada para certificação, pela Autoridade de Gestão, à Autoridade de Pagamento

b) Auditoria em operações no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte - QREN Despesa Pública certificada de 01-01-2009 a 31-12-2009 – Relatório n.º 1/2010/Norte

Nesta auditoria, foi seleccionada, pela Estrutura de Auditoria Segregada deste Instituto (Unidade de Controlo e Auditoria), em articulação com a Autoridade de Auditoria (Inspecção-Geral de Finanças), uma amostra de projectos para verificação da regularidade e legalidade das despesas certificadas à Comissão Europeia (CE).

Da despesa total certificada do Sistema Comum 1, até 31/12/2009, no montante de 407.262.172,83€, foram seleccionados, no âmbito do Programa Operacional do Norte, 3 pedidos de pagamento relativos a 3 operações, que perfazem um total de despesa pública de 2.070.235,78€.

As verificações tiveram lugar junto dos beneficiários e tiveram por base a seguinte metodologia de trabalho:

1- Levantamento e análise da legislação e demais documentação aplicável;

2- Realização de testes de controlo e substantivos junto dos beneficiários;

3- Realização de verificações cruzadas junto de outras entidades envolvidas;

4- Verificação da conformidade dos dados recolhidos com os registos nos sistemas de informação utilizados.

No Relatório Final de Auditoria constavam um total de 12 Recomendações, das quais a Autoridade de Gestão tem vido a efectuar o respectivo follow-up, mantendo-se em curso o

acompanhamento de 5 dessas recomendações finais, prevendo-se o seu encerramento no primeiro semestre do corrente ano.

2.7.9.3 Acção de Auditoria ao Modelo de Governação e Controlo do QREN - Tribunal de Contas

Em cumprimento com o Programa de Fiscalização aprovado pelo Tribunal de Contas Português para 2009, o ON.2 foi auditado como objectivo estratégico de proceder ao levantamento e estudo do enquadramento normativo do QREN, do modelo de governação instituído, a análise das estruturas e dos sistemas de gestão, acompanhamento, controlo e avaliação, o levantamento dos circuitos administrativo, documentais e financeiros, bem como a identificação dos sistemas de informação. Esta auditoria visou ainda, a recolha de informação a considerar no Parecer da Conta Geral do Estado de 2008, no âmbito da acção "Análise dos fluxos Financeiros provenientes da União Europeia".

Em sede da auditoria do Tribunal de Contas foram prestadas, nomeadamente, as seguintes informações:

- Plano de Avaliação do ON.2;

- Informação sobre os fluxos financeiros provenientes da CE;

- Informação financeira relativa aos projectos reportada a 31 de Dezembro de 2008/ execução financeira/pagamentos;

- Ponto de situação do P0 quanto à implementação do Sistema de Informação.

Findos os trabalhos de auditoria o Tribunal de Contas Português, informou a Autoridade de Gestão que "[No âmbito do ON.2] por não se evidenciarem infracções ou irregularidades financeiras ou outras que importem conhecer, no âmbito das atribuições [daquele Tribunal], entendeu o Ministério Público não desencadear qualquer procedimento jurisdicional"

Quadro resumo:

Entidade Auditora	Identificação do Relatório	Data do Relatório Final	Designação do Relatório	Operações Auditadas	Beneficiários
IGF	2009/1837	01-Abr-10	Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 (ON.2)	NORTE-01-0403-FEDER-002760	SEED STUDIOS, LDA
				NORTE-03-0131-FEDER-000019	CCDR-N
				NORTE-04-0350-FEDER-000001	METRO DO PORTO, S.A.
				NORTE-05-0227-FEDER-000004	CCDR-N
				NORTE-06-0173-FEDER-000001	CCDR-N
IFDR	Nº PCD: 2009/NORTE/FEDER/1	05-Jan-10	Controlo Prévio à Certificação de Despesa	NORTE-03-0344-FEDER-000018	CM Santa Marta de Penaguião
IFDR	1/2010/Norte	02-Dez-10	Auditoria em operações no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte - QREN Despesa Pública certificada de 01-01-2009 a 31-12-2009	NORTE-03-0344-FEDER-000029	CM de Tarouca
				NORTE-03-0348-FEDER-000018	CM de Bragança
				NORTE-06-0173-FEDER-000001	CCDR-N
TCP	50/2009 - 2ª S	01-02-2010	Modelo de Governação e Controlo do QREN	––	––

2.7.10. Sistema de Informação

O Sistema de Informação do ON.2 é composto por uma plataforma tecnológica residente nas instalações da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), o Sistema de Informação para a Gestão do ON.2 (SIGON.2) com interoperabilidade com a aplicação de *Business Process Modelling* (BPM) designada Expedientíssimo da CCDR-N, e um conjunto de boas práticas de prestação de Serviços de Tecnologias de Informação (TI) baseado em *Information Technology Infrastructure Library* (ITIL).

Manteve-se com um elevado grau de resposta às solicitações ao nível do Sistema de Informação do ON.2, demonstrando capacidade de reacção perante alterações de contexto e solicitações não previstas (e não previsíveis). Acresce que muita da acção visou criar capacidade de resposta no futuro, quer em termos de capacidade de resposta interna como capacidade de resposta externa. Salienta-se o peso no esforço na área dos Sistemas de Informação das respostas às Auditorias e Certificações da IGAOT, da IGF, do IFDR e do ON.2 (auditoria interna, *Compliance* e melhoria de operacionalização).

2.7.10.1 Plataforma Tecnológica

Com o objectivo de assegurar as melhores condições de funcionamento do Sistema de Informação implementou-se em 2009 uma infra-estrutura tecnológica *Datacenter* de Nível 3 e

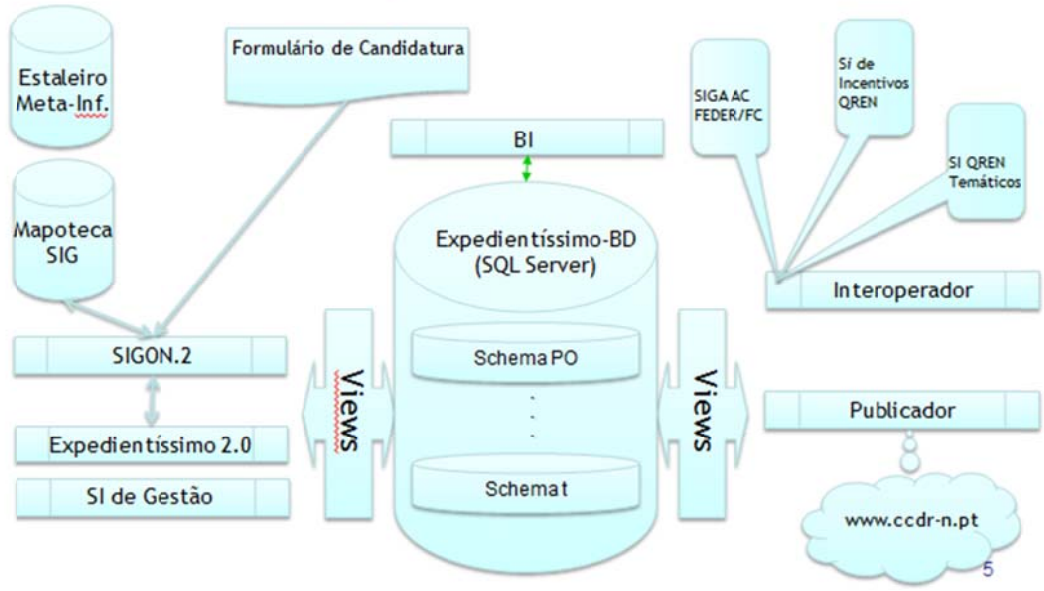
efectuou-se um reforço da infra-estrutura de segurança, de balanceamento e de prioritização de comunicação de dados do *Datacenter*, utilizada para acesso remoto à plataforma tecnológica pelos Promotores e pelos técnicos das estruturas de suporte ao ON.2. Este esforço foi consolidado em 2010 com o alargamento dos serviços do ON.2 às Estruturas Sub-Regionais onde são efectuadas algumas das tarefas avaliação dos Projectos do ON.2.

Promoveu-se a implementação das infra-estruturas de comunicações e aplicacionais, sendo objecto de referência especial a actualização das soluções de protecção perimétrica e balanceamento de cargas para protecção ao SIGON.2 e interligação das ESR, criaram-se condições para a utilização do Backoffice do SIGON.2 nas ESR, procedeu-se a uma melhoria das condições de acesso à Internet em todos os posto de trabalho do ON.2, uniformização da solução VoIP adoptada para todos os postos de trabalho do ON.2, intensificação e alargamento das soluções de assinatura digital e encriptação de dados e manutenção dos dados, reforço e ampliação dos ambientes de Testes e de Pré-Produção, reforço das soluções de Virtualização para assegurar flexibilidade e fiabilidade e inicio da utilização da *cloud* (SaaS – Software as a Service) ao nível da protecção de anti-spam para os postos de trabalho do ON.2, realização de auditorias de avaliação de riscos e implementação das respectivas medidas correctivas para os Processos Críticos de Negócio, implementação de um sistema de Direitos de Acesso à rede através de Políticas e Identidade, com gestão dinâmica de segurança e performance e controlo de acessos ao SIGON.2 validado com a estrutura de directório de rede.

Neste momento a plataforma tecnológica é constituída por um servidor de base de dados SQL totalmente redundante, alojamento dos dados em *Storage Area Network* (SAN), Servidores de *Front-Office* (FO) para submissão de candidaturas e de *Back-Office* (BO) para os técnicos das Estruturas de suporte ao ON.2 implementados em infra-estrutura de Virtualização totalmente redundante, servidor virtual de ficheiros e servidor de testes e pré-produção.

A plataforma tecnológica segue o diagrama abaixo, presente desde o início, numa perspectiva estratégica de assegurar o aproveitamento de sinergias e uma abrangência de todas as necessidades dos Secretariados Técnicos do ON.2 e dos utilizadores do SIGON.2.

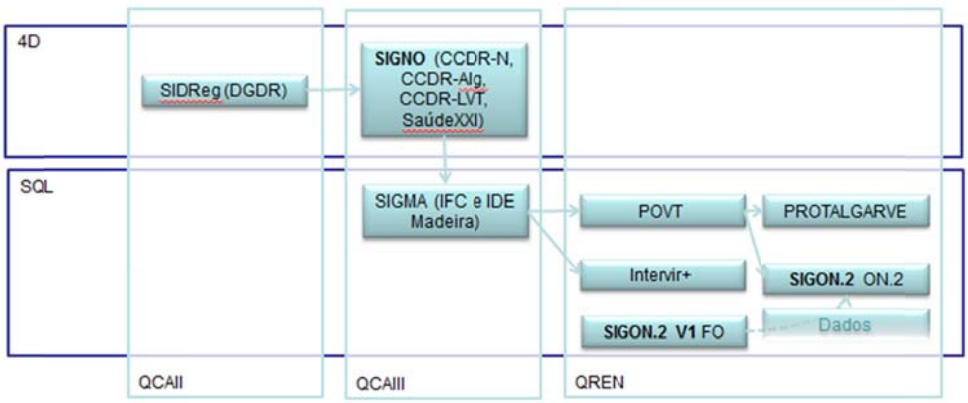
Figura 2.48 – Plataforma Tecnológica



2.7.10.2 SIGON.2

O SIGON.2 foi implementado através da adaptação do sistema de informação originalmente desenvolvido para o Programa Operacional da Madeira, efectuando-se as alterações necessárias para a gestão de uma intervenção regionalizada, para a realidade do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e para as especificidades do ON.2.

Nestas adaptações ganham destaque a implementação das especificações comuns dos Sistemas de Informação do QREN e das tabelas de base desenhadas pelo Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR).



Fruto do desenvolvimento acima referido, o SIGON.2 corresponde aos procedimentos previstos na descrição do Sistema de Gestão e Controlo (SGC) do ON.2 para o ciclo de vida das operações. Este desenvolvimento permite atingir os dados de utilização apresentados na tabela abaixo.

Dimensão	SIGON.2
Entidades	8 (CCDR-N+7CIM)
Executores	3650
Entidades Pagad.	3
Eixos	7
Dominios	24
Tipologias	80
Avisos	326
Programas de Acção/Estratég.	120
Operações	6715
Registo Histórico	58655
Despesas	5172
Pagamentos	3009
Fx de PP	142
Certificações Despesa	6
Operadores	205
Perfis	45

Numa estratégia de *e-Government*, desenvolveram-se acções numa perspectiva de interoperabilidade organizacional, destacando-se os projectos de Interoperabilidade:

- A integração de SIGON2 com Expedientíssimo ao nível de Entidades
- A integração de SIGON2 com Expedientíssimo ao nível de Documentos

- A integração de SIGON2 com Expedientíssimo ao nível de *Workflows*

Prosseguiu-se o desenvolvimento e manutenção do SIGON.2 - sistema de informação de gestão do ON.2, tendo implementado novas funcionalidades, interoperabilidade e a Monitorização e a Certificação passaram a ser realizadas directamente a partir do Sistema de Informação.

Implementou-se um Novo Portal Mapoteca, baseado em tecnologia *Open-source* e com funcionalidades acrescidas ao nível da customização por utilizador e da criação, salvaguarda e difusão de geometrias e implementou-se a interoperabilidade entre Mapoteca e Expedientíssimo, através da implementação de uma ferramenta de associação de geometrias georreferencias (pontos, linhas ou polígonos) a Processos Expedientíssimo e salvaguarda para referência futura, para que seja possível a georeferenciação dos Projectos do ON.2.

A administração e gestão de entidades Expedientíssimo e SIGON.2 foi integrada e facilitada através do desenvolvimento de ferramentas informáticas para aliviar a carga administrativa e o trabalho manual. Desta forma reduziram-se tempos de resposta e a hipótese de ocorrência de erros humanos.

Os desenvolvimentos com maior duração durante o ano de 2010 foram:

- Implementação da Monitorização Mensal;
- Adaptação a novas directivas do IFDR;
- Certificação de Despesas.

Também merecem destaque especial, pela sua importância na execução do Programa Operacional ON.2:

- Melhorias ao nível dos Pedidos de Pagamento;
- Melhorias na inserção de Despesas, incluindo a possibilidade de inserção em ficheiro;
- Optimização da gravação de ficheiros nas candidaturas;
- Criação da possibilidade de geração de reports em Excel com dados escolhidos pelo utilizador;
- Sistema de recuperação de *passwords;*
- Actualizações de Tabelas;
- Carregamento das contas de fornecedor.

Ao nível da Interoperabilidade, é de destacar a possibilidade de aceder a todos os dados registados em Expedientíssimo das Entidades Executoras de Projectos SIGON.2, a criação de fichas documentais para os ficheiros carregados nos projectos SIGON.2 permitindo a sua

inclusão em *workflows* mais ou menos estruturados e a criação de processos para cada um dos projectos SIGON.2 permitindo a sua organização e tipificação.

Também é de salientar que a interoperabilidade via *web services*, implementada e melhorada em SIGON.2, com entidades externas, nomeadamente o Compete e o IFDR, tem permitido cumprir com êxito as obrigações de Monitorização Mensal e de Certificação de Despesas

Iniciou-se o procedimento de contratação de Manutenção do SIGOn.2 por três anos, tendo-se sido especialmente cuidadoso ao especificar que o adjudicatário deverá utilizar ao longo de toda a execução dos serviços uma metodologia baseada em CMMI (Capacity Maturity Model Integration), tendo como foco a gestão centrada no cliente e na qualidade e excelência dos serviços prestados. Este contrato prevê:

- Manutenção Correctiva - Pretende-se a correcção e adaptação do sistema existente, com vista à solução de problemas detectados e introdução de melhorias no sistema.
    - Detecção, análise e resolução de erros e alterações;
    - Instalação, configuração e actualização das componentes que suportam o sistema;
    - Gestão de cópias de segurança do sistema;
    - Gestão de incidentes;
    - Análise de impacto de performance (resultado);
    - Elaboração/desenvolvimento de procedimentos operacionais e documentação de suporte;
    - Gestão de segurança – aplicação de actualizações e correctivos de segurança, análise a violações de segurança da informação.

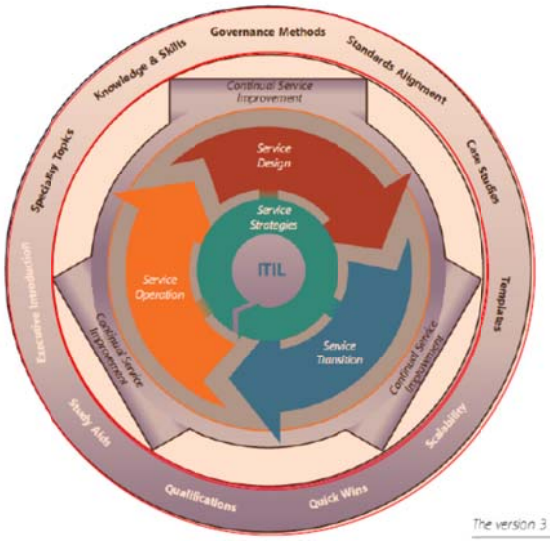
- Manutenção Evolutiva - Pretende-se a especificação e implementação de novas funcionalidades ao sistema, de acordo com as necessidades definidas pelas áreas de negócio da CCDRN.

As principais dificuldades na manutenção e desenvolvimento do SIGON.2 decorrem da alteração dos regulamentos e do desenho operacional, da alteração dos requisitos apresentados pelos sistemas de informação com que o SIGON.2 tem de comunicar e da modificação das tabelas base que devem ser respeitadas pelo SIGON.2. Todas estas situações são inibidoras do planeamento e conducentes a situações de atraso na implementação de funcionalidades críticas para o desempenho das estruturas técnicas de suporte ao Programa operacional.

2.7.10.3 ITIL

O ITIL (da sigla em inglês para Biblioteca da Infra-estrutura de Tecnologias de Informação - Information Technology Infrastructure Library) é por definição um conjunto de boas práticas a serem aplicadas na infra-estrutura, operação e manutenção de serviços de tecnologia da informação (TI) que foi desenvolvido no final dos anos 1980 pela CCTA (Central Computer and Telecommunications Agency) e actualmente está sob custódia da OGC (Office for Government Commerce) da Inglaterra. Na perspectiva do ITIL, a infra-estrutura, operação e manutenção de serviços de TI está organizada em Processos, que podem ser implementados separadamente.

Figura 2.49 – A estrutura de ITIL V3



Em 29 de Dezembro de 2009, por despacho do Presidente da Comissão Directiva do ON.2, implementaram-se 5 processos ITIL (Incidentes, Pedidos, Alterações, Configurações e Continuidade) e as principais ferramentas para dar suporte aos mesmos, O Service Desk e os gestores de cada um dos processos ITIL. Criou-se formalmente o Service Desk, uma

unidade funcional, constituída por um número dedicado de pessoas, responsáveis pelo tratamento de variados eventos de serviço, muitas vezes feitos via telefone, interface web, ou por Incidentes gerados automaticamente. O Service Desk é de importância vital, devendo ser um ponto de contacto único para os utilizadores, numa base diária, e trata todos os Incidentes e Pedidos, usando software de apoio. Nomeou-se, ainda, os responsáveis por cada um dos processos, Gestor de Incidentes, Gestor de Pedidos, Gestor de Configurações, Gestor de Alterações e Gestor de Continuidade.

Toda a actividade na Gestão dos equipamentos informáticos e de comunicação e dos sistemas de informação passou em 2010 a reger-se pelas boas-práticas ITIL. A avaliação deste período é positivo, tendo em conta o grau elevado de cobertura de registo de Incidentes, Pedidos e Alterações e o exercício da função de Service Desk.

No âmbito da gestão de Alterações, os Indicadores no final de 2010 são:

- 245 Pedidos de Intervenção técnica (PIT)
- 5888 horas de desenvolvimento
- Alterações com mais impacto:
    - Criação do nível de Aviso
    - Criação do conceito de tipo de projecto
    - Criação do conceito de Plano de Acção
    - Implementação do ciclo de vida da candidatura
    - Adaptações a requisitos IFDR
    - Interligação com POFC
    - Contratualização

No âmbito da Gestão de Incidentes e Pedidos, verificou-se o seguinte conjunto de indicadores.

Incidentes e Pedidos	**/mês**	**Tempo Recuperação**
Pedidos de pagamento - solicitações externas	40	1 dia
Criação de Avisos e alteração dos mesmos	4	1 dia
Criação de operadores	3	1 dia
Pedidos de operadores internos	30	1 dia
Alterações/correcções de operadores internos	40	1 dia

Pequenas correcções ao código do SI	5	3 dias
Activação de utilizadores	30	5 horas
Recuperação de password	50	1 hora
Correcções de dados	15	1 hora

Apenas foi identificado um Problema reportado em 2010 por um Promotor, tendo sido objecto de análise e decisão.

No âmbito do Processo de Gestão de Continuidade de Serviço de TI (GCSTI), um dos Processos de Negócio que foram analisados foi o Programa Operacional Regional do Norte 2007-2010. Este processo focaliza-se nos eventos que o negócio considera significativamente sérios, para serem considerados um desastre. O que constitui uma situação de desastre, é medido num exercício de *Business Impact Analysis* (BIA), onde são apurados os requisitos mínimos para tal situação. Os requisitos TI técnicos e de serviço, são suportados por este processo ITIL. Este processo tem como consideração base, a infra-estrutura e configurações subjacentes aos processos de negócio. Para além do BIA foi efectuada uma Análise de Risco, que serve para considerar a possibilidade de quebra de cada Processo de Negócio em análise, motivada pela quebra de um ou mais Serviços TI de que este depende; trata-se de um levantamento para apurar o nível de ameaça conducente àquelas quebras e a extensão a que a Organização está vulnerável à ameaça. Existe um Plano de Recuperação do Programa Operacional da Região Norte 2007-2013 que detalha as instruções e os procedimentos, que devem ser seguidos para a recuperação ou continuidade de operação de sistemas, infra-estrutura, serviços ou instalações, para manter a Continuidade de Serviço, ao nível esperado pelo negócio.

Procedeu-se a uma Análise via CSI (*Continual Service Improvement*) das boas práticas ITIL implementadas, consolidaram-se os Processos ITIL em uso e melhorou-se a sua operacionalidade;

2.7.10.4 Previsão para 2011

Pretende-se em 2011 prosseguir-se nas quatro direcções apresentadas:

- Reforço e expansão da plataforma tecnológica residente nas instalações da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), tendo sempre presente a preocupação com a segurança e nomeadamente a que deriva da aplicação da norma ISSO 27002.
- Manutenção Correctiva e Evolutiva do Sistema de Informação para a Gestão do ON.2 (SIGON.2), assegurando o *compliance* CMMI.
- Alargamento Interoperabilidade com a aplicação de *Business Process Modelling* (BPM) designada Expedientíssimo da CCDR-N, ao nível de Entidades, Documentos, Processos e georeferenciação (Mapoteca).
- Alargamento do âmbito de operacionalização de boas práticas de prestação de Serviços de Tecnologias de Informação (TI) baseado em *Information Technology Infrastructure Library* (ITIL).

De entre os Pedidos de Intervenção Técnica previstos, realçam-se:

- Montagem de uma Solução de *Disaster Recovery*
- Consulta de candidaturas em *Front-Office*
- Publicação de formulários de candidatura e Pedidos de Pagamento (PDF) em *Front-office*
- Reavaliação do formato de acesso às candidaturas
- Utilização de Certificados Digitais
- Criação do Estado de Homologado
- Consulta aos formulários em curso
- Solução para submissão de ficheiros grandes

2.7.11. Avaliação do ON.2 – O Novo Norte no Contexto do QREN

Na alínea f) do nº. 1 do Artigo 8º do Decreto-lei nº. 312/2007, de 17 de Setembro (alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº. 74/2008, de 22 de Abril), decorrente da possibilidade explicitada no n.º 1 do Artigo 48º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho, estabelece-se que a elaboração do Plano Global de Avaliação do Quadro de Referência Estratégico Nacional e dos Programas Operacionais 2007-2013 (PGA) é da responsabilidade do Observatório do QREN. A versão inicial do PGA foi aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) do QREN em 26 de Fevereiro de 2009. Deste Plano faz parte o próprio Plano de Avaliação do ON.2 – "O Novo Norte" aprovado, por sua vez, pela respectiva Comissão Directiva (em 27 de Outubro de 2008), e Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais (em 23 de Dezembro de 2008).

Entretanto no próprio Plano estava prevista a actualização ou adaptação dos exercícios de avaliação considerados, prevendo-se um processo anual de revisão que "deverá originar actualizações do PGA, da responsabilidade da Rede de Interlocutores de Avaliação, sob coordenação do Observatório do QREN. Esta revisão deverá ocorrer durante o último trimestre de cada ano civil de vigência do QREN. Poderão ainda ocorrer actualizações extraordinárias do PGA.".

Deste modo, no âmbito do processo anual de revisão do PGA, foram já efectuados dois exercícios de actualização. A primeira actualização do PGA foi aprovada pela CMC do QREN em 10 de Dezembro de 2009, enquanto a actualização, relativa ao ano de 2010, foi elaborada no âmbito da Rede de Interlocutores de Avaliação e aprovada pela CMC QREN no início de 2011.

Esta última revisão contempla, então, a actualização do PGA. As alterações consideradas são diversas: (i) desde logo, o diferimento generalizado do lançamento dos vários exercícios de Avaliação Intercalar previstos, justificando-se esta opção pelas reduzidas taxas de execução dos QREN, em geral, e de alguns PO em particular, o que, naturalmente, implicaria fortes limitações na verificação dos resultados, (ii) foram acrescentados (ou adaptados) alguns exercícios de avaliação, nomeadamente, a avaliação dos Pólos de Competitividade e Tecnologia e outros clusters, a avaliação dos PROVERE, o estudo de avaliação para a recolha e análise de um conjunto de indicadores no domínio da Avaliação Ambiental Estratégica, e a avaliação dos instrumentos de recolha de informação utilizados pelos vários PO (FEDER e Fundo de Coesão) com vista à simplificação administrativa, (iii) recalendarização de outros exercícios de avaliação, para além das avaliações intercalares, e (iv) finalmente, salienta-se a suspensão ou cancelamento definitivo de alguns exercícios de avaliação.

No que se refere ao ON.2 - "O Novo Norte", de acordo com a última actualização do PGA, os dois exercícios de avaliação previstos desde a primeira versão do PGA continuam a ser considerados tendo sido apenas reajustados em termos de calendarização, por um lado o lançamento do exercício de "Avaliação da Operacionalização do ON.2 - "'O Novo Norte"" ocorreu efectivamente no 2º trimestre de 2010, e por outro lado, e conforme referido para os restantes exercícios de avaliação intercalar a "Avaliação Intercalar do ON.2 - "O Novo Norte" (2007-2010)" foi recalendarizada, estando previsto o lançamento no final de 2011 e a sua realização efectiva durante o primeiro semestre de 2012.

Importa agora aprofundar o exercício de avaliação que foi lançado e realizado ao longo do ano de 2010 - "Avaliação da Operacionalização do ON.2 - "O Novo Norte". Com este exercício de avaliação pretendia-se avaliar se os dispositivos técnicos, financeiros,

administrativos e de governação implementados após a aprovação do ON.2 permitem concretizar, como se previa e nos termos em que se previa, os seus objectivos.

Para esse efeito, o Caderno de Encargos estabelece um conjunto de questões de avaliação em torno de seis temas.

(1) "Follow up" da Avaliação "ex ante"
Entre a conclusão do exercício de Avaliação "ex ante" (Fevereiro de 2007) e a aprovação formal do ON.2 – "O Novo Norte" (Outubro de 2007) decorreu um período muito significativo. Esse exercício de avaliação, apesar de ter permitido múltiplas iterações entre a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (entidade responsável pela programação) e a equipa de avaliação, num determinado momento teve que ser dado como concluído para que o ON.2 – "O Novo Norte" pudesse ser submetido formalmente para apreciação da Comissão Europeia. Durante esse período de quase sete meses, o "ON.2 – "O Novo Norte foi sofrendo várias alterações e ajustamentos, em resultado do longo processo de negociação com a Comissão Europeia, o que implicou que algumas das sugestões e recomendações desse exercício de avaliação fossem, ainda, incorporadas na sua versão final. Pretende-se com as questões de avaliação associadas a este tema, analisar em que medida as sugestões e recomendações do exercício de avaliação "ex ante" foram, por um lado, incorporadas na versão final do ON.2 e, por outro, tomadas em devida consideração na sua operacionalização
(2) Execução vs programação
Neste conjunto de questões associado a este tema, pretende-se averiguar se a forma como tem vindo a ser implementado o ON.2 – "O Novo Norte" é compatível com os objectivos de gestão estabelecidos. Com as questões de avaliação, pretende-se verificar se as aprovações e, em menor grau, a execução estão de acordo com o programado, quer em termos globais e por Eixo Prioritário quer no que respeita à Tabela de "Earmarking". As respostas a esse conjunto de questões devem permitir ajuizar se a programação actual do ON.2 ainda é adequada e, se assim não for, em que termos deve ser alterada.
(3) Execução vs realização e resultados
Neste conjunto de questões associado a este tema pretende-se, de forma complementar ao tema anterior, analisar em que medida a implementação do ON.2 tem sido compatível com os objectivos previamente estabelecidos. Na prática, as questões prevêem que se efectue um exercício de verificação se as realizações e resultados potenciais das operações aprovadas permitem, de forma agregada, concretizar os respectivos indicadores estabelecidos nos Objectivos Específicos. Este exercício deve incidir mais sobre as realizações do que, propriamente, sobre os resultados. Estes, pela sua natureza, verificam-se, com frequência, muito após a conclusão das operações. As respostas às questões devem permitir avaliar se os objectivos específicos e respectivos indicadores ainda são adequados, bem como a sua distribuição por Eixos Prioritários.
(4) Parcerias (na gestão)
Na implementação do actual Programa Regional está previsto um conjunto de parcerias muito amplo e diversificado no âmbito da sua gestão. Essas parcerias vão desde os Organismos Intermédios para a gestão dos Sistemas de Incentivos, às Estratégias de Eficiência Colectiva ("Pólos e outros clusters", "PROVERE" e "ARDU"), à contratualização com as Comunidades Intermunicipais, às Parcerias para a Regeneração Urbana, às Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação. Muitas dessas parcerias são desenvolvidas através de exercícios de planeamento que se sucedem ao do próprio ON.2, nos quais estão envolvidos não só as entidades locais e regionais beneficiárias, públicas e privadas, como uma série de organismos da Administração Central. As respostas às questões devem permitir, por um lado, avaliar se estes processos (i) ultrapassam, ou não, as competências estritas da Comissão Directiva; (ii) são compaginàveis com os objectivos específicos e indicadores do ON.2; (iii) rigidificam, e em que medida, o processo de gestão; e, por outro, que alterações, porventura, devem ser promovidas.

(5) Custos de Transacção

A gestão de um programa como o ON.2 pressupõe a realização, em termos mais ou menos formais, de uma série de contratos (entre a Autoridade de Gestão e a Comissão Europeia, os Organismos Intermédios, as Comunidades Intermunicipais, os beneficiários, etc) que, por definição, são sempre incompletos. Os modelos de governação do ON.2 e o do QREN têm em vista, exactamente, assegurar as tarefas de celebração, monitorização, avaliação e renegociação desses contratos. Importa, através das questões associadas a este tema, verificar se os custos (de oportunidade, muitos deles) inerentes a estas tarefas ("custos de transacção") são suportáveis (pelos diversos intervenientes na gestão do ON.2) e adequados aos benefícios privados e sociais gerados por este instrumento de política regional. Pretende-se com as respostas às questões, assentes em Estudos de caso (respeitantes às tipologias mais relevante), analisar se os procedimentos que se iniciam com o lançamento dos "Avisos", passando pela provação das operações, celebração de contratos e início da execução, e se conclui com o reembolso do último pedido de pagamento, são os que permitem minimizar estes "custos de transacção".

(6) Plano de Comunicação

O Plano de Comunicação do ON.2 – "O Novo Norte" funda-se em torno de quatro objectivos. Um de natureza mais global, que prevê a indução de uma associação entre a política de coesão, os Fundos Estruturais (através do Programa Operacional Regional em concreto), a ideia da construção da União Europeia e de uma cidadania que lhe corresponda. Dois outros de natureza mais operacional, relacionados com a notoriedade pública e a acessibilidade ao Programa Operacional, que visam dinamizar a procura de financiamento tendo em consideração a oferta existente em sentido amplo, abrangendo aqui aspectos de estratégia de desenvolvimento regional e dos seus objectivos que estão explicitados no ON.2 – "O Novo Norte", as oportunidades de financiamento específicas que propicia e os seus resultados (esperados ou efectivos). Um objectivo final pretende potenciar uma outra (ideia da) Região do Norte, NUTS II onde este Programa Regional se insere, mais empreendedora, mais criativa, tecnologicamente mais desenvolvida, que permita responder aos desafios de desenvolvimento que o próprio ON.2 – "O Novo Norte" coloca. Este é o sentido estratégico deste Plano de Comunicação e é sobre o "road map" que ele implica que se deve focar o exercício de avaliação. As questões associadas a este tema visam, portanto, construir esse roteiro de avaliação.

A realização deste exercício de avaliação e, em particular, a efectiva resposta às questões suscitadas a partir destes seis temas, pretende assegurar a consecução dos seguintes objectivos operacionais:

- Averiguar da existência (ou não) de desvios consideráveis na consecução dos objectivos do ON.2 – "O Novo Norte", procurando, se for caso disso, explicações para eles e, consequentemente, apresentando propostas que melhorem a eficácia de gestão;
- Avaliar da qualidade dos dispositivos financeiros, técnicos administrativos e de governação do ON.2 – "O Novo Norte", enquanto instrumentos fundamentais para a sua gestão, e, caso seja necessário, apresentar propostas que os permitam ajustar.

No início o ano de 2010, o referido Caderno de Encargos foi aprovado pela Comissão Directiva, que, a seguir, desenvolveu os necessários procedimentos de contratação pública para a selecção da equipa de avaliadores. Essa equipa encontra-se seleccionada (CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano). Num primeiro momento, a equipa de avaliação apresentou, de acordo com o Caderno de Encargos estabelecido, o Relatório Inicial, onde consta a metodologia de avaliação detalhada e ajustada, após a recolha das

primeiras informações decorrente dos primeiros contactos com o Grupo de Acompanhamento (que integra a Autoridade de Gestão do ON.2 – "O Novo Norte", o Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte, o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional I.P. e o Observatório do QREN). Esse Relatório foi devidamente analisado pelo Grupo de Acompanhamento e, com base no parecer emitido por esse Grupo, aprovado pela Comissão Directiva do ON.2.

Posteriormente, já no ano de 2011, foi entregue o Relatório Final Preliminar. Esse Relatório, como o anterior, foi devidamente analisado pelo Grupo de Acompanhamento e, com base no parecer emitido por esse Grupo, aprovado pela Comissão Directiva do ON.2. Esse Relatório responde a todas as questões de avaliação e enuncia, em versão preliminar, as principais conclusões e recomendações. Esse Relatório, conjuntamente com a apreciação do Grupo de Acompanhamento e da Comissão Directiva, permite focalizar as seguintes questões que merecerão no Relatório Final, a enviar brevemente pela equipa de avaliação, uma conclusão definitiva.

(1) "Follow up" da Avaliação "ex ante"

Os titulares do governo passaram a constituir-se, através das respectivas Comissões Ministeriais de Coordenação, como órgãos de governação do QREN. Nos períodos de programação anteriores exerciam o dever de tutela. Esta alteração reconfigurou o modelo de gestão dos PO do QREN, com consequências, não só nas funções exercidas por esses titulares como no exercício de funções de todos os restantes órgãos de governação do QREN (CTC, Autoridades de Certificação, Autoridades de Gestão, etc).

O modelo de escrutínio público da gestão sofreu uma alteração muito sensível neste período de programação. Acabaram-se as Unidades de Gestão. Reduziram-se as competências das Comissões de Acompanhamento (muitas delas transitaram para as respectivas CMC) e a representação ficou mais circunscrita (o número de membros reduziu-se significativamente). Em contrapartida, criou-se a Comissão de Aconselhamento Estratégico e o Observatório das Dinâmicas Regionais.

(2) Execução vs programação

A execução, pelo menos num primeiro momento, esteve muito dependente do encerramento do QCA III e da implementação de um novo modelo normativo de estão dos Fundos Estruturais, assente em Regulamentos Específicos. Esses Regulamentos alteraram significativamente o modelo de gestão, através da generalização de um sistema de concursos. Num segundo momento, as dificuldades de financiamento da economia regional vêm condicionando, em algum grau, a capacidade dos promotores assegurarem a respectiva contrapartida nacional.

As aprovações acabaram por decorrer de forma expectável, com um atraso no início, mas que são compatíveis com a programação, não só em termos globais como relativamente a cada um dos Eixos, apesar de persistirem algumas diferenças. Verifica-se, isso sim, um nível de co-financiamento FEDER aprovado superior ao programado, especialmente no eixo que compota os sistemas de Incentivo. A programação foi efectuada com base em taxas líquidas de subsídio reembolsável, a aprovação assenta em taxas líquidas de co-financiamento que, numa primeira fase, tem um carácter não reembolsável.

(3) Execução vs realização e resultados

As diferenças registadas nas realizações e resultados, face à programação, derivam em muito de uma menor adequação da estrutura dos Regulamentos Específicos, de âmbito nacional, à árvore de objectivos do ON.2, nomeadamente no que se refere à concentração dos Sistemas de Incentivos no Eixo 1, à criação das Estratégias de Eficiência Colectiva e, em menor grau, à contratualização.

Assim, os desvios registados num ou noutro indicador resultam da inexistência de Regulamentos Específicos

adequados para o efeito (quer pelas tipologias previstas, quer pela sua articulação com a árvore de objectivos do ON.2). Noutras, não terão sido, porventura, lançados os respectivos "Avisos". Noutras ainda, foram lançados os "Avisos", mas sendo Avisos de "banda larga", nem sempre a metodologia de selecção adoptada e prevista nos Regulamentos Específicos permitiu uma selecção de operações compatível com esses indicadores. Essas questões relevam, quando se sabe que muitos "Avisos" foram lançados ao mesmo tempo por todos os PO, por determinação das tutelas e da CMC.

(4) Parcerias (na gestão)

As PRU e as RUCI resultam de objectivos específicos bem definidos no PO e têm suporte em Regulamentos Específicos estabelecidos para esse efeito. O PROVERE é diferente. Está, de facto, previsto um objectivo específico do PO no que respeita ao apoio aos territórios de baixa densidade. No entanto, a regulamentação que enquadra os PROVERE é, de certa forma, externa aos Regulamentos Específicos do PO. O Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva é um regulamento que, na prática, permite o cruzamento de vários Regulamentos Específicos do PO Regional, dos PO Temáticos, do PRODER e PROMAR a propósito de Programas de Acção aprovados. O caso da Contratualização com as CIM, então, é radicalmente diferente de qualquer das outras. Cada PTD aprovado não corresponde a um dado objectivo específico, não é suportado por nenhum Regulamento Específico de forma exclusiva, não tem um contributo exclusivo para um único indicador. As operações que deles resultam é que correspondem a um determinado objectivo específico, estão sustentadas num determinado Regulamento Específico e permitem a concretização de um dado indicador. Estes diferentes modelos de parceria têm consequências diversas no que respeita à concretização do ON.2 e dos seus objectivos de forma coerente em termos estratégicos.

As avaliações e reprogramações dos Planos e Programas subjacentes a estas parcerias têm consequências sobre a maior ou menor rigidez da gestão. A Contratualização e o PROVERE são objecto de avaliação e, em função desses exercícios, podem ser reprogramados. No caso das PRU e RUCI tal não acontece. Os planos das PRU e RUCI (quase que) têm de ser executados nos exactos termos em que foram aprovados. Os níveis de flexibilidade da gestão nuns casos e noutros são diferentes, por diversas razões, mas, em muito, por esta.

(5) Custos de Transacção

Os "custos de transacção" dependem, muito, dos actuais Regulamentos Específicos e do "Compliance Assessment". Assim, ao optar-se pelo regime de concurso, todas as candidaturas têm que, em cada um deles, ser comparadas com todas as outras. Só quando todas as candidaturas estão em condições de ser analisadas é que o processo se conclui. Assim, quando são solicitados esclarecimentos adicionais a um dado promotor no que respeita a uma dada candidatura, este procedimento não tem só efeitos suspensivos relativamente ao prazo de análise dessa candidatura. Na prática, tem efeitos suspensivos relativamente ao prazo de análise de todas as candidaturas.

Mesmo assim, a apreciação dos beneficiários sobre o desempenho do ON.2, aos mais diversos níveis (desde a Comissão directiva aos Secretariados Técnicos) é muito positiva.

(6) Plano de Comunicação

O Plano de Comunicação do ON.2 – "O Novo Norte" tem vindo a ser executado de acordo com o previsto. As alterações devem-se tão-somente as necessidades de adaptação do planeado face à evolução do próprio processo de implementação do ON.2 como um todo. De acordo com as diferentes fases do período de vida útil do Programa, releva mais um tipo ou outro de iniciativas e públicos-alvo.

Articulação entre o Plano de Avaliação do ON.2 e o PGA

Como se referiu, o Plano de Avaliação do ON.2 – "O Novo Norte" é parte integrante do PGA, que não resulta de um mero somatório de planos de avaliação dos diferentes PO, mas sim

de um instrumento de planeamento coerente sobre o modelo de avaliação “on going” adoptado pelo Estado Português no actual período de programação.

Assim sendo, os exercícios de avaliação ao nível do PO inserem-se num contexto mais amplo de nível QREN. É nesse contexto que a importância da “Avaliação da Operacionalização do ON.2 - "O Novo Norte" no Contexto da Estratégia do QREN”, tendo em consideração as conclusões e recomendações a que chegar, deve ser aferida. Não só este exercício contribui para os objectivos do PGA como, por outro lado, os restantes exercício de avaliação previsto no PGA, com incidência na Região do Norte, não podem deixar de ser considerados neste exercício de avaliação mais específico.

Em 2010 dois exercícios de avaliação com carácter transversal foram terminados, a “Avaliação Global da Implementação do QREN” da responsabilidade do Observatório do QREN, e a “Avaliação dos Regulamentos Específicos dos PO FEDER e Fundo de Coesão” da responsabilidade do IFDR, IP.. A Autoridade de Gestão do ON.2 foi, em diversos momentos, auscultada pelas respectivas equipas de avaliação no âmbito da realização destes exercícios, tendo transmitido, mais do que a informação quantitativa solicitada, a sua apreciação e experiência sobre os aspectos transversais de implementação do QREN que impendem sobre o ON.2 e, em particular, sobre os Regulamentos Específicos.

Importa relembrar os principais objectivos de cada um destes exercícios de avaliação.

Designação	Incidência	Objectivos
Avaliação Global da Implementação do QREN	QREN	Avaliar o contributo das intervenções operacionais no âmbito do QREN, para a prossecução dos respectivos objectivos globais, para os objectivos da Política de Coesão e para a prossecução das Orientações Estratégicas Comunitárias. Contributo para a revisão intercalar da política de coesão e input para contributo do Observatório do QREN para o relatório sobre o contributo dos PO para a execução das políticas de coesão e outras políticas comunitárias.
Avaliação dos	PO FEDER	Avaliar a adequação dos Regulamentos

Regulamentos Específicos dos PO FEDER e Fundo de Coesão	e Fundo de Coesão	Específicos e os resultados alcançados com a sua aplicação, de modo a introduzir os ajustamentos que se vierem a identificar como necessários.

No que se refere ao exercício de avaliação da operacionalização do QREN, o facto de este ter precedido a "Avaliação da Operacionalização do ON.2 - "O Novo Norte"' no Contexto da Estratégia do QREN", permitiu, sem dúvida, melhorar a eficácia e pertinência das conclusões e recomendações deste.

Conforme referido, algumas das necessidades específicas de avaliação do ON.2 são satisfeitas em conjunto com outros Programas Regionais e Temáticos, em diversos exercícios transversais que se encontram previstos PGA. Com efeito, englobar num número mais reduzido de exercícios de avaliação um conjunto de questões comuns a diversos PO permite tornar mais práticos os processos de contratação e, sem dúvida, reduzir os seus custos. Essas abordagens transversais, por outro lado, têm vindo a ser implementadas com o envolvimento de todos os PO relevantes, por forma a que as especificidades de cada um deles sejam tomadas em devida consideração e que os objectivos dos seus próprios planos de avaliação não sejam postos em causa.

Rede de Interlocutores de Avaliação do QREN

A nova perspectiva de avaliação introduzida no actual período de programação, designada por "avaliação "on going"" conduziu à definição de um inovador enquadramento institucional de suporte a um exigente processo de planeamento, dinamização e acompanhamento de todo o processo de avaliação, de forma a assegurar a coerência e a interligação entre os diversos exercícios de avaliação a desenvolver ao longo do período de vigência do QREN.

O documento do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, no seu capítulo 6.8 "Monitorização e Avaliação do Programa Operacional, prevê, em concreto, a constituição da Rede de Avaliação do QREN 2007-2013, composta pelo Observatório do QREN (que coordena) por representantes dos Centros de Racionalidade Temática e dos Centros de Observação das Dinâmicas Regionais, e, ainda, por representantes das Autoridades de Certificação (IFDR, IP e IGFSE, IP) e das Autoridades de Gestão de todos os Programas Operacionais do QREN. Esta Rede tem como principais funções contribuir para a preparação e acompanhamento da execução do Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas

Operacionais 2007-2013, sistematizando a informação e as propostas de exercícios de avaliação a realizar por iniciativa das diferentes entidades representadas, no sentido da sua harmonização e articulação, por forma a evitar a sobreposição de exercícios em áreas temáticas semelhantes, bem como a aproveitar as sinergias provenientes da colocação do conhecimento de cada entidade ao serviço de todos.

Assumindo uma particular responsabilidade no fomento da valorização dos exercícios de avaliação, a Rede de Interlocutores de Avaliação assegura a prossecução dos seguintes princípios: (i) Princípio da independência - que se traduz na realização de exercícios de avaliação por entidades (internas ou externas à Administração Pública), mas, sempre, funcionalmente independentes das Autoridades de Gestão e das entidades com responsabilidades na Monitorização Estratégica ou Operacional do QREN e dos Programas Operacionais; (ii) Princípio da parceria - que consiste no estímulo à participação dos agentes relevantes ao longo do processo de planeamento e operacionalização das avaliações, bem como de divulgação e análise dos seus resultados; (iii) Princípio da transparência - que se consubstancia na divulgação dos resultados relevantes dos exercícios de avaliação, bem como na sua utilização como recurso para a qualificação do debate público.

No ano de 2008, a Rede de Interlocutores de Avaliação do QREN foi instituída e dinamizada, pelo Observatório do QREN, com o objectivo primordial de dinamizar a elaboração do Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013, conforme previsto no Decreto-Lei 312/2007 de 17 de Setembro (alterado e republicado no DL 74/2008, de 22 de Abril).

Durante o ano de 2010 as actividades da Rede de Interlocutores de Avaliação centraram-se, num primeiro momento, no trabalho de definição da metodologia de indicadores (de realização, de resultado e de impacte) de monitorização física do QREN e da monitorização da avaliação ambiental estratégica. Ainda em matéria de indicadores foi discutida a metodologia para a definição de metas nos indicadores comuns comunitários. No segundo semestre, assumiram maior importância os trabalhos e elaboração de documentos relativos ao enquadramento e definição de metodologias/orientações para as tarefas a realizar no biénio 2011/2012. Neste âmbito foi inciado o processo de realização dos seguintes documentos: “Orientações para o Follow-up das avaliações” e “Orientações para o próximo ciclo de avaliações intercalares do QREN e dos PO”.

Datas	Descrição das reuniões
26-01-2010	Na sétima reunião da rede foi apresentado e discutido o relatório inicial do exercício de "Avaliação global da implementação do QREN". Conforme já referido iniciou-se a discussão da metodologia dos indicadores físicos (realização, resultados e de impacte) e de monitorização da avaliação ambiental estratégica do QREN (foi efectuada uma reunião extra apenas com os PO FEDER e Fundo de Coesão). Finalmente foi efectuado um ponto de situação do "Plano Global de Avaliação do QREN e dos PO". Neste âmbito, foram ainda discutidas algumas acções futuras, tais como, a divulgação dos resultados das avaliações em curso, o follow-up das recomendações dos exercícios de avaliação e a preparação das avaliações intercalares.
21-04-2010	Na oitava reunião foi iniciado o processo de definição da metodologia de trabalho para a preparação de proposta de metas para os indicadores comuns comunitários. Os restantes assuntos discutidos prendem-se com o ponto de situação habitual do Plano Global de Avaliação; com o lançamento da avaliação macroeconómica do QREN e o desenvolvimento do exercício relativo à adicionalidade da responsabilidade do Observatório do QREN e, a elaboração do Relatório de monitorização do QREN 2009, a realizar pelo Observatório do QREN, em colaboração com as Autoridades de Gestão e os Centros de Observação das Dinâmicas Regionais.
05-07-2010	Na nona reunião da rede de interlocutores de avaliação a ordem de trabalhos centrou-se na discussão dos seguintes temas: o balanço da implementação do Plano Global de Avaliação (PGA) do QREN e dos PO, o follow-up das avaliações e a preparação das avaliações intercalares. Relativamente a estes dois últimos assuntos o Observatório referiu a intenção de realizar um documento de orientações para auxílio na implementação do follow-up e das avaliações intercalares, tendo-se comprometido a apresentar uma versão preliminar para discussão em futuras reuniões.
13-10-2010	Finalmente, a décima, e última reunião do ano da rede de avaliação foram apresentados dois trabalhos realizados pelo Observatório do QREN sobre os seguintes temas: "O 1º Ciclo de Avaliações do QREN e dos PO – Síntese dos Principais Resultados e Recomendações" e "Resultados dos questionários aplicados aos membros dos Grupos de Acompanhamento das Avaliações". Foram ainda discutidos os dois documentos de orientações que o Observatório se tinha comprometido a realizar: "Orientações para o Follow-up das avaliações" e "Orientações para o próximo ciclo de avaliações intercalares do QREN e dos PO". Conforme referido na reunião de 21 de Abril o Observatório contratou os serviços do DPP - Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, para efectuar a avaliação de metodologias para a avaliação do impacto macroeconómico do QREN, neste âmbito foram apresentadas pela equipa do DPP os primeiros resultados da Avaliação do Impacto Macroeconómico do QREN. Finalmente, foi apresentado por todos os representantes presentes o ponto de situação dos respectivos exercícios de avaliação previstos no PGA.

Importa referir, por fim, que a representação na Rede de Interlocutores de Avaliação é efectuada, por uma lado, ao nível da Autoridade de Gestão do ON.2 – "O Novo Norte" e, por outro lado, ao nível do Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte da CCDR-N. No ano de 2010, foi delegada a representação da Autoridade de Gestão do ON.2 no Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte em todas as reuniões da Rede de Interlocutores de Avaliação.

2.7.11.1 Articulação entre o Plano de Avaliação do ON.2 e o PGA

Como se referiu, o Plano de Avaliação do ON.2 – "O Novo Norte" é parte integrante do PGA, que não resulta de um mero somatório de planos de avaliação dos diferentes PO, mas sim de um instrumento de planeamento coerente sobre o modelo de avaliação "on going" adoptado pelo Estado Português no actual período de programação.

Assim sendo, os exercícios de avaliação ao nível do PO inserem-se num contexto mais amplo de nível QREN. É nesse contexto que a importância da "Avaliação da Operacionalização do ON.2 - "O Novo Norte" no Contexto da Estratégia do QREN", tendo em consideração as conclusões e recomendações a que chegar, deve ser aferida. Não só este exercício contribui para os objectivos do PGA como, por outro lado, os restantes exercício de avaliação previsto no PGA, com incidência na Região do Norte, não podem deixar de ser considerados neste exercício de avaliação mais específico.

Em 2010 dois exercícios de avaliação com carácter transversal foram terminados, a "Avaliação Global da Implementação do QREN" da responsabilidade do Observatório do QREN, e a "Avaliação dos Regulamentos Específicos dos PO FEDER e Fundo de Coesão" da responsabilidade do IFDR, IP.. A Autoridade de Gestão do ON.2 foi, em diversos momentos, auscultada pelas respectivas equipas de avaliação no âmbito da realização destes exercícios, tendo transmitido, mais do que a informação quantitativa solicitada, a sua apreciação e experiência sobre os aspectos transversais de implementação do QREN que impendem sobre o ON.2 e, em particular, sobre os Regulamentos Específicos.

Importa relembrar os principais objectivos de cada um destes exercícios de avaliação.

Designação	Incidência	Objectivos
Avaliação Global da Implementação do QREN	QREN	Avaliar o contributo das intervenções operacionais no âmbito do QREN, para a prossecução dos respectivos objectivos globais, para os objectivos da Política de Coesão e para a prossecução das Orientações Estratégicas Comunitárias. Contributo para a revisão intercalar da política de coesão e input para contributo do Observatório do QREN para o relatório sobre o contributo dos PO para a execução das políticas de coesão e outras políticas comunitárias.
Avaliação dos Regulamentos Específicos dos PO FEDER e Fundo de Coesão	PO FEDER e Fundo de Coesão	Avaliar a adequação dos Regulamentos Específicos e os resultados alcançados com a sua aplicação, de modo a introduzir os ajustamentos que se vierem a identificar como necessários.

No que se refere ao exercício de avaliação da operacionalização do QREN, o facto de este ter precedido a “Avaliação da Operacionalização do ON.2 - "O Novo Norte"' no Contexto da Estratégia do QREN”, permitiu, sem dúvida, melhorar a eficácia e pertinência das conclusões e recomendações deste.

Conforme referido, algumas das necessidades específicas de avaliação do ON.2 são satisfeitas em conjunto com outros Programas Regionais e Temáticos, em diversos exercícios transversais que se encontram previstos PGA. Com efeito, englobar num número mais reduzido de exercícios de avaliação um conjunto de questões comuns a diversos PO permite tornar mais práticos os processos de contratação e, sem dúvida, reduzir os seus custos. Essas abordagens transversais, por outro lado, têm vindo a ser implementadas com o envolvimento de todos os PO relevantes, por forma a que as especificidades de cada um deles sejam tomadas em devida consideração e que os objectivos dos seus próprios planos de avaliação não sejam postos em causa.

2.7.11.2 Rede de Interlocutores de Avaliação do QREN

A nova perspectiva de avaliação introduzida no actual período de programação, designada por "avaliação "on going"" conduziu à definição de um inovador enquadramento institucional de suporte a um exigente processo de planeamento, dinamização e acompanhamento de todo o processo de avaliação, de forma a assegurar a coerência e a interligação entre os diversos exercícios de avaliação a desenvolver ao longo do período de vigência do QREN.

O documento do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, no seu capítulo 6.8 "Monitorização e Avaliação do Programa Operacional, prevê, em concreto, a constituição da Rede de Avaliação do QREN 2007-2013, composta pelo Observatório do QREN (que coordena) por representantes dos Centros de Racionalidade Temática e dos Centros de Observação das Dinâmicas Regionais, e, ainda, por representantes das Autoridades de Certificação (IFDR, IP e IGFSE, IP) e das Autoridades de Gestão de todos os Programas Operacionais do QREN. Esta Rede tem como principais funções contribuir para a preparação e acompanhamento da execução do Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013, sistematizando a informação e as propostas de exercícios de avaliação a realizar por iniciativa das diferentes entidades representadas, no sentido da sua harmonização e articulação, por forma a evitar a sobreposição de exercícios em áreas temáticas semelhantes, bem como a aproveitar as sinergias provenientes da colocação do conhecimento de cada entidade ao serviço de todos.

Assumindo uma particular responsabilidade no fomento da valorização dos exercícios de avaliação, a Rede de Interlocutores de Avaliação assegura a prossecução dos seguintes princípios: (i) Princípio da independência - que se traduz na realização de exercícios de avaliação por entidades (internas ou externas à Administração Pública), mas, sempre, funcionalmente independentes das Autoridades de Gestão e das entidades com responsabilidades na Monitorização Estratégica ou Operacional do QREN e dos Programas Operacionais; (ii) Princípio da parceria - que consiste no estímulo à participação dos agentes relevantes ao longo do processo de planeamento e operacionalização das avaliações, bem como de divulgação e análise dos seus resultados; (iii) Princípio da transparência - que se consubstancia na divulgação dos resultados relevantes dos exercícios de avaliação, bem como na sua utilização como recurso para a qualificação do debate público.

No ano de 2008, a Rede de Interlocutores de Avaliação do QREN foi instituída e dinamizada, pelo Observatório do QREN, com o objectivo primordial de dinamizar a elaboração do Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013, conforme previsto no Decreto-Lei 312/2007 de 17 de Setembro (alterado e republicado no DL 74/2008, de 22 de Abril).

Durante o ano de 2010 as actividades da Rede de Interlocutores de Avaliação centraram-se, num primeiro momento, no trabalho de definição da metodologia de indicadores (de realização, de resultado e de impacte) de monitorização física do QREN e da monitorização da avaliação ambiental estratégica. Ainda em matéria de indicadores foi discutida a metodologia para a definição de metas nos indicadores comuns comunitários. No segundo semestre, assumiram maior importância os trabalhos e elaboração de documentos relativos ao enquadramento e definição de metodologias/orientações para as tarefas a realizar no biénio 2011/2012. Neste âmbito foi inciado o processo de realização dos seguintes documentos: "Orientações para o Follow-up das avaliações" e "Orientações para o próximo ciclo de avaliações intercalares do QREN e dos PO".

Datas	Descrição das reuniões
26-01-2010	Na sétima reunião da rede foi apresentado e discutido o relatório inicial do exercício de "Avaliação global da implementação do QREN". Conforme já referido iniciou-se a discussão da metodologia dos indicadores físicos (realização, resultados e de impacte) e de monitorização da avaliação ambiental estratégica do QREN (foi efectuada uma reunião extra apenas com os PO FEDER e Fundo de Coesão). Finalmente foi efectuado um ponto de situação do "Plano Global de Avaliação do QREN e dos PO". Neste âmbito, foram ainda discutidas algumas acções futuras, tais como, a divulgação dos resultados das avaliações em curso, o *follow-up* das recomendações dos exercícios de avaliação e a preparação das avaliações intercalares.
21-04-2010	Na oitava reunião foi iniciado o processo de definição da metodologia de trabalho para a preparação de proposta de metas para os indicadores comuns comunitários. Os restantes assuntos discutidos prendem-se com o ponto de situação habitual do Plano Global de Avaliação; com o lançamento da avaliação macroeconómica do QREN e o desenvolvimento do exercício relativo à adicionalidade da responsabilidade do Observatório do QREN e, a elaboração do Relatório de monitorização do QREN 2009, a realizar pelo Observatório do QREN, em colaboração com as Autoridades de Gestão e os Centros de Observação das Dinâmicas Regionais.
05-07-2010	Na nona reunião da rede de interlocutores de avaliação a ordem de trabalhos centrou-se na discussão dos seguintes temas: o balanço da implementação do Plano Global de Avaliação (PGA) do QREN e dos PO, o *follow-up* das avaliações e a preparação das avaliações intercalares. Relativamente a estes dois últimos assuntos o Observatório referiu a intenção de realizar um documento de orientações para auxílio na implementação do follow-up e das avaliações intercalares, tendo-se comprometido a apresentar uma versão preliminar para discussão em futuras reuniões.
13-10-2010	Finalmente, a décima, e última reunião do ano da rede de avaliação foram apresentados dois trabalhos realizados pelo Observatório do QREN sobre os seguintes temas: "O 1º Ciclo

	de Avaliações do QREN e dos PO – Síntese dos Principais Resultados e Recomendações" e "Resultados dos questionários aplicados aos membros dos Grupos de Acompanhamento das Avaliações". Foram ainda discutidos os dois documentos de orientações que o Observatório se tinha comprometido a realizar: "Orientações para o Follow-up das avaliações" e "Orientações para o próximo ciclo de avaliações intercalares do QREN e dos PO". Conforme referido na reunião de 21 de Abril o Observatório contratou os serviços do DPP - Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, para efectuar a avaliação de metodologias para a avaliação do impacto macroeconómico do QREN, neste âmbito foram apresentadas pela equipa do DPP os primeiros resultados da Avaliação do Impacto Macroeconómico do QREN. Finalmente, foi apresentado por todos os representantes presentes o ponto de situação dos respectivos exercícios de avaliação previstos no PGA.

Importa referir, por fim, que a representação na Rede de Interlocutores de Avaliação é efectuada, por uma lado, ao nível da Autoridade de Gestão do ON.2 – "O Novo Norte" e, por outro lado, ao nível do Centro de Observação das Dinâmicas Regionais do Norte da CCDR-N. No ano de 2010, o Observatório representou a Autoridade de Gestão do ON.2 em todas as reuniões da Rede de Interlocutores de Avaliação.

2.7.11.3. Avaliação Ambiental Estratégica

A preparação do QREN no seu conjunto e de todos os seus Programas Operacionais (onde se inclui o ON.2 – "O Novo Norte") foi acompanhada de um processo de Avaliação Ambiental Estratégia (AAE), dando cumprimento às da Directiva 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Julho, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente. No momento seguinte, transpuseram-se para os dispositivos institucionais de gestão do ON.2 as preocupações, conclusões e recomendações da AAE[8].

A consideração da AAE na montagem do ON.2, quer na sua vertente mais programática, quer na sua dimensão operacional, não basta para se garantir os seus efeitos na salvaguarda das questões ambientais. É preciso assegurar que na sua execução os resultados estão de acordo com o esperado. A Autoridade de Gestão assumiu, assim, responsabilidades em matéria de controlo dos efeitos ambientais da execução do ON.2. No quadro da monitorização ambiental e de sustentabilidade, e de acordo com as medidas de controlo previstas, denominadas no Relatório Ambiental[9] do "Programa de Gestão e Monitorização Ambiental", a Autoridade de Gestão procede, de forma contínua, à aferição dos efeitos sobre o ambiente decorrentes da execução do ON.2, numa perspectiva de avaliação de desempenho ambiental, avaliando em que medida estão a ser consideradas as recomendações decorrentes deste processo.

Assim sendo, a Autoridade de Gestão do ON.2 assegura, em complementaridade com o Observatório do QREN, uma efectiva monitorização ambiental e de sustentabilidade da implementação deste Programa Operacional. Esse trabalho conjunto resulta da necessidade de também se interpretaram os resultados dessa monitorização, que a seguir se apresentam, no âmbito mais alargado do QREN como um todo.

2.7.11.3.1. Metodologia de análise

A metodologia de análise a que se recorre para a elaboração deste exercício não é nova. Foi desenvolvida no mesmo capítulo do Relatório de Execução do exercício anterior. Esse capítulo, conjuntamente com o Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente

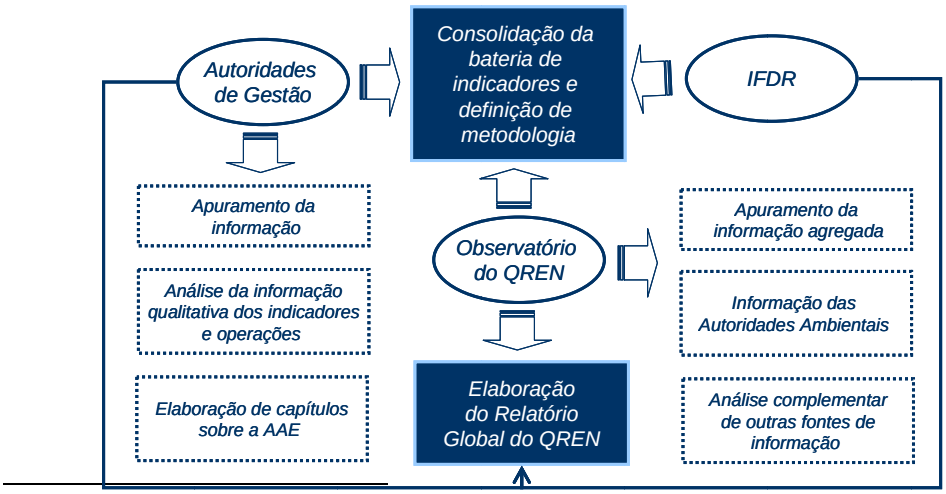
[8] Todo este processo foi descrito com exaustividade no Relatório de Execução do exercício anterior e seria, portanto, redundante voltar a descrevê-lo de novo.
[9] Antunes, P., G. Lobo, N. Videira, R. Santos, S. Vaz, T. Fernandes, T. Ramos, (2007), Relatório Ambiental. Avaliação Ambiental Estratégica das Intervenções Estruturais Co-Financiadas pelo FEDER e/ou pelo Fundo de Coesão. Quadro de Referencia Estratégico Nacional 2007-2013. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa.

decorrentes da aplicação do QREN, traduziu-se num primeiro reporte enquadrado nos requisitos de "follow up" inerentes ao regime de AAE[10].

A componente metodológica de suporte à participação e consulta pública e ao envolvimento de todos os agentes neste processo consubstanciou-se na realização de um evento de divulgação e discussão pública, realizado em Beja a 8 de Outubro de 2010[11], e na disponibilização do Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN no "website" do QREN. Este Relatório foi, depois, remetido à Agência Portuguesa do Ambiente, que o disponibilizou igualmente no seu "website". Todo este processo foi muito esclarecedor quanto ao interesse dos parceiros institucionais na área do ambiente e dos cidadãos em geral na análise dos resultados deste exercício efectuado aos mais diversos níveis do modelo de governação do QREN.

De acordo com o estabelecido no regime nacional da avaliação ambiental estratégica, terá que ser efectuado, neste capítulo, efectuado um novo balanço dos resultados obtidos pelo sistema de monitorização ambiental estratégica aplicado ao ON.2, que será incorporado em novo Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN, que, por sua vez, será objecto de um novo processo de participação e consulta pública.

A criação e consolidação do sistema de avaliação ambiental estratégica tem sido um exercício complexo, que se encontra, sempre, em progressivo aperfeiçoamento.



[10] De acordo com o Decreto-lei nº 232/2007, as "Entidades responsáveis pela elaboração do "Programa" deverão avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da sua aplicação (…) e "Os resultados do controlo são divulgados pelas entidades referidas (…) através de meios electrónicos e actualizados com uma periodicidade mínima anual". O mesmo diploma define ainda que "Os resultados do controlo realizado (…) são remetidos à APA, cabendo a esta entidade, por sua vez, assegurar o intercâmbio dessa informação com a Comissão Europeia, bem como a sua disponibilização a todos os interessados".

11 O reporte do ON.2 foi seleccionado como o "estudo de caso" dos Programas Operacionais Regionais para efeitos de apresentação nesse evento.

No reporte referente a 2009 a quantificação de alguns dos indicadores de monitorização ambiental estratégica (MEA) nem sempre foi viável. Por um lado, em algumas áreas, ainda não se registavam, à data de análise daquele exercício, operações aprovadas e contratadas, pelo que a sua quantificação não se justificava; por outro, alguns destes indicadores não são quantificáveis por dificuldade no seu apuramento, requerendo procedimentos específicos de cálculo ou estimação, cuja concretização se verificará apenas em futuros exercícios, beneficiando do recurso a especialistas externos12. Na mesma situação se encontram alguns dos indicadores que permitem mediar o nível de concretização das Recomendações, cuja informação passível de recolha pela Autoridade de Gestão requer um reforço de apuramento através de estudos de caso e avaliações específicas

Atendendo, assim, às necessidades de recolha e de análise de informação que emergiram do exercício realizado no ano passado, foram definidos mecanismos suplementares de aferição que passamos a descrever:

- Realização de estudo relativo a Alterações do Uso do Solo induzidas pelos Projectos Apoiados e a Afectação de Ecossistemas Sensíveis para a conservação da natureza (este estudo apresentará informação em 3 momentos – no início de 2012 relativo aos anos anteriores, após o que será actualizado em 2013 e 2014) que permite contribuir para: (i) identificar as alterações de uso do solo directamente induzidas pelos projectos apoiados; (ii) identificar a contribuição do PO para os seguintes objectivos estratégicos13 estabelecidos na Avaliação Ambiental Estratégica: reduzir a taxa de perda de biodiversidade, reduzir as pressões humanas sobre a biodiversidade; manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas;

- Realização de avaliação no início de 2013 sobre consumo de materiais associados à execução de projectos apoiados pelo PO incorporando as seguintes dimensões: (i) padrão de consumo de materiais associados aos projectos apoiados; (ii) intensidade de materiais dos projectos apoiados; (iii) padrão de consumo de energia dos projectos apoiados; (iv) intensidade energética dos projectos apoiados; (v) padrão de consumo de água dos projectos apoiados.

12 Estão neste caso, por exemplo, os indicadores referentes a emissões GEE ou de consumos energéticos.
13 A prossecução destes objectivos pressupõe a salvaguarda das Áreas Classificadas (AC) para a conservação da natureza e da biodiversidade, designadamente, os sítios da Rede Natura 2000 (ZPE e ZEC) e as áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas (AP). Este indicador permite determinar a extensão de sobreposição das intervenções apoiadas com as AC.

O ano de 2009 foi o primeiro em que se coligiu de forma mais sistemática a informação relevante para efeitos da monitorização da Avaliação Ambiental Estratégica. Procurou-se estabilizar os conceitos e preparar todo o sistema de informação para dar resposta às necessidades. Esse primeiro exercício nem sempre foi isento de dificuldades. A experiência permitiu melhor alguns dos procedimentos adoptados. Em 2010, por exemplo, foi possível normalizar a aplicação dos conceitos para todos os PO do QREN. Foi possível também alargar, para vários indicadores, a sua cobertura, envolvendo não só as candidaturas analisadas directamente pelos Secretariados Técnicos como outras cuja apreciação é da responsabilidade dos Organismos Intermédios, nomeadamente as que respeitam ao investimento empresarial.

Estes melhoramentos na metodologia permitem um retrato mais fiel dos impactos no ambiente, positivos e negativos, decorrentes da execução do ON.2. Esta é, sem dúvida, uma grande vantagem. Em contrapartida, os resultados obtidos em 2010 só são comparáveis com os de 2009 se se tiverem em conta esses melhoramentos

A análise que se segue procura reflectir duas dimensões fundamentais do processo de "follow-up" da AAE: (i) o desempenho ambiental e de sustentabilidade do ON.2 e (ii) o grau de cumprimento das recomendações da AAE.

2.7.11.3.2. Análise do desempenho ambiental e de sustentabilidade do ON.2 – O Novo Norte

Este exercício pressupõe uma associação entre os objectivos estratégicos definidos em AAE os regulamentos e as tipologias de intervenção que para aqueles contribuíam, bem como uma adequada selecção de indicadores para a mensurabilidade do efeito produzido pelo ON.2 nos mencionados objectivos estratégicos.

Em termos gerais, verifica-se que o ON.2 incorpora objectivos explícitos na área do ambiente e da sustentabilidade. Esta não é só uma preocupação transversal inerente à sua gestão, que se encontra transposta, nomeadamente, em todos os Regulamentos Específicos e Avisos relevantes. Existem objectivos de política definidos e, em consequência, estão delineados os respectivos instrumentos que permitem a sua consecução.

O ON.2 integra, desde logo, um Eixo Prioritário ("Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial") dedicado a esta temática. Aí se incluem objectivos específicos e respectivos Regulamentos dirigidos, nomeadamente, à: (i) gestão da orla costeira, da rede hidrográfica e

dos seus recursos, através do ordenamento e preservação da qualidades dos espaços e da valorização sustentável dos seus recursos e outros elementos identitários; (ii) valorização e gestão de áreas ambientalmente críticas, através, nomeadamente, de acções de recuperação e passivos e dissonâncias ambientais e paisagísticas (áreas degradadas afectas à indústria extractiva, sítios e solos contaminados, etc); (iii) recolha selectiva e triagem de resíduos; (iv) valorização e gestão da Rede Natura e da Biodiversidade; (v) prevenção de riscos bióticos e abióticos.

Objectivos desta natureza encontram-se presentes em outros Eixos e respectivos Regulamentos.

Deste modo, os Sistemas de Incentivos (Cfr. Estudo de caso), alocados ao Eixo Prioritário 1, prevêem o apoio específico a investimentos na área do ambiente e da eficiência energética. O Sistemas de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME apresenta neste âmbito duas tipologias de investimento "Ambiente" e "Diversificação e Eficiência Energética". A primeira contempla, entre outros, o apoio a investimentos associados ao controlo de emissões, à realização de auditorias ambientais, à gestão de resíduos, à certificação ambiental e à introdução de tecnologias eco-eficientes. A segunda permite a realização de investimentos que possibilitem o aumento da eficiência energética e a diversificação das fontes de energia utilizadas pelas empresas com base na utilização de recursos renováveis. Ainda no contexto do SI Qualificação PME e para o caso específico de despesas com a aquisição de equipamento que permita superar as normas em matéria de ambiente, o respectivo Regulamento Específico prevê uma majoração da taxa de incentivo a aplicar a estas despesas em 10 p.p., no caso de projectos promovidos por pequenas e micro empresas.

Por outro lado, o Sistema de Incentivos à Inovação contempla nesta matéria e para todas as tipologias de projectos (i) o apoio à aquisição de máquinas e equipamento no contexto da eficiência energética e do ambiente, em particular, os de tratamento e /ou valorização de águas residuais e relativos à redução de emissões para a atmosfera, valorização, tratamento ou destino final de resíduos, redução de ruído para o exterior e de introdução de tecnologias eco-eficientes para a utilização sustentável de recursos naturais; (ii) a instalação de equipamentos energéticos para consumo próprio utilizando fontes renováveis de energia e (iii) investimentos na área de eficiência energética, nomeadamente, assistência técnica a auditorias energéticas, testes e ensaios.

Estudo de caso	
Dados Gerais	• ***Aviso**: Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (NORTE-02-2009-02)* • ***Designação**: Projecto de Desenvolvimento de uma Luminária Pública* • ***Calendarização**: 01-11-2009 a 30-10-2012* • ***Promotor**: Sernis ID - Investigação e Desenvolvimento, Lda.* • ***Investimento Elegível**: 199.545,41Euros* • ***FEDER**:133.206,52 Euros*
Objectivos	• *Desenvolver uma Luminária Pública Inteligente, que possa ser auto-sustentável energeticamente, com recursos renováveis, e auto-ajustável à realidade da circunstância e envolvente externa;* • *Constituir a luminária inteligente por um elaborado dispositivo electrónico que fará a gestão dos acumuladores energéticos incorporados, tendo como objectivo ajustar o desempenho da iluminação às horas de funcionamento, ao ciclo diário, às condições atmosféricas, e à presença de transeuntes (veículos e peões), etc;* • *Depender a luminária exclusivamente de energias renováveis e não estará, portanto, ligada à rede pública;* • *Assegurar a produção energética por um micro-gerador eólico e um painel fotovoltaico, usados em simultâneo.*
Acções	• *Fase conceptual - Estudo e orientações gerais sobre o produto a desenvolver;* • *Fase eléctrica - Esta fase corresponde a todas as actividades técnicas que permitirão implementar o projecto do ponto de vista da ciência lumino-técnia, focalizada na montagem de componentes electrónicos, nos testes paramétricos que aprovem o correcto funcionamento e robustez/fiabilidade. Implementar-se-á as tecnologias energéticas que permitirão a auto-sustentabilidade da luminária (não fornecimento energético pela rede pública);* • *Fase mecânica - Desenho, simulação e análise estrutural, escolha dos materiais orientados para volume, peso e resistência, análise do conceito estético (desenho arquitectónico); testes de corrosão (humidade, sais, sódio, poluição etc); teste de exposição solar e ventos (resistência do produto, fiabilidade do produto, captação de energia renovável); eficiência dos super-condensadores às temperaturas elevadas, etc* • *Fase Produt Release- Protótipo, documentação, assemblagem das partes mecânicas e eléctricas, teste de campo real (rua iluminada com as luminárias inteligentes), apresentação ao mercado.*

No Eixo Prioritário 1 também, importa referir o Regulamento Específico da Energia. Por exemplo, nesse âmbito, foram abertos concursos (e aprovados projectos) orientados para (i) a melhoria da eficiência energética à escala local, (ii) a criação de agências de energia de âmbito supramunicipal (CIM e AMP) e (iii) para equipamentos sociais e habitação social (em ambos os casos, através sobretudo do solar/térmico para águas quentes sanitárias), ponderando-se ainda apoios a equipamentos e sistemas de tri-geração.

As preocupações transversais do ON.2 na área do ambiente e da sustentabilidade, expressas nos mais diversos objectivos e instrumentos de política, e aquelas que se traduzem em objectivos e Regulamentos próprios, têm, em 2010, um expressão significativa na aprovação de operações, na sua realização financeira e na produção de realizações e resultados. Com base nessa informação, procurar-se-á, em seguida, estabelecer uma relação entre os objectivos da AAE e o desempenho de gestão do ON.2 que lhe está associado. Esta relação estabelece-se da forma seguinte para cada um dos objectivos estratégicos da AAE:

- Promover a transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência dos serviços públicos – foram aprovadas 93 lojas de cidadãos/centros multi-serviços, que servem uma população de 2.416 mil habitantes. Para este objectivo muito têm contribuído também muitas das operações aprovadas ao abrigo do SAMA, com as iniciativas, em particular, que propiciaram de desmaterialização e reengenharia de processos e de criação de novos serviços "on line" aos cidadãos e às empresas, não só a nível municipal como à escala sub e supra municipal;
- Garantir a universalidade no acesso a cuidados de saúde, valorizando os cuidados de saúde primários e a resposta aos grupos mais vulneráveis – foram aprovados projectos respeitantes a 30 unidades de saúde que prestam serviços a cerca da 3 milhões de habitantes;
- Garantir a universalidade no acesso e melhorar as condições de ensino – Foram aprovados 292 projectos de centros escolares do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar, que permitem que cerca de 66 mil alunos sejam abrangidos por esses níveis de ensino. Estas intervenções nos Centros Escolares têm, igualmente, um contributo não despiciendo, muito pelo contrário, para "reduzir a pobreza e promover a equidade, igualdade de oportunidades e coesão social"
- Promover a melhoria da qualidade do ambiente urbano – foram aprovadas 36 parcerias para a regeneração urbana, com uma área de intervenção global de 3.073.818 m2, abrangendo uma população de 1.127 mil habitantes. Mas estas parcerias não contribuem, simplesmente, para este objectivo. Muitas delas, operam-se em "Bairros Críticos" e, os projectos que lhes estão associadas (designadamente, os equipamentos sociais e desportivos), destinam-se a públicos-alvo muito específicos (desde a juventude a grupos sociais com elevados riscos de exclusão). Estas parcerias darão, assim, um contributo muito importante para a "redução da pobreza e promoção da equidade, igualdade de oportunidades e coesão social". Aliás, para este objectivo muito contribuem os 39 projectos dirigidos aos jovens e

minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e inclusão social;

- Promover a mobilidade urbana sustentável – foram aprovados projectos de ferrovia respeitante a 8 km, que permitem a expansão do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto, gerando, por sua vez, um acréscimo de população servida de 161 mil habitantes;
- Reforçar a competitividade territorial – foram aprovados, até ao momento, 8 PROVERE (Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos), que se traduzem nos respectivos Programas de Acção e nas parcerias (sob a forma jurídica de consórcio) para a sua execução, envolvendo o essencial dos territórios de "baixa densidade" da Região do Norte (isto é, os territórios onde os défices de competitividade são mais evidentes).No ano de 2010 foram lançados os dois primeiros "Avisos" respeitantes a projectos âncora e complementares previstos nestes Programas de Acção, tendo dado entrada 25 operações, das quais foram aprovadas 23;
- Minimizar os danos materiais e humanos decorrentes de extremos climáticos e garantir a cobertura do território por sistema de protecção de riscos – neste momento, com os 32 projectos aprovados – envolvendo tipologias tão diversas como equipamentos de protecção civil, planos de emergência e, até, o próprio Sistema Integrado de Gestão de Emergências do Distrito do Porto-, está coberto por planos de emergência um território de 19.847 km2 e uma população de 3.523 mil habitantes;
- Reduzir a taxa de perda de biodiversidade; reduzir as pressões humanas e manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas – foram aprovados (36) projectos que asseguram a intervenção em 917.440 ha de áreas protegidas e classificadas da Região do Norte;
- Controlar o risco de contaminação do solo e recuperação de passivos ambientais – as aprovações registadas até ao momento permitem assegurar a recuperação de passivos ambientais numa extensão de 1,253 Km2.
- Por último, as aprovações verificadas até ao corrente exercício têm permitido um acréscimo da população servida por sistema de públicos de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais urbanas de, respectivamente, 143 e 27 mil habitantes, concorrendo, assim, para a consecução dos objectivos de "servir 95% da população com sistemas públicos de abastecimento de água" e "servir 90% da população com sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas".

Em conclusão, as relações estabelecidas entre os objectivos da AAE e os objectivos de política de desenvolvimento regional, os respectivos instrumentos e as actividades de gestão permitem concluir que o ON.2 apresenta um desempenho ambiental e de sustentabilidade relevante.

2.7.11.3.3. Análise do grau de cumprimento das recomendações da AAE

No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica foi apresentado um conjunto de recomendações, o qual mereceu aprofundada reflexão por uma equipa técnica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, sob a coordenação do Observatório do QREN, com o objectivo de identificar um sistema que permita avaliar o seu cumprimento. Como corolário dessa reflexão pretendia-se chegar a indicadores que permitissem incorporar as preocupações constantes nas referidas recomendações da AAE.

A Autoridade de Gestão do ON.2, para as recomendações de carácter geral, dedicou particular atenção a esta matéria, recolhendo e sistematizando, para esse efeito, informação das operações contratadas até final de Dezembro de 2010.

Para essas Recomendações Gerais apresenta-se, em seguida, uma síntese da análise efectuada com base em toda a informação recolhida.

Recomendação (R1): "Deverão ser considerados critérios de natureza ambiental nos processos de avaliação da viabilidade de financiamento dos projectos"

Como se referiu anteriormente, as preocupações de natureza ambiental e de sustentabilidade são transversais ao ON.2. Elas estão expressas em diferentes normativos (Regulamentos Específicos, Avisos, etc), assumindo diferentes formas de compromisso: condições de admissão e aceitação, despesas elegíveis, contratos, critérios de selecção, etc. Foram, também, concebidos diversos instrumentos de gestão que permitem, nas diferentes fases do período de vida útil das operações, verificar o cumprimento desses compromissos.

A existência desses normativos, onde se explicitam preocupações ambientais, permitem evidenciar o grau de empenhamento da Autoridade de Gestão não só na observância das normas que impendem sobre esta matéria mas sobretudo na valorização desta componente nos projectos a aprovar. Estes critérios estão presentes no processo de selecção de um conjunto muito importante (38%) dos projectos aprovados. Importa a este propósito referir

que o universo considerado este ano é significativamente mais amplo do do ano passado. Este ano, contrariamente ao ano anterior, são considerados os projectos empresariais que, face à sua dimensão absoluta e relativa, distorcem a análise efectuada, quando se pretende transpor este valor (médio) para a totalidade do ON.2 ou para alguns dos seus Eixos e tipologias. Aliás, esta é um condicionante na leitura destes resultados que importa ter em consideração para outras Recomendações.

Recomendação (R2): "Devem privilegiar-se as intervenções de natureza imaterial (e.g. requalificação e aproveitamento de infra-estruturas e equipamentos existentes, sistemas de informação, …) em detrimento da construção de novas infra-estruturas e equipamentos"

Existe uma preocupação, logo na definição estratégica do ON.2, com a componente imaterial das intervenções de apoio ao desenvolvimento. Fechado um ciclo de investimento no reforço da dotação infra-estrutural da Região do Norte, importava, agora, acrescentar valor e funcionalidade a essas infra-estruturas e equipamentos.

Assim, verifica-se que o peso (57%) das operações com uma componente imaterial superior a 75% da despesa elegível é muito importante, expressa igualmente no investimento associado a essas mesmas operações (27%). Estas operações encontram-se disseminadas por áreas tão diversas como a prevenção e minimização de riscos, estudos e planos, promoção e valorização, monitorização ambiental, capacitação institucional e preservação de espaços protegidos.

Recomendação (R4): "Os incentivos a empresas devem ser preferencialmente dirigidos para projectos de inovação empresarial promotores da eco-eficiência, da eficiência energética, energias renováveis, uso eficiente da água, melhores técnicas disponíveis, inovação ambiental, "business & biodiversity".

Existe uma grande preocupação nesta matéria expressa nos normativos que impendem sobre a aprovação de projectos elegíveis aos Sistemas de Incentivos. Esta preocupação traduziu-se num peso de 47% de projectos de inovação empresarial no domínio do ambiente em relação a todos os projectos de inovação empresarial aprovados. No entanto, esta preocupação não tem a mesma expressão quando este rácio é determinado não em número de projectos mas em financiamento total (8%).

Recomendação (R7): "Deve ser promovida a adopção de práticas de construção sustentável e de gestão ambiental na construção e operação das infra-estruturas"

A construção sustentável e a gestão ambiental pressupõem a adopção de práticas que visam a integração de processos como a incorporação de materiais reciclados, preocupações decorrentes da melhoria e eficiência energética ou de protecção e preservação de biodiversidade urbana, com enfoque apenas nas operações aprovadas em exclusivo em infra-estruturas, a partir de um montante total de 5 M €.

O número de operações infra-estruturais desta natureza analisadas pelo Secretariado Técnico do ON.2, apesar de tudo, é relativamente reduzido. Estas operações, normalmente, revestem-se de um carácter singular e assumem um carácter demonstrativo. Por outro lado, esta é matéria que vai sendo assimilada pela legislação em vigor e pelas práticas concretas de licenciamento das diversas entidades. Não surpreende, então, que o peso das infra-estruturas co-financiadas pelo ON.2 com um investimento elegível que adoptem as "boas práticas" seja significativo (76%).

Recomendação (R8): "As acções de protecção e valorização do ambiente devem ser acompanhadas da promoção de acções de sensibilização da população para a poupança de recursos, nomeadamente consumos de água e energia, bem como para a redução da produção de resíduos e reciclagem"

Os indicadores que permitem aferir do nível de concretização desta recomendação pretendem quantificar, por um lado, as acções apoiados pelo ON.2 que visam a divulgação, comunicação e formação ambiental e, por outro, os cidadãos que foram beneficiados por elas.

As (3.426) acções seleccionadas dizem respeito, nomeadamente, a projectos de valorização e qualificação ambiental e de valorização do litoral. Os seus resultados, expressos no número de cidadãos abrangidos (2.774 mil), são significativos

Recomendação (R9): "Devem ser privilegiadas intervenções de natureza preventiva e proactiva na resolução dos problemas ambientais em detrimento da implementação de soluções de "fim-de-linha" ou de medidas de natureza exclusivamente curativa"

Relativamente a esta recomendação foi analisada a inclusão de acções proactivas, preventivas, demonstrativas e de sensibilização nas tipologias, nomeadamente, de Valorização do Litoral, Valorização e Qualificação Ambiental, Energia, Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados, Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental, Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos e Promoção e Capacitação Institucional, para além das respeitantes ao Sistemas de Incentivos

relevantes. Neste universo (857) verifica-se que 40% dos projectos (343) incluem acções desta natureza.

Recomendação (R10): "Nas intervenções de reforço do sistema urbano, bem como nas redes, infra-estruturas e equipamentos para a coesão territorial e social deve privilegiar-se a requalificação de construções e infra-estruturas em detrimento de construções novas"

O privilégio da reconstrução e da requalificação, por oposição à nova construção, consta, desde logo, na estratégia do ON.2. Ele está presente na própria concepção das Parcerias para a Regeneração Urbana como na requalificação do parque escolar (Centros Escolares). Mas esse privilégio tem estado presente na aprovação de outros equipamentos (unidades de saúde e coesão social) e infra-estruturas (mobilidade territorial).

Desta forma, uma parte importante (43%) das intervenções de carácter infra-estrutural corresponde a operações de requalificação, reconstrução, remodelação ou adaptação.

O quadro seguinte procura aferir, agora de uma forma global, o nível de cumprimento das recomendações apresentadas na AAE.

Recomendação	Designação do Indicador	Unidades	Valor
R1	Rácio da integração de critérios ambientais na avaliação de candidaturas	(%)	38%
R2	Rácio das intervenções de natureza imaterial	(%)	57%
	Rácio de investimento das intervenções imateriais	(%)	27%
R4	Rácio de projectos de inovação empresarial no domínio do ambiente	(%)	47%
	Rácio de financiamento em inovação empresarial no domínio do ambiente	(%)	8%
R7	Rácio dos projectos infra-estruturais que contemplam práticas de concepção, construção e gestão sustentáveis	(%)	76%
R8	Acções de divulgação, comunicação e formação ambiental	(n.º)	3.436
	Pessoas beneficiadas por acções de divulgação, comunicação e formação ambiental	(hab.)	2.774.541
R9	Rácio de projectos visando a implementação de medidas preventivas e pró-activas de protecção ambiental	(%)	40%
R10	Rácio dos projectos de regeneração/requalificação de construções e infra-estruturas	(%)	43%

Com base nessa informação global e em tudo o que foi referido relativamente a cada uma das recomendações, verifica-se que a Autoridade de Gestão tem procurado, também a este nível, dar uma resposta adequada ao preconizado pela AAE.

2.7.11.3.4. Análise Complementar e Mecanismos de Participação

A análise apresentada no presente capítulo será complementada em sede de reporte anual de conjunto sobre a avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação dos apoios do QREN no quadro das intervenções co-financiadas pelo FEDER e Fundo de Coesão.

O Observatório do QREN, responsável pela elaboração e apresentação desse Relatório, será igualmente responsável pela divulgação pública dos resultados do exercício de avaliação e controlo, bem como por fomentar e promover o envolvimento do público em geral e das entidades relevantes no acompanhamento do processo de implementação da AAE do QREN e dos PO. Sem prejuízo dos contributos individuais de cada PO, esta AAE tem um carácter global e, assim sendo, é a esse nível mais global também que o processo de "accountability" se deve situar.

ON.2
O NOVO NORTE
Relatório
de Execução
10

3. EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO

3.1. Eixo Prioritário 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento

3.1.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

O Eixo Prioritário 1 engloba sete objectivos específicos, sendo que os Sistemas de Incentivos às Empresas concorrem para dois desses objectivos (OE2 e OE4), enquanto que as outras tipologias de instrumentos concorrem para os restantes cinco objectivos e, ainda, para o OE2. È importante recordar aqui que dos 786,6 M € de fundo comunitário afectos ao Eixo Prioritário 1, 48,5 M € foram atribuídos às subvenções globais para as CIM / AMP.

No final de 2010, o nível de aprovações do Eixo Prioritário 1, medido pela taxa de compromisso (total aprovações / programação 2007-2013), situava-se em cerca de 64%, sendo que, à data de 31.03.2011, essa percentagem ascendia a 68%. A taxa de execução deste Eixo Prioritário, reportada a 31.12.2010, é de 22,4% (FEDER validado / FEDER contratado).

- No apoio à "Consolidação dos Serviços Colectivos Regionais de Suporte à Inovação e à Promoção do Sistema Regional de Inovação" foram contratadas, em 2010, 28 operações, perfazendo um montante FEDER de cerca de 72 M € . Assim, num balanço acumulado até finais de 2010, contabilizam-se 29 operações contratadas até 31.12.2010. A estas operações correspondem, em termos acumulados até 2010, 61 "Unidades de I&D apoiadas", ultrapassando a meta de 30 estabelecida para o horizonte 2010. Note-se que este indicador está apenas a captar operações que co-financiam em exclusivo unidades de I&D do SCTN, ou seja, com exclusão das empresas. Assim, não estão aqui contabilizados os projectos de I&D em co-promoção empresas / entidades do SCTN, as quais ascendiam no final de 2010 a 54, envolvendo 70 empresas e 32 entidades do SCTN).

- No "Apoio à Criação e Consolidação de *Clusters* Emergentes e de Empresas de Base Tecnológica em Sectores que Promovam o Interface com as Competências e Capacidades Regionais em Ciência e Tecnologia", até ao final de 2010 foram contratados projectos de 449 empresas inseridas em sectores intensivos em conhecimento e de média e alta tecnologia. Verifica-se assim que, com 98% da dotação financeira prevista no ON.2 para os Sistemas de Incentivos contratada, este

indicador de realização ultrapassou já largamente o valor estabelecido como meta para 2010 (250).

- Na "Promoção e Desenvolvimento da Rede de Parques de Ciência e Tecnologia e de Operações Integradas de Ordenamento e de Acolhimento Empresarial", a área acumulada de infra-estruturas em projectos de acolhimento empresarial, contemplada nos concursos abertos no domínio da Contratualização, totalizava, em 2010, a área de 116.011 m2. No mesmo ano de 2010, e em concursos fora do contexto da Contratualização, foram contratados dois Parques de Ciência e Tecnologia. Em termos acumulados, em 2010, o indicador de realização física "*Área de infra-estruturas/equipamentos em operações integradas de acolhimento empresarial (m2)*" ascende a uma área total de 144.145 m2, ultrapassando assim o valor da meta estabelecido para este ano.

- A mesma constatação retirada para o "Apoio à Criação e Consolidação de Clusters Emergentes e de Empresas de Base Tecnológica em Sectores que Promovam o Interface com as Competências e Capacidades Regionais em Ciência e Tecnologia" sobre o grau de cumprimento de objectivos, pode reafirmar-se (com veemência acrescida) no que concerne ao contributo para as metas relativas ao Objectivo 4 – "Requalificação, inovação e reforço das cadeias de valor em sectores de especialização", no âmbito do qual 803 micro e pequenas empresas foram objecto de apoio e celebração de contrato até ao final de 2010.

- Este indicador ultrapassa claramente as metas definidas para o horizonte temporal de 2015 (450), sendo assim necessária uma revisão das mesmas, visando uma melhor adequação à evolução entretanto registada a qual, em nosso entender, espelha o perfil do tecido económico regional, constituído sobretudo por pequenas e micro empresas, e uma muito elevada adesão das empresas aos instrumentos contidos nos Sistemas de Incentivos.

- Na "Promoção de Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial", em 2010 foram ainda contratadas 2 operações referentes ao concurso SIAC/2008, tendo-se registado uma rescisão de um contrato (com data de 2009) celebrado no âmbito do mesmo concurso. Deste modo, no final de 2010, o número de acções colectivas de dinamização do comércio e serviços em áreas abrangidas por Planos de Regeneração Urbana ou Redes Urbanas de Competitividade e Inovação é de 94, ultrapassando já a meta deste indicador definida para 2015. O mesmo já não sucede

ao nível da quantificação das entidades envolvidas na promoção destas acções, uma vez que as mesmas resultam de projectos promovidos apenas por 9 entidades.

- Na "Promoção da Economia Digital e Sociedade do Conhecimento", em 2010, foram contratados 22 projectos, num montante FEDER de 4,2 M €, no contexto do concurso abrangido pelo Aviso EDSC/2/2009, apurando-se assim no final de 2010, um total de 24 operações contratadas, envolvendo um montante FEDER de 28,4 M €, em concursos abertos num contexto fora da Contratualização. No que respeita à Contratualização foram contratadas, em 2010, 6 operações, perfazendo um total acumulado, em 2010, de 30 projectos que concorrem para o indicador de realização física "N.º de projectos de promoção da economia digital e da sociedade do conhecimento". Neste contexto não podemos deixar de recordar que, já em 2009, e no âmbito da promoção da utilização de tecnologia nos processos de ensino e aprendizagem (fora da Contratualização) tinham sido contratados dois projectos ("Escola em Rede" e "Computadores da Sala de Aula") com o organismo competente do Ministério da Educação (GEPE). Assim, o cômputo do indicador é condicionado pelo facto de esses projectos serem contratados a esse nível. Se a contabilização das operações fosse efectuada ao nível da Escola, atingir-se-ia um número de operações muito superior: 407 escolas dos 2.º, 3.º ciclos e ensino secundário no caso da Escola em Rede e 247 escolas EB23 no caso dos Computadores na Sala de Aula.

- No que respeita à "Promoção de Acções de Eficiência Energética" foram aprovadas definitivamente, no final de 2010, 43 operações, no âmbito de operações de eficiência energética (41 no concurso abrangido pelo Aviso IRFL/1/2009 e 2 no concurso abrangido pelo Aviso E-SESPC/1/2009), ascendendo a um montante FEDER de 16,2 M €. No domínio deste Objectivo Específico, foram ainda aprovadas e contratadas em 2010, 2 operações relativas à criação de duas Agências de Energia no contexto do concurso abrangido pelo Aviso E-PDRTAE/1/2009.

Tabela 3.1 Realização Física do Eixo Prioritário 1 (inclui SI e Contratualização)

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006							
N.º de Unidades de I&D apoiadas	Realização Executada	0	0	0	0	-	
	Realização Contratada	0	0	1	61	-	
	Metas	-	-	-	30	100	

Variação anual média da despesa em I&D observada nas unidades de I&D apoiadas	Realização Executada	0	0	0	0	-
	Realização Contratada	0	0	0	0	-
	Metas	-	-	-	+5%	+10%
N.º de empresas de base tecnológica apoiadas	Realização Executada	0	0	0	2	-
	Realização Contratada	0	92	310	449	-
	Metas	-	-	-	250	500
% de empresas de base tecnológica apoiadas em actividade	Realização Executada	-	-	-	-	-
	Realização Contratada	-	-	-	-	-
	Metas	-	-	-	60%	60%
Área de infra-estruturas/equipamentos em operações integradas de acolhimento empresarial (m2)	Realização Executada	0	0	0	0	-
	Realização Contratada	0	0	57.723	144.145	-
	Metas	-	-	-	115.000	350.000
% de área ocupada nos espaços infra-estruturados apoiados	Realização Executada	0	0	0	-	-
	Realização Contratada	-	-	-	-	-
	Metas	-	-	-	30%	60%
N.º de micro e pequenas empresas apoiadas	Realização Executada	0	0	0	98	-
	Realização Contratada	0	140	495	803	-
	Metas	-	-	-	130	450
Taxa de variação anual média do rácio (VAB/Vendas nas empresas apoiadas)	Realização Executada	0	0	0	-	-
	Realização Contratada	-	-	-	-	-
	Metas	-	-	-	2%	2%
N.º de acções colectivas de desenvolvimento empresarial apoiadas	Realização Executada	0	0	0	-	-
	Realização Contratada	0	0	72	94	-
	Metas	-	-	-	10	35
N.º de entidades envolvidas nas acções colectivas apoiadas	Realização Executada	0	0	0	-	-
	Realização Contratada	0	0	7	9	-
	Metas	-	-	-	20	105
N.º de projectos de promoção da economia digital e da sociedade do conhecimento	Realização Executada	0	0	0	0	
	Realização Contratada	0	0	2	30	
	Metas				100	300
% empresas apoiadas com portal WEB activo e acesso à internet em banda larga	Realização Executada	0	0	0	0	
	Realização Contratada	0	0	0	0	
	Metas				40%	100%
N.º de projectos pilotos de eficiência energética	Realização Executada	0	0	0	0	
	Realização Contratada	0	0	0	0	
	Metas				6	22
Redução média do consumo de energia nos equipamentos apoiados (no âmbito de projectos piloto de eficiência energética)	Realização Executada	0	0	0	0	
	Realização Contratada	0	0	0	0	
	Metas				15%	15%

Em acréscimo à análise efectuada anteriormente, cabe ainda efectuar as seguintes considerações de carácter mais transversal:

- O cômputo do contributo dos Sistemas de Incentivos para os Objectivos do Eixo I do Programa Operacional assenta na classificação dos sectores de actividade efectuada pela OCDE, de acordo com a sua intensidade tecnológica e em conhecimento. Tal classificação foi entretanto objecto de alterações, pelo que a aferição do n.º de empresas apoiadas no contexto de cada um dos Objectivos Específicos, foi revista em conformidade ao tempo e para efeitos da elaboração deste Relatório.
- Para a generalidade dos indicadores de resultados relativos aos diferentes objectivos específicos ainda não foi possível apresentar a quantificação dos mesmos, em virtude de ainda não estarem encerrados quaisquer projectos apoiados, sendo de esperar que em 2011 esta situação esteja já ultrapassada em algumas das tipologias de projectos, começando a poder ser possível a contabilização dos mesmos.

0. Pese embora existam já alguns projectos de Sistemas de Incentivos com investimento encerrado (cerca de uma dezena no final de 2010), optou-se por não se fazer ainda o cômputo dos mesmos neste Relatório de Execução, pela pouca expressividade que assumem os projectos encerrados, podendo inclusivamente levar a eventuais deturpações da realidade que se pretende aferir.

- Relativamente vários indicadores para foi já possível verificar a existência de alguma desadequação das metas estabelecidas para 2010 e 2015 face ao observado nestes primeiros anos de implementação do Programa Regional. Este aspecto já foi assinalado nos anteriores Relatórios de Execução do ON.2 (reportados aos anos de 2008 e 2009), reafirmando-se aqui o propósito da Autoridade de Gestão de apresentar uma proposta de revisão dos mesmos considerando.

Tabela 3.2 Indicadores Comuns Comunitários do Eixo Prioritário 1 (inclui SI e Contratualização)

Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)								
	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N.º de projectos de I&DT	Realização Executada	0	0	0	0	-	
		Realização Contratada	0	33	178	289	-	
		Metas (*)	-	-	-	-	450	
	5. N.º de projectos de cooperação empresas-instituições	Realização Executada	0	0	0	0	-	

	de investigação	Realização Contratada	0	5	28	54	
		Metas	-	-	-	-	80
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. N.º de projectos	Realização Executada	0	0	0	8	-
		Realização Contratada	0	245	906	1.432	
		Metas	-	-	-	-	1.600
	8. N.º de novas empresas (*start-up*) apoiadas	Realização Executada	0	0	0	0	-
		Realização Contratada	0	30	135	216	
		Metas	-	-	-	-	230
	10. Investimento Induzido (milhares de euros)	Realização Executada	0	0	0	1.220,70	-
		Realização Contratada	0	53.084	140.478	226.634,85	-
		Metas	-	-	-	-	230
Sociedade de Informação	11. N.º de projectos	Realização Executada	0	0	0	1	-
		Realização Contratada	0	63	182	310	
		Metas *(*)*	-	-	-	-	400
Turismo	34. N.º de projectos	Realização Executada	0	0	0	0	-
		Realização Contratada	0	13	40	86	-
		Metas *(*)*	-	-	-	-	250

(*) – A quantificação da meta para 2015 respeita ao ON.2 e não exclusivamente a este Eixo Prioritário.

Finalmente, no que concerne ao contributo deste Eixo Prioritário para os Indicadores Comuns Comunitários, este centra-se nas áreas temáticas *"Investigação e Desenvolvimento Tecnológico", "Ajudas directas ao investimento nas PME", "Sociedade de informação" e "Turismo".*

Em relação ao tema *"Investigação e Desenvolvimento"* foram contratados 289 projectos de I&DT até 31.12.2010, dos quais 253 apoiados no âmbito dos Sistemas de Incentivos. Destes, 54 dizem respeito a projectos de cooperação entre empresas e instituições de investigação.

No que respeita às *"Ajudas directas ao investimento nas PME*", o número de projectos com contrato assinado atinge os 1.432, o que corresponde a uma evolução significativa face acumulado em finais do no ano anterior (906). A estes projectos está associado um investimento induzido de 226.634,85 milhares de Euros.

É também de salientar que dos 1.432 projectos de apoio ao investimento em PME, foram apoiadas 216 novas empresas (135 em 2009), o que reflecte o incentivo ao empreendedorismo promovido no âmbito do ON.2.

No tema *"Sociedade de informação"* no final de 2010 encontravam-se 310 projectos com incentivo contratado, provenientes dos SI (280), Contratualização (6) e os restantes 24 que não da contratualização. Conforme já referido na análise dos indicadores físicos, importa esclarecer que dois dos projectos contratados no tema "Sociedade de Informação" dizem respeito à informatização de um conjunto de escolas EB23 e do Ensino Secundário, pelo que se cada intervenção fosse contabilizada individualmente este valor ascenderia aos 834 projectos.

Por último, no tema *"Turismo"*, os projectos com incentivo contratado no Eixo Prioritário 1 eram 86 no final de 2010, e correspondiam exclusivamente a projectos de iniciativa empresarial. Este indicador comunitário será também contabilizado noutros eixos, sobretudo fruto de investimentos financiados no âmbito de intervenções públicas.

3.1.2. Análise qualitativa

Importa referir que no contexto do EP1 do Programa Operacional Regional do Norte não estão previstos mecanismos de engenharia financeira.

Sistemas de Incentivos

Desde os primeiros concursos, abertos em finais de 2007, e até ao final do ano de 2010, a Autoridade de Gestão do ON.2 procedeu ao lançamento, no âmbito dos Sistemas de Incentivos às empresas, de 70 concursos para apresentação de candidaturas a apoio ao investimento empresarial. A dotação FEDER associada a esses concursos ascende a de 415,3 milhões de Euros. Em 31/12/2010 apenas 4 desses concursos (envolvendo um

montante de FEDER de 28,5 milhões de Euros) estavam abertos. Dos 66 concursos lançados e encerrados até ao final do ano em análise, 65 estavam já decididos a essa data.

Refira-se que o lançamento desses concursos foi feito, de acordo com o previsto no modelo de governação do QREN, em conjunto com as restantes AG envolvidas na Rede Incentivos QREN (POFC e Programas Operacionais Regionais do Continente).

No que concerne à evolução anual do lançamento de concursos, cumpre desde já assinalar uma alteração de tendência no ano de 2010, com uma redução dos número de concursos abertos e das verbas financeiras disponibilizadas nos mesmos, conforme a seguir se exporá. Com efeito, do total de 70 concursos abertos desde o início do Programa, 28 foram lançados em 2007 e 2008 (correspondendo a uma dotação FEDER de 202,35 milhões de Euros), 35 foram abertos em 2009, (perfazendo um montante global de FEDER a concurso na ordem dos 174,45 milhões de Euros) e em 2010 foram abertos apenas 7 concursos, com uma dotação financeira associada de 38,5 milhões de Euros.

Assim, se em 2009 se assistiu a um acréscimo do número de concursos lançados (e FEDER associado) decorrente da opção de, paralelamente aos concursos de âmbito geral se ter procedido à abertura de concursos específicos destinados a determinados sectores da economia (por exemplo, automóvel, transportes, energia, Redes de Nova Geração) e ao apoio a projectos integrados em Estratégias de Eficiência Colectiva, como a iniciativa MERCA e os programas de acção PROVERE, já em 2010, o nº de concursos e respectivas dotações financeiras viria a ser substancialmente reduzido. Com efeito, em algumas tipologias (nomeadamente no SI Inovação e SI IDT - projectos individuais) houve apenas uma fase de concursos (na 2ª metade do ano), ao passo que noutras (como é o caso dos Vale IDT e Vale Inovação, IDT em Co-promoção) não chegou a abrir-se nenhum concurso, contrariamente à prática adoptada até então de se abrirem duas fases de concursos, segundo um calendário anual previamente aprovado pelas AG.

Se já no ano de 2009 se fazia sentir alguma necessidade de contenção orçamental, conforme oportunamente referido no respectivo Relatório de Execução, essa necessidade veio a tornar-se mais premente no decurso do ano de 2010, face aos níveis crescentes de compromisso financeiro assumido pela generalidade dos POs que integram a Rede Incentivos QREN, com particular ênfase para os casos do POFC e dos dois maiores POs das Regiões de Convergência (Norte e Centro).

Os níveis de procura (candidaturas apresentadas) continuaram em alta, reforçando assim um dos padrões assinalados como mais significativos em 2009. Com efeito, pese embora se tenham aberto menos concursos, estes viriam em alguns casos a registar níveis de procura sem precedentes, cabendo aqui especial destaque para os dois concursos do SI Inovação

(Inovação Geral e Empreendedorismo) abertos no último trimestre de 2010 e em fase final de decisão ao tempo em que este relatório é escrito e onde, no caso do PO Norte, se registou uma procura muito elevada: um total de 172 candidaturas com Investimento Total associado de mais de 360 milhões de Euros.

Também noutras tipologias de projectos (nomeadamente no âmbito do SI Qualificação de PME e, embora em menor grau, no âmbito do SI IDT) se têm registado níveis de procura bastante significativos, quando confrontados com a dotação financeira do PO.

Em suma, nos concursos decididos até ao final de 2010 haviam sido apresentadas ao ON.2 um total de 3447 candidaturas (vs 2331 em 2009 e menos de 1000 em 2008).

À semelhança do ocorrido em 2009, este nível de procura mais elevado significou também uma maior pressão sobre as estruturas responsáveis pela análise e decisão das candidaturas, implicando um deslizamento nos tempos de médios de decisão efectivos (94 dias), face aos previstos em sede de abertura de concurso (86 dias).

No que concerne aos níveis de admissibilidade, cumpre referir que, após o forte aumento a que se aludiu no Relatório de Execução de 2009 (muito por força das medidas de flexibilização dos Sistemas de Incentivos implementadas em Abril desse ano, conforme então se explicou), no ano de 2010 os níveis de admissibilidade mantiveram-se relativamente estáveis face aos observados no ano anterior, não havendo também a registar alterações de relevo em termos do enquadramento regulamentar no que a esta matéria diz respeito.

De referir que os AAC lançados em finais do ano passado e em fase de decisão ou recentemente decididos, apontam para um significativo acréscimo dos níveis de selectividade, muito por força da imposição de "barreiras à entrada", designadamente em termos do cumprimento de critérios de intensidade de exportações / orientação para os mercados externos ou focalização em sectores transaccionáveis.

Assim, em termos globais e no que concerne aos níveis de admissibilidade registados até ao final de 2010, verifica-se que das 3.447 candidaturas apresentadas a concursos decididos (com um custo total previsto de 1.912,4 milhões de Euros), foram consideradas admitidas 2.109 candidaturas com um custo total previsto de 1.027,8 milhões de Euros, representado 61% do número projectos apresentados e 54% do investimento (vs 60% e 52% registados até ao final de 2009). Verifica-se assim que não ocorreram alterações significativas nos níveis médios de candidaturas admitidas face aos registados até final de 2009.

Já no que concerne aos níveis de aprovação (quando aferidos por comparação com as candidaturas admitidas), cumpre referir um decréscimo em termos médios face aos verificados até 2009. Com efeito, do total de candidaturas admitidas, foram aprovadas 1552

(73,6% vs 81,8% em 2009), envolvendo um investimento total de cerca de 763,4 milhões de Euros (74,3% vs 80,1% em 2009) e um investimento elegível de 584,8 milhões de Euros, ao qual corresponde um valor global de incentivo FEDER atribuído no montante de 340.737.460,06 Euros. Deste montante, 201.285.019 Euros (cerca de 59%) correspondem a incentivo reembolsável e 139.452.441 Euros a incentivo não reembolsável.

Cabe referir que o incentivo reembolsável tem origem essencialmente no Sistema de Incentivos à Inovação, estando-lhe associado um plano de reembolso, constituído por um período de carência e um período de amortização de capital (reembolso), que diferem com o tipo de projectos em causa, atendendo particularmente à especificidade dos projectos do sector do turismo. Designadamente e conforme consagrado na Portaria 1103/2010 de 25 de Outubro que regulamenta o Sistema de Incentivos à Inovação, os prazos de financiamento e períodos de carência são os seguintes:

PLANO DE REEMBOLSO	SI Inovação		
	Geral	Novas Unidades de Produção com Despesa Elegível superior a 2.500.000 Euros; Remodelação de estabelecimentos hoteleiros; criação de unidade de turismo no espaço rural e de turismo de habitação	Projectos de construção ou de instalação de novos estabelecimentos hoteleiros
Prazo Financiamento	6 anos	Até 7 anos	Até 10 anos
Período Carência	3 anos	Até 3 anos	Até 3 anos

De referir adicionalmente que o incentivo reembolsável aprovado no âmbito do SI Inovação poderá ser convertido em incentivo não reembolsável, em função da avaliação de desempenho do projecto, até ao montante máximo de 75% do incentivo reembolsável concedido.

Os menores níveis médios de aprovação de candidaturas, quando confrontados com os registados até final de 2009, não são certamente alheios ao facto de, numa boa parte dos concursos decididos durante o ano de 2010 se ter verificado insuficiência de dotações orçamentais para suprir a totalidade da procura, mesmo após alguns esforços da AG no sentido de alargar dotações em algumas tipologias de projectos procurando, tanto quanto possível (tendo em conta as restrições financeiras impostas pelos já elevados níveis de

compromisso financeiro) ir ao encontro dos fortes níveis de procura registados. De facto, em 4 dos concursos decididos em 2010 não foi possível apoiar a totalidade dos projectos com proposta de parecer Elegível, tendo apenas sido aprovados cerca de 58% desses projectos nos referidos concursos. Em 2010 ficaram por apoiar mais de duas centenas de projectos com proposta de parecer elegível, envolvendo um Investimento Total de mais de 90 milhões de Euros, a que corresponderia um Incentivo FEDER de cerca de 42 milhões de Euros.

No que concerne à distribuição regional do FEDER aprovado, por NUTS III, continua a destacar-se o Grande Porto com 30% do incentivo FEDER aprovado (mesma percentagem que em 2009), a que correspondem cerca de 102 milhões de Euros, seguindo-se o Ave com 47,6 milhões de Euros (cerca de 14% do total, vs. 15% em 2009) e o Cávado com 10,4% das verbas totais aprovadas (35,5 milhões de Euros), denotando um ligeiro incremento na proporção de incentivo face ao registado em 2009 (cerca de 8,9%).

A Região de Alto Trás-os-Montes representa quase 10% do FEDER total aprovado (cerca de 33,2 milhões de Euros), a que seguem o Tâmega e o Entre Douro e Vouga (cerca de 8,6% do total, com valores próximos dos 29 milhões de Euros cada). Finalmente surgem as regiões do Douro e Minho-Lima com valores de FEDER aprovados na ordem dos 23 milhões de Euros cada (cerca de 6,9% do total).

Em suma, decorre do anteriormente exposto que, pese embora o facto de o ritmo de abertura de concursos se ter reduzido face ao registado nos primeiros anos de execução do programa, o ano de 2010 representa, ainda assim, um salto significativo no nº de candidaturas aprovadas (+35% por comparação com os valores de final de 2009) bem como nas verbas FEDER associadas às mesmas, as quais progrediram de cerca de 232,5 milhões de Euros para cerca de 340,7 milhões de Euros (+46%), implicando assim um volume de aprovações na ordem dos 108 milhões de Euros em 2010.

As taxas de aprovação brutas (candidaturas aprovadas/candidaturas apresentadas), quer em termos de n.º de projectos (45%) quer ao nível do custo total aprovado (40%), registam um decréscimo face aos valores registados em finais de 2009 (cerca de 49% e 42%, respectivamente), decorrente de menores níveis de aprovação de projectos, não tendo havido, conforme referido anteriormente, alterações significativas nos níveis de admissibilidade.

Entende-se assim que têm sido assegurados níveis mínimos de selectividade, em consonância com um dos principais princípios que subjacentes à implementação do QREN.

Ainda no que respeita aos princípios subjacentes ao QREN, e em concreto à possibilidade do financiamento através do FEDER de acções que estão abrangidas pelo âmbito de

intervenção FSE, importa referir que os Sistemas de Incentivos apoiaram, ao abrigo desta excepcionalidade, 4.116.928,15 Euros em iniciativas de formação incluídas nos projectos aprovados, representando este valor cerca de 1% da totalidade do incentivo FEDER aprovado (vs 2.622.353 Euros até ao final de 2009). Cabe referir que a execução associada a estas despesas assumia, em finais de 2010, um valo residual.

Cabe ainda referir, relativamente aos procedimentos de articulação e demarcação estabelecidos com outros instrumentos de financiamento, tal como já mencionado em anteriores relatórios, que foram definidas regras de delimitação/complementaridade das intervenções FEDER e FEADER, as quais se encontram vertidas no Protocolo de Articulação FEDER e FEADER, aprovado pelas Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais, PO Factores de Competitividade e PRODER, em 2 de Outubro de 2008. Tais regras são obviamente tidas em conta nos processos de análise da admissibilidade dos projectos.

No que concerne à articulação com o FEP, é efectuada ao nível da análise a identificação de projectos que poderiam ser objecto de financiamento por esse Fundo, desenvolvendo-se, sempre que necessário, procedimentos de consulta e articulação com a estrutura de gestão do PROMAR e, mais recentemente, incluindo-se referência nos Avisos de Abertura de Concursos dos Sistemas de Incentivos quanto aos investimentos que deverão ser financiados pelo FEP e não estão por esta via enquadrados no âmbito do apoio FEDER.

Uma palavra ainda para fazermos referência aos projectos inseridos em EEC (186 projectos), os quais representavam no final de 2010 cerca de 17% do FEDER total aprovado.

Tabela 3.3 –Sistemas de Incentivos - Projectos inseridos em EEC

Tipo de EEC	N.º Projecto		Investimento Total Aprovado	Custo Elegível Aprovado	FEDER Aprovado	
	N.º	%			€	%
PCT/Cluster	83	44,6%	61.648.208,39	55.591.381,58	36.504.900,06	61,8%
PROVERE	13	7,0%	21.772.220,55	17.853.448,80	13.159.707,44	22,3%
Acções de Regeneração e Desenvolvimento Urbanos (ARDU)	90	48,4%	14.417.263,87	12.484.593,61	9.363.445,30	15,9%
Total	**186**	**100,0%**	**97.837.692,81**	**85.929.423,99**	**59.028.052,80**	**100,0%**

De entre os quatro tipos de EEC previstos no âmbito do QREN, assumem particular importância quer em número de projectos aprovados (44,6%) quer em valor FEDER comprometido (cerca de 62%), os projectos inseridos em Pólos e *Clusters*, a que se segue

em valor os projectos inseridos nas EEC Provere (com maior dimensão financeira e sobretudo focados na área do Turismo,) e finalmente os projectos inseridos nas ARDU, em maior número (48% do total) mas de expressão financeira mais reduzida, correspondendo sobretudo a acções de revitalização de pequeno comércio e serviços, inseridos nas áreas de Regeneração Urbana formalmente reconhecidas como ARDU.

Descritos os principais progressos registados em termos globais para o ano de 2010, importa ainda analisar os contributos relativos de cada um dos 3 sistemas de incentivos para os montantes totais aprovados, conforme detalhado na tabela seguinte.

Tabela 3.4 – Candidaturas aprovadas – Repartição por Sistemas de Incentivos

Sistema de Incentivos	N.º Proj.		Investimento Total Aprovado (€)	Custo Elegível Aprovado (€)	FEDER Aprovado		Fundo Médio por Candidatura (€)	Taxa Média de Co-financiamento (%)
	N.º	% do Total			€	% do Total		
SI I&DT	260	17%	89.942.923	73.539.515	46.492.226	14%	178.816	63,2%
SI Inovação	333	21%	406.990.700	309.798.146	200.243.192	59%	601.331	64,6%
SI Qualificação de PME	959	62%	266.516.624	201.492.788	94.002.042	28%	98.021	46,7%
Total Geral	**1.552**	**100%**	**763.450.247**	**584.830.449**	**340.737.460**	**100%**	**219.547**	**58,3%**

Pela análise do quadro anterior verifica-se que o Sistema de Incentivos à Qualificação de PME continua a ser responsável pela maior fatia de projectos aprovados (cerca de 2/3 do total), sendo o Sistema de Incentivos mais procurado pelas pequenas e micro empresas da Região do Norte.

Tratam-se, sobretudo, de investimentos de cariz mais imaterial, que visam impulsionar os factores dinâmicos de competitividade das empresas, em áreas adjacentes à função de produção e que têm sido uma aposta das empresas dos sectores mais tradicionais, que pretendem investir na sua requalificação e na internacionalização dos seus produtos. São normalmente investimentos de dimensão média mais reduzida (tendo associado um FEDER médio de cerca de 98 mil Euros), facto que se reflecte no seu contributo para o montante total de incentivo aprovado, para o qual o seu peso relativo se reduz para os 28%.

Já o Sistema de Incentivos à Inovação destaca-se como sendo o que concentra a maior percentagem de incentivo FEDER aprovado (59%), uma vez que é através deste que se financiam os investimentos de natureza produtiva, tais como a compra de equipamento

produtivo ou a realização de obras de construção (no caso de projectos do sector do Turismo), aos quais estão normalmente associados montantes financeiros mais avultados. É também aqui que se encontram os projectos de maior dimensão, sendo o incentivo médio aprovado por candidatura da ordem dos 601 mil Euros.

Acresce ainda referir que o diferencial entre a percentagem de projectos apoiados no SI Inovação e o financiamento obtido pelos mesmos (21% *vs*. 59%) se mantém bastante elevado, pese embora com alguma redução face ao "*gap*" registado em 2009 (17% *vs*. 60%).

Por último, importa salientar a prestação do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT), que continua a ser aquele que acolhe menor percentagem do incentivo FEDER aprovado (14%, em linha com o valor registado em 2009). De todo o modo, cabe referir que as verbas totais aprovadas no IDT progrediram em linha com o FEDER total aprovado (+46% face ao final do ano anterior), ao passo que no SI Inovação, essa taxa foi inferior à média (43%) e no SI PME ultrapassou a média (54%).

No que concerne ao Nº total de projectos aprovados, verificou-se um crescimento médio de 35% face ao final de 2009, sendo de destacar o SI Inovação, com mais 74%. Note-se contudo que, este forte aumento do Nº de projectos aprovados no contexto do SI Inovação não tem, como se viu acima, reflexo no que ao FEDER aprovado diz respeito, na medida em que ocorreu em simultâneo uma redução significativa na dimensão financeira média dos projectos aprovados (-18%), ao passo que no SI IDT e no SI PME ocorreu o contrário – a dimensão média dos projectos aprovados aumento em torno de 20% - permitindo assim colmatar o menor acréscimo do número de projectos e manter (SI IDT) ou até aumentar (SI PME) o seu peso no FEDER aprovado.

Focando agora a nossa atenção na contratação dos projectos aprovados, cumpre referir que, até ao final de 2010 foram celebrados com os promotores de projectos de Sistemas de Incentivos 1444 contratos, correspondendo a um incentivo FEDER de 323,7 Milhões de Euros, representando 93% do nº de projectos aprovados até então e 95% do respectivo incentivo. Cabe a este propósito salientar um acréscimo bastante significativo nos níveis de contratação por comparação com o final do ano de 2009 (912 contratos, representando 79% dos projectos aprovados). Assim, 532 dos processos de contratação acima referidos ocorreram durante o ano de 2010 (representando cerca de 80% do nº de contratos celebrados em 2009), estando associado aos mesmos um incentivo FEDER de cerca de 137,4 milhões de Euros.

O forte incremento dos níveis de contratação registados entre final de 2009 e final de 2010 decorrerá também, estamos certos, do facto de neste último ano se ter abrandado o ritmo de abertura de concursos e de aprovação de projectos, limitando assim a expansão da base

potencial de projectos para contratar, ao passo que terá também permitido um maior focus em termos de recursos disponíveis afectos a essas tarefas.

O ano de 2010 marca, em nossa opinião, o alcançar de um outro ritmo de execução dos projectos aprovados. Com efeito, durante este período, foram transferidos para os promotores de projectos dos Sistemas de Incentivos (por intermédio dos organismos pagadores – IAPMEI e Turismo de Portugal – em quem, através de protocolos celebrados entre estes, a AG e o IFDR, foram delegadas formalmente funções de transferência directa para os beneficiários), um montante global de 71,8 milhões de Euros de FEDER (i.e. mais do que o dobro do total de pagamentos efectuados até ao final de 2009 - cerca de 30,6 milhões de Euros), elevando o montante total de FEDER pago aos promotores para cerca de 102 milhões de Euros (i.e. cerca de 30% do total aprovado), aos quais está associado um nível de execução, em termos de despesa elegível de 127,1 milhões de Euros e uma execução FEDER de cerca de 88,5 milhões de Euros (26% do aprovado).

Em suma, em 31/12/2010, os Sistemas de Incentivos do ON.2 registavam uma taxa de execução (FEDER Executado/FEDER Programado) da ordem dos 26,8%, estando executado 26% do incentivo aprovado até essa data. Em ambos os casos, as taxas superam as verificadas em termos globais para o ON.2 (15,2% e 23,1%, respectivamente). A boa prestação relativa dos sistemas de incentivos, no que concerne a pagamentos e execução, pode ainda constatar-se de uma outra forma: com uma dotação de cerca de 12,2% do programa regional, os Sistemas de Incentivos representavam, no final de 2010, 23,6% dos pagamentos efectuados no ON.2 e 21,5% da sua execução FEDER.

Não obstante a boa progressão registada na execução dos projectos aprovados, importa ainda assim referir a existência de um "*gap*" bastante significativo entre os níveis de compromisso já assumidos pela AG e os níveis de execução registados. Esta situação (já por nós assinalada no Relatório de Execução de 2009) viria a ser objecto de medidas específicas no decurso do ano de 2010 / início de 2011, visando acelerar a execução dos projectos aprovados e descativar verbas de projectos com baixa probabilidade de execução, medidas essas que analisaremos em mais detalhe no ponto seguinte.

Em suma, a progressão global dos Sistemas de Incentivos do ON.2 no decorrer do ano de 2010, evidencia como aspectos mais marcantes:

- manutenção fortes níveis de procura, implicando em muitos casos a não aprovação da totalidade das candidaturas com proposta de parecer elegível, apesar de com frequência se ter alargado as dotações orçamentais previstas;

- aumento da selectividade em geral, induzido quer pela escassez das dotações financeiras quer por uma maior focagem dos concursos, com relevância crescente para os projectos inseridos em EEC e para os projectos orientados para os mercados externos;

- desaceleração no lançamento de concursos e consequente desaceleração nos ritmos de aprovação de candidaturas;

- forte aceleração nos níveis de contratação (passaram de 80% para 95% do FEDER aprovado) e forte aceleração dos níveis de pagamentos (progredindo de cerca de 10% para cerca de 31% da dotação financeira global afecta aos SI).

Aviso	Sistema de Incentivos à Inovação (NORTE-03-2008-03)
Designação	Hotel Teatro
Data do Contrato	15-06-2009
N.º da Operação	NORTE-01-0403-FEDER-003795
Calendarização	15-01-2009 a 12-12-2010
Promotor	Citylodge – Sociedade de Investimentos e Gestão de Hotéis, Lda.
Objectivos	O projecto de investimento consiste na criação de um Hotel Design de 4* através da remodelação de um antigo edifício de escritórios/serviços dos anos 70, localizado numa área de frente urbana contínua consolidada e zona de intervenção prioritária da cidade do Porto (Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana).
Acções	1) Remodelação e alteração de uso de um Edifício de escritórios e serviços, construído na década de 70, num lote com uma área de 880 m2, para instalação de um estabelecimento hoteleiro – Hotel 4** - constituído por 73 unidades de alojamento. 2) Implementação de uma solução tecnologicamente avançada, denominada Easylynq Hotel IVTS, orientada para a gestão e controlo das comunicações na, e da, unidade hoteleira. 3) Implementação de um conjunto de acções de Marketing, Promoção e Divulgação. 4) Certificação do sistema de gestão da sustentabilidade turística (ambiente, segurança e responsabilidade social), tendo por base o referencial do TUV Rheinland Group, ECO-HOTEL. 5) Instalação Solar Térmica.
Investimento Elegível	3.526.600,46 Euros
FEDER	2.292.290,30 Euros

Aviso	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (NORTE-02-2008-08)
Designação	TRANSGRANITOS – Investigar e Desenvolver
Data do Contrato	21-07-2009
N.º da Operação	NORTE-01-0402-FEDER-005068
Calendarização	01-01-2009 a 30-06-2011
Promotor	TRANSGRANITOS – Mármores e Granitos do Alto Tâmega, Lda.
Objectivos	O projecto visa o desenvolvimento de técnicas para: coloração e envelhecimento artificial (recobrimento com plantas do tipo musgos ou líquenes) do granito; aproveitamento dos resíduos da actividade (lamas de corte e fragmentos); novos acabamentos de superfície, designadamente para superfícies com pátina.
Acções	1) Coloração de granitos: avaliação da durabilidade em obra de granitos coloridos, avaliação dos produtos de fixação, avaliação das substâncias libertadas pelo granito colorido, avaliação dos produtos hidrofugantes. 2) Envelhecimento de granitos – selecção das espécies a utilizar na experiência, delineação do procedimento experimental em câmara climática, avaliação da implantação do crescimento das espécies. 3) Resíduos sólidos e lamas: agregar tiras de granito para formar um bloco de rochas, agregar fragmentos de rocha e lama para formar peças geométricas, formar jaulas de rocha, formar placas de rochas por corte em fio diamantado. 4) Acabamentos de superfícies: novos tratamentos de superfície, obtenção de rocha com pátina ferrosa.
Investimento Elegível	208.252,22 Euros
FEDER	145.776,55 Euros

Aviso	Sistema de Incentivos à qualificação de PME (NORTE-01-2009-04)
Designação	Promoção Internacional da "Capital do Móvel" – 2010
Data do Contrato	23-11-2009
N.º da Operação	NORTE-01-0401-FEDER-007886
Calendarização	23-07-2009 a 31-12-2010
Promotor	Associação Empresarial de Paços de Ferreira
Objectivos	A Associação Empresarial de Paços de Ferreira (AEPF) é uma associação de cariz regional que tem vindo a apoiar e preparar as empresas industriais e comerciais do sector do mobiliário do Vale do Sousa nos seus processos de internacionalização. O projecto visa a promoção do sector do mobiliário nacional, nos mercados externos, assim como o desenvolvimento da capacidade competitiva dos fabricantes Portugueses do mais variado tipo de móveis, nomeadamente, quanto à sua capacidade de resposta às necessidades do mercado à escala global.
Acções	1) Participação em certames nas Regiões da Galiza e Castela e Leão, designadamente na "Vigoféria - Salón del Mueble e Decoracion" e no "Salon del Mueble de Valladolid". 2) Missões empresarias aos Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita, Argélia e Líbia e Noruega, Suécia e Finlândia.
Investimento Elegível	521.850,00 Euros
FEDER	270.760,25 Euros

Outras Tipologias do Eixo 1

Em 2010, no Eixo Prioritário 1, com excepção dos sistemas de incentivos e de concursos no quadro da contratualização, foram abertos 15 concursos, totalizando o montante de 156.840.000 € (FEDER). No âmbito destes concursos foram apresentadas 561 candidaturas, num montante global de 216.521.494 € (FEDER), correspondendo a um investimento (custo total) de 383.138.801 €, de acordo com a tabela infra.

Tabela 3.5 Eixo Prioritário 1 - Concursos abertos em 2010

(excepto Sistemas de Incentivos e concursos no quadro da Contratualização)

Aviso	Data de abertura	Data de Encerramento	FEDER a concurso (euro)	Taxa máxima de co-financiamento definida em Aviso	Candidaturas apresentadas	
					N.º	Investimento/ custo total
SAIECT-IEC/1/2010 Sistema de Apoio a Infra-Estruturas Científicas e Tecnológicas – Infraestruturas Científicas	18-03-2010	02-07-2010	14.000.000	70%	1	20.000.000
SAIECT-IEC/2/2010 Sistema de Apoio a Infra-Estruturas Científicas e Tecnológicas – Infraestruturas Científicas	18-03-2010	02-07-2010	26.000.000	70%	23	62.275.403
SAIECT-IETIEFE/EEC/PA/1/2010 Sistema de Apoio a Infra-Estruturas Científicas e Tecnológicas - Infraestruturas Tecnológicas – Infra-Estruturas Físicas e Equipamentos	28-06-2010	29-10-2010	9.000.000	70%	3	4.135.609
SAIECT-IEC/3/2010 Sistema de Apoio a Infra-Estruturas Científicas e Tecnológicas – Infraestruturas Científicas	25-11-2010	03-01-2011	2.500.000	70%	2	4.573.976
PCCTDC/1/2010 Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	28-10-2010	25-02-2011	5.000.000	60%	12	18.657.187
PCCTDC/2/2010 Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	28-10-2010	25-02-2011	2.500.000	60%	20	8.818.450
SAPCTIEBT/IEFIEBT&SP/1/2010 Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica - Infra-Estruturas Físicas de Incubação de Empresas de Base Tecnológica e Serviços Partilhados	25-11-2010	18-03-2011	6.000.000	70%	5	11.827.787

SAAAEL/1/2010 Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	12-01-2010	02-07-2010	32.000.000	70%	7	109.699.735
SAPCTIEBT/IEFPCT&IEFIEBT/1/2010 Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica -Infra-estruturas Físicas PCT- - Infra-Estruturas Físicas de Incubação de Empresas de Base Tecnológica	31-03-2010	28-05-2010	15.000.000	70%	1	21.414.227
SIAC/2010 Sistema de Apoio a Acções Colectivas	16-11-2010	25-02-2011	6.000.000	70%	77	22.60
E-PDRTAE/1/2010 Promoção e Desenvolvimento da Rede Territorial de Agências de Energia	02-02-2010	30-04-2010	840.000	70%	2	1.394.232
Energia/UAG/1/2010 Promoção de Acções de Eficiência Energética - Projectos de Investimento em Unidades Autónomas de Gás	23-02-2010	28-06-2010	6.000.000	40%	8	30.545.128
E-EEA/1/2010 Energia – Utilização Racional de Energia e Eficiência Energetico-Ambiental em Equipamentos Colectivos (IPSS e ADUP)	20-07-2010	02-12-2010	10.000.000	70%	277	37.541.301
E-EEA/2/2010 Energia – Utilização Racional de Energia e Eficiência Energetico-Ambiental em Equipamentos Desportivos Municipais	20-07-2010	07-12-2010	10.000.000	80%	123	29.648.974
E-EEEHS/1/2010 Eficiência Energética em Edifícios de Habitação Social Existentes	11-11-2010	27-05-2011	12.000.000	80%	*n.d*	*n.d*
Total			**156.840.000**		**561**	**383.138.801**

n.d. – não disponível (considerando a data de termo da apresentação das candidaturas)

Destaca-se ainda no mesmo ano a aprovação definitiva de 106 operações envolvendo um montante global de 100.135.863 € (FEDER) associado a 139.708.093 € de Despesa Elegível. Salienta-se que algumas destas operações aprovadas decorrem de concursos abertos em anos anteriores. Em termos acumulados até 31 de Dezembro de 2010, já tinham sido aprovadas 119 operações representando um montante global de 151.992.062 € (FEDER) correspondendo a 210.922.447 € de Despesa Elegível, encontrando-se contratadas 74 operações com um montante global de 132.803.515 € (FEDER) associado a 186.104.091 € de Despesa Elegível.

Assim, a evolução observada em 2010 quer ao nível de concursos abertos e operações candidatadas quer ao nível de aprovações neste Eixo Prioritário (recorde-se, na parte que não respeita os Sistemas de Incentivos e à Contratualização), evidencia uma muito forte aceleração na implementação dos instrumentos previstos.

Já a execução física e financeira do Eixo Prioritário 1 (sem a Contratualização e sem os SI) apresenta até ao final de 2010 um nível ainda reduzido, apresentando uma taxa de execução de cerca de 10,3% (FEDER executado / FEDER contratado). À luz do incremento observado nas aprovações e nas contratações, é legítimo prever, para 2011, o consequente incremento em termos de execução física e financeira.

Procedendo a uma análise por objectivo específico, no OE1 – "Consolidação dos Serviços Colectivos Regionais de Suporte à Inovação e Promoção do Sistema Regional de Inovação", em 2010, foram aprovadas 29 operações, decorrentes dos concursos SAIECT-IEC/1/2009, SAIECT-IETIEFE/1/2009, SAIECT-IETRRIET/1/2009, SAIECT-IEC/1/2010 e SAIECT-IEC/2/2010, tendo sido contratadas 28 operações.

A prossecução do Objectivo Específico 1 está bem patente nos concursos abertos, uns ainda em 2009 (e já abordados no Relatório de Execução anterior), outros no primeiro semestre de 2010 (referimos, neste caso, aos Avisos SAIECT-IEC/1/2010, SAIECT-IEC/2/2010, SAIECT-IEC/3/2010, SAIECT-IETIEFE/EEC/PA/1/2010). Trata-se de um conjunto expressivo de concursos dirigidos ao apoio a Infra-estruturas Científicas e a Infra-estruturas Tecnológicas, os quais vieram a traduzir-se em aprovações no ano de 2010. A procura revelada e as aprovações entretanto ocorridas evidenciam um enorme contributo do ON.2 para a consolidação da rede regional de Infra-estruturas Tecnológicas (Centros Tecnológicos Sectoriais e Institutos de Novas Tecnologias) bem como para projectos selectivos ao nível das Infra-estruturas Científicas .

CITEVE@2011 - Ecologia Humana, Conforto e Segurança

Aviso	SAIECT - IETIEFE/1/2009
Designação	CITEVE@2011 - Ecologia Humana, Conforto e Segurança
Data de aprovação	26/03/2010
Data do contrato	29/03/2010
N.º da operação	NORTE-01-0162-FEDER-000022
Calendarização	01/05/2010 a 30/06/2012
Promotor	CITEVE Centro Tecnológico Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal
Objectivos	Esta operação visa o reforço das competências do CITEVE, designadamente, as laboratoriais, em 2 áreas em grande expansão e importância para a competitividade das empresas portuguesas (a ecologia humana e o conforto e segurança), constituindo um contributo para a concretização da estratégia do CITEVE para o triénio 2009 – 2011 que passa pelos seguintes macro-objectivos: 1. Optimizar e alargar a capacidade instalada das tecnologias do centro e difusão de tecnologia que fomentem a capacitação do tecido produtivo, promovendo a inovação tecnológica e estimulando a criação e o crescimento de novos negócios; 2. Fortalecer a capacidade de resposta das actuais valências do centro em áreas de emergência tecnológica, dotando-as de capacidade efectiva de solução aos desafios colocados pelas empresas, nomeadamente ao nível do desenvolvimento, caracterização e certificação de produtos, serviços e soluções de elevado valor acrescentado, tais como ecologia humana e no conforto e segurança. 3. Desenvolver e estimular relações institucionais entre o CITEVE, as empresas, unidades de investigação e instituições de ensino superior.
Acções	A operação contempla uma vertente principal de aquisição de equipamentos de testes e ensaios laboratoriais na área da ecologia humana aplicada ao têxtil e vestuário, de forma a responder ao desafio lançado pelo recente Regulamento CE nº 1907/2006 (REACH), bem como na área do conforto e segurança (ex.: ensaios usados na marcação "CE" de Equipamentos de Protecção Individual aplicáveis a diversos riscos, conforto e bem estar), tendo em vista assegurar o cumprimento das directivas comunitárias aplicáveis e garantir a execução destes ensaios no âmbito da acreditação pela norma ISO 17025. Mais concretamente, o pedido de financiamento abrange componentes de aquisição de equipamento e *software*, obras de adaptação de alguns espaços e equipa técnica.
Investimento Elegível	1.558.373,66 €
FEDER	1.090.861,56 € (taxa de 70%)

Instalação do Instituto de Investigação e Inovação em Saúde (I3S)

Aviso	SAIECT-IEC/2/2010
Designação	Instalação do Instituto de Investigação e Inovação em Saúde (I3S)
Data de aprovação	28/12/2010
Data do contrato	30/05/2011
N.º da operação	NORTE-01-0162-FEDER-000033
Calendarização	02/10/2010 a 30/06/2013
Promotor	Universidade do Porto
Objectivos	A operação em apreço visa assegurar condições para a instalação e qualificação do Instituto de Investigação e Inovação em Saúde – I3S, o qual resulta da colaboração entre o Instituto de Biologia Molecular e Celular (IBMC), o Instituto de Engenharia Biomédica (INEB) e o Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto (IPATIMUP). Este projecto contribuirá para a concretização dos objectivos preconizados na política nacional e regional na área da ciência, tecnologia e inovação, por via da dinamização do conceito de cooperação em rede no domínio da Biomedicina e da Saúde. As novas instalações acomodarão cerca de 280 doutorados, 60% dos quais com dedicação exclusiva à investigação, 250 bolseiros, 100 técnicos e outro pessoal administrativo. Ainda que o enquadramento técnico-científico desta operação seja assegurado pelos referidos institutos, a correspondente candidatura foi promovida pela Universidade do Porto (U.PORTO) atendendo a que, à luz dos novos Estatutos desta Universidade, está em curso a integração do I3S como uma nova Unidade Orgânica de Investigação da Universidade. A operação apresenta os seguintes objectivos: .Objectivo 1: Contribuir para a criação de 105 novos empregos directos na área de I&DI; .Objectivo 2: Proporcionar condições e envolvência que contribuam para a concepção e realização de uma taxa de crescimento na ordem dos 5% dos projectos de I&DI desenvolvidos pelo I3S; .Objectivo 3: Proporcionar condições e envolvência que contribuam para a concepção e realização de uma taxa de crescimento na ordem dos 5% no que toca aos projectos internacionais; .Objectivo 4: Participar em mais 7 redes institucionais internacionais, desenvolvendo parcerias integradas com empresas e instituições de suporte relevantes; .Objectivo 5: Aumentar em 10% por ano a prestação de serviços na área da I&DI, apostando claramente na valorização económica das competências técnico-científicas já adquiridas pelos três institutos.
Acções	O investimento proposto contempla os custos relativos à construção e equipamento informático e básico do edifício do I3S, a localizar no Pólo Universitário da Asprela, em espaço anexo ao edifício já existente do IPATIMUP, com uma área de intervenção de 17.778,50 m2. Incorpora, ainda, obras de intervenção no edifício do IPATIMUP e outras intervenções no espaço exterior, em particular, na zona de ligação entre os 2 edifícios.
Investimento Elegível	21.478.339,26 €
FEDER	17.182.671,41 (taxa de 80%)

Quanto ao OE2 – "Apoio à Criação e Consolidação de "*Clusters*" Emergentes e de Empresas de Base Tecnológica", as iniciativas de investimento público, complementares aos apoios e instrumentos em sede de Sistemas de Incentivos, tiveram expressão, em 2010, na abertura de novos concursos abrangidos pelos Avisos SAPCTIEBT/IEFIEBT&SP/1/2010 e SAPCTIEBT/IEFPCT&IEFIEBT/1/2010. Esta oferta foi orientada especialmente para o apoio à criação de infra-estruturas físicas dedicadas à incubação de empresas de base tecnológica.

No plano das aprovações verificadas em 2010, destacam-se uma operação de infra-estruturas físicas e equipamento de incubadora de Empresas de Base Tecnológica (SPINPARK) e seis operações (de pendor imaterial) referentes a programas de empreendedorismo (neste último caso resultantes de concurso aberto em 2008 e encerrado em 2009).

No domínio das operações de pendor infra-estrutural, a experiência revela tratar-se de uma área de intervenção exigente – o que levou, de resto, a dilatações nos prazos relativos a aprovações definitivas. O ano de 2011 e de 2012 serão assim fulcrais para aferir os resultados das operações aprovadas, considerando os prazos máximos de execução (de 24 meses para os projectos imateriais e de 36 meses para os projectos infra-estruturais).

O OE3 – "Promoção e Desenvolvimento da Rede de Parques de Ciência e Tecnologia e de Operações Integradas de Ordenamento e de Acolhimento Empresarial" engloba duas componentes distintas: uma visa a implementação de uma rede regional de parques de ciência e tecnologia, em torno das principais Universidades sedeadas na região; a outra incide sobre a rede regional de áreas de acolhimento empresarial.

Para o apoio à rede de parques de ciência e tecnologia recorda-se ter sido aberto concurso, ainda em 2008 (Aviso SAPCTIEBT-IEFPCT/1/2008), do qual resultou a aprovação e a contratação, ainda em 2009, da operação referente ao Instituto Europeu de Excelência de Tecidos e Medicina Regenerativa, cuja taxa de execução financeira acumulada e reportada a 31.12.2010 é de 77,80%. A esta operação junta-se, em 2010, a aprovação e contratação de

mais duas operações de infra-estruturas físicas e equipamento de dois Parques de Ciência e Tecnologia (UPTEC e SANJOTEC).

A continuidade desta linha de intervenção manter-se-á com preocupações de uma forte selectividade, evitando a fragmentação de iniciativas e concentrando os recursos num número restrito de projectos com sustentabilidade e suportados pelas principais Universidades da Região do Norte. Este objectivo está aliás patente nos termos em que foram conformados os Avisos divulgados pela Autoridade de Gestão em 2010.

Consolidação do Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto

Aviso	SAPCTIEBT-IEFPCT/1/2008
Designação	Consolidação do Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto
Data de aprovação	30/08/2010
Data do contrato	30/08/2010
N.º da operação	NORTE-01-0364-FEDER-000012
Calendarização	01/01/2009 a 31/12/2012
Promotor	UPTEC – Associação de Transferência de Tecnologia da Asprela
Objectivos	A operação em causa reveste excepcional relevância para a consolidação da rede de Parques de Ciência e Tecnologia (PCT) na Região Norte, valorizando-se o conhecimento, a tecnologia e a inovação enquanto factores de promoção para a criação de emprego altamente qualificado em áreas de elevado valor acrescentado e com vocação exportadora - Ciências da Saúde e Engenharias - em linha com os objectivos consagrados no QREN e na Agenda Regional – Norte 2015. Este projecto tem como objectivos: - Promover e gerir a transferência de conhecimento entre a Universidade do Porto, instituições de I&D e empresas, completando e qualificando a rede de PCT da Região Norte; - Promover a disseminação e demonstração de resultados, internacionalizando o conhecimento gerado e atraindo investimento privado estruturante; - Promover uma efectiva articulação com o sistema regional, nacional e internacional de inovação. Deste modo, com este projecto, o UPTEC pretende assumir-se como um Parque de Ciência e Tecnologia de referência na Região Norte, dinamizador da transferência de conhecimentos entre a Universidade do Porto, os centros de I&D e as empresas.
Acções	Esta Operação envolve as seguintes acções: i) Construção do Edifício Central do Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto, na Asprela, em continuidade com o edifício da Incubadora de Base Tecnológica, com uma área total de 18 286 m2 e uma área útil para a instalação de iniciativas inovadoras da ordem de 11 000 m2. Neste edifício será instalado um Gabinete de Desenvolvimento de Produtos, dotado de equipamentos de impressão a 3D em materiais compósitos e poliméricos, digitalizadores 3D para engenharia inversa, máquinas de CNC de 5 eixos para maquinação e prototipagem de peças de aço, polímeros e aglomerados, mesa de corte, autoclave, etc., que em conjunto com os laboratórios do Centro de Incubação servirão as empresas do Parque e constituirão também suporte aos serviços técnico-científicos da Universidade do Porto. ii) Construção de um Centro de Inovação, fisicamente integrado no Pólo da Asprela da Universidade do Porto, com uma área total de 1822 m2 e uma área útil de cerca de 1300 m2, já totalmente reservada para iniciativas no domínio da inovação, com particular intervenção do departamento de Engenharia Química da Faculdade de Engenharia. Este edifício destina-se a acolher três centros de Inovação: a Rede de Competência em Polímeros (www.arcp.pt), um centro financiado pela Sonae Indústria e um terceiro centro orientado para desenvolver tecnologias na área das energias renováveis, que ainda se encontra em fase de constituição. iii) Melhoria da Capacidade de Gestão. Para além das operações atrás enunciadas de cariz essencialmente infra-estrutural, o UPTEC, enquanto um actor privilegiado para a promoção de transferência de conhecimento e de transformação de conhecimento em inovação da Região Norte, propõe-se qualificar o seu atendimento às empresas, racionalizando o seu modelo de organização e gestão, simplificando e desmaterializando os processos. Mais concretamente, o UPTEC pretende realizar uma série de encontros, quer na Europa quer nos EUA, que funcionem como verdadeiras acções de *benchmarking*. Com estas acções pretende-se ver, analisar, estudar e avaliar outras infra-estruturas cuja semelhança possa aportar a este modelo de negócio alterações e adaptações que permitam uma melhoria contínua no funcionamento do Parque de Ciência e Tecnologia.

Investimento Elegível	15.825.558,64 €
FEDER	11.077.891,05 € (taxa 70%)

Evidências da realização do projecto:

Quanto à promoção da rede de áreas de acolhimento empresarial, foi aberto um primeiro concurso ainda em 2008 (SAAAEL/1/2008), bem como concursos em 2009 e, ainda, em inícios de 2010 (SAAAEL/1/2009 e SAAAEL/1/2010). Estes concursos foram formatados de modo suscitar o aparecimento de projectos de elevada dimensão (nomeadamente áreas de um mínimo de 40 ha, tendo-se no concurso de 2010 baixado esse limite para 20 ha) e com serviços comuns, facilidades e amenidades, de elevada qualidade. Para além disso, previu-se ainda que, no quadro da subvenção global afecta às CIM / AMP, haveria lugar ao apoio a projectos de menor dimensão e exigência, no quadro de uma rede complementar de áreas de acolhimento empresarial e/ou da requalificação de áreas existentes.

As áreas de acolhimento empresarial de nível regional, nos termos em que foram definidas nos referenciais dos concursos, correspondem a uma tipologia exigente. A experiência revela uma elevada morosidade dos potenciais promotores quanto à aquisição dos terrenos necessários, seja devido aos montantes financeiros envolvidos seja pelo elevado número de proprietários envolvidos. Ultrapassadas algumas dificuldades decorrentes do quadro regulamentar vigente até ao início do ano de 2011, perspectiva-se a contratação de 8 projectos neste domínio ainda no primeiro semestre de 2011, o que representará um contributo muito relevante para uma adequada oferta de solo industrial na região.

Acresce que nas intervenções geridas pelas CIM / AMP estão aprovados e contratados 6 projectos de áreas de acolhimento empresarial, que integram a rede complementar, os quais correspondem em regra a operações de requalificação de áreas já existentes.

O OE 4 – "Requalificação, Inovação e Reforço das Cadeias de Valor nos Sectores de Especialização" apenas integra instrumentos dos Sistemas de Incentivos, tendo já sido objecto de análise.

O conjunto destes quatro OE já referidos constitui o núcleo central das intervenções que exploram o nexus ciência / tecnologia / inovação / competitividade, visando-se em termos

mais globais a emergência e consolidação de um novo modelo competitivo para a Região do Norte, assente na inovação em sectores de especialização já existentes mas, também, na emergência de novas actividades intensivas em conhecimento. Esses quatro objectivos mobilizam parte significativa dos instrumentos e recursos orientados quer para o apoio à I&D empresarial e investimento inovador quer para o apoio à rede regional de instituições de suporte à inovação e à competitividade.

No final de 2010, é já possível fazer-se um balanço claramente positivo sobre os investimentos e as dinâmicas induzidas pelo ON.2, convergentes com o objectivo global acabado de referir. Com efeito, a procura de incentivos, quer na componente atribuída a projectos públicos ou não empresariais quer na componente dos Sistemas de Incentivos, revelou-se globalmente muito elevada e com uma incidência significativa em domínios tecnológicos e actividades intensivas em conhecimento. Em particular, os dados relativos à execução de projectos de I&D mostram, comparativamente com o passado (QCA III), duas tendências da maior relevância: um aumento global da procura por apoios à I&D mas, ao mesmo tempo, um "mix" muito mais equilibrado do que o verificado no passado entre I&D pública e I&D empresarial.

Cremos mesmo que o ON.2 constituirá um dos Programas Operacionais que, neste aspecto, revela um maior sucesso. Como se pode ver na tabela seguinte, o investimento elegível apoiado é elevado, salientando-se o incremento observado já no primeiro trimestre de 2011. Para além disso, a participação do sector empresarial (SI ID&T) é muito elevada, dando conta da ultrapassagem de um dos principais défices diagnosticados no QCA III. Este elevado nível de I&D empresarial apoiada é tanto mais significativo quanto se trata, no ON.2, de projectos promovidos por micro e pequenas empresas .

Tabela 3.6 ON.2 – Operações Contratadas de Apoio a I&D (EP1)

Investimento Elegível (valores acumulados)		
	31/12/2010	**31/03/2011**
Sistema de Incentivos à I&DT	72.017.736	72.362.473
Outras tipologias de projectos do Eixo 1	115.676.656	121.374.029
Total	**187.694.392**	**193.736.502**

Por outro lado, os investimentos apoiados em matéria de infra-estruturas de apoio à competitividade revelam, para além da já referida consolidação global da rede, a emergência de projectos de grande dimensão, nomeadamente no domínio da Ciência e Tecnologia,

sendo exemplos relevantes o INL - Laboratório Internacional Ibérico de Nanotecnologias e o I3S – Instituto de Investigação e Inovação em Saúde. Se a estruturação da rede regional de C&T era já uma realidade, facto que determinou uma maior selectividade nos apoios, evitando-se fragmentações e promovendo-se ganhos de escala e de rede, os apoios concedidos pelo PO em matéria de infra-estruturas de incubação de empresas e de áreas de acolhimento empresarial deverão gerar um contributo muito relevante para se ultrapassar o desenvolvimento ainda algo incipiente deste tipo de infra-estruturas.

Quanto ao OE5 – "Promoção de Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial", verificou-se durante o ano de 2010 mais 2 contratações e uma rescisão de contrato, relativas ao concurso SIAC – Merca 2008, totalizando assim 9 operações contratadas até 31.12.2010, envolvendo 94 acções colectivas. Este concurso visou a dinamização do pequeno comércio urbano em áreas territoriais já definidas no anterior Urbcom (POE/PRIME, QCA III).

Em 2010 foi aberto o concurso SIAC/2010, de acordo com a tabela 3.5, visando o apoio a acções colectivas em áreas relevantes do ponto de vista económico e com uma delimitação regional clara, nomeadamente as que visam a promoção regional externa de sectores e clusters como os do vinho ou do turismo. Note-se que as acções colectivas de âmbito sectorial tendem a ter uma incidência territorial de âmbito nacional, recaindo pois no quadro do POFC.

No OE 6 – "Promoção da Economia Digital e da Sociedade do Conhecimento" não foi aberto qualquer concurso em 2010, encontrando-se aprovadas e contratadas (até 31.12.2010) 24 operações. No início de 2011, foi aberto e decidido o concurso EDSC-RNGZR/2011 orientado para infra-estruturas de Banda Larga em áreas onde o "mercado" não encontre condições operacionais de disponibilização destes serviços, por questões de limiares demográficos - Redes de Nova Geração para as Zonas Rurais. A esta operação aprovada e contratada logo no início de 2011 corresponde um montante de 34.895.600,26 € de FEDER e a 49.850.857,52 € e de Despesa Elegível, sendo que a intervenção abrange 44 concelhos da região, classificados para o efeito como zonas rurais.

Note-se que, no domínio da Economia Digital, os apoios às empresas enquadram-se nos Sistemas de Incentivos (nomeadamente no SI Qualificação e Internacionalização PME). Assim, os concursos e operações a enquadrar no Regulamento Economia Digital e Sociedade do Conhecimento devem orientar-se, predominantemente, para operações de natureza transversal e infra-estrutural, sendo de privilegiar aquelas que abranjam um universo alargado de destinatários finais.

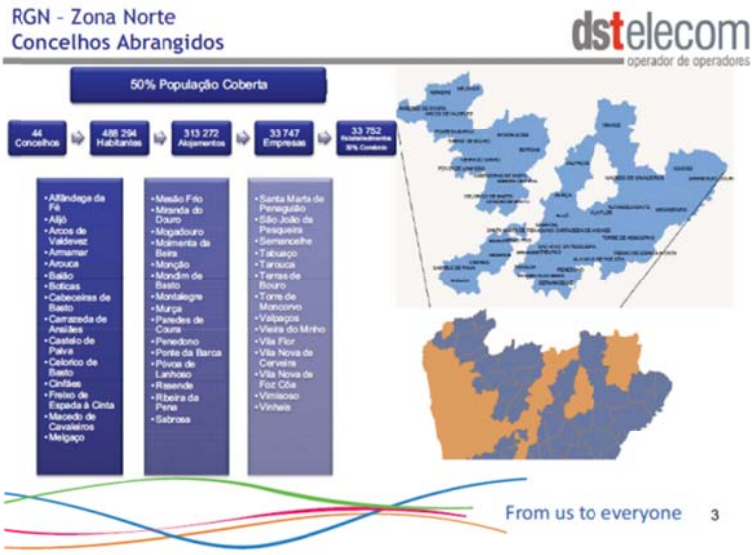
Foi esta perspectiva que levou a dar prioridade, num primeiro momento e em coordenação com o Governo da República, operações integradas no Plano Tecnológico da Educação,

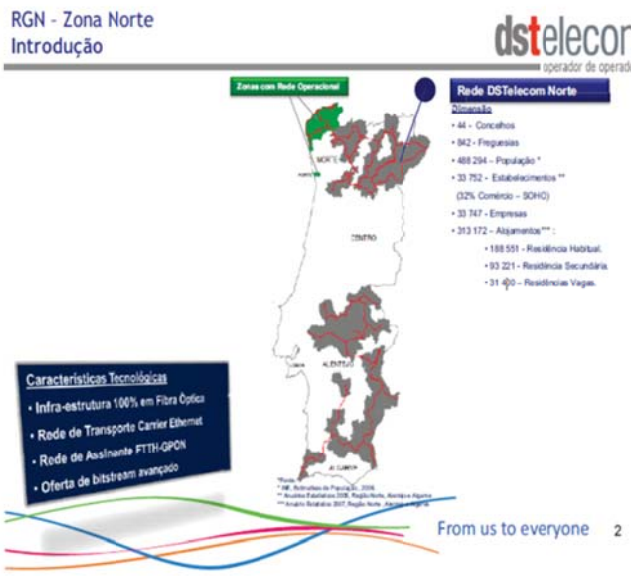
com uma grande abrangência territorial e de população alvo. É igualmente nesta perspectiva que se deu prioridade, no início de 2011, às redes de nova geração em espaços rurais, novamente em convergência com orientações nacionais e, também, prioridades comunitárias.

Implantação de Redes de Banda Larga de Nova Geração em Zonas Rurais da Região Norte

Aviso	EDSC-RNGZR/2011
Designação	Implantação de Redes de Banda Larga de Nova Geração em Zonas Rurais da Região Norte
Data de aprovação	03/02/2011
Data do contrato	04/02/2011
N.º da operação	NORTE-01-0666-FEDER-000039
Calendarização	27/08/2009 a 31/01/2013
Promotor	Dstelecom Norte, Lda.
Enquadramento e Objectivos	Dados os contornos associados ao processo de instalação das Redes Novas Geração na Região Norte, entende-se oportuno fazer um enquadramento prévio sobre alguns aspectos de contextualização da presente Operação: **Enquadramento** **1.** O investimento a realizar está enquadrado pelo Concurso Público Internacional (Anúncio de Procedimento n.º 3213/2009, de 10 de Julho) para a "Instalação, Gestão, Exploração e Manutenção de Redes de Comunicações Electrónicas de Alta Velocidade na Zona Norte" adjudicado à DSTelecom (consórcio constituído pela Domingos da Silva Teixeira, SA e pela DSTELECOM, SA). Esta adjudicação consta de Despacho do Senhor Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações datado de 5 de Fevereiro de 2010. **2.** De acordo com o disposto na alínea a) do número 16.2 do Programa de Concurso, após adjudicação à DSTelecom, foi constituída a sociedade por quotas designada como DSTelecom Norte, Lda. (DST-N, promotora da candidatura apresentada ao ON.2). Esta sociedade por quotas tem como sócios a DSTelecom, SA (que detém 98% do capital social) e a Domingos da Silva Teixeira, SA (detentora dos restantes 2% do capital social). **3.** A Comissão Europeia emitiu a Decisão C(2011)312 de 19.01.2011 relativa ao Auxílio Estatal nº N 252/2010 - Portugal "Banda larga de alta velocidade em Portugal" cujo teor parcial e sintético aqui se reproduz: "*I. SÍNTESE* *(1) Tenho o prazer de informar Vossa Excelência de que a Comissão Europeia analisou a medida <<Banda larga de alta velocidade em Portugal>>, tendo decidido não levantar objecções, visto que o auxílio estatal nela contido é compatível com o artigo 107.º, n.º 3, alínea c), do TFUE.*" Especifica esta Decisão (pág. 8) que o investimento inicial (a efectuar até 2013) destinado à Zona Norte e o montante de auxílio requerido pelo respectivo concurso é de, respectivamente, 49,9 milhões de euros e 34,9 milhões de euros (FEDER, considerada a taxa de 70% sobre o investimento inicial). **4.** Nos termos da alínea b) do Ponto 15.1 do Convite Público EDSC-RNGZR/2011 e conforme estabelecido no n.º 2 do Artigo 14.º do Regulamento específico EDSC, o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC) emitiu parecer conclusivo e favorável quanto à consistência da operação candidatada ao ON.2 face aos compromissos assumidos pelo beneficiário, enquanto adjudicatário do concurso público internacional atrás especificado no item (i). **5.** O Contrato de Concessão com o Estado Português foi celebrado em 31 de Janeiro de 2011. **Objectivos da operação** Os objectivos da presente Operação passam pela generalização do acesso à Internet e a Redes de Nova Geração. A construção de infra-estruturas de Banda Larga em zonas rurais na região Norte, onde este tipo de serviço não seja disponibilizado por outros operadores por falta de condições

	operacionais, encerra importantes factores de competitividade e bem-estar que vão proporcionar um encurtamento na dicotomia que existe no País entre as zonas rurais e as urbanas, condição fundamental para a coesão territorial e, acima de tudo, a defesa da igualdade de oportunidades. A Operação contribuirá para a convergência regional no espaço nacional com uma dinâmica de criação de valor acrescentado muito positiva. Poderão ser destacados os seguintes objectivos gerais: • Aumentar a competitividade e a atractividade da região (melhores infra-estruturas); • Permitir mais e melhores serviços aos munícipes e aos agentes económicos; • Aumentar a eficácia e a eficiência dos recursos da administração local e de outras entidades (hospitais, escolas, justiça, etc.); • Criar um potencial de geração de receita; • Contribuir para a info-inclusão e diminuir os níveis de iliteracia digital; • Captar financiamento e competências privados, bem como assumpção dos riscos no investimento.
Acções	A Operação visa a instalação de uma rede de banda larga de nova geração nas zonas rurais do Norte com falhas de mercado, isto é, em áreas no Norte do país onde o "mercado" não encontre condições operacionais de disponibilização destes serviços, abrangendo, em concreto, 44 concelhos e 842 Freguesias, conforme constam dos mapas infra. O investimento irá permitir que estes 44 concelhos de zonas rurais que actualmente não têm qualquer acesso a internet de banda larga de alta velocidade ou este é muito limitado, possam usufruir da mesma. Com a instalação da rede da fibra óptica, a produção em causa terá acesso a "Internet de Alta Velocidade" o que permitirá melhorar significativamente as condições para a produção de conteúdos *online*, devido ao aumento da velocidade na transferência desses mesmos conteúdos. A DST-N propõe a construção de uma rede totalmente suportada em fibra óptica até à entrada dos edifícios dos utilizadores finais. A rede proposta para a disponibilização dos serviços de comunicações irá garantir os 100 Mbps, sendo a sua arquitectura capaz de responder a outros débitos que possam vir a ser solicitados pelo mercado. A candidatura está estruturada numa acção única, contemplando o investimento a empreitada, aquisição e instalação do equipamento activo e passivo (que constituem a parte mais significativa do mesmo), fiscalização, estudos, projectos e licenciamento, consultoria TIC e demais assessorias, designadamente comercial, de marketing e estratégia.
Investimento Elegível	49.850.857,52 €
FEDER	34.895.600,26 € (taxa 70%)





O OE 7 – "Promoção de Acções de Eficiência Energética" teve no ano de 2010, de acordo com a tabela 3.5, o reforço significativo do apoio a acções de eficiência energética através dos concurso E-EEA/1/2010, orientado para a utilização racional de energia e eficiência energético-ambiental em equipamentos colectivos (IPSS e ADUP), E-EEA/2/2010, orientado para a utilização racional de energia e eficiência energético-ambiental em equipamentos desportivos municipais, E-EEEHS/1/2010 orientado para a eficiência energética em edifícios de habitação social existentes, Energia/UAG/2010 orientado para o apoio a projectos de investimento em Unidades Autónomas de Gás (UAG's) inseridas no âmbito do sistema de abastecimento de gás natural, e ainda do concurso PDRTAE/1/2010, este último visando a criação de agências de energia de âmbito supramunicipal (CIM e AMP). Todos estes concursos tiveram uma adesão elevada, sobretudo os concursos E-EEA/1/2010 e E-EEA/2/2010, que, dado o seu encerramento ter ocorrido em Dezembro de 2010, ainda não se traduziram em aprovações em 2010. O concurso E-EEEHS/1/2010 só encerrará no 2º trimestre de 2011. No 1º trimestre de 2011 foi ainda aberto o concurso E – EEIP/1/2011 (num montante FEDER de 12 M €) orientado para a eficiência energética na iluminação pública. Neste OE, em 2010, foram aprovadas em definitivo 45 operações no âmbito dos concursos IRFL/1/2009 (41), E-SESPC/1/2009 (2) e E-PDRTAE/1/2009 (2), tendo ainda sido neste ano contratadas duas Agências de Energia no âmbito do concurso E-PDRTAE/1/2009.

Assim, os instrumentos e tipologias previstos para a promoção da eficiência energética foram praticamente todos postos em prática ao longo de 2010, sendo que as aprovações se concentrarão em 2011.

Área Alto Minho - Promoção e Acção

Aviso	E- PDRTAE/1/2009
Designação	Área Alto Minho - Promoção e Acção
Data de aprovação	15/07/2010
Data do contrato	19/08/2010
N.º da operação	NORTE-01-0765-FEDER-000047
Calendarização	01/01/2010 a 31/12/2012
Promotor	Área Alto Minho - Agência Regional de Energia e Ambiente do Alto Minho
Objectivos	Este projecto tem como objectivos: - Contribuir para a implementação de políticas, estratégias e legislação através de acções que promovam a eficiência energética e a crescente utilização de energias renováveis (nomeadamente, em edifícios); - Contribuir para a criação de uma massa crítica de actividades e de competências técnicas ao nível local e favorecer economias de escala com o intuito de garantir a excelência da execução técnica; - Promover meios de informação e formação; - Facilitar o aumento dos níveis de investimento na eficiência energética e nas energias renováveis no Alto Minho; - Adequar a acção da Agência às necessidades dos actores locais.
Acções	Dando continuidade à actuação da sua antecessora - a Área Lima - e cumprindo os respectivos objectivos estatutários, é intenção da AREA Alto Minho actuar no sentido de contribuir, directa e indirectamente, para o desenvolvimento sustentável do Alto Minho através da promoção de práticas de eficiência energética, do aproveitamento das fontes de energia renováveis e da preservação do património ambiental. O espaço geográfico de intervenção da associação será a NUTIII – Minho-Lima correspondente aos municípios de: Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Melgaço, Monção, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira.
Investimento Elegível	399.996,75 €
FEDER	279.997,73 € (taxa 70%)

3.1.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Uma das principais dificuldades com que se tem vindo a confrontar a implementação no terreno dos Sistemas de Incentivos do QREN decorre do adverso clima económico e financeiro vivido desde, pelo menos, meados de 2008. Em 2010, assistimos ao agudizar desse cenário, com a chamada *"crise das dívidas soberanas"* a pôr em causa o normal funcionamento dos sistemas financeiros, dificultando (ou mesmo impossibilitando) o acesso ao crédito de agentes económicos privados e Estado e elevando significativamente o custo do mesmo. Num cenário macroeconómico difícil, com sucessivas medidas de contenção orçamental, dificuldades de financiamento e consequente retracção na concessão de crédito, a execução dos projectos aprovados enfrenta sérios constrangimentos.

Identificadas oportunamente algumas dessas dificuldades, já em 2009 (1.º trimestre) foram tomadas medidas significativas no contexto da Rede Incentivos QREN visando adequar os instrumentos de apoio previstos ao contexto económico-financeiro. Essas medidas foram apresentadas com bastante detalhe no Relatório de Execução de 2009, fazendo-se aqui novamente apenas uma referência às mesmas, na medida em que tal se entende importante para enquadrar as evoluções entretanto ocorridas em 2010.

Tais medidas, conforme também oportunamente se referiu no Relatório de Execução de 2009, tiveram impacto bastante significativo na gestão dos Sistemas de Incentivos, significando nomeadamente:

- Maiores níveis de procura por parte dos promotores, conjugados com taxas de aprovação mais elevadas e maiores taxas de incentivo, reflectindo-se nos níveis de compromisso financeiro assumidos pela Autoridade de Gestão;

- Taxas médias de co-financiamento (58,3% no final de 2010), acima da taxa média de co-financiamento prevista para o EP 1 em que se inserem os Sistemas de Incentivos (54,32%), sendo que este diferencial tem impactos não despiciendos ao nível da *"gestão de tesouraria"* do PO na medida em que a certificação de despesas junto da Comissão Europeia é feita usando a taxa média de co-financiamento do Eixo, inferior portanto à taxa à qual a AG tem vindo a efectuar pagamentos a promotores. Paralelamente, esta questão tem também impacto ao nível da desejada "*adicionalidade*" dos apoios concedidos.

Como então se referiu, estas questões assumem importância significativa para a gestão do PO devendo ser adequadamente abordadas numa possível reprogramação do mesmo.

Assim, perante os desafios que se colocavam à gestão dos Sistemas de Incentivos em finais de 2009 / inícios de 2010, designadamente, (i) elevados níveis de compromisso financeiro, (ii) algum *delay* no ritmo de execução dos projectos, havendo muitos projectos aprovados com prazo já decorrido (ou quase) e sem evidenciar execução, (iii) elevadas taxas de co-financiamento e aumento dos níveis de aprovação, tiveram lugar no decurso de 2010 algumas reflexões no contexto da Rede Incentivos QREN, visando reorientar a aplicação dos Sistemas de Incentivos.

Essas reflexões partiram de um Inquérito realizado por uma empresa especializada a um conjunto de promotores com projectos aprovados pelos Sistemas de Incentivos do QREN, onde, entre outros aspectos, se procurava identificar os principais constrangimentos sentidos pelos mesmos na aprovação e execução dos projectos. A partir daí foi desencadeado um processo visando identificar medidas concretas para aplicar na gestão dos Sistemas de incentivos, nomeadamente em torno dos seguintes tópicos principais: aceleração da execução dos projectos; orientação/focalização dos novos concursos; gestão do nível de compromissos (*overbooking*); simplificação regulamentar e procedimental.

Destas iniciativas viriam a resultar um conjunto de acções ou medidas que exporemos resumidamente de seguida.

1) Tendo em conta os elevados níveis de compromisso financeiro já assumidos pela maioria dos POs da Rede QREN, em parte devido a algumas das medidas de

adequação à conjuntura económica adoptadas na 1ª metade de 2009, procurou adequar-se a aplicação destes instrumentos no sentido de uma maior coerência com os principais objectivos de política pública. Assim, para além de uma continuidade na aposta em EEC, com dotações específicas para projectos inseridos em PCT e *Clusters*, nos Avisos de concurso abertos no decurso de 2010 procurou ainda dar-se prioridade a sectores transaccionáveis, ou a empresas exportadoras ou orientadas para os mercados externos (recém-criadas).

2) Adicionalmente, tendo em conta o difícil contexto económico, as dificuldades das empresas em obterem crédito e executarem os projectos de investimento aprovados e a necessidade de, pela via do QREN, se fomentar o investimento privado na economia, em Julho de 2010 foram anunciadas um conjunto de medidas incluídas na *"Estratégia para a aceleração da execução de projectos empresariais do QREN"*, de ente as quais entendemos destacar as seguintes:

   - Lançamento de um mecanismo de financiamento complementar (Linha QREN Investe, no montante de 800 milhões de Euros), visando colmatar aquela que foi identificada como uma das principais dificuldades das empresas em prosseguirem com os seus projectos de investimento - o acesso ao crédito. Esta linha de crédito baseia-se num mecanismo de partilha de risco entre as Sociedades de Garantia Mútua e instituições bancárias, tendo como objectivo conceder crédito às empresas para a realização de projectos aprovados pelos Sistemas de Incentivos do QREN.

   - Disponibilização/reforço de fundos de capital de risco para que as empresas com projectos aprovados pelo QREN pudessem reforçar os seus capitais próprios[14].

   - Mecanismo excepcional de reformulação de projectos, visando a sua adequação (em termos de prazos e montantes de investimento previstos) às novas condições de mercado. Esta medida viria a ser corporizada através da Orientação de Gestão N.º 06/2010 da Rede de Incentivos QREN a qual visava *"um duplo objectivo - propiciar novas condições para a concretização de projectos aprovados, permitindo que posteriormente se anulem compromissos de apoios do QREN a projectos que os promotores não queiram ou não consigam executar*." Como "contrapartida" da possibilidade de alterarem calendários, objectivos e valores de investimento sem

14 Cabe referir que, quer esta medida dos Fundos de Capital de Risco quer a anterior (linha QREN investe), não se enquadram no âmbito do PO Norte, onde este tipo de instrumentos de "Engenharia Financeira" não estão previstos.

qualquer penalização, os promotores comprometiam-se com um calendário de execução semestral dos projectos em causa.

- Criação de uma *"Bolsa de Descativação de Incentivos"* - esta medida viria a ser concretizada já em 2011 (através da Orientação de Gestão n.º 10/2011 da Rede de Incentivos QREN). Conforme se refere no preâmbulo dessa OG, "*Findo o período de aplicação deste mecanismo de reformulação [previsto na Orientação de Gestão nº 6/2010] importa agora que as Autoridades de Gestão e os Organismos Intermédios possam, com legitimidade reforçada, actuar de forma mais rigorosa com empresas que não tendo aproveitado a possibilidade aberta para a reformulação excepcional, continuam com projectos com atraso significativo seja na fase de contratação, seja na fase de execução. Em consonância com este objectivo, os projectos que estejam nestas circunstâncias integrarão uma Bolsa de Descativação de Incentivos, ficando sujeitos a um mecanismo de regularização da situação desconforme num período muito curto, findo o qual se procederá à anulação do incentivo aprovado.*"

- Alterações às normas de pagamento em vigor, no sentido de uma maior flexibilidade das mesmas, cabendo aqui destacar a inserção de uma nova modalidade de pedido de pagamento para as empresas (anteriormente apenas aplicável a entidades sem fins lucrativos) - adiantamento contra factura, com posterior apresentação de recibos - visando responder a uma das dificuldades sentidas pelas empresas, a obtenção de garantias bancárias para suportarem os adiantamentos dos projectos.

- Foram ainda adoptadas outras medidas visando alguma simplificação de procedimentos e melhoria de eficácia na gestão dos Sistemas de Incentivos, como redução dos prazos de resposta a Alegações e Reclamações, simplificação dos requisitos em termos de licenciamento, simplificação de processos no que concerne a formulários de candidatura e pedido de pagamento, etc.

- Para a implementação (de algumas) destas medidas viriam a ser feitas alterações aos regulamentos dos Sistemas de Incentivos (publicados através das Portarias Nºs 1101/2010 (SI PME), 1102/2010 (SI IDT) e 1103/2010 (SI Inovação)), todas de 25 de Outubro.

No que concerne aos impactos decorrentes das principais medidas acima elencadas cumpre referir o seguinte:

- Relativamente às medidas de reformulação de projectos previstas na OG 6/2010, foram apresentados perto de 300 pedidos de reformulação de projectos ao PO Norte (19% do nº de projectos aprovados na altura). Os pedidos incidiram sobretudo em ajustes ao calendário de execução (95% dos pedidos contemplavam ajustes ao calendário de investimento, nalguns casos conjugados com outro tipo de alterações). Cerca de metade do total de pedidos de reformulação entrados solicitavam alterações ao investimento, na maioria dos casos conjugadas com outras alterações. Das alterações de investimento que viriam a merecer parecer favorável, decorreu uma redução global de FEDER de cerca de 4,6 milhões de Euros (cerca de 1,5% do FEDER aprovado na altura)[15]. Em suma, resulta em nossa opinião destes números que as medidas excepcionais de ajuste e reformulação de projectos previstas na OG 6/2010, visando adaptar os projectos às condições de mercado, tiveram como efeito principal (pelo menos no caso do PO Norte) um "adiamento temporal" dos investimentos (em 16% dos projectos aprovados), com compromisso dos promotores a um calendário de execução semestral, sob pena de caducidade de incentivo ou penalizações financeiras, sendo bastante mais reduzido o seu impacto enquanto veículo para descativar verbas comprometidas (cerca de 8% dos projectos aprovados obtiveram aprovação do pedido de alteração ao investimento, de que resultou uma redução do FEDER aprovado de cerca de 1,5%).
- No que concerne aos efeitos da Bolsa de Descativação de Incentivo (previstas na OG Nº 10/2011), pese embora se comece a notar algum efeito das mesmas em termos de desactivação de verbas (no caso do ON.2, foram recentemente anulados/rescindidos cerca de 30 projectos sem execução, com FEDER associado da ordem dos 3,7 milhões de Euros), entendemos que maiores efeitos se deverão fazer notar nos próximos tempos, na medida em que este processo envolve necessárias comunicações com os promotores, com audiência prévia e demais requisitos legalmente previstos, revestindo-se assim de alguma morosidade. De todo o modo, é nossa opinião que esta é uma medida de assumida importância para permitir clarificar os reais níveis de compromissos financeiro assumidos pela AG e que os seus efeitos se continuarão a fazer sentir num futuro próximo.
-

Em suma, face aos desafios com que se confrontam as AG na gestão dos Sistemas de Incentivos (designadamente: elevados níveis de compromisso financeiro; fortes níveis de

15 Ainda não reflectidos nos valores das aprovações apresentadas no ponto anterior.

procura que não se conseguem satisfazer na sua totalidade; desfasamento significativo entre níveis de compromisso e execução dos projectos; elevadas taxas de co-financiamento, acima da taxa média prevista para o EP 1, no caso do PO Norte, etc), entendemos que no decurso do ano de 2010 e início de 2011 foram tomadas importantes medidas no sentido de resolver/mitigar algumas destas questões.

Contudo, alguns dos efeitos dessas medidas não se manifestaram ainda na sua globalidade, designadamente os que decorrem do mecanismo da Bolsa de Descativação de Incentivo, esperando-se resultados mais concretos dos mesmos no futuro, no sentido de uma clarificação dos reais níveis de compromisso financeiro assumidos, pela libertação de verbas associadas a projectos com baixa ou nenhuma probabilidade de execução.

Simultaneamente, as apostas recentes no sentido de se focalizarem os Avisos de Abertura de concurso nos sectores considerados como prioritários, designadamente visando o fomento das exportações e da internacionalização deverão, em nossa opinião, manter-se. Deveria também equacionar-se, no contexto da Rede Incentivos QREN, a possibilidade de se baixarem as taxas de co-financiamento, designadamente mas não apenas, no SI Inovação.

Outras questões, nomeadamente as elevadas taxas médias de apoio e seus efeitos sobre os níveis de adicionalidade e sobre a gestão financeira e de tesouraria do PO, a par das limitadas dotações financeiras para permitir fazer face à procura, deverão, em nosso entender, ser devidamente consideradas numa próxima reprogramação do Programa Operacional.

Outras Tipologias do Eixo 1

Para além de problemas transversais já anteriormente referenciados (ver 2.3.), os principais problemas específicos à execução física e financeira do Eixo 1, para as tipologias não Sistemas de Incentivos, prendem-se sobretudo com duas ordens de razão:

- A natureza infra-estrutural, “pesada” e complexa (quer do ponto de vista físico quer do ponto de vista funcional) que tipicamente caracteriza os projectos relativos a certas tipologias (parques de ciência e tecnologia e áreas de acolhimento empresarial). Nestas tipologias, a análise da admissibilidade e de aceitação das candidaturas confrontou-se, de forma recorrente (e persistente, face ao que já havia sido identificado por referência ao ano de 2009) com o atraso na entrega da documentação necessária que permita a verificação pela AG de integralidade das condições de admissão e aceitação das operações, permitindo a sua aprovação definitiva e posterior contratação dos projectos

(persistiram como aspectos críticos os documentos relativos à aprovação dos projectos de execução e a demonstração do direito a intervir nos terrenos);

- Algumas indefinições sobre a sujeição (ou não) das regras relativas aos auxílios de Estado em operações promovidas por entidades cuja natureza jurídica é a de associações privadas ou de sociedades comerciais detentoras de direitos de concessão ou licença para exploração de determinados serviços.

Relativamente ao primeiro conjunto de problemas, o qual incide sobretudo sobre limitações do lado dos promotores, a Autoridade de Gestão procurou flexibilizar alguns procedimentos de análise das candidaturas, dentro dos limites da legalidade. Nomeadamente, procurou-se conduzir a apreciação do mérito num contexto de análise prévia, mas não definitiva, da admissibilidade e aceitação das operações, a fim de economizar tempo e de dar oportunidade aos promotores de resolverem as lacunas detectadas nessa fase

Em concreto, nos casos em que o juízo sobre o mérito da candidatura não permita a sua aprovação, o promotor fica dispensado de enviar à Autoridade de Gestão a informação que porventura se encontre em falta tendo em vista a verificação da totalidade das condições associadas à admissão e aceitação da respectiva candidatura. Esta medida que começou a ser implementada já em 2009 revelou-se fundamental para a manter o esforço de racionalização da afectação de recursos, quer do lado da Autoridade de Gestão, quer do lado dos promotores.

Igualmente, e para a generalidade das candidaturas apresentadas nos concursos abertos neste Eixo 1 (e, saliente-se desde já, de igual modo para os Eixos 2 e 5) assumiu-se na análise das candidaturas o efeito da alteração empreendida no Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, aprovada por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação do QREN, de 21 de Janeiro de 2011 relegando para a "data da celebração do contrato de financiamento a apresentação do documento comprovativo da titularidade ou do direito de uso, em termos e prazo compatíveis com a operação, da propriedade do terreno, edifício ou fracção a intervencionar objecto de financiamento"; este mecanismo de simplificação da análise de admissibilidade e aceitação das candidaturas passou a vigorar já em 2009 e, portanto, já com enquadramento nas deliberações de aprovação condicionada, nas quais se define uma data limite de entrega do documento em causa, de modo a que fique sempre salvaguardado o efeito útil da disposição regulamentar compaginado com o *timing* de execução do ON.2.

Do mesmo modo passou a permitir-se que o promotor possa apresentar até à data da celebração do contrato de financiamento o documento comprovativo da emissão dos pareceres de entidades externas à Autoridade de Gestão exigíveis de acordo com a tipologia

da operação e previstos em regulamento específico ou em orientações técnicas gerais e específicas do PO, quando aplicável. Este mecanismo de simplificação só vigora nos casos em que, comprovadamente, o promotor já dinamizou junto das entidades externas em causa a emissão do parecer exigido. Tal como a medida anteriormente referida, também esta passou a ter expressão nas deliberações de aprovação condicionada, as quais definem uma data limite de entrega do documento em causa, de modo a que fique sempre salvaguardado o efeito útil da exigência regulamentar de exigência de tais pareceres compaginado com o timing de execução do ON.2.

Ainda, e na mesma senda de simplificação de procedimentos de análise das candidaturas tendo em vista a sua agilização (sem deixar de acautelar os necessários níveis de segurança e de cumprimento dos normativos aplicáveis) instituiu-se um mecanismo de simplificação do qual resulta a possibilidade de o promotor apresentar até à data da celebração do contrato de financiamento o documento comprovativo da aprovação do projecto de arquitectura/engenharia, ou do projecto de execução, quando aplicáveis. Este mecanismo de simplificação só vigora nos casos em que, comprovadamente, o promotor já dinamizou junto das entidades competentes o processo de licenciamento exigido.

Já a complexidade funcional associada a algumas tipologias foi resolvida de forma muito satisfatória pelo recurso sistemático, para efeitos de apoio à Autoridade de Gestão e ao seu Secretariado Técnico no que respeita à análise do mérito, a peritos externos e até internacionais, altamente conceituados. Esta prática revelou-se muito meritória, não apenas pelo suporte técnico que garantiu mas também pelo reforço da transparência que assegurou ao procedimento de análise do mérito.

No entanto, os problemas do lado dos promotores não estão totalmente resolvidos, notando-se mais recentemente um acréscimo de dificuldades associadas à mobilização da comparticipação nacional e, em consequência, alguma dilação temporal na execução dos projectos. Note-se que muitos dos promotores destas tipologias são entidades do SCTN, cuja disponibilidade financeira depende – ainda que de forma variável – de transferências provenientes de forma directa ou indirecta do Orçamento do Estado. A Autoridade de Gestão mantém-se atenta a este novo problema, o qual poderá ser significativamente minorado pelo aumento das taxas de co-financiamento e, em certos casos, pela implementação do empréstimo-quadro do BEI vocacionado para o financiamento de parte da comparticipação nacional.

3.2. Eixo Prioritário 2 – Valorização Económica de Recursos Específicos

3.2.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

No final de 2010, o nível de aprovações do Eixo 2, medido pela taxa de compromisso (total aprovações / programação 2007-2013), situava-se em cerca de 45%, o que representa um enorme incremento face ao nível de aprovações acumuladas até finais de 2009.

A taxa de execução do eixo em 31.12.2010 é de cerca de 17,3% (FEDER validado / FEDER contratado). Tendo em conta o atraso inicial verificado em matéria de concursos e aprovações, considera-se que estes números reflectem um nível satisfatório de execução física e financeira do Eixo Prioritário 2. Isso mesmo transparece nos Indicadores de Realização, constatando-se um significativo número de operações contratadas nos vários dos objectivos específicos definidos para o Eixo.

No que respeita ao Objectivo Específico "Valorização Económica da Excelência Turística Regional" até 31.12.2010 já se encontravam contratadas 47 operações, decorrentes dos concursos TDIM/1/2008 e TDINF/1/2008, o que origina uma quantificação próxima da meta estabelecida para 2010 do indicador de realização física *"Nº de acções de qualificação e promoção dos recursos turísticos no âmbito do PDTVD".*

No Objectivo Específico "Valorização Económica de Novos Usos do Mar", no ano de 2010 foram contratadas duas operações: o "Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões" no âmbito do convite MAR/TC/PCT/1/2009 e a "Criação da incubadora de base tecnológica para a área das ciências do mar do pólo do mar do UPTEC" no âmbito do concurso MAR/IEBT/DC&T/1/2009 o que permite alcançar a meta de 2010 do indicador de realização física "*N.º de infra-estruturas e equipamentos colectivos de suporte à valorização económica dos recursos marinhos*". Relativamente ao indicador de resultado "*Nº de visitantes das infra-estruturas e equipamentos colectivos de suporte à valorização económica dos recursos marinhos*", encontra-se previsto na operação "Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões" o valor médio de 187 passageiros/dia.

Em 2010, no Objectivo Específico "Valorização da Cultura e da Criatividade" foram contratadas 18 operações no âmbito dos concursos / convites SACIC-GE/1/2009, SACIC-IF/1/2009 e SACIC/GCEC/PA/1/2009. Destas operações, apenas as 11 contratadas em 2010 no concurso SACIC-GE/1/2009 contribuem para o indicador de realização física "*Nº de eventos (na perspectiva da internacionalização da região) apoiados*". A estimativa do indicador de resultado "*Nº de visitantes em eventos apoiados* " dessas 11 operações é de 2.072.456, o que permite ultrapassar a meta estabelecida para 2010.

O Objectivo Específico "Valorização de Novos Territórios de Aglomeração de Actividades Económicas" está totalmente integrado nas intervenções integradas na subvenção global

atribuídas às CIM / AMP, no quadro da chamada "contratualização". O respectivo indicador de realização física "*Área infra-estruturada para acolhimento empresarial incluída em planos integrados (m2)*" atinge, em 31.12.2010, o valor de 252.880 m2, ultrapassando a meta estabelecida do indicador para 2010.

Tabela 3.7 Realização Física do Eixo Prioritário 2 (inclui contratualização)

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006							
Nº de acções de qualificação e promoção dos recursos turísticos no âmbito do PDTVD	Realização Executada	0	0	1	1	-	
	Realização Contratada	0	0	21	47	-	
	Metas	-	-	-	50	100	
N.º de acções integradas de promoção da Marca Porto e Norte de Portugal e das respectivas sub-marcas	Realização Executada	0	0	0	0	-	
	Realização Contratada	0	0	0	0	-	
	Metas	-	-	-	2	4	
Acréscimo do valor da receita média por dormida nos projectos apoiados	Realização Executada				-	-	
	Realização Contratada				-	-	
	Metas	-	-	-	5%	12%	--
N.º de infra-estruturas e equipamentos colectivos de suporte à valorização económica dos recursos marinhos	Realização Executada	0	0	0	0	-	--
	Realização Contratada	0	0	0	2	-	--
	Metas	-	-	-	2	5	--
Nº de visitantes das infra-estruturas e equipamentos colectivos de suporte à valorização económica dos recursos marinhos	Realização Executada	0	0	0	0	-	
	Realização Contratada	0	0	0	187 (a)	-	--
	Metas	-	-	-	200.000	1.500.000	--
Nº de eventos (na perspectiva da internacionalização da região) apoiados	Realização Executada	0	0	0	0	-	
	Realização Contratada	0	0	0	11	-	--
	Metas	-	-	-	20	70	--
Nº de visitantes em eventos apoiados	Realização Executada	0	0	0	-	-	
	Realização Contratada	0	0	0	2.072.456	-	--
	Metas	-	-	-	808.889	3.538.889	--
Área infra-estruturada para acolhimento empresarial incluída em planos integrados (m^2)	Realização Executada	0	0	0	0	-	
	Realização Contratada	0	0	195.880	252.880	-	
	Metas	-	-	-	200.000	600.000	
% área ocupada nos espaços infra-estruturados incluídos em planos integrados apoiados	Realização Executada	0	0	0	0		
	Realização Contratada	0	0	0	0		
	Metas				30%	60%	
Nº de programas de acção de desenvolvimento	Realização Executada	0	0	0	0		
	Realização Contratada	0	0	0	0		

turístico integrados apoiados	Metas				2	5	
Nº de acções integradas de valorização económica dos recursos endógenos apoiadas	Realização Executada	0	0	0	0		
	Realização Contratada	0	0	8	8		
	Metas				3	10	
Nº de postos de trabalho criados nos projectos apoiados de valorização económica dos recursos endógenos	Realização Executada	0	0	0	0		
	Realização Contratada	0	0	0	0		
	Metas				200	700	

(a) 187 passageiros/dia; valor médio previsto na operação *"Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões"*.

Tabela 3.8 - Indicadores Comuns Comunitários do Eixo Prioritário 2

Indicadores Comuns Comunitários (*core indicators*)								
Indicadores			**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2015**	**Total**
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N.º de projectos de I&DT	Realização Executada	0	0	0	0	-	
		Realização Contratada	0	0	0	4	-	
		Metas *(*)*	-	-	-	-	450	
Turismo	34. N.º de projectos	Realização Executada	0	0	1	1	-	
		Realização Contratada	0	0	21	48	-	
		Metas *(*)*	-	-	-	-	250	

(*) – A quantificação da meta para 2015 respeita ao ON.2 e não exclusivamente a este Eixo Prioritário.

No que concerne ao contributo deste Eixo Prioritário para os Indicadores Comuns Comunitários, este centra-se nas áreas temáticas *"Investigação e Desenvolvimento Tecnológico" e "Turismo".*

Em relação ao tema *"Investigação e Desenvolvimento Tecnológico"* foram contratados em 2010, no âmbito do Regulamento Específico do Eixo Prioritário 2, os seguintes 4 projectos:

a) O "*Parque de Ciências e Tecnologias do Mar*" integrado na operação *"Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões"* de acordo com o convite MAR/TC/PCT/1/2009;
b) A "*Criação da incubadora de base tecnológica para a área das ciências do mar do pólo do mar do UPTEC*" no âmbito do concurso MAR/IEBT/DC&T/1/2009;
c) A incubadora integrada na operação "*Centro de Criatividade Digital*", no âmbito do concurso SACIC-IF/1/2009;
d) A incubadora correspondente à operação "*Reforço das infra-estruturas especificas do PINC* 1", no âmbito do concurso SACIC – IF/PA/2010 .

A estes 4 projectos corresponde um investimento elegível de 28,7 M €.

No tema *"Turismo"*, encontram-se contabilizados para o indicador as operações contratadas no âmbito dos concursos TDIM/1/2008 e TDINF/1/2008 e a operação *"Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões"* de acordo com o convite MAR/TC/PCT/1/2009.

3.2.2. Análise qualitativa

O Eixo Prioritário 2, centrado na promoção da competitividade através da valorização económica de recursos específicos, engloba um conjunto coerente e, até, articulado de objectivos específicos, os quais foram objecto de um trabalho aprofundado de preparação quer no quadro das Agendas Temáticas que a CCDR-N desenvolveu – no seguimento da Iniciativa Norte 2015 – quer, posteriormente, no quadro da definição das Estratégias de Eficiência Colectiva. Importa analisar a relevância das acções empreendidas em 2010, quer em termos de uma dinâmica acrescida das EEC que motivou a abertura de concursos, acções essas que garantem agora uma execução sustentada e rápida do Eixo 2 e dos seus objectivos específicos.

No que respeita ao Objectivo Específico "Valorização Económica da Excelência Turística Regional" verificou-se em 2010 um nível de execução satisfatório no plano da execução relacionada com as operações enquadradas pelo concurso TDIM/1/2008 (acções imateriais de promoção turística do Vale do Douro). Já o concurso TDINF/1/2008, orientado para o apoio a acções de natureza infra-estrutural associadas ao turismo no Vale do Douro gerou em 2010 um número interessante de aprovações com execução já registada em 2010.

Rede de Monumentos do Vale do Douro

Aviso	Turismo Douro Infra-estrutural - TDINF/1/2008
Designação	Rede de Monumentos do Vale do Douro
Data de aprovação	02/08/2010
Data do contrato	09/08/2010
N.º da operação	NORTE-02-0169-FEDER-000058
Calendarização	1/09/2009 a 15/07/2012
Promotor	Direcção Regional de Cultura do Norte em parceria com os Municípios de Freixo de Espada à Cinta, V. N. de Foz Côa e Miranda do Douro
Objectivos	Com esta operação pretendem-se atingir os seguintes objectivos: (i) Construir um sistema de credenciação dos monumentos integrantes da rede, tendo em consideração o valor patrimonial, a importância científica, a conservação do monumento, a qualidade dos serviços de apoio ao visitante, a segurança e os acessos; (ii) Promover a preservação do património edificado, enquanto memória cultural e histórica e factor estruturante para o ordenamento e desenvolvimento turístico sustentado do território; (iii) Aumentar o número de monumentos com condições de visita e acolhimento adequados à abertura ao público, através da realização de acções de carácter infra-estrutural que assegurem a conservação e valorização dos imóveis intervencionados, contribuindo assim

	para o desenvolvimento sustentado do turismo na região.
Acções	Esta operação articula-se com outra operação cuja candidatura foi apresentada ao convite Turismo Douro - Imaterial designada "Rede de Monumentos do Vale do Douro" identificando-se como objectivo comum a estruturação de uma rede dos monumentos do Vale do Douro. Na operação aqui em evidência estão previstas intervenções de estudo, consolidação, conservação, restauro e valorização nos seguintes monumentos classificados: Castelo de Miranda do Douro, Igreja Matriz de Freixo de Espada-à-Cinta, Igreja Matriz de Torre de Moncorvo, Igreja Matriz de V. N. de Foz-Côa, Castelo de Castelo Melhor, Castelo Velho de Freixo de Numão, Castanheiro do Vento, Castelo de Ansiães, Igreja da Misericórdia de Freixo de Espada-à-Cinta, de forma a assegurar a sua preservação, manutenção e fruição pública.
Investimento Elegível	1.932.610,59 €
FEDER	1.352.827,41 € (taxa de 70%)

Tal como já tinha ocorrido em 2009 foi aberto em 2010 o concurso EHT/1/2010, dirigido para o apoio infra-estrutural às Escolas de Hotelaria e Turismo da Região do Norte. Ainda, foram divulgados Avisos de concursos orientados para a criação de uma nova rede de Centros de Informação Turística, em articulação com os Planos de Actividade das entidades de turismo Porto e Norte de Portugal e Douro.

No seu conjunto, os concursos já lançados associados ao Turismo configuram um nível de apoio público sem precedentes ao desenvolvimento turístico da região, sobretudo se tivermos em conta que projectos relevantes enquadrados nos objectivos associados à economia do mar e à valorização da cultura e da criatividade apresentam igualmente uma vocação turística. Este forte incremento do nível de apoio está em correspondência com o crescimento que a actividade turística tem observado na região.

Escola de Hotelaria e Turismo, Porto

Aviso	EHT/1/2010
Designação	Escola de Hotelaria e Turismo, Porto
Data de Aprovação	28/12/2010
Data do contrato	24/02/2011
N.º da operação	NORTE-02-0169-FEDER-000091
Calendarização	21/03/2008 a 24/02/2012
Promotor	**Coordenador:** Turismo de Portugal, I.P. / **Parceiro:** Parque Escolar, E.P.E.
Objectivos	. A abertura das novas instalações da Escola de Hotelaria e Turismo do Porto permitirá reforçar a capacidade instalada para a qualificação inicial de jovens dos actuais 150 alunos para 400 a 450 alunos; . A formação de activos por itinerários modulares é reforçada com a transferência para a nova infra-estrutura possibilitando a frequência de mais de 2000 formandos activos do sector, com a qualificação de espaços que sustentam o objectivo de crescimento significativo da formação auto-financiada; . A criação de uma nova estrutura de formação - Hotel de Aplicação - habilita a Escola a uma complementaridade de grande importância estratégica para a formação inicial de jovens dado o percurso profundamente prático que a simulação em contexto

	real possibilita, qualificando a formação ministrada; . A introdução de novas tecnologias e modernização da infra-estrutura formativa em consonância com as melhores práticas introduz o estímulo para a qualificação da formação ministrada, abrindo condições para a certificação das instalações por parte da Escola Hoteleira de Lausanne; . A abertura do Centro Novas Oportunidades na nova Escola permite o reforço das acções de reconhecimento e validação de competências de activos e desempregados ligados ao sector do turismo.
Acções	Esta operação visa a reconversão, reconstrução, restauro, ampliação e apetrechamento da antiga Escola Secundária Soares dos Reis com vista à adequação dos edifícios escolares existentes às exigências espacio-funcionais para Instalação da Escola de Hotelaria e Turismo do Porto. No âmbito da mesma intervenção, pretende-se a instalação do Hotel de Aplicação da Escola de Hotelaria e Turismo do Porto e o Centro de Novas Oportunidades da mesma Escola.
Investimento Elegível	9.339.421,19 €
FEDER	6.537.594,83 € (taxa 70%)

Quanto ao Objectivo Específico "Valorização Económica de Novos Usos do Mar", salienta-se que tendo ocorrido em 2009 o reconhecimento formal da EEC "*Cluster* do Conhecimento e da Economia do Mar", (Despacho Ministerial de 15 de Julho de 2009, subscrito pelos Senhores Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da Economia e da Inovação e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas), foi aí integrado um conjunto relevante de projectos-âncora com co-financiamento potencial previsto pelo ON.2. Em convergência com este reconhecimento, e em resultado dos concursos / convites abertos em 2009 (MAR/TC/PCT/1/2009, MAR/IEBT/1/2009 e MAR/IEBT/DC&T/1/2009), os mesmos vieram a gerar aprovações e contratualização nos primeiros meses de 2010.

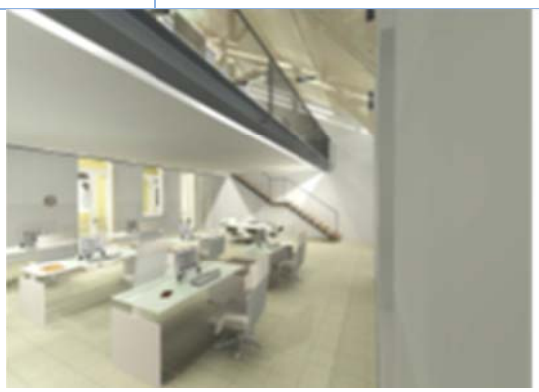
Não obstante, cabe aqui realçar que o primeiro dos 3 concursos acima referidos permitiu enquadrar, num único projecto, dois dos projectos-âncora mais relevantes previstos na EEC: o Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões (APDL) e o Parque de Ciências e Tecnologias do Mar (Universidade do Porto). Este projecto foi contratado logo no início de

2010 e ilustra a relevância do Objectivo Específico e o esforço que está a ser realizado para aumentar radicalmente a execução do Eixo 2. Aliás no ano de 2010 a execução deste projecto foi já bem expressiva.

Criação da Incubadora de Base Tecnológica para a Área das Ciências do Mar do Pólo do Mar do UPTEC

Aviso	MAR/IEBT/DC&T/1/2009
Designação	Criação da Incubadora de Base Tecnológica para a Área das Ciências do Mar do Pólo do Mar do UPTEC
Data de aprovação	26/10/2010
Data do contrato	06/12/2010
N.º da operação	NORTE-02-0269-FEDER-000002
Calendarização	01/01/2010 a 31/12/2012
Promotor	UPTEC - Associação de Transferência de Tecnologia da Asprela
Objectivos	Este projecto tem associados três objectivos estratégicos, definidos para um período de 5 anos após a sua entrada em funcionamento: Objectivo 1 - Criar uma massa crítica de novas empresas de base tecnológica em regime de incubação - acolher/incubar 30 *start-ups* das ciências do mar; contribuir para a criação de 160 empregos qualificados; garantir a internacionalização de pelo menos 12 empresas do Pólo do Mar; Objectivo 2 - Promover e gerir a transferência de conhecimento e tecnologia entre a Universidade, instituições de I&D e empresas, completando e qualificando o tecido económico ligado ao Mar da Região Norte - potenciar 20 projectos de inovação no âmbito da cooperação entre Universidade e empresa; atrair 4 unidades de I&D não empresarial; contribuir para a atracção de 3 projectos âncora empresariais com forte componente de I&D; criar condições para o desenvolvimento de 4 tecnologias passíveis de serem submetidas e protegidas como patente;

	disponibilizar 8 serviços tecnológicos de apoio ao negócio; Objectivo 3 - Organizar uma frente de divulgação e abertura ao *target* de empreendedores da incubadora e ao público em geral sobre as actividades desenvolvidas pela IEBT e suas instituições parceiras na valorização do recurso específico Mar: desenvolver 12 acções de apresentação/exibição/exposição ao público da actividade desenvolvida na IEBT; desenvolver em articulação com as entidades do SCTN e internacional 6 acções de promoção e representação das entidades acolhidas na IEBT; A importância deste projecto está patente, não só na Agenda do Mar dinamizada pela CCDR-N, como na sua integração num dos projectos-âncora do "*Cluster* do Conhecimento e Economia do Mar", uma das Estratégias de Eficiência Colectiva, formalmente reconhecida por despacho ministerial de 15 de Julho de 2009, subscrito pelos Senhores Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da Economia e da Inovação e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.
Acções	Esta operação visa a criação da incubadora de base tecnológica para a área das ciências do mar do pólo do mar da UPTEC, que se localizará nos espaços do antigo edifício da "sanidade" do Porto de Leixões. Esta operação, que tem uma natureza mista (infra-estrutural e imaterial). Na primeira das componentes (infra-estrutural) a operação visa a recuperação/reconversão de imóveis cedidos pela APDL- Administração dos Portos do Douro e Leixões para a incubação de empresas de base tecnológica, a sua dotação com os adequados equipamentos, meios, mobiliário, tecnologias de informação e comunicação e também com equipamentos de apoio aos serviços pessoais, colectivos e tecnológicos de suporte à incubação de iniciativas empresariais. Na componente imaterial destacam-se as acções de promoção do empreendedorismo, consultoria, comunicação e divulgação, *benchmarking*, estudos, equipa técnica.
Investimento Elegível	4.392.022,02 €
FEDER	3.074.415,41 € (taxa 70%)



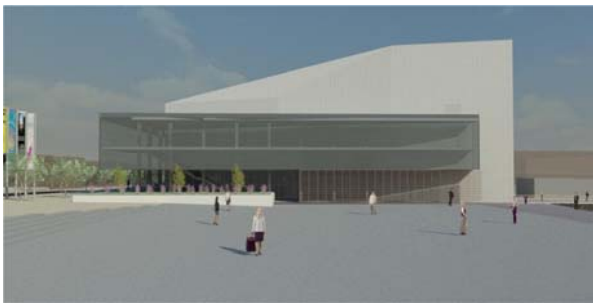
Recorda-se aqui a divulgação em 2009 do Aviso SACIC/GCEC/PA/1/2009 (Convite para apresentação de Programa de Acção) destinado à apresentação de um programa de acção que envolva um conjunto integrado de projectos relacionados com a organização do grande evento *"Guimarães Capital Europeia da Cultura 2010"*. A candidatura correspondente a este Programa de Acção foi aprovada, tendo sido celebrado no mesmo ano o correspondente Protocolo de Financiamento. Assim formalizado, perspectiva-se que as candidaturas correspondentes aos projectos venham a ser apresentadas, na sua grande maioria, em 2011, em resposta a Convite Público a divulgar nesse mesmo ano pela Autoridade de Gestão do ON.2.

Aviso	SACIC/GCEC/PA/1/2009
Designação	Programa de Acção de Guimarães 2012 - Capital Europeia da Cultura
Data de aprovação	30/06/2010
Data do protocolo	30/09/2010
Nº do programa de acção	N-01-02-03-69-03-01
Calendarização	29/08/2009 a 31/12/2013
Promotor	Fundação Cidade de Guimarães
Objectivos	O Programa de Acção é suportado num diagnóstico e processo de planeamento estratégico à escala regional, identificando a Capital Europeia da Cultura (CEC) como processo e palco do *Cluster* de Indústrias Criativas do Norte de Portugal, partindo da assumpção de que a cultura pode e deve assumir-se como catalisador e motor de regeneração urbana, social e económica. Este Programa de Acção é liderado pela Fundação Cidade de Guimarães, tendo sido identificados como parceiros A Oficina - Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, C.I.P.R.L. e outras instituições culturais locais: Associação de Folclore e Etnografia de Guimarães, Convívio – Associação Cultural e Recreativa e Círculo de Arte e Recreio. O Programa de Acção apresenta como objectivos estratégicos: - **Regeneração urbana** – espera-se que o evento produza um novo conceito de geografia de quotidianos e de experiências, reinterpretando e reutilizando o espaço público requalificado, dotando-o de propostas de interacção, que utilizem recursos criativos e tecnológicos, entre os criadores e os cidadãos, sejam residentes, sejam visitantes; - **Regeneração social** – pretende-se demonstrar de que forma uma comunidade que guarda no seu seio uma sólida memória cultural a pode tornar viva através do envolvimento de todos os agentes e habitantes da cidade (voluntariado, acções de formação e qualificação, e acções de comunicação) para o reforço das qualificações dos seus habitantes; - **Regeneração económica** – Guimarães aproveitará a CEC para iniciar uma mudança de paradigma: de um modelo de economia industrial clássica para um modelo de economia baseada na criatividade e no conhecimento, com significado a nível europeu. Este processo de regeneração económica terá como principal eixo de intervenção o aproveitamento de espaços industriais e urbanos abandonados ou subutilizados e a promoção da sua reabilitação física e funcional, transformando a cidade num *cluster* criativo, um espaço de conhecimento e criatividade, gerador de valor económico, social e cultural. Os indicadores-chave de sucesso do cumprimento de tais objectivos são: - O aumento da competitividade e a sustentabilidade do crescimento económico do sector das indústrias criativas; - Os benefícios sociais e culturais decorrentes do aumento do envolvimento da comunidade; - O crescimento da competitividade do produto turístico "Guimarães".

Acções	O Programa de Acção organiza-se em torno dos seguintes pilares: - Quatro *clusters* de programação: ▪ **Arte** – Pretende-se que este *cluster* estimule e eleve a consciência crítica da comunidade e promova a atractividade da cidade e da região, afirmando-a como um lugar de socialização, aberto, tolerante e intercultural. Será privilegiada a realização de projectos em colaboração, co-produção, co-criação e co-curadoria e que envolvam entidades locais, regionais e internacionais. O *cluster* organiza-se em quatro áreas de intervenção prioritárias: (i) Artes Performativas, (ii) Música, (iii) Cinema e Imagem em Movimento e (iv) Arte e Arquitectura; ▪ **Comunidade** – Integra um conjunto de programas e projectos que visam contribuir para uma efectiva e intensa participação da comunidade de Guimarães na CEC, destacando-se: (i) programa de formação para agentes educativos, com especial enfoque nas áreas artísticas, (ii) participação de pessoas individuais e grupos não profissionais no programa artístico, (iii) realização de projectos artísticos que tenham uma componente de acompanhamento educativo desde a sua concepção até à apresentação pública, (iv) programa de voluntariado e (v) envolvimento das escolas do concelho de Guimarães e área envolvente; ▪ **Pensamento** – Assumindo a sua natureza de programa europeu, Guimarães 2012 propõe-se promover a reflexão sobre temas críticos do nosso tempo e lançar um profundo debate sobre os actuais desafios da construção europeia, desígnio de sucessivas gerações de intelectuais e políticos. O enfoque do programa incide sobre quatro eixos de reflexão: (i) pluriculturalidade, (ii) identidade, (iii) sociedade educativa e (iv) economia do conhecimento; ▪ **Cidade** – O programa de actividades a desenvolver no âmbito deste *cluster* tem como elemento central a criatividade e a inovação humana e sua relação com o espaço urbano, cabendo, nomeadamente: (i) apresentar, com aplicabilidade aos espaços públicos da cidade, novos projectos de *design* de refuncionalização e de apropriação por actividades criativas, (ii) promover a reflexão e o estudo sobre a importância da arquitectura no desenvolvimento e organização da cidade, no processo de reabilitação do centro histórico ou mesmo o seu papel decisivo na presença cultural de Guimarães no mundo lusófono e (iii) um projecto específico de estímulo ao empreendedorismo criativo, associado aos espaços de incubação empresarial, construídos no âmbito da CEC, assumindo-se este como plataforma de apoio e de distribuição ao serviço dos negócios criativos da cidade e da região; - Dois projectos de programação transversal: ▪ **Guimarães POP** – Integra um conjunto de projectos geridos directamente por estruturas associativas do concelho de Guimarães, que têm como principal inspiração o património imaterial e as marcas identitárias de Guimarães (das tradições populares à criação contemporânea), alargando a participação no programa a outros agentes associativos (por convite ou *open call*); ▪ **G012 Projectos Especiais** – Integra os eventos, acções, apresentações, performances ou exposições que são desenhados especificamente para marcar momentos e sublinhar objectivos particulares do programa da CEC e que não se enquadram nos termos definidos para a programação dos *clusters*. De entre esses projectos, destacam-se: (i) os eventos de Abertura e Encerramento da CEC, (ii) as grandes performances de rua e (iii) os projectos de intercâmbio internacional, nomeadamente, com Maribor, que partilha com Guimarães o título de CEC. Neste programa, evidencia-se ainda o objectivo de robustecimento dos festivais da cidade: (i) Guimarães Jazz, (ii) Encontros Internacionais de Música e (iii) Festivais Gil Vicente. A estes festivais juntar-se-ão outros, resultado do programa da CEC: (iv) Festival Internacional de Dança Contemporânea, (v) Bienal de Design e (vi) Festival de Artes Digitais; - Duas acções de suporte: ▪ **Produção** – Integra as acções de planeamento operacional e o apoio à implementação dos eventos e iniciativas do programa cultural, garantindo a sua rigorosa execução dentro do calendário e orçamento definidos. As competências específicas requeridas às equipas de produção da CEC centram-se prioritariamente nas áreas técnicas e logísticas, com ênfase no desenho de eventos, preparação dos locais de apresentação, produção audiovisual, selecção de/negociação com fornecedores, segurança e serviço aos artistas e público em todas as fases do processo: pré-produção (levantamento de necessidades), desenho do projecto, produção executiva (controlo orçamental, contratos, licenças, apoios, logística, gestão de prazos de execução) e avaliação; ▪ **Gestão e Avaliação** – Compreende a gestão do projecto, ou seja, a concepção, planeamento, promoção, execução e desenvolvimento do programa cultural do evento "Guimarães 2012 - Capital Europeia da Cultura", bem como a sua avaliação.
Investimento Elegível	25.714.286,00 €
FEDER	18.000.000,00 €

Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua

Aviso	SACIC-IF/1/2009
Designação	Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua
Data de aprovação	28/12/2010
Data do contrato	23/02/2011
Nº da operação	NORTE-02-0369-FEDER-000013
Calendarização	03/08/2009 a 30/11/2012
Promotor	Município de Santa Maria da Feira
Objectivos	O projecto tem como objectivos: 1 - Promover e transformar as ideias e talentos em oportunidades de negócio e iniciativas empresariais; 2 - Contribuir para o desenvolvimento da economia regional e para uma imediata colocação das produções no mercado; 3 - Potenciar o empreendedorismo e criação de emprego nas áreas criativas; 4 - Potenciar a internacionalização da capacidade criativa regional; 5 - Promover a investigação e o estudo da área das artes para espaço público; 6 - Proporcionar espaços interdisciplinares de encontro e de convergência entre produção e fruição criativa, com integração da cadeia de valor e de subsectores criativos; Na medida em será um espaço agregador da criatividade da Região Norte, onde, num contexto multidisciplinar, as ideias criativas para o espaço público encontrarão as melhores condições de incubação para o seu crescimento e concretização. O CENTRO terá uma estratégia de acção em rede com as indústrias criativas locais, parcerias com festivais internacionais e com o *Imaginarius*, o principal festival de artes de rua em Portugal.
Acções	A operação contempla, para além de acções imateriais, a construção de dois Pólos (1 e 2). O Pólo (1) acolherá as componentes de criação de conteúdos do Centro de Teatro de Artes de Rua, permitindo a fixação de talento criativo: artistas profissionais e empresários. Este Pólo incorporará a instalação das valências: residências artísticas, incubadora da criatividade para artistas emergentes e acolhimento empresarial de negócios criativos. O Pólo (2) será um espaço com condições adequadas para apresentação de espectáculos, performances e outros eventos artísticos, que acolherá os projectos produzidos pelos artistas profissionais e emergentes no Pólo 1. Este espaço receberá, também, as valências do Serviço de Aprendizagem e Educação Criativa e do Departamento de Investigação para Artes do Espaço Público. Terá ainda um espaço adequado para a apresentação de espectáculos, tanto em contexto de sala como de rua.
Investimento Elegível	8.483.511,64 €
FEDER	5.938.458,15 € (taxa de 80%)



Em 2010, no Eixo Prioritário 2, com excepção de concursos no quadro da contratualização, foram abertos 6 concursos, totalizando o montante de 50.800.000 € (FEDER). No âmbito destes concursos foram apresentadas 96 candidaturas, com um montante global de 36.882.863 € (FEDER), correspondendo a um investimento (custo total) de 60.035.501 €, de acordo com a tabela infra.

Tabela 3.9 - Eixo Prioritário 2 - Concursos abertos em 2010 (excepto concursos no quadro da Contratualização)

Aviso	Data de abertura	Data de Encerramento	FEDER a concurso (euro)	Taxa máxima de co-financiamento definida em Aviso	Candidaturas apresentadas	
					N.º	Investimento/ custo total
EHT/1/2010 *(Convite)* Turismo - Escolas de Hotelaria e Turismo	23-02-2010	31-03-2010	4.500.000	60%	1	11.207.305
CIT Douro/2010 Rede de Informação Turística do Pólo Douro CIT – Centros de Informação Turística do Douro	02-02-2010	14-09-2010	3.500.000	70%	15	3.719.971
CIT PNP/2010 Rede de Informação Turística Regional CIT – Centros de Informação Turística do Porto e Norte de Portugal	16-04-2010	30-12-2010	11.000.000	70%	55	15.002.178
SACIC-IF/PA/2010 Valorização da Cultura e da Criatividade - Infra-estruturas Físicas – Projectos Âncora	01-06-2010	18-06-2010	6.300.000	70%	1	2.181.747
EEC PROVERE/PA/1/2010 Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos EEC PROVERE – Projectos-âncora	15-04-2010	30-07-2010	20.000.000	70%	15	20.919.033
EEC PROVERE/PC/1/2010 Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos EEC PROVERE – Projectos Complementares	15-04-2010	30-07-2010	5.500.000	70%	9	7.005.267
Total			**50.800.000**		**96**	**60.035.501**

Neste Eixo Prioritário, com excepção de concursos no quadro da contratualização, em 2010 foram aprovadas (em definitivo) 46 operações, num montante global de 101.676.003 € (FEDER) associado a 151.804.069 € de Despesa Elegível. Salienta-se que algumas destas operações aprovadas decorrem de concursos abertos em anos anteriores. Em termos acumulados até 31 de Dezembro de 2010, já tinham sido aprovadas 76 operações representando um montante global de 109.352.276 € (FEDER) correspondendo a 162.582.546 € de Despesa Elegível, encontrando-se contratadas 65 operações num montante global de 81.513.904 € (FEDER) associado a 124.836.867 € de Despesa Elegível.

No que respeita ao Objectivo Específico "Valorização Económica da Excelência Turística Regional" verificou-se em 2010, a aprovação de 23 operações, decorrentes dos concursos/convite TDINF/1/2008 e EHT/1/2010, tendo, neste ano, sido contratadas 24 operações no âmbito do concurso TDIM/1/2008 e TDINF/1/2008 .

No Objectivo Específico "Valorização Económica de Novos Usos do Mar", no ano de 2010 foram aprovadas e contratadas duas operações: o "Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões" no âmbito do convite MAR/TC/PCT/1/2009 e a "Criação da incubadora de base tecnológica para a área das ciências do mar do pólo do mar do UPTEC" no âmbito do concurso MAR/IEBT/DC&T/1/2009.

Em 2010, no Objectivo Específico "Valorização da Cultura e da Criatividade" foram aprovadas 21 operações no âmbito dos concursos SACIC-GE/1/2009, SACIC-IF/1/2009 e SACIC–IF/PA/2010, dirigidos os dois primeiros, respectivamente, (i) ao apoio a grandes eventos susceptíveis de aumentar a atractividade e reconhecimento internacional da Região e (ii) ao apoio a infra-estruturas de promoção e acolhimento de actividades e indústrias criativas. O concurso SACIC–IF/PA/2010 foi dirigido aos projetos âncora do Cluster das Indústrias Criativas. Destas 21 operações aprovadas, foram ainda contratadas 18 operações em 2010. Ainda neste ano foi aprovado o Programa de Acção para "Guimarães 2012 - Capital Europeia da Cultura" no âmbito do convite SACIC/GCEC/PA/1/2009 .

O Objectivo Específico "Valorização de Novos Territórios de Aglomeração de Actividades Económicas" está totalmente integrado nas intervenções integradas na subvenção global atribuídas às CIM / AMP, no quadro da chamada "contratualização", sendo o envelope financeiro correspondente de 61,7 M € de fundo comunitário (num total de 280 M € para o Eixo 2). Até 31.12.2010 havia 23 operações contratadas que, no seu conjunto, representam 17,9 M € de fundo comunitário.

Finalmente, o Objectivo Específico Valorização Económica de Recursos Endógenos em Espaços de Baixa Densidade e Diversificação da Actividade Económica dos Territórios

Rurais foi, por decisão da Autoridade de Gestão, consagrado na íntegra às 8 EEC PROVERE aprovadas para a Região do Norte.

O PROVERE, Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos, criado no âmbito do QREN e das suas Estratégias de Eficiência Colectiva (EEC), visa o apoio e a promoção de consórcios locais ou regionais, de entidades públicas e privadas, orientados para a melhoria da competitividade de territórios de baixa densidade populacional, institucional e empresarial.

O Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva, aprovado em 8 de Maio de 2008, consagra a tipologia EEC PROVERE [Artigo 2.º, n.º 2, alínea b1)] e define, entre outras, normas a que devem obedecer as EEC PROVERE, bem como o processo de reconhecimento das mesmas. Em particular, define os PO Regionais como os PO competentes, para efeitos do enquadramento, para as EEC PROVERE desenvolvidas nas respectivas NUTS II.

O reconhecimento formal das EEC PROVERE veio a ocorrer em 15/06/2009, formalizado por Despachos conjuntos dos Ministros competentes. Recorda-se neste domínio que se encontram aprovadas na Região do Norte oito EEC PROVERE, sendo que uma delas, "Montemuro, Arada e Gralheira" tem um âmbito territorial que engloba alguns Municípios da Região do Centro. Por outro lado, uma EEC PROVERE, "Turismo e Património do Vale do Côa", enquadrada pelo PO Regional do Centro, tem um âmbito territorial que engloba alguns Municípios da Região do Norte.

Tabela 3.10 - EEC PROVERE enquadradas pelo ON.2

	Designação do Programa de Acção (Líder do Consórcio)
N-99-99-99-99-01-08	Terra Fria Transmontana (Ass. Mun. Terra Fria Nordeste Transmontano)
N-99-99-99-99-01-09	Aquanatur – Complexo Termal do Alto Tâmega (ADRAT)
N-99-99-99-99-01-10	Inovarural (Resíduos do Nordeste, Empresa Intermunicipal)
N-99-99-99-99-01-11	Rota do Românico do Vale do Sousa (Comunidade Urbana Vale do Sousa)
N-99-99-99-99-01-12	Minho IN (Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima)
N-99-99-99-99-01-13	Montemuro, Arada e Gralheira (ADRIMAG)
N-99-99-99-99-01-15	Douro – Região Vinhateira (CCDRN)
N-99-99-99-99-01-16	Paisagens Milenares no Douro Verde (Dolmen)

Cada um destes Programas de Acção compreende um conjunto de "… *projectos-âncora que assumem um carácter nuclear e motor na implementação do Programa de Acção e na*

concretização da estratégia e que a existência de outros projectos e acções complementares reforçam e dão profundidade ao conjunto da estratégia" .

Em 2010 concretizou-se a abertura de concursos no quadro do Eixo 2 (Avisos EEC PROVERE/PA/1/2010 e EEC PROVERE/PC/1/2010), dirigidos ao apoio de projectos inseridos em PROVERE, com excepção dos projectos empresariais (estes últimos apresentados no quadro dos Sistemas de Incentivos).

Considerando a forte ligação entre os objectivos específicos do Eixo e as EEC (nomeadamente OE2 / EEC "*Cluster* do Conhecimento e da Economia do Mar"; OE3 / "*Cluster* das Indústrias Criativas na Região do Norte"; OE5 / EEC PROVERE), e bem assim a necessidade de que essa Estratégias se materializem nos projectos que integrem os respectivos Programas de Acção (em particular os Projectos-âncora) a Autoridade de Gestão desencadeou em 2010 a abertura de concursos no contexto das EEC, representando no seu conjunto uma oferta de FEDER de 50,8 M €. Como resultado do trabalho de articulação com as EEC, vários projectos em fase de candidatura ou de apreciação denotam um grau de maturação elevado, o que induz uma execução sustentada.

3.2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Neste domínio remete-se, no essencial, para as dificuldades a que já se fez menção no Eixo Prioritário 1, em particular, no que se refere a projectos de natureza infra-estrutural.

3.3. Eixo Prioritário 3 – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial

3.3.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Da realização física no eixo prioritário 3, considerando as candidaturas contratadas até 31 de Dezembro de 2010, salienta-se que:

i) Indicadores de Eixo

- Riscos Naturais e Tecnológicos (RNT) – Esta tipologia teve as primeiras aprovações em 2010, tendo sido aprovados 20 projectos imateriais (Planos Municipais de Emergência e Acções de Sensibilização em Protecção Civil) e 12 projectos materiais (aquisição de equipamentos para corporações de bombeiros). Estes projectos integram a realização de

313 acções de sensibilização, divulgação e informação no âmbito da prevenção de riscos naturais, tecnológicos e sanitários, que abrangem, na sua totalidade, uma população estimada em cerca de 1.558.000 habitantes. No que respeita ao cumprimento das metas para 2010 e 2015, no que respeita ao número de acções, encontram-se largamente cumpridas, uma vez que aquelas são, 7 em 2010 e 23 em 2015. No que respeita à população abrangida por estas acções, encontra-se cumprida a meta de 2010 (um milhão de habitantes) e 45% da meta de 2015 (3, 45 milhões de habitantes);

- Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) – Foram contratados 5 projectos que integram a realização de 5 acções de sensibilização, divulgação e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos, que abrangem, na sua totalidade, uma população estimada em cerca de 283.144 habitantes. No que respeita ao cumprimento das metas para 2010 e 2015, no que respeita ao número de acções, encontra-se ultrapassada a meta de 2010 (5 Acções) e, no que respeita a 2015 (12 acções), esta encontra-se cumprida em 41,7%. No que respeita à população abrangida por estas acções, a meta de 2010 (550.000 de habitantes) encontra-se cumprida em 51,5%, enquanto a meta de 2015 (1,8 milhões de habitantes) se encontra cumprida em 15,8%;

- Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas - Passivos Ambientais (RLCZE) – Foram aprovados cinco projectos que integram 15 acções de apoio à recuperação do passivo ambiental que abrangem uma população de 31.718 habitantes. No que respeita ao cumprimento de metas para 2010 e 2015, no número de acções, verifica-se que está cumprida a 62,5% a meta de 2010 e a 25% da de 2015. No que respeita à população abrangida por estas acções, encontra-se cumprida a meta de 2010 (um milhão de habitantes) e 45% da meta de 2015 (3, 45 milhões de habitantes);

- Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados (GAEPC) - foram ultrapassadas as metas estabelecidas para 2015, no que respeita à percentagem de "acréscimo da área classificada abrangida por intervenções de gestão activa", uma vez que os projectos contratados correspondem a 43% de "acréscimo da área classificada abrangida por intervenções de gestão activa", quando a meta a atingir era de 25%. No que respeita ao "número de intervenções de gestão activa em áreas classificadas", estão aprovadas 36 operações, estando concluída uma operação, pelo que já foi ultrapassada e meta de 2010 (16 intervenções) e, no que respeita à meta de 2015 (50 operações), já se encontra cumprida em 72%;

- Ciclo Urbano da Água - Componente Abastecimento de Água (CUA) – Foram contratados, em 2010, 14 projectos relativos a sistemas públicos de abastecimento de água, sendo sete deles de tipologia mista (de abastecimento de água e de drenagem de

águas residuais). Foram intervencionados 372,69 km de rede, servindo 143.123 habitantes. No que respeita ao indicador "Acréscimo de população residente servida por sistemas públicos de abastecimento de água intervencionados" as metas fixadas para 2010 e 2015 são, respectivamente, +385.000 e +550.000 habitantes. Relativamente ao indicador "Rede de abastecimento de água intervencionados", as metas são de 400 km e 600 km, respectivamente para 2010 e 2015. No que respeita ao acréscimo de população, as metas encontram-se cumpridas em 37,2% relativamente a 2010, e 26%, no que respeita a 2015. No que diz respeito à extensão de rede intervencionada, as metas de 2010 e de 2015 encontram-se cumpridas, respectivamente, em 93,17% e 62,11%.

- Ciclo Urbano da Água - Componente Águas Residuais (CUA) – Foram contratados, no ano de 2010, 14 projectos relativos a sistemas públicos de drenagem de água, sendo sete deles de tipologia mista (de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais). Foram intervencionados 256,25 km de rede, servindo 27.113 habitantes. No que respeita ao indicador "Acréscimo de população residente servida por sistemas públicos de drenagem de águas residuais intervencionados" as metas fixadas para 2010 e 2015 são, respectivamente, +520.000 e +1.300.000 habitantes. Relativamente ao indicador "Rede de drenagem de águas residuais intervencionados", as metas são de 440 km e 1100 km, respectivamente para 2010 e 2015. No que respeita ao acréscimo de população, as metas encontram-se cumpridas em 5,2% relativamente a 2010, e 2,1%, no que respeita a 2015. No que diz respeito à extensão de rede intervencionada, as metas de 2010 e de 2015 encontram-se cumpridas, respectivamente, em 58,2% e 23,3%.

- Requalificação da rede escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar (RRE) - no que se refere às operações contratadas, estão abrangidas a construção e a remodelação/ampliação de centros escolares do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar. Encontram-se contratados 292 centros escolares, valor muito superior às metas previstas tanto para 2010 como para 2015 (respectivamente 112 e 223 centros escolares intervencionados). As intervenções referidas abrangem 66.466 alunos, pelo que também este indicador ultrapassou as metas de 2010 e de 2015 (respectivamente, 22.100 e 44.200 alunos abrangidos). É ainda de notar que 20.484 dos alunos referidos são abrangidos por intervenções que já se encontram concluídas, correspondendo a 134 centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico;

- Saúde (S) - foram contratados 31 projectos de reconfiguração e requalificação de serviços de saúde, estando-se ainda aquém da meta prevista para 2010 que era de 71 projectos. No entanto, relativamente ao indicador "população abrangida pelos projectos de reconfiguração / requalificação de serviços de saúde", os 31 projectos já contratados abrangem três milhões de habitantes, ultrapassando a meta de cerca de um milhão de

habitantes prevista para 2010, aproximando-se dos 3,7 milhões de habitantes previstos para 2015. No final de 2010, estavam encerradas 5 operações. Este valor foi determinado tendo em conta a população residente nas áreas de influência de cada um dos projectos, tendo em atenção a necessidade de contar apenas uma vez as populações de áreas de sobreposição.

- Equipamentos Sociais - Creches (ES) – Em 2010, foram apoiados 27 creches que abrangem 1.082 novos utentes, sendo o total de população servida igual a 171.653 habitantes, considerando a população residente nas freguesias onde se localizam os equipamentos, segundo os Censos de 2001. Assim, encontram desde já ultrapassadas as metas de 2010 e de 2015 que são, para o caso de equipamentos apoiados 7 e 25 equipamentos e, para o caso do número de utentes, 230 e 800, respectivamente.

ii) Indicadores Comuns Comunitários (*core indicators*)

- Ambiente – Em 2010, foram aprovadas os primeiros projectos no âmbito do regulamento específico CUA, tendo sido aprovados 21 projectos que permitiram um aumento de população servida de 143.123 habitantes, no que respeita ao abastecimento de água, e de 27.113 habitantes, no que respeita aos sistemas de drenagem de águas residuais. Na tipologia RSU, foram aprovados 5. Por outro lado, na tipologia AVQA - Acções de Valorização e Qualificação Ambiental, foi concluído, em 2010, um estudo que permitiu a caracterização da Região do Norte em termos de qualidade do ar e emissões atmosférica e a definição de estratégias de melhoria.

- Prevenção de Riscos - Em 2010, foram lançados dois avisos relativos a esta tipologia, tendo sido aprovados 32 projectos, sendo 12 de carácter material (aquisição de equipamentos para as corporações de bombeiros) e os restantes 20 de carácter imaterial (planos municipais de emergência e protecção civil).

- Turismo – Apesar do Eixo 3 não ter como objectivo contribuir directamente para deste indicador, foram considerados 56 projectos que indirectamente contribuem para o aumento da atractividade turística da Região, uma vez que se relacionam com a intervenção em praias, zonas de parque natural e outras áreas protegidas e no património arquitectónico, incluindo projectos das tipologias AVL – Acções de Valorização do Litoral (9 projectos), GAEPC (17 projectos) e PC – Património Cultural (30 projectos).

- Educação – conforme já foi referido anteriormente, foram contratados 292 intervenções em Centros Escolares do 1º Ciclo, beneficiando directamente 66.466 alunos. Destes, 134 já estão fisicamente concluídos, a que corresponde 20.484 alunos directamente beneficiados.

- Saúde – conforme informação acima, foram aprovadas 31 intervenções, correspondendo a 30 projectos infra-estruturais e ao equipamento de um serviço de saúde. Destes, encontram-se concluídos cinco equipamentos.

Tabela 3.11 Realização Física do Eixo Prioritário 3

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006							
Acções de sensibilização, divulgação e informação no âmbito da prevenção de riscos naturais, tecnológicos e sanitários (n.º)	Realização Executada	0	0	0	0	-	0
	Realização Contratada	0	0	0	313	-	313
	Metas	-	-	-	7	23	-
Pessoas abrangidas pelas acções de sensibilização, divulgação e informação no âmbito da prevenção de riscos naturais, tecnológicos e sanitários (n.º)	Realização Executada	0	0	0	0	-	0
	Realização Contratada	0	0	0	1.558.022	-	1.558.022
	Metas	-	-	-	1.000.000	3.450.000	-
Acções de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos (n.º)	Realização Executada	0	0	0	0	-	0
	Realização Contratada	0	0	0	5	-	5
	Metas	-	-	-	3	12	-
Pessoas abrangidas pelas acções de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos (n.º)	Realização Executada	0	0	0	0	-	0
	Realização Contratada	0	0	0	283.144	-	283.144
	Metas	-	-	-	500.000	1.800.000	-
Acções de apoio à recuperação do passivo ambiental (n.º)	Realização Executada	0	0	0	0	-	0
	Realização Contratada	0	0	0	5	-	5
	Metas	-	-	-	8	20	-
População a beneficiar com a intervenção do passivo ambiental (n.º)	Realização Executada	0	0	0	0	-	0
	Realização Contratada	0	0	0	31.718	-	31.718
	Metas	-	-	-	2.000	5.000	-
Acréscimo da área classificada abrangida por intervenções de gestão activa (%)	Realização Executada	0	0%	0%	0%	-	0%
	Realização Contratada	0	13,78%	43,10%	43,10%	-	43,10%
	Metas	-	-	-	7%	25%	-
Intervenções de gestão activa em áreas classificadas (n.º)	Realização Executada	0	0	0	1	-	1
	Realização Contratada	0	8	36	36	-	36

	Metas	-	-	-	16	50	
Acréscimo de população residente servida por sistemas públicos de abastecimento de água intervencionados (n.º)	Realização Executada	0	0%	0%	0	-	0
	Realização Contratada	0	0%	0%	+143.123	-	+143.123
	Metas	-	-	-	+385.000	+550.000	0%
Rede de abastecimento de água intervencionados (km)	Realização Executada	0	0	0	0	-	0
	Realização Contratada	0	0	0	372,7	-	973,7
	Metas	-	-	-	400	600	
Acréscimo de população residente servida por sistemas públicos de drenagem de águas residuais intervencionados (n.º)	Realização Executada	0	0	0	0	-	0
	Realização Contratada	0	0	0	+27.113	-	+27.113
	Metas	-	-	-	+520.000	+1.300.000	-
Rede de drenagem de águas residuais intervencionados (km)	Realização Executada	0	0	0	0	-	0
	Realização Contratada	0	0	0	256,25	-	256,25
	Metas	-	-	-	440	1.100	
Alunos abrangidos pela remodelação/ampliação de centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico (n.º)	Realização Executada	0	2.635	3.744	20.484	-	20.484
	Realização Contratada	0	52.907	55.933	66.466	-	66.466
	Metas	-	-	-	22.100	44.200	-
Centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico remodelados/ ampliados (n.º)	Realização Executada	0	12	17	134	-	134
	Realização Contratada	0	241	254	292	-	292
	Metas	-	-	-	112	223	-
População abrangida pelos projectos de reconfiguração / requalificação de serviços de saúde (n.º)	Realização Executada	0	0	0	44.724	-	44.724
	Realização Contratada	0	2.818.728	3.004.026	3.004.026	-	3.004.026
	Metas	-	-	-	1.097.272		-
Projectos de reconfiguração e requalificação de serviços de saúde (n.º)	Realização Executada	0	0	0	5	-	5
	Realização Contratada	0	18	31	31	-	31
	Metas	-	-	-	71	90	-
Utentes dos equipamentos sociais apoiados (n.º)	Realização Executada	0	0	0	0	-	0
	Realização Contratada	0	0	0	1.082	-	1.082
	Metas	-	-	-	230	800	-
Equipamentos sociais apoiados (n.º)	Realização Executada	0	0	0	0	-	0
	Realização Contratada	0	0	0	27	-	27
	Metas	-	-	-	7	25	-

Tabela 3.12 - Indicadores Comuns Comunitários – Eixo Prioritário 3

Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)								
	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Ambiente	25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	Realização Contratada	0	0	0	143.123		143.123
	26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	Realização Contratada	0	0	0	27.113		27.113
	27. N.º de projectos de Resíduos Sólidos	Realização Contratada	0	0	3	5		5
	28. N.º de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização Contratada	0	0	1	1		1
Prevenção de Riscos	31. Nº de projectos (Prevenção de riscos)	Realização Contratada	0	0	0	32		32
Turismo	34. N.º de projectos	Realização Contratada	0	21	38	56		56
Educação	36. N.º de projectos (Educação)	Realização Contratada	0	241	254	292		292
	37. N.º de alunos que beneficiam das intervenções	Realização Contratada	0	52.907	55.933	66.466		66.466
Saúde	38. N.º de projectos	Realização Contratada	0	18	31	31		31

Nota: Muito embora o Eixo 3 não esteja incluído no indicador 34, foi solicitado pela Autoridade de Gestão do POR Norte a determinação do conjunto de projectos que contribuem, de forma mis ou menos indirecta, para a melhoria e atractividade do Turismo.

3.3.2. Análise qualitativa

No Eixo Prioritário 3, foram abertos, em 2010, no Eixo Prioritário 3, trinta concursos, correspondentes a uma oferta de fundo a concurso de cerca de 170 milhões de Euros, dos quais onze foram decididos durante o ano, tendo ainda sido decididos durante o ano de 2010 dezoito concursos que haviam sido abertos em 2009. No âmbito dos concursos mencionados foram analisadas 546 candidaturas, tendo sido dado início à análise das 165 candidaturas correspondentes aos concursos que encerraram durante o ano de 2010.

No âmbito das concursos decididos durante o ano de 2010, foram aprovadas 366 candidaturas, envolvendo 181,6 milhões de Euros de fundo.

No final do ano, encontravam-se abertos seis concursos, cujas candidaturas serão analisadas durante o ano de 2011.

O ponto de situação dos concursos acima mencionados encontra-se sintetizado no quadro seguinte:

Tabela 3.13 - Eixo Prioritário 3 - Ponto de situação dos Concursos abertos em 2010

Código concurso	Tipologia de Operação	Data de publicação do aviso de concurso	Estado do concurso	Data de Encerramento	Fundo a concurso	Candidaturas apresentadas	
						N.º	Investimento/ custo total
AVL/1/2010	Acções de Valorização do Litoral	27-10-2010	Encerrado	30-11-2010	10.000.000	20	42.651.410
ES/1/2009	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	31-03-2009	Decidido	15-05-2009	7.500.000	40	17.918.248
ED/1/2009	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	31-03-2009	Decidido	07-07-2009	28.000.000	167	84.524.250
EPE/1/2010	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	27-10-2010	Encerrado	30-11-2010	5.000.000	14	27.344.327
ES/1/2010	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	27-10-2010	Encerrado	15-12-2010	14.000.000	36	83.869.291
GAEPC/01/2009	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	16-09-2009	Decidido	25-09-2009	2.500.000	6	6.028.894
RNT/2/2009	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais	07-01-2009	Decidido	31-03-2009	5.000.000	25	9.295.557
RNT/01/2010	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	04-02-2010	Decidido	15-03-2010	2.000.000	13	4.044.683
RLCZE/1/2009	Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas	06-08-2009	Decidido	22-09-2009	6.000.000	7	5.228.608
REC-PCR/1/2009	Rede de Equipamentos Culturais	23-02-2009	Decidido	31-03-2009	3.000.000	4	1.223.433
BA/1/2009	Rede de Equipamentos Culturais	31-03-2009	Decidido	15-05-2009	10.000.000	55	53.211.029
TCT/1/2009	Rede de Equipamentos Culturais	31-03-2009	Decidido	15-05-2009	5.000.000	15	7.769.133
PCR/1/2010	Rede de Equipamentos Culturais	09-02-2010	Encerrado	15-04-2010	3.000.000	2	1.228.733
RREB23/1/2010	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	20-12-2010	Aberto	29-04-2011	37.000.000	3	25.123.927
PC/1/2009	Valorização e Animação do Património Cultural	31-03-2009	Decidido	18-05-2009	8.000.000	110	67.877.431

AMP/CUA/1/2009	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	27-05-2009	Decidido	22-06-2009	7.380.666	5	16.178.066
ML/III/CUA/1/2009	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	01-06-2009	Encerrado	22-06-2009	3.700.000	7	7.445.557
ML/III/CUA/2/2009	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	22-06-2009	Encerrado	13-07-2009	2.200.000	3	3.621.978
AMP/CUA/2/2009	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	26-06-2009	Decidido	01-07-2009	6.000.000	1	8.452.829
CIMTS/III/CUA/1/2009	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	09-07-2009	Decidido	08-09-2009	17.000.000	12	32.957.758
CIMTM/CUA/01/2009	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	09-12-2009	Encerrado	15-03-2010	10.927.417	2	4.
ML/III/CUA/01/2010	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	15-02-2010	Decidido	31-03-2010	3.700.000	6	6.
ML/III/CUA/2/2010	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	01-03-2010	Decidido	31-03-2010	2.200.000	3	3.176.200
ML/III/CUA/03/2010	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	23-06-2010	Decidido	29-10-2010	4.500.000	4	6.759.034
CIMA/CUAVBMNV/1/2010	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	28-06-2010	Encerrado	12-11-2010	8.163.046	3	5.294.543
CIMC/CUA/01/2010	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	30-08-2010	Decidido	29-10-2010	6.240.000	1	3.845.835
CIMD/CUA/01/2010	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	23-11-2010	Encerrado	03-12-2010	1.571.222	12	3.791.072
CIMTS/III/CUA/01/2010	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	02-12-2010	Encerrado	14-12-2010	2.668.473	4	8.468.797
AMP/RS/1/2009	Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	24-04-2009	Decidido	01-06-2009	542.518	1	2.169.600
CIMdoAVE/RS/01/2009	Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	03-08-2009	Encerrado	14-08-2009	100.000	1	139.272
ML/III/RS/01/2010	Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	07-07-2010	Decidido	29-10-2010	2.855	2	599.999
CIMA/RS/1/2010	Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	19-10-2010	Encerrado	29-10-2010	150.000	1	184.737
AMP/RRE/1/2009	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	24-04-2009	Decidido	01-06-2009	23.164.521	36	89.953.720
CIMA/RRE/1/2009	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-06-2009	Decidido	30-06-2009	11.227.395	16	27.969.676
CIMTS/III/RRE/01/2009	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	22-09-2009	Decidido	08-10-2009	9.569.631	3	10.924.732
ML/III/RRE/1/2009	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	28-09-2009	Decidido	30-12-2009	6.444.247	1	4.955.729
CIMD/RRE/1/2009	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	23-10-2009	Decidido	06-11-2009	1.351.060	1	2.235.773
CIMC/RE/01/2010	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	19-01-2010	Decidido	11-02-2010	2.700.000	4	5.566.050
CIMD/RRE/01/2010	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	03-02-2010	Decidido	12-02-2010	2.570.255	2	2.401.794
CIMA/RRE/1/2010	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	05-03-2010	Decidido	19-03-2010	1.000.000	2	2.390.264
RRE/1/2010	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	19-03-2010	Decidido	26-03-2010	1.300.000	2	2.833.231
RRE/2/2010	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	19-03-2010	Decidido	26-03-2010	3.500.000	2	5.169.962
ML/III/RRE/01/2010	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	07-07-2010	Encerrado	29-10-2010	1.700.000	2	1.972.159
CIMTS/III/RRE/01/2010	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	05-07-2010	Encerrado	29-10-2010	7.324.059	9	19.859.391
CIMC/RE/02/2010	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	05-07-2010	Encerrado	16-11-2010	11.325.000	26	48.746.764
CIMA/RRE/2/2010	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	12-10-2010	Encerrado	12-11-2010	11.652.500	8	19.826.583
CIMD/RRE/2/2010	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	20-10-2010	Encerrado	02-12-2010	2.392.476	9	25.051.919
CIMTS/RRE/2/2010	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	09-11-2010	Encerrado	30-11-2010	4.500.000	6	14.738.739
AMP-RRE/1/2010	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	13-12-2010	Aberto	28-02-2011	8.165.096	0	0

AMP-RRE/2/2010	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	13-12-2010	Aberto	28-02-2011	1.367.929	2	3.123.871
AMP/RRE/1/2010	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	07-12-2010	Aberto	28-02-2011	8.165.096	0	0
AMP/RRE/2/2010	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	07-12-2010	Aberto	28-02-2011	1.367.929	0	0
AMP/RRE/3/2010	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	07-12-2010	Aberto	14-03-2011	437.833	0	0
					344.271.223	716	839.330.559

Relativamente aos 29 concursos decididos em 2010, verifica-se que o prazo médio de decisão previsto era de 66 dias, de acordo com o conteúdo dos respectivos avisos de concurso, sendo que o prazo médio de decisão efectivo foi de 224 dias.

No caso dos concursos abertos pela autoridade de gestão, o prazo médio de decisão previsto era de 81 dias, de acordo com o conteúdo dos respectivos avisos de concurso, sendo que o prazo médio de decisão efectivo foi de 303 dias, sendo que, para os concursos abertos pelas Comunidades Intermunicipais e pela Área Metropolitana do Porto aqueles prazos registaram respectivamente os valores de 56 e 170 dias.

Nos concursos abertos pelas Comunidades Intermunicipais e pela Área Metropolitana do Porto, os atrasos evidenciados na análise das 104 candidaturas, apresentadas aos 19 concursos já decididos – envolvendo a decisão, cerca de 72,2 milhões de Euros –, , têm relação directa com a deficiente instrução das candidaturas e com o tempo necessário para efectuar pedidos de elementos e de esclarecimentos adicionais que permita dotá-las dos elementos necessários à sua correcta análise. Acresce a necessidade de articular a tarefa de análise das candidaturas com a de gestão e acompanhamento das operações já contratadas e com a execução em curso.

No caso dos 10 concursos decididos pela autoridade de gestão – envolvendo uma oferta de fundo de 77 milhões de Euros –, os atrasos referidos têm por base diversos factores:

- O elevado número de candidaturas apresentadas nos concursos, num total de 442 candidaturas. É de salientar que, se existem concurso que, pela sua especificidade apresentam um reduzido número de candidaturas, como é o caso do concurso REC-PCR/01/2009 – Programação Cultural em Rede com 4 candidaturas ou do concurso RLCZE/01/2009 – Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas ao qual foram submetidas 7 candidaturas, outros há que apresentam mais de uma centena de candidaturas;

- O deficiente grau de instrução da generalidade das candidaturas, situação que obriga a diversas solicitação de elementos adicionais e de esclarecimentos para que seja possível proceder à análise das mesmas;

- A necessidade, decorrente do número de regulamentos e da sua especificidade, de recurso a peritos externos para a avaliação do mérito das candidaturas, bem como de articulação com outras entidades da Administração Central com tutela nas tipologias em análise, nomeadamente as relacionadas com as áreas da cultura, espectáculos, ambiente, segurança social e saúde;

- A necessidade de articular a tarefa de análise das candidaturas com a de gestão e acompanhamento das operações já contratadas e com a execução em curso.

No que respeita à tipologia de beneficiários, a análise é apresentada no quadro seguinte e envolve as seguintes tipologias de operações:

- CUA – Ciclo Urbano da Água
- RRE - Requalificação da rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar
- GAEPC – Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados
- ES – Equipamentos Sociais - Creches
- OGRMCA – Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental
- PCR – Programação Cultural em Rede
- BA - Bibliotecas e Arquivos
- TCT – Teatros e Cine -Teatros
- PC – Património Cultural
- RLCZE – Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas
- RNT – Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos

Tabela 3.14 - Tipologia de Beneficiários

Tipologia	Municípios	Associações de Municípios	Empresas Municipais	Organismos da Administração Central	Empresas Públicas	Outros
CUA	16		6			1
RRE	24					
GAEPC	1					
ES	4					21
ED	42		3			9
OGRMCA			1			2
PCR	7		1			3
BA	33					
TCT	8					4
PC	14	2	1	1	1	14
RLCZE	3		1		1	
RNT	14	8		2		2

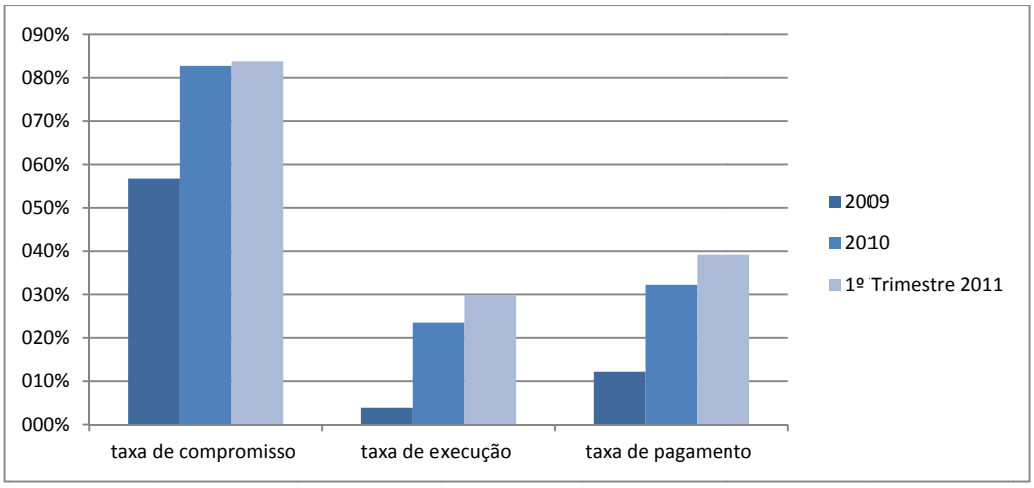
Na tipologia de Beneficiários “Outros” foi incluído o seguinte tipo de instituições: universidades, fundações, IPSS – Instituições Privadas de Solidariedade Social e associações de natureza diversa.

No eixo 3, na generalidade dos concursos decididos durante o ano de 2010, a maioria das candidaturas apresentadas foram promovidas pelos Municípios da Região do Norte, suas Associações e Empresas Municipais. Apenas o concurso dos Equipamentos Sociais, destinado à intervenção em creches, registou uma significativa maioria de candidaturas promovidas por IPSS - Instituições Privadas de Solidariedade Social e por Associações de cariz social, sem fins lucrativos, sendo apenas quatro das candidaturas apresentadas por Municípios.

Analisando a totalidade das candidaturas aprovadas no Eixo Prioritário 3, verifica-se que envolvem um montante de 637,1 milhões de Euros de Feder, correspondendo a uma taxa de compromisso de 82,74%. Do montante de fundo comunitário referido, encontravam-se executados, a 31 de Dezembro de 2010, cerca de 181,1 milhões de Euros, correspondendo a uma taxa de execução de 23,52% e a uma taxa de realização de 28,43%. É de referir que, àquela data, tinham sido efectivamente pagos aos beneficiários 205,3 milhões de Euros, que correspondiam a uma taxa de pagamento de 32,22%, tendo-se registado uma taxa de reembolso de 113,35%.

Numa análise comparativa da execução do Eixo Prioritário, representada no gráfico seguinte, regista-se um significativo incremento no decurso do ano de 2010, salientando-se a evolução da taxa de execução de 3,87% em 2009 para 23,52% em 2010

Figura 3.1 - Análise da evolução



Salienta-se que, durante o primeiro trimestre de 2011, se continuou a registar uma evolução bastante significativa da taxa de execução que atingiu os 29,95%, bem como da taxa de pagamento que era de 39,18%. A taxa de compromisso registou igualmente evolução, tendo atingido as 83,77%.

Caracterização do projecto: "Construção da Biblioteca Municipal de S. João da Pesqueira"

Aviso	BA/1/2009
Designação	Construção da Biblioteca Municipal de S. João da Pesqueira
Data de Contratação	15 de Julho de 2010
Nº da operação	NORTE-03-0352-FEDER-000049
Calendarização	Início:29-02-2008; conclusão:31-03-2011
Executor	Município de S. João da Pesqueira
Objectivos	Construção da Biblioteca Municipal em zona central do aglomerado urbano, complementando os equipamentos aí existentes, concretamente as escolas, criando assim uma mais valia cultural para os utentes daqueles equipamentos e para a população em geral
Acções	O edifício caracteriza-se por formas simples e regulares e a dimensão dos espaços foi limitado por áreas pré - estabelecidas para o fim a que se destina. Os espaços desenvolvem-se por dois pisos distintos: no piso superior localiza-se todo o serviço público (salas de leitura, espaço polivalente, átrio, atendimento e bar); no piso inferior localizam-se os serviços administrativos e o depósito e outros espaços de apoio. A Biblioteca foi equipada com mobiliário e equipamento e Fundos Documentais.
Entidades Parceiras	(não aplicável)
Investimento Elegível	1.185.864,00 €
Feder (80%)	948.691,20€
Taxa de Execução (%)	100%

Evidências da realização do projecto.

Caracterização do projecto: “Piscina Municipal de Guifões”

Aviso	ED/1/2009
Designação	Piscina Municipal de Guifões
Data de Contratação	24-08-2010
Nº da operação	NORTE-03-0356-FEDER-000137
Calendarização	02-11-2007 / 30-05-2009
Executor	Município de Matosinhos
Objectivos	A operação “Piscina Municipal de Guifões” tem como objectivos: • Suprir os reduzidos níveis de cobertura que se verificam no concelho; • Promover a actividade física e desportiva permanente, nomeadamente a aprendizagem de natação e a hidroginástica, de modo acessível e em segurança; • Recuperar o sentido lúdico das práticas físicas e desportivas. A piscina, inserida num complexo desportivo denominado “Nova Centralidade de Guifões” constituído por um único edifício que integra também um pavilhão gimnodesportivo, localiza-se no centro da freguesia de Guifões e na proximidade da E.B. 2/3 de Guifões e da Escola E.B.1 Passos Manuel. A operação contempla a construção de uma piscina coberta com dois tanques com as dimensões de 25x12,5m e 12,5x8m.
Acções	Piscina Municipal de Guifões
Investimento Elegível	714.285,71 €
Feder (70%)	500.000,00 €
Taxa de Execução (%)	100 %

Evidências da realização do projecto

Caracterização do projecto: “Remodelação do Serviço de Radioterapia”

Aviso	S/1/2008
Designação	Remodelação do Serviço de Radioterapia
Data de Contratação	18-09-2009
Nº da operação	NORTE-03-0348-FEDER-000117
Calendarização	De 08-08-2009 a 31/07/2011
Executor	Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, EPE
Objectivos	O projecto Remodelação do Serviço de Radioterapia tem por objectivo dotar o Serviço de Radioterapia do IPO do Porto, EPE de novos meios técnicos, infra-estruturas e equipamentos, necessários para aumentar a satisfação dos utentes e profissionais que desempenham funções nesta instituição, através de uma eficiente prestação de cuidados hospitalares especializados no domínio da Oncologia/Radioterapia, garantindo-se simultaneamente a equidade e acessibilidade aos serviços de saúde, a toda a população. O investimento pretende facilitar a reorganização arquitectónica das instalações onde vai funcionar o serviço de Radioterapia, intervir ao nível das condições de acolhimento dos doentes, adquirir novos equipamentos clínicos, por forma a dispor de meios adequados aos cuidados hospitalares no domínio da Oncologia/Radioterapia. Com a criação de uma nova unidade de radioterapia, o projecto pretende especificamente: Reforçar a radioterapia, racionalizando o sector, e procurando uma melhoria de qualidade global; Melhorar a qualidade e reforçar a operacionalidade dos registos oncológicos regionais; Aumentar o rácio de aparelhos de irradiação por habitantes; Renovar e modernizar os equipamentos desactualizados de radioterapia; Pautar-se pela multidisciplinaridade da radioterapia oncológica e garantir a continuidade de cuidados do utente; Aumentar o esforço de formação de novos técnicos de radioterapia.
Acções	Construção e Serviços - Fiscalização e Assistência Técnica
Entidades Parceiras	
Investimento Elegível	13.594.888,80
Feder (37%)	5.085.179,97
Taxa de Execução (%)	81%

Evidências da realização do projecto

"Valorização e Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial"

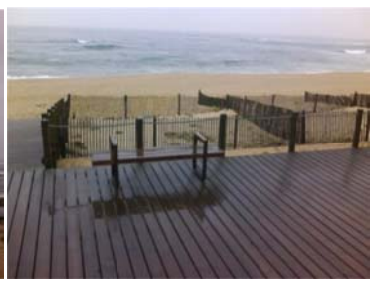
Aviso	PC/1/2007
Designação	Valorização e Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial
Data de Contratação	2 de Dezembro de 2008
Nº da operação	NORTE-03-0347-FEDER-000043
Calendarização	Início: 01-05-2008; conclusão: 02-03-2011
Executor	Município do Porto
Objectivos	Dotar o espaço classificado como património mundial de ferramentas de planeamento e comunicação capazes de permitir um melhor desenvolvimento das acções de preservação e valorização do Centro Histórico do Porto e assim a sua salvaguarda e vitalidade a longo prazo.
Acções	O projecto "Valorização e Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial", pioneiro nacional, caracteriza-se por um conjunto de desafios para a preservação e valorização do Centro Histórico. Serão desenvolvidas três acções: Elaboração do Plano de Gestão; Monitorização; Comunicação e Promoção
Entidades Parceiras	Não aplicável
Investimento Elegível	297.614,13 €
Feder (80%)	163.687,77 €
Taxa de Execução (%)	100%

Evidências da realização do projecto

Caracterização do projecto: "Valorização da Orla Costeira do Concelho de Matosinhos"

Aviso	Acções de Valorização do Litoral - AVL/1/2007
Designação	Valorização da Orla Costeira do Concelho de Matosinhos
Data de Contratação	09-06-2008
Nº da operação	NORTE-03-0132-FEDER-000022
Calendarização	Início: 01-01-2007 Fim: 08-06-2011
Executor	Município de Matosinhos
Objectivos	- Conservação de recurso e património natural e paisagístico; - Qualificação da zona costeira e o desenvolvimento sustentado; - Minimização de impactes ambientais, sociais e económicos; - Integração de todas as operações numa estratégia articulada; - Fomento do conhecimento e a participação pública.
Acções	1 - Integração paisagística e Recuperação Ambiental das linhas de Água da Orla Costeira 2 - Parque de estacionamento da Agudela 3 - Parque de estacionamento da Praia do Marreco 4 - Parque de estacionamento da Praia do Paraíso 5 - Parque de estacionamento da Quebrada 6 - Parque de estacionamento do Cabo do Mundo 7 - Parque de estacionamento do Funtão 8 - Passadiços da Orla Costeira 9 - Passadiço de ligação da Praia Azul à Praia do Aterro 10 - Passadiço Orla Costeira-Praia de Leça da Palmeira e da Praia de Matosinhos 11 - Requalificação Paisagística da Ribeira Guarda 12 - UOPG nº 10 Pampelido, Memória, Cabo do Mundo 13 - UOPG n, o 9 Zona Piscatória de Angeiras 14 - Aquisição de edifício e terreno (Pavilhão da Agudela) 15 - Plano de comunicação da Orla Costeira - Painéis de Praia 16 - Plano de comunicação da Orla Costeira - Torres de Vigia - Matosinhos Mar 17 - Plano de comunicação da Orla Costeira - Ecopontos para Praias do Concelho 18 – Marginal de Leça da Palmeira, Requalificação – 2.ª fase – Requalificação Paisagística da Ribeira da Guarda – Modelação de terreno para enquadramento paisagístico
Investimento Elegível	10.623.125,68€
Feder (80%)	8.498.500,54€
Taxa de Execução (%)	74,69%
Evidências da realização do projecto	
Aviso	Acções de Valorização do Litoral - AVL/1/2007
Designação	Valorização da Orla Costeira do Concelho de Matosinhos
Data de Contratação	09-06-2008
Nº da operação	NORTE-03-0132-FEDER-000022
Calendarização	Início: 01-01-2007 Fim: 08-06-2011
Executor	Município de Matosinhos

Evidências da realização do projecto



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de

"Dinamização do Centro de Animação da Montanha - Porta do Mezio"

Aviso	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados - GAEPC/1/2007
Designação	Dinamização do Centro de Animação da Montanha - Porta do Mezio
Data de Contratação	06-08-2008
Nº da operação	NORTE-03-0230-FEDER-000034
Calendarização	Inicio Previsto: 01-07-2008 Fim Previsto: 31-08-2011
Executor	Município de Arcos de Valdevez
Objectivos	Promover o Desenvolvimento Sustentado do Mundo Rural de Arcos de Valdevez, em especial as comunidades de montanha, integradas no PNPG; Implementar, Dinamizar a Valorizar o Centro de Animação do Território de Montanha de Arcos de Valdevez e Porta do Mezio
Acções	Acção 1 – Definição e conclusão dos espaços exteriores da Porta do Mezio Acção 2 – Implementar e Dinamizar o Centro de Animação do Território de Montanha de Arcos de Valdevez Acção 3 – Programa de Animação e Visitação do Território de Montanha de Arcos de Valdevez
Entidades Parceiras	ARDAL - Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima (Beneficiário); Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade,I.P.(Parceiro de Conforto)
Investimento Elegível	1.533.224,81
Feder (75%)	1.149.918,60
Taxa de Execução (%)	75,00%

Evidências da realização do projecto

3.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Os principais problemas encontrados prendem-se, como já atrás se referiu, com a insuficiente instrução e maturação das candidaturas apresentadas. Esta situação, aliada à elevada procura que a maioria dos concursos apresenta, origina tempos de análise de candidaturas muito elevados.

Em termos de execução, existe o mesmo problema da insuficiente instrução dos processos, nomeadamente a nível dos processos referentes à verificação dos procedimentos da contratação pública, o que origina, por um lado, atrasos na submissão dos pedidos de pagamento e, por outro, tempos de análise e de pagamento superiores aos prazos instituídos. No entanto, no que respeita aos pedidos de pagamento, a situação tem vindo a melhorar, situação que tem contribuído também para o aumento significativo da taxa de execução.

No sentido de combater esta situação, deu-se continuidade às medidas já em curso nos anos anteriores, que a seguir se referem:

- Apoio do Secretariado Técnico dos Eixos 3 e 4 no sentido de esclarecer e instruir os promotores, feito tanto presencialmente (reuniões de trabalho) com por contactos telefónicos (linha dedicada do novonorte 34) e por correio electrónico (www.novonorte.34@ccdr-n.pt);

- produção de orientações de gestão com o objectivo de dirimir as dúvidas existentes;

- melhoria em contínuo do Manual de Gestão, de modo a pormenorizar mais todos os procedimentos a adoptar.

As medidas indicadas têm vindo a produzir efeitos, conforme se pode verificar pelos resultados obtidos durante o ano de 2010, tendo-se registado uma taxa de compromisso de 82,74% correspondente a 637,1 milhões de Euros de Feder, e uma taxa de execução de 23,52%, correspondendo a cerca de 181,1 milhões de Euros. Analisando o montante de fundo executado, no eixo prioritário 3, a 31 de Março de 2011, verifica-se que a taxa de execução que atingiu os 29,95%, e taxa de compromisso os 83,77%.

3.4. Eixo Prioritário 4 – Qualificação do Sistema Urbano

3.4.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Da realização física no Eixo Prioritário 4, considerando as candidaturas contratadas até 31 de Dezembro de 2010, salienta-se que:

i) Indicadores de Eixo

1 – No que se refere a Programas de Acção e Programas Estratégicos aprovados:

- 14 cidades encontram-se envolvidas em redes urbanas para a competitividade, tendo sido ultrapassada a meta estabelecida para 2010 que correspondia ao envolvimento de oito cidades;
- foram apoiados 36 Protocolos de Parceria para a regeneração urbana (menos um que em 2009, por rescisão de um protocolo), tendo sido ultrapassada a meta de trinta Protocolos de Parceria estabelecida para 2015;
- das 91 intervenções apoiadas, 55 correspondem a Intervenções integradas de requalificação urbana, tendo sido ultrapassada a meta de oito intervenções estabelecida para 2015.

2 – Relativamente a operações individuais aprovadas e contratada:

- tendo por referência, no âmbito das Parcerias para a Regeneração Urbana, as 387 operações individuais, contratadas ou aprovadas em condições de assinarem contrato (situação que se verificou nos primeiros meses de 2011), verifica-se que a população abrangida por intervenção de requalificação urbana apoiadas é de 1.127.271 habitantes, sendo que este valor ultrapassa as metas estabelecidas para 2010 e para 2015 que era de 100.000 e 400.000 habitantes, respectivamente.
- correspondendo aos projectos apoiados, 15.065 m2 de espaço público integrado em projectos de requalificação urbana deixaram de estar afectos à circulação automóvel, encontrando-se cumprida a meta de 8.000 m2 estabelecida para 2010 e 44,54% da meta de 40.000 m2 estabelecida para 2015;
- a área intervencionada por operações de regeneração urbana era de 3.078.818 m2, ultrapassando as metas estabelecidas para 2010 e 2015 que é de 160.000 e 400.000 m2, respectivamente.

3 – Em termos da mobilidade territorial, salienta-se que os projectos apoiados:

- permitem uma redução média do tempo de percurso em 10%;

- abrangem cerca de 1.134,67 km de rede viária, ultrapassando a meta estabelecida para 2015 que correspondia a 190 km de rede viária apoiada. No final de 2010 encontravam-se construídos 170,5 km;

- incluem 65 operações de tratamento de pontos negros rodoviários, sendo que a meta para 2010 já foi ultrapassada (22 operações) e a meta estabelecida para 2015 (76 operações) encontra-se cumprida em cerca de 86%. Note-se que este indicador foi incorrectamente determinado para o Relatório de Execução de 2009, uma vez que se considerou o somatório da % de redução de sinistralidade dos projectos contratados. O número correcto em 2009, deveria ter sido 4 intervenções, em vez dos 105 então indicados.

ii) Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)

Da análise dos indicadores comuns anuais, são de destacar:

- que as operações contratadas envolvem a intervenção em 76,8 km de novas estradas e de 1.057,9 km de estradas já existentes cuja capacidade e qualidade foram melhoradas, num total de 1.134,67 km. Encontram fisicamente executadas 23 operações, a que correspondem 170,5 km;

- a contratação de um projecto referente à ferrovia ligeira, metro do Porto, com uma extensão de 8 km, dos quais 7 já se encontram executados, e que contribuiu para um acréscimo de população servida pela intervenção de 161.342 habitantes.

Tabela 3.15- Realização Física do Eixo Prioritário 4

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006							
Intervenções integradas de requalificação urbana (n.º)	Realização Executada	0	0	0	0	-	0
	Realização Contratada	0	8	55	55	-	55
	Metas	-	-	-	2	8	-
População abrangida por intervenção de requalificação urbana apoiadas (n.º)	Realização Executada	0	0	0	185.509	-	185.509
	Realização Contratada	0	0	220.570	1.127.271	-	1.127.271
	Metas	-	-	-	100.000	400.000	400.000
Cidades envolvidas em redes urbanas para a competitividade (n.º)	Realização Executada	0	0	0	0	-	0
	Realização Contratada	0	0	14	14	-	14
	Metas	-	-	-	8	16	-
Espaço público integrado em projectos de requalificação	Realização Executada	0	0	0	0	-	0
	Realização Contratada	0	0	6.250	15.065	-	15.065

urbana que deixam de estar afectos à circulação automóvel (m2)	Metas	-	-	-	8.000	40.000	-
Protocolos de parceria para a regeneração urbana apoiados (n.º)	Realização Executada	0	0	0	0	-	0
	Realização Contratada	0	8	37	36	-	36
	Metas	-	-	-	12	30	-
Área intervencionada por operações de regeneração urbana (m2)	Realização Executada	0	0	0	505.841	-	505.841
	Realização Contratada	0	0	138.030	3.078.818	-	3.078.818
	Metas	-	-	-	160.000	400.000	-
População abrangida por operação de regeneração urbana apoiadas (n.º)	Realização Executada	0	0	0	185.509	-	185.509
	Realização Contratada	0	0	0	1.127.271	-	1.127.271
	Metas	-	-	-	24.000	60.000	-
Interfaces de passageiros apoiados – Metro do Porto (n.º)	Realização Executada	0	0	0	4	-	4
	Realização Contratada	0	0	0	5	-	5
	Metas	-	-	-	4	15	-
Redução de sinistralidade em pontos de acumulação de acidentes intervencionados na rede viária (%)	Realização Executada	0	0	0%	30%	-	30%
	Realização Contratada	0	0	0%	30%	-	30%
	Metas	-	-	-	30%	30%	-
Operações de tratamento de pontos negros rodoviários (n.º)	Realização Executada	0	0	0	0	-	0
	Realização Contratada	0	0	4 (*)	65	-	65
	Metas	-	-	-	22	76	
Redução média do tempo de percurso nos projectos apoiados (%)	Realização Executada	0	0	0	10%	-	10%
	Realização Contratada	0	0	10%	10%	-	10%
	Metas	-	-	-	10%	10%	--
Rede viária apoiada (km)	Realização Executada	0	0	0	170,5	-	170,5
	Realização Contratada	0	0	364,534	1.134,7	-	1.134,7
	Metas	-	-	-	50	190	

(*) O numero de operações de tratamento de pontos negros indicado para o ano de 2009, no que respeita ao Relatório de Execução de 2009, foi incorrectamente determinado, uma vez que se considerou o somatório da % de redução de sinistralidade dos projectos contratados. O número correcto em 2009 seria
4, em vez dos 105 então indicados.

Tabela 3.16 Eixo Prioritário 4 – Indicadores Comuns Comunitários

	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)								
Transportes	13. N.º de projectos	Realização Contratada	0	0	49	139		139
	14. N.º de km de novas estradas	Realização Contratada	0	0	7,3	76,8		76,8
	16. N.º de km de estradas reconstruídas	Realização Contratada	0	0	357,2	1.057,9		1.057,9
	17. N.º de km de novas ferrovias construídas (Metro do Porto)	Realização Contratada	0	0	0,7	8		8
	22. Acréscimo de população servida por intervenção de expansão de sistemas de transporte urbano (Metro do Porto)	Realização Contratada	0	0	38.940	161.342		161.342
Reabilitação Urbana	39. N.º de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	Realização Contratada	0	0	14	387		387
Competitividade das Cidades	40. N.º de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização Contratada	0	0	0(*)	0		0

(*) O número de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias indicado para o ano de 2009, no que respeita ao Relatório de Execução de 2009, foi incorrectamente inserido, uma vez que se consideraram os Programas Estratégicos quando o indicador se refere a projectos. A aprovação de projectos só teve início em 2011.

3.4.2. Análise qualitativa

Relativamente ao Eixo Prioritário 4 e no que se refere à Política de Cidades, o presente relatório aborda essencialmente os aspectos referentes às operações individuais incluídas nos Programas de Acção aprovados, quer no que se refere à sua execução física quer financeira.

No entanto, como decorre do previsto nos Regulamentos Específicos das Parcerias para a Regeneração Urbana e das Redes Urbanas para a Competitividade e para a Inovação, medeia pelo menos um ano entre a assinatura dos Protocolos de Financiamento dos Programas de Acção e dos Programas Estratégicos e a obrigatoriedade de submissão das operações individuais que os constituem. Este período terminou, para a quase totalidade dos

Programas de Acção (PA) das Parcerias para a Regeneração Urbana, a 30 de Junho de 2010 e para os Programas Estratégicos (PE) das Redes Urbanas para a Competitividade e para a Inovação, a 29 de Outubro de 2010. Assim a efectiva execução física e financeira decorrente da cativação de fundo comunitário associado aos PA e PE ocorrerá com, pelo menos, um ano de desfasamento em relação à assinatura dos Protocolos de Financiamento, situação que justifica os baixos níveis de execução física e financeira destas tipologias de projectos.

Durante o ano de 2010 foram aprovadas 373 operações individuais que, acrescidas das 14 aprovadas durante o ano de 2009, envolvem cerca de 237,5 milhões de Euros de FEDER.

No ano de 2010, no âmbito das demais tipologias do Eixo IV, – incluindo a delegação de competências em associações de municípios através do estabelecimento de subvenções globais – foram abertos catorze concursos, correspondentes a uma oferta de fundo a concurso de cerca de 67,2 milhões de Euros, no âmbito dos quais foram submetidas 85 candidaturas. Foram decididos, durante o ano de 2010, dezanove concursos – doze dos quais abertos em 2009 e sete abertos em 2010 -, que implicaram a análise de 107 operações, sendo o FEDER aprovado de 92,7 milhões de Euros.

No âmbito do concurso MT/1/2008 aberto "em contínuo" pela autoridade de gestão, destinado à ferrovia ligeira, durante o ano de 2010 foram decididas duas candidaturas:

- O projecto "Extensão da rede de Metro entre o Estádio do Dragão e Venda Nova", do metro ligeiro do Porto, submetida a 15-01-2010. Este "Grande Projecto" foi aprovado pela Comissão Directiva do Programa Operacional Regional do Norte em 09-11-2010, com os seguintes montantes financeiros: Investimento Total – 169.812.451,43 Euros; Investimento Elegível – 114.086.200 Euros; Comparticipação Feder (70%) – 79.860.340 Euros. O contratado de financiamento foi assinado em 23-12-2010.

- O projecto "Extensão da Rede de Metro à Estação de Santo Ovídio e Interface da Estação D. João II" do metro ligeiro do Porto, submetida a 09-12-2009. Este projecto foi aprovado pela Comissão Directiva do Programa Operacional Regional do Norte em 15-09-2010, com os seguintes montantes financeiros: Investimento Total – 33.489.621 Euros; Investimento Elegível – 28.274.790 Euros; Comparticipação Feder (70%) – 19.792.353 Euros. O contratado de financiamento foi assinado em 16-09-2010.

O ponto de situação dos concursos acima mencionados, relativos à tipologia "Mobilidade Territorial", encontra-se sintetizado no quadro seguinte:

Tabela 3.17 Ponto de Situação – Concursos abertos em 2010

Código concurso	Tipologia de Operação	Data de publicação do aviso de concurso	Estado do concurso	Data de Encerramento	Fundo a concurso	Candidaturas apresentadas	
						N.º	Investimento/ custo total
MT/1/2008	Mobilidade Territorial	27-10-2008	PC Contínuo	31-12-2013	100.000.000	5	212.030.619
AMP/PMU/2/2009	Mobilidade Territorial	24-04-2009	Decidido	01-06-2009	2.870.560	4	9.465.732
CIMC/EPN/01/2009	Mobilidade Territorial	08-05-2009	Decidido	19-06-2009	210.000	0	0
CIMTM/MT/1/2009	Mobilidade Territorial	13-05-2009	Decidido	22-06-2009	1.621.888	3	2.896.726
CIMTM/MT/1/2009 (2)	Mobilidade Territorial	13-05-2009	Decidido	22-06-2009	1.621.888	1	2.076.250
CIMTM/MT/2/2009	Mobilidade Territorial	13-05-2009	Decidido	22-06-2009	674.800	1	964.000
CIMA/PMUS/1/2009	Mobilidade Territorial	13-07-2009	Encerrado	28-08-2009	595.715	4	1.153.355
CIMA/EPN/1/2009	Mobilidade Territorial	13-07-2009	Encerrado	21-08-2009	1.435.460	3	3.091.708
CIMA/PMUS/2/2009	Mobilidade Territorial	04-12-2009	Decidido	28-12-2009	270.000	2	711.716
CIMTM/MT/04/2009	Mobilidade Territorial	09-12-2009	Decidido	01-02-2010	1.447.030	3	4.167.562
AMP/PCSUR/1/2009	Mobilidade Territorial	24-04-2009	Decidido	01-06-2009	9.801.743	6	10.882.621
CIMTM/MT/3/2009	Mobilidade Territorial	13-05-2009	Decidido	22-06-2009	15.460.684	17	18.515.685
CIMD/MT/1/2009	Mobilidade Territorial	21-05-2009	Decidido	09-06-2009	4.200.000	19	6.472.041
CIMdoAVE/REEMM/01/2009	Mobilidade Territorial	12-08-2009	Decidido	30-09-2009	6.500.000	14	7.935.396
CIMTM/MT/05/2009	Mobilidade Territorial	09-12-2009	Decidido	15-01-2010	2.087.881	2	2.604.959
CIMC/MT/02/2010	Mobilidade Territorial	07-07-2010	Decidido	29-10-2010	5.000.000	9	6.461.941
CIMA/REEMM/1/2010	Mobilidade Territorial	18-01-2010	Decidido	29-01-2010	2.500.000	3	2.912.311
CIMC/MT/01/2010	Mobilidade Territorial	19-01-2010	Decidido	19-02-2010	1.812.000	4	971.837
CIMD/MT/01/2010	Mobilidade Territorial	18-02-2010	Decidido	23-07-2010	3.052.023	15	10.013.723
ML/IV/MT/01/2010	Mobilidade Territorial	12-05-2010	Decidido	31-05-2010	2.800.000	1	3.679.854
ML/IV/MT/02/2010	Mobilidade Territorial	23-06-2010	Decidido	29-10-2010	750.000	2	1.018.005
CIMA/EPN/1/2010	Mobilidade Territorial	18-08-2010	Encerrado	12-11-2010	1.700.000	5	3.728.843
CIMD/MT/2/2010	Mobilidade Territorial	03-08-2010	Encerrado	26-11-2010	6.104.046	19	9.997.684
CIMD/MT/3/2010	Mobilidade Territorial	03-08-2010	Encerrado	26-11-2010	9.363.832	13	10.174.530
CIMA/QSTPP/1/2010	Mobilidade Territorial	12-10-2010	Encerrado	29-10-2010	320.000	1	422.455
CIMA/REEMM/2/2010	Mobilidade Territorial	13-10-2010	Encerrado	12-11-2010	1.415.000	3	1.931.251
CIMTS/IV/PCSUR/01/2010	Mobilidade Territorial	12-10-2010	Encerrado	29-10-2010	2.000.000	8	3.855.594
CIMTS/IV/PMU/01/2010	Mobilidade Territorial	15-12-2010	Encerrado	22-12-2010	336.805	1	421.006
CIM-TM/MT/01/2010	Mobilidade Territorial	17-01-2011	PC Contínuo	30-12-2011	10.000.000	26	18.068.274
Jessica-2010		14-07-2010	Decidido	16-07-2010	30.000.000	1	46.153.846
					215.951.355	169	384.711.250

Relativamente aos 19 concursos decididos em 2010, verifica-se que o prazo médio de decisão previsto era de 113 dias, de acordo com o conteúdo dos respectivos avisos de concurso, sendo que o prazo médio de decisão efectivo foi de 201 dias.

Os atrasos evidenciados na análise das candidaturas efectuada pelas comunidades intermunicipais têm relação directa com a deficiente instrução das candidaturas e com o tempo necessário para efectuar pedidos de elementos e de esclarecimentos adicionais que permitam dotá-las dos elementos necessários à sua correcta análise. Acresce a necessidade de articular a tarefa de análise das candidaturas com a de gestão e acompanhamento das operações já contratadas e com a execução em curso.

No que respeita à tipologia de beneficiários, para além dos promotores das candidaturas aprovadas no âmbito dos concursos decididos durante o ano de 2010, referentes à Mobilidade Territorial – MT, referem-se também os referentes às Parcerias para a Regeneração Urbana – PRU, apesar de não haver concursos decididos em 2010, uma vez que foi durante o ano que se procedeu à aprovação da maior parte das operações individuais por eles promovidas. A análise é apresentada no quadro seguinte:

Tabela 3.18 Eixo Prioritário 4 – Tipologia de beneficiários

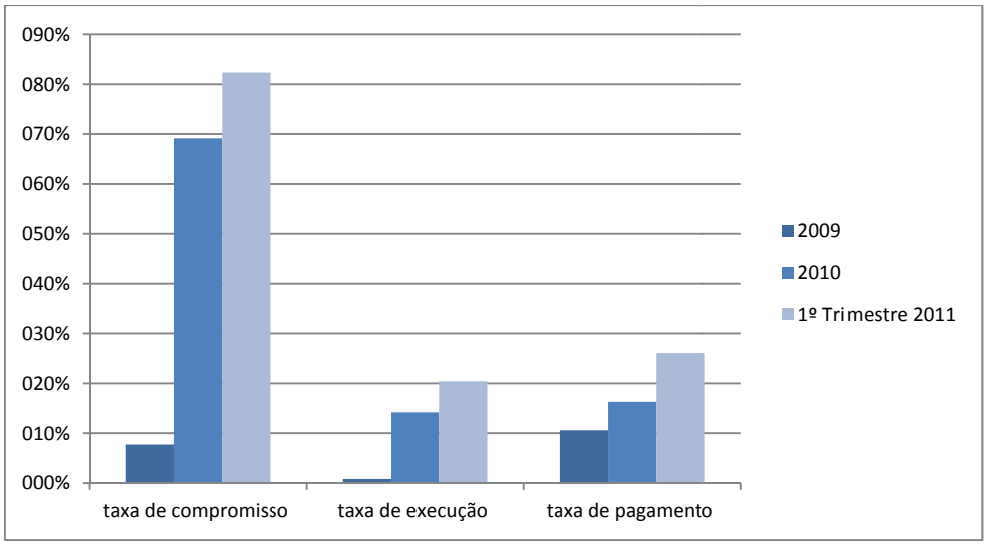
Tipologia	Municípios	Associações de Municípios	Empresas Municipais	Organismos da Administração Central	Empresas Públicas	Outros
PRU	27	1	15	5	3	91
MT	45				1	

Na tipologia de Beneficiários "Outros" foram incluídos beneficiários do tipo: universidades, fundações, IPSS – Instituições Privadas de Solidariedade Social, associações culturais, recreativas, sociais ou desportivas, associações comerciais e empresariais, entre outras.

Analisando as candidaturas aprovadas no Eixo 4, e no caso das Parcerias para a Regeneração Urbana, tal como já foi referido, considerando apenas as operações individuais contratadas até 31 de Dezembro de 2010, verifica-se que envolvem um montante de 445,9 milhões de Euros de Feder, correspondendo a uma taxa de compromisso de 69,13%. Do montante de fundo comunitário referido, encontravam-se executados, a 31 de Dezembro de 2010, cerca de 91,5 milhões de Euros, correspondendo a uma taxa de execução de 14,19% e a uma taxa de realização de 20,52%. É de referir que, àquela data, tinham sido efectivamente pagos aos beneficiários 72,6 milhões de Euros, que correspondiam a uma taxa de pagamento de 16,29%, tendo-se registado uma taxa de reembolso de 79,40%.

Numa análise comparativa da execução do Eixo Prioritário, representada no gráfico seguinte, regista-se um significativo incremento no decurso do ano de 2010, salientando-se a evolução da taxa de compromisso que passou de 7,73% em 2009 para 69,13% a 31 de Dezembro de 2010 e da taxa de execução que variou entre 0,83% em 2009 para 14,19% em 2010

Figura 3.2 - Análise da evolução do Eixo Prioritário 4



Salienta-se que, durante o primeiro trimestre de 2011, se continuou a registar uma evolução bastante significativa da taxa de execução que atingiu os 20,41%, bem como da taxa de pagamento que era de 26,05%. A taxa de compromisso registou forte evolução, tendo atingido os 82,35%.

Boas Práticas que cumprem os objectivos da programação

Caracterização do projecto: "Requalificação dos Edifícios de Vila D'Este - Fase 1"

Aviso	Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU/1/2007)
Designação	Requalificação dos Edifícios de Vila D'Este - Fase 1
Data de Contratação	20-02-2010
Nº da operação	NORTE-04-0241-FEDER-000539
Calendarização	31-01-2008 a 11-04-2011
Executor	GaiaSocial,EM - Empresa Municipal de Habitação. Encontra-se em curso o processo cessação da posição contratual da GaiaSocial, EM a favor da GAIURB – URBANISMO E HABITAÇÃO, EEM, devido ao processo de fusão das empresas municipais de Vila Nova de Gaia
Objectivos	- Eliminar as anomalias - Adequar os edifícios às exigências actuais em termos de eficiência energética - Reabilitar arquitectonicamente a área de intervenção - Apoiar os moradores para a auto-reabilitação dos edifícios e habitações
Acções	- Projecto e Obra de Execução de Requalificação dos Edifícios de Vila D'Este - Fase I - Elaboração do estudo Higrotérmico - Caracterização experimental do desempenho - Assessoria Técnica no âmbito do projecto de Requalificação dos Edifícios Estas acções, envolvendo cerca de 700 fracções habitacionais, enquadrando-se na tipologia "Melhoria da Eficiência Energética em Habitações de Famílias de Baixos Rendimentos no âmbito de Intervenções Integradas de Regeneração Urbana", constatando-se que, numa amostra de 732 agregados familiares analisados, o rendimento médio anual per capita é de 5.512,51€, o que corresponde a cerca de 80% dos habitantes os lotes diversos da Urbanização tem rendimentos abaixo dos 400€ mensais; - As tipologia de intervenções são, nomeadamente: a) O tratamento dos vãos envidraçados, através da substituição de vidro simples por vidro múltiplo, utilização de vidros de baixo factor solar e utilização de caixilharias com corte térmico, sendo utilizadas caixilharias sem corte térmico e de vidro simples apenas no encerramento de vão; a melhoria da eficiência energética das caixas de estores; a aplicação ou substituição de estores e elementos de sombreamento. b) A aplicação de isolamento térmico na envolvente exterior do edifício (paredes e cobertura do último piso); c) A aplicação de isolamento térmico no pavimento do piso térreo ou no primeiro piso de habitação e nas portas das fracções autónomas, em todo o seu perímetro; f) A aplicação de disposições construtivas que reduzam as perdas de calor pela pontes térmicas planas e lineares. A poupança energética nos 3 tipos de edifícios objecto da intervenção será superior a 40%, sendo que a avaliação da mesma ao custo da tarifa simples da electricidade, com base no investimento e na poupança gerada, permite concluir que se obterá um Payback de 11,9 Anos.
Investimento Elegível	5.224.200,55 €
Feder (80%)	4.179.360,44 €
Taxa de Execução	34,93%

Evidências da realização do projecto:

Situação inicial:

Situação em obra:

“Reabilitação do Baluarte do Cavaleiro e Ilha do Cavaleiro para Criação de um Centro Interpretativo”

Aviso	Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU/1/2007)
Designação	Reabilitação do Baluarte do Cavaleiro e Ilha do Cavaleiro para Criação de um Centro Interpretativo
Data de Contratação	19-05-2010
Nº da operação	NORTE-04-0241-FEDER-000422
Calendarização	18-01-2008 a 01-11-2011
Executor	Município de Chaves
Objectivos	Criar na plataforma superior do Baluarte do Cavaleiro de uma superfície com um razoável grau de impermeabilidade, visando contribuir, para a estabilidade do pano de muralha que foi recentemente reconstruído após as derrocadas de 2001 e 2002; criar na área impermeabilizada um espaço de estadia e de miradouro sobre a veiga, as áreas ribeirinhas e as restantes estruturas defensivas da cidade; recuperar as construções clássicas de alojamento de operários do fim do séc. XIX princípios do séc. XX, existentes na ilha do Cavaleiro; dinamizar o espaço intervencionado, com diversos equipamentos que permitam o apoio e a divulgação esporádica de actividades económicas artesanais.
Acções	- Demolição de todas as construções de carácter informal existentes na área de intervenção; - Criação de uma praça interior pavimentada a cubo e a lajeado de granito bujardado com 10cm de espessura; - Construção de uma plataforma em betonilha com aditivo de cor junto ao parapeito da muralha; - Construção de um muro de vedação em betão armado, entre o espaço intervencionado e os logradouros vizinhos, que será rematado superiormente com um gradeamento composto por chapa metálica perfurada enquadrada por uma estrutura em perfis de ferro em T; - Construção de uma Pérgola constituída por perfis metálicos em I e elementos tubulares no interior da praça; - Construção de infra-estruturas eléctricas e de iluminação pública; - Arranjo paisagístico da praça com a implementação de uma rede de rega e a plantação de varias espécies arbustivas.
Investimento Elegível	208.238,70 €
Feder (80%)	166.590,96 €
Taxa de Execução	71,06%

Evidências da realização do projecto:

Antes

Depois:

Caracterização do projecto: "Valorização Paisagística do Passeio Ribeirinho"

Aviso	Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU/1/2008)
Designação	Valorização Paisagística do Passeio Ribeirinho
Data de Contratação	23-12-2009
Nº da operação	NORTE-04-0241-FEDER-000449
Calendarização	16-03-2009 a 23-06-2010
Executor	Município de Ponte de Lima
Objectivos	- Melhorar o enquadramento paisagístico da Vila de Ponte de Lima a partir da margem esquerda (sem o impacto negativo do grande número de veículos estacionados nesta zona). - Vocacionar o Centro Histórico apenas para tráfego local e para as deslocações a pé e de bicicleta, evitando os movimentos de atravessamento.
Acções	Requalificação do Passeio Ribeirinho retirando os lugares de estacionamento e reduzindo a circulação automóvel, aumentando a área de passeios e abrindo-se a possibilidade de colocação de esplanadas às actividades de restauração existentes, promovendo-se o surgimento de novos investimentos. Implicará um novo ordenamento da área, com alteração de pavimentos e introdução de adequado mobiliário urbano.
Investimento Elegível	272.182,98 €
Feder (80%)	190.528,09 €
Taxa de Execução	100%

Evidências da realização do projecto:

Antes:

Depois:

ON.2
UNIÃO EUROPEIA

Caracterização do projecto: "Circuito de Manutenção de Santa Apolónia"

Aviso	Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU/2/2008)
Designação	Circuito de Manutenção de Santa Apolónia
Data de Contratação	20-04-2010
Nº da operação	NORTE-04-0241-FEDER-000557
Calendarização	29-06-2009 a 29-06-2012
Executor	Município de Bragança
Objectivos	- Requalificação da área em redor do IPB, através da criação de zonas pedonais, ciclovia, zonas para exercício físico, zonas de lazer e recreio; - Criação da Ciclovia do Polis; - Ligação da Ciclovia de Santa Apolónia à Ciclovia do Polis; - Melhoria da acessibilidade entre o Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental e a Casa da Seda; - Requalificação de um troço da margem direita do rio Fervença.
Acções	**1.ª fase** - Construção de ciclovia e requalificação da área que delimita o IPB, dotando esta área das melhores condições para passeios a pé, de bicicleta ou para a prática de exercício físico (através da introdução de aparelhos no circuito de manutenção). O percurso em redor do IPB tem uma extensão aproximada de 3000 metros, sendo pontualmente enriquecido por 3 grandes "bolsas" (ocupando uma área total de cerca de 2 ha), onde se implantam amplos espaços verdes, zonas de lazer, equipamentos para o circuito de manutenção (com cerca de metade do percurso total), etc. **2.ª fase** - Em complemento do percurso na envolvente do IPB, construção de uma ciclovia na margem esquerda do rio Fervença, que estabelecerá a ligação do IPB ao Centro de Ciência Viva – Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental, e à Casa da Seda. Estas duas ciclovias, designadas por Ciclovia de Santa Apolónia e Ciclovia do Polis, serão interligadas através de uma passagem inferior na rotunda Flor da Ponte. O projecto para esta ciclovia na zona do Polis, com uma extensão aproximada de 600 m, deverá prever a aplicação de piso adequado, em substituição do passadiço de madeira, e a adaptação da ponte à passagem de bicicletas.
Investimento Elegível	2.600.000,00 €
Feder (80%)	1.820.000,00 €
Taxa de Execução	73,44%
Evidências da realização do projecto: Antes:	

Depois:

Caracterização do projecto: "Recuperação do Edifício do Cine -Teatro"

Aviso	Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU/2/2008)
Designação	Recuperação do Edifício do Cine -Teatro
Data de Contratação	16-06-2010
Nº da operação	NORTE-04-0241-FEDER-000559
Calendarização	17-04-2008 a 31-12-2010
Executor	Município de Fafe
Objectivos	- Recuperação e valorização do património cultural, incluindo, desde que possível, a refuncionalização do património edificado em desuso; - Criação e dinamização de equipamentos culturais; - Qualificação e modernização de serviços culturais vocacionados para a educação artística e fruição cultural; - Dinamização das actividades culturais.
Acções	A Recuperação do Edifício do Teatro - Cinema de Fafe, visa criar um recinto cultural apropriado à realização e promoção de eventos culturais, com alguma projecção nacional, o qual será contemplado com um espaço multiuso de valor económico-social e cultural, e utiliza três valências culturais (Teatro, Cinema e Academia de Música), reforçando, desta forma, as actividades sociais e culturais do Concelho, e benefício da população e do turismo cultural, através do estímulo às actividades culturais e de entretenimento. Esta obra, pretende, ainda, promover eventos culturais, com alguma projecção nacional, o qual será contemplado com um espaço multiuso de valor económico-social e cultural, e utiliza três valências culturais (Teatro, Cinema e Academia de Música), implica, desde logo, a possibilidade de participação de iniciativa pública / privada através da cessão dos espaços destinados a Bar; Foyer, Sala de Exposições, Sala de Cinema, Auditório, Espaço destinado a Academia de Música (Salas de Formação Musical, Salas de Instrumentos, Sala de Espectáculos e outros), gerando uma renda para a auto - sustentabilidade e manutenção do Teatro Cinema de Fafe. Incluem-se, ainda, outros dois factores que, não contribuindo directamente para a auto sustentabilidade do Teatro Cinema de Fafe, valorizam e criam a atractividade e curiosidade cultural: 1) Os aspectos relacionados com o próprio Teatro – Cinema, ou seja, na qualidade arquitectónica e o valor histórico e patrimonial, bem como no que respeita à sua localização, capacidade, e valor intrínseco do recinto, som e luz, como factor importante para a atractividade e curiosidade cultural; 2) A inexistência, em Fafe, de um espaço cultural que ofereça actividades diversificadas (Teatro – Cinema – Música), com qualidade, como as disponibilizadas pelo Teatro – Cinema de Fafe, as quais oferecem alternativas de satisfação ás necessidades do público de todas as faixas etárias, ou seja, das crianças, dos adolescentes, dos adultos, e da terceira idade.
Investimento Elegível	3.599.335,30 €
Feder (80%)	2.879.468,24 €
Taxa de Execução	100%

Evidências da realização do projecto:

O NOVO NORTE
Entidade Promotora
Município de Fafe
Designação da Operação
Recuperação do Cine-Teatro
Data de Inauguração
25 de Abril de 2009

3.4.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Os principais problemas encontrados prendem-se, como já atrás se referiu, com a insuficiente instrução e maturação das candidaturas apresentadas. Esta situação, aliada à elevada procura que a maioria dos concursos apresenta, origina tempos de análise de candidaturas muito elevados.

Em termos de execução, existe o mesmo problema da insuficiente instrução dos processo, o que origina tempos de análise e de pagamento superiores aos prazos instituídos. No entanto, no que respeita aos pedidos de pagamento, a situação tem vindo a melhorar, nomeadamente no que respeita ao primeiro trimestre de 2010.

As principais medidas tomadas para combater esta situação são as seguintes:

- Apoio do Secretariado Técnico dos Eixos 3 e 4 no sentido de esclarecer e instruir os promotores, feito tanto e nível pessoal (reuniões de trabalho) com por contactos telefónicos (linha do Novonorte 34) e por correio electrónico (www.novonorte.34@ccdr-n.pt);

- produção de orientações de gestão com o objectivo de dirimir as dúvidas existentes;

- melhoria em contínuo do Manual de Gestão, de modo a pormenorizar mais todos os procedimentos a adoptar.

As medidas indicadas têm vindo a produzir efeitos, conforme se pode verificar pelos resultados obtidos durante o ano de 2010, tendo-se registado uma taxa de compromisso de 69,13% correspondente a 445,9 milhões de Euros de Feder, e uma taxa de execução de 14,19%, correspondendo a cerca de 91,5 milhões de Euros. Analisando o montante de fundo executado, no eixo prioritário 4, a 31 de Março de 2011, verifica-se que a taxa de execução que atingiu os 20,41%, e taxa de compromisso os 82,35%.

Perspectiva-se que, até ao final de 2011, estes valores venham a registar alterações significativas, uma vez que encontra em fase de conclusão a análise operações incluídas em Programas de Acção aprovados, estando igualmente em curso a análise das operações individuais que integram os Programas Estratégicos das Redes Urbanas para a Competitividade e para a Inovação.

3.5. Eixo Prioritário 5 – Governação e Capacitação Institucional

3.5.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

O Eixo 5, dedicado à Governação e Capacitação Institucional, engloba dois objectivos: um directamente associado à modernização da Administração Pública ao nível regional e local, com ênfase no governo electrónico; outro associado à promoção da capacitação institucional, enquadrando potencialmente iniciativas e acções de um universo mais alargado de instituições, pública mas também privadas, com intervenção relevante no desenvolvimento regional e local.

No final de 2010, o nível de aprovações do Eixo 5, medido pela taxa de compromisso (total aprovações / programação 2007-2013), situava-se em cerca de 26%. A taxa de execução do eixo em 31.12.2010 é de cerca de 10,3% (FEDER validado / FEDER contratado).

Por outro lado, dos 141,9 M € de fundo comunitário afectos ao Eixo, 42,5 M € foram atribuídos à subvenção global para as CIM / AMP.

Em 2010, o número de operações contratadas no âmbito das Lojas do Cidadão e dos Centros Multiserviços, em concursos que não da Contratualização, manteve-se relativamente a 2009. Na Contratualização, em 2010, foram contratados mais 11 Centros Multiserviços o que em termos acumulados permite atingir o valor de 93 para o respectivo indicador de Eixo, ultrapassando ainda mais a meta estabelecida para 2015. Este balanço resulta essencialmente de duas componentes:

- a primeira, inserida no programa de acção das Lojas do Cidadão, protocolado entre a Autoridade de Gestão e a Agência para a Modernização Administrativa, traduziu-se na aprovação, em 2009, de 14 Lojas do Cidadão, estando o investimento em execução. O concurso que enquadrou esta tipologia foi aberto em 2008;

- a segunda componente decorre das operações aprovadas no quadro do AAC SAMA / 1 / 2007 (o primeiro concurso aberto pelo ON.2), correspondendo a Centros Multiserviços – predominantemente do tipo Balcão Único – promovidos por Freguesias, Municípios e Associações de Municípios.

Associado a estas operações já contratadas verifica-se que a população servida pelas Lojas do Cidadão / Centros Multiserviços apoiados ultrapassa já em 2010 a meta estabelecida para 2015. Tal decorre do facto de várias das Lojas do Cidadão apoiadas se localizarem em concelhos demograficamente muito relevantes, nomeadamente Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Gondomar, Santo Tirso, S. João da Madeira, Chaves, entre outros.

Em 2010, a realização executada permanece pouco expressiva, dado ainda não se ter verificado o encerramento de qualquer dos projectos apoiados. Já em termos de realização contratada o balanço é muito positivo. Neste domínio recorda-se que o número de operações contratadas no âmbito das Lojas do Cidadão e dos Centros Multiserviços ultrapassa já a meta estabelecida para 2015. Este balanço resulta de duas componentes:

- a primeira, inserida no programa de acção das Lojas do Cidadão, protocolado entre a Autoridade de Gestão e a Agência para a Modernização Administrativa, traduziu-se na aprovação, em 2009, de 14 Lojas do Cidadão, registando-se que a execução do investimento está aquém do esperado). Recorda-se ainda que Aviso que enquadrou esta tipologia foi divulgado em 2008;

- a segunda componente decorre das operações aprovadas no quadro do AAC SAMA / 1 / 2007 (o primeiro concurso aberto pelo ON.2), correspondendo a Centros Multiserviços – predominantemente do tipo Balcão Único – promovidos por Freguesias, Municípios e Associações de Municípios.

Associado a estas operações já contratadas verifica-se que a população servida já se aproxima muito da meta estabelecida para 2015. Tal decorre do facto de várias das Lojas do Cidadão apoiadas se localizarem em concelhos demograficamente muito relevantes, nomeadamente Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Gondomar, Santo Tirso, S. João da Madeira, Chaves, entre outros.

Nesta segunda componente destaca-se também que foram vários os pedidos de reprogramação das candidaturas apresentadas em 2010 pelos respectivos beneficiários, sendo ainda que a validação dos mesmo interfere, nalguns casos e em certa dimensão com a apresentação dos pedidos de pagamento e, consequentemente com a sua execução.

Espera-se, contudo que a generalidade destes projectos encerre até ao final do ano de 2011.

Tabela 3.19 Realização Física do Eixo Prioritário 5 (inclui Contratualização)

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006							
N.º de Lojas do Cidadão / Centros Multiserviços apoiados	Realização Executada	0	0	0	0	-	
	Realização Contratada	0	67	82	93	-	
	Metas	-	-	-	25	61	
População servida pelas Lojas do Cidadão / Centros Multiserviços apoiados	Realização Executada	0	0	0	0	-	
	Realização Contratada	0	1.721.213	2.168.468	2.416.662	-	
	Metas	-	-	-	650.000	2.400.000	

N.º de projectos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Realização Executada	0	0	9	9	-
	Realização Contratada	0	9	9	22	-
	Metas	-	-	-	90	270
Nº de instituições envolvidas nos projectos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Realização Executada	0	0	423	423	-
	Realização Contratada	0	423	423	1.164	-
	Metas	-	-	-	350	1.000

Quanto ao objectivo específico da promoção da capacitação institucional, o indicador de realização física "*N.º de projectos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados*" encontra-se aquém da meta estabelecida para 2010, enquanto que a meta de 2015 do indicador de resultado "*Nº de instituições envolvidas nos projectos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados*" já se encontra ultrapassada.

Quanto ao objectivo específico da promoção da capacitação institucional, os indicadores de realização reflectem no essencial o resultado das acções implementadas e das aprovações ocorridas ainda em 2008. Estas últimas decorreram do convite PROVERE – Acções Preparatórias, aberto em 15/05/2008, tendo sido aprovados 9 programas envolvendo 423 entidades potencialmente promotoras de projectos âncora e complementares. Posteriormente, o número de programas PROVERE veio a ser reduzido para 8, decorrendo da fusão de dois programas no Minho – IN.

Salienta-se que as 8 operações PROVERE inseridas nas Acções Preparatórias encerraram já no ano de 2010.

Por último, no que concerne ao contributo do Eixo Prioritário 5 para os Indicadores Comuns Comunitários, este concentra-se na temática "Sociedade de Informação", para a qual concorrem 63 projectos contratados, até 31.12.2010, no âmbito das intervenções SAMA.

Tabela 3.20 Eixo Prioritário 5 – Indicadores Comuns Comunitários (inclui Contratualização)

Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)								
Indicadores			2007	2008	2009	2010	2015	Total
Sociedade de Informação	11. N.º de projectos	Realização Executada	0	0	0	0	-	
		Realização Contratada	0	27	46	63	-	

Metas *(*)*	-	-	-	-	400

(*) – A quantificação da meta para 2015 respeita ao ON.2 e não exclusivamente a este Eixo Prioritário.

3.5.2. Análise qualitativa

No domínio da Modernização Administrativa não se verificaram, em 2010, evoluções relevantes. A iniciativa mais relevante no âmbito deste OE ocorreu em 2009, com a aprovação definitiva e a contratação das 14 operações relativas às Lojas do Cidadão de 2ª Geração, num montante global de 10.568.033,77 € (FEDER) correspondendo a 15.097.191,11 € de Despesa Elegível. Note-se que, à data da elaboração do presente relatório, 5 das 14 Lojas encontravam-se já em funcionamento.

Estas operações decorrem do Programa de Acção protocolado com a AMA – Agência para a Modernização Administrativa IP, sendo a AMA é o instituto público responsável pela operacionalização de vários processos transversais que têm por objectivo melhorar a Administração Pública Portuguesa e disponibilizar serviços públicos pelo canal que o cidadão considere mais adequado. Para a concretização dos projectos "*Rede de Expansão de Loja do Cidadão de 2.ª Geração*" foi assinado, para cada Loja 2G, um Acordo de Colaboração entre a AMA, I.P., a Estrutura de Missão das Lojas do Cidadão de 2.ª Geração e o Município respectivo, o qual estabeleceu os requisitos necessários à instalação da Loja do Cidadão em causa. A instalação das Lojas do Cidadão implica que a AMA terá de proceder à organização dos espaços, definindo as infra-estruturas físicas, os *lay-out*, indicações técnicas e infra-estruturas de comunicação e dados a considerar nas obras a realizar.

As 14 Lojas do Cidadão 2G aprovadas inserem-se assim no novo modelo de distribuição de Serviços Públicos definido pelo Governo. Esse novo modelo visa melhorar a relação da Administração Pública com os Cidadãos e as Empresas, baseada numa nova forma de estar e de fazer, que passa pela melhoria da qualidade de vida do cidadão e da melhoria da competitividade das empresas, considerando a reorganização da informação e dos serviços em torno das suas necessidades e pela promoção da transversalidade dos mesmos, e o desenvolvimento de novos conceitos de balcão de atendimento presencial e de um *workflow* de integração com os canais Web e telefónico, através das tecnologias de informação e comunicação.

A estes conceitos e objectivos gerais, está subjacente o conceito de "balcão único", apresentado no Programa do Governo, onde se prevê a introdução progressiva do princípio do "balcão único" nas relações do Estado com os cidadãos e as empresas. É nessa mesma perspectiva que se inserem as operações de Centros Multiserviços já aprovadas em 2008.

Já o OE "Promoção da capacitação Institucional e do Desenvolvimento Regional e Local" foi objecto, em 2010, da abertura de um conjunto coerente e assaz completo de concursos, mais exactamente 8 concursos totalizando o montante de 37.108.306 € (FEDER). No âmbito destes concursos foram apresentadas 174 candidaturas, com um montante global de 37.807.146 € (FEDER), correspondendo a um investimento (custo total) de 58.050.390 €, de acordo com a tabela infra.

Tabela 3.21 Eixo Prioritário 5 - Concursos abertos em 2010 (excepto concursos no quadro da Contratualização)

Aviso	Data de abertura	Data de Encerramento	FEDER a concurso (euro)	Taxa máxima de co-financiamento definida em Aviso	Candidaturas apresentadas	
					N.º	Investimento/ custo total
PCI-I/1/2010 Promoção e Capacitação Institucional – Internacionalização - Cooperação Internacional - Redes e Organizações Internacionais- Congressos Internacionais	23-02-2010	01-06-2010	3.000.000	70%	78	7.623.928
PCI-CIMs e AMP/2010 Promoção e Capacitação Institucional Comunidades Intermunicipais e Área Metropolitana do Porto	29-04-2010	21-07-2010	8.704.077	80%	3	6.207.684
PCI-Redes Institucionais/2010 Promoção e Capacitação Institucional Redes Institucionais	13-05-2010	27-08-2010	5.000.000	70%	14	5.049.371
PROVERE-CGP/2010 Projectos de dinamização, coordenação, acompanhamento, monitorização e gestão da Parceria de EEC PROVERE	21-05-2010	15-06-2010	3.200.000	70%	8	3.496.506
PCI-Desenvolvimento Regional/2010 Promoção e Capacitação Institucional Desenvolvimento Regional	01-06-2010	21-09-2010	5.000.000	70%	12	16.452.021
PCI-CIMs e AMP/2/2010 Promoção e Capacitação Institucional Comunidades Intermunicipais e Área Metropolitana do Porto	17-09-2010	30-11-2010	4.292.188	80%	2	3.020.030
PCI-I/2/2010 Promoção e Capacitação Institucional – Internacionalização - Eventos Científicos e Culturais Internacionais	13-10-2010	30-12-2010	2.500.000	70%	53	10.297.595
PCI-CIMs e AMP/3/2010 Promoção e Capacitação Institucional Comunidades Intermunicipais e Área Metropolitana do Porto	16-12-2010	31-01-2011	5.412.041	80%	4	5.903.255
Total			**37.108.306**		**174**	**58.050.390**

As acções potenciadas por estes concursos visam o reforço da rede de instituições que mais directamente actuam sobre o desenvolvimento regional e local, sendo de destacar:

- o reforço e capacitação das entidades associadas ao novo modelo de organização territorial de nível sub-regional (CIMs e AMP);

- o reforço selectivo, com base em projectos concretos, da capacidade de intervenção das entidades públicas com intervenção de nível regional em diferentes domínios sectoriais;

- o incentivo ao funcionamento em rede de um número alargado de instituições com intervenção nos domínios da competitividade e do desenvolvimento humano e social;

- finalmente, dois concursos foram expressamente dirigidos para acções de internacionalização de um universo alargado de entidades regionais, seja através da realização de eventos internacionais (nomeadamente científicos e culturais) seja através da participação em redes e outras acções de cooperação internacional.

Neste ano, com excepção de concursos no quadro da contratualização, foram aprovadas (em definitivo) 11 operações associados ao objectivo específico da promoção da capacitação institucional, num montante global de 6.935.558 € (FEDER) correspondente a 9.032.301 € de Despesa Elegível, decorrentes de alguns concursos abertos em 2010. Em termos acumulados até 31 de Dezembro de 2010, já tinham sido aprovadas, nos dois objectivos específicos deste Eixo Prioritário, 61 operações representando um montante global de 30.086.941€ (FEDER) correspondendo a 42.198.922 € de Despesa Elegível, encontrando-se contratadas 58 operações com um montante global de 26.289.625 € (FEDER) associado a 37.401.824 € de Despesa Elegível.

A execução física e financeira do Eixo Prioritário 5 (sem a Contratualização) apresenta até ao final de 2010 um nível ainda reduzido, com uma taxa de execução de cerca de 10,3% (FEDER validado / FEDER contratado).

Capacitação Institucional da CIM Alto Minho

Aviso	Promoção e Capacitação Institucional - PCI-CIMs e AMP/2010
Designação	Capacitação Institucional da CIM Alto Minho
Data de aprovação	28/09/2010
Data do contrato	26/10/2010
N.º da operação	NORTE-05-0227-FEDER-000112
Calendarização	1/01/2010 a 31/12/2012
Promotor	Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima
Objectivos	Esta operação visa o reforço da capacitação institucional da CIM do Alto Minho, tendo em vista operacionalizar o desenvolvimento de um conjunto de projectos estruturantes para a sustentabilidade da região e que se enquadram nas prioridades estratégicas para a Região Norte previstas no "Norte 2015" e corporizam algumas das políticas públicas aí definidas, nomeadamente, nas áreas do Empreendedorismo/Empregabilidade, Desenvolvimento Turístico, Desenvolvimento Sustentável, Capacitação Interna e Melhoria e Racionalização no Provimento/Prestação de bens e serviços, em conformidade com os Domínios de Capacitação Institucional Prioritários (DCIP) definidos no correspondente Aviso de Concurso. Pretende-se com esta operação alcançar os seguintes objectivos mais específicos: 1. Reforçar a capacitação institucional da CIM do Alto Minho, tendo em vista promover o planeamento e a gestão da estratégia de desenvolvimento económico e social do Alto Minho; 2. Promover as economias de escala e eficiência de recursos em matéria de gestão e implementação de projectos estruturantes para a região; 3. Promover a capacidade dos serviços nas estruturas/grupos de missão/redes dinamizadas; 4. Promover o aparecimento de novos bens e serviços; 5. Reforçar o tecido institucional do Alto Minho, através da criação e dinamização de redes e parcerias para o desenvolvimento.
Acções	Considerando os objectivos aqui identificados com esta operação pretende-se desenvolver as seguintes acções: (i) Assegurar a execução física e financeira de projectos na ordem dos 6 milhões de euros; (ii) Promover o lançamento de 17 projectos-piloto/iniciativas nas áreas da capacitação interna da CIM Alto Minho, Desenvolvimento Económico e Social, Desenvolvimento Turístico, Desenvolvimento Sustentável e Melhoria e Racionalização no Provimento e Prestação de Bens e Serviços; (iii) Promover a articulação de 17 redes institucionais; (iv) Promover 11 iniciativas no domínio da rede de transportes (plano intermunicipal e municipal). Promover 1 acção com vista à análise/estudo de sistemas de abastecimento de água e saneamento básico que possa trazer uma solução mais eficiente e racional aos municípios. Está prevista a constituição da equipa técnica com competências funcionais e experiência para o acompanhamento, monitorização e/ou desenvolvimento e implementação destas acções. Estas equipas serão compostas por recursos humanos próprios da CIM, estando também previsto a contratação de assessorias de proximidade especializadas.
Investimento Elegível	1.150.875,34 €
FEDER	920.700,27 € (taxa 80%)

3.5.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Para além das questões transversais a todos os Eixos, as quais retardaram o ritmo de execução do ON.2 e do QREN em geral, cabe aqui referir os problemas mais significativos específicos ao Eixo 5.

Quanto ao objectivo específico "Modernização do Governo Electrónico", o ritmo de execução reflecte a prioridade que foi dada ao apoio à Rede de Lojas do Cidadão 2G e aos Centros Multiserviços. Acontece que o ritmo de execução das operações aprovadas tem sido mais lento que o previsto, sobretudo devido às dificuldades da AMA em dispor dos recursos financeiros necessários à concretização da comparticipação nacional. Essas mesmas dificuldades têm levado ao adiamento da programação de um segundo envelope dedicado a novas Lojas do Cidadão a localizar em Municípios que ainda não dispõem deste tipo de facilidades. A Autoridade de Gestão tem acompanhado de perto esta questão, através de interacções frequentes com a AMA.

No entanto, já em finais de 2010 começou a ser gerada a expectativa de uma alteração do enquadramento dos apoios do QREN à Modernização Administrativa, com a eventual concentração dos apoios no POFC.

Quanto ao objectivo da promoção da capacitação institucional, as principais dificuldades encontradas em 2010 prenderam-se, sobretudo, com o muito elevado número de candidaturas apresentadas aos 8 concursos abertos, tendo em conta a natureza predominantemente imaterial e de baixo volume de investimento que caracteriza as operações candidatadas. Este problema está praticamente resolvido, pelo que a aceleração da execução das operações aprovadas passará a assumir um carácter prioritário.

3.6 Subvenção Global

Como foi referido em ponto anterior, e na sequência da avocação de competências, à AG compete a abertura de Avisos de candidatura, mediante proposta das CIM/AMP, bem como a aprovação das respectivas candidaturas. O quadro seguinte dá conta dessa actividade, sendo de realçar que foram abertos 53 avisos durante 2010, dos quais 25 foram decididos no mesmo ano.

Quadro 3.1 – CIM/AMP/CONCURSOS LANÇADOS

CIM/AMP	EIXO I			EIXO II			EIXO III			EIXO IV			EIXO V			REDE ESCOLAR				Total CIM/AMP
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	4	
AMP		1	1										1						5	8
CIM Ave			1			1			2		1	3			1		1	1		11
CIM Cávado		2			1				1		2		1	2			1	1		11
CIM Douro	1				1				1		1	2					1	1		8
CIM Minho-Lima	1	1		2	1			4			2			1	1		1	1		15
CIM Tâmega/Sousa									1			2						2		5
CIM Trás-os-Montes				2			1			2			2				1			8
Total EIXO	2	4	2	4	3	1	1	4	5	2	6	7	4	3	2	0	5	6	5	66

Legenda:
1 Concursos lançados em 2009 e decididos em 2010
2 Concursos lançados em 2010 e decididos em 2010
3 Concursos lançados em 2010 e encerrados em 2010 mas não decididos em 2010
4 Concursos lançados em 2010 e encerrados em 2011

Exclusivamente durante o ano de 2010 foram aprovadas pela AG 185 operações, ascendendo este número a 522 operações se considerarmos todo o prazo de funcionamento do primeiro período do Programa.

No quadro seguinte apresentam-se os montantes de investimento total, investimento elegível e FEDER associados às operações aprovadas em 2010, verificando-se um relativo equilíbrio entre as diversas CIM/AMP quer no número de operações aprovadas quer no FEDER.

Quadro 3.2 - CANDIDATURAS APROVADAS EM 2010 E INVESTIMENTO ASSOCIADO

CIM/AMP	Nº de operações	Investimento Total	Investimento Elegível	FEDER
AMP	20	35.312.604,69 €	29.766.147,19 €	21.074.049,72 €
CIM AVE	33	36.392.347,30 €	27.553.667,20 €	20.834.210,66 €
CIM Cávado	28	26.055.870,39 €	23.812.592,19 €	18.375.886,78 €
CIM Douro	32	20.073.662,33 €	20.063.881,09 €	15.121.419,18 €
CIM Minho-Lima	27	36.476.788,29 €	30.240.415,68 €	23.979.927,53 €
CIM Tâmega	12	30.148.290,22 €	24.384.095,69 €	18.279.316,68 €

CIM Trás-os-Montes	33	35.607.441,38 €	34.393.742,23 €	25.061.043,89 €
Total Geral	185	220.067.004,60 €	190.214.541,27 €	142.725.854,44 €

O FEDER aprovado no âmbito de candidaturas, no valor de 142.725.854,44€, corresponde a cerca de 28% da dotação global contratualizada para o período 2008-2010.

A distribuição deste Fundo pelos Eixos prioritários contratualizados apresenta-se no quadro seguinte:

Quadro 3.3 - FEDER APROVADO EM 2010 POR EIXO

CIM/AMP	EIXO I	EIXO II	EIXO III		EIXO IV	EIXO V	Total Geral
			EIXO III (sem RE)	Rede Escolar			
AMP	3.533.196,49 €		6.169.597,38 €	2.237.698,09 €	6.034.307,24 €	3.099.250,52 €	21.074.049,72 €
CIM AVE				13.035.844,77 €	7.798.365,89 €		20.834.210,66 €
CIM Cávado	654.596,82 €	791.106,99 €	1.870.869,31 €	9.301.358,29 €	4.922.312,70 €	835.642,67 €	18.375.886,78 €
CIM Douro	1.049.969,51 €	2.493.763,58 €		1.657.069,12 €	9.920.616,97 €		15.121.419,18 €
CIM Minho-Lima	1.983.984,39 €	1.514.462,70 €	11.010.246,33 €	5.213.324,74 €	3.611.073,59 €	646.835,78 €	23.979.927,53 €
CIM Tâmega/Sousa			5.823.517,14 €	12.455.799,54 €			18.279.316,68 €
CIM Trás-os-Montes		1.902.873,99 €		3.437.832,39 €	17.806.889,53 €	1.913.447,98 €	25.061.043,89 €
Total Geral	**7.221.747,21 €**	**6.702.207,26 €**	**24.874.230,16 €**	**47.338.926,94 €**	**50.093.565,92 €**	**6.495.176,95 €**	**142.725.854,44 €**

Da análise consta-se o que já foi referido anteriormente: uma elevada concentração no Eixo III, o qual representa mais de 50% do FEDER aprovado em 2010.

Os reforços de dotação FEDER que visaram criar as condições de operacionalização da prioridade conferida à REDE ESCOLAR, tiveram a seguinte expressão financeira:

CIM/AMP	Reforços - Rede Escolar
AMP	21.280.981,14
CIM Douro	1.611.769,22
CIM Minho-Lima	102.610,00
CIM Tâm/Sousa	9.569.631,00
Total	**32.564.991,36**

A conclusão anterior- elevada concentração de FEDER no Eixo III - encontra respaldo reforçado quando analisamos a distribuição do FEDER aprovado até final de 2010 por Eixo prioritário, onde a Rede Escolar assume uma percentagem de 70%, o que evidencia um

elevadíssimo esforço nesta temática cuja orientação política lhe conferiu uma prioridade estratégica.

Quadro 3.4 - FEDER APROVADO ATÉ 2010 POR EIXO

CIM/AMP	EIXO I	EIXO II	EIXO III		EIXO IV	EIXO V	Total Gera
			EIXO III (sem RE)	Rede Escolar			
AMP	3.533.196,49 €	5.730.757,00 €	6.169.597,38 €	94.206.162,02 €	8.595.728,81 €	3.271.486,15 €	121.506.927,85 €
CIM AVE				30.124.925,61 €	7.798.365,89 €		37.923.291,50 €
CIM Cávado	654.596,82 €	1.809.909,44 €	2.292.575,48 €	23.809.468,36 €	11.727.046,44 €	1.369.378,93 €	41.662.975,47 €
CIM Douro	1.049.969,51 €	2.493.763,58 €		35.019.627,54 €	9.920.616,97 €		48.483.977,60 €
CIM Minho-Lima	2.206.517,17 €	1.955.496,99 €	11.010.246,33 €	35.683.649,25 €	14.643.359,42 €	646.835,78 €	66.146.104,94 €
CIM Tâmega/Sousa	815.791,70 €	4.005.225,14 €	5.823.517,14 €	86.610.815,99 €	10.088.140,62 €	260.358,93 €	107.603.849,52 €
CIM Trás-os-Montes		1.902.873,99 €		20.189.124,69 €	17.806.889,53 €	1.913.447,98 €	41.812.336,19 €
Total Geral	**8.260.071,69 €**	**17.898.026,14 €**	**25.295.936,33 €**	**325.643.773,46 €**	**80.580.147,68 €**	**7.461.507,77 €**	**465.139.463,07 €**

É particularmente importante ressalvar que o valor de FEDER aprovado até final de 2010, num montante superior a 465 milhões de Euros, reflecte todos os movimentos financeiros positivos e negativos registados na gestão das candidaturas, nomeadamente aprovações, que já se apresentaram em quadro anterior, bem como desistências e reprogramações, cujos valores não se detalham.

Para finalizar a análise global, torna-se fundamental avaliar o esforço desenvolvido quer pelas EAT das CIM/AMP quer pela AG, na perspectiva da comparabilidade entre o compromisso assumido através da aprovação de FEDER e a dotação contratualizada com as CIM/AMP.

Quadro 3.5 -CANDIDATURAS E FEDER APROVADOS ATÉ 2010

CIM/AMP	Nº de Operações	Investimento Total	Investimento Elegível	FEDER		
				Aprovado até 2010	Contratualizado c/ reforços até 2010	Aprovado/contratualizado
AMP	143	217.270.280,49 €	171.656.091,30 €	121.506.927,85 €	144.892.783,14	83,86%
CIM AVE	44	58.830.237,42 €	48.915.018,25 €	37.923.291,50 €	53.241.023,00	71,23%
CIM Cávado	65	57.303.529,62 €	53.902.006,19 €	41.662.975,47 €	43.676.508,00	95,39%

CIM Douro	54	71.257.327,28 €	64.002.071,73 €	48.483.977,60 €	56.137.304,22	86,37%
CIM Minho-Lima	61	96.610.696,66 €	82.977.045,71 €	66.146.104,94 €	53.992.757,45	122,51%
CIM Tâmega/Sousa	109	175.664.554,98 €	147.702.817,72 €	107.603.849,52 €	114.648.234,00	93,86%
CIM Trás-os-Montes	46	59.444.959,90 €	56.311.119,27 €	41.812.336,19 €	44.634.042,00	93,68%
Total Geral	522	736.381.586,35 €	625.466.170,17 €	465.139.463,07 €	511.222.651,81	90,99%

Verifica-se uma taxa de compromisso global superior a 90%, sendo que a maior parte das CIM se aproximam também deste valor de compromisso e que a CIM Minho-Lima ultrapassou largamente o valor contratualizado para o período, registando uma taxa de 122,5%.

As 522 candidaturas aprovadas até final de 2010 representam um investimento total superior a 736 milhões de Euros, comparticipados por mais de 465 milhões Euros de FEDER.

No contexto das candidaturas, e como já ficou evidenciado em pontos anteriores, assumem particular relevo os projectos de Requalificação da Rede Escolar, quer em termos da sua expressão financeira quer física, pois totalizam 303 candidaturas (58% do total) correspondendo a um investimento total de cerca de 530 milhões de Euros - 72% do investimento total aprovado no âmbito da Contratualização.

No que toca ao FEDER afecto a esta tipologia de investimento, no montante de 325,6 milhões de Euros, o mesmo representa 70% do FEDER total aprovado.

Em segundo lugar surge o Eixo IV, tipologia Mobilidade Territorial, onde assumem maior expressão os investimentos na qualificação dos níveis de serviço da rede viária, com 138 candidaturas aprovadas totalizando um investimento de 112 milhões de Euros e que beneficiaram de uma comparticipação FEDER no montante de 80,5 milhões de Euros.

As restantes tipologias de investimento do Eixo III, onde se inclui o Ciclo Urbano da Água, apresentam 26 candidaturas aprovadas a que corresponde um investimento total de cerca de 45 milhões de Euros e um FEDER associado de mais de 25 milhões de Euros.

Sem embargo da Contratualização apresentar uma elevada taxa global de compromisso - 91%- o quadro seguinte evidencia o ponto de situação da execução financeira, no âmbito da qual as conclusões são mais modestas.

Quadro 3.6 - EXECUÇÃO FINANCEIRA - FEDER VALIDADO ATÉ 31.12.2010

	AMP	CIM AVE	CIM Cávado	CIM Douro	CIM Minho.Lima	CIM Tâmega.Sousa	CIM TM	Total Geral
EIXO I	483.954,42		237.392,53	606.917,22	378.721,30	46.485,08		1.753.470,55
EIXO II	1.264.631,91		1.714.910,88	1.413.944,05	404.706,06	737.701,81	0,00	5.535.894,71

EIXO III (sem RRE)	2.161.809,79		94.079,56		2.209.488,27	424.880,93		4.890.258,55
EIXO III - Rede Escolar	24.547.747,82	15.080.218,98	7.212.837,71	18.592.962,47	15.566.555,68	23.861.374,13	11.149.548,45	116.011.245,24
EIXO IV	1.787.356,48	2.130.835,86	4.411.285,77	1.445.738,04	10.408.022,02	3.100.526,47	4.934.678,32	28.218.442,96
EIXO V	125.910,23		23.000,88		0,00	0,00	287.181,26	436.092,37
Total Geral	**30.371.410,65**	**17.211.054,84**	**13.693.507,33**	**22.059.561,78**	**28.967.493,33**	**28.170.968,42**	**16.371.408,03**	**156.845.404,38**

A análise deste quadro permite-nos constatar, por confronto com informação já disponibilizada anteriormente, que existe algum atraso quer na realização quer na execução quando comparadas com a dinâmica de lançamento e aprovação de candidaturas. De facto a taxa de execução de cerca de 31% apresenta um significativo desfasamento com a taxa de compromisso (91%).

É igualmente notório o desequilíbrio, ao nível da execução, entre as diversas tipologias de projectos inseridos nos diferentes eixos prioritários. Assistimos a uma elevada concentração da execução nos projectos de Requalificação da Rede Escolar, aliás dando seguimento à orientação estratégica de priorização dos equipamentos afectos à educação do ensino básico e pré-primário. A taxa de esforço na execução desta tipologia atinge os 74%, remetendo todos os outros investimentos insertos noutras tipologias de projectos para valores quase insignificantes, à excepção da Mobilidade Urbana que representa cerca de 18% do feder validado.

Para finalizar a análise relativa à execução de investimentos protagonizada pelas CIM/AMP, apresenta-se um quadro de indicadores de desempenho financeiro por CIM/AMP:

Quadro 3.7 - INDICADORES FINANCEIROS - Reporte a 31.12.2010

	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de Execução (VAL/PR)	Taxa de Realização (VAL/AP)	Taxa de Pagamento (PG/VAL)
AMP	83,86%	20,96%	25,00%	128,17%
CIM AVE	71,23%	32,33%	45,38%	105,25%
CIM Cávado	95,39%	31,35%	32,87%	107,34%
CIM Douro	86,37%	39,30%	45,50%	117,85%
CIM Minho-Lima	122,51%	53,65%	43,79%	124,85%
CIM Tâmega	93,86%	24,57%	26,18%	166,84%
CIM Trás-os-Montes	93,68%	36,68%	39,15%	135,44%
Total Geral	90,99%	30,68%	33,72%	129,47%

Globalmente podemos retirar as seguintes conclusões:

A. *Ao nível das CIM/AMP*
   a. Confirma-se uma elevada dinâmica na criação de condições para a abertura de Avisos de candidatura e consequente capacidade operacional tendente à sua aprovação: taxa de compromisso superior a 90%, evidenciando que algumas CIM/AMP já atingiram ou estão próximo de atingir, nalgumas tipologias, os objectivos que se tinham proposto prosseguir com os seus PTD's;

   b. Uma taxa de pagamento significativamente superior à taxa de realização, o que representa uma elevada capacidade de promover e desenvolver as iniciativas de execução dos projectos, recorrendo a adiantamento não-certificáveis (pagamentos contra factura), o que permite concluir que a execução física dos projectos é muito superior à execução financeira;

B. *Ao nível do ON2*
   a. O actual modelo de governação permitiu a consolidação das Estruturas de Apoio Técnico das CIM/AMP apesar da avocação de algumas competências pela AG;
   b. A actuação das CIM constitui um forte contributo para a operacionalização da gestão do POR, nomeadamente pelo desenvolvimento das tarefas inerentes às competências não avocadas no âmbito do 1º Memorando de Entendimento;
   c. A execução das verbas afectas à Contratualização constitui um importante factor de alavancagem do desempenho do POR.

BOAS PRÁTICAS

Caracterização do projecto: "Centro Educativo de Arcozelo"

Aviso	Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar" (RRE/01/2008)
Designação	Centro Educativo de Arcozelo
Data de Aprovação	13-08-2008
Nº da operação	NORTE-03-0344-FEDER-000264
Calendarização	Início: 15-01-2009; conclusão: 31-12-2010
Executor	Câmara Municipal de Ponte de Lima
Objectivos	Construção do Centro Educativo de Arcozelo que agrega três níveis de ensino, 1º Ciclo que ocupa o novo edifício, e o 2º e 3º Ciclos que ocupam o edifício existente e utilizam os espaços comuns da nova construção como o refeitório, sala polivalente, sala de ginástica e recreio coberto. Este projecto concentra as escolas de 8 freguesias numa perspectiva de reordenamento da rede escolar, de ganhos de gestão e de acesso às novas tecnologias e meios audiovisuais.
Acções	A operação visou a construção de um Centro Escolar que reunisse todos os alunos do ensino básico das freguesias de Arcozelo, Brandara, Bárrio, Cepões, Labrujó, Rendufe e Vilar do Monte, com 12 salas de aula, para além de salas de professores, biblioteca, sala polivalente, gabinete médico, sala de ginástica e ainda cozinha e refeitório, servindo 845 alunos. A área total de intervenção é de 24.743 m2, tendo sido criados 23 postos de trabalho, sendo 12 docentes e 11 não docentes.
Entidades Parceiras	
Investimento Elegível	2.415.166,49 €
Feder (80%)	1.932.133,19 €

Evidências da realização do projecto:
Taxa de execução efectuada: o projecto encontra-se concluído.

4. GRANDES PROJECTOS

Até à data não foram aprovados projectos ambientais com custo total situado entre 25 e 50 milhões de euros.

4.1 Grande Projecto Metro Ligeiro do Porto

A candidatura do grande projecto "Extensão da rede de Metro entre o Estádio do Dragão e Venda Nova", do metro ligeiro do Porto, foi submetida a 15-01-2010.

Esta nova linha, inaugurada no final de 2010, desenvolve-se no prolongamento da 1ª Fase da Linha Violeta que, actualmente, se estende do Aeroporto Francisco de Sá Carneiro (Maia) à Estação Estádio do Dragão (Porto). A extensão entre o Estádio do Dragão e Venda Nova serve, na sua parte inicial, a zona oriental do concelho do Porto e, na restante extensão, o concelho de Gondomar.

O projecto compreende a construção de sete km de ferrovia ligeira em via dupla e dez estações, incluindo um túnel com a extensão de 980 metros. Estão previstos quatro interfaces potenciadores da intermodalidade entre os diferentes meios de transporte colectivo – autocarros e ferrovia pesada – e com o transporte individual.

Está previsto o prolongamento desta linha, com execução do troço Venda Nova ao centro da cidade de Gondomar.

Na realização desta infra-estrutura foram tidos em consideração os seguintes aspectos:

- A geologia e geomorfologia do local;

- As infra-estruturas e serviços afectados;

- As estruturas existentes ao longo do percurso;

- O enquadramento urbano da zona onde o canal irá ser implantado;

- O tipo de veículo a utilizar e os condicionamentos que lhe são inerentes;

- O tipo de exploração a implementar;

- A uniformização com as soluções técnicas que já estão a ser consideradas nas restantes linhas.

O principal objectivo do prolongamento da rede de metro entre o Estádio do Dragão e a Venda Nova é promover a mobilidade e a acessibilidade urbana no contexto da Área Metropolitana do Porto, promovendo a coesão territorial, nos seguintes termos:

- Mobilidade de carácter sustentável associada aos benefícios sociais, ambientais e económicos do transporte público, num meio de transporte "amigo do ambiente" e numa óptica de integração total com a malha urbana onde se insere.

- Acessibilidade, na sua acepção mais abrangente, através da disponibilização de um meio de transporte rápido, seguro, intermodal e 100% acessível, na sua infra-estrutura a bicicletas e a pessoas de mobilidade reduzida.

- Coesão social, por via da promoção de uma sociedade e de um território inclusivos, consubstanciada (num sentido muito físico e directo) na igualdade de oportunidades e na equidade dos cidadãos no acesso aos principais bens e serviços públicos.

À extensão da rede de metro do Estádio do Dragão até à Venda Nova estão associadas as seguintes actividades: - Concepção e Projecto; - Expropriações de Terrenos e Imóveis; - Empreitada de Construção; - Equipamento; - Fiscalização; - Publicidade e Comunicação

Este investimento apresenta as seguintes componentes objecto de financiamento:

- Construção: compreendendo o investimento na construção e equipamentos de apoio à exploração;

- Terrenos e/ou Imóveis: compreendendo os terrenos e/ou imóveis alvo de expropriações para prossecução do projecto limitados, em termos de financiamento, a 10% do valor elegível da operação;

- Serviços - Estudos Técnicos Específicos – Publicidade: compreendendo os investimentos realizados na promoção, divulgação e informação referente ao novo troço, alterações de sinalética e outros elementos publicitários.

A operação candidatada traduz-se em resultados francamente positivos em termos ambientais, económicos e sociais.

Uma vez que a intervenção se realizará no quarto e décimo concelhos mais populosos de todo o país (Porto e Gondomar, respectivamente), a extensão do serviço de Metro oferece a oportunidade a um considerável número de pessoas de ter acesso a um meio de transporte rápido e eficiente, com um carácter fortemente intermodal e com uma rede que passará a servir sete dos nove concelhos do Grande Porto.

Em termos ambientais, a captação de clientes ao transporte rodoviário (individual e colectivo) traduz-se numa redução significativa das emissões para a atmosfera de gases com efeito estufa, substituindo a utilização de combustíveis fósseis (altamente poluentes) por energia eléctrica cada vez mais obtida através de fontes renováveis.

Os indicadores de realização e de resultado do projecto são os seguintes:

i) Indicadores de realização:

- Linhas do metropolitano construídas – 7 km (indicador 376 da bateria de indicadores do PO)

- Estações do metropolitano construídas – 10 (indicador 251 da bateria de indicadores do PO)

- Interfaces de passageiros apoiados – 4 (indicador 62 da bateria de indicadores do PO)

ii) Indicadores de resultado:

- Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transportes urbanos – 122.402 pessoas (indicador 22 da bateria de indicadores comuns da CE);

- Valor dos ganhos nos tempos de percurso, gerados pelos projectos de construção e reconstrução de ferrovias – 5.634.903 Euros/ano (indicador 21 da bateria de indicadores comuns da CE).

As externalidades positivas de um sistema de metro estão associadas, em grande medida, a benefícios para os utilizadores (ganhos de tempo e redução de custos), para os gestores e operadores de infra-estruturas rodoviárias e de transporte colectivo rodoviário (redução de

custos) e benefícios para a sociedade associados às externalidades (benefícios ambientais, redução da sinistralidade, redução do ruído e da pressão sobre o estacionamento, bem como da intensidade de tráfego).

No âmbito da extensão da rede de metro a Venda Nova, as externalidades positivas totalizam mais de 283 milhões de Euros (54% correspondem a ganhos de tempo).

O projecto foi aprovado pela Comissão Directiva do Programa Operacional Regional do Norte em 09-11-2010, com os seguintes valores:

- Investimento Total – 169.812.451,43 Euros;

- Investimento Elegível – 114.086.200 Euros;

- Comparticipação Feder – 79.860.340 Euros:

- Taxa de comparticipação – 70%.

O contratado de financiamento foi assinado em 23-12-2010,

4.2 Grande Projecto – processo de apresentação à Comissão Europeia

O processo de apresentação do grande projecto à Comissão Europeia (CE), foi iniciado em Janeiro de 2011, com o envio do formulário ao IFDR, tendo decorrido a sua análise durante o primeiro trimestre de 2011, dando-se assim cumprimento ao estabelecido no art. 16º do Regulamento Geral Feder e Fundo de Coesão.

De acordo com a legislação em vigor, os valores solicitados, em termos de co-financiamento, foram ajustados à taxa média do Eixo IV que, neste caso, é de 65%, tendo a Autoridade de Gestão do POR Norte aprovado o projecto por uma taxa superior, ao abrigo do ponto 3.3 da nota interpretativa do COCOF 08/0006/05. Assim, os valores apresentados para aprovação do grande projecto pela CE são os seguintes:

- Investimento Total – 169.812.451,43 Euros;

- Investimento Elegível – 114.086.200 Euros;

- Comparticipação Feder – 74.156.030 Euros:

- Taxa de comparticipação – 65%.

O processo do grande projecto, ao qual foi atribuído o n.º CCI 2011PT161PR001, foi remetido pelo IFDR à CE, em 18-04-2011.

4.3 Execução do projecto

O projecto encontra-se fisicamente concluído, tendo entrado em funcionamento em Dezembro de 2010.

No primeiro trimestre de 2011, deram entrada no POR Norte, três pedidos de pagamento, no valor de 73 milhões de Euros de investimento elegível, o que corresponde a uma taxa de execução financeira de 64%. A certificação de despesas será feita tendo em conta o disposto no n.º 4, do art. 78ª, do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

Caracterização do projecto: "Extensão da rede de Metro entre o Estádio do Dragão e Venda Nova"

Aviso	Mobilidade Territorial (MT/1/2008)
Designação	Extensão da rede de Metro entre o Estádio do Dragão e Venda Nova
Data de Contratação	23-12-2010
Nº da operação	NORTE-04-0350-FEDER-000034
Calendarização	02-03-2009 a 31-12-2011
Executor	Metro do Porto, SA
Objectivos	O objectivo principal do prolongamento extensão da Rede de Metro entre o Estádio do Dragão e Venda Nova (Linha Violeta), permitindo valores de ganhos nos tempos de percurso, gerados pelos projectos de construção e reconstrução de ferrovias, de cerca de 5,6 milhões de Euros por ano.
Acções	A presente candidatura diz respeito à extensão da Rede de Metro entre o Estádio do Dragão e Venda Nova (Linha Violeta). Com este projecto serão construídos 7 km de linha de metro e 10 novas estações. Complementarmente, serão apoiados 4 interfaces de passageiros. A população servida por esta extensão é de cerca de 122 mil habitantes.
Entidades Parceiras	CM do Porto e Área Metropolitana do Porto
Investimento Elegível	114.086.200 €
Feder (70%)	79.860.340 €
Taxa de Execução Física	100%

Evidências da Execução:

5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Análise da execução

O Eixo 6 do ON.2 dedica um montante total FEDER de € 88.128.466, correspondentes a 3,25% do valor do Programa, o qual se encontra abaixo dos 4% que de acordo com o artigo 46º nº 1 a) do Regulamento (CE) nº 1083/2006 constituem o limite máximo do total afecto à assistência técnica.

A assistência técnica destina-se a financiar as actividades de preparação, de gestão, de acompanhamento, de avaliação, de informação e de controlo dos programas operacionais, bem como actividades destinadas a reforçar a capacidade administrativa para a execução dos fundos.

Os beneficiários da assistência técnica são os órgãos de gestão, o observatório das dinâmicas regionais, os organismos intermédios da rede dos sistemas de incentivos (OI) e a AMP/CIM no âmbito da delegação de competências por subvenção global.

Ao contrário de períodos de programação anteriores em que a assistência técnica era contínua, no QREN as candidaturas são anuais por exercício orçamental.

Em 2010 foram aprovadas as candidaturas da AdI enquanto organismo intermédio dos sistemas de incentivos, referentes aos exercícios de 2008 e 2009, que ainda não tinham sido aprovadas, por necessitarem de ser reformuladas, o que veio a acontecer neste ano, sendo que os respectivos termos de aceitação vieram a ser assinados já em 2011.

Foram abertos seis avisos relativos à assistência técnica. Os três primeiros no início do ano e destinados à assistência técnica aos órgãos de gestão, à assistência técnica à AMP/CIM no âmbito da contratualização por subvenção global e à assistência técnica aos OI da rede dos sistemas de incentivos e referentes a despesa do exercício de 2010. Os três seguintes, abertos no final do ano, destinaram-se aos mesmos organismos, mas referente ao exercício de 2011.

Apresentaram candidaturas no que respeita aos avisos do exercício de 2010 a CCDRN (assistência técnica aos órgãos de gestão), Área Metropolitana do Porto, CIM do Ave, CIM do Cávado, CIM Douro (apresentada já em 2011), CIM do Minho-Lima, CIM do Tâmega e Sousa e CIM de Trás-os-Montes, a AICEP, AdI, IAPMEI e o Turismo de Portugal.

Ao nível da execução financeira e para um total FEDER aprovado acumulado até ao final de 2010 de € 22.924.930,83 dos quais € 10.813.949,17 respeitavam a candidaturas

apresentadas nesse ano, foram executados € 15.111.924 FEDER, num total de € 16.796.150 pagos aos beneficiários.

Esses valores, à data de 31 de Março de 2010 eram, respectivamente, de € 37.566.747 de FEDER aprovado, 16.064.216 de Fundo executado e € 18.571.699 de Fundo pago aos beneficiários.

A taxa de compromisso era, em 31 de Dezembro de 2010, de 38% do valor do Fundo e a taxa de pagamento aos beneficiários de 49,78% em relação ao valor das aprovações.

A despesa elegível total acumulada era em 31 de Dezembro de 2010 a seguinte:

Quadro 5.1 – Tipologia de despesa de assistência técnica

TIPOLOGIA DA DESPESA	DESPESA ELEGÍVEL VALIDADA A 31/12/2010	
Estrutura de Apoio Técnico	11.174.056 €	62,85%
Bens e Serviços de Apoio à Gestão	5.007.803 €	28,16%
Equipamentos - De informática. Administrativo e básico	580.924 €	3,26%
Equipamentos - Software informático	1.015.852 €	5,71%
TOTAL	**17.778.735 €**	**100,00%**

Ao nível das diversas tipologias de despesa a co-financiamento, são de destacar as despesas com a Estrutura de Apoio Técnico que correspondem a cerca de 63% do total da despesa executada em 2010. Esta tipologia respeita essencialmente a remunerações certas e permanentes com pessoal das equipas técnicas e encargos obrigatórios da entidade patronal com a segurança social, assim como a abonos eventuais, designadamente encargos com deslocações.

Os bens e serviços de apoio à gestão que ascenderam a 28%, respeita essencialmente a encargos com instalações, comunicações e a trabalhos especializados nomeadamente com peritos e consultores.

A aquisição de equipamentos – hardware e software – não ultrapassou os 9% da despesa executada. Realce-se que a AMP/CIM optaram por não ter sistema de informação próprio, utilizando o da CCDRN/AG.

Relativamente a 2009, realce-se a diminuição dos encargos com pessoal (de 67 para 63%) e o aumento dos encargos com Bens e serviços de apoio à gestão (de 24 para 28%). Isso deve-se, essencialmente ao facto de em 2009 se ter apenas pago despesa com o apoio aos órgãos de gestão (candidatura da CCDRN à assistência técnica 2009) e em 2010 ter sido o primeiro ano em que foram pagas as despesas de assistência técnica dos organismos intermédios. Por outro lado, em 2010 incrementou-se amplamente o número de avisos em avaliação e o número de operações acompanhadas. Daqui resultou um aumento dos encargos com a instalação, com a contratação de peritos e de despesa ligada ao acompanhamento das operações.

Como foi atrás referido, em 2010, mantendo-se ainda tal situação em 2011, foram pagas despesas com algumas candidaturas dos organismos intermédios referentes aos anos de 2008 e 2009. Tal ocorrência deveu-se, nomeadamente, ao facto de terem existido atrasos na determinação dos documentos que justificam a despesa ou na criação de estruturas internas aos OI que acompanhassem os procedimentos de assistência técnica.

Tabela 5.1 Realização Física do Eixo Prioritário 6

Os indicadores de realização e resultado referente ao Eixo 6 – Assistência Técnica não tiveram execução:

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006							
% de despesas dos fundos estruturais coberta por auditorias financeiras ou de gestão	Realização Executada	0	0	0	0	0	0
	Realização Contratada	0	0	0	0	0	0
	Metas				5	7,5	--
	Valor de Referência						7,5
Nº de projectos auditados	Realização Executada	0	0	0	0	0	0
	Realização Contratada	0	0	0	0	0	0
	Metas				27	97	--
	Valor de Referência						--

Tal facto deve-se a que em sede de elaboração do Programa teve-se como pressuposto o que foi realizado no contexto das auditorias financeiras ou de gestão no âmbito do QCA III.

No anterior Programa o controlo de 1º nível do Sistema Nacional de Controlo era feito pelo próprio Programa Operacional, o que não acontece no actual modelo de governação, sendo que os procedimentos de controlo interno implementados pela Autoridade de Gestão não relevam para o esforço de controlo.

Ora, não fazendo sentido que o Programa Operacional contenha indicadores relativos a procedimentos sob os quais não tem responsabilidade nem supervisão, os mesmos deverão ser objecto de proposta de alteração, de forma a adequa-los à realidade do Programa.

Auditoria à Assistência Técnica

A candidatura NORTE-06-0173-FEDER-000001 do beneficiário CCDRN, relativa à assistência técnica aos órgãos de gestão para 2008 foi incluída na Auditoria à Despesa Pública Certificada de 01-01-2009 a 31-12-2009 promovida pelo Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P. O IFDR veio a considerar como não elegíveis um conjunto limitado de despesas que têm a ver com as regras de transição de despesa de assistência técnica entre o QCAIII e o QREN, tendo em conta a observância dos requisitos do COCOF nº 04/0021/04. Foram já encetadas, junto do beneficiário as diligências referentes á recuperação da despesa em causa.

Em relação à mesma candidatura no que respeita à Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do ON.2 promovida pela Inspecção-Geral de Finanças no último trimestre de 2009, foram já comunicadas, no âmbito do *follow-up*, as diligências encetadas pela AG de recuperação da despesa, a qual é comum à da Auditoria do IFDR atrás referida.

Por seu lado, a candidatura NORTE-06-0173-FEDER-000002 do beneficiário CCDRN, relativa à assistência técnica aos órgãos de gestão para 2009 foi objecto de uma acção do controlo interno da Autoridade de Gestão, relativo ao Plano Anual de Controlo Interno de 2010, cujo relatório preliminar foi entregue no final do ano. À data de elaboração deste Relatório encontra-se em fase de ponderação dos contributos do secretariado técnico.

6. INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

«Pode concluir-se que os diversos objectivos estratégicos consignados em sede de programação têm sido cumpridos, com inegável sucesso (…). O cumprimento dos objectivos estratégicos anteriormente enunciado é tributário de um excelente desempenho na execução das acções estruturantes que compunham o Plano de Acção (…)»

In *Avaliação da Operacionalização do "ON.2 – O Novo Norte", Relatório Final Preliminar*, CEDRU, Fevereiro 2011.

Imagens relativas às iniciativas "Prémios NOVO NORTE 2010" e "ZOOM EUROPA"

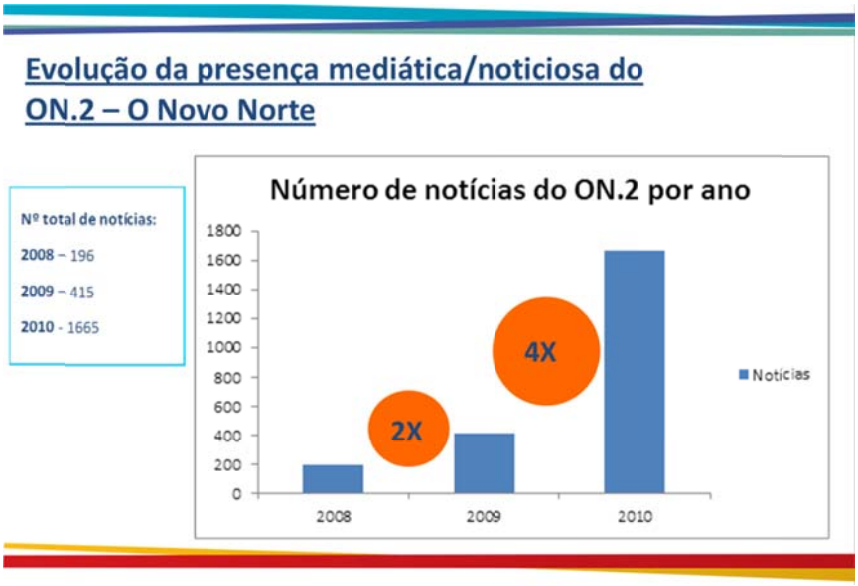
O ano de 2010 fica para a execução do Plano de Comunicação do ON.2 como a "velocidade de cruzeiro" para uma embarcação. Este ano representa **a parte de leão na concretização da estratégia de *branding*** – centrada no *double naming* "ON.2 - O Novo Norte" – **e da aposta na notoriedade mediática, como vias do aumento do reconhecimento, diferenciação e da reputação da marca** do Programa Operacional, assim como da **construção e comunicação da sua narrativa**, isto é, da sua visão regional,

objectivos estratégicos e principais apostas de desenvolvimento e investimento. Números e factos, indicadores e exemplos não faltam, como adiante se verá.

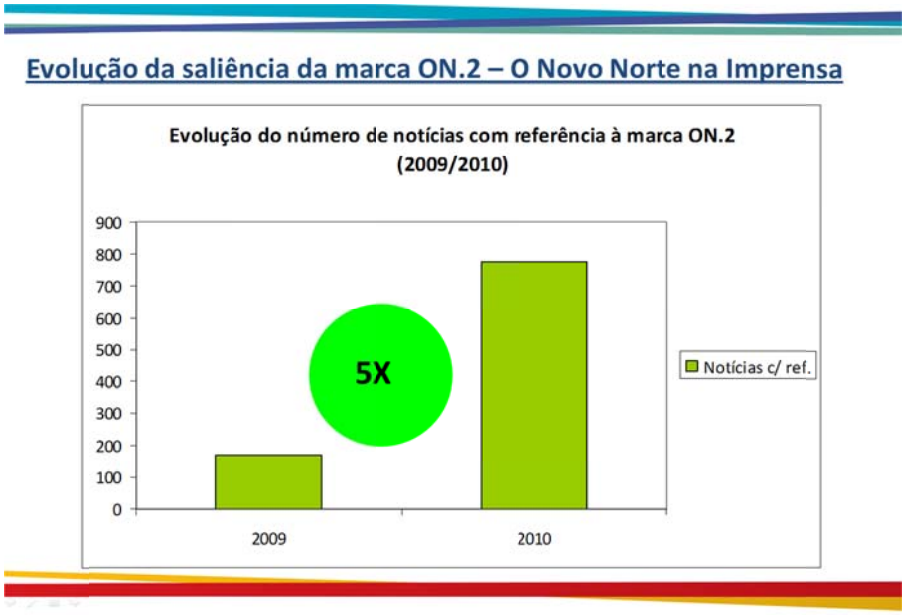
Com efeito, crê-se que os esforços empreendidos no Plano de Comunicação até ao momento e os resultados, em termos de realização e impacto, apresentados e demonstrados neste relatório, revelam já maturidade e continuarão a concorrer para o sucesso aplicação do Programa Operacional e respectivos objectivos de desenvolvimento regional, dos seus beneficiários, da imagem pública dos fundos estruturais em Portugal e da afirmação de uma imagem mais positiva, promissora e de mudança da Região do Norte.

Em 2010, a exposição mediática do ON.2 (numa vertente noticiosa editorial) quadruplicou face a 2009 e octuplicou face a 2008, tendo alavancado uma forte saliência pública da sua marca e consolidado o processo de construção de um posicionamento (identidade) e de uma narrativa (mensagens) no espaço mediático e social regional e nacional. Enquanto isso, **a assinatura "O Novo Norte", que exprime simbolicamente a visão, o "adn" e o lema do ON.2 para a Região Norte, afirmou-se na opinião pública, a um largo espectro** (abrangendo todos os "públicos-alvo" definidos para o Programa Operacional, incluindo os chamados "novos públicos"). Tal facto fica em boa medida a dever-se ao investimento na constituição de três territórios de comunicação: **a grande iniciativa "Prémios NOVO NORTE"**, pioneira no país e organizada em parceria com o "Jornal de Notícias"; **o programa televisivo "Novo Norte"** (co-produzido em parceria com a estação "Porto Canal"); **os eventos dedicados aos "novos públicos**", em que se destacam as realizações **"Zoom Europa"** (em parceria com diversas instituições e órgãos de comunicação social) e **"O Novo Norte no Portugal Tecnológico 2010"**, cujo stand foi o mais visitado no pavilhão das Regiões daquela feira, na FIL, em Lisboa, permitindo ainda a criação de uma forte notoriedade mediática e institucional, associada aos 20 casos de inovação e criatividade científica e empresarial apresentados nesse espaço.

"Se uma imagem vale mais do que mil palavras", então as que se seguem terão a faculdade e o poder de resumir a letra e o espírito deste capítulo do relatório de execução anual do ON.2, dedicado à política e, sobretudo, às realizações e resultados expressivos da estratégia e dos esforços operacionais de comunicação do Programa. Na verdade, elas traduzem, gráfica, numérica e simbolicamente, não apenas a capacidade desenvolvida e instalada, como também **a força da construção e saliência públicas de uma marca e de uma assinatura**: "ON.2 - O Novo Norte".



Representação gráfica da presença mediática/noticiosa do "ON.2 – O Novo Norte" nos diversos órgãos de comunicação social, entre 2008 e 2010. In "Evolução da Comunicação Mediática 2008/2010 e Nível de Saliência da Marca ON.2 – O Novo Norte", Gabinete de Marketing e Comunicação da CCDR-N, 26 Janeiro de 2011, relatório à Comissão Directiva. Fontes primárias: Cision (2010), Mediamonitor (2008/2010), cálculos próprios.



Representação gráfica da evolução da saliência da marca "ON.2 – O Novo Norte" na imprensa, comparando os anos 2009 e 2010. In "Evolução da Comunicação Mediática 2008/2010 e Nível de Saliência da Marca ON.2 – O Novo Norte", Gabinete de Marketing e Comunicação da CCDR-N, 26 Janeiro de 2011, relatório à Comissão Directiva.

Imagem do interior da Casa da Música, a 27 de Maio de 2010. Na cerimónia de entrega dos "Prémios NOVO NORTE" participaram mais de 300 personalidades, numa iniciativa em parceria com o jornal de maior expressão regional e o segundo maior do país – o Jornal de Notícias –, com mais de um milhão de leitores diários, que rendeu a maior operação de comunicação mediática e de branding *regionais da história dos fundos estruturais em Portugal.*

De acordo com a avaliação externa independente realizada no ON.2, no contexto do estudo "*Avaliação da Operacionalização do ON.2 – O Novo Norte" (Relatório Final Preliminar*, CEDRU, Fevereiro 2011), no final de 2010 era possível afirmar que ***«as inúmeras acções de informação e comunicação desenvolvidas, a projecção mediática e visibilidade e notoriedade públicas de alguns eventos e iniciativas (como os Prémios NOVO NORTE) têm contribuído para uma melhoria acentuada no conhecimento/reconhecimento do Programa na Opinião Pública.»***

6.1 Contexto geral de implementação

As políticas comunitárias de coesão têm na informação e comunicação eixos fundamentais dos seus objectivos de transparência, acessibilidade e notoriedade, tendo definido na esteira do período de programação 2007/2013, à luz do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de Dezembro de 2006, a obrigatoriedade de concepção, execução e avaliação de planos de comunicação que suportem a aplicação das intervenções operacionais. A comunicação dos fundos estruturais constitui, por outro lado, e como tem sido assinalado pela DG Comunicação da CE um contributo fundamental para a percepção pública da construção europeia e da solidariedade comunitária e para a compreensão das suas políticas públicas. É

neste quadro normativo e estratégico que se desenvolve a promoção, publicitação e divulgação do ON.2 – O Novo Norte, organizada no Plano de Comunicação.

A acção de comunicação implementada ao longo de 2010 reflecte, assim, a missão e objectivos estratégicos descritos naquele Plano, apresentado à Comissão Europeia a 14 de Abril de 2008, assentes na promoção do Programa junto do público-alvo, designadamente das entidades beneficiárias, e da satisfação das necessidades de acesso, garantindo uma imagem pública positiva do Programa e da aplicação dos fundos estruturais da União Europeia. Partindo da definição de uma estratégia, áreas-chave de implementação e diferentes fases, o presente relatório traduz a conclusão da primeira fase de comunicação, designada "Lançamento, Conhecimento e Implementação," e a entrada na segunda fase, centrada no "Ponto alto de Realização, Resultados e Avaliação", que se prolongará até 2012.

Considerando a informação que adiante se explicitará sobre os progressos e concretizações do Plano de Comunicação no ano em análise, importa aqui recordar o **quadro de objectivos estratégicos** definidos para a comunicação do ON.2 – O Novo Norte:

1. Desenvolver e sustentar uma notoriedade pública regional e nacional diferenciadora e adequada ao conhecimento e ao sucesso do Programa Operacional e à concretização dos seus objectivos, tendo por referência as suas prioridades estratégicas, oportunidades de financiamento e o conhecimento dos seus resultados concretos e relevantes;

2. Promover a acessibilidade ao Programa, à sua estrutura, mecanismos de gestão e canais de informação, por parte dos "potenciais beneficiários", dos *players* de desenvolvimento regional, dos órgãos de comunicação social, assim como da sua Comissão de Acompanhamento e dos "utilizadores internos", contribuindo para a satisfação das suas necessidades ou cumprimento de obrigações, favorecendo relações de transparência e de *good will* institucional;

3. Contribuir activamente para a coordenação e complementaridade entre os diversos canais de informação e comunicação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, participando dos esforços de orientação da sua "procura" e de qualificação da visibilidade pública da aplicação dos fundos estruturais da União Europeia em Portugal, em especial na Região do Norte;

4. Projectar e sustentar uma identidade afirmativa e promissora do Programa Operacional, que potencie a compreensão da sua "visão estratégica" e a construção de uma imagem mais positiva, criativa e de mudança da Região do Norte.

6.2 Principais progressos do Plano de Comunicação em 2010

Como que em contrapartida aos anos que lhe precedem, em que as apostas de comunicação se reflectiram de forma desigual pelos diferentes objectivos estratégicos, **2010 serviu com sucesso o incremento e consolidação da concretização do conjunto das quatro metas estratégicas em torno do qual se organiza e orienta a actuação de comunicação do ON.2**.

Com efeito, neste período, beneficiando-se dos investimentos e dos impactos realizados nos anos anteriores, nomeadamente dos que se relacionam com o planeamento estratégico e operacional de comunicação, a construção do *branding*, o desenvolvimento editorial e informacional (com forte expressão na comunicação Web) e a dinâmica crescente de divulgação mediática em torno das oportunidades e decisões de financiamentos, reforçaram-se e realizaram-se apostas decisivas, permitindo que a identidade e a comunicação do Programa Operacional adquirissem desenvolvimentos assinaláveis e históricos, aprofundando e diversificando domínios, canais e ferramentas de comunicação (numa aplicação sem precedentes da lógica de comunicação-mix) e atingindo todos os públicos-alvo visados no plano.

O ano em que a comunicação mediática do ON.2 se exponencia (registando *records* históricos de notoriedade) é também o ano em que se abrem novos territórios de comunicação para a sua marca e mensagem, mais inovadores, mais participativos, mais dinâmicos e mais abrangentes no que aos públicos diz respeito. É não apenas o caso dos "Prémios NOVO NORTE" (por si só extraordinariamente significativo, no impacto e no retorno) e das demais iniciativas para "Novos Públicos", que consolidaram uma nova cultura de comunicação institucional e marketing público territorial, mas também o da entrada nas Redes Sociais Web (do Twitter, da blogosfera e do Facebook), e da co-produção de um programa informativo de televisão, com a marca do programa, difundido na estação "Porto Canal", a que se não deixará de dar continuidade em 2011.

Presença nas redes sociais (frames de blog e facebook do "ZOOM EUROPA" e "Prémios NOVO NORTE)

Abaixo, em jeito de resumo, hierarquizam-se as 10 principais apostas e realizações de comunicação do "ON.2 – O Novo Norte".

10 Principais Concretizações do Plano de Comunicação do ON.2 em 2010

1. Desenvolvimento criativo integral da marca "Novo Norte" e sua aplicação nas iniciativas de marketing público territorial "Prémios NOVO NORTE", "ZOOM Europa" e "O Novo Norte no Portugal Tecnológico";

2. Desenvolvimento criativo integral da campanha publicitária do ON.2 (12 rubricas), centrado nas suas principais apostas temáticas, e sua apresentação pública no evento anual, a 7 de Dezembro de 2010. A implementação da campanha em meios publicitários e acções promocionais encontra-se em fase concursal e será realizada em 2011;

3. Organização e comunicação integrais da primeira edição "Prémios NOVO NORTE" (2009/2010), com cerimónia final a 27 de Maio de 2010, na Casa da Música, com base numa parceria institucional com o Jornal de Notícias. A iniciativa adquiriu elevado reconhecimento e reputação públicos, com os seguintes resultados na vertente comunicacional: **186 candidaturas; mais de 100 notícias publicadas na imprensa; 6 reportagens de televisão; 10 mil visitas Web em 6 meses; 600 participantes nos dois eventos**; mais de 2000 mensagens electrónicas de comunicações associadas;

4. Co-produção e difusão, entre 14 de Setembro e 11 de Dezembro, da primeira série de programas de televisão "NOVO NORTE" no "Porto Canal", com emissão semanal (estreia e duas repetições). Foram produzidos e difundidos **13 programas (39 emissões)**, num total de tempo de antena superior a **16 horas**;

5. Organização e comunicação integrais do "ZOOM Europa – Eu Região, Nós Europa". Lançado no âmbito das comemorações do Dia da Europa, a 9 de Maio, a iniciativa colocou a concurso imagens fotográficas originais alusiva à Europa na Região do Norte, apresentadas por residentes com um máximo de 26 anos, e tendo em vista uma sensibilização pública para a realidade regional da construção europeia e das políticas de coesão e solidariedade da União. Uma iniciativa que resultou da parceria estabelecida com o Centro Português de Fotografia (CPF), o Jornal de Notícias e o Porto Canal, com o apoio da Representação da Comissão Europeia em Portugal. Foram apresentadas a concurso um total de 111 imagens, 87 das quais foram submetidas na acção de lançamento, no Dia da Europa, em Matosinhos, cidade escolhida para as comemorações da efeméride em Portugal. 3 imagens foram distinguidas com prémios.

6. Organização e comunicação da iniciativa "O Novo Norte no Portugal Tecnológico", realizado entre 22 e 26 de Setembro, em Lisboa, no Parque de Feiras e Exposições FIL, através do desenvolvimento de uma mostra de 20 casos científicos e empresariais de inovação da Região do Norte (Universidade do Porto, INESC-Porto, INEGI, UPTEC, Parque de Ciência e Tecnologias do Mar, Grupo de Investigação 3B's da Universidade do Minho, Laboratório Ibérico de Nanotecnologias, PIEP e CENTI; EFACEC/CEEIA, Fibersensing, Polisport, Edigma.Com, Seed Studios, Boca do Lobo, Maquicaf, JPS Cork, UNICER, Tomorrow Options, Imperial, o Pólo de Competitividade e Tecnologia "Portugal Foods" e

quatro empresas criativas da incubadora INSerralves (Around Knowledge, Mikro Element, Id-L, Há Coisas de Cartão), organizados num stand/espaço de aproximadamente 500 m2, associado a um programa de 12 eventos e 8 acções promocionais permanentes. No total visitaram o stand mais de 22 mil pessoas, tendo sido o espaço mais visitado do pavilhão das regiões da FIL;

7. Execução de um plano de intensificação e dinamização das acções de comunicação mediática do ON.2, junto dos órgãos de comunicação social nacionais, regionais e locais, com os seguintes resultados de realização e impacto: 23 conferências de imprensa; 56 *press releases*; 71 notícias Web e 11 "dossiers"; **retorno noticioso de 1655 notícias**, com base nos "mediaclipping" da CCDR-N e Observatório do QREN, excluindo a monitorização de rádio (por realizar). **A favorabilidade das notícias é muito expressiva, situando-se na casa dos 94% o conjunto de notícias positivas**. **A notoriedade noticiosa do ON.2, em 2010, viu-se quadriplicada** face a 2009, o que consolida a sua posição como **o Programa Operacional Regional do QREN com maior visibilidade mediática e pública**;

CISION

ON.2 Balanço dos apoios a investigação & desenvolvimento e inovação

Fundos comunitários garantem casa para superinstituto de investigação em saúde

A CCDRN pediu uma auditoria à OCDE para avaliação do sistema regional de inovação. Apesar dos atrasos na execução dos projectos, o programa operacional envolve já 700 candidaturas

8. Organização e comunicação de 31 eventos públicos associados ao plano de comunicação do ON.2, impactando mais de 40 mil pessoas, e dos quais se destaca a organização de 10 cerimónias públicas de assinaturas de contratos de co-financiamento a investimentos, do seminário "Europa 2020: Nova Estratégia, Novos Instrumentos de Financiamento",1 19 de Novembro, com 300 participantes, e do evento anual do ON.2 "O Norte & o QREN", a 7 de Dezembro, com 380 participantes;

9. Superação do meio milhão de visitas ao website do ON.2 (entre 2008 e 2010). Com a quadruplicação do número de vistas web entre 2009 (80.000 visitas) e 2010 (373 mil), o ON.2 regista novos máximos históricos de acesso. Segundo o estudo da avaliação da operacionalização do ON.2, *"cerca de ¼ dos beneficiários acede pelo menos uma vez por semana"* e *"a esmagadora maioria dos inquiridos considerou-a [a informação disponível] muito adequada, sendo pouco expressivas as respostas cuja avaliação é negativa"*.

10. 100 anúncios publicitários na Imprensa e 260 spots televisivos. Durante 2010, a comunicação do ON.2 empreendeu um esforço no sentido conferir maior acessibilidade às iniciativas da gestão, informação ou divulgação do Programa Operacional, através de um conjunto de mini-campanhas publicitárias em imprensa, rádio, TV e Web, que ampliasse o campo de reconhecimento público. Contribui ainda, desta forma, para incrementar o cumprimento da meta de investimento publicitário associado ao Plano de Comunicação entre

2008 e 2009 (muito abaixo do fixado). No período em análise, foram publicados em órgãos de imprensa nacionais, regionais e locais e em portais de informação Web 100 anúncios, e difundidos 260 spots em televisão. Os actos públicos de assinatura de contratos de co-financiamento a investimentos, as iniciativas "Prémios NOVO NORTE" e "Zoom Europa" e os seminários de divulgação de oportunidades ou realizações do Programa Operacional concentram o maior esforço.

Os avanços qualitativos e quantitativos adquiridos na imagem e comunicação do ON.2 em 2010, nos domínios da notoriedade, acessibilidade e transparência do Programa Operacional, traduzem um nível de cumprimento do "Board de Indicadores de Avaliação da Eficácia de Comunicação", apresentado no capítulo 8 do Plano de Comunicação, próximo dos 100 por cento, corroborando as conclusões dos avaliadores externos, segundo os quais *«os diversos objectivos estratégicos consignados em sede de programação têm sido cumpridos, com inegável sucesso (…).»* (In *Avaliação da Operacionalização do "ON.2 – O Novo Norte", Relatório Final Preliminar*, CEDRU, Fevereiro 2011.)

A informação que se adianta em seguida corresponde ao conjunto de indicadores disponíveis em termos de realização e impacto verificados nos diversos domínios de comunicação do ON.2 em 2010.

Identidade/Branding: a aquisição do reconhecimento da marca e da "saliência" mediática

2010 ficará para a história da comunicação do ON.2 como o ano de afirmação da sua marca, constituída duplamente pelo *naming* adoptado para o Programa Operacional e pela sua expressão gráfica numa logomarca ("ON.2") e pela sua assinatura (também entendida como *logoline* ou *slogan* de uma "promessa"): "O Novo Norte".

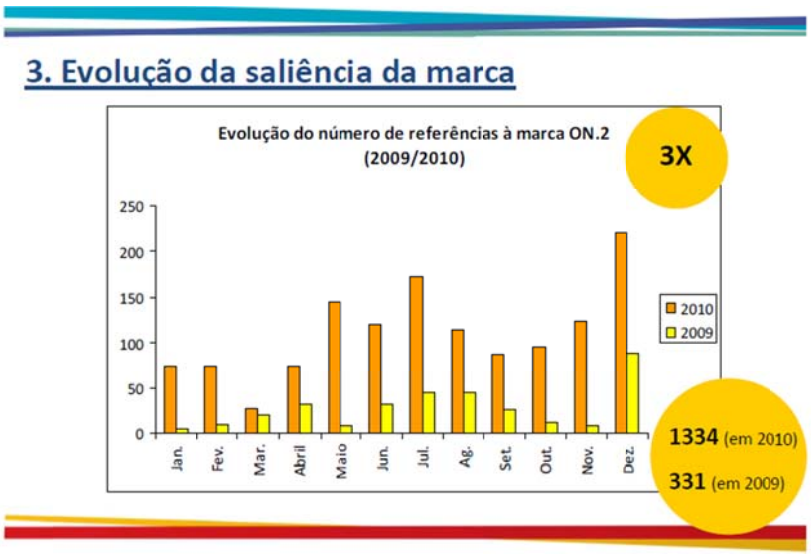
Claro está que esta afirmação – traduzida em termos de aquisição de reconhecimento público e "saliência" da marca, medidos em termos mediáticos e da sua utilização social (em websites, discursos públicos, reproduções gráficas, etc.) – configura não um epifenómeno, uma conquista acidental, mas o resultado de um investimento progressivo e continuado ao longo dos últimos três anos, motivado em parte pelo potencial comunicacional da marca e, por outro lado, por uma política consistente e persistente no desenvolvimento aplicacional do sistema de identidade nominal e visual adoptado. No entanto é em 2010 que essa "saliência" se constitui como uma evidência expressiva e mensurável.

Em destaque:

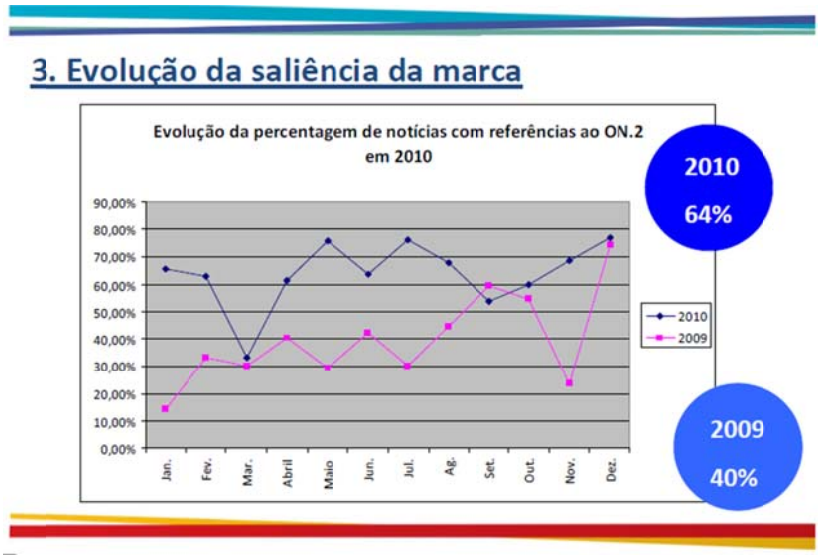
1. O número absoluto de notícias publicadas na imprensa nacional, regional e local com referência explícita à marca "ON.2 – O Novo Norte" quintuplicou entre 2009 e 2010;

2. O número absoluto de referências total à marca "ON.2 – O Novo Norte" nas notícias publicadas na imprensa nacional, regional e local (artigo por inteiro) triplicou entre 2009 e 2010;

3. A percentagem (número relativo) de notícias publicadas na imprensa nacional, regional e local, relativas ao Programa Operacional, com referência explícita à marca ON.2 superou francamente os 50 por cento, fixando-se em 2010 na casa dos 64 por cento (contra os 40 por cento em 2009);



Representação gráfica da evolução da saliência da marca "ON.2 – O Novo Norte" na imprensa nacional, regional e local, entre 2009 e 2010. In "Evolução da Comunicação Mediática 2008/2010 e Nível de Saliência da Marca ON.2 – O Novo Norte", Gabinete de Marketing e Comunicação da CCDR-N, 26 Janeiro de 2011, relatório à Comissão Directiva. Fontes primárias: Cision (2010), Mediamonitor (2008/2010), cálculos próprios.

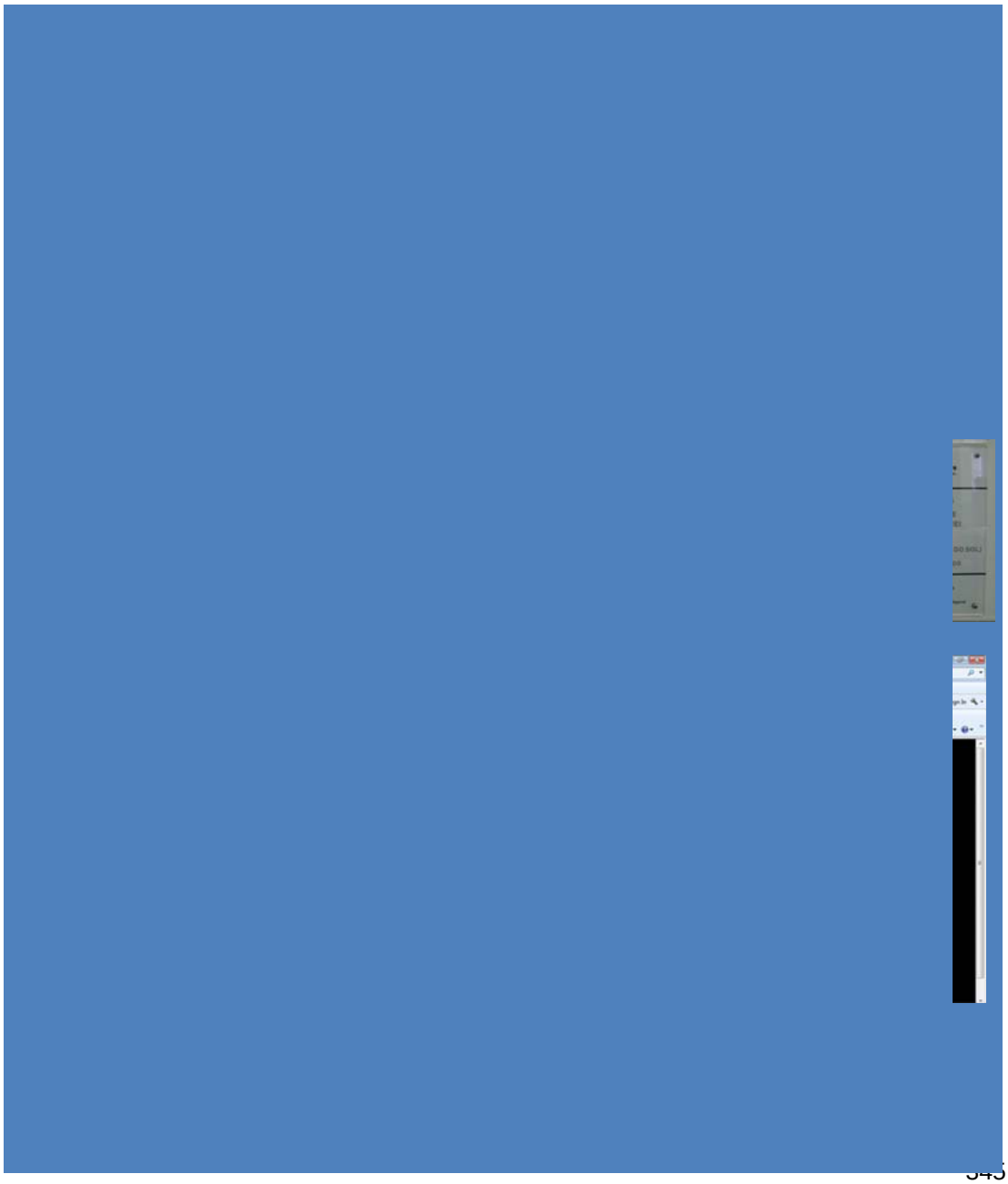


Dados os resultados atingidos e a margem de crescimento potencial da notoriedade e reputação da marca, o *branding* "ON.2 – O Novo Norte" constitui hoje um importante recurso de identidade não apenas do Programa Operacional, como também da CCDR-N e da Região Norte: ele é um activo simbólico e imaterial muito relevante para o posicionamento, diferenciação e promoção destas diferentes realidades institucionais e sociais.

A campanha publicitária que foi posta à disposição do Programa Operacional no final de 2010 e que conhecerá a execução do seu plano de meios/expressão em 2011 ajudará não apenas a reforçar a "saliência" adquirida pela marca "ON.2 – O Novo Norte", como o seu valor simbólico social – a sua reputação -, concorrendo ainda para a sustentabilidade da sua promessa, ao explicitar o conjunto de 12 apostas temáticas mais relevantes, diferenciadoras e inovadoras dos investimentos promovidos pelo Programa Operacional. No universo das suas mensagens, encontra-se ainda a comunicação do importante papel desempenhado pela União Europeia e os fundos estruturais no desenvolvimento regional e no reforço de um novo modelo de competitividade económica, territorial e social da Região Norte.

A disseminação da marca do Programa, mas também e muito fundamentalmente da imagem e nome da União Europeia e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, é ainda assegurada, de forma crescentemente relevante, na comunicação das operações apoiadas.

Tendo em vista promover, estimular, qualificar e controlar essa utilização e disseminação, o Manual de Identidade ON.2, o "Guia de Informação e Publicidade para Beneficiários" e o website do ON.2 (na sua área "Informação e Publicidade") disponibilizam um conjunto de orientações práticas, modelos e exemplificações nas vertentes gráficas e textuais de comunicação (anúncios, websites, spots de rádio, etc.), assim como de "Perguntas Frequentes". Complementarmente, a autoridade de gestão tem implementado e em pleno funcionamento um sistema de Helpdesk telefónico e de email a beneficiários para a prestação de esclarecimentos e, inclusive, "validação" de aplicações em fase de desenvolvimento.



novonorte.comunicacao@ccdr-n.pt l pedidos de informação

	2008	2009	**2010**	**Total**
Mensagens recebidas	13	58	**67**	**138**
Mensagens enviadas	19	73	**83**	**175**

E-mail de Helpdesk para beneficiários – Regras de Imagem e Publicidade

Comunicação Web em 2010: um novo record histórico de acessos

Em 2010 o website do ON.2 acompanha o crescimento verificado noutros domínios comunicacionais do Programa. Com efeito não é negligenciável o efeito de "contaminação", como que viral, que os diferentes canais da comunicação institucional e noticiosa exercem entre si: se a notoriedade mediática aumenta, tenderá naturalmente a aumentar a procura de informação na Web; do mesmo modo, o reconhecimento público da marca, o investimento publicitário ou o lançamento de iniciativas de carácter público e vocação participativa, como os "Prémios NOVO NORTE". Ora, em 2010, o número de acessos globais ao website do ON.2 ascende a 373 mil, contra 80 mil em 2009, score surpreendente que reforça a responsabilidade da autoridade de gestão no desenvolvimento deste canal.

Evolução de Acessos 2008-2010

2008	2009	2010

90.965	80.000	373.000

ON.2 - Indicadores Gerais Web 2010	Valores
Visitas (homepage área ON.2)*	373.000
Downloads (média de 5000 p/ mês)*	60.000
Actualizações (est. 3 actualiz. p/ semana)	150
**Fonte: Webtrends e Webalizer (estimativas)*	

ON.2 - Indicadores Específicos Web 2010 – Páginas Mais Visitadas	Valores
Prémios Novo Norte*	10260
Prémios Novo Norte (Nomeações)	6497
Sessão de Divulgação "Internacionalização & Cooperação: Novas Oportunidades de Financiamento"	2955
Seminário Internacional "Promover a Coesão, Descentralizar o Estado, Desenvolver as Regiões: Que desafios em Portugal e na Europa	1148
Seminário Europa 2020	921
Sistama de Incentivos do ON.2: Workshops para Promotores	687
**Fonte: Webtrends e Webalizer*	

ON.2 - Indicadores Específicos Web (ficheiros mais descarregados/top 30 downloads)	Valores
Manual de Procedimentos ON.2	7748
Estudo de Avaliação do Nível de Satisf. do Turista na Região do Norte	9627
Regulamento dos Prémios Novo Norte	2442
Documento referencial da Iniciativa NORTE 2020	2035
Listagem Projectos Aprovados SI/ON.2	1827
SIGON.2 - Guião de Apoio ao Preenchimento da Candidatura	1599
Agenda "Empregabilidade"	752
Dossier de Imprensa (Apoio a infra-estruturas ciêntíficas e tecn. Na Região do	696

Norte)	

Para o crescimento do número e frequência dos acessos ao website tem também contribuído, por um lado, a consolidação da estrutura adoptada e a sua actualização diária (que reforça a sua pertinência e credibilidade) e, por outro, o desenvolvimento e difusão de ferramentas informativas complementares de comunicação Web, como é o caso da newsletter electrónica ON.2. Prevista no Plano de Comunicação, a difusão deste boletim informativo Web constitui uma acção estruturante e regular, que promove uma proximidade informativa e noticiosa ("one to one") junto dos seus públicos, sendo, além disso, permanentemente consultável no website do ON.2. Foi em Fevereiro de 2009 que se emitiu a primeira edição, para um grupo de 1300 destinatários. Desde então, a regularidade do envio da newsletter ON.2 tem aumentado, assim como o seu número de destinatários (cujo universo, constituído numa base voluntária, abrange entidades beneficiárias públicas e privadas e seus responsáveis, autoridades nacionais, regionais e locais, jornalistas e cidadãos). **Em 2010, foram publicados 12 números (contra 8 em 2009), difundidos para um universo de 4700 destinatários.**

Publicação da "lista de beneficiários": da obrigação à "boa prática"

Configurando um normativo exigível na regulamentação comunitária, a disponibilização da lista dos beneficiários do ON.2 no website www.novonorte.qren.pt tem em consideração as melhores práticas de marketing, seguindo o conceito de "customização", isto é, de organização da informação direccionada ao perfil do seu utilizador. Assim, na área de "Empresas", consta toda a informação relativa a projectos aprovados a empresas; na área de "Investimento Público" a informação relativa a esses projectos; na área "Press Room", é concentrado o volume global de informação. O modelo adoptado de disponibilização dos ficheiros em causa em formato Excel facilita, ainda, a realização de pesquisas por parte do utilizador, sendo possível a manipulação dos dados de acordo com os filtros que seleccionem.

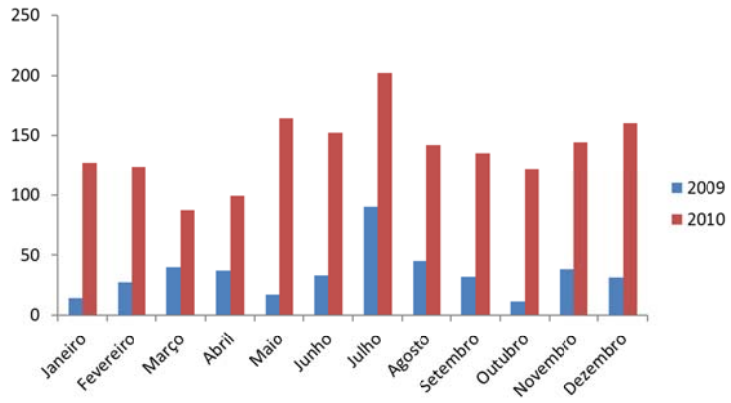
A actualização dos ficheiros disponibilizados com a listagem dos projectos contratualizados é outra das tarefas que foi, durante o ano de 2010, realizada com regularidade, acompanhando a cadência das aprovações por parte da Comissão Directiva.

Comunicação mediática: uma política de regularidade e transparência com resultados positivos e crescentes

A comunicação mediática empreendida no âmbito do "ON.2 – O Novo Norte" – cuja gestão é desenvolvida no contexto da estrutura de assessoria de imprensa da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, ao nível do seu Gabinete de Marketing e Comunicação, constitui uma das dimensões mais assinaláveis da política de comunicação global do Programa, com resultados muito relevantes do ponto de vista dos scores de publicitação. Disso dão testemunho os avaliadores do Programa Operacional, quando referem, no que à comunicação com a imprensa diz respeito, *«a unanimidade [dos destinatários auscultados num* focus group *e em entrevista] no reconhecimento do excelente papel desenvolvido pela CCDR-N/Gabinete de Marketing e Comunicação, a disponibilidade, pro-actividade e qualidade e capacitação profissional.»* (In *Avaliação da Operacionalização do "ON.2 – O Novo Norte", Relatório Final Preliminar*, CEDRU, Fevereiro 2011.)

Entre 2009 e 2010 a presença noticiosa do ON.2 – O Novo Norte quadruplicou (e face a 2008 octuplicou), apresentando uma evolução superior às melhores expectativas. Este crescimento é consequência de uma política continuada e não de um epifenómeno ou acção isolada, como é possível de detectar no estudo da evolução mensal comparada dos anos 2009 e 2010.

2. Evolução da presença mediática



Representação gráfica da evolução mensal da presença mediática do "ON.2 – O Novo Norte" na imprensa nacional, regional e local, nos anos 2009 e 2010. In "Evolução da Comunicação Mediática 2008/2010 e Nível de Saliência da Marca ON.2 – O Novo Norte", Gabinete de Marketing e Comunicação da CCDR-N, 26 Janeiro de 2011, relatório à Comissão Directiva. Fontes primárias: Cision (2010), Mediamonitor (2008/2010), cálculos próprios.

Segundo os indicadores de especialidade (análise de imprensa) disponibilizados pela CISION, contratada pelo Observatório do QREN no âmbito do funcionamento da Rede de Comunicação do QREN, e que não esgota o volume total de notícias publicadas em órgãos de comunicação social (nomeadamente de cariz regional e local), o ON.2 consolidou em 2010 a sua posição de Programa Operacional Regional do QREN com melhores índices de notoriedade, à semelhança do que sucedeu em 2009. De acordo com esta empresa, que determina por notícia o *Advertising Value Equivalente* (AVE) favorável e desfavorável tendo por base a quantificação do custo publicitário de 1 milímetro quadrado em cada publicação, o volume de notícias publicado com referência ao ON.2 foi equivalente a um investimento publicitário de 336 mil Euros. (Sublinhe-se, porém, que este número não traduz o volume total de notícias publicadas em órgãos de comunicação social, mas apenas dos meios que são cobertos pelo sistema de monitorização.)

Naturalmente, este incremento de visibilidade está associado a uma intensificação de esforços de divulgação, notória tanto no número de press releases difundidos (37 em 2010 face aos 23 de 2009), como nas conferências e briefings de imprensa realizados (23 em 2010 face aos 16 de 2009), como ainda num conjunto de operações especiais de divulgação preparadas especialmente junto de órgãos de informação, em que se destacam os "Prémios NOVO NORTE" e áreas de investimento de especial relevo como as infra-estruturas científicas e tecnológicas (com saliência para os projectos do I3S e do INL), o Centro Materno-Infantil, a Rede de Centros Escolares e o apoio às estruturas culturais da região.

INOVAÇÃO

Norte injecta 22 milhões de euros em 13 projectos tecnológicos

Investimentos vão ser executados no prazo de 24 meses

GERMANO OLIVEIRA

O duplo impacto: do tradicional ao emergente

Laboratório Ibérico em Braga com milhões para se equipar

Obras quase acabadas no complexo, que vai dotar-se de equipamento para nanotecnologias

Saber mais

Novas escolas para 20 mil estudantes

Norte Vão abrir 108 centros escolares

Financiamento europeu vai beneficiar, no total, 52 mil alunos

MARTA NEVES
marianeves1@yp.pt

Com o arranque do ano lectivo, dentro de duas semanas, 108 novas escolas do Pré-escolar e do 1.º ciclo do Ensino Básico abrirão portas no Norte, beneficiando 20 mil crianças. Felgueiras, Maia, Paredes e Matosinhos são os municípios com mais candidaturas aprovadas.

Até ao final do ano, está prevista a abertura de mais 50 estabelecimentos de ensino, mas, no total, são 298 os centros escolares financiados por fundos comunitários, totalizando cerca de 400 milhões de euros.

A requalificação da rede escolar, apoiada pelo Programa Operacional Regional do Norte (ON.2), vai servir, nesta primeira fase, uma população escolar de 20 mil alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico e Pré-escolar, distribuídos por 845 salas de aula.

Já quando os 298 centros escolares estiverem a funcionar em pleno (prevê-se que isso aconteça até 2013), cerca de 52 mil estudantes terão novos estabelecimentos de ensino.

"Serão 2200 salas de aulas totalmente equipadas com 1451 quadros digitais interactivos, computadores e projectores de vídeos, e mais de 600 espaços comuns, nomeadamente cantinas e bibliotecas equipadas", descreveu ontem, em conferência de Imprensa, Carlos Lage, presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N).

Felgueiras constrói 17 escolas

Em média, "cada novo centro escolar será frequentado por cerca de 200 alunos, distribuídos por oitos salas de ensino", disse Carlos Duarte, da comissão directiva do programa ON2.

Felgueiras, Maia e Paredes lideram lista de municípios com mais candidatu

Felgueiras, c
de 17 novos ce
Maia, Paredes e
15) lideram a lis
com mais candid
da Região Nort
contram-se San
e Paços de Ferre
escolas, e Gaia,
O investiment
redes de Interna
de videovigilân
Rui Silva, também
rectiva do ON.2,
escolas do Nort
clar de 36 milhõ
nanciamento co
pondente a um i
bal de 52 milhõe
nologias da info
Mário Rui Silv
a direcção da O
tem o projecto
Parque de Ciên
da Universidade
volve 15,8 milhõ
vestimento.
Quanto ao 2.º
sino Básico, o C
instalação de ma
tadores para ap
247 escolas. ■

Parque de Ciência e Tecnologia nasce na zona da Asprela

A expansão do Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto (Uptec) foi aprovada ontem pela direcção do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2). Trata-se de um investimento de 15,8 milhões de euros, comparticipado em 11 milhões por fundos comunitários. Este projecto inclui o alargamento do actual edifício da Uptec no pólo da Asprela e a construção de um outro, contíguo à Faculdade de Engenharia, destinado à incubação de empresas de base tecnológica e outras instituições, como a Fundação Fraunhofer. Com a obra em início de execução, o edifício ficará pronto em 2013.

CMIN consegue financiamento de 21 milhões

Imagem virtual do Centro Materno-Infantil, cujo estaleiro está já montado

Porto

Chegou a temer-se que o impasse em relação ao projecto do Centro Materno-Infantil do Norte (CMIN) entre o Centro Hospitalar do Porto (CHP) e a Câmara Municipal pusesse em causa o financiamento comunitário.

Todavia, ontem, foi anunciada a aprovação da candidatura do equipamento a fundos comunitários no valor de 21,7 milhões de euros, praticamente metade do investimento, que é de 42,4 milhões de euros. A candidatura do CMIN, que vai ser construído junto à Maternidade de Júlio Dinis, no Porto, foi aprovada ontem à tarde pela Comissão Directiva do ON.2 – Programa Operacional do Norte.

Carlos Lage, presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), resumiu o processo com uma expressão de alívio: "A saga do CMIN parece ter chegado ao fim". A aprovação do financiamento prevê que a obra esteja concluída até ao final de 2013.

"Segunda oportunidade"

No comunicado emitido pela CCDRN ao final da tarde, Carlos Lage salientou ser esta "uma segunda oportunidade" para um "equipamento estratégico". Recorde-se que a falta de entendimento entre o CHP e a Câmara – que chumbou o projecto duas vezes – levou à caducidade do prazo para submeter a candidatura do projecto a fundos comunitários. Há uma semana, uma resolução do Conselho de Ministros autorizou a realização de um acordo extrajudicial entre Câmara e CHP para viabilizar a construção do CMIN. O CHP apresentará, em final de Fevereiro, nova candidatura aos fundos geridos pelo ON.■

Também no plano qualitativo, é de notar que o saldo entre notícias positivas, negativas e neutras continua a ser francamente favorável ao ON.2 e significativamente acima da meta fixada no "Board de Indicadores de Eficácia", no Plano de Comunicação do Programa, a saber, de um "número de artigos publicados na imprensa de conteúdo 'positivo' ou 'neutro' superior a 75%". Actualmente, este valor ultrapassa largamente a meta definida, atingindo os 93,3 por cento. Em rigor, pode falar-se mesmo de uma evolução favorável entre 2009 e 2010, considerando que a percentagem de notícias "negativas" e "neutras" desceu, concorrendo para um aumento do índice do número de notícias "positivas".

Neste sentido, pode dizer-se que o incremento muito significativo da notoriedade pública do Programa foi acompanhado por uma subida, mesmo que marginal, da "favorabilidade" dessa notoriedade (considerando também a pequena margem de progresso existente).

Favorabilidade das Notícias	% 2009	% 2010	Variação Anual
Notícias Negativas	4,80%	4,2%	↓-
Notícias Positivas	90,70%	93,3%	↑
Notícias Neutras	4,50%	2,6%	↓

É ainda de realçar a percentagem de notícias "motivadas" associadas à notoriedade do ON.2, ou seja, o volume dos artigos e reportagens que são publicados como consequência de uma iniciativa informativa ou de divulgação empreendida pela autoridade de gestão. Quase 50 por cento das notícias são "motivadas" (em contrapartida às "notícias espontâneas"), assim como mais de 90 por cento das que explicitam o nome ou a marca do Programa Operacional nos seus títulos.

Finalmente, refira-se o facto da imprensa regional e local desempenhar um forte papel na construção da notoriedade do ON.2, bem distribuída geograficamente, sendo responsável por cerca de 60% da produção noticiosa relativa ao Programa e aos projectos apoiados.

Notícias na imprensa generalista	Notícias na imprensa especializada/temática	Notícias na imprensa local e regional

2009	28,2%	11,8%	60%
2010	25,3%	15,5%	59,2%

Distribuição da presença noticiosa/mediática do ON.2 pelos órgãos de comunicação social quanto à sua abrangência/natureza geográfica

NOTAS DE IMPRENSA DO ON.2 EM 2010	Data	Notícias desencadeadas
Região do Norte tem, em 2010, 32 milhões de Euros para novas áreas de acolhimento empresarial e logística	12-Jan	*14*
Região do Norte coberta por Planos Municipais e Intermunicipais de emergência de riscos em 2012	18-Jan	*21*
Contrato de Financiamento do Equipamento Base do INL é Celebrado Amanhã, 3 de Fevereiro	2-Fev	*12*
Região do Norte com Novos Apoios Para Promover a Internacionalização	22-Fev	*4*
Região do Norte reforça com 22 milhões de Euros Rede de Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	26-Fev	*16*
ON.2 – O Novo Norte viabiliza construção de 26 creches na Região	3-Mar	*18*
"ON.2 – O Novo Norte" Assina Contratos de Financiamento de 27 Creches a 31 de Março, na CCDR-N	29-Mar	
"ON.2 – O Novo Norte" disponibiliza mais 25 milhões de Euros para Equipamentos Sociais Estruturantes na Região do Norte	31-Mar	*14*
CCDR-N promove Sessão de Divulgação "Internacionalização & Cooperação: Novas Oportunidades de Financiamento" a 21 de Abril	19-Abr	*6*
"Luz Verde" para 24 Projectos que Concretizam Apostas do Plano de Desenvolvimento Turístico do Douro	23-Abr	*12*
Concurso de Fotografia «Zoom Europa – Eu Região, Nós Europa» lançado a 9 de maio, em Matosinhos	3-Mai	*6*
Projectos Infra-estruturais que potenciam o Turismo do Douro apresentados e contratualizados a 11 de Maio, em Vila Real	7-Mai	*24*
Prémios «NOVO NORTE» divulgam vencedores a 27 de Maio, na Casa da Música	24-Mai	*3*
CCDR-N arranca com iniciativa «Norte + Próximo» a 31 de Maio, em Vila Real	28-Mai	*2*
Corporações de Bombeiros do distrito do Porto vão ter novo equipamento de protecção individual no combate a incêndios	12-Jul	*8*
Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional do Norte Reúne Amanhã, em Bragança	17-Jun	*16*

Workshops ajudam empresas a acelerar execução de projectos	18-Jun	*2*
"ON.2 – O Novo Norte" e "Compete" Assinam Contratos de Financiamento com Promotores Turísticos amanhã, na CCDR-N	8-Jul	*11*
Corporações de Bombeiros do Distrito do Porto Vão Ter Novo Equipamento de Protecção Individual no Combate a Incêndios	12-Jul	*8*
Douro em Destaque na Aprovação de Novos Investimentos Turísticos	12-Jul	*8*
"ON.2 – O Novo Norte" viabiliza 56 milhões de novos investimentos na cultura e património	14-Jul	*52*
ON.2 lança concursos para financiar iniciativas de eficiência energética em equipamentos de uso público	20-Jul	*15*
Oito Zonas Mineiras Desactivadas com Riscos de Contaminação no Douro e Trás-os-Montes Vão ter Intervenções de Segurança	30-Jul	*12*
Comissão Directiva do ON.2 Faz Balanço de Projectos aprovados no Domínio da Saúde	20-Ago	*3*
Informação de Agenda - Comissão Directiva do ON.2 Promove Conferência de Imprensa	27-Ago	*6*
NOVO NORTE Mostra-se no "Portugal Tecnológico" com 20 Projectos Inovadores	16-Set	*2*
Fundo "Jessica" arranca em Portugal, com Sede do BEI em Guimarães	6-Out	*4*
Região do Norte recebe sessões de esclarecimento sobre medidas de aceleração de projectos empresariais do QREN, a 20 de Outubro	18-Out	*3*
Informação de Agenda - Conferência de Imprensa	20-Out	*6*
Informação de Agenda - Conferência de Imprensa	8-Nov	*19*
CCDR-N Promove Debate sobre o Orçamento Comunitário Pós-2013, no porto	17-Nov	*5*
ON.2 promove evento anual sobre "O Norte e o QREN", amanhã	6-Dez	*14*
CCDR-N Apresenta Primeiros Resultados da Avaliação à Satisfação dos Turistas na Região do Norte, amanhã	14-Dez	*22*
Nível de Satisfação dos Turistas da Região Norte é "Positiva"e Tem Margem para Crescer	15-Dez	
ON.2 e INL Assinam Novo Contrato de Financiamento a 29 de Dezembro	27-Dez	*19*
"ON.2 – O Novo Norte" Viabiliza 80 Milhões de Financiamento Comunitário para a Linha "Dragão – Venda Nova" do Metro do Porto	30-Dez	*9*
TOTAL	**37**	*396*

VI.IV Comunicação Publicitária

Segundo os avaliadores externos do Programa, o "deficit de investimento publicitário realizado no biénio 2008-2009" foi "compensado pela franca recuperação assinalada durante o ano de 2010". O cumprimento da meta global de comunicação publicitária

em 2010 cifra-se em 33,2% (contra os 13% de 2009), exigindo porém um esforço de sustentação, senão mesmo de incremento, nos próximos anos.

Em 2010, a comunicação publicitária envolveu mais de 100 anúncios e mais de 260 spots televisivos, quatro campanhas de comunicação Web e seis campanhas de rádio, num investimento que ascendeu a 200 mil Euros. Foram privilegiados os órgãos de comunicação social com maior expressão regional e diversificados os canais, com o reforço da participação em rádio, televisão e imprensa digital.

Meios Publicitários	N.º de anúncios/Acções	Distribuição de Investimento %
Imprensa Nacional/Regional	72	66,80%
Imprensa Local	24	4,40%
Imprensa Digital (Web)	4 campanhas	1,30%
Rádios	3 campanhas	6%
Rádios Nacionais	1 campanha	
Rádios Regionais/Locais	2 campanhas	
Televisão	260 spots "NOVO NORTE" + campanha "Portugal Teconlógico"	21,30%

Listagem de Anúncios Publicitários Publicados, 2010

Campanha	Meio	Inserções	Caract.	Tipologia
9	Jornal de Notícias	18 de Janeiro	1 página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	20 de Janeiro	Janela a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	22 de Janeiro	1 página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	24 de Janeiro	Janela a cores	Imprensa Nacional

	Jornal de Notícias	27 de Janeiro	Centro de página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	29 de Janeiro	1 página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	31 de Janeiro	Janela a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	3 de Fevereiro	Centro de página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	5 de Fevereiro	1 página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	7 de Fevereiro	Janela a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	10 de Fevereiro	Centro de página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	12 de Fevereiro	1 página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	14 de Fevereiro	Janela a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	17 de Fevereiro	1 página a cores	Imprensa Nacional
Encontros a Norte "Regeneração Urbana, Clusters e Competitividade: Projecto 22@Barcelona"	Jornal Público	22 de Janeiro	¼ página a cores	Imprensa Nacional
ON.2 – O Novo Norte: acto público de acto de assinatura do contrato de financiamento para equipamento do Instituto Ibérico de Nanotecnologia:	Jornal Público	Fevereiro	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	Fevereiro	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal Douro Hoje	Fevereiro	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local

ON.2/Estrutura de Missão do Douro: Jornadas do Património Cultural do Douro 2010 (Sessão "Douro Ordenado – Douro com Futuro") – Aquisição de espaço publicitário	Jornal de Notícias	4 de Fevereiro	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal Douro Hoje	5 de Fevereiro	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local
	Jornal A Voz de Trás-os-Montes	5 de Fevereiro	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local
ON.2: Cerimónia de Assinatura dos Contratos de Financiamento de Creches	Jornal de Notícias	31 de Março	¼ página a cores	Imprensa Nacional
ON.2/CCDR-N: Conferência "Internacionalização da Região do Norte: Novas Oportunidades de Financiamento	Diário Económico	12 de Abril	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Negócios	12 de Abril	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal Grande Porto	16 de Abril	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local
	Jornal Público	16 de Abril	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal Público	19 de Abril	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	16 de Abril	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Público ON-LINE	12 a 16 de Abril	Banner/Homepage	Imprensa Digital
	Rádio Nova	12 a 16 de Abril	Spot 20''*80	Rádio Local
ON.2: lançamento do Concurso Zoom Europa	Jornal de Notícias	8 de Maio	1/2 página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	9 de Maio	1/2 página a cores	Imprensa Nacional

	Jornal Grande Porto	7 de Maio	1/2 página a cores	Imprensa Regional/Local
	Jornal Global Notícias	7 de Maio	1/2 página a cores	Imprensa Nacional
	Rádio Nova Era	3 a 9 de Maio	70 spots de 20'' (10 p/ dia)	Rádio Local
	AULA MAGNA	3 a 9 de Maio	7000 impressões	Imprensa Digital
	UNIVERSIA	3 a 9 de Maio	11000 impressões	Imprensa Digital
	FACEBOOK	3 a 9 de Maio	destaque, ldao direito	Imprensa Digital
ON.2/Prémios Novo Norte: Divulgação da Cerimónia de Encerramento e Premiados	Jornal de Notícias	23 de Maio	1 página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	24 de Maio	1 página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	27 de Maio	1 página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	28 de Maio	1 página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	28 de Maio	1 página a cores	Imprensa Nacional
ON.2/Estrutura de Missão do Douro: Conferência Internacional de Apresentação Pública dos resultados do Estudo da National Geographic Society sobre o "Destino Douro"	Revista Publituris	11 de Junho	1/2 página	Imprensa Nacional (especializada)
	Jorna Público	11 de Junho	1/2 página	Imprensa Nacional (Suplemento Fugas)
	Jornal Público	9 de Junho	¼ página a cores	Imprensa Nacional

	Jornal Público	11 de Junho	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	9 de Junho	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	14 de Junho	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal Grande Porto	10 de Junho	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local
	Jornal Douro Hoje	10 de Junho	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local
	Jornal Arrais	10 de Junho	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local
ON.2 – O Novo Norte: Sistemas de Incentivos às Empresas na Região do Norte – Workshops para Promotores, 21 e 22 de Junho de 2010	Correio do Minho	16 de Junho	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local
	Diário do Minho	16 de Junho	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local
	Jornal o Labor	17 de Junho	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local
	OJE	16 de Junho	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal Grande Porto	17 de Junho	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local
	Vida Económica	17 de Junho	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Negócios	16 de Junho	¼ página a cores	Imprensa Nacional
CCDR-N/ON.2 – O Novo Norte: Seminário Internacional "Promover a Coesão, Descentralizar o	Expresso	3 de Julho	¼ página a cores	Imprensa Nacional

Estado, Desenvolver as Regiões: Que desafios em Portugal e na Europa"	Jornal Sol	2 de Julho	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal Público	2 de Julho	1/2 página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal Público	4 de Julho	1/4 página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	1 de Julho	1/2 página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	5 de Julho	1/4 página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal Grande Porto	2 de Julho	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local
	TSF	Julho (1 semana)	spots 30"	Rádio Nacional
CCDR-N/ON.2: Sessão de Apresentação do Manual de Planeamento das Acessibilidades e da Gestão Viária	Jornal Público	17 de Setembro	1/4 página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	17 de Setembro	1/4 página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal Grande Porto	17 de Setembro	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local
ON.2: acto de assinatura dos contratos de co-financiamento relativos aos investimentos aprovados nos concursos "Bibliotecas e Arquivos Municipais", "Património Cultural", "Teatros e Cineteatros" e "Património Cultural em Rede"	Jornal Público	15 de Julho	1/2 página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	15 de Julho	1/2 página a cores	Imprensa Nacional
ON.2 - Participação na Feira "Portugal Tecnológico 2010"	Expresso	18 de Setembro	1/4 página a cores	Imprensa Nacional

	Jornal de Notícias	19 de Setembro	1/4 página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal Público	19 de Setembro	1/4 página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal Público	22 de Setembro	1/4 página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	22 de Setembro	1/4 página a cores	Imprensa Nacional
ON.2 - O Novo Norte: Divulgação da Participação na Feira "Portugal Tecnológico 2010"	Porto Canal	18 a 22 de Setembro	Spots	Canal Televisvo (Cabo)
Agenda da Internacionalização/ON,2: realização da conferência "América do Sul, Internacionalização & Energia: novos mercados e novas oportunidades para a Região do Norte"	Jornal de Notícias	8 de Outubro	¼ página a cores	Imprensa Nacional (secção Economia)
	Jornal Público	10 de Outubro	1/6 página a cores	Imprensa Nacional (Secção Economia)
CCDR-N/ON.2 – O Novo Norte: Seminário "Europa 2020: Nova Estratégia, Novos Instrumentos de Financiamento	Jornal Grande Porto	12 de Novembro	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Regional/Local
	Jornal Douro Hoje	18 de Novembro	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local
	Jornal A Voz de Trás-os-montes	18 de Novembro	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local
	Jornal de Notícias	12 de Novembro	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	15 de Novembro	¼ página a cores	Imprensa Nacional

	Jornal Público	12 de Novembro	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Nacional
	Jornal Público	15 de Novembro	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Nacional
	Jornal Sol	13 de Novembro	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Nacional
	Diário do Minho	15 de Novembro	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Regional/Local
Conferência Anual ON.2: "O Norte e o QREN: Novas Apostas, Novos Desafios"	Jornal de Notícias	2 de Dezembro	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	6 de Dezembro	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal Público	2 de Dezembro	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Nacional
	Jornal Público	3 de Dezembro	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Nacional
	Jornal Sol	3 de Dezembro	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Nacional
	Jornal de Negócios	3 de Dezembro	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Diário do Minho	3 de Dezembro	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Regional/Local
	Jornal Grande Porto	2 de Dezembro	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Regional/Local
	Jornal Douro Hoje	1 de Dezembro	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local
	Jornal A Voz de Trás-os-montes	1 de Dezembro	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local

CCDR-N/ON.2 – O Novo Norte: Sessão Pública de Apresentação do Estudo de Avaliação do Nível de Satisfação dos Turistas da Região do Norte	Jornal de Notícias	13 de Dezembro	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal Público	13 de Dezembro	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Nacional
ON.2 – O Novo Norte: acto público de assinatura do segundo contrato de financiamento do projecto de aquisição do equipamento do INL	Jornal Público	22 de Dezembro	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Nacional
	Diário do Minho	22 de Dezembro	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Regional/Local
	Correio do Minho	22 de Dezembro	anúncio de formato ¼ página, cor, página de texto ímpar	Imprensa Regional/Local
ON.2: Aquisição de Espaço Publicitário	Porto Canal	Setembro/Dezembro	Emissão de um spot publicitário num total de 260 inserções.	Canal Televisivo (Cabo)

Eventos & Relações Públicas

A realização de eventos em 2010, designadamente sessões públicas, workshops, seminários temáticos ou cerimónias de assinatura de contratos, visando directa ou indirectamente as oportunidades, decisões e aplicação do ON.2, continua a configurar uma vertente de comunicação relevante do Programa, permitindo simultaneamente o contacto presencial com actores e interessados e a criação de oportunidades de mediatização de concretizações e avanços da intervenção operacional. Para além da apresentação do conjunto de realizações em eventos, apresentam-se aqui exemplos de outras iniciativas de relações públicas do ON.2, designadamente através de mailings informativos e da produção e disseminação editorial.

Principais Números & Factos em 2010

↗ Organização de 21 eventos de divulgação ou debate público, associado a uma diversificação de temas (novas oportunidades de financiamento/concursos; apoio a beneficiários; Europa 2020/Norte 2020; Reforma do Estado; internacionalização e cooperação;

↗ Organização de 10 actos públicos de assinaturas de contratos de co-financiamento;

↗ Organização de acção de rua promocional no Dia da Europa (lançamento da iniciativa "Zoom Europa");

↗ Participação na Feira Portugal Tecnológico 2010: "O Novo Norte no Portugal Tecnológico", com 20 parceiros empresariais e científicos;

↗ 40.402 Participantes.

↗ **Aumento global do número de eventos públicos realizados, associado a um aumento global do número de participantes**.

Evento	Data	Local	Partic.
Reunião do Conselho Regional: Ponto de Situação da Aplicação do ON.2 e "Prémios Novo Norte"	28 de Janeiro	Fundação Cupertino de Miranda	120
Ciclo "Encontros a Norte" – conf. "Regeneração Urbana, Clusters e Competitividade"	29 de Janeiro	Auditório da Universidade Católica do Porto	129
ON.2 - Cerimónia de assinatura do contrato de financiamento da aquisição do equipamento tecnológico e científico do INL	3 de Fevereiro	Auditório do INL (Braga)	70
Reunião da Comissão de Acompanhamento Final/Cerimónia de Encerramento do QCA III	9 de Fevereiro	Salão Árabe, Palácio da Bolsa do Porto	200
Jornadas do Património Cultural do Douro 2010 (Sessão "Douro Ordenado – Douro com Futuro")	24 de Fevereiro	Museu do Douro (Régua)	100
2.ª Acção de Formação sobre "Auditoria e Controlo Financeiro da Contratação Pública"	15 e 16 de Março	Hotel Tuela Porto	20
ON.2 - Cerimónia de assinatura do contrato de financiamento de creches	31 de Março	CCDR-N, Porto	60
Apresentação do Documento "NORTE 2020" – Sessão de Trabalho	14 de Abril	Caves Calem (VN Gaia)	40
Sessão de Divulgação "Internacionalização & Cooperação: Novas Oportunidades de Financiamento"	21 de Abril	Centro de Congressos da Alfândega do Porto	300
ON.2 - Cerimónia de Apresentação do Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões e a instalação do Parque de Ciência e Tecnologias do Mar	23 de Abril	APDL (Matosinhos)	300
Iniciativa Zoom Europa (plano de Comunicação ON.2/Novos Públicos)	9 de Maio	Matosinhos	200
Cerimónia de atribuição dos Prémios Novo Norte	27 de Maio	Casa da Música, Porto	300
Conferência Internacional "Património Mundial – Oportunidades para ganhos económicos em Destinos Turísticos – o caso do Vale do Douro	17 de Junho	Palácio da Bolsa (Porto)	300
Seminário Internacional "Promover a Coesão, Descentralizar o Estado, Desenvolver as Regiões: Que desafios em Portugal e na Europa"	7 de Julho	Mosteiro de S. Bento da Vitória, Porto	250

Evento	Data	Local	Partic.
Assinatura dos contratos de co-financiamento relativos aos investimentos de Turismo, no âmbito do ON.2 – O Novo Norte	9 de Julho	Auditório da CCDR-N, Porto	100
Assinatura dos contratos de co-financiamento relativos aos investimentos de "Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos", no âmbito do ON.2 – O Novo Norte	13 de Julho	Governo Civil do Porto	50
Assinatura dos contratos de co-financiamento relativos aos investimentos de "Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos" no distrito de Braga, no âmbito do ON.2 – O Novo Norte	14 de Julho	Governo Civil de Braga	5
Assinatura dos contratos de co-financiamento relativos aos investimentos aprovados nos concursos "Bibliotecas e Arquivos Municipais", "Património Cultural", "Teatros e Cineteatros" e "Programação Cultural em Rede", no âmbito do ON.2 – O Novo Norte	15 de Julho	Fundação de Serralves	80
Cerimónia de Assinatura do Pacto para a Empregabilidade para o Tâmega	16 de Julho	Lousada	100
5ª Reunião da Comissão de Acompanhamento do ON.2	18 de Junho	Bragança	60
Sistema de Incentivos do ON.2: Workshops para Promotores	21 de Junho	Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira	60
Sistema de Incentivos do ON.2: Workshops para Promotores	22 de Junho	Auditório D. Diogo de Sousa, Braga	86
Montagem e Animação em 2010 da Rede Informal de Promotores com projectos de "Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	28 de Junho	Auditório do Parque Nacional do Alvão, Vila Real	50
Cerimónia de Assinatura de Contratos de Financiamento	2 de Agosto	Governo Civil de Vila Real	80
Assinatura dos contratos de co-financiamento relativos aos investimentos de "Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos" no distrito de Bragança, no âmbito do ON.2 – O Novo Norte	3 de Agosto	Governo Civil de Bragança	50
3.ª Acção de Formação sobre "Auditoria e Controlo Financeiro da Contratação Pública"	6 a 9 de Setembro	Hotel Tuela Porto	20
Apresentação do Manual de Planeamento das Acessibilidades e Gestão Viária	22 de Setembro	Hotel Tuela Porto	180
ON.2: Participação na Feira Portugal Tecnológico 2010	22 a 26 de Setembro	FIL Parque das Nações, Lisboa	36000
Conferência "América do Sul, Internacionalização & Energia: novos mercados e novas oportunidades para a Região do Norte",	12 de Outubro	Hotel Sheraqton Porto	128
Seminário "Europa 2020: Nova Estratégia, Novos Instrumentos de Financiamento"	19 de Novembro	Mosteiro de S. Bento da Vitória, Porto	300
Evento Anual ON.2 "O NORTE & O QREN: Novas Apostas. Novos Desafios"	7 de Dezembro	Centro de Congressos da Alfândega do Porto	380
Sessão Pública de Apresentação do Estudo de Avaliação do Nível de Satisfação dos Turistas na Região do Norte	15 de Dezembro	Fundação de Serralves	179
ON.2 – O Novo Norte: acto público de assinatura do segundo contrato de financiamento do projecto de aquisição do equipamento do INL	29 de Dezembro	CCDR-N, Porto	60
Total – 40402 participantes			

Conferência Anual do ON.2: Do Normativo à Boa Prática

A realização de "uma grande acção de informação anual" sobre a execução do Programa Operacional constitui não apenas uma exigência regulamentar comunitária, como uma "boa prática" de comunicação, transparência e promoção do escrutínio público assumida pela Autoridade de Gestão do ON.2, tendo como tema dominante os principais números, factos e perspectivas futuras da aplicação do ON.2 e do QREN na Região do Norte.

Assim, a realização de um evento anual de balanço da aplicação do Programa e do QREN no espaço regional, sob o lema "O Norte e o QREN", passou a configurar uma acção estruturante da política de divulgação pública do ON.2. Em 2010, a organização da sessão "O Norte e o QREN: Novas Apostas, Novos Desafios", a 7 de Dezembro, – suportada num investimento publicitário e de divulgação adequado - contou com uma significativa participação de instituições regionais, municípios, empresas e personalidades da sociedade

civil regional, num conjunto de 380 presenças, tendo conhecido um importante reflexo mediático, designadamente em órgãos de imprensa escrita.

Para além da apresentação dos principais resultados anuais do Programa Operacional, foram neste evento apresentadas as metas e perspectivas para 2011 e realizado dois painéis de debate sobre a aplicação do QREN na Região Norte e relativo aos principais desafios de mudança, nos domínios da Economia, da Ciência, da Energia e da Economia do Mar.

Em torno do espaço do evento – por acessos e corredores do centro de congressos – foi realizada a apresentação pública da campanha publicitária do ON.2, centrada na comunicação da marca "Novo Norte" e de exemplos concretos das principais apostas temáticas do Programa Operacional no desenvolvimento regional: Ciência & Tecnologia, Inovação Empresarial, Indústrias Criativas, Economia do Mar, Turismo, Política de Cidades, Infra-estruturas de Saúde, Rede de Centros Escolares, Valorização da Orla Costeira, entre outros.

Parcerias Editoriais: O Caso "Douro Up"

Tendo em consideração a importância do Alto Douro Vinhateiro no contexto da Região do Norte, e por conseguinte dos apoios que têm sido garantidos pelo ON.2 na implementação de acções que visam o desenvolvimento estrutural da região, prosseguiu-se a iniciativa de publicação da newsletter impressa «DOURO UP», também divulgada no site www.ccdr-n.pt/emd, na qual o ON.2 participa editorialmente, cobrindo em média 50 por cento da mancha noticiosa, quer através de rubricas específicas ("QREN UP"), quer através de informação nos destaques e nas páginas de abertura. Centrada em temas da actualidade da região duriense, a newsletter procura tratar exemplos concretos de aplicação dos apoios dos fundos estruturais no Douro e as oportunidades de financiamento a que as entidades públicas e privadas podem concorrer.

Com edições bimestrais, foram produzidas ao longo de 2010 dois números da newsletter «DOURO UP», distribuídas em 5000 exemplares via mailing e através de quatro postos de distribuição, nomeadamente em Vila Real (Universidade de Trás-os-Montes e Governo Civil), Peso da Régua (sede da Estrutura de Missão do Douro) e no Porto (sede da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte).

Iniciativas Especiais e Novos Públicos

Prémios "NOVO NORTE": da política de branding à comunicação de casos de sucesso de desenvolvimento regional

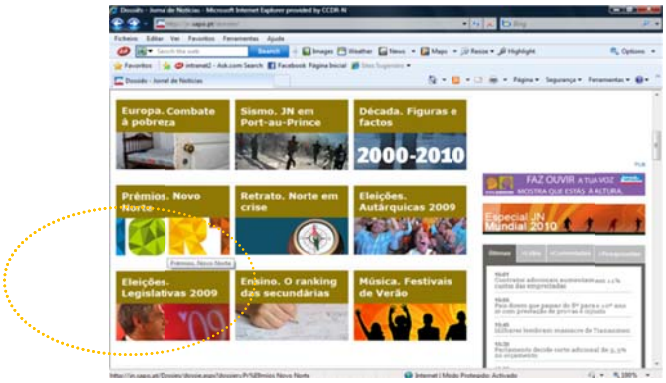
Considerando os resultados obtidos na sua primeira edição (desenvolvida entre Dezembro de 2009 e Maio de 2010), a iniciativa "Prémios NOVO NORTE" configura, senão a mais importante, uma das mais relevantes "boas práticas" ou "casos de sucesso" do Plano de Comunicação do ON.2. Do seu carácter inovador e marcante no contexto do marketing público territorial e da comunicação institucional (e da comunicação do QREN) dão conta as conclusões do estudo de avaliação à operacionalização do Programa Operacional, baseadas num conjunto de testemunhos, opiniões e análises recolhidos ou efectuados no seu âmbito.

Destinados a distinguir "casos de sucesso", "boas práticas" ou "projectos inovadores de desenvolvimento regional", a primeira edição dos Prémios NOVO NORTE antecedeu em praticamente um ano a previsão inicialmente fixada, procurando suprir a ausência de execução da campanha publicitária da marca, que será implementada (agora que se encontra concluída a sua concepção comunicacional) em 2011.

Fazendo radicar a sua organização e promoção numa parceria tríplice, juntando a instituição de desenvolvimento regional de referência (a CCDR-N), o órgão de comunicação social nacional de maior expressão e influência regional (o Jornal de Notícias – JN) e a Autoridade de Gestão do ON.2, os "Prémios NOVO NORTE" constituem, simultaneamente, uma iniciativa de comunicação (ou um "plano de expressão") da marca "ON.2 – O Novo Norte" (e, no sentido mais técnico, também uma extensão do seu branding), como uma "narrativização" dos objectivos de desenvolvimento regional e valores de inovação em que assenta a filosofia e estrutura do Programa Operacional. Conforme se lê no documento de referência da iniciativa, "os "Prémios NOVO NORTE" visam distinguir pública e regularmente as iniciativas de desenvolvimento regional mais inovadoras em temas prioritários para a Região do Norte, que apresentem elevado efeito demonstrativo e potencial de transferibilidade."

Por outro lado, a parceria estabelecida com um dos principais órgãos de media nacionais permitiu veicular informações relevantes não apenas sobre a iniciativa em concreto nos Prémios, mas também sobre temáticas de desenvolvimento regional, sobre as apostas e oportunidades do ON.2, sobre o seu funcionamento e sobre as realizações e impactos dos fundos estruturais na Região do Norte. Dar-se-á também assim, refira-se, cumprimento, por esta via, ao normativo regulamentar comunitário que determina à autoridade de gestão o estabelecimento de parcerias "associar às medidas de informação e publicidade pelo menos um dos organismos que estão em condições de divulgar amplamente as informações" (n.º 3 do artigo 5º do Regulamento CE 1828/2006).

Nesta primeira edição, o concurso elegeu seis categorias que convergem com os temas prioritários da estratégia "NORTE 2015" e as apostas mais fundamentais do ON.2: "Norte Inovador", "Norte Empreendedor", "Norte Criativo", "Norte Sustentável", "Norte Civitas" e "Norte Inclusivo".



O lançamento da iniciativa contou com um "mix de comunicação" específico, associando componentes de branding, Web, comunicação mediática, eventos e relações públicas e publicidade. Em articular, destacam-se:

i) A acção editorial que o JN desenvolveu, como parceiro e co-organizador da iniciativa, através da criação de uma área editorial específica no portal www.jn.pt/dossies e de um conjunto de trabalhos noticiosos que contribuíram para potenciar a notoriedade e o impacto da acção;

ii) As campanhas de publicidade de lançamento e encerramento da iniciativa, realizadas no JN (versão impressa e on-line) e na TSF, em condições excepcionais asseguradas pela parceria institucional, que correspondeu à mais impactante campanha de publicidade alguma vez empreendida pela CCDR-N;

iii) As cerimónias de lançamento e de encerramento e entrega de prémios do concurso, realizadas na Casa da Música, e com o apoio desta instituição como entidade anfitriã, na qual participaram cerca de 600 personalidades e altos responsáveis institucionais, empresariais e científicos da Região;

iv) A utilização das Redes Sociais, nomeadamente do Facebook, para a disseminação mais informal e personalizada da iniciativa e o desenvolvimento de uma adesão emocional à marca;

Principais Factos & Números em 2010

- ↗ Mais de 100 notícias publicadas na imprensa;
- ↗ 27.800 referências na Internet (Fonte: Google);
- ↗ 6 reportagens de televisão e emissão (em diferido) da cerimónia de entrega de prémios de 27 de Maio;
- ↗ 10 mil visitas Web em 6 meses;
- ↗ 600 participantes nos dois eventos;
- ↗ mais de 2000 mensagens electrónicas de comunicações associadas.

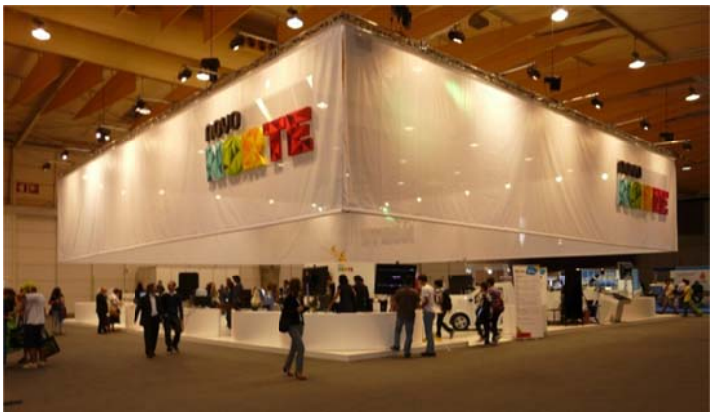
"O Novo Norte no Portugal Tecnológico 2010" e "Melhor(ar) a Norte": iniciativas especiais & parcerias de comunicação marcantes no país e na região

O Plano de Comunicação do ON.2 preconiza e prevê, entre as suas "áreas-chave de implementação" (cf. capítulo "5. Estratégia, Áreas-Chave de Implementação e Fases"), o desenvolvimento de "Iniciativas Especiais e 'Novos Públicos'", em cujo conceito se enquadram acontecimentos, eventos ou acções de relevo regional, temáticas fundamentais do desenvolvimento regional ou apostas do Programa Regional. Simultaneamente, prevê que a sua dinamização se possa traduzir no «apoio, divulgação ou sponsoring a eventos ou outras iniciativas de comunicação, promovidas por entidades terceiras, com objectivos relevantes em temas afins às prioridades estratégicas do Programa ou junto dos seus públicos-alvo».

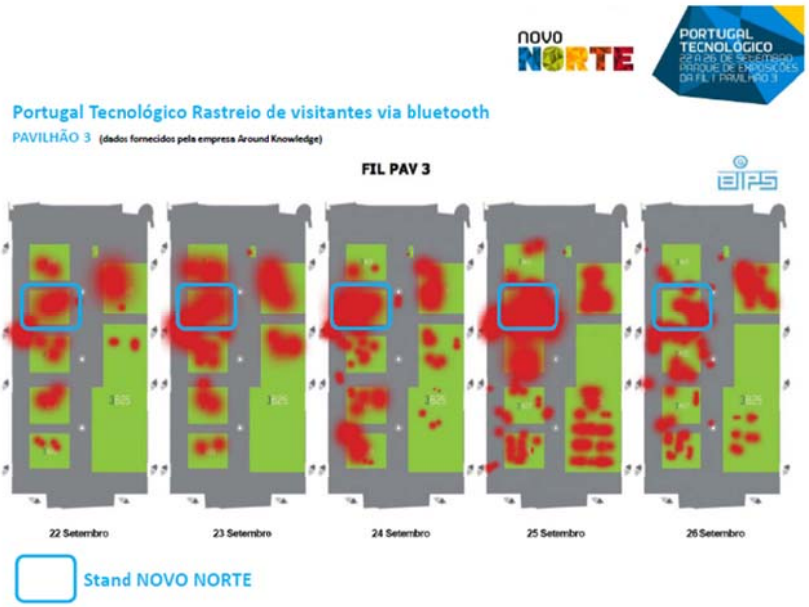
Tais iniciativas podem, assim, ser concretizadas na base de uma organização autónoma exclusiva, como assumir formas de parcerias de comunicação e de "sponsoring", técnica de Comunicação de Marketing assente na co-participação ou associação de marcas e instituições a eventos ou iniciativas promovidas por entidades afins, associadas ou terceiras, com interesses comuns e retornos de comunicação partilhados.

É justamente este um dos territórios de comunicação explorados, com carácter inovador e vantagens comunicacionais, pelo ON.2 desde 2009 e que se vê reforçado em 2010. No caso das "iniciativas especiais", pensadas em boa medida para a targetização de "novos públicos", e para além dos "Prémios NOVO NORTE", a comunicação do Programa desenvolveu em 2010 uma importante participação na feira "Portugal Tecnológico 2010", com um espaço próprio de 500 metros quadrados de área expositiva e interactiva, para o qual adoptou o *branding* "Novo Norte".

Aspecto exterior do espaço "Novo Norte" no Portugal Tecnológico 2010



O espaço "Novo Norte", organizado pela CCDR-N e autoridade de gestão do ON.2, serviu de palco e mostra de 20 importantes casos científicos e empresariais de inovação da Região do Norte, tendo promovido ainda programa de 12 eventos ao longo dos cinco dias (conferências, demonstrações, apresentações públicas, visitas on-line em tempo real a laboratórios, show-cookings inovadores, etc.) e 8 acções promocionais permanentes. No total visitaram o stand mais de 22 mil pessoas, entre empreendedores, investigadores, estudantes do ensino superior e jornalistas, tendo sido o espaço mais visitado do pavilhão das regiões da FIL (pavilhão 3).



A área expositiva "Novo Norte" foi a mais visitada do pavilhão das regiões, no "Portugal Tecnológico 2010". Uma aplicação desenvolvida pela Around Knowledge, empresa criativa incubada em Serralves e parceira da iniciativa, permitiu, através de um sistema de rastreio bluetooth, contabilizar o número de visitantes com sinal activo e respectivo percurso no pavilhão das regiões do certame. Num total de perto de 22 mil pessoas que marcaram presença na área expositiva do NOVO NORTE, o sábado foi o dia que registou maior afluência, com perto de nove mil visitantes

O valor associado à comunicação do ON.2 traduz-se, neste caso, em três dimensões: i) por um lado, na comunicação de marca do espaço (branding "Novo Norte"); ii) por outro na promoção de "conteúdos", "histórias" e exemplificações de projectos e investimentos inovadores apoiados por fundos comunitários na Região Norte e, especialmente, pelo próprio Programa Operacional Regional, que contribuem directamente para sustentar a "promessa" da marca e conferir notoriedade às suas realizações, apostas e impactos; iii) por último, na distribuição de informação (brochuras info-promocionais, ponto de atendimento, filme promocional, etc) que concorra para níveis superiores de acessibilidade à sua estrutura e "conteúdos".

Quadro de Parceiros – "O Novo Norte no Portugal Tecnológico 2010"
3B´s Research Group (UMinho) + Stemmatter
Boca do Lobo & Munna Design
CCDR-N - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CEIIA - Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel
CeNTI - Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes da UPorto

Edigma.Com
EFACEC
Fibersensing
Imperial Chocolates (Grupo RAR)
INEGI – Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial (UPorto)
INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto (UPorto)
INSERRALVES - Around Knowledge, Mikro Element, Id-L, Há Coisas de Cartão (empresas criativas incubadas)
JPS Cork
Laboratório Ibérico de Nanotecnologias (INL)
PIEP – Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros (UMinho)
Polisport
Pólo de Competitividade e Tecnologia “Portugal Foods”
Seed Studios
Tomorrow Options
UNICER
UPorto – Universidade do Porto
UPTEC - Parque de Ciência e Tecnologias do Mar

No domínio das parcerias de comunicação e de “sponsoring” há a destacar, em 2010, a participação do ON.2 na campanha de comunicação e sensibilização ambientais da Região do Norte designada de “Melhor(ar) a Norte”, da responsabilidade da CCDR-N enquanto autoridade regional ambiental, com o objectivo central da disseminação de uma consciência e culturas activas de protecção da qualidade atmosférica e de promoção de boas práticas sociais e profissionais neste domínio, quer por parte de segmentos de público específicos, quer da população em geral. Nesta importante área de aposta de comunicação institucional e marketing público para os temas da qualidade do ar e do ambiente foram atingidos os resultados de realização e impacto que se apresentam no quadro seguinte.

Campanha "Melhor(ar) a Norte": um sponsoring ON.2 com impactos em "novos públicos"

- Acção educativa escolar: 4.446 participantes da comunidade escolar (4.312 alunos; 134 professores); concurso escolar com 13 escolas;
- Exposição itinerante "Melhor(ar) a Norte": exposição itinerante em 12 centros comerciais, localizados nas oito sub-regiões do NUT III (9 dos 12 espaços comerciais receberam 1.437.946 visitantes nos dias da exposição);
- Distribuição de materiais promocionais à comunidade escolar e aos sectores da construção civil: 5.152 folhetos, 3.269 brochuras, 2.067 manuais de boas práticas, 1.465 pendurantes e 314 DVD;
- Produção do filme promocional «Respirar melhor a Norte» e da brochura "Boas Práticas de Qualidade do Ar para a Construção Civil";
- Número de visitas ao site www.melhoraranorte.pt (entre Julho de 2009 a Dezembro de 2010): 2.423 visitas, 42.604 páginas visualizadas;
- Impacto mediático: 96 notícias, das quais 19 em meios online, duas na estação de TV Porto Canal e as restantes em órgãos impressos;
- Acções dirigidas aos sectores da construção civil, da indústria e dos serviços: 22 workshops; 506 participantes.

A Rede de Comunicação QREN

A Rede de Comunicação do QREN configura um dispositivo de cooperação entre as estruturas de comunicação dos programas operacionais e as autoridades nacionais do QREN, previsto na legislação nacional e comunitária, tendo em vista o desenvolvimento de acções de conjuntas de maior espectro público e a coordenação de esforços com fins de qualificação global da imagem pública e transparência da aplicação dos fundos estruturais em Portugal.

O funcionamento da Rede tem permitido desenvolver, entre outras acções e resultados, os seguintes outputs comunicacionais, nos quais o ON.2 tem responsabilidade e participação activas:

i) Um programa diário de rádio "Objectivo 2013", na TSF, na base de "histórias promissoras" de projectos aprovados nos diversos programas operacionais;
ii) A co-produção de vídeos relativos a projectos co-financiados emblemáticos – no caso do ON.2, de 8 vídeos dedicados ao mesmo número de operações;
iii) A coordenação e harmonização dos procedimentos de aplicação dos normativos de "Informação e Publicidade" dos fundos estruturais para beneficiários;
iv) O encarte info-promocional trimestral "QREN", no diário gratuito "OJE;
v) O canal de notícias do portal www.qren.pt;
vi) Um serviço integrado de clipping noticioso partilhado pelas diversas estruturas de comunicação do QREN;
vii) A participação nacional na Rede Comunitária INFORM.

Comunicação Interna

Neste contexto, o Plano de Comunicação incide os seus esforços em quatro domínios específicos:

i) O desenvolvimento do infomail mensal electrónico interno;

ii) A gestão do endereço geral do ON.2 (novonorte@ccdr-n.pt) que regista um conjunto de meio milhar de operações de reencaminhamentos internos de mensagens;

iii) O apoio à organização de reuniões técnicas e à partilha de informação;

A assessoria gráfica na preparação documental e de apresentações

7. CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2011

7.1. Balanço Global sobre a Execução em 2010

Aceleração do ritmo de execução financeira acompanhado do nível de aprovações

Globalmente, pode-se afirmar que se a nota dominante de 2009 foi a evolução em termos de aprovações, o ano de 2010 foi o ano de evolução muito significativa em termos de execução financeira. Em 31/12/2010, a taxa de execução (execução FEDER / Programação 2007-13) era de 15,2%, 1,2 p.p. acima da previsão assumida no Relatório de Execução de 2010, correspondendo a um crescimento de 462% face a 2009. Já a taxa de aprovações era em 31/12/2010 de 66%, mais do que duplicando a taxa de 2009 (31%).

Em valor, a execução financeira do ON.2 atingiu 412 milhões de Euros FEDER, para uma despesa elegível de 676 milhões de Euros. As aprovações atingiram o valor acumulado de 1.783 milhões de Euros FEDER, correspondendo a 2.682 milhões de Euros de despesas elegíveis.

Quer a execução financeira quer o nível de aprovações do ON.2 estão em linha com a programação da Autoridade de Gestão.

Refira-se que o Eixo III, tal como sucedeu em 2009, foi o que mais contribuiu em termos absolutos para a execução financeira do Programa, com 151 milhões de Euros FEDER, seguindo-se o Eixo IV com 86 milhões e o Eixo I com 71 milhões de Euros. Verificou-se igualmente uma correspondência entre os Eixos com maior dotação e os Eixos com maiores taxas de aprovação. Assim os Eixos I, III e IV apresentavam, no final de 2010, taxas de aprovação de, respectivamente, 63,7%, 82,7% e 69,1%.

Quanto às tipologias, destacam-se as relacionadas com a requalificação da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar e saúde. De realçar ainda o nível de aprovações e de execução financeira do Eixo Prioritário I no que respeita aos sistemas de incentivos.

O ano de 2010 foi o ano de arranque das aprovações nos Eixo I (sem sistemas de incentivos), Eixo II – este na sequência da aprovação dos clusters e pólos de competitividade – e Eixo V.

Operações contratadas revelam bom contributo para temas prioritário "earmarking" e para os indicadores comuns comunitários

O contributo do ON.2 para os temas prioritários que contribuem para as prioridades definidas no âmbito da Estratégia de Lisboa (temas "earmarking"), os quais têm no ON.2 um FEDER programado de 1.889 M€, ou seja, 70% da dotação FEDER do programa operacional, correspondendo a 41 temas num total de 64 temas prioritários. No final de 2010 verifica-se que 30 dos 41 temas "earmarking" apresentavam operações aprovadas, ascendendo o FEDER aprovado em temas "earmarking" a 1.290 M€, o que corresponde a 72% do FEDER aprovado. Relativamente ao ano anterior, estes números revelam uma duplicação do investimento aprovado em termos de "earmarking".

Com o substancial aumento da execução financeira, isso também se reflectiu nos valores da execução em "earmarking", os quais passaram de 76 M€ para 304 M€ em 2010, sendo que os temas com execução passaram de 12 para 22.

Continua a verificar-se, uma concentração dos investimentos apoiados pelo ON.2 naquelas que são as prioridades definidas no âmbito da Estratégia de Lisboa em matéria de competitividade e criação de emprego, com um peso relativo ligeiramente acima ao estabelecido em sede de programação (72,4% versus 70,0%).

Nos domínios mais directamente ligados à Agenda da Competitividade, cujos indicadores associados apresentavam anteriormente níveis relevantes, verifica-se em 2010 um incremento muito substancial. Este crescimento é particularmente forte no que respeita aos investimentos em Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, em que o número de projectos contratados e o valor aprovado no final de 2010 cresceu significativamente, face ao ano anterior, atendendo à aprovação de investimentos em infra-estruturas de IDT e centros de competência em tecnologia específica. À luz dos indicadores comuns nacionais, constantes do Anexo I, em finais de 2010 o investimento total em I&D apoiado pelo ON.2 ascendia a 162 M€, dos quais 90 M€ relativos a I&D empresarial.

Mantendo a tendência relatada em 2009, continuou a observar-se uma elevada procura por apoios à I&D com um "mix" muito equilibrado entre I&D pública e empresarial. Este balanço aplica-se igualmente às ajudas directas às PME (note-se que o ON.2 apenas prevê o apoio a pequenas e micro empresas), com todos os indicadores a aumentarem significativamente. Este crescimento do número de projectos de apoio às PME, de novas empresas apoiadas e de investimento induzido é particularmente relevante face à conjuntura económica que se fez sentir durante este último ano. Em 2010 o investimento total em projectos de apoio às empresas atingiu os 763 M€ (era de 414 M€ em 2009), com uma componente privada que ascendia já aos 226 M€. No universo das PME com 1.432 projectos apoiados, é de referir

que 449 dessas empresas estavam classificadas em sectores intensivos em conhecimento e de média e alta tecnologia, número que cresceu 50% face a 2009.

Outro domínio com relevo e forte incremento em 2009 é o da Sociedade de Informação, com 345 projectos aprovados. Este acréscimo reflecte o apoio do ON.2 na promoção das TIC quer ao nível empresarial, através dos Sistemas de Incentivos, quer em operações transversais associadas à Modernização Administrativa (SAMA), quer ainda ao nível da introdução das TIC no parque escolar, estando esta última intervenção inserida no Plano Tecnológico da Educação. É de realçar que as operações transversais acima referidas têm um elevado nível de abrangência.

Quanto ao Turismo, verifica-se um forte incremento das operações contratadas, reflectindo quer o apoio a empresas do sector no quadro dos Sistemas de Incentivos quer um primeiro conjunto de aprovações no âmbito do PDTVD. Em 2010 duplicou-se o número de projectos apoiados, confirmando-se assim o forte apoio que o sector do Turismo na Região do Norte tem vindo a merecer por parte do ON.2, o que está em linha com a sólida expansão que, mesmo num contexto internacional de crise, este sector observa na Região.

Nos indicadores associados aos sectores sociais, é de atribuir um grande relevo ao domínio da Educação. Com efeito, o ON.2 tem previsto afectar ao sector da Educação um montante muito significativo de recursos, com intervenções focadas na Rede de Centros Escolares do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar. Em conformidade verifica-se já um nível de aprovações muito elevado: 292 operações, abrangendo 66.466 alunos.

No domínio da Reabilitação Urbana e da Competitividade das Cidades 2010 foi um ano de forte incremento na aprovação de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades das operações referentes às Parcerias para a Regeneração Urbana, com 373 novos projectos.

No domínio dos Transportes 2010 foi um ano de incremento no que respeita ao número de km de estradas, novas ou reconstruídas, com um total de 767 km.

Incidência intra-regional dos apoios actua no sentido da coesão territorial

Outra conclusão relevante prende-se com o impacto do ON.2 em termos de coesão territorial interna à Região do Norte. Com base nos valores acumulados em finais de 2010, confirma-se uma distribuição do FEDER aprovado fortemente correlacionada com o peso demográfico e económico dos diferentes territórios, destacando-se assim, em valor absoluto, o montante afecto ao Grande Porto. Mas confirma-se igualmente que são os territórios NUTS III com menores níveis de rendimento “per capita” que apresentam incidências de apoio “per capita”

maiores (“Minho–Lima”, “Douro” e “Alto Trás-os-Montes”). A excepção a este comportamento é o “Tâmega”, território para o qual – tendo em conta o baixo nível relativo de desenvolvimento – será desejável aumentar a intensidade do apoio comunitário no quadro do ON.2.

Balanço por Eixo Prioritário

Analisando o grau de prossecução dos objectivos por Eixo Prioritário, as principais conclusões a destacar são as seguintes:

Quanto ao Eixo Prioritário I – “Competitividade, Inovação e Conhecimento”, os investimentos apoiados pelo ON.2 em 2010 reforçaram significativamente a convergência com o objectivo global de promover um novo modelo competitivo para a Região do Norte. Com efeito, a procura de incentivos quer na componente dos apoios às empresas, quer na componente atribuída a projectos públicos ou não empresariais, teve uma incidência significativa em domínios tecnológicos e actividades intensivas em conhecimento.

A elevada procura registada nos Sistemas de Incentivos originou uma maior selectividade, com focagem crescente em projectos inseridos em EEC e em projectos orientados para os mercados externos. Cabe realçar, no OE2 – Apoio à Criação e Consolidação de “Clusters” Emergentes e de Empresas de Base Tecnológica, a contratação de projectos de 449 empresas inseridas em sectores intensivos em conhecimento e de média e alta tecnologia, ultrapassando-se assim a meta para 2015 e, no OE 4 – Requalificação, Inovação e Reforço das Cadeias de Valor nos Sectores de Especialização, a existência de 803 micro e pequenas empresas apoiadas, o que também ultrapassa a meta para 2015.

Os dados relativos à execução de projectos de I&D continuam a mostrar duas tendências da maior relevância: um aumento global da procura por apoios à I&D mas, ao mesmo tempo, um “mix” muito mais equilibrado do que o verificado no passado entre I&D pública e I&D empresarial.

A dinâmica do Eixo originou um impacto assinalável na totalidade dos sete Objectivos Específicos (OE), ainda que, para tipologias de projectos tais como as associadas a áreas de acolhimento empresarial, à economia digital e à eficiência energética as acções empreendidas, através da abertura de concursos, se traduziram num elevado nível de aprovações já em 2011.

O Eixo Prioritário II – “Valorização Económica de Recursos Específicos”, centrado na promoção da competitividade através da valorização económica de recursos específicos, engloba um conjunto coerente e, até, articulado de objectivos específicos, os quais foram

objecto de um trabalho aprofundado de preparação no quadro das Agendas Temáticas que a CCDR-N desenvolveu, no seguimento da Iniciativa Norte 2015. Dada a forte articulação entre os objectivos específicos do Eixo e as EEC (nomeadamente OE2 / EEC "Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar"; OE3 / "Cluster das Indústrias Criativas na Região do Norte"; OE5 / EEC PROVERE), foi opção da Autoridade de Gestão não antecipar – pelo menos de modo relevante – a abertura de concursos face ao reconhecimento formal das EEC. Assim, foi em 2010 que este Eixo observou um forte impulso na sua implementação, tendo a taxa de compromisso passado de 6,6% para 45,4%, situando-se a taxa de execução em 6,1%.

Não contando com a contratualização, foram aprovadas 46 operações no montante global de 102 milhões € FEDER. Em termos acumulados, até ao final do ano já tinham sido aprovadas 76 operações, representando um montante global de 109 milhões € FEDER e 163 milhões € de despesa elegível.

Realçam-se neste Eixo, que corresponde a apostas regionais de desenvolvimento, os investimentos no PDTVD – Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (OE 1 – Valorização Económica da Excelência Turística Regional), no Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões, o qual integra o Parque de Ciências e Tecnologias do Mar, e a Incubadora de Base Tecnológica para a Área das Ciências do Mar (OE 2 – Valorização Económica de Novos Usos do Mar), o programa de acção relativo a relativo a "Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012" (OE 3 – Valorização da Cultura e da Criatividade), a infra-estruturação de áreas de acolhimento empresarial num total de 252.880 m2, promovida no âmbito da contratualização, ultrapassando a meta estabelecida para 2010 (OE 4 – Valorização de Novos Territórios de Aglomeração de Actividades Económicas), e a abertura de concursos dirigidos ao apoio de projectos inseridos nas referidas EEC PROVERE (OE 5 – Valorização Económica de Recursos Endógenos em Espaços de Baixa Densidade e Diversificação da Actividade Económica dos Territórios Rurais).

O Eixo Prioritário III – "Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial" foi o Eixo que, em termos absolutos mais contribuiu para a execução do ano, com 151 milhões de Euros de FEDER executado, apresentando uma taxa de Taxa de Execução: 23,52% e uma taxa de compromisso de 82,7%. O esforço realizado na qualificação dos serviços colectivos territoriais de proximidade traduz-se num aumento da coesão territorial da Região do Norte, permitindo a criação de condições que promovem a igualdade de oportunidades entre as populações dos meios rurais e urbanos.

Neste Eixo é de realçar, no OE 1 – Valorização e Qualificação Ambiental, o facto de estarem cumpridas as metas para 2010 no que respeita aos Riscos Naturais e Tecnológicos (RNT), quanto aos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) quanto ao número de acções de sensibilização, divulgação e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos e quanto à Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas - Passivos Ambientais (RLCZE) quanto à população abrangida.

No OE 2 – Gestão Activa da Rede Natura e da Biodiversidade foram aprovados 36 projectos que, no seu conjunto abrangem uma área de 392.656 hectares de área classificada, o que corresponde a 43,1% da área classificada da Região do Norte. Foi assim ultrapassada a meta de 2010 no que respeita ao "número de intervenções de gestão activa em áreas classificadas", bem como as metas estabelecidas para 2015, no que respeita à percentagem de "acréscimo da área classificada abrangida por intervenções de gestão activa".

Já quanto ao OE 3 – Qualificação dos Serviços Colectivos Territoriais de Proximidade, cabe realçar a Requalificação da rede escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, onde foram contratados 292 centros escolares, abrangendo 66.466 alunos, valor muito superior às metas previstas para 2015. Também cumprida encontra-se a meta de 2010 na Saúde no que respeita à população abrangida pelos 31 projectos de reconfiguração e requalificação de serviços de saúde. Quanto aos Equipamentos Sociais - Creches foram ultrapassadas as metas para 2015 quer quanto aos equipamentos apoiados quer quanto ao número de utentes.

No Eixo Prioritário IV – "Qualificação do Sistema Urbano", a nota dominante em 2010 foi o crescimento da execução face ao ano de 2009 atingindo 1612%. Em valores absolutos a execução anual foi de 86 milhões de Euros FEDER. Deste modo no final de 2010 a Taxa de Compromisso era de 69,13% e a Taxa de Execução de 14,19%.

Este crescimento da execução estava desde o início prevista na programação do ON.2, dado o tempo que medeia entre a elaboração dos programas de acção das Parcerias para a Regeneração Urbana e a apresentação e aprovação das respectivas operações. Isto levou a Comissão Directiva a abrir, ainda em 2007 o primeiro concurso das PRU, logo seguido de mais dois no início de 2008.

Evidencia do forte crescimento dos resultados do Eixo IV é o seu impacto nos OE, com uma série de metas para 2015 já atingidas.

Assim, no OE 1 – Promoção de Operações para a Excelência Urbana e de Redes para a Competitividade e Inovação foram aprovadas 55 intervenções integradas de requalificação

urbana estando largamente ultrapassada a meta para 2015, quanto às redes urbanas para a competitividade, as acções envolvem um conjunto de 14 cidades, estando praticamente atingida a meta para 2015. Nas Parcerias para a Regeneração Urbana, foram aprovadas até 31/12/2010 387 operações individuais, sendo a população abrangida por intervenção de requalificação urbana 1.127.271 habitantes, ste valor quase que triplica a meta para 2015. O espaço público integrado em projectos de requalificação urbana que deixou de estar afecto à circulação automóvel é de 17.815 m2, duplicando-se assim a meta para 2010.

No OE 2 – Promoção de Operações Integradas em Zonas Prioritárias de Regeneração Urbana, foram ultrapassadas as metas para 2015 tendo sido assinados 37 protocolos de parceria para a regeneração urbana apoiados, para uma área intervencionada por operações de regeneração urbana de 3.078.818 m2, abrangendo uma população por operação de regeneração urbana apoiadas de 1.127.271 habitantes.

Quanto ao OE 3 – Promoção da Mobilidade Urbana, foram aprovadas 65 operações de tratamento de pontos negros rodoviários, tendo sido ultrapassada a meta para 2010; estas intervenções correspondem a uma redução da sinistralidade estimada em 30%, valor correspondente ao estabelecido para as metas de 2015. Foram ainda apoiados 5 Interfaces e Acessos a Plataformas Logísticas no âmbito dos projectos do metro do Porto, ultrapassando a meta prevista para 2010.

No que respeita ao OE 4 – Promoção da Conectividade do Sistema Urbano Regional. foram apoiados 1.134,7 km de rede viária que ultrapassam largamente as metas de 2015. Estas intervenções conduzem a uma redução média dos tempos de percurso de 10%, valor correspondente ao das metas estabelecidas para 2015.

A execução física e financeira do Eixo Prioritário V – “Governação e Capacitação Institucional” denota ainda níveis reduzidos, não obstante os indicadores de realização, em termos de operações contratadas, estarem em linha com as metas estabelecidas. A taxa de compromisso era, no final do ano de 26,5% e a taxa de Execução de 12,5%.

A baixa execução deste Eixo prende-se, em larga medida, com o facto de as lojas do cidadão/centros multisserviços, cujo beneficiário é a AMA – Agência de Modernização Administrativa, terem um ritmo de execução mais lento que o previsto, sobretudo devido às suas dificuldades em dispor dos recursos financeiros necessários à concretização da comparticipação nacional. Refira-se, a este propósito, estar previsto em sede de proposta de reprogramação o encerramento destas tipologias no ON.2, concentrando-se no POFC a integralidade do apoio à modernização administrativa.

Pela positiva destaca-se o OE 2 – Promoção da Capacitação Institucional e do Desenvolvimento Regional e Loca, no âmbito do qual oram abertos em 2010 um conjunto de 8 concursos, totalizando um montante de 37 milhões € FEDER, tendo sido apresentadas 174 candidaturas com um FEDER solicitado de 38 milhões €, num investimento total de 58 milhões. Através destes concursos visa-se o reforço selectivo das instituições que mais directamente actuam sobre o desenvolvimento, ao nível regional, sub-regional e local. A estruturação de redes de instituições e a internacionalização foram dois outros objectivos visados.

Problemas associados ao arranque do QREN foram superados…

Se 2009 foi, de algum modo, um ano de normalização e de estabilização de um conjunto de aspectos organizacionais, procedimentais e administrativos, cuja indefinição inicial ou novidade ainda afectou negativamente a actividade desenvolvida, em 2010 ainda ocorreram alterações relativas a regras, regulamentos e procedimentos.

Destacam-se os efeitos do Memorandum de Entendimento celebrado entre o Estado e a ANMP no que respeita aos investimentos municipais e à contratualização com a AMP e as CIM. Se a primeira medida pretendia e conseguiu acelerar a execução municipal, a avocação das competências decisórias que implicavam a prática de actos administrativos na contratualização obrigou à adopção de medidas de contingência.

Finalmente, subsistem dificuldades ao nível da análise da admissibilidade das operações, decorrentes das exigências regulamentares e da instrução frequentemente incompleta das candidaturas face às referidas exigências. Estas dificuldades, não sendo insuperáveis, têm levado a ciclos de decisão mais longos do que o previsto.

No entanto o Programa conseguiu no ano agora em análise não apenas continuar com um elevado nível de aprovações, mas também cumprir o seu maior repto actual: acelerar definitivamente a execução.

… mas verificou-se o agravamento do contexto macroeconómico

Apesar do incremento do volume de aprovações e de execução financeira registados em 2010, convirá não esquecer as dificuldades decorrentes do contexto macroeconómico, que se mantiveram ao longo de 2010. Em particular, agravaram-se significativamente as restrições financeiras da generalidade dos actuais e potenciais beneficiários do ON.2, por via

das dificuldades financeiras do Estado e da evolução negativa das condições de acesso ao crédito.

Num contexto macroeconómico desta natureza, o adiamento do investimento empresarial surge como corolário natural. No caso de outras entidades, nomeadamente daquelas que dependem directa ou indirectamente de financiamento proveniente do Orçamento de Estado e, no caso dos Municípios, de arrecadação também com base em impostos e taxas municipais, continua a verificar-se o agudizar dessa mesma restrição financeira.

O Memorandum of Understanding on Specific Economis Policy Condicionality celebrado entre o Governo da República e a Comissão Europeia, FMI e o BCE prevê para os próximos anos uma forte redução da despesa pública, nomeadamente da despesa de investimento. Assinale-se que para 2012, este acordo prevê a redução do investimento público em 500 milhões de Euros, priorizando-se o investimento em projectos e utilizando de forma intensiva as oportunidades de financiamento provenientes dos fundos estruturais comunitários.

Neste contexto, o QREN e o conjunto dos seus programas operacionais constituirão uma das poucas alavancas disponíveis para o crescimento, sendo pois pertinente o aumento das taxas de co-financiamento decidido em sucessivas revisões regulamentares. Adicionalmente, existe uma forte expectativa sobre o impacto positivo do empréstimo-quadro BEI, dedicado ao financiamento parcial das comparticipações nacionais.

7.2. Previsões e perspectivas para 2011

Para 2011, a Autoridade de Gestão do ON.2 – "O Novo Norte", prosseguirá o seu esforço no sentido de manter um adequado nível de aprovações, correspondendo desse modo às expectativas das empresas e das instituições regionais. Daí resultará um aumento do nível de compromisso já atingido, ainda que a evolução da taxa de compromisso também incorporará os efeitos do aumento da descativação decorrente de revogações de contratos de co-financiamento. Será no entanto no prosseguimento da forte aceleração da execução física e financeira do Programa e das operações aprovadas que se situará o objectivo principal para 2011.

Tendo em conta o elevado nível de compromisso que o Programa tem actualmente e o facto de em 2011 se realizar um exercício de reprogramação, não se considerou oportuno aprovar e divulgar um plano de abertura de concursos. Após a aprovação do exercício de reprogramação, o plano de abertura de concursos será divulgado.

Previsões para aprovações e execução

No âmbito das Previsões dos Pedidos de Pagamento enviadas à Comissão Europeia, nos termos do estipulado no nº 3 do artigo 76º do Regulamento (CE) 1083/2006 de 11 de Julho e do artigo 40º do Regulamento (CE) 1828 de 8 de Dezembro, foram apresentados os valores para 2010 e 2011 que constam do Quadro seguinte:

Quadro 7.1 – Previsões de Pedidos de Pagamento à CE em 2011 e 2012

Eixo Prioritário	Previsão 2011		Previsão 2012	
	Custo total elegível	FEDER	Custo total elegível	FEDER
PO	**993.466**	**640.931**	**1.013.158**	**633.236**
EP1	270.198	146.771	424.776	230.739
EP2	89.388	60.337	111.718	75.410
EP3	337.233	236.063	243.769	170.638
EP4	251.442	163.438	188.302	122.397
EP5	32.817	23.792	30.803	22.332
EP6	12.388	10.530	13.788	11.720

UN: Mil Euros

Estas previsões, apresentadas à Autoridade de Certificação em Abril de 2011, foram calculadas pelos Secretariados Técnicos responsáveis pelos Eixos do Programa, tendo, no caso das operações dos Sistemas de Incentivos, sido tratadas as informações a este respeito recolhidas junto dos quatro Organismos Intermédios envolvidos (AICEP, ADI, TP e IAPMEI).

De um modo geral, para as operações dos Sistemas de Incentivos, os organismos responsáveis avançaram com previsões calculadas a partir dos valores de pagamentos verificados em 2010. Foi também tido em conta nestas previsões o comportamento que vem apresentando a execução das operações e o alargamento do universo das operações contratadas.

Idêntica metodologia foi seguida no que respeita às restantes tipologias, considerando-se que a robustez deste exercício, na sua globalidade, assenta no facto da execução no Eixo I, no que respeita aos sistemas de incentivos, e nos Eixos III e IV atingir em 2011 níveis

consolidados, bem como se prever o incremento significativo da execução naquelas tipologias em que as aprovações ocorreram sobretudo a partir de 2010.

Assim, estima-se que, no final de 2011, a taxa de compromisso do programa como um todo se situe na casa dos 90% e a taxa de execução em 40%. Estas previsões evidenciam que, em finais de 2011, o Programa se encontrará em linha com as taxas médias verificadas para o QREN como um todo.

Trata-se de uma previsão ponderada, que permite preparar o Programa para 2013, ano em que a par do cumprimento da *regra n+3* relativamente à dotação programada de 2010, se terá de cumprir a *regra n+2* relativamente à dotação de 2011. Aliás, refira-se que no primeiro trimestre de 2011 a execução financeira atingiu já 19%.

Nesta previsão existem alguns factores de incerteza: a amplitude da redução do financiamento PIDDAC para assegurar a contrapartida nacional das operações financiadas e a evolução da capacidade do sistema bancário em financiar as empresas e entidades públicas. No entanto, esta incerteza poderá ser contrariada pela manutenção do aumento das taxas de co-financiamento para um conjunto alargado de tipologias bem como pela implementação do empréstimo-quadro entre a República e o BEI para o financiamento das operações QREN, aspectos que consideramos decisivos para possibilitar o atingir das metas fixadas.

Aspectos pertinentes para uma futura reprogramação

Já no Relatório de Execução relativo a 2009 tinha a Autoridade de Gestão alertado para a necessidade de uma reprogramação, tendo na altura sido evocados os seguintes factores justificativos:

- O previsível agravamento do contexto macroeconómico em 2010, marcado por um elevado nível de incerteza e agudização das restrições financeiras que pesam sobre os beneficiários dos apoios comunitários, tendo em conta as dificuldades decorrentes do persistente desequilíbrio das contas públicas e a manutenção de uma forte retracção ao nível do financiamento bancário;

- A verificação de que os compromissos já assumidos nas aprovações indiciarem taxas de co-financiamento médias superiores ao programado;

- Algum desajustamento nos indicadores de realização física por Eixo, quer no que respeita ao espectro de indicadores quer no que respeita a metas. Em regra, essa inadequação decorre do facto de as tipologias que vieram a ser definidas nos Regulamentos bem como o

espectro de operações que daí decorreram nem sempre corresponderem às tipologias implicitamente consideradas nos indicadores associados aos objectivos específicos. Um problema diferente tem a ver com as metas fixadas para 2010 e 2015, pois em numerosos casos a execução de 2010 ultrapassou as metas de 2015.

Ao longo de 2010, tornou-se patente uma pertinência acrescida quanto à necessidade de reprogramação, confirmando-se os factores justificativos atrás referidos e tornando-se mais claro os aspectos centrais que deverão configurar a referida reprogramação.

Assim, em primeiro lugar, a evolução do contexto macroeconómico confirmou a agudização das restrições financeiras. A elevada incerteza e a dificuldade de acesso ao financiamento bancário continuaram a afectar os promotores privados com operações aprovadas no quadro dos Sistemas de Incentivos. Mas também os promotores públicos (Municípios, entidades do SCTN, etc.) sofreram com maior acuidade uma restrição financeira, seja por via da diminuição de receitas próprias seja por via de reduções nas transferências provenientes do OGE, seja ainda pela maior dificuldade em obter recursos junto do sistema financeiro.

Adicionalmente, a referida evolução ao nível das contas públicas e do financiamento da dívida pública deixa antever – tal como consagrado no Memorandum of Understanding on Specific Economis Policy Condicionality celebrado, já em 2011, entre o Governo da República e a Comissão Europeia, FMI e o BCE - uma forte redução da despesa pública para os próximos anos.

Por outro lado, já com o propósito de acelerar a execução e minorar as restrições financeiras que pesam sobre os beneficiários, o primeiro Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Portuguesa e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, celebrado em Março de 2010, veio a determinar um aumento generalizado das taxas de co-financiamento para operações promovidas por Municípios e entidades do seu universo, ao mesmo tempo que permitiu, no quadro das Subvenções Globais, reafectar a determinadas tipologias do Eixo III (rede escolar e ciclo urbano da água) dotações previstas para outras tipologias e Eixos.

Como é sabido, já em Fevereiro de 2011, o Segundo Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Portuguesa e a Associação Nacional de Municípios Portugueses prolongou e, até, alargou a revisão em alta das taxas de co-financiamento, entre outros aspectos. Com efeito, neste segundo memorandum mantem-se a possibilidade de aumentar a taxa de co-financiamento para 80% para os projectos municipais com aprovações entre 2007 e 2011, acrescido da possibilidade, em certas tipologias e beneficiários de os pagamentos apresentados em 2011 serem efectuados à taxa de 85%. Esta medida,

justificada pelo contexto macroeconómico, induzirá um aumento sensível das taxas de co-financiamento médias, com incidência em todos os Eixos Prioritários mas com uma particular relevância nos Eixos III e IV, aqueles em que o investimento municipal tem uma maior expressão.

Nos vários Eixos confirmou-se em 2010 a tendência para a taxa de co-financiamento implícita nas aprovações ser superior à taxa média programada. Tal decorre essencialmente do facto das taxas de co-financiamento serem superiores às expectáveis aquando da elaboração do programa, como resultado das taxas máximas entretanto previstas nos Regulamentos e da aplicação de majorações várias. Mais uma vez, a prática de aplicação das taxas máximas previstas teve em conta o contexto de crise que afecta as decisões de investimento das empresas e do investimento público ou equiparado.

Note-se ainda que a taxa de compromisso (aprovações / programação) do ON.2 em 31 de Março de 2011 atingia 80%, ascendendo a um valor de 2.171 M€. No que respeita aos Eixos prioritários é de salientar que, na mesma data, a dotação do Eixo III – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial, devido à forte aposta no financiamento da rede escolar, era, atendendo o valor das operações aprovadas e da dotação dos concursos em análise ou abertos, superior a 100% e que a dotação prevista no Eixo I – Competitividade, Inovação e Conhecimento para os sistemas de incentivos se aproximava do seu limite.

Outro aspecto que tem vindo a acusar entropia quer nos beneficiários quer na gestão do Programa é o Círculo Urbano da Água. Para além da divisão, por vezes não muito clara, entre os investimentos que devem ser financiados pelo POVT e os que o devem ser pelos PO regionais, permanecem ainda hoje dúvidas quanto à fronteira de distinção entre sistemas de distribuição de água e recolha de efluentes verticalizados e não verticalizados, atendendo à indefinição de muitos municípios se integram os sistemas verticalizados das Águas de Portugal.

De tudo isto decorre uma necessidade acrescida e urgente de uma reprogramação do Programa Operacional Regional do Norte, a qual deverá, entre outros aspectos, a desenvolver em sede própria, considerar as seguintes orientações:

- Aumento da taxa de co-financiamento dos Eixos Prioritários que integrem tipologias de investimento público para 85%;

- Reforço da dotação prevista nos Eixos que suportam os Sistemas de Incentivos às Empresas;

- Reforço da dotação prevista para a rede escolar, com inclusão da elegibilidade dos investimentos relativos às escolas até ao 3º ciclo;

- Adequação do texto do Programa às alterações, em matéria de elegibilidades, que decorram de rearranjos entre Programas, no quadro das respectivas reprogramações;

- Alterações justificadas nos indicadores de realização física por Eixo Prioritário e respectivas metas.

Aquando da elaboração deste relatório a Comissão Ministerial de Coordenação encetou com as Autoridades de Gestão os órgãos técnicos de coordenação e a Comissão Europeia os procedimentos necessários a um exercício técnico de reprogramação.

Anexos

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Anexo II - Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário até 31.12.2010

Anexo III - Aprovações e execução por NUT III até 31.12.2010

Anexo IV - Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade

Anexo V - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Anexo VI - Resumo Implementação Física - Indicadores Comuns Comunitários - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Anexo VII – Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10

Anexo VIII – Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário

Anexo IX – Processo de selecção por Eixo Prioritário até 31.12.10

Anexo X – Ficha de Grande Projecto

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
Agenda Factores de Competitividade									
FC-ICN-Tri-001 (*)	Realização	nº	Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento (no âmbito dos sistemas de incentivos)	100	1.236				→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + **NOTA**: Devido a condicionantes técnicas no Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos, no momento de recolha "Contrato" a soma do número de empresas não inclui as empresas envolvidas em projectos conjuntos (SI Qualificação e Internacionalização de PME) e projectos de IDT Colectiva (SI IDT). Estas empresas apenas serão aferidas e consequentemente contabilizadas após a conclusão do projecto, isto é, no momento de recolha "Encerramento".
FC-CN-Anual-002	Realização	nº	Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento nos sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia Nota: Os sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia são indentificados pelo código CAE na Tabela I	2	449				→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + **NOTA:** Devido a condicionantes técnicas no Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos, no momento de recolha "Contrato" a soma do número de empresas não inclui as empresas envolvidas em projectos conjuntos (SI Qualificação e Internacionalização de PME) e projectos de IDT Colectiva (SI IDT). Estas empresas apenas serão aferidas e consequentemente contabilizadas após a conclusão do projecto, isto é, no momento de recolha "Encerramento".
FC- ICN-Tri-002	Realização	Euros	Investimento total nos projectos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos	2.427.265	700.408.677				→Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME →Sistema de Incentivos à Inovação →Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico →Sistemas de Incentivos do Proconvergência →Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Realização	Euros	Investimento elegível nos projectos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos	2.177.211	552.438.240				
FC-ICN-Tri-003	Realização	Nº	Novas empresas/start-up apoiadas (no âmbito dos sistemas de incentivos)	0	216				→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir +

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
FC-ICN-Tri-004	Realização	Nº	Novas empresas/start-up apoiadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia Nota: Os sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia são indentificados pelo código CAE na Tabela I	0	89				→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) → Sistema de Incentivos do Proconvergência e do Intervir +
FC-ICN - Anual-003	Resultado	Euros	VAB gerado pré-projecto por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	0	13.727.583				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
	Resultado	Euros	VAB gerado pós-projecto por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	0	104.573.656				
FC-ICN - Anual-004	Realização	nº	Empresas apoiadas em sectores de produção transaccionável e internacionalizável	0	259				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento **NOTA**: Devido a condicionantes técnicas no Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos, no momento de recolha "Contrato" a soma do número de empresas não inclui as empresas envolvidas em projectos conjuntos (SI Qualificação e Internacionalização de PME) e projectos de IDT Colectiva (SI IDT). Estas empresas apenas serão aferidas e consequentemente contabilizadas após a conclusão do projecto, isto é, no momento de recolha "Encerramento".
FC-ICN - Anual-005	Resultado	Euros	VAB gerado pelas empresas apoiadas, no pré-projecto	0	66.702.992				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
	Resultado	Euros	VAB gerado pelas empresas apoiadas, no pós-projecto	0	305.759.267				
FC-ICN - Anual-006	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pré-projecto	0	61.263.037				→Sistema de Incentivos à Inovação →Sistemas de Incentivos do Proconvergência →Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pós-projecto	0	373.930.626				

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
FC-ICN - Anual-007	Resultado	Euros	Valor das exportaçõesdas empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, no pré-projecto	0	13.793.505				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, no pós-projecto	0	155.856.603				
FC-ICN - Anual-008	Resultado	Euros	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pré-projecto	0	216.044.666				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
	Resultado	Euros	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pós-projecto	0	755.177.821				
FC-ICN - Anual-009	Realização	N.º	Garantias prestadas às PME						→ Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI) → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
FC-ICN-Tri-005	Realização	N.º	Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de Engenharia Financeira						
FC-ICN - Anual-010	Realização	Euros	Investimento realizado em capital de risco						
FC-ICN-Tri-006 (**)	Realização	Euros	Investimento Total em I&DT	0	241.185.873				→ Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico → Regulamento Específico Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento; → Regulamento Específico Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN) → Regulamento Específico Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica → Regulamento Específico Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas →Regulamento Específico Valorização Económica dos Recursos Específicos(PO NORTE, Eixo II) → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
PO-ICN-TH-000 ( )	Realização	Euros	Investimento Elegível em I&DT	0	216.418.111				→ Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR + **NOTA**: A realização deste Indicador corresponde ao Investimento (total e elegível) associado ao Indicador Comum Comunitário "4. Nº de projectos de I&DT". De acordo com o Working Document nº 7 da CE entende-se por "Projectos de I&DT: projectos que visam criar novos conhecimentos (investigação) ou adaptar/aplicar conhecimentos existentes (desenvolvimento). Inclui também projectos que visam desenvolver infra-estruturas de apoio à investigação." (vide Metodologia para Indicadores Comuns Comunitários, remetida pelo IFDR).

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
FC-ICN - Anual-012	Realização	Euros	Investimento total em projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	0	28.948.915				→ Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico - tipologias a) ii) e iii) → SAESCTN - tipologias a) ii) → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR + **NOTA**: A realização deste Indicador corresponde ao Investimento (total e elegível) associado ao Indicador Comum Comunitário "5. Nº de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação". De acordo com o Working Document nº 7 da CE inclui-se os projectos de I&D onde participam, pelo menos , uma empresa e/ou uma instituição de invesigação. A cooperação deve manter-se enquanto dura o projecto. • Empresa: Organização produzindo produtos ou serviços para satisfazer necessidades do mercado tendo em vista alcançar o lucro. • Instituições de investigação: organizações onde o I&D é a principal actividade" . (vide Metodologia para Indicadores Comuns Comunitários, remetida pelo IFDR).
			Investimento elegível em projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	0	28.074.827				
FC-ICN-Tri-007 (***)	Realização	nº	Acções Colectivas		94				→ Regulamento Específico Sistema de Apoio a Acções Colectivas - SIAC → Regulamentação Especifíca do Intervir +
FC-ICN - Anual-014	Realização	Euros	Investimento total nas Acções Colectivas		2.885.804,74				
			Investimento elegível nas Acções Colectivas		2.781.274,38				
FC-ICN - Anual-015	Realização	m2	Área infra-estruturada nos Parques de C&T		34.104			A área indicada corresponde à área de construção.	→ Regulamento Específico Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica → Regulamento Específico Valorização Económica dos Recursos Específicos (PO NORTE - Eixo 2) → Regulamentação Específica do Proconvergência → Regulamentação Específica do Intervir +
	Realização	m2	Área infra-estruturada nas Incubadoras de empresas		13.411			A área indicada corresponde á àrea de construção.	
	Realização	m2	Área infra-estruturada nas áreas de acolhimento empresarial		368.891				
FC-ICN - Anual-016	Realização	Nº	Projectos pilotos de eficiência energética		0				→ Regulamento Específico "Energia"

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
FC-ICN - Anual-017 (****)	Realização	MWh	Consumo energético antes da implementação do projecto		0				→ Regulamento Específico "Energia"
	Resultado	MWh	Consumo energético após a implementação do projecto		0				
FC-ICN-Tri-008	Realização	nº	Lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos		93			Correspondente a 14 Lojas do Cidadão e a 79 Centros Multiserviços.	→ Regulamento Específico Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA → Regulamentação Específica do Proconvergência → Regulamentação Específica do Intervir +
ICN-AAE-001	Resultado	nº	População servida pelas lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos		2.416.662			Neste indicador, contabilizou-se a População Residente para os respectivos concelhos, de acordo com os dados do INE de 2008 disponíveis à data; na situação de haver uma Loja do Cidadão e também um Centro Multi-Serviços (mas de operações diferentes), ou dois Centros Multi-Serviços, no mesmo concelho, a respectiva "população servida" é contabilizada apenas uma vez.	→ Regulamento Específico Sistema de Apoios à Modernização Administrativa → Regulamento Específico Proconvergência
ICN-AAE-002	Resultado	nº	Serviços on-line orientados para empresas disponibiizados por entidades públicas						→ Regulamento Específico Sistema de Apoios à Modernização Administrativa → Regulamento Específico Proconvergência → Regulamento Específico Intervir+
ICN-AAE-003	Realização	nº	Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos						→ Regulamento Específico Sistema de Apoios à Modernização Administrativa → Regulamento Específico Proconvergência → Regulamento Específico Intervir+
ICN-AAE-006	Resultado	nº	Estratégias de Eficiência Colectiva reconhecidas, por tipo de estratégia (pólos de competitividade e tecnologia, outros clusters, PROVERE, ARDU)		8				→ Documento de Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
Agenda Valorização do Território									
VT-ICN-Tri-009	Realização	km	Km de rede viária construida/beneficiada/rectificada	170,46	1.134,67				→ Regulamento Específico Mobilidade Territorial → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Nacionais de Transportes → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN-Tri-010	Realização	km	Km de ferrovia construída/beneficiada	7	8				→ Regulamento Específico Redes e Equipamentos Nacionais de Transportes → Regulamento Específico Mobilidade Territorial
VT-ICN-Tri-011	Realização	km	Km de rede de abastecimento de água (nova ou a reabilitar/intervencionar) nos sistemas em baixa e alta		372,70				→ Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" → Regulamento Específico – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN-Tri-012	Realização	km	km de colectores de drenagem de águas residuais (nova ou a reabilitar/intervencionar)		256,25				→ Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" → Regulamento Específico – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-018	Realização	nº	ETARs construídas						→ Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" → Regulamento específico – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento →Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA →Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-019	Realização	ton/ano	Quantidade de RUB valorizados organicamente por ano						→ Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-020	Realização	Nº	Acções de sensibilização e estimulo à reciclagem e reutilização de resíduos		5				→ Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-021	Resultado	Nº	População abrangida por acções de sensibilização e estimulo à reciclagem e reutilização de resíduos		283.144				→ Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
VT-ICN - Anual-022	Realização	nº	Operações de gestão activa de espaços protegidos e classificados	1	36				→ Regulamento Específico Gestão Activa de espaços protegidos e classificados → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-023	Resultado	ha	Área classificada abrangida por intervenções de gestão activa de espaços protegidos e classificados	133,00	917.440,10				→ Regulamento Específico Gestão Activa de espaços protegidos e classificados → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA
VT-ICN-Tri-013	Realização	nº	Projectos contratados/concluídos de combate à erosão e defesa do litoral	1	11				→ Regulamento Específico Combate à Erosão e Defesa Costeira → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos → Recuperação do Passivo Ambiental → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais e Materiais → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
	Realização	nº	Projectos contratados/concluídos de prevenção e gestão de Riscos naturais e tecnológicos		32				
	Realização	nº	Projectos contratados/concluídos de recuperação do passivo ambiental		5				
VT-ICN - Anual-024	Resultado	nº	População abrangida por Planos de emergência de proteção civil		3.523.914			Região Norte, exceptuando os concelhos de Macedo de Cavaleiros, Maia e Mirandela	→ Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais e Materiais → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-025	Realização	Nº	Protocolos de parceria para a regeneração urbana		36				→ Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-026	Realização	Nº	Parceiros envolvidos nas parceria para a regeneração urbana		37				→ Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-027	Resultado	Nº	População abrangida por operações de regeneração urbana		1.127.271				→ Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-028	Realização	m2	Área intervencionada por operações de regeneração urbana		3.073.818				→ Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
VT-ICN - Anual-029	Realização	Nº	Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)		5				→ Regulamento Específico Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-030	Realização	Nº	Municipios envolvidos nos programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)		14				
VT-ICN - Anual-031	Realização	Nº	Outros parceiros envolvidos nos programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)		18				
VT-ICN-Tri-014	Resultado	nº	Equipamentos socias		27				→ Equipamentos para a Coesão Local → Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional → Regulamento Específico Infra-estruturas e Equipamentos Desportivos → Regulamento Específico Saúde → Regulamento Específico Saúde - LVT → Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais → Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
		nº	Equipamentos desportivos	19	144				
		nº	Equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)	1	53				
		nº	Unidades de saúde	5	30			Foram aprovadas 31 candidaturas	

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
VT-ICN - Anual-032	Resultado	nº	População abrangida por equipamentos socias		171.653			∑ População das Freguesias servidas	→ Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local →Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional → Regulamento Específico Infraestruturas e Equipamentos Desportivos → Regulamento Específico Saúde → Regulamento Específico Saúde - LVT → Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais → Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR + **NOTA:** A realização deste Indicador corresponde à população a abranger/abrangida associada ao Indicador Comum Nacional Trimestral "Outros equipamentos apoiados, por tipologia de equipamento" (Tri 14).
		nº	População abrangidapor equipamentos desportivos	65.646	564.077			∑ População das Freguesias servidas	
		nº	População abrangida abrangidas por equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)		1.985.114			∑ População dos concelhos servidas	
		nº	População abrangida por unidades de saúde	44.724	3.004.023			∑ População da área de influência dos equipamentos	
ICN-AAE-018	Resultado	%	Variação na taxa de desvio de RUB para aterro						→ Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (POVT) → Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos (PO Regionais Continente) → Regulamento Específico do Proconvergência
ICN-AAE-023	Resultado	km	Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira						→ Regulamento Específico Combate à Erosão e Defesa Costeira (POVT) → Regulamento Específico Acções de Valorização do Litoral (PO Regionais Continente) → Regulamento Específico do Proconvergência → Regulamento Específico do Intervir+
ICN-AAE-024	Resultado	km	Extensão de costa intervencionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco						→ Regulamento Específico Combate à Erosão e Defesa Costeira (POVT) → Regulamento Específico Acções de Valorização do Litoral (PO Regionais Continente) → Regulamento Específico do Proconvergência → Regulamento Específico do Intervir+
ICN-AAE-025	Resultado	%	Grau de cobertura do território por planos de emergência		95,40%			83 concelhos abrangidos dos 87 concelhos da Região do Norte	→ Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos (POVT) → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Materiais e Imateriais (PO Regionais do Continente) → Regulamento Específico do Proconvergência → Regulamento Específico do Intervir+

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
Agenda Potencial Humano									
PH-ICN-Tri-015	Resultado	nº	Centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/requalificados	134	292				→ Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar → Requalificação da Rede de Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico → Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário → Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
		nº	Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados						
		nº	Escolas do ensino secundário construídos e/ou ampliados/requalificados						
		nº	Universidades construídos e/ou ampliados/requalificados						
		nº	Centros de formação construídos e/ou ampliados/requalificados						
PH-ICN - Anual-033	Resultado	nº	Alunos abrangidos por centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/requalificados	20.484	66.466				→ Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar → Requalificação da Rede de Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico → Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário → Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR + **NOTA:** A realização deste Indicador corresponde ao número de alunos a abranger/abrangida associada ao Indicador Comum Nacional Trimestral "Estabelecimentos de ensino" (Tri 15).
		nº	Alunos abrangidos por escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados						
		nº	Alunos abrangidos por escolas do ensino secundário construídos e/ou ampliados/requalificados						
		nº	Alunos abrangidos por universidades construídos e/ou ampliados/requalificados						
		nº	Formandos abrangidos por centros de formação construídos e/ou ampliados/requalificados						

Notas

(*) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregrada e corresponde ao ICN-Anual-001.

(**) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregrada e corresponde ao ICN-Anual-011.

(***) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregrada e corresponde ao ICN-Anual-013.

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Refª Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2010)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		

(****) Metodologia de cálculo em consolidação. O indicador deverá ser preenchido como não disponível (n.d).

Anexo II - Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

unid: euro

Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013			Aprovações				Execução			Fundo pago ao Beneficiário				Indicadores financeiros (Fundo)				
	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Investimento/ Custo total	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Total	Adianta-mentos certificáveis	Adianta-mentos não certificáveis	Reem-bolsos	Taxa de compro-misso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de paga-mento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
Total Programa Operacional	4.254.747.966 €	3.664.704.600 €	2.711.645.133 €	3.100.785.200 €	2.581.957.092 €	2.331.226.497 €	1.782.514.470 €	575.526.756 €	533.187.740 €	412.548.579 €	433.208.007 €	31.064.663 €	108.433.608 €	293.709.736 €	65,74%	15,21%	23,14%	24,30%	105,01%
FEDER	4.254.747.966 €	3.664.704.600 €	2.711.645.133 €	3.100.785.200 €	2.581.957.092 €	2.331.226.497 €	1.782.514.470 €	575.526.756 €	533.187.740 €	412.548.579 €	433.208.007 €	31.064.663 €	108.433.608 €	293.709.736 €	65,74%	15,21%	23,14%	24,30%	105,01%
Eixo Prioritário 1	1.448.260.037 €	1.033.962.156 €	786.645.133 €	1.008.792.640 €	806.854.591 €	564.880.183 €	500.989.594 €	148.298.695 €	109.737.728 €	104.145.128 €	118.238.811 €	31.064.663 €	14.690.017 €	72.484.131 €	63,69%	13,24%	20,79%	23,60%	113,53%
Eixo Prioritário 2	414.814.815 €	381.111.111 €	280.000.000 €	199.095.079 €	186.846.956 €	186.846.956 €	127.250.302 €	26.888.159 €	26.888.159 €	17.185.054 €	16.106.750 €	- €	2.040.662 €	14.066.088 €	45,45%	6,14%	13,50%	12,66%	93,73%
Eixo Prioritário 3	1.100.000.000 €	1.052.857.143 €	770.000.000 €	1.076.763.078 €	897.094.350 €	897.094.350 €	637.105.766 €	249.872.556 €	249.872.556 €	181.123.646 €	205.296.681 €	- €	57.898.748 €	147.397.933 €	82,74%	23,52%	28,43%	32,22%	113,35%
Eixo Prioritário 4	992.307.692 €	905.480.769 €	645.000.000 €	720.163.555 €	597.720.064 €	588.963.877 €	445.881.479 €	127.659.032 €	123.880.983 €	91.496.523 €	72.644.588 €	- €	27.254.238 €	45.390.351 €	69,13%	14,19%	20,52%	16,29%	79,40%
Eixo Prioritário 5	195.684.874 €	187.612.873 €	141.871.534 €	56.038.203 €	53.748.331 €	53.748.331 €	37.548.449 €	5.029.579 €	5.029.579 €	3.486.303 €	4.125.028 €	- €	1.233.427 €	2.891.600 €	26,47%	2,46%	9,28%	10,99%	118,32%
Eixo Prioritário 6	103.680.548 €	103.680.548 €	88.128.466 €	39.932.646 €	39.692.799 €	39.692.799 €	33.738.880 €	17.778.735 €	17.778.735 €	15.111.924 €	16.796.150 €	- €	5.316.516 €	11.479.634 €	38,28%	17,15%	44,79%	49,78%	111,15%

Anexo III - Aprovações e execução por NUTS III até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

unid: euro

NUTS	Aprovações				Execução			
	Nº Projs	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Tx EX/AP (Fundo)
Total Programa Operacional	**3.160**	**2.581.957.092 €**	**2.331.226.497 €**	**1.782.514.470 €**	**575.526.756 €**	**533.187.740 €**	**412.548.579 €**	**23,14%**
FEDER	**3.160**	**2.581.957.092 €**	**2.331.226.497 €**	**1.782.514.470 €**	**575.526.756 €**	**533.187.740 €**	**412.548.579 €**	**23,14%**
NORTE	**3.100**	**2.458.841.218 €**	**2.225.775.733 €**	**1.698.387.331 €**	**538.887.090 €**	**501.306.938 €**	**387.444.436 €**	**22,81%**
Minho-Lima	**262**	**204.643.398 €**	**189.931.258 €**	**151.521.944 €**	**65.314.572 €**	**61.801.071 €**	**50.297.690 €**	**33,19%**
Cávado	**387**	**221.450.891 €**	**194.907.633 €**	**154.950.695 €**	**43.051.705 €**	**40.050.454 €**	**32.088.170 €**	**20,71%**
Ave	**412**	**241.709.791 €**	**207.945.778 €**	**169.689.752 €**	**57.907.763 €**	**52.269.350 €**	**42.959.876 €**	**25,32%**
Grande Porto	**859**	**872.671.289 €**	**794.211.278 €**	**577.088.063 €**	**179.166.887 €**	**168.729.595 €**	**125.038.141 €**	**21,67%**
Tâmega	**422**	**354.957.102 €**	**330.704.154 €**	**246.347.200 €**	**75.242.180 €**	**68.990.396 €**	**51.477.775 €**	**20,90%**
Entre Douro e Vouga	**213**	**140.209.287 €**	**115.907.007 €**	**93.610.974 €**	**18.214.264 €**	**15.535.583 €**	**12.927.576 €**	**13,81%**
Douro	**278**	**237.592.303 €**	**224.269.687 €**	**171.192.516 €**	**51.337.211 €**	**48.056.730 €**	**36.856.415 €**	**21,53%**
Alto Trás-os-Montes	**267**	**185.607.155 €**	**167.898.937 €**	**133.986.187 €**	**48.652.509 €**	**45.873.758 €**	**35.798.793 €**	**26,72%**
Multi-região Convergência	**43**	**27.098.258 €**	**18.189.336 €**	**17.014.978 €**	**2.752.428 €**	**1.771.614 €**	**1.736.908 €**	**10,21%**
Não regionalizável	**17**	**96.017.616 €**	**87.261.429 €**	**67.112.160 €**	**33.887.237 €**	**30.109.188 €**	**23.367.234 €**	**34,82%**

Anexo IV - Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Refª Indicador	Unid.	Indicador	Realização Contratada (31-12-2010)
PO FC	%	Redução do número de contactos necessários entre o cidadão e/ou as empresas e a AP em processos administrativos (*)	
PO FC	%	Taxa de desmaterialização dos serviços da administração pública (*)	
ICN -Anual - 017	MWh	Variação do Consumo energético	(**)
CORE-024	MWh	Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	
ICN-AAE-001	nº	População servida pelas lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos	2.416.662
ICN-AAE-002	nº	Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas	
ICN-AAE-003	nº	Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos	
ICN-AAE-006	nº	Estratégias de Eficiência Colectiva reconhecidas, por tipo de estratégia (pólos de competitividade e tecnologia, outros clusters, PROVERE, ARDU)	8
ICN -Anual - 019	ton/ano	Quantidade de RUB valorizada organicamente por ano	
ICN -Anual - 23	ha	Área classificada abrangida por intervenções de gestão activa de espaços protegidos e classificados	917.440
ICN -Anual - 024	Nº	População abrangida por Planos de emergência de protecção civil	3.523.914
ICN -Anual - 027	Nº	População abrangida por operações de regeneração urbana	1.127.271
ICN -Anual - 028	m2	Área intervencionada por operações de regeneração urbana	3.073.818
ICN -Anual - 032	Nº	População abrangida por unidades de saúde	3.004.026
CORE -022	Nº	Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	161.342
CORE -025	Nº	Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	143.123
CORE -026	Nº	Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	27.113
CORE -029	KM2	Área reabilitada (em km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	1,253
CORE -030	CO2 equivalentes, kt	Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	(**)
ICN-AAE-018	%	Variação na taxa de desvio de RUB para aterro	
ICN-AAE-023	km	Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira	
ICN-AAE-024	km	Extensão de costa intervencionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco	
ICN-AAE-025	km2	Grau de cobertura do território por planos de emergência	19.847
CORE - 037	média por ano	Nº de alunos que beneficiam das intervenções (Educação)	66.466
CORE - 041	Nº	Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	39

Notas

(*) Apuramento obrigatório pelo POFC e recomendado para os PO Regionais.

(**) Metodologia de cálculo em consolidação. O indicador deverá ser preenchido como não disponível (n.d).

Anexo IV - Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Refª Indicador	Unid.	Indicador	Realização Contratada (31-12-2010)

Anexo V - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Eixo Prioritário 1	Nº de Unidades de I&D apoiadas	Realização - Contratada			1	61						61
		Realização - Executada										
		Metas				30					100	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Variação anual média da despesa em I&D observada nas unidades de I&D apoiadas	Realização - Contratada										
		Realização - Executada										
		Metas				5%					10%	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	N.º de empresas de base tecnológica apoiadas	Realização - Contratada		92	310	449						449
		Realização - Executada				2						2
		Metas				250					500	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	% de empresas de base tecnológica apoiadas em actividade	Realização - Contratada										
		Realização - Executada										
		Metas				60%					60%	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Área de infra-estruturas/equipamentos em operações integradas de acolhimento empresarial (m2)	Realização - Contratada			57.723	144.145						144.145
		Realização - Executada										
		Metas				115.000					350.000	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	% de área ocupada nos espaços infra-estruturados apoiados	Realização - Contratada										
		Realização - Executada										
		Metas				30%					60%	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	N.º de micro e pequenas	Realização - Contratada		140	495	803						803
		Realização - Executada				98						98

Anexo V - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
	empresas apoiadas	Metas				130					450	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Taxa de variação anual média do rácio (VAB/Vendas nas empresas apoiadas)	Realização - Contratada										
		Realização - Executada										
		Metas				2%					2%	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Nº de acções colectivas de desenvolvimento empresarial apoiadas	Realização - Contratada			72	94						94
		Realização - Executada										
		Metas				10					35	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Nº de entidades envolvidas nas acções colectivas apoiadas	Realização - Contratada			7	9						9
		Realização - Executada										
		Metas				20					105	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Nº de projectos de promoção da economia digital e da sociedade do conhecimento	Realização - Contratada			2	30						30
		Realização - Executada										
		Metas				100					300	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	% empresas apoiadas com portal WEB activo e acesso à internet em banda larga	Realização - Contratada										
		Realização - Executada										
		Metas				40%					100%	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Nº de projectos pilotos de eficiência energética	Realização - Contratada										
		Realização - Executada										
		Metas				6					22	
		Valor de Referência / Situação de Partida			11							

Anexo V - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
	Redução média do consumo de energia nos equipamentos apoiados (no âmbito de projectos piloto de eficiência energética)	Realização - Contratada										
		Realização - Executada										
		Metas				15%					15%	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
Eixo Prioritário 2	Nº de acções de qualificação e promoção dos recursos turísticos no âmbito do PDTVD	Realização - Contratada			21	47						47
		Realização - Executada			1	1						1
		Metas				50					100	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	N.º de acções integradas de promoção da Marca Porto e Norte de Portugal e das respectivas sub-marcas	Realização - Contratada										
		Realização - Executada										
		Metas				2					4	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Acréscimo do valor da receita média por dormida nos projectos apoiados	Realização - Contratada										
		Realização - Executada										
		Metas				5%					12%	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	N.º de infra-estruturas e equipamentos colectivos de suporte à valorização económica dos recursos marinhos	Realização - Contratada				2						2
		Realização - Executada										
		Metas				2					5	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Nº de visitantes das infra-estruturas e equipamentos colectivos de suporte à valorização económica dos recursos marinhos	Realização - Contratada				187 (*)						187 (*)
		Realização - Executada										
		Metas				200.000					1.500.000	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Nº de eventos (na perspectiva da internacionalização da região)	Realização - Contratada				11						11
		Realização - Executada										

Anexo V - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
	internacionalização da região) apoiados	Metas				20					70	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Nº de visitantes em eventos apoiados	Realização - Contratada				2.072.456						2.072.456
		Realização - Executada										
		Metas				808.889					3.538.889	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Área infra-estruturada para acolhimento empresarial incluída em planos integrados (m2)	Realização - Contratada			195.880	252.880						252.880
		Realização - Executada										
		Metas				200.000					600.000	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	% área ocupada nos espaços infra-estruturados incluídos em planos integrados apoiados	Realização - Contratada										
		Realização - Executada										
		Metas				30%					60%	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Nº de programas de acção de desenvolvimento turístico integrados apoiados	Realização - Contratada										
		Realização - Executada										
		Metas				2					5	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Nº de acções integradas de valorização económica dos recursos endógenos apoiadas	Realização - Contratada			8	8						8
		Realização - Executada										
		Metas				3					10	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Nº de postos de trabalho criados nos projectos apoiados de valorização económica dos recursos endógenos	Realização - Contratada										
		Realização - Executada										
		Metas				200					700	
		Valor de Referência / Situação de Partida										

Anexo V - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Eixo Prioritário 3	Nº de Acções de sensibilização, divulgação e informação no âmbito da prevenção de riscos naturais, tecnológicos e sanitários	Realização - Contratada	0	0	0	0						0
		Realização - Executada	0	0	0	313						313
		Metas				7					23	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Pessoas abrangidas pelas acções de sensibilização, divulgação e informação no âmbito da prevenção de riscos naturais, tecnológicos e sanitários (n.º)	Realização - Contratada	0	0	0	1.558.022						1.558.022
		Realização - Executada	0	0	0	0						0
		Metas				1.000.000					3.450.000	
		Valor de Referência / Situação de Partida	3.450.000									
	Nº de Acções de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos	Realização - Contratada	0	0	0	5						5
		Realização - Executada	0	0	0	0						0
		Metas				3					12	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Pessoas abrangidas pelas acções de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos (n.º)	Realização - Contratada	0	0	0	283.144						283.144
		Realização - Executada	0	0	0	0						0
		Metas				500.000					1.800.000	
		Valor de Referência / Situação de Partida	1.800.000									
	Nº de Acções de apoio à recuperação do passivo ambiental	Realização - Contratada	0	0	0	5						5
		Realização - Executada	0	0	0	0						0
		Metas				8					20	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	População a beneficiar com a intervenção do passivo ambiental (n.º)	Realização - Contratada	0	0	0	31.718						31.718
		Realização - Executada	0	0	0	0						0
		Metas				2.000					5.000	
		Valor de Referência / Situação de Partida	5.000									
	Acréscimo da área classificada abrangida por intervenções de	Realização - Contratada	0	14,00%	43,00%	43,10%						43,10%
		Realização - Encerramento	0	0	0	1,00%						1,00%

Anexo V - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
	abrangida por intervenções de gestão activa (%)	Metas				7,00%					25,00%	
		Valor de Referência / Situação de Partida	30,00%									
	N.º de intervenções de gestão activa em áreas classificadas	Realização - Contratada	0	8	36	36						36
		Realização - Encerramento	0	0	0	1						1
		Metas				16					50	50
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Acréscimo de população residente servida por sistemas públicos de abastecimento de água intervencionados (n.º)	Realização - Contratada	0	0	0	143.123						143.123
		Realização - Encerramento	0	0	0	0						0
		Metas				385.000					550.000	
		Valor de Referência / Situação de Partida	3.106.104									
	Rede de abastecimento de água intervencionados (km)	Realização - Contratada	0	0	0	372,7						372,7
		Realização - Encerramento	0	0	0	0						0
		Metas				400					600	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Acréscimo de população residente servida por sistemas públicos de drenagem de águas residuais intervencionados (n.º)	Realização - Contratada	0	0	0	27.113						27.113
		Realização - Encerramento	0	0	0	0						0
		Metas				520.000					1.300.000	
		Valor de Referência / Situação de Partida	2.291.266									
	Rede de drenagem de águas residuais intervencionados (km)	Realização - Contratada	0	0	0	256,25						256,25
		Realização - Encerramento	0	0	0	0						0
		Metas				440					1100	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	N.º de Alunos abrangidos pela remodelação/ampliação de centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico	Realização - Contratada	0	2.635	3.744	20.484						20.484
		Realização - Encerramento	0	52.907	55.933	66.466						66.466
		Metas				22.100					44.200	
		Valor de Referência / Situação de Partida	44.200									

Anexo V - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
	N.º de centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico remodelados/ampliados	Realização - Contratada	0	241	254	292						292
		Realização - Encerramento	0	12	17	134						134
		Metas				112					223	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	População abrangida pelos projectos de reconfiguração / requalificação de serviços de saúde (n.º)	Realização - Contratada	0	2.818.728	3.004.026	3.004.026						3.004.026
		Realização - Encerramento	0	0	0	44.724						44.724
		Metas				1.097.272					3.754.044	3.754.044
		Valor de Referência / Situação de Partida	3.754.044									
	N.º de projectos de reconfiguração e requalificação de serviços de saúde	Realização - Contratada	0	18	31	31						31
		Realização - Encerramento	0	0	0	5						5
		Metas				71					90	90
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	N.º de utentes dos equipamentos sociais apoiados	Realização - Contratada	0	0	0	1082						1.082
		Realização - Encerramento	0	0	0	0						0
		Metas				230					800	
		Valor de Referência / Situação de Partida	800									
	N.º de equipamentos sociais apoiados	Realização - Contratada	0	0	0	27						27
		Realização - Encerramento	0	0	0	0						0
		Metas				7					25	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
Eixo Prioritário 4	N.º de Intervenções integradas de requalificação urbana	Realização - Contratada	0	8	54	55						54
		Realização - Encerramento	0	0	0	0						0
		Metas				2					8	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	População abrangida por intervenção de requalificação	Realização - Contratada	0		220.570	1.127.271						1.127.271
		Realização - Encerramento	0		0	185.509						185.509

Anexo V - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
	Intervenção de requalificação urbana apoiadas (n.º)	Metas				100.000					400.000	
		Valor de Referência / Situação de Partida	400.000									
	N.º de cidades envolvidas em redes urbanas para a competitividade	Realização - Contratada	0		14	14						14
		Realização - Encerramento	0		0	0						0
		Metas				8					16	
		Valor de Referência / Situação de Partida	16									
	Espaço público integrado em projectos de requalificação urbana que deixam de estar afectos à circulação automóvel (m2)	Realização - Contratada	0		6250	15065						15.065
		Realização - Encerramento	0		0	0						0
		Metas				8000					40.000	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Nº de Protocolos de parceria para a regeneração urbana apoiados	Realização - Contratada	0	8	37	36 (**)						36
		Realização - Encerramento	0	0	0	0						0
		Metas				12					30	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Área intervencionada por operações de regeneração urbana (m2)	Realização - Contratada	0		138.030	3.078.818						3.078.818
		Realização - Encerramento	0		0	505.841						505.841
		Metas				160.000					400.000	
		Valor de Referência / Situação de Partida	405000									
	População abrangida por operação de regeneração urbana apoiadas (n.º)	Realização - Contratada	0		400.000	1.127.271						1.127.271
		Realização - Encerramento	0		0	185.207						0
		Metas				24.000					60.000	
		Valor de Referência / Situação de Partida	60.000									
	N.º de operações de tratamento de pontos negros rodoviários	Realização - Contratada	0	0	105 (***)	65						65
		Realização - Encerramento	0	0	0	0						0
		Metas				22					76	
		Valor de Referência / Situação de Partida										

Anexo V - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
	Redução média do tempo de percurso nos projectos apoiados (%)	Realização - Contratada	0	0,00%	10,00%	10,00%						10,00%
		Realização - Encerramento	0	0	0	10,00%						10,00%
		Metas				10,00%					10,00%	
		Valor de Referência / Situação de Partida	10,00%									
	Rede viária apoiada (km)	Realização - Contratada	0	0	364,534	1.134,670						1.134,670
		Realização - Encerramento	0	0		170,461						170,461
		Metas				50,000					190,000	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
Eixo Prioritário 5	N.º de Lojas do Cidadão / Centros Multiserviços apoiados	Realização - Contratada		67	82	93						
		Realização - Executada										
		Metas				25					61	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	População servida pelas Lojas do Cidadão / Centros Multiserviços apoiados (****)	Realização - Contratada		1.721.213	2.168.468	2.416.662						
		Realização - Executada										
		Metas				650.000					2.400.000	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	N.º de projectos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Realização - Contratada		9	9	22						22
		Realização - Executada			9	9						9
		Metas				90					270	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Nº de instituições envolvidas nos projectos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Realização - Contratada		423	423	1.164						
		Realização - Executada			423	423						
		Metas				350					1.000	
		Valor de Referência / Situação de Partida										

Anexo V - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total

(*) - 187 passageiros/dia; valor médio previsto na operação “Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões”.
(**) - O número diminui por desistência do PA relatico à Estrada de Circunvalação, do Município do Porto
(***) - Este indicadpr foi incorrectamente detrminado pra o Relatório de Execução de 2009, uma vez que se considerou o somatório da % de redução de sinistralidade dos projectos contratados. O número correcto, em 2009, era 4 intervenções, em vez dos 105 então indicados.

(****) Neste indicador, contabilizou-se a População Residente para os respectivos concelhos, de acordo com os dados do INE de 2008 disponíveis à data; na situação de haver uma Loja do Cidadão e também um Centro Multi-Serviços (mas de operações diferentes), ou dois Centros Multi-Serviços, no mesmo concelho, a respectiva "população servida" é contabilizada apenas uma vez.

Sistemas de Incentivos - A definição dos sectores intensivos em conhecimento e de média-alta e alta tecnologia, necessária ao cômputo de alguns indicadores comuns nacionais, bem como aos Indicadores de Eixo do PO tem como base a classificação atribuída pela OCDE a esse propósito às actividades económicas. Tal classificação sofreu recentemente alterações, já contempladas no cálculo dos indicadores para efeitos do RE2010. No sentido da comparabilidade, procedeu-se de igual modo ao recálculo dos indicadores com referência a 31-12-2009, designadamente:

Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)		2009
N.º de empresas de base tecnológica apoiadas	Realização - Contratada	296
	Realização - Executada	
	Metas	
	Valor de Referência / Situação de Partida	
N.º de micro e pequenas empresas apoiadas	Realização - Contratada	518
	Realização - Executada	
	Metas	
	Valor de Referência / Situação de Partida	

Anexo VI - Resumo Implementação Física - Indicadores Comuns Comunitários - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (*core indicators*)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Investigação e Desenvolvimento	4.N.º de Projectos de I&DT	Realização - Contratada		33	178	293						293
		Realização - Executada										
		Metas										
	5.N.º de Projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização - Contratada		5	28	54						54
		Realização - Executada										
		Metas										
Ajudas directas ao investimento nas PME	7.N.º de projectos de apoio directo ao investimento das PME	Realização - Contratada		245	906	1.432						1.432
		Realização - Executada				8						8
		Metas										
	8.N.º de novas empresas (start-up) apoiadas	Realização - Contratada		30	135	216						216
		Realização - Executada										
		Metas										
	10.Investimento Induzido (em milhões de euros)	Realização - Contratada		53,08	140,48	226,63						226,63
		Realização - Executada				1,22						1,22
		Metas										
Sociedade de Informação	11.N.º de projectos (sociedade da informação)	Realização - Contratada		90	228	373						373
		Realização - Executada				1						1
		Metas										
Turismo	34.N.º de Projectos (Turismo)	Realização - Contratada		34	99	190						190
		Realização - Executada			1	1						1
		Metas										
	13. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	0	49	139						139
		Realização - Executada				23						23
		Metas										
		Realização - Contratada	0	0	7,323	76,751						76,751

Anexo VI - Resumo Implementação Física - Indicadores Comuns Comunitários - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (*core indicators*)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Transportes	14. N.º de Km de novas estradas	Realização - Executada				0						0
		Metas										
	16. N.º de Km de estradas reconstruídas	Realização - Contratada	0	0	357,211	1.057,9						1.057,9
		Realização - Executada				170,5						170,5
		Metas										
	17. N.º de Km de novas ferrovias construídas (Metro do Porto)	Realização - Contratada	0	0	0,7	8						8
		Realização - Executada			0,7	7						7
		Metas										
	22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	Realização - Contratada	0	0	38.940	161.342						161.342
		Realização - Executada	0	0	0	0						0
		Metas										
Ambiente	25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	Realização - Contratada	0	0	0	143.123						143.123
		Realização - Executada				0						0
		Metas										
	26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	Realização - Contratada	0	0	0	27.113						27.113
		Realização - Executada				0						0
		Metas										
	27. N.º de projectos de Resíduos Sólidos	Realização - Contratada	0	0	3	5						5
		Realização - Executada										
		Metas										
	28. N.º de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização - Contratada	0	0	1	1						1
		Realização - Executada				1						1

Anexo VI - Resumo Implementação Física - Indicadores Comuns Comunitários - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (*core indicators*)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
		Metas										
	29. Área reabilitada (em km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	Realização - Contratada	0	0	0	1,253						1,253
		Realização - Executada										
		Metas										
Prevenção de Riscos	31. Nº de projectos (Prevenção de riscos)	Realização - Contratada	0	0	0	48						32
		Realização - Executada				1						1
		Metas										
Educação	36. N.º de projectos (Educação)	Realização - Contratada	0	241	254	292						292
		Realização - Executada		12	17	134						134
		Metas										
	37. N.º de alunos que beneficiam das intervenções	Realização - Contratada	0	52.907	55.933	66.466						66.466
		Realização - Executada			3.744	20.484						20.484
		Metas										
Saúde	38. N.º de projectos	Realização - Contratada	0	18	30	31						31
		Realização - Executada				5						5
		Metas										
Reabilitação Urbana	39. N.º de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	Realização - Contratada	0	0	14	387						387
		Realização - Executada				13						13
		Metas										
Competitividade das cidades	40. N.º de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização - Contratada	0	0	0	0						0
		Realização - Executada										
		Metas										

Anexo VI - Resumo Implementação Física - Indicadores Comuns Comunitários - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (*core indicators*)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Inclusão Social	41. Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	Realização - Contratada	0	0	0	39						39
		Realização - Executada				0						0
		Metas										

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000002	Operação - Escol@segura	Público	Aprovada	Não Regionalizável
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000003	Adquisición equipamiento del International Iberian Nanotechnology Laboratory	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000004	CTCP_INOV - Expansão e Consolidação de novas Competências para a Inovação no Calçado	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000007	CONSOLIDAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS TECNOLÓGICAS DA U.PORTO NA ÁREA DA BIOMECÂNICA -	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000009	Desenvolvimento de Competencias do ISQ na Região Norte	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000013	Novo Ciclo	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000016	Associação Fraunhofer Portugal Research - Infra-estrutura física e equipamentos	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000019	CeNTI 2ª fase, a consolidação (nanotecnologia e mat. inteligentes –do lab. à escala industrial)	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000020	INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000022	CITEVE@2011 - Ecologia Humana, Conforto e Segurança	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000023	IAREN Centro de Investigação de Poluentes Emergentes	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000024	Apoio tecnológico à competitividade das PME do sector Metalúrgico e Metalomecânico	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000025	Requalificação das capacidades do CTCOR, das suas infra-estruturas físicas e equipamentos	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000026	CEIIA	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000028	Criação de Unidade de Desenvolvimento de Sistemas de Gestão da Mobilidade	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000029	IET - Reforço de Competências Tecnológicas	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000031	MODERNIZAÇÃO DE UM CENTRO DE ANÁLISE ULTRAVESTIGIÁRIA E DE MICROANÁLISE PARA MAT	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000033	Instalação do Instituto de Investigação e Inovação em Saúde (I3S)	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000034	MICROXXI - Actualização das Infra-estruturas Científicas de Microscopia do IBMC	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000035	BioImaging2020 - Centro de Competências em Bioimaging para Biomateriais e Terapias Regenerativas	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000037	Reforço e Requalificação da Infra-estrutura de Micro/Nanofabricação da Universidade do Porto	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000040	Centro de Investigação & Desenvolvimento do IPCA Digital Games Lab (DGL)	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000041	IDMEC - Pólo FEUP - INOVAR 2010	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000042	Modelos de Sistemas de Gestão do Risco na Investigação em Ciências da Vida e da Saúde	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000043	PromoAgro- Promoção da Competitividade Agro-alimentar	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000046	Aquisição e instalação de equipamentos científicos e infra-estruturais para o INL	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000048	IDT no EDV 2010	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000049	Requalificação do Laboratório de Análise Estrutural da Universidade do Porto	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000050	IPVC – Ciência para o Desenvolvimento Sustentável	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000051	REFORÇO E REQUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE ENGENHARIA QUÍMICA DA UNIVERSIDAI	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0162-FEDER-000052	CAUP	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-000195	CERTEN	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-000271	CRIAÇÃO DE UMA NOVA EMPRESA DIDICADA A SERVIÇOS PELA NET.	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-000512	INTERLIMS - PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE LIMS PORTUGUÊS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-000658	INTERNACIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ÁREA COMERCIAL DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-000721	INTERNACIONALIZAÇÃO DA PLATAFORMA DIGITAL HOME	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-000739	REQUALIFICAÇÃO/MODERNIZAÇÃO DOS FACTORES PRODUTIVOS DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-000755	MICOPLANT INTERNACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-000767	PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO E INTERNACIONALIZAÇÃO NONIUS SOFTWARE	Auxílios de Estado	Concluída	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-000875	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESIGN COSTUMIZADOS ONLINE	Auxílios de Estado	Concluída	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-000879	QUALIFICAÇÃO PME - TECNINET	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-001972	CONCEPÇÃO, ADAPTAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO INTERNACIONAL DE SOFTWARE L	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-001981	MEGAJOULE II: DIGITALIZAÇÃO PROCESSOS DE NEGÓCIO 2008-2010	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-001982	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO, INTRODUÇÃO DE TIC, INOVAÇÃO E ECONOMIA DIGITAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002004	NOVOS PROCESSOS E NOVOS MÉTODOS - O DESAFIO DA EXCELÊNCIA	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002046	CPCIT4ALL- CRESCIMENTO PELA DIVERSIFICAÇÃO E ROBUSTECIMENTO DA ESTRUTURA E MEIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002053	PREPARAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA CSW	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002063	INTERNACIONALIZAÇÃO , PROSPECÇÃO DE NOVOS MERCADOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002098	INCREMENTO DOS PRINCIPAIS FACTORES DE COMPETITIVIDADE DA EMPRESA, QUALIDADE, INOV	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002137	INVESTIMENTOS EM AREAS CHAVE DE COMPETITIVIDADE DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002159	PROINOV - PROJECTO INTEGRADO DE GESTÃO, QUALIDADE, INOVAÇÃO E INTERNACIONALOIZAÇ	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002160	INTERNACIONALIZAÇÃO ESPANHA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002179	GERIR E QUALIFICAR PARA MELHORAR E INTERNACIONALIZAR	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002199	INTERNACIONALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002201	PROSPECÇÃO DE MERCADOS E CONTACTO COM CLIENTES EXTERNOS; IMPLEMENTAÇÃO E CER	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002209	ENTRADA NA ECONOMIA DIGITAL, INTERNACIONALIZAÇÃO E REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS DE D	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002220	MODERNIZAÇÃO DAS TIC AO NÍVEL DA RGANIZAÇÃO E GESTÃO; IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇ	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002223	INTERNACIONALIZAÇÃO, SISTEMA DE GESTÃO, ECONOMIA DIGITAL E INOVAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002228	A DIGITALIZAÇÃO DO NEGÓCIO - UM PASSO PARA A GLOBALIZAÇÃO.	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002232	COMPETIR À ESCALA INTERNACIONA	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002237	PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO E OPTIMIZAÇÃO DE COMPETITIVIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002246	MARCA, QUALIDADE, TIC E INOVAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002253	SI QUALIFICAÇÃO PME	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002258	CSIN COM LDA - SI QUALIFICAÇÃO DE PME	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002274	DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES LABORATORIAIS NO ÂMBITO DAS TECNOLOGIAS DE INFOR	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002277	PROSPECÇÃO DE MERCADOS EXTERNOS; IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO SISTEMA GESTÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002282	WIREMAZE - SI QUALIFICAÇÃO E INTERNALIZAÇÃO DE PME	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002298	QUALIFICAÇÃO PME - IPORTAL MAIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002307	NOVOS PRODUTOS, CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE, REFORÇO DA ESTRATÉGIA DE MARKETING IN	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002322	QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002327	INTERNACIONALIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO NOUTROS FACTORES DINÂMICOS DE COMPETITIVIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002351	IMPLEMENTAÇÃO DE UM NOVO SISTEMA INTEGRADO DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO, REFORÇO CA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002357	QULIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA SGPE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002358	CONSOLIDAÇÃO E EXPANÇÃO PARA O MERCADO GLOBAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002386	MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002417	ESINOW - "START ON E-BUSINESS PROCESS"	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002425	4BEST - WWW FRANCHISING SITES	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002431	PROSPECÇÃO E PRESENÇA EM MERCADOS INTERNACIONAIS E REFORÇO DAS CAPACIDADES DE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-002438	ELEVUSNET - RECRUTAMENTO E SELECÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003164	TÉCNICAS INOVADORAS DE DIAGNÓSTICO BIOMOLECULAR EM CLÍNICA VETERINÁRIA - A NECESS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003165	ELO-MELHORIAS DE PRODUTIVIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003173	REFORÇO DE BÁSCULA PARA MERCADO AFRICANO PARA CONDIÇÕES LIMITE DE UTILIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003176	PROJECTO DE DESMATERIALIZAÇÃO DAS AUDITORIAS INTERNAS DE INOVAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003270	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA REFORÇO CLARO DAS COMPETÊNCIAS OR	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003281	REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS, PELA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS TENDO EM VI	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003289	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA REFORÇO CLARO DAS COMPETÊNCIAS OR	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003296	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003302	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003343	E-CONSULTING	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003351	DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE CAIXAS DE TRANSPORTE DE INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003352	DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE PROTÓTIPOS EM SLS	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003373	SISTEMA DE VISÃO PARA INSPECÇÃO MICROSCÓPICA AUTOMÁTICA EM ESTRUTURAS DE ENGEN	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003534	O VOO DA INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003542	ESTUDO DE SISTEMAS DE PROTECÇÃO RODOVIARIA EM BETÃO POLIMÉRICO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003548	INTERNACIONALIZAÇÃO EUA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003660	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003666	REFORÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA - CONQUISTA DE NOVOS MERCADOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003667	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO PARA A QUALIDADE TOTAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003705	À CONQUISTA DE ANGOLA	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003709	REDEFINIÇÃO E INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO DE INSPECÇÃO E ALTERAÇÃO DO LAYOUT DE	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003715	SINTESE E CARACTERIZAÇÃO DE POLIMEROS CONDUTORES	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003734	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003745	INTERNACIONALIZAÇÃO DA ALWAYS SHOES	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003761	INOVA+2010	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003768	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003783	PROTECÇÃO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003806	ENOTURISMO DE QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003823	INTERNACIONALIZAÇÃO DAS MARCAS E DOS PRODUTOS DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003832	CREATIVESYSTEMS 2012	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003841	INVESTIMENTO EM AREAS CHAVE DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003848	POTENCIAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003855	PROJECTO INDIVIDUAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003871	OSVALDO MATOS 2011	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003948	SCORECARD EXPLORER SUITE	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003949	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003950	MODSECUR - SALA MODULAR PARA SEGURANÇA FISICA DE CENTROS DE DADOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003970	INSTALAÇÃO E PREPARAÇÃO COMPETITIVA DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-003981	INTERNACIONALIZAÇÃO INTEGRADA DE BRINGCONCEPT - PRODUÇÃO CONTINUA DE COROAS DI	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004006	CRIAÇÃO PORTAL B2B; IMPLEMENTAÇÃO SGQ E SUA CERTIFICAÇÃO ISO 9001:2000; APOSTA NA IN	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004060	PROJECTO INTEGRADO DE VALORIZACAO DOS FACTORES DINÂMICOS DE COMPETITIVIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004074	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE QUALIDADE ISO/IEC 17025	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004076	MELHORIA DA COMPETITIVIDADE BASEADA NA QUALIDADE TOTAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004093	PROJECTO DE INOVAÇÃO, INTERNACIONALIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004120	CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE E DESMATERIALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS/ECONOMIA DIGITAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004136	CERTIFICAÇÃO DA EMPRESA E CONQUISTA DE MERCADOS INTERNACIONAIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004162	INTERNACIONALIZAÇÃO; CERTIFICAÇÃO I&DT; MODERNIZAÇÃO DA ORG. E GESTÃO COM RECURS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004173	INTERNACIONALIZAÇÃO; CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE; MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E INSER	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004184	INTERNACIONALIZAÇÃO; CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE; MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E INSER	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004203	QUALIFICAÇÃO D´ A COR DO DIA E O REFORÇO NA INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004207	GESTÃO E QUALIDADE PROFISSIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004213	APETRECHAMENTO E MELHORIAS ORGANIZACIONAIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004236	MOG-SINT	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004237	INTERNACIONALIZAÇÃO DA BÁSCULA PONTE PCM	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004256	CONSOLIDAÇÃO DE ESTRUTURA E DIVERSIFICAÇÃO DE CLIENTES E MERCADOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004261	GLOBALTECHSOLUTIONS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004271	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO PARA OS MERCADOS BRASILEIRO E ESPANHOL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004276	QUALIFICAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004284	DESENVOLVIMENTO DE UMA APLICAÇÃO WEB PARA CONSULTA E PESQUISA DE BANCOS DE SAN	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004293	DINAMIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA NAS ÁREAS DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E QUALI	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004317	COMUNIDADE CESC	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004319	IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004364	PROMOÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DOS PRODUTOS INOVADORES DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004365	SISQUAL INTERNACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004375	INTENSIFICAÇÃO DA PRESENÇA DA EMPRESA NO MERCADO EXTERNO. AUMENTO DA COMPETITI	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004377	MELHORIA DOS PRINCIPAIS FACTORES DE COMPETITIVIDADE POTENCIANDO O CRESCIMENTO S	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004407	QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004431	INVESTIMENTO EM AREAS CHAVE DE COMPETITIVIDADE DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004442	GESTÃO DO CONHECIMENTO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004443	EXPANSAO E INTERNACIONALIZACAO DA JUMP WILLY LDA.	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004452	DESENVOLVIMENTO DE MARCA PRÓPRIA, INTERNACIONALIZAÇÃO, UTILIZAÇÃO DAS TIC, QUALIDA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004458	SHORTCUT 2.0 - UPGRADE DA SHORTCUT PARA O SEC XXI	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004466	CNLLFUTURE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004473	CRIAÇÃO DE EMPRESA DE BASE TECNOLÓGICA DOTADA DE RECURSOS HUMANOS QUALIFICADO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004501	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004516	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004526	NOVOS MODELOS ORGANIZACIONAIS COM SUPORTE NAS TIC´S	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004551	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE CERTIFICADO SEGUNDO A NP EN I	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004568	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004594	PIPPAA - PROJECTO DE INOVAÇÃO DE PRODUTOS E PROCESSOS DE AMPLIFICAÇÃO DE ÁUDIO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004658	CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004664	AS TIC PARA SUPORTE DOS NOVOS SERVIÇOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004745	OPTIMIZAÇÃO DOS PROCESSOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004756	IMPLEMENTAÇÃO DE COMPETÊNCIAS AO NÍVEL DO DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004761	METODOLOGIA ESTOCÁSTICO-DINÂMICA (STDM) AMBIENTAL EM PARQUES EÓLICOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004795	CONSULTORIA TECNOLÓGICA DE INFRA-ESTRUTURA TIC	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004813	CERTIFICAÇÃO EM S.G.Q E I.D.I.	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-004819	FLEXNET	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-005766	SISTEMA MODULAR DE ELECTROSPINNING PARA FABRICO EXPERIMENTAL DE NANO-FIBRAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-005768	FERRAMENTAS DE MENTORING	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-005769	DESENVOLVIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE UMA SOLUÇÃO DE TELEMETRIA MÉDICA - NETCARE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-005775	DESENVOLVIMENTO DE PLANO DE TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA PARA VENDA OU FUSÃO CO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-005784	NORMAS CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-005788	CERTIFICAÇÃO PELA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-005803	IMAGIONEXUS	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-005813	CONSULTORIA IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS DE CERTIFICAÇÃO PELA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-005820	ECOTOURS PORTUGAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-005834	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE CERTIFICADO SEGUNDO A NP EN I	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-005843	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-005856	DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIA DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E VALORIZAÇÃO DA PROPRIED	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-005870	APOSTA EM FACTORES DINÂMICOS DE COMPETIVIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-005876	VINCO VÁLVULAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-005881	INTERNACIONALIZAÇÃO DA ETICADATA PARA OS PALOPS E ESPANHA	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-005884	INTERNACIONALIZAÇÃO PARA ANGOLA, MOÇAMBIQUE E CABO VERDE; QUALIDADE; REGISTO MA	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-005887	COLIBRI - VOANDO A NOVOS RUMOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-005900	ECONOMIA DIGITAL, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃ	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-005903	OPTIMIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO, REFORÇO DAS TIC, REFORÇO DA PRESENÇA NA ECONOMIA DI	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-005912	SISTEMA DE QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME - ANGOLA	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-005917	QUALIFICAÇÃO EMPRESARIAL E DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS DE BASE TECNOLÓGICA PARA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-005948	LANÇAMENTO DE FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO INOVADORA COM ARTIGOS DE VANGUARDA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-005969	OPTIMIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO AMBIENTAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-005972	CRIAÇÃO DE NOVOS PRODUTOS, MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA TRIPLEDESIGN	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-005988	APOSTA EM DIVERSOS FACTORES DINÂMICOS DE COMPETITIVIDADE,PERMITINDO UMA AUMENTO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006004	AUMENTAR A PRODUTIVIDADE, MELHORAR A CAPACIDADE DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006017	SERVIÇO DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO HEPIC NAS VERTENDES DE INTERFACE G	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006019	AQUISIÇÃO FACTORES DINÂMICOS DE COMPETITIVIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006029	QUALIFICAÇÃO E INOVAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. WEBIZAÇÃO DE SERVIÇOS.	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006032	CERTIFICAÇÃO DA EMPRESA PELA ISO 9001:2008 E ALARGAMENTO DA ABRANGÊNCIA DE MERCAI	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006036	REFORÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO E COMPETITIVIDADE DA FERNANDO QUEIRÓS, LDA.	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006038	RUMAR À EXCELÊNCIA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006044	A ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS INTERNOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006064	INTERNACIONALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E IMLPMENTAÇÃO DE SALAS DE CONTROLO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006068	DESENVOLVIMENTO DE UMA ESTRUTURA APLICACIONAL E DOCUMENTAL WEB	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006073	DESENVOLVIMENTO DE UM PROCESSO GLOBAL/FORMAL DE WORKFLOW (VIA PORTAL WEB)	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006084	QMSC 2009	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006091	PORTAL COLABORATIVO WEB (INTRANET E EXTRANET)	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006136	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL, BASEADO NA NORMA ISO 14001:2004	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006144	ADRAVE COMPETE - INOVAR PARA COMPETIR	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006146	EMPRESA NOVA COM INVESTIMENTO EM AREAS CRITICAS DE COMPETITIVIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006158	LINGUARAMA GLOBAL: PROJECTO DE INVESTIMENTO BASEADO EM FACTORES DINÂMICOS DE CO	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006159	NOVO CENTRO DE INSPECÇÕES TÉCNICAS DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS DA REGIÃO DE TRÁS-OS-	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006161	CERTIFICAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE E DINAMIZAÇÃO DE FACTORES DINÂMIC	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006172	DNSI GLOBAL: PROJECTO DE INVESTIMENTO BASEADO EM FACTORES DINÂMICOS DE COMPETIT	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006176	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL DE ACORDO COM A NORMA ISO 14001	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006186	AS TIC	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006198	FLEXINANOLAYER - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS MODULARES PARA TRATAMENTO E REVES	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006199	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO HORWATH PARSUS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006202	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO VNG	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006205	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA PMIQS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006208	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO IBERIAPREMIUM TURISMO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006216	INTERNACIONALIZAÇÃO DE SOLUÇÕES TECNOLOGICAMENTE AVANÇADAS DE SOFTWARE DE CO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006221	DESENVOLVIMENTO DE UM PROGRAMA DE GERAÇÃO DE SPIDER MAPS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006236	REFORÇO COMPETITIVIDADE- CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE DO SISTEMA DE GESTÃO (NORMA N	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006248	SIA AMBIENTAL - ACTIVIDADE BINTERNACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006271	MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA NABIA SOLUTIONS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006272	PRESTITECA - UNIFORMIZAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO DE CONTROLO DE PROCEDIMENTOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006284	MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA WORLDVECTOR	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006308	NEOQUALIFICAÇÃO - APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO E AUMENTO DA PRODUTIVIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006330	DINAMIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE MARCA PRÓPRIA	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006362	PONTE PEDONAL MODULAR	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006373	CERTIFICAÇÃO E WEBIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006377	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, SISTEMAS DE GESTÃO, QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006400	INTERNACIONALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E IMLPMENTAÇÃO DE MARKETING BASEADO EM	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006412	ASCOGRAF - UMA SERIGRAFIA PROTOTIPADA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006415	PROJECTO "REFORÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA FLUIDESIGN"	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006420	QUALIFICAÇÃO INTEGRADA E CONQUISTA DE NOVOS MERCADOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006427	PROJECTO " INTERNACIONALIZAÇÃO PROGEST"	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006428	MODERNALIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA BESTQUICK	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006432	SISQUAL, LDA.	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006440	NAVIA.STRUCT	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006451	PROJECTOS ATLANTICIDADES	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006460	REFORÇO DA COMPETITIVIDADE INTERNA E INTERNACIONAL DA OPAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006463	FLOAT INTO THE WORLD	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006473	PROMOÇÃO INTERNACIONAL DO EMPREENDIMENTO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006661	TELA´S DESIGN- UMA MARCA COM ESTILO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006681	INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - ESS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006685	SAFELAB UMA INTERNACIONALIZAÇÃO SEGURA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006727	COMPETIR À ESCALA INTERNACIONAL.	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006729	RGL - PROJECTO INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006735	INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006743	INTERNACIONALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA OFERTA.	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006768	EXPANSÃO DA PROJECÇÃO DA MENINADESIGN NOS MERCADOS EXTERNOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006769	MODERNIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006778	PROJECTO DE RENOVAÇÃO E ALARGAMENTO DA GAMA DE PRODUTOS E SERVIÇOS E DOS MERC	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006781	QUALIDADE - CERTIFICAÇÃO CMMI	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006783	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO PARA OS MERCADOS ESPANHOL E AFRICANO	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006784	SI QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006785	INTERNACIONALIZAÇÃO DA ACTIVIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006800	PROJECT MMX	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006806	MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA GLOBFIVE	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-006808	QUALIFICAR "A" PLANETA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-008031	ARVORENSE VIA MELHORIAS DA PRODUTIVIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011450	KEEP IN TIME - PREVISÃO DE TEMPOS DE PERCURSO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011558	CONSULTORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DE INVESTIGAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011562	CONSULTORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011564	CONSULTORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011569	OPTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011583	DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE (SGQ)	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011600	MELHORIA DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011644	GESTÃO DOCUMENTAL - A INTERVENÇÃO NOS PROCESSOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011649	DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMA WEB CRM	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011653	PLATAFORMA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011658	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011669	REORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E TIC	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011675	METODOLOGIAS PARA REENGENHARIA DE PROCESSOS NP EN ISO 17025:2005	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011692	INTEGRAÇÃO DE PLATAFORMAS DE GESTÃO DE CURRICULA, REPOSITÓRIOS E GESTÃO ADMINIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011696	INTERFACE WEB/GENPDM	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011699	ESTUDO DE VIABILIDADE PARA LANÇAMENTO DE UMA LINHA DE INVESTIGAÇÃO APLICADA NA ÁR	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011705	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE CERTIFICADO SEGUNDO A NP EN I	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011716	CLIC - CLEAN LINES FOR INFECTION CONTROL	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011719	DESENVOLVIMENTO E EXECUÇÃO DE UM PLANO ESTRATÉGICO CONDUCENTE À IMPLEMENTAÇÃ	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011721	PUBLICARE WEB	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011725	ESTUDO PARA RECOLHA E TRATAMENTO DE ÓLEOS ALIMENTARES USADOS (OAU)	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011734	METODOLOGIAS PARA DESENVOLVIMENTO PLATAFORMA MÓVEL PARA ASSISTÊNCIAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011742	SOFTWARE PARA PRODUÇÃO DE CONTEUDOS ROTEIROS E HORÁRIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011743	CRIAÇÃO DE UMA PLATAFORMA WEB	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011745	PLATAFORMA DE GESTÃO DOCUMENTAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011746	CRIAÇÃO DE UMA PLATAFORMA WEB DE GESTÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011748	DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO ATRAVÉS DE UMA ABOR	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011750	PLATAFORMA WEB DE GESTÃO DE MANUTENÇÕES	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011759	GESTÃO DA PRODUÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011778	MELHORIAS DE METODOLOIGIAS DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011793	DESENVOLVIMENTO DE MODELO DE NEGÓCIO E DE LINHA DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE DISCO	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011827	E-LEARNING READER	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011852	PLANO DE MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, ISOLAMENTO TÉRMICO E RECURSO A ENERG	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011858	ECO CIVT.MACEDO	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-011936	NS MÁQUINAS - INTERNACIONALIZAÇÃO E MELHORIA DO PRODUTO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012129	MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA BÚSSOLA	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012130	INTERNACIONALIZAÇÃO, AUMENTO DA CAPACIDADE PRODUTIVA E EFICIÊNCIA NO TRABALHO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012133	MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA WINNERGES	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012154	MOG-TINT	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012159	RACIONALIZAÇÃO ENERGÉTICA E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012164	INTERNACIONALIZAÇÃO E COMPETITIVIDADE COMERCIAL E ORGANIZACIONAL NO MERCADO GLO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012166	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO MUCHBETA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012192	MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA JAF	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012197	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA, DIVULGAÇÃO DA MARCA E DESENVOLVIMENTO DE CAPAC	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012235	NONIUS@GLOBAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012240	INTERNACIONALIZAÇÃO DO ADIGITALBOOK	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012297	INVESTIMENTO EM ÁREAS CHAVE DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012298	APOSTA NOS FACTORES DINÂMICOS DE COMPETITIVIDADE , PERMITINDO UM AUMENTO DE COM	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012299	INVESTIMENTO EM ÁREAS CHAVE DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012350	INTERNACIONALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO SUSTENTADA NA SETIMEP	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012369	INTERNACIONALIZAÇÃO; CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE; MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E INSER	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012389	LANÇAMENTO DA DAVIDE CARVALHO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012416	QUALIFICAÇÃO INTERNA E CONQUISTA DE MERCADO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012428	INTERNACIONALIZAÇÃO; CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL E DE SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012429	" TEMAS CONCRETOS COMPETIR +"	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012437	DEVSCOPE MAIS COMPETITIVA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012464	INTERNACIONALIZAÇÃO E REFORÇO/AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS TÉCNICAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012504	PEQUIM - PROJECTO ESTRATÉGICO DE QUALIFICAÇÃO, INTERNACIONALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃ	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012511	HOP 2010-2011	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012527	AUMENTAR A COMPETITIVIDADE E EXPANÇÃO DA EMPRESA ATRAVÉS DA INTERNACIONALIZAÇÃ	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012542	A ORGANIZAÇÃO INTERNA PARA REFORÇAR A PRESENÇA COMERCIAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012546	INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO SUSTENTADA NA BIOGNOSIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012581	ECONOMIA DIGITAL E NOVOS SERVIÇOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012586	AIC GLOBAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012612	AUMENTO DA COMPETITIVIDADE E EXPANSÃO ATRAVÉS DA INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012647	GALI INTERNACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012674	REFORÇO COMPETITITVO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA PLATAFORMA CARDMOBILI	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012751	INTERNACIONALIZAÇÃO DO PROJECTO LEXIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012758	LANÇAMENTO DA PAISAGEM ACTIVA, LDA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012804	INOVAR PARA COMPETIR	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012825	REGISTO DE MARCA, SOFTWARE DE APOIO À GESTÃO, INOVAÇÃO, EQUIPAMENTO DE EFICIÊNCIA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012853	QUALIFICAÇÃO INTERNA E CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA INTERNACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012909	GLOBAL CREATIVE: PROJECTO DE INVESTIMENTO BASEADO EM FACTORES DINÂMICOS DE COMP	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012933	SECURITY GLOBAL - PROJECTO DE INVESTIMENTO	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-012935	INTERNACIONALIZAÇÃO INTEGRADA DE BRINGCONCEPT - ESPANHA E MARROCOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016158	INOVAPOTEK - INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016163	INTERNACIONALIZAÇÃO PARA A AMÉRICA LATINA	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016175	MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALZIAÇÃO DA EB.INOX	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016188	PROJECTO INVESTIMENTO 2010 - 2012	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016196	MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALZIAÇÃO DA ESPMEN	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016240	INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016262	INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016267	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE, INTERNACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016277	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIGITAL/INFORMÁTICO E REFORÇO DO CAPITAL HUMANO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016296	NEW QUALITY IMPACT	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016304	INTERNACIONALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016308	INTERNACIONALIZAÇÃO E REFORÇO DA COMPETITIVIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016316	MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA DISSOLTIN EM ÁREAS COMPETITIVAS DO NEGÓCIO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016354	INTERNACIONALIZAÇÃO E FACTORES DINÂMICOS DE COMPETITIVIDADE PARA SUPORTAR O CRE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016387	INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO SUSTENTADA DA MCT	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016412	EXPANSÃO INTERNACIONAL DO EQUIPAMENTO GEMFIX	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016436	INTERNACIONALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO SUSTENTADAS DA PVCSTAR	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016437	QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA TROMILUX	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016442	INTERNACIONALIZAÇÃO E OUTROS FACTORES DE COMPETITIVIDADE PARA SUSTENTAR O CRES	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016491	CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA AO NÍVEL DA PRODUÇÃO DE MÁQUINAS-FERRAMENTA DE MAQUINA	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016503	INVESTIMENTO EM ÁREAS CHAVE DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016506	INTERFIRST	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016510	INTERNACIONALIZAÇÃO E INERENTE REFORÇO DE COMPETITIVIDADE EM ELEMENTOS CHAVE	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016525	INTERNACIONALIZAÇÃO DA ACTIVIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016536	PROJECTO INVESTIMENTO 2010 - 2012	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016545	REFORÇO DA PRESENÇA NOS MERCADOS EXTERNOS, OPTIMIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E REFOR	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016570	INTERNACIONALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO NA DELTA	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016601	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO COM MELHORIA DA COMERCIALIZAÇÃO, POSICIONAMENT	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016605	MOLHORIA DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA E MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016609	REFORÇO COMPETITIVIDADE - INTERNACIONALIZAÇÃO, APOSTA EM FERRAMENTAS DE ECONOM	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016655	PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE OBRAS DE ARTE VANGUARDISTAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016664	INTERNACIONALIZAÇÃO EM FORÇA DA NSEC	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016675	TORMETAIS - NOVO POSICIONAMENTO NOS MERCADOS INTERNACIONAIS, QUALIDADE, AMBIENT	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016711	INTERNACIONALIZAÇÃO, CERTIFICAÇÕES E REFORÇO DE OUTROS FACTORES DE COMPETITIVID	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016712	A PROMOÇÃO DA INDUSTRIA CRIATIVA NACIONAL NO ESTRANGEIRO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016721	INTERNACIONALIZAÇÃO - DESENVOLVIMENTO 3D	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016736	CAPACITAÇÃO DA FAP PARA O CRESCIMENTO E A EXPORTAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016770	APOSTA NA CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO NO MERCADO GLOBAL E	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0201-FEDER-016782	GESTÃ£O INTEGRADA DA INOVAÃ§Ã£O	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-001355	CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO PARA A INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE CENTRAIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-001358	CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO DE I&DT PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS NA ÁREA DA QUALI	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-001359	CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO EM SISTEMAS DE MEDIÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-001361	PROJECTO SIMBIENTE	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-001362	NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO IAITI	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-001365	DIGITAL HOME	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-001369	CRIAÇÃO DO DPTO I&DT PARA DESENVOLVIMENTO DE NOVOS EQUIPAMENTOS PARA MULTIMÉDI	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-001372	CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO DE I&DT PARA DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS NAS ÁREAS DE MED	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-001376	DESENVOLVIMENTO DA PLATAFORMA SITUACTION.COM	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-001380	DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DISTRIBUÍDO DE MULTITOQUE PARA APLICAÇÕES DE INTER	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-001388	NUCLEO I&DT - IPBRICK - HOME	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-001393	LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EARTHLIFE	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-001398	SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO REMOTA DA QUALIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-001415	PROJECTO PILOTO DE UM CIMBRE AUTO-LANÇÁVEL DE MÉDIA-GRANDE DIMENSÃO (40 A 70 M) CO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-001444	PRETENDE-SE CRIAR UMA FERRAMENTA TECNOLÓGICA INOVADORA, SISTEMA DE INFORMAÇÃO,	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-001452	VITAL JACKET SPORT -TSHIRT INTELIGENTE DE MONITORIZAÇÃO DE SINAIS VITAIS PARA DESPOR	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-001480	DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA REMOTO DE GESTÃO E FROTAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-001507	IPBRICK - SISTEMA OPERATIVO PARA DIFERENTES PLATAFORMAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-001514	HIGH POWER FIBER LASER (LASERS DE ALTA POTÊNCIA EM FIBRA ÒPTICA)	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-001564	MAP - MICROCHIP ANALIZADOR DE PROTEINAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-001580	GESTARPLUS - GESTÃO OPERACIONAL E CONTROLO DA QUALIDADE DE SISTEMAS DE ÁGUA E SA	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-001583	GOLFMINHO - ROBÔ AUTÓNOMO PARA RECOLHA DE BOLAS DE GOLFE	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-001589	MICOPROJECT - INÓCULOS MICORRÍZICOS PARA A SUSTENTABILIDADE AGRO-FLORESTAL, APRO	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-001605	OPTISOLE - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA PRODUÇÃO DE JUVENIS DE LINGUADO: INC	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-001606	STEP UAV - STRUCTURAL TECHNOLOGY PROGRAM FOR UAVS	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-001608	AHRS - DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA INERCIAL DE ORIENTAÇÃO - AHRS	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-001958	DESENVOLVIMENTO DE INTRANET BASEADA EM TECNOLOGIA .NET	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-002488	INDICADORES GEOREFERENCIADOS DE ANÁLISE DE RISCO DE CRÉDITO HIPOTECÁRIO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-002507	PLATAFORMA COLABORATIVA PARA RECEPÇÃO, GESTÃO E DESPACHO DE PEDIDOS DE RECURS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-002521	PORTAL DE INFORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MÉTODOS ANALÍTICOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-002538	NATURE FRIENDLY AIRSHIP PROJECT	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-002566	CRIAÇÃO DE NÚCLEO I&DT NO GRUPO VIDA ECONÓMICA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-002585	EUROTUX VIRTUAL APPLIANCES	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-002588	CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA VISIONE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-002593	NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO DE NOVAS BIO-TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-002601	SISMODULAR-PROJECT INNOVATION	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-002620	NÚCLEO I&DT - XLP	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-003121	PALCO3.0 - SISTEMA WEB INTELIGENTE DE APOIO À GESTÃO DE UMA REDE SOCIAL NA ÁREA DA I	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-003198	ADESIVO DE BASE AQUOSA PARA SECTOR DO CALÇADO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-003422	RECOOP - REDES COOPERATIVAS SEM FIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-003424	AGILPLAN - SISTEMA PARA AGILIZAÇÃO DO PLANEAMENTO EM REDE PARA A FILEIRA DO CALÇAD	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-003458	OBIT - ODOUR BIOLOGICAL TREATMENT	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-003465	MEMIMETRIA - MEDIÇÃO DE ESPESSURA DE MATERIAIS POR INTERFEROMETRIA	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-003474	QUITORAL - DESENVOLVIMENTO DE NOVAS FORMULAÇÕES DE QUITOSANOS COM APLICAÇÃO EM	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-003493	XTREME - XTREME - LAUV VERSÃO EXTREME	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-003515	TESTE FH8 - DESENVOLVIMENTO DE UM TESTE COMERCIAL POR INTRADERMOREAÇÃO PARA DE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-003530	EYENET: SISTEMA INTEGRADO DE VIGILÂNCIA VIA WEB	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-003546	DESENVOLVIMENTO DE SENSOR DE TRÁFEGO (HW+SW) UTILIZANDO PROCESSAMENTO DE IMAG	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-003729	DESENVOLVIMENTO E TESTE DE MISTURAS POLIMÉRICAS COM MINERAIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-003781	PLATAFORMA DE INTERACÇÃO ENTRE ACTORES E SUPERFÍCIES PELA DETECÇÃO DE MOVIMENT	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-003931	DESENVOLVIMENO DE TECNOLOGIAS INTERCATIVAS BASEADAS EM POLÍMEROS PIEZOELÉCTRIC	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-004605	DESENVOLVIMENTO DE EQUIPAMENTO DIDÁCTICO-CIENTÍFICO DE TRATAMENTO DE ONDAS SON	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-004637	VEÍCULO AUTÓNOMO PARA MOVIMENTAÇÃO DE PEQUENAS CARGAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-004652	DESENVOLVIMENTO DE PROTÓTIPO DE UMA MESA MULTITOUCH	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-004665	PLATAFORMA DE EXIBIÇÃO E INTERAÇÃO COM CONTEÚDOS MULTIMEDIA	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-004746	INTERPRETAÇÃO DE SINAL RADAR NA MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL DE AVIFAUNA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-004789	DESENVOLVIMENTO DE UM PROTÓTIPO DE UM INTERFACE GRÁFICO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-004815	PLATAFORMA DE POLIMEROS CONDUTORES PARA APLICAÇÃO EM E-TÊXTIL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-004942	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA PARA DETECÇÃO DE ALTERAÇÕES NO TERRITÓRIO COM BASE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-004955	NVOLVIMENTO DE UMA APLICAÇÃO DE GESTÃO DA QUALIDADE TOTAL NO DESENVOLVIMENTO D	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005289	SISTEMA DE DETECÇÃO DE VEÍCULOS EM CONTRA MÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005290	REDES SOCIAIS TEMÁTICAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005292	ESCALONADOR AUTOMÁTICO E OPTIMIZADO DA PRODUÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005301	MAGNETIC INDUCTION CHARGEABLE TAG FOR WLAN	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005328	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA PARA CAPTURA/TRATAMENTO E TRANSCRIÇÃO DA FALA AUTOM	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005345	HEALTHYCREAM - DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES DIETÉTICAS INOVADORAS PARA A INDÚSTI	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005366	NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO NA DEVSCOPE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005370	AGROCONTROL - AGROCONTROL - VITICULTURA DE PRECISÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005372	NANOFORBONE - DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS BASEADOS EM MATÉRIAS PRIMAS D	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005385	DESENVOLVIMENTO DE UMA APLICAÇÃO PARA GESTÃO DA PRODUÇÃO DE PRODUTOS AGRO-ALI	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005389	CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO DE I&DT PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS NA ÁREA DAS ENER	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005391	HCA - HEALTHCARE ANYWHERE - INTEROPERABILIDADE ENTRE SISTEMAS CLÍNICOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005429	E-EMPRESA - SOFTWARE E SOLUÇÕES IT COMO UM SERVIÇO ACELERADOR DA COMPETITIVIDAD	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005437	CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO DE IDT NO ESCRITÓRIO DO PORTO FAVVUS MS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005475	I9SOURCE - MODELOS E PROCESSOS DE INOVAÇÃO PARA PMES	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005491	MANUFACTURING INDUSTRIES BUSINESS PERFORMANCE EVALUATION TOOLKIT	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005505	ALGANOL - PRODUÇÃO DE BIOETANOL E SEQUESTRO DE CO2 A PARTIR DE MICROALGAS QUE AC	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005509	VALMETAIS - DESENVOLVIMENTO DE PROCESSO PARA RECUPERAÇÃO DE METAIS NÃO FERROS(	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005531	DESENVOLVIMENTO DE NOVAS APLICAÇÕES DE DETECÇÃO E PROTECÇÃO BIOLÓGICA RECORRE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005541	FADIS - FERRAMENTAS DE APOIO À DECISÃO NA INTERNACIONALIZAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005554	DESENVOLVIMENTO DE UM MÓDULO PARA A SUITE ITPEERS WEG0 ESPECIALIZADO NA GERAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005559	NÚCLEO IDT - SHORTCUT	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005568	CFC - CÉLULAS FOTOVOLTAICAS CONCENTRADORAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005590	SITME - SITME - SERVIÇOS INTEGRADOS PARA TRANSPORTES METROPOLITANOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005591	SISTEMA WEB INTELEGENTE DE APOIO À ORGANIZAÇÃO PESSOAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005592	DESENVOLVIMENTO AGILE: IMPLEMENTAÇÃO DE METODOLOGIAS ÁGEIS NO DESENVOLVIMENTO	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005600	PRODUÇÃO E EXTRACÇÃO DE QUITINA A PARTIR DE CULTURAS DE FUNGOS EM SUBSTRATOS RE	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005604	DARC - DIGITAL ARCHITECTURE REPRESENTATION AND COMMUNICATION	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005607	TRANSPLANPME - SISTEMA DE APOIO AO PLANEAMENTO OPERACIONAL DE TRANSPORTES PÚBL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005613	DESENVOLVIMENTO DE DOIS PROTOTIPOS DERIVADOS DA TECNOLOGIA DE TRANSMISSÃO POR	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005765	MIX-CELL - SISTEMA DE MISTURA E REACÇÃO PARA CARACTERIZAÇÃO DE MATERIAIS E PROCES	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005773	DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS J2ME PARA JOGOS MULTIPLAYER	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-005857	PRÉ-ESTUDO DE EFICIÊNCIAS DE FOTOACTIVAÇÃO DE CORANTES E MATÉRIAS-PRIMAS ALTERNA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006081	DESENVOLVIMENTO DE VÁLVULA DE DOSEAMENTO DE LÍQUIDOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006470	GERIMAT - NOVOS MATERIAIS EM DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS PARA GERIATRIA E REABIL	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006495	IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROCESSO INOVADOR DE PRODUÇÃO DE BIODIESEL A PARTIR DE GOR	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006501	RFID - PEDRA	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006510	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE PROTECÇÃO AO FOGO DE ESTRUTURAS DE BETÃO ARMAD	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006511	SELECO DE ADSORVENTES PARA INTEGRAO NUMA UNIDADE DEPRODUO DE O2 POR VSA/VPSA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006513	ESTUDO INVERSOR PARA PAINEIS FOTO-VOLTAICOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006520	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE CALIBRAÇÃO ANGULAR DE MÁQUINAS DE SERIGRAFIA TÊXT	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006529	FABRICO DE MOBILIARIO DE DESIGN COM NOVOS MATERIAIS E TÉCNICAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006533	CONTACTO SEMI-AUTOMÁTICO EM AMBIENTE MÓVEL	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006540	VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS AGRO-INDUSTRIAIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006544	PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DE UMA LUMINÁRIA PÚBLICA.	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006552	HOME DEVICE MESO - DESENVOLVIMENTO DE NOVO EQUIPAMENTO DE ELECTROPORAÇÃO TRAI	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006561	NOMECIDENT - NOVAS METODOLOGIAS PARA CIRURGIA DENTÁRIA GUIADA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006566	MÓDULO DE COMUNICAÇÃO REDUNDANTE COM DEGRADAÇÃO SUAVE DA QUALIDADE DE SERVIC	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006569	IDENTIFICAÇÃO DE SINAIS FRACOS E SUPRESSÃO DE RUÍDO NO SINAL RADAR NA MONITORIZAÇ	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006586	TUNED ROOMS	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006587	DESENVOLVIMENTO DE TERAPIAS AVANÇADAS BASEADAS EM CÉLULAS ESTAMINAIS PARA TRAT	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006621	EUROTUX APLICATION SERVER PLATAFORM	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006638	AUDIT SERVICE 2.0	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006640	MÓDULO OPTOELECTRÓNICO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE MONITORIZAÇÃO BASEAI	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006641	MÁQUINA DE ESTAMPAR JTIM 10	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006652	PROJECTO WIZARD EMPRESARIAL NAVISION	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006658	GERÊS - DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES VERTICAIS PARA GESTÃO DE HOTÉIS, PROJECTOS /	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006659	PLATAFORMA "GLOBAL"	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006660	SOLUÇÃO DE GESTÃO GLOBAL E TRANSVERSAL PARA AUTARQUIAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006723	NÚCLEO DE I&DT DA CONEXUS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006725	CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE I&DT DA ARQDACIT	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006737	NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO DA FIRST SOLUTIONS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006786	PLATAFORMA DE GESTÃO DE CONTEÚDOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006792	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE CONTROLO PARA ARMÁRIOS DE ARREFECIMENTO DE BEB	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006802	NÚCLEO DE MOBILIDADE E WEB 2.0	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006816	DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DE CAPACIDADES PERMANENTES DE I&DT EM MEDICINA I	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-006827	NÚCLEO DE I&DT DA CLÍNICA COSTA VERDE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-007899	HOTEL3.0 - PLATAFORMA WEB3.0 VOCACIONADA PARA O MERCADO HOTELEIRO	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-007922	VITALCARE (SARA - SISTEMA DE ASSISTÊNCIA REMOTA E DE ALARMÍSTICA + VITALBOX)	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-007951	REMOTE CLINICAL ASSISTANCE - PLATAFORMA DE SOFTWARE PARA ASSISTÊNCIA CLÍNICA REMO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-011447	PVC4GAS - VALORIZAÇÃO MATERIAL E ENERGÉTICA DE RESÍDUOS COM PVC	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-011458	TRIBONE - MATERIAIS BIOACTIVOS TRIDIMENSIONAIS DE BONELIKE® OBTIDOS POR POWDER INJ	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-011463	PROTÓTIPO MULTIFUNCIONAL DE OXYCORTE E PLASMA COM FURAÇÃO POR BROCA INTEGRADA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-011469	WINDMETER - SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO ESTRUTURAL PARA AEROGERADORES DE ELEVADA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-011480	PROSPEG - PROJECTO DE PROSPECÇÃO, ANÁLISE DISTANCIADA E DETECÇÃO REMOTA DE PEGM	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-011489	SIBAP - SISTEMA INTEGRADO DE BALANCEAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO COMPLEXOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-011512	SHOEID - RFID APLICADO À CADEIA DE VALOR DA PRODUÇÃO, CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO E COM	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-011519	DESENVOLVIMENTO DE NOVOS SERVIÇOS DE PREVISÃO METEOROLÓGICOS DESTINADOS A SER	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-011570	CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UMA INSTALAÇÃO PILOTO PARA REFRIGE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-011680	PLATAFORMA COLABORATIVA DA COMUNIDADE MLEARN	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-011690	QML - QUICK MODELLING LANGUAGE - FRAMEWORK DE MODELAÇÃO DE SISTEMAS DE BASE DOC	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-011694	INTERFACE GENPDM/CAD	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-011708	CAVISTATION - DESENVOLVIMENTO DE NOVO EQUIPAMENTO DE CAVITAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-011760	MICRO-EXTRUDER : DESENVOLVIMENTO DE UMA MICRO-ESTRUSORA PARA TESTE DE PEQUENAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-011801	SONDA URBANA DE EXTRACÇÃO DE INFORMAÇÃO A PARTIR DA IMAGEM DO MEIO EM QUE SE INS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-011810	INTERFACE HUMANA DE DETECÇÃO DE INCÊNDIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-011819	DESENVOLVIMENTO DE PROTÓTIPO INTERACTIVO PARA PUBLICIDADE/INFORMAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-011823	ESGE - ON-LINE	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-011883	NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO DA CNLL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-011884	NÚCLEO DE I&D DA CLEVER ACTION	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-011886	NÚCLEO ESTRATÉGICO NA ÁREA DAS RENOVÁVEIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-011887	CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE IDI EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA CASO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-011895	CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO DE ID&T PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS NA ÁREA DOS MATE	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-011901	NÚCLEO PRODUTOS FUNCIONAIS E HEALTHCARE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-011940	VIRTUAL MOBILE CARD - SERVIÇO DE VIRTUALIZAÇÃO DE CARTÕES E FIDELIZAÇÃO À MEDIDA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-011946	WEBPOS 2011 - POSTO DE VENDA ONLINE - DESENVOLVIMENTO DE UMA APLICAÇÃO WEB PARA C	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-011955	IPORTALDOC V3 - DESENVOLVIMENTO DE UMA APLICAÇÃO DE GESTÃO DOCUMENTAL E WORKFL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-011986	DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMA LASER PARA IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS DE IDENTIDAD	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-012003	KNOWLEDGE TO MOBILE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-012008	GESTOR DE ENERGIA POR IP PARA WSN	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-012011	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE EQUIPAMENTOS E INOVAÇÃO EM AUDIO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-012016	DESENVOLVIMENTO DE UNIDADES DE TRATAMENTO DO AR FUNCIONAIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-012028	GAMEBASED ON-SITE ADVANCED LEARNING SYSTEM	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-012047	CARACTERIZAÇÃO GENÉTICA DA DIABETES E OBESIDADE - DEFINIÇÃO DE GRUPOS DE RISCO E P	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-012202	PLATAFORMA DIDÁCTICA MULTIMÉDIA (PDM) PARA O SECTOR DA EDUCAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-012246	DESENVOLVIMENTO DE DISPOSITIVOS ELECTROCRÓMICOS PARA APLICAÇÕES EM ACESSÓRIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-012319	GERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE AMBIENTES 3D URBANOS REAIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-012491	PLATAFORMA ADCLIP ? INVESTIGAÇÃO, ESCALABILIDADE E GLOBALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-012610	DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE DESSALINIZAÇÃO SOLAR COM POSSIBILIDADE DE AUTOI	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-012837	SOFTWARE PARA DETECÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE PADRÕES EM CONTEÚDOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-013319	SIIARI - SISTEMA PARA O INCREMENTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM ROBÓTICA INDUSTRIAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-013414	BARKOUT II - INOVAÇÃO NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE ROLHAS DE CORTIÇA NATURAIS E RO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-013618	D4I - DESKTOP4IPBRICK - AMBIENTE INTEGRADO MULTI-PLATAFORMA DE BURÓTICA, GROUPWAR	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-013657	MDII - MANUAL DIGITAL II	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-013675	NAÓPTICADANEWMENSUS - DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DE NOVOS PRODUTOS E PROCE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-013711	SIGA - SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ALIMENTAR	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-013719	INOVIN - OPTIMIZAÇÃO PROCESSUAL E AMBIENTAL DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE VINHO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-013720	ESCOLINHAS CRIATIVAS - ESCOLINHAS CRIATIVAS - CREATIVE SPACES FOR CREATIVE KIDS	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0202-FEDER-013737	PISCIS - DESENVOLVIMENTO DE UMA BARREIRA COMPORTAMENTAL PARA PEIXES	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-000225	PROJECTO "SWIMMER"	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-001004	LANÇAR PARA INOVAR	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-001181	PROJECTO IBOARD	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-001290	SOLUÇÕES APLICACIONAIS À MEDIDA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-001320	SOLUÇÕES DE DIGITALIZAÇÃO E PROCESSAMENTO DE DADOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-001332	CRIAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS ENERGÉTICOS BASEADA EM CONHECIMENTO E INOVAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-002685	EMPREENDEDORISMO NA SPECIAL NUMBER	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-002708	PIPADOURO	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-002760	PROJECTO UNDER SIEGE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-002761	CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS NA ÁREA INDUSTRIAL DE PRODUTOS ELÉ	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-002946	PORTUGUESE GLOBAL ENGINEERS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-003014	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS TECNOLÓGICOS INDÚSTRIAIS INOVADORES PARA A PRODUÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-003021	ABOUTPROFIT	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-003023	TAYLOR MADE IN PORTUGAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-003056	EARTHLIFE - PRODUÇÃO DE MÓDULOS FOTOVOLTAICOS DE FILMES FINOS DE CIGS	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-003661	O LANÇAMENTO INTERNACIONAL DOS PRODUTOS DA UT	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-004892	START-UP DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL DE ADITIVOS PARA COMBUSTÍVEIS E APARELHOS DE C	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-004915	ACTIVIDADES MARÍTIMO-TURÍSTICAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-004928	CRIAÇÃO DE EMPRESA POR JOVENS EMPREENDEDORES, DOTADA DE RECURSOS HUMANOS QU	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-004937	CRESCIMENTO, MELHORIA DOS PROCESSOS E INOVAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-004949	BERMA CENTRO DE IMPRESSÃO DIGITAL,LDA	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-004953	INOVAÇÃO TERMICA DE BAIXA ITENSIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-004964	COMERCIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SOFTWARE PROTHEUS, INCLUINDO A SUA ADAPTA	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-005001	POLIGHT-POSTES ESTRUTURAIS EM COMPÓSITO	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-005042	BIG ILLUSION	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-005055	INOVAÇÃO NAS PLATAFORMAS DE ELAVAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-005078	BIG MAQ - EMPREENDEDORISMO QUALIFICADO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-005096	BRINGCONCEPT - O CONCEITO REVOLUCIONÁRIO NA RECONSTRUÇÃO DENTÁRIA EM PORTUGAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-005120	DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS E PROCESSOS, INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-005132	PROJECTO SI INOVAÇÃO PENHA REALIZAR	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-005139	LANÇAMENTO DA CLICKTOSELECT NO MERCADO GLOBAL DE PLATAFORMAS DE TURISMO «ONLI	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-005144	DESENVOLVIMENTO DE VIDEOJOGOS PARA PLATAFORMAS DE HARDWARE DE MAIOR VALOR ACI	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-005169	NET VENTURING	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-005184	DIETGEST - DESENVOLVIMENTO SOFTWARE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-005185	CRIAÇAO DE EMPRESA QUALIFICADA PARA A INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E COMERCIAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-005647	CRIAÇÃO DE UM LABORATÓRIO DE PRÓTESES INOVADOR NO MERCADO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-005665	ALLTO DOURO	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-005685	BIOERGOS - VALORIZAÇÃO ÓLEOS ALIMENTARES USADOS PRODUZINDO BIODISEL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-006903	REFORÇO DA CAPACIDADE COMPETITIVA	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-006919	HTC - HEADQUARTERS AND TECH CENTER	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-006935	ROBÓTICA VIRTUAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-007592	"INTRODUÇÃO DE NOVOS PROCESSOS / MÉTODOS PRODUTIVOS E AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIP	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-007623	VICE PORTUGAL - INOVAÇÃO, DIFERÊNCIAÇÃO - UM NOVO PRODUTO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-007638	CRIAÇÃO DE SOLUÇÃO INFORMÁTICA ORIENTADA PARA O REFORÇO DA SEGURANÇA, PRODUTIV	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-007761	CRIAÇÃO DE NOVA LINHA PRODUTIVA E CERTIFICAÇÃO QUALITATIVA DOS PRODUTOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-007766	MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E EXPANSÃO DA ACTIVIDADE NO MERCADO GLOBAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-007770	LANÇAMENTO DE MÁQUINA DE CAFÉ EXPRESSO INOVADORA PARA UTILIZAÇÃO CASEIRA, QUE PI	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-007821	OM INOV	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-007824	CVISUAL PIONEIRA NA PRODUÇÃO E REALIZAÇÃO ANIMADA 3D EM PORTUGAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-007825	REFORÇO DA CAPOACIDADE DE INOVAÇÃO, DE PRODUTIVIDADE, DA PROTECÇÃO AMBIENTAL E A	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-008039	MODERNIZAÇÃO E INOVAÇÃO DA EMPRESA E APOSTA EM NOVOS SERVIÇOS E MERCADOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-008072	MODERNIZAÇÃO DA EMPRESA COM PRODUÇÃO DE NOVOS SERVIÇOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-008088	PROJECTO DE EXPANSÃO POR VIA DA MUDANÇA DE INSTALAÇÕES E DA INTRODUÇÃO DE NOVAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-008089	PROJECTO DE ELEVAÇÃO DO PERFIL DIFERENCIADOR DE SERVIÇOS, SUSTENTADO NO CRESCIM	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-008090	MODERNIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-008104	CRIAÇÃO DE EMPRESA,DESENVOLVIMENTO DE NOVA ACTIVIDADE, DE CARIZ ARTÍSTICO E CRIAT	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-008112	REMODELAÇÃO, ADAPTAÇÃO DE INSTALAÇÕES, SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MELHORAMI	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-008120	NOVOS SERVIÇOS COM BASE NAS TIC	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-008201	MODERNIZAÇÃO DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-008213	MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO TECNOLOGICA DA MDOIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-008215	REMODELAÇÃO, ADAPTAÇÃO DE INSTALAÇÕES, SUBSTITUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, IMPLEMENT	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-008234	MODERNIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-008237	RENOVAÇÃO FISICA DO ESPAÇO, RENOVAÇÃO VISUAL DA EMPRESA E DINAMIZAÇÃO DA ACTIVIDA	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-008240	SHSTMOREIRAS, SISTEMAS DE HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-008247	PROJECTO DE CERTIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS DE GES	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-008275	CRIAÇÃO DE EMPRESA MARCADA PELA CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-008302	RENOVAÇÃO FISICA DO ESPAÇO, RENOVAÇÃO VISUAL DA EMPRESA E DINAMIZAÇÃO DA ACTIVIDA	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-008339	POTENCIAR O DESENVOLVIMENTO DO NEGÓCIO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-008343	PROJECTO ESCO (PELLETS)	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-008348	EMPRESA ESCO TRÁS-OS-MONTES	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-008357	MODERNIZAÇÃO E INSERÇÃO DE FACTORES DE COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO NA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-012973	CASAS MODULARES: COOPERAÇÃO PARA INOVAÇÃO DO PRODUTO, PROCESSOS E MERCADOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-012976	LEED - LIDERANÇA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-013064	INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO EM TECNOLOGIAS DE PESAGEM	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-013089	DESENVOLVIMENTO DA EMPRESA LINKINTENSE: INÍCIO DA COMERCIALIZAÇÃO DO SOFTWARE IP	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-013117	CRIAÇÃO DE NOVA UNIDADE DE PRODUÇÃO INOVADORA	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-013163	MEGAJOULE INOVAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-013165	IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROCESSO INOVADOR DE FABRICO DE PROTESES DENTARIAS E PRODU	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-013275	PROJECTO DE CRIAÇÃO DE NOVAS RELÉS E DE MELHORIA DO PROCESSO PRODUTIVO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-013294	CRITICAL CORE - CRIAÇÃO DE EMPRESA DOTADA DE RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-013358	HARD CLUB CENTRO DE ANIMAÇÃO CULTURAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-013395	VIGIE SOLUTIONS - SOLUÇÕES DE MONITORIZAÇÃO HOSPITALAR	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-013503	MODERNIZAÇÃO, EXPANSÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO NO EMERGENTE MERCADO DA EFICIENCI	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-013565	ABERTURA DE UNIDADE INDUSTRIAL PARA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE UMA SOLUÇÃO I	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-013647	PROJECTO DE EXPANSÃO DA ACTIVIDADE SUSTENTADA NA MELHORIA DA PERCEPÇÃO DOS PRO	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-013658	PROJECTO INOVBUS - MODERNIZAÇÃO PRODUTIVA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-013682	IAAS - INFRASTRUCTURE-AS-A-SERVICE	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-013690	DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS, MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA E PR	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-013710	INTRODUÇÃO E ENDOGENEIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS DE BUILDING INFORMATION MODELLING	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-013716	INOVAÇÃO INTERNA PARA KONKISTAR O MUNDO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-013740	NDRIVE, NAVIGATION SYSTEMS, LDA.	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-013748	ORGALAXY - PLATAFORMA GLOBAL DE APOIO A TRANSAÇÕES COMERCIAIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-013775	TAKEACITY.COM - PORTAL GLOBAL DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA E CULTURAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-013781	COOLSIS - NOVO DESAFIO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-013786	MÓDULOS ORZARE.COM - INOVAÇÃO WEB	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-013801	CRIACO DE EMPRESA DE PRODUCAO E DIFUSAO DE CONTEUDOS CRIATIVOS, CULTURAIS E DE L	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-013809	DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS, MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA E PROMOÇÃ	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0203-FEDER-013839	NOVOS PRODUTOS, NOVOS PROCESSOS E PROMOÇÃO INTERNACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0363-FEDER-000003	Construção Da Zona Oficinal de Santa Marta de Penaguião	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0363-FEDER-000008	Parque Tecnológico e de Negócios de Ourivesaria de Gondomar, 1a Fase	Público Projecto Gerador de Receitas	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0364-FEDER-000001	Sede do Instituto Europeu de Excelência em Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0364-FEDER-000003	Rede de Promoção e Programa de Empreendedorismo Tecnológico na Região Norte	Público	Aprovada	Não Regionalizável
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0364-FEDER-000004	INFRA-ESTRUTURAS FÍSICAS DA SPINPARK	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0364-FEDER-000006	I9EIBT – Apoio à Criação de EIBT – Empresas Inovadoras de Base Tecnológica	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0364-FEDER-000010	Tec-Empreende	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0364-FEDER-000012	Consolidação do Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto	Público	Aprovada	Grande Porto

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0364-FEDER-000019	EIBT - NET	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0364-FEDER-000020	ACT - Acelerador de Comercialização de Tecnologias	Público	Aprovada	Não Regionalizável
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0364-FEDER-000022	SpinLogic - Programa de Empreededorismo Tecnológico 2010	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0364-FEDER-000025	Sanjotec - Núcleo de I&D Empresarial	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-000021	REFORÇO DO SISTEMA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E APROXIMAÇÃO DA EMP	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-000080	PROMOÇÃO INTERNACIONAL DA CAPITAL DO MÓVEL - 2007/2008	Auxílios de Estado	Concluída	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-000143	QUALITY TOURS, A CONQUISTA DE UM PORTUGAL MODERNO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-000193	IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO ASSIM	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-000217	INOVXYLOCORK - UM NOVO CONCEITO DE ROLHA DE CORTIÇA	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-000239	EXPANSÃO DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-000252	INVESTIMENTO EM ARAS CHAVE DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-000285	DIVERSIFICAÇÃO DO RISCO VIA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA E IMPLEMENTAÇÃO DO SIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-000402	QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA E FOMENTO DO VOLUME DE NEGÓCIOS ATRAVÉS DO CRESCIMENT	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-000500	MELHORIA DA EFICIÊNCIA ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DOS FACTORES DINÂMICOS DE COMPETITIVI	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-000503	APOSTA NA MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA EMPRESA E EM MARKETING P	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-000533	CERTIFICAÇÃO QUALIDADE ISO 9001:2000; INTERNACIONALIZAÇÃO; REFORÇO DAS TIC AO NÍVEL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-000665	QUALITY COPPER	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-000672	QUALIFICAR PARA DIFERENCIAR E INTERNACIONALIZAR	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-000690	CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE DE GESTÃO DE RESÍDUOS FERROSOS E NÃO FERROSOS E DE VEÍCU	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-000707	O PROJECTO VISA O FABRICO DE PRODUTOS COM A GARANTIA DE QUALIDADE E SEGURANÇA AL	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-000736	QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-000791	PROMOÇÃO DA EMPRESA NOS MERCADOS INTERNACIONAIS, CRIAÇÃO DE NOVAS LINHAS, QUAL	Auxílios de Estado	Concluída	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-000806	À CONQUISTA DE NOVOS MERCADOS GEOGRÁFICOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-000819	INTERNACIONALIZAÇÃO DE ACTIVIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-000828	LANÇAMENTO DE COLECÇÃO PRÓPRIA DE CALÇADO COM RÓTULO ECOLÓGICO EUROPEU	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-000888	AMI - QUAL PME	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-001616	EXPANSÃO DA EMPRESA VIA INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-001622	REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS E DA INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-001951	FREE TO TRAVEL (F2TRAVEL)	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-001974	INVESTIMENTO NUMA REDE COMERCIAL PARA PRODUTOS ALIMENTARES ECOLÓGICOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-001976	CARM - NOVA OPURTUNIDADES	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002000	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA, SUAS MARCAS E SEUS PRODUTOS	Auxílios de Estado	Concluída	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002002	AUMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA E PRESENÇA ACTIVA NO MERCADO GLOBAL ATRAVÉS	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002005	A GESTÃO DA INFORMAÇÃO BASEADA NAS TIC E A GESTÃO COM OS PARCEIROS NA ECONOMIA D	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002007	A ORGANIZAÇÃO INTERNA PARA REFORÇAR A PRESENÇA COMERCIAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002008	A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA " APOSTA NOS DOMÍNIOS DO MARKETING, NO DESENVOL	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002026	QUALIDADE, ECONOMIA DIGITAL E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002036	PROJECTO DE INFORMATIZAÇÃO, MELHORIA DO CONTROLO DE GESTÃO E INTRODUÇÃO DE NOV	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002037	DINAMIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE MERCADOS EXTERNOS, CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE E RE	Auxílios de Estado	Concluída	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002044	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA E DOS SEUS PRODUTOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002047	QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA ATRAVÉS DA APOSTA NOS FACTORES DI	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002060	DINAMIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE MERCADOS E INFORMATIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE GEST	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002067	DINAMIZAÇÃO DE MERCADOS EXTERNOS, INFORMATIZAÇÃO DE PROCESSO DE ENCOMENDAS E	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002075	INTERNACIONALIZAÇÃO DA MARCA LUSQUIÑOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002078	EFICIÊNCIA, QUALIDADE, MARKETING E INTERNACIONALIZAÇÃO COMO ALAVANCA PARA O CRES	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002085	INVESTIMENTO EM ÁREAS CHAVE DA EMPRESA COM RELEVÂNCIA NA INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002087	INVESTIMENTO EM AREAS CHAVE DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002088	FASTFORWARD	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002089	CRIAÇÃO DE UMA INDUSTRIA DE OURIVESARIA E JOALHERIA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002090	INVESTIMENTOS EM AREAS CHAVE DA EMPRESA - INOVAÇÃO DE PROCESSOS, INTERNACIONALIZ	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002096	REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS E DA INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002101	PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS/CERTAMES DA ESPECIALIDADE	Auxílios de Estado	Concluída	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002109	MODERNIZAÇÃO DA ACTIVIDADE E REFORÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002116	REQUALIFICAÇÃO, ECO-VALORIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO COMERCIAL DA ESTALAGEM DE MONTALI	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002120	NEW VIANAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002123	CRIAÇÃO DE MODA COM INTEGRAÇÃO NO MERCADO DIGITAL E GLOBAL "PÉ DE CHUMBO"	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002139	PROMOÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA, APOSTA NO MARKETING INTERNACIONAL V	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002155	LITOSBÉLIX UM PROJECTO DE EXCELÊNCIA	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002162	CERTIFICAÇÃO ISO 9001:2000; MODERNIZAÇÃO ORGANIZACIONAL COM BASE NAS TIC E INSERÇÃ	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002185	CERTIFICAÇÃO INTEGRADA GESTÃO DA QUALIDADE, SEGURANÇA ALIMENTAR E GESTÃO AMBIEN	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002191	PROMOÇÃO INTERNACIONAL DA O.A.T. E DOS SEUS PRODUTOS HOME FASHION	Auxílios de Estado	Concluída	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002192	QUALIFICAR PARA INTERNACIONALIZAR	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002205	4 - TEAMS ADVERTISNG & MERCHANDISING, LDA.	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002206	REFORÇO COMPETITIVIDADE COM APOSTA COMBINADA EM TIC/ORG. GESTÃO, AMBIENTE, MARC	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002207	CONSOLIDAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS EXTERNOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002217	INTERNACIONALIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE UM SISTEMA DE QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002219	INCIDE - INOVAÇÃO, CERTIFICAÇÃO, INTERNACIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002229	CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MARCAS PRÓPRIAS (MYST E LE FREACK) E INTERNACIONALI	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002259	REFORÇO DO POSICIONAMENTO DA PROMOCOMPO NOS MERCADOS INTERNACIONAIS.	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002281	INTERNACIONALIZAÇÃO; IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO SISTEMA GESTÃO QUALIDADE E SIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002283	INTERNACIONALIZAÇÃO ESTRUTURADA E CONTINUADA	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002286	SO 9001:2000; REGISTO DE MARCA; USO INTENSIVO DE TIC NA GESTÃO E ORGANIZAÇÃO; INSERÇ	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002288	PROSPECÇÃO DE MERCADOS E PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS INTERNACIONAIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002296	PORTAL ENC DE E-COMMERCE DE SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS DE ENERGIA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002309	MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002312	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE, INOVAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIV	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002316	TADINENSE- A IMPRIMIR O FUTURO DE UMA NOVA ECONOMIA	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002318	PRESENÇA MODERNA E ADAPTADA AO MERCADO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002321	QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002324	ALTERAÇÃO DO POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DA EMPRESA.	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002328	ALARGAMENTO DE ÁREAS DE NEGÓCIO E PREPARAÇÃO PARA INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002334	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE EM EMPRESAS TÊXT	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002344	DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO SUSTENTADA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002349	INTERNACIONALIZAÇÃO; CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE; MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E INSER	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002360	JUNCOR: O ENGENHO DO COMÉRCIO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002377	INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002400	MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA E MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002404	PROJECTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE PLATAFORMA ELECTRÓNICA DE APOIO À ACTIVIDADE COME	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002409	REFORÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO E MAIOR PRESENÇA NO MERCADO DIGITAL.	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002419	MIGUEL OLIVEIRA - FÓRMULAS PARA O SUCESSO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-002422	INTERNACIONALIZAÇÃO E EXPANSÃO DA MARCA RUGA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003169	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE - ISO 9001:2000	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003177	MARCAÇÃO CE	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003179	CERTIFICAÇÃO PELA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003185	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO A NORMA NP EN ISO 9001:2	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003186	AFICOR-MELHORIAS DA PRODUTIVIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003197	PLANO DE RACIONALIZAÇÃO ENERGÉTICO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003219	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003221	DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PLANO DE MARKETING	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003229	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003255	IMPLEMENTÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO - HACCP	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003273	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GES	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003276	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GI	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003280	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TENDO EM VISTA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEM	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003312	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE (NORMA NP EN ISO 9001:2000)	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003529	AYEME- RUMO À QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003533	PROTECÇÃO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL E ESTUDO DE VIABILIDADE PARA A INTRODUÇÃO NO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003553	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003643	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003655	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003707	METALÍNSUA - QUALIFICAÇÃO DA ESTRUTURA DE GESTÃO, INTERNACIONALIZAÇÃO E CERTIFICA	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003719	INTERNACIONALIZAÇÃO; CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE; MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E INSER	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003730	MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA E PROMOÇÃO INTERNACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003749	REFORÇO DA PRESENÇA DA EMPRESA NOS MERCADOS EXTERNOS, NO ÂMBITO DA SUA ESTRAT	Auxílios de Estado	Concluída	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003762	MELHORIA DO DESEMPENHO DE SOLUÇÕES DE REVESTIMENTO DE MOLDES PARA ESPUMAS DE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003769	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003776	MARITÁVORA INTERNACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003796	DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS E PROCESSOS, QUALIDADE, INTERNACIONALIZAÇÃO, ECONOM	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003805	GLOBAL - RUMO AO FUTURO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003810	AUMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA E PRESENÇA ACTIVA NO MERCADO GLOBAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003816	S&A INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003824	INTERNACIONALIZAÇÃO DAS MARCAS E DOS PRODUTOS DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003838	EXPANSÃO DE MERCADO E QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003863	RACIONALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, CERTIFICAÇÃO, MELHORIA DA IMAGEM E INTERNACIONA	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003893	IMPLEMENTAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO, INTERNACIONALIZAÇÃO E ORGAN	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003909	REFORÇO DO POSICIONAMENTO DAS MARCAS PRÓPRIAS NOS MERCADOS INTERNACIONAIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003912	INTERNACIONALIZAÇÃO DAS MARCAS E DOS PRODUTOS DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003915	INTERNACIONALIZAÇÃO DAS MARCAS E DOS PRODUTOS DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003924	INTERNACIONALIZAÇÃO DA MARCA YOMI	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003925	INTENSIFICAR A PROJECÇÃO NA MARCA LUIS ONOFRE NO MERCADO GLOBAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003926	PROJECTO NETOS DO SIMÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003927	REFORÇO E CONSOLIDAÇÃO DA COMPETITIVIDADE DA FRIBARCO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003935	QUINTA DO VALLADO - PROJECTO DE QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO - 2009/2010	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003941	INTERNACIONALIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E MELHORIA DA COMPETITIVIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003962	MELHORIA DA CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE E AMBIENTAL, DIVERSIFICAÇÃO ENERGÉTICA E REI	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003976	INTERNACIONALIZAÇÃO E MELHORIA NA ORGANIZAÇÃO DE PROCESSOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003977	PROJECTO DE MELHORIA DO MODELO ORGANIZACIONAL, QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇ	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003978	PROJECTO DE MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA COMPINTA	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003979	INVESTIMENTO PARA A EVOLUÇÃO COMPETITIVA DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003980	PROJECTO DE PENETRAÇÃO E RECONVERSÃO DO PRCESSO COMERCIAL INTERNACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003984	REFORÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO E COMPETITIVIDADE DA SULNOR	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003989	REFORÇO DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA E CONQUISTA DE MERCADOS INTERNACIONAIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003996	INTERNACIONALIZAÇÃO; CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE; MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E INSER	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-003997	PROMOVER A COMPETITIVIDADE DA EMPRESA, ESTIMULAR UMA PRESENÇA ACTIVA E ESTRATÉG	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004011	QUALIFICAÇÃO, EXPANSÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004012	IMPLEMENTAÇÃO DE PROCESSOS DE CONTROLE DE QUALIDADE, DE AUMENTO DA EFICIÊNCIA E	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004013	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA MARCA FRASA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004018	CRIAÇÃO, MODA E DESIGN, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO COM SUPORTE DAS TIC, ECONOMIA DIGITA	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004019	MELHORIA DA COMPETITIVIDADE NO MERCADO GLOBAL. REFORÇO DAS MARCAS PRÓRPIAS NOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004027	INTERNACIONALIZAÇÃO; CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE; MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E INSER	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004028	INTERNACIONALIZAÇÃO DA MÓVEIS PEREIRA DA COSTA	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004036	INTERNACIONALIZAÇÃO; CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE E AMBIENTE; MODERNIZAÇÃO TECNOLÓ	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004037	CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO TÉCNICO E ENTRADA EM MERCADOS INTERNACIO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004056	DINAMIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE MERCADOS EXTERNOS, CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE, PRO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004077	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004082	VDS - NOVAS OPORTUNIDADES	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004096	CPM@2015: QUALIFICAÇÃO, INTERNACIONALIZAÇÃO E VALOR ACRESCESTADO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004097	REFORÇAR A PROJECÇÃO DA MARCA PAULO BRANDÃO NOS MERCADOS INTERNACIONAIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004098	INTERNACIONALIZAÇÃO; CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE; MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E INSER	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004101	REFORÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA, MAIOR PRESENÇA E CONHECIMENTO DOS M	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004102	RECIAL INTERNACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004103	AUTOMAÇÃO RESIDÊNCIAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004110	ACRÉSCIMO COMPETITIVIDADE E INSERÇÃO MERCDO GLOBAL VIA INTERNACIONALIZAÇÃO; CERT	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004116	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004126	MOISÉS LIMA INTERNACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004127	REFORÇO DOS FACTORES CRÍTICOS DE COMPETITIVIDADE COM VISTA AO CRESCIMENTO SUSTE	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004133	INTERNACIONALIZAÇÃO E AUMENTO DA COMPETIVIDADE DA AGRIFER	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004134	PROJECTO DE QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004135	INTERNACIONALIZAÇÃO E REFORÇO DE POSICIONAMENTO COMPETITIVO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004141	PROJECTO DE PREPARAÇÃO DA EMPRESA PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO PARA ANGOLA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004142	ACRESCENTAR VALOR A TÊXTIL	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004149	QREN - QUALIFICAÇÃO E INTERNCIONALIZAÇÃO - 2009 A 2010	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004151	INTERNACIONALIZAÇÃO; CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE; MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E INSER	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004157	INVESTIMENTO EM AREAS CHAVE DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004161	INVESTIMENTO EM AREAS CHAVE DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004163	MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004164	INVESTIMENTO EM AREAS CHAVE DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004168	NORSOLUTIONS - AO ALCANÇE DOS MERCADOS EMERGENTES	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004169	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO E DE MELHORIA DE COMPETÊNCIA INTERNAS DA NIEPOO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004170	DINAMIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE MERCADOS EXTERNOS, CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE, PRO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004172	INVESTIMENTO EM AREAS CHAVE DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004179	SLAVI - WELDING TECHNOLOGY: RUMO AO DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO SUSTENTADO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004180	MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA E PROMOÇÃO INTERNACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004195	PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA JCI	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004211	INTERNACIONALIZAÇÃO E REFORÇO DA COMPETITIVIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004214	NOVOS MÉTODOS ORGANIZACIONAIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004232	INTERNACIONALIZAR - TRÁS-OS-MONTES GOURMET	Auxílios de Estado	Concluída	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004243	REORIENTAÇÃO E DECISÕES ESTRATÉGICAS, ACOMPANHADAS DE UM PROCESSO DE INTERNAC	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004250	CIFRANCA XXI	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004251	SOFIMITOS - INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004263	DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS EXTERNOS ATRAVÉS DE MARCAS PRÓPRIAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004285	CERTIFICAÇÃO DA EMPRESA DE ACORDO COM A NORMA NP EN ISO 9001:2000.	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004291	MELHOR INFORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO PARA REFORÇAR O MERCADO DOS PROJECTISTAS E CO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004304	CAPACITAÇÃO DA PME PARA AUMENTAR A SUA COMPETITIVIDADE EM RELAÇÃO AO MERCADO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004307	REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS PELA VIA DOS FACTORES DINÂMICOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004316	CAPACITAÇÃO DA PME PARA AUMENTAR A SUA COMPETITIVIDADE FACE AO MERCADO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004339	REQUALIFICAÇÃO DO LABORATÓRIO E IMPLEMENTAÇÃO DE NOVOS PROCESSOS NA COLORSTAF	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004374	CAPACITAÇÃO DA PME PARA AUMENTAR A COMPETITIVIDADE FACE AO MERCADO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004378	NOVOS RECURSOS PARA UMA EXPANSÃO COMPETITIVA DO NEGÓCIO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004381	SIMPLENEWS - A RECRIAÇÃO DO DESIGN	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004397	NATURAPURA " MAIS INTERNACIONALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004404	PROMOÇÃO INTERNACIONAL DA "CAPITAL DO MÓVEL" - 2008/2009	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004408	QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA COM VISTA A SUA INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004421	INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004422	CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA DE DESIGN DE MOBILIÁRIO DE DECORAÇÃO E HOTELEIRO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004428	INTERNACIONALIZAÇÃO - DESENVOLVIMENTO DE CONHECIMENTO E PRESENÇA EM MERCADOS I	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004429	DIVERSIFICAÇÃO DE MERCADOS E UTILIZAÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004450	MODERNIZAÇÃO PELA QUALIDADE E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO BEM COMO ALARGAMENTO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004457	PROJECTO 2008 - 2010 QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004462	BDW (BUSINEES DEVELOPEMENT FOR WINE)	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004465	CACHINA INTERNACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004469	INTERNACIONALIZAÇÃO, CRIAÇÃO DE TODAS AS INFRA-ESTRUTURAS NECESSÁRIAS E QUALIFICA	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004483	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE E HACCP	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004493	AVALIAÇÃO DO POTENCIAL TÉCNICO-COMERCIAL DE CÁPSULAS OU COMPRIMIDOS SOLÚVEIS DE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004499	MATEUS & MARTINS - MELHORIAS DA PRODUTIVIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004511	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004513	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE CERTIFICADO SEGUNDO A NP EN I	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004528	CERTIFICAÇÃO QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004571	REENGENHARIA DO PROCESSO PRODUTIVO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004587	CERTIFICAÇÃO QUALIDADE ISO 9001	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004614	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE E ESAD	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004646	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004661	DISCOPAY	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004684	COSAC - COMUNIDADE ONLINE DE SUPORTE A CLIENTES	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004692	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE E PLANO DE RECONVERSÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004694	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004712	IMPLEMENTAÇÃO DO CÓDIGO INTERNACIONAL DAS PRÁTICAS ROLHEIRAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004738	IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO AO SISTEMA DE GESTÃO - HACCP	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004747	DO PAPEL À DIGITALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004749	AS TIC NA LOGÍSTICA	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004752	CONCEPÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLECÇÃO DE MALHAS PARA PRODUTOS MODA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004769	ASTIC NA LOGÍSTICA	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004783	TEX VALUE PLUS	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004784	BIO-SHOES	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-004810	OPTIMIZAÇÃO DE MODELO DE LOGÍSTICA PARA RECOLHA E PROCESSAMENTO DE BIOMASSA FLO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005782	LUVAS DE TRABALHO PARA CABELEIREIRO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005783	CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005785	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE, REFOR	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005789	EXPANSÃO VERTICAL DA ACTIVIDADE E GANHO DE COMPETÊNCIAS PARA INTERNACIONALIZAÇÃ	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005790	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE CERTIFICADO SEGUNDO A NP EN I	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005795	CRIAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA MARCA CAMPOBELLO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005797	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA QUINTA DO CRASTO	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005809	NOVOS MODELOS ORGANIZACIONAIS COM SUPORTE NAS TIC´S	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005810	SPACELICKER - DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS PARA PRODUÇÃO DE ÓLEOS PARA O ENGO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005815	CONSULTORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DE INVESTIGAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005817	FERRAMENTAS INOVADORAS DE GESTÃO AMBIENTAL NA F. S. CERÂMICA AMARO DE MACEDO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005823	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE CERTIFICADO SEGUNDO A NP EN I	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005833	FRUSTASCRUZ - QUAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005839	EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA, FUNCIONAL E ERGONÓMICA DA SOLUÇÃO OREX " ORÇAMENTOS E EX	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005841	PROJECTO PARA ESTUDO E DEFINIÇÃO DE UM MODELO DE NEGÓCIO E REORGANIZAÇÃO DA PRO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005845	INTERNACIONALIZAR EM TONS PORTUGUESES	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005849	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005851	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005861	SENETEL UMA CORRENTE INOVADORA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005868	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE CERTIFICADO SEGUNDO A NP EN I	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005871	CRIAÇÃO DE EMPRESA, AQUISIÇÃO DE TECNOLOGIA E KNOW HOW WELLAN, QUALIDADE, INTERN	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005877	MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE SUPORTE À GESTÃO, IMPLEMENTAÇÃO E C	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005890	PROJECTO BARÃO DE VILAR	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005894	CONSULTORIA NORMAS DE GESTÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005908	OPTIMIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO (QUALIDADE, AMBI	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005911	REFORÇO NOS FACTORES DE COMPETITIVIDADE: DIVERSIFICAÇÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA; C	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005915	INVESTIMENTO EM AREAS CHAVE DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005928	FACTORES DINÂMICOS DE COMPETITIVIDADE RESPONSABILIDADE SOCIAL E SEGURANÇA E SAUI	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005930	IRMÃOS PINTO_RUMO À MELHORIA DA PRODUTIVIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005931	COMERCIALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO / NOVAS TECNOLOGIAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005935	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005941	PROJECTO: QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA UP-WAY SYSTEMS	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005942	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO DE AMBIENTE, QUALIDA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005945	OPTIMIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO AMBIENTAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005946	INTERNACIONALIZAÇÃO DE COLECÇÃO PRÓPRIA DROMEDARIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005947	PROJECTO HESTIA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005954	IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS " DESENVOLVIMENTO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005962	INTERNACIONALIZAÇÃO DA ABSOLUTARGET E DA SUA MARCA PRÓPRIA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005968	INTERNACIONALIZAÇÃO E MELHORIA DA QUALIFICAÇÃO E COMPETITIVIDADE DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005990	CONSOLIDAÇÃO E CRESCIMENTO NOS MERCADOS EXTERNOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-005997	PLANO DE RACIONALIZAÇÃO ENERGÉTICA	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006003	DESENVOLVIMENTO DE MARCA PRÓPRIA, INTERNACIONALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DAS TIC	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006014	PLANO DE RACIONALIZAÇÃO ENERGÉTICO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006022	APETRECHAMENTO ORGANIZACIONAL E PENETRAÇÃO DE NOVOS MERCADOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006048	OS CLIENTES GERIDOS NAS TIC	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006052	INTERNACIONALIZAÇÃO DA MARCA "ACES OF LONDON"	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006062	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE CERTIFICADO SEGUNDO A NP EN I	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006069	INTERNACIONALIZAÇÃO, ECONOMIA DIGITAL, CRIAÇÃO MARCA, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, COMER	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006071	REFORÇO COMPETITIVIDADE- CERTIFICAÇÃO SISTEMA GESTÃO HST, OHSAS 18001, REFORÇO CA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006074	VINIHOLD INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006080	MELHORIA DA CAPACIDADE DE DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006099	INTERNACIONALIZAÇÃO; CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE; MARCAÇÃO CE; TIC E INSERÇÃO ECONC	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006104	CRIAÇÃO DE NOVAS LINHAS DE PRODUTO, DIFERENCIAÇÃO DE MARCAS E ACESSO A NOVOS ME	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006109	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA, MELHORIA NA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃ	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006110	MODERNIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E REFORÇO DA PRESENÇA NO MERCADO.	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006114	MODERNIZAÇÃO DA BASE TECNOLÓGICA INFORMÁTICA, IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GEST	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006116	EVOLUIR PARA (DES)ENVOLVER E PROJECTAR COM FUTURO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006123	EXPANSÃO INTERNACIONAL DE UMA PLATAFORMA INOVADORA DE PUBLICIDADE EM 9 PAÍSES	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006125	VAL-PLAST - VALORIZAÇÃO DE MATERIAIS POLIMÉRICOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006127	DOMUS SOLARIS - QUALIDADE E COMPETÊNCIA	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006132	DECMODIL - QUALIDADE, COMPETÊNCIA E COMPETITIVIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006139	TRICOTAR A MODA SEGUINDO CONTEXTURAS INTERNACIONAIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006140	REFORÇO DA CAPACIDADE COMPETITIVA	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006153	REFORÇO DA CAPACIDADE COMPETITIVA DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006154	PÁGINAS DE FAMÍLIA GLOBAL: PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA PÁGINAS DE FAMÍLIA LD	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006168	IMPLEMENTAÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO DA PRODUÇÃO BASEADO EM PRINCÍPIOS LEAN	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006179	TIJOLO EM POLIESTIRENO EXPANDIDO PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006187	CERTIFICAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA ACS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006210	INTERNACIONALIZAÇÃO DA PROVAM	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006231	INTENSIFICAÇÃO DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006243	MELHORIA DA COMPETITIVIDADE E INÍCIO DA INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006249	REFORÇO DA COMPETITIVADE DA EMPRESA, PELA VIA DA APOSTA NAS ÁREAS AMBIENTE, SHST,	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006253	REFORÇO DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA, ATRAVÉS DA CERTIFICAÇÃO ISO 9001:2008, APOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006262	UNIFORMIZAÇÃO PROCEDIMENTAL E DESMATERALIZAÇÃO DO RELACIONAMENTO COM O EXTER	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006278	REFORÇO COMPETITIVIDADE- CRIAÇÃO DE MARCA PRÓPRIA, POSICIONAMENTO EM MERCADOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006281	SUPREMA ALTITUDE, LDA - UM PROJECTO DE DIFERENCIAÇÃO, INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006285	ESTUDO GEO-ECONÓMICO E ENQUADRAMENTO INTEGRADO DA EXPLORAÇÃO DE GRANITOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006287	INTERNACIONALIZAÇÃO - O PASSO PARA O CRESCIMENTO	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006289	SI-QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME-PROJECTO INDIVIDUAL E COMERCIALIZAÇÃ	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006291	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006304	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DE INDÚSTRIA DE FABRICO E COMERCIALIZAÇÃO DE BETÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006315	AUTOMATIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA LOGÍSTICA, MARKETING E INTERNACIONALIZAÇÃO.	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006316	PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE POSICIONAMENTO MERCADOS, COM BASE EM	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006318	SISTEMA DE QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006322	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL, DE ACORDO COM A NORMA ISO 14001	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006332	REFORÇO DA CAPACIDADE COMPETITIVA E DA PRESENÇA NO MERCADO MUNDIAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006333	ART WORK	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006340	DIAGRAMA DE TRATAMENTO DE MINÉRIOS DA FUTURA LAVARIA DE ERVEDOSA	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006357	MELHORIA DAS TIC E INTRODUÇÃO DE NOVOS MODELOS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO, ADEC	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006361	REGISTO DE MARCA, SOFTWARE DE APOIO À GESTÃO, INOVAÇÃO, EQUIPAMENTO DE EFICIÊNCIA	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006364	INTERNACIONALIZAÇÃO;RECURSO A MODERNOS MEIOS DE MKT; REFORÇO COMPTENCIAS ORGA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006367	REFORÇO DA CAPACIDADE COMPETITIVA	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006369	INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006371	JEWEL FOR LIFE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006372	SINOVINUM	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006375	I.I.I.-INFORMATIZAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE UM SISTEMA DE QUALIDADE E INTE	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006383	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006386	VINHOS NORTE - DA 3ª GERAÇÃO PARA O FUTURO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006390	MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA CAPITELLUM - INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO E ARTE S	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006394	DESENVOLVIMENTO DE NOVAS COLECÇÕES, MELHORIA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, NOVOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006404	IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO E DE CRIAÇÃO E DESENVOLVIMEN	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006407	INTERNACIOANLIZAÇÃO DE PRODUTOS "MADE IN PORTUGAL"	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006438	J.TEX XXI	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006441	INCREMENTO DA COMPETITIVIDADE PELA RACIONALIZAÇÃO DE CUSTOS E PELO AMBIENTE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006444	VITAL TECIDOS - UMA MARCA COM CONFORTO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006458	QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006485	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006487	PROJECTO DE QUALIFICAÇÃO PARA AS EMPRESAS DE PANIFICAÇÃO DA REGIÃO NORTE	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006517	LABORATÓRIO E GLOBALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006662	INTERNACIONALIZAÇÃO DA ENERGIAS.PT	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006669	RELANCE - MARCA PRÓRIA E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006670	AQUISIÇÃO DE VANTAGENS COMPETITIVAS PARA A GERAL MAD	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006671	DIVERSIFICAÇÃO E REFORÇO DA PRESENÇA NO MERCADO INTERNACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006672	SPINNY, TUSKIN E BRUNO DUELL UNDERWEAR - INOVANDO O SEU INTERIOR	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006675	DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE DOS CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO PARA CRESCIMENTO E	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006682	REFORÇAR E DIVERSIFICAR OE MAERCADOS INTERNACIONAIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006684	O PROJECTO DE INVESTIMENTO PREVÊ O REFORÇO DAS CAPACIDADES DE COMERCILAIZAÇÃO E	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006689	SEGUROS AO INOVAR	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006691	MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA JUNGLEWORK, LDA.	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006694	QUALIDADE E PROMOCAO DA ACTIVIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006697	LANÇAMENTO DE COLECÇÕES DE JÓIAS NACIONAL E INTERNACIONALMENTE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006701	MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA GROUNDS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006704	LANÇAMENTO DA OFICINA ESTUDOGRAMA - AUTO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006710	INTERNACIONALIZAÇÃO DA QUINTA DE CEDADELHE	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006715	APETRECHAMENTO ORGANIZACIONAL E PENETRAÇÃO DE NOVOS MERCADOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006719	QUALIFICAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA RIBAS PEREIRA, LDA_FARMÁCIA	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006720	QUALIFICAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DA ACTIVIDADE DE TRANSPORTES DA TRANSJOCAVIL, LDA	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006734	LANÇAMENTO DE UMA EMPRESA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ARTIGOS DIVERSOS POR GROSSO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006742	INVESTIMENTOS NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA, DESIGN E DESENVOLVIMENTO DE NO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006745	TUCHA - EXCELÊNCIA DA IMAGEM CORPORATIVA E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006760	O ACTUAL PROJECTO DE INVESTIMENTO PREVÊ INVESIMENTOS AO NIVEL DA INTERNACIONALIZA	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006762	ORGANIZAÇÃO, ECONOMIA DIGITAL E QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006765	MODERNIZAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA MOREDIS LDA	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006772	REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS E DA INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006776	INTERNACIONALIZAÇÃO DA ÂNGULO RECTO, S.A.	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006782	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE QUALIDADE E COMERCIALIZAÇÃO E MARKET	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006807	INTERNACIONALIZAÇÃO DA MOSTEIRO DO AVE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006810	PREPARAÇÃO PARA INTENSIFICAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA FLORICOLOR	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006811	DESENVOLVIMENTO DE MERCHANDISING PARA MEIAS E ROUPA INTERIOR	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006812	INTERNACIONALIZAÇÃO DA GLOBAL STADIUM	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006821	AUMENTO DA COMPETITIVIDADE ATRAVÉS DO INVESTIMENTO EM A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO E	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-006840	DESENVOLVIMENTO DE UM NOVO SISTEMA DE CONSTRUÇÕES MODULARES	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-007863	INTERNACIONALIZAR: + FUTURO PARA TMAD	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-007882	BARCELOS ON ROAD - INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME DO SECTOR TÊXTIL E DO VESTUÁRIO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-007886	PROMOÇÃO INTERNACIONAL DA "CAPITAL DO MÓVEL" - 2010	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-008035	DESENVOLVIMENTO DE FRALDAS TÊXTEIS REUTILIZÁVEIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011425	AFICOR NO CAMINHO DO FUTURO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011451	RIO CAIMA MELHORIAS DE PRODUTIVIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011560	CONSULTORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011563	CONSULTORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011573	CONSULTORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011575	CONSULTORIA DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011576	CONSULTORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO PELA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011579	MELHORIA DO PROCESSO DE GESTÃO DE STOCKS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011582	DESENVOLVIMENTO DE UMA INSTALAÇÃO PARA PERCURSO SUSPENSO POR CABO PARA FINS LÚ	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011590	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DA INDUSTRIA TRANSFORMADORA DE GRANITO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011594	IMPLEMENTAÇÃO DE PLANO DE MARKETING	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011599	IMPLEMENTAÇAO DE UM SITE DINÂMICO, COM FUNCIONALIDADES TENDO EM VISTA A INSERÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011601	O PROCESSO COMERCIAL E AS TIC	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011602	ESTUDO INTEGRADO DA PEDREIRA DE GRANITO	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011603	O PROCESSO COMERCIAL COM BASE NAS TIC	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011614	ESTUDO INTEGRADO E CARACTERIZAÇÃO DA PEDREIRA DE GRANITO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011616	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011619	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DA EXPLORAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011620	DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE (SGQ)	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011624	ENQUADRAMENTO DA EMPRESA COM AS MELHORES PRÁTICAS ACTUAIS E FUTURAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011632	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011639	O PROCESSO DE GESTÃO DE STOCKS INTERNO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011642	A LOGÍSTICA DO PRODUTO E SUPORTE DAS SUAS ACTIVIDADES, E A EVOLUÇÃO PARA UMA BASE	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011647	REENGENHARIA DE PROCESSOS E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE ISO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011650	IMPLEMENTAR UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO E DE GESTÃO COMPATÍVEL COM AS ACTIVIDADES I	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011656	IMPLEMENTAÇÃO DE NOVO MODELO ORGANIZACIONAL E DE GESTÃO E TIC - BALANCED SCOREC	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011659	PROCESSO DE LOGÍSTICA DO PRODUTO E SUPORTE	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011667	ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS PROCESSOS BASEADOS NUM SISTEMA DE GESTÃO DOCUMENTAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011682	NOVOS MODELOS ORGANIZACIONAIS COM SUPORTE NAS TIC´S	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011684	REFORMULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS PRODUTOS O CASEIRINHO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011685	A ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS PROCESSOS BASEADOS NUM SISTEMA DE GESTÃO DA ASSISTÊN	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011689	PLATAFORMA DE COMÉRCIO ELETRÓNICO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011697	SISTEMA DE CONTROLO E REPORTING DE MATÉRIA PRIMA E OPERAÇÕES DE TRANSFORMAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011701	MELHORIA DO MODELO DE GESTÃO DE PROCESSOS E PROCEDIMENTOS DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011710	OPTIMIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO AMBIENTAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011713	SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE E CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011714	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL DE ACORDO COM A NORMA NP EN ISO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011723	PROJECTO INTEGRADO DE MELHORIA AMBIENTAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011729	DIAGNÓSTICO AMBIENTAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011736	CONCEPÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLECÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011744	GESTIWEB GESTÃO TOTAL INTEGRADA PELA WEB	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011752	PROJECTO DE MELHORIA INTEGRADA DE PROCESSOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011754	MODELO DE NEGÓCIOS PARA A CENÁRIOS D´OURO - OPERAÇÃO TRÁS-OS-MONTES	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011762	REFEFINIÇÃO DA LOGÍSTICA OPERACIONAL DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011765	POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO E MARKETING PARA A VENDA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011772	CENTRO DE CORTE E FURAÇÃO PARA ESTRUTURAS METÁLICAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011776	CONCEPÇÃO DE SOLUÇÃO DE COMUNICAÇÕES INTEGRADAS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRES	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011777	BIOACTIVE-S: NOVO MATERIAL COMPÓSITO DE BASE POLIMÉRICA PARA APLICAÇÕES BIOMÉDICA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011790	PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DE PRENETRÓMETRO ELÉCTRICO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011791	SISTEMA QUALIDADE MESTRE ALIMENTAR	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011800	ESTUDO GEO-ECONÓMICO	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011804	CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO AMBIENTAL DA EXPLORAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011808	DIAGNÓSTICO AMBIENTAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011811	ENSAIOS FÍSICOS, QUÍMICOS E MECÂNICOS DOS AGREGADOS DA MINA DE ERVEDOSA	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011830	SI QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011834	PROJECTO EM EFICIENCIA ENERGETICA E AMBIENTAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011850	INVESTIMENTO EM ENERGIAS RENOVAVAVEIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011854	MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DOS PROCESSOS DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011908	A ORGANIZAÇÃO INTERNA PARA REFORÇAR A PRESENÇA COMERCIAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-011926	AUMENTO DE FACTORES DINÂMICOS DE COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012106	PROJECTO FARILU	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012107	PROJECTO ENCOSTA LONGA	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012114	AQUISIÇÃO DE VANTAGENS COMPETITIVAS PARA A VIPAC	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012121	INTERNACIONALIZAÇÃO MULTIFROTA - ANGOLA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012128	MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA TREZE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012144	FIBO - INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012149	QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO GUIATEL 10-12	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012172	INTERNACIONALIZAÇÃO DA NOVA MARCA DE CONCEITO INOVADOR, STORKSTEPS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012178	PROJECTO DE PENETRAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO INTERNACIONAL DA JUVA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012180	REFORÇO COMPETITIVIDADE - INTERNACIONALIZAÇÃO, ECONOMIA DIGITAL, CRIAÇÃO, MODA E D	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012188	PROJECTO QUINTA DAS ARCAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012204	AUMENTO DA COMPETIVIDADE, CERTIFICAÇÃO QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA, TIC	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012205	AUMENTO DA COMPETIVIDADE, CERTIFICAÇÃO QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA, TIC	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012219	SOPROSEG -MELHORIA DE COMPETÊNCIAS INTERNAS E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012222	REFORÇO DA QUALIDADE E DA PRESENÇA NO MERCADO MUNDIAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012223	INVESTIMENTOS NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA, DESIGN E DESENVOLVIMENTO DE NO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012229	AUMENTO DA COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012233	ORGANIZAR A EMPRESA E DAR CREDIBILIDADE AOS CLIENTES	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012234	PROJECTO LUIPEX	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012236	JOANA REIS MIRANDA - A CRIAÇÃO, O DESENVOLVIMENTO DA PRIMEIRA LINHA DE BALLET 100% F	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012238	DOCES BASTO - CRESCIMENTO E EXPANSÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012244	CONSOLIDAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MERCADOS EXTERNOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012248	MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONLIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012252	INTERNACIONALIZAÇÃO E REFORÇO COMPETITIVO DA AIRDUCT	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012266	ESTRATÉGIA INTEGRADA DE INTERNACIONALIZAÇÃO E DESIGN	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012271	PLANDORPLUS - PROJECTO DE QUALIFICAÇÃO DA PLANDOR	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012275	HDC2013 - PROJECTO DE QUALIFICAÇÃO DO HORTO DA CIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012279	DINAMIZAR A INTERNACIONALIZAÇÃO DE MARCAS PRÓPRIAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012301	INVESTIMENTO EM ÁREAS CHAVE DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012337	CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA DE DESIGN DE MOBILIÁRIO DE DECORAÇÃO E HOTELEIRO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012344	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO E TIC, QUALIDADE, ECONOMIA DIGITAL E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012354	CONQUISTA DE NOVOS MERCADOS E REORGANIZAÇÃO INTERNA	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012368	MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA TERMOWALL	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012371	INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA GOMES DA CUNHA	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012402	SI QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012405	SENSEVOLUTION - PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DA SENSE TEST 2010-2011	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012409	VIEIRA & FILHOS - EXPERIÊNCIA APROVEITADA P/ ASCENÇÃO FUTURA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012449	INFORMATIZAR PARA COMPETIR	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012456	INTERNACIONALIZAR A MARCA PRÓPRIA - A DINÂMICA DE CRESCIMENTO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012460	EVOLUIR PARA DESENVOLVER E PROJECTAR COM FUTURO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012482	HOTEL NASCENTE DO AVE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012500	PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA PASATO EM MERCADOS EMERGENTES	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012517	EXPANSÃO INTERNACIONAL DE UMA PLATAFORMA INOVADORA DE PUBLICIDADE EM 11 PAÍSES	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012518	EVOLUIR PARA DESENVOLVER E PROJECTAR COM FUTURO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012524	EXPANSÃO DA MARCA E INTERNACIONALIZAÇÃO DOS NEGÓCIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012526	EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE QUALIDADE E DESIGN, A PREÇOS COMPETITIVOS ALIADOS A UM	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012528	" EXPANSÃO DE MERCADO E QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA FGC - INSTALAÇÕES ELECTRICAS, LDA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012534	DESENVOLVIMENTO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA PARALAB	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012545	INVESTIMENTO NAS AREAS ABAIXO INDICADAS.	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012547	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012548	CRIAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO PRODUTO POLIGRID	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012559	QUALIFICAR PARA COMPETIR	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012567	REFORÇO DA CAPACIDADE COMPETITIVA, POTENCIANDO O DESENVOLVIMENTO, A MELHORIA OF	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012600	INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012607	IMPORTÂNCIA DA NOTORIEDADE E DO DESIGN NA AFIRMAÇÃO INTERNACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012696	INVESTIMENTOS EM AREAS CHAVE DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012711	QUALIFICAÇÃO ALBERTO SÁ	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012725	MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA E PROMOÇÃO INTERNACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012726	SUSTENTAR O CRESCIMENTO DE UMA EMPRESA REFERÊNCIA NA MODA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012734	PROJECTO HÉSTIA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012749	IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROJECTO COMERCIAL INTERNACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012759	DESENVOLVIMENTO OPERACIONAL E APROFUNDAMENTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA CENTR	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012764	ECOFILTRA SOLUTIONS: PROJECTO DE INVESTIMENTO EM FACTORES DINÂMICOS DE COMPETIT	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012766	SCANSCI GLOBAL: PROJECTO DE INVESTIMENTO EM FACTORES DINÂMICOS DE COMPETITIVIDAD	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012774	DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS/QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA SAPIENS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012785	IMPLEMENTACAO DA MARCA EM NOVOS MERCADOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012786	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE UM SISTEMA DA QUALIDADE, REFORÇO DA IMAGEM E DA I	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012787	MELHORIA DA COMPETITIVIDADE NO MERCADO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENT	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012795	SOLARCAPTA - QUALIFICAÇÃO E EXPANSÃO DINÂMICA DO MERCADO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012802	GUIMA NETWORK	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012806	BISARO GLOBAL: PROJECTO DE INVESTIMENTO COM BASE EM FACTORES DINAMICOS DE COMPE	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012810	Q&I_MESO - QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO MESOSYSTEM	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012813	INTENSIFICAÇÃO DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012848	PROJECTO QUALIDADE NO VALE DO CÁVADO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012858	MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA SMALLPOWER - ENERGIAS RENOVÁVEIS LDA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012859	CONSOLIDAÇÃO, EXPANSÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012871	MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA NORTEGÁS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012882	PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRES SAPIENS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-012902	KIT TECNOLÓGICO PARA TIC?S - ESCOLA DO FUTURO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016122	REFORÇO DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO: DIVERSIFICAÇÃO DOS MERCADOS EXTERN	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016170	INTERNACIONALIZAÇÃO MULTIFROTA - MULTIFROTA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016173	SUBIDA NA CADEIA DE VALOR E ENTRADA EM DOIS NOVOS MERCADOS ATRAVES DE GANHOS DE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016185	MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA GRANITOS DA GINJEIRA	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016200	CONSOLIDAÇÃO DE INTERNACIONALIZAÇÃO "PÉ DE CHUMBO"	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016204	PROJECTO DE INCENTIVOS À QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016207	SISTEMA DE INCENTIVOS À QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO PME	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016216	PINTAS WINE	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016220	INTERNACIONALIZAÇÃO E REFORÇO COMPETITIVO DA JOSSOIS II	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016230	INVESTIMENTO EM AREAS CHAVE DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016237	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO BARÃO DE VILAR	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016241	REFORÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016261	INVESTIMENTO EM AREAS CHAVE DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016269	INTERNACIONALIZAÇÃO DA GRCONSULTORES,LDA	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016272	COMPETITIVA - COMPETITIVIDADE NO MERCADO GLOBAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016278	INVESTIMENTO EM FACTORES DINÂMICOS DE COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016279	FABRIC FOR INTERNACIONAL MARKET´S	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016285	REFORÇO COMPETITIVO E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016286	EM ESCALADA ATÉ AO TOPO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016289	INTERNACIONALIZAÇÃO DA CASA DA TOJEIRA	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016291	DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS, IMPLEMENTAÇÃO DE MARCA E REFORÇO DA INTERN	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016293	INVESTIMENTO EM AREAS CHAVE DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016302	REFORÇAR A PRESENÇA COMERCIAL NOS MERCADOS EXTERNOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016324	INTERNACIONALIZAÇÃO, MELHORIA DA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO, QUALIDADE, DESENVOLVIMEN	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016327	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA MAB	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016334	OSNOFA - NOVOS MERCADOS COM NOVO SUPORTE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016335	REFORÇAR AS COMPETÊNCIAS DE CRIAÇÃO DE MODA (MARCAS) E A INTERNACIONALIZAÇÃO DA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016350	INTERNACIONALIZAÇÃO DA CONTROLAR	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016351	INTERNACIONALIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS E PROCESSOS, ORGANIZAÇÃO E GES	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016364	LAMBDA - INTERNACIONALIZAÇÃO DE UMA MARCA PORTUGUESA DE CALÇADO DE GOLF DE CARA	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016378	PROMOÇÃO E PROSPECÇÃO E PRESENÇA EM CERTAMES INTERNACIONAIS E REFORÇO DOS ME	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016382	INTERNACIONALIZAÇÃO E REFORÇO DOS FACTORES COMPETITIVOS DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016383	PROJECTO GIOTTO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016393	INVESTIMENTO EM AREAS CHAVE DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016404	INTERNACIONALIZAÇÃO DA QUINTA DA RAZA	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016407	LUCENTE : ACÇÃO EXPORTAR	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016411	PROMOÇÃO E PROSPECÇÃO E PRESENÇA EM CERTAMES INTERNACIONAIS E REFORÇO DOS ME	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016420	PROMOÇÃO E PROSPECÇÃO E PRESENÇA EM CERTAMES INTERNACIONAIS E REFORÇO DOS ME	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016421	APETRECHAMENTO ORGANIZACIONAL E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016424	QUINTA DO VALLADO - PROJECTO DE QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO - 2011/2012	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016432	SI QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016438	PROJECTO DE CONSOLIDAÇÃO DA MGT, ATRAVÉS DE UMA ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇ	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016443	INTERNACIONALIZAÇÃO E MELHORIAS ORGANIZACIONAIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016459	ACPL- INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016461	CONSOLIDAR A ESTRATÉGIA INTERNACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016464	PROJECTO CARINA	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016474	INTERNACIONALIZAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA SDL - IQMSDL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016485	TUBEMBAL GLOBAL: PROJECTO DE INVESTIMENTO EM FACTORES DINÂMICOS DE COMPETITIVIDA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016486	INTERNACIONALIZAÇÃO- DINAMIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE MERCADOS EXTERNOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016490	VINITUR - TURISMO, VINHO E GASTRONOMIA, LDA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016502	LANÇAMENTO INTERNACIONAL DA QUINTA DAS HERÉDIAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016526	PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016527	INTERNACIONALIZAÇÃO DA ACTIVIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016531	QUALIFICAÇÃO DUBOIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016538	QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA ANNOPEI	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016540	LANÇAMENTO DA MARCA PRÓPRIA EFFUSIVE NOS MERCADOS EXTERNOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016561	AUMENTAR A COMPETITIVIDADE E EXPANÇÃO DA EMPRESA ATRAVÉS DA INTERNACIONALIZAÇÃ	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016582	PROJECTO INTEGRADO DE AMBIENTE.	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016584	MELHORIA DOS SISTEMAS DE GESTÃO APLICADOS E DA ORGANIZAÇÃO, DIVERSIFICAÇÃO E EFIC	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016586	LANÇAMENTO E EXPANSÃO NACIONAL E INTERNACIONAL DA CRUZ SILVER EMOTIONS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016590	INTERNACIONALIZAÇÃO CRYSTAL CORK 2010	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016593	EXPANSÃO COMUNITÁRIA E EXTRA-COMUNITÁRIA DA MARCA RUCA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016594	INTERNACIONALIZAÇÃO E REENGENHARIA DE PROCESSOS INTERNOS COM CERTIFICAÇÃO DE Q	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016608	REFORÇO DAS CAPACIDADES DE COMPETITIVIDADE DA EMPRESA INTERNACIONALMENTE	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016618	XIOMARA INTERNACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016621	CONSEX: CONSOLIDAR PARA A EXCELENCIA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016622	CACHINA INTERNACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016630	INTERNACIONALIZAÇÃO DA AE ? ARMAZÉM DE LOUÇAS ESPERANÇA, VILA BOAS, CARVALHO E IR	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016633	CASA GRANDE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016635	TERRA QYENTE FLAVOURS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016636	INTERNACIONALIZAÇÃO- DINAMIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE MERCADOS EXTERNOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016641	ALARGAMENTO DOS MERCADOS EXTERNOS DE ACTUAÇÃO DA QUINTA DE LA ROSA	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016654	QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016657	REFORÇO DOS FACTORES DINÂMICOS DE COMPETITIVIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016662	INTENCIONALIZAÇÃO DOS NEGÓCIOS - PROSPECÇÃO/ENTRADA E REPOSICIONAMENTO DA MARC	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016665	REORIENTAÇÃO E DECISÕES ESTRATÉGICAS, ACOMPANHADAS DE UM PROCESSO DE INTERNAC	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016672	PROJECTO ALMÁQUINAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016677	ESTALAGEM MONTALEGRE, LDA - COMPETITIVIDADE, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E INTERNACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016695	REFORÇO DE FACTORES DE COMPETITIVIDADE E EXPANSÃO INTERNACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016698	PROJECTO DE REFORÇO DA CAPACIDADE COMPETITIVA DA EMPRESA POR INTRODUÇÃO DE TÉC	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016702	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA, E REFORÇO DAS SUAS CAPACIDADES ORG	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016730	INOVAR PARA COMPETIR	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016743	INDULAC - INDÚSTRIAS LÁCTEAS, S.A._UM PROJECTO DE DIFERENCIAÇÃO, INOVAÇÃO E MODERN	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016752	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE UM SITEMA DE QUALIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO DA E	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016753	APETRECHAMENTO TI E INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016755	DESENVOLVIMENTO DE CONCEITO INOVADOR NA ÁREA DO ECO-TURISMO	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016760	REFORÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO, INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016764	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO BIULUB	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016769	IMPLEMENTAÇÃO DO CONTROLO DE GESTÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016781	Q&I FARCER - QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016785	INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016792	MAISON DE LA FORÊT - QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016794	EXORO INTERNATIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016807	JM GONÇALVES TANOARIA, LDA - DIVERSIFICAÇÃO ENERGÉTICA E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016831	PROGRAMA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO VINHO VERDE DOC NO MERCADO COMUNITÁRIO 2010	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016835	FEIRAS E MISSÕES NOS MERCADOS ESPANHOL, MARROQUINO E ARGELINO	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016840	INTERNACIONALIZAÇÃO E PROMOÇÃO EXTERNA DO PORTO E NORTE	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016846	BARCELOS ON ROAD 2011- INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME DO SECTOR TÊXTIL E DO VESTUÁRIO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0401-FEDER-016848	PROMOÇÃO INTERNACIONAL "CAPITAL DO MÓVEL" - 2011	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-002607	CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO DE I&DT PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS NA ÁREA DOS TÊXT	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-003166	SISTEMA DE VISÃO ARTIFICIAL PARA ROBOT DE PINTURA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-003227	DESENVOLVIMENTO E ADAPTAÇÃO DE TECNOLOGIA DE DESINFECÇÃO DE ROLHAS DE CORTIÇA	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-003244	DESENVOLVIMENTO E ADAPTAÇÃO DE TECNOLOGIA DE DESINFECÇÃO DE ROLHAS DE CORTIÇA	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-003299	PRÉ DESENVOLVIMENTO DE UM PROCESSO DE PINTURA DE BRITA DECORATIVA - GRACOLOR	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-003301	PRÉ DESENVOLVIMENTO DE PERSIANAS ORIENTAVÉIS COM GERAÇÃO FOTOVOLTAICA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-003366	CONFORMEIAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-003470	STRESS-LESS SHOE - PROJECTO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ORTÓTESES PLANTARES E CAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-003483	BIOCOMBUS - PRODUÇÃO DE BIOMASSA A PARTIR DOS SUBPRODUTOS DO AZEITE	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-003540	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE VESTUÁRIO TERAPÊUTICO PARA TRATAMENTO DE DOE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-003724	DESENVOLVIMENTO DE PROJECTO E PROTÓTIPO DE CAMA HOSPITALAR ARTICULADA ELECTRIC	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-003760	VESTUÁRIO DESPORTIVO HI-TECH PARA PROFISSIONAIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-003854	LICENCIAMENTO E CONSEQUENTE UTILIZAÇÃO DA PATENTE SYMBIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-003856	DESENVOLVIMENTO DE COLMATAGEM EM BASE AQUOSA / TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-003873	LICENCIAMENTO E CONSEQUENTE UTILIZAÇÃO DA PATENTE SYMBIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-004478	DESENVOLVIMENTO E ADAPTAÇÃO DE TECNOLOGIA DE DESINFECÇÃO DE ROLHAS DE CORTIÇA	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-004480	DESENVOLVIMENTO E ADAPTAÇÃO DE TECNOLOGIA DE DESINFECÇÃO DE ROLHAS DE CORTIÇA	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-004492	CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CÁPSULAS OU COMPRIMIDOS DE CHÁS OU INFUSÕES SOLUV	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-004495	NOVAS METODOLOGIAS DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E FABRICO DE PROTÓTIPOS - INO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-004507	DESENVOLVIMENTO DE CÁPSULAS DE CAFÉ EXPRESSO BIODEGRADÁVEIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-004509	NOVAS MINAS DE AGROCHÃO " MURCÓS	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-004531	DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE APARAFUSAMENTO PARA INDÚSTRIA AUTOMÓ	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-004538	ESTUDO PARA OBTENÇÃO DE UM AGREGADO CONTENDO MATERIAIS RECICLADOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-004567	RECICLAGEM DE METAIS DE VALOR A PARTIR DE SUCATAS ESPECIAIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-004585	DESENVOLVIMENTO DE ARGAMASSAS À BASE DE CAL E METACAULINO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-004598	LICENCIAMENTO E CONSEQUENTE UTILIZAÇÃO DA PATENTE SYMBIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-004599	LICENCIAMENTO E CONSEQUENTE UTILIZAÇÃO DA PATENTE SYMBIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-004607	DESENVOLVIMENTO E ADAPTAÇÃO DE TECNOLOGIA DE DESINFECÇÃO DE ROLHAS DE CORTIÇA	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-004608	TESTAGEM DE VÁRIOS TIPOS DE EMBARCAÇÕES DESPORTIVAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-004660	AVALIAÇÃO DE ANTICORPOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE PARASITAS COM INTERESSE A NÍVEL HUM	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-004704	TAVI - TECNOLOGIA E AUTOMAÇÃO VALORIZADAS PELA INOVAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-004732	LICENCIAMENTO E CONSEQUENTE UTILIZAÇÃO DA PATENTE SYMBIOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-004736	DESENVOLVIMENTO E ADAPTAÇÃO DE TECNOLOGIA DE DESINFECÇÃO DE ROLHAS DE CORTIÇA	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-004768	HIGH-TECH CANVAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-004780	TEX-UPGRADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-004781	DESENVOLVIMENTO DE UM PROCESSO QUE PERMITA A ELABORAÇÃO DE DISPOSITIVOS DE REC	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-004790	MORDOMUS - SOFTWARE DE GESTÃO DOMÓTICA	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-004806	INFLUÊNCIA DAS CARACTERÍSTICAS DO COMBUSTÍVEL NO DESEMPENHO ENERGÉTICO E AMBIEN	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-005068	TRANSGRANITOS - INVESTIGAR E DESENVOLVER	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-005317	INOVAÇÃO NOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-005362	PROAMBIENTE - DIETAS SUSTENTÁVEIS E DE REDUZIDO IMPACTO AMBIENTAL PARA O LINGUADO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-005375	FUNCIONALIZAÇÃO DE ESTRUTURAS LAMINADAS ATRAVÉS DE TECNOLOGIAS DE MODIFICAÇÃO S	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-005488	PULTREFICAZ - OPTIMIZAÇÃO DE PROCESSO DE PULTRUSÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-005567	SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E GESTÃO DA RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-005781	CONCEBER UMA ESTRUTURA DE TECIDO QUE COMBINE A TERMOREGULAÇÃO, A GESTÃO DA HU	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-005787	DESENVOLVIMENTO DE UM KIT DE DETECÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE E. COLI E BACTÉRIAS COLIF	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-006459	FERRAMENTA DE OBTENÇÃO DE VARIÁVEIS ANTROPOMÉTRICAS INTEGRADA COM PLATAFORMA	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-006468	COOL MICROLAMP -DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PARA MICROSCÓPIOS BASI	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-006469	INSERT SHOE - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE CONCEPÇÃO E PRODUÇÃO DE SISTEMAS D	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-006471	COMPONENTES DE OURIVESARIA/JOALHARIA OBTIDOS PELA TECNOLOGIA DE SINTERIZAÇÃO DE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-006475	ESTUDO DA VARIAÇÃO DIMENSIONAL DE PRODUTOS INOVADORES DE AGLOMERADO COMPOSTO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-006477	E_MÓVEL	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-006486	DESENVOLVIMENTO DE REFRACTÁRIOS SILICIOSOS PARA APLICAÇÃO NA INDÚSTRIA DE FUNDIÇ	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-006497	DESENVOLVIMENTO DE UM PROCESSO INOVADOR DE TRATAMENTO DE EMISSÕES GASOSAS, UT	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-006499	NOVOS EFEITOS ESTÉTICOS EM PEÇAS DE JOALHARIA OBTIDOS PELO MÉTODO DE FUSÃO E SOL	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-006512	DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS ABRASIVOS RECICLÁVEIS E OPTIMIZADOS PARA A INDÚSTRIA	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-006516	INCLUSIVEBRAND	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-006535	DESENVOLVIMENTO DE PALMILHAS ANTIFÚNGICAS E ANTIBACTERIANAS A PARTIR DE SUBPRODU	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-006541	DESENVOLVIMENTO DE UM GUARDA-SOL ENERGETICAMENTE AUTÓNOMO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-006545	VINILCORK - DESENVOLVIMENTO DE COMPOSTO VINÍLICO COM ELEVADA INCORPORAÇÃO DE GR	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-006550	SISTEMAS ROBÓTICOS PARA ACÇÕES DE DIGVULGAÇÃO E PUBLICIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-006551	SOFTKIOSK - DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES INTERACTIVAS AVANÇADAS DE SERVIÇOS AO U	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-006557	EM_PRATA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-006568	LINEA.SKIN	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-006650	MODULOS FOTOVOLTAICOS CONTROLADOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-008384	ATLANTA TPV - DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS TERMOPLÁSTICOS VULCANIZADOS PARA APLI	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-011505	GREENBOX - CAIXAS DE RETENÇÃO DE GORDURAS EQUIPADAS COM SISTEMA DE MONITORIZAÇ	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-011677	UM NOVO PROCESSO DE DESINFECÇÃO DE ARTIGOS DE CORTIÇA E MADEIRA	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-011683	DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO INOVADOR "STITCH AND TURN" ULTRA-LEVE	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-011783	DESENVOLVIMENTO E CRIAÇÃO DE UMA GAMA DE VESTUÁRIO COM CARACTERÍSTICAS DE CONF	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-011885	CRIAÇÃO DE NÚCLEO DE I&DT PARA DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS E MATERIAIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-011930	DESENVOLVIMENTO DO INSTRUMENTO DE VOO FLYMASTER I1	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-012030	CRIAÇÃO PLATAFORMA DE APLICAÇÃO DE CICLODEXTRINAS BIOACTIVAS EM SUBTRATOS TÊXTE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-012296	DESENVOLVIMENTO DE PASTILHAS DE AÇO INOX ELECTROLUMINESCENTES E FOTOLUMINESCEI	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-012815	EIZ- EFICIÊNCIA NA INCORPORAÇÃO DE ZINCO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-012905	INDEX RERUM FOR EDUCATION	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-013114	TOPIC_SHOE - TOTAL DESIGN, PROCESS INTEGRATION AND COMMERCIAL SUPPORT TOOLS FOR	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-013131	NANOCORES - TINGIMENTO ECOLÓGICO COM NANOPARTÍCULAS COLORIDAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-013198	CHESTNUTSRAD - TRATAMENTO ALTERNATIVO DE CONSERVAÇÃO DE CASTANHA	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-013311	NUTRIDOURO - FRUTAS CONFITADAS E COMPOTAS SAUDÁVEIS, O SABOR TRADICIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0402-FEDER-013551	PROBIO-SOLEA - SELECÇÃO E AVALIAÇÃO DE ESTIRPES DE PROBIOTICOS PARA USO NA AQUACU	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-000057	INVESTIMENTO NUMA NOVA AREA E PROCESSO FABRIL, INOVAÇÃO AO NIVEL DE PRODUTOS E IN	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-000165	MAXIMIZAÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA NO PRODUTO PRINCIPAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-000261	EXPANSÃO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO COM INOVAÇÃO A NOVAS APLICAÇÕES	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-000301	REPOSICIONAMENTO INDUSTRIAL DA IMA PRECISION	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-000458	REQUALIFICAÇÃO DA QUINTA DE VALE D´ARADOS A AGRO-TURISMO	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-000511	MODERNIZAÇÃO DA EMPRESA E PRODUÇÃO DE PRODUTOS NOVOS DESENVOLVIDOS PELA PRÓP	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-000648	DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS COM UM NOVO SISTEMA PRODUTIVO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-000712	DIVERSIFICAÇÃO DA OFERTA DE PRODUTOS E INCREMENTO DA PRODUÇÃO PARA CONSOLIDAÇÃ	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-000815	PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DO HOTEL DOS ARCOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-000937	INOVA - INOVAÇÃO NA VIEIRA ARAÚJO COM NOVOS PRODUTOS E NOVOS PROCESSOS DE TRANS	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-000941	INOVAÇÃO DE PRODUTOS E MUDANÇAS QUALITATIVAS EM PRODUTOS JÁ EXISTENTES, INOVAÇÃ	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-000968	DIVERSIFICAR PARA COMPETIR	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-000982	INOVAÇÃO E EXPANSÃO DO PROCESSO PRODUTIVO DA EMPRESA.	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-000988	FORMA REDONDA - PEDREIRA ENERGICAMENTE AUTO-SUSTENTÁVEL E "AMIGA DO AMBIENTE"	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-001158	MODERNIZAÇÃO DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-001178	DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE ESTRATÉGICA DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-001188	EXPANSÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA E DOS MERCADOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-001251	AUMENTO DA CAPACIDADE DA UNIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-001272	CRIAÇÃO DE EMPRESA EM SECTOR DE ACTIVIDADE TRANSACCIONÁVEL/INTERNACIONALIZÁVEL	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-001289	CRIAÇÃO DE EMPRESA INDUSTRIAL INOVADORA NO SECTOR DE FABRICAÇÃO DE PAPEL	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-001300	CRIAÇÃO DE EMPREENDIMENTO TURÍSTICO INOVADOR E DIFERENCIADO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-001328	PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO COM LANÇAMENTO DE NOVOS PRODUTOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-001693	INVESTIMENTO NO PROCESSO DE FABRICO E AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-002474	APOIO AO PROCESSO DE CRIAÇÃO DE UMA INDUSTRIA DE MOBILIÁRIO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-002650	EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DA EMPRESA PAULO & CARLA, LDA.	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-002673	PROJECTO DE MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-002676	CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL DE TRANSFORMAÇÃO DE VIDRO DUPLO DOTADA DE REC	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-002681	MANTER A FRIGORIA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-002724	NOVA UNIDADE INDUSTRIAL DE CORTE E SERRAGEM DE BLOCOS DE GRANITO E MÁRMORE	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-002728	INVESTIMENTO EM AREAS CHAVE DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-002753	MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E ENTRADA NO MERCADO EMERGENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-002756	VERTICALIZAÇÃO DA ACTIVIDADE E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E AMBIENTAL AO LONGO DO PROCE	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-002788	DINAMIZAÇÃO TRANSGRANITOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-002794	PROJECTO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA INOVAÇÃO E DA SUSTENTABLIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-002816	INOVAÇÃO/SISTEMATIZAÇÃO/INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-002877	INVESTIMENTO EM AREAS CHAVE DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-002880	DELFIM DOURO HOTEL	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-002896	INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL E INOVAÇÃO DA TECNOLOGIA E DO PROCESSO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-002940	IMPOR A NOSSA SOLUÇÃO INOVADORA	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-002948	PROJECTO DE INOVAÇÃO EM PRODUTOS E PROCESSOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-002950	RECLASSIFICAÇÃO DO DOURO PARK HOTEL	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-002965	EVOLUÇÃO DO TECIDO PARA REVESTIMENTO DE COLCHÕES PARA O MUNDO DA MODA	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-002974	FABRICAÇÃO E POLIMENTO DE TUBO DE AÇO INOX E POLIMENTO DE CHAPA DE AÇO INOX DE GF	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-002989	PRODUÇÃO DE NOVOS BENS OU SERVIÇOS, UMA VEZ QUE A EMPRESA VAI MONTAR UMA NOVA I	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-003008	HOTEL DAS TERMAS DE S. VICENTE	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-003018	CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA GAMA DE MÓVEIS LACADOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-003025	CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UM NOVO CONCEITO DE RECUPERADORES EM TERMOS DE D	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-003041	CRIAÇÃO DE CENTRO DE ABATE DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA, COM RECURSO A TECNOLOGIA A	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-003061	PROJECTO DE INVESTIMENTO PARA FABRICO DE MÓVEIS LACADOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-003068	HOTEL ANTAS - 3 ESTRELAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-003652	CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA INOVADORA E COMPETITIVA	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-003720	REFORÇO DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-003725	IMPLEMENTAÇÃO DE ESTABELECIMENTO HOTELEIRO - SERVIÇOS LIGADOS À VERTENTE SAÚDE	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-003795	HOTEL TEATRO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-004576	REFORÇO DA CAPACIDADE COMPETITIVA DA EMPRESA VIA INOVAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-004592	REFORÇO DA CAPACIDADE ESTRATÉGICA E DA INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-004843	INCREMENTO DA QUALIDADE, AUTOMATIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-004852	CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO EM CURSO	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-004856	"CRIAÇÃO DE UMA LINHA DE SOBREMESAS UNIDOSE FRESCAS E CONGELADAS" E "FUNCIONAME	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-004864	GEOINERTE - O SOLO PORTUGUÊS TRAZ INOVAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-004876	IMPLEMENTAÇÃO DE UM HOTEL DE 4 ESTRELAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-004877	DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E PROCESSOS PARA A COMPETITIVIDADE SUSTENTADA	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-004880	PLATAFORMA LOGÍSTICA DE PAÇOS DE FERREIRA	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-004896	EXPANSÃO (NACIONAL E INTERNACIONAL) E ADOPÇÃO DE NOVOS PROCESSOS DE UNIDADE INDU	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-004914	CRIAÇÃO DE EMPRESA INOVADORA, DE VERTENTE ESSENCIALMENTE EXPORTADORA, NO SECTO	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-004923	PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO DA MÓVEIS J.E. FIÚZA, LDA. ESTIMULANDO A SUA ORIENTAÇÃO PARA	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-004929	INTRODUÇÃO DE NOVOS PRODUTOS NA EMPRESA E MELHORIA SIGNIFICATIVA DOS PROCESSOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-004974	IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA UNIDADE FABR	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-004984	EXPANSÃO DA ACTIVIDADE RECORRENDO A DIVERSIFICAÇÃO DE PRODUTOS, MERCADOS E EFIC	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-004986	PARQUE DE CAMPISMO COM RECINTO DE DIVERSÕES AQUÁTICAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-004993	PAREDES DESIGN HOTEL	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-005002	INTERNACIONALIZAÇÃO DE ACTIVIDADE POR VIA DA INOVAÇÃO EM PRODUTOS E PROCESSOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-005035	MULTINOVAÇÃO - INJECÇÃO DE PLÁSTICOS MULTI-MATERIAL DE ELEVADO DESEMPENHO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-005054	CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL DE COMPONENTES E ACESSÓRIOS PARA CAIXILHARIA E	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-005073	ESPAÇO 3 - RESTAURANTE GOURMET	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-005099	QUINTA DA PICOILA AGRO-TURISMO E LAZER, LDA	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-005104	QUINTA DA RODA	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-005106	INFINIT LABEL	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-005126	POTENCIAR A CAPACIDADE DE INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-005137	PROJECTO SI INOVAÇÃO AQUECIVENTIL	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-005167	INOVAÇÃO DE PROCESSO, DIVERSIFICAÇÃO DE ACTIVIDADE E REFORÇO DA INTERNACIONALIZAÇ	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-005174	CRIAÇÃO DE EMPRESA DE NOVOS PRODUTOS DERIVADOS EM ARAME, DOTADA DE RECURSOS H	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-005642	CRIAÇAÕDE UMA NOVA UNIDADE INDUSTRIAL UNICA EM PORTUGAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-005673	QUINTA DOS PADRES SANTOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-005682	CRIAÇÃO DE UM EMPREENDIMENTO TURÍSTICO DE HABITAÇÃO ATRAVÉS DA CONSERVAÇÃO DE	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-005689	TRIÂNGULO DE PEDRA - PRODUTIVIDADE, COMPETIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-005732	UNIDADE DE DESMANTELAMENTO E RECICLAGEM DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA (VFV)	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-006847	CRIAÇÃO DE UNIDADE EMPRESARIAL INOVADORA, DE VERTENTE EXPORTADORA, NO SECTOR DI	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-006852	CRIAÇÃO DE HOTEL RURAL DOTADA DE RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS E INOVAÇÃO TURI	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-006882	CRAÇÃO DE EMPRESA PARA COLOCAÇÃO DE NOVOS PRODUTOS NO MERCADO	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-006901	EMPREENDEDORISMO E INTERNACIONALIZAÇÃO - FIBERECO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-006905	IMPLEMENTAÇÃO DE UMA LINHA DE TRIAGEM POR LEITURA ÓPTICA;	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-006913	QUINTA DE SANTIAGO DA GEMIEIRA - 15 QUARTOS DE LUXO EM PAISAGENS RURAIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-006928	CRIAÇÃO DE EMPRESA DE EXTRACÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE GRANITO	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-006949	REQUALIFICAÇÃO DA QUINTA DAS PEDREIRAS A AGRO-TURISMO, PELA SOCIEDADE QUINTA DOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-006956	ADOPÇÃO E EXPANSÃO DE UM NOVO SEGMENTO DE NEGÓCIO DA SAMCASI	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-006961	CRIAÇÃO DE NOVO ENTREPOSTO LOGÍSTICO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-006967	BIO 4 ALL PARA- ESTE É O CAMINHO A PERCORRER	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-006977	MODERNIZAÇÃO DA EMPRESA E ADOPÇÃO DE NOVOS PROCESSOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007587	IMPLEMENTAÇÃO DE UMA NOVA UNIDADE INDUSTRIAL DE PELLETS	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007596	ENERGIA VERDE	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007611	ASSEGURAR A INDEPENDÊNCIA DA EMPRESA FACE AOS GRANDES MOVIMENTOS DE CONCENTR	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007613	INVESTIMENTO EM AREAS CHAVE DA EMPRESA E CRIAÇÃO DE UMA NOVA UNIDADE FABRIL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007616	HOTEL CARRIS PORTO RIBEIRA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007624	PRIMANO - INOVAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO EM LINHA PIONEIRO EM PORTUGAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007655	UNIDADE HOTELEIRA	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007678	EXPANSÃO DA CAPACIDADE, DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS E INTERNACIONALIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007688	REQUALIFICAÇÃO DO HOTEL PORTA DO SOL COMO UMA UNIDADE DE QUALIDADE INTERNACIONA	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007692	CRIAÇÃO DE UM NOVO RESTAURANTE (DOP) COM PRESTAÇÃO DE UM SERVIÇO DIFERENCIADOR	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007699	TUBEMBAL INOV: PROJECTO DE INTRODUÇÃO DE MELHORIAS TECNOLÓGICAS NA ESTRUTURA P	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007706	CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA DE GESTÃO, TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007708	REFORÇO DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007714	PROJECTO DE INCENTIVOS À INOVAÇÃO - AQUISIÇÃO DE UMA MÁQUINA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007717	CRIAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA INCENTIVERDE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007737	CRIAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE UM NOVO PRODUTO: FELTRO TERMOFIXADO ANTI-FOGO; EXP	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007744	REQUALIFICAÇÃO DO PAÇO DE CIDADELHE A HOTEL RURAL, CHARME, DE CINCO ESTRELAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007772	CRIAÇÃO DE NOVA UNIDADE DE NEGÓCIO PARA PRESTAÇÃO DE NOVOS SERVIÇOS NA REGIÃO N	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007776	INTRODUÇÃO DE MELHORIAS TECNOLÓGICAS NOS MÉTODOS DE PRODUÇÃO E REORGANIZAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007777	CRIAÇÃO DE NOVA LINHA DE MONTAGEM E CRIAÇÃO DE NOVA UNIDADE PARA VIDRO DUPLO	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007780	INOVAR PARA COMPETIR	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007789	INTRODUÇÃO DE MELHORIAS TECNOLÓGICAS COM IMPACTE RELEVANTE AO NÍVEL DO PRODUT	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007795	MELHORIAS TECNOLÓGICAS VISANDO A PERFORMANCE GLOBAL DA EMPRESA (EFICIÊNCIA PROD	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007799	NOVA FÁBRICA: NOVAS REALIDADES	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007800	LUSOIMPRESS "2020" - INOVAÇÃO E EXPANSÃO DE PROCESSOS E MÉTODOS.	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007818	O ACTUAL PROJECTO DE INVESTIMENTO ENQUADRA-SE NA TIPOLOGIA PREVISTA NA ALÍNEA E) D	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007835	SPAIC INOXNEWTRENDS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007839	WOODONE - INTRODUÇÃO DE MELHORIAS TECNOLÓGICAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-007965	MODERNIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008022	CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO DE VENDA DE VINHOS E OUTRAS BEBIDAS ALTAMENTE INOVADOR	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008066	INVESTIMENTO ENQUADRADO EM EEC, NOS TERMOS DO N.º 2 DO ARTIGO 7.º DO ENQUADRAMEN	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008067	INVESTIMENTO ENQUADRADO EM EEC, NOS TERMOS DO N.º 2 DO ARTIGO 7.º DO ENQUADRAMEN	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008068	CRIAÇÃO DE UM NOVO SERVIÇO DE APOIO AO CLIENTE	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008070	MODERNIZAR PARA CRESCER, COM MAIOR EFICIÊNCIA E PRODUTIVIDADE.	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008077	MODERNIZAR PARA CRESCER, COM MAIOR EFICIÊNCIA E PRODUTIVIDADE.	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008078	MODERNIZAÇÃO DA EMPRESA, INTRODUÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO E	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008079	MODERNIZAÇÃO DA EMPRESA, INTRODUÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO E	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008080	INVESTIMENTO ENQUADRADO EM EEC, NOS TERMOS DO N.º 2 DO ARTIGO 7.º DO ENQUADRAMEN	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008087	PROJECTO DE RACIONALIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO INTERNA DE RESTAURANTE VOCACIONADO	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008094	MODERNIZAÇÃO DA EMPRESA, ADOPÇÃO DE NOVOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS E DE MARK	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008095	EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DA EMPRESA, MUDANÇA DE INSTALAÇÕES, NO CENTRO HISTÓRIC	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008097	INVESTIMENTO ENQUADRADO EM EEC, NOS TERMOS DO N.º 2 DO ARTIGO 7.º DO ENQUADRAMEN	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008102	CRIAÇÃO DE EMPRESA, CENTRADA NA CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO, REQUALIFICANDO UM ESPAÇ	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008103	MODERNIZAÇÃO DA EMPRESA, AUMENTO DA PRODUTIVIDADE E ALARGAMENTO DOS SERVIÇOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008110	CRIAÇÃO DE UM NOVO SERVIÇO - TURISMO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008117	COISASKOMSENTIDO - UMA APOSTA EMPRESARIAL DE FUTURO.	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008118	REMODELAÇÃO DO APOIO DE PRAIA DA PRAIA DA AGUDELA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008121	REMODELAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO E EQUIPAMENTOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008124	MODERNIZAR E INOVAR UM PEQUENO COMÉRCIO DE PROXIMIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008131	REMODELAÇÃO DO ESPAÇO E AQUISIÇÃO DE EXPOSITORES E SISTEMA DE SEGURANÇA	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008132	GANHAR EFICIÊNCIA ATRAVÉS DA MODERNIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008133	MODERNIZAR, REQUALIFICAR E INOVAR O NEGÓCIO.	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008139	MARÉS DO ATERRO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008141	PROJECTO PLR	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008143	PROJECTO DE REQUALIFICAÇÃO E RENOVAÇÃO DO LAYOUT DO BAR DISCOTECA	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008149	COMÉRCIO TRADICIONAL É QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008158	VALBOM SPORT CAÇA - QUALIDADE AO DISPOR DO CLIENTE	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008159	COMERCIO TRADICIONAL É QUALIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008169	RENOVAÇÃO ESTABELECIMENTO, AUMENTO DA COZINHA E RENOVAÇÃO EQUIPAMENTOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008180	REMODELAÇÃO DO EQUIPAMENTO DA PRAIA DA SENHORA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008200	REDIMENSIONAR A SUA ÁREA COMERCIAL E DE EXPOSIÇÃO, INOVAR AO NÍVEL ORGANIZACIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008208	INVESTIMENTO ENQUADRADO EM EEC, NOS TERMOS DO N.º 2 DO ARTIGO 7.º DO ENQUADRAMEN	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008214	ADAPTAÇÃO DE ESPAÇO COMERCIAL PARA DESENVOLVIMENTO DE NOVA ACTIVIDADE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008220	MODERNIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA EMPRESA, DE FORMA A AUMENTAR A SUA COMPETITIVI	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008224	MODERNIZAR, REQUALIFICAR E INOVAR O NEGÓCIO.	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008244	REQUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO RESTAURANTE SANTA QUITÉRIA	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008245	RESTAURANTE	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008252	ACONDICIONAMENTO DE ESTRUTURA PARA RECEPÇÃO DE PESSOAS COM DIFICIÊNCIAS E MODE	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008254	MODERNIZAR, REQUALIFICAR E INOVAR O NEGÓCIO.	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008270	MODERNIZAÇÃO DE ESPAÇO JUNTO A POLO UNIVERSITÁRIO	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008271	BEBA COM ARTE	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008280	MODERNIZAÇÃO DA EMPRESA, AUMENTO DA PRODUTIVIDADE E ALARGAMENTO DOS SERVIÇOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008282	CRIAÇÃO DE ZONA DE FABRICAÇÃO EM TIPOLOGIA PASTEIS DE BELÉM E MODERNIZAÇÃO DE ESI	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008291	CRIAÇAO DE NOVO ESPAÇO PARA PROFISSIONAIS E DE UNIDADE COM BIBLIOTECA/CAFÉ	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008293	MODERNIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008294	PROJECTO DE CRIAÇÃO INTERNA DE SAPATARIA VOCACIONADO PARA O SEGMENTO INFANTO-J	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008300	JACO-MODERNIDADE E TRADIÇÃO NA RESTAURAÇÃO BRACARENSE	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008304	CRIAÇÃO DE NOVO ESPAÇO COMERCIAL PRÓPRIO	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008306	REMODELAÇÃO DO ESPAÇO E EQUIPAMENTO DE EXPOSIÇÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008309	REORGANIZAÇÃO COMERCIAL/MARKETING	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008311	LANÇAMENTO DA FACES ROSADAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008314	PROJECTO DE CRIAÇÃO DE UMA LOJA GROUMET TIPICAMENTE REGIONAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008315	CONSTRUÇÃO DE UM NOVO BAR DE PRAIA	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008316	MODERNIZAÇÃO DE ESPAÇO COMERCIAL, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, REVITALIZANDO O CE	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008317	A INOVAÇÃO NO COMÉRCIO TRADICIONAL.	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008318	PROJECTO DE EXPANSÃO DA ACTIVIDADE SUSTENTADA NA MELHORIA DA PERCEPÇÃO DOS PRO	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008323	MODERNIZAR, AUMENTAR E INOVAR O NEGÓCIO.	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008324	MODERNIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO PÃO DE LÓ DE MARGARIDE	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008325	MODERNIZAÇÃO E CRIAÇÃO DE NOVO AMBIENTE INTERNO. SEPARAÇÃO DE ESPAÇO PARAFARMA	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008327	REQUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO NA ÁREA URBANA DO PARQUE C	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008328	AMPLIAÇÃO E REMODELAÇÃO DE INSTALAÇÕES	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008330	RETALHO DE ELECTRODOMESTICOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008340	RENOVAÇÃO DO ESPAÇO FISICO E LABORATORIO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008344	LOJA DE VILA NOVA DE FAMALICÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008345	PROJECTO DE RACIONALIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO INTERNA DE DISCOTECA	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008350	PROJECTO DE EXPANSÃO E REQUALIFICAÇÃO DE LOJA DE TELEMÓVEIS	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008353	PROJECTO DE REQUALIFICAÇÃO DE RESTAURANTE E MODERNIZAÇÃO DE ZONA HOTELEIRA PAR	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008360	DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE PARA PRODUÇÃO DE NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS COM	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-008361	CRIAÇÃO DE EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-011915	ENOTURISMO EXPANSÃO 2009/2010	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-012034	CRIAÇÃO DE EMPRESA DE TURISMO RURAL DOTADA DE RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-012064	SOLAR EGAS MONIZ	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-012069	ENERGIA PELA OLIVEIRA - PROJECTO ÂNCORA	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-012071	CRIAÇÃO DE TURISMO DE HABITAÇÃO CASA MARIA DA FONTE	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-012091	QUINTA DA AMENDOEIRA - ENOTURISMO (1ª FASE)	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-012093	QUINTA DA PEREIRA - HOTEL RURAL, ECOSPA & WINE	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-012974	SERRAÇÃO DA OURA - MODERNIZAÇÃO PRODUTIVA E EXPANSÃO VERTICAL E HORIZONTAL DA A	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-012978	DIVERSIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-013100	CRIAÇÃO DE UMA NOVA EMPRESA DOTADA DE RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS EM SECTOI	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-013119	AMPLIAÇÃO DO EMPREENDIMENTO TURISTICO - QUINTA DOS CASTANHEIROS	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-013134	PRIMAVERA PERFUME HOTEL 3 ESTRELAS	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-013179	CRIAÇÃO DE EMPRESA DE EXTRACÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE GRANITO	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-013184	CRIAÇÃO EMPRESARIAL PRIVADA DE POSTOS DE ABASTECIMENTO DE GNV: MUDANÇA DO PARAI	Auxílios de Estado	Aprovada	Multiregional Convergência por NUT III
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-013208	PROJECTO DE AMPLIAÇÃO E REMODELAÇÃO DA ESTALAGEM DE SANTO ANDRÉ	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-013219	CRIAÇÃO DE UNIDADE DE PASTELARIA INDUSTRIAL,CARACTERIZADA POR UM ELEVADO GRAU DE	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-013235	EXPANSÃO DE UNIDADE PRODUTIVA E LANÇAMENTO DE NOVO PRODUTO	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-013245	MÓVEL SEGURO	Auxílios de Estado	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-013248	ADOPÇÃO DE NOVOS PROCESSOS E LAYOUT DE PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MOBILIÁRIO EM	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-013260	PROJECTO PRÉ-AVE II	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-013263	ADAPTAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DA QUINTA DA CRUZ A HOTEL RURAL DE 4**	Auxílios de Estado	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-013264	PROJECTO - HOSPITALITY INDUSTRY CLUSTER	Auxílios de Estado	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-013265	CH DESIGN & WINE HOTEL	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-013335	HOTEL D. MAFALDA	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-013379	PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO DA INERBRITAS, LDA., ESTIMULANDO O SEU CRESCIMENTO SUSTENTA	Auxílios de Estado	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-013394	ELIMINAÇÃO DE ESTRANGULAMENTOS DE PRODUÇÃO E MODERNIZAÇÃO AMBIENTAL E PRODUTI	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-013421	INSTALAÇÃO DE HOTEL BEM-ESTAR - 4 ESTRELAS EM GUIMARÃES	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-013446	INOVAR NO TÊXTIL POR UM TECER REVOLUCIONÁRIO	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-013479	PROJECTO EVERYDAYSPORT	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-013480	LANÇAMENTO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA VERDE VIRTUAL	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-013520	FERPAINEL	Auxílios de Estado	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-013543	QUINTA DE FIÃES - AGROTURISMO	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-013554	LANÇAMENTO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA GOTABSOLUTA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-013652	VERTICAL INOV: PROJECTO DE LANÇAMENTO DE UMA NOVA LINHA DE EMBALAGENS INOVADORA	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-013689	CONSTRUÇÃO DE HOTEL 3** PINHÃO	Auxílios de Estado	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-013731	PROJECTO DE RECONVERSÃO DE INDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO TRADICIONAL EM INDÚSTRIA ALIM	Auxílios de Estado	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0403-FEDER-013747	INTRODUÇÃO DE MELHORIAS TECNOLÓGICAS COM IMPACTE RELEVANTE AO NÍVEL DA PRODUTI	Auxílios de Estado	Aprovada	Ave

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0528-FEDER-000001	Promoção e dinamização do centro urbano de Carrazeda de Ansiães	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0528-FEDER-000002	Lousada - comercio com qualidade	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0528-FEDER-000003	Alto Cávado - Comércio com rosto	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0528-FEDER-000006	Mirandela-Comércio Tradicional é Qualidade	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0528-FEDER-000007	Comércio Com Tradição	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0528-FEDER-000009	Alto Ave - Comércio com Rosto	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0528-FEDER-000010	Braga - O Comércio está no Centro	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0528-FEDER-000012	MINHO/LIMA COMERCIAL	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0528-FEDER-000013	Viver o Comércio, Viver Viana	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0563-FEDER-000001	Reabilitação das Áreas de Localização Empresarial Courenses	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0563-FEDER-000003	Parque Empresarial de Anreade	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0563-FEDER-000004	Pólo de Serviços e Armazéns de Crespos	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0563-FEDER-000007	Centro de Incubação de Base Tecnológica do Minho - Fase 2 - Qualificação e Upgrade Operacional	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0563-FEDER-000008	Arranjo Urbanístico no Parque Industrial de Celeirós	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0563-FEDER-000010	Requalificação urbanística e ambiental das Zonas Industriais de Cerveira - Pólo I	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0666-FEDER-000006	Operação - Escola em Rede	Público	Aprovada	Não Regionalizável
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0666-FEDER-000007	Operação - Computadores na sala de aula	Público	Aprovada	Não Regionalizável
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0666-FEDER-000010	Criação de Redes de Área Local e Aquisição de Quadros Interactivos para Escolas EB1 e EB1/JI	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0666-FEDER-000011	aprender@boticas-ESCOLA INTERACTIVA	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0666-FEDER-000012	Equipamento Informático para escolas EB'1s do Concelho de Valpaços	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0666-FEDER-000013	Integração das TIC nos processos de aprendizagem	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0666-FEDER-000014	Implementação do Plano Tecnológico da Educação no Concelho de Cabeceiras de Basto	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0666-FEDER-000015	Plano Tecnológico da Educação do Cávado	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0666-FEDER-000016	Apetrechamento Técnologico das Escolas do 1º Ciclo de Viana do Castelo	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0666-FEDER-000017	PTE-AVE	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0666-FEDER-000018	SALAS DIGITAIS DO 1º CEB DO CONCELHO DE ESPINHO	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0666-FEDER-000019	Integração das TIC nas Escolas EB1 do Douro Superior	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0666-FEDER-000020	Modernização Tecnologica do Ensino no Minho -Lima	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0666-FEDER-000021	Generalização das TIC nos Processos de Ensino Aprendizagem nas EB1/JI do Concelho de Guimarães	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0666-FEDER-000022	TEC Escolas EDV	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0666-FEDER-000023	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento - Valorização do 1º CEB dos Municípios do Tâmega	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0666-FEDER-000024	Viajar, descobrir e aprender nas escolas de Gondomar	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0666-FEDER-000025	Rede de Área Local e Instalação de Quadros Interactivos nas EB1 de Vila Nova de Gaia	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0666-FEDER-000026	Quadros Interactivos	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0666-FEDER-000027	Consolidação das TIC no Parque Escolar (EPE/1º CEB) Municipal	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0666-FEDER-000028	Plano Tecnológico no Concelho da Maia (1.ª fase): Quadros Interactivos, Redes e Videovigilância	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0666-FEDER-000029	EDI Douro - Escolas Digitais e Interactivas do Douro	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0666-FEDER-000030	"Infra-estruturas Tecnológicas nas Escolas da Terra Quente Transmontana"	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0666-FEDER-000031	Crescer Interactivo_2.0	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0666-FEDER-000034	Conteúdos Digitais do Centro Interpretativo do Castro de S. Lourenço	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0666-FEDER-000035	TIC NOS CENTROS ESCOLARES DE AMARES	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0666-FEDER-000036	Conteúdos Digitais do Centro de Educação Ambiental	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000001	Eficiência Energética na Rede de Iluminação Pública na Área Urbana de Lousada	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000002	"Plano de Redução da Factura Energética de Iluminação Pública da Terra Quente Transmontana"	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000003	Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso em Oliveira de Azeméis	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000004	REDUÇÃO DA FACTURA ENERGÉTICA NA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – INSTALAÇÃO DE REGU	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000005	AguiarEficiência - Reguladores de energia em Vila Pouca de Aguiar	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000006	REDUÇÃO DA FACTURA ENERGÉTICA NA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - MUNICIPIO DE PENAFIE	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000007	Eficiência Energética da Iluminação Pública no Município de Valongo	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000008	Reguladores de Fluxo Luminoso no Centro Urbano de Arouca	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000009	ge. IP - Gestão de Energia na Iluminação Pública no Município de Vila Nova de Gaia	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000010	REGULAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM GONDOMAR	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000011	INSTALAÇÃO DE REGULADORES DE FLUXO LUMINOSO NA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CO	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000012	Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso - MUNICIPIO DE FAFE	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000013	Redução da factura energética na Rede de Iluminação Pública - Inst.de Reguladores de Fluxo Luminoso	Público	Aprovada	Ave

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000014	Eficiência Energética na Rede de Iluminação Pública do Município de Paços de Ferreira	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000015	Redução da Factura Energética na Rede de Iluminação Pública	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000016	Electrificação de Arruamentos em Valpaços (Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso)	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000017	Redução da Factura Energética na Rede de Iluminação Pública	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000018	MIRANDELA energia XXI – Redução da Factura Energética na Rede de Iluminação Publica	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000019	Gestão da Iluminação Pública em Santo Tirso	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000020	RECEIP Régua	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000021	Instalação de Reguladores de Fluxos Luminosos na Sede do Concelho	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000023	Redução da Factura Energética na Rede de IP–Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso - Vila PL	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000024	Ilumina Alto Minho - Racionalização Energética da Iluminação Pública no Alto Minho	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000026	INSTALAÇÃO DE REGULADORES DE FLUXO LUMINOSO EM VILA NOVA DE FAMALICÃO	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000027	Eficiência Energética da Iluminação Pública	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000028	Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000029	Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso no Cávado	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000030	Redução da Factura Energética na Rede de Iluminação Pública	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000031	Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso no centro urbano de Sta Mª da Feira	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000032	Promoção da Eficiência Energética na rede de iluminação pública - Maia	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000033	GESTÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICIPIO DA TROFA	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000034	Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000035	Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso nas Sedes de Concelho do Douro Superior	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000036	INSTALAÇÃO DE REGULADORES DE FLUXO LUMINOSO NO CONCELHO DE TAROUCA	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000037	Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso no concelho de Celorico de Basto	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000038	Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso na cidade de Chaves	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000039	PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICO-AMBIENTAL NA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA VILA	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000040	Redução da Factura Energética na Rede de Iluminação Pública de Guimarães	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000041	Regulação de fluxo luminoso na Iluminação Pública da cidade do Porto	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000042	Eficiência Energética da Iluminação Pública de Felgueiras	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000043	RECEIP Vila Real	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000047	AREA Alto Minho | promoção e acção	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000096	Promoção e Desenvolvimento da Agência de Energia do Cávado	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000139	Implementação de Sistemas Energéticos Sustentáveis P Municipais Viana Castelo - Pinheiro Barroselas	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 1	NORTE-01-0765-FEDER-000146	Implementação de Sistemas Energéticos Sustentáveis P Municipais Viana Castelo - Atlantico	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000001	Douro Religioso: Visitar, Conhecer e Reconhecer	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000002	Rede de Monumentos do Vale do Douro	Público	Aprovada	Não Regionalizável
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000003	Porto and Douro Valley - Tourism and Wine Event	Público	Concluída	Grande Porto
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000004	Festa das Amendoeiras em Flor	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000005	Portal Douro	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000008	Business plan para a criação da Rede Quintas do Douro	Público	Aprovada	Não Regionalizável
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000009	Plano Operacional da Rota do Românico do Vale do Douro	Público	Aprovada	Não Regionalizável
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000010	Estudos e reflexão prospectiva para o desenvolvimento do turismo duriense.	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000013	ANIMAÇÃO E DIVULGAÇÃO CULTURAL DA REGIÃO DURIENSE	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000014	MUSEU DO DOURO - INVENTARIAÇÃO DO PATRIMÓNIO DURIENSE	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000016	Promoção e Animação	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000017	Evento de Promoção Turistica do Douro	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000018	Operação Imaterial Fernão de Magalhães	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000021	Candidatura Douro Maravilha da Natureza	Público	Aprovada	Não Regionalizável
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000022	Projecto Conjunto de Posicionamento, Promoção e Internacionalização das Rotas do Douro	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000023	O Douro... Nos Caminhos da Literatura	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000024	Operação Restaurante do Futuro	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000025	Momentos Douro	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000027	Fórum Mundial Do Vinho	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000028	Festa das Vindimas	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000029	Douro de Emoções	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000033	Exposição Fotográfica Douro Natural	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000036	Conferência Internacional de Turismo do Douro	Público	Aprovada	Douro

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000037	Marketing e Promoção Turística da Turismo do Douro	Público	Aprovada	Não Regionalizável
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000038	Festival de Cinema: Douro Harvest Festival	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000039	DOUROVIVO 09/10 – MARKETING E ANIMAÇÃO TURÍSTICA DO DOURO	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000040	DouroIntour: Patrimónios durienses e turismo cultural	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000042	Rota do Património da Humanidade do Vale do Douro	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000043	Aldeias Vinhateira - Consolidação, promoção e animação da Rede	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000044	Sinalização Turística do Douro	Público	Aprovada	Não Regionalizável
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000048	Vale do Varosa	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000049	Operação Espaço Miguel Torga	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000051	Rec.Dep.Cland.Res.Sólidos, Rem. e Desmant_Embarc e VeículosAband, Rec. Margens_RDouro e ReqZona	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000052	Núcleo Museológico da Seda – Freixo Espada-à-Cinta	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000053	Fonte do Milho, Estudo e Valorização	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000054	Valorização do Património e Regeneração Urbana do Centro da Vila de Freixo de Espada à Cinta	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000056	de Aliobriga a Cidadelhe	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000057	Museu de Arte Sacra e Oficina de Cultura	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000058	Rede de Monumentos do Vale do Douro	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000059	Núcleo Museológico do Vinho	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000060	REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DA ALDEIA VINHATEIRA DE TREVÕES	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000061	Igreja do Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção em Tabosa do Carregal e zona envolvente	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000064	Valor Douro	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000067	Hotel de Aplicação e Centro de Excelência em Gastronomia e Vinhos da EHT Lamego	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000069	Requalificação e valorização de caminhos de elevado valor turístico e paisagístico em V.N. Foz Côa	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000072	Pavimentação do Caminho da EN 323 - Quinta de Sto. António - Adorigo	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000075	Douro Religioso: Requalificar	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000076	Beneficiação e Requalificação deAcessos e Zonas de Interesse Turístico - Sta Cruz do Douro	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000078	Requalificação do Cais do Pocinho	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000080	CAVES DA ROTA DO VINHO DO PORTO	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000087	Quinta das Quintans - Lugar de vida, de memória e de acção	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000088	Requalificação do Cais de Bagaúste e adaptação para Desportos não Motorizados	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0169-FEDER-000091	Escola de Hotelaria e Turismo, Porto	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0269-FEDER-000001	Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões	Público Projecto Gerador de Receitas	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0269-FEDER-000002	Criação da incubadora de base tecnológica para a área das ciências do mar do pólo do mar do UPTEC	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0369-FEDER-000001	Palácio das Artes - Fábrica de Talentos	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0369-FEDER-000003	Árvore XXI - Um espaço de convergência criativa	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0369-FEDER-000005	Fábrica do Design e da Inovação de Paredes (FDIP)	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0369-FEDER-000011	Centro de Criatividade Digital	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0369-FEDER-000012	i.i.C Incubadora de Indústrias da Bienal de Cerveira	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0369-FEDER-000013	Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0369-FEDER-000015	OLIVA Creative Factory	Público Projecto Gerador de Receitas	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0369-FEDER-000016	iMod - Inovação, Moda e Design	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0369-FEDER-000019	CACCAU - Centro de Apoio à Cultura e Criatividade em Ambiente Urbano	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0369-FEDER-000020	Internacionalização dos Agrupamentos Residentes da Casa da Música	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0369-FEDER-000024	Improvisações/Colaborações	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0369-FEDER-000025	Entre Margens	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0369-FEDER-000027	Bienal de Cerveira 2011 - Redes	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0369-FEDER-000028	Afonso Henriques - 900 Anos, 900 Horas de Criatividade	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0369-FEDER-000029	Estaleiro - Imagens, Sons e Ideias em Movimento	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0369-FEDER-000031	ART on CHAIR.Bienal	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0369-FEDER-000035	ODISSEIA-Investigação. Formação. Criação. Mediação.	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0369-FEDER-000036	PORTO SHOW TIME	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0369-FEDER-000038	Porto 2.0 - Festival da CIDADE EM MUDANÇA	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0369-FEDER-000042	Festival do Norte	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0369-FEDER-000043	Reforço das infra-estruturas especificas do PINC 1	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0469-FEDER-000001	Centro Empresarial de Campo_1ª Fase_Via Distribuidora	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0469-FEDER-000002	NUCLEO DE COZINHAS REGIONAIS DE MOGADOURO	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0469-FEDER-000003	Parque Industrial de Canelas - 1ª Fase - Rua dos Terços	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0469-FEDER-000004	Parque Industrial de Avintes - 1ª Fase - Av. Vasco da Gama	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0469-FEDER-000005	Parque Industrial de Canelas - 1ª Fase - Rua da Urtigueira	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0469-FEDER-000006	Parque Industrial de Serzedo - 1ª Fase - Rua Norton de Matos	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0469-FEDER-000007	Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0469-FEDER-000011	ELEVAÇÃO DE ÁGUAS SULFUROSAS DA TERRONHA PARA O FUTURO BALNEÁRIO TERMAL PROVIS	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0469-FEDER-000012	Ecopista da Linha do Tâmega	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0469-FEDER-000013	Ecopista da Linha do Tâmega	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0469-FEDER-000014	Pólo 6 - Cidade Empresarial	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0469-FEDER-000015	Centro de Apoio às Empresas - 3ª Fase - Pavilhão Multiusos	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0469-FEDER-000016	Revitalização do Largo da Feira em Paredes de Coura	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0469-FEDER-000018	Operação Integrada de Requalificação do Centro, Envolvente Turística e Ribeirinha de Cerva - Fase 1	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0469-FEDER-000019	Arranjo Urbanístico do Parque de Exposições de Braga	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0469-FEDER-000020	Programa de Valorização Paisagística e Turística da Zona envolvente da Barragem do Vilar	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0469-FEDER-000021	Requalificação das Termas do Peso - 1ª Fase	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0569-FEDER-000002	Parque Arborizado do Vale de Lamações	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0569-FEDER-000003	Centro de Educação Ambiental	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 2	NORTE-02-0569-FEDER-000004	Adaptação da Escola do Monte para Centro Interpretativo	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0131-FEDER-000006	Plano de sensibilização ambiental	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0131-FEDER-000012	Rede de Praias Fluviais dos Rios Cávado Homem e Neiva	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0131-FEDER-000016	Elaboração dos Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas do Norte	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0131-FEDER-000018	Q.Ar e E.Atmosf.- Caracterização da RN e Estratégias de melhoria	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0131-FEDER-000019	Modernização e Reapetrechamento da RMQA da Região Norte - 1ª Fase	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0131-FEDER-000022	Delimitação dos perímetros de protecção das captações de água	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0131-FEDER-000024	Roadshow de Sensibilização Ambiental	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0131-FEDER-000038	Ambiente+ em Serralves	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0131-FEDER-000050	FELGUEIRAR	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0131-FEDER-000061	Elaboração do Plano de Ordenamento da Albufeira do Alto Rabagão	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0131-FEDER-000062	Elaboração do Plano de Ordenamento da Albufeira do Ermal	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0131-FEDER-000064	Campanha de Informação, Sensibilização relativa à qualidade do ar-Maia	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0131-FEDER-000071	Jovens, Ambiente e Cidadania na Região do Porto	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0132-FEDER-000001	Conclusão da Intervenção - Valorização da Marginal Sul de Espinho	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0132-FEDER-000002	Construção de 4 Módulos de Apoio à Pesca Artesanal	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0132-FEDER-000003	Plano de Pormenor da Faixa a Poente da Marginal de Aver-O-Mar	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0132-FEDER-000004	Plano de Urbanização de Aguçadoura	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0132-FEDER-000005	Elaboração do Plano de Pormenor da Orla Litoral Sul (Silvalde/Paramos)	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0132-FEDER-000007	Demolição das Construções de 2 Quarteirões	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0132-FEDER-000008	Elaboração do Plano de Pormenor do Aglomerado da Praia de Paramos	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0132-FEDER-000010	Construção de Plataforma de Implantação de Apoios de Pesca Artesanal	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0132-FEDER-000011	Estudo de Erosão e Risco do Litoral de Gaia	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0132-FEDER-000012	Ordenamento e Valorização da Zona Costeira do Concelho de Caminha	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0132-FEDER-000013	Consolidação do Cordão Dunar de Vila Nova de Gaia	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0132-FEDER-000015	Recuperação, Protecção e Valorização da Praia de Mindelo	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0132-FEDER-000016	Requalificação da Marginal Atlântica - LITORAL DE SALGUEIROS	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0132-FEDER-000017	Requalificação do Litoral da Madalena	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0132-FEDER-000018	Desassoreamento do Quebramar da Aguda e Recarga da Praia da Granja	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0132-FEDER-000019	Valorização da Praia Suave Mar	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0132-FEDER-000022	Valorização da Orla Costeira do Concelho de Matosinhos	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0136-FEDER-000001	Aquisição de equipamentos operacionais de protecção civil- Distrito de Vila Real	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0136-FEDER-000002	Aquisição de Equipamentos Individuais para o BSB do Porto	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0136-FEDER-000003	MATERIAL DE PROTECÇÃO 1	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0136-FEDER-000004	Aquisição de equipamento de protecção individual para a Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0136-FEDER-000005	Aquisição de EPI para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paredes	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0136-FEDER-000007	Aquisição de Equipamentos de Protecção Individual para os Bombeiros Voluntários do Distrito de Braga	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0136-FEDER-000008	Aquisição de EPI - Capacetes de Fogos Urbanos e Industriais	Público	Aprovada	Grande Porto

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0136-FEDER-000009	Aquisição de Equipamentos de protecção individual para os bombeiros	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0136-FEDER-000010	"Requalificação dos Equipamentos Operacionais de Protecção Individual, do Distrito de Bragança"	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0136-FEDER-000011	Sistema Integrado de Gestão de Emergências do Distrito do Porto - SIGEP	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0136-FEDER-000013	Proteger para Salvar	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0137-FEDER-000004	PROTEC|GEORISK - Protecção Civil e Gestão de Riscos no Alto Minho	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0137-FEDER-000005	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Vila Pouca de Aguiar	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0137-FEDER-000007	Sistema de prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos do concelho da Trofa	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0137-FEDER-000008	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0137-FEDER-000009	Plano Municipal de Emergência de Gondomar	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0137-FEDER-000010	Sistema de Prevenção, Gestão e Actuação em situações de Emergência provocadas por RNT no Alto Tâme	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0137-FEDER-000011	PMEPC - Planeamento Municipal de Emergência de Protecção Civil de Viana do Castelo	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0137-FEDER-000012	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos do Vale do Cávado	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0137-FEDER-000013	GESTRAVE - Gestão de Riscos no Ave	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0137-FEDER-000014	Revisão do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil e Realização de Acções de Sensibilização	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0137-FEDER-000016	Revisão do Plano Municipal de Emergência do Concelho de Valongo	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0137-FEDER-000017	ProCiv Douro	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0137-FEDER-000018	"Projecto Integrado, de Prevenção e Gestão de riscos naturais e tecnológicos para o EDV"	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0137-FEDER-000019	Revisão, Implementação e Divulgação do Plano Municipal de Emergência	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0137-FEDER-000020	Planos Municipais de Emergência e Protecção Civil	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0137-FEDER-000021	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos da Terra Fria	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0137-FEDER-000022	Revisão do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0137-FEDER-000024	Elaboração/Revisão dos Planos Municipais de Emergência e Acções de Sensibilização em Protecção Civil	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0137-FEDER-000025	Acções imaterias para prevenção e gestão de riscos materiais e tecnologicos nos municipios do Tâmega	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0137-FEDER-000027	Sensibilização, prevenção e mitigação do risco no âmbito da Protecção Civil de V. N. de Gaia	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0138-FEDER-000002	Trabalhos de Segurança em Nove Áreas Mineiras da Região Norte	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0138-FEDER-000003	RECUPERAÇÃO PAISAGISTICA DA PEDREIRA JUNTO ÀS GRAVURAS DE LOMAR	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0138-FEDER-000004	Projecto de Reabilitação do Passivo Ambiental das Minas de S. Pedro da Cova - Gondomar	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0138-FEDER-000005	Recuperação das Pedreiras de Lourosa	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0138-FEDER-000007	Requalificação Ambiental e Aterro de Inertes da Louseira da Boneca	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0152-FEDER-000002	Teatro Contemporâneo em Portugal - Ciclo de Formação e Consolidação de Públicos	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0152-FEDER-000003	Programação Cultural em Rede no Quadrilátero	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0152-FEDER-000004	Música de Lés a Oés	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0152-FEDER-000005	CULTREDE	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0152-FEDER-000006	Acto5	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0154-FEDER-000001	Saneamento Básico no Concelho de Esposende	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000007	Promoção e Sustentabilidade das Paisagens - PSP - Vale do Minho	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000015	Parque Ibérico Natureza, Turismo e Aventura de Vimioso-Estudos e Proj.	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000021	Recuperação e Promoção de Espaços e Espécies Protegidas	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000023	Elaboração de um Plano de Gestão Integrada do Sítio Montemuro	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000025	Valorização e qualificação da estrutura ecológica do concelho de Melgaço	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000026	Valorização do espaço natural da Serra Amarela (T. Bouro e P. Barca)	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000030	Implementação de Centros de Apoio à Visitação dos Parques da Reg Norte	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000031	Valorização das infra-estruturas de turismo de natureza na Reg. Norte	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000032	Gestão e monitorização da biodiversidade do Norte de Portugal	Público	Aprovada	Não Regionalizável
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000033	Gestão e dinamização da visitação no Parque Nacional da Peneda Gerês	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000034	Dinamização do Centro de Animação da Montanha - Porta do Mezio	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000035	Percorra milhões de anos geológicos nos 12878 ha do Sítio de Morais	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000036	Agro-Silvo-Pastorícia na Viabilidade dos Espaços Classificados	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000042	Instalação da Reserva Natural Local do Estuário do Douro	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000043	AGUIAR NATURE – Rede de Interpretação de Espaços Naturais	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000045	Promoção e Conservação da Biodiversidade das Terras Altas do Vez	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000047	Reabilitação e Dinamização da Rede de Ecossistemas Intertidais e ribeirinhos do Vale do Minho	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000056	Aqua Cávado	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000058	Promoção e visitação nas Áreas Protegidas do Norte de Portugal	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000060	Montemuro -Preserar e Desenvolver	Público	Aprovada	Tâmega

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000061	Conservação, valorização e Promoção dos Valores naturais de Ribeira de Pena	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000063	Boticas - Natureza e Biodiversidade	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000066	Cultibos, Yerbas i Saberes: Biodiversidade, Sustentabilidade e Dinâmica em Tierras de Miranda	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000070	PRO|seguindo	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000074	Recuperação das Margens do Caima	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000076	Macedo Natura	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000077	Reabilitação e Gestão Activa do Corredor Ecológico do Rio Uíma	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000078	Bio-Interpretação da Rede Natura de Lamosa	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000079	Proteger é Conhecer	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000082	Valorização Ambiental do Parque Urbano do Rio Fresno	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000086	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	Público	Aprovada	Não Regionalizável
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000087	SeivaCorgo	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000089	Promoção da Biodiversidade da Área Protegida de Ponte de Lima	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000093	Requalificação das Margens Ribeirinhas do Rio Ave	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000094	Sistema de Gestão e Informação Ambiental dos Espaços Classificados do Concelho de Matosinhos	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000096	O Património Natural como Factor de Desenvolvimento e Competitividade	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0230-FEDER-000117	Veiga de Creixomil - Ribeira de Couros	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000003	Centro Educativo do Trovela	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000005	CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE STA. MARTA DE PORTUZELO	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000006	Edifício para concentração do Ensino Básico e Jardim de Infância	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000007	Centro Educativo da Facha	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000008	Centro Escolar de Carvalhosa	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000009	Centro Escolar de Ferreira	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000010	Centro Escolar do Torno	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000011	Construção do Jardim de Infância da EB1 do Corvo - Arcozelo	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000012	Construção do Jardim de Infância da EB1 de Alquebre-Serzedo.	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000013	Centro Escolar EB1/JI de Montalegre	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000014	Centro Escolar de Sanfins de Ferreira	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000015	Centro Escolar de Frazão	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000016	Remodelação e Ampliação da Escola EB1 da Asprela	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000017	Construção do Centro Escolar de Mujães	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000018	EB1 de Santa Marta de Penaguião	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000019	Escola Básica do 1º Ciclo de Santiago - Custóias	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000020	Centro escolar de Santa Cruz/Trindade	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000021	Remodelação da Escola Primária n.º 2 de Aver-o-Mar	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000022	Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância de Cabanelas	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000023	Centro Escolar EB1/JI de Entre Ambos os Rios	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000025	Centro Escolar de Valença	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000026	Escola Básica do 1º Ciclo Padre Manuel Castro	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000028	CENTRO ESCOLAR DE VILA NOVA DE FOZ CÔA (JI/1CEB)	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000029	CENTRO ESCOLAR DE TAROUCA	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000031	Escola Básica do 1º Ciclo do Corpo Santo	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000032	CENTRO ESCOLAR DE FREIXO DE NUMÃO (JI/1CEB)	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000033	Centro Escolar de Resende	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000034	Escola Básica do 1º Ciclo de Quatro Caminhos	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000035	Centro Escolar de Penamaior	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000036	Construção de Centro Escolar da Maia	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000037	Centro Escolar da Vila	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000038	Centro Escolar do Burgo	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000040	Pólo Escolar de Fermêdo	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000041	Centro Escolar de Figueiró	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000042	Ampliação e beneficiação da EB1/JI de Crestins	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000044	Ampliação e Requalificação da EB1/JI de Finzes	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000045	Ampliação e beneficiação da EB1/JI de Monte das Cruzes	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000046	Construção e apetrechamento do Centro Escolar EB1/JI de Mouriz	Público	Aprovada	Tâmega

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000055	Ampliação e beneficiação da EB1/JI Pedras Rubras	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000056	Ampliação e beneficiação da EB1/JI Parada	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000057	Ampliação e beneficiação da EB1/JI Paço	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000058	Ampliação e beneficiação da EB1/JI Currais	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000059	Construção e apetrechamento da Escola EB1 de Recarei	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000060	Construção do Centro Escolar de Paramos	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000061	Centro Escolar de Friestas	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000065	Centro Escolar da Vila	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000066	CONSTRUÇÃO/APETRECHAMENTO CENTRO EDUCATIVO DE REVELHE-AMPLIAÇÃO EB2,3	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000067	Remodelação e Ampliação da escola EB1 da Serpente - Vilar de Andorinho	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000068	Construção do Jardim de Infância e ATL na escola EB1 de Cadavão	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000069	Construção do Centro Escolar de Anta	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000073	Construção e apetrechamento do Centro Escolar EB1/JI de Duas Igrejas	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000074	Construção e apetrechamento do Centro Escolar EB1/JI de Gandra	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000075	Construção e apetrechamento do Centro Escolar EB1/JI de Rebordosa n.º1	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000076	Construção e apetrechamento do Centro Escolar EB1/JI de Vilela	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000077	Construção e apetrechamento do Centro Escolar EB1/JI de Paredes	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000078	Centro Escolar de Montélios - Real	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000079	Centro Escolar do Vale de Lamações	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000080	Centro Escolar de Lamoso	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000081	Centro Escolar de Macedo de Cavaleiros	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000083	Construção do Campus Escolar - Serra do Pilar	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000084	Construção do Centro Escolar de Guetim	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000085	Requalificação da Rede Escolar - Centro Escolar da Sé	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000086	Centro Escolar de Vila Pouca de Aguiar	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000089	Requalificação da Rede Escolar - EB1 Rebordãos	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000090	Requalificação da Rede Escolar - EB1 De Quintanilha	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000091	Centro Escolar de Soalhães	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000092	Centro Escolar de Esposende	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000095	Jardim de Infância de Cristelo	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000096	Escola EB1 Adães Bermudes de Freixo de Espada à Cinta	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000097	Centro Escolar de S. Domingos, Argoncilhe	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000098	Centro Escolar de Chão do Monte, Sta Mª de Lamas	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000099	Centro Escolar de Igreja, Lourosa	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000101	Jardim de Infância de Mozelos	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000102	Centro Escolar do Marão	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000103	Requalificação da EB1 de Igreja (Sande)	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000104	Centro Escolar da Igreja, Lobão	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000105	Requalificação da EB1 de Regoufe (Banho e Carvalhosa)	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000107	Centro Escolar de Nogueira	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000108	Jardim de infância de Rubiães	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000109	Centro Escolar Norte	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000110	Construção do Centro Escolar de Armamar	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000111	EB1/JI da Sede do Concelho de Arcos de Valdevez	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000112	Centro Escolar de Lustosa	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000113	Construção do Centro Escolar de Campêlo	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000115	Remodelação e Ampliação da Escola António Lopes - Póvoa de Lanhoso	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000116	Centro Escolar de Lamego	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000117	Centro Escolar de Dem	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000120	Centro Escolar de Vilar de Mouros	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000122	CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE PERRE	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000124	Centro Escolar de Idães	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000125	Centro Escolar de Ferreirim	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000126	Centro Escolar da Lixa	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000127	Centro Escolar de Caramos	Público	Aprovada	Tâmega

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000128	Centro Escolar de Airães	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000129	Centro Escolar de Lagares	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000130	Centro Escolar de Torrados	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000131	Centro Escolar de Pinheiro	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000132	Centro Escolar de Estradinha - Sendim	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000133	Centro Escolar de Margaride	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000134	Centro Escolar de Estrada do Meio Macieira	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000136	Centro Escolar de Ribeira-Cávado	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000138	Centro Escolar de Penude	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000139	Requalificação da Rede Escolar - Centro Escolar de Santa Maria	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000143	EB1/JI de Areal - S. Miguel do Couto	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000144	Centro Escolar de Ribeira de Pena	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000145	Centro Escolar de Costa - Roriz	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000146	Ampliação da EB1/JI de S. Bento da Batalha	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000148	Centro Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico de Pico de Regalados	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000150	Centro Escolar de Monção	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000155	Ampliação e Requalificação da EB 1 / JI de Quereledo	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000157	Ampliação e Requalificação da EB1/JI da Estação	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000158	Construção da EB1/JI - Montes da Costa em Ermesinde - Centro Escolar	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000159	Centro Escolar de Valpaços	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000160	Requalificação e Ampliação da Escola EB2,3 José Dos Anjos	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000161	Centro Escolar de Meixomil	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000162	Centro Escolar de Arreigada	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000169	Escola do 1º Ciclo de Raimonda	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000171	Centro Escolar de Tabuaço	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000172	CENTRO ESCOLAR DE AZAGÃES - CARREGOSA	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000173	Centro Escolar de Eiriz	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000175	Centro Escolar das Enguardas	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000176	Centro Escolar dos Congregados	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000177	Centro Escolar de Seroa	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000178	Centro Escolar da Freguesia de Castelões	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000179	Construção do Centro Escolar da Freguesia de Lagares	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000180	Centro Escolar de Guilhufe	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000184	CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DA FREGUESIA DE ABRAGÃO	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000185	Centro Escolar de Fonte Arcada	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000186	CENTRO ESCOLAR DA FREGUESIA DE RANS	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000187	Centro Escolar do Douro	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000189	Ampliação da EB1/JI Espinho 2 - Construção de Cantina e 4 Salas	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000190	Centro Escolar de Escariz	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000191	Centro Escolar de Chave	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000192	Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Inf. do Araújo - Leça do Balio	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000193	Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim Inf. Quinta do Vieira - Custóias	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000194	Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim Infância de Perafita - Perafita	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000195	Const./Requal. do Polo Escolar Integrado de Alijó-Pré-Escolar e EB1	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000196	Centro Escolar da Freguesia de Portela	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000198	Centro Escolar de Freamunde	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000199	Centro Escolar da Ribeira do Neiva	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000200	Centro Escolar de Paços de Ferreira	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000201	Construção de Escola EB1 de Cerva	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000202	Centro Educativo da Gandra	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000203	Centro Educativo Arões-Junqueira	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000204	Centro Escolar de Vilar do Torno e Alentém	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000205	Centro Escolar de St.º Estêvão	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000206	Ampliação e Requalificação do Centro Escolar do Vale do Homem.	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000208	Mesão Frio - Centro Escolar	Público	Aprovada	Douro

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000209	Centro Escolar de Ribeirão	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000210	Centro Escolar de Joane	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000211	Centro Escolar de Vila Boa do Bispo - Marco de Canaveses	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000212	Centro Escolar de Vidago	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000213	Jardim-de-infância de Vila Praia de Âncora	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000216	Ampliação da EB1 de Francelos - Gulpilhares	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000219	Construção e Equipamento do Centro Escolar de Monsul	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000220	Centro Escolar Mondim - Oeste	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000221	Construção de Centro Escolar da Gandra	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000222	Construção do Centro Escolar de Vermoim/Gueifães	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000223	Req./Ampliação Ed. EB1/JI Maria de Lurdes Sampaio e Melo - Sto Adrião	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000224	Construção de Centro Escolar da Guarda	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000225	CENTRO ESCOLAR DE MURÇA	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000226	Centro Escolar de Arraial / Sanguedo	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000227	Centro Escolar de Fornos - Marco de Canaveses	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000228	Construção de Centro Escolar do Corim	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000229	Construção de Centro Escolar da Giesta	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000230	CENTRO ESCOLAR DO CURVAL - PINHEIRO DA BEMPOSTA - 1ª FASE	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000232	Construção e apetrechamento do Centro Escolar EB1/JI de Sobrosa	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000234	Construção e apetrechamento do Centro Escolar EB1/JI de Cete	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000235	Construção e apetrechamento do Centro Escolar EB1/JI de Sobreira	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000236	Construção e apetrechamento do Centro Escolar EB1/JI de Rebordosa nº2	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000238	Construção e apetrechamento do Centro Escolar EB1/JI de Lordelo nº1	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000239	Construção de Centro Escolar D.Manuell	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000241	Construção do Centro Escolar de Monte Calvário	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000242	Centro Escolar de S. João da Pesqueira	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000243	Centro Escolar da Cruz - Celeirós	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000244	Centro Escolar de Sabrosa - EB1/JI	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000245	Centro Escolar de Merelim S. Paio	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000251	ESCOLA EB.1/JI DE SEIXO	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000252	ESCOLA EB.1/JI DA BELA VISTA 2 - FÂNZERES	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000253	ESCOLA EB.1 DA ARROTEIA - VALBOM	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000254	Centro Escolar de Telhado	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000255	Const. e apetrech. do Centro Escolar EB1/JI de Lordelo nº2 (Corregais)	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000256	Centro Escolar das Violetas	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000257	ESCOLA EB 1 DOS RIBEIROS(AMPLIAÇÃO),DE S. JOÃO DA MADEIRA	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000258	Centro Escolar de Freixo de Cima	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000259	Centro Escolar de Passos - Cerdal	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000260	Ampliação e Requalificação da Escola do 1º CEB nº 2 de Lamego	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000261	Centro Escolar da Ponte Pedrinha	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000262	Ampliação/requalificação da EB1/JI da Bela	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000263	Construção da EB1/JI da Estação - Centro Escolar	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000264	Centro Educativo de Arcozelo	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000266	Construção da EB1/JI do Valado - Centro Escolar	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000267	Centro Escolar de Mosteirô	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000268	Centro Escolar Bento Freitas/Poente	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000269	Centro Escolar de Santiago de Piães	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000270	Centro Escolar de Rendufe	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000272	Ampliação e Requalificação da EB1/JI de Paradela	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000274	Ampliação do Centro Escolar de Arcozelo - Água Longa	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000275	Construção do Centro Escolar de S. Tomé de Negrelos	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000276	Ampliação e Requalificação do Centro Escolar de Sequeirô	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000277	Centro Escolar do Município de Carrazeda de Ansiães	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000278	Centro Escolar de Souto, Nogueira da Regedoura	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000280	CENTRO ESCOLAR DE CABEÇA SANTA	Público	Aprovada	Tâmega

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000281	Centro Escolar de Lago	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000282	ESCOLA EB.1 DE S. CAETANO 1	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000283	Ampliação e Requalificação da Escola da Araucária	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000284	ESCOLA EB.1 DO PASSAL	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000285	Construção do Centro Escolar de Refojos	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000287	Ampliação e Requalificação da EB1 e JI de Paranho	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000288	Centro Escolar de Tarouquela	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000289	Ampliação e Requalificação da Escola 1ºCEB/JI S. Vicente de Paula	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000291	Construção do Centro Escolar de Arco de Baúlhe	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000293	Centro Escolar de Pombeiro	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000294	Centro Escolar de JUGUEIROS	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000295	Centro Escolar de VÁRZEA	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000296	Centro Escolar de Penacova	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000297	Centro Escolar de Godim	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000298	Centro Escolar de SANTÃO	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000299	Centro Escolar de Macieira da Lixa	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000300	Centro Escolar de S. João de Ver	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000301	Centro Escolar de Louredo	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000302	Centro Escolar da Vila de Celorico de Basto	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000303	Centro Escolar de Labruge	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000305	CENTRO ESCOLAR DE VALBOM	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000306	Requalificação e Ampliação da EB1/JI Areia-Árvore	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000309	CENTRO ESCOLAR DE CARVALHAL E MÓ - S. PEDRO DA COVA	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000311	Requalificação da Escola EB1/JI do Campo 24 de Agosto	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000312	Centro Escolar de Peso da Régua	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000313	Centro Escolar de Espargo	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000314	Centro Escolar EB1/JI de Crasto	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000315	Centro Escolar de Viatodos	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000316	Centro Escolar de Fão	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000317	Centro Escolar de Barqueiros	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000318	Centro Escolar de Maximinos	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000320	Construção da EB1/JI de Mirante dos Sonhos - Centro Escolar	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000321	Ampliação/requalificação da EB1/JI do Susão	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000322	Construção da EB1/JI de Campelo	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000323	Ampliação/requalificação da EB1/JI de Moirais	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000324	Centro Escolar de Canelas	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000325	Centro Escolar de Rossas	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000326	CENTRO ESCOLAR DE S. ROQUE	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000327	Ampliação EB1 / JI Arcos	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000328	Centro Escolar da Ermida- S. Miguel do Couto	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000330	Construção do Centro Escolar Parque Biológico- Avintes	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000331	Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância de Leça da Palmeira	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000333	Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância de Matosinhos	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000334	Construção do Centro Escolar Parque da Lavandeira - Oliveira do Douro	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000335	CENTRO ESCOLAR DE BAGUIM DO MONTE	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000336	CENTRO ESCOLAR DE BOAVISTA-LOURINHA	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000337	CENTRO ESCOLAR DE GONDOMAR	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000338	CENTRO ESCOLAR DA VENDA NOVA	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000339	Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância da Quinta de S. Gens	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000340	Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância das Ribeiras	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000341	Centro Escolar das Antas	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000342	Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância Passos Manuel	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000343	Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância da Praia	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000344	Escola EB1 de Costa Cabral	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000345	Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância do Padrão da Légua	Público	Aprovada	Grande Porto

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000346	Construção do Centro Escolar de Pedroso	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000347	Ampliação/Requalificação da Escola EB1 do Bom Sucesso	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000348	Construção do Centro Escolar de Valrico - Souto	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000349	Centro Escolar D. Pedro IV -Mindelo	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000350	CENTRO ESCOLAR DE BAGUNTE, FERREIRÓ, OUTEIRO E PARADA	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000351	Construção do Centro Escolar de Arcozelo	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000352	Construção do Centro Escolar de Canedo	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000353	Centro Escolar da Sede n.º 1 - Correios	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000354	Construção do Centro Escolar de Arrifana	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000355	Centro Escolar de S. Miguel de Nevogilde	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000356	Centro Escolar de Urgeses	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000357	Centro Escolar do Barreiro/Pevidem	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000359	Centro Escolar de Candoso S. Martinho	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000361	Centro Escolar de Vila Nova de Famalicão - Sede nº. 2	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000362	Centro Escolar de Antas	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000363	Centro Escolar de Ponte	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000364	Centro Escolar de Louro/Mouquim	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000365	Requalificação da Escola de Oliveira do Castelo	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000367	Centro Escolar de Pinheiral/Caldelas	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000371	Ampliação da EB1 e Jardim-de-Infância de Guardizela	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000373	Centro Escolar da Mota	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000375	Centro Escolar de Fermil	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000376	Requalificação e Ampliação da Escola das Árvores (Construção de um Novo Centro Escolar)	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000377	Centro Educativo das Lagoas	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000378	Centro Escolar de Amares	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000380	Centro Escolar de Gondizalves	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000381	Centro Escolar de Gualtar	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000384	Centro Escolar de Fradelos	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000385	Grande Remodelação do Centro Escolar de Refojos II	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000386	Escola do 1.º CEB e Jardim de Infancia de Mogadouro	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000387	Remodelação e Ampliação - Centro Escolar de Alvarães	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000388	Remodelação e Ampliação da Escola do Ensino Básico de Cortegaça - Centro Escolar de Subportela	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000389	CENTRO ESCOLAR EB1/JI DE MONTALEGRE	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000391	CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE VALPEDRE	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000392	Construção e apetrechamento do Centros Escolar EB1/JI de Bitarães	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000393	Construção e apetrechamento do Centro Escolar EB1/JI de Baltar	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000394	CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE CANELAS	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000395	Centro Escolar de Penacova Ribeirinho	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000396	Centro Escolar de Lagares - 2 ª fase	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000397	Centro Escolar da Vila - EB1/JI de Ponte da Barca	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000398	AMPLIAÇÃO E APETRECHAMENTO DO CENTRO EDUCATIVO DE REGADAS	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000399	Centro Escolar de Moure	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000400	CENTRO ESCOLAR DE CALDELAS	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000402	CENTRO ESCOLAR DE BOURO	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0344-FEDER-000408	Centro Educativo da Vila de Prado	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000003	Inventário Histórico-Artístico da Diocese de Bragança-Miranda	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000004	Casa Museu Teixeira Lopes - Requalificação e Modernização	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000005	EXECUÇÃO DE AUDITÓRIO PARA O MUSEU MUNICIPAL	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000011	SISTEMA DE GESTÃO PARA O PATRIMÓNIO DO CONCELHO DE MIRANDELA (SISTMIR)	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000019	Museu de Olaria - Remodelação e Valorização	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000022	Acessibilidades, Exp. Permanente/Serviços Educativos do MMASC.	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000023	Roteiros Patrimoniais, pontes entre o museu e o território	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000025	PORTO – Uma Academia, um Museu. Três Pintores - o mesmo território	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000026	Comemoração do Centenário da Morte do Escritor Trindade Coelho	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000027	PROJECTO ESTRATÉGICO DE VAL. CULTURAL E PATRIMONIAL DA REGIÃO DURIENSE	Público	Aprovada	Douro

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000030	Exposição permanente-Nucleo Central do Museu V.Conde/Centro de Memória	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000035	Museu Têxtil do Futuro	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000038	Inventariação do Património Móvel das Misericórdias do Norte	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000039	O Românico de Felgueiras na Rota do Vale do Sousa	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000042	A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. História e Património	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000043	Valorização e Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000044	Vivências passadas/Memórias futuras: a cultura do linho, pão e vinho.	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000045	Requalificação Exposição Permanente e Criação Exp. Temporária M. Traje	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000053	Boticas: Património com História	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000054	Valorização do Património Industrial do Vale do Ave	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000055	10 anos da Colecção do Museu de Serralves	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000057	Dinamização e Valorização do Mosteiro de Arouca	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000058	Circuitos do Património Industrial de S. João da Madeira	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000060	Museu Nacional da Imprensa: Nova imagem, novas singularidades	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000062	Materiais e técnicas de pintores do Norte de Portugal	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000064	Inventariação-catalogação e dinamização do património da Diocese Porto	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000065	Inventariação Património da Arquidiocese de Braga - Criação base dados	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000068	Núcleo Museológico do Pão e do Vinho de Favaios	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000069	Conservação, Restauro e Reabilitação da Igreja de São Domingos	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000071	Comunicar no Século XXI - exposição	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000078	Restauro e animação do órgão de tubos e do retábulo-mor da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000079	Arranjo Urbanístico do Largo do Mosteiro de S. Martinho de Tibães	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000085	Reabilitação do Palácio da Bolsa - Segunda Fase	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000087	Valorização da Igreja da Misericórdia de Vila do Conde	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000088	Programa de Valorização e Qualificação Cultural e Turística da Rota do Românico do Vale do Sousa	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000090	Requalificação do Museu do Papel Moeda - Acessibilidades, Inclusão e Sustentabilidade	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000091	Alfândega Nova do Porto: espaço e memória	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000096	MNS - NOVOS PERCURSOS	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000097	Património Religioso do Leste Transmontano	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000098	Património Religioso de Entre Douro e Minho	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000108	SERRALVES MELHOR	Público	Aprovada	Não Regionalizável
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000111	Igreja da Misericórdia de Viana do Castelo	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000113	Rota das Raízes - Centro Interpretativo do Castro de S.Paio	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000118	Rede de mosteiros em espaço rural de Entre Douro e Minho	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000121	Mosteiro de S. João d'Arga	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000124	Viagens com Alma: em torno da herança de Cluny na Diocese do Porto	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000125	Centro Interpretativo do Património Cultural do Lugar da Afurada	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000127	CENTRO EUROPEU DE DOCUMENTAÇAO E INTERPRETAÇÃO DA ESCULTURA CASTREJA	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000128	Centro Interpretativo do Ecomuseu do Barroso	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000139	MODERNIZAR, DINAMIZAR, QUALIFICAR Museus da Câmara Municipal do Porto	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000143	Musealização do Edifício da Central Termo Eléctrica de Massarelos	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000145	Projecto de Conservação e Restauro do complexo arquitectónico do Mosteiro de Ancede (2ª fase)	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000148	Centro Histórico de Guimarães Património Mundial… experiência excepcional	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000150	Reabilitação da Igreja do Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000151	Centro Interpretativo da Ourivesaria do Norte de Portugal	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000152	Valorização Patrimonial da Mata e Escadório N. Senhora dos Remédios	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000159	O património Cultural como factor de desenvolvimento e competitividade territoriais no Baixo Tâmega	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000162	Conservação, Valorização e Animação do Castelo de Lanhoso	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000176	Palácio/Teatro do Bolhão	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000177	Ampliacação do Museu Convento dos Loios	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0347-FEDER-000178	Jardim do Claustro do Mosteiro de Pombeiro	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000010	Unidade Hospitalar de Amarante	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000018	Construção do Centro de Saúde de Santa Maria - Bragança II	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000021	Nova Urgência Médico-Cirúrgica na Unidade de V.N. Famalicão	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000024	Projecto de Modernização do Serviço Urgência	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000027	Reconstrução e Equipamento do Serviço de Urgência e Imagiologia	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000035	Extensão de Saúde de Castelo do Neiva - Construção e Equipamento	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000037	Centro de Saúde de Paranhos / Vale Formoso - Ampliação e Equipamento	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000039	Extensão de Saúde da Serrinha - Construção e Equipamento	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000042	Centro de Saúde de Braga I - Remodelação e Equipamento	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000043	Extensão de Saúde de Aborim - Construção e Equipamento	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000044	Centro de Saúde de Santa Maria / Bragança - Equipamento	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000045	Requalificação do Serviço de Urgência Básica do Hospital São Miguel	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000054	Requalificação da Urgência de Fafe em Serviço de Urgência Básico	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000067	Modernização dos Laboratórios de Saúde Pública do Norte	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000068	Equipamento de Radiologia para a Sub-Região de Saúde de Vila Real	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000078	Reestruturação do Serviço de Urgência no CHVNG/E	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000081	NOVO HOSPITAL DE PROXIMIDADE DE LAMEGO	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000098	Ampliação da Unidade de Cirurgia do Ambulatorio	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000105	Empreitada de Remodelação e Ampliação do Centro de Saúde de Monção – Serviço de Urgência Básica (SU	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000107	Emp. de Remodelação e Ampliação para Instalção do Serviço de Urgência Básica (SUB) de Ponte de Lima	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000110	Unidade de Saúde de São Torcato	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000112	Extensão de Saúde de Refoios	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000115	Construção e equipamento do Centro Materno Infantil do Norte	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000117	Remodelação do Serviço de Radioterapia	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000121	Centro de Reabilitação do Norte	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000122	Centro de Saúde Braga III - Construção e Equipamento	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000123	Extensão de Saúde de Celeirós - Construção e Equipamento	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000124	Extensão de Saúde de Macieira de Rates/Pedra Furada - Construção e Equipamento	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000127	CENTRO DE SAÚDE DE BAIÃO	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000128	Plano Municipal de Saude - Centro de Saúde de Recarei - Leça do Balio	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0348-FEDER-000130	Unidade de Saúde de Areias - Caldas da Saúde	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000001	BIBLIOTECA ITINERANTE DE S. JOÃO DA PESQUEIRA	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000002	Biblioteca Municipal de Macedo de Cavaleiros	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000003	ARQUIVO MUNICIPAL DE VALENÇA DO MINHO	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000004	Biblioteca Anexa de Lordelo	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000005	Arquivo Municipal Alberto Sampaio	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000008	BIBLIOTECA ITINERANTE DE ESPINHO - CME/BI	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000009	CONSTRUÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE MESÃO FRIO	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000011	Biblioteca Itinerante de Guimarães	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000012	Projecto de Actualização, renovação e implementação de novas tecnologias no TCA	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000013	Re-equipamento Técnico do Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000015	Re-equipamento técnico Centro Cultural Vila Flor	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000017	ARQVC - Remodelação e Ampliação do Edificio do Matadouro Munícipal para Arquivo	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000018	Cine-teatro Bombeiros Voluntário de Vila Praia de Âncora	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000019	Biblioteca Municipal de Amares	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000020	Re-equipamento Técnico de Som da Casa das Artes	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000021	Cine-teatro Valadares	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000023	Adaptação dos Difusores da Sala Suggia	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000025	Biblioteca Municipal de Caminha	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000026	ARQUIVO MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000027	A VEZ DOS NOSSOS... DIGITALIZAÇÃO DO FUNDO LOCAL - MUNÍCIPIO DE FAFE	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000029	Reequipamento Técnico do Auditorio Municipal	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000030	Repositório Digital	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000031	Equipamento e Mobiliário para o Arquivo Municipal de Vale de Cambra	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000034	Arquivo Municipal de Monção	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000035	Biblioteca Municipal Aquilino Ribeiro - Paredes de Coura	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000036	Biblioteca Municipal de Mondim de Basto	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000038	Construção do Arquivo Público Municipal - Ampliação/Adaptação da Biblioteca Pública Municipal	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000039	Divulgação on-line do património arquivístivo de Paredes de Coura	Público	Aprovada	Minho-Lima

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000040	Arquivo Municipal de Melgaço Digital	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000041	A BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO: PRESERVAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA MEMÓRIA LOCAL	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000042	INSTALAÇÃO DO ARQUIVO MUNICIPAL NO EDIFÍCIO DO PALACETE (EX- GRÉMIO)	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000043	Arquivo Municipal de Arcos de Valdevez	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000045	Reequipamento Teatro Diogo Bernardes	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000046	Apetrechamento do Arquivo Municipal de Ponte da Barca - Apoio à Instalação e Desenvolvimento	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000047	Construção de Biblioteca Municipal	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000049	CONSTRUÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000050	Centro Cultural João Verde	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000051	Apetrechamento e Informatização do Arquivo Municipal de Vila Nova de Cerveira	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000053	O Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner a caminho de novos públicos	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000055	Ampliação e Adaptação da Biblioteca Municipal de Melgaço	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000056	Aquisição e Apetrechamento de Biblioteca Itinerante	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000058	Biblioteca da Póvoa de Lanhoso	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000059	Reabilitação e Adaptação do Cineteatro Municipal de Mirandela	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000060	Arquivo da Póvoa de Lanhoso	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000061	Bibliomóvel - um serviço de leitura itinerante	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000062	Instalação e desenvolvimento dos serviços do Arquivo Municipal de Oliveira de Azeméis	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000063	Digitalização e Disponibilização Pública do Fundo Local da Biblioteca Pública Dr. Renato Araújo	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000064	Re-Equipamento do Teatro Gil Vicente	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000065	Biblioteca Municipal de Lamego	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000066	ARQUIVO MUNICIPAL JARDIM GONÇALVES	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000068	BIBLIOTECA ITINERANTE	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000069	Construção da Biblioteca Municipal de Ponte da Barca e Apetrechamento da Biblioteca Itinerante	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0352-FEDER-000071	Biblioteca Municipal de Cinfães	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0354-FEDER-000003	Construção do Reservatório de Abastecimento de Água Flor da Serra na Freguesia de Valongo	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0354-FEDER-000009	Construção do Reservatório de Baguim, Conduta Mestra de Baguim e Implementação Sistemas de Controlo	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0354-FEDER-000013	Reforço e Remodelacao da Rede em Baixa de Abastecimento de Agua ao Porto, 1Fase	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0354-FEDER-000017	Redes de drenagem das bacias m20,m21,m22,m22a,m23,m24,m25,m26a,m26b,m27	Público Projecto Gerador de Receitas	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0354-FEDER-000018	SISTEMA DO SOUSA - EXECUÇÃO DE REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0354-FEDER-000019	Rede de Abastecimento de Água: Infraestruturas associadas ao R19, R20 e R21	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0354-FEDER-000047	Rede de Abastecimento de Água em Baixa - 1ª Fase	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0354-FEDER-000054	Ampliação e remodelação das redes de saneamento básico	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0354-FEDER-000055	Rede de Saneamento em Friestas e Verdoejo	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0354-FEDER-000073	Abast.Água Cristóval, Fiães e L.Mouro;San. Penso e Alvaredo;Estudo Del. Perímetros Protecção	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0354-FEDER-000074	Alargamento da Rede de Esgotos - Ponte de Lima 2013	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0354-FEDER-000075	Ampliação e beneficiação da rede de abastecimento de Água de Arcos de Valdevez	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0354-FEDER-000076	Reforço das Redes de Abastecimento e Saneamento de Ponte da Barca	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0354-FEDER-000077	Ciclo Urbano da Água (Cristelo, Seixas e V. Mouros)	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0354-FEDER-000078	Reforço das Redes de Saneamento e Abastecimento de Água	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0354-FEDER-000079	Rede de Saneamento de Monção: Mazedo, Bela e Troviscoso	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0354-FEDER-000080	Ampliação das Redes de Abastecimento de Água e de drenagem de Águas Residuais - 1ª Fase	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0354-FEDER-000081	Rede de Esgotos e Abastecimento de Água Ponte de Lima 2013 - Fase 2	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0354-FEDER-000083	Ampliação Redes de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais - 2ª Fase - Viana do Castelo	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0354-FEDER-000084	Saneamento Barbeita Zona Baixa 1º Fase	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000002	Parque Desportivo de Carvalhelhos	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000003	Modernização do Parque Escolar - Centro Educativo de Arões/Junqueira - Piscinas	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000004	Construção do Pavilhão Desportivo do Centro Social e Cultural da Meadela	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000005	Construção de Pavilhão Desportivo associado ao Centro Escolar de Ferreira	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000007	Construção de Pavilhão Desportivo associado ao Centro Escolar de Penamaior	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000008	Construção de Pavilhão Desportivo associado ao Centro Escolar de Figueiró	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000009	Construção de pavilhão Desportivo Associado ao Centro Escolar de Arreigada	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000010	Construção de Pavilhão Desportivo associado ao Centro Escolar de Seroa	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000012	Construção do Pavilhão Desportivo associado ao Centro Escolar de Eiriz	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000013	Construção do Pavilhão Desportiva associado ao Centro Escolar de Lamoso	Público	Aprovada	Tâmega

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000015	Requalificação do Complexo Desportivo da Raposeira	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000016	Pavilhão Desportivo do Burgo	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000018	Construção do Pavilhão da Escola EB 2, 3 de Fermentões	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000020	Requalificação das piscinas municipais de Arouca	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000021	Construção de Pavilhão Desportivo Associado ao Centro Escolar de Meixomil	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000022	Piscina Municipal de Serzedelo	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000023	Requalificação do Pavilhão do Inatel	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000028	Piscina Municipal de Moreira de Cónegos	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000030	Construção de Pavilhão Desportivo associado à Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de Raimonda	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000031	Polidesportivo de Agilde	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000032	Polidesportivo de Caçarilhe	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000033	Construção do Pavilhão Gimnodesportivo do Vade	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000034	Construção do Pavilhão Gimnodesportivo de Cervães	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000035	Polidesportivo de Moreira do Castelo	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000036	Polidesportivo de Vale de Bouro	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000038	Piscina de Idães	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000039	Requalificação do Polidesportivo de Soutelo	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000040	Construção de Pavilhões Gimnodesportivos de Proximidade	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000041	Requalificação do Pavilhão Municipal de Caminha	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000042	Construção do pavilhão desportivo de apoio ao Centro Escolar de Rossas	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000043	Fornecimento e Instalação de Polidesportivo no Pavilhão Multiusos em Vimioso	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000044	Construção de Polidesportivo Descoberto de Algoso	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000045	Requalificação e Ampliação do Pavilhão de V.P.âncora	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000046	Polidesportivo de Lanhelas	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000047	Construção do Polidesportivo de Moure	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000048	Construção de Piscina Municipal	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000049	Construção do pavilhão desportivo de apoio ao centro escolar da Ribeira-Cávado	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000051	Pavilhão de Refoios	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000052	Polidesportivo de Seixas	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000053	Construção do Polidesportivo de Esqueiros	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000054	Requalificação do Pavilhão Municipal de Macedo de Cavaleiros	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000055	Requalificação do Polidesportivo do Pico São Cristovão	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000056	Polidesportivo de Riba de Âncora	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000057	Pavilhão de Ponte de Lima	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000058	Construção de Piscina ao Ar Livre em Vinha de Mouros - Refojos	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000059	Polidesportivo de Vilar de Mouros	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000060	Polidesportivo de Vila Praia de Âncora	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000061	Pavilhão Gimnodesportivo de Mozelos	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000062	Pavilhão da Gandra	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000063	Construção de Pavilhão Desportivo associado ao Centro Escolar de Freamunde	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000064	Pavilhão Desportivo do Centro Escolar da Vila de Celorico de Basto	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000065	Requalificação do Pavilhão Municipal de Valença	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000066	Requalificação do Polidesportivo de Abadim	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000067	Requalificação do Polidesportivo de Carreiras São Miguel	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000068	Construção do Polidesportivo de Parada de Gatim	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000069	Polidesportivos de Apoio às praticas pedagógicas e desportivas de Arão e S. Julião	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000070	Pavilhão do Trovela	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000071	Construção de Polidesportivo Descoberto em Santulhão	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000072	Requalificação do Pavilhão Gimno-Desportivo da EB 2,3/S de Arcos de Valdevez	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000074	Construção do Polidesportivo de Aldeia	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000075	Requalificação do Polidesportivo da Escola Primária da Pousa	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000076	Construção de Piscina ao Ar Livre em Cavez	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000077	Construção do Pavilhão Gimnodesportivo de Fragoso	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000078	Construção do Polidesportivo de Santa Cristina	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000079	Construção do Pavilhão Desportivo de apoio ao Centro Escolar de Barrosas (Stº Estevão)	Público	Aprovada	Tâmega

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000080	Requalificação do Polidesportivo de Bucos	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000081	Pavilhão Desportivo do Centro Educativo de Monsul	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000082	Requalificação do Polidesportivo de Valbom São Pedro	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000084	Pavilhão Desportivo do Centro Educativo da Póvoa de Lanhoso	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000085	Requalificação das Piscinas Municipais Descobertas	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000086	Construção de Polidesportivo Descoberto no Parque de Campismo em Vimioso	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000087	Pavilhão de Regilde	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000088	Pavilhão de Torrados	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000089	Piscinas Recreativas da Torre D. Chama	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000090	Cosntrução de Pavilhão Gimnodesportivo no Centro Escolar do Vale do Homem	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000091	Polidesportivos Descobertos em S. Martinho, Fonte Nova e Castelo Branco	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000092	Construção do Polidesportivo Quinta da Comenda	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000093	Requalificação do pavilhão desportivo de Vieira do Minho	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000094	Construção do recinto desportivo do Pólo da Asprela da Universidade do Porto	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000095	Pavilhão Desportivo do Centro Escolar de Peso da Régua	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000096	Remodelação do Complexo das Piscinas da Foz do Cávado e das Piscinas de Forjães	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000099	Polidesportivo da Correlhã	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000100	Polidesportivo do Centro Escolar de Peso da Régua	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000101	Polidesportivo da Lama	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000102	Construção do Polidesportivo de Ribeiros	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000103	PISCINAS MUNICIPAIS DE PENAFIEL – REMODELAÇÃO E CONSERVAÇÃO - 2.ª FASE	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000104	Polidesportivo de Loureiro	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000105	Polidesportivo da Sé	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000107	Construção do Pavilhão Gimnodesportivo do Centro Escolar de Entre Ambos-os-Rios	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000108	Polidesportivo do Parque do Pontido / Espaço Jovem - Póvoa de Lanhoso	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000109	Pavilhão Desportivo de Penude	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000110	Construção de Polidesportivo em Cabeceiras de Basto (S. Nicolau)	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000111	Construção do Polidesportivo de Lavradas	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000112	Requalificação do Polidesportivo de Arco de Baúlhe	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000113	Polidesportivo de Vila Verde da Raia	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000114	Polidesportivo de Cimo de Vila	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000115	Polidesportivo de Água Longa	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000117	Construção do Polidesportivo de Passos	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000119	Construção do Pavilhão Gimnodesportivo do Centro Escolar de Crasto	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000120	Rede Desportiva de Ribeira de Pena - Construção do Polidesportivo de Ribeira de Pena	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000122	CSPVNAnha Piscina	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000123	Construção de Pavilhão Gimnodesportivo de Proximidade - Paredes	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000124	Construção do Pavilhão Desportivo de Lagares	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000125	Eco-Polidesportivo de Arcos de Valdevez	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000126	Requalificação do Polidesportivo de Vinha de Mouros - Refojos	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000127	Polidesportivo de Santo António de Monforte	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000128	Requalificação dos Pavilhões Desportivos de várias EB2,3 do Concelho e do Municipal de Lordelo	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000129	Construção do Polidesportivo de Ponte da Barca - Zona Escolar	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000130	Polidesportivo de Tronco	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000131	Construção do Polidesportivo de Armil	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000132	Ampliação e Requalificação da Piscina Municipal de Matosinhos	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000133	Construção de Pavilhão Gimnodesportivo de Proximidade - Cristelo	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000134	Polidesportivo de Vilela Seca	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000136	Recuperação das Piscinas Descobertas da Quinta da Gruta	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000137	Piscina Municipal de Guifões	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000138	Polidesportivo de Rebordondo	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000139	Pavilhão Desportivo da Escola EB2,3 da Mota	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000140	Rede Desportiva de Ribeira de Pena - Requalificação do Pavilhão Municipal	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000141	Construção do Polidesportivo de Fareja	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000143	Rede Desportiva de Ribeira de Pena - Construção do Polidesportivo de Santa Marinha	Público	Aprovada	Tâmega

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000145	Remodelação e Requalificação de um Pavilhão Gimnodesportivo em Vila Flor	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000146	Construção de Polidesportivos nas Freguesias de Luzim, Bustelo, Canelas e Urrô	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000148	Construção de Polidesportivo em Alvite	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000149	Construção do Pavilhão G2 no Espaço do Novo Centro Escolar das Árvores	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000151	Piscina de Felgueiras - Requalificação	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000152	Pavilhão Municipal de Padrão da Légua	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000153	Polidesportivo de Santa Maria Maior	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000155	Construção do Polidesportivo de Seidões	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000156	Pavilhão Gimnodesportivo de Morais	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000157	Pavilhão Desportivo de Valpaços	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000158	Polidesportivo de Exterior dos Choupos	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000159	Polidesportivo Rosa Conceiçao Pinto Correia - Ringe - Vila das Aves	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000162	Polidesportivo de Seixezelo	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000163	Pavilhão de Moutelas - Requalificação	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000164	Construção e Requalificação do Polidesportivo da Escola Básica do 1º Ciclo de Paredes de Coura	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000165	Construção da Piscina Municipal da Paradela	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000166	Alteração e Reparação do Pavilhão Gimnodesportivo	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000167	Construção do Pavilhão Municipal das Pedras	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000168	Piscina Exterior do Edifico das Piscinas Municipais de Arcos de Valdevez	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000169	Pavilhão Desportivo-Ginásio de Salto	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000170	Polidesportivo J. Nicolau de Almeida	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000172	Pavilhão de Idães - Requalificação	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000174	Reaqualificação e Cobertura de Piscina	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000176	Creche de Darque	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000177	CICS - Creche	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000180	Mansores com vida	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000181	Candidatura a Equipamentos de Creche	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000183	Creche de Ronfe	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000184	O Sorriso do "Bem Estar"	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000187	Centro Comunitário de Arcozelo da Santa Casa da Misericordia de Ponte de Lima	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000189	Creche de Margaride	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000190	Creche Municipal O Cantinho Encantado	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000191	Alargamento de uma creche	Público Projecto Gerador de Receitas	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000192	Creche de Leça da Palmeira	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000194	Creche de Areosa	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000195	Creche de Santiago de Custóias	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000196	Creche de S. Mamede de Infesta	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000197	Novo Equipamento Social - Construcão Creche	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000200	Creche XXI	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000201	Creche do Centro Social e Cultural de Carreço	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000203	Centro Social de Peroselo	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000205	Criação de Raíz de Creche	Público Projecto Gerador de Receitas	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000207	Construção de Raíz de Creche	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000208	Lustosa Criança	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000209	Construção de Raíz de Creche	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000210	Infantário Casa do Povo da Madalena	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000211	Creche da Zona Industrial de Padreiro - Arcos de Valdevez	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000212	Creche do Centro Social e Paroquial de Carvalhosa	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000214	Dignitas Vitae	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000215	Creche do Centro Paroquial e Social de Lanheses	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0356-FEDER-000216	Requalificação e Construção de Polidesportivos nas Freguesias de Paredes do Coura	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0360-FEDER-000003	Aquisição de contentores subterrâneos para deposição resíduos sólidos - 1ª fase	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0360-FEDER-000004	Esposende Separar para Valorizar	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0360-FEDER-000005	Parque de Compostagem Municipal	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0360-FEDER-000008	Óleo Valor (Minho-Lima)-Recolha e Encaminhamento Para Valorização de Óleos Alimentares Usados	Público	Aprovada	Minho-Lima

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 3	NORTE-03-0360-FEDER-000009	Óleo Valor (Minho Lima) - Recolha e Encaminhamento para Valorização de Óleos Alimentares Usados	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000405	Requalificação do espaço público e do ambiente urbano	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000407	Criação da Praça da Nova Mãe d'Água	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000408	Criação da Ciclovia da Mãe d'Água	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000409	Reperfilamento da Avenida General Humberto Delgado	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000410	Requalificacao do espaco publico dos Bairros da Zona da Mae d Agua_Mae d Agua	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000411	Requalificacao do espaco publico dos Bairros da Zona da Mae d Agua_Campelo	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000412	Requalificacao do espaco publico dos Bairros da Zona da Mae d Agua_Estacao	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000413	Qualificação do Espaço Público e do Ambiente Urbano , Novos Espaços Públicos, Parque Multiusos	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000417	Inclusão social e valorização socio-económica e profissional	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000418	Reconversão de Edifício para Instalação da CidadeGaia - SRU/Loja da Reabilitação da Beira-Rio	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000421	RECONVERSÃO DO CONVENTO CORPUS CHRISTI PARA INSTALAÇÕES DA GAIURB E.E.M.	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000422	Reabilitação do Baluarte do Cavaleiro e Ilha do Cavaleiro para criação de um Centro Interpretativo	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000425	Reabilitação do Edificio adjacente à Igreja da Madalena para instalação da Pousada da Juventude	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000428	Reabilitação de edifício no Terreiro da Madalena para criação de um Centro de Convívio	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000429	Beneficiação do Largo da Lapa, através da pavimentação das faixas de circulação e passeios confinant	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000430	Plano de segurança e combate a incêndios no Centro Histórico	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000432	Supressão de barreiras urbanísticas e arquitectónicas no Centro Histórico	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000433	Animação da Parceria Local	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000436	Renovação de mobiliário urbano e sinalética no Centro Histórico (toponímica, sinalética	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000437	Arranjos Urbanístico do Espaço a Sul do Mosteiro de Refojos	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000438	Melhorar o Ambiente e a Qualidade de Vida Urbana - Variante Urbana à Vila de S. João da Pesqueira	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000439	Construção do Jardim Gonçalo Sampaio	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000440	Requalificação do Fundo da Vila de Carrazeda de Ansiães e Zona Envolvente	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000441	Reabilitação Paisagística da Alameda de Trajano e zona envolvente à Ponte Romana (margem direita do	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000442	CRIAÇÃO DE UM GABINETE TÉCNICO	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000443	Reabilitação/remodelação da rede de iluminação pública incluindo desmantelamento das redes aereas	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000444	Reabilitação do pavilhão da ACISAT para criação do Centro de Exposições – "Expoflávia"	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000445	Modernização de infra-estruturas existentes-Instalação de redes de Telecomunicações(fibra optica)	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000446	Recuperação/Reconversão do Património da Fábrica da Igreja de Santa Marinha	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000447	Reconversão de Edifício para Instalação de Creche e Casa da Paroquia de Santa Marinha	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000448	REVITALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000449	Valorização Paisagística do Passeio Ribeirinho	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000452	Qualificação do espaço público da vila de Celorico de Basto(PA)	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000454	Reconversão de Edifício para Instalação do Instituto das Artes e Imagem	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000455	Instalação do Museu de Arte Sacra na Igreja da Misericórdia	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000456	Instalação de abrigos de passageiros	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000457	Reabilitação do actual recinto das feiras mensais, convertendo-o num espaço multifuncional	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000458	Construção duma variante da Avenida das Amendoeiras para garantir o acesso à zona de desporto e de laze	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000459	Criação do acesso pedonal entre o Centro Histórico e Avenida das Amendoeiras	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000460	Avenida S. João de Deus	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000461	Beneficiação do Espaço Público: Programa Praças	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000462	Regeneração Urbana da Cidade da Lixa	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000463	Regeneração Urbana de Arcos de Valdevez - Reabilitação e Valorização dos Espaços Urbanos	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000464	Requalificação Urbanística da Área de Intervenção de Cândido Reis	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000465	Requalificação Urbanística da área de intervenção de G. G. Fernandes	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000466	ACCÃO DE REQUALIFICAÇÃO CENTRO HISTORICO DE MOG 1.ª FASE E ARJ E REQ.DO LARG.DE S.F	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000467	Vinho do Porto - Cultura e Valorização do Produto e do seu Entreposto	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000468	Instituto de Design/Agenda de Design	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000469	Requalificação do edificio da antiga fábrica Âncora (C. Ciência Viva)	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000470	Requalificação do espaço público da zona de Couros	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000471	Projecto do Convento da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000472	Instalação de Centro Interpretativo e Dotação de Conteúdos Adequados Às Suas Actividades	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000473	Projecto de Interpretação de Couros	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000474	Centro Avançado de Formação Pós-Graduada	Público	Aprovada	Ave

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000476	Plano de Comunicação e Animação da Parceria	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000477	Estrutura de implementação do Programa de Acção	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000478	Projecto de Inserção da População Local	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000479	Ampliação da Residência de 3ª Idade	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000480	Plano de Comunicação	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000481	Gestão doméstica e familiar	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000482	"TIC... qualquer coisa a mudar"	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000483	Actividades Culturais e Recreativas dos "Mareantes do Rio Douro"	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000484	R.I.O. (redescobrir, interagir, organizar) Empreendedorismo	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000485	Certificação de Produtos Regionais	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000486	Formar para competir	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000487	Formar para bem receber	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000488	R.I.O (redescobrir, interagir, organizar) Agentes Comerciais	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000489	Qualificação do Espaço Público	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000490	Acesso ao Rio desde a Ponte	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000491	Reabilitação das Ruas da Alegria e Barão Forrester	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000492	Reabilitação dos Espaços Verdes Ribeirinhos	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000493	Redefinição e adaptação do arruamento até ao interface de transportes rodoviários	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000494	Reabilitação e remodelação do Teatrinho	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000495	Biclas no Douro	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000496	Domingo em forma	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000497	Douro Activo	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000498	Ecopista Ribeirinha	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000499	Arranjo Urbanístico da Barroca	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000500	Interface de Transportes Públicos Rodoviários	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000501	Requalificação Viária-Requalificação e Renovação da Pavimentação do Troço Urbano da EN 108	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000502	Reabilitação da Ponte Metálica	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000503	Acordar a Ribeirinha	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000504	Animação Maritimo-Turística	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000505	Saúde passo a passo	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000506	Intervenção e dinamização cultural	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000507	Reabilitação e Reconversão do Cais de Mercadorias da REFER	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000508	Comité de monitorização	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000509	Plano de Marketing	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000510	Criação de uma Residência de Estudantes	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000511	Criação de uma Unidade de Alojamento Turístico	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000512	GAU:Documentário	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000513	GAU:Apoio ao empreededorismo	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000514	GAU: Instalação e operacionalização	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000515	GAU: Oficinas de História e Auto-Estima	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000516	GAU: Gabinete de Apoio aos Proprietários	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000518	Estrutura de Apoio Técnico	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000519	Gabinete Técnico Local	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000520	Remodelação das Piscinas do Clube de Caça e Pesca do Alto Douro	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000521	Valorização e Modernização do Cais Turistico Fluvial	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000522	Actividades Desportivas e Recreativas do "Clube Fluvial Portuense"	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000525	Actividades Culturais e Recreativas da Tuna Musical de Santa Marinha	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000530	Implementação de Sistema de Bicicletas de utilização gratuita - Bugg	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000531	Recuperação/revitalização de espaços e equipamentos urbanos em Vimioso	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000532	Remodelação da Praça da Galiza	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000533	Av. das Comunidades/Regeneração Urbana da Entrada Norte da Vila	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000534	Reabilitação da Antiga Residência de Estudantes para a Instalação de Hotel Rural	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000535	Requalificação Urbanística da Envolvente ao Palacete Silva	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000536	Regeneração Urbana da Cidade Nova	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000537	Reabilitação do Largo do Carmo	Público	Aprovada	Ave

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000538	Escola de Música no Mercado Cultural do Carandá	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000539	Requalificação dos Edificos de Vila D Este - Fase 1	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000540	Prolongamento do Túnel da Avenida da Liberdade	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000541	Requalificação do Rio Este e das suas margens	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000542	Requalificação da Rua Rio do Porto	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000543	Beneficiação do troço urbano da antiga EN 202	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000544	Melhoria da Acessbillidade Pedonal no Centro Histórico	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000545	Fonte Cibernética do Largo Hermenegildo Solheiro	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000546	Sinalização Urbana	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000547	Iluminação do Centro Histórico - 1ª fase	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000548	Acção de Requalificação do Centro Historico da Vila de Mogadouro 2.ª Fase	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000550	Disponibilização de Equipamentos Desportivos e Qualificação de Infra-estruturas Culturais	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000553	Beneficiação dos arruamentos envolventes do centro histórico	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000554	Rua da Correduora	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000555	Acesso à Av. Da Noruega, Requalificação da R. Martiminiano Botelho e Travessa Dr. Carlos Sousa	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000556	REQUALIFICAÇÃO URBANA DA AVENIDA ARANDA DEL DUERO	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000557	Circuito de Manutenção de Santa Apolónia	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000558	Parque Urbano - 2 Fase	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000559	RECUPERAÇÃO DO EDIFICIO DO CINE-TEATRO	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000560	Esposende "Cidade Natura"	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000561	Requalificação do Largo Castanheiro Redondo e Áreas Adjacentes	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000562	Requalificação da Ribeira do Fontão	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000563	Beneficiação/ampliação da zona desportiva e de lazer	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000564	Beneficiação e revitalização do Mercado Municipal	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000565	Qualificação do espaço público	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000566	Regeneração e revitalização do Parque da Ponte	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000567	Instalação do Museu Marítimo de Esposende	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000568	BANCO SOLIDÁRIO	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000569	Regeneração e Revitalização do Centro Antigo da Cidade de Valpaços	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000570	REGENERAÇÃO DO CENTRO URBANO DE VILA VERDE	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000571	Plano de Comunicação e Divulgação	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000572	Promoção de Alijó	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000573	Dinamização do programa de acção	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000574	IGREJA DOS FORMARIGOS	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000575	EcoBairro das Lameiras	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000576	Adaptação da Antiga Estação Ferroviária (Atelier Artístico)	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000577	Requalificação e Valorização Ambiental do Parque Urbano do Rio Fresno	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000578	Mãe d´Água do Loreto	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000579	ARRANJO URBANÍSTICO DO ESPAÇO ADJACENTE, DO LADO NASCENTE DA IGREJA E LARGO DA IG	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000580	REQUALIFICAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO II FASE	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000581	ARRANJO URBANÍSTICO DO JARDIM DA TERRONHA	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000582	REQUALIFICAÇÃO URBANA DO BAIRRO DA SANTA LUZIA	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000584	Casa da Terra - Centro de Prova do Vinho Verde	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000585	Parque Radical - Requalificação da Praceta Fernão Magalhães	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000586	REQUALIFICAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO III FASE	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000587	Criação de Lojas de Produtos Locais na Envolvente à estação de Camionagem	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000588	Requalificação do Acesso à Igreja Matriz	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000589	Reabilitação da paralela à Rua Bento Acácio Pinheiro	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000590	Reabilitação Urbanística do Chão Grande - Condado	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000591	Avenida Padre Pinheiro	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000592	Rua Ricardo Joaquim de Sousa, Largo Calouste Gulbenkian e Largo Dr. Luís Fetal Carneiro	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000593	Recuperação do Edifício dos Antigos Paços do Concelho - Serv. Municipais	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000594	Requalificação da Avenida de S. João	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000595	Largo Hotel Além da Ponte - Casa n.º 24	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000596	Largo Hotel Além da Ponte - Casa do Largo n.º 9	Público	Aprovada	Minho-Lima

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000597	Substituição do P T existente, para requalificar a zona envolvente do Posto de Turismo	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000598	Valorização Ambiental e Melhoria da Qualidade de Vida do Cidadão	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000600	Recuperação duma das antigas Portas do Castelo e da pequena capela adjacente	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000605	Avenida estruturante nascente	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000606	Requalificação Urbana de Macedo de Cavaleiros	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000607	Reabilitação do Edifício do Loreto e Praça da República	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000608	Recuperação do Fosso Sul da Muralha - Campo da Feira e Parque Termal	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000610	REQUALIFICAÇÃO URBANA DO BAIRRO DA TERRONHA	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000611	Criação do Parque Urbano de Paredes de Coura - Portas do Corno de Bico	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000612	Requalificação do Espaço Público da Zona Histórica	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000613	Construção e Qualificação do Parque Urbano Ribeira das Gordairas	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000614	Verão na Vila - Artes	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000615	Verão na Vila - Logistica	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000616	Verão na Vila - Música	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000617	Verão na Vila - Desporto	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000618	Verão na Vila - ambiente	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000619	Melhorar o Ambiente e a Qualidade de Vida Urbana - Requalificação da Rua Direita	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000620	Requalificação da Avenida Gago Coutinho e Sacadura Cabral	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000621	Renovação do Centro Histórico da Vila de Tabuaço	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000622	Fórum Municipal e Espaço Adjacente	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000623	Valorização das Infra-Estruturas do Parque de Santo António	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000624	Reforçar a Atractividade Turística - Programação cultural	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000625	Requalificação da Rua de Cima e da Rua de Corujeira	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000626	Requalificação Urbanística do Bairro dos Cabeços e Zona Envolvente	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000627	Requalificação Urbanística do Bairro do Carvalhal	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000628	Expogranito	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000630	Requalificação Urbanística do Bairro do Calvário	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000631	Regeneração e Capacitação do Centro Historico de Sabrosa	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000632	Construção de uma ciclovia bidireccional	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000633	Arranque do Parque Urbano e Módulos de Apoio a Eventos	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000634	Construção de uma zona de descanso para Autocaravanas	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000635	Reforçar a Atractividade Turística - Interpretação	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000636	Conclusão dos passeios da Avenida das Amendoeiras	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000637	Plano de Sinalização e Segurança para a sede do Município	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000638	Parque Urbano de Lousada	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000639	Valorização do Centro Urbano de Lousada	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000640	Instalação de stands demonstrativos ao longo do percurso do Parque Verde	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000641	CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS PARA A DINAMIZAÇÃO DE ALFÂNDEGA DA FÉ	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000642	Largo Sidónio Pais e Avenida Saraiva de Carvalho	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000643	Requalificação da Rua General Humberto Delgado	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000644	Requalificação da Avenida 25 de Abril e áreas envolventes - 1.ª fase	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000645	Criação do Parque Urbano da Vila	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000646	Implementação do Museu do Castelo	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000647	Requalificação dos espaços envolventes do Mosteiro de Arouca	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000649	Requalificação das Ruas e Praças no Centro Histórico de Arouca	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000650	Requalificação e adaptação de um edifício para Centro Recreativo no Carvalhal	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000651	Dinamização do Museu Municipal: Oficina de Ciência Viva	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000652	Instalação de infra-estruturas sanitárias no Parque Verde	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000653	Requalificação do Centro Histórico de Valença - Fase III	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000654	Instalação de Mobiliário Urbano na Vila de Vinhais	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000656	Gestão, monitorização e comunicação da Operação	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000660	Gestão Física e Financeira da Candidatura	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000664	Operação1-Núcleo Histórico	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000666	Operação2-Renovação e Modernização da Estrutura de Mobilidade da Vila de Mondim	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000670	REGENERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO NÚCLEO URBANO DA CIDADE DE TAROUCA	Público	Aprovada	Douro

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000672	Requalificação Urbana da Vila de Armamar	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000674	Animação da Parceria Local	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000677	PRAÇA NORTE	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000681	PRAÇA CENTRO	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000682	Reforçar a Atractividade Turística - Pólo do Museu do Douro	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000683	PRAÇA SUL	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000685	TEMAS DA PRAÇA	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000686	Dinamização Cultural do Conjunto Monástico	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000687	Circuito de Visita ao Conjunto Monástico	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000689	Melhorar a capacitação empresarial - Incubadora de empresas	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000690	Valorização Ambiental e Urbanística da Frente Ribeirinha	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000691	Beneficiação da Identidade Urbana	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000692	Valorização da Urbanidade e Reforço da Mobilbidade	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000693	Valorização Ambiental com Eficiência Energética	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000694	Requalificação do Mercado de Santa Marta - Fórum de Actividades	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000696	Alargamento e rectificação do Arruamento do Urval/Santa Marta	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000697	Instalação de Ecopontos Subterrâneos - Vila de Santa Marta	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000698	Parque de Merendas da Quinta das Canas	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000699	Requalificação da Praça do Município	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000700	Dinamização social e cultural do Centro Histórico	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000701	Construção da Central de Camionagem	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000704	Projecto Synergia	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000705	Área Envolvente do Mercado	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000706	Ligação Pedonal Galvão - Monte Prado	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000707	Arruamentos de Acesso de Eiró	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000708	Iluminação do Centro Histórico 2ª Fase	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000709	Realização de Provas de Pesca Desportiva	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000711	BragaCult - Centro Histórico	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000712	BragaCult - Projecto de intervenção cultural/Linha Verde	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000713	Requalificação Urbana da Zona Central de Esposende	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000714	Qualificação do Espaço Público do Toural, Alameda, e Rua de St. António	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000715	Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento do Projecto	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000716	Reabilitação do Bairro Social de Esposende	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000720	Aquisição de equipamento para a projecção de Cinema no Theatro Circo	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000723	Projecto de animação pedagógica no Centro Histórico de Guimarães	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000726	Programa de Animação do Parque Urbano da Rabada, do Percurso Pedonal e da Nave Cultural	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000728	Requalificação do espaço envolvente ao projecto CESPU	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000730	Animação e Promoção Comércio Local	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000731	Prolongamento da Avenida José Manuel Marques	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000732	Gestão, animação e comunicação da Parceria	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000733	Parque Urbano da Devesa	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000734	Casa do Território	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000735	Centro de Dia - Requalificação	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000736	Unidade de Biologia e Educação Ambiental	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000737	Parque Verde da Coxa	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000738	Cruz Vermelha Portuguesa - Apoio Domiciliário	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000742	Creche	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000743	Plano de Comunicação e Divulgação	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000745	Comunicação e Marketing	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000746	Gestão do Programa e Animação da Parceria	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000747	Passadeiras Acessíveis	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000748	Requalificação e Beneficiação da Avenida	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000750	Casa da Seda	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000751	Percurso Pedonal das Margens do Ave	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000753	Remodelação e Requalificação do Lar Maria Viana	Público	Aprovada	Tâmega

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000754	Creche - ADSFMargaride	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000755	Acessibilidade Urbana	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000756	Percurso do Calvário	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000758	Centro de Acolhimento	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000759	Realização de Provas de Pesca Desportiva	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000760	Rua de Santa Quitéria	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000762	Casa das Artes de Felgueiras	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000763	Reabilitação do Campo de S. Mamede	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000764	Parque Urbano da Rabada 2ª fase	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000772	Obra de requalificação de superfície da Praça do Município e Rua de Sto António da Praça	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000773	Infra-estruturação de base do Parque do Monte Picoto (fase 1)	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000778	Parque desportivo de Santa Apolónia	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000779	Projecto de Sensibilização e Educação Ambiental	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000780	Fábrica do Teles-Valorização do Património Edificado e Arranjo da Frente Ribeirinha	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000781	Gestão, Animação e Comunicação	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000784	Valorização do Conjunto Monumental do Monte Latito	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000785	Casa da Cidade	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000786	Escola Profissional Agricola - Auditorio e Escola Hotelaria	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000787	Forno Comunitário	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000788	Grande Prémio de Fórmula Roll	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000790	Obra de requalificação de superfície do Largo da Senhora-a-Branca	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000794	Acções de dinamização cultural do corredor verde urbano de Braga	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000795	Obra de requalificação de superfície no Campo das Hortas e Rua Andrade Corvo	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000796	Requalificação Urbana dos Parques - Operação 1 - Requali. N.ª Sra. das Dores e Dr. Lima Carneiro	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000797	Requalificação Urbana dos Parques - Operação 2 - Infraestruturas e Equipamentos	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000798	Projecto MUSA - Criação e Programação no Feminino	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000799	Requalificação de superfície da Rua de S. Vicente, do Lg Penedos e da Av. General Norton Mataos	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000800	Centro de Informação e Acompanhamento a Vitimas de Violência Doméstica	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000801	Escritaria	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000802	Obra de requalificação de superfície da Rua dos Chãos e da Avenida Central	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000804	Projecto Quinta das Lages	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000805	Loja do Vinho Verde	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000806	Requalificação Urbanística da Avenida Gaspar Baltar	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000807	Fórum Sociocultural	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000808	Arranjo Urbanístico da Praceta da Alegria	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000809	Requalificação da Malha Urbana do Centro Histórico (Rua Direita e Carmo)	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000811	Requalificação dos Largos do Município e Padre Américo	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000812	Centros de Recolha Selectiva de Resíduos Urbanos	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000813	Projecto da Envolvente ao Centro de Saúde	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000814	Passeio da Ilha - 1ª fase	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000815	Dinamização da área de intervenção	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000816	Requalificação de superfície do Lg Carlos Amarante e das Ruas do Raio, S. Lázaro e Gonçalo Sampaio	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000817	Criação do Centro de Interpretação do Vidro	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000819	Novo Parque de Merendas do Parque de La-Salette	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000820	Nova Mata de La Salette	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000822	Requalificação do Parque Urbano de Paços de Ferreira	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000823	Gestão, Divulgação e Comunicação da Pareceria	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000824	Recuperação Percurso dos Frades	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000825	Requalificação do Espaço Público do Castelo	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000826	Dinamização do Parque La Salette	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000828	Req. Urb. e Ambiental. o Bairro do Lagarteiro - Novos Espaços Públicos	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000829	Requalificação de Equipamento Urbano Multifuncional	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000831	Criação do Centro de Visitantes do Parque de La Salette	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000833	RESTAURO DA CAPELA SR. D'ALÉM E REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR ENVOLVENTE	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000834	Parque de Estacionamento	Público	Aprovada	Tâmega

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000835	Cidade Tecnológica de Paços de Ferreira	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000839	Marginal Atlântica	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000840	Requalificação do Espaço Público	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000842	Requalificação do Edifício Villa Maria - Lar de Idosos	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000843	Recuperação do Edifício dos Paços do Concelho	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000846	Clube Empresarial	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000850	Recuperação do Centro Urbano - Avenida Camilo de Matos	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000852	Reconstrução da casa dos Bordalos para Centro de Design e Estudos da Prata	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000853	Fórum Sociocultural - Apoio à Criança Carênciada	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000855	Gestão, comunicação e animação da PRU do Centro Histórico de Braga	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000856	Gestão, comunicação e animação da PRU da Zona Ribeirinha do Rio Este	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000857	Instalação da Linha do Eléctrico entre S. Francisco e S. Bento: Projecto e Obra	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000858	Requalificação do Parque de Exposições de Paços de Ferreira	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000859	Reabilitação do Instituto Geofísico da Universidade do Porto	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000860	tuaMirandela - MIRANDELA SUSTENTÁVEL	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000864	tuaMirandela - MIRANDELA INOVADORA	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000865	Requalificação da Mobilidade e Acessibilidade	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000866	Sede da Fundação Hispano - Portuguesa Rei Afonso Henriques em Portugal	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000867	Estrutura de Gestão e Apoio Técnico	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000868	Terminal de passageiros de transportes Colectivos	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000869	Qualificação do espaço publico e do ambiente urbano	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000870	Revitalização Da Igreja de Santo António dos Capuchos	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000871	Remodelação da Cisterna de Lamego para Instalação de um Centro de Exposições	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000872	tuaMirandela - MIRANDELA CRIATIVA	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000875	Casa da Olaria	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000877	Forum Sociocultural - Apoio Senior	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000879	tuaMirandela - MIRANDELA SOLIDÁRIA	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000881	Recuperação da Torre do Castelo para Instalação do Museu Militar e Requalificação da Praça de Armas	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000884	GAU - Circuito do Vinho do Porto	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000885	GAU - Modernização dos Ninhos de Empresas	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000886	Forum Sociocultural - Cidadania e Igualdade de Género e Violância Doméstica	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000889	GAU - Feiras Francas	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000893	Requalificação Urbana dos Bairros da Sozende, da Visconda e da Mangalaça	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000894	Parque das Gerações	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000897	Requalificação da Igreja da Misericórdia	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000898	Requalificação do Centro Social das Marinhas	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000899	Domus Social	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000900	Mercado Municipal	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000901	Dinamização económica do Marco de Canaveses e do seu comércio local	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000902	Assistência técnica à implementação do Plano de Acção	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000903	Reabilitação e refuncionalização de equipamento / Marco-Fórum 21	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000904	Reabilitação e Requalificação da Casa do Agricultor	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000906	Centro de Segurança Pública	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000907	Deslocalização Empresarial	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000908	INCUBADORA PARA O DESIGN DE MOBILIÁRIO E ARTES DECORATIVAS E OFICINAS CRIATIVAS (LIV	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000909	OPERAÇÃO 11 - INTERNACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE ACÇÃO PAREDES CIDADE CRIATIVA F	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000910	OPERAÇÃO 9 - SENSIBILIZAÇÃO PARA COMPORTAMENTOS ECOLÓGICOS	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000913	Operação 4 - Porta do Design Hub	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000916	Operação 2 - Regeneração Urbana do Centro da Cidade de Paredes	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000917	Operação 6 - Casa da Cultura de Paredes	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000919	REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DAS FORÇAS ARMADAS E RUA DE ITÁLIA	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000920	REQUALIFICAÇÃO DA RUA LUIS DE CAMÕES / RUA DOS ALIADOS / RUA CIDADE DE GUIMARÃES	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0241-FEDER-000921	AMPLIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO EDIFÍCIO DO EX GRÉMIO PARA LAR	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0298-FEDER-000001	JESSICA Holding Fund	Público	Aprovada	Não Regionalizável
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0350-FEDER-000001	Extensão da rede de metro à Estação D. João II	Público	Aprovada	Grande Porto

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0350-FEDER-000002	Beneficiação da Avenida Miguel Bombarda e Travessias	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0350-FEDER-000003	Beneficiação de Estradas em 2009 - 1ª fase	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0350-FEDER-000004	Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Maia	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0350-FEDER-000006	Via Feira Nova - 1ª Fase da Via Circular à Cidade	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0350-FEDER-000009	Ligação da Avenida da Conduta à Zona Industrial da Portelinha	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0350-FEDER-000010	Ligação da Rua dos Carregais (IC29) à EN 209 (Rua Luís de Camões) - S. Cosme	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0350-FEDER-000012	Mobilidade Urbana Sustentável - Santo Tirso	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0350-FEDER-000013	Eliminação de pontos negros de sinistralidade - Santo Tirso	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0350-FEDER-000014	Construção da Variante Urbana de Lousada (Parte)	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0350-FEDER-000015	Construção de Abrigos de Transporte Colectivo no Concelho de Barcelos - Fase 1	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0350-FEDER-000017	Criação de Dois Parques de Estacionamento Descobertos	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0350-FEDER-000018	Circular Interna de Vinhais - Troço 1	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0350-FEDER-000019	Construção do Parque de Estacionamento Coberto de Apoio à zona Histórica	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0350-FEDER-000023	ELIMINAÇÃO DE PONTOS NEGROS E DEFICIÊNCIAS NO CONCELHO DE FAFE	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0350-FEDER-000027	IMPLEMENTAÇÃO TRANSPORTES UBANOS DE FAFE E CRIAÇÃO DE CAIS PARA PARAGEM DE AUT	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0350-FEDER-000030	Extensão da Rede de Metro à Estação de Santo Ovídio e Interface da Estação D. João II	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0350-FEDER-000032	Concepção do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável do Município de Vizela	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0350-FEDER-000033	Escola do 1.º CEB e Jardim de Infancia de Mogadouro - Arruamento Periferico	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0350-FEDER-000034	Extensão da Rede de Metro entre o Estádio do Dragão e Venda Nova	Público Grande Projecto	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0350-FEDER-000036	Reordenamento da rede viaria e acessos entre a Av. Dr. Francisco Guerra e a Av. Marechal Carmona	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0350-FEDER-000038	Requalificação das EM 505-3 e EM 570 entre Viatodos, Grimancelos e Igreja de Minhotães	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0350-FEDER-000039	Reabilitação e Conservação da Rede Viária Municipal - 1ª Fase	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0350-FEDER-000047	CIRCULAR DO COMPLEXO ESCOLAR DE AMARES	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0350-FEDER-000048	BENEFICIAÇÃO DA E. M. 535-5_2.ª FASE	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0350-FEDER-000049	Infra-estruturação da Estrada 550 - Rua da Anta	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0350-FEDER-000054	Manutenção de Estradas	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000001	Beneficiação da ligação entre a EM 544 e o CM 1064-1 em Vila Cova	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000002	Beneficiação da EM 555 entre Barcelinhos e Carvalhal	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000004	ACESSOS AOS CENTROS EDUCATIVOS - 1ª fase	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000005	Construção/Beneficiação da Rede Municipal	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000006	REABILITAÇÃO DO CM 1057- CERVÃES (VILA VERDE) - OLIVEIRA (BARCELOS)	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000007	Renovação e conservação da rede viária municipal	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000008	MODERNIZAÇÃO DO CM DE ARCA - TURIZ	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000009	REQUALIFICAÇÃO DA EM531-3 (PICO DE REGALADOS - COUCIEIRO)	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000010	MODERNIZAÇÃO DO CM DE CODEÇAL - DUAS IGREJAS	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000011	Qualificação dos níveis de serviço Rede EEMM_Amares-CIMC|01/2009	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000012	Rede Viária - Ponte de Lima 2013	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000013	Mobilidade Territorial - Ponte da Barca	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000015	Requalificação/beneficiação da Rede Viária Municipal de Arcos de Valdevez	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000016	Reabilitação da Rede Viária de Melgaço	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000017	Qualificação do Sistema Urbano de Monção	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000018	Rede Viária Municipal Vila Nova de Cerveira	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000019	Conectividade Territorial de Valença (requalificação da malha viária) - Fase 1	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000020	Rede Viária Municipal de Paredes de Coura	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000021	Mobilidade Territorial no Concelho de Caminha - 1.ª fase	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000022	Requalificação da EN 326: Troço desclassificado desde o entroncamento da Pimenta ao Alto da Estrada	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000023	Requalificação da EN 326, troço desclassificado Senras-Fonte	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000024	Nó de Rio Torto na Var. EN 213 liga Valpaços o IP4, incl. pavimentação CM de Rio Torto a Miradeses	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000027	Intervenções de Promoção da Mobilidade Urbana Sustentável	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000028	Qualificação dos Níveis de Serviço da Rede de EENN e EEMM - Santo Tirso	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000029	Estarada de Arcas - Ligação a Bebeses	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000030	Bebeficiação da rede EM 595 - Pavimentação da EM 595 da EN 221 a Peredo de Bemposta	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000033	Beneficiação da Estrada Municipal de ligação entre EN325 e as entradas da freguesia de Ligares	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000034	Beneficiação Est. Mun. compreendida entre EN221-Lagoaça-Rio Douro (Troço da EN221-Cemitério Lagoaça	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000035	BENEFICIAÇÃO DA REDE MUNICIPAL - DIVERSAS ESTRADAS	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000036	ACESSO EM VALEPENTIEIRO - BARQUEIROS, ENTRE A E.N. 108 E O RESERVATÓRIO DE ÁGUA	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000037	REDE LOCAL DE ITINERÁRIOS ESTRUTURANTES - PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA QUE LIGA DESDE	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000038	AMPLIAÇÃO DO CAIS FLUVIAL DE ARÊGOS E VALORIZAÇÃO DAS MARGENS E ENVOLVENTE	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000039	Requalificação da Rua Central de Gandra	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000040	Reposição de Pavimento da E.M 545 São Romão / Tões	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000041	ACESSO A PASSOS (SEDIELOS)	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000042	Espaços Envolventes à Biblioteca e ao Auditório Municipal	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000043	Espaços Envolventes ao Centro Escolar de Nespereira	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000044	Beneficiação da Estrada Municipal n.º 510 Penedono até Ourozinho	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000046	Beneficiação de Estradas Municipais - 1ª Fase	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000047	Beneficiação da Rede Viária - 1ª Fase	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000049	Beneficiação de Estradas Municipais	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000050	Beneficiação e conservação de diversas estradas no concelho de Sabrosa	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000052	Ramal de Acesso à Granja do Tedo	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000053	Requalificação da Sr.ª da Guia- Medelo	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000054	Reforço da Mobilidade na Estrutura Viária Principal - 3ª Fase	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000055	Reabilitação Urbana da Estrada do Rodo	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000056	Beneficiação da Avenida da Noruega - Criação de um Corredor BUS	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000057	EN2 - Reformulação de Entrocamentos - Fase 1 - Av. Dr. Manuel de Arriaga	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000058	Estrada de Ligação da Capela de Santa Lúzia a Sande	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000059	Beneficiação da Rede Viária Municipal - 1ª Fase	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000060	Estradão do lugar Choupo- Almas	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000061	Acesso ao Centro Escolar e Desportivo de Nespereira	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000062	Beneficiação da Rede Viária na área do Munícipio	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000063	EXECUÇÃO DE VARIANTES E CIRCULARES URBANAS – CONSTRUÇÃO DE VARIANTE NA FREGUES	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000064	BENEFICIAÇÃO DO CAMINHO MUNICIPAL DA CIRCULAR SUL AO LUGAR DE VILAR – FREGUESIA DE	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000065	Qualificação da Rua de Real (ER 209: Centro Escolar - Centro Urbano da Vila de Carvalhosa)	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000066	Qualificação da ligação do Museu de Sanfins ao centro Escolar e ligação à Variante Norte	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000067	Beneficiação da Ligação ER 209: Centro Escolar Raimonda – Rua de Groute	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000068	Requalificação da Rede Viária Adjacente à Nova Escola Básica de Freamunde	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000069	Requalificação de estradas envolventes ao Mosteiro de Ferreira (ligação de Quintela ao Mosteiro)	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000070	Rede Viária Municpal - Fase VI	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000071	QUALIFICAÇÃO DOS NIVEIS DE SERVIÇO DA REDE DE EENN E EEMM - BENEFICIAÇÃO DA REDE VI	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000072	Alargamento e Pavimentação da E.M.504 (Cruz da Carreira/Ponte do Arda) - 3.ª Fase	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000073	Requalificação da EN 213 da Rotunda da Adega Cooperativa à Variante EN 213 (Fase A)	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000074	Conservação e Sinalização da Rede Viária Municipal	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000075	Ligação da ER 207 à Rua de Abrute e à Variante Sul	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000076	Rodovia de Acesso Prioritário - A24 - Hospital (Fase 1 - Troços 1 e 2)	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000077	MOBILIDADE TERRITORIAL - RIBEIRA DE PENA	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000078	Construção / Beneficiação da Rede Viária Municipal	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000079	Pavimentação da Estrada Municipal de Ligação entre a E.N. 15 e a E.N. 314, passando por Avidagos	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000080	Beneficiação da E.M. 560, da E.N. 15 aos Avantos e da E.M. 561, dos Avantos a Alvites	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000081	Requalificação das Estradas Municipais	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000082	Beneficiação do Troço Urbano da EN 102	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000083	Melhoramento da Rede Viária Municipal	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000084	Beneficiação da E.N. 308 de Montalegre a Covelães - Estrada do Rio	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000085	Repavimentação da E.M.583 – 2ª Fase e execução da rede de saneamento	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000086	Rotunda da E.N. 101 na freguesia de Ponte	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000087	Variante de Campelos - Ponte	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000088	Reperfilamento e Beneficiação da E.N. 206	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000089	E.M. 571 (Arnoso Sta. Maria/Arnoso Sta. Eulália/Nine)	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000090	Requalificação do C.M. 1459 - Ribeirão	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000091	Requlaificação da E.M. 570-Gondifelos	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000092	Estrada Municipal 510/1 - Castelões	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000093	E.M. 508-E.M.509-E.M. 509-1 Esmeriz/Cabeçudos/Lousado	Público	Aprovada	Ave

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000094	Acesso Selho S. Jorge – Selho S. Cristóvão	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000095	Reformulação e Ampliação da Rua Dr. Agostinho Moutinho	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000096	QUALIFICAÇÃO DO CM 615 DO CM 607 AO CRUZAMENTO DA IGREJA - SEIDÕES	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000097	QUALIFICAÇÃO DO CM 1685DA EN 207 A ORTEZEDO SILVARES S. MARTINHO	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000098	Rectificação, Beneficiação e Pavimentação da ligação da EM 595 à EN 205, por São João de Rei	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000099	Melhoramento da Rede Viária Municipal - 2ª Fase	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000100	Mobilidade no Concelho - Picões e Gebelim	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000101	BENEFICIAÇÃO E RECTIFICAÇÃO DA RUA DA CUMIEIRA E GUERRA JUNQUEIRO	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000102	Arruamento das Tojeirinhas ao Caneiro	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000103	Qualificação da Rede de Estradas Municípais de Mondim de Basto	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000104	Qualificação dos Níveis de Serviço Rede EEMM_Amares-CIMC|01/2010_65	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000105	Renovação e conservação da rede viária municipal - 2ª Fase	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000106	Requalificação de Vias Municipais	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000107	Requalificação de Vias Municipais 2	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000109	Reabilitação da Variante de Cambres	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000110	Arruamento de Ligação da EN 226 a Vila Meã - Ferreirim	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000111	Execução da E.M. de Ligação da Av. Egas Moniz, Ex-EN226, a Alvelos – 2.ª Fase	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000113	Aumento da segurança rodoviária e redução dos pontos negros na EN108-Valpentieiro e EM602-Valcôvo	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000114	Reformulação de Entroncamentos da Avenida Antão de Carvalho	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000115	Pavimentação do troço de Estrada entre o Lugar do Ramalhão e o cruzamento de Nostim- Moura Morta	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000116	Requalificação Urbana da Estrada de Remostias	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000117	Pavimentação do Troço de Estrada entre o Cruzamento da Portela de Silvares e o Lugar do Ramalhão	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000119	REQUALIFICAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE TAROUCA	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000121	Req. CM1067 em 2,875Km;Arruamento desde Sra. da Ajuda à EN2;Pavimentação CM1126	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000122	Qualificação da Rede Viária Urbana e Municipal – Viana do Castelo	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000123	Conservação da Rede Viária Municipal de Carrazeda de Ansiães - 1ª fase	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000124	Beneficiação da Estrada de Ligação de Freixo à Freguesia de Ligares	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000125	Benefeciação da Estrada Municipal n.º 506 de Penedono/Castainço	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000126	Mobilidade Territorial - Monção	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 4	NORTE-04-0450-FEDER-000141	Reabilitação da Rede Viária Municipal 2010	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000049	GAM-Balcão Único	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000072	Freguesia Moderna	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000080	Freguesia Moderna	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000084	Freguesia Moderna	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000085	Balcão Multicanal de Atendimento e Monitorização de Serviços Prestados	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000091	Freguesia Moderna	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000101	Freguesia Moderna	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000103	Freguesia Moderna	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000105	Freguesia Moderna	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000112	Freguesia Moderna	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000115	Freguesia Moderna	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000119	Freguesia Moderna	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000122	Freguesia Moderna	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000123	Freguesia Moderna	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000127	Freguesia Moderna	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000131	Município Digital	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000138	CINFÃES DIGITAL XXI	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000143	Freguesia Moderna	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000149	CAVADO DIGITAL.2	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000154	Freguesia Moderna	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000159	TRÁS-OS-MONTES XXI - REGIÃO DIGITAL 2	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000164	SIMPLEX AUTÁRQUICO da Câmara Municipal do Porto	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000177	Vale do Ave Região Digital, SAMA1	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000181	e-compras/e-arquivos	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000182	Metropolis - fase 2	Público	Aprovada	Grande Porto

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000183	INFOGEO Valimar - Geoportais e SI Municipais para gestão monitorização	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000184	Criação de Balcão de atendimento unico em plataforma multicanal	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000186	NOVAS TECNOLOGIAS NO MUNDO RURAL - OPERAÇÕES NO DOMINIO DOS BALCOES MULTISERVI	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000187	Sistema Integrado de Modernização Autárquica	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000188	eCivitas | Póvoa do Varzim	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000189	eCivitas | Aver-o-Mar	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000190	IMFAM - Introdução de Mecanismos Facilitadores de acessibilidade aos Municipes	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000191	eCivitas | Sandim	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000192	eCivitas | Moreira	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000193	Sistema Municipal de Modernização Administrativa e de Redução de Custos de Contexto	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000195	Certificação de qualidade dos serviços públicos municipais	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000197	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja de Amares	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000198	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja de Chaves	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000199	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja de Santo Tirso	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000200	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja de Ponte da Barca	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000201	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja de Gondomar	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000202	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja de Vila Nova de Gaia	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000203	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja de Penafiel	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000204	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja de Freixo de Espada à Cinta	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000205	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja de S. João da Madeira	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000206	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja de Tarouca	Público	Aprovada	Douro
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000207	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja do VImioso	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000208	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja de Matosinhos	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000209	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja de Murça	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000210	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja de Resende	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000211	Balcão Único	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000212	REDE DE SERVIÇOS POLIVALENTES E DE PROXIMIDADE EM ÁREA DE MONTANHA – RIBEIRA DE PI	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000213	Modernização da gestão, redes e serviços Municipais no âmbito das TIC	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000214	Desmaterialização e Certificação Integral dos Processo e Serviços	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000215	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - SIADAP	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000216	BALCÃO ÚNICO - Reengenharia e Qualificação	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000217	Guia Turísitico Interactivo de Barcelos	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000218	Modernização e Interligação dos Serviços Municipais	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000220	Projecto de Modernização Administrativa - Vila Verde 2.0	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000221	Remodelação e Instalação de Novas Tecnologias no Arquivo Municipal	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000223	e-participation no município de Vila Verde	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000224	Modernização dos Serviços - Instalações da C.M. Amares	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0126-FEDER-000225	Administração em Rede_Plataforma de Desmaterialização	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0227-FEDER-000001	Aquanattur	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0227-FEDER-000004	Douro - Região Vinhateira	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0227-FEDER-000007	Património Natural, uma herança para o futuro	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0227-FEDER-000008	Desenvolvimento da EEC do Recurso Endógeno Rota do Românico do Vale do S	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0227-FEDER-000011	RTM2/Redes de Turismo no Minho	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0227-FEDER-000012	Inovar a Economia Rural - Azeite e Energia	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0227-FEDER-000013	LIMA - E - NATURA	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0227-FEDER-000016	Rio Paiva e Rio VougaUma estratégia para a sua valorização económica	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0227-FEDER-000020	Terra Fria	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0227-FEDER-000022	Centro de Artes Nadir Afonso-Promoção da Capacitação Institucional e de Desenv. Regional e Local	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0227-FEDER-000023	IPVC – Capacitar para Formar	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0227-FEDER-000104	Dinamização, Coordenação, Acompanhamento, Monitorização e Gestão da Parceria da EEC PROVERE da	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0227-FEDER-000105	Gestão da Parceria PROVERE - Montemuro, Arada e Gralheira EEC	Público	Aprovada	Entre Douro e Vouga
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0227-FEDER-000106	MINHO IN	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0227-FEDER-000107	Coordenação, Gestão e Promoção da Parceria INOVARURAL	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0227-FEDER-000108	AQUANATUR - Complexo Termal do Alto Tâmega	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0227-FEDER-000109	Douro - Região Vinhateira	Público	Aprovada	Douro

Anexo VII - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Candidatura / Operação				
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTS II / NUTS III)
	1	2	3	4	5
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0227-FEDER-000110	Dinamização, Coordenação, Acompanhamento, Monitorização e Gestão da Parceria da EEC PROVERE da	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0227-FEDER-000111	Gestão e Coordenação do Consórcio EEC Paisagens Milenares no Douro Verde	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0227-FEDER-000112	Capacitação Institucional da CIM Alto Minho	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0227-FEDER-000114	Promoção e Capacitação Institucional da Área Metropolitana do Porto	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 5	NORTE-05-0227-FEDER-000146	Promoção e Capacitação Institucional da Comunidade Intermunicipal do Cávado	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 6	NORTE-06-0173-FEDER-000001	Assistência Técnica	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 6	NORTE-06-0173-FEDER-000002	Assistência Técnica-CCDRN-2009	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 6	NORTE-06-0173-FEDER-000005	PTD - Subvenção Global - Assistência Técnica à Estrutura da Gestão	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 6	NORTE-06-0173-FEDER-000006	PTD do Cávado - Estrutura de Apoio Técnico (cand. 1/09)	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 6	NORTE-06-0173-FEDER-000007	Assistência Técnica do PTD Minho-Lima	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 6	NORTE-06-0173-FEDER-000008	PORNorte - Aicep - Assistência Técnica - 2008	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 6	NORTE-06-0173-FEDER-000009	PORNorte - Aicep - Assistência Técnica - 2009	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 6	NORTE-06-0173-FEDER-000010	Assistência Técnica 2009	Público	Aprovada	Não Regionalizável
Eixo Prioritário 6	NORTE-06-0173-FEDER-000011	Assistência Técnica 2008	Público	Aprovada	Não Regionalizável
Eixo Prioritário 6	NORTE-06-0173-FEDER-000012	ADI - Assistência Técnica 2008	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 6	NORTE-06-0173-FEDER-000014	Candidatura do IAPMEI à Assitência Técnica do POR Norte 2009	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 6	NORTE-06-0173-FEDER-000015	Candidatura do IAPMEI à Assistência Técnica do PO Norte 2008	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 6	NORTE-06-0173-FEDER-000016	Assistência Técnica da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa	Público	Aprovada	Tâmega
Eixo Prioritário 6	NORTE-06-0173-FEDER-000017	Assistência Técnica do PTD Minho-Lima II	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 6	NORTE-06-0173-FEDER-000018	Assistência Técnica-CIM do Ave -2009	Público	Aprovada	Ave
Eixo Prioritário 6	NORTE-06-0173-FEDER-000019	Assistência Técnica-CIM Minho-Lima-2010	Público	Aprovada	Minho-Lima
Eixo Prioritário 6	NORTE-06-0173-FEDER-000020	Assistência Técnica-CIM do Cávado-2010	Público	Aprovada	Cávado
Eixo Prioritário 6	NORTE-06-0173-FEDER-000021	Assistência Técnica-CCDRN-2010	Público	Aprovada	Grande Porto
Eixo Prioritário 6	NORTE-06-0173-FEDER-000022	Assistência Técnica 2010 CIM-TM	Público	Aprovada	Alto Trás-os-Montes
Eixo Prioritário 6	NORTE-06-0173-FEDER-000024	PORNorte - Aicep - Assistência Técnica - 2010	Público	Aprovada	Grande Porto

Notas

Para preencher as colunas 3, 4, 5 e 6 consultar as tabelas de dominio de SI QREN (ver também Norma IFDR nº3/2009 relativa à monitorização operacional e financeira)

Na coluna 12 deve ser inscrita a fracção (relativa à coluna 11) do montante fundo de tipologia FSE

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Administração Indirecta Serviços Personalizados	600053008	GEPE - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação	7.865.817 €	7.865.817 €	5.899.363 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	508633346	Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia LIN	24.285.710 €	24.285.710 €	17.000.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501846654	CENTRO TECNOLOGICO DO CALÇADO DE PORTUGAL	565.987 €	565.987 €	396.191 €	- €
Instituições do Ensino Superior	501413197	Universidade do Porto	1.695.457 €	1.695.457 €	1.186.820 €	- €
Instituições do Ensino Superior	500140022	Instituto de Soldadura e Qualidade	2.177.196 €	2.177.196 €	1.524.037 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	501814957	INEGI - Instituto de Engenharia Mecanica e Gestao Industrial	4.389.013 €	4.389.013 €	3.072.309 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	508782252	Associação Fraunhofer Portugal Research	1.405.833 €	1.405.833 €	984.083 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	507682734	CENTITVC - Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes	1.982.601 €	1.982.601 €	1.387.821 €	- €
Instituições do Ensino Superior	504441361	INESC Porto - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto	3.155.600 €	3.155.600 €	2.208.920 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502201886	CITEVE Centro Tecnológico Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal	1.558.374 €	1.558.374 €	1.090.862 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	502716193	Instituto da Água da Região Norte	802.209 €	802.209 €	561.546 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501630473	Centro de Apoio Tecnológico À Indústria Metalomecânica	1.226.206 €	1.226.206 €	858.344 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501804609	Centro Tecnológico da Cortiça	467.300 €	467.300 €	327.110 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	504689878	CEIIA - Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel	2.866.050 €	2.866.050 €	2.006.235 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	504650564	INTELI - Inteligência em Inovação, Centro de Inovação	801.078 €	801.078 €	560.754 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	503828360	Instituto de Biologia Molecular e Celular - IBMC	655.960 €	655.960 €	459.172 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	508424780	Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I. P.	817.344 €	817.344 €	572.141 €	- €
Instituições do Ensino Superior	501413197	Universidade do Porto	21.478.339 €	21.478.339 €	15.034.837 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	503828360	Instituto de Biologia Molecular e Celular - IBMC	1.110.992 €	1.110.992 €	777.694 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502312220	Instituto Nacional de Engenharia Biomédica	997.497 €	997.497 €	698.248 €	- €
Instituições do Ensino Superior	501413197	Universidade do Porto	1.747.796 €	1.747.796 €	1.223.458 €	- €
Instituições do Ensino Superior	503494933	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	2.750.876 €	2.750.876 €	1.925.613 €	- €
Instituições do Ensino Superior	502855967	Instituto de Enegnharia Mecânica	851.811 €	851.811 €	596.267 €	- €
Instituições do Ensino Superior	502246308	Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto	392.332 €	392.332 €	274.632 €	- €
Instituições do Ensino Superior	501345361	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	1.742.029 €	1.742.029 €	1.219.420 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	508633346	Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia LIN	20.000.000 €	20.000.000 €	14.000.000 €	- €
Instituições do Ensino Superior	501461108	UNIVERSIDADE DE AVEIRO	1.799.145 €	1.799.145 €	1.259.401 €	- €
Instituições do Ensino Superior	501413197	Universidade do Porto	2.335.300 €	2.335.300 €	1.634.710 €	- €
Instituições do Ensino Superior	503761877	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	1.432.920 €	1.432.920 €	1.003.044 €	- €
Instituições do Ensino Superior	501413197	Universidade do Porto	1.549.664 €	1.549.664 €	1.084.765 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502216450	Centro de Investigação em Astronomia e Astrofísica da Universidade do Porto	74.823 €	74.823 €	52.376 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508422825	ENERNUMÉRICA - CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA, UNIPESSOAL, LDA	164.652 €	74.094 €	74.094 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508421055	CURRICULOS DA VIDA COMUNICAÇÃO DIGITAL, LDA	347.530 €	156.389 €	156.389 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506283682	BIOSTRUMENT - CONSULTADORIA E DESENVOLVIMENTO DE PORJECTOS BIOQUÍMICOS, SA	236.667 €	106.500 €	106.500 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507455509	BERD - PROJECTO INVESTIGAÇÃO E ENGENHARIA DE PONTES, SA	414.688 €	186.610 €	186.610 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507997476	CSIDE - SOLUÇÕES INTELIGENTES, SA	168.090 €	75.641 €	75.641 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504242687	INDICIOS - EMPRESA DE ESTUDOS DE CAMPO E DE ESTUDOS DE MERCADO, LDA	149.270 €	67.171 €	67.171 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507199170	MICOPLANT- MICOLOGIA APLICADA, LDA	254.150 €	114.368 €	114.368 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507297687	NONIUSSOFT, SOFTWARE E CONSULTORIA PARA TELECOMUNICAÇÕES, SA	115.512 €	51.980 €	51.980 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504796526	PAULO TAVEIRA, LDA	77.552 €	34.898 €	34.898 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505085801	TECNINET.COM - PRODUÇÕES DIGITAIS, LDA	245.148 €	110.316 €	110.316 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504673734	AMBIDATA - EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA AMBIENTE, LDA	291.920 €	131.364 €	131.364 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508172470	MEGAJOULE II - CONSULTORIA EM ENERGIAS RENOVÁVEIS, LDA	58.676 €	26.404 €	26.404 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508196990	SAIOTES & ETC., FESTAS, LDA	153.009 €	76.474 €	76.474 €	17.416 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507104897	TIEGEINDUSTRIA - EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, SA	140.980 €	68.851 €	68.851 €	12.366 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507982045	CPC IT4ALL, LDA	114.525 €	51.536 €	51.536 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508427975	CSW - COMPETITIVE SERVICES IN THE WORLD, LDA	126.480 €	56.916 €	56.916 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507349601	ARMIS - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	87.230 €	39.254 €	39.254 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505262193	JORGE SANTOS & CARMEN, LDA	25.400 €	11.430 €	11.430 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508007879	AGUIRRE MENDES CORTE-REAL LENCASTRE & ASSOCIADOS - CONSULTORIA DE MARKTING., LDA	205.400 €	92.430 €	92.430 €	3.105 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504785621	SISTRADE - SOFTWARE CONSULTING, SA	505.781 €	227.602 €	227.602 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501410961	CENTRO DE GENÉTICA CLÍNICA E PATOLOGIA PROF. AMÂNDIO S. TAVARES, SA	651.532 €	250.000 €	250.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504496956	JPM - AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL, LDA	136.955 €	61.630 €	61.630 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506718859	MULTIWAVE PHOTONICS - TECNOLOGIAS ÓPTICAS E ELECTRÓNICAS, SA	498.448 €	224.301 €	224.301 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503377732	COGEDIR - GESTÃO DE PROJECTOS SA	103.669 €	46.651 €	46.651 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507081129	RUIIUR - CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE, LDA	208.794 €	93.957 €	93.957 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505246961	COPEFIPART - INDUSTRIA E COMÉRCIO DE COMPONENTES ELECTROMECÂNICOS, LDA	212.555 €	95.650 €	95.650 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500224749	PULVERIZADORES ROCHA, LDA	235.587 €	106.014 €	106.014 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503298131	EXPOENTE - SERVIÇOS DE ECONOMIA E GESTÃO, SA	153.870 €	75.694 €	75.694 €	14.748 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507835476	UNIVERSAL TECH - TECHNOLOGY & MULTIMÉDIA, LDA	276.900 €	124.605 €	124.605 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507953789	GEOMETRIAS OCULTAS - ENGENHARIAS, LDA	78.186 €	35.184 €	35.184 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504667831	EXACTUSENSU - CONSULTORES ASSOCIADOS, LDA	94.112 €	42.350 €	42.350 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501914765	M-MONTEIRO, SERVIÇOS DE CONTABILIDADE, LDA	83.308 €	37.488 €	37.488 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508380898	CSIN - COM, LDA	512.735 €	230.731 €	230.731 €	3.002 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504947400	GEODOURO-CONSULTORIA E TOPOGRAFIA, LDA	110.981 €	49.941 €	49.941 €	5.192 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504939793	A VESPASIANO MACEDO & ASSOCIADOS - SOC. DE ADVOGADOS, RL	30.331 €	13.649 €	13.649 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505331187	WIRE MAZE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, SA	260.261 €	117.117 €	117.117 €	459 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504837958	IPORTALMAIS, SERVIÇOS DE INTERNET E REDES, LDA	1.007.329 €	456.217 €	456.217 €	6.672 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504235290	VENTILAÇÕES MOURA, LDA	240.039 €	108.018 €	108.018 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504514946	MOLDAMIRCO - METALOMECÂNICA DE MOLDES E FERRAMENTAS, LDA	43.061 €	19.378 €	19.378 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502413603	PH INFORMÁTICA E MICROSISTEMAS, SA	591.020 €	250.000 €	250.000 €	31.344 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505327716	SINTIGRAF II - TINTAS GRÁFICAS SA	61.492 €	32.918 €	32.918 €	11.992 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503124192	S.G.P.E - SOC. DE GESTÃO E PRODUÇÃO DE ENGENHARIA, LDA	74.278 €	34.703 €	34.703 €	2.920 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505926601	QUALITIVIDADE CONSULTORIA, LDA	162.770 €	73.247 €	73.247 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508443407	RPSAVEL - FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA DE GÉNEROS ALIMENTÍCIOS, CONSULTORIA E SERVIÇOS, LDA	56.629 €	25.483 €	25.483 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506682552	ESINOW - CONSULTADORIA EM PROJECTOS INFOTECNOLÓGICOS, LDA	104.875 €	47.194 €	47.194 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505500523	4BEST - GESTÃO DE CONTEÚDOS NA INTERNET, LDA	64.866 €	29.190 €	29.190 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503622788	SISTEMAS DO FUTURO - MULTIMÉDIA, GESTÃO E ARTE, LDA	93.423 €	42.040 €	42.040 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505362937	ELEVUS - PEOPLE & BUSINESS RESULTS, LDA	102.974 €	46.338 €	46.338 €	675 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502380543	BIOPORTUGAL QUIMICO-FARMACEUTICA, LDA	32.500 €	24.375 €	24.375 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503258601	ELO-SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500191972	METALURGICA ARVORNSE SOC. DE MÁQUINAS AGRICOLAS, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505064740	DIGITAL PARTNERS - CONSULTORIA PARA OS NEGÓCIOS E PARA A GESTÃO, LDA	27.000 €	20.250 €	20.250 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505931672	MRS - ASSESSORIA DE GESTÃO, LDA	31.765 €	23.824 €	23.824 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507411072	VISIONWARE, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, SA	32.500 €	24.375 €	24.375 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507104170	QUALIFIED INTEGRATION - SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA	32.700 €	24.525 €	24.525 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503187879	FERNANDO QUEIRÓZ, LDA	11.000 €	8.250 €	8.250 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500853940	RODRIGUES & NASCIMENTO, LDA	10.000 €	7.500 €	7.500 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506128059	EXERTUS - CONSULTORIA EM ORGANIZAÇÃO E ESTRATÉGIA EMPRESARIAL	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503612600	ARTUR SALGADO SA	37.200 €	25.000 €	25.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506155226	CODEPLAS - ENGENHARIA DE PEÇAS PLÁSTICAS, LDA	33.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506807312	FIBERSENSING - SISTEMAS AVANÇADOS DE MONITORIZAÇÃO, SA	35.000 €	25.000 €	25.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503560073	XC CONSULTORES, LDA	116.825 €	53.446 €	53.446 €	2.000 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508373263	TECPITCH ENGENHARIA E INOVAÇÃO, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501410961	CENTRO DE GENÉTICA CLÍNICA E PATOLOGIA PROF. AMÂNDIO S. TAVARES, SA	565.730 €	250.000 €	250.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504437976	RODRIGUES & BELMANS, LDA	13.500 €	10.125 €	10.125 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501520864	FRIAQUE - REFRIGERAÇÃO E VENTILAÇÃO, LDA	192.905 €	86.807 €	86.807 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504636103	ADRAVE - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO VALE DO AVE, SA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503757659	ZONA VERDE CONSULTORIA E ESTUDOS AVANÇADOS, LDA	133.142 €	59.914 €	59.914 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503214590	CTIB - CENTRO TÉCNICO DE INSPECÇÕES DE BRAGA, LDA	57.308 €	25.788 €	25.788 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507896068	TOMORROW OPTIONS - MICROELECTRONICS SA	22.152 €	16.614 €	16.614 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503995916	J.J.A.- CONTABILIDADE E AUDITORIA, LDA	12.500 €	9.375 €	9.375 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503003727	ALWAYS SHOES - PAULO MARTINS - COMÉRCIO DE CALÇADO, LDA	479.875 €	215.944 €	215.944 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504041266	INOVAMAIS - SERVIÇOS DE CONSULTADORIA EM INOVAÇÃO TECNOLÓGICA , SA	327.765 €	147.494 €	147.494 €	12.375 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506169456	MARQUES & MENDES, LDA	6.500 €	4.875 €	4.875 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508376823	EXVA - EXPERTS IN VIDEO ANALYSIS, LDA	23.000 €	17.250 €	17.250 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508706998	WSOLUTIONS, LDA	79.487 €	35.769 €	35.769 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501766260	ENERGIE EST, LDA	701.135 €	315.511 €	315.511 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506168476	CREATIVESYSTEMS - SISTEMAS E SERVIÇOS DE CONSULTADORIA, LDA	389.340 €	175.203 €	175.203 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507888162	THE GROWING COMPANY SA	559.400 €	250.000 €	250.000 €	24.000 €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505046857	EDIGMACOM - GESTÃO DE PROJECTOS DIGITAIS, SA	908.959 €	410.734 €	410.734 €	3.892 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507580737	BIBLIOCAST IBÉRICA, LDA	75.353 €	33.909 €	33.909 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	500868565	OSVALDO MATOS, LDA	392.130 €	176.459 €	176.459 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503757659	ZONA VERDE CONSULTORIA E ESTUDOS AVANÇADOS, LDA	57.648 €	25.942 €	25.942 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506821676	KSTATIONERY, DESIGN E PRODUÇÃO GRÁFICA, LDA	128.301 €	57.735 €	57.735 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504320882	MAXIGLOBAL - EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA SA	102.218 €	45.998 €	45.998 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508770211	CASCATA CRISTALINA ? PROMOÇÃO DE EVENTOS UNIPESSOAL, LDA	147.550 €	80.071 €	80.071 €	31.253 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508734568	BRINGCONCEPT -, LDA	433.910 €	201.651 €	201.651 €	14.608 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508737877	BUZINA - NEGÓCIOS DIGITAIS, LDA	214.759 €	96.641 €	96.641 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504225200	XYZT - COMPUTAÇÃO GRÁFICA, SA	515.530 €	231.988 €	231.988 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506612317	ENOFAST - CONSULTORIA E ANÁLISES DE VINHOS, LDA	32.514 €	14.631 €	14.631 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501512624	LORCOL - INDÚSTRIA DE COLAS E PRODUTOS QUÍMICOS, LDA	154.313 €	69.441 €	69.441 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507068106	INOBEST - ASSESSORIA E CONSULTORIA DE GESTÃO, LDA	135.910 €	64.310 €	64.310 €	7.200 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506184145	C. M. MARTINS - UNIPESSOAL, LDA	43.846 €	19.731 €	19.731 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503512885	CONTAGESI - GABINETE DE CONTABILIDADE, GESTÃO E INFORMÁTICA, LDA	95.973 €	50.291 €	50.291 €	16.236 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502703989	XZ - CONSULTORES, SA	139.270 €	62.671 €	62.671 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506259277	MAGNETIC FIELDS, LDA	81.882 €	36.847 €	36.847 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508320291	VANTAGEM PRINCIPAL - CONSULTORIA PARA OS NEGÓCIOS, LDA	140.058 €	63.026 €	63.026 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505237822	A COR DO DIA, AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO GLOBAL, LDA	159.192 €	71.636 €	71.636 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503404640	CEBRAMA - CONTABILISTAS, LDA	53.154 €	23.919 €	23.919 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502409681	JOLUCOR - FABRICAÇÃO E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL, LDA	31.119 €	16.142 €	16.142 €	4.888 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506387666	MEDIA OBJECTS AND GASKETS - SOLUÇÕES DE SOFTWARE E HARDWARE SA	268.002 €	120.601 €	120.601 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502130326	BALANÇAS MARQUES DE JOSÉ PIMENTA MARQUES, LDA	173.763 €	78.193 €	78.193 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507404033	UBISIGN TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA	144.504 €	65.027 €	65.027 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505504952	MICROPOLIS SA	551.242 €	249.774 €	249.774 €	3.920 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508692652	PRATICAL WAY SOFTWARE, PORTUGAL SA	95.968 €	43.186 €	43.186 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507156021	ANA & PEDRO - CONSULTORES, LDA	104.267 €	46.920 €	46.920 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503651370	GESTFORMA - GESTÃO INFORMÁTICA DE FORMAÇÃO E SERVIÇOS, LDA	86.250 €	38.813 €	38.813 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504177567	OPENLINE PORTUGAL, LDA	287.898 €	129.554 €	129.554 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507073843	CESC - CONSULTORIA PÚBLICA & PRIVADA, LDA	61.421 €	27.639 €	27.639 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508209072	LYNX CAPITAL PARTNERS, SA	69.545 €	31.295 €	31.295 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507439384	FLUIDINOVA - ENGENHARIA DE FLUÍDOS, SA	271.577 €	122.210 €	122.210 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502772298	SISQUAL-EMPRESA DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS INFORMÁTICOS , LDA	269.875 €	121.444 €	121.444 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505005468	PROHS - EQUIPAMENTO HOSPITALAR E SERVIÇOS ASSOCIADOS, LDA	179.578 €	81.454 €	81.454 €	1.472 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503545392	CEI - COMPANHIA DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, LDA	367.195 €	165.238 €	165.238 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506155226	CODEPLAS - ENGENHARIA DE PEÇAS PLÁSTICAS, LDA	297.479 €	143.387 €	143.387 €	21.764 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505413370	PINGUIM DESIGN - PUBLICIDADE E MULTIMÉDIA, LDA	876.513 €	397.931 €	397.931 €	8.000 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503501514	B E F CONSULTORES, LDA	310.437 €	160.583 €	160.583 €	47.742 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508209013	JUMP WILLY, LDA	202.509 €	91.129 €	91.129 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508817510	COOL ZONE - UNIPESSOAL	337.350 €	151.808 €	151.808 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505106841	SHORTCUT - CONSULTORIA, SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE INFORMATICA, LDA	125.575 €	56.509 €	56.509 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502197110	CNLL - ARQ. CARLOS NUNO LACERDA, LDA	333.887 €	152.874 €	152.874 €	6.000 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508810108	SILICONGATE, LDA	309.905 €	144.007 €	144.007 €	10.400 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	501768017	PINTO & CORREIA - VÁLVULAS INDUSTRIAIS, LDA	12.500 €	9.375 €	9.375 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502512792	S.I.M.M. - SISTEMAS INTEGRADOS EM METALO-MECÂNICA, LDA	14.500 €	10.875 €	10.875 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504778390	PROCESS ADVICE - CONSULTORIA, AUDITORIA E ASSESSORIA DE GESTÃO, LDA	32.500 €	24.375 €	24.375 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	117786810	ANTÓNIO JOSÉ DE AMORIM MALHEIRO	15.000 €	11.250 €	11.250 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504652249	LOOKWARE - COMUNICAÇÃO E IMAGEM, LDA	12.500 €	9.375 €	9.375 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507638883	AUDOLICI - SISTEMAS ELECTRÓNICOS DE ÁUDIO, SA	33.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506560333	ALTA VISIBILIDADE	25.510 €	19.133 €	19.133 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507191978	OBJECTIVINVEST - SERVIÇOS DE CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS, LDA	35.000 €	25.000 €	25.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505343274	WE LINK - COMUNICAÇÃO E MULTIMÉDIA, LDA	33.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505339943	STEELPLUS - MOLDES TÉCNICOS, LDA	7.500 €	5.625 €	5.625 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505793644	STRIX, LDA	32.696 €	24.522 €	24.522 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501410961	CENTRO DE GENÉTICA CLÍNICA E PATOLOGIA PROF. AMÂNDIO S. TAVARES, SA	33.200 €	24.900 €	24.900 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502755610	OPT - OPTIMIZAÇÃO E PLANEAMENTO DE TRANSPORTES, S.A	22.320 €	16.740 €	16.740 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507939166	XAREVISION, LDA	29.000 €	21.750 €	21.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506956440	STECINSTRUMENTS - SISTEMAS TÉCNICOS, EQUIPAMENTOS E CONSUMÍVEIS, LDA	32.850 €	24.638 €	24.638 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507841557	MENTORTEC, SA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504041266	INOVAMAIS - SERVIÇOS DE CONSULTADORIA EM INOVAÇÃO TECNOLÓGICA , SA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508373263	TECPITCH ENGENHARIA E INOVAÇÃO, LDA	26.000 €	19.500 €	19.500 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507784936	LOFTSPACE- PROJECTOS, LDA	28.800 €	21.600 €	21.600 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504758950	ANTÓNIO A. C. MARTINS - ARQUITECTOS ASSOCIADOS, LDA	32.000 €	24.000 €	24.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506250377	CONEXUS-WORLD, DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SOFTWARE, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503441600	ASTROSTAND - MONTAGEM DE STANDS E DECORAÇÕES, LDA	16.800 €	12.600 €	12.600 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508113741	SENTIDOS RURAIS, LDA	104.600 €	47.070 €	47.070 €	1.800 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506313158	COND´ AMOROSA - ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMINIOS, LDA	23.500 €	17.625 €	17.625 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501446176	TRANSCRITA - GABINETE DE ESTUDOS ECONÓMICOS E CONTABILIDADE, LDA	9.500 €	7.125 €	7.125 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508955432	HESVI, SOC. UNIPESSOAL, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505603047	B-ALERT & CONTRLPESTE, LDA	36.701 €	16.516 €	16.516 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502332174	VINCO VÁLVULAS, SA	202.453 €	91.104 €	91.104 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502395028	ETICADATA SOFTWARE, LDA	729.134 €	328.110 €	328.110 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502801824	GLOBALSOFT - BUSINESS SOFTWARE CONSULTING, LDA	327.618 €	147.428 €	147.428 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505636700	DELTAFIL - INFORMÁTICA E SISTEMAS DIGITAIS, UNIPESSOAL, LDA	114.635 €	51.586 €	51.586 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505115913	REDINSPAL - INSPECÇÃO DE REDES DE GÁS, LDA	123.107 €	55.398 €	55.398 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	501108254	ENGILIMA - PROJECTISTAS E CONSULTORES, LDA	102.739 €	49.824 €	49.824 €	8.210 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507011724	RONSEGUR, RONDAS E SEGURANÇA, LDA	341.379 €	165.870 €	165.870 €	28.000 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507569202	SERVISMART - SERVIÇOS E CONSULTADORIA, LDA	126.450 €	56.903 €	56.903 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508298652	DESDE - DESIGN EM DESENVOLVIMENTO, LDA	360.521 €	162.234 €	162.234 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502162163	METALURGICA M. L. SILVA, LDA	12.000 €	9.000 €	9.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504392778	TRIPLE DESIGN ? GABINETE DE DESIGN, LDA	193.007 €	89.153 €	89.153 €	5.256 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506998959	VIAMAPA - SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA, UNIPESSOAL, LDA	69.749 €	38.710 €	38.710 €	16.740 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505339943	STEELPLUS - MOLDES TÉCNICOS, LDA	212.170 €	95.476 €	95.476 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505345978	FIRST SOLUTIONS, SA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502236086	DATA FAX - COMUNICAÇÕES E SISTEMAS INFORMÁTICOS, LDA	96.071 €	43.232 €	43.232 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506777383	PONTO MAIS - CONSULTORES DE GESTÃO, LDA	37.294 €	16.782 €	16.782 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508722365	AJA DESINFECÇÕES E DESINFESTAÇÕES, LDA	70.845 €	31.880 €	31.880 €	1.654 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503187879	FERNANDO QUEIRÓZ, LDA	167.535 €	79.730 €	79.730 €	9.918 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502136260	IBEROGESTÃO - GESTÃO INTEGRADA E TECNOLÓGICA, LDA	169.785 €	76.403 €	76.403 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507191978	OBJECTIVINVEST - SERVIÇOS DE CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS, LDA	12.500 €	9.375 €	9.375 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506896374	ROOMDIMENSIONS - SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA SALAS DE CONTROLO, LDA	113.781 €	51.202 €	51.202 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508379598	SPOTMARKET - MEDIA E PUBLICIDADE	32.500 €	24.375 €	24.375 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506662551	CREATIVE TEAMWORK, SOLUÇÕES DE INFORMÁTICA, LDA	32.000 €	24.000 €	24.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507633881	QMSC - QUALITY MANAGEMENT SYSTEMS CONSULTORES, LDA	86.582 €	38.962 €	38.962 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508518121	OPENSECURE, OPEN SOURCE AND SECURITY SOLUTIONS, SA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500192359	METALÚRGICA METAUTO, LDA	20.000 €	15.000 €	15.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504636103	ADRAVE - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO VALE DO AVE, SA	161.124 €	72.506 €	72.506 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508944988	MENDES FERREIRA & ASSOCIADOS - SOC. DE ADVOGADOS R.L.	368.196 €	169.188 €	169.188 €	8.000 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503701378	LINGUARAMA - SERVIÇOS LINGUÍSTICOS, LDA	370.601 €	167.849 €	167.849 €	2.464 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	500425167	GILBERTO CONSTANTINO - INSPECÇÕES TÉCNICAS DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, LDA	46.825 €	21.071 €	21.071 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508435390	ÉS SEGURANÇA - CONSULTORIA AGRO-ALIMENTAR, LDA	98.174 €	47.141 €	47.141 €	6.772 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508842611	DNSI - IT CONSULTING SA	320.375 €	149.034 €	149.034 €	11.120 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503194395	TORMETAIS - SOC. DE COMERCIALIZAÇÃO DE METAIS, LDA	17.200 €	12.900 €	12.900 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503937185	PONTO 25 - INFORMÁTICA, LDA	33.100 €	24.825 €	24.825 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508681626	NANOLAYER COATING TECHNOLOGIES, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507445244	HORWATH PARSUS - SOLUÇÕES DE GESTÃO, LDA	221.069 €	100.758 €	100.758 €	2.920 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508134897	VNG - GESTÃO, CONSULTORIA E SERVIÇOS, SA	374.421 €	168.489 €	168.489 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508678560	PM.IQS - PROJECTOS, GESTÃO E SUPERVISÃO SA	245.407 €	110.433 €	110.433 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508903645	IBERIAPREMIUM TURISMO, LDA	251.147 €	113.016 €	113.016 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508518121	OPENSECURE, OPEN SOURCE AND SECURITY SOLUTIONS, SA	153.081 €	68.887 €	68.887 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502755610	OPT - OPTIMIZAÇÃO E PLANEAMENTO DE TRANSPORTES, S.A	33.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503668079	ANALEI - CONTABILIDADE, GESTÃO E FISCALIDADE, LDA	30.252 €	13.613 €	13.613 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504135317	SIA - SOC. DE INOVAÇÃO AMBIENTAL, LDA	113.453 €	51.054 €	51.054 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508574455	NABIA SOLUTIONS, LDA	314.777 €	141.649 €	141.649 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	501801910	PRESTITECA - ENGENHARIA E TECNOLGIA APLICADA, SA	475.512 €	213.980 €	213.980 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508956340	WORLDVECTOR -, LDA	348.223 €	156.700 €	156.700 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507688996	NEOSCOPIO SA	98.596 €	44.368 €	44.368 €	1.440 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507604997	PROJECT ID INOVAÇÃO E DESIGN, LDA	88.570 €	39.857 €	39.857 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507031415	INDUSE DESIGN INDUSTRIAL, LDA	33.300 €	24.975 €	24.975 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505517736	PSZ - CONSULTORES, LDA	141.260 €	76.758 €	76.758 €	30.150 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501957782	GEG - GABINETE DE ESTRUTURAS E GEOTECNIA, LDA	721.851 €	324.833 €	324.833 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506950662	I4B - MARKETING CONSULTANTS, LDA	142.381 €	64.072 €	64.072 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501275215	ACOSGRAF - FABRICA DE MÁQUINAS GRÁFICA, LDA	305.348 €	160.502 €	160.502 €	52.218 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507387376	FLUIDESIGN - PUBLICIDADE E IMAGEM UNIPESSOAL, LDA	44.537 €	20.042 €	20.042 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501701052	OMEGA - SERVIÇOS DE ENGENHARIA, LDA	312.653 €	142.426 €	142.426 €	3.960 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508689953	PROGEST - ANTÓNIO ARAÚJO CONSULTORIA EMPRESARIAL, UNIPESSOAL, LDA	44.532 €	20.039 €	20.039 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508533724	BESTQUICK, LDA	377.584 €	178.510 €	178.510 €	19.651 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502772298	SISQUAL-EMPRESA DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS INFORMÁTICOS , LDA	571.615 €	259.236 €	259.236 €	4.592 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502241560	NORTÁVIA, TRANSPORTES AÉREOS S. A.	33.300 €	24.975 €	24.975 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506949303	ASSOC. PARA O DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS APLICADOS EM CIENCIAS EMPRESARIAIS	333.520 €	150.084 €	150.084 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500207569	OPAL PUBLICIDADE, SA	345.833 €	155.625 €	155.625 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508545633	FLOAT STUDIOS - DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES E SOFTWARE DE ENTRETENIMENTO, LDA	231.400 €	105.880 €	105.880 €	4.000 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506212726	GOLFE DA QUINTA DO PISÃO, CAMPOS DE GOLFE, SA	666.079 €	299.736 €	299.736 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503951145	TELA´S DESIGN, LDA	215.283 €	103.309 €	103.309 €	14.702 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500099030	ERNESTO SÃO SIMÃO, LDA	280.000 €	126.000 €	126.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508941504	SAFELAB - CONSULTORIA TÉCNICA, LDA	207.378 €	93.320 €	93.320 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504766821	PORTUGALMAIL - COMUNICAÇÕES, SA	575.375 €	258.919 €	258.919 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500844496	RENÉ GUIMARÃES, LDA	94.169 €	42.376 €	42.376 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504154460	BALONAS PROJECTOS, SA	97.518 €	43.883 €	43.883 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506876632	TBP - CONSULTORIA E GESTÃO DE ARQUIVO, LDA	158.369 €	71.266 €	71.266 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506310035	MENINA DESIGN, LDA	689.221 €	310.149 €	310.149 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504829629	METALOCAMINHA - MELALOMECÂNICA, LDA	26.073 €	11.733 €	11.733 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506647323	INDEVE - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL, LDA	126.592 €	56.966 €	56.966 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504781456	K2C - CONSULTORIA E INFORMÁTICA, LDA	60.774 €	27.348 €	27.348 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506991040	TOPOFISCANOR - CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS, LDA	201.859 €	92.740 €	92.740 €	4.352 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501527575	INVERNA-MANUFACTURA INDUSTRIAL DE TINTAS E VERNIZES, LDA	229.601 €	106.226 €	106.226 €	6.641 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503122190	CAVEX CONSUL - CONSULTORIA EMPRESARIAL, LDA	129.203 €	58.141 €	58.141 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504513800	METALOMARÃO - FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA EXTRACTIVA, LDA	63.812 €	28.715 €	28.715 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508146810	GLOBFIVE - ASSESSORIA E SERVIÇOS DE GESTÃO, LDA	91.565 €	41.204 €	41.204 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503953709	PLANETA VIRTUAL	158.600 €	71.370 €	71.370 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500191972	METALURGICA ARVORNSE SOC. DE MÁQUINAS AGRICOLAS, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502755610	OPT - OPTIMIZAÇÃO E PLANEAMENTO DE TRANSPORTES, S.A	33.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505194066	VECTOR 21.COM - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, SA	19.350 €	14.513 €	14.513 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508418755	SERNIS ID - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, LDA	32.300 €	24.225 €	24.225 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508747627	INOVAPOTEK, PHARMACEUTICAL RESERACH AND DEVELOPMENT, LDA	11.500 €	8.625 €	8.625 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500148848	T.P.M. - TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO MECÂNICA, LDA	31.200 €	23.400 €	23.400 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507962222	ATPEOPLE - GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	6.000 €	4.500 €	4.500 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502729503	SEGIN - SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E ORGANIZAÇÃO, LDA	20.000 €	15.000 €	15.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502724544	RODRIGUES E VIDAL - GABINETE DE CONTABILIDADE, LDA	33.250 €	24.938 €	24.938 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506691039	NORQUALI - CONSULTORIA E SEGURANÇA ALIMENTAR, LDA	13.500 €	10.125 €	10.125 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502222522	CS5 - CONSULTADORIA E SERVIÇOS, LDA	18.000 €	13.500 €	13.500 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505396971	MODELSTAND - CONCEPÇÃO E MONTAGEM DE EXPOSIÇÕES, LDA	8.500 €	6.375 €	6.375 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	501777288	PUBLINDUSTRIA, PRODUÇÃO DE COMUNICAÇÃO, LDA	19.000 €	14.250 €	14.250 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503860590	ENGIVITO, ENGENHARIA, LDA	20.000 €	15.000 €	15.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504775936	OPTIMIZER - SERVIÇOS E CONSULTADORIA INFORMÁTICA, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503818801	MARTINS & AGRELOS SIGP, LDA	34.000 €	25.000 €	25.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508815592	W2V, SA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507058917	VAR3F - CONSULTORIA INFORMÁTICA E SISTEMAS, LDA	26.500 €	19.875 €	19.875 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505713519	LINCIS - SOLULÇÕES INTEGRADAS PARA SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508459761	OCEANSCAN - MARINE SYSTEMS & TECHNOLOGY, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503937185	PONTO 25 - INFORMÁTICA, LDA	33.250 €	24.938 €	24.938 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503076465	SOCIPOLE - SOC. INDUSTRIAL DE PERFUMES OLEOS E LIMPEZAS, SA	34.000 €	25.000 €	25.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502954477	ASG - APOIO A SOFTWARE DE GESTÃO, LDA	20.000 €	15.000 €	15.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508837286	YAH- DESIGN DE INFORMAÇÃO, LDA	33.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508930456	PROVA EFICAZ, LDA	32.500 €	24.375 €	24.375 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505931672	MRS - ASSESSORIA DE GESTÃO, LDA	32.800 €	24.600 €	24.600 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509138608	STORMRISE, LDA	32.000 €	24.000 €	24.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509012035	STRONGSTEP INNOVATION IN SOFTWARE QUALITY, LDA	33.333 €	25.000 €	25.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505085771	NETSPACE SOLUÇÕES INFORMÁTICAS, LDA	33.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508042070	FABRIPIXEL, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507286502	AROSO & ASSOCIADOS - GESTÃO E ENGENHARIA, LDA	33.300 €	24.975 €	24.975 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509075894	PRODULEX UNIPESSOAL, LDA	8.500 €	6.375 €	6.375 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507128257	LIVELEARNING - CONSULTADORIA INFORMÁTICA, LDA	32.000 €	24.000 €	24.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503182710	A.N.O. - SISTEMAS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS, LDA	130.000 €	58.500 €	58.500 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	500425167	GILBERTO CONSTANTINO - INSPECÇÕES TÉCNICAS DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, LDA	68.790 €	30.956 €	30.956 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506373975	NS - MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA	138.428 €	63.061 €	63.061 €	1.757 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502500980	BÚSSOLA - PESQUISA DE MERACADO E COMUNIOCAÇÃO, LDA	270.394 €	121.677 €	121.677 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508196990	SAIOTES & ETC., FESTAS, LDA	194.170 €	89.367 €	89.367 €	4.549 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504995871	WINNERGES - CONSULTORIA EMPRESARIAL, SA	256.305 €	115.337 €	115.337 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508225825	MOG TECHNOLOGIES SA	408.488 €	183.819 €	183.819 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508115299	SELF ENERGY ENGINEERING & INNOVATION SA	380.809 €	171.364 €	171.364 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504873865	GLOBAZ, SA	150.178 €	68.385 €	68.385 €	1.840 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508564093	MUCHBETA, SA	180.721 €	81.324 €	81.324 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505556111	JOSÉ A. F. CARDOSO - SOC. UNIPESSOAL, LDA	298.987 €	140.436 €	140.436 €	13.467 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508193982	ORTHOS XXI UNIPESSOAL, LDA	509.462 €	229.608 €	229.608 €	800 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507297687	NONIUSSOFT, SOFTWARE E CONSULTORIA PARA TELECOMUNICAÇÕES, SA	468.815 €	215.867 €	215.867 €	11.200 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506896226	AREAL MEDIA - DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE, LDA	29.434 €	13.245 €	13.245 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507451902	CENTRO LUSO ITALIANO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO, SA	288.215 €	133.197 €	133.197 €	8.000 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502108398	BASREAL - CARROÇARIAS DO NORTE, LDA	193.499 €	95.817 €	95.817 €	19.982 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500898332	MARSO - GABINETE TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO, SA	194.061 €	87.327 €	87.327 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503002780	SETIMEP-SOC. DE ENGENHARIA NAS TÉCNICA DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PURIFICAÇÃ	149.925 €	67.466 €	67.466 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503694959	CIVI4 - PROJECTISTAS E CONSULTORES DE ENGENHARIA CIVIL, LDA	125.876 €	56.644 €	56.644 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	243202270	DAVIDE FERNANDO TEIXEIRA CARVALHO	168.841 €	81.007 €	81.007 €	11.493 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507710258	FOR ARTE, LDA	27.335 €	12.301 €	12.301 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504757423	ENESCOORD - COORDENAÇÃO E GESTÃO DE PROJECTOS E OBRAS, LDA	167.924 €	75.566 €	75.566 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508167817	TEMAS CONCRETOS - FORMAÇÃO, LDA	76.636 €	34.486 €	34.486 €	4.284 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506694615	DEVSCOPE - SOLUÇÕES DE SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA	413.671 €	186.152 €	186.152 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504072811	ELEVATRANS - PRÉ-FACBRICADOS, SA	427.463 €	192.358 €	192.358 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507638883	AUDOLICI - SISTEMAS ELECTRÓNICOS DE ÁUDIO, SA	290.235 €	130.606 €	130.606 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508140552	HOUSE OF PROJECT - BUSINESS CONSULTING, LDA	215.238 €	98.134 €	98.134 €	2.919 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503103446	CHATRON, LDA	190.789 €	85.855 €	85.855 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505140330	RISCO SINGULAR - ARQUITECTURA, LDA	31.401 €	14.131 €	14.131 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507065590	BIOGNOSIS - COMÉRCIO DE PRODUTOS BIO PARA DIAGNÓSTICO, LDA	224.700 €	101.115 €	101.115 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507114949	CGJF - CONSULTORIA DE GESTÃO E CONTABILIDADE, LDA	169.954 €	76.479 €	76.479 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501766154	ARQUIVO INTERNACIONAL DE COR - COMUNICAÇÃO PELA IMAGEM, LDA	33.833 €	16.426 €	16.426 €	2.747 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502093544	NEUCE - INDÚSTRIA DE TINTAS, SA	620.822 €	279.370 €	279.370 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507401620	GALI MACEDO E ASSOCIADOS, SOC. DE ADVOGADOS, RL	111.750 €	50.288 €	50.288 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508559588	CARDMOBILI - DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE, SA	380.295 €	171.133 €	171.133 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504194739	APOIO XXI - CENTRO DE APOIO PSICO-PEDAGÓGICO, LDA	183.733 €	82.680 €	82.680 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509167845	PAISAGEM ACTIVA, LDA	251.573 €	118.647 €	118.647 €	12.433 €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502772328	REPOVEN - REPARAÇÕES DE MATERIAL RODOVIÁRIO PESADO E MAQUINARIA, LDA	1.044.086 €	400.000 €	400.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509195288	ALWAYS LOOKING, LDA	206.521 €	92.934 €	92.934 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507288629	SÁ MIRANDA & ASSOCIADOS - SOC. DE ADVOGADOS, RL	169.862 €	83.424 €	83.424 €	15.968 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508192315	COSMOCULTURA, LDA	536.624 €	242.146 €	242.146 €	1.520 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509122477	DNSI - SECURITY SOLUTIONS, LDA	413.030 €	190.519 €	190.519 €	10.640 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508734568	BRINGCONCEPT -, LDA	212.375 €	95.569 €	95.569 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508747627	INOVAPOTEK, PHARMACEUTICAL RESERACH AND DEVELOPMENT, LDA	68.019 €	34.009 €	34.009 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508574455	NABIA SOLUTIONS, LDA	155.042 €	69.769 €	69.769 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504043609	EB.INOX, LDA	263.200 €	121.244 €	121.244 €	6.408 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502911875	ARQUIPONTO - GABINETE DE ARQUITECTURA E CONSULTORES DE ENGENHARIA, LDA	115.553 €	59.096 €	59.096 €	3.520 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507111770	ESPMEN- CONSULTORIA MÉDICA E PARAMÉDICA UNIPESSOAL, LDA	436.738 €	197.588 €	197.588 €	2.412 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503001767	ILMAR FABRICA DE MAQUINAS PARA ARTIGOS DE CIMENTO, LDA	149.944 €	74.972 €	74.972 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508951674	FOOTBALL DREAM FACTORY, LDA	1.075.990 €	400.000 €	400.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504674544	SERVITERME - PROJECTOS DE ENGENHARIA TÉRMICA, LDA	116.429 €	52.393 €	52.393 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508571251	VIOLETRED, UNIPESSOAL, LDA	34.500 €	15.525 €	15.525 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508538009	QUALITY IMPACT, LDA	462.950 €	208.328 €	208.328 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507455509	BERD - PROJECTO INVESTIGAÇÃO E ENGENHARIA DE PONTES, SA	413.339 €	206.670 €	206.670 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508774071	MIGCOMP MONTAGENS DE COMPONENTES ELECTRÓNICOS, LDA	295.596 €	133.018 €	133.018 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501656278	DISSOLTIN - INDUSTRIA E COMÉRCIO DE DISSOLUÇÕES, COLAS E TINTAS, LDA	179.628 €	80.833 €	80.833 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506250377	CONEXUS-WORLD, DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SOFTWARE, LDA	238.173 €	107.178 €	107.178 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500192073	METALÚRGICA CENTRAL DA TROFA, LDA	274.745 €	123.635 €	123.635 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503391590	TAJISERVI MÁQUINAS DE COSTURA E BORDADOS, SA	102.733 €	46.230 €	46.230 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507159187	PVC STAR-INDÚSTRIA DE CAIXILHARIA EM PVC, LDA	146.635 €	65.986 €	65.986 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507174062	TROMILUX - ILUMINAÇÃO TÉCNICA, LDA	121.029 €	54.463 €	54.463 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503532100	IMEDIATA ? SISTEMAS MULTIMÉDIA, SA	136.317 €	61.343 €	61.343 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509236200	CHETOCORPORATION, LDACHETOCORPORATION, LDA	729.048 €	364.524 €	364.524 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503396290	RANGEL & MAIA, LDA	362.644 €	182.822 €	182.822 €	4.000 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505345978	FIRST SOLUTIONS, SA	585.272 €	263.372 €	263.372 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505355760	ENERMETER - SISTEMAS DE MEDIÇÃO, LDA	298.446 €	149.223 €	149.223 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502109572	FCO - FULLSERVICE COMPANY IN MULTIMEDIA, LDA	236.876 €	118.438 €	118.438 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508333059	IFGE - INSTITUTO DE FORMAÇÃO E GESTÃO EMPRESARIAL, LDA	52.438 €	24.227 €	24.227 €	1.440 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503773263	J.M. CARVALHO ARAÚJO, ARQUITECTURA E DESIGN, SA	267.816 €	120.517 €	120.517 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500084130	DELTA - SOC. TÉCNICA DE ELECTRICIDADE, LDA	161.280 €	94.104 €	94.104 €	35.904 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503352438	PHILOS - COMUNICAÇÃO GLOBAL, LDA	113.878 €	51.886 €	51.886 €	1.464 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505035375	RZMAPA - SERVIÇOS DE ENGENHARIA, SA	163.853 €	82.645 €	82.645 €	20.368 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504116436	AMIGE - APOIO À MODERNIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E GESTÃO DE EMPRESAS, LDA	111.195 €	50.038 €	50.038 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509465528	GALERIA MARIO SEQUEIRA - NEW MEDIA AND PROJECTS, LDA	690.311 €	345.156 €	345.156 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507524845	NSEC-SISTEMAS INFORMÁTICOS, SA	688.291 €	313.931 €	313.931 €	9.600 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503194395	TORMETAIS - SOC. DE COMERCIALIZAÇÃO DE METAIS, LDA	164.487 €	74.019 €	74.019 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508886139	LEADERSHIP BUSINESS TECHNOLOGY, SA	253.150 €	113.918 €	113.918 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509284078	IDEAL WORLD DESIGN, LDA	74.669 €	37.335 €	37.335 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508581575	SKETCHPIXEL - MULTIMEDIA E VISUAL EFECTS, LDA	376.224 €	169.301 €	169.301 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	509330576	FAP - INDÚSTRIA DE ELECTRODOMÉSTICOS, SA	655.198 €	294.839 €	294.839 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500007616	ACH BRITO & CA, SA	377.722 €	172.545 €	172.545 €	5.875 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504766821	PORTUGALMAIL - COMUNICAÇÕES, SA	334.670 €	167.335 €	167.335 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503264113	DOUROGÁS - COMPANHIA PRODUTORA E DISTRIBUIDORA DE GÁS, SA	723.246 €	325.461 €	325.461 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506283682	BIOSTRUMENT - CONSULTADORIA E DESENVOLVIMENTO DE PORJECTOS BIOQUÍMICOS, SA	395.039 €	177.768 €	177.768 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507223586	ROMENINGH HW - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, LDA	475.710 €	214.069 €	214.069 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506690750	SIMBIENTE ? ENGENHARIA E GESTÃO AMBIENTAL, LDA	200.336 €	90.151 €	90.151 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504041266	INOVAMAIS - SERVIÇOS DE CONSULTADORIA EM INOVAÇÃO TECNOLÓGICA , SA	288.003 €	129.601 €	129.601 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507997476	CSIDE - SOLUÇÕES INTELIGENTES, SA	356.575 €	160.459 €	160.459 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508225825	MOG TECHNOLOGIES SA	461.597 €	207.719 €	207.719 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507602560	BIOSCKIN , MOLECULAR AND CELL THERAPIES, SA	882.318 €	397.043 €	397.043 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507404033	UBISIGN TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA	319.890 €	143.951 €	143.951 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505046857	EDIGMACOM - GESTÃO DE PROJECTOS DIGITAIS, SA	563.092 €	298.888 €	298.888 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504837958	IPORTALMAIS, SERVIÇOS DE INTERNET E REDES, LDA	257.100 €	115.695 €	115.695 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507761782	EARTHLIFE-NOVAS TECNOLOGIAS PARA AS ENERGIAS RENOVÁVEIS	1.100.282 €	495.127 €	495.127 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506283682	BIOSTRUMENT - CONSULTADORIA E DESENVOLVIMENTO DE PORJECTOS BIOQUÍMICOS, SA	294.380 €	136.547 €	136.547 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507455509	BERD - PROJECTO INVESTIGAÇÃO E ENGENHARIA DE PONTES, SA	2.065.336 €	1.652.269 €	1.652.269 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507410785	TRENMO - ENGENHARIA, LDA	163.132 €	113.337 €	113.337 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507910990	BIODEVICES - SISTEMAS DE ENGENHARIA BIOMÉDICA, SA	532.047 €	336.351 €	336.351 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502217766	AMI - TECNOLOGIAS PARA TRANSPORTES, SA	348.256 €	159.884 €	159.884 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504837958	IPORTALMAIS, SERVIÇOS DE INTERNET E REDES, LDA	479.893 €	215.952 €	215.952 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506718859	MULTIWAVE PHOTONICS - TECNOLOGIAS ÓPTICAS E ELECTRÓNICAS, SA	876.102 €	394.246 €	394.246 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504041266	INOVAMAIS - SERVIÇOS DE CONSULTADORIA EM INOVAÇÃO TECNOLÓGICA , SA	512.564 €	440.834 €	307.999 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503075736	MDEMÁQUINA - SISTEMAS INDUSTRIAIS, LDA	944.750 €	564.257 €	564.257 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507410823	SAR - SOLUÇÕES DE AUTOMAÇÃO E ROBÓTICA, LDA	423.365 €	343.747 €	305.501 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507199170	MICOPLANT- MICOLOGIA APLICADA, LDA	599.302 €	531.733 €	427.047 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501428194	A. COELHO E CASTRO, LDA	492.329 €	407.901 €	343.752 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507621522	SPIN.WORKS, LDA	229.072 €	168.503 €	168.503 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507621522	SPIN.WORKS, LDA	268.608 €	222.410 €	188.025 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505331187	WIRE MAZE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, SA	242.664 €	121.332 €	121.332 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507830369	IMOESTATÍSTICA - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE IMOBILIÁRIO, LDA	422.121 €	268.546 €	268.546 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508452520	PROCESS.NET - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	430.409 €	215.205 €	215.205 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504867199	CASTRO, PINTO & COSTA, LDA	134.328 €	83.537 €	83.537 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502241560	NORTÁVIA, TRANSPORTES AÉREOS S. A.	611.261 €	453.545 €	453.545 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507258487	VIDA ECONÓMICA EDITORIAL, SA	687.234 €	343.617 €	343.617 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504827715	EUROTUX INFORMÁTICA SA	214.933 €	165.361 €	165.361 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507427270	VISIONE - INFORMÁTICA DE GESTÃO, LDA	859.153 €	429.577 €	429.577 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505760932	BIOTEMPO ? CONSULTORIA EM BIOTECNOLOGIA, LDA	331.524 €	165.762 €	165.762 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506681262	SISMODULAR-ENGENHARIA, LDA	341.253 €	170.627 €	170.627 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507549635	XLPARTNER TECHNOLOGIES SA	269.242 €	134.621 €	134.621 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507566297	PALCO PRINCIPAL, LDA	706.725 €	542.883 €	513.726 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501512624	LORCOL - INDÚSTRIA DE COLAS E PRODUTOS QUÍMICOS, LDA	18.225 €	13.669 €	13.669 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507297687	NONIUSSOFT, SOFTWARE E CONSULTORIA PARA TELECOMUNICAÇÕES, SA	457.304 €	308.256 €	308.256 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502795069	OFICINA DE SOLUÇÕES INFORMÁTICA, LDA	319.194 €	229.963 €	229.963 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507466942	WEDOTECH - COMPANHIA DE IDEIAS E DE TECNOLOGIAS, LDA	240.882 €	176.698 €	176.698 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505355760	ENERMETER - SISTEMAS DE MEDIÇÃO, LDA	238.110 €	161.839 €	154.938 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506283682	BIOSTRUMENT - CONSULTADORIA E DESENVOLVIMENTO DE PORJECTOS BIOQUÍMICOS, SA	676.223 €	588.583 €	507.783 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508459761	OCEANSCAN - MARINE SYSTEMS & TECHNOLOGY, LDA	258.855 €	232.135 €	192.958 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507065590	BIOGNOSIS - COMÉRCIO DE PRODUTOS BIO PARA DIAGNÓSTICO, LDA	335.457 €	287.799 €	236.847 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505177587	NETMOVE - COMUNICAÇÃO GLOBAL, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505713519	LINCIS - SOLULÇÕES INTEGRADAS PARA SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	29.500 €	22.125 €	22.125 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508373263	TECPITCH ENGENHARIA E INOVAÇÃO, LDA	32.000 €	24.000 €	24.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508376823	EXVA - EXPERTS IN VIDEO ANALYSIS, LDA	20.000 €	15.000 €	15.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508102812	SOMATICA, MATERIALS & SOLUTIONS, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508069149	ACUTUS, LDA	30.000 €	22.500 €	22.500 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504424688	DELTAMATIC - ENGENHARIA E AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL, SA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503465380	FAMA-SETE - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, LDA	34.000 €	25.000 €	25.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507631307	PROJECTO CAPITAL COMUNICAÇÃO E IMAGEM UNIPESSOAL, LDA	20.000 €	15.000 €	15.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505793644	STRIX, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508307341	ENANCER, ELECTRONICA SA	30.126 €	22.595 €	22.595 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507896068	TOMORROW OPTIONS - MICROELECTRONICS SA	32.000 €	24.000 €	24.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503909637	ANO II - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	548.963 €	338.633 €	338.633 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507982045	CPC IT4ALL, LDA	402.453 €	236.891 €	236.891 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508418755	SERNIS ID - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, LDA	161.029 €	101.379 €	101.379 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506319881	AMPLITUDE NET, LDA	207.604 €	103.802 €	103.802 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507491300	BULLET SOLUTIONS - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, SA	232.360 €	141.485 €	141.485 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507297687	NONIUSSOFT, SOFTWARE E CONSULTORIA PARA TELECOMUNICAÇÕES, SA	196.573 €	93.284 €	93.284 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503909637	ANO II - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	289.222 €	156.427 €	156.427 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506676234	DECORGEL - PRODUTOS ALIMENTARES	357.744 €	278.094 €	245.510 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506694615	DEVSCOPE - SOLUÇÕES DE SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA	335.194 €	167.597 €	167.597 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507618041	SINERGEO - SOLUÇÕES APLICADAS EM GEOLOGIA, HIDROGEOLOGIA E AMBIENTE, LDA	356.185 €	271.344 €	261.058 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507439384	FLUIDINOVA - ENGENHARIA DE FLUÍDOS, SA	598.971 €	496.286 €	452.506 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502592680	EGAPI - EQUIPAMENTOS E GESTÃO PARA APLICAÇÕES INDUSTRIAIS, LDA	333.347 €	200.781 €	200.781 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507875990	MECAPISA PORTUGAL, ENERGIAS RENOVÁVEIS, LDA	397.375 €	198.688 €	198.688 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505345978	FIRST SOLUTIONS, SA	464.061 €	373.574 €	357.220 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506694615	DEVSCOPE - SOLUÇÕES DE SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA	694.905 €	539.781 €	499.329 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503729841	LINK MANAGEMENT SOLUTIONS, SA	491.715 €	245.858 €	245.858 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504041266	INOVAMAIS - SERVIÇOS DE CONSULTADORIA EM INOVAÇÃO TECNOLÓGICA , SA	369.928 €	301.320 €	266.718 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508827183	INOVULTUS, LDA	423.542 €	338.833 €	338.833 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508620309	CARBONO EFICIENTE, SA	374.281 €	326.301 €	271.564 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508815592	W2V, SA	312.841 €	234.250 €	234.250 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504867199	CASTRO, PINTO & COSTA, LDA	153.564 €	122.851 €	122.851 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504785621	SISTRADE - SOFTWARE CONSULTING, SA	409.819 €	304.840 €	304.840 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507032110	ITPEERS - SERVIÇOS EM TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, SA	269.098 €	171.147 €	171.147 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505106841	SHORTCUT - CONSULTORIA, SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE INFORMATICA, LDA	380.111 €	190.055 €	190.055 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508178045	MAGPOWER SOLUÇÕES DE ENERGIA SA	865.143 €	608.425 €	600.596 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507939166	XAREVISION, LDA	504.488 €	394.825 €	354.220 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504766821	PORTUGALMAIL - COMUNICAÇÕES, SA	299.214 €	207.063 €	207.063 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503068861	FIRMA: XPAND SOLUTIONS - INFORMATICA E NOVAS TECNOLOGIAS	449.952 €	289.903 €	289.903 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507805135	SETENTA E TRÊS MIL E CEM, LDA	185.864 €	96.240 €	96.240 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504794108	PONTOPR, SERVIÇOS DE PUBLIDADE E ROBÓTICA, LDA	752.083 €	613.034 €	542.679 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502755610	OPT - OPTIMIZAÇÃO E PLANEAMENTO DE TRANSPORTES, S.A	253.538 €	188.797 €	188.797 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508574455	NABIA SOLUTIONS, LDA	226.036 €	139.972 €	139.972 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506956440	STECINSTRUMENTS - SISTEMAS TÉCNICOS, EQUIPAMENTOS E CONSUMÍVEIS, LDA	32.950 €	24.713 €	24.713 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508545633	FLOAT STUDIOS - DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES E SOFTWARE DE ENTRETENIMENTO, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508955432	HESVI, SOC. UNIPESSOAL, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508626188	VERTICALBAG, LDA	30.850 €	23.138 €	23.138 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505209667	INJECDESIGN - MOLDES PARA PLÁSTICOS, LDA	30.000 €	22.500 €	22.500 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506685810	SPACE ECOCOMBUSTÍVEIS, LDA	25.300 €	18.975 €	18.975 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504639137	ZIPOR - EQUIPAMENTO E TECNOLOGIA INDUSTRIAL, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507361563	TECVINHAIS - CONSULTORES E INVESTIMENTOS	35.000 €	25.000 €	25.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505757842	SYSADVANCE SISTEMAS DE ENGENHARIA, SA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507799526	ROBERTRÓNICA - ELECTRÓNICA, TERMOFORMAÇÃO E INJECÇÃO POLIURETANO, LDA	33.100 €	24.825 €	24.825 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503944912	VASQUES & SILVA - CONSULTADORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA	30.000 €	22.500 €	22.500 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506310035	MENINA DESIGN, LDA	33.300 €	24.975 €	24.975 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505192080	DIGITALBRAIN - CONSULTORIA DE GESTÃO, LDA	34.000 €	25.000 €	25.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508237777	LABINVEST ? SOC. DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE BIOTECNOLOGIA, SA	33.400 €	25.000 €	25.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508418755	SERNIS ID - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, LDA	199.545 €	133.207 €	133.207 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507745914	MESOSYSTEM, LDA	33.050 €	24.788 €	24.788 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508709890	I3D - SISTEMAS MÉDICOS E DENTÁRIOS, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508305640	NEXTTOYOU - NETWORK SOLUTIONS, LDA	24.000 €	18.000 €	18.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505793644	STRIX, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505700034	VISOUNDACÚSTICA, LDA	104.425 €	61.153 €	61.153 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508206383	STEMMATTERS, BIOTECNOLOGIA E MEDICINA REGENERATIVA, LDA	1.508.996 €	1.045.683 €	1.045.683 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504827715	EUROTUX INFORMÁTICA SA	324.918 €	231.053 €	231.053 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508268516	AUDITMARK, LDA	255.155 €	183.553 €	183.553 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506807312	FIBERSENSING - SISTEMAS AVANÇADOS DE MONITORIZAÇÃO, SA	478.746 €	317.983 €	317.983 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508444993	IDENTIDADE GEOMÉTRICA - DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO, LDA	1.325.701 €	596.566 €	596.566 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503729841	LINK MANAGEMENT SOLUTIONS, SA	513.041 €	319.719 €	319.719 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502395028	ETICADATA SOFTWARE, LDA	894.190 €	458.523 €	458.523 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502801824	GLOBALSOFT - BUSINESS SOFTWARE CONSULTING, LDA	326.995 €	173.976 €	173.976 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501893776	J. CANÃO, LDA	759.115 €	389.124 €	389.124 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506250377	CONEXUS-WORLD, DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SOFTWARE, LDA	179.804 €	89.902 €	89.902 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505164043	ARQDACIT - ARQUITECTURA, DESENHO; INFORMÁTICA, UNIPESSOAL, LDA	232.257 €	116.129 €	116.129 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505345978	FIRST SOLUTIONS, SA	108.821 €	54.410 €	54.410 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504987380	DECLARATIVA - SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, LDA	116.595 €	58.297 €	58.297 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507799526	ROBERTRÓNICA - ELECTRÓNICA, TERMOFORMAÇÃO E INJECÇÃO POLIURETANO, LDA	119.173 €	59.586 €	59.586 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505085801	TECNINET.COM - PRODUÇÕES DIGITAIS, LDA	166.338 €	83.169 €	83.169 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508206383	STEMMATTERS, BIOTECNOLOGIA E MEDICINA REGENERATIVA, LDA	310.205 €	155.103 €	155.103 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502012340	CLINICA COSTA VERDE, LDA	312.239 €	156.119 €	156.119 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507297687	NONIUSSOFT, SOFTWARE E CONSULTORIA PARA TELECOMUNICAÇÕES, SA	436.386 €	330.736 €	310.360 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507819306	HYDRA IT - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E CONTEÚDOS, LDA	500.467 €	315.859 €	315.859 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508452520	PROCESS.NET - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	303.126 €	173.174 €	173.174 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508815592	W2V, SA	257.980 €	168.467 €	168.467 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505924145	MEDMAT INNOVATION	804.207 €	504.939 €	476.376 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507543300	H.I.M. - INDÚSTRIA METALOMECÂNICA, LDA	33.333 €	25.000 €	25.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506807312	FIBERSENSING - SISTEMAS AVANÇADOS DE MONITORIZAÇÃO, SA	532.877 €	381.304 €	381.304 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507618041	SINERGEO - SOLUÇÕES APLICADAS EM GEOLOGIA, HIDROGEOLOGIA E AMBIENTE, LDA	572.219 €	434.691 €	427.561 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509083072	FLOWMAT - SISTEMAS INDUSTRIAIS, LDA	276.866 €	206.432 €	206.432 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506168476	CREATIVESYSTEMS - SISTEMAS E SERVIÇOS DE CONSULTADORIA, LDA	1.309.992 €	897.787 €	897.787 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508367360	SMARTWATT- EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E MICROGERAÇÃO, SA	20.000 €	15.000 €	15.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506096041	REDUTOR - PROJECTOS, ESTUDOS E ENGENHARIA, UNIPESSOAL, LDA	24.550 €	18.413 €	18.413 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503779105	JORGE S. COELHO & ASSOCIADOS - CONSULTORES DE GESTÃO, LDA	30.000 €	22.500 €	22.500 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501472657	CASO - CONSULTORES ASSOCIADOS DE ORGANIZAÇÕES E INFORMÁTICA, LDA	35.000 €	25.000 €	25.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503818801	MARTINS & AGRELOS SIGP, LDA	34.000 €	25.000 €	25.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507745914	MESOSYSTEM, LDA	32.070 €	24.053 €	24.053 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506956440	STECINSTRUMENTS - SISTEMAS TÉCNICOS, EQUIPAMENTOS E CONSUMÍVEIS, LDA	32.750 €	24.563 €	24.563 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506812731	FILES & BYTES DIAGNOSTICO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELECTRONICO, LDA	33.160 €	24.870 €	24.870 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506670333	NIBBLE - ENGENHARIA, LDA	32.000 €	24.000 €	24.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503524336	TECNIBRAGA- CONSULTORES, LDA	28.446 €	21.335 €	21.335 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507907256	LEVEL SOFT - TECNOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, LDA	34.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502197110	CNLL - ARQ. CARLOS NUNO LACERDA, LDA	213.814 €	106.907 €	106.907 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508434408	CLEVER ACTION, LDA	181.168 €	90.584 €	90.584 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507589823	AUTONOMIA - RECURSOS RENOVÁVEIS, SA	203.229 €	101.615 €	101.615 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501472657	CASO - CONSULTORES ASSOCIADOS DE ORGANIZAÇÕES E INFORMÁTICA, LDA	150.115 €	75.057 €	75.057 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502104821	SOCIREL-IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS QUIMICOS, SA	168.879 €	84.440 €	84.440 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	509117252	HOPEVALLEY - CONSULTORIA E INVESTIGAÇÃO EM PRODUTOS FUNCIONAIS, SOC. UNIPESSOAL, LDA	169.699 €	84.849 €	84.849 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508559588	CARDMOBILI - DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE, SA	215.371 €	153.478 €	153.478 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504535005	WINTOUCH - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	470.103 €	294.230 €	294.230 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504837958	IPORTALMAIS, SERVIÇOS DE INTERNET E REDES, LDA	439.360 €	292.086 €	292.086 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506718859	MULTIWAVE PHOTONICS - TECNOLOGIAS ÓPTICAS E ELECTRÓNICAS, SA	1.381.568 €	1.000.000 €	1.000.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504781456	K2C - CONSULTORIA E INFORMÁTICA, LDA	273.526 €	142.861 €	142.861 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508810108	SILICONGATE, LDA	660.904 €	391.265 €	391.265 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507638883	AUDOLICI - SISTEMAS ELECTRÓNICOS DE ÁUDIO, SA	353.784 €	264.747 €	264.747 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504280848	VIEIRA & LOPES, LDA	265.821 €	119.619 €	119.619 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507834372	DOUBLEMV - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, LDA	449.272 €	331.961 €	331.961 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501410961	CENTRO DE GENÉTICA CLÍNICA E PATOLOGIA PROF. AMÂNDIO S. TAVARES, SA	523.114 €	246.431 €	246.431 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509057608	BIOPIXEL - RESEARCH AND DEVELOPMENT STUDIOS, LDA	178.115 €	119.245 €	119.245 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503548839	BRUMA - TORNEIRAS & ACESSÓRIOS, LDA	484.168 €	375.224 €	375.224 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508389550	PALCOS DA REALIDADE - COMPUTAÇÃO GRÁFICA, LDA	276.009 €	220.807 €	220.807 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507835476	UNIVERSAL TECH - TECHNOLOGY & MULTIMÉDIA, LDA	326.420 €	177.822 €	177.822 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508115299	SELF ENERGY ENGINEERING & INNOVATION SA	429.745 €	281.236 €	281.236 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508192315	COSMOCULTURA, LDA	373.124 €	254.651 €	254.651 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501671749	FLUPOL - APLICAÇÕES TÉCNICAS DE POLÍMEROS FLUORADOS, LDA	434.837 €	321.620 €	311.949 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500246149	AZEVEDOS INDÚSTRIA - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS SA	631.419 €	442.416 €	442.416 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504837958	IPORTALMAIS, SERVIÇOS DE INTERNET E REDES, LDA	501.999 €	390.635 €	364.698 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508919061	LUSOINFO II - MULTIMÉDIA, LDA	597.906 €	463.957 €	415.832 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507717520	NEWMENSUS, LDA	716.575 €	634.354 €	539.516 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508376858	FOODINTECH, LDA	274.258 €	184.146 €	174.957 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501099484	TRATIVI - MÁQUINAS E ACESSÓRIOS PARA ENOLOGIA, LDA	236.905 €	193.127 €	162.230 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508760780	TECLA COLORIDA - SOFTWARE EDUCATIVO, LDA	693.469 €	573.285 €	496.673 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	121441784	ORIGINAL - ENGENHARIA DO AMBIENTE, DE JOAQUIM JOSÉ BARREIRA DE JESUS	182.069 €	133.201 €	122.344 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503731544	PORTCRIL - SOC. PORTUGUESA DE ACRILICOS, SA	295.260 €	162.393 €	162.393 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508447259	VENAFIL - CLEANING AND GARDENS, LDA	589.574 €	324.266 €	324.266 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505281805	SENHOR MELÃO - EDUCAÇÃO E ENTRETENIMENTO, LDA	197.200 €	108.460 €	108.460 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508450187	TOPIC SHARE - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA	165.250 €	107.413 €	107.413 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508454158	FÁCIL DE SEGUIR - DIGITALIZAÇÃO E PROCESSAMENTO DE DADOS, LDA	165.250 €	107.413 €	107.413 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508367360	SMARTWATT- EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E MICROGERAÇÃO, SA	165.409 €	90.975 €	90.975 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508501660	SPECIAL NUMBER, LDA	245.176 €	159.364 €	159.364 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508122228	ROQUETTE & CORREIA, LDA	360.964 €	198.530 €	198.530 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507600045	SEED STUDIOS, LDA	566.029 €	311.316 €	311.316 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508307341	ENANCER, ELECTRONICA SA	544.392 €	299.416 €	299.416 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507379659	E Q S SERVIÇOS DE ENGENHARIA QUALIDADE E SEGURANÇA, LDA	464.623 €	255.543 €	255.543 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500600201	ELECTRO INSTALADORA DE BAIRRO, LDA	1.165.597 €	651.773 €	651.773 €	34.222 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508598290	ABOUTPROFIT - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, LDA	167.750 €	92.263 €	92.263 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507790960	BYME - INFORMATION TECHNOLOGY, LDA	144.200 €	93.730 €	93.730 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507761782	EARTHLIFE-NOVAS TECNOLOGIAS PARA AS ENERGIAS RENOVÁVEIS	22.135.000 €	12.174.250 €	12.174.250 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507835476	UNIVERSAL TECH - TECHNOLOGY & MULTIMÉDIA, LDA	1.295.863 €	972.864 €	972.864 €	15.473 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508575907	ALCANCE - BUSINESS DEVELOPMENT, LDA	2.745.247 €	2.058.935 €	2.058.935 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508595843	ONDA DE ÁGUA - UNIPESSOAL, LDA	490.435 €	367.826 €	367.826 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508590035	HEALTH CORPORATION LABORSANO, LDA	173.785 €	130.339 €	130.339 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506090205	TECNIMASTER FL SISTEMAS ELECTRÓNICOS, LDA	230.156 €	149.601 €	149.601 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506386333	BERMA CENTRO DE IMPRESSAO DIGITAL, LDA	2.917.113 €	1.896.124 €	1.896.124 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508434408	CLEVER ACTION, LDA	118.825 €	89.119 €	89.119 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507893956	BSOLUS - BUSINESS SOLUTIONS, SOC. UNIPESSOAL, LDA	156.986 €	117.739 €	117.739 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508711703	OWNERSMARK POLIGHT SOC. UNIPESSOAL, LDA	2.123.950 €	1.380.567 €	1.380.567 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508599369	BIG ILLUSION - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA	198.950 €	149.213 €	149.213 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508839653	DINÂMICA VIRTUAL - SERVIÇOS DE ENGENHARIA, LDA	193.840 €	145.380 €	145.380 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507620917	BIG MAQ - SERVIÇOS DE MAQUINAÇÃO DE MOLDES, LDA	709.585 €	461.230 €	461.230 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508734568	BRINGCONCEPT -, LDA	975.050 €	734.312 €	734.312 €	48.400 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501695729	GEOMA - GEOTECNICA E MECÂNICA DE SOLOS, LDA	172.715 €	112.265 €	112.265 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508622328	PENHA REALIZAR, EVENTOS E RESTAURAÇÃO, LDA	2.778.319 €	2.083.740 €	2.083.740 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508836409	CLICKTOSELECT, LDA	515.472 €	335.057 €	335.057 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508613159	SPAWN STUDIOS, LDA	248.775 €	186.581 €	186.581 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508257352	SPI VENTURES - CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE NOVOS NEGÓCIOS, SA	217.712 €	142.017 €	142.017 €	2.690 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508742919	DIETGEST SA	177.740 €	115.531 €	115.531 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508760780	TECLA COLORIDA - SOFTWARE EDUCATIVO, LDA	351.944 €	263.958 €	263.958 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508795613	JOANA ESPINHEIRA - SOC. UNIPESSOAL, LDA	60.491 €	45.368 €	45.368 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508879485	GREENGRAPE, LDA	235.715 €	176.787 €	176.787 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508862280	BREVODISSEIA VALORIZAÇÃO DE RESIDUOS, LDA	106.573 €	79.930 €	79.930 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508214998	DURAMOL - CARGO, LDA	303.215 €	227.411 €	227.411 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508339855	CRITICAL MATERIALS, LDA (CMT)	1.262.219 €	834.598 €	834.598 €	75.499 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508959861	GLOBIPÓTESE - UNIPESSOAL, LDA	308.400 €	231.300 €	231.300 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505759403	SERRALHARIA - ARAÚJO & PAREDES, LDA	449.994 €	292.496 €	292.496 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508983231	VICE PORTUGAL, LDA	825.570 €	536.621 €	536.621 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506223515	NEW CONSULTING SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES, LDA	193.560 €	125.814 €	125.814 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507736370	MIL POSSIBILIDADES, LDA	532.850 €	344.103 €	344.103 €	5.063 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502627719	EXCELMOLDE - TECNOLOGIA DE MOLDES, LDA	262.127 €	170.382 €	170.382 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506466400	MAQUICAF- ELECTRODOMÉSTICOS, SA	795.348 €	516.976 €	516.976 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500868565	OSVALDO MATOS, LDA	503.079 €	327.001 €	327.001 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508444403	CVISUAL - COMUNICAÇÃO VISUAL, LDA	692.900 €	452.635 €	452.635 €	12.000 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507479220	PA RESIDEL - OPTIMIZAÇÃO ENERGÉTICA DE RESÍDUOS, SA	1.050.780 €	683.007 €	683.007 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503524336	TECNIBRAGA- CONSULTORES, LDA	91.060 €	68.295 €	68.295 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500862486	FAZCRITAS - CONTABILIDADE, FISCALIDADE, ADMINISTRAÇÃO E ACTIVOS, LDA	42.152 €	31.614 €	31.614 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506153495	LUCRÉCIA & PEREIRA CONSULTADORIA, LDA.	114.729 €	86.047 €	86.047 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508343275	BMC-CONSULTING, UNIPESSOAL, LDA	62.819 €	47.115 €	47.115 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508014700	CONTROLPOC, LDA	39.064 €	29.298 €	29.298 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509083994	BRINCAR ÀS ESTRELAS - ARTES E ESPECTÁCULOS, UNIPESSOAL, LDA	127.656 €	95.742 €	95.742 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502021209	SOSERFIS - SOC. DE SERVIÇOS DE CONTABILIDADE E FISCALIDADE, LDA	107.364 €	80.523 €	80.523 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505343274	WE LINK - COMUNICAÇÃO E MULTIMÉDIA, LDA	296.760 €	222.570 €	222.570 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502441976	ANTELCONTA - CONTABILIDADE, LDA	140.890 €	105.667 €	105.667 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	501898832	MDOIS - GABINETE DE ESTUDOS DE ENGENHARIA CIVIL, LDA	164.014 €	123.010 €	123.010 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508451078	MÁRIO VELOSO ANTUNES, UNIPESSOAL, LDA	52.296 €	39.222 €	39.222 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504143433	NOSTRAGEST - GABINETE DE CONTABILIDADE E CONSULTORIA, LDA	15.420 €	11.565 €	11.565 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506790355	COUNCIL - CONSULTORIA E SERVIÇOS, LDA	52.300 €	39.225 €	39.225 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508014930	SHSTMOREIRAS - SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO, LDA	26.605 €	19.953 €	19.953 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507410785	TRENMO - ENGENHARIA, LDA	90.502 €	67.877 €	67.877 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509142788	C A D P R , UNIPESSOAL, LDA	87.080 €	65.310 €	65.310 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	190167572	ROSÁRIO DE FATIMA CARVALHO DE SOUSA (DRA)	66.882 €	50.162 €	50.162 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506860930	SURFING LIFE CLUBE - ESCOLA DE SURF E ANIMAÇÃO TURÍSTICA, LDA	20.025 €	15.019 €	15.019 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508115299	SELF ENERGY ENGINEERING & INNOVATION SA	398.421 €	258.974 €	258.974 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509130003	VENTOS DO HORIZONTE SA	337.297 €	219.243 €	219.243 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505480786	ESPAÇONEXUS - ARRENDAMENTO DE IMÓVEIS, LDA	292.206 €	219.155 €	219.155 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503500259	A400 - PROJECTISTAS E CONSULTORES DE ENGENHARIA CIVIL, LDA	1.620.243 €	1.217.456 €	1.217.456 €	36.382 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508993032	VIS VIDA - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, LDA	191.865 €	124.712 €	124.712 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502473550	BARBAL - PESAGEM ELECTRÓNICA, LDA	994.017 €	646.111 €	646.111 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509186092	LINKINTENSE, LDA	286.448 €	243.481 €	243.481 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509095950	FAVAC - FÁBRICA DE ACESSÓRIOS PARA VENTILAÇÃO E AR CONDICIONADO, LDA	507.037 €	329.574 €	329.574 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	509142389	MEGAJOULE INOVAÇÃO, LDA	204.929 €	153.697 €	153.697 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506988180	GRANDENTAL - CENTROS CLÍNICOS E DENTÁRIOS, LDA	209.544 €	157.158 €	157.158 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501704922	AVEL - ELECTRÓNICA, LDA	341.176 €	221.764 €	221.764 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	509013759	LOGARITMOS & ALGORITMOS - SOFTWARE E LOGÍSTICA, LDA	246.412 €	177.309 €	177.309 €	11.250 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503693596	HARD CLUB TURISMO DE ANIMAÇÃO CULTURAL, LDA	1.937.215 €	1.452.912 €	1.452.912 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509041108	VIGIE SOLUTIONS, LDA	142.510 €	106.883 €	106.883 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506912957	EWEN, SOLUÇÕES GLOBAIS EM ENERGIA E AMBIENTE, LDA	553.598 €	359.839 €	359.839 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	509277977	IONIZHEAT - FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AQUECIMENTO, LDA	274.286 €	178.286 €	178.286 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502530235	NORLUX - RECLAMOS LUMINOSOS E PUBLICIDADE, LDA	150.069 €	97.545 €	97.545 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503890189	FIBRAUTO - FABRICO DE OBJECTOS EM POLYESTER, LDA	449.900 €	299.004 €	299.004 €	35.037 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509069266	CCBG CONSULTING, LDA	557.918 €	418.438 €	418.438 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505860503	LIFTECH - TECNOLOGIA PARA ELEVADORES, LDA	201.411 €	130.917 €	130.917 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	509303102	TAGBALANCE, LDA	164.010 €	123.008 €	123.008 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506977544	KONK CONSULTING - CONSULTORIA INFORMÁTICA, LDA	1.304.286 €	769.529 €	769.529 €	176.079 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508141184	NDRIVE, NAVIGATION SYSTEMS, SA	5.006.367 €	3.254.139 €	3.254.139 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509071864	ORGALAXY, LDA	343.700 €	257.775 €	257.775 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509278671	TAKE A CITY, LDA	380.500 €	285.375 €	285.375 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508679435	COOLSIS - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	97.668 €	73.251 €	73.251 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508692652	PRATICAL WAY SOFTWARE, PORTUGAL SA	107.071 €	80.545 €	80.545 €	3.860 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509310346	OSTV, LDA	315.521 €	268.193 €	268.193 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508956153	EFALIFT - SISTEMAS E TECNOLOGIAS PARA ELEVADORES, LDA	232.473 €	151.108 €	151.108 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508340950	TEC4CAR - TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, LDA	415.856 €	270.306 €	270.306 €	- €
Administração Autónoma Local	506829138	Município de Santa Marta de Penaguião	1.312.462 €	1.312.462 €	1.049.970 €	- €
Administração Autónoma Local	506848957	Município de Gondomar	5.047.424 €	5.047.424 €	3.533.196 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502772271	Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto	4.564.414 €	4.564.414 €	3.195.090 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502772271	Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto	1.773.010 €	1.773.010 €	1.241.107 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	507624866	Associação Spinpark - centro de incubação de base tecnologica	1.992.943 €	1.992.943 €	1.395.060 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	504867946	Oficina da Inovação - Empreendedorismo e Inovação EMpresarial S.A.	750.788 €	750.788 €	525.551 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501775501	ANJE - Associação Nacional de Jovens Empresários	985.594 €	985.594 €	689.916 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	507847695	UPTEC - Associação de Transferência de Tecnologia da Asprela	15.825.559 €	15.825.559 €	11.077.891 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Entidade Privada sem fins lucrativos	501919872	NET-NOVAS EMPRESAS E TECNOLOGIAS, SA	342.754 €	342.754 €	239.928 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	506494926	Cotec Portugal - Associação Empresarial para a Inovação	946.171 €	946.171 €	662.320 €	- €
Instituições do Ensino Superior	501082522	Universidade Católica Portuguesa - Centro Regional do Porto	640.558 €	640.558 €	448.391 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	507745868	SANJOTEC- ASSOCIAÇÃO CIENTIFICA E TECNOLOGICA	6.518.303 €	6.518.303 €	4.562.812 €	- €
Empresa de média dimensão (recomendação 2003/361/CE)	501349197	METALOVIANA - METALÚRGICA DE VIANA, SA	268.017 €	93.806 €	93.806 €	- €
Associações empresariais	501994335	ASSOC. EMPRESARIAL DE PAÇOS DE FERREIRA	860.334 €	363.566 €	363.566 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506764320	QUALITY TOURS - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO, SA	90.583 €	40.762 €	40.762 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504170023	LUSOVERNIZ COMÉRCIO E INDUSTRIA DE TINTAS E VERNIZES, LDA	168.846 €	75.981 €	75.981 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506175960	XYLO ONE - ARTIGOS DE CORTIÇA E MADEIRA, LDA	184.055 €	82.825 €	82.825 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502581565	EASI INTERNACIONAL - COMÉRCIO DE MÁQUINAS TÊXTEIS, LDA	123.942 €	55.774 €	55.774 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	501629980	J.MARQUES DOS SANTOS, LDA	292.912 €	131.810 €	131.810 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506642445	JOCOSMOVEL - INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS UNIPESSOAL, LDA	112.561 €	50.652 €	50.652 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501456074	ESTOFOS RAMOS PINTO, LDA	319.010 €	143.555 €	143.555 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502511907	J.J. FERREIRA DOS SANTOS, LDA	165.385 €	74.423 €	74.423 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502717777	LICONFE - LINHAS INDUSTRIAIS, LDA	139.962 €	62.983 €	62.983 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504821288	FONTRAF - EQUIPAMENTOS, LDA	95.964 €	43.184 €	43.184 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507707257	METALAZ - INDÚSTRIA DE PRODUTOS METÁLICOS, LDA	1.064.293 €	478.932 €	478.932 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507505492	FÓLIOWATERS - EXPLORAÇÃO DE ÁGUAS NATURAIS, LDA	954.650 €	429.593 €	429.593 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502365447	PINHOS & MOURO, LDA	126.154 €	56.769 €	56.769 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503638021	JOSÉ AMÉRICO - ROLHAS E CÁPSULAS, LDA	280.346 €	126.156 €	126.156 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506536149	CONFORFLUIDE - TECNOLOGIAS AMBIENTAIS, LDA	173.879 €	78.246 €	78.246 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502104384	LUIS NUNES DA SILVA, LDA	138.690 €	62.410 €	62.410 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504003410	DAV - ACESSÓRIOS PARA A INDÚSTRIA DE TORNEIRAS, LDA	105.584 €	47.513 €	47.513 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501642277	LATINO CONFECÇÕES, LDA	399.520 €	179.784 €	179.784 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507688945	CAMINHAR-COMFORT SHOES, UNIPESSOAL, LDA	73.075 €	32.884 €	32.884 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502217766	AMI - TECNOLOGIAS PARA TRANSPORTES, SA	533.189 €	239.935 €	239.935 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502064560	QUINTA DA ROSA - VINHOS S.A	164.950 €	74.228 €	74.228 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501576967	FCO - COMÉRCIO INTERNCIONAL E CONSULTORIA, LDA	396.665 €	178.499 €	178.499 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508367751	DEFINIR DATAS - AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO UNIPESSOAL, LDA	448.910 €	202.010 €	202.010 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508443954	BIOATLANTICO - COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS BIOLÓGICOS, LIMITADA	125.765 €	56.594 €	56.594 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504571133	CARM - CASA AGRÍCOLA ROBOREDO MADEIRA SA	317.975 €	143.089 €	143.089 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506411516	RICARDO MILTON - PRODUÇÃO & COMÉRCIO DE TÊXTEIS-LAR, LDA	88.488 €	39.819 €	39.819 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503178683	LOBRIMA - COMÉRCIO IMP.DISTRIBUIÇÃO DE BRINDES E MAQUINAS	294.566 €	132.555 €	132.555 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503281115	CLINIFAR - PRODUTOS CLÍNICOS E FARMACEUTICOS, SA	191.712 €	88.948 €	88.948 €	6.120 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501881549	ALDA INDÚSTRIA DE MALHAS, LDA	128.450 €	57.803 €	57.803 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501582991	IRMEPOL - INDUSTRIA DE COMPONENTES PARA CARROÇARIA, LDA	151.858 €	69.208 €	69.208 €	1.994 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507371690	WATERKOTTE IBÉRIA, LDA	302.300 €	136.035 €	136.035 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501152237	F.COSTA INDUSTRIA DE MADEIRAS, SA	198.814 €	89.466 €	89.466 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502138831	ALEAL - INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO, LDA	432.423 €	194.590 €	194.590 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503731544	PORTCRIL - SOC. PORTUGUESA DE ACRILICOS, SA	135.630 €	61.034 €	61.034 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502055278	IMPORTINOX - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE METAIS, LDA	311.086 €	139.989 €	139.989 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504194127	PRIMÉRICA - REPRESENTAÇÕES, SA	164.600 €	74.070 €	74.070 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507977190	3AL3, LDA	201.892 €	90.852 €	90.852 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506841251	RONDONSHOES, COMERCIO INTERNACIONAL DE CALÇADO, LIMITADA	258.200 €	116.190 €	116.190 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504039920	BIFASE - MATERIAL ELÉCTRICO E ELECTRÓNICO, LDA	327.844 €	147.530 €	147.530 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506665720	OFTEN COMERCIO DE MOBILIÁRIO URBANO E DE ESCRITÓRIO, LDA	534.914 €	245.961 €	245.961 €	12.000 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500616485	ONARA - INDUSTRIA E COMERCIO DE TÊXTEIS, SA	953.500 €	429.198 €	429.198 €	4.623 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505967740	IVV AUTOMAÇÃO, LDA	380.289 €	171.130 €	171.130 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508386551	R&L ANTUNES, LDA	283.737 €	129.116 €	129.116 €	3.280 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502297930	UDEX IMPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÕES SA	613.455 €	250.000 €	250.000 €	10.925 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502076224	MOCITE - NEGÓCIOS E CONSULTADORIA PARA INDÚSTRIA GRÁFICA, LDA	307.022 €	138.160 €	138.160 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503119792	TECPAN,TECNOLOGIA E PRODUTOS PARA PASTELARIA E PANIFICAÇÃO , LDA	110.288 €	49.630 €	49.630 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505433869	FERNANDO, LIMA & C.ª, LDA	193.025 €	86.861 €	86.861 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504022610	ESTALAGEM DE MONTALEGRE, TURISMO, NATUREZA E LAZER, LDA	476.000 €	214.200 €	214.200 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501745068	VIANAS - MAQUINAS, FERRAMENTAS E MATERIAL DE INCENDIO, LDA	189.295 €	85.183 €	85.183 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	191362816	PAULA ALEXANDRA RIBEIRO DE SOUSA LEITE OLIVEIRA	38.200 €	17.190 €	17.190 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	501438491	MARTINS SOARES TURISMO, LDA	56.493 €	25.422 €	25.422 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508538076	LITOSBELIX, LDA	243.369 €	109.516 €	109.516 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505225468	ÁGUA SOBRE RODAS - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES, LDA	192.418 €	86.588 €	86.588 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501695060	SOC. QUINTA DO PORTAL, SA	610.471 €	250.000 €	250.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504537121	O.A.T. - ORIGINAL AUTHENTIC TRENDS, SA	131.548 €	59.196 €	59.196 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503152900	SANCO - PRODUTOS ELECTRÓNICOS, LDA	223.627 €	100.632 €	100.632 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507682300	4 TEAMS - ADVERTISING & MERCHANDISING, LDA	148.950 €	67.028 €	67.028 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504080466	J. ALVES - OFICINAS AUTO, LDA	59.131 €	26.609 €	26.609 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504745247	LAVRADORES DE FEITORIA - VINHOS DE QUINTA, SA	138.421 €	62.290 €	62.290 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507378261	FACTORY PLAY	234.016 €	105.307 €	105.307 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505207222	AMR INTERNACIONAL, LDA	123.238 €	58.485 €	58.485 €	6.920 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507452542	MYSTIC SEA - UNIPESSOAL, LDA	263.755 €	118.690 €	118.690 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501179569	PROMOCOMPO - COMPONENTES INDUSTRIAIS, LDA	218.339 €	98.253 €	98.253 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503182710	A.N.O. - SISTEMAS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS, LDA	370.459 €	166.707 €	166.707 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508141362	MOVELAU - INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO, LDA	160.578 €	72.260 €	72.260 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508404240	BEAUTY WOMAN, LDA	72.325 €	32.546 €	32.546 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507505794	QUESTSOURCE, LDA	431.694 €	194.262 €	194.262 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506154785	ENC - CONSULTADORIA E SERVIÇOS DE ENERGIA, LDA	204.720 €	92.124 €	92.124 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505843471	PEÚGAS ANDRADE & CARVALHO, LDA	47.962 €	21.583 €	21.583 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507231198	APC - INSTRUMENTOS MUSICAIS, LDA	207.550 €	93.397 €	93.397 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503524204	TIPOGRAFIA TADINENSE, LDA	271.064 €	138.632 €	138.632 €	38.065 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501440593	TENCO CAFÉS, LDA	123.800 €	55.710 €	55.710 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503566926	ARMANDO & FILHOS, LDA	212.720 €	95.724 €	95.724 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506724352	JOSÉ MARIA MARTINS, CUTELARIA TRADICIONAL DE PALAÇOULO, LDA	44.287 €	19.929 €	19.929 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503699780	CLIMABANHO, LDA	67.108 €	30.198 €	30.198 €	- €
Associações empresariais	500986193	ASSOC. COMERCIAL E INDUSTRIAL DE BARCELOS	162.250 €	74.717 €	74.717 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504627236	PORTOCOURO	408.924 €	184.016 €	184.016 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504242920	NORBERTO COSTA, LDA	525.686 €	233.181 €	233.181 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500575193	JUNCOR - ACESSÓRIOS INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS, LDA	142.595 €	64.168 €	64.168 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504229451	MARQUES & GOMES, LDA	501.892 €	225.851 €	225.851 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508431093	ZONALC.COM, LDA	118.619 €	53.378 €	53.378 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504970020	CLEANSTATION, SA	94.475 €	46.609 €	46.609 €	9.360 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505099047	DOMINAL, LDA	335.410 €	150.935 €	150.935 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500193347	MIGUEL OLIVEIRA SUCESSORES, S.A	415.794 €	187.107 €	187.107 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502404361	TOPSVILLE MALHAS & CONFECÇÕES, LDA	784.595 €	353.068 €	353.068 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506529932	CARLOS ALBERTO & FILHOS, LDA	18.200 €	13.650 €	13.650 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502913274	MARSAL - ESTRUTURAS METÁLICAS E ALUMÍNIO, LDA	10.000 €	7.500 €	7.500 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	501715398	IRMÃOS FERREIRA, LDA	15.000 €	11.250 €	11.250 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501759441	MEILEX, LDA	10.500 €	7.875 €	7.875 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502012757	AFICOR-AFIAMENTOS E REPARAÇÕES DE FERRAMENTAS DE CORTE, SA	30.000 €	22.500 €	22.500 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503492787	ATLANTA - COMPONENTES PARA CALÇADO, LDA	6.500 €	4.875 €	4.875 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502907363	MANUEL MOREIRA DIAS, LDA	16.000 €	12.000 €	12.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504048813	CINDICALFE IND DE CALÇADO, LDA	10.000 €	7.500 €	7.500 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501594698	JOSÉ FERNANDES CARDOSO SA	11.500 €	8.625 €	8.625 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502458798	ABEL PINHO, LDA	15.000 €	11.250 €	11.250 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505721953	DIAS & MOTA - ALARMES, SERVIÇOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, LDA	14.250 €	10.688 €	10.688 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504008170	OLHO VIVO - SISTEMAS ELETRÓNICOS, LDA	13.375 €	10.031 €	10.031 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501297650	JOSÉ NEVES & C.IA, LDA	21.560 €	16.170 €	16.170 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507501888	ABREU E PEDRA, HIGIENE E BEM ESTAR, LDA	11.000 €	8.250 €	8.250 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503428825	AUGUSTO MOREIRA-MÓVEIS, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508570093	NEW TEXTILES, LDA	35.650 €	25.000 €	25.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504838644	ARMANDO FERREIRA & FILHOS, LDA	11.087 €	8.315 €	8.315 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503569151	CARLOS MANUEL SALGADO DA COSTA, LDA	8.400 €	6.300 €	6.300 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503757730	CADEINOR REPRESENTAÇÕES, LDA	7.500 €	5.625 €	5.625 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503149314	METALÍNSUA - EMPRESA DE CONSTRUÇÕES MATÁLICAS, LDA	106.946 €	48.126 €	48.126 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502430508	E.C.E - EMPRESA DE CALÇADO EUROPA, LDA	1.183.426 €	532.542 €	532.542 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507761634	OBSERVARTES, LDA	243.973 €	109.788 €	109.788 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	500533482	FERREIRA DE MELO & Cª, LDA	140.558 €	63.251 €	63.251 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501671749	FLUPOL - APLICAÇÕES TÉCNICAS DE POLÍMEROS FLUORADOS, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505250373	FLUXOIBÉRIA - MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO, LDA	11.500 €	8.625 €	8.625 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502969083	MARITÁVORA - INVESTIMENTOS, LDA	112.190 €	50.486 €	50.486 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501695729	GEOMA - GEOTECNICA E MECÂNICA DE SOLOS, LDA	127.356 €	57.310 €	57.310 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504500252	GLOBAL - PRODUTOS DE EMBALAGEM, LDA	239.122 €	108.025 €	108.025 €	960 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504218883	TATUAGGI - INDÚSTRIA DE CALÇADO, LDA	596.515 €	250.000 €	250.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508182395	SPIRITU & ANIMA, LDA	474.623 €	213.580 €	213.580 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504056638	VITIVINÍCOLA CARLA FERREIRA UNIPESSOAL, LDA	143.690 €	64.661 €	64.661 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508468558	GUIPACK - UNIPESSOAL, LDA	227.050 €	102.173 €	102.173 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501727825	NOVAVET, PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS, LDA	108.222 €	48.700 €	48.700 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508477972	GERAÇÃO DE VANGUARDA - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, LDA	201.708 €	90.769 €	90.769 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507879996	M. FÁTIMA SILVA, LDA	324.521 €	146.034 €	146.034 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508486394	QDM - VINHOS, LIMITADA	78.460 €	35.307 €	35.307 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	106320750	DOMINGOS GUILHERMINO DOS REIS ALVES DE SOUSA	176.655 €	79.495 €	79.495 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506600807	SENSYS CALÇADO, LDA	367.300 €	165.285 €	165.285 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500595356	CONCEIÇÃO ROSA PEREIRA & Cª, LDA	418.475 €	188.314 €	188.314 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501583297	OS NETOS DO SIMÃO - METALÚRGICA, SA	120.367 €	56.531 €	56.531 €	5.408 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503472468	J M FERNANDES, LDA	156.801 €	81.793 €	81.793 €	25.674 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504594745	QUINTA DO VALLADO - SOC. AGRÍCOLA, LDA	218.265 €	99.059 €	99.059 €	1.920 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501250131	LINO BARROS & FERREIRA, LDA	531.457 €	239.156 €	239.156 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505990857	TWISTOP - SERV. ENGENHARIA E EQUIP. INDUSTRIAIS., LDA	26.731 €	12.029 €	12.029 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501463577	NELSOMÓVEIS, LDA	145.269 €	65.371 €	65.371 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501856820	FAN - CARPINTARIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA	149.175 €	67.129 €	67.129 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503418625	TINTA COM PINTA, LDA	398.134 €	179.160 €	179.160 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506689476	RACH TRANSITOS, LDA	133.834 €	73.174 €	73.174 €	29.598 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501588752	EDIFICE, SA	481.449 €	216.652 €	216.652 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501515526	SULNOR - INDUSTRIA METALOMECANICA, LDA	233.608 €	122.814 €	122.814 €	40.434 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506033775	MUNDO AUTOMÓVEL DE ELINANA GOMES RIBEIRO NUNES & COMPANHIA, LDA	420.659 €	218.442 €	218.442 €	81.586 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502211547	ALBANO & FILHO, LDA	352.353 €	158.559 €	158.559 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508201926	MORER - ENERGIAS RENOVÁVEIS, LDA	78.253 €	35.214 €	35.214 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501754962	PJA VIAGENS E TURISMO, LDA	162.390 €	73.076 €	73.076 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507997433	COMPECO - MATERIAIS COMPÓSITOS, LDA	150.104 €	67.547 €	67.547 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502395362	FRASA IBÉRICA - EQUIPAMENTOS DE COZINHA, SA	266.950 €	120.128 €	120.128 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508543231	ZOOMBOX - CONFECÇÕES, LDA	307.413 €	138.336 €	138.336 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504465767	ALBANO MIGUEL FERNANDES, LDA	248.511 €	111.830 €	111.830 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506738175	DOD - COMPONENTES PARA CALÇADO, LDA	271.945 €	122.375 €	122.375 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502414669	MÓVEIS PEREIRA DA COSTA, LDA	136.033 €	67.251 €	67.251 €	13.796 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503354520	ELO - DISTRIBUIÇAO DE CALÇADO, LDA	364.063 €	163.828 €	163.828 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504907808	NORCONCESSUS - EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO E CIENTÍFICOS, LDA	343.598 €	158.896 €	158.896 €	10.384 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505844699	SOUTO & FILHOS, LDA	511.050 €	229.972 €	229.972 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	501503510	ADVANCED PRODUCTS PORTUGAL IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO, LDA	117.410 €	52.835 €	52.835 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504387723	VDS - VINHOS DO DOURO SUPERIOR, SA	117.119 €	52.703 €	52.703 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503307459	CPM - CRIAÇÃO E PROMOÇÃO DA MODA, LDA	241.778 €	108.800 €	108.800 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503526088	PAULO BRANDÃO, LDA	230.821 €	103.869 €	103.869 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502391057	JOMASIL - JOÃO MANUEL SOUSA SILVA, LDA	520.933 €	234.420 €	234.420 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500378207	MANOEL D. POÇAS JUNIOR - VINHOS, SA	163.544 €	73.595 €	73.595 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506631494	RECIAL - RECICLAGEM DE ALUMÍNIOS, SA	174.350 €	78.458 €	78.458 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507601114	TEC IT - TECNOLOGIA INTELIGÊNCIA E DOMÓTICA SA	136.343 €	61.354 €	61.354 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502110350	PLASMITEC - PLASTICOS TÉCNICOS DO MINHO, LDA	215.137 €	96.812 €	96.812 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507525825	NIENOR - INDÚSTRIA DE ACESSÓRIOS PARA ALUMÍNIO, LDA	58.040 €	26.118 €	26.118 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501916369	MOISÉS LIMA CORTIÇAS, LDA	146.025 €	65.711 €	65.711 €	664 €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500006687	ABÍLIO P. CARNEIRO & FILHOS, LDA	277.811 €	125.015 €	125.015 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502227656	AGRIFER - EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS, LDA	39.524 €	21.936 €	21.936 €	9.486 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500263361	SOCEQUI - SOC. DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, LDA	98.424 €	44.291 €	44.291 €	4.500 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505148676	LINEAMÉDICA - DISPOSITIVOS MÉDICO-CIRÚRGICOS, SA	305.170 €	137.326 €	137.326 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506658503	LOJA DA PRAÇA - BENS ALIMENTARES, LDA	98.671 €	44.402 €	44.402 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	500744971	PINHOS, LDA	123.673 €	55.653 €	55.653 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504368109	F. OLAZABAL & FILHOS, LDA	167.375 €	75.669 €	75.669 €	800 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502840234	MÓVEIS PINTO BARBOSA, LDA	137.197 €	61.739 €	61.739 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502789409	LOUSAPNHOS MOBILIÁRIO E DECORAÇÃO, LDA	559.246 €	250.000 €	250.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507626630	CRIS´GALOS, LDA	316.467 €	142.410 €	142.410 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508185114	EMH - SOC. IMPORTAÇÃO DISTRIBUIÇÃO PAPEL, LDA	243.700 €	109.665 €	109.665 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503542016	CLUBE VIAJAR - VIGENS E TURISMO, LDA	494.975 €	222.739 €	222.739 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508532760	NORSOLUTIONS - DESIGN, PUBLICIDADE E SINALIZAÇÃO, LDA	122.803 €	57.169 €	57.169 €	5.054 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500202141	NIEPOORT VINHOS, SA	740.132 €	335.509 €	335.509 €	5.600 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502511796	A. BARBOSA, LDA	184.538 €	83.042 €	83.042 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503655155	EUGENIO CAMPOS, LDA	756.048 €	343.021 €	343.021 €	6.400 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503574651	SLAVI - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SOLDADURA, LDA	246.812 €	111.065 €	111.065 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508501822	MADE IN WORLD, LDA	275.309 €	123.889 €	123.889 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	500882436	JORGE CRUZ & IRMÃO, LDA	68.835 €	30.976 €	30.976 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506529932	CARLOS ALBERTO & FILHOS, LDA	387.778 €	181.966 €	181.966 €	17.066 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504539604	RUI & FERREIRA - COMÉRCIO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICO, LDA	113.388 €	51.025 €	51.025 €	- €
Associações empresariais	508766877	ASSOC. DE DESENVOLVIMENTO DA ROTA DO AZEITE DE TRÁS-OS-MONTES	81.820 €	37.167 €	37.167 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505756960	JETCLASS, INDUSTRIA DE MOBILIÁRIO, LDA	857.637 €	391.461 €	391.461 €	12.628 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504218301	CIFRANCA-COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS, SA	304.930 €	139.175 €	139.175 €	4.472 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503076740	SOFIMITOS - INDÚSTRIA PARA ACESSÓRIOS DE BANHO, LDA	272.331 €	122.549 €	122.549 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507693566	WHYWE TRADING, LDA	458.018 €	206.108 €	206.108 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502815302	CITIAUTO COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, LDA	92.543 €	41.645 €	41.645 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501068511	JAIME REBELO, LDA - REFRAL	68.952 €	31.029 €	31.029 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505945991	SERRALHARIA SANTOS PEREIRA, LDA	61.603 €	27.721 €	27.721 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504154290	16 IRMAOS - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, LDA	115.077 €	51.785 €	51.785 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504838679	PEIXOTO, DIAS & OLIVERA, LDA	45.408 €	20.433 €	20.433 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507772032	COLORSTAR, LDA	65.000 €	30.886 €	30.886 €	10.411 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506796868	SIMPLEFORMS - DESIGN, LDA	114.504 €	51.527 €	51.527 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504124269	M-MODELISMO, LDA	266.930 €	120.119 €	120.119 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508534550	SIMPLENEWS, LDA	235.837 €	106.127 €	106.127 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504621823	NATURAPURA IBÉRICA - PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS NATURAIS, SA	532.959 €	239.831 €	239.831 €	- €
Associações empresariais	501994335	ASSOC. EMPRESARIAL DE PAÇOS DE FERREIRA	1.184.411 €	595.118 €	595.118 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507514548	GUARNIÇÃO, LDA	138.676 €	64.746 €	64.746 €	5.352 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502246413	ESTAMPARIA MENDES, LDA	208.114 €	110.630 €	110.630 €	38.808 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508435005	SILENCE DESIGN, LDA	321.227 €	144.552 €	144.552 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501297413	MÓVEIS S. JOSÉ - JOSÉ REGO, LDA	78.250 €	35.213 €	35.213 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502653604	D. BISCOITO - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES, LDA	161.308 €	72.588 €	72.588 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501440593	TENCO CAFÉS, LDA	60.891 €	27.401 €	27.401 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501698493	A. J. AGUIAR - COMÉRCIO GERAL, LDA	152.278 €	68.525 €	68.525 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504243152	EWINE, LDA	193.292 €	86.981 €	86.981 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507669274	J.M.CACHINA, LDA	177.700 €	79.965 €	79.965 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508584620	EUROWIRE, LDA	966.947 €	435.126 €	435.126 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500427860	WALDEMAR FERNANDES DA SILVA, S. A.	33.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508593042	NATURALCONCEPTS, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502015071	MATEUS & MARTINS, SA	30.000 €	22.500 €	22.500 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503634760	PANGA PANGA - CARPINTARIA, LDA	13.000 €	9.750 €	9.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501760350	CARPINTARIA ROCHA, LDA	24.000 €	18.000 €	18.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501237011	J.H.S. OLIVEIRAS, LDA	24.000 €	18.000 €	18.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502464909	TECNICOURO - PRÉ FABRICADOS PARA CALÇADO, LDA	6.000 €	4.500 €	4.500 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503962007	PORTA XXI - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ACESSÓRIOS E PORTAS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA	32.500 €	24.375 €	24.375 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502620927	ERPÍDIO FERNANDO ALVES COUTO, LDA	15.000 €	11.250 €	11.250 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502198370	ALBERTO J. TAVARES CORTIÇAS, LDA	15.000 €	11.250 €	11.250 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505057158	NORTITEC - DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS INFORMATICOS, LDA	32.000 €	24.000 €	24.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502262184	TEPREL - EQUIPAMENTOS MÉDICOS, SA	30.000 €	22.500 €	22.500 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	122842081	JOÃO RODRIGUES GONÇALVES	30.000 €	22.500 €	22.500 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501210148	A. RAFAEL & COMPANHIA, LDA	16.500 €	12.375 €	12.375 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502268786	ANTÓNIO A. F. FONSECA E FILHOS, LDA	15.000 €	11.250 €	11.250 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503000728	CORTIÇA BENÍCIA, SA	33.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507204565	EMPIPHONE - COMÉRCIO DE TELECOMUNICAÇÕES, UNIPESSOAL, LDA	33.285 €	24.964 €	24.964 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507397398	TYBER - COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LDA	34.000 €	25.000 €	25.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500684278	FERNANDO VALENTE	31.200 €	23.400 €	23.400 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500663645	TORNEIRAS MONTEIRO, LDA	34.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505364590	GOLDENTEX, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508179440	GLOBOTRILHA- COMPONENTES PARA CALÇADO UNIPESSOAL, LDA	20.200 €	15.150 €	15.150 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506560880	VIMASOL ENERGIAS RENOVAVEIS, LDA	32.000 €	24.000 €	24.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508570093	NEW TEXTILES, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	501337067	AUTOFIX - COMÉRCIO DE AUTOMÍOVEIS, LDA	15.800 €	11.850 €	11.850 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504828606	ESTOFOS BERSANDRA	179.187 €	82.533 €	82.533 €	4.341 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506864693	TRIAF - SEGURANÇA E TELECOMUNICAÇOES DE BRAGA, LDA	239.293 €	107.682 €	107.682 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505546175	ADRIANO FELGUEIRAS - SOC. DE CONSTRUÇÕES, LDA	24.000 €	18.000 €	18.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504439723	A &R PONTES, REPRESENTAÇÕES DE CALÇADO, LDA	299.575 €	134.809 €	134.809 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507856813	QUINTA DO CRASTO SA	495.080 €	225.236 €	225.236 €	5.600 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507589270	IBERNAVES, SOLUÇÕES INTEGRADAS, LDA	13.600 €	10.200 €	10.200 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506685810	SPACE ECOCOMBUSTÍVEIS, LDA	5.560 €	4.170 €	4.170 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505821680	HABIDOM - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA	16.600 €	12.450 €	12.450 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500107718	FÁBRICA DE SERRAÇÃO E CERÂMICA AMARO DE MACEDO SA	12.000 €	9.000 €	9.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501060073	BARREIROS COSTA & SAMPAIO, LDA	24.750 €	18.563 €	18.563 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502844280	FRUTAS CRUZEIRO, LDA	26.997 €	20.248 €	20.248 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504377183	3M2P-CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS, LDA	33.300 €	24.975 €	24.975 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502940930	SANTOS CAMISEIROS, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503608050	LUIS AZEVEDO E FILHOS, LDA	346.051 €	155.723 €	155.723 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500245096	SERAFIM DA SILVA JERÓNIMO & FILHOS, LDA	16.000 €	12.000 €	12.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502474149	ELECTROGRAÇA - INSTALAÇÕES, LDA	10.000 €	7.500 €	7.500 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508420326	SENETEL - SERVIÇOS ENERGIAS E TELECOMUNICAÇÕES, UNIPESSOAL, LDA	96.710 €	43.520 €	43.520 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508047021	SOVICORE-SOC.VIANENSE DE CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO, LDA	15.500 €	11.625 €	11.625 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508977150	JOÃO FONTELA, LDA	460.340 €	207.153 €	207.153 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502435518	RESTAURANTE SONHO DO CAPITÃO, LDA	93.499 €	44.525 €	44.525 €	5.600 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503588253	BARÃO DE VILAR	214.070 €	96.332 €	96.332 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502861444	TORREFACÇÃO ARCUENSE, LDA	20.300 €	15.225 €	15.225 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503125490	TECNILIMA - EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS, LDA	279.045 €	128.771 €	128.771 €	13.372 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501281720	GUIMADIESEL- REPARAÇÃO BOMBAS INJECTORAS E TURBOCOMPRESSORES, LDA	245.522 €	118.434 €	118.434 €	18.170 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504007416	CRUZ & AREAL, LDA	623.564 €	282.863 €	282.863 €	5.165 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502104368	JOAQUIM MENDES, LDA	34.498 €	15.524 €	15.524 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501366709	IRMÃOS PINTO, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504666673	PERSONALIDADE LASER, COMERCIO BRINDES E PRODUTOS PUBLICITÁRIOS, LDA	37.380 €	16.821 €	16.821 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508349354	DSM PLÁSTICOS, LDA	10.000 €	7.500 €	7.500 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507227115	UP-WAY SYSTEMS - REPRESENTAÇÕES, UNIPESSOAL, LDA	349.418 €	161.005 €	161.005 €	8.611 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	500102015	EUROCALOR - TERMO INSTALADORA, LDA	41.921 €	21.160 €	21.160 €	5.248 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500823189	MATALURGICA DA LIXA, LDA	16.750 €	12.563 €	12.563 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503367214	DROMEDARIS PORTUGAL, CALÇADO, LDA	486.262 €	218.818 €	218.818 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502673516	HESTIA MOBILIARIO CONTEMPORANEO, LDA	226.050 €	101.722 €	101.722 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502189231	RIOCER - CERÂMICA DO RIO, LDA	17.000 €	12.750 €	12.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508648750	ABSOLUTARGET UNIPESSOAL, LDA	196.300 €	88.335 €	88.335 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502640421	MBA - MARKETING E BRINDES, LDA	152.009 €	68.404 €	68.404 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504048813	CINDICALFE IND DE CALÇADO, LDA	296.000 €	133.200 €	133.200 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504961950	UNICOR 2 - PRODUTOS DE CORTIÇA, LDA	6.500 €	4.875 €	4.875 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506178994	MANUEL SILVA NETO CONFECÇÕES, LDA	342.975 €	154.339 €	154.339 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501594698	JOSÉ FERNANDES CARDOSO SA	7.800 €	5.850 €	5.850 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506976963	BERNARDO DA COSTA - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, LDA	73.600 €	33.120 €	33.120 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501548238	ÂNGELO DA COSTA MARTINS & IRMÃOS, LDA	33.300 €	24.975 €	24.975 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503807001	QUALISHOE - COMERCIO INTERNACIONAL, LDA	166.500 €	74.925 €	74.925 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501668535	NORLIMA - EDIFICADORA DO LIMA, LDA	17.500 €	13.125 €	13.125 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507750250	COMPLEXIDATA - INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES, LDA	298.750 €	134.438 €	134.438 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506370836	SOLTRÁFEGO - SOLUÇÕES DE TRÂNSITO, ESTACIONAMENTO E COMUNICAÇÕES, SA	56.936 €	25.621 €	25.621 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504717057	VINIHOLD-COMERCIALIZAÇÃO DE VINHOS SA	197.955 €	89.080 €	89.080 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505342936	MONÓMERO-INDUSTRIA DE PLASTICOS, LDA	91.084 €	40.988 €	40.988 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500756260	APARÍCIO & FILHOS, LDA	98.313 €	44.241 €	44.241 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504743422	CASTELBEL, ARTIGOS DE BELEZA, SA	194.756 €	87.640 €	87.640 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503190659	PELE - ARTE FUNERÁRIA, LDA	123.459 €	55.557 €	55.557 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502889500	JOMAGOPE - PORTAS E AUTOMATISMOS, LDA	92.853 €	42.893 €	42.893 €	2.534 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507611683	MP-LAC - INDÚSTRIA DE LACAGEM, LDA	138.913 €	64.040 €	64.040 €	3.495 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503823724	PERFINOX - INDÚSTRIA METALÚRGICA, LDA	227.173 €	106.228 €	106.228 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508413834	EXCALIBUR CAPITAL - PARKING EXPERIENCE, LDA	625.374 €	281.418 €	281.418 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500328447	VIGANOR- CARVALHO & CA., LDA	25.839 €	19.379 €	19.379 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507557247	DOMUS SOLARIS, EQUIPAMENTOS E SOLUÇÕES UNIPESSOAL, LDA	68.366 €	35.981 €	35.981 €	11.922 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504211692	DECMODIL, DECORAÇÃO DE INTERIORES, LDA	62.267 €	32.421 €	32.421 €	10.060 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503938238	MATIAS & ARAÚJO, LDA	723.442 €	375.215 €	375.215 €	113.522 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504855735	LIZCOURO - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO - UNIPESSOAL, LDA	235.878 €	106.145 €	106.145 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506324729	PAULO S. CONDE, UNIPESSOAL, LDA	138.688 €	62.410 €	62.410 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508789940	DOURO FAMILY ESTATES - PÁGINAS DE FAMÍLIA, LDA	326.813 €	147.066 €	147.066 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500427860	WALDEMAR FERNANDES DA SILVA, S. A.	33.300 €	24.975 €	24.975 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508834708	RICARDO RORIZ- UNIPESSOAL, LDA	34.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508482917	ADVANCED CYCLONE SYSTEMS, SA	362.153 €	162.969 €	162.969 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502864508	PROVAM - PRODUTORES DE VINHOS ALVARINHO DE MONÇÃO, LDA	70.284 €	34.006 €	34.006 €	5.436 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508005264	VINTAGE CARS BOUTIQUE, LDA	241.787 €	108.804 €	108.804 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500433810	ANTÓNIO ALVES RIBEIRO & FILHOS, LDA	160.210 €	78.944 €	78.944 €	15.656 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502701110	NVE - ENGENHARIAS, LDA	134.851 €	64.705 €	64.705 €	9.192 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508617936	MPMAIS.I - SISTEMAS DE CONTROLO E INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS, LDA	187.930 €	98.131 €	98.131 €	31.000 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508195128	DOUROGÁS PROPANO - COMPANHIA COMERCIALIZADORA DE PROPANO SA	440.147 €	198.066 €	198.066 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500001529	A ELECTRIFICADORA, SA	140.827 €	63.372 €	63.372 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508364663	SUPREMA ALTITUDE, LDA	358.643 €	161.389 €	161.389 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506108899	MULTIGRANITOS - TRANSFORMAÇÃO DE GRANITOS, UNIPESSOAL, LDA	32.500 €	24.375 €	24.375 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501991425	PRODUTOS ALIMENTARES CARINA, LDA	131.287 €	61.966 €	61.966 €	6.599 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505202409	LUCIANO ALVES & COMPANHIA, LDA	70.933 €	31.920 €	31.920 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508979110	ELEGANTWORK, LDA	307.875 €	138.544 €	138.544 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501851828	BETANTEROS, SOC. DE FABRICO E COMERCIALIZAÇÃODE BETÕES, SA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502988266	ALDECO COMÉRCIO INTERNACIONAL, LDA	176.131 €	79.259 €	79.259 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506367924	TRANSPORTES MADUREIRA & MADUREIRA, LDA	121.076 €	54.484 €	54.484 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508702577	VIDA DOURADA, LDA	1.050.300 €	400.000 €	400.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506404650	JOAMAR-PLASTICOS SA	34.000 €	25.000 €	25.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500772738	BALFLEX PORTUGAL - COMPONENTES HIDRAÚLICOS E INDUSTRIAIS, SA	269.945 €	121.475 €	121.475 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	501930418	DECORDESK - EQUIPAMENTO DE ESCRITORIO, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508082714	MTI - MINEIRA DE VINHAIS, LDA	18.000 €	13.500 €	13.500 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508839254	MISTERIOSA LAGUNA HOTEL, LDA	108.895 €	49.003 €	49.003 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503120618	JOAQUIM DA ROCHA FERREIRA & FILHOS, LDA	367.860 €	165.537 €	165.537 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503128368	NORTE ESCOLAR - EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS, SA	551.985 €	248.393 €	248.393 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503967297	AS&T, LDA	79.632 €	35.834 €	35.834 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505194821	VIA ACTUAL - COMERCIO INTERNACIONAL, LDA	65.723 €	29.575 €	29.575 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505835380	MÍSTICAJOIAS - FABRICO DE OURIVESARIA E JOALHARIA, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508644631	1756 - THE PORTUGUESE WINE COMPANY CHINA, LDA	197.627 €	88.932 €	88.932 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503889415	FLAVICONSTRÓI - SOC. DE CONSTRUÇÕES, LDA	382.411 €	172.085 €	172.085 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503759058	LEMOS& VAN ZELLER, LDA	155.900 €	70.155 €	70.155 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500177961	MANUEL DA COSTA CARVALHO LIMA & FILHOS, LDA	664.549 €	299.047 €	299.047 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505031000	CAPITELLUM - INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO E ARTE SACRA, LDA	239.759 €	107.892 €	107.892 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505267748	HECHO EN MEXICO, LDA (HMD INTERIORS)	45.493 €	20.472 €	20.472 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503730793	LUMATEX - INDÚSTRIA TÊXTIL, LDA	115.817 €	52.118 €	52.118 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508836212	REGIS CAUSA - SOC. DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, LDA	170.470 €	76.712 €	76.712 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503705039	J.TEX - INDÚSTRIAS METALOMECÂNICAS, SA	260.200 €	117.090 €	117.090 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507052420	INOR - SOLUÇÕES METÁLICAS, SA	61.408 €	27.634 €	27.634 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500269106	SOC. TEXTIL VITAL MARQUES RODRIGUES,FILHOS, LDA	529.496 €	270.539 €	270.539 €	45.545 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506050327	RIBEIRO & MOREIRA, LDA	125.250 €	56.363 €	56.363 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503438677	FERREIRA & MACEDO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE BEBIDAS, LIMITADA	84.700 €	38.325 €	38.325 €	480 €
Associações empresariais	501111280	AIPAN - ASSOC. DOS INDUSTRIAIS DE PANIFICAÇÃO, PASTELARIA E SIMILARES DO NORTE	945.615 €	459.733 €	459.733 €	35.168 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501500227	BIOTHERMICS MANUFACTURING, LDA	440.008 €	198.003 €	198.003 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507876504	ENERGIAS DO UNIVERSO, LDA	70.400 €	31.680 €	31.680 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506801810	RELANCE CALÇADOS, LDA	79.498 €	35.774 €	35.774 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508135176	GERAL MAD - UNIPESSOAL, LDA	95.655 €	47.273 €	47.273 €	9.664 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503409677	A CASA DO BEBÉ - TÊXTEIS LAR INFANTIL, LDA	89.613 €	40.326 €	40.326 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505333830	SIDÓNIOS - INTIMO CONFECÇÕES, SA	352.835 €	158.776 €	158.776 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507699564	JOÃO MIGUEL GONÇALVES AROSO LEITÃO, UNIPESSOAL, LDA	158.974 €	71.538 €	71.538 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506534340	FALL SAFE ONLINE ? COMÉRCIO DE PRODUTOS DE PROTECÇÃO PESSOAL, LDA	342.544 €	154.145 €	154.145 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503079448	S. PINTOS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA	53.544 €	24.095 €	24.095 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500096309	EMPRESA DIÁRIO DO PORTO, LDA	261.509 €	117.679 €	117.679 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508979463	JUNGLEWORK - UNIPESSOAL, LDA	280.339 €	133.307 €	133.307 €	16.352 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504803336	ARTUR SILVA RIBEIRO, LDA	85.296 €	45.370 €	45.370 €	15.969 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505521032	JOSÉ CARLOS & FILHAS JOALHEIROS, LDA	292.084 €	137.342 €	137.342 €	13.495 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508584116	GROUNDS - COMÉRCIO TÊXTIL, LDA	168.947 €	76.026 €	76.026 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508933013	ESTUDOGRAMA - AUTO, LDA	375.237 €	179.130 €	179.130 €	23.482 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504495534	SOC. AGRÍCOLA QUINTA DE CEDADELHE, LDA	264.600 €	120.470 €	120.470 €	5.000 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503850128	ECOFIRMA - GESTÃO DO AMBIENTE, LDA	130.062 €	58.528 €	58.528 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503593699	RIBAS PEREIRA, LDA	369.145 €	166.115 €	166.115 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506691799	TRANSJOCAVIL, TRANSPORTES, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, LDA	46.131 €	21.564 €	21.564 €	3.214 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508972094	CRONORIGEM - LOGÍSTICA, LDA	212.203 €	101.113 €	101.113 €	12.850 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505186136	MOVEIS REGUENGA, LDA	202.917 €	91.313 €	91.313 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502174455	TUCHA - MALHAS E CONFECÇÕES, LDA	229.973 €	103.488 €	103.488 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506449238	FARIMOVEL - INDUSTRIA DE MOBILIARIO, LDA	62.917 €	28.313 €	28.313 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507345975	PROJECTACON - ENGENHARIA, LDA	64.652 €	29.093 €	29.093 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508647568	MOREDIS, LDA	386.280 €	173.826 €	173.826 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508911010	SOKVEL PROJECT DEVELOPMENT, LDA	173.885 €	78.248 €	78.248 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506682188	ÂNGULO RECTO - CONSTRUÇÕES, SA	560.493 €	261.528 €	261.528 €	21.271 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508570093	NEW TEXTILES, LDA	178.827 €	80.472 €	80.472 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504198190	SOC. TEXTIL MOSTEIRO DO AVE, LDA	199.355 €	102.349 €	102.349 €	28.890 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501245596	FLORIANO DA COSTA & GAVINA, LDA	74.692 €	36.062 €	36.062 €	5.600 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503161985	FXT - FABRICO E ACABAMENTO DE MEIAS, LDA	482.650 €	217.193 €	217.193 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508398851	GLOBAL STADIUM, LDA	360.690 €	173.137 €	173.137 €	24.747 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501795847	SÁ COUTO & MONTEIRO, SA	422.422 €	213.872 €	213.872 €	54.358 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508978912	MODULAR SYSTEM D.I.S.C.M - SA	698.444 €	314.300 €	314.300 €	- €
Associações empresariais	508766877	ASSOC. DE DESENVOLVIMENTO DA ROTA DO AZEITE DE TRÁS-OS-MONTES	132.464 €	63.810 €	63.810 €	- €
Associações empresariais	500986193	ASSOC. COMERCIAL E INDUSTRIAL DE BARCELOS	128.751 €	63.605 €	63.605 €	- €
Associações empresariais	501994335	ASSOC. EMPRESARIAL DE PAÇOS DE FERREIRA	1.027.782 €	533.262 €	533.262 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508536600	ECOLOGICAL KIDS, UNIPESSOAL, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502012757	AFICOR-AFIAMENTOS E REPARAÇÕES DE FERRAMENTAS DE CORTE, SA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500138800	EMBALAGENS METÁLICAS RIO CAIMA, SA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505847019	APH-ARTIGOS PROVISIONAMENTO HOSPITALAR, LDA	14.200 €	10.650 €	10.650 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504626191	DUQUE & DUQUE -TERRAPLANAGENS, LDA	27.900 €	20.925 €	20.925 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503313165	M2S - CONSTRUÇÕES, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506151107	MOBIQUIM - MOBILIÁRIO METÁLICO, LDA	32.000 €	24.000 €	24.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501342869	TRANS MAGALHÃES - TRANSPORTES, LDA	18.500 €	13.875 €	13.875 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508104890	ADIRQUAL - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505150174	PATORRA - EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS, LDA	22.800 €	17.100 €	17.100 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	138082960	ANTONIO MOREIRA SOARES	15.200 €	11.400 €	11.400 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500736383	CEANCAREL - ALTA MODA EM MARROQUINARIA, LDA	17.550 €	13.163 €	13.163 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502907363	MANUEL MOREIRA DIAS, LDA	8.050 €	6.038 €	6.038 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508488060	FACH, LDA	33.250 €	24.938 €	24.938 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504861069	AMIGRAN - EXTRACÇÃO DE GRANITOS, LDA	33.150 €	24.863 €	24.863 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502005424	BARROS E VIEIRA, LDA	33.250 €	24.938 €	24.938 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504075802	GRANITOS CASTELOES - CHAVES, LDA	32.900 €	24.675 €	24.675 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506296229	JOAQUIM CARNEIRO RIBEIRO & FILHO, LDA	31.400 €	23.550 €	23.550 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506589960	LIMA AMORIM, GRANITOS E CONSTRUÇÕES, UNIPESSOAL, LDA	32.700 €	24.525 €	24.525 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507366581	NUNO STROTHMANN & RIBEIRO, LDA	17.040 €	12.780 €	12.780 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508265657	PEDRASOARES-EXPLORAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE GRANITOS, LDA	15.250 €	11.438 €	11.438 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504334166	SOPRONORTE VET - COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACO-TERAPÊUTICOS, LDA	9.200 €	6.900 €	6.900 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504073800	CASA DAS BATERIAS DE GOMES E SILVA, LDA	32.500 €	24.375 €	24.375 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502122072	PEBALI - COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO, LDA	33.300 €	24.975 €	24.975 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504806017	AVELINO TEIXEIRA QUEIRÓS, LDA	19.000 €	14.250 €	14.250 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504039547	A.S. METAIS - FABRICO E LACAGEM, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501733850	JACINTO ANTUNES DA SILVA, SA	23.750 €	17.813 €	17.813 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501830510	REVIBRAGA - SOC. DE REVESTIMENTOS PEREIRA, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502163518	EMPIS - INFORMATICA E SERVIÇOS, LDA	33.300 €	24.975 €	24.975 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502115777	BRAMOLDE, LDA	31.250 €	23.438 €	23.438 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502925728	CONGELADOS "O CASEIRINHO" DE MARGARIDA MENDES, LDA	27.000 €	20.250 €	20.250 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502572477	OFERBRAGA - SERRALHARIA MECÂNICA, LDA	33.250 €	24.938 €	24.938 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507071654	THE VILLAGE - COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTARES, LDA	21.000 €	15.750 €	15.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500427860	WALDEMAR FERNANDES DA SILVA, S. A.	33.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505364344	PREGO & FERNANDES, EXTRACÇÃO DE PEDRA, LDA	33.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501889078	FÁBRICA DE ALUMÍNIOS BRANDÃO, LDA	17.000 €	12.750 €	12.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508916291	GREEN CAMOUFLAGE, LDA	24.330 €	18.248 €	18.248 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500593175	CARTONAGEM S. TIAGO, LDA	24.900 €	18.675 €	18.675 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503446947	FERNANDO MACHADO & IRMÃO - MÁRMORES & GRANITOS, LDA	30.600 €	22.950 €	22.950 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500619794	REIZINHO E SILVA, LDA	8.190 €	6.143 €	6.143 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502798009	TROTINETE - COMÉRCIO E CONFECÇÕES DE CRIANÇA, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506039285	BIOPONTO - SISTEMAS INFORMATICOS, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505843676	BELCAT-GRANITOS, LDA	32.680 €	24.510 €	24.510 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504698028	CENÁRIOS D´OURO - OPERADOR TURÍSTICO DO DOURO E TRÁS-OS-MONTES, SA	96.930 €	48.465 €	48.465 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505312867	PONTO ECOLÓGICO - COMERCIALIZAÇÃO E RECICLAGEM DE CONSUMÍVEIS INFORMÁTICOS, LDA	17.500 €	13.125 €	13.125 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508568285	HOTPINK -COMÉRCIO, LDA	26.000 €	19.500 €	19.500 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507543300	H.I.M. - INDÚSTRIA METALOMECÂNICA, LDA	33.333 €	25.000 €	25.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508824591	SEARCHVIEW, UNIPESSOAL, LDA	33.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506956440	STECINSTRUMENTS - SISTEMAS TÉCNICOS, EQUIPAMENTOS E CONSUMÍVEIS, LDA	33.100 €	24.825 €	24.825 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507932633	FIELDLAB - PROSPECÇÃO ESTRUTURAL E GEOCTÉCNICA, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502916974	MESTRE ALIMENTAR- COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES, LDA	33.400 €	25.000 €	25.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501884130	BRITANTEROS- SOC. DE FABRICO E COMERCIALIAÇÃO DE BRITAS SA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502950447	GRANIDIAS-SOC. DE PRODUÇÃO DE GRANITOS E BLOCOS, LDA	32.980 €	24.735 €	24.735 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502098732	INDULAC - INDÚSTRIAS LÁCTEAS, SA	9.830 €	7.373 €	7.373 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508082714	MTI - MINEIRA DE VINHAIS, LDA	17.000 €	12.750 €	12.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505533561	E3P`S - EMPRESA DE PRODUTOS PARA PADARIA E PASTELARIAS, LDA	479.272 €	215.672 €	215.672 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502044535	STOCKTRANS - LOGÍSTICA E TRANSPORTES, LDA	206.240 €	100.108 €	100.108 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507035127	JASE - JOAQUIM, AFONSO & SALVADOR - EMPREENDIMENTOS TURISTICOS, LDA	805.000 €	362.250 €	362.250 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501513833	RONUTEX - TINTURARIA E ACABAMENTOS TEXTEIS, LDA	404.203 €	181.891 €	181.891 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505433788	MADEIPINTO - PAVIMENTOS, LDA	246.148 €	113.792 €	113.792 €	6.916 €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501995650	FARIA DA COSTA - PEÚGAS E CONFECÇÕES, LDA	319.443 €	143.749 €	143.749 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502921218	FARILU JOALHARIAS, LDA	279.318 €	125.693 €	125.693 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505905078	ENCOSTA LONGA SOC. VINÍCOLA, LDA	284.430 €	127.994 €	127.994 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504395580	FÉLIX & CARNEIRO, LDA	95.903 €	48.423 €	48.423 €	12.039 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502622431	MULTIFROTA - COMÉRCIO E GESTÃO DE FROTAS, SA	331.550 €	149.198 €	149.198 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508621887	TREZE, LDA	296.092 €	133.241 €	133.241 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507108485	FIBO - FÁBRICA IBÉRICA DE ÓPTICAS, LDA	193.453 €	87.579 €	87.579 €	1.200 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505368102	GUIATEL - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, SA	76.040 €	34.218 €	34.218 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508916020	ILS CALÇADO, SA	200.507 €	100.254 €	100.254 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502173882	JULIÃO VASQUES BRANDÃO, LDA	701.700 €	350.850 €	350.850 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501565469	MALHAS QUEIROGA, LDA	203.625 €	101.813 €	101.813 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501605428	QUINTA DAS ARCAS- SOC. AGRÍCOLA, LDA	1.059.412 €	400.000 €	400.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501753494	RNM PRODUTOS QUIMICOS, LDA	149.663 €	71.101 €	71.101 €	8.576 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507663993	RNM - TRANSPORTES QUIMICOS, LDA	135.270 €	71.368 €	71.368 €	23.992 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505271931	SOPROSEG ? INSTALAÇÃO E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, SA	294.083 €	132.337 €	132.337 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500772738	BALFLEX PORTUGAL - COMPONENTES HIDRAÚLICOS E INDUSTRIAIS, SA	306.980 €	138.141 €	138.141 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507066596	MOBILIARIO COM ASSINATURA - SALOMÉ BARROS, UNIPESSOAL, LDA	99.378 €	44.720 €	44.720 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506125602	3GPHONE - SISTEMAS DE COMUNICAÇÕES, LDA	276.719 €	128.864 €	128.864 €	9.921 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504100327	PRN INFORMÁTICA, LDA	134.301 €	60.435 €	60.435 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503191116	LUIPEX - INDÚSTRIA DE MALHAS E CONFECÇÕES, LDA	175.366 €	78.915 €	78.915 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509170366	JOANA REIS MIRANDA - UNIPESSOAL, LDA	346.440 €	155.898 €	155.898 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503893102	DOCES DE BASTO, LDA	304.365 €	140.147 €	140.147 €	7.276 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504745247	LAVRADORES DE FEITORIA - VINHOS DE QUINTA, SA	118.689 €	53.410 €	53.410 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500602611	FERNANDO J.HENRIQUES, LDA	515.164 €	231.824 €	231.824 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506539822	AIRDUCT, UNIPESSOAL, LDA	106.624 €	52.071 €	52.071 €	9.350 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507809432	KBRINKA - UNIPESSOAL, LDA	69.651 €	34.493 €	34.493 €	7.200 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503446394	PLANDOR - PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PLANTAS ORNAMENTAIS, LDA	122.073 €	54.933 €	54.933 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504854763	HORTO DA CIDADE - PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE PLANTAS, LDA	151.623 €	68.230 €	68.230 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502168889	RUFEL INDUSTRIAS MARROQUINARIA, LDA	190.269 €	85.621 €	85.621 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503725986	MONTANHÊS COMERCIAL - PRODUTOS ALIMENTARES, LDA	253.164 €	119.874 €	119.874 €	13.600 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509088520	BARALHACOR - UNIPESSOAL, LDA	281.301 €	126.586 €	126.586 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503694428	CARGOLÂNDIA -LOGÍSTICA E SERVIÇOS INTERNACIONAIS, LDA	110.973 €	49.938 €	49.938 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503220647	PA & CO - DESIGN TÊXTIL, LDA	245.469 €	110.461 €	110.461 €	11.700 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	509138730	THERMOWALL II, SA	187.381 €	84.321 €	84.321 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507519302	CONSTRUÇÕES M. GOMES DA CUNHA, SA	197.177 €	88.730 €	88.730 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502940930	SANTOS CAMISEIROS, LDA	65.200 €	29.340 €	29.340 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504719319	SENSE TEST - SOC. ESTUDOS E ANÁLISE SENSORIAL A PRODUTOS ALIMENTARES, LDA	165.559 €	74.502 €	74.502 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	501382798	VIEIRA & FILHOS, LDA	440.482 €	201.362 €	201.362 €	7.190 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507481020	COOL HEAT - CLIMATIZAÇÃO UNIPESSOAL, LDA	310.820 €	153.869 €	153.869 €	32.000 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502627573	CONFECÇÕES FERNANDES E MIRANDA, LDA	365.457 €	192.948 €	192.948 €	65.126 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501097724	METALOCAIMA - METALÚRGICA DO VALE DO CAIMA, SA	71.040 €	31.968 €	31.968 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504369938	PENSÃO NASCENTE DO AVE, LDA	34.994 €	15.747 €	15.747 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509012590	PASATO - INTERNATIONAL TRADING, LDA	250.857 €	112.885 €	112.885 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508413834	EXCALIBUR CAPITAL - PARKING EXPERIENCE, LDA	942.478 €	400.000 €	400.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501097724	METALOCAIMA - METALÚRGICA DO VALE DO CAIMA, SA	28.744 €	12.935 €	12.935 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509030637	UPC- ULTRA PROTECTIVE CLOTHES, LDA	699.321 €	317.662 €	317.662 €	6.784 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508921112	AEF MEUBLES, LDA	182.282 €	82.027 €	82.027 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505010836	F G C INSTALAÇÕES ELECTRICAS, LDA	291.773 €	131.298 €	131.298 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502814926	PARALAB - EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E DE LABORATORIO, SA	396.027 €	178.212 €	178.212 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506488640	VITOR ALMEIDA & FONSECA ARQUITECTURA E DESIGN, LDA	314.288 €	143.180 €	143.180 €	4.000 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506774970	CASAL DO PAÇO PADREIRO, SOC. VITIVINÍCOLA, LDA	76.450 €	34.403 €	34.403 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502729724	PLASTICUM - TECNOLOGIA DE PLÁSTICOS, LDA	196.765 €	88.544 €	88.544 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500882576	SERRALHARIA DA FONTE DA MOURA, LDA	603.169 €	276.291 €	276.291 €	11.120 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507029976	SALGUEIRO & SALGUEIRO REPARAÇÃO DE AUTOMÓVEIS, LDA	139.015 €	62.557 €	62.557 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503759058	LEMOS& VAN ZELLER, LDA	36.930 €	16.619 €	16.619 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500301905	WIESE & KROHN, SUCESSORES, LDA	36.150 €	16.268 €	16.268 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502764406	MBIT - COMPUTADORES E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, SA	789.940 €	372.973 €	372.973 €	40.000 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502907444	ALBERTO SÁ, LDA	206.756 €	111.857 €	111.857 €	43.008 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504693468	FORMICASA INTERIORES - COMÉRCIO DE MOBILIÁRIO, LDA	224.328 €	100.947 €	100.947 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503049590	TETRIBÉRICA - COMÉRCIO INTERNACIONAL, LDA	515.875 €	244.278 €	244.278 €	27.736 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502673516	HESTIA MOBILIARIO CONTEMPORANEO, LDA	513.693 €	236.062 €	236.062 €	11.200 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509204082	VISUALSWEET, LDA	389.409 €	175.234 €	175.234 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506659879	CENTRALCASA, DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS DE DOMOTICA, LDA	176.518 €	79.433 €	79.433 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503233749	ECOFILTRA - SOC. DE REPRESENTAÇÕES, LDA	828.717 €	372.923 €	372.923 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509014208	SCANSCI, LDA	215.565 €	97.004 €	97.004 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508156742	SAPIENS, LDA	237.860 €	107.037 €	107.037 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504832190	RIBIAL TEXTIL, LDA	266.173 €	119.778 €	119.778 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507647165	CONVEXSTILE - ARTE E DESIGN, UNIPESSOAL, LDA	154.205 €	69.392 €	69.392 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504385259	ASDRUBAL J. A., S. A	153.739 €	69.183 €	69.183 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508467292	SOLARCAPTA - EQUIPAMENTOS AMBIENTAIS, UNIPESSOAL, LDA	352.749 €	161.126 €	161.126 €	5.460 €
Associações empresariais	501103619	ASSOC. COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GUIMARÃES	1.596.795 €	958.077 €	958.077 €	383.231 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504197215	BÍSARO - SALSICHARIA TRADICIONAL, LDA	380.286 €	171.129 €	171.129 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507745914	MESOSYSTEM, LDA	888.559 €	400.000 €	400.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502581565	EASI INTERNACIONAL - COMÉRCIO DE MÁQUINAS TÊXTEIS, LDA	209.250 €	94.163 €	94.163 €	- €
Associações empresariais	500986193	ASSOC. COMERCIAL E INDUSTRIAL DE BARCELOS	164.260 €	81.085 €	81.085 €	4.212 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509045928	SMALLPOWER - ENERGIAS RENOVÁVEIS, LDA	277.621 €	124.929 €	124.929 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508164036	RENCAD - CONSTRUÇÃO CIVIL E MONTAGENS ELÉCTRICAS, LDA	262.740 €	139.615 €	139.615 €	48.872 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503928267	NORTEGÁS, LDA	151.588 €	72.097 €	72.097 €	8.875 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508156742	SAPIENS, LDA	145.250 €	65.363 €	65.363 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	500650810	LUÍS DA SILVA AMORIM & Cª, LDA	324.760 €	150.255 €	150.255 €	9.400 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500533482	FERREIRA DE MELO & Cª, LDA	305.860 €	137.637 €	137.637 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502622431	MULTIFROTA - COMÉRCIO E GESTÃO DE FROTAS, SA	428.225 €	192.701 €	192.701 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507469615	NOSTROBIZ, LDA	224.136 €	101.446 €	101.446 €	1.336 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	509294600	GRANITOS DA GINJEIRA, LDA	484.424 €	219.111 €	219.111 €	2.560 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	191362816	PAULA ALEXANDRA RIBEIRO DE SOUSA LEITE OLIVEIRA	64.950 €	29.228 €	29.228 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503119792	TECPAN,TECNOLOGIA E PRODUTOS PARA PASTELARIA E PANIFICAÇÃO , LDA	166.945 €	83.473 €	83.473 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506411516	RICARDO MILTON - PRODUÇÃO & COMÉRCIO DE TÊXTEIS-LAR, LDA	149.290 €	74.645 €	74.645 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506538486	WINE AND SOUL, LDA	278.000 €	139.000 €	139.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507556666	JOSSOIS II - INDÚSTRIA & COMÉRCIO DE GUARDA SÓIS, LDA	110.822 €	53.467 €	53.467 €	8.222 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501672966	TECNIFORMA, OFICINAS GRÁFICAS, SA	430.913 €	196.536 €	196.536 €	6.000 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503588253	BARÃO DE VILAR	288.445 €	144.223 €	144.223 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502104384	LUIS NUNES DA SILVA, LDA	200.231 €	92.897 €	92.897 €	6.385 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509339077	MARTA SANTOS JÓIAS, SOC. UNIPESSOAL, LDA	573.375 €	288.188 €	288.188 €	4.000 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505440350	G.R.CONSULTORES, LDA	102.519 €	51.259 €	51.259 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500298840	VIEIRA ARAÚJO, SA	180.957 €	81.431 €	81.431 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508808391	ACÁCIA QUÍMICA, SA	230.780 €	104.937 €	104.937 €	2.482 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504638696	MATTRESS TICKING DUVALLI - FÁBRICA DE TECIDOS, SA	180.527 €	81.237 €	81.237 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509396909	BRANDÃO & SEQUEIRA, LDA	370.396 €	185.198 €	185.198 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507769449	SCORE TÊXTEIS, LDA	813.409 €	400.000 €	400.000 €	65.916 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	161511317	MÁRIO BERNARDO DE MAGALHÃES E SOUSA	56.680 €	29.087 €	29.087 €	8.184 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503405973	IDM - IMPÉRIO DAS MEIAS, LDA	404.980 €	182.897 €	182.897 €	1.500 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507520238	SLIDE SPORT, LDA	737.838 €	371.919 €	371.919 €	8.000 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505685833	POLO JP - OFICINA DE ARTE, LDA	98.385 €	44.273 €	44.273 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502215704	UNIVERPLAST - FÁBRICA DE PLÁSTICOS, LDA	192.013 €	86.406 €	86.406 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507551753	MAB - ARTIGOS DE PAPELARIA, LDA	59.316 €	26.692 €	26.692 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500700591	AFONSO MOREIRA, SUCESSORES, LDA	360.327 €	162.147 €	162.147 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504447378	LIPIMALHAS - MALHAS E CONFECÇÕES, LDA	131.150 €	65.575 €	65.575 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503349283	CONTROLAR - ELECTRÓNICA E SISTEMAS, LDA	251.304 €	113.734 €	113.734 €	1.480 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505047977	PORLOGIS - TRÂNSITOS E LOGÍSTICA, LDA	177.063 €	79.678 €	79.678 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508972906	LAMBDA & OMEGA, LDA	995.262 €	400.000 €	400.000 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507657004	ALROMA COSMÉTICOS, LDA	107.038 €	48.167 €	48.167 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502997605	AZFIL, SA	137.721 €	61.974 €	61.974 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507255950	GIOTTO- COMÉRCIO DE VESTUÁRIO UNIPESSOAL, LDA	734.326 €	368.600 €	368.600 €	3.832 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500138613	TROFICOLOR TEXTEIS SA	799.425 €	362.366 €	362.366 €	6.000 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508800781	QUINTA DA RAZA- SOC. AGRÍCOLA E COMERCIAL, LDA	109.040 €	49.068 €	49.068 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503814997	JÓIAS LUCENTE, LDA	33.615 €	16.808 €	16.808 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507507460	MACBOOT EUROPA, LDA	393.884 €	177.248 €	177.248 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504052454	SCRIPTA CODE, LDA	208.000 €	93.600 €	93.600 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506976963	BERNARDO DA COSTA - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, LDA	153.045 €	68.870 €	68.870 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504594745	QUINTA DO VALLADO - SOC. AGRÍCOLA, LDA	283.950 €	142.875 €	142.875 €	2.400 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502138580	FINERA - CONFECÇÕES TÊXTEIS, LDA	430.775 €	193.849 €	193.849 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500910740	SOC. DE MÁRMORES CENTRAL TRANSMONTANA, LDA	67.109 €	33.555 €	33.555 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509299989	FOLLOW THE ADVICE - IMPRESSÃO DIGITAL TÊXTIL UNIPESSOAL, LDA	332.302 €	149.536 €	149.536 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500008698	ADEGA COOPERATIVA DE PONTE DE LIMA, CRL	27.500 €	12.375 €	12.375 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508962560	EAGLESTAGE - ACESSÓRIOS DE MODA, LDA	178.634 €	84.060 €	84.060 €	8.400 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501991425	PRODUTOS ALIMENTARES CARINA, LDA	448.761 €	224.381 €	224.381 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507605861	SILOS DE LEIXÕES, UNIPESSOAL, LDA	291.365 €	131.114 €	131.114 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504434780	TUBEMBAL - TRANSFORMAÇÃO DE PAPEL E COMÉRCIO DE EMBALAGENS SA	473.124 €	214.292 €	214.292 €	3.168 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505315807	MÁRIO ROGÉRIO MAGALHÃES PINTO & IRMÃO, LDA	282.674 €	127.203 €	127.203 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504178571	VINITUR - TURISMO, VINHO E GASTRONOMIA, LDA	53.614 €	26.807 €	26.807 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503618799	SOC. AGRÍCOLA QUINTA DA CELA, LDA	29.114 €	13.101 €	13.101 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505967740	IVV AUTOMAÇÃO, LDA	52.280 €	23.526 €	23.526 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505139987	CV - COMÉRCIO E CONSULTORIA EMPRESARIAL, LDA	254.661 €	114.597 €	114.597 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501093524	DU BOIS LA ROCHE PORTUGAL AGRO ALIMENTAR, LDA	131.751 €	63.659 €	63.659 €	9.992 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507335562	ANNOPEI 2, LDA	128.489 €	57.820 €	57.820 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504235788	ALDOAR - EMPRESA DE CONFECÇÕES, LDA	160.990 €	72.445 €	72.445 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500427860	WALDEMAR FERNANDES DA SILVA, S. A.	408.205 €	183.692 €	183.692 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506608891	MORDOMIAS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO UNIPESSOAL, LDA	110.230 €	55.115 €	55.115 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501343598	CARVALHO & MOTA, LDA	123.782 €	55.702 €	55.702 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	501522697	JOSÉ CÂNDIDO CRUZ, LDA	45.700 €	22.850 €	22.850 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508256500	CRYSTAL CORK PORTUGAL, LDA	343.305 €	171.653 €	171.653 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508605270	PURERIRUCA - ARTIGOS PARA BÉBÉ, LDA	473.895 €	213.253 €	213.253 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507403665	AGROAGUIAR - COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTARES, LDA	165.778 €	84.389 €	84.389 €	4.000 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505890909	OCEANUS - COMERCIALIZAÇÃO DE CALÇADO, LDA	550.697 €	247.814 €	247.814 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504758721	KATTY XIOMARA, LDA	748.000 €	374.000 €	374.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505207222	AMR INTERNACIONAL, LDA	183.122 €	92.911 €	92.911 €	3.600 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507669274	J.M.CACHINA, LDA	587.080 €	266.113 €	266.113 €	4.404 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502027614	ARMAZÉM DE LOUÇAS ESPERANÇA, VILAS BOAS, CARVALHO & IRMÃO, LDA	199.980 €	89.991 €	89.991 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	509083951	FABRICA DE CHOCOLATE CASA GRANDE, LDA	237.624 €	106.931 €	106.931 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508646820	MENSAGEM AO MUNDO, LDA	89.550 €	40.298 €	40.298 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508429285	CONTORNOS E SOMBRAS- FABRICO DE MOBILIÁRIO, LDA	118.200 €	53.190 €	53.190 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502064560	QUINTA DA ROSA - VINHOS S.A	198.100 €	89.145 €	89.145 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503828149	SARIMÓVEIS - INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO, LDA	250.140 €	125.070 €	125.070 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506386333	BERMA CENTRO DE IMPRESSAO DIGITAL, LDA	643.975 €	314.989 €	314.989 €	57.600 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503257087	JOSÉ CARLOS ROLA E Cª, LDA	118.570 €	59.474 €	59.474 €	504 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507340248	J. VICENTE - INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO, LDA	467.515 €	213.287 €	213.287 €	6.640 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	500849099	ALMÁQUINAS - SOC. DE REPRESENTAÇÕES, LDA	616.061 €	277.227 €	277.227 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504022610	ESTALAGEM DE MONTALEGRE, TURISMO, NATUREZA E LAZER, LDA	479.760 €	239.880 €	239.880 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503524603	SGS - SOC. GERAL DE CLIMATIZAÇÃO, LDA	292.645 €	131.690 €	131.690 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502661127	MOVEIS RICARDO, LDA	219.200 €	98.640 €	98.640 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508242231	CRIATUS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, UNIPESSOAL, LDA	641.023 €	288.460 €	288.460 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505364344	PREGO & FERNANDES, EXTRACÇÃO DE PEDRA, LDA	484.361 €	249.462 €	249.462 €	72.000 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502098732	INDULAC - INDÚSTRIAS LÁCTEAS, SA	720.519 €	324.233 €	324.233 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507510950	EUNINOS - SISTEMAS DE IMPRESSÃO E ESTAMPAGEM, LDA	248.007 €	111.603 €	111.603 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503910996	ELOI FERREIRA EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO, LDA	87.411 €	39.335 €	39.335 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509367704	AROMA DO MONTES, EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S. A.	229.396 €	114.698 €	114.698 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500772738	BALFLEX PORTUGAL - COMPONENTES HIDRAÚLICOS E INDUSTRIAIS, SA	373.528 €	168.088 €	168.088 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509260837	IDEIANOTÁVEL - PRODUTOS QUÍMICOS E INDUSTRIAIS, UNIPESSOAL, LDA	65.829 €	29.623 €	29.623 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508093899	RENOVACAPITAL - ENERGIAS RENOVÁVEIS, LDA	107.628 €	48.432 €	48.432 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503137766	LEOPOLDO MESQUITA & FILHOS, LDA	215.075 €	104.472 €	104.472 €	17.573 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506450449	FERTINI, LDA	117.315 €	52.792 €	52.792 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507897730	MAISON DE LA FÔRET - UNIPESSOAL, LDA	233.824 €	105.221 €	105.221 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508737869	LGG TRADING COMPANY, LDA	76.571 €	38.286 €	38.286 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505354888	J.M. GONÇALVES- TANOARIA, LDA	170.570 €	85.285 €	85.285 €	- €
Associações empresariais	501873635	COMISSÃO DE VITICULTURA DA REGIÃO DOS VINHOS VERDES (CVRVV)	308.340 €	148.394 €	148.394 €	- €
Associações empresariais	506921271	AIGRA ? ASSOC. DOS INDUSTRIAIS DO GRANITO	130.332 €	64.514 €	64.514 €	- €
Associações empresariais	503393517	ASSOC. DE TURISMO DO PORTO	1.324.807 €	708.857 €	708.857 €	- €
Associações empresariais	500986193	ASSOC. COMERCIAL E INDUSTRIAL DE BARCELOS	129.612 €	64.158 €	64.158 €	- €
Associações empresariais	501994335	ASSOC. EMPRESARIAL DE PAÇOS DE FERREIRA	837.953 €	435.214 €	435.214 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506672476	PLAYVEST - PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE ROUPA INTERIOR, S.A	756.772 €	378.386 €	378.386 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501671749	FLUPOL - APLICAÇÕES TÉCNICAS DE POLÍMEROS FLUORADOS, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502458798	ABEL PINHO, LDA	10.000 €	7.500 €	7.500 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501916369	MOISÉS LIMA CORTIÇAS, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507779606	BRITAFIEL - AGREGADOS E ORNAMENTAIS, SA	32.000 €	24.000 €	24.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506529932	CARLOS ALBERTO & FILHOS, LDA	32.000 €	24.000 €	24.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503161985	FXT - FABRICO E ACABAMENTO DE MEIAS, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507809432	KBRINKA - UNIPESSOAL, LDA	353.933 €	281.554 €	253.518 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	501145281	COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS OLIVICULTORES DE MURÇA, CRL	1.168.574 €	1.161.904 €	878.081 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508570093	NEW TEXTILES, LDA	29.500 €	22.125 €	22.125 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505194821	VIA ACTUAL - COMERCIO INTERNACIONAL, LDA	24.000 €	18.000 €	18.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502073268	LACATONI DESPORTOS, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502634472	SOPRECOR, S A	23.300 €	17.475 €	17.475 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500871809	SERCOR - SOC- EXPORTADORA ROLHAS E CORTIÇAS, S. A.	10.000 €	7.500 €	7.500 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500621195	SÁ & IRMÃO SA	24.800 €	18.600 €	18.600 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502986824	G. CORKS CORTIÇAS, SA	14.000 €	10.500 €	10.500 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506175960	XYLO ONE - ARTIGOS DE CORTIÇA E MADEIRA, LDA	18.500 €	13.875 €	13.875 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508593042	NATURALCONCEPTS, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501358757	FREITAS & DORES, LTDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503799947	GESPRESSO DERIVADOS CAFÉ E MÁQUINAS SA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508082714	MTI - MINEIRA DE VINHAIS, LDA	33.400 €	25.000 €	25.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507672828	IBERIANA TECHNICAL, LDA	36.850 €	25.000 €	25.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503847321	BEZERRAS, LDA	30.000 €	22.500 €	22.500 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508738962	TEMPO MAGGNÉTICO, UNIPESSOAL, LDA	31.040 €	23.280 €	23.280 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504369440	TRANSCOL- CIMENTOS E ARGAMASSAS, LDA	33.300 €	24.975 €	24.975 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501935681	NORCOR INDÚSTRIA DE CORTIÇA, SA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500364265	J A VEIGA DE MACEDO, S A	21.300 €	15.975 €	15.975 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	501554629	FERNANDO LOPES - CORTIÇAS E REPRESENTAÇÕES, LDA	10.000 €	7.500 €	7.500 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502227281	M.A.R. KAYAKS, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503406694	IBERLAB & IMUNOREAGE, LDA	31.000 €	23.250 €	23.250 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503294047	MARINHO & ROCHA, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504118471	COELHOCORK - ROLHAS DE CORTIÇA, LDA	17.800 €	13.350 €	13.350 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503000728	CORTIÇA BENÍCIA, SA	33.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506492443	OUTROS MERCADUS- IMP. E EXP. DE EQUIP. P/ DESIGN, UNIPESSOAL, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505364590	GOLDENTEX, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508805244	WEADAPT - INCLUSIVE DESIGN AND ENGINEERING SOLUTIONS, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505967740	IVV AUTOMAÇÃO, LDA	35.000 €	25.000 €	25.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506560880	VIMASOL ENERGIAS RENOVAVEIS, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502214244	TRANSGRANITOS- MÁRMORES E GRANITOS DO ALTO TÂMEGA, LDA	208.252 €	145.777 €	145.777 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502227281	M.A.R. KAYAKS, LDA	514.910 €	257.455 €	257.455 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501428194	A. COELHO E CASTRO, LDA	599.701 €	525.307 €	468.608 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501171010	NEVES & COMPANHIA, LDA	215.475 €	96.964 €	96.964 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503609013	ALTO - PERFIS PULTRUDIDOS, LDA	589.444 €	542.960 €	434.438 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505032465	TNL - SOC. DE EQUIPAMENTOS ECOLOGICOS E SISTEMAS AMBIENTAIS, SA	425.515 €	220.699 €	220.699 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508570093	NEW TEXTILES, LDA	35.000 €	25.000 €	25.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507958861	FRILABO II, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502940930	SANTOS CAMISEIROS, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503827886	BIOPTICA, EQUIPAMENT OS P/ INVESTIGAÇÃO E INDÚSTRIA, LDA	32.800 €	24.600 €	24.600 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507060806	ENERPAC - RECICLAGEM E INDÚSTRIA DE PAPEL, LDA	33.300 €	24.975 €	24.975 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502921161	FERNANDO ROCHA JOALHEIRO SA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501924078	DINIS DE OLIVEIRA & FILHOS, SA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	501930418	DECORDESK - EQUIPAMENTO DE ESCRITORIO, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507649311	GEOINERTE, LDA	32.990 €	24.743 €	24.743 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502189231	RIOCER - CERÂMICA DO RIO, LDA	22.400 €	16.800 €	16.800 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502306432	OURONOR-FABRICANTES DE OURIVESARIA, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505163780	ABRALUX - INDÚSTRIA DE ABRASIVOS, LDA	14.700 €	11.025 €	11.025 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504385259	ASDRUBAL J. A., S. A	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508179440	GLOBOTRILHA- COMPONENTES PARA CALÇADO UNIPESSOAL, LDA	16.900 €	12.675 €	12.675 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501916881	GRAÇA & MENDES, LDA	30.360 €	22.770 €	22.770 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507024168	MCP - MÁQUINAS E PRODUTOS PARA CALÇADO, UNIPESSOAL, LDA	24.500 €	18.375 €	18.375 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507643399	CLEVER HOUSE - SISTEMAS INTELIGENTES, LDA	25.000 €	18.750 €	18.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505057158	NORTITEC - DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS INFORMATICOS, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505835380	MÍSTICAJOIAS - FABRICO DE OURIVESARIA E JOALHARIA, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502059192	RODRILINEA-CONFECÇÕES INDUSTRIA E COMÉRCIAO, LDA	33.300 €	24.975 €	24.975 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508178045	MAGPOWER SOLUÇÕES DE ENERGIA SA	286.619 €	182.654 €	182.654 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503492787	ATLANTA - COMPONENTES PARA CALÇADO, LDA	501.213 €	365.783 €	365.783 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504932250	FILTAPORTO - SOC. DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS HOTELEIROS, LDA	458.269 €	417.718 €	335.312 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506175960	XYLO ONE - ARTIGOS DE CORTIÇA E MADEIRA, LDA	33.000 €	24.750 €	24.750 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504048813	CINDICALFE IND DE CALÇADO, LDA	18.000 €	13.500 €	13.500 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508570093	NEW TEXTILES, LDA	33.500 €	25.000 €	25.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501642277	LATINO CONFECÇÕES, LDA	115.285 €	57.643 €	57.643 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507728084	FLYMASTER AVIONICS, LDA	145.398 €	93.551 €	93.551 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508570093	NEW TEXTILES, LDA	435.916 €	266.685 €	266.685 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505836904	ARMINDO SOUSA - METALÚRGICA, LDA	384.880 €	271.185 €	271.185 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507011503	EUROGALVA - GALVANIZAÇÃO E METALOMECÂNICA SA	205.763 €	92.593 €	92.593 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502109572	FCO - FULLSERVICE COMPANY IN MULTIMEDIA, LDA	114.021 €	74.111 €	74.111 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503857769	MIND - SOFTWARE MULTIMÉDIA E INDUSTRIAL SA	1.622.813 €	1.000.000 €	1.000.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504479334	VALINDO - ACABAMENTOS TÊXTEIS, SA	218.397 €	171.689 €	142.464 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507403665	AGROAGUIAR - COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTARES, LDA	377.885 €	347.872 €	279.207 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502521953	DOUROMEL- FÁBRICA DE CONFEITARIA, LDA	564.502 €	539.465 €	420.256 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506283682	BIOSTRUMENT - CONSULTADORIA E DESENVOLVIMENTO DE PORJECTOS BIOQUÍMICOS, SA	361.806 €	315.684 €	268.758 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503642789	FUTUROCOL COMERCIO DE PRODUTOS ORTOPEDICOS, LDA	1.575.872 €	866.730 €	866.730 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501602259	MADEIRAS DE SANTO OVÍDIO - MAGALHÃES & MAGALHÃES, LDA	537.935 €	295.864 €	295.864 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502009578	IBERMAROS, EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, SA	976.838 €	537.261 €	537.261 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505591324	IMA PRECISION, LDA	446.240 €	245.432 €	245.432 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507008324	CASA DA QUINTA DE VALE D´ARADOS, TURISMO RURAL, LDA	378.340 €	208.087 €	208.087 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503458210	METALIMUR - METALURGICA, LDA	426.572 €	234.615 €	234.615 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501478744	SERSILPORT - SOC. INDUSTRIAL DE PORTAS E FOLHEADOS DE MADEIRA, LDA	1.641.381 €	902.760 €	902.760 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504171011	FINIECO - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS, LDA	1.514.526 €	832.989 €	832.989 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508269822	HOTEL DOS ARCOS, LDA	5.387.255 €	2.962.990 €	2.962.990 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500298840	VIEIRA ARAÚJO, SA	1.483.025 €	815.664 €	815.664 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506843629	PIZARIA CERQUEIRA, LDA	774.395 €	425.917 €	425.917 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503390186	LMA - LEANDRO MANUEL ARAÚJO, LDA	1.404.013 €	772.207 €	772.207 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505290413	LACOANCORA - LACAGEM E POLIMENTO DE MOVEIS, LDA	437.685 €	240.727 €	240.727 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508414130	FORMA REDONDA - BRITAGEM, LDA	2.238.087 €	1.230.948 €	1.230.948 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505354888	J.M. GONÇALVES- TANOARIA, LDA	709.885 €	390.437 €	390.437 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502698802	PRETLANTI - INDÚSTRIA DE PRÉ-FABRICAÇÃO, SA	837.182 €	460.450 €	460.450 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506117910	ÓSCAR & RUI, LDA	696.087 €	382.848 €	382.848 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501443827	LATUR - SOC. DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS E HOTELEIROS, LDA	2.666.258 €	1.466.442 €	1.466.442 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508255244	BRB - FABRICO LAVA LOUÇAS INDUSTRIAIS, LDA	2.146.013 €	1.180.307 €	1.180.307 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508239877	NEVSTA - PAPER & TECHNOLOGY, LDA	672.981 €	370.140 €	370.140 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507388968	OPEN VILLAGE SPORT´S, LDA	4.867.592 €	2.677.176 €	2.677.176 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507525825	NIENOR - INDÚSTRIA DE ACESSÓRIOS PARA ALUMÍNIO, LDA	229.450 €	149.143 €	149.143 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501588752	EDIFICE, SA	690.928 €	380.010 €	380.010 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508457262	KAMIKASA - MOBILIÁRIO, UNIPESSOAL, LDA	328.563 €	180.710 €	180.710 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505206587	PAULO & CARLA, LDA	176.507 €	97.079 €	97.079 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502550635	MILTEICA - INDÚSTRIAS ALIMENTARES, LDA	427.543 €	235.149 €	235.149 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508158362	VIDROLETHES - INDÚSTRIA TRANSFORMADORA DE VIDRO, LDA	909.061 €	499.984 €	499.984 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501500227	BIOTHERMICS MANUFACTURING, LDA	354.889 €	198.033 €	198.033 €	9.100 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508367557	GRANITIMAR - GRANITOS E MÁRMORES DO NORTE, LDA	8.413.589 €	4.627.474 €	4.627.474 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501194487	PLASTROFA - PLÁSTICOS DA TROFA, LDA	871.900 €	480.068 €	480.068 €	1.674 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502500190	FERNANDES INDÚSTRIAS INOXIDÁVEIS, LDA	466.815 €	256.748 €	256.748 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502741422	FLORIANO DUARTE & FILHOS, LDA	839.594 €	461.777 €	461.777 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502214244	TRANSGRANITOS- MÁRMORES E GRANITOS DO ALTO TÂMEGA, LDA	1.479.300 €	813.615 €	813.615 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502472243	TRATERME - TRATAMENTOS TÉRMICOS, LDA	329.937 €	181.465 €	181.465 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508427274	NEARSTART, LDA	684.524 €	444.941 €	444.941 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504352750	LATORNE INDUSTRIA METALURGICA, LDA	579.290 €	321.110 €	321.110 €	8.000 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502531266	USMENDES - CONSTRUÇÕES & ENGENHEIROS, LDA	2.606.191 €	1.433.405 €	1.433.405 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	134339533	JOSÉ DE OLIVEIRA E SILVAJOSÉ DE OLIVEIRA E SILVA	333.155 €	186.790 €	186.790 €	11.374 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507505492	FÓLIOWATERS - EXPLORAÇÃO DE ÁGUAS NATURAIS, LDA	712.844 €	392.064 €	392.064 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501542531	PAULO MENDES, SA	1.422.956 €	782.626 €	782.626 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508553580	ROTA DA CEGONHA, UNIPESSOAL, LDA	380.393 €	209.216 €	209.216 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504638696	MATTRESS TICKING DUVALLI - FÁBRICA DE TECIDOS, SA	1.232.310 €	679.946 €	679.946 €	6.960 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508581630	LEIRINOX II - TUBOS INOX, LDA	988.959 €	543.337 €	543.337 €	5.809 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507428080	LIGAPARTES - COMPONENTES DE MOBILIÁRIO, LDA	1.052.010 €	578.606 €	578.606 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503327352	HOTEL DO MONTE - ACTIVIDADES HOTELEIRAS, LDA	5.295.118 €	2.912.315 €	2.912.315 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501356894	LUIS DOS SANTOS PEREIRA, LDA	537.237 €	295.481 €	295.481 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508036461	RECUPERADORES PACHINHA, LDA	1.512.617 €	831.939 €	831.939 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508307910	LUSORE, LDA	304.539 €	167.496 €	167.496 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502378620	JOAQUIM AUGUSTO COSTA PEREIRA & FILHOS, LDA	365.173 €	200.845 €	200.845 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502025107	OUTEIRAL - SOC. DE CONSTRUÇÕES E EXPLORAÇÕES HOTELEIRAS, LDA	666.526 €	366.589 €	366.589 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508206430	ADELINO VITORINO & FILHO, LDA	196.195 €	147.146 €	147.146 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506225283	DIAL - FERRAMENTAS DIAMANTADAS, LDA	484.459 €	314.898 €	314.898 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508334195	PEDRAS SALGADAS HOTEL, LDA	4.765.044 €	3.097.279 €	3.097.279 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508493471	CITYLODGE - SOC. DE INVESTIMENTOS E GESTÃO DE HOTÉIS, LDA	3.526.600 €	2.292.290 €	2.292.290 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508229294	PAUPERIO - DISTRIBUIÇÃO, LDA	189.431 €	123.130 €	123.130 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504039563	TÉTA 3 - TECNOLOGIAS E EQUIPAMENTOS, LDA	515.787 €	334.200 €	334.200 €	10.482 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504171011	FINIECO - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS, LDA	907.500 €	589.875 €	589.875 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500272174	SOLICEL-SOC. DO CENTRO INDUSTRIAL DE ESTEIOS DE LOUSA, LDA	803.432 €	522.231 €	522.231 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503636851	PASTELARIA PÃO QUENTE NOBREZA, LDA	442.998 €	287.949 €	287.949 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507649311	GEOINERTE, LDA	710.814 €	536.500 €	536.500 €	54.233 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508252180	HOTEL RURAL MIRA CAIMA, LDA	3.001.088 €	1.950.707 €	1.950.707 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501343598	CARVALHO & MOTA, LDA	532.148 €	345.896 €	345.896 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508676789	IN CHAIN LOGISTICS, LDA	964.455 €	434.005 €	434.005 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504361139	BRAGUINOX INDUSTRIA DE RECICLAGEM DE METAIS, LDA	1.160.996 €	754.647 €	754.647 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508637643	MELPELLETS, ENERGIAS RENOVÁVEIS, LDA	757.891 €	492.629 €	492.629 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508766044	MÓVEIS J.E.FIÚZA, LDA	206.073 €	154.555 €	154.555 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500697604	BELMIRO & BARREIRA, LDA	537.350 €	349.278 €	349.278 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503605697	POLIMAGRA - GRANITOS E MÁRMORES POLIDOS, LDA	2.690.111 €	1.761.162 €	1.761.162 €	67.149 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500775389	ALBANO LEITE DA SILVA, LDA	2.285.942 €	1.485.862 €	1.485.862 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508832128	NATURWATERPARK - PARQUE DE DIVERSÕES DO DOURO, LDA	3.701.675 €	2.406.089 €	2.406.089 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508603218	PAREDES DESIGN HOTEL,PDH, LDA	1.666.047 €	1.082.930 €	1.082.930 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501642277	LATINO CONFECÇÕES, LDA	379.047 €	244.781 €	244.781 €	10.425 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502929227	BRAMP - METAIS E POLÍMEROS DE BRAGA, LDA	593.518 €	385.787 €	385.787 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508529646	SEAL - PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS, LDA	321.220 €	240.915 €	240.915 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508584612	VMRS - UNIPESSOAL, LDA	394.804 €	256.622 €	256.622 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507098374	QUINTA DA PICOILA AGRO-TURISMO E LAZER, LDA	500.805 €	375.604 €	375.604 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508802423	TURMA DO LAZER, UNIPESSOAL, LDA	639.868 €	415.914 €	415.914 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508730716	CASO RARO.., LDA	747.115 €	560.336 €	560.336 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507395581	HEXA PAINEL COMERCIALIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE DERIVADOS DE PAPEL, SA	620.112 €	403.681 €	403.681 €	3.245 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503818682	AQUECIVENTIL - EQUIPAMENTOS TÉRMICOS INTEGRADOS, LDA	180.079 €	117.051 €	117.051 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505370530	J. C. PEIXOTO - MÓVEIS, LDA	870.221 €	565.644 €	565.644 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508584620	EUROWIRE, LDA	2.942.568 €	2.206.926 €	2.206.926 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508819270	FRIGOFAMA - COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES, LDA	999.925 €	750.444 €	750.444 €	8.000 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507774388	QUINTA DOS PADRES SANTOS - TURISMO NO ESPAÇO RURAL, LDA	602.650 €	451.987 €	451.987 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508889090	SEMPRE VERÃO - ACTIVIDADES TURÍSTICAS, LDA	286.141 €	214.606 €	214.606 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508846285	TRIÂNGULO DE PEDRA, LDA	923.932 €	692.949 €	692.949 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508177618	RE-SOURCE PORTUGUESA - DESMONTAGEM E RECICLAGEM DE VEÍCULOS, SA.	2.121.876 €	1.167.032 €	1.167.032 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508970261	SECTORMETRIA - MADEIRAS E DERIVADOS, LDA	1.005.793 €	653.765 €	653.765 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507088034	HOTEL RURAL DA AZENHA, LDA	2.630.972 €	1.973.229 €	1.973.229 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508981905	DECORXISTO, LDA	558.500 €	418.875 €	418.875 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508984823	FIBERECO-INDUSTRIAL, LDA	654.668 €	491.001 €	491.001 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503459690	MIRAPAPEL, LDA	1.431.893 €	930.730 €	930.730 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508582490	OLINDUNA - EMPREENDIMENTOS TURISTICOS, LDA	1.512.439 €	1.134.329 €	1.134.329 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508983258	GRANITENDER - GRANITOS E EMPREITADAS, LDA	2.830.212 €	2.122.659 €	2.122.659 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507462750	SOC. AGRÍCOLA QUINTA DOS MELROS, LDA	997.125 €	648.131 €	648.131 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504322001	TÊXTIL SAMCASI, LDA	410.488 €	264.417 €	264.417 €	5.400 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504284207	WAREHOUSE - GESTÃO DE ARMAZENAGEM, LDA	3.498.019 €	2.273.713 €	2.273.713 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508984939	BIO 4 ALL, UNIPESSOAL, LDA	2.287.000 €	1.486.550 €	1.486.550 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505821974	GRANICAVEZ -INDÚSTRIA DE GRANITO, LDA	1.599.142 €	1.039.442 €	1.039.442 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508350018	STELLEP PRODUÇÃO DE PELLETS SA	2.996.681 €	1.949.943 €	1.949.943 €	11.200 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508371198	TERMOFLORESTAL, LDA	2.041.000 €	1.333.400 €	1.333.400 €	36.000 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502961759	BICAFÉ TORREFACÇÃO E COMÉRCIO DE CAFÉ, LDA	923.016 €	613.408 €	613.408 €	91.049 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	502303751	CARLOS FERREIRA DA SILVA & FILHOS - RECOLHA E RECICLAGEM DE PAPEIS E PLASTICOS, LDA	1.125.949 €	735.780 €	735.780 €	20.870 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508335302	CARRIS LAND PORTUGAL, SA	7.634.276 €	4.962.279 €	4.962.279 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508931711	PRIMANO, LDA	1.086.325 €	708.359 €	708.359 €	11.985 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508675146	ARSDURIUM, LDA	721.687 €	469.097 €	469.097 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503914088	GLOBALE RC URNAS, LDA	1.442.617 €	937.701 €	937.701 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507072812	PRAIA DE LEÇA - INVESTIMENTOS HOTELEIROS, LDA	3.551.067 €	2.308.194 €	2.308.194 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504968645	ARISDOURO - GESTÃO HOTELEIRA, LDA	248.845 €	161.749 €	161.749 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504434780	TUBEMBAL - TRANSFORMAÇÃO DE PAPEL E COMÉRCIO DE EMBALAGENS SA	2.024.070 €	1.315.646 €	1.315.646 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508979404	WALLSPIRAL -, LDA	528.707 €	345.325 €	345.325 €	8.884 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506447138	PIPE MASTERS - SERVIÇOS DE SOLDADURA E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL, LDA	157.379 €	102.296 €	102.296 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505855518	ETIPRINT-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ETIQUETAS, LDA	222.900 €	147.360 €	147.360 €	13.200 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508990033	INCENTIVERDE -, LDA	990.357 €	648.025 €	648.025 €	22.892 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507724038	INDUFEL - INDÚSTRIA DE FELTROS, LDA	1.482.787 €	963.811 €	963.811 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508250145	PRATA PARQUE - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, SA	3.368.599 €	2.526.449 €	2.526.449 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503565393	RENASCIMENTO - GESTÃO E RECICLAGEM DE RESIDUOS, LDA	423.478 €	275.260 €	275.260 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506895092	XARÃO COMPANHIA PORTUGUESA DE LICORES, LDA	150.468 €	97.804 €	97.804 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	144356856	RAMIRO HERMENEGILDO SARAIVA	1.211.896 €	788.857 €	788.857 €	6.000 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	501560432	SEARAFIM FERTUZINHOS, SA	1.991.365 €	1.296.016 €	1.296.016 €	8.688 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	178718955	MANUEL BERNARDO LEAL CORREIA (VIDREIRA DE MIRANDELA)	554.691 €	363.631 €	363.631 €	16.436 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503847461	RSM - REVESTIMENTOS DE SUPERFICIES METALICAS, LDA	205.757 €	135.246 €	135.246 €	8.021 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503705039	J.TEX - INDÚSTRIAS METALOMECÂNICAS, SA	636.617 €	413.801 €	413.801 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506389448	LUSOIMPRESS - ARTES GRÁFICAS, LDA	2.011.147 €	1.307.246 €	1.307.246 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505186136	MOVEIS REGUENGA, LDA	270.000 €	175.500 €	175.500 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	505836904	ARMINDO SOUSA - METALÚRGICA, LDA	162.024 €	105.315 €	105.315 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	506683842	WOODONE MOBILIÁRIO SA	496.167 €	336.755 €	336.755 €	75.980 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506553914	PAPABOA - RESTAURAÇÃO, LDA	294.997 €	221.248 €	221.248 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509095879	JOAQUIM PEREIRA DE AZEVEDO, LDA	78.718 €	59.039 €	59.039 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	185084460	ROSA MARIA FERREIRA DA SILVA	43.288 €	32.466 €	32.466 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	206009798	MÓNICA SOFIA GOMES GUEDES	69.544 €	52.158 €	52.158 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508255031	MOBIL HOUSE, LDA	58.568 €	43.926 €	43.926 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502401311	SUPER TALHO S. MARCOS, LDA	254.726 €	191.044 €	191.044 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503895342	SUPER TALHO REDENTOR, LDA	195.667 €	146.750 €	146.750 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	500045445	BEZERRA, BARROSO & COMPANHIA, LDA	99.582 €	74.686 €	74.686 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508665469	CONTRASTE DINÂMICO, UNIPESSOAL, LDA	207.081 €	155.311 €	155.311 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507180879	JOSÉ ADRIANO MOREIRA NETO UNIPESSOAL, LDA	116.774 €	87.581 €	87.581 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502814462	RESTAURANTE CARVALHO, LDA	248.950 €	186.713 €	186.713 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505043947	OURO REGIO 2 - COMÉRCIO DE OURIVESARIA, LDA	97.817 €	73.362 €	73.362 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506539172	CARNES PARAÍSO DO MINHO, LDA	297.908 €	223.431 €	223.431 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507180879	JOSÉ ADRIANO MOREIRA NETO UNIPESSOAL, LDA	121.534 €	91.150 €	91.150 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509074278	EM CIMA DA MESA, LDA	188.275 €	141.206 €	141.206 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503482447	ADÉRITO & COSTA, LDA	230.708 €	173.031 €	173.031 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	501245553	CHURCHILL GRAHAM, LDA	144.392 €	108.294 €	108.294 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509113354	COISASKOMSENTIDO, UNIPESSOAL, LDA	55.015 €	41.261 €	41.261 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508854644	GERMANO FERNANDO VIEIRA VELOSO, UNIPESSOAL, LDA	255.555 €	191.667 €	191.667 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	501554483	ALMEIDA FERREIRA E COMPANHIA UNIPESSOAL, LDA	242.708 €	182.031 €	182.031 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508733391	APARATO - COMÉRCIO DE VESTUÁRIO, LDA	80.290 €	60.217 €	60.217 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505105187	READY TO COPY COMERCIO E REPARAÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITORIO, LDA	65.678 €	49.259 €	49.259 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500264724	FARMÁCIA COMERCIAL FARMACÊUTICA, LDA	183.623 €	137.718 €	137.718 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505361663	COLINATRUM CAFÉ - RESTAURAÇÃO, HOTELARIA E LAZER, LDA	194.159 €	145.620 €	145.620 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505544253	MARÉS DO ATERRO HOTELARIA E SERVIÇOS, LDA	262.339 €	196.754 €	196.754 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505077523	PLR- MOBILIÁRIO E ARTIGOS DE DECORAÇÃO, LDA	87.992 €	65.994 €	65.994 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506955419	BAR BOM BALANÇO, LDA	132.215 €	99.161 €	99.161 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	137637608	FERNANDO LOURENÇO BRÁS	72.120 €	54.090 €	54.090 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507074548	PAULO VALBOM - SOC. UNIPESSOAL, LDA	49.616 €	37.212 €	37.212 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508163242	SABORES SORTIDOS - TALHOS UNIPESSOAL, LDA	277.273 €	207.954 €	207.954 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	143588966	SALVADOR SOUSA DA SILVA	300.000 €	225.000 €	225.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508489164	DOCE SILÊNCIO, LDA	233.333 €	175.000 €	175.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502805455	FERNANDO PINHO BRANDÃO, LDA	55.229 €	41.421 €	41.421 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507180879	JOSÉ ADRIANO MOREIRA NETO UNIPESSOAL, LDA	48.252 €	36.189 €	36.189 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508893461	TUTTI SCARPA, LDA	108.449 €	81.337 €	81.337 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	500205833	OFICINA DE REPARAÇÃO DE AUTOMÓVEIS E ESTAÇÃO DE SERVIÇO FONSECA, LDA	172.326 €	129.245 €	129.245 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	225506203	JOÃO PEDRO DOS REIS CUNHA TAVEIRA	224.150 €	168.113 €	168.113 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505467712	RESTAURANTE SANTA QUITÉRIA, LDA	193.984 €	145.488 €	145.488 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	147184495	FILOMENA DE LURDES MARCELO	99.526 €	74.644 €	74.644 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	502641223	IRMÃOS GEADAS - EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS, LDA	168.542 €	126.406 €	126.406 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508134846	EGREEN´S - ENERGIA E AMBIENTE, LDA	153.046 €	114.784 €	114.784 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506808971	CONFEITARIA A PEROLA DE NEVES & PINHEIRO, LDA	80.559 €	60.419 €	60.419 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508992559	LANCESCADA - BAR UNIPESSOAL, LDA	153.631 €	115.223 €	115.223 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507704401	INOVIBER, SA.	80.145 €	60.109 €	60.109 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506808971	CONFEITARIA A PEROLA DE NEVES & PINHEIRO, LDA	81.257 €	60.942 €	60.942 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507292820	BRIGOFFICE PAPELARIA SOC. UNIPESSOAL, LDA	287.430 €	215.573 €	215.573 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503352969	S.P.A. - SOLUÇÕES EM POTABILIZAÇÃO DE ÁGUAS, LDA	156.954 €	117.715 €	117.715 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509040101	PEGADAS CÉLEBRES, LDA	72.281 €	54.211 €	54.211 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503595128	RESTAURANTE O JACÓ, LDA	55.791 €	41.843 €	41.843 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507124910	FRUTAS FERREIRA COMERCIO DE FRUTAS E HORTICOLAS, LDA	227.414 €	170.560 €	170.560 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	156222914	ANABELA MAGALHÃES LOPES DOS REIS LIMA FERNANDES	41.523 €	31.142 €	31.142 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	500828202	FERREIRA E DUARTE, LDA	33.877 €	25.407 €	25.407 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509055354	FACES ROSADAS, LDA	111.484 €	83.613 €	83.613 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	106144154	JOSE TEIXEIRA DE SOUSA CHAVES	107.300 €	80.475 €	80.475 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506602354	PRAIA DO TITAN, CONCESSÃO DE PRAIA E EXPLORAÇÃO DE BAR, LDA	271.268 €	203.451 €	203.451 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508651280	TEMPO DE REFÚGIO, UNIPESSOAL, LDA	195.429 €	146.571 €	146.571 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509104037	WINGS OF FEELING, LDA	196.718 €	147.539 €	147.539 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	215808860	NUNO FILIPE MACEDO TEIXIERA DE SOUSA	123.540 €	92.655 €	92.655 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	220737517	EZEQUIEL FERNANDES HERDEIRO	297.960 €	223.470 €	223.470 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	500107157	FÁBRICA DE PÃO DE LÓ DE MARGARIDE, LDA	81.408 €	61.056 €	61.056 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508505992	LACU SALUTIS, COMERCIALIZAÇAO DE PRODUTOS DE SAÚDE,HIGIENE E BELEZA, LDA	81.437 €	61.078 €	61.078 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	147456657	TERESA MARIA MENDES PIMENTA RODRIGUES	171.392 €	128.544 €	128.544 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503620432	MODERNA, PRAIA E BAR, LDA	192.599 €	144.449 €	144.449 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509158641	ALVES CORREIA & TEIXEIRA ALVES, LDA	95.912 €	71.934 €	71.934 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	156222906	JÚLIA MARIA M.LOPES DOS REIS	178.690 €	134.018 €	134.018 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508582903	FIRMQUESTIONS - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, UNIPESSOAL LIMITADA	26.201 €	19.650 €	19.650 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503159522	FERREIRA & FERREIRA, LDA	287.252 €	215.439 €	215.439 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	504095790	PBX - COMUNICAÇÕES, LDA	102.838 €	77.129 €	77.129 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	145388751	MARIA DE FATIMA TEIXEIRA DA COSTA	79.221 €	59.416 €	59.416 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508729424	LANÇAR O ISCO - UNIPESSOAL, LDA	222.813 €	167.110 €	167.110 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508912458	CVSF - UNIPESSOAL, LDA	36.500 €	27.375 €	27.375 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504594745	QUINTA DO VALLADO - SOC. AGRÍCOLA, LDA	1.381.122 €	1.035.842 €	1.035.842 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509158374	BAIRRO DO CASAL - TURISMO DE ALDEIA	338.477 €	287.705 €	287.705 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	505261413	TURIVINHA - TURISMO E LAZER, LDA	399.250 €	299.438 €	299.438 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	509065724	TIRA CHUVA - VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, LDA	5.524.828 €	4.143.621 €	4.143.621 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509106544	COMODIDADE & BEM ESTAR, LDA	630.000 €	535.500 €	535.500 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	503381713	ANSIÃES - IMOBILIÁRIA E RURAL, SA	1.000.000 €	750.000 €	750.000 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	506563766	QUINTA DA PEREIRA E ENRICAS AGRO TURISMO, LDA	1.000.000 €	750.000 €	750.000 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503968820	AGOSTINHO SOUSA GONÇALVES, LDA	665.664 €	499.248 €	499.248 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508042070	FABRIPIXEL, LDA	488.792 €	317.715 €	317.715 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	509138730	THERMOWALL II, SA	365.250 €	237.413 €	237.413 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507690729	CASA DE CAMPO DA NEGREDA - TURISMO RURAL, LDA	284.389 €	213.292 €	213.292 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	162440367	VICÊNCIA ROSA BRANCO RODRIGUES	1.658.427 €	1.243.820 €	1.243.820 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	509294600	GRANITOS DA GINJEIRA, LDA	2.483.909 €	2.111.323 €	2.111.323 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507857542	DOUROGÁS COMERCIAL - COMPANHIA COMERCIALIZADORA DE GÁS, SA	4.801.363 €	3.120.886 €	3.120.886 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504149407	ESTALAGEM DE SANTO ANDRÉ, LDA	1.557.010 €	1.167.758 €	1.167.758 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	509206620	PASTELNOR - INDUSTRIA E INOVAÇAO ALIMENTAR, LDA	2.888.163 €	1.878.450 €	1.878.450 €	6.100 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500157995	JOSÉ MARIA PINTO FILHOS, LDA	1.275.091 €	828.809 €	828.809 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507769589	MOTIVO ÚNICO UNIPESSOAL, LDA	1.713.530 €	1.128.795 €	1.128.795 €	80.000 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508850991	QUINTEIRO & QUINTEIRO, LDA	441.108 €	330.831 €	330.831 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	509296580	PRÉ-AVE II PRÉ-FABRICADOS, LDA	2.418.129 €	1.813.597 €	1.813.597 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507448065	INVESMEÃ, AGRICULTURA E TURISMO, SA	1.971.189 €	1.478.392 €	1.478.392 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509175104	LINEFRIENDS - HOSPITALITY INDUSTRY CLUSTER, LDA	1.353.955 €	880.071 €	880.071 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508673682	HCH - INVESTIMENTOS TURÍSTICOS, LDA	2.822.545 €	2.116.909 €	2.116.909 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	507818040	ETJP - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, LDA	3.162.651 €	2.371.988 €	2.371.988 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	509299431	INERBRITAS, TRANSFORMAÇÃO DE GRANITOS, LDA	1.502.476 €	1.126.857 €	1.126.857 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	504361139	BRAGUINOX INDUSTRIA DE RECICLAGEM DE METAIS, LDA	982.776 €	638.804 €	638.804 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	509132766	CHARME PITORESCO - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, LDA	1.737.727 €	1.303.295 €	1.303.295 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	503938238	MATIAS & ARAÚJO, LDA	2.410.201 €	1.811.180 €	1.811.180 €	56.465 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508380561	EVERYDAYSPORT, LDA	494.100 €	321.165 €	321.165 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	509225470	VERDE VIRTUAL, LDA	963.405 €	629.868 €	629.868 €	19.490 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	509006450	FERPAINEL, SA	5.772.911 €	3.176.200 €	3.176.200 €	3.517 €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508242002	QUINTA DE FIÃES, LDA	685.850 €	582.973 €	582.973 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	509281516	GOTAABSOLUTA, LDA	1.404.674 €	917.820 €	917.820 €	25.502 €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	508626188	VERTICALBAG, LDA	596.458 €	387.698 €	387.698 €	- €
Micro-empresa (recomendação 2003/361/CE)	508517559	LUÍS FILIPE FERREIRA - ACTIVIDADES HOTELEIRAS, UNIPESSOAL, LDA	1.664.844 €	1.082.149 €	1.082.149 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	500210853	PANIFICADORA DE CHAVES, LDA	1.032.965 €	774.724 €	774.724 €	- €
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	507647165	CONVEXSTILE - ARTE E DESIGN, UNIPESSOAL, LDA	465.500 €	302.575 €	302.575 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Entidade Privada sem fins lucrativos	508037786	UrbeAnsiães - Associação Para a Promoção e Acompanhamento do Urbanismo Comercial de Carrazeda de Ans	283.185 €	283.185 €	198.230 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	508046483	ADIEL - Associaçao Desenvolvimento Integrado e Economico de Lousada	285.714 €	285.714 €	200.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	507977858	Associação Unidade de Acompanhamento e Coordenação para o Alto Cávado	285.714 €	285.714 €	200.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	508011353	Associação Mircom	249.934 €	249.934 €	174.954 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	508073650	Associação de Unidade de Acompanhamento e Coordenação do Centro Urbano de Oliveira de Azeméis	285.688 €	285.688 €	199.982 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	507977840	Associação Unidade de Acompanhamento e Coordenação para o Alto Ave	285.714 €	285.714 €	200.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	500971285	Associação Comercial de Braga - Comércio, Turismo e Serviços	285.714 €	285.714 €	200.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	504920103	Conselho Empresarial dos Vales do Lima e Minho	540.016 €	540.016 €	378.011 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501141731	Associação Empresarial de Viana do Castelo	279.594 €	279.594 €	195.716 €	- €
Administração Autónoma Local	506632938	Município de Paredes de Coura	278.166 €	278.166 €	222.533 €	- €
Administração Autónoma Local	506349381	Município de Resende	416.331 €	416.331 €	291.432 €	- €
Administração Autónoma Local	506884929	Município de Celorico de Basto	749.086 €	749.086 €	524.360 €	- €
Administração Autónoma Local	505211696	Município de Arcos de Valdevez	1.501.593 €	1.501.593 €	1.201.274 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	454.846 €	454.846 €	363.877 €	- €
Administração Autónoma Local	506896625	Município de Vila Nova de Cerveira	978.388 €	978.388 €	782.710 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	600053008	GEPE - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação	17.914.303 €	17.914.303 €	13.435.727 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	600053008	GEPE - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação	14.342.852 €	14.342.852 €	10.757.139 €	- €
Administração Autónoma Local	506741400	Município de Póvoa de Varzim	58.213 €	58.213 €	46.571 €	- €
Administração Autónoma Local	506886964	Município de Boticas	10.320 €	10.320 €	8.256 €	- €
Administração Autónoma Local	506874320	Município de Valpaços	30.960 €	30.960 €	24.768 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	101.725 €	101.725 €	81.380 €	- €
Administração Autónoma Local	505330334	Município de Cabeceiras de Basto	35.040 €	35.040 €	28.032 €	- €
Administração Autónoma Local	508779472	Comunidade Intermunicipal do Cávado	653.520 €	653.520 €	522.816 €	- €
Administração Autónoma Local	506037258	Municipio de Viana do Castelo	129.437 €	129.437 €	103.549 €	- €
Administração Autónoma Local	502622482	AMAVE - Associação de Municípios do Vale do Ave	412.800 €	412.800 €	330.240 €	- €
Administração Autónoma Local	501158740	Municipio de Espinho	54.480 €	54.480 €	43.584 €	- €
Administração Autónoma Local	503518689	ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DOURO SUPERIOR DE FÍNS ESPECÍFICOS	61.680 €	61.680 €	49.344 €	- €
Administração Autónoma Local	508754496	Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima	344.884 €	344.884 €	275.907 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	276.360 €	276.360 €	221.088 €	- €
Administração Autónoma Local	501651888	Associação de Municípios das Terras de Santa Maria	385.197 €	385.197 €	308.157 €	- €
Administração Autónoma Local	508889910	Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa	1.377.720 €	1.377.720 €	1.102.176 €	- €
Administração Autónoma Local	506848957	Município de Gondomar	54.720 €	54.720 €	43.776 €	- €
Administração Autónoma Local	505335018	Municipio de V. N. de Gaia	327.805 €	327.805 €	262.244 €	- €
Administração Autónoma Local	501156003	Município de Vinhais	10.320 €	10.320 €	8.256 €	- €
Administração Autónoma Local	501138960	Municipio de Valongo	164.621 €	164.621 €	131.697 €	- €
Administração Autónoma Local	505387131	Município da Maia	271.085 €	271.085 €	216.868 €	- €
Administração Autónoma Local	508779200	Comunidade Intermunicipal do Douro	208.320 €	208.320 €	166.656 €	- €
Administração Autónoma Local	501383018	Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana	70.599 €	70.599 €	56.479 €	- €
Administração Autónoma Local	501306099	Município do Porto	205.200 €	205.200 €	164.160 €	- €
Administração Autónoma Local	506617599	Município de Esposende	83.830 €	83.830 €	67.064 €	- €
Administração Autónoma Local	506797627	Município de Amares	158.314 €	158.314 €	126.651 €	- €
Administração Autónoma Local	506617599	Município de Esposende	121.256 €	121.256 €	97.005 €	- €
Administração Autónoma Local	505279460	Município de Lousada	233.340 €	233.340 €	186.672 €	- €
Administração Autónoma Local	501383018	Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana	510.920 €	510.920 €	408.736 €	- €
Administração Autónoma Local	506302970	Município de Oliveira de Azeméis	339.300 €	339.300 €	271.440 €	- €
Administração Autónoma Local	506741400	Município de Póvoa de Varzim	873.977 €	873.977 €	699.181 €	- €
Administração Autónoma Local	506810267	Município de Vila Pouca de Aguiar	158.256 €	158.256 €	126.605 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	437.500 €	437.500 €	350.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501138960	Municipio de Valongo	875.000 €	875.000 €	700.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506808122	Município de Arouca	250.000 €	250.000 €	200.000 €	- €
Administração Autónoma Local	505335018	Municipio de V. N. de Gaia	1.000.000 €	1.000.000 €	700.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506848957	Município de Gondomar	875.049 €	875.049 €	700.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501158740	Municipio de Espinho	875.000 €	875.000 €	700.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506841561	Município de Fafe	294.731 €	294.731 €	235.785 €	- €
Administração Autónoma Local	505985217	Município de Vizela	252.899 €	252.899 €	202.319 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	495.506 €	495.506 €	350.000 €	- €
Administração Autónoma Local	505804786	Municipio de Vila do Conde	621.401 €	621.401 €	497.121 €	- €
Administração Autónoma Local	506874320	Município de Valpaços	146.536 €	146.536 €	117.229 €	- €
Administração Autónoma Local	506037258	Municipio de Viana do Castelo	266.634 €	266.634 €	213.307 €	- €
Administração Autónoma Local	506881784	Município de Mirandela	418.144 €	418.144 €	334.515 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	437.500 €	437.500 €	350.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	158.326 €	158.326 €	126.660 €	- €
Administração Autónoma Local	506818098	Município de Ribeira de Pena	79.437 €	79.437 €	63.549 €	- €
Administração Autónoma Local	506632920	Município da Póvoa de Lanhoso	250.000 €	250.000 €	200.000 €	- €
Administração Autónoma Local	508754496	Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima	1.637.354 €	1.637.354 €	1.309.883 €	- €
Administração Autónoma Local	506663264	Município de Vila Nova de Famalicão	437.500 €	437.500 €	350.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501073655	Município de Marco de Canaveses	285.532 €	285.532 €	228.426 €	- €
Administração Autónoma Local	506572218	Município de Lamego	416.802 €	416.802 €	333.441 €	- €
Administração Autónoma Local	508779472	Comunidade Intermunicipal do Cávado	1.371.161 €	1.371.161 €	1.096.929 €	- €
Administração Autónoma Local	505330334	Município de Cabeceiras de Basto	156.672 €	156.672 €	125.338 €	- €
Administração Autónoma Local	501157280	Municipio de Santa Maria da Feira	422.603 €	422.603 €	338.082 €	- €
Administração Autónoma Local	505387131	Município da Maia	875.000 €	875.000 €	700.000 €	- €
Administração Autónoma Local	504296434	Município da Trofa	244.070 €	244.070 €	195.256 €	- €
Administração Autónoma Local	504004522	Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano	1.015.122 €	1.015.122 €	812.097 €	- €
Administração Autónoma Local	503518689	ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DOURO SUPERIOR DE FÍNS ESPECÍFICOS	271.183 €	271.183 €	216.946 €	- €
Administração Autónoma Local	506753905	Município de Tarouca	250.000 €	250.000 €	200.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506884929	Município de Celorico de Basto	128.200 €	128.200 €	102.560 €	- €
Administração Autónoma Local	501205551	Município de Chaves	331.996 €	331.996 €	265.597 €	- €
Administração Autónoma Local	506854299	Município de Baião	219.016 €	219.016 €	175.213 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	531.503 €	531.503 €	350.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501306099	Município do Porto	875.000 €	875.000 €	700.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	437.500 €	437.500 €	350.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506359670	Município de Vila Real	200.920 €	200.920 €	160.736 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	504471350	AREA ALTO MINHO – Agência Regional de Energia e Ambiente do Alto Minho	399.997 €	399.997 €	279.998 €	- €
Administração Autónoma Local	508779472	Comunidade Intermunicipal do Cávado	399.847 €	399.847 €	279.893 €	- €
Administração Autónoma Local	506037258	Municipio de Viana do Castelo	368.049 €	368.049 €	280.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506037258	Municipio de Viana do Castelo	193.181 €	193.181 €	154.544 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	506592545	TCR - Desenvolvimento e Promoção do Turismo Cultural e Religioso, CRL	378.178 €	378.178 €	264.724 €	- €
Administração Directa Serviços Periféricos	600067831	Direcção Regional de Cultura do Norte	414.800 €	414.800 €	290.360 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501066225	Associação Comercial do Porto	253.145 €	253.145 €	177.202 €	- €
Administração Autónoma Local	503518689	ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DOURO SUPERIOR DE FÍNS ESPECÍFICOS	398.218 €	398.218 €	318.575 €	- €
Centros de I&D	508479800	CITMAD - Centro de Inovação de Trás-os-Montes e Alto Douro	579.500 €	579.500 €	405.650 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	503427870	Beira Douro Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro	104.454 €	104.454 €	73.118 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	503427870	Beira Douro Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro	110.814 €	110.814 €	77.570 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501862501	ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DA REGIÃO NORTE	70.000 €	70.000 €	49.000 €	- €
Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	507693671	FUNDAÇÃO MUSEU DO DOURO	381.624 €	381.624 €	267.137 €	- €
Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	507693671	FUNDAÇÃO MUSEU DO DOURO	103.520 €	103.520 €	72.464 €	- €
Administração Autónoma Local	503518689	ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DOURO SUPERIOR DE FÍNS ESPECÍFICOS	195.854 €	195.854 €	156.683 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502280271	NERVIR - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL	298.532 €	298.532 €	208.972 €	- €
Administração Autónoma Local	506824942	Município de Sabrosa	233.183 €	233.183 €	163.228 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	505345684	Associação dos Empresários Turisticos do Douro e Trás-os-Montes	465.499 €	465.499 €	325.849 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	508766877	Associacao de Desenvolvimento da Rota do Azeite de Trás-os-Montes	378.583 €	378.583 €	265.008 €	- €
Administração Directa Serviços Periféricos	600067831	Direcção Regional de Cultura do Norte	230.120 €	230.120 €	161.084 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	503767514	Associação da Restauração e Similares de Portugal	470.182 €	470.182 €	329.127 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	504174681	Rota do Vinho do Porto - Associação de Aderentes	355.000 €	355.000 €	248.500 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	505345684	Associação dos Empresários Turisticos do Douro e Trás-os-Montes	310.000 €	310.000 €	217.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	504174681	Rota do Vinho do Porto - Associação de Aderentes	270.985 €	270.985 €	189.690 €	- €
Administração Autónoma Local	506359670	Município de Vila Real	719.320 €	719.320 €	575.456 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	505345684	Associação dos Empresários Turisticos do Douro e Trás-os-Montes	52.000 €	52.000 €	36.400 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	506294285	Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo	358.587 €	358.587 €	251.011 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Entidade Privada sem fins lucrativos	508914329	Turismo do Douro	1.186.889 €	1.186.889 €	830.822 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	508914329	Turismo do Douro	450.000 €	450.000 €	315.000 €	- €
Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	507693671	FUNDAÇÃO MUSEU DO DOURO	865.689 €	865.689 €	605.982 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502514531	Maiêutica - Cooperativa de Ensino Superior, CRL	237.000 €	237.000 €	165.900 €	- €
Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	504095650	Fundação Hispano Portuguesa Rei Afonso Henriques	346.799 €	346.799 €	242.760 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	508914329	Turismo do Douro	445.000 €	445.000 €	311.500 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	508914329	Turismo do Douro	115.001 €	115.001 €	80.501 €	- €
Administração Directa Serviços Periféricos	600067831	Direcção Regional de Cultura do Norte	3.159.780 €	3.159.780 €	2.195.508 €	- €
Administração Autónoma Local	506824942	Município de Sabrosa	2.995.608 €	2.995.608 €	1.348.024 €	- €
Administração Autónoma Local	503518689	ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DOURO SUPERIOR DE FÍNS ESPECÍFICOS	799.666 €	799.666 €	639.733 €	- €
Administração Autónoma Local	506884937	Município de Freixo de Espada à Cinta	907.000 €	907.000 €	725.600 €	- €
Administração Directa Serviços Periféricos	600067831	Direcção Regional de Cultura do Norte	1.179.944 €	1.179.944 €	825.961 €	- €
Administração Autónoma Local	506884937	Município de Freixo de Espada à Cinta	2.828.211 €	2.828.211 €	2.262.569 €	- €
Administração Directa Serviços Periféricos	600067831	Direcção Regional de Cultura do Norte	999.570 €	999.570 €	699.699 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502747129	Centro Social e Paroquial de Trevões	303.278 €	303.278 €	212.294 €	- €
Administração Directa Serviços Periféricos	600067831	Direcção Regional de Cultura do Norte	1.932.611 €	1.932.611 €	1.352.827 €	- €
Administração Autónoma Local	506892646	Município de São João da Pesqueira	3.051.706 €	3.051.706 €	1.990.160 €	- €
Administração Autónoma Local	506892646	Município de São João da Pesqueira	429.626 €	429.626 €	343.701 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502872071	Fábrica da Igreja da Paróquia do Carregal	457.472 €	457.472 €	320.230 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	505542331	Resíduos do Nordeste, Empresa Intermunicipal	987.873 €	987.873 €	790.299 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	508666236	Turismo de Portugal, I.P.	995.423 €	995.423 €	696.796 €	- €
Administração Autónoma Local	506829197	Município de Vila Nova de Foz Côa	935.195 €	935.195 €	748.156 €	- €
Administração Autónoma Local	506601455	Município de Tabuaço	386.071 €	386.071 €	308.857 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501180052	Diocese de Lamego	1.132.549 €	1.132.549 €	792.784 €	- €
Administração Autónoma Local	506854299	Município de Baião	474.327 €	474.327 €	379.462 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	506414477	Instituto Portuário e dos Transportes Maritimos, I.P. (IPTM,I.P.)	2.385.147 €	2.385.147 €	1.669.603 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	504174681	Rota do Vinho do Porto - Associação de Aderentes	251.315 €	251.315 €	175.920 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	508783852	Casa Museu Quinta das Quintans - Associação	399.660 €	399.660 €	279.762 €	- €
Administração Autónoma Local	506572218	Município de Lamego	1.376.317 €	1.376.317 €	1.048.623 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	508666236	Turismo de Portugal, I.P.	9.339.421 €	9.339.421 €	6.537.595 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501449752	APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A.	45.750.948 €	45.750.948 €	25.500.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	507847695	UPTEC - Associação de Transferência de Tecnologia da Asprela	4.392.022 €	4.392.022 €	3.074.415 €	- €
Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	502263342	Fundação da Juventude	1.939.641 €	1.939.641 €	1.357.749 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	500317186	Árvore - Cooperativa de Actividades Artísticas, C.R.L.	1.543.807 €	1.543.807 €	1.080.665 €	- €
Administração Autónoma Local	506656128	Município de Paredes	6.446.816 €	6.446.816 €	5.157.453 €	- €
Instituições do Ensino Superior	501082522	Universidade Católica Portuguesa - Centro Regional do Porto	11.267.808 €	11.267.808 €	7.887.465 €	- €
Administração Autónoma Local	506896625	Município de Vila Nova de Cerveira	1.185.593 €	1.185.593 €	829.915 €	- €
Administração Autónoma Local	501157280	Municipio de Santa Maria da Feira	8.483.512 €	8.483.512 €	5.938.458 €	- €
Administração Autónoma Local	506538575	Município de S.João da Madeira	9.333.120 €	9.333.120 €	7.466.496 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	4.121.010 €	4.121.010 €	3.296.808 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	508010276	Agência Inova - Associação para a Cultura e a Criatividade	1.872.925 €	1.872.925 €	1.311.047 €	- €
Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	507636295	Fundação Casa da Música	1.541.229 €	1.541.229 €	1.078.860 €	- €
Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	502266643	Fundação de Serralves	1.653.886 €	1.653.886 €	1.157.720 €	- €
Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	507693671	FUNDAÇÃO MUSEU DO DOURO	1.315.092 €	1.315.092 €	920.565 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	508930693	FUNDAÇÃO BIENAL DE ARTE DE CERVEIRA	883.320 €	883.320 €	618.324 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	746.765 €	746.765 €	522.736 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	503858765	Curtas Metragens - Cooperativa de Produção Cultural, CRL	974.233 €	974.233 €	681.963 €	- €
Administração Autónoma Local	506656128	Município de Paredes	1.095.536 €	1.095.536 €	766.875 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	503966908	Teatro Nacional São João, E.P.E	1.515.951 €	1.515.951 €	1.061.166 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501775501	ANJE - Associação Nacional de Jovens Empresários	1.938.625 €	1.938.625 €	1.357.038 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	507718640	CMPL - Porto Lazer - Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, EM	1.998.840 €	1.998.840 €	1.399.188 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	508905435	Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	2.072.160 €	2.072.160 €	1.450.512 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	507847695	UPTEC - Associação de Transferência de Tecnologia da Asprela	2.023.460 €	2.023.460 €	1.416.422 €	- €
Administração Autónoma Local	501138960	Municipio de Valongo	2.110.632 €	2.110.632 €	1.477.443 €	- €
Administração Autónoma Local	506851168	Município de Mogadouro	731.145 €	731.145 €	511.802 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Administração Autónoma Local	505335018	Municipio de V. N. de Gaia	1.551.188 €	1.551.188 €	1.085.831 €	- €
Administração Autónoma Local	505335018	Municipio de V. N. de Gaia	1.865.377 €	1.865.377 €	1.305.764 €	- €
Administração Autónoma Local	505335018	Municipio de V. N. de Gaia	1.464.043 €	1.464.043 €	1.024.830 €	- €
Administração Autónoma Local	505335018	Municipio de V. N. de Gaia	1.195.556 €	1.195.556 €	836.889 €	- €
Administração Autónoma Local	506697339	Municipio de Macedo de Cavaleiros	495.328 €	495.328 €	346.730 €	- €
Administração Autónoma Local	506627888	Município de Vimioso	234.000 €	234.000 €	187.200 €	- €
Administração Autónoma Local	506884929	Município de Celorico de Basto	3.085.656 €	3.085.656 €	2.159.959 €	- €
Administração Autónoma Local	501102752	Município de Amarante	1.673.670 €	1.673.670 €	1.171.569 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508278279	PFR INVEST - SGU, EM	962.424 €	962.424 €	673.697 €	- €
Administração Autónoma Local	506896625	Município de Vila Nova de Cerveira	1.330.800 €	1.330.800 €	1.064.640 €	- €
Administração Autónoma Local	506632938	Município de Paredes de Coura	551.293 €	551.293 €	441.034 €	- €
Administração Autónoma Local	506818098	Município de Ribeira de Pena	1.071.429 €	1.071.429 €	857.143 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	504807706	PEB - Empresa Parque de Exposições de Braga - E.M.	988.884 €	988.884 €	791.107 €	- €
Administração Autónoma Local	506852032	Município de Sernancelhe	3.117.204 €	3.117.204 €	2.493.764 €	- €
Administração Autónoma Local	505592940	Município de Melgaço	562.278 €	562.278 €	449.823 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	531.867 €	531.867 €	425.494 €	- €
Administração Autónoma Local	506617599	Município de Esposende	709.462 €	709.462 €	567.570 €	- €
Administração Autónoma Local	506907619	Município de Terras de Bouro	32.174 €	32.174 €	25.739 €	- €
Administração Autónoma Local	504296434	Município da Trofa	124.958 €	124.958 €	93.718 €	- €
Administração Autónoma Local	508779472	Comunidade Intermunicipal do Cávado	102.815 €	102.815 €	82.252 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	508614244	Administração de Região Hidrográfica do Norte, I. P.	7.098.164 €	7.098.164 €	5.323.623 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	600074404	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	219.040 €	219.040 €	164.280 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	600074404	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	190.000 €	190.000 €	142.500 €	- €
Administração Autónoma Local	505330334	Município de Cabeceiras de Basto	63.593 €	63.593 €	50.874 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	505542331	Resíduos do Nordeste, Empresa Intermunicipal	342.616 €	342.616 €	256.962 €	- €
Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	502266643	Fundação de Serralves	410.427 €	410.427 €	307.821 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	50.515 €	50.515 €	40.412 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	503237965	Instituto da Água, I.P.	88.702 €	88.702 €	66.527 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	503237965	Instituto da Água, I.P.	83.127 €	83.127 €	62.345 €	- €
Administração Autónoma Local	505387131	Município da Maia	50.087 €	50.087 €	37.565 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	507334132	INTERVIR MAIS	144.201 €	144.201 €	108.151 €	- €
Administração Autónoma Local	501158740	Municipio de Espinho	1.000.000 €	1.000.000 €	750.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501158740	Municipio de Espinho	250.000 €	250.000 €	187.500 €	- €
Administração Autónoma Local	506741400	Município de Póvoa de Varzim	150.000 €	150.000 €	120.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506741400	Município de Póvoa de Varzim	150.000 €	150.000 €	120.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501158740	Municipio de Espinho	170.000 €	170.000 €	127.500 €	- €
Administração Autónoma Local	501158740	Municipio de Espinho	75.000 €	75.000 €	56.250 €	- €
Administração Autónoma Local	501158740	Municipio de Espinho	170.000 €	170.000 €	127.500 €	- €
Administração Autónoma Local	501158740	Municipio de Espinho	750.000 €	750.000 €	562.500 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	504888773	Parque Biológico de Gaia, Empresa Municipal	237.464 €	237.464 €	189.971 €	- €
Administração Autónoma Local	500843139	Município de Caminha	2.550.353 €	2.550.353 €	2.040.282 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	504888773	Parque Biológico de Gaia, Empresa Municipal	1.481.946 €	1.481.946 €	1.185.557 €	- €
Administração Autónoma Local	505804786	Municipio de Vila do Conde	1.005.451 €	1.005.451 €	804.360 €	- €
Administração Autónoma Local	505335018	Municipio de V. N. de Gaia	5.144.293 €	5.144.293 €	4.115.434 €	- €
Administração Autónoma Local	505335018	Municipio de V. N. de Gaia	1.973.046 €	1.973.046 €	1.578.437 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	503237965	Instituto da Água, I.P.	292.215 €	292.215 €	219.161 €	- €
Administração Autónoma Local	506617599	Município de Esposende	188.563 €	188.563 €	150.850 €	- €
Administração Autónoma Local	501305912	Município de Matosinhos	10.623.126 €	10.623.126 €	8.498.501 €	- €
Administração Directa Serviços Periféricos	600018873	Governo Civil de Vila Real	529.116 €	529.116 €	370.380 €	- €
Administração Autónoma Local	501306099	Município do Porto	21.429 €	21.429 €	15.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	507285697	FEDERAÇÃO DOS BOMBEIROS DO DISTRITO DE AVEIRO	180.175 €	180.175 €	126.123 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	15.000 €	15.000 €	12.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	500032300	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paredes	21.390 €	21.390 €	14.973 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	507498895	Federação dos Bombeiros do Distrito de Braga	406.690 €	406.690 €	284.683 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501318097	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valongo	22.000 €	22.000 €	15.400 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Entidade Privada sem fins lucrativos	501361642	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila das Aves	21.000 €	21.000 €	14.700 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	507486358	Federação dos Bombeiros do Distrito de Bragança	361.542 €	361.542 €	253.079 €	- €
Administração Directa Serviços Periféricos	600016811	Governo Civil do Distrito do Porto	713.507 €	713.507 €	499.455 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	507449053	Federação dos Bombeiros do Distrito de Viana do Castelo	219.310 €	219.310 €	153.517 €	- €
Administração Autónoma Local	508754496	Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima	302.287 €	302.287 €	211.601 €	- €
Administração Autónoma Local	506810267	Município de Vila Pouca de Aguiar	37.438 €	37.438 €	26.206 €	- €
Administração Autónoma Local	504296434	Município da Trofa	284.389 €	284.389 €	199.072 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	121.087 €	121.087 €	96.870 €	- €
Administração Autónoma Local	506848957	Município de Gondomar	186.892 €	186.892 €	130.825 €	- €
Administração Autónoma Local	502924055	Associação de Munícípios do Alto Tâmega	97.623 €	97.623 €	78.099 €	- €
Administração Autónoma Local	506037258	Municipio de Viana do Castelo	69.846 €	69.846 €	55.877 €	- €
Administração Autónoma Local	508779472	Comunidade Intermunicipal do Cávado	649.205 €	649.205 €	454.443 €	- €
Administração Autónoma Local	502622482	AMAVE - Associação de Municípios do Vale do Ave	467.399 €	467.399 €	327.179 €	- €
Administração Autónoma Local	501158740	Municipio de Espinho	93.360 €	93.360 €	65.352 €	- €
Administração Autónoma Local	501138960	Municipio de Valongo	64.692 €	64.692 €	51.753 €	- €
Administração Autónoma Local	502459417	Associação de Municípios do Vale do Douro-Norte	1.279.558 €	1.279.558 €	895.690 €	- €
Administração Autónoma Local	501651888	Associação de Municípios das Terras de Santa Maria	340.487 €	340.487 €	272.390 €	- €
Administração Autónoma Local	506741400	Município de Póvoa de Varzim	177.760 €	177.760 €	124.432 €	- €
Administração Autónoma Local	501305912	Município de Matosinhos	149.376 €	149.376 €	104.563 €	- €
Administração Autónoma Local	504004522	Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano	145.755 €	145.755 €	116.604 €	- €
Administração Autónoma Local	505804786	Municipio de Vila do Conde	89.400 €	89.400 €	62.580 €	- €
Administração Autónoma Local	501306099	Município do Porto	238.674 €	238.674 €	190.939 €	- €
Administração Autónoma Local	508889910	Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa	2.412.336 €	2.412.336 €	1.688.635 €	- €
Administração Autónoma Local	505335018	Municipio de V. N. de Gaia	285.714 €	285.714 €	200.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501692983	EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.	489.321 €	489.321 €	293.593 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	570.487 €	570.487 €	456.390 €	- €
Administração Autónoma Local	506848957	Município de Gondomar	156.000 €	156.000 €	124.800 €	- €
Administração Autónoma Local	501157280	Municipio de Santa Maria da Feira	3.020.998 €	3.020.998 €	2.416.798 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	504703129	Ambisousa - Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Residuos Sólidos, EIM	570.137 €	570.137 €	456.109 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	506644782	Culturval, Gestão Equipamentos Culturais de Vila Real, E.M.	367.662 €	367.662 €	294.129 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	503190985	A Oficina Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL	307.977 €	307.977 €	246.382 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	506644782	Culturval, Gestão Equipamentos Culturais de Vila Real, E.M.	785.927 €	785.927 €	471.556 €	- €
Administração Autónoma Local	505181266	Município de Leiria	236.514 €	236.514 €	189.211 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	500997519	Companhia de Teatro de Almada	214.541 €	214.541 €	171.633 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	507068076	EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE,EEM	2.338.587 €	2.338.587 €	1.870.869 €	- €
Administração Autónoma Local	508921775	Associação de Municípios do Vale do Minho	1.482.106 €	1.482.106 €	1.111.580 €	- €
Administração Autónoma Local	506627888	Município de Vimioso	1.503.500 €	1.503.500 €	1.202.800 €	- €
Administração Autónoma Local	506632938	Município de Paredes de Coura	582.139 €	582.139 €	465.711 €	- €
Administração Autónoma Local	503821632	Associação de Municípios do Vale do Douro Sul	65.000 €	65.000 €	52.000 €	- €
Administração Autónoma Local	505592940	Município de Melgaço	348.506 €	348.506 €	278.805 €	- €
Administração Autónoma Local	506907619	Município de Terras de Bouro	1.137.977 €	1.137.977 €	910.381 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade,I.P.	456.960 €	456.960 €	342.720 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade,I.P.	1.146.864 €	1.146.864 €	860.148 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade,I.P.	217.500 €	217.500 €	163.125 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	503361380	adere-peneda gerês	640.069 €	640.069 €	480.052 €	- €
Administração Autónoma Local	505211696	Município de Arcos de Valdevez	1.533.225 €	1.533.225 €	1.149.919 €	- €
Administração Autónoma Local	506697339	Municipio de Macedo de Cavaleiros	953.127 €	953.127 €	762.502 €	- €
Administração Autónoma Local	506811913	Município de Ponte de Lima	214.202 €	214.202 €	160.652 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	504888773	Parque Biológico de Gaia, Empresa Municipal	357.266 €	357.266 €	285.812 €	- €
Administração Autónoma Local	506810267	Município de Vila Pouca de Aguiar	289.952 €	289.952 €	217.464 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	504543725	ARDAL - Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima	646.283 €	646.283 €	484.713 €	- €
Administração Autónoma Local	508754496	Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima	1.752.753 €	1.752.753 €	1.314.565 €	- €
Administração Autónoma Local	508779472	Comunidade Intermunicipal do Cávado	4.471.000 €	4.471.000 €	3.576.800 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade,I.P.	1.192.000 €	1.192.000 €	894.000 €	- €
Administração Autónoma Local	503821632	Associação de Municípios do Vale do Douro Sul	182.250 €	182.250 €	136.688 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Administração Autónoma Local	506818098	Município de Ribeira de Pena	576.686 €	576.686 €	432.514 €	- €
Administração Autónoma Local	506886964	Município de Boticas	3.018.858 €	3.018.858 €	2.415.086 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	503854913	FRAUGA-ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE PICOTE	131.355 €	131.355 €	98.516 €	- €
Administração Autónoma Local	508754496	Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima	2.018.149 €	2.018.149 €	1.513.612 €	- €
Administração Autónoma Local	506302970	Município de Oliveira de Azeméis	880.425 €	880.425 €	704.340 €	- €
Administração Autónoma Local	506697339	Municipio de Macedo de Cavaleiros	481.086 €	481.086 €	384.869 €	- €
Administração Autónoma Local	501157280	Municipio de Santa Maria da Feira	750.862 €	750.862 €	563.147 €	- €
Administração Autónoma Local	506852032	Município de Sernancelhe	826.145 €	826.145 €	660.916 €	- €
Administração Autónoma Local	506359670	Município de Vila Real	658.111 €	658.111 €	493.583 €	- €
Administração Autónoma Local	506806898	Município de Miranda do Douro	298.792 €	298.792 €	239.034 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	508614244	Administração de Região Hidrográfica do Norte, I. P.	3.249.300 €	3.249.300 €	2.436.975 €	- €
Administração Autónoma Local	506359670	Município de Vila Real	1.018.448 €	1.018.448 €	814.758 €	- €
Administração Autónoma Local	506811913	Município de Ponte de Lima	240.423 €	240.423 €	192.339 €	- €
Administração Autónoma Local	504296434	Município da Trofa	3.018.003 €	3.018.003 €	2.263.503 €	- €
Administração Autónoma Local	501305912	Município de Matosinhos	5.697.835 €	5.697.835 €	4.273.377 €	- €
Administração Autónoma Local	504962434	Associação de Municípios do Baixo Tâmega	244.016 €	244.016 €	195.213 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	4.267.056 €	4.267.056 €	3.413.644 €	- €
Administração Autónoma Local	506811913	Município de Ponte de Lima	2.492.022 €	2.492.022 €	1.993.617 €	- €
Administração Autónoma Local	506037258	Municipio de Viana do Castelo	1.414.782 €	1.414.782 €	1.131.826 €	- €
Administração Autónoma Local	506651541	Município de Penedono	1.184.909 €	1.184.909 €	829.436 €	- €
Administração Autónoma Local	506811913	Município de Ponte de Lima	2.320.599 €	2.320.599 €	1.856.479 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	2.130.723 €	2.130.723 €	1.704.578 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	1.881.473 €	1.881.473 €	1.505.178 €	- €
Administração Autónoma Local	505279460	Município de Lousada	2.083.980 €	2.083.980 €	1.458.786 €	- €
Administração Autónoma Local	505335018	Município de V. N. de Gaia	143.870 €	143.870 €	100.709 €	- €
Administração Autónoma Local	505335018	Município de V. N. de Gaia	271.303 €	271.303 €	189.912 €	- €
Administração Autónoma Local	506149811	Município de Montalegre	2.028.334 €	2.028.334 €	1.419.834 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	2.052.875 €	2.052.875 €	1.642.300 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	2.035.352 €	2.035.352 €	1.628.281 €	- €
Administração Autónoma Local	505335018	Município de V. N. de Gaia	289.682 €	289.682 €	202.777 €	- €
Administração Autónoma Local	506037258	Município de Viana do Castelo	857.940 €	857.940 €	686.352 €	- €
Administração Autónoma Local	506829138	Município de Santa Marta de Penaguião	1.383.835 €	1.383.835 €	1.107.068 €	- €
Administração Autónoma Local	501305912	Município de Matosinhos	527.741 €	527.741 €	369.418 €	- €
Administração Autónoma Local	501205551	Município de Chaves	4.632.212 €	4.632.212 €	3.671.955 €	- €
Administração Autónoma Local	506741400	Município de Póvoa de Varzim	686.826 €	686.826 €	549.461 €	- €
Administração Autónoma Local	501305912	Município de Matosinhos	377.865 €	377.865 €	302.292 €	- €
Administração Autónoma Local	505676770	Município de Ponte da Barca	2.375.704 €	2.375.704 €	1.900.563 €	- €
Administração Autónoma Local	506728897	Município de Valença	2.624.917 €	2.624.917 €	2.099.934 €	- €
Administração Autónoma Local	501305912	Município de Matosinhos	1.084.296 €	1.084.296 €	759.007 €	- €
Administração Autónoma Local	506829197	Município de Vila Nova de Foz Côa	2.754.482 €	2.754.482 €	2.203.586 €	- €
Administração Autónoma Local	506753905	Município de Tarouca	2.159.798 €	2.159.798 €	1.511.859 €	- €
Administração Autónoma Local	501305912	Município de Matosinhos	132.352 €	132.352 €	92.647 €	- €
Administração Autónoma Local	506829197	Município de Vila Nova de Foz Côa	1.325.459 €	1.325.459 €	1.060.367 €	- €
Administração Autónoma Local	506349381	Município de Resende	1.666.167 €	1.666.167 €	1.166.317 €	- €
Administração Autónoma Local	501305912	Município de Matosinhos	520.590 €	520.590 €	364.413 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	2.135.675 €	2.135.675 €	1.708.540 €	- €
Administração Autónoma Local	505387131	Município da Maia	1.814.271 €	1.814.271 €	1.269.989 €	- €
Administração Autónoma Local	505592940	Município de Melgaço	2.391.624 €	2.391.624 €	1.913.299 €	- €
Administração Autónoma Local	506808122	Município de Arouca	2.204.561 €	2.204.561 €	1.763.649 €	- €
Administração Autónoma Local	506808122	Município de Arouca	1.817.274 €	1.817.274 €	1.453.819 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	1.628.984 €	1.628.984 €	1.140.289 €	- €
Administração Autónoma Local	505387131	Município da Maia	105.000 €	105.000 €	73.500 €	- €
Administração Autónoma Local	504296434	Município da Trofa	831.600 €	831.600 €	582.120 €	- €
Administração Autónoma Local	505387131	Município da Maia	271.100 €	271.100 €	189.770 €	- €
Administração Autónoma Local	506656128	Município de Paredes	2.237.264 €	2.237.264 €	1.566.085 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Administração Autónoma Local	505387131	Município da Maia	125.000 €	125.000 €	87.500 €	- €
Administração Autónoma Local	505387131	Município da Maia	250.000 €	250.000 €	175.000 €	- €
Administração Autónoma Local	505387131	Município da Maia	300.000 €	300.000 €	210.000 €	- €
Administração Autónoma Local	505387131	Município da Maia	150.000 €	150.000 €	105.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506656128	Município de Paredes	1.793.876 €	1.793.876 €	1.255.713 €	- €
Administração Autónoma Local	501158740	Municipio de Espinho	2.113.682 €	2.113.682 €	1.479.577 €	- €
Administração Autónoma Local	506728897	Municipio de Valença	711.559 €	711.559 €	569.247 €	- €
Administração Autónoma Local	506896625	Município de Vila Nova de Cerveira	2.102.470 €	2.102.470 €	1.681.976 €	- €
Administração Autónoma Local	506841561	Município de Fafe	822.803 €	822.803 €	658.243 €	- €
Administração Autónoma Local	505335018	Municipio de V. N. de Gaia	277.240 €	277.240 €	194.068 €	- €
Administração Autónoma Local	505335018	Municipio de V. N. de Gaia	218.400 €	218.400 €	152.880 €	- €
Administração Autónoma Local	501158740	Municipio de Espinho	1.803.004 €	1.803.004 €	1.262.103 €	- €
Administração Autónoma Local	506656128	Município de Paredes	2.237.264 €	2.237.264 €	1.566.085 €	- €
Administração Autónoma Local	506656128	Município de Paredes	2.778.630 €	2.778.630 €	1.945.041 €	- €
Administração Autónoma Local	506656128	Município de Paredes	2.237.264 €	2.237.264 €	1.566.085 €	- €
Administração Autónoma Local	506656128	Município de Paredes	2.237.264 €	2.237.264 €	1.566.085 €	- €
Administração Autónoma Local	506656128	Município de Paredes	2.299.214 €	2.299.214 €	1.839.371 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	2.558.932 €	2.558.932 €	2.047.146 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	1.093.800 €	1.093.800 €	875.040 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	2.034.578 €	2.034.578 €	1.627.662 €	- €
Administração Autónoma Local	506697339	Municipio de Macedo de Cavaleiros	2.182.624 €	2.182.624 €	1.527.837 €	- €
Administração Autónoma Local	505335018	Municipio de V. N. de Gaia	2.616.149 €	2.616.149 €	1.831.304 €	- €
Administração Autónoma Local	501158740	Municipio de Espinho	614.306 €	614.306 €	430.014 €	- €
Administração Autónoma Local	506215547	Município de Bragança	1.904.743 €	1.904.743 €	1.523.794 €	- €
Administração Autónoma Local	506810267	Município de Vila Pouca de Aguiar	1.413.193 €	1.413.193 €	1.130.555 €	- €
Administração Autónoma Local	506215547	Município de Bragança	110.641 €	110.641 €	88.513 €	- €
Administração Autónoma Local	506215547	Município de Bragança	54.285 €	54.285 €	43.428 €	- €
Administração Autónoma Local	501073655	Município de Marco de Canaveses	1.258.763 €	1.258.763 €	881.134 €	- €
Administração Autónoma Local	506617599	Município de Esposende	1.000.713 €	1.000.713 €	800.570 €	- €
Administração Autónoma Local	506632938	Município de Paredes de Coura	454.598 €	454.598 €	363.679 €	- €
Administração Autónoma Local	506884937	Município de Freixo de Espada à Cinta	816.794 €	816.794 €	653.435 €	- €
Administração Autónoma Local	501157280	Municipio de Santa Maria da Feira	484.768 €	484.768 €	339.338 €	- €
Administração Autónoma Local	501157280	Municipio de Santa Maria da Feira	392.822 €	392.822 €	274.975 €	- €
Administração Autónoma Local	501157280	Municipio de Santa Maria da Feira	997.053 €	997.053 €	697.937 €	- €
Administração Autónoma Local	506632938	Município de Paredes de Coura	649.692 €	649.692 €	519.754 €	- €
Administração Autónoma Local	501102752	Município de Amarante	715.000 €	715.000 €	500.500 €	- €
Administração Autónoma Local	501073655	Município de Marco de Canaveses	527.355 €	527.355 €	369.149 €	- €
Administração Autónoma Local	501157280	Municipio de Santa Maria da Feira	1.225.713 €	1.225.713 €	857.999 €	- €
Administração Autónoma Local	501073655	Município de Marco de Canaveses	315.986 €	315.986 €	221.190 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	357.071 €	357.071 €	285.657 €	- €
Administração Autónoma Local	506632938	Município de Paredes de Coura	618.979 €	618.979 €	495.183 €	- €
Administração Autónoma Local	506896625	Município de Vila Nova de Cerveira	1.786.176 €	1.786.176 €	1.428.941 €	- €
Administração Autónoma Local	506843190	Município de Armamar	1.705.309 €	1.705.309 €	1.364.247 €	- €
Administração Autónoma Local	505211696	Município de Arcos de Valdevez	4.039.238 €	4.039.238 €	3.231.390 €	- €
Administração Autónoma Local	505279460	Município de Lousada	2.466.540 €	2.466.540 €	1.726.578 €	- €
Administração Autónoma Local	506854299	Município de Baião	953.777 €	953.777 €	667.644 €	- €
Administração Autónoma Local	506632920	Município da Póvoa de Lanhoso	1.924.773 €	1.924.773 €	1.539.818 €	- €
Administração Autónoma Local	506572218	Município de Lamego	5.502.128 €	5.502.128 €	4.401.703 €	- €
Administração Autónoma Local	500843139	Município de Caminha	428.369 €	428.369 €	342.695 €	- €
Administração Autónoma Local	500843139	Município de Caminha	231.266 €	231.266 €	161.886 €	- €
Administração Autónoma Local	506037258	Município de Viana do Castelo	1.418.184 €	1.418.184 €	1.134.548 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	1.173.565 €	1.173.565 €	938.852 €	- €
Administração Autónoma Local	506572218	Município de Lamego	2.120.977 €	2.120.977 €	1.696.782 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	1.300.267 €	1.300.267 €	1.040.214 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	483.076 €	483.076 €	386.461 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	1.362.818 €	1.362.818 €	1.090.254 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	255.412 €	255.412 €	204.330 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	909.821 €	909.821 €	727.857 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	545.935 €	545.935 €	436.748 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	511.901 €	511.901 €	409.521 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	953.968 €	953.968 €	763.175 €	- €
Administração Autónoma Local	505279460	Município de Lousada	537.441 €	537.441 €	376.209 €	- €
Administração Autónoma Local	506659682	Município de Vieira do Minho	1.367.103 €	1.367.103 €	1.093.682 €	- €
Administração Autónoma Local	506572218	Município de Lamego	1.927.617 €	1.927.617 €	1.542.093 €	- €
Administração Autónoma Local	506215547	Município de Bragança	2.066.526 €	2.066.526 €	1.653.221 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	306.213 €	306.213 €	214.349 €	- €
Administração Autónoma Local	506818098	Município de Ribeira de Pena	1.549.388 €	1.549.388 €	1.084.572 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	960.216 €	960.216 €	672.151 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	347.918 €	347.918 €	243.542 €	- €
Administração Autónoma Local	506641376	Município de Vila Verde	2.005.123 €	2.005.123 €	1.604.098 €	- €
Administração Autónoma Local	501937471	Município de Monção	3.239.055 €	3.239.055 €	2.591.244 €	- €
Administração Autónoma Local	504296434	Município da Trofa	277.200 €	277.200 €	194.040 €	- €
Administração Autónoma Local	504296434	Município da Trofa	277.200 €	277.200 €	194.040 €	- €
Administração Autónoma Local	501138960	Municipio de Valongo	1.046.343 €	1.046.343 €	732.440 €	- €
Administração Autónoma Local	506874320	Município de Valpaços	3.006.408 €	3.006.408 €	2.405.127 €	- €
Administração Autónoma Local	506874320	Município de Valpaços	1.241.427 €	1.241.427 €	993.142 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	1.349.915 €	1.349.915 €	944.940 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	1.609.832 €	1.609.832 €	1.126.883 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	1.068.783 €	1.068.783 €	748.148 €	- €
Administração Autónoma Local	506601455	Município de Tabuaço	1.237.905 €	1.237.905 €	866.534 €	- €
Administração Autónoma Local	506302970	Município de Oliveira de Azeméis	1.003.082 €	1.003.082 €	802.466 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	1.667.001 €	1.667.001 €	1.166.901 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	450.567 €	450.567 €	360.453 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	1.996.000 €	1.996.000 €	1.397.200 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	1.577.576 €	1.577.576 €	1.104.303 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	1.066.865 €	1.066.865 €	853.492 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	1.472.520 €	1.472.520 €	1.030.764 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	537.785 €	537.785 €	376.449 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	1.133.097 €	1.133.097 €	906.478 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	851.907 €	851.907 €	596.335 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	1.154.284 €	1.154.284 €	807.999 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	1.263.689 €	1.263.689 €	884.582 €	- €
Administração Autónoma Local	501158740	Município de Espinho	428.628 €	428.628 €	342.902 €	- €
Administração Autónoma Local	506808122	Município de Arouca	2.019.964 €	2.019.964 €	1.615.971 €	- €
Administração Autónoma Local	506808122	Município de Arouca	1.233.204 €	1.233.204 €	986.563 €	- €
Administração Autónoma Local	501305912	Município de Matosinhos	1.552.717 €	1.552.717 €	1.086.902 €	- €
Administração Autónoma Local	501305912	Município de Matosinhos	1.587.089 €	1.587.089 €	1.110.962 €	- €
Administração Autónoma Local	501305912	Município de Matosinhos	560.034 €	560.034 €	392.024 €	- €
Administração Autónoma Local	506859487	Município de Alijó	1.325.280 €	1.325.280 €	927.696 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	1.204.308 €	1.204.308 €	963.447 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	3.607.877 €	3.607.877 €	2.525.514 €	- €
Administração Autónoma Local	506641376	Município de Vila Verde	1.384.716 €	1.384.716 €	1.107.773 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	2.402.498 €	2.402.498 €	1.681.748 €	- €
Administração Autónoma Local	506818098	Município de Ribeira de Pena	473.368 €	473.368 €	331.358 €	- €
Administração Autónoma Local	506811913	Município de Ponte de Lima	2.060.889 €	2.060.889 €	1.648.711 €	- €
Administração Autónoma Local	506735524	Município de Vale de Cambra	1.143.383 €	1.143.383 €	800.368 €	- €
Administração Autónoma Local	505279460	Município de Lousada	707.905 €	707.905 €	495.534 €	- €
Administração Autónoma Local	505279460	Município de Lousada	1.118.669 €	1.118.669 €	783.068 €	- €
Administração Autónoma Local	506907619	Município de Terras de Bouro	912.327 €	912.327 €	729.862 €	- €
Administração Autónoma Local	506840328	Município de Mesão Frio	2.889.804 €	2.889.804 €	2.311.843 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Administração Autónoma Local	506663264	Município de Vila Nova de Famalicão	3.623.202 €	3.623.202 €	2.898.562 €	- €
Administração Autónoma Local	506663264	Município de Vila Nova de Famalicão	3.857.916 €	3.857.916 €	3.086.333 €	- €
Administração Autónoma Local	501073655	Município de Marco de Canaveses	1.390.605 €	1.390.605 €	973.424 €	- €
Administração Autónoma Local	501205551	Município de Chaves	1.254.228 €	1.254.228 €	877.959 €	- €
Administração Autónoma Local	500843139	Município de Caminha	1.331.546 €	1.331.546 €	1.065.237 €	- €
Administração Autónoma Local	505335018	Municipio de V. N. de Gaia	275.250 €	275.250 €	192.675 €	- €
Administração Autónoma Local	506632920	Município da Póvoa de Lanhoso	2.081.138 €	2.081.138 €	1.664.910 €	- €
Administração Autónoma Local	506967107	Municipio de Mondim de Basto	2.079.802 €	2.079.802 €	1.663.841 €	- €
Administração Autónoma Local	505387131	Município da Maia	2.189.079 €	2.189.079 €	1.532.355 €	- €
Administração Autónoma Local	505387131	Município da Maia	2.302.000 €	2.302.000 €	1.611.400 €	- €
Administração Autónoma Local	505985217	Município de Vizela	561.440 €	561.440 €	449.152 €	- €
Administração Autónoma Local	505387131	Município da Maia	830.393 €	830.393 €	581.275 €	- €
Administração Autónoma Local	506862763	Município de Murça	2.835.599 €	2.835.599 €	2.268.479 €	- €
Administração Autónoma Local	501157280	Municipio de Santa Maria da Feira	840.849 €	840.849 €	588.594 €	- €
Administração Autónoma Local	501073655	Município de Marco de Canaveses	1.780.260 €	1.780.260 €	1.246.182 €	- €
Administração Autónoma Local	505387131	Município da Maia	847.226 €	847.226 €	593.058 €	- €
Administração Autónoma Local	505387131	Município da Maia	700.000 €	700.000 €	490.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506302970	Município de Oliveira de Azeméis	132.824 €	132.824 €	106.259 €	- €
Administração Autónoma Local	506656128	Município de Paredes	2.558.716 €	2.558.716 €	1.791.101 €	- €
Administração Autónoma Local	506656128	Município de Paredes	2.051.149 €	2.051.149 €	1.435.804 €	- €
Administração Autónoma Local	506656128	Município de Paredes	1.881.960 €	1.881.960 €	1.317.372 €	- €
Administração Autónoma Local	506656128	Município de Paredes	1.881.960 €	1.881.960 €	1.317.372 €	- €
Administração Autónoma Local	506656128	Município de Paredes	2.562.030 €	2.562.030 €	1.793.421 €	- €
Administração Autónoma Local	505387131	Município da Maia	502.200 €	502.200 €	351.540 €	- €
Administração Autónoma Local	505387131	Município da Maia	321.574 €	321.574 €	225.102 €	- €
Administração Autónoma Local	506892646	Município de São João da Pesqueira	1.114.575 €	1.114.575 €	780.203 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	553.980 €	553.980 €	443.184 €	- €
Administração Autónoma Local	506824942	Município de Sabrosa	2.796.247 €	2.796.247 €	2.236.998 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	534.019 €	534.019 €	427.215 €	- €
Administração Autónoma Local	506848957	Município de Gondomar	286.327 €	286.327 €	200.429 €	- €
Administração Autónoma Local	506848957	Município de Gondomar	570.740 €	570.740 €	399.518 €	- €
Administração Autónoma Local	506848957	Município de Gondomar	417.949 €	417.949 €	292.564 €	- €
Administração Autónoma Local	506663264	Município de Vila Nova de Famalicão	397.879 €	397.879 €	318.303 €	- €
Administração Autónoma Local	506656128	Município de Paredes	2.562.030 €	2.562.030 €	1.793.421 €	- €
Administração Autónoma Local	505804786	Município de Vila do Conde	1.441.669 €	1.441.669 €	1.009.168 €	- €
Administração Autónoma Local	506538575	Município de S.João da Madeira	1.157.228 €	1.157.228 €	925.782 €	- €
Administração Autónoma Local	501102752	Município de Amarante	142.265 €	142.265 €	99.586 €	- €
Administração Autónoma Local	506728897	Município de Valença	717.300 €	717.300 €	573.840 €	- €
Administração Autónoma Local	506572218	Município de Lamego	352.650 €	352.650 €	246.855 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	475.200 €	475.200 €	380.160 €	- €
Administração Autónoma Local	501138960	Município de Valongo	420.321 €	420.321 €	294.225 €	- €
Administração Autónoma Local	501138960	Município de Valongo	1.053.840 €	1.053.840 €	737.688 €	- €
Administração Autónoma Local	506811913	Município de Ponte de Lima	2.415.166 €	2.415.166 €	1.932.133 €	- €
Administração Autónoma Local	501138960	Município de Valongo	1.842.447 €	1.842.447 €	1.289.713 €	- €
Administração Autónoma Local	501157280	Municipio de Santa Maria da Feira	1.106.999 €	1.106.999 €	774.900 €	- €
Administração Autónoma Local	505804786	Município de Vila do Conde	2.175.393 €	2.175.393 €	1.522.775 €	- €
Administração Autónoma Local	506693651	Município de Cinfães	886.664 €	886.664 €	620.665 €	- €
Administração Autónoma Local	506797627	Município de Amares	974.843 €	974.843 €	682.390 €	- €
Administração Autónoma Local	504296434	Município da Trofa	356.485 €	356.485 €	249.540 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	861.254 €	861.254 €	602.877 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	2.523.493 €	2.523.493 €	1.766.445 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	625.476 €	625.476 €	437.833 €	- €
Administração Autónoma Local	506666018	Município de Carrazeda de Ansiães	1.618.487 €	1.618.487 €	1.132.941 €	- €
Administração Autónoma Local	501157280	Municipio de Santa Maria da Feira	857.473 €	857.473 €	600.231 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	1.015.143 €	1.015.143 €	710.600 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Administração Autónoma Local	506797627	Município de Amares	832.976 €	832.976 €	583.083 €	- €
Administração Autónoma Local	506848957	Município de Gondomar	297.138 €	297.138 €	207.997 €	- €
Administração Autónoma Local	506359670	Município de Vila Real	1.691.552 €	1.691.552 €	1.184.086 €	- €
Administração Autónoma Local	506848957	Município de Gondomar	158.943 €	158.943 €	111.260 €	- €
Administração Autónoma Local	505330334	Município de Cabeceiras de Basto	3.299.491 €	3.299.491 €	2.639.593 €	- €
Administração Autónoma Local	504296434	Município da Trofa	356.485 €	356.485 €	249.540 €	- €
Administração Autónoma Local	506693651	Município de Cinfães	744.167 €	744.167 €	520.917 €	- €
Administração Autónoma Local	506359670	Município de Vila Real	1.332.509 €	1.332.509 €	932.757 €	- €
Administração Autónoma Local	505330334	Município de Cabeceiras de Basto	1.345.803 €	1.345.803 €	1.076.643 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	1.564.593 €	1.564.593 €	1.251.674 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	1.122.066 €	1.122.066 €	897.653 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	1.629.497 €	1.629.497 €	1.303.597 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	1.328.926 €	1.328.926 €	930.248 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	2.899.926 €	2.899.926 €	2.029.948 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	1.108.341 €	1.108.341 €	886.673 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	950.087 €	950.087 €	760.070 €	- €
Administração Autónoma Local	501157280	Município de Santa Maria da Feira	1.862.494 €	1.862.494 €	1.303.746 €	- €
Administração Autónoma Local	501157280	Município de Santa Maria da Feira	751.514 €	751.514 €	526.060 €	- €
Administração Autónoma Local	506884929	Município de Celorico de Basto	2.689.200 €	2.689.200 €	1.882.440 €	- €
Administração Autónoma Local	505804786	Município de Vila do Conde	1.102.832 €	1.102.832 €	771.983 €	- €
Administração Autónoma Local	506848957	Município de Gondomar	3.124.445 €	3.124.445 €	2.187.111 €	- €
Administração Autónoma Local	505804786	Município de Vila do Conde	1.046.235 €	1.046.235 €	732.364 €	- €
Administração Autónoma Local	506848957	Município de Gondomar	2.143.556 €	2.143.556 €	1.500.489 €	- €
Administração Autónoma Local	501306099	Município do Porto	324.776 €	324.776 €	259.821 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	2.962.350 €	2.962.350 €	2.073.645 €	- €
Administração Autónoma Local	501157280	Município de Santa Maria da Feira	741.019 €	741.019 €	518.713 €	- €
Administração Autónoma Local	505676770	Município de Ponte da Barca	1.434.740 €	1.434.740 €	1.147.792 €	- €
Administração Autónoma Local	505584760	Município de Barcelos	865.180 €	865.180 €	692.144 €	- €
Administração Autónoma Local	506617599	Município de Esposende	1.306.475 €	1.306.475 €	914.533 €	- €
Administração Autónoma Local	505584760	Município de Barcelos	734.520 €	734.520 €	587.616 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	737.483 €	737.483 €	589.986 €	- €
Administração Autónoma Local	501138960	Município de Valongo	1.508.513 €	1.508.513 €	1.055.959 €	- €
Administração Autónoma Local	501138960	Município de Valongo	749.609 €	749.609 €	524.727 €	- €
Administração Autónoma Local	501138960	Município de Valongo	1.193.192 €	1.193.192 €	835.234 €	- €
Administração Autónoma Local	501138960	Município de Valongo	753.120 €	753.120 €	527.184 €	- €
Administração Autónoma Local	506808122	Município de Arouca	1.242.039 €	1.242.039 €	869.428 €	- €
Administração Autónoma Local	506808122	Município de Arouca	2.306.355 €	2.306.355 €	1.614.449 €	- €
Administração Autónoma Local	506302970	Município de Oliveira de Azeméis	1.320.693 €	1.320.693 €	924.485 €	- €
Administração Autónoma Local	505387131	Município da Maia	495.000 €	495.000 €	346.500 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	741.481 €	741.481 €	519.037 €	- €
Administração Autónoma Local	505335018	Município de V. N. de Gaia	2.740.445 €	2.740.445 €	1.918.312 €	- €
Administração Autónoma Local	501305912	Município de Matosinhos	1.595.995 €	1.595.995 €	1.117.196 €	- €
Administração Autónoma Local	501305912	Município de Matosinhos	2.771.027 €	2.771.027 €	1.939.719 €	- €
Administração Autónoma Local	505335018	Município de V. N. de Gaia	3.173.298 €	3.173.298 €	2.221.309 €	- €
Administração Autónoma Local	506848957	Município de Gondomar	2.461.440 €	2.461.440 €	1.723.008 €	- €
Administração Autónoma Local	506848957	Município de Gondomar	3.538.080 €	3.538.080 €	2.476.656 €	- €
Administração Autónoma Local	506848957	Município de Gondomar	3.007.517 €	3.007.517 €	2.105.262 €	- €
Administração Autónoma Local	506848957	Município de Gondomar	2.461.440 €	2.461.440 €	1.723.008 €	- €
Administração Autónoma Local	501305912	Município de Matosinhos	3.015.960 €	3.015.960 €	2.111.172 €	- €
Administração Autónoma Local	501305912	Município de Matosinhos	1.872.540 €	1.872.540 €	1.310.778 €	- €
Administração Autónoma Local	501306099	Município do Porto	1.805.796 €	1.805.796 €	1.264.057 €	- €
Administração Autónoma Local	501305912	Município de Matosinhos	1.855.860 €	1.855.860 €	1.299.102 €	- €
Administração Autónoma Local	501305912	Município de Matosinhos	1.015.914 €	1.015.914 €	711.140 €	- €
Administração Autónoma Local	501306099	Município do Porto	38.463 €	38.463 €	26.924 €	- €
Administração Autónoma Local	501305912	Município de Matosinhos	1.627.202 €	1.627.202 €	1.139.041 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Administração Autónoma Local	505335018	Municipio de V. N. de Gaia	2.455.231 €	2.455.231 €	1.718.662 €	- €
Administração Autónoma Local	501306099	Município do Porto	653.193 €	653.193 €	457.235 €	- €
Administração Autónoma Local	501157280	Municipio de Santa Maria da Feira	795.855 €	795.855 €	557.098 €	- €
Administração Autónoma Local	505804786	Municipio de Vila do Conde	1.523.377 €	1.523.377 €	1.066.364 €	- €
Administração Autónoma Local	505804786	Municipio de Vila do Conde	1.433.527 €	1.433.527 €	1.003.469 €	- €
Administração Autónoma Local	505335018	Municipio de V. N. de Gaia	3.173.298 €	3.173.298 €	2.221.309 €	- €
Administração Autónoma Local	501157280	Municipio de Santa Maria da Feira	1.313.732 €	1.313.732 €	919.612 €	- €
Administração Autónoma Local	505804786	Municipio de Vila do Conde	1.711.350 €	1.711.350 €	1.197.945 €	- €
Administração Autónoma Local	501157280	Municipio de Santa Maria da Feira	1.706.425 €	1.706.425 €	1.194.497 €	- €
Administração Autónoma Local	501306099	Município do Porto	2.959.078 €	2.959.078 €	2.071.354 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	1.509.862 €	1.509.862 €	1.056.904 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	1.083.532 €	1.083.532 €	758.473 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	958.904 €	958.904 €	671.233 €	- €
Administração Autónoma Local	506663264	Município de Vila Nova de Famalicão	1.974.303 €	1.974.303 €	1.579.442 €	- €
Administração Autónoma Local	506663264	Município de Vila Nova de Famalicão	2.001.699 €	2.001.699 €	1.601.359 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	1.492.061 €	1.492.061 €	1.044.443 €	- €
Administração Autónoma Local	506663264	Município de Vila Nova de Famalicão	1.886.235 €	1.886.235 €	1.508.988 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	960.627 €	960.627 €	672.439 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	1.229.207 €	1.229.207 €	860.445 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	950.832 €	950.832 €	665.582 €	- €
Administração Autónoma Local	506884929	Município de Celorico de Basto	2.156.040 €	2.156.040 €	1.509.228 €	- €
Administração Autónoma Local	506884929	Município de Celorico de Basto	1.232.820 €	1.232.820 €	862.974 €	- €
Administração Autónoma Local	506359670	Município de Vila Real	2.367.242 €	2.367.242 €	1.657.069 €	- €
Administração Autónoma Local	506811913	Município de Ponte de Lima	2.981.596 €	2.981.596 €	2.385.276 €	- €
Administração Autónoma Local	506797627	Município de Amares	2.613.840 €	2.613.840 €	1.829.688 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	639.960 €	639.960 €	447.972 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	1.327.500 €	1.327.500 €	929.250 €	- €
Administração Autónoma Local	506663264	Município de Vila Nova de Famalicão	363.798 €	363.798 €	291.038 €	- €
Administração Autónoma Local	505330334	Município de Cabeceiras de Basto	1.756.261 €	1.756.261 €	1.405.009 €	- €
Administração Autónoma Local	506851168	Município de Mogadouro	2.380.479 €	2.380.479 €	1.904.383 €	- €
Administração Autónoma Local	506037258	Município de Viana do Castelo	1.072.782 €	1.072.782 €	858.226 €	- €
Administração Autónoma Local	506037258	Município de Viana do Castelo	1.124.458 €	1.124.458 €	899.566 €	- €
Administração Autónoma Local	506149811	Município de Montalegre	2.190.642 €	2.190.642 €	1.533.450 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	1.041.079 €	1.041.079 €	832.863 €	- €
Administração Autónoma Local	506656128	Município de Paredes	4.745.565 €	4.745.565 €	3.796.452 €	- €
Administração Autónoma Local	506656128	Município de Paredes	4.131.700 €	4.131.700 €	3.305.360 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	1.053.184 €	1.053.184 €	842.547 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	557.413 €	557.413 €	445.931 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	1.075.556 €	1.075.556 €	860.445 €	- €
Administração Autónoma Local	505676770	Município de Ponte da Barca	1.337.820 €	1.337.820 €	1.070.256 €	- €
Administração Autónoma Local	506841561	Município de Fafe	1.150.613 €	1.150.613 €	920.491 €	- €
Administração Autónoma Local	506641376	Município de Vila Verde	1.958.286 €	1.958.286 €	1.566.629 €	- €
Administração Autónoma Local	506797627	Município de Amares	1.736.191 €	1.736.191 €	1.388.953 €	- €
Administração Autónoma Local	506797627	Município de Amares	1.709.347 €	1.709.347 €	1.367.478 €	- €
Administração Autónoma Local	506641376	Município de Vila Verde	2.214.236 €	2.214.236 €	1.771.389 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	506385965	Associação Defesa do Património Macedo de Cavaleiros Terras Quentes	560.537 €	560.537 €	308.295 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	505336405	Gaianima - Equipamentos Municipais, E.M.	569.649 €	569.649 €	455.719 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	788.144 €	788.144 €	433.479 €	- €
Administração Autónoma Local	506881784	Município de Mirandela	558.204 €	558.204 €	446.564 €	- €
Administração Autónoma Local	505584760	Município de Barcelos	878.030 €	878.030 €	702.424 €	- €
Administração Autónoma Local	501102752	Município de Amarante	296.663 €	296.663 €	237.330 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	508200237	Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.	318.280 €	318.280 €	175.054 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	508200237	Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.	412.800 €	412.800 €	227.040 €	- €
Administração Autónoma Local	506851168	Município de Mogadouro	222.430 €	222.430 €	177.944 €	- €
Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	507693671	FUNDAÇÃO MUSEU DO DOURO	600.000 €	600.000 €	330.000 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Administração Autónoma Local	505804786	Municipio de Vila do Conde	794.492 €	794.492 €	436.971 €	- €
Administração Autónoma Local	506663264	Município de Vila Nova de Famalicão	285.422 €	285.422 €	156.982 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501295097	União das Misericórdias Portuguesas	160.166 €	160.166 €	88.091 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	146.431 €	146.431 €	117.145 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	500843090	Santa Casa da Misericórdia de Vila Real	298.366 €	298.366 €	164.101 €	- €
Administração Autónoma Local	501306099	Município do Porto	297.614 €	297.614 €	238.091 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	158.793 €	158.793 €	127.034 €	- €
Administração Autónoma Local	506037258	Municipio de Viana do Castelo	485.181 €	485.181 €	388.144 €	- €
Administração Autónoma Local	506886964	Município de Boticas	150.648 €	150.648 €	120.518 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	504636103	ADRAVE - Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, S.A.	599.502 €	599.502 €	329.726 €	- €
Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	502266643	Fundação de Serralves	545.214 €	545.214 €	299.868 €	- €
Administração Autónoma Local	506808122	Município de Arouca	252.048 €	252.048 €	201.638 €	- €
Administração Autónoma Local	506538575	Município de S.João da Madeira	599.994 €	599.994 €	329.997 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502354941	AMI - Associação Museu da Imprensa	959.393 €	959.393 €	527.666 €	- €
Instituições do Ensino Superior	501082522	Universidade Católica Portuguesa - Centro Regional do Porto	462.186 €	462.186 €	254.202 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502804335	Secretariado Diocesano de Liturgia do Porto	281.875 €	281.875 €	155.031 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	505359863	Instituto de História e Arte Cristãs - I.H.A.C.	230.868 €	230.868 €	126.977 €	- €
Administração Autónoma Local	506859487	Município de Alijó	332.385 €	332.385 €	265.908 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502580321	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Amarante S. Gonçalo	714.213 €	714.213 €	499.949 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502723157	Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações	390.024 €	390.024 €	273.017 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501129928	FABRICA IGREJA PAROQUIAL NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA	527.898 €	527.898 €	369.529 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	569.643 €	569.643 €	455.714 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501066225	Associação Comercial do Porto	988.695 €	988.695 €	692.087 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501382356	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	691.915 €	691.915 €	484.340 €	- €
Administração Autónoma Local	502599189	VALSOUSA - Associação de Municípios do Vale do Sousa	985.546 €	985.546 €	700.000 €	- €
Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	500823863	Fundação António Cupertino de Miranda	885.677 €	885.677 €	619.974 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502723157	Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações	872.676 €	872.676 €	610.873 €	- €
Instituições do Ensino Superior	502011378	Universidade do Minho	160.264 €	160.264 €	112.185 €	- €
Administração Directa Serviços Periféricos	600067831	Direcção Regional de Cultura do Norte	989.517 €	989.517 €	692.662 €	- €
Administração Directa Serviços Periféricos	600067831	Direcção Regional de Cultura do Norte	997.958 €	997.958 €	698.571 €	- €
Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	502266643	Fundação de Serralves	970.476 €	970.476 €	679.333 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	500841489	Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo	877.000 €	877.000 €	613.900 €	- €
Administração Autónoma Local	505804786	Municipio de Vila do Conde	89.668 €	89.668 €	71.734 €	- €
Administração Directa Serviços Periféricos	600067831	Direcção Regional de Cultura do Norte	980.000 €	980.000 €	686.000 €	- €
Administração Autónoma Local	500843139	Município de Caminha	453.625 €	453.625 €	362.900 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502804335	Secretariado Diocesano de Liturgia do Porto	575.480 €	575.480 €	402.836 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	504888773	Parque Biológico de Gaia, Empresa Municipal	996.284 €	996.284 €	700.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506886964	Município de Boticas	893.200 €	893.200 €	714.560 €	- €
Administração Autónoma Local	506149811	Município de Montalegre	700.000 €	700.000 €	560.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501306099	Município do Porto	262.537 €	262.537 €	210.029 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	500246467	SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO,SA	1.000.000 €	1.000.000 €	700.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506854299	Município de Baião	504.859 €	504.859 €	403.887 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	340.620 €	340.620 €	272.496 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502056860	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria de Vila Boa do Bispo	227.090 €	227.090 €	158.963 €	- €
Instituições do Ensino Superior	501082522	Universidade Católica Portuguesa - Centro Regional do Porto	418.645 €	418.645 €	293.051 €	- €
Administração Autónoma Local	506572218	Município de Lamego	872.373 €	872.373 €	697.898 €	- €
Administração Autónoma Local	504962434	Associação de Municípios do Baixo Tâmega	165.888 €	165.888 €	132.710 €	- €
Administração Autónoma Local	506632920	Município da Póvoa de Lanhoso	408.810 €	408.810 €	327.048 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502416882	Academia Contemporânea do Espectáculo	1.000.000 €	1.000.000 €	700.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501157280	Municipio de Santa Maria da Feira	622.097 €	622.097 €	497.678 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	189.900 €	189.900 €	151.920 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508318262	Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPE	34.243.738 €	34.243.738 €	17.875.150 €	- €
Administração Autónoma Local	506215547	Município de Bragança	1.877.076 €	1.877.076 €	1.313.956 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508093937	Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE	4.165.738 €	4.165.738 €	2.916.016 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	507594029	Centro Hospitalar do Nordeste, E.P.E.	1.772.091 €	1.772.091 €	1.240.464 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	501563563	Hospital Nossa Senhora da Conceição de Valongo	1.841.667 €	1.841.667 €	1.289.167 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508786193	Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.	588.606 €	588.606 €	412.024 €	- €
Administração Directa Serviços Periféricos	503135593	Administração Regional de Saúde do Norte	1.330.000 €	1.330.000 €	931.000 €	- €
Administração Directa Serviços Periféricos	503135593	Administração Regional de Saúde do Norte	400.686 €	400.686 €	280.480 €	- €
Administração Directa Serviços Periféricos	503135593	Administração Regional de Saúde do Norte	1.687.520 €	1.687.520 €	1.181.264 €	- €
Administração Directa Serviços Periféricos	503135593	Administração Regional de Saúde do Norte	541.818 €	541.818 €	379.273 €	- €
Administração Directa Serviços Periféricos	503135593	Administração Regional de Saúde do Norte	330.000 €	330.000 €	231.000 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	502261706	Hospital São Miguel - Oliveira de Azeméis	800.990 €	800.990 €	560.693 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508080827	Centro Hospitalar do Alto Ave, EPE	823.455 €	823.455 €	576.418 €	- €
Administração Directa Serviços Periféricos	503135593	Administração Regional de Saúde do Norte	364.237 €	364.237 €	254.966 €	- €
Administração Directa Serviços Periféricos	503135593	Administração Regional de Saúde do Norte	949.057 €	949.057 €	664.339 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508142156	Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E	2.182.048 €	2.182.048 €	1.527.434 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508100496	Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	41.070.168 €	41.070.168 €	28.749.118 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508741823	Centro Hospitalar Póvoa de Varzim - Vila do Conde, E.P.E.	292.238 €	292.238 €	204.567 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508786193	Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.	1.024.800 €	1.024.800 €	717.360 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508786193	Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.	2.085.726 €	2.085.726 €	1.460.008 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	950.713 €	950.713 €	665.499 €	- €
Administração Autónoma Local	506811913	Município de Ponte de Lima	333.427 €	333.427 €	233.399 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508331471	Centro Hospitalar do Porto, EPE	46.784.535 €	46.784.535 €	21.703.860 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	506362299	Instituto Portugues Oncologia do Porto, EPE	13.594.889 €	13.594.889 €	5.085.180 €	- €
Administração Directa Serviços Periféricos	503135593	Administração Regional de Saúde do Norte	34.050.152 €	34.050.152 €	23.835.106 €	- €
Administração Directa Serviços Periféricos	503135593	Administração Regional de Saúde do Norte	1.704.560 €	1.704.560 €	1.193.192 €	- €
Administração Directa Serviços Periféricos	503135593	Administração Regional de Saúde do Norte	975.478 €	975.478 €	682.835 €	- €
Administração Directa Serviços Periféricos	503135593	Administração Regional de Saúde do Norte	635.553 €	635.553 €	444.887 €	- €
Administração Autónoma Local	506854299	Município de Baião	1.876.503 €	1.876.503 €	1.313.552 €	- €
Administração Autónoma Local	501305912	Município de Matosinhos	565.238 €	565.238 €	395.667 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	1.011.807 €	1.011.807 €	708.265 €	- €
Administração Autónoma Local	506892646	Município de São João da Pesqueira	63.865 €	63.865 €	51.092 €	- €
Administração Autónoma Local	506697339	Município de Macedo de Cavaleiros	821.340 €	821.340 €	328.536 €	- €
Administração Autónoma Local	506728897	Município de Valença	662.744 €	662.744 €	530.195 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	438.194 €	438.194 €	350.556 €	- €
Administração Autónoma Local	506663264	Município de Vila Nova de Famalicão	1.529.505 €	1.529.505 €	1.223.604 €	- €
Administração Autónoma Local	501158740	Município de Espinho	76.200 €	76.200 €	60.960 €	- €
Administração Autónoma Local	506840328	Município de Mesão Frio	1.011.839 €	1.011.839 €	809.471 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	71.600 €	71.600 €	57.280 €	- €
Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	503646598	Fundação Ciência e Desenvolvimento	216.446 €	216.446 €	86.578 €	- €
Administração Autónoma Local	506697339	Município de Macedo de Cavaleiros	39.281 €	39.281 €	31.425 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	503190985	A Oficina Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL	249.136 €	249.136 €	99.654 €	- €
Administração Autónoma Local	506037258	Município de Viana do Castelo	2.615.022 €	2.615.022 €	2.092.018 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501202765	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora	1.050.000 €	1.050.000 €	420.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506797627	Município de Amares	1.401.129 €	1.401.129 €	1.120.903 €	- €
Administração Autónoma Local	506663264	Município de Vila Nova de Famalicão	124.722 €	124.722 €	99.778 €	- €
Administração Autónoma Local	500843139	Município de Caminha	1.050.000 €	1.050.000 €	840.000 €	- €
Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	507636295	Fundação Casa da Música	35.890 €	35.890 €	14.356 €	- €
Administração Autónoma Local	500843139	Município de Caminha	1.192.640 €	1.192.640 €	954.112 €	- €
Administração Autónoma Local	506806898	Município de Miranda do Douro	533.178 €	533.178 €	426.543 €	- €
Administração Autónoma Local	506841561	Município de Fafe	24.125 €	24.125 €	19.300 €	- €
Administração Autónoma Local	505279460	Município de Lousada	248.852 €	248.852 €	199.082 €	- €
Administração Autónoma Local	506811913	Município de Ponte de Lima	50.262 €	50.262 €	40.210 €	- €
Administração Autónoma Local	506735524	Município de Vale de Cambra	266.423 €	266.423 €	213.139 €	- €
Administração Autónoma Local	501937471	Município de Monção	148.715 €	148.715 €	118.972 €	- €
Administração Autónoma Local	506632938	Município de Paredes de Coura	1.192.640 €	1.192.640 €	954.112 €	- €
Administração Autónoma Local	506967107	Município de Mondim de Basto	1.124.513 €	1.124.513 €	603.864 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	2.931.313 €	2.931.313 €	2.345.050 €	- €
Administração Autónoma Local	506632938	Município de Paredes de Coura	290.973 €	290.973 €	232.779 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Administração Autónoma Local	505592940	Município de Melgaço	124.677 €	124.677 €	99.742 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	62.792 €	62.792 €	50.233 €	- €
Administração Autónoma Local	506841561	Município de Fafe	1.146.704 €	1.146.704 €	917.363 €	- €
Administração Autónoma Local	505211696	Município de Arcos de Valdevez	1.185.698 €	1.185.698 €	948.558 €	- €
Administração Autónoma Local	506811913	Município de Ponte de Lima	166.635 €	166.635 €	133.308 €	- €
Administração Autónoma Local	505676770	Município de Ponte da Barca	186.336 €	186.336 €	149.069 €	- €
Administração Autónoma Local	506907619	Município de Terras de Bouro	1.192.640 €	1.192.640 €	954.112 €	- €
Administração Autónoma Local	506892646	Município de São João da Pesqueira	1.185.864 €	1.185.864 €	948.691 €	- €
Administração Autónoma Local	501937471	Município de Monção	1.050.000 €	1.050.000 €	840.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506896625	Município de Vila Nova de Cerveira	244.397 €	244.397 €	195.518 €	- €
Administração Autónoma Local	505335018	Municipio de V. N. de Gaia	682.860 €	682.860 €	546.288 €	- €
Administração Autónoma Local	505592940	Município de Melgaço	419.056 €	419.056 €	335.245 €	- €
Administração Autónoma Local	505387131	Município da Maia	64.866 €	64.866 €	51.893 €	- €
Administração Autónoma Local	506632920	Município da Póvoa de Lanhoso	1.186.316 €	1.186.316 €	949.053 €	- €
Administração Autónoma Local	506881784	Município de Mirandela	581.210 €	581.210 €	464.968 €	- €
Administração Autónoma Local	506632920	Município da Póvoa de Lanhoso	691.952 €	691.952 €	553.562 €	- €
Administração Autónoma Local	506302970	Município de Oliveira de Azeméis	94.647 €	94.647 €	75.718 €	- €
Administração Autónoma Local	506302970	Município de Oliveira de Azeméis	313.847 €	313.847 €	251.077 €	- €
Administração Autónoma Local	506538575	Município de S.João da Madeira	71.120 €	71.120 €	56.896 €	- €
Administração Autónoma Local	505584760	Município de Barcelos	250.000 €	250.000 €	200.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506572218	Município de Lamego	2.103.996 €	2.103.996 €	1.683.197 €	- €
Administração Autónoma Local	506753905	Município de Tarouca	915.226 €	915.226 €	732.181 €	- €
Administração Autónoma Local	505804786	Municipio de Vila do Conde	62.640 €	62.640 €	50.112 €	- €
Administração Autónoma Local	505676770	Município de Ponte da Barca	1.188.540 €	1.188.540 €	475.416 €	- €
Administração Autónoma Local	506693651	Município de Cinfães	1.042.940 €	1.042.940 €	834.352 €	- €
Administração Autónoma Local	501138960	Município de Valongo	1.166.331 €	1.166.331 €	816.432 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	505788543	Águas de Gondomar, S.A.	1.674.753 €	1.674.753 €	1.172.327 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	507718666	CMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto, E.M.	5.972.627 €	5.972.627 €	4.180.839 €	- €
Administração Autónoma Local	505279460	Município de Lousada	1.592.566 €	1.592.566 €	1.114.796 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	507700651	PENAFIEL VERDE, ENTIDADE EMPRESARIAL LOCAL - EEM	3.190.107 €	3.190.107 €	2.233.075 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	506883078	AGS Paços de Ferreira - Sociedade Concessionária dos Sistemas de Abastecimento de Água e Saneamento	2.836.214 €	2.836.214 €	1.935.350 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	771.851 €	771.851 €	540.296 €	- €
Administração Autónoma Local	506896625	Município de Vila Nova de Cerveira	818.279 €	818.279 €	654.623 €	- €
Administração Autónoma Local	506728897	Municipio de Valença	767.058 €	767.058 €	613.647 €	- €
Administração Autónoma Local	505592940	Município de Melgaço	780.778 €	780.778 €	624.623 €	- €
Administração Autónoma Local	506811913	Município de Ponte de Lima	1.928.399 €	1.928.399 €	1.542.719 €	- €
Administração Autónoma Local	505211696	Município de Arcos de Valdevez	371.808 €	371.808 €	297.446 €	- €
Administração Autónoma Local	505676770	Município de Ponte da Barca	314.404 €	314.404 €	251.523 €	- €
Administração Autónoma Local	500843139	Município de Caminha	732.930 €	732.930 €	586.344 €	- €
Administração Autónoma Local	506632938	Município de Paredes de Coura	821.558 €	821.558 €	657.246 €	- €
Administração Autónoma Local	501937471	Município de Monção	1.187.330 €	1.187.330 €	949.864 €	- €
Administração Autónoma Local	506037258	Municipio de Viana do Castelo	1.422.249 €	1.422.249 €	1.137.799 €	- €
Administração Autónoma Local	506811913	Município de Ponte de Lima	2.886.447 €	2.886.447 €	2.309.158 €	- €
Administração Autónoma Local	680012907	Serviços Municipalizados e de Saneamento Básico de Viana do Castelo	982.054 €	982.054 €	785.643 €	- €
Administração Autónoma Local	501937471	Município de Monção	299.514 €	299.514 €	239.611 €	- €
Administração Autónoma Local	506886964	Município de Boticas	77.302 €	77.302 €	61.841 €	- €
Administração Autónoma Local	506735524	Município de Vale de Cambra	421.419 €	421.419 €	337.135 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501187600	Centro Social e Cultural da Meadela	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	132.853 €	132.853 €	106.282 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	179.823 €	179.823 €	143.858 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	167.742 €	167.742 €	134.194 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	182.106 €	182.106 €	145.685 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	117.295 €	117.295 €	93.836 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	231.373 €	231.373 €	185.099 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	199.702 €	199.702 €	159.761 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Administração Autónoma Local	506735524	Município de Vale de Cambra	100.000 €	100.000 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506808122	Município de Arouca	127.298 €	127.298 €	101.839 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506808122	Município de Arouca	207.578 €	207.578 €	166.062 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	209.571 €	209.571 €	167.656 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	345.000 €	345.000 €	276.000 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	229.854 €	229.854 €	183.883 €	- €
Administração Autónoma Local	506884929	Município de Celorico de Basto	100.000 €	100.000 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506884929	Município de Celorico de Basto	100.000 €	100.000 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506641376	Município de Vila Verde	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506641376	Município de Vila Verde	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506884929	Município de Celorico de Basto	100.000 €	100.000 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506884929	Município de Celorico de Basto	100.000 €	100.000 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	509268382	Freguesia de Soutelo	29.440 €	29.440 €	20.608 €	- €
Administração Autónoma Local	506656128	Município de Paredes	2.857.143 €	2.857.143 €	2.000.000 €	- €
Administração Autónoma Local	500843139	Município de Caminha	360.529 €	360.529 €	288.423 €	- €
Administração Autónoma Local	506659682	Município de Vieira do Minho	631.440 €	631.440 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506627888	Município de Vimioso	89.737 €	89.737 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506627888	Município de Vimioso	77.127 €	77.127 €	61.701 €	- €
Administração Autónoma Local	500843139	Município de Caminha	409.501 €	409.501 €	327.601 €	- €
Administração Autónoma Local	500843139	Município de Caminha	100.000 €	100.000 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	507139330	FREGUESIA DE MOURE	61.879 €	61.879 €	43.315 €	- €
Administração Autónoma Local	506907619	Município de Terras de Bouro	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506659682	Município de Vieira do Minho	690.905 €	690.905 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506811913	Município de Ponte de Lima	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	500843139	Município de Caminha	100.000 €	100.000 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	507156323	Junta de Freguesia de Esqueiros	53.951 €	53.951 €	37.766 €	- €
Administração Autónoma Local	506697339	Município de Macedo de Cavaleiros	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	507728742	Junta de Freguesia de Pico S. Cristovão	23.641 €	23.641 €	16.549 €	- €
Administração Autónoma Local	500843139	Município de Caminha	97.711 €	97.711 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506811913	Município de Ponte de Lima	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	505330334	Município de Cabeceiras de Basto	142.857 €	142.857 €	100.000 €	- €
Administração Autónoma Local	500843139	Município de Caminha	75.865 €	75.865 €	60.692 €	- €
Administração Autónoma Local	500843139	Município de Caminha	77.255 €	77.255 €	61.804 €	- €
Administração Autónoma Local	501157280	Município de Santa Maria da Feira	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506811913	Município de Ponte de Lima	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	256.382 €	256.382 €	205.105 €	- €
Administração Autónoma Local	506884929	Município de Celorico de Basto	257.189 €	257.189 €	205.752 €	- €
Administração Autónoma Local	506728897	Município de Valença	685.688 €	685.688 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	505330334	Município de Cabeceiras de Basto	30.586 €	30.586 €	24.469 €	- €
Administração Autónoma Local	506641376	Município de Vila Verde	27.392 €	27.392 €	21.914 €	- €
Administração Autónoma Local	506641376	Município de Vila Verde	46.941 €	46.941 €	37.553 €	- €
Administração Autónoma Local	506728897	Município de Valença	50.005 €	50.005 €	40.004 €	- €
Administração Autónoma Local	506811913	Município de Ponte de Lima	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506627888	Município de Vimioso	84.037 €	84.037 €	67.229 €	- €
Administração Autónoma Local	505211696	Município de Arcos de Valdevez	714.000 €	714.000 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	505387131	Município da Maia	89.744 €	89.744 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	505584760	Município de Barcelos	100.000 €	100.000 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	505330334	Município de Cabeceiras de Basto	142.857 €	142.857 €	100.000 €	- €
Administração Autónoma Local	505584760	Município de Barcelos	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	505387131	Município da Maia	59.900 €	59.900 €	47.920 €	- €
Administração Autónoma Local	505279460	Município de Lousada	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Administração Autónoma Local	505330334	Município de Cabeceiras de Basto	8.244 €	8.244 €	6.595 €	- €
Administração Autónoma Local	506632920	Município da Póvoa de Lanhoso	677.250 €	677.250 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	680014500	Junta de Freguesia de Valbom S. Pedro	29.059 €	29.059 €	20.341 €	- €
Administração Autónoma Local	506632920	Município da Póvoa de Lanhoso	677.250 €	677.250 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506697339	Município de Macedo de Cavaleiros	122.320 €	122.320 €	97.856 €	- €
Administração Autónoma Local	506627888	Município de Vimioso	61.061 €	61.061 €	48.849 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	577.276 €	577.276 €	461.821 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	683.136 €	683.136 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506881784	Município de Mirandela	142.857 €	142.857 €	100.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506907619	Município de Terras de Bouro	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506851168	Município de Mogadouro	145.950 €	145.950 €	116.760 €	- €
Administração Autónoma Local	505387131	Município da Maia	74.492 €	74.492 €	59.593 €	- €
Administração Autónoma Local	506659682	Município de Vieira do Minho	342.435 €	342.435 €	273.948 €	- €
Instituições do Ensino Superior	501413197	Universidade do Porto	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	398.721 €	398.721 €	318.977 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	503879614	Esposende 2000 Actividades Desportivas e Recreativas	319.811 €	319.811 €	255.848 €	- €
Administração Autónoma Local	506811913	Município de Ponte de Lima	100.000 €	100.000 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	94.252 €	94.252 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	100.000 €	100.000 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506841561	Município de Fafe	99.967 €	99.967 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	100.000 €	100.000 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506572218	Município de Lamego	100.000 €	100.000 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	505676770	Município de Ponte da Barca	686.704 €	686.704 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506632920	Município da Póvoa de Lanhoso	95.025 €	95.025 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506572218	Município de Lamego	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	505330334	Município de Cabeceiras de Basto	68.428 €	68.428 €	54.742 €	- €
Administração Autónoma Local	505676770	Município de Ponte da Barca	100.000 €	100.000 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	505330334	Município de Cabeceiras de Basto	28.902 €	28.902 €	23.122 €	- €
Administração Autónoma Local	501205551	Município de Chaves	88.682 €	88.682 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501205551	Município de Chaves	94.311 €	94.311 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	100.000 €	100.000 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506841561	Município de Fafe	98.490 €	98.490 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	505676770	Município de Ponte da Barca	535.864 €	535.864 €	428.691 €	- €
Administração Autónoma Local	506818098	Município de Ribeira de Pena	100.000 €	100.000 €	70.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502263431	Centro Social Paroquial de Vila Nova de Anha	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506656128	Município de Paredes	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501755624	Associação Recreativa e Cultural de Guilhadezes	99.850 €	99.850 €	69.895 €	- €
Administração Autónoma Local	505330334	Município de Cabeceiras de Basto	25.924 €	25.924 €	20.739 €	- €
Administração Autónoma Local	501205551	Município de Chaves	90.215 €	90.215 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	593.159 €	593.159 €	474.527 €	- €
Administração Autónoma Local	505676770	Município de Ponte da Barca	90.521 €	90.521 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501205551	Município de Chaves	90.136 €	90.136 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506841561	Município de Fafe	47.675 €	47.675 €	38.140 €	- €
Administração Autónoma Local	501305912	Município de Matosinhos	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506656128	Município de Paredes	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501205551	Município de Chaves	87.075 €	87.075 €	69.660 €	- €
Administração Autónoma Local	505387131	Município da Maia	122.618 €	122.618 €	98.095 €	- €
Administração Autónoma Local	501305912	Município de Matosinhos	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501205551	Município de Chaves	100.000 €	100.000 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506884929	Município de Celorico de Basto	679.471 €	679.471 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506818098	Município de Ribeira de Pena	259.243 €	259.243 €	207.394 €	- €
Administração Autónoma Local	506841561	Município de Fafe	86.490 €	86.490 €	69.192 €	- €
Administração Autónoma Local	506818098	Município de Ribeira de Pena	100.000 €	100.000 €	70.000 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Administração Autónoma Local	506696464	Municipio de Vila Flor	649.660 €	649.660 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	130.794 €	130.794 €	104.635 €	- €
Administração Autónoma Local	505330334	Município de Cabeceiras de Basto	74.057 €	74.057 €	59.245 €	- €
Administração Autónoma Local	506359670	Município de Vila Real	388.559 €	388.559 €	310.847 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	347.284 €	347.284 €	277.827 €	- €
Administração Autónoma Local	501305912	Município de Matosinhos	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501205551	Município de Chaves	95.516 €	95.516 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506841561	Município de Fafe	35.690 €	35.690 €	28.552 €	- €
Administração Autónoma Local	506697339	Município de Macedo de Cavaleiros	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506874320	Município de Valpaços	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	507718640	CMPL - Porto Lazer - Empresa de Desporto e Lazer do Município do Porto, EM	100.000 €	100.000 €	70.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501870296	Associação Moradores do Complexo Habitacional de Ringe	100.000 €	100.000 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	505335018	Municipio de V. N. de Gaia	100.000 €	100.000 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	134.294 €	134.294 €	107.435 €	- €
Administração Autónoma Local	506632938	Município de Paredes de Coura	100.000 €	100.000 €	70.000 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	505336405	Gaianima - Equipamentos Municipais, E.M.	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506651541	Município de Penedono	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	505336405	Gaianima - Equipamentos Municipais, E.M.	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	505211696	Município de Arcos de Valdevez	136.054 €	136.054 €	100.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506149811	Município de Montalegre	714.286 €	714.286 €	500.000 €	- €
Administração Autónoma Local	505335018	Municipio de V. N. de Gaia	100.000 €	100.000 €	70.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	252.058 €	252.058 €	201.647 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501067566	Centro Paroquial de Promoção Social Rainha Santa Mafalda de Arouca	130.000 €	130.000 €	91.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502549343	Centro Paroquial de Promoção Social e cultural de Darque	612.857 €	612.857 €	429.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501914773	Centro de Intervenção Cultural e Social de Palmeira de Faro	380.714 €	380.714 €	266.500 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	505402467	CSSCMANSORES - C.S.S.C.M. - CENTRO SOCIAL SANTA CRISTINA DE MANSORES	234.992 €	234.992 €	164.494 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	503787450	Centro Social e Paroquial de Mindelo	306.000 €	306.000 €	214.200 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501449906	CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE RONFE	643.500 €	643.500 €	386.100 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	504759280	O Bem-Estar - Associação de Solidariedade Social	18.813 €	18.813 €	13.169 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	500851166	Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima	278.571 €	278.571 €	195.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	306.429 €	306.429 €	214.500 €	- €
Administração Autónoma Local	506753905	Município de Tarouca	363.724 €	363.724 €	254.607 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	500835918	Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez	244.238 €	244.238 €	170.967 €	- €
Administração Autónoma Local	501305912	Município de Matosinhos	306.429 €	306.429 €	214.500 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	504630490	Centro Social e Paroquial de Areosa	173.824 €	173.824 €	121.677 €	- €
Administração Autónoma Local	501305912	Município de Matosinhos	306.429 €	306.429 €	214.500 €	- €
Administração Autónoma Local	501305912	Município de Matosinhos	306.429 €	306.429 €	214.500 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	500746141	Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis	497.353 €	497.353 €	348.147 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501392823	Centro Social de Cabeceira de Basto	167.143 €	167.143 €	117.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	503204064	Centro Social e Cultural de Carreço	278.571 €	278.571 €	195.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	500954895	Casa do Povo de Peroselo	287.857 €	287.857 €	201.500 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	503076961	Associção Vicentina da Paróquia de S. Vicente	579.717 €	579.717 €	405.802 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501394842	Patronato de São Pedro de Maximinos	536.256 €	536.256 €	375.379 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502431440	Centro Social Paroquial de Lustosa	600.000 €	600.000 €	420.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501160256	Creche Mãe e Patronato da Sagrada Familia - Centro Social e Paroquial de S. Adrião	282.041 €	282.041 €	197.429 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	500954798	CASA DO POVO DA MADALENA-ASSOCIAÇÃO RECREATIVA, CULTURAL E DE FOMENTO SOCIAL	445.714 €	445.714 €	312.000 €	- €
Administração Autónoma Local	505211696	Município de Arcos de Valdevez	506.189 €	506.189 €	354.333 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	504089013	Centro Social e Paroquial de Carvalhosa	84.575 €	84.575 €	59.203 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501859292	Centro Social Paroquial de Deão	306.429 €	306.429 €	214.500 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	503997757	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE LANHESES	306.429 €	306.429 €	214.500 €	- €
Administração Autónoma Local	506632938	Município de Paredes de Coura	170.348 €	170.348 €	136.279 €	- €
Administração Autónoma Local	505584760	Município de Barcelos	234.070 €	234.070 €	163.849 €	- €
Administração Autónoma Local	506617599	Município de Esposende	245.692 €	245.692 €	171.984 €	- €
Administração Autónoma Local	506617599	Município de Esposende	143.122 €	143.122 €	85.873 €	- €
Associações empresariais	503796328	Valorminho-Valorização e Tratamento de Resíduos S.A	224.855 €	224.855 €	134.913 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Associações empresariais	503694398	Resulima - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A.	375.145 €	375.145 €	225.087 €	- €
Administração Autónoma Local	505335018	Municipio de V. N. de Gaia	3.215.962 €	3.215.962 €	2.572.770 €	- €
Administração Autónoma Local	506215547	Município de Bragança	315.000 €	315.000 €	252.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506215547	Município de Bragança	557.925 €	557.925 €	446.340 €	- €
Administração Autónoma Local	506215547	Município de Bragança	3.924.663 €	3.924.663 €	2.747.264 €	- €
Administração Autónoma Local	506215547	Município de Bragança	230.874 €	230.874 €	161.612 €	- €
Administração Autónoma Local	506215547	Município de Bragança	231.000 €	231.000 €	161.700 €	- €
Administração Autónoma Local	506215547	Município de Bragança	241.967 €	241.967 €	169.377 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	654.114 €	654.114 €	457.880 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	504430823	GaiaSocial,EM - Empresa Municipal de Habitação	461.090 €	461.090 €	368.872 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	507244419	CidadeGaia - Sociedade de Reabilitação Urbana, EEM	248.095 €	248.095 €	198.476 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	506064433	Gaiurb, Gestão Urbanistica e da Paisagem Urbana de Gaia, E.M.	1.724.978 €	1.724.978 €	1.379.982 €	- €
Administração Autónoma Local	501205551	Município de Chaves	199.530 €	199.530 €	139.671 €	- €
Administração Autónoma Local	501205551	Município de Chaves	1.508.555 €	1.508.555 €	1.206.844 €	- €
Administração Autónoma Local	501205551	Município de Chaves	373.310 €	373.310 €	298.648 €	- €
Administração Autónoma Local	501205551	Município de Chaves	361.576 €	361.576 €	289.261 €	- €
Administração Autónoma Local	501205551	Município de Chaves	158.400 €	158.400 €	110.880 €	- €
Administração Autónoma Local	501205551	Município de Chaves	255.811 €	255.811 €	204.649 €	- €
Administração Autónoma Local	501205551	Município de Chaves	40.283 €	40.283 €	32.227 €	- €
Administração Autónoma Local	501205551	Município de Chaves	154.157 €	154.157 €	123.325 €	- €
Administração Autónoma Local	505330334	Município de Cabeceiras de Basto	503.718 €	503.718 €	352.603 €	- €
Administração Autónoma Local	506892646	Município de São João da Pesqueira	1.547.773 €	1.547.773 €	1.238.218 €	- €
Administração Autónoma Local	506632920	Município da Póvoa de Lanhoso	199.089 €	199.089 €	139.362 €	- €
Administração Autónoma Local	506666018	Município de Carrazeda de Ansiães	2.622.910 €	2.622.910 €	1.999.969 €	- €
Administração Autónoma Local	501205551	Município de Chaves	113.810 €	113.810 €	91.048 €	- €
Administração Autónoma Local	506886964	Município de Boticas	246.596 €	246.596 €	172.618 €	- €
Administração Autónoma Local	501205551	Município de Chaves	784.414 €	784.414 €	627.532 €	- €
Administração Autónoma Local	501205551	Município de Chaves	1.081.227 €	1.081.227 €	864.981 €	- €
Administração Autónoma Local	501205551	Município de Chaves	295.606 €	295.606 €	236.485 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501542221	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Marinha de V.N.Gaia	600.000 €	600.000 €	480.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	503768960	Centro Social e Paroquial de Santa Marinha	843.617 €	843.617 €	674.894 €	- €
Administração Autónoma Local	506886964	Município de Boticas	958.326 €	958.326 €	670.828 €	- €
Administração Autónoma Local	506811913	Município de Ponte de Lima	272.183 €	272.183 €	190.528 €	- €
Administração Autónoma Local	506884929	Município de Celorico de Basto	2.854.875 €	2.854.875 €	1.998.413 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	503257389	Instituto das Artes e da Imagem	761.336 €	761.336 €	609.069 €	- €
Administração Autónoma Local	501121536	Município de Torre de Moncorvo	226.721 €	226.721 €	176.139 €	- €
Administração Autónoma Local	501121536	Município de Torre de Moncorvo	26.974 €	26.974 €	21.579 €	- €
Administração Autónoma Local	501121536	Município de Torre de Moncorvo	468.704 €	468.704 €	334.936 €	- €
Administração Autónoma Local	501121536	Município de Torre de Moncorvo	719.594 €	719.594 €	575.675 €	- €
Administração Autónoma Local	501121536	Município de Torre de Moncorvo	40.171 €	40.171 €	28.802 €	- €
Administração Autónoma Local	500843139	Município de Caminha	315.068 €	315.068 €	220.548 €	- €
Administração Autónoma Local	505676770	Município de Ponte da Barca	946.210 €	946.210 €	662.347 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	2.729.717 €	2.729.717 €	1.999.982 €	- €
Administração Autónoma Local	505211696	Município de Arcos de Valdevez	2.848.926 €	2.848.926 €	1.994.248 €	- €
Administração Autónoma Local	505335018	Municipio de V. N. de Gaia	614.547 €	614.547 €	491.638 €	- €
Administração Autónoma Local	505335018	Municipio de V. N. de Gaia	1.413.150 €	1.413.150 €	1.130.520 €	- €
Administração Autónoma Local	506851168	Município de Mogadouro	2.835.000 €	2.835.000 €	1.984.500 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	500306532	Associação das Empresas de Vinho do Porto	899.122 €	899.122 €	719.298 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	2.722.500 €	2.722.500 €	2.178.000 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	605.000 €	605.000 €	484.000 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	2.215.268 €	2.215.268 €	1.772.214 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	60.500 €	60.500 €	42.350 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	507244419	CidadeGaia - Sociedade de Reabilitação Urbana, EEM	477.441 €	477.441 €	381.953 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	248.335 €	248.335 €	173.835 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	3.188.350 €	3.188.350 €	2.231.845 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	486.000 €	486.000 €	388.800 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	153.049 €	153.049 €	122.440 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	504487620	Fraterna–Centro Comunitário de Solidariedade e de Integração Social.	96.800 €	96.800 €	67.760 €	- €
Administração Autónoma Local	501306099	Município do Porto	610.000 €	610.000 €	488.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	506866432	PORTO VIVO,SRU-SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO DA BAIXA PORTUENSE, S.A.	100.000 €	100.000 €	80.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	9.579 €	9.579 €	7.663 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	9.782 €	9.782 €	7.826 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	505336405	Gaianima - Equipamentos Municipais, E.M.	110.614 €	110.614 €	88.491 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	11.277 €	11.277 €	9.022 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	14.900 €	14.900 €	11.920 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	9.579 €	9.579 €	7.663 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	9.579 €	9.579 €	7.663 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	11.277 €	11.277 €	9.022 €	- €
Administração Autónoma Local	501306099	Município do Porto	1.300.000 €	1.300.000 €	1.040.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	32.350 €	32.350 €	25.880 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	119.500 €	119.500 €	95.600 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	400.000 €	400.000 €	320.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	287.168 €	287.168 €	229.734 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	600.000 €	600.000 €	480.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	43.002 €	43.002 €	34.402 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	10.000 €	10.000 €	8.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	30.000 €	30.000 €	24.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	120.000 €	120.000 €	96.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	266.846 €	266.846 €	213.477 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	495.842 €	495.842 €	396.673 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	504598686	EP, Estradas de Portugal, SA	1.903.333 €	1.903.333 €	1.522.667 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	504598686	EP, Estradas de Portugal, SA	1.430.000 €	1.430.000 €	1.144.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	40.000 €	40.000 €	32.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	26.400 €	26.400 €	21.120 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	32.400 €	32.400 €	25.920 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	49.880 €	49.880 €	39.904 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	503933813	Rede Ferroviária Nacional, Refer, EP	1.106.250 €	1.106.250 €	885.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	15.000 €	15.000 €	12.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	250.000 €	250.000 €	200.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	507314158	NOVOPCA II - Investimentos Imobiliários, SA	3.500.000 €	3.500.000 €	2.800.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	507314158	NOVOPCA II - Investimentos Imobiliários, SA	2.300.000 €	2.300.000 €	1.840.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	506625389	Widescreen, Produção e Distribuição de Produtos Audiovisuais e Multimédi	14.000 €	14.000 €	11.200 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	506838730	Associação Porto Digital	70.000 €	70.000 €	56.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	506866432	PORTO VIVO,SRU-SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO DA BAIXA PORTUENSE, S.A.	100.000 €	100.000 €	80.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	506866432	PORTO VIVO,SRU-SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO DA BAIXA PORTUENSE, S.A.	5.000 €	5.000 €	3.500 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	506866432	PORTO VIVO,SRU-SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO DA BAIXA PORTUENSE, S.A.	199.995 €	199.995 €	159.996 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	506866432	PORTO VIVO,SRU-SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO DA BAIXA PORTUENSE, S.A.	90.000 €	90.000 €	72.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	250.000 €	250.000 €	200.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501544054	Clube de Caça e Pesca do Alto Douro	208.333 €	208.333 €	166.667 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	506414477	Instituto Portuário e dos Transportes Maritimos, I.P. (IPTM,I.P.)	900.000 €	900.000 €	720.000 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	505336405	Gaianima - Equipamentos Municipais, E.M.	284.192 €	284.192 €	227.353 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	505336405	Gaianima - Equipamentos Municipais, E.M.	213.390 €	213.390 €	170.712 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	505336405	Gaianima - Equipamentos Municipais, E.M.	259.907 €	259.907 €	207.926 €	- €
Administração Autónoma Local	506627888	Município de Vimioso	1.180.515 €	1.180.515 €	944.412 €	- €
Administração Autónoma Local	506896625	Município de Vila Nova de Cerveira	2.189.140 €	2.189.140 €	1.751.312 €	- €
Administração Autónoma Local	506896625	Município de Vila Nova de Cerveira	1.452.633 €	1.452.633 €	1.162.107 €	- €
Administração Autónoma Local	506886964	Município de Boticas	1.032.359 €	1.032.359 €	722.652 €	- €
Administração Autónoma Local	506810267	Município de Vila Pouca de Aguiar	822.776 €	822.776 €	658.221 €	- €
Administração Autónoma Local	506728897	Município de Valença	1.328.789 €	1.328.789 €	1.063.031 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	905.092 €	905.092 €	724.073 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	2.086.846 €	2.086.846 €	1.460.792 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	504430823	GaiaSocial,EM - Empresa Municipal de Habitação	5.224.201 €	5.224.201 €	4.179.360 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	2.442.511 €	2.442.511 €	1.954.009 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	2.491.595 €	2.491.595 €	1.993.276 €	- €
Administração Autónoma Local	505592940	Município de Melgaço	107.072 €	107.072 €	74.951 €	- €
Administração Autónoma Local	505592940	Município de Melgaço	239.148 €	239.148 €	167.403 €	- €
Administração Autónoma Local	505592940	Município de Melgaço	81.655 €	81.655 €	57.159 €	- €
Administração Autónoma Local	505592940	Município de Melgaço	108.675 €	108.675 €	76.073 €	- €
Administração Autónoma Local	505592940	Município de Melgaço	23.796 €	23.796 €	16.657 €	- €
Administração Autónoma Local	505592940	Município de Melgaço	56.591 €	56.591 €	39.614 €	- €
Administração Autónoma Local	506851168	Município de Mogadouro	1.705.159 €	1.705.159 €	1.193.611 €	- €
Administração Autónoma Local	506735524	Município de Vale de Cambra	260.444 €	260.444 €	208.355 €	- €
Administração Autónoma Local	505592940	Município de Melgaço	528.694 €	528.694 €	370.086 €	- €
Administração Autónoma Local	500843139	Município de Caminha	313.713 €	313.713 €	219.599 €	- €
Administração Autónoma Local	506810267	Município de Vila Pouca de Aguiar	223.156 €	223.156 €	178.525 €	- €
Administração Autónoma Local	506806898	Município de Miranda do Douro	106.434 €	106.434 €	74.504 €	- €
Administração Autónoma Local	506215547	Município de Bragança	2.600.000 €	2.600.000 €	1.820.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506735524	Município de Vale de Cambra	3.067.640 €	3.067.640 €	2.454.112 €	- €
Administração Autónoma Local	506841561	Município de Fafe	3.599.335 €	3.599.335 €	2.879.468 €	- €
Administração Autónoma Local	506617599	Município de Esposende	104.227 €	104.227 €	83.381 €	- €
Administração Autónoma Local	506810267	Município de Vila Pouca de Aguiar	192.977 €	192.977 €	154.381 €	- €
Administração Autónoma Local	506886964	Município de Boticas	618.400 €	618.400 €	432.880 €	- €
Administração Autónoma Local	506859487	Município de Alijó	735.515 €	735.515 €	556.049 €	- €
Administração Autónoma Local	506859487	Município de Alijó	943.554 €	943.554 €	740.501 €	- €
Administração Autónoma Local	506859487	Município de Alijó	546.400 €	546.400 €	421.821 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	2.203.500 €	2.203.500 €	1.762.800 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502416360	Forum Esposendense	94.833 €	94.833 €	75.867 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501063986	Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra	6.450 €	6.450 €	5.160 €	- €
Administração Autónoma Local	506874320	Município de Valpaços	1.913.522 €	1.913.522 €	1.530.817 €	- €
Administração Autónoma Local	506641376	Município de Vila Verde	2.457.516 €	2.457.516 €	1.966.013 €	- €
Administração Autónoma Local	506617599	Município de Esposende	111.722 €	111.722 €	89.378 €	- €
Administração Autónoma Local	506859487	Município de Alijó	153.000 €	153.000 €	122.400 €	- €
Administração Autónoma Local	506859487	Município de Alijó	74.400 €	74.400 €	59.520 €	- €
Administração Autónoma Local	506215547	Município de Bragança	109.412 €	109.412 €	87.530 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501455752	Associação de Moradores das Lameiras	32.316 €	32.316 €	25.853 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	271.950 €	271.950 €	217.560 €	- €
Administração Autónoma Local	506806898	Município de Miranda do Douro	293.159 €	293.159 €	234.527 €	- €
Administração Autónoma Local	506215547	Município de Bragança	118.283 €	118.283 €	94.626 €	- €
Administração Autónoma Local	506806898	Município de Miranda do Douro	89.201 €	89.201 €	71.361 €	- €
Administração Autónoma Local	506806898	Município de Miranda do Douro	554.586 €	554.586 €	443.669 €	- €
Administração Autónoma Local	506806898	Município de Miranda do Douro	126.694 €	126.694 €	101.355 €	- €
Administração Autónoma Local	506806898	Município de Miranda do Douro	450.143 €	450.143 €	360.114 €	- €
Administração Autónoma Local	506811913	Município de Ponte de Lima	174.798 €	174.798 €	129.700 €	- €
Administração Autónoma Local	506811913	Município de Ponte de Lima	395.434 €	395.434 €	293.412 €	- €
Administração Autónoma Local	506806898	Município de Miranda do Douro	155.617 €	155.617 €	124.493 €	- €
Administração Autónoma Local	506810267	Município de Vila Pouca de Aguiar	61.765 €	61.765 €	49.412 €	- €
Administração Autónoma Local	506810267	Município de Vila Pouca de Aguiar	256.329 €	256.329 €	205.063 €	- €
Administração Autónoma Local	506810267	Município de Vila Pouca de Aguiar	95.317 €	95.317 €	76.254 €	- €
Administração Autónoma Local	506810267	Município de Vila Pouca de Aguiar	230.140 €	230.140 €	184.112 €	- €
Administração Autónoma Local	500843139	Município de Caminha	345.520 €	345.520 €	241.864 €	- €
Administração Autónoma Local	500843139	Município de Caminha	846.391 €	846.391 €	592.473 €	- €
Administração Autónoma Local	506811913	Município de Ponte de Lima	733.250 €	733.250 €	544.072 €	- €
Administração Autónoma Local	506811913	Município de Ponte de Lima	357.725 €	357.725 €	265.432 €	- €
Administração Autónoma Local	506811913	Município de Ponte de Lima	268.513 €	268.513 €	199.237 €	- €
Administração Autónoma Local	506811913	Município de Ponte de Lima	493.403 €	493.403 €	366.105 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Administração Autónoma Local	501121536	Município de Torre de Moncorvo	49.891 €	49.891 €	33.421 €	- €
Administração Autónoma Local	506884937	Município de Freixo de Espada à Cinta	2.540.180 €	2.540.180 €	1.994.804 €	- €
Administração Autónoma Local	501121536	Município de Torre de Moncorvo	14.778 €	14.778 €	9.899 €	- €
Administração Autónoma Local	506659682	Município de Vieira do Minho	1.050.000 €	1.050.000 €	840.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506697339	Município de Macedo de Cavaleiros	2.856.945 €	2.856.945 €	1.999.862 €	- €
Administração Autónoma Local	501937471	Município de Monção	1.119.209 €	1.119.209 €	895.367 €	- €
Administração Autónoma Local	501937471	Município de Monção	1.826.491 €	1.826.491 €	1.461.193 €	- €
Administração Autónoma Local	506806898	Município de Miranda do Douro	154.557 €	154.557 €	123.645 €	- €
Administração Autónoma Local	506632938	Município de Paredes de Coura	2.113.253 €	2.113.253 €	1.690.603 €	- €
Administração Autónoma Local	506829197	Município de Vila Nova de Foz Côa	1.000.000 €	1.000.000 €	700.700 €	- €
Administração Autónoma Local	506907619	Município de Terras de Bouro	1.271.882 €	1.271.882 €	1.017.506 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	507381769	VitAguiar - Apoio ao Desenvolvimento Agro-Industrial	6.638 €	6.638 €	5.310 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	507381769	VitAguiar - Apoio ao Desenvolvimento Agro-Industrial	24.253 €	24.253 €	19.403 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	507381769	VitAguiar - Apoio ao Desenvolvimento Agro-Industrial	176.903 €	176.903 €	141.522 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	507381769	VitAguiar - Apoio ao Desenvolvimento Agro-Industrial	19.391 €	19.391 €	15.512 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	507381769	VitAguiar - Apoio ao Desenvolvimento Agro-Industrial	4.848 €	4.848 €	3.878 €	- €
Administração Autónoma Local	506892646	Município de São João da Pesqueira	575.770 €	575.770 €	432.795 €	- €
Administração Autónoma Local	506829197	Município de Vila Nova de Foz Côa	724.720 €	724.720 €	525.495 €	- €
Administração Autónoma Local	506601455	Município de Tabuaço	2.281.745 €	2.281.745 €	1.825.396 €	- €
Administração Autónoma Local	506349381	Município de Resende	1.029.883 €	1.029.883 €	823.907 €	- €
Administração Autónoma Local	506829197	Município de Vila Nova de Foz Côa	400.000 €	400.000 €	280.280 €	- €
Administração Autónoma Local	506892646	Município de São João da Pesqueira	29.500 €	29.500 €	20.650 €	- €
Administração Autónoma Local	501156003	Município de Vinhais	397.128 €	397.128 €	277.990 €	- €
Administração Autónoma Local	501156003	Município de Vinhais	130.159 €	130.159 €	91.111 €	- €
Administração Autónoma Local	501156003	Município de Vinhais	196.752 €	196.752 €	137.727 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	506921271	AIGRA - Associação dos Industriais do Granito	32.174 €	32.174 €	22.521 €	- €
Administração Autónoma Local	501156003	Município de Vinhais	259.560 €	259.560 €	181.692 €	- €
Administração Autónoma Local	506824942	Município de Sabrosa	1.669.680 €	1.669.680 €	1.283.817 €	- €
Administração Autónoma Local	501156003	Município de Vinhais	556.023 €	556.023 €	389.216 €	- €
Administração Autónoma Local	506349381	Município de Resende	1.272.000 €	1.272.000 €	1.017.600 €	- €
Administração Autónoma Local	501156003	Município de Vinhais	59.234 €	59.234 €	41.464 €	- €
Administração Autónoma Local	506892646	Município de São João da Pesqueira	7.946 €	7.946 €	5.563 €	- €
Administração Autónoma Local	501121536	Município de Torre de Moncorvo	84.984 €	84.984 €	56.939 €	- €
Administração Autónoma Local	501156003	Município de Vinhais	49.697 €	49.697 €	34.788 €	- €
Administração Autónoma Local	505279460	Município de Lousada	2.426.850 €	2.426.850 €	1.941.480 €	- €
Administração Autónoma Local	505279460	Município de Lousada	2.834.000 €	2.834.000 €	1.983.800 €	- €
Administração Autónoma Local	501156003	Município de Vinhais	124.950 €	124.950 €	87.465 €	- €
Administração Autónoma Local	506647498	Município de Alfândega da Fé	2.445.778 €	2.445.778 €	1.956.622 €	- €
Administração Autónoma Local	500843139	Município de Caminha	1.035.310 €	1.035.310 €	724.717 €	- €
Administração Autónoma Local	506349381	Município de Resende	191.868 €	191.868 €	153.494 €	- €
Administração Autónoma Local	506632920	Município da Póvoa de Lanhoso	352.227 €	352.227 €	246.559 €	- €
Administração Autónoma Local	505330334	Município de Cabeceiras de Basto	740.843 €	740.843 €	592.675 €	- €
Administração Autónoma Local	501121536	Município de Torre de Moncorvo	559.733 €	559.733 €	374.950 €	- €
Administração Autónoma Local	506808122	Município de Arouca	1.618.832 €	1.618.832 €	1.133.182 €	- €
Administração Autónoma Local	506808122	Município de Arouca	275.000 €	275.000 €	192.500 €	- €
Administração Autónoma Local	501156003	Município de Vinhais	128.444 €	128.444 €	89.911 €	- €
Administração Autónoma Local	506808122	Município de Arouca	39.063 €	39.063 €	27.344 €	- €
Administração Autónoma Local	501156003	Município de Vinhais	60.762 €	60.762 €	42.533 €	- €
Administração Autónoma Local	506728897	Município de Valença	2.208.956 €	2.208.956 €	1.767.165 €	- €
Administração Autónoma Local	501156003	Município de Vinhais	109.281 €	109.281 €	76.497 €	- €
Administração Autónoma Local	506808122	Município de Arouca	80.000 €	80.000 €	56.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501156003	Município de Vinhais	76.619 €	76.619 €	61.296 €	- €
Administração Autónoma Local	506967107	Município de Mondim de Basto	794.234 €	794.234 €	635.387 €	- €
Administração Autónoma Local	506967107	Município de Mondim de Basto	1.987.500 €	1.987.500 €	1.590.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506753905	Município de Tarouca	2.616.705 €	2.616.705 €	1.999.948 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Administração Autónoma Local	506843190	Município de Armamar	2.500.000 €	2.500.000 €	2.000.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501121536	Município de Torre de Moncorvo	122.000 €	122.000 €	81.725 €	- €
Administração Autónoma Local	506854299	Município de Baião	685.889 €	685.889 €	548.712 €	- €
Administração Autónoma Local	506854299	Município de Baião	936.187 €	936.187 €	727.511 €	- €
Administração Autónoma Local	506892646	Município de São João da Pesqueira	337.257 €	337.257 €	269.805 €	- €
Administração Autónoma Local	506854299	Município de Baião	458.487 €	458.487 €	366.790 €	- €
Administração Autónoma Local	506854299	Município de Baião	321.646 €	321.646 €	257.317 €	- €
Administração Directa Serviços Periféricos	600067831	Direcção Regional de Cultura do Norte	100.000 €	100.000 €	70.000 €	- €
Administração Directa Serviços Periféricos	600067831	Direcção Regional de Cultura do Norte	743.000 €	743.000 €	520.100 €	- €
Administração Autónoma Local	506892646	Município de São João da Pesqueira	47.099 €	47.099 €	32.970 €	- €
Administração Autónoma Local	505676770	Município de Ponte da Barca	238.045 €	238.045 €	190.436 €	- €
Administração Autónoma Local	505676770	Município de Ponte da Barca	337.320 €	337.320 €	269.856 €	- €
Administração Autónoma Local	505676770	Município de Ponte da Barca	1.259.804 €	1.259.804 €	1.007.843 €	- €
Administração Autónoma Local	505676770	Município de Ponte da Barca	148.023 €	148.023 €	118.419 €	- €
Administração Autónoma Local	506829138	Município de Santa Marta de Penaguião	1.056.671 €	1.056.671 €	845.337 €	- €
Administração Autónoma Local	506829138	Município de Santa Marta de Penaguião	380.463 €	380.463 €	304.371 €	- €
Administração Autónoma Local	506829138	Município de Santa Marta de Penaguião	273.180 €	273.180 €	218.544 €	- €
Administração Autónoma Local	506829138	Município de Santa Marta de Penaguião	50.283 €	50.283 €	40.226 €	- €
Administração Autónoma Local	506829138	Município de Santa Marta de Penaguião	93.192 €	93.192 €	74.553 €	- €
Administração Autónoma Local	506829197	Município de Vila Nova de Foz Côa	253.000 €	253.000 €	202.400 €	- €
Administração Autónoma Local	506696464	Município de Vila Flor	1.015.500 €	1.015.500 €	812.400 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	506891488	Centro Jovem Santo Adrião	20.000 €	20.000 €	16.000 €	- €
Administração Autónoma Local	505592940	Município de Melgaço	1.164.730 €	1.164.730 €	815.311 €	- €
Administração Autónoma Local	505592940	Município de Melgaço	191.913 €	191.913 €	134.339 €	- €
Administração Autónoma Local	505592940	Município de Melgaço	295.739 €	295.739 €	207.017 €	- €
Administração Autónoma Local	505592940	Município de Melgaço	58.380 €	58.380 €	40.866 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501883975	ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DA TORRE	6.047 €	6.047 €	4.838 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	504032526	CTB-Companhia de Teatro de Braga,crl	154.350 €	154.350 €	123.480 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	504032526	CTB-Companhia de Teatro de Braga,crl	150.000 €	150.000 €	120.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506617599	Município de Esposende	1.494.896 €	1.494.896 €	1.195.917 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	5.970.000 €	5.970.000 €	4.776.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506735524	Município de Vale de Cambra	97.842 €	97.842 €	78.273 €	- €
Administração Autónoma Local	506617599	Município de Esposende	128.210 €	128.210 €	102.568 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	500463964	Teatro Circo de Braga, S.A.	140.187 €	140.187 €	112.150 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	504487620	Fraterna–Centro Comunitário de Solidariedade e de Integração Social.	102.000 €	102.000 €	81.600 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	404.202 €	404.202 €	323.362 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501577840	CESPU, Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário	530.400 €	530.400 €	424.320 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	500968730	AEP - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL	370.093 €	370.093 €	296.074 €	- €
Administração Autónoma Local	506663264	Município de Vila Nova de Famalicão	943.796 €	943.796 €	755.036 €	- €
Administração Autónoma Local	506663264	Município de Vila Nova de Famalicão	357.660 €	357.660 €	286.128 €	- €
Administração Autónoma Local	506663264	Município de Vila Nova de Famalicão	4.526.457 €	4.526.457 €	3.621.166 €	- €
Administração Autónoma Local	506663264	Município de Vila Nova de Famalicão	2.875.012 €	2.875.012 €	2.300.010 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502006552	Associação de Solidariedade Social João Paulo II	100.000 €	100.000 €	80.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	504636103	ADRAVE - Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, S.A.	130.057 €	130.057 €	104.046 €	- €
Administração Autónoma Local	506215547	Município de Bragança	199.802 €	199.802 €	159.841 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	500745749	Cruz Vermelha Portuguesa	98.097 €	98.097 €	78.478 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	500801193	Externato São Vicente de Paulo - Felgueiras	200.000 €	200.000 €	160.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	220.109 €	220.109 €	176.087 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	120.000 €	120.000 €	96.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	126.841 €	126.841 €	101.473 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	197.008 €	197.008 €	157.606 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	450.000 €	450.000 €	360.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506215547	Município de Bragança	158.695 €	158.695 €	126.956 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	4.579.690 €	4.579.690 €	3.663.752 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501123652	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FELGUEIRAS	300.000 €	300.000 €	240.000 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Entidade Privada sem fins lucrativos	504407007	Associaçao para o Desenvolvimento Social para a Freguesia de Margaride	500.000 €	500.000 €	400.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	82.500 €	82.500 €	66.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	475.000 €	475.000 €	380.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	75.000 €	75.000 €	60.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	9.096 €	9.096 €	7.277 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	240.000 €	240.000 €	192.000 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	507974530	ACLEM - ARTE, CULTURA E LAZER EMPRESA MUNICIPAL, EM	3.236.458 €	3.236.458 €	2.589.166 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	250.000 €	250.000 €	200.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	500.000 €	500.000 €	400.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	171.763 €	171.763 €	137.410 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	2.000.000 €	2.000.000 €	1.600.000 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	600013758	Instituto Politécnico de Bragança	800.000 €	800.000 €	640.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501736492	Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza	4.384 €	4.384 €	3.507 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	2.339.609 €	2.339.609 €	1.871.687 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	495.696 €	495.696 €	396.557 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	508200237	Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.	2.000.000 €	2.000.000 €	1.600.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506215547	Município de Bragança	303.100 €	303.100 €	242.480 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	1.363.853 €	1.363.853 €	1.091.083 €	- €
Administração Autónoma Local	506215547	Município de Bragança	109.109 €	109.109 €	87.287 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502370319	Grupo Recreativo e Cultural de Cavião	7.830 €	7.830 €	6.264 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	490.875 €	490.875 €	392.700 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	504537784	Bragahabit, E. M. - Empresa Municipal de Habitação de Braga	105.205 €	105.205 €	84.164 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	613.163 €	613.163 €	490.530 €	- €
Administração Autónoma Local	504296434	Município da Trofa	1.352.000 €	1.352.000 €	1.081.600 €	- €
Administração Autónoma Local	504296434	Município da Trofa	5.885.500 €	5.885.500 €	4.708.400 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	500463964	Teatro Circo de Braga, S.A.	300.000 €	300.000 €	240.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	479.410 €	479.410 €	383.528 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	504537784	Bragahabit, E. M. - Empresa Municipal de Habitação de Braga	373.523 €	373.523 €	298.819 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	200.000 €	200.000 €	160.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	673.177 €	673.177 €	538.541 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	700.000 €	700.000 €	560.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	50.000 €	50.000 €	40.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	2.223.537 €	2.223.537 €	1.778.830 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	640.000 €	640.000 €	512.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	796.311 €	796.311 €	637.048 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	1.050.000 €	1.050.000 €	840.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	628.310 €	628.310 €	502.648 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	55.000 €	55.000 €	44.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	120.000 €	120.000 €	96.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	163.800 €	163.800 €	131.040 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502239115	Equipa Espiral - Associação Humanitária, Recretiva e Cultural de Braga	3.000 €	3.000 €	2.400 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	628.764 €	628.764 €	503.011 €	- €
Administração Autónoma Local	506302970	Município de Oliveira de Azeméis	1.650.582 €	1.650.582 €	1.320.466 €	- €
Administração Autónoma Local	506302970	Município de Oliveira de Azeméis	237.895 €	237.895 €	190.316 €	- €
Administração Autónoma Local	506302970	Município de Oliveira de Azeméis	468.000 €	468.000 €	374.400 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	505317982	Gespaços,gestão de equipamentos desportivos EM	1.200.000 €	1.200.000 €	960.000 €	- €
Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	507132262	Fundação La Salette	269.541 €	269.541 €	215.633 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	85.450 €	85.450 €	68.360 €	- €
Administração Autónoma Local	506572218	Município de Lamego	800.000 €	800.000 €	640.000 €	- €
Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	507132262	Fundação La Salette	201.584 €	201.584 €	161.268 €	- €
Administração Autónoma Local	501306099	Município do Porto	2.659.250 €	2.659.250 €	2.127.400 €	- €
Administração Autónoma Local	506302970	Município de Oliveira de Azeméis	311.250 €	311.250 €	249.000 €	- €
Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	507132262	Fundação La Salette	220.993 €	220.993 €	176.794 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501542221	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Marinha de V.N.Gaia	1.217.552 €	1.217.552 €	974.042 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	2.687.500 €	2.687.500 €	2.150.000 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508278279	PFR INVEST - SGU, EM	3.400.000 €	3.400.000 €	2.720.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501305912	Município de Matosinhos	6.750.611 €	6.750.611 €	5.400.489 €	- €
Administração Autónoma Local	501306099	Município do Porto	1.532.838 €	1.532.838 €	1.226.270 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	500867607	Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paços de Ferreira	545.000 €	545.000 €	436.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506735524	Município de Vale de Cambra	1.220.388 €	1.220.388 €	976.310 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	507974530	ACLEM - ARTE, CULTURA E LAZER EMPRESA MUNICIPAL, EM	1.100.000 €	1.100.000 €	880.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506735524	Município de Vale de Cambra	700.000 €	700.000 €	560.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506572218	Município de Lamego	540.151 €	540.151 €	432.121 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	500847355	Santa Casa da Misericordia de Penafiel	9.333 €	9.333 €	7.466 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	339.000 €	339.000 €	271.200 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	375.000 €	375.000 €	300.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	500246467	SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO,SA	1.000.000 €	1.000.000 €	800.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501994335	associação empresarial de paços de ferreira	1.296.691 €	1.296.691 €	1.040.000 €	- €
Administração Autónoma Local	505335018	Municipio de V. N. de Gaia	687.160 €	687.160 €	549.728 €	- €
Administração Autónoma Local	506881784	Município de Mirandela	1.214.325 €	1.214.325 €	971.460 €	- €
Administração Autónoma Local	506881784	Município de Mirandela	1.807.650 €	1.807.650 €	1.446.120 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	2.749.998 €	2.749.998 €	2.199.998 €	- €
Administração Autónoma Local	506215547	Município de Bragança	200.000 €	200.000 €	160.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	510.542 €	510.542 €	408.434 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	75.000 €	75.000 €	60.000 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	275.000 €	275.000 €	220.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	500847355	Santa Casa da Misericordia de Penafiel	469.324 €	469.324 €	375.459 €	- €
Administração Autónoma Local	506572218	Município de Lamego	175.637 €	175.637 €	140.510 €	- €
Administração Autónoma Local	506881784	Município de Mirandela	4.185.300 €	4.185.300 €	3.348.240 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	500852235	A Santa Casa da Misericórdia de Lamego foi fundada em 20 de Abril de 151	777.318 €	777.318 €	621.854 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	507541197	ADISCREP	56.000 €	56.000 €	44.800 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501110860	Santa Casa da Misericórdia de Mirandela	2.101.050 €	2.101.050 €	1.680.840 €	- €
Administração Autónoma Local	506572218	Município de Lamego	211.283 €	211.283 €	169.026 €	- €
Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	502263342	Fundação da Juventude	70.970 €	70.970 €	56.776 €	- €
Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	502263342	Fundação da Juventude	34.333 €	34.333 €	27.466 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	503154911	Associação para o Desenvolvimento de Figueira	44.294 €	44.294 €	35.436 €	- €
Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	502263342	Fundação da Juventude	58.200 €	58.200 €	46.560 €	- €
Administração Autónoma Local	506617599	Município de Esposende	999.301 €	999.301 €	799.441 €	- €
Administração Autónoma Local	506617599	Município de Esposende	244.997 €	244.997 €	195.998 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501091980	Santa Casa da Misericórdia de Esposende	142.000 €	142.000 €	113.600 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501376453	Centro Social Juventude das Marinhas	123.794 €	123.794 €	99.035 €	- €
Administração Autónoma Local	506617599	Município de Esposende	327.217 €	327.217 €	261.773 €	- €
Administração Autónoma Local	506617599	Município de Esposende	442.888 €	442.888 €	354.311 €	- €
Administração Autónoma Local	501073655	Município de Marco de Canaveses	566.768 €	566.768 €	453.414 €	- €
Administração Autónoma Local	501073655	Município de Marco de Canaveses	73.859 €	73.859 €	59.087 €	- €
Administração Autónoma Local	501073655	Município de Marco de Canaveses	299.222 €	299.222 €	239.378 €	- €
Administração Autónoma Local	501073655	Município de Marco de Canaveses	299.797 €	299.797 €	239.838 €	- €
Administração Autónoma Local	506617599	Município de Esposende	915.191 €	915.191 €	732.153 €	- €
Administração Autónoma Local	506617599	Município de Esposende	895.034 €	895.034 €	716.027 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501206671	Cooperativa Agrícola do Concelho de Paredes, CRL	3.157.500 €	3.157.500 €	2.526.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501748431	Associação Empresarial de Paredes	200.000 €	200.000 €	160.000 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508799821	AMIPAREDES - AGÊNCIA MUNICIPAL DE INVESTIMENTO DE PAREDES, E.M., S.A.	280.000 €	280.000 €	224.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506656128	Município de Paredes	909.500 €	909.500 €	727.600 €	- €
Administração Autónoma Local	506656128	Município de Paredes	1.910.000 €	1.910.000 €	1.528.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506656128	Município de Paredes	250.000 €	250.000 €	200.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506841561	Município de Fafe	764.827 €	764.827 €	611.862 €	- €
Administração Autónoma Local	506841561	Município de Fafe	1.100.000 €	1.100.000 €	880.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	501403256	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE FAFE	600.000 €	600.000 €	480.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	3752805	JESSICA Holding Fund	46.153.846 €	#REF!	30.000.000 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	503278602	Metro do Porto, S.A.	4.192.164 €	4.192.164 €	2.934.515 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Administração Autónoma Local	506735524	Município de Vale de Cambra	609.415 €	609.415 €	426.591 €	- €
Administração Autónoma Local	506735524	Município de Vale de Cambra	616.222 €	616.222 €	431.356 €	- €
Administração Autónoma Local	505387131	Município da Maia	156.000 €	156.000 €	109.200 €	- €
Administração Autónoma Local	501157280	Município de Santa Maria da Feira	820.682 €	820.682 €	574.477 €	- €
Administração Autónoma Local	506848957	Município de Gondomar	720.620 €	720.620 €	504.434 €	- €
Administração Autónoma Local	506848957	Município de Gondomar	736.234 €	736.234 €	515.364 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	1.731.057 €	1.731.057 €	1.384.846 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	1.491.027 €	1.491.027 €	1.192.821 €	- €
Administração Autónoma Local	505279460	Município de Lousada	733.972 €	733.972 €	513.780 €	- €
Administração Autónoma Local	505584760	Município de Barcelos	193.553 €	193.553 €	154.842 €	- €
Administração Autónoma Local	506697339	Município de Macedo de Cavaleiros	964.000 €	964.000 €	674.800 €	- €
Administração Autónoma Local	501156003	Município de Vinhais	288.750 €	288.750 €	202.125 €	- €
Administração Autónoma Local	506696464	Município de Vila Flor	578.367 €	578.367 €	404.857 €	- €
Administração Autónoma Local	506841561	Município de Fafe	782.924 €	782.924 €	626.339 €	- €
Administração Autónoma Local	506841561	Município de Fafe	24.977 €	24.977 €	17.484 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	503278602	Metro do Porto, S.A.	28.274.790 €	28.274.790 €	19.792.353 €	- €
Administração Autónoma Local	505985217	Município de Vizela	29.916 €	29.916 €	20.941 €	- €
Administração Autónoma Local	506851168	Município de Mogadouro	116.983 €	116.983 €	81.888 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	503278602	Metro do Porto, S.A.	114.086.200 €	114.086.200 €	79.860.340 €	- €
Administração Autónoma Local	506696464	Município de Vila Flor	2.020.669 €	2.020.669 €	1.414.468 €	- €
Administração Autónoma Local	505584760	Município de Barcelos	1.149.320 €	1.149.320 €	919.456 €	- €
Administração Autónoma Local	505584760	Município de Barcelos	1.011.998 €	1.011.998 €	809.599 €	- €
Administração Autónoma Local	506797627	Município de Amares	1.537.398 €	1.537.398 €	1.229.919 €	- €
Administração Autónoma Local	506797627	Município de Amares	704.980 €	704.980 €	563.984 €	- €
Administração Autónoma Local	506617599	Município de Esposende	633.918 €	633.918 €	507.134 €	- €
Administração Autónoma Local	506907619	Município de Terras de Bouro	155.688 €	155.688 €	124.550 €	- €
Administração Autónoma Local	505584760	Município de Barcelos	285.083 €	285.083 €	228.066 €	- €
Administração Autónoma Local	505584760	Município de Barcelos	419.723 €	419.723 €	335.778 €	- €
Administração Autónoma Local	506641376	Município de Vila Verde	591.959 €	591.959 €	473.567 €	- €
Administração Autónoma Local	506907619	Município de Terras de Bouro	1.411.577 €	1.411.577 €	1.129.262 €	- €
Administração Autónoma Local	506641376	Município de Vila Verde	994.175 €	994.175 €	795.340 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	1.683.939 €	1.683.939 €	1.347.152 €	- €
Administração Autónoma Local	506641376	Município de Vila Verde	663.690 €	663.690 €	530.952 €	- €
Administração Autónoma Local	506641376	Município de Vila Verde	837.200 €	837.200 €	669.760 €	- €
Administração Autónoma Local	506641376	Município de Vila Verde	358.950 €	358.950 €	287.160 €	- €
Administração Autónoma Local	506797627	Município de Amares	1.312.084 €	1.312.084 €	852.854 €	- €
Administração Autónoma Local	506811913	Município de Ponte de Lima	884.784 €	884.784 €	707.827 €	- €
Administração Autónoma Local	505676770	Município de Ponte da Barca	1.412.741 €	1.412.741 €	1.130.193 €	- €
Administração Autónoma Local	505211696	Município de Arcos de Valdevez	3.399.756 €	3.399.756 €	2.719.805 €	- €
Administração Autónoma Local	505592940	Município de Melgaço	1.266.252 €	1.266.252 €	1.013.001 €	- €
Administração Autónoma Local	501937471	Município de Monção	1.515.423 €	1.515.423 €	1.212.339 €	- €
Administração Autónoma Local	506896625	Município de Vila Nova de Cerveira	868.422 €	868.422 €	694.738 €	- €
Administração Autónoma Local	506728897	Município de Valença	1.273.141 €	1.273.141 €	1.018.513 €	- €
Administração Autónoma Local	506632938	Município de Paredes de Coura	1.530.101 €	1.530.101 €	1.224.081 €	- €
Administração Autónoma Local	500843139	Município de Caminha	1.639.737 €	1.639.737 €	1.311.789 €	- €
Administração Autónoma Local	506808122	Município de Arouca	1.138.838 €	1.138.838 €	911.070 €	- €
Administração Autónoma Local	506808122	Município de Arouca	792.055 €	792.055 €	633.644 €	- €
Administração Autónoma Local	506874320	Município de Valpaços	1.046.354 €	1.046.354 €	732.448 €	- €
Administração Autónoma Local	501306099	Município do Porto	2.255.611 €	2.255.611 €	1.804.489 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	134.296 €	134.296 €	107.437 €	- €
Administração Autónoma Local	506651541	Município de Penedono	185.500 €	185.500 €	129.850 €	- €
Administração Autónoma Local	506851168	Município de Mogadouro	731.146 €	731.146 €	511.802 €	- €
Administração Autónoma Local	506884937	Município de Freixo de Espada à Cinta	223.759 €	223.759 €	179.007 €	- €
Administração Autónoma Local	506884937	Município de Freixo de Espada à Cinta	201.804 €	201.804 €	141.263 €	- €
Administração Autónoma Local	506851168	Município de Mogadouro	1.595.724 €	1.595.724 €	1.117.007 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Administração Autónoma Local	506840328	Municipio de Mesão Frio	135.504 €	135.504 €	108.403 €	- €
Administração Autónoma Local	506854299	Município de Baião	224.141 €	224.141 €	156.899 €	- €
Administração Autónoma Local	506854299	Município de Baião	70.143 €	70.143 €	49.100 €	- €
Administração Autónoma Local	506656128	Município de Paredes	1.850.851 €	1.850.851 €	1.295.596 €	- €
Administração Autónoma Local	506843190	Município de Armamar	154.867 €	154.867 €	123.894 €	- €
Administração Autónoma Local	506840328	Municipio de Mesão Frio	126.219 €	126.219 €	100.975 €	- €
Administração Autónoma Local	506693651	Município de Cinfães	1.158.269 €	1.158.269 €	810.788 €	- €
Administração Autónoma Local	506693651	Município de Cinfães	578.800 €	578.800 €	405.160 €	- €
Administração Autónoma Local	506651541	Município de Penedono	412.410 €	412.410 €	288.687 €	- €
Administração Autónoma Local	505279460	Município de Lousada	763.700 €	763.700 €	534.590 €	- €
Administração Autónoma Local	505279460	Município de Lousada	693.275 €	693.275 €	485.292 €	- €
Administração Autónoma Local	501121536	Município de Torre de Moncorvo	997.867 €	997.867 €	698.507 €	- €
Administração Autónoma Local	506824942	Município de Sabrosa	1.286.705 €	1.286.705 €	900.693 €	- €
Administração Autónoma Local	506601455	Município de Tabuaço	196.594 €	196.594 €	157.275 €	- €
Administração Autónoma Local	506572218	Município de Lamego	206.589 €	206.589 €	144.612 €	- €
Administração Autónoma Local	506359670	Município de Vila Real	623.571 €	623.571 €	498.857 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	629.252 €	629.252 €	503.402 €	- €
Administração Autónoma Local	506359670	Município de Vila Real	269.286 €	269.286 €	215.429 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	304.622 €	304.622 €	243.697 €	- €
Administração Autónoma Local	506572218	Município de Lamego	131.606 €	131.606 €	92.124 €	- €
Administração Autónoma Local	506349381	Município de Resende	1.111.788 €	1.111.788 €	765.100 €	- €
Administração Autónoma Local	506693651	Município de Cinfães	170.556 €	170.556 €	119.389 €	- €
Administração Autónoma Local	506693651	Município de Cinfães	380.127 €	380.127 €	266.089 €	- €
Administração Autónoma Local	501073655	Município de Marco de Canaveses	1.044.189 €	1.044.189 €	657.079 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	352.527 €	352.527 €	246.769 €	- €
Administração Autónoma Local	501073663	Município de Penafiel	1.506.907 €	1.506.907 €	1.054.835 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	362.857 €	362.857 €	254.000 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	352.857 €	352.857 €	247.000 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	145.714 €	145.714 €	102.000 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	496.730 €	496.730 €	347.711 €	- €
Administração Autónoma Local	502173297	Município de Paços de Ferreira	810.073 €	810.073 €	567.051 €	- €
Administração Autónoma Local	506810267	Município de Vila Pouca de Aguiar	1.928.068 €	1.928.068 €	1.349.648 €	- €
Administração Autónoma Local	506886964	Município de Boticas	355.990 €	355.990 €	249.193 €	- €
Administração Autónoma Local	502678917	Município de Castelo de Paiva	1.466.056 €	1.466.056 €	1.026.239 €	- €
Administração Autónoma Local	506874320	Município de Valpaços	828.646 €	828.646 €	580.052 €	- €
Administração Autónoma Local	506215547	Município de Bragança	997.855 €	997.855 €	698.499 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	508278279	PFR INVEST - SGU, EM	347.206 €	347.206 €	183.672 €	- €
Administração Autónoma Local	501205551	Município de Chaves	3.500.268 €	3.500.268 €	2.450.187 €	- €
Administração Autónoma Local	506818098	Município de Ribeira de Pena	780.429 €	780.429 €	624.343 €	- €
Administração Autónoma Local	506627888	Município de Vimioso	558.382 €	558.382 €	446.705 €	- €
Administração Autónoma Local	506881784	Município de Mirandela	1.249.634 €	1.249.634 €	999.707 €	- €
Administração Autónoma Local	506881784	Município de Mirandela	1.009.002 €	1.009.002 €	807.202 €	- €
Administração Autónoma Local	506806898	Município de Miranda do Douro	1.002.283 €	1.002.283 €	801.827 €	- €
Administração Autónoma Local	506697339	Município de Macedo de Cavaleiros	1.390.126 €	1.390.126 €	973.088 €	- €
Administração Autónoma Local	501156003	Município de Vinhais	549.953 €	549.953 €	384.967 €	- €
Administração Autónoma Local	506149811	Município de Montalegre	414.766 €	414.766 €	290.336 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	1.303.876 €	1.303.876 €	912.713 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	194.207 €	194.207 €	135.945 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	957.365 €	957.365 €	670.156 €	- €
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	192.576 €	192.576 €	134.803 €	- €
Administração Autónoma Local	506663264	Município de Vila Nova de Famalicão	517.811 €	517.811 €	414.249 €	- €
Administração Autónoma Local	506663264	Município de Vila Nova de Famalicão	232.977 €	232.977 €	186.382 €	- €
Administração Autónoma Local	506663264	Município de Vila Nova de Famalicão	288.636 €	288.636 €	230.909 €	- €
Administração Autónoma Local	506663264	Município de Vila Nova de Famalicão	572.825 €	572.825 €	458.260 €	- €
Administração Autónoma Local	506663264	Município de Vila Nova de Famalicão	386.648 €	386.648 €	309.318 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Administração Autónoma Local	505948605	Município de Guimarães	1.199.287 €	1.199.287 €	839.501 €	- €
Administração Autónoma Local	505330334	Município de Cabeceiras de Basto	323.290 €	323.290 €	258.632 €	- €
Administração Autónoma Local	506841561	Município de Fafe	529.023 €	529.023 €	423.218 €	- €
Administração Autónoma Local	506841561	Município de Fafe	334.868 €	334.868 €	267.894 €	- €
Administração Autónoma Local	506632920	Município da Póvoa de Lanhoso	183.069 €	183.069 €	146.456 €	- €
Administração Autónoma Local	501156003	Município de Vinhais	722.273 €	722.273 €	505.591 €	- €
Administração Autónoma Local	506647498	Município de Alfândega da Fé	1.882.687 €	1.882.687 €	1.506.149 €	- €
Administração Autónoma Local	506841561	Município de Fafe	1.223.129 €	1.223.129 €	978.504 €	- €
Administração Autónoma Local	505330334	Município de Cabeceiras de Basto	296.459 €	296.459 €	237.168 €	- €
Administração Autónoma Local	506967107	Município de Mondim de Basto	661.868 €	661.868 €	529.494 €	- €
Administração Autónoma Local	506797627	Município de Amares	62.479 €	62.479 €	40.611 €	- €
Administração Autónoma Local	506901173	Município de Braga	629.297 €	629.297 €	503.438 €	- €
Administração Autónoma Local	506907619	Município de Terras de Bouro	141.553 €	141.553 €	113.243 €	- €
Administração Autónoma Local	506907619	Município de Terras de Bouro	137.974 €	137.974 €	110.380 €	- €
Administração Autónoma Local	506572218	Município de Lamego	250.243 €	250.243 €	200.194 €	- €
Administração Autónoma Local	506572218	Município de Lamego	681.391 €	681.391 €	545.113 €	- €
Administração Autónoma Local	506572218	Município de Lamego	399.673 €	399.673 €	319.739 €	- €
Administração Autónoma Local	506840328	Município de Mesão Frio	250.891 €	250.891 €	200.713 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	321.241 €	321.241 €	256.993 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	151.213 €	151.213 €	120.971 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	139.258 €	139.258 €	111.406 €	- €
Administração Autónoma Local	506829260	Município de Peso da Régua	51.587 €	51.587 €	41.270 €	- €
Administração Autónoma Local	506753905	Município de Tarouca	1.545.472 €	1.545.472 €	1.236.377 €	- €
Administração Autónoma Local	506572218	Município de Lamego	259.957 €	259.957 €	207.966 €	- €
Administração Autónoma Local	506037258	Município de Viana do Castelo	3.495.837 €	3.495.837 €	2.796.669 €	- €
Administração Autónoma Local	506666018	Município de Carrazeda de Ansiães	1.243.536 €	1.243.536 €	994.829 €	- €
Administração Autónoma Local	506884937	Município de Freixo de Espada à Cinta	1.402.854 €	1.402.854 €	771.570 €	- €
Administração Autónoma Local	506651541	Município de Penedono	483.502 €	483.502 €	386.802 €	- €
Administração Autónoma Local	501937471	Município de Monção	664.996 €	664.996 €	531.997 €	- €
Administração Autónoma Local	505592940	Município de Melgaço	353.010 €	353.010 €	282.408 €	- €
Administração Autónoma Local	506302970	Município de Oliveira de Azeméis	416.272 €	416.272 €	291.391 €	- €
Administração Autónoma Local	507446208	Freguesia de Arcos	18.000 €	18.000 €	10.800 €	- €
Administração Autónoma Local	500999686	Freguesia de Amonde	18.000 €	18.000 €	10.800 €	- €
Administração Autónoma Local	507538412	Freguesia de Moreira do Lima	18.000 €	18.000 €	10.800 €	- €
Administração Directa Serviços Periféricos	600000354	Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte	383.365 €	383.365 €	230.000 €	- €
Administração Autónoma Local	507153235	Freguesia de Fradelos	18.667 €	18.667 €	11.200 €	- €
Administração Autónoma Local	507069463	Freguesia de Cossourado	18.000 €	18.000 €	10.800 €	- €
Administração Autónoma Local	501130080	Freguesia de Mar	17.667 €	17.667 €	10.600 €	- €
Administração Autónoma Local	507005066	Freguesia de Azevedo	18.000 €	18.000 €	10.800 €	- €
Administração Autónoma Local	506939405	Freguesia de Regadas	18.000 €	18.000 €	10.800 €	- €
Administração Autónoma Local	501068163	Freguesia de Montaria	18.000 €	18.000 €	10.800 €	- €
Administração Autónoma Local	501214445	Freguesia de Belinho	18.667 €	18.667 €	11.200 €	- €
Administração Autónoma Local	507011856	Freguesia de Pedregais	18.000 €	18.000 €	10.800 €	- €
Administração Autónoma Local	507555384	Freguesia de Gemeses	18.000 €	18.000 €	10.800 €	- €
Administração Autónoma Local	507111362	Freguesia de Cristelo	17.667 €	17.667 €	10.600 €	- €
Administração Autónoma Local	501157280	Município de Santa Maria da Feira	840.000 €	840.000 €	588.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506693651	Município de Cinfães	226.400 €	226.400 €	158.480 €	- €
Administração Autónoma Local	508318963	Freguesia de Vitorino de Piães	18.000 €	18.000 €	10.800 €	- €
Administração Autónoma Local	505584760	Município de Barcelos	1.496.000 €	1.496.000 €	1.047.200 €	- €
Administração Autónoma Local	507073509	Freguesia de Vila Chã	16.305 €	16.305 €	9.783 €	- €
Administração Autónoma Local	502924055	Associação de Munícípios do Alto Tâmega	3.505.333 €	3.505.333 €	2.453.733 €	- €
Administração Autónoma Local	501306099	Município do Porto	1.168.260 €	1.168.260 €	817.782 €	- €
Administração Autónoma Local	502622482	AMAVE - Associação de Municípios do Vale do Ave	2.971.232 €	2.971.232 €	2.079.862 €	- €
Administração Autónoma Local	508754496	Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima	933.663 €	933.663 €	653.564 €	- €
Administração Autónoma Local	505804786	Município de Vila do Conde	2.207.208 €	2.207.208 €	1.545.046 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Administração Autónoma Local	508754496	Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima	548.333 €	548.333 €	383.833 €	- €
Administração Autónoma Local	502599189	VALSOUSA - Associação de Municípios do Vale do Sousa	2.576.000 €	2.576.000 €	1.803.200 €	- €
Administração Autónoma Local	506886964	Município de Boticas	64.080 €	64.080 €	38.448 €	- €
Administração Autónoma Local	505387131	Município da Maia	1.840.327 €	1.840.327 €	1.104.196 €	- €
Administração Autónoma Local	506874214	Freguesia da Póvoa de Varzim	188.280 €	188.280 €	112.968 €	- €
Administração Autónoma Local	507135172	Freguesia de Aver-o-Mar	235.726 €	235.726 €	141.435 €	- €
Administração Autónoma Local	504296434	Município da Trofa	412.158 €	412.158 €	247.295 €	- €
Administração Autónoma Local	506907503	Freguesia de Sandim	155.674 €	155.674 €	93.404 €	- €
Administração Autónoma Local	501119620	Freguesia de Moreira	147.340 €	147.340 €	88.404 €	- €
Administração Autónoma Local	505335018	Municipio de V. N. de Gaia	2.097.951 €	2.097.951 €	1.258.771 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	87.962 €	87.962 €	52.777 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	409.823 €	409.823 €	286.876 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	1.880.934 €	1.880.934 €	1.316.654 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	2.065.277 €	2.065.277 €	1.445.694 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	810.807 €	810.807 €	567.565 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	1.101.620 €	1.101.620 €	771.134 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	1.270.746 €	1.270.746 €	889.522 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	1.088.310 €	1.088.310 €	761.817 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	469.278 €	469.278 €	328.495 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	1.099.570 €	1.099.570 €	769.699 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	380.829 €	380.829 €	266.580 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	506.393 €	506.393 €	354.475 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	3.048.696 €	3.048.696 €	2.134.087 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	329.993 €	329.993 €	230.995 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	508184509	Agência para a Modernização Administrativa, IP	634.914 €	634.914 €	444.440 €	- €
Administração Autónoma Local	501306870	Município de Santo Tirso	287.059 €	287.059 €	172.236 €	- €
Administração Autónoma Local	506818098	Município de Ribeira de Pena	100.000 €	100.000 €	60.000 €	- €
Administração Autónoma Local	501156003	Município de Vinhais	150.000 €	150.000 €	90.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506349381	Município de Resende	218.464 €	218.464 €	131.079 €	- €
Administração Autónoma Local	506854299	Município de Baião	88.894 €	88.894 €	47.326 €	- €
Administração Autónoma Local	501091823	Município de Felgueiras	117.077 €	117.077 €	81.954 €	- €
Administração Autónoma Local	505584760	Município de Barcelos	126.379 €	126.379 €	101.103 €	- €
Administração Autónoma Local	506907619	Município de Terras de Bouro	540.791 €	540.791 €	432.633 €	- €
Administração Autónoma Local	506641376	Município de Vila Verde	718.769 €	718.769 €	431.261 €	- €
Administração Autónoma Local	506617599	Município de Esposende	150.000 €	150.000 €	105.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506641376	Município de Vila Verde	45.173 €	45.173 €	27.104 €	- €
Administração Autónoma Local	506797627	Município de Amares	299.995 €	299.995 €	209.997 €	- €
Administração Autónoma Local	506797627	Município de Amares	88.973 €	88.973 €	62.281 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502787228	ADRAT - Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega	49.107 €	49.107 €	34.375 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	600074404	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	60.000 €	60.000 €	42.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506842347	Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho	59.944 €	59.944 €	41.961 €	- €
Administração Autónoma Local	502599189	VALSOUSA - Associação de Municípios do Vale do Sousa	60.000 €	60.000 €	42.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502591218	ADRIL - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima	60.000 €	60.000 €	42.000 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	505542331	Resíduos do Nordeste, Empresa Intermunicipal	60.000 €	60.000 €	42.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506914380	Vale-e-Mar Comunidade Urbana	59.634 €	59.634 €	41.744 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502753943	ADRIMAG - Assoc Desenv Rural Int Serras Mont Arada e Gralheira	59.707 €	59.707 €	41.795 €	- €
Administração Autónoma Local	504004522	Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano	60.000 €	60.000 €	42.000 €	- €
Administração Autónoma Local	506886964	Município de Boticas	2.464.286 €	2.464.286 €	1.725.000 €	- €
Instituições do Ensino Superior	503761877	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	924.051 €	924.051 €	646.836 €	- €
Administração Autónoma Local	502599189	VALSOUSA - Associação de Municípios do Vale do Sousa	400.946 €	400.946 €	320.757 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502753943	ADRIMAG - Assoc Desenv Rural Int Serras Mont Arada e Gralheira	564.337 €	564.337 €	395.036 €	- €
Administração Autónoma Local	508754496	Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima	571.429 €	571.429 €	400.000 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	505542331	Resíduos do Nordeste, Empresa Intermunicipal	550.290 €	550.290 €	400.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502787228	ADRAT - Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega	213.865 €	213.865 €	149.706 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	600074404	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	403.623 €	403.623 €	282.536 €	- €

unid: euros

Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Montante Fundo de tipologia FSE
6	7	8	9	10	11	12
Administração Autónoma Local	504004522	Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano	566.256 €	566.256 €	400.000 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	502973544	Dolmen - Cooperativa de formação, educação e desenv. Baixo Tâmega	217.205 €	217.205 €	152.044 €	- €
Administração Autónoma Local	508754496	Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima	1.150.875 €	1.150.875 €	920.700 €	- €
Administração Autónoma Local	502823305	Grande Área Metropolitana do Porto	3.052.965 €	3.052.965 €	2.442.372 €	- €
Administração Autónoma Local	508779472	Comunidade Intermunicipal do Cávado	1.340.511 €	1.340.511 €	1.072.408 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	600074404	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	12.500.000 €	12.500.000 €	10.625.000 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	600074404	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	10.517.133 €	10.517.133 €	8.939.563 €	- €
Administração Autónoma Local	502823305	Grande Área Metropolitana do Porto	440.749 €	440.749 €	374.637 €	- €
Administração Autónoma Local	508779472	Comunidade Intermunicipal do Cávado	216.276 €	216.276 €	183.835 €	- €
Administração Autónoma Local	508754496	Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima	206.855 €	206.855 €	175.827 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	506320120	Aicep - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE	135.317 €	135.317 €	115.019 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	506320120	Aicep - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE	184.362 €	184.362 €	156.708 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	508666236	Turismo de Portugal, I.P.	119.172 €	119.172 €	101.296 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	508666236	Turismo de Portugal, I.P.	67.712 €	67.712 €	57.556 €	- €
Entidade Privada sem fins lucrativos	503024260	ADI - Agência de Inovação	96.343 €	96.343 €	81.892 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	501373357	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação	1.460.376 €	1.460.376 €	1.241.320 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	501373357	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação	950.777 €	950.777 €	808.160 €	- €
Administração Autónoma Local	508889910	Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa	538.504 €	538.504 €	457.728 €	- €
Administração Autónoma Local	508754496	Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima	58.771 €	58.771 €	49.955 €	- €
Administração Autónoma Local	508887780	CIM do Ave - Comunidade Intermunicipal do Ave	306.109 €	306.109 €	260.193 €	- €
Administração Autónoma Local	508754496	Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima	265.936 €	265.936 €	226.046 €	- €
Administração Autónoma Local	508779472	Comunidade Intermunicipal do Cávado	279.718 €	279.718 €	237.760 €	- €
Administração Indirecta Serviços Personalizados	600074404	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	10.783.347 €	10.783.347 €	9.165.845 €	- €
Administração Autónoma Local	508914400	Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes	282.723 €	282.723 €	240.314 €	- €
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	506320120	Aicep - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE	282.619 €	282.619 €	240.226 €	- €

Anexo VIII - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação/alteração dos Critérios de Selecção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refª concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
Eixo Prioritário 1	Apoio a Acções Colectivas	7-Abr-2008	SIAC/2008	15-12-2008	04-02-2009
Eixo Prioritário 1	Apoio a Acções Colectivas	7-Abr-2008	SIAC/2010	16-11-2010	25-02-2011
Eixo Prioritário 1	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	7-Abr-2008	SAAAEL/1/2008	10-10-2008	30-06-2009
Eixo Prioritário 1	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	7-Abr-2008	AMP/ALE/1/2009	24-04-2009	01-06-2009
Eixo Prioritário 1	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	7-Abr-2008	ML/I/ALE/1/2009	06-05-2009	26-05-2009
Eixo Prioritário 1	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	7-Abr-2008	CIMC/ALE/01/2009	08-05-2009	19-06-2009
Eixo Prioritário 1	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	7-Abr-2008	CIMTS/I/AAE/1/2009	11-05-2009	19-06-2009
Eixo Prioritário 1	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	7-Abr-2008	CIMD/AAE/1/2009	21-05-2009	09-06-2009
Eixo Prioritário 1	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	7-Abr-2008	ML/I/ALE/2/2009	21-05-2009	26-06-2009
Eixo Prioritário 1	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	7-Abr-2008	SAAAEL/1/2009	20-07-2009	18-12-2009
Eixo Prioritário 1	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	7-Abr-2008	SAAAEL/1/2010	12-01-2010	02-07-2010
Eixo Prioritário 1	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	7-Abr-2008	CIMC/ALE/01/2010	19-01-2010	05-02-2010
Eixo Prioritário 1	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	7-Abr-2008	ML/I/ALE/1/2010	01-03-2010	31-03-2010
Eixo Prioritário 1	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	7-Abr-2008	AMP/ALE/1/2010	15-03-2010	19-03-2010
Eixo Prioritário 1	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	7-Abr-2008	AMP/SAAAEL/2/2010	03-08-2010	22-10-2010
Eixo Prioritário 1	Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	7-Abr-2008 e 14-Out-2008	SAICT/1/2008	25-09-2008	24-10-2008
Eixo Prioritário 1	Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	7-Abr-2008 e 14-Out-2008	SAIECT-IEC/1/2009	06-03-2009	30-04-2009
Eixo Prioritário 1	Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	7-Abr-2008 e 14-Out-2008	SAIECT-IETRRIET/1/2009	06-03-2009	15-07-2009
Eixo Prioritário 1	Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	7-Abr-2008 e 14-Out-2008	SAIECT-IETIEFE/1/2009	06-03-2009	15-07-2009
Eixo Prioritário 1	Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	7-Abr-2008 e 14-Out-2008	SAIECT-IEC/1/2010	18-03-2010	02-07-2010
Eixo Prioritário 1	Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	7-Abr-2008 e 14-Out-2008	SAIECT-IEC/2/2010	18-03-2010	02-07-2010
Eixo Prioritário 1	Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	7-Abr-2008 e 14-Out-2008	SAIECT-IETIEFE/EEC/PA/1/2010	28-06-2010	29-10-2010
Eixo Prioritário 1	Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	7-Abr-2008 e 14-Out-2008	SAIECT-IEC/3/2010	25-11-2010	03-01-2011
Eixo Prioritário 1	Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	7-Abr-2008	SAPCTIEBT-ET/1/2008	02-12-2008	02-03-2009
Eixo Prioritário 1	Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	7-Abr-2008	SAPCTIEBT-IEFIEBT/1/2008	02-12-2008	02-03-2009
Eixo Prioritário 1	Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	7-Abr-2008	SAPCTIEBT-IEFPCT/1/2008	02-12-2008	02-03-2009
Eixo Prioritário 1	Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	7-Abr-2008	SAPCTIEBT/IEFPCT&IEFIEBT/1/2010	31-03-2010	28-05-2010
Eixo Prioritário 1	Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	7-Abr-2008	SAPCTIEBT-IEBT&SP/1/2010	25-11-2010	18-03-2011
Eixo Prioritário 1	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	7-Abr-2008	EDSC/1/2008	25-09-2008	24-10-2008
Eixo Prioritário 1	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	7-Abr-2008	EDSC/1/2009	15-04-2009	15-05-2009
Eixo Prioritário 1	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	7-Abr-2008	CIMC/SOL/1/2009	08-05-2009	10-07-2009
Eixo Prioritário 1	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	7-Abr-2008	EDSC/2/2009	17-08-2009	06-11-2009
Eixo Prioritário 1	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	7-Abr-2008	CIMTM/EDSC/01/2009	18-12-2009	01-03-2010
Eixo Prioritário 1	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	7-Abr-2008	CIMC/SOL/01/2010	07-07-2010	29-10-2010
Eixo Prioritário 1	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	7-Abr-2008	CIMA/CDCSOL/1/2010	26-10-2010	12-11-2010
Eixo Prioritário 1	Energia	7-Abr-2008	E-PDRTAE/1/2009	30-06-2009	21-12-2009
Eixo Prioritário 1	Energia	7-Abr-2008	E-IRFL/1/2009	30-06-2009	07-12-2009
Eixo Prioritário 1	Energia	7-Abr-2008	E-SESPC/1/2009	30-06-2009	21-12-2009
Eixo Prioritário 1	Energia	7-Abr-2008	E-PDRTAE/1/2010	02-02-2010	30-04-2010
Eixo Prioritário 1	Energia	7-Abr-2008	Energia/UAG/1/2010	23-02-2010	28-06-2010
Eixo Prioritário 1	Energia	7-Abr-2008	E - EEA/1/2010	20-07-2010	02-12-2010
Eixo Prioritário 1	Energia	7-Abr-2008	E - EEA/2/2010	20-07-2010	07-12-2010
Eixo Prioritário 1	Energia	7-Abr-2008	E-EEEHS/1/2010	11-11-2010	25-03-2011
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	8-Nov-2007	Inovação Produtiva	15-11-2007	29-01-2008
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	8-Nov-2007	Empreendedorismo Qualificado	15-11-2007	30-01-2008
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	8-Nov-2007	Inovação Produtiva	10-03-2008	23-05-2008
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	8-Nov-2007	Empreendedorismo Qualificado	10-03-2008	23-05-2008
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	8-Nov-2007	Inovação Produtiva	15-10-2008	31-12-2008
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	8-Nov-2007	Empreendedorismo Qualificado	15-10-2008	31-12-2008
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	8-Nov-2007	Empreendedorismo Qualificado - Empreendedorismo Feminino	02-12-2008	02-03-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	8-Nov-2007	Inovação Produtiva	11-02-2009	10-03-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	8-Nov-2007	Inovação Produtiva	15-04-2009	29-05-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	8-Nov-2007	Empreendedorismo Qualificado	15-04-2009	21-05-2009

Anexo VIII - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação/alteração dos Critérios de Selecção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refª concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	8-Nov-2007	Inovação Produtiva	27-05-2009	15-07-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	8-Nov-2007	Empreendedorismo Qualificado	24-06-2009	30-09-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	8-Nov-2007	Inovação Produtiva	03-07-2009	30-09-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	8-Nov-2007	Inovação Produtiva	12-08-2009	09-11-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	8-Nov-2007	Empreendedorismo Qualificado	12-08-2009	09-11-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	8-Nov-2007	Inovação Produtiva	27-11-2009	01-02-2010
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	8-Nov-2007	Empreendedorismo Qualificado	27-11-2009	01-02-2010
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	8-Nov-2007	Inovação Produtiva	15-11-2010	24-01-2011
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	8-Nov-2007	Empreendedorismo Qualificado	15-11-2010	24-01-2011
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	8-Nov-2007	Projectos de Regime Especial		
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	8-Nov-2007	Projectos de Regime Especial		
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8-Nov-2007	Projectos Individuais e em Co-promoção	15-11-2007	29-02-2008
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8-Nov-2007	Criação e Reforço de competências Internas de I&DT	15-11-2007	31-01-2008
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8-Nov-2007	Projectos Demonstradores	03-03-2008	30-04-2008
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8-Nov-2007	Projectos Individuais	17-03-2008	15-05-2008
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8-Nov-2007	Criação e Reforço de competências Internas de I&DT - Núcleos e Centros de I&DT	17-03-2008	15-05-2008
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8-Nov-2007	Projectos em Co-promoção	03-04-2008	15-07-2008
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8-Nov-2007	Vale I&DT	02-05-2008	16-06-2008
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8-Nov-2007	Vale I&DT	30-09-2008	19-12-2008
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8-Nov-2007	I&DT Colectiva	01-10-2008	12-12-2008
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8-Nov-2007	Projectos Individuais	03-11-2008	16-01-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8-Nov-2007	Projectos em Co-promoção	03-11-2008	16-01-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8-Nov-2007	Criação e Reforço de competências Internas de I&DT	03-11-2008	16-01-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8-Nov-2007	Projectos Individuais e em Co-promoção	11-02-2009	10-03-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8-Nov-2007	Projectos Individuais	13-04-2009	14-05-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8-Nov-2007	Vale I&DT	13-04-2009	13-05-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8-Nov-2007	Criação e Reforço de competências Internas de I&DT	14-04-2009	18-05-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8-Nov-2007	Criação e Reforço de competências Internas de I&DT	14-04-2009	18-05-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8-Nov-2007	I&DT Colectiva	14-04-2009	18-05-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8-Nov-2007	Projectos Individuais e em Co-promoção	27-05-2009	15-07-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8-Nov-2007	Projectos em Co-promoção	15-06-2009	09-10-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8-Nov-2007	Vale I&DT	15-09-2009	13-10-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8-Nov-2007	Criação e Reforço de competências Internas de I&DT	23-09-2009	21-10-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8-Nov-2007	Criação e Reforço de competências Internas de I&DT	23-09-2009	21-10-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8-Nov-2007	I&DT Colectiva	25-09-2009	20-11-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8-Nov-2007	Projectos Individuais	25-09-2009	27-11-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8-Nov-2007	Projectos em Co-promoção	03-12-2009	01-02-2010
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	8-Nov-2007	Projectos Individuais	15-11-2010	11-02-2011
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	8-Nov-2007	Projecto Individual e de Cooperação	15-11-2007	28-01-2008
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	8-Nov-2007	Projectos conjunto	15-11-2007	31-12-2007
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	8-Nov-2007	Projecto Individual e de Cooperação	15-02-2008	16-04-2008
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	8-Nov-2007	Projectos conjunto	15-02-2008	16-04-2008
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	8-Nov-2007	Vale Inovação	02-05-2008	16-06-2008
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	8-Nov-2007	Projectos Individuais e de Cooperação	30-09-2008	28-11-2008
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	8-Nov-2007	Projectos conjuntos - Internacionalização	30-09-2008	28-11-2008
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	8-Nov-2007	Projectos Conjuntos - Outras Tipologias	30-09-2008	28-11-2008
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	8-Nov-2007	Vale Inovação	30-09-2008	19-12-2008
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	8-Nov-2007	Projectos Individuais e de Cooperação	07-04-2009	18-05-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	8-Nov-2007	Projectos Conjuntos - Outras Tipologias	07-04-2009	12-05-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	8-Nov-2007	Vale Inovação	13-04-2009	11-05-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	8-Nov-2007	Projectos conjuntos - Internacionalização	20-04-2009	30-06-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	8-Nov-2007	Projectos Individuais e de Cooperação	24-06-2009	15-10-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	8-Nov-2007	Projectos Individuais e de Cooperação	09-07-2009	15-10-2009

Anexo VIII - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação/alteração dos Critérios de Selecção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refª concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	8-Nov-2007	Projectos Individuais e de Cooperação	12-08-2009	13-10-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	8-Nov-2007	Projectos Conjuntos - Outras Tipologias	12-08-2009	13-10-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	8-Nov-2007	Vale Inovação	15-09-2009	13-10-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	8-Nov-2007	Projectos Individuais e de Cooperação	25-09-2009	27-11-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	8-Nov-2007	Projectos Conjuntos - Outras Tipologias	25-09-2009	27-11-2009
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	8-Nov-2007	Projectos Individuais e de Cooperação	12-05-2010	18-06-2010
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	8-Nov-2007	Projectos conjuntos - Internacionalização	12-05-2010	30-06-2010
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	8-Nov-2007	Projectos Individuais - Solar Térmico	01-06-2010	30-11-2010
Eixo Prioritário 1	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	8-Nov-2007	Projectos Individuais e de Cooperação	15-11-2010	25-01-2011
Eixo Prioritário 1	Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	7-Abr-2008	PCCTDC/1/2010	28-10-2010	28-01-2011
Eixo Prioritário 1	Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	7-Abr-2008	PCCTDC/2/2010	28-10-2010	28-01-2011
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	TDINF/1/2008	04-11-2008	20-04-2009
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	TDIM/1/2008	04-11-2008	02-03-2009
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	SACIC-GE/1/2009	06-03-2009	10-08-2009
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	SACIC-IF/1/2009	06-03-2009	30-07-2009
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	AMP/AIVT/1/2009	24-04-2009	01-06-2009
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	CIMC/AIVT/01/2009	29-04-2009	03-06-2009
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	CIMTS/II/AIVT/1/2009	11-05-2009	19-06-2009
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	CIMTM/VERE/1/2009	13-05-2009	09-06-2009
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	CIMD/AIVT/1/2009	21-05-2009	09-06-2009
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	EHT/1/2009	01-06-2009	30-11-2009
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	ML/II/AIVT/1/2009	03-06-2009	07-07-2009
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	Mar/TC/PCT/1/2009	20-07-2009	30-09-2009
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	Mar/IEBT/1/2009	20-07-2009	30-09-2009
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	CIMdoAVE/AIVT/01/2009	17-08-2009	30-09-2009
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	ML/II/AIVT/02/2009	08-09-2009	18-12-2009
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	SACIC/GCEC/PA/1/2009	28-09-2009	26-02-2010
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	ML/II/AIVT/2/2009	14-10-2009	18-12-2009
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	Mar/IEBT/DC&T/1/2009	26-11-2009	01-03-2010
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	CIMTM/VERE/02/2009	18-12-2009	01-02-2010
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	CIMC/AIVT/01/2010	19-01-2010	26-02-2010
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	CIT Douro/2010	02-02-2010	14-09-2010
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	EHT/1/2010	23-02-2010	31-03-2010
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	CIMD/AIVT/01/2010	08-03-2010	31-03-2010
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	EEC PROVERE/PC/1/2010	15-04-2010	30-07-2010
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	EEC PROVERE/PA/1/2010	15-04-2010	30-07-2010
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	CIT PNP/2010	16-04-2010	30-12-2010
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	SACIC-IF/PA/2010	01-06-2010	18-06-2010
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	ML/II/AIVT/01/2010	23-06-2010	29-10-2010
Eixo Prioritário 2	Valorização Económica de Recursos Específicos	7-Abr-2008	CIMA/AIVT/1/2010	13-10-2010	12-11-2010
Eixo Prioritário 3	Acções de Valorização do Litoral	8-Nov-2007	AVL/1/2007	21-12-2007	04-04-2008
Eixo Prioritário 3	Acções de Valorização do Litoral	8-Nov-2007	AVL/1/2010	27-10-2010	30-11-2010
Eixo Prioritário 3	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	8-Nov-2007	AVQA/1/2007	21-10-2007	03-11-2007
Eixo Prioritário 3	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	7-Abr-2008	AMP/CUA/1/2009	27-05-2009	22-06-2009
Eixo Prioritário 3	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	7-Abr-2008	ML/III/CUA/1/2009	01-06-2009	22-06-2009
Eixo Prioritário 3	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	7-Abr-2008	ML/III/CUA/2/2009	22-06-2009	13-07-2009
Eixo Prioritário 3	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	7-Abr-2008	AMP/CUA/2/2009	26-06-2009	01-07-2009
Eixo Prioritário 3	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	7-Abr-2008	CIMTS/III/CUA/1/2009	13-07-2009	08-09-2009
Eixo Prioritário 3	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	7-Abr-2008	CIMTM/CUA/01/2009	18-12-2009	15-03-2010
Eixo Prioritário 3	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	7-Abr-2008	ML/III/CUA/01/2010	15-02-2010	31-03-2010
Eixo Prioritário 3	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	7-Abr-2008	ML/III/CUA/2/2010	01-03-2010	31-03-2010
Eixo Prioritário 3	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	7-Abr-2008	ML/III/CUA/03/2010	23-06-2010	29-10-2010
Eixo Prioritário 3	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	7-Abr-2008	CIMA/CUAVBMNV/1/2010	28-06-2010	12-11-2010

Anexo VIII - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação/alteração dos Critérios de Selecção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refª concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
Eixo Prioritário 3	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	7-Abr-2008	CIMC/CUA/01/2010	30-08-2010	29-10-2010
Eixo Prioritário 3	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	7-Abr-2008	CIMD/CUA/01/2010	23-11-2010	03-12-2010
Eixo Prioritário 3	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	7-Abr-2008	CIMTS/III/CUA/01/2010	02-12-2010	14-12-2010
Eixo Prioritário 3	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	7-Abr-2008	ES/1/2009	01-04-2009	15-05-2009
Eixo Prioritário 3	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	7-Abr-2008	ED/1/2009	01-04-2009	07-07-2009
Eixo Prioritário 3	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	7-Abr-2008	EPE/1/2010	27-10-2010	30-11-2010
Eixo Prioritário 3	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	7-Abr-2008	ES/1/2010	27-10-2010	15-12-2010
Eixo Prioritário 3	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	8-Nov-2007	GAEPC/1/2007	21-12-2007	07-04-2008
Eixo Prioritário 3	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	8-Nov-2007	GAEPC/1/2008	06-11-2008	16-03-2009
Eixo Prioritário 3	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	8-Nov-2007	GAEPC/01/2009	17-09-2009	25-09-2009
Eixo Prioritário 3	Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde	8-Nov-2007	S/1/2007	21-12-2007	11-06-2008
Eixo Prioritário 3	Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde	8-Nov-2007	S/1/2008	19-11-2008	15-12-2008
Eixo Prioritário 3	Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	7-Abr-2008	AMP/RS/1/2009	24-04-2009	01-06-2009
Eixo Prioritário 3	Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	7-Abr-2008	CIMC/RS/1/2009	27-05-2009	05-06-2009
Eixo Prioritário 3	Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	7-Abr-2008	CIMdoAVE/RS/01/2009	03-08-2009	14-08-2009
Eixo Prioritário 3	Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	7-Abr-2008	ML/III/RS/01/2010	07-07-2010	29-10-2010
Eixo Prioritário 3	Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	7-Abr-2008	CIMA/RS/1/2010	19-10-2010	29-10-2010
Eixo Prioritário 3	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Teconológicos - Acções Imateriais	7-Abr-2008	RNT/1/2009	07-01-2009	30-04-2009
Eixo Prioritário 3	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Teconológicos - Acções Imateriais	7-Abr-2008	RNT/2/2009	07-01-2009	08-03-2009
Eixo Prioritário 3	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Teconológicos - Acções Materiais	7-Abr-2008	RNT/01/2010	08-02-2010	15-03-2010
Eixo Prioritário 3	Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas	7-Abr-2008	RLCZE/1/2009	06-08-2009	22-09-2009
Eixo Prioritário 3	Rede de Equipamentos Culturais	7-Abr-2008	REC-PCR/1/2009	27-02-2009	21-05-2009
Eixo Prioritário 3	Rede de Equipamentos Culturais	7-Abr-2008	BA/1/2009	01-04-2009	29-04-2009
Eixo Prioritário 3	Rede de Equipamentos Culturais	7-Abr-2008	TCT/1/2009	01-04-2009	15-05-2009
Eixo Prioritário 3	Rede de Equipamentos Culturais	7-Abr-2008	PCR/1/2010	17-02-2010	15-04-2010
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	CIMTS/III/RRE/01/2007	04-01-2007	29-01-2007
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	RRE/1/2007	21-12-2007	17-04-2008
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	CIML/RRE/1/2007	21-12-2007	17-04-2008
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	CIMA/RRE/1/2007	21-12-2007	17-04-2008
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	CIMC/RRE/1/2007	21-12-2007	17-04-2008
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	AMP/RRE/1/2007	21-12-2007	17-04-2008
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	CIMTM/RRE/1/2007	21-12-2007	17-04-2008
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	CIMD/RRE/1/2007	21-12-2007	17-04-2008
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	CIMTS/III/RRE/01/2008	04-01-2008	29-01-2008
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	RRE/1/2008	30-05-2008	07-07-2008
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	CIML/RRE/1/2008	30-05-2008	07-07-2008
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	CIMA/RRE/1/2008	30-05-2008	07-07-2008
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	CIMC/RRE/1/2008	30-05-2008	07-07-2008
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	AMP/RRE/1/2008	30-05-2008	07-07-2008
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	CIMTM/RRE/1/2008	30-05-2008	07-07-2008
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	CIMD/RRE/1/2008	30-05-2008	07-07-2008
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	CIMC/RE/1/2009	17-04-2009	20-05-2009
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	AMP/RRE/1/2009	24-04-2009	01-06-2009
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	CIMA/RRE/1/2009	08-06-2009	30-06-2009
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	CIMTS/III/RRE/01/2009	22-09-2009	08-10-2009
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	ML/III/RRE/1/2009	29-09-2009	30-12-2009
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	CIMD/RRE/1/2009	26-10-2009	06-11-2009
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	CIMC/RE/01/2010	19-01-2010	11-02-2010
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	CIMD/RRE/01/2010	08-02-2010	12-02-2010
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	CIMA/RRE/1/2010	05-03-2010	19-03-2010
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	RRE/1/2010	19-03-2010	26-03-2010
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	RRE/2/2010	19-03-2010	26-03-2010
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	ML/III/RRE/01/2010	07-07-2010	29-10-2010

Anexo VIII - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação/alteração dos Critérios de Selecção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refª concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	CIMC/RE/02/2010	07-07-2010	16-11-2010
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	CIMTS/III/RRE/01/2010	08-07-2010	29-10-2010
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	CIMA/RRE/2/2010	12-10-2010	12-11-2010
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	CIMD/RRE/2/2010	20-10-2010	02-12-2010
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	CIMTS/RRE/2/2010	09-11-2010	30-11-2010
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	AMP-RRE/1/2010	13-12-2010	28-02-2011
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	AMP-RRE/2/2010	13-12-2010	28-02-2011
Eixo Prioritário 3	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	8-Nov-2007	RREB23/1/2010	20-12-2010	31-03-2011
Eixo Prioritário 3	Valorização e Animação do Património Cultural	8-Nov-2007	PC/1/2007	21-12-2007	09-04-2008
Eixo Prioritário 3	Valorização e Animação do Património Cultural	8-Nov-2007	PC/1/2009	01-04-2009	18-05-2009
Eixo Prioritário 4	Iniciativa Comunitária Jessica	19-Out-2010	Jessica-2010	14-07-2010	16-07-2010
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	MT/1/2008	27-10-2008	31-12-2010
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	ML/IV/MT/1/2009	16-04-2009	07-05-2009
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	CIMC/REEMM/1/2009	17-04-2009	06-05-2009
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	AMP/PMU/1/2009	24-04-2009	01-06-2009
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	AMP/PMU/2/2009	24-04-2009	01-06-2009
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	AMP/PCSUR/1/2009	24-04-2009	01-06-2009
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	ML/IV/MT/2/2009	28-04-2009	18-05-2009
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	CIMC/STPP/1/2009	08-05-2009	19-06-2009
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	CIMC/EPN/01/2009	08-05-2009	19-06-2009
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	CIMTS/IV/PMU/1/2009	11-05-2009	19-06-2009
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	CIMTS/IV/PCSUR/1/2009	11-05-2009	19-06-2009
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	CIMTM/MT/1/2009	13-05-2009	22-06-2009
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	CIMTM/MT/1/2009 (2)	13-05-2009	22-06-2009
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	CIMTM/MT/2/2009	13-05-2009	22-06-2009
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	CIMTM/MT/3/2009	13-05-2009	22-06-2009
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	CIMD/MT/1/2009	21-05-2009	09-06-2009
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	CIMA/PMUS/1/2009	13-07-2009	28-08-2009
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	CIMA/EPN/1/2009	13-07-2009	21-08-2009
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	CIMdoAVE/REEMM/01/2009	12-08-2009	30-09-2009
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	CIMA/PMUS/2/2009	04-12-2009	28-12-2009
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	CIMTM/MT/04/2009	18-12-2009	01-02-2010
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	CIMTM/MT/05/2009	18-12-2009	15-01-2010
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	CIMA/REEMM/1/2010	18-01-2010	29-01-2010
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	CIMC/MT/01/2010	19-01-2010	19-02-2010
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	CIMD/MT/01/2010	22-02-2010	23-03-2010
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	ML/IV/MT/01/2010	12-05-2010	31-05-2010
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	ML/IV/MT/02/2010	23-06-2010	29-10-2010
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	CIMC/MT/02/2010	07-07-2010	29-10-2010
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	CIMD/MT/2/2010	16-08-2010	26-11-2010
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	CIMD/MT/3/2010	16-08-2010	26-11-2010
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	CIMA/EPN/1/2010	18-08-2010	12-11-2010
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	CIMA/QSTPP/1/2010	12-10-2010	29-10-2010
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	CIMA/REEMM/2/2010	13-10-2010	12-11-2010
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	CIMTS/IV/PCSUR/01/2010	13-10-2010	29-10-2010
Eixo Prioritário 4	Mobilidade Territorial	7-Abr-2008	CIMTS/IV/PMU/01/2010	15-12-2010	22-12-2010
Eixo Prioritário 4	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	8-Jan-2007	PRU/1/2007	21-12-2007	08-05-2008
Eixo Prioritário 4	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	8-Jan-2007	PRU/1/2008	12-05-2008	19-05-2008
Eixo Prioritário 4	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	8-Jan-2007	PRU/2/2008 - Grandes Centros	20-06-2008	01-01-2009
Eixo Prioritário 4	Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	8-Nov-2007	RUCI/1/2008	10-03-2008	31-12-2008
Eixo Prioritário 5	Apoio à Modernização Administrativa	8-Nov-2007	SAMA/1/2007	21-12-2007	04-04-2008
Eixo Prioritário 5	Apoio à Modernização Administrativa	8-Nov-2007	SAMA/1/2008	08-09-2008	08-06-2009
Eixo Prioritário 5	Apoio à Modernização Administrativa	8-Nov-2007	AMP/MGE/1/2009	24-04-2009	01-06-2009

Anexo VIII - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação/alteração dos Critérios de Selecção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refª concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
Eixo Prioritário 5	Apoio à Modernização Administrativa	8-Nov-2007	CIMC/ODAR/01/2009	29-04-2009	26-06-2009
Eixo Prioritário 5	Apoio à Modernização Administrativa	8-Nov-2007	CIMC/OGAP/01/2009	08-05-2009	10-07-2009
Eixo Prioritário 5	Apoio à Modernização Administrativa	8-Nov-2007	CIMTS/V/MGE/1/2009	11-05-2009	19-06-2009
Eixo Prioritário 5	Apoio à Modernização Administrativa	8-Nov-2007	CIMTM/SAMA/1/2009	13-05-2009	09-06-2009
Eixo Prioritário 5	Apoio à Modernização Administrativa	8-Nov-2007	AMP/MGE/2/2009	03-06-2009	09-06-2009
Eixo Prioritário 5	Apoio à Modernização Administrativa	8-Nov-2007	CIMC/OGAP/01/2010	19-01-2010	24-02-2010
Eixo Prioritário 5	Apoio à Modernização Administrativa	8-Nov-2007	CIMC/ODAR/01/2010	07-07-2010	29-10-2010
Eixo Prioritário 5	Apoio à Modernização Administrativa	8-Nov-2007	CIMA/ORMOGAP/1/2010	27-10-2010	12-11-2010
Eixo Prioritário 5	Promoção e Capacitação Institucional	7-Abr-2008	PROVERE - Acções Preparatórias	15-05-2008	11-07-2008
Eixo Prioritário 5	Promoção e Capacitação Institucional	7-Abr-2008	AMP/PCIDRL/1/2009	24-04-2009	01-06-2009
Eixo Prioritário 5	Promoção e Capacitação Institucional	7-Abr-2008	CIMTS/V/PCIDRL/1/2009	11-05-2009	19-06-2009
Eixo Prioritário 5	Promoção e Capacitação Institucional	7-Abr-2008	CIMTM/PCI/1/2009	13-05-2009	09-06-2009
Eixo Prioritário 5	Promoção e Capacitação Institucional	7-Abr-2008	CIMTM/PCI/2/2009	30-07-2009	31-08-2009
Eixo Prioritário 5	Promoção e Capacitação Institucional	7-Abr-2008	ML/V/PCI/01/2010	08-02-2010	26-02-2010
Eixo Prioritário 5	Promoção e Capacitação Institucional	7-Abr-2008	PCI - I /1/2010	23-02-2010	01-06-2010
Eixo Prioritário 5	Promoção e Capacitação Institucional	7-Abr-2008	PCI-CIMs e AMP/2010	29-04-2010	21-07-2010
Eixo Prioritário 5	Promoção e Capacitação Institucional	7-Abr-2008	PCI - Redes Institucionais/2010	13-05-2010	27-08-2010
Eixo Prioritário 5	Promoção e Capacitação Institucional	7-Abr-2008	PROVERE-CGP/2010	21-05-2010	15-06-2010
Eixo Prioritário 5	Promoção e Capacitação Institucional	7-Abr-2008	PCI - Desenvolvimento Regional / 2010	01-06-2010	21-09-2010
Eixo Prioritário 5	Promoção e Capacitação Institucional	7-Abr-2008	PCI/ML/2010	07-07-2010	30-11-2010
Eixo Prioritário 5	Promoção e Capacitação Institucional	7-Abr-2008	PCI - CIMs e AMP/2/2010	17-09-2010	30-11-2010
Eixo Prioritário 5	Promoção e Capacitação Institucional	7-Abr-2008	PCI - I /2/2010	13-10-2010	30-12-2010
Eixo Prioritário 5	Promoção e Capacitação Institucional	7-Abr-2008	PCI-CIM´s e AMP/3/2010	16-12-2010	31-01-2011
Eixo Prioritário 6	Acções de Assistência Técnica	7-Abr-2008	AT/1/2008	21-05-2008	31-12-2008
Eixo Prioritário 6	Acções de Assistência Técnica	7-Abr-2008	AT/1/2009	09-01-2009	31-12-2009
Eixo Prioritário 6	Acções de Assistência Técnica	7-Abr-2008	AT/2/2009	05-02-2009	30-04-2010
Eixo Prioritário 6	Acções de Assistência Técnica	7-Abr-2008	AT/3/2009	01-06-2009	26-11-2010
Eixo Prioritário 6	Acções de Assistência Técnica	7-Abr-2008	AT/4/2009	01-06-2009	26-11-2010
Eixo Prioritário 6	Acções de Assistência Técnica	7-Abr-2008	AT/1/2010	18-01-2010	31-12-2010
Eixo Prioritário 6	Acções de Assistência Técnica	7-Abr-2008	AT/2/2010	18-01-2010	03-01-2011
Eixo Prioritário 6	Acções de Assistência Técnica	7-Abr-2008	AT/03/2010	25-11-2010	20-12-2010
Eixo Prioritário 6	Acções de Assistência Técnica	7-Abr-2008	AT/04/2010	01-01-2011	30-11-2011
Eixo Prioritário 6	Acções de Assistência Técnica	7-Abr-2008	AT/05/2010	01-01-2011	30-11-2011
Eixo Prioritário 6	Acções de Assistência Técnica	7-Abr-2008	AT/06/2010	01-01-2011	30-11-2011

Anexo IX - Processo de selecção por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA: Programa Operacional Regional do Norte

unid: mil euros

Eixo Prioritário	Dotação de Fundo	Processo de selecção por concurso e/ou períodos de candidatura									Candidaturas apresentadas			Candidaturas admitidas		
		Total até 31-12-2010			Em aberto a 31-12-2010		Encerrados a 31-12-2010				Tempos médios de decisão (**)					
		Nº	Fundo		Nº	Fundo	Nº	Fundo concurso	Dos quais decididos		Dias previstos	Dias efectivos	Nº	Custo total previsto	Investimento médio por candidatura	Nº	Custo total previsto	Investimento médio por candidatura
			Montante	% do PO					Nº	Fundo em candidaturas aprovadas								
Total (*)	2.711.645.133 €	299	2.280.168.657 €	84,09%	18	130.145.066 €	281	2.150.023.591 €	204	1.740.160.851 €	86	144	6.648	6.231.990.948 €	937.423 €	3.904	4.066.751.444 €	1.041.688 €
Eixo Prioritário 1	786.645.133 €	117	793.975.554 €	100,93%	10	62.500.000 €	107	731.475.554 €	88	568.089.554 €	87	128	4.182	2.668.879.522 €	638.183 €	2.316	1.383.272.053 €	597.268 €
Eixo Prioritário 2	280.000.000 €	29	193.772.470 €	69,20%			29	193.772.470 €	19	133.621.470 €	77	163	257	313.491.339 €	1.219.811 €	153	242.825.015 €	1.587.092 €
Eixo Prioritário 3	770.000.000 €	76	717.522.354 €	93,18%	3	46.533.025 €	73	670.989.329 €	49	553.429.764 €	91	160	1420	1.939.257.662 €	1.365.674 €	938	1.306.429.661 €	1.392.782 €
Eixo Prioritário 4	645.000.000 €	40	450.190.761 €	69,80%			40	450.190.761 €	26	414.170.850 €	87	164	336	1.132.175.092 €	3.369.569 €	253	1.011.099.042 €	3.996.439 €
Eixo Prioritário 5	141.871.534 €	26	73.182.519 €	51,58%	1	5.412.041 €	25	67.770.478 €	16	36.524.213 €	75	124	424	133.843.321 €	315.668 €	223	82.915.840 €	371.820 €
Eixo Prioritário 6	88.128.466 €	11	51.525.000 €	58,47%	4	15.700.000 €	7	35.825.000 €	6	34.325.000 €			29	44.344.012 €	1.529.104 €	21	40.209.832 €	1.914.754 €

(Continua)

Notas

(*) No caso do PO Valorização do Território apresentar totalizadores por Fundo.

(**) Tempos médios de decisão aferidos entre a entrada da candidatura e a data de comunicação ao beneficiário.

Especificação de conceitos dos indicadores:

Candidaturas admitidas = Total de candidaturas submetidas a concursos (ou períodos de candidatura fechados) e através de períodos de candidatura contínuos, com análise de admissibilidade concluída.

Taxa de admissibilidade (admitidas/apresentadas) e taxa de aprovação bruta (aprovadas/apresentadas) = Taxas calculadas com informação relativa a concursos (ou períodos de candidatura fechados) e períodos de candidatura contínuos; refere-se ao sub-universo das candidaturas apresentadas com análise de admissibilidade concluída.

Taxa de aprovação líquida (aprovadas/admitidas) = Taxa calculada com informação relativa a concursos (ou períodos de candidatura fechados) e períodos de candidatura contínuos; refere-se ao sub-universo das candidaturas admitidas com análise de mérito concluída.

Anexo IX - Processo de selecção por Eixo Prioritário até 31.12.10 (valores acumulados)

PROGRAMA:

(continuação)

unid: mil euros

Eixo Prioritário	Candidaturas aprovadas						Taxa de admissibilidade (admitidas/apresentadas)		Taxa de aprovação bruta (aprovadas/apresentadas)		Taxa de aprovação líquida (aprovadas/admitidas)		Contratos/termos de aceitação assinados		Taxa de contratação (contratos/aprovadas)	
	Nº	Custo total	Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Investimento elegível médio por candidatura	Candidaturas	Custo total	Candidaturas	Custo total	Candidaturas	Custo total	Nº	Fundo	Candidaturas	Fundo
Total	2.869	3.252.537.105 €	2.747.224.110 €	2.496.493.515 €	1.868.997.847 €	957.555 €	58,72%	65,26%	43,16%	52,19%	73,49%	79,98%	2.661	1.758.544.099 €	92,75%	94,09%
Eixo Prioritário 1	1.682	1.008.792.640 €	806.854.591 €	564.880.183 €	500.989.594 €	479.700 €	55,38%	51,83%	40,22%	37,80%	72,63%	72,93%	1.527	449.576.131 €	90,78%	89,74%
Eixo Prioritário 2	96	199.095.079 €	186.846.956 €	186.846.956 €	127.250.302 €	1.946.322 €	59,53%	77,46%	37,35%	63,51%	62,75%	81,99%	87	99.896.707 €	90,63%	78,50%
Eixo Prioritário 3	753	1.076.763.078 €	897.094.350 €	897.094.350 €	637.105.766 €	1.191.360 €	66,06%	67,37%	53,03%	55,52%	80,28%	82,42%	715	610.112.987 €	94,95%	95,76%
Eixo Prioritário 4	233	871.915.459 €	762.987.082 €	754.230.895 €	532.364.857 €	3.274.623 €	75,30%	89,31%	69,35%	77,01%	92,09%	86,23%	232	531.790.380 €	99,57%	99,89%
Eixo Prioritário 5	85	56.038.203 €	53.748.331 €	53.748.331 €	37.548.449 €	632.333 €	52,59%	61,95%	20,05%	41,87%	38,12%	67,58%	82	33.751.133 €	96,47%	89,89%
Eixo Prioritário 6	20	39.932.646 €	39.692.799 €	39.692.799 €	33.738.880 €	1.984.640 €	72,41%	90,68%	68,97%	90,05%	95,24%	99,31%	18	33.416.762 €	90,00%	99,05%

Anexo X - Ficha de Grande Projecto

1: Identificação do Grande Projecto

CCI	2011PT161PR001
Designação	Extensão da rede de Metro entre o Estádio do Dragão e Venda Nova
Beneficiário	Metro do Porto, SA
Eixo Prioritário	4 – Valorização do Sistema Urbano
Fundo *	FEDER
Sector **	Infra-estruturas
Localização (NUTS II/III)	Região do Norte – Área Metropolitana do Porto

* FEDER ou Fundo de Coesão; ** Infra-estruturas ou Produtivo.

2: Processo de notificação à Comissão Europeia

Datas			Número da Decisão	Montante da Decisão (euros)
Aprovação AG/OI	Última notificação à CE	Decisão		
11/09/2010	31/05/2011			

3.a.: Calendário (ponto D.1. do Formulário de Grande Projecto de Investimento em Infra-estruturas)

	Previsto (Formulário Grande Projecto)		Efectivo	
	Data de início	Data de conclusão	Data de início	Data de conclusão
1. Estudos de viabilidade	Jan/1997	Jun/2003	Jan/1997	Jun/2003
2. Análise custo-benefício (incluindo análise financeira)	Jul/2009	Dez/2009	Jul/2009	Dez/2009
3. Avaliação de impacte ambiental	Fev/2003	Ago/2008	Fev/2003	Ago/2008
4. Estudos de concepção	Jan/2011	Jul/2011	Jan/2011	Jul/2011
5. Preparação da documentação relativa a concursos	Jun/2007	Fev/2009	Jun/2007	Fev/2009
6. Lançamento previsto dos processos de concurso	Out/2007	Fev/2009	Out/2007	Fev/2009
7. Aquisição de terrenos	Nov/2007	Dez/2011	Nov/2007	
8. Fase/contrato de construção	Dez/2008	Jun/2011	Mar/2009	
9. Fase operacional	Jan/2011	Dez/2040	Dez/2010	

3.b.: Calendário (ponto D.1. do Formulário de Grande Projecto de Investimento Produtivo) – Não aplicável

4: Fontes de co-financiamento (ponto H.2.2. do Formulário de Grande Projecto)

Fonte dos custos totais do investimento	Previsto (Formulário Grande Projecto) (euros)	Reprogramado (euros)
1. Custo total do investimento	169.812.452	
2. Apoio da União	74.156.030	
3. Fundos públicos (nacionais ou equivalente)	95.656.422	
4. Fundos privados nacionais		
5. Outras fontes (especificar)		
6. Das quais (para informação) Empréstimos BEI/FEI		
7. Dos quais custo elegível (ponto H.1)	114.086.200	

5: Despesa validada (valores acumulados em euros)

Despesa elegível	Fundo	Taxa de execução
36.418.633,81	25.493.043,67	31,9%

6: Indicadores previstos no Formulário e/ou Decisão

	Previsto		Valor Realizado	Taxa de realização
	Designação	Valor		
1. Indicadores de realização	Linhas do metropolitano construídas (km)	7	7	100%
	Estações do metropolitano construídas	10	10	100%
	Interfaces de passageiros apoiados	4	4	100%
2. Indicadores de resultado	Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	122.402	122.402	100%
	Valor dos ganhos nos tempos de percurso, gerados pelos projectos de construção e reconstrução de ferrovias (euros/ano)	5.634.903		
3. Indicadores Comuns CE	17. N.º de Km de novas ferrovias construídas	7	7	100%